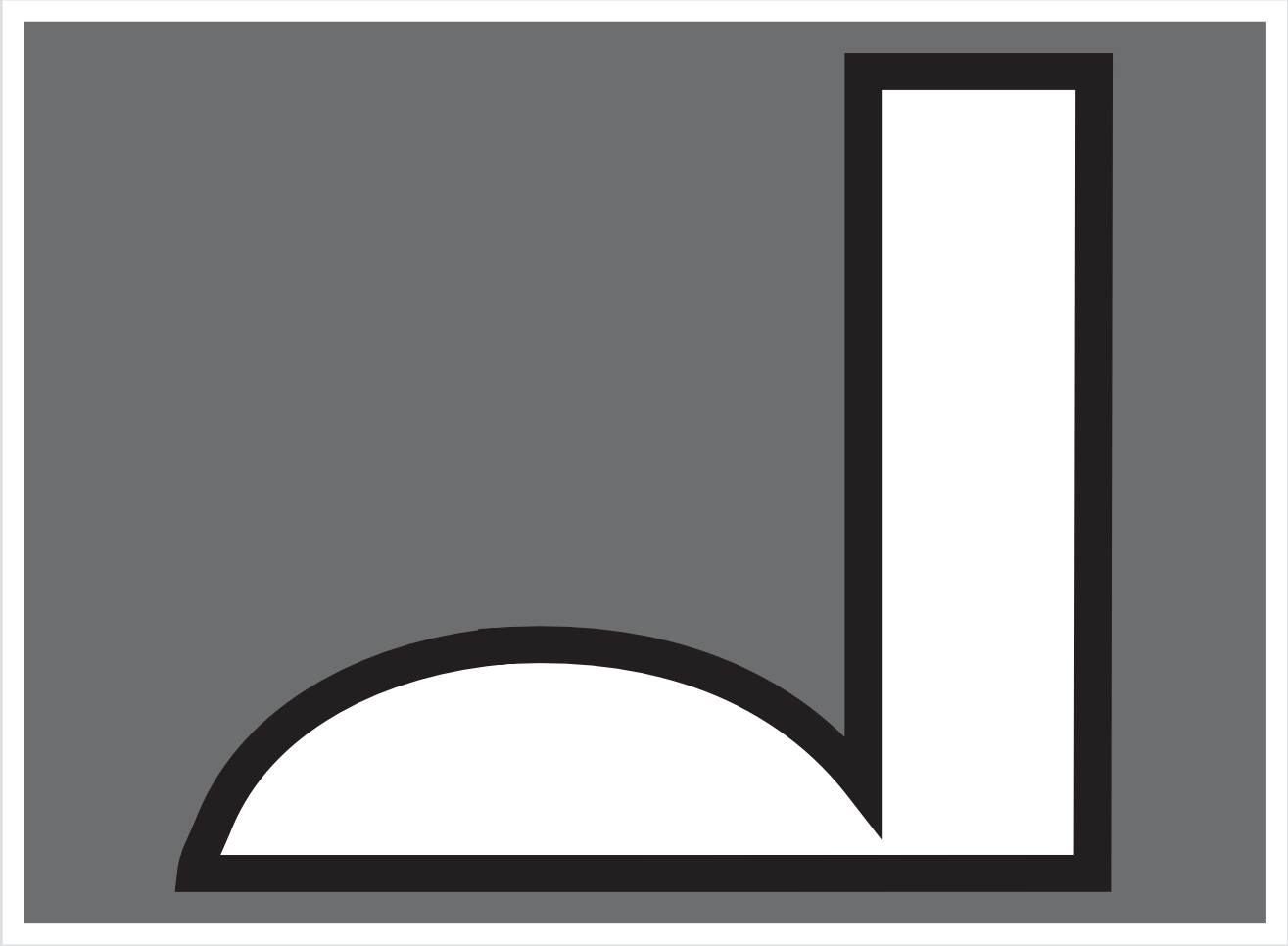
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

RELATÓRIO Nº 1, DE 2012-CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - CPMI PRÁTICAS CRIMINOSAS DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL.

VOLUME III
TOMO II/II

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 210 – SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Anibal Diniz- (PT-AC)(8,9)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)2
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)(1,5,6,7)
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14

Líder
Gim - PTB (56,60,61)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19,51)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,60,61)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti (58,59)

Líder do PR - 6

Blairo Maggi (19,51)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42,54)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48)

Líder do PPL - 1

João Costa

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,25)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55)
Lídice da Mata (30,38)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 12

Walter Pinheiro (22,25)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (23)
Lindbergh Farias (27)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (26)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4

Lídice da Mata (30,38)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (29)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,60,61)
Benedito de Lira (57)
Lídice da Mata (30,38)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (31)
Flexa Ribeiro (5,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (34)
Paulo Bauer (7,35)

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (6)
Paulo Bauer (7,35)
Flexa Ribeiro (5,33)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

PSD - 2

Líder
Marco Antônio Costa - PSD (53)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SUMÁRIO

VOLUME I

- OFÍCIO Nº 766, DE 2012, DO PRESIDENTE DA COMISSÃO..... **6**

- REQUERIMENTO Nº 1, DE 2012-CN..... **7**

- COMPOSIÇÃO INICIAL DA COMISSÃO..... **181**

- COMPOSIÇÃO FINAL DA COMISSÃO..... **184**

- RELATÓRIO Nº 1, DE 2012-CN..... **189**

- NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 37ª REUNIÃO..... **196**

- SINOPSE DA TRAMITAÇÃO DO RQN 1/2012..... **237**

VOLUME II

- VOTO EM SEPARADO VENCIDO E DEMAIS VOTOS EM SEPARADO

VOLUME III

- ATAS DAS 1ª À 36ª REUNIÕES

ATAS DA 18ª À 20ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 18 DE JULHO DE 2012

ATA DA 18ª REUNIÃO.....4

ATA DA 19ª REUNIÃO.....46

ATA DA 20ª REUNIÃO.....58

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião realizada em 28 de junho de 2012, às dez horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Cândido Vacarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM- MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO), **e os Deputados** Íris Araújo (PMDB-GO), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Deixou de comparecer por motivo justificado** o Deputado Rubens Bueno (PPS-PR). **Estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** os Deputados Paulo Tadeu (PT-DF) e Izalci (PR-DF). Na oportunidade transcorreu a oitiva do senhor Cláudio Monteiro, acompanhado por seu advogado Sandro Rogério Monteiro, OAB/DF 33.245. A seguir, foram chamados, um a um, os senhores Marcello de Oliveira Lopes e João Carlos Feitoza, que amparados pelos HCs 114.134-DF e 114.127-DF, respectivamente, exerceram seu direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação a Ata da 17ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à oitiva das testemunhas Marcello de Oliveira, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 244, de 2012, do Deputado Onyx Lorenzoni, e 298, de 2012, do Senador Alvaro Dias; do Sr. João Carlos Feitoza, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 26, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, 107, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno, e 302, de 2012, de autoria do Senador Alvaro Dias; e do Sr. Cláudio Monteiro, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 30, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, e 102, de 2012, de autoria do Deputado Rubens Bueno.

O depoente Marcello de Oliveira Lopes encontra-se amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114/134, do DF, que lhe assegura o direito de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu advogado.

O depoente João Carlos Feitoza encontra-se amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114/127, que lhe assegura o direito de permanecer em silêncio e de ser assistido pelo seu advogado.

O depoente Francisco Claudio Monteiro também se encontra amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114.102-DF, que lhe assegura o direito de permanecer em silêncio e ser assistido por seu advogado.

Os depoimentos transcorrerão conforme o item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência. Cada depoente disporá de até vinte minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, e dispondo, cada um, de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra dos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente, os autores dos requerimentos, os membros titulares, os suplentes, e não menos.

Quero saber se tem alguma questão de ordem.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dois Srs. Parlamentares pediram pela ordem.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Três. O Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Pitiman e o Deputado Leonardo Picciani, que reconheci pela voz.

Então, para uma questão de ordem, o ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, eu quero retomar o debate que nós iniciamos no dia de ontem, porque, com o procedimento até então adotado por uma convenção, aqui na nossa CPMI, que mudou o procedimento que as CPIs, via de regra, utilizavam no Congresso Nacional, na medida em que os depoentes, quando munidos dos *habeas corpus*, eles são imediatamente liberados. Eu continuo insistindo na tese de que é muito importante para a construção do relatório final, para a compreensão da sociedade, para a apresentação de todo o trabalho investigativo que é feito por cada uma das assessorias técnicas de cada Sr. Senador, de cada Srª Senadora, de cada Deputado e Deputada, que nós possamos questionar a testemunha. A testemunha não pode, antecipadamente, adivinhar o que vai ser questionado, de tal forma que, no momento em que a CPI toma como padrão de comportamento, convenciona liberar apenas porque tem *habeas corpus*, na verdade, nós estamos, inclusive, colidindo.

Ainda ontem, o Deputado Miro Teixeira trouxe um julgamento do Supremo Tribunal Federal que chama a atenção para isso. Primeiro, o *habeas corpus* tem que ser dado com muito cuidado, porque senão favorece a ocultação da verdade.

Segundo, o uso do *habeas corpus* está diretamente ligado à prerrogativa constitucional de não produzir prova contra si. Agora, isso não elide o fato de que a pessoa pode, em determinado momento, julgar que a pergunta A, B ou C, feita por qualquer parlamentar, pode inclusive auxiliar a sua defesa.

Então, quero insistir, respeitosamente, Presidente, mas, democraticamente, na manutenção de uma prerrogativa que é deste Congresso Nacional, para que os Parlamentares – e vou lutar por isso aqui dentro e, se for preciso, fora do Congresso Nacional –, para salvaguardar o direito, como Parlamentar, que tenho, investido na condição de juiz e de investigador, pela condição da CPMI, de poder inquirir a todos aqueles que aqui venham, mesmo que essa inquirição signifique uma hora ou duas horas de "reservo-me o direito de ficar calado". Não tenho nenhum problema com isso; esse é um direito que a testemunha tem, mas quero ter o direito de colocar a investigação que a minha equipe técnica faz, as análises que faço e a opinião que detenho e que represento, porque é disso que vai sair o material que o Sr. Relator vai produzir o nosso relatório ou vai permitir que os parlamentares produzam os seus votos em separado.

Portanto, vou insistir com V. Exª no sentido de que a CPMI possa rever esse ajuste inicial, baseado inclusive nos argumentos que uso e na tradição. Nas CPMI anteriores – lembro a CPMI dos Correios, lembro a CPMI da Terra, lembro a CPMI dos Bingos, posso lembrar inúmeras CPMI onde os depoentes se valiam do direito, mas o relator e os parlamentares colocavam para a CPMI, compartilhavam informações e levavam a informação e a circunstância, porque aquela pessoa está sentada ali. Porque muitas vezes esta é, na verdade, a única paga que pessoas que muitas vezes saqueiam o erário público acabam tendo, pelos descaminhos que a nossa legislação muitas vezes favorece aqueles que têm dinheiro. Lamentavelmente, a imagem que a sociedade brasileira tem é que pobre vai para a cadeia; rico e colarinho branco é muito difícil. E nós temos que lutar para mudar essa assertiva que hoje já é uma regra na vida pública brasileira, contra a qual me insurjo, eu continuo indignando-me e lutando para mudá-la, Presidente Paulo Teixeira. E peço que V. Exª trabalhe no sentido de que possamos alterar esse rito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas recebo a questão de ordem de V. Exª. Ontem nós demos um passo para esse debate encerrando a discussão. Apenas dizer que quem vai encaminhar essa votação e vai agendá-la será o presidente efetivo, não serei eu. Então, demos já um passo e certamente esse passo não terá efeito na sessão de hoje. Vamos discutir e votar; o que for decidido nós vamos encaminhar.

Mas, só recebendo a questão de ordem de V. Exª, nós já demos um passo, encerrando essa discussão no dia de ontem, dois contrários e dois favoráveis, e agora o presidente efetivo agendará a votação dessa questão.

Recebo a questão de ordem e a passarei ao presidente efetivo, que já poderá agendar a data da votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, não abusando da paciência de V. Exª, eu gostaria que V. Exª recolhesse a questão de ordem que fiz no sentido de que, em busca de salvaguardar um direito que tenho enquanto parlamentar, gostaria que a Mesa me respondesse oficialmente sobre o direito que quero exercer, inclusive no dia de hoje, de fazer a inquirição das testemunhas que aqui irão se apresentar.

Só peço a gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Recolho a questão de ordem de V. Exª e decido pela jurisprudência desta própria Comissão. Esta Comissão pactuou um *modus operandi* no início e, portanto, a mudança do *modus operandi* só ocorrerá depois de ser votada. Então, recebo de V. Exª.

Na sessão de hoje, eu conduzirei a reunião conforme acordo pactuado entre os Srs. Parlamentares, inclusive votado entre os Srs. Parlamentares. O que eu não farei é modificá-lo por decisão própria da Mesa. Então, eu o farei... Como nós já iniciamos um proces-

so de debate, inclusive de votação, eu creio que essa decisão nossa já remeteu a uma decisão plenária para a modificação do rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero – vou usar menos de um minuto para isso – lembrar que essa foi uma decisão da Mesa. Eu não tenho memória de uma votação para decidir. Por isso, estou me insurgindo; por isso, estou questionando, porque é muito importante, na luta pelo direito individual, como Parlamentar, que V. Exª me responda, da forma como o fez, para que eu possa dar outros passos na busca de defender o direito que vislumbro de poder inquirir toda e qualquer testemunha que aqui esteja presente.

Eu agradeço a resposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, há mais dois Srs. Parlamentares que farão questões de ordem.

Eu já comunico que os advogados do Sr. Cláudio Monteiro disseram que, apesar de estar aqui munido de um *habeas corpus*, ele vai falar.

Então, nós teremos uma audiência longa hoje em relação a esse depoente.

Eu passo a palavra ao ilustre Deputado Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadoras, Senadores, Deputados e Deputadas, gostaria de saber, até para dar continuidade à questão de ordem, se essas três pessoas que vão depor hoje vêm como testemunha ou como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, desses três que vêm aqui, dois deles são réus na ação, são indiciados na ação e vêm na condição de réus. Se não me engano, dois deles foram presos, estão presos. É isso? Foram indiciados. E um deles, Cláudio Monteiro, vem na condição da testemunha. Ele vem e quer falar. Ainda que venha com *habeas corpus*, ele vai falar hoje, o Cláudio Monteiro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante isso.

O que eu gostaria de demonstrar? Nunca, na história das CPIs que este Congresso realizou, houve uma indústria tão grande de liminares. É impossível hoje... Precisamos alterar o Brasil sobre as dificuldades que nós aqui estamos tendo com a grande quantidade de liminares, inclusive para testemunhas, fato que não ocorreu no passado.

A minha sugestão à Presidência da Mesa e ao Relator é que nós, do Congresso, façamos um gesto político ao Judiciário. E o gesto político que eu quero sugerir aqui, na questão de ordem, é que uma comissão desta CPI faça uma visita ao Supremo Tribunal Federal, demonstrando as dificuldades que nós estamos tendo, porque – a sociedade também verá –, ao convocarmos uma pessoa como testemunha, é para colaborar, é para ajudar. A partir do momento em que ele consegue uma liminar para nada falar, isso inviabiliza por completo os trabalhos desta CPI. Com exceção de poucas pessoas que por aqui passaram e vieram com disposição para ajudar, nós avançamos pouco.

O Brasil nos olha, o Brasil nos enxerga e o País responsabiliza todos nós por não estarmos atendendo aos anseios; e não entende, muitas vezes, que esses anseios não são atendidos por uma liminar que vem do Judiciário.

É muito importante que nós possamos fazer esse gesto político de demonstrar que, para a testemunha, ela já vem aqui, automaticamente, sabendo que não pode se incriminar e virar indiciado.

Agora, ela não pode vir aqui com uma liminar de um Ministro, uma liminar que garanta que ele não vai ouvir o que nós temos para falar e que não vai responder. Em todas as CPIs que existiram na nossa história, poucas foram as liminares dadas para a testemunha. Sempre houve negativa. Nesse caso específico desta CPI, todas as liminares pedidas por testemunhas foram concedidas. Cadê a jurisprudência?

Nós precisamos demonstrar isso para o Brasil. As dificuldades que nós estamos passando aqui não dependem só da nossa capacidade de investigar. Quando uma testemunha vem com uma liminar e se acha no direito de sair sem falar nada, está impedindo o nosso trabalho.

Essa atitude, esse gesto político eu peço ao Presidente e ao Relator, para que, juntos, a gente vá ao Presidente do Supremo e leve essa dificuldade que nós aqui estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ainda analisar a questão de ordem de V. Exª já, porque inscrevo o Deputado Miro Teixeira para falar sobre esse assunto.

Deputado Miro Teixeira, antes, eu gostaria de passar para o Deputado Leonardo Picciani, que, na ordem de inscrição, já tinha assegurado. Depois, V. Exª, a Senadora Vanessa Grazziotin...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós estamos em sessão administrativa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente? Então, o que nós estamos discutindo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós não estamos em sessão administrativa, mas o Presidente dos trabalhos não pode deixar de ouvir as questões de ordem. Eu abri para as questões de ordem e vou, depois, iniciar as oitivas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não poderíamos inverter, chamar as testemunhas, já que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se as questões de ordem forem atinentes, eu não tenho como inverter, mas vou encerrar esta questão em V. Exª.

Deputado Leonardo Picciani com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, na verdade, é na mesma direção do tema tratado pelo Deputado Luiz Pitiman e também pelo Deputado Lorenzoni.

Sr. Presidente, eu queria dizer que, com relação ao que traz aqui o Deputado Lorenzoni, que nós já discutimos ontem e vamos, futuramente, deliberar, creio que não cabe a esta Comissão mudar o rito, por uma questão simples: é preciso manter a estabilidade dos atos processuais. Os atos processuais devem ser estáveis, para não suscitar nulidades, não suscitar dúvidas sobre a sua concretização.

Com relação ao que diz o Deputado Luiz Pitiman, os nossos convidados, basicamente, vêm a esta Comissão em três condições: de indiciado, de investigado ou de testemunha.

Evidentemente, o depoimento de quem é indiciado tem o papel inclusive de oferecer ao indiciado, ao investigado uma oportunidade de defesa, e é natural que ele possa se calar, é constitucional que ele não produza prova contra si próprio.

A testemunha vem em outra condição. A testemunha vem sob o princípio da colaboração com a Justiça. Ela deve, aqui, segundo o Código de Processo Penal, prestar esclarecimentos, prestar informações sobre aquilo de que ela tem conhecimento, sobre aquilo que ela sabe sobre o fato. Ela tem esse dever de colaborar com a Justiça.

Então, a meu ver, essa sistemática concessão de *habeas-corpus* à testemunha quer dizer que, sistematicamente, o Supremo Tribunal Federal tem considerado o Presidente desta CPI autoridade coatora.

Eu concordo com o Deputado Pitiman que isso passou do limite, porque esta CPI tem sido zelosa com o cumprimento, com a garantia dos direitos constitucionais, as garantias individuais de todos que vêm aqui. Isso precisa ser de fato esclarecido ao Supremo Tribunal Federal. A testemunha tem que vir aqui e tem que colaborar. Se não me engano, em reuniões anteriores, o Deputado Miro Teixeira falou sobre isso, que ninguém vai a um depoimento, a uma vara judicial munido de *habeas-corpus*. Por quê? Porque se pressupõe que o juiz conhece as garantias constitucionais de quem está indo lá depor. Aqui, nós conhecemos também e não descumprimos a Constituição. Aqui, somos cumpridores da Constituição e das leis. Então, não podemos aceitar o tratamento como se, cumpridores da lei e da Constituição, nós não o fôssemos.

É necessário, Presidente, esse esclarecimento. Eu não vou usar o tempo todo, mas acho que, de fato, está havendo um excesso de liminar, está havendo um excesso de *habeas corpus*, um uso equivocado do instrumento fundamental e importantíssimo que são os *habeas corpus*.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É apenas que eu tenho os inscritos.

V. Exª chegou e até eu soei a campanha, quando V. Exª chegou, porque é um fato relevante. Mas eu vou passar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o fato Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou passar por três minutos ao Deputado Miro Teixeira, para suas considerações. Eu quero aqui fazer um apelo, para que possamos... Eu vou, depois, a V. Exª; depois, ao Deputado Sílvio Costa; e vou chamar o depoente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – As discussões vão se aprofundando e outras coisas vão nos ocorrendo.

Tenho a impressão de que a consultoria aqui, do Senado, está trabalhando num estudo sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Como aqui foi levantada a possibilidade de irmos ao Supremo Tribunal Federal, eu só adito uma preocupação: eu acho que nós não devemos ir sem antes examinarmos a decisão do Supremo, que é dominante, que é absolutamente dominante. A testemunha só pode dizer que não quer falar, porque não quer se incriminar, depois de ouvir a pergunta. Ela não pode antecipar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui, está meio complicado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela não pode antecipar o exercício desse direito, porque não conhece a pergunta. Mas está dito pelo Supremo Tribunal Federal – deixei cópia dessa *habeas corpus* ontem aí...

Concordo com as regras estáveis não só para o processo, mas para toda a ordem jurídica, o que dá segurança jurídica, mas, quando tratamos de leis adjetivas e matéria penal, temos aplicação imediata. Temos aplicação imediata. Não é que seja retroativo, é que se aplica aos processos que estão em curso, a

partir daquele ato pela nova norma. Como os novos depoimentos não estão tomados – como eu diria o Conselheiro Acácio, eles são novos –, podemos aplicar a nova regra aos futuros.

Eu penso que temos de decidir essa questão antes de aqui estar o Sr. Cavendish, antes de aqui estar o Sr. Pagot. São os dois testemunhos que eu penso que podem acrescentar muita coisa a esta Comissão; os outros, dificilmente, vão acrescentar àquelas provas materiais de que nós já dispomos.

Então, acho que teremos um caminho sereno se aguardarmos esse estudo que já deve estar concluído ou, então, está por ser concluído aqui, da consultoria. Não temos de pedir mais nada ao Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo Tribunal Federal tem essa decisão em *habeas corpus*. E a partir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu concluí, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pela ordem, Presidente. Por favor. É um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou também conduzir os trabalhos pela ordem de inscrição.

Então, está com a palavra o Deputado João Magalhães.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu só gostaria que V. Exª incluísse na pauta da próxima reunião uma alteração dos horários de reunião. As reuniões hoje são terça, quarta e quinta, às 10 horas e 15 minutos da manhã. Que elas fossem mantidas na terça e na quinta e que, na quarta-feira, iniciássemos a partir da 14 horas, porque a maioria dos Deputados e Senadores está perdendo os trabalhos de comissão, é relator de projetos importantes, que estão sendo prejudicados. Então, que isso seja considerado e que, na próxima reunião, seja colocado em pauta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Vou levar o pedido de V. Exª ao Presidente efetivo.

Parece-me que a questão da ordem da Senadora Vanessa já foi formulada, não é? Então, passo a V. Exª por um minuto, conforme o pedido...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não, Sr. Presidente. Na realidade, veja bem,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...eu também tenho uma série de sugestões a fazer. Eu acho que nós precisamos discutir um pouco os rumos e algumas providências que considero até urgentes. Entretanto, nós não estamos numa sessão administrativa, nós não vamos decidir nada aqui.

Então não tem por que eu antecipar hoje o que não pode ser decidido. É por isso que abro mão de falar, que é para ganharmos tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último inscrito é o Deputado Silvio, e conheço a brevidade das suas formulações e a sua concisão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou dizer uma coisa para V. Exª: se V. Exª fosse solteiro... V. Exª tem a cara do genro que todo mundo quer ter. (*Risos*.)

Veja, V. Exª é muito educado. É porque minha filha já é noiva e V. Exª é casado. (*Risos*.)

Mas o meu pedido pela ordem, Sr. Presidente, é o seguinte: eu gostaria que V. Exª mantivesse a pauta: primeiro é o Sr. Cláudio Monteiro a falar, e parece que o Marcelo e o João não vão falar. Então V. Exª mantém a pauta, porque, pelo menos, o Marcelo e o João vão ficar 4 horas esperando. Então não vamos premiar esse povo, porque a ideia de V. Exª era botar o Marcelo e o João, que não vão falar, e premiar eles. Então vamos deixar esse povo de castigo durante 4 a 5 horas, e começar com o Cláudio Monteiro.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou acatar a proposta de V. Exª sem acatar os argumentos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, eu quero é que V. Exª acate os meus argumentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas não cabe a mim punir qualquer um que venha a esta CPI.

Eu vou acatar a proposta de V. Exª pela angústia de todos os Srs. Parlamentares, com seus horários, com seus compromissos, vôos, etc.

Eu quero, então, chamar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu tinha falado com V. Exª – e serei rápido, apenas um minuto.

Sr. Presidente, na duas últimas sessões da nossa CPMI, eu trouxe ao conhecimento dela as dificuldades que estamos tendo com as informações do sistema bancário, que e uma realidade. O Sr. Relator já constatou.

Surpreso, hoje, encontrei na mídia nacional os procuradores de justiça, os promotores trazendo à mídia nacional que eles estão enfrentando o mesmo problema; ou seja, há um descompasso no sistema nacional de informações – e não sei se é no Sisbacen ou em algo análogo –, onde vários bancos, mesmo com determinação judicial federal, não estão entregando os sigilos bancários. Então, existem investigações

em curso atrasadas por mais de 6 meses. Como esta CPMI vai durar 6 meses, vou reiterar o pedido para que a CPMI faça uma ação imediata, na mesma linha de ação que o Deputado Pitiman propôs há pouco, em relação à Presidência, Diretoria do Banco Central, porque alguma providência tem que ser tomada. Não pode nem ordem judicial e muito menos uma CPMI não ser respeitada pelo sistema financeiro brasileiro.

Eu quero ser parceiro da administração desta CPI no sentido de que a gente consiga colocar em ordem, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Eu tenho certeza de que o Relator deve estar com problemas gravíssimos, porque ele tem indícios, ele tem linhas investigativas que não são suportadas pelo sigilo fiscal e bancário quando vai ser feita a compatibilização.

Portanto, nós precisamos de resultados. O Brasil nos cobra e nós temos que cobrar do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Está acatada a questão de ordem de V. Exª. Eu vou transmiti-la ao Presidente efetivo e já tem aqui a concordância do Sr. Relator Odair da Cunha.

Peço que seja convidado o Sr. Cláudio Monteiro para fazer uso da palavra.

Quero dizer que ele foi convocado por um requerimento dos Srs. Parlamentares, Deputado Onix Lorenzoni, Requerimento nº 30, de 2012; e do Deputado Rubens Bueno, Requerimento nº 102, de 2012.

Então eu peço que o Sr. Cláudio Monteiro venha ao recinto. (*Pausa*.)

Quero cumprimentar o Sr. Cláudio Monteiro, que vem acompanhado dos seus defensores, que se quiserem podem me dar os seus nomes para eu anunciá-los.

Sr. Cláudio Monteiro, o senhor disporá de vinte minutos para fazer sua exposição. Em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta de V. Sª, por 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o relator, o presidente, os autores dos requerimentos, membros titulares, suplentes e não membros.

Portanto, a palavra está com V. Sª, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Cláudio Monteiro, o senhor vem aqui na condição de testemunha. O senhor conhece os direitos e os deveres de uma testemunha. Peço a V. Sª que possa assinar a declaração de que dirá aqui a verdade e somente a verdade.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço então que a assessoria providencie o termo e, como todos, vamos já iniciar o depoimento e ele assina ao final do mesmo.

Passo então, Sr. Cláudio Monteiro, a palavra para o seu uso regimental de 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Sr. Relator, Srs. Parlamentares. Começo a minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui nesta convocação pelo simples fato de que, em determinado dia do mês de abril, fui surpreendido com uma manifestação de um jornalista indagando-me sobre um rádio que eu havia recebido e que esse rádio era objeto da comunicação entre a minha pessoa e determinado grupo. Fiz uma pergunta naquele dia: Onde está o rádio? Qual a gravação utilizada em que a minha voz aparece utilizando esse rádio? E essa pergunta eu venho fazendo reiteradas vezes ao longo de todo esse período.

Em seguida, fui surpreendido com outra manifestação, a de que eu teria recebido certa quantia em dinheiro e uma mesada mensal. Bom, aí a situação ficou mais grave, porque se o rádio não era possível ser apresentado – mas eu tinha uma prova cabal, porque bastava a Polícia, com 485 dias de escuta, apresentar uma única fala em relação ao recurso – essa é a palavra de alguém contra a palavra de outro.

Sr. Presidente, ao longo de toda a minha vida pública, que iniciei como sindicalista, fui o primeiro presidente fundador do Sindicato dos Policiais Civis do Brasil, ou seja, tenho uma história de vida; fui eleito deputado distrital pela primeira legislatura do Distrito Federal, para a Câmara Legislativa, fui deputado constituinte; fui relator de um dos capítulos da Lei Orgânica do Distrito Federal; e dizem que se eleger uma vez é fácil, renovar o mandato é que é difícil, e eu consegui fazê-lo, fui novamente eleito. Não poderia ter, ao longo de toda essa história de vida, construída nesta cidade, para onde os meus familiares vieram em 1957, para construir a capital do País, ter, de uma hora para outra, a minha vida jogada na lata do lixo e a minha história riscada completamente.

Então, eu agradeço sinceramente a oportunidade de estar aqui, porque a imagem que se tem e colocada pelos meios de comunicação é que eu fiquei como ventríloco, boneco de ventríloco; as pessoas me faziam a pergunta, eu as respondia, só que a resposta não satisfazia e apenas mostravam o balbuciar dos meus lábios, sem que a afirmação fosse ali colocada.

Então, esse é o motivo desse agradecimento.

Tomei a decisão, quando me foi apresentada essa acusação, de deixar o Governo do Distrito Federal, deixar o cargo, porque passei a minha vida inteira apregoando que ninguém, ninguém mesmo, pode se escudar num cargo público para dificultar ou impedir uma investigação. E aí eu não poderia dizer que eu aplico um remédio para os outros e não bebo desse mesmo remédio. Fiz questão de adotar esta medida: deixar o Governo do Distrito Federal para, sem imunidade, sem a prerrogativa do foro, sem nenhum impedimento, a investigação pudesse ser tudo apurado.

Fui contra os meus detratores aos tribunais. Fiz uma ação contra o Sr. Idalberto Matias; uma outra ação contra o Sr. Cláudio Abreu; uma ação contra o Delegado da Polícia Federal; entreguei a quebra dos meus sigilos bancário, fiscal e telefônico à Procuradoria Geral da República, pedindo ao Procurador que tomasse as providências necessárias. Fui ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, solicitei uma investigação sobre todos os meus atos, porque a mim interessa a apuração; a mim, aos meus amigos, aos meus familiares, às pessoas com quem convivo e a quem tenho que dar explicações todos os dias.

Tomei um conjunto de ações que eram capazes de, sem privilégio de foro, sem imiscuir-me por trás de qualquer razão, permitir essa investigação. E, olha, continuo hoje ainda a formular aquelas perguntas que fiz quando deixei o Governo: onde está o rádio? Parafraseando um sertanejo, um cantor popular nordestino, Genival Lacerda: onde está o rádio? Qual foi a medida adotada para que ele fosse apreendido e com escuta que tem em que eu estava utilizando. Não sou um gênio, não dispunha de informações privilegiadas para não utilizar esse instrumento se ele estivesse em minhas mãos. Não estava. Qual foi a licitação em que eu interferi, se não sou ordenador de despesas e não o fui em nenhum momento no Governo do Distrito Federal? Qual o tráfico de influência que exerci? Porque há que se ter em mente uma coisa tão clara: causa e efeito; causa e efeito. Se você tomou uma medida, essa medida resultou em alguma ação concreta ou produziu algum efeito. Onde está o efeito? Onde? Ninguém deste grupo fez parte dos quadros do Distrito Federal. Nenhuma licitação foi feita no lixo... E, olha, que essa empresa exercia uma atividade fundamental no Distrito Federal, mas veio de um contrato anterior a esta gestão. E as perguntas estão sem respostas até hoje. E aí dizem: a Polícia Federal... Olha, a Polícia Federal é vago demais, é abstrato, é um ser de personalidade jurídica.

Quem tem que dar essas respostas – e aí eu estou diante de algumas pessoas com conhecimento jurídico, de membros do Ministério Público e sabem que fala de terceiros não são provas, muito menos, indícios. Não servem sequer para abrir um inquérito. E é com isso que estamos deparando hoje.

Esqueci-me de falar, Excelência, que a minha formação é jurídica, eu sou Bacharel em Direito. Esqueci-me também de informar a V. Exªs que eu contrariei o desejo de meus advogados de não fazer prova negativa, porque fazer prova negativa é impossível. Desejavam que eu permanecesse em silêncio, mas com a minha honra aviltada, com o meu passado rasgado, como quem abriu uma porta e desceu para um abismo, eu desejo falar.

Estou aproveitando esta oportunidade, sei que não estou aqui na condição de indiciado, sei que não estou aqui na condição de investigado, sei que estou aqui na condição de testemunha, mas me foi ofertada a oportunidade de falar aos meus parentes, aos meus amigos e aos meus eleitores sobre a realidade dos fatos.

E essa é uma oportunidade singular.

Por isso, agradeço a todos os senhores indistintamente, oposição, situação, a cada um dos membros.

Reconheço que a política no Distrito Federal tem adotado caminhos não da normalidade. Quando eu era menino, dizia-se que, numa briga, não valia puxar cabelo, dedo no olho, nem xingar a mãe. No Distrito Federal, tudo isso vale, tudo isso vale. Aqui as pessoas, para promover a vingança pessoal, quando não conseguem contra sim, procuram afetar aquilo que lhe é mais caro: seus familiares, sem a preocupação sequer de buscar a informação correta. E até para fazer um factóide político, produzem até ocorrência policial, como se alguém que vai estar aqui na CPI tivesse um comportamento de um idiota para promover acusação contra alguém.

Eu tenho 53 anos de idade, forjei a minha vida na luta política, forjei minha luta na democracia, nos argumentos, no proceder com dignidade. Esse é o maior patrimônio que recebi de meus pais. E espero levar comigo essa dignidade. Tentaram aviltá-la de todas as formas.

Sento-me aqui na condição de quem não tem mais o que perder, porque alimentava um sonho de construir uma relação com o Governo do Distrito Federal, de estar neste Governo. Este sonho fui obrigado a abdicar dele, para não transformar o sonho dos outros em pesadelo, porque, com o cotidiano dos questionamentos, não teria condições de dar andamento às minhas atribuições. E não poderia macular um Governo com um membro sendo responsabilizado.

E, olha, no caso em questão, o cargo que exercia, não vale o ditado da mulher de César, em que não basta ser honesto, tem que parecer honesto. No cargo em questão, vai além da mulher de César, tem que pa-

recer honesto, tem que ser honesto e tem que provar ser honesto, até porque este Governo teve na eleição uma eleição extremamente fácil, foi a eleição mais fácil de ganhar no Distrito Federal, porque a instabilidade política nesta cidade decorria de, em um único ano, quatro governadores; em um único ano, quatro governadores. Todo tipo de denúncia; todo tipo de denúncia e todo tipo de falcatrua. Mas se foi fácil ganhar a eleição, difícil tem sido ao companheiro Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, governar.

A continuidade de um governo pressupõe a manutenção de métodos e comportamentos. Aqui teve que se fazer a ruptura completa com esses métodos e esses comportamentos, porque a prática instalada no Distrito Federal era do levar vantagem, era do tirar o máximo no menor espaço de tempo possível, era de se aproveitar do bem público de forma privada, e com isso o Governador do Distrito Federal teve que romper.

É um governo que diz: não rouba, não deixa roubar e apura quem faz, e tem somado um conjunto de inimigos por essas ações. Seria muito mais fácil pactuar com o que está instalado, com o que estava instalado. Seria muito mais fácil fazer de conta que não estava havendo nada, mas esse novo caminho veio para promover essas rupturas. Aquela prática que existe de criar dificuldades para apresentar facilidades foi abolida completamente aqui, no Distrito Federal. Por isso, ninguém precisa usar nenhum instrumento administrativo ou político para facilitar o seu atendimento. Aqui a legalidade reina.

Dadas essas condições, fui obrigado a deixar o Governo. Primeiro, por um princípio; segundo, para não macular esse sonho e esse comportamento. Olha, dizem que quando se abre mão de bens materiais, tem-se um sentimento de perda, mas quando se abre mão de um sonho, esse sentimento é gigantesco. Ele é impossível de ser mensurado. Eu abri mão desse sonho, não pretendo voltar ao governo até porque sei que terei que esperar toda essa investigação; sei que terei que esperar toda essa conclusão e já me antecipei, inclusive, ao resultado da CPMI, porque, ao pedir a instalação de um inquérito junto ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Distrito Federal eu me antecipei a isso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, da mesma forma que procedi quando deixei o Governo, entregando o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal voluntariamente, independente de decisão judicial, eu vou fazê-lo aqui, pelo período que desejarem. Estou propondo dez anos, que é o rito da CPMI, mas, se necessário for, faço por vinte, faço por todo o período de vida pública que tive. Então, Excelência, eu quero deixar, em mão, este requerimento, que é uma forma voluntária de abrir mão do meu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

Continuo a perguntar não à instituição, que é um ser abstrato, mas a quem procedeu a investigação: cadê o rádio, cadê a propina, cadê a facilitação na licitação, que essa interferência, e cadê o tráfico de influência? Essas são perguntas que eu quero receber. São perguntas que eu mereço receber. Preciso delas como preciso de oxigênio. Sem elas, a vida do ser político está ceifada.

Como disse, Sr. Presidente, em relação a quem tem me atacado e utilizado esta forma mais sórdida de dedo no olho, puxar o cabelo e xingar a mãe, quero dizer que também trouxe aqui, voluntariamente, por parte dos meus filhos, a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Meus filhos estão ofertando isso voluntariamente, porque, da noite para o dia – pode causar estranheza para alguns –, a idade do meu filho foi reduzida, extremamente reduzida. Ele tem 33 anos e, para parecer aos olhos da sociedade, foi reduzida para pouco mais de 20, 22 anos. Essa foi a informação prestada aqui nesta CPI, afirmação aqui feita.

Um prédio construído no Setor de Vicente Pires, que tem de 16 a 18 apartamentos, foi passado como sendo de 20 a 24. E foi colocado que esse meu filho seria – não o fizeram diretamente, mas levaram à indução –, um "laranja" da minha pessoa. Só que as pessoas se esquecem de um velho adágio popular: "veem as cachaças que eu tomo, mas não assistem aos tombos que eu levo". E aí eu trouxe mais, eu trouxe uma relação do Serasa dos meus três filhos, que passo a V. Exª, onde eles devem para essa construção cerca de R$2 milhões.

Está aqui, Sr. Presidente.

Então, viram o prédio e não viram o débito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Mas tem outra coisa, Sr. Presidente, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder ao depoente o tempo necessário para o seu depoimento, como tem sido com todos.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Tem outra coisa, Sr. Presidente, que dói, e dói muito. É porque as pessoas costumam medir a gente pelas réguas de sua própria vida, e não pelas regras da sociedade. E aí elas os medem perguntando como é que um cara que administra uma obra de R$800 milhões pode estar administrando essa obra sem ter nenhum ganho pessoal, sem nenhuma falcatrua. É porque, para algumas pessoas, e eu faço parte desse conjunto de pessoas, o importante não é ter, mas ser. A gente se satisfaz, a gente se realiza com aquilo que deixa para o conjunto da sociedade. E uma das coisas que me doem foi ser

obrigado a deixar a condução daquilo que eu acho que é botar Brasília na história como cidade-museu, como local da visitação, fazer o encontro dessa cidade com a sua vocação, que é o turismo. E essa oportunidade estava e está agora na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, ações conduzidas por mim e que eu deixei.

Mas, Sr. Presidente, há, também, uma questão que é colocada que nada mais ou nada melhor que um dia após o outro e que, por maior que seja a tempestade, no outro dia o sol vai raiar e nós seremos capazes de enxergar esse sol. Aqueles que assacaram contra mim possuem um conjunto habitacional. Aqueles que assacaram contra mim o fizeram de forma triste, porque transformaram a minha pessoa em algo que eu não fiz. Eu levei todos os recados. Eu atendi aos telefonemas e levei os recados que me foram dados: "o Governador precisa cumprir um acordo político comigo", "o Governador precisa me atender em audiência", "o Governador precisa fazer a indicação que eu fiz na Fundação de Amparo à Pesquisa".

Olha, Sr. Presidente, eu levei todos esses recados. Todos. Entreguei ao Governador todos os recados que recebi. Agora, eu não detenho a condição de fazer com que o Governador atenda a esses recados, atenda a essas solicitações. E aí, transferir para o Cláudio Monteiro a responsabilidade por esse não atendimento é demais. Realmente, é demais.

Eu espero que também não esteja munido disso uma atitude que eu não tomei, a Administração Pública tomou, que foi mandar derrubar parte de um colégio, porque esse colégio estava em área pública. Essa não foi uma atitude que eu tomei, foi uma atitude que Administração Pública se impôs. E eu também não posso ser responsabilizado por isso.

Então, fazendo esses esclarecimentos, quero agradecer a cada um dos senhores e dizer que estou aqui de peito aberto, vida franca, pronto a responder todas as perguntas enquanto testemunha de fatos que tomei conhecimento ou de fatos que presenciei. Mais uma vez, agradeço a cada um dos Srs. e Srªs Senadoras, Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator. Muito obrigado. Obrigado a imprensa por estar divulgando isso.

Quero fazer um agradecimento especial, se o senhor me permitir, Sr. Presidente, a um jornalista que, ao me entrevistar, perguntou: "Mas que história é essa? Onde é que está a verdade?" Eu pedi a esse jornalista: "Passe à opinião pública o meu questionamento. Peça para apresentarem o rádio, peça para explicarem, se eu recebi 20 mil e estaria recebendo 5 mil mensais, a atitude de quem ouviu isso e não tomou providência. Foi desídia". A autoridade que deveria promover isso deveria – para crimes em flagrante, não há fórum – me prender. Não fez por quê? Deveria ter feito isso. Prevaricou? Essa é a pergunta. Se prevaricou, eu não acredito; eu não acredito. Não posso crer que tenha prevaricado. Não posso crer que deixar de prender o chefe de gabinete do Governador do Distrito Federal não seria um ato de tamanha publicidade. Ora, claro que seria. Não o fez por uma razão simples: porque isso não existiu.

Eu quero juntar, Sr. Presidente, mais alguns documentos. É a declaração do Sr. Marcello, do João Monteiro e do Sr. Idalberto no inquérito que eu pedi, inclusive, uma investigação para ser feita, porque eu pedi à Secretaria de Transparência do Governo do Distrito Federal que apurasse a minha conduta e que chamasse, para total transparência, um membro da OAB do Distrito Federal para que acompanhasse essa apuração. Então, Sr. Presidente, todas essas pessoas, ao serem indagadas...

Enquanto esses documentos estão sendo encontrados, esses depoimentos, eu quero dizer que o Sr. João Monteiro relatou que eu nunca o procurei para pedir nada, no setor de limpeza urbana, na empresa, na instituição, na autarquia SLU. Aliás, ele relata exatamente o que eu havia colocado: que, em contato que recebi com a empresa Delta, essa me alerta que está tendo dificuldades para exercer as suas atividades. E, tendo dificuldades para exercer as suas atividades, ameaçava fazer ruptura de contrato em que o causador fosse o GDF. Mas apresenta fotos... Eu peço para que formalizem isso e, após formalizarem, eu encaminho oficialmente ao setor competente que é o SLU.

Então, o Sr. Idalberto, ontem, na comissão da Secretaria de Transparência, não respondeu a nenhuma pergunta, mas fez um esclarecimento em tempo, dizendo que jamais... Aliás, eu não vou... Eu teria de ler a frase dele para não aumentar... Que não pagou nada, nenhuma importância, qualquer recurso a qualquer servidor do Distrito Federal. Ele não falou em relação à minha pessoa. Ele falou em relação ao todo. Eu gostaria que ele tivesse também atendido ao chamamento judicial e falado isso em juízo, mas, certamente, no tempo certo, na hora certa, com o andamento do processo, nós vamos ter a oportunidade de ter a verdade restabelecida.

Sr. Marcello de Oliveira Lopes. E aí, Sr. Presidente, esse é o depoimento do Sr. Marcello, que passo às mãos da Comissão. Sei que ela pode requisitar, pode pedir, tem autoridade para isso, mas eu me antecipo, juntando que referências ao meu nome me isentam de qualquer ação.

O Sr. Idalberto Matias – como eu não posso fazer ilações –, no depoimento, ele diz o seguinte: "Deseja deixar consignado que nunca ofereceu dinheiro nem

entregou pagamento a ninguém." Eu me incluo, graças a Deus, nesses "ninguém".

O Sr. João Monteiro, que era o superintendente, diz: "O depoente disse que o Sr. Cláudio Monteiro nunca lhe telefonou para pedir que adiantasse ou atrasasse pagamento à empresa Delta, bem como o Governador do Distrito Federal também nunca lhe pediu nenhum tipo de favor nesse sentido, solicitado por Cláudio Monteiro ao depoente no sentido de verificar as condições de trafegabilidade nas vias internas da Estrutural. Porque um documento apresentado ao gabinete do Governador pela empresa delta dava conta de que as vias estavam em péssimas condições, com afloramento de vergalhões, decorrente de chuvas, e que aquela empresa aventava o descumprimento da cláusula contratual por parte do SLU. Tal documento foi remetido ao SLU, que elaborou o relatório a respeito do assunto e devolveu o expediente ao gabinete do governador."

Então, Sr. Presidente, passo também as suas mãos.

Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido de desculpa público. Um pedido de desculpa a todos os meus companheiros do Governo do Distrito Federal, a todos aqueles que, junto comigo, ocuparam cargos, por tê-los colocado numa situação vexatória. Gostaria de pedir desculpa aos meus familiares, aos meus filhos, aos meus parentes. A família Monteiro é grande, ela está espalhada pelo Brasil afora, do Rio de Janeiro ao Nordeste do País. Àqueles com quem pude falar e àqueles com quem ao pude, peço aqui desculpas por ter o meu nome envolvido nessa situação. Mas o tempo é senhor de todas as ações e nós teremos a oportunidade de, no tempo certo, na hora certa, termos a verdade restabelecida.

Senhores, muito obrigado. Muito obrigado mesmo, de coração.

O SR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito V. Exª como sendo o primeiro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, me inscreva como Líder. Deputado Sílvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª está inscrito como o segundo.

Eu vou passar inicialmente, regimentalmente, ao Sr. Relator para fazer as suas perguntas. Depois, aos autores de requerimentos; depois, aos inscritos e aos Líderes.

Então, passo a palavra ao ilustre Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Claudio Monteiro, esta CPMI busca compreender a extensão da organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e suas incursões sobre o aparelho de Estado. Para defender aquilo que seria o negócio matriz da organização criminosa, que seriam os jogos, a contravenção, também essa organização se associou para conseguir contratos em órgãos públicos e corromper agentes públicos. Conheço as incursões dessa organização criminosa.

Sem entrar no mérito em si da verdade ou não, do fato ou não, do que dizem os dois inquéritos da Polícia Federal, o que nós temos notícia – e isso em minha opinião é inconteste –, a organização criminosa buscou incursões no governo do Distrito Federal, e é claro que essas incursões não são só no governo do Governador Agnelo Queiroz, mas em momentos anteriores inclusive. Exatamente por isso a sua presença aqui é importante, porque o nome de V. Sª é citado nas interceptações telefônicas. E é com essas citações que nós queremos, e são por essas citações que nós pedimos que o senhor estivesse conosco hoje, de maneira clara vem se dispõe a falar o que muito ajuda o trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que quer uma coisa simples: buscar a verdade e compreender a extensão dessa organização criminosa. Então, primeiro, agradecer a disposição do senhor estar conosco, de falar e especialmente em colocar o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico à disposição – como se não bastasse também a de vossos filhos.

Para entendermos melhor então em que circunstâncias o senhor acaba por chegar no Governo do Distrito Federal neste momento. Eu pergunto ao senhor a profissão do senhor qual é; o senhor disse que disputou cargos públicos...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr Relator eu sou funcionário público de carreira, eu sou policial civil aposentado hoje. Mas só ingressei na Polícia Civil do Distrito Federal em 1983. Nos cargos, fui o primeiro presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, ou seja, o primeiro sindicato do Brasil pós Constituição de 88. Fui eleito deputado na primeira eleição da Câmara Legislativa do Distrito Federal no ano de 1990; exerci o mandato de 91 a 94, renovei esse mandato de 94 a 98...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De Deputado Distrital?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Distrital.

E por uma questão da legislação eleitoral, em que nem sempre os mais votados são os que detêm o mandato, mas o voto... O cociente eleitoral e a eleição caminham para isso, eu fui o 16º colocado na eleição de 1998 e fiquei sem mandato.

Após isso, o termino desse mandato, ao longo desse período eu contraí uma amizade profícua com o então Deputado Agnelo Queiroz...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor foi Deputado com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Fui Deputado com ele na primeira legislatura da Câmara.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em noventa...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – De 90 a 94, fomos deputados juntos. Posso dizer que fui o deputado mais jovem eleito no Distrito Federal, tive a honra de fazer o juramento da Lei Orgânica do Distrito Federal e a honra por ser na época à casa o único Bacharel em Direito, o autor de um capítulo quase inteiro da Lei Orgânica que é da organização dos poderes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então o senhor tem relacionamento pessoal e político como Governador Agnelo Queiroz desde 1994?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Desde 1990, 1991.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhou com ele na Anvisa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não senhor. Eu trabalhei com o deputado... Primeiro nos relacionamos politicamente na Câmara Legislativa, depois quando ele se elegeu Deputado Federal em 1994 eu fui um dos apoiadores de sua campanha pelo glorioso PCdoB; fizemos campanha juntos. E ao término do meu mandato em 1998 eu fui convidado pelo deputado para assessorá-lo na Câmara Federal. Estive nessa Casa durante três anos e pouco, quando se deu a eleição do Governo Lula o então deputado foi convidado a ser Ministro do Esporte e eu tive a honra de ser convidado a estar com ele no Ministério – primeiro fui assessor, depois fui chefe de gabinete, depois fui secretário executivo – e tenho no meu currículo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode falar em períodos, anos? O Ministério do Esporte...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Esse período, na primeira gestão do Governo Lula no Ministério do Esporte.

Tive a honra de ser designado pelo Presidente da República em alguns atos – isso me enaltece – como Ministro interino dos Esportes do Brasil, algumas vezes. Não é o ter, é o ser. Então, fui designado pelo Presidente, em ato específico, algumas vezes, como Ministro interino do Esporte.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor era Secretário Executivo do Ministro Agnelo, então Ministro Agnelo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Fui secretário... O cargo que mais exerci no Ministério foi o cargo de Chefe de Gabinete. Com o término do mandato, a permanência dele no Ministério do Esporte, ele disputou a eleição para o Senado, não se elegeu, teve uma votação estrondosa, mas não se elegeu, foi para a Anvisa. Eu fui cuidar da minha aposentadoria. Fiquei esse período todo cuidando da minha vida pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi candidato, nesta última eleição, a Deputado Distrital?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Na última, fui; nessa eleição em que ele foi candidato ao Senado, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação ao Sr. Carlos Cachoeira, o senhor se encontrou com ele em algum momento, tem alguma relação com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor nunca se encontrou com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhuma oportunidade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quais eram as relações do Sr. Carlos Cachoeira com o Governo do Distrito Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Zero. Nenhuma. O Sr. Carlos Cachoeira nunca promoveu sequer um telefonema para o Governo do Distrito Federal. Que eu tenha conhecimento, não. Como eu sou a parte nessa matéria de ter recebido as ligações, por fazer o recebimento das agendas do Governador e os telefonemas que são direcionados ao gabinete, posso lhe assegurar: o Sr. Carlos Cachoeira nunca ligou para o gabinete do Governador Agnelo Queiroz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Também não, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nunca esteve com ele em nenhum momento?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação a...

A que o senhor atribui, então, as citações do nome do senhor nas interceptações telefônicas?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque nós estamos buscando... É preciso compreender isto: nós estamos buscando as incursões da organização criminosa. Essa organização cita o nome do senhor algumas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aliás, algumas dezenas. A que o senhor atribui isso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O Ministério Público diz que são citações...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor atribui isso a quê?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu vou fazer uma ilação. Na ilação, é o seguinte, Sr. Presidente: seja quem quer que seja o ocupante de um cargo público, certamente alguém vai dizer que tem relação com essa pessoa e vai querer mostrar prestígio. Eu atribuo essas citações, até porque são feitas por terceiros... Reitero: não existe uma única manifestação minha; não existe uma única fala em que eu esteja me dirigindo a essas pessoas. Eu acredito que isso se deu por vender prestígio. Comumente, no meio político, alguém quer vender conhecimento, quer mostrar que tem bom relacionamento, que é capaz de ser facilitador. Isso é uma ilação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Idalberto, o senhor acha que pode ser isso? Idalberto Matias.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em relação ao Sr. Idalberto, em relação ao Sr. Marcelo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor mantém relações pessoais ou políticas com o Sr. Idalberto Matias?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não... Vou esclarecer, Sr. Presidente. O Sr. Idalberto Matias eu conheci no curso da campanha, quando ele promoveu uma feijoada em Vicente Pires. Ele promoveu essa feijoada e eu fui convidado para ir a essa feijoada. Sobre essa feijoada, tratava-se de uma entidade esportiva que ele dirigia, chamada Anjos do Handebol, creio isso. E me perdoe se eu errar o nome da instituição, mas o objetivo foi este: era uma instituição da prática do handebol, e ele gostaria que, em sendo eleito, se o fosse, pudesse apoiar o esporte. Olhe, eu acredito que o esporte é um instrumento de recuperação social, é um instrumento de ascensão social e o esporte é um instrumento de educação. Então, ao receber esse convite para ir lá e me manifestar e dar apoio, o fiz com total tranquilidade.

E quero dizer a V. Exª, até me alongando nessa resposta, que o Sr. Idalberto, ao ter um contato com o Ministério Público do Distrito Federal, pelas gravações...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe, então, o senhor o conheceu em 2010?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em 2010, na campanha. Ele vai e diz o seguinte para um promotor: a última vez em que estive com Cláudio Monteiro foi na campanha... E isso foi no mês de agosto. Portanto, essa afirmação mostra que há uma distancia, um lapso temporal enorme.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agosto de?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Agosto de 2011. Essa é uma afirmação tida nas próprias gravações da Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Jairo Martins?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não o conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não o conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca esteve...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nunca esteve comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Senador Demóstenes Torres? O senhor se encontrou com ele? Ele pediu para o senhor alguma coisa que interessava ao Sr. Carlos Cachoeira ou à empresa Delta, por exemplo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, pode causar estranheza, eu sou um admirador do Senador Demóstenes Torres.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Continua sendo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Bom, agora nós temos um lapso temporal de três anos e algum período de gravações em que a coisas mudaram completamente, mas eu nunca tive a oportunidade de conversar com o Senador Demóstenes, nunca tive a oportunidade de ligar para o Senador Demóstenes, nunca tive a oportunidade de estar com o Senador Demóstenes. Estranhava-me e causava-me surpresa ao ver a manifestação do Senador Demóstenes Torres arrebanhando colegas do Parlamento e do próprio Senado para que com ele fossem à Câmara Legislativa propor um *impeachment* do Governador Agnelo. Mas olha, sendo jogo político, eu acreditava – mais uma ilação, porque acreditava – que a disputa política fazia isso. É lógico que as gravações mostraram o contrario. Mas eu não tenho nenhuma informação para dar a respeito desse fato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas ele ligou para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que não ligou para ele, mas ele ligou para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Nunca recebi nenhum telefonema. Não liguei e nem recebi ligações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguém pediu ao senhor, Sr. Cláudio Monteiro, alguém em algum momento pediu ao senhor para que o Tenente-Coronel da Polícia Militar o Sr. Paulo Abreu fosse nomeado na Presidência do Serviço de Limpeza Urbana?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor, Sr. Relator, e quero atribuir isso até a uma dádiva divina, porque imagine só, Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ninguém chegou a entregar uma lista para o senhor com o nome dele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Não, senhor. Não, senhor. Eu atribuo isso até a uma dádiva divina, por quê? No Governo, há informação de que você tem um oficial da Polícia Militar, ou seja, um oficial concursado, alguém com reputação, se fosse colocado esse senhor, olha agora estaríamos numa situação complicada para explicar. Então, graças a Deus, esse senhor nunca me foi indicado e nem foi indicado ao Governo. E o Governador Agnelo, quando aqui esteve, reputou e afastou da minha pessoa a ideia do tráfico de influência ao afirmar que a decisão de indicar o Sr. João Monteiro como Superintendente, Diretor do SLU, o foi de fórum pessoal. Ele tomou essa decisão, ele decidiu, ele escolheu, pelos predicados da carreira que o cidadão possuía, ex-Secretário de Segurança Pública do governo anterior, com duas vantagens. Primeiro, botou um policial, um delegado; segundo, não partiu do pressuposto, da ideia de segregação partidária, porque ele havia pertencido a outro governo, mas viu as qualidades do Sr. João Monteiro e colocou o Sr. João Monteiro para ser o superintendente do SLU, o responsável pelo SLU.

Aliás, essa qualidade de não fazer separação entre Oposição e Situação, se me permite, Sr. Presidente, eu aprendi com o Ministro Agnelo quando ele afirmava que os convênios do Ministério do Esporte deveriam ser feitos com cada um dos Municípios, independentemente da colocação partidária a que pertencesse aquele prefeito, porque naquele Município havia um brasileiro, e aquele brasileiro ser atendido era responsabilidade das políticas públicas federais. Então, aprendi com isso essa separação entre Oposição e Situação. Ela se dá no campo das ideia e ela se dá no campo eleitoral.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcelão chegou a tratar de algum tipo de nomeação que ele gostaria que ocorresse no governo e pediu que você levasse algum recado para o Governador?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O militar Tenente-Coronel Paulo Abreu foi indicado para algum outro cargo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não é do meu conhecimento. Não sei quem é essa pessoa. Não sei se ele é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é da ativa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...branco, negro, japonês.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Você sabe se ele é da ativa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não sei. Não sei, senhor. Não é do meu conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na linha do que o senhor chama de ilações, há referência, nas interceptações telefônicas, de um rádio Nextel. O senhor traz um argumento que é contundente, na medida em que as interceptações não gravaram a conversa do senhor. Mas se presume que alguém, então, teria pego esse aparelho, que disseram ao chefe da organização que seria entregue para o senhor; e, na verdade, teria ficado com outra pessoa. O senhor pode nos dar uma dica de quem poderia ter ficado com esse aparelho?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu indago isso todos os dias. Se a Polícia Federal gravou todos que usavam esse rádio, só ela pode dizer onde esse rádio está. Quer dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a história começou com um rádio; depois caminhou para um *chip*. E nem rádio, nem *chip*. Eu não sei. Não recebi, não usei, e a prova de que não o fiz é que todos que usaram, todos foram gravados. E eu não fui gravado. Ou apresentem essa prova. Isso aí, sim, é uma prova material.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Cláudio Abreu, o senhor se reuniu com ele? Tem relações com ele de quando?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu me reuni com ele duas vezes, Sr. Presidente, em função do meu cargo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como chefe de gabinete?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Como chefe de gabinete.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes, o senhor o conhecia?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Era o cargo que eu exercia, não é, porque fui despojado por ação própria. Não o conhecia antes. Eu o recebi duas vezes e o recebi na condição de diretor da Delta.

Sr. Presidente, é bom que tenhamos uma análise do fato de acordo com o tempo.

Hoje, execradas estão algumas pessoas. Estão execradas. Perdoe-me a adjetivação. Está execrado o Senador, está execrada a Delta. Só que tem um detalhe, Sr. Presidente. Na análise disso no tempo, quem em sã consciência poderia dizer que a Delta era inidônea? Quem poderia dizer, em sã consciência, que havia uma relação entre a Delta e o Sr. Carlos Ramos? Quem poderia dizer que isso existia no mundo real? Olha, isso demandou tanto tempo para ser apreciado que a Polícia Federal ficou gravando três anos. Todos os homens públicos, todos aqueles ocupantes de car-

go público que os receberam, o fizeram sem conhecimento. Creio eu.

No meu caso específico, recebi o representante regional da Delta, no Distrito Federal, para tratar de assuntos de interesse da empresa, mas consequentemente de interesse do Governo do Distrito Federal, porque a boa prestação de serviço e as condições para que esse serviço fosse prestado era de nossa responsabilidade também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor falou que o recebeu duas vezes. O senhor pode mensurar no tempo quando teria sido a primeira reunião, a segunda reunião? Quais eram as preocupações que eles traziam ao senhor? Eles não deveriam procurar o presidente do serviço de limpeza urbana e não o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Haviam me dito que já haviam procurado. Quando estiveram no gabinete, me disseram que já haviam procurado a superintendência do SLU, e que o objeto dessa solicitação não havia sido atendido. Eles o fizeram, primeiro de forma... Numa audiência, levando fotografias das precariedades de trafegabilidade no terreno...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa foi a primeira reunião. Trouxeram essas fotografias. Mas para quem quer formular uma ação concreta do governo, não basta trazer fotografia. Eu solicitei a eles que formulassem aquilo expressamente e fizessem uma manifestação formal, denunciando a falta de condições de executar o contrato, até porque, nesse argumento informal, nessa conversa informal, o que me saltou os olhos foi a afirmação de que o Governo do Distrito Federal não estava permitindo as condições para execução do contrato.

Como agente público, tomando conhecimento de que o Estado não estaria permitindo condições para execução do contrato, seria eu, no mínimo, omisso, chamado a responder, no futuro, por não ter praticado os atos.

Fiz a solicitação para que trouxessem isso de forma expressa. Mas aí, Sr. Presidente, permita-me mais uma ilação. Nas gravações telefônicas, nessas escutas, eles entram em dúvida se deveriam ou não fazer isso formalmente. Olha, se a gente fizer formalmente, ele pode apresentar para outros e vão nos prejudicar. Mais ou menos é essa a dialética desse diálogo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa foi a primeira reunião?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa foi a primeira e a segunda. Todas elas se deram desse jeito. Na primeira, eles trouxeram de forma informal e, na segunda, eu pedi que fizessem forma formal. Voltaram para trazer de forma formal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No dia 27 de fevereiro de 2012,...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bem próximo à deflagração da operação, há um diálogo entre o Sr. Dadá e o Cláudio Abreu em que eles dizem assim:

"Tivemos uma reunião com o camarada lá, ontem, o Xará, eu e o Marcelão. Ele falou pra avisar você que quarta-feira está marcada reunião. Se o assunto for ônibus, o Governador quer fechar com a empresa. Se for o outro, ele está à disposição".

Eles trataram do assunto ônibus, da bilhetagem?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

Sr. Presidente, essa reunião não existiu. Esse assunto não foi tratado. O Governo do Distrito Federal vem, ao longo de toda a sua existência, desse mandato, numa luta incessante para restabelecer a condição de atendimento digno à população do Distrito Federal na questão do transporte.

Aqui, a cidade era como capitania hereditária. As pessoas receberam essa concessão e, ao longo dos anos, continuaram explorando essa concessão sem sequer um instrumento legal para tal. E a luta para substituir esse cartel é uma luta incessante, é uma luta gigantesca, é uma luta do enfrentamento.

Mas tenho convicção, e agora como povo, como cidadão, como eleitor que aqui está sentado – eu estou sentado nessa condição – despido de qualquer cargo, como eleitor, dizer que espero que a população do Distrito Federal consiga um transporte coletivo de qualidade. Que essa capitania hereditária não persista e que o povo possa, através de uma licitação correta, regular, legal, ter as empresas explorando esse serviço como ocorre em outros Estados. Como ocorre, por exemplo, no Paraná, que é referência em transporte público de massa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu, Sr. Cláudio, os representantes da Delta duas vezes no ano de 2011. O senhor está dizendo que a reunião teria sido em fevereiro de 2012, que essa interceptação da conta não existiu.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, perdoe-me, estou dizendo para o senhor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque temos duas reuniões e há outra em fevereiro de 2012.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não tenho lapso temporal. Tenho o fato, como se deu. Eu o recebi em duas audiências. Nessas audiências, o objeto tratado foi a condição de precariedade na execução do contrato. Essa reunião que dizem que...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que teria ocorrido em fevereiro de 2012, este ano.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...teria ocorrido em fevereiro, eu afirmo ao senhor que ela não ocorreu comigo, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui que o senhor era Chefe de Gabinete e Secretário Executivo da Copa.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Da Copa, do Comitê Copa, mas fui mais um outro. Fui Chefe de Gabinete, acumulei, sendo Secretário da Casa Civil do Governo do Distrito Federal e aí, até por um lapso.

Mais uma ilação, Sr. Presidente. Aqueles que escutavam esses telefonemas chegam até a cometer um erro, porque dizem: "ele passou agora a ser chefe da Casa Civil, portanto, detentor de foro privilegiado".

Veja, eu era detentor desde o dia 1º de janeiro de 2011, porque eu era secretário de estado. Então até não existe desculpas para não terem me gravado, porque eles acreditavam que eu passei a ser detentor de foro só no mês de março. Então antes poderiam ter feito à vontade sem, inclusive, qualquer restrição, bastava ir à Justiça comum. Eu espero que o juiz, ao conceder ou se concedeu, tenha analisado que haveria um erro, um erro material.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à questão da Copa, quais eram as atribuições do senhor nesse tema?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, a minha atribuição é uma atribuição política, eu sou o cara que acompanha as relações com a FIFA, com o Ministério do Esporte, com os órgãos federais...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas as contratações eram feitas onde?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Quais contratações?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para as obras da Copa.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eram feitas – eram não – são feitas pelo próprio consórcio; o consórcio tem autonomia, o consórcio tem autonomia para contratar, para demitir, para fazer o que ele quiser. O consórcio tem com o Governo do Distrito Federal um contrato em que a sua obrigação é entregar a obra no tempo certo, com pagamento pelas medições e fazer com que as coisas aconteçam. A minha função era empurrar isso, fazer com que as coisas acontecessem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se a Delta tem contrato nessas obras aqui?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não tem, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a empresa Rio Tocantins?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não sei, não conheço essa empresa. Eu sei que a Delta não tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem relações com o Sr. Heraldo Puccini? Conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Presidente, eu não sei de quem se trata.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele seria diretor da Delta no Sudeste.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O único cidadão que encontrei da Delta foi o Diretor Regional, Sr. Cláudio Abreu, e um funcionário da Delta – um diretor e um funcionário –, porque o Sr. Idalberto Matias quando esteve comigo, o teve na condição de funcionário da empresa, representando a empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação – eu vou voltar nessa questão da bilhetagem eletrônica, porque me parece claro que a organização tinha dois interesses muito bem definidos aqui no Governo do Distrito Federal, que era no Serviço de Limpeza Urbana e essa questão da bilhetagem eletrônica.

O senhor tratou desse assunto como Chefe de Gabinete com o Governador Agnelo Queiroz, com o Sr. Cláudio Abreu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em nenhum momento. E até isso...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Voltou o som, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Cláudio Abreu... Desculpe-me, Sr. Cláudio Monteiro... *(Risos.)*

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, me permita uma colocação. Essa confusão, o Sr. Cláudio Abreu, ela ocorreu diversas vezes. Eu fui colocado em cadeia nacional de televisão exatamente numa fala que era feita pelo Sr. Cláudio Abreu e atribuíram a mim, fui parar até no jornal da meia noite.

Lamentavelmente, neste caso, eu não tive nunca nada para me preocupar com meu nome. Mas, nesse momento, eram tantos Cláudios que o Ministério Público até chegou a fazer confusão, pois os próprios membros do Ministério Público, quando afirmaram que eu interferi em licitações, eu quero crer, talvez estivessem se referindo a outra pessoa, a outro Cláudio, porque esse chegou, inclusive, a ser preso por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Valdir Reis, que teria interferido num possível edital que seria lançado no caso da bilhetagem eletrônica?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Sr. Relator, com essa pessoa nunca tive nenhum contato

com ela – não sei se é alto ou se é baixo. Sei, sim, que após a manifestação de todos esses fatos, de tudo isso que ocorreu, o Governo do Distrito Federal informou que esse cidadão não fez parte dessa gestão, que ele foi demitido no dia 31 de dezembro de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao seu filho, o Sr. João Cláudio Monteiro, ele teve ou tem contrato com a Delta na coleta de lixo aqui do Distrito Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, é verdade. O meu filho tinha veículos transportando resíduos sólidos no Distrito Federal. Só que eu quero fazer um adendo a isso...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria saber as empresas que o senhor tem e que ele tem também.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, eu não tenho empresas com o meu filho, nenhuma. Meus filhos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou pedir licença ao Sr. Relator e também ao depoente e aos demais Parlamentares, porque houve uma pane no sistema de som e a reunião não está sendo gravada; então me pedem para suspender por alguns minutos, até que se restabeleça o serviço, já que temos que ter toda degravação dos depoimentos.

Suspendo a reunião por cinco minutos.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 6 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 11 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a reunião, fui informado por um servidor da Casa, o Sr. Narciso, de que houve uma queda no sistema de energia e isso provocou a queda no sistema de som e de gravação. Ele disse que também estão tomando as providências para que, quando houver queda no sistema de energia, não poderá haver quebra no sistema de gravação e de som. Isto é, o sistema tem que ter um seguro para essas eventualidades.

Então, devolvo as perguntas ao Sr. Relator para as respostas do depoente. Peço a atenção de todos os Srs. Parlamentares.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na verdade, o Sr. Cláudio estava...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Respondendo sobre a questão do meu filho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...em relação a ter...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...contrato de lixo com a Delta.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não sei se ele tinha contrato; sei que ele tinha veículos que prestavam serviço para a Delta.

Sr. Presidente, deixa-me colocar uma questão tranquila sobre isso. Bom, eu iniciei a minha vida com a luta pela sobrevivência muito cedo. Fui pai aos 19 anos de idade. Meu filho seguiu um caminho idêntico; foi pai também aos 18. Meu filho tem 33 anos, é pai de três filhos. Enquanto estava sob o pátrio poder, ou seja, até os 18 anos, tinha toda a minha interferência. Não tenho mais. Pela luta, não é ocupante de cargo público; não pratico o nepotismo. Não é favorecido por mim em nenhuma ação. Se V. Exªs puderem examinar as escutas, verão que não há referência, eu conversando com ninguém da empresa pedindo esse ou aquele favorecimento.

Agora, essa é uma relação privada. Não é porque é meu filho que vai ser um desempregado. Não é porque é meu filho que um não vai poder exercer nenhuma atividade. Agora, também tem uma outra relação. Poderia ser ele qualquer tipo de pessoa, não teria aí a minha responsabilidade. Eu disse a V. Exªs aqui no início que a política no Distrito Federal chegou a um patamar abaixo da abaixo da abaixo da linha da cintura, em que dedo no olho, puxar cabelo e xingar a mãe está valendo. E aí, quando não encontram em cima do pai, vão à busca do filho.

O Sr. João Cláudio tem 33 anos, é casado, pai de três filhos, maior, independente, tem a relação dele; eu não respondo pelos atos dele. Não o ajudei a entrar, mas também não tomei nenhuma providência para que saísse. A relação é privada. E digo a V. Exª: a tranquilidade nisso está aí e fiz o último pedido – não vou dizer o último porque morri nem pretendo que morram –, mas um pedido especial para que colaborassem comigo, entregando o sigilo fiscal e bancário. Externei aqui o débito que existe que é de quase dois milhões, dos três filhos, porque tenho duas famílias. Da mesma forma com que fui pai aos 19 anos, depois construí outra relação e isso gerou entre os meus filhos um desgaste de relacionamento para comigo. Quer dizer, nunca fui o pai que eles sonhavam, até porque eles gostariam que eu continuasse ainda com a mãe deles. E o filho por cujos atos eu respondo tem 2 anos de idade. A esse toda e qualquer atribuição, toda e qualquer responsabilidade é minha; os outros são maiores, respondem pelos seus atos, têm suas famílias. E eu, como pai, nutro dois sentimentos. O primeiro, de alegria quando os vejo felizes; o de tristeza, quando os vejo tristes. Mas não posso viver a vida deles, não posso substituí-los e não posso dizer o que devam fazer. Posso até, se me perguntarem, aconselhar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No caso específico, o senhor não pediu, em nenhum momento, para que eles fossem contratados.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nem para contratar nem para tirar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Marcello Oliveira, o Marcelão, qual é a relação do senhor com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, perdoe, eu relatei aqui na minha história que fui presidente fundador do primeiro Sindicato de Policiais Civis do Brasil. Todo e qualquer policial que precisar da minha ajuda o terá. O Sr. Marcello me ajudou na campanha política...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele doou na campanha do senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele não, a empresa da família dele fez uma doação em valor simbólico, não sei como é essa expressão, mas, na realidade, eles produziram a arte do fotolito, a arte que deveria ser do cartaz, dos *folders*, que teve o valor estimado de R$5 mil. Então teve essa relação, é meu amigo, é policial civil, é da mesma carreira que eu sou, primo por ela, defendo-a a todos e estou sempre de braços abertos para, em caso de necessidade, em caso de solicitarem o meu auxílio, o farei; podendo, claro. O Sr. Marcello é pessoa da minha amizade.

Agora, ser pessoa da minha amizade não me torna responsável pelos atos que ele possa ter praticado. Disse, na minha manifestação anterior, que faria ali uma ilação sobre o porquê dessas coisas. Disse a V. Exªs que as pessoas gostam de demonstrar proximidade com o poder. E eu creio que ele fez isso. Mas quero reafirmar: é meu amigo, companheiro da polícia, servidor público de carreira, ingressou na polícia em 1998, pertenceu a diversos órgãos dessa polícia...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor levou ele para trabalhar com o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Levei, sim, senhor. Foi por indicação minha. Ficou 15 dias apenas na Casa Militar. Foi indicação minha. Por que a Casa Militar? O senhor pode perguntar: "Mas o senhor era Chefe de Gabinete por que não o colocou direto sob a sua guarda ou sob a sua responsabilidade?". Eu lhe explico agora. A carreira policial civil tem tido o entendimento, por parte do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de que, para se gozar do benefício da aposentadoria especial, você tem que estar, mesmo requisitado, sob a condição de estar na atividade policial, o que, para mim, é um absurdo, porque você não vai deixar de ser policial nunca; em qualquer posição que você esteja exercendo, você será policial. Então, você não se afasta da carreira, você não se demite. E, por essa circunstância, para que continuasse no exercício da atividade, ele foi requisitado para a Casa Militar, mas foi requisitado por minha solicitação, foi requisitado, ao meu pedido, e ficou sob a minha responsabilidade durante 15 dias.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, e quais eram as atribuições... O senhor o chamou para fazer o quê sob a sua responsabilidade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Relator, eu moro num local ermo, moro fora da cidade, eu moro no Setor de Chácaras do Gama. Eu entro no serviço por volta de 9h, 9h30; não sou o cara das sete da manhã, de forma nenhuma, mas nunca saí antes das 23h. Cheguei a ser abordado algumas vezes próximo à minha casa, primeiro, por um motoqueiro que, se eu não tivesse utilizado um instrumento, que é colocar um *hotline* no carro, teria sido assaltado. Ele fazia parte dessa segurança, até porque é uma pessoa de porte avantajado, tem experiência nessa área de segurança e foi convidado exatamente por isso.

Agora por que esse convite nasceu? Esse convite nasceu porque ele me relatou que estava, na mudança da substituição do diretor da Polícia, sofrendo perseguições, que o diretor não ia com a relação dele, que ele estava sendo perseguido, e nessa condição eu juntei o útil ao agradável. Precisava dessa segurança, e ele precisava se afastar. Afastou-se e eu passei a ter o segurança. Mas a indicação dele é de minha inteira responsabilidade. Agora,...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então ele servia de segurança para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – ...sou responsável pela indicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele servia de segurança para o senhor?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As interceptações telefônicas, também da Polícia Federal, dão conta de que o Sr. Marcelão, em associação com o Sr. Jairo Martins e com o Sr. Dadá, faziam parte de um esquema de arapongagem de interesse da organização criminosa e que, de alguma forma, eles se aproveitaram da estrutura do Governo do Distrito Federal para servir de apoio a esse sistema de arapongagem. V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, eu não tenho conhecimento disso e quero dizer uma outra coisa para o senhor, se o senhor me permite. Olha, esse Governo teve trezentos telefones quebrados indevidamente. O meu carro, Sr. Presidente, recebeu um aparelho de escuta interno, que foi colocado na área externa do carro. Não vou me aprofundar nisso porque isso é objeto de investigação, e espero que em determinado momento esse curioso seja descoberto. Esse aparelho dava a localização em qualquer ponto e ainda permitia a gravação, porque era como se fosse

um telefone – o Governador o mostrou aqui –, permitia ter acesso às conversas internas dentro do carro. Eu espero que as pessoas ou a pessoa que fez isso tenha se satisfeito em ouvir a minha voz em determinado momento, mas quero, concluindo afirmativamente, Sr. Presidente: primeiro, não creio que o Sr. Marcelo tenha se juntado com essas pessoas para essa prática e espero que ele possa, no foro adequado, provar a sua inocência, possa fazer os instrumentos necessários... Reitero, eu disse aqui que eu não posso fazer prova negativa, fazer prova negativa é impossível, mas eu espero que ele possa, no local certo, onde ele achar conveniente e seus advogados entendam como tal, que ele possa mostrar e demonstrar que não praticou isso. Eu não creio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas na Chefia de Gabinete de V. Sª, o senhor tinha lá algum serviço de inteligência próprio pelo qual o Sr. Marcelo seria responsável?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para dar possibilidade de...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Serviço de inteligência no Governo do Distrito Federal existe onde? Na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Militar do Distrito Federal, na Polícia Civil do Distrito Federal. Creio que nesses três órgãos. Esses órgãos têm serviço de inteligência para proteção, primeiro, das instituições, proteção do Estado e proteção da sociedade. Proteção da sociedade na apuração de fatos; proteção do Estado sobre qualquer ato a ser praticado contra os governantes.

A Chefia de Gabinete não tem, nunca teve e não praticou nenhum ato dessa natureza. Até porque, Sr. Presidente, me permita mais uma referência a minha pessoa e à pessoa do Governador Agnelo, o Governador Agnelo veio para a vida pública fruto da luta política no movimento estudantil, ainda lá na Bahia, como universitário. Sempre participou de todas as lutas da redemocratização do País. Não iria admitir, de forma nenhuma, que no seu gabinete fosse constituído um aparelho dessa natureza.

Então, isso não aconteceu, isso não existiu. Nunca existiu nem com meu conhecimento, nem com o conhecimento do Governador, e lhe digo, peremptoriamente: isso não é verdade, isso nunca aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem grampeado os parlamentares, como muitas vezes foi noticiado?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Outro dia, Sr. Presidente, eu vi uma entrevista do Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, em que ele diz que só existe uma forma de que as pessoas possam ser grampeadas: é por aqueles que operam um aparelho chamado Guardião. As pessoas do Ministério Público têm conhecimento do que se trata; as pessoas da Polícia têm conhecimento do que se trata, por quê? Porque esse é o único instrumento possível de fazer essas interceptações telefônicas. E esse instrumento é um instrumento caro; é um instrumento que não pode ser importado por cidadão. Só pode ser importado pelo próprio Estado. Então, dificilmente – não vou dizer que é impossível –, mas dificilmente, numa escala de zero a cem, 99,9999%, uma dízima que isso não aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, ainda na relação Marcelão, Jairo Martins e Dadá, o senhor disse aqui que se encontrou com o Dadá apenas na eleição. Mas, no último momento, o senhor disse que...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, Sr. Presidente, quero me corrigir, então.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...se encontrou com ele duas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu quero me corrigir. Eu entendi que nós estávamos falando sobre campanha. O tom das perguntas... Eles vinham...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, mas o senhor pode...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Posso corrigir?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Vou fazer. Eu me encontrei com ele, a primeira vez, na campanha. Eu disse que estive com ele outras vezes e que ele esteve, na condição de representante da Delta, inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Junto com o Cláudio Abreu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Com o Cláudio Abreu, que é o Superintendente Regional da Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem representava a Delta nessas reuniões? Eram os dois ou tem outra pessoa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Representante da Delta que apareceu oficialmente foram o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Idalberto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recebeu alguma doação da Delta na sua campanha de 2010?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, eu até gostaria. Sinceramente, as pessoas costumam dizer: não, não fiz; não faço; não quero; não vou; não vou. Numa campanha política, só não vale perder. Não recebi doação da Delta, mas se tivessem me doado, eu teria aceito. Eu teria recebido o cheque e teria depositado na conta e estaria na minha prestação política. Então, não é porque agora caíram em desgraça que eu vou dizer que não receberia. Se conseguirem superar tudo isso e, se um dia eu voltar a ser candidato e quiserem me ofertar, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Relator, o Sr. Deputado Carlos Sampaio...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A minha pergunta é: o senhor se encontrou com eles, com o Dadá e Cláudio Abreu? O senhor disse aqui duas vezes.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Juntos. Separadamente, o senhor se encontrou com eles?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Encontrei com o Sr. Idalberto. O Sr. Idalberto era... Foi algumas vezes ao gabinete.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2000?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Em 2011.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2011?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os assuntos tratados eram quais? Variados?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não cheguei nem a recebê-lo. Eu o vi na antessala, e não o recebi. Não me lembro de tê-lo recebido. Pode ter conversado comigo fortuitamente, mas audiência formal, para tratar de assunto formal, não o fez.

Sr. Relator, deixe eu lhe colocar outra prática. Quem já passou pelo Estado – foi Governador, foi Secretário de Estado, foi Ministro – conhece uma outra prática que é feita para vender prestígio. O cidadão chega até sua antessala, no pressuposto de pedir uma audiência. Fica ali; ali ele promove telefonemas, liga para os amigos e diz: Ah, estou aqui, estou na antessala de fulano; estou conversando com beltrano. Na verdade, ele está ali mesmo. Mas para tratar de algo pessoal dele, para vender prestigio, e não necessariamente em conversa com a autoridade. Quem já passou pelo Executivo, sabe que isso ocorre. E no Legislativo também acontece isso. Muitas pessoas procuram, vão até o gabinete, mas não estabelecem essa relação de comunicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. João Carlos Feitosa, a sua relação com ele, como é?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É de amizade, Sr. Relator. É de amizade, e aí eu quero dizer o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem indicou ele para o governo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu também, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o cargo dele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Primeiro, eu o indiquei para que ele fosse Subsecretário na Secretaria de Esporte. Depois o indiquei para que ele fosse para a Fundação de Amparo ao Trabalhador. E aí à pergunta cabe um esclarecimento. Primeiro, eu conheço o Sr. João Carlos desde 1991, quando ele era Assessor Parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal. E me permita citar aqui o Deputado Tadeu Roriz. O João Carlos era o assessor do Tadeu Roriz. Mas nós tínhamos, na Câmara, um futebol. Apesar dessa robustez hoje toda, desse corpo em formato de barril, naquela época, eu jogava bola. E essas pessoas se encontravam para o futebol; se relacionavam. Então, eu conheço o Sr. João Carlos, desde 1991. O Sr. João Carlos era funcionário da Secretaria de Esporte do GDF, nas gestões anteriores. O Sr. João Carlos me fez um favor assim impagável. Eu vou relatar uma passagem da minha vida em que ele me fez esse favor impagável. A minha esposa estava grávida já no sexto mês, caminhando para o sétimo mês. Ela teve ruptura da bolsa e o meu filho, que veio a nascer prematuro, naquele instante, eu entrei, mesmo com a minha idade já avançada, em estado deplorável de consciência do que fazer. E o Sr. João Carlos me ajudou, e ajudou muito. Quer dizer, eu pude, com a ajuda dele, chegar ao hospital, atender a minha esposa... Ela ficou internada 45 dias; e o meu filho nasceu prematuro. Mas ele esteve lá sempre, como amigo, me ajudando, me acompanhando; foi solidário no momento mais difícil da minha vida.

Então, eu tentei retribuir isso, permitindo-lhe – indiquei ao Governador – que ele pudesse voltar ao Governo, ocupando um cargo que já havia exercido, para algo que ele é qualificado. Ele é professor de educação física, sempre militou no esporte, tem isso como referência, tem isso como vida. Então, eu assumo: fui eu quem o indicou para a Secretaria de Esporte. Por que ele saiu de lá? Saiu de lá porque teve problemas com o secretário. A relação política com o secretário não era das melhores. Por que isso? Às vezes, Sr. Relator, a gente coloca alguém num cargo, oferta a ele a oportunidade, e as pessoas acreditam até ser uma extensão de você mesmo, quando não o é. Então, ele teve um problema de relacionamento e saiu.

Para que ele pudesse continuar exercendo a sua atividade, trabalhando, ele foi colocado na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso para cuidar do setor de esporte. Então, essas duas indicações foram feitas por minha inteira responsabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele chegou a atuar como arrecadador da sua campanha?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele lhe ofereceu alguma ajuda financeira na sua campanha?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. O que ele fez na campanha, Sr. Relator... Ele estava pronto a todas as atividades. Nós chegávamos ao comitê, e ele estava lá com o seu carro. Ele me auxiliava e me

carregava para tudo quanto é lugar. Foi um auxiliar durante a campanha. Não recebeu remuneração nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se ele atua em favor do jogo de caça-níqueis?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou do jogo do bicho?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não. Aliás, Sr. Relator, essa é uma das outras grandes surpresas, porque você tem amizade com as pessoas, mas amizade não leva a um relacionamento íntimo, de convivência de toda a atividade.

Eu espero que ele possa mostrar o porquê, de que forma se deu, como se deu; o que aconteceu, o que foi que o levou..., qual é o objeto dessa apuração... Que ele possa se defender no fórum adequado, com seus advogados, de forma correta. Mas eu não tinha conhecimento disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, são essas as minhas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Relator, Deputado Odair Cunha.

Eu, agora, passo a palavra ao autor do requerimento, um dos autores, mas o único presente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas...

Pode deixar. Vou me assenhorear melhor da questão e depois eu volto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou passar a palavra a um dos autores, já que o outro não está presente na sessão.

Passo a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Cláudio, o senhor conhece o Sr. João Dias Ferreira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não conhece o Sr. João Dias Ferreira?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – João Dias Ferreira? Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a Febrak, o senhor conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Também não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Curioso! O senhor era Subsecretário de Orçamento do Ministério do Esporte, correto?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois foi o senhor que autorizou o pagamento da segunda parcela da Febrak de R$730 mil junto com uma deliberação do Sr. Rafael Barbosa, seu colega de secretaria, que estava ligado ao esquema montado no Ministério do Esporte, que depois redundou na demissão ou na saída do Ministro Orlando Silva, mas que começou durante o período em que o senhor esteve no Ministério do Esporte. Inclusive, o TCU fez uma série de apurações em relação aos convênios e já reportou uma série de situações de irregularidades cometidas nessa época.

Especificamente, o senhor vai se lembrar do Sr. João Dias. É curioso o senhor não lembrar, porque o Sr. João Dias foi ao palácio do seu governo, jogou uma bolsa de R$200 mil dentro de uma dependência do governo, e o senhor era o Chefe de Gabinete do Governador.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, se V. Exª tivesse me auxiliado na pergunta, de forma que eu pudesse, sem relação direta com o nome, mas vinculada ao fato, eu diria para o senhor que eu conheço. Por quê? Porque isso foi notório. Eu não poderia estar num local, presenciar, saber que isso aconteceu e dizer que não conheço. Então, conheço, sim, senhor. Mas, por favor, o meu desejo é de colaborar. Auxilie-me, por favor, para que eu possa, na pergunta, entendê-la e respondê-la.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É porque V. Sª tem uma relação muito próxima do Sr. Agnelo Queiroz.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, me honra muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. Sª participou de praticamente todas as ações na última década, ou meia década, ligada ao atual Governador. E V. Sª recebeu uma determinação do Sr. Rafael Barbosa, que, na época, ocupava um cargo no Ministério, para liberar um recurso de maneira, vamos dizer, não convencional, mas, na verdade, irregular. Sinto muito, isso é o que foi absolutamente noticiado porque esta associação, a Febrak – Federação Brasiliense de Kung Fu – é aquela que recebeu milhões, do sujeito que enriqueceu, que acusou o Orlando Silva, que poupou o Sr. Agnelo, mas que levou, lá no Palácio, R$200 mil reais e jogou numa Secretaria de Estado. O senhor há de convir que isso não é normal.

Estou lembrando isso porque V. Sª chegou aqui dizendo que apresentava toda uma linha de raciocínio, que nada aconteceu, que o senhor estava muito tranquilo...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Estou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou vendo. Só que, se tudo o que o senhor disse aqui é verdadeiro, porque é medo que o senhor se demita, porque é medo que o senhor saia do Governo; porque

se a verdade está do seu lado, não haveria nenhum problema de ficar dentro do Governo. Então, eu tenho o direito de ter uma opinião diversa da imagem que o senhor quer construir.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Morrerei defendendo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque nesse particular, nessa relação muito complexa, que começa lá com as ONGs ligadas ao Ministério do Esporte e que chegam até o fato... Eu acompanhei o depoimento do Sr. João Dias. O relato dele aqui foi terrível.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Em algum momento citou meu nome, Excelência?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não. Eu estou apenas dizendo que a imagem que o senhor quer construir hoje tem um problema.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O passado do senhor lá no Ministério do Esporte na relação com o fornecimento de recurso para ONGs, que, depois, se demonstraram fraudulentas, como o TCU, o Ministério Público... Isso tudo vai ficar sobejamente demonstrado. Portanto, eu tenho o direito de duvidar da correção dos atos de V. Sª, até porque esse é o meu dever.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Claro. E o meu é respondê-lo. Não concordo com o senhor, até porque o Tribunal de Contas do Distrito Federal demonstrou que a minha ação foi regular em todos os atos. Segundo, eu não era o gestor do programa. O programa tinha um gestor. Eu apenas dava continuidade às ações administrativas. E as irregularidades, Excelência, se ocorreram, não ocorreram na liberação, Podem ter ocorrido na execução. E, para se executar, é necessário, primeiro, liberar. Para isso, o Estado tem alguns órgãos de fiscalização.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas isso não tem nada a ver com o Estado, isso é Governo Federal, é só passar no Ministério do Esporte...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Tem sim, Excelência. Permita-me ajudá-lo no seu raciocínio, porque quando se parte de uma premissa errada se chega a uma conclusão errada. Se o Estado não tivesse esses instrumentos, não haveria CGU, TCU, que são órgãos auxiliares do Poder Legislativo, são órgãos auxiliares do Poder Executivo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero ver aqui. Nós temos pouco tempo.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas eu só quero lembrar ao senhor...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Se o senhor partir de um pressuposto errado...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – A palavra está assegurada ao Deputado Onyx e eu deixei que houvesse o diálogo porque ele não havia protestado. Ele agora protestou, pelo próprio tempo. Então, a palavra está...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A questão, claramente, é a seguinte, já que o senhor quer voltar. Então, depois o senhor explica. O senhor liberou R$730 mil sem prestar contas da primeira parcela. Esse é o problema. Isso é irregular. Isso foi feito por determinação do Sr. Agnelo e foi feito por determinação do Sr. Rafael Barbosa. E o senhor executou. Então, que negócio é esse de dizer que agora está tudo correto, quando, lá no passado, teve problema? Então, esse é o ponto que eu quero colocar para o senhor.

Então, agora eu quero lhe perguntar o seguinte: o senhor intermediou algum pedido do grupo do Sr. Cachoeira? *(Pausa.)*

Eu vou fazer as perguntas. Depois, o senhor responde.

O senhor recebeu algum valor da empresa Delta ou do Sr. Cachoeira na sua campanha?

O senhor tinha conhecimento de que a empresa Delta partia de recursos do Rio de Janeiro e financiou a campanha do seu candidato a governador?

O senhor já teve negócios com o Sr. Dadá? Qual era o seu relacionamento com ele e desde quando?

O senhor conhecia o Sr. Cláudio Abreu? E o senhor chegou a ter algum contato com o Sr. Fernando Cavendish?

Há um trecho de uma escuta em que o Sr. Dadá, com quem o senhor reconheceu que teve de alguma forma relação, em que ele diz queria fazer uma gravação em cima do senhor porque haveria um esquema de roubalheira. Isso está lá na gravação. Eu não posso fazer nada.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu conheço, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está é uma oportunidade até para o senhor explicar e se defender.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que teria que ser avisado o Secretário Paulo Tadeu? *(Pausa.)*

A última pergunta: Há um diálogo do Sr. Carlos Cachoeira, afirmando de forma categórica. Está nos autos aqui da CPI para quem quiser. A palavra textual dele: “o cara de Brasília que eu ajudei muito a campanha é do partido; eu já estou olhando com ele”... O português é meio ruim, mas é assim que está a trans-

crição. "Hoje, ele é o Chefe de gabinete de Agnelo. Eu ajudei ele bem na campanha, sabe?"

Eu queria que o senhor comentasse essa fala, porque houve alguma ajuda do Sr. Carlos Cachoeira de que o senhor teve conhecimento ou essa ajuda chegou à sua campanha sem o seu conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – A testemunha tem a palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, apesar de não relação direta com a Casa, eu agradeço a pergunta do Deputado, que muito nos honra até com a presença aqui.

Quero dizer o seguinte, Deputado: em relação aos convênios, eu liberei não foi só esse, não. Eu liberei convênio para um milhão de crianças. Porque esta era a meta do Ministério dos Esportes: ter o atendimento de um milhão de crianças. Quero dizer ao senhor, com todo respeito, que, quando se parte de uma premissa errada, se chega a uma conclusão errada. Eu liberei a primeira parcela, porque a primeira parcela dizia respeito a fazer o cadastramento de todas as crianças, de organizar; e a segunda parcela era liberada para que as pessoas pudessem executar o programa. Então, a primeira era para cadastrar, e a segunda era para executar. Você não poderia executar sem que fosse liberada a segunda parcela. Então, elas ocorreram e ocorreram de forma correta.

Se houve problema de execução, quero dizer que o Ministro Agnelo Queiroz, à época, determinou a apuração e a fiscalização de todo o programa, especificamente dessas entidades que haviam tido problema na sua execução. Então, auditoria ocorreu, fiscalização ocorreu.

Agora, se o mundo fosse perfeito, nós não teríamos nem esses órgãos de fiscalização, nem CGU, nem TCU e não teríamos o Poder Judiciário para punir as pessoas que praticam atos ilícitos.

Agora, o programa é válido, o programa foi válido, é válido. O programa tinha um milhão de crianças no atendimento.

E aí, Deputado, me permita: o senhor já imaginou, sem esse programa, onde estariam essas crianças hoje? Certamente, nós temos hoje a nossa sociedade corrompida por algo que é extremamente nocivo: a droga. E é sabido por todos que o esporte é uma forma de ressocialização, é uma forma de inclusão social e é uma forma de crescimento social. Existe outro princípio: é da quantidade que se tira a qualidade. Então, não queríamos fazer ali, especificamente, nenhum atleta. Se ocorresse, ótimo, mas a ideia era dar oportunidade aos jovens. Isso ocorreu em todo o Brasil, não ocorreu só aqui, em Brasília, não. Certamente, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia, no Nordeste inteiro do País, tivemos o programa. O programa era pontuado em todas as regiões do País. Os graus de problemas que existiram são mínimos em relação ao que foi feito.

Então, fiz a liberação? Fiz. Teve acompanhamento e teve fiscalização. Segui as normas internas do programa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – V. Exª não precisa concordar comigo, até porquê...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não sou eu, é o TCU que não concorda com o senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, não. Concordou comigo, sim. Eu não fui objeto de nenhum apontamento.

Deixe-me...Presidente, permita concluir?

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – V. Exª tem a palavra, mas o Deputado, se perceber que há alguma interpretação equivocada em relação ao que V. Exª disse, tem todo o direito de fazer imediatamente a correção.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

Eu serei grato, até porque, na minha formação política, sempre lutei, defendendo inclusive as diferenças. Não existe uma verdade. Então, não quero lhe impor a minha verdade e nem receberei uma imposição da verdade de V. Exª. Continuaremos com os pensamentos díspares em relação a isso.

Mas, Sr. Deputado, com relação à solicitação de pedido do Sr. Cachoeira, nunca os recebi. Nunca recebi nenhum pedido do Sr. Cachoeira.

Com relação a valor de campanha doado pela Delta ou pelo Sr. Cachoeira, também não recebi.

Com relação ao raciocínio que o senhor formalizou em relação ao Dadá, se eu tive alguma sociedade com ele, nunca tive.

Sobre o relacionamento com Cláudio Abreu, Fernando Cavendish, olha, eu passei a tomar conhecimento deste nome Fernando Cavendish pelos meios de comunicação a partir desse longo período de escuta feita pelo Polícia Federal e quando isso eclodiu. Nunca estive com esse senhor, não o conheço, não sei. Posso até ter tido em algum local, mas, como eu não o conheço, não sei se é branco, alto, baixo, magro, forte. Não conheço.

Doação para campanha para Sr. Agnelo. Não tenho relacionamento... Não disponho de conhecimento sobre isso. Não era arrecadador. Não participei da campanha. Eu era candidato. Olha e digo o seguinte: a única coisa que eu consegui, raras vezes na campanha, foi trazer o atual Governador para algumas atividades políticas minhas. E olha que era difícil, porque tinha um conjunto de candidatos e, mesmo eu primando

por essa relação de amizade, não fui privilegiado. Só esteve na minha campanha em dois eventos. Eu gostaria que estivesse mais. Talvez, se essa ação tivesse ocorrido, o resultado eleitoral tivesse sido diferente, eu não tivesse tido apenas 3.100 votos.

O senhor fez outra pergunta em relação ao Secretário Paulo Tadeu, atual Deputado, Deputado e Secretário Paulo Tadeu, e disse que deveria levar ao conhecimento dele. Olha, uma vez – eu espero que o Deputado possa confirmar isto –, tivemos uma reunião em que a manifestação dele próprio dizia que não havia uma relação de subordinação entre os secretários. Se não havia uma relação de subordinação, se havia uma relação de interação, primeiro, eu não tinha de levar nada ao conhecimento dele que não fosse da esfera dele, muito menos ele, a mim. Eu não sei de nada que tenha sido levado ao conhecimento dele que eu não pudesse saber ou que o tenham feito. Se o senhor puder me ajudar nessa pergunta, eu poderei ajudá-lo com a resposta mais conclusiva. Não conheço, não sei de nenhuma relação. Não era subordinado a ele, nem ele, a mim.

Sobre a manifestação "o cara aí de Brasília". Olha, eu não vou dizer que seja uma expressão chula, mas costumamos nos referir ao cara aí quando eu não sei quem é o cara, porque, se eu tenho uma relação com a pessoa, eu digo "o fulano de tal" e dou o nome. Quando eu digo "o cara aí", isso quer dizer não é do meu relacionamento, não é do meu conhecimento. "O cara aí" é muito *lato sensu*, é muito aberto. Demonstra, a principio – lógico! – que ele não dispunha de qualquer afinidade para com a minha pessoa.

Quero lhe dizer: não doou, não é do meu conhecimento, não recebi e, se tivesse feito, estaria declarado. A minha declaração da campanha está registrada no Tribunal Regional Eleitoral, está aprovada e foi bem simpleszinha – proporcional aos votos que recebi. Está aqui, vou passar às mãos do Sr. Presidente, a declaração. Sei que a Comissão pode ter qualquer documento, a hora que quiser, a qualquer tempo, mas estou fazendo.

Espero ter respondido, Sr Deputado.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo Sr. Parlamentar inscrito é o Senador Alvaro Dias, que tem o tempo de 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr Presidente, primeiramente, faço justiça ao depoente, Sr Cláudio Monteiro, pela postura, anunciada no início, de que defende a tese e, por isso, se afastou da função.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Isso mesmo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que essa é uma postura que todos nós devemos defender. Quem está sob suspeição deve se afastar da função e aguardar cabal e definitivo esclarecimento sobre os fatos. Portanto, faço justiça ao senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em relação à abertura de sigilos, da mesma forma.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E faço justiça também ao fato de não estar aqui lendo um *script* adredemente preparado por redatores escolhido. Veio, e veio...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador. Estou aqui, Senador, se me permite, despido...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o *script* na cabeça. *(Risos.)*

Creio que esse deve ser um procedimento em CPI.

Mas as questões são relevantes e eu devo indagar com absoluta sinceridade sobre os fatos.

As ligações que interligam investigados da quadrilha de Cachoeira e da empresa Delta com homens de confiança do Governador Agnelo, essas ligações colocam o Governo do Distrito Federal no epicentro desse grande escândalo. Inevitável essa constatação. São tantas as ligações telefônicas, e nós temos aqui uma série delas, dezenas delas. Eu vou fazer referência a algumas para dar ao senhor a oportunidade de esclarecer fatos.

Algumas delas dizem respeito a conversas entre representantes de Cachoeira e representantes da empresa Delta e do Governo do Distrito Federal em que se informa que a campanha eleitoral do Governador Agnelo foi patrocinada a partir do Rio de Janeiro, e não de Goiás, e que, por isso, os entendimentos para atender os interesses da empresa deveriam ser feitos a partir do Rio de Janeiro. E Dadá reitera que Cláudio Abreu está sem moral com o pessoal do Rio porque prometeu muito e não está conseguindo atender. Essa é uma das expressões.

Depois de várias ligações com esse objetivo, articulações para estabelecer facilidades no Governo do Distrito Federal, vem uma aqui, no dia 31/03/2011, entre Dadá e Marcelão, que diz o seguinte: "Dadá responde que o Cláudio Monteiro só resolveu porque o homem do Rio mandou", depois de fazer referências a pleitos da Delta junto ao Governo Federal, sobretudo em relação a pagamentos. Então, Marcelão, volta a repetir que o Cláudio Monteiro mandou o João Monteiro resolver, no mesmo dia, o problema. Em resposta, Dadá volta a dizer que o Cláudio Monteiro só agiu porque recebeu ordem de alguém lá do Rio. Portanto, essa é uma das conversas que se constitui em indícios da sua participação nesse esquema.

Ainda nesse mesmo dia, 31/03/2011, às 20h59, o Dada, conversando com o Andrezinho – esse Andrezinho também é da Delta... Dadá informa que o Cláudio Monteiro falou para Marcelão que já tinham conversado por cima. Por cima seria o Agnelo com o pessoal do Rio, e que Cláudio Monteiro recebeu a missão de resolver. Dadá esclarece que Marcelão se reuniu, após a conversa com Cláudio Monteiro, com Claudio Abreu e Pacheco. Pacheco é o número 2 da empresa Delta no Rio de Janeiro. Dadá volta a dizer que o pessoal de Brasília e de Goiânia não participou da campanha; quem comandou a campanha foi o pessoal do Rio. A propósito, o Governador Agnelo negou que tivesse recebido recurso de campanha da Delta. Depois, informou-se, a Delta ofereceu recursos ao partido. Mas informou-se também que passou recurso para o Vice-Governador do Distrito Federal por intermédio do PMDB.

E hoje a imprensa divulga que Laércio de Melo Junior, diretor de relações institucionais da Delta, também fez doação pessoal à campanha do Governador Agnelo.

Portanto, as conversas giram em torno de atendimentos feitos a partir do Rio de Janeiro, tendo V. Sª como um elo da empresa Delta. Vou ler mais alguma coisa aqui para que depois tenha a oportunidade de responder.

No dia 4 de janeiro de 2001, mais um trecho do diálogo entre Claudio Abreu e Dadá. "Rapaz, podia dar uma cobrada lá naquele Cláudio Monteiro, falar que o Carlinhos está pedindo – Carlinhos Cachoeira – porque o Carlinhos ajudou ele, deu dinheiro para ele. Cobrar dele para ver se ele bota eu para falar com o Agnelo, o homem está lá, vê se bota eu para falar com o Agnelo, entendeu?" Aí, o Dadá diz: "Tá, já liguei para ele hoje duas vezes para dizer que o pedido dele foi atendido. Ele não retornou ainda. Vou ligar para ele agora. De novo, aquele pedido dos empregos."

Portanto, mais uma ligação telefônica que denuncia o fato de que o senhor recebeu... Estou apenas dando oportunidade para o esclarecimento neste caso de Carlinhos Cachoeira. É importante dizer então, dar ao senhor oportunidade de dizer que negócios o senhor tinha com a empresa Delta, que teria recebido recursos do Sr. Carlos Cachoeira.

Mais um trecho de conversa do dia 31 de março entre Dadá e Marcelão. Marcelão diz que a reunião com Cláudio Monteiro foi boa. Marcelão diz que Cláudio Monteiro ligou para o João Monteiro e mandou resolver tudo. Marcelão diz que está indo ao encontro de Dadá e Claudio Abreu... Está indo ao encontro de Dadá e Claudio Abreu para fazer uma comunicação.

Essa é uma síntese do diálogo, não estou fazendo a leitura do diálogo na íntegra.

No mesmo dia, outra síntese, Andrezinho perguntou quem chamou Marcelão para reunião com Cláudio Monteiro. Dadá disse que o próprio Cláudio Monteiro foi quem ligou para Marcelão, queria conversar com ele urgentemente. A conversa se iniciou ao meio dia e só terminou ás quinze horas. Depois o Marcelão foi conversar com Claudio Abreu.

Portanto, o Marcelão, que era ligado ao senhor, era um contato direto de Claudio Abreu da empresa Delta. Aqui diz: Marcelão vai levar o documento ao gabinete do governador. Em outro diálogo, Marcelão vai levar no gabinete do governador. Dadá diz que o Marcelão queria levar os pedidos de nomeação para o Cláudio Monteiro... Enfim, são várias... Há outro aqui no dia 1º de abril de 2011 de Dadá com Serjão: agora vai mudar, as coisas estão vindo por cima, estão vindo do governador. Dadá diz que o pessoal do serviço de limpeza urbana rasgava as notas. "Dadá sugere levar a lista que está com Serjão para Cláudio Monteiro, chefe de Gabinete".

Eu vou ser rápido aqui, Sr. Presidente.

Em outro diálogo, no dia 6/04/2011, "Dadá informa sobre pedido de João Cláudio, filho de Cláudio Monteiro. Ele quer que não se cobre os 5% de combustível e quer incluir uma nota de bebida. Cláudio Abreu diz que vai ver".

"Claudio Abreu informa a Dada que ele vai ter um jantar com o número um ou o número dois". E aí a referência seria número um, Agnelo Queiroz; e número dois, o Cláudio Monteiro.

Disse: "o Cláudio Monteiro mandou recado dizendo que o cara mentiu para ele duas datas e não cumpriu. João Monteiro pediu então para um documento..."

Enfim, são diálogos.

Vou ler mais um aqui, pois o meu tempo está esgotado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – "Marcelão falou para Cláudio Abreu fazer acordo por cima, direto com o Governador".

Aí vem: "Cláudio Monteiro pediu a ele para levantar a situação da empresa". Isso Marcelão dizendo a Dadá: "que o Cláudio Monteiro pediu a ele para levantar a situação da empresas Delta porque ele quer dar dinheiro para o filho. O filho tinha ido falar com ele do problema do dinheiro". "Marcelão diz a Dadá que o importante é resolver lá por cima: Rafael Barbosa, secretário do Governador Agnelo Queiroz, Cláudio Monteiro e Agnelo. Esse diálogo foi em 6/04/2011.

Há mais alguns aqui, mas a campainha...

Eu vou dar, então, oportunidade ao Cláudio Monteiro de fazer esclarecimento sobre esses indícios. Eu coloco na condição de indícios. V. Exª disse que isso não é prova.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Nem indício.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não isso deixa de ser indício, fortes indícios estabelecendo conexões perigosas e suspeitas.

Então, V. Sª tem a oportunidade de esclarecer.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Senador.

Senador, eu afirmei antes que não recebi recursos de campanha do Sr. Carlos Cachoeira. Não recebi recursos de campanha da empresa Delta.

Quero até fazer uma referência a uma reportagem que aqui foi utilizada pelo Governador Agnelo. Quando esse senhor, o Sr. Fernando Cavendish disse que não precisava de Dadá, Didi, Dedé, ninguém nesse patamar para tratar das relações dele...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que ele comprava Senador, né?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Essa é uma expressão que eu não pactuo com ela. Mas eu prefiro ficar só com a primeira parte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele afirmou.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele fazia isso e dizia o seguinte: que, se ele fosse alguém de relacionamento com alguém do Governo Federal, ele não estaria... Ele usou a expressão “ferrado”, porque estava para receber R$30 milhões que o Governo estava devendo a ele, e o Governo não pagava.

Então, eu quero dizer ao senhor que, sinceramente, eu não sei em que momento ou de que forma essas pessoas se relacionaram ou falaram. Quero dizer que eu respondo pelos meus atos, pelas ações que eu pratiquei. E, para que não paire dúvida, há uma coisa que é simples, há uma coisa chamada causa e efeito. Causa e efeito é: se me pediram, houve a contrapartida? Então, se houve a contrapartida houve o efeito. E empresa Delta não foi beneficiada, o Sr. Carlos Cachoeira não tem nenhum pedido, nenhum atendimento. Então, não existe causa e efeito. E existe agora uma outra questão, porque faz parte também de um diálogo que o senhor relatou> que eu havia encaminhado pedidos de emprego. Ora, Exª, quero dizer que não há ninguém trabalhando na empresa Delta por minha indicação. Que eu até crer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os pedidos eram no Governo não na empresa Delta.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Mas nos dois diálogos há isto: que eu havia encaminhado currículos para serem atendidos pela empresa Delta e haveria também um relacionamento, uma relação de pessoas a fazerem parte do Governo por indicação da Delta. Nem uma coisa, nem outra. Isso não existiu.

Se articularam entre eles, se tramaram entre ele,se conversaram entre eles, eu não fui mensageiro e não fui recebedor de nenhum pedido dessa natureza, e a meu favor colabora essa questão causa e efeito. Se pediram, pediram a alguém que não foi a mim. Por quê? Porque isso não aconteceu. Essas pessoas não fizeram parte do governo. Essas pessoas não foram incorporadas à maquina pública.

Eu espero...

Ah, o senhor fez uma relação sobre as doações, se tinha conhecimento? Não, Senador, eu fui candidato. Mal, mal consegui doações para a minha campanha, que foram diminutas. Foram amigos. Questões pessoais. Não participei da relação de campanha. Não fiz parte do comitê eleitoral de campanha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que o senhor acha que, em vários momentos, aparece essa conversa que Carlinhos Cachoeira doou a sua campanha...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Olha, vou fazer ilação.

Em nome das pessoas... O senhor é um político. O senhor disputa eleições. O senhor sabe que as pessoas, às vezes, se aproveitam, na campanha eleitoral, para estabelecer relações sem o seu conhecimento, sem a sua tratativa, e elas o fazem. Eu espero que essa matéria toda seja esclarecida.

Reitero a V. Exª, agradeço o pedido...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor admite a hipótese de que alguém possa ter recebido em seu nome?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não posso nem afastar essa hipótese. Não é nem admitir. Eu não posso afastá-la. Por quê? Porque, se isso aconteceu, quero dizer, aconteceu... Se, se isso ocorreu, ocorreu sem o meu consentimento, sem a minha aceitação e sem que eu pudesse ter qualquer relação, até porque, se isso houvesse ocorrido... E é sabido por todos nós, hoje, que o Sr. Carlos Augusto Ramos é proprietário de um laboratório. Se ele houvesse doado recurso, certamente, Senador – assim, sem demagogia –, eu teria aceito. Se o laboratório quisesse me doar, eu teria aceito. Sabe por quê? Porque só hoje, depois de deflagrado três anos de investigação, é que foi se saber que essas pessoas tramitam em dois mundos.

Quero usar aqui uma frase do Governador Marconi Perillo, companheiro de V. Exªs e a quem tenho o maior respeito, porque tive oportunidade de recebê-lo, no Palácio, com o Governador Agnelo. Ele disse que as pessoas tramitavam em dois mundos, no mundo da legalidade e no mundo da ilegalidade. No mundo da

legalidade, nenhum governador – e não vou fazer aqui a defesa do Governador, porque ele não precisa da minha defesa, mas precisa da minha interpretação... No mundo da legalidade, nenhum governante afasta uma empresa que seja um laboratório; no mundo da legalidade, nenhum governador dá as costas a uma grande construtora. Sabe por quê? Porque nós não vivemos em um Estado que possa suprir todas as necessidades da sociedade, e a primeira necessidade é de emprego. Quem vai gerar esses empregos? Nós não vivemos em um país comunista. Quem vai gerar esses empregos é a sociedade, é empresa relação.

Olha, essa relação, e o partido de V. Exª é neoliberal, prima por uma relação em que o Estado não seja o Estado totalitário...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu Partido não é neoliberal. Isso foi o PT que disse. *(Risos.)*

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não tive essa intenção, mas o Partido de V. Exª prima que as necessidades possam ser feitas pela própria sociedade, que essa sociedade, conduzida pelo seu empresariado, possa gerar os empregos devidos, aquele que o Estado será incapaz de cumprir. Então, ninguém afasta nem o laboratório e nem uma construtora. Elas são bem-vindas em qualquer Estado. Elas só passaram a não se mais bem-vindas a partir desses diálogos. Se eles não ocorressem, se essa investigação tivesse, primeiro, sendo concluída em menor tempo – três anos? –, se tivesse ocorrido menos, muitas pessoas não teriam sido envolvidas. Se isso tivesse ocorrido há mais tempo e com todo o esclarecimento, certamente, nós não estaríamos discutindo algumas coisas.

E a outra, Senador, me permita, com todo o respeito. Eu disse aqui, anteriormente, que respondo pelos meus atos, pelo que pratiquei, não por que terceiros falaram. Quero, peremptoriamente, dizer: não recebi o Sr. Cavendish, não o conheço, não tenho doação da Delta, nunca recebi um telefonema pedindo isso. Posso dizer para o senhor que dizer que pagamentos vão ocorrer... Digo para o senhor com total tranquilidade. Há uma determinação do Governador Agnelo: prestou serviço, recebe. Porque uma das formas de se fazer a coisa indevida no serviço público é a história de vender dificuldade para apresentar facilidade. Então se afasta um dos elementos da corrupção; a partir do momento que as pessoas têm a certeza de que a prática do serviço, a execução correta dele, o atesto das notas implicará, consequentemente no devido pagamento, e aí nós eliminamos uma ação nefasta, que é a de apresentar dificuldade para vender facilidade.

Espero ter esclarecido V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu agradeço.

É evidente que estamos aqui para indagar e não para julgar neste momento. Mas, obviamente, tenho que confirmar a convicção de que há um envolvimento do Governo do Distrito Federal; se não houvesse nós não teríamos Operação Saint-Michel, prisões... Mas essas ligações telefônicas atestam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, respeitosamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...o tempo de V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para dizer que a nossa convicção é de que realmente, em função dessas conexões, conexões atestadas pelas ligações telefônicas, que são indícios, certamente, ao final, teremos que concluir que há um envolvimento, sim, de agentes públicos com agentes privados na espera da gestão do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado ao depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Houve uma permuta entre os Srs. Deputados Carlos Sampaio e Luiz Pitiman. O Deputado Carlos Sampaio falará no lugar do Deputado Pitiman e depois este falará no lugar daquele.

Quero apenas me justificar aqui com o Deputado Paulo Tadeu, que há uma regra aqui que faz com que eu tenha que colocar, ao final, aqueles que não são membros, ainda que V. Exª tenha se inscrito entre os primeiros. Se V. Exª quiser em algum momento, pelo art. 14, pode fazer uso da palavra, tendo em vista que V. Exª foi citado. Dessa forma, V. Exª pode, a qualquer momento, a requerimento de V. Exª.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, agradeço inicialmente a gentileza do Deputado Pitiman, uma vez que tenho compromisso e deverei me ausentar.

Nesta CPMI, assim como nas outras, Sr. Presidente, acho que todos já perceberam que eu tenho uma postura bastante firme, bastante dura, que evidencia a minha indignação quando me deparo com dissimulação. Quando me deparo com alguém que vem depor não para defender-se ou explicar-se, mas para atacar desafetos, valendo-se desta CPMI.

Assim como também tenho uma característica que acho que todos reconhecem: sou justo diante da decência.

Eu queria fazer algumas ponderações com V. Sª sobre o seu proceder. V. Sª tem um *habeas corpus*, mas

se dispôs a falar. Como bem disse o Senador Alvaro Dias, V. Sª falou com sinceridade, com serenidade e, particularmente, sem ler. V. Sª disse algo que é verdadeiro: não existe uma gravação com a sua voz e nenhuma comprovação de que tivesse recebido o rádio.

A sua postura, ao demonstrar a sua indignação, denunciando seus detratores junto aos órgãos competentes, colocando-se à disposição desses mesmos órgãos, também demonstra a sua correção.

Quanto às questões que dizem respeito ao seu filho, tenho dito com certa frequência nesta CPMI que fatos que não são conexos ao escopo desta Comissão devem passar ao largo da investigação. Não tem cabimento aqui valer-nos de algo que nada tem a ver com o objeto da CPMI, e V. Sª deu explicações convincentes.

Concordo que a fala de terceiros, por vezes, não servem sequer para instaurar o inquérito. E concordo também quando V. Sª diz que aqueles que ocupam cargos públicos devem estar preparados para que terceiros utilizem em vão o seu nome, para demonstrar uma proximidade com o poder, para demonstrar uma valorização junto ao seu patrão, para demonstrar prestígio junto à sociedade, por isso que não nos cabe aqui dizer "este mentiu ou aquele mentiu", quando, na verdade, estamos nos valendo de posições de terceiros.

V. Sª quebrou voluntariamente seus sigilos e também os dos seus filhos. Na minha concepção, V. Sª, e me dou o direito de me decepcionar no futuro, mas hoje eu diria que V. Sª sai daqui com a cabeça erguida, que a postura de V. Sª é o que se espera de uma pessoa que tenha caráter, que o senhor me transpareceu, durante todo o momento, ser uma pessoa de bem, e acho que os seus familiares têm razões de sobra para se orgulhar do proceder de V. Sª no dia de hoje. Parabéns pela sua conduta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu não tenho nenhum questionamento a fazer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço à assistência para não se manifestar, embora louve, e esta Presidência o faz de forma bastante admirável, o comportamento do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Luiz Pitiman com a palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a testemunha, o depoente, que, embora não tenha sido arguido, tem o direito de usar da palavra.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Excelência, ao longo desses tenebrosos dias, eu escutei diversas insinuações, de, inclusive, familiares meus. Um dia, uma tia minha, ao encontrar-me: "Olha, eu creio que você não fez nada, estou pedindo a Deus que você prove." Aí ao mesmo tempo ela disse: "Me deparei com meu vizinho, que me perguntou se eu era seu parente, e eu disse que não." Ela tinha acabado de negar a certeza da nossa relação. Eu fui afrontado, aviltado, machucado diversas vezes.

Disse a V. Exªs aqui que, no desejo de falar e de estar aberto, me transformaram num boneco de ventríloquo, onde apenas os lábios apareciam e a minha fala, não. Então, não houve direito de resposta.

Existem algumas coisas que são caras para a gente, e eu quero assegurar ao senhor, assegurar que, no término dessa investigação, a sua palavra de confiança jamais será rompida, porque isso eu trago de berço: eu digo a verdade, doe a quem doer, custe o que custar, mesmo que ela me faça mal. Mas eu costumo dizer a verdade. Eu pratico na vida aquilo que penso, faço aquilo que penso. Pedi para sair do Governo porque eu costumo dar caneladas também. E olha, ao sair do Governo, questionaram essa atitude. "Olha, ele saiu porque foi forçado a sair, ele saiu por quê? Porque tem algo a esconder." Não. Eu não posso apregoar a vida toda uma coisa e depois permitir a mim fazer o contrário. Eu não posso fazer um Governo sangrar por ações minhas ou que atribuem a mim. Eu devo sair, me defender, e eu quero dizer ao senhor que eu cometi um erro no primeiro dia de Governo. E se um dia eu voltar a ocupar um cargo público, vou pagar uma nota nos jornais, dizendo: "A quem interessar possa: não tenho procurador, não conversem com ninguém achando que está falando comigo. Não acertem com os outros porque não estão acertando comigo. Se quiserem saber da minha opinião, do meu pensamento, daquilo que quero fazer, falem diretamente comigo." Vou colocar isso no jornal. E que sirva isso de exemplo para cada um que venha a ocupar um cargo público, porque não está livre das insinuações e dos usos indevidos. Infelizmente, o homem público está sujeito a tudo isso.

Eu sei o quanto se trabalha no Parlamento. Oito anos como Deputado, não tive tempo para educar meus filhos, foram educados pela mãe. Pela mãe. Eu fazia é manter, sustentá-los. E ao término, o conceito que se tem da sociedade é de que, no Parlamento, não se trabalha. Olha, eu almoçava no próprio gabinete, quentinha. O Deputado Paulo Tadeu, que é Secretário, sabe que eu mantinha o mesmo hábito no GDF. As pessoas que disseram que saí com o Cláudio para almoçar é mentira, porque o Cláudio almoçava no gabinete. O Cláudio não era o primeiro a chegar, chegava às 9h30, 10 horas, mas saía de lá às 23h, meia-noite. Não se furtou nunca ao trabalho. E, olha, posso ter muitas coisas que cometi de erros na minha

vida, mas essas que me atribuem hoje, essas não. Essas, de forma nenhuma. Acharam que era presunção minha pedir que apresentassem as provas. Não era presunção; era certeza da retidão no comportamento. Eu sou grato por estar aqui nesta CPI e sou grato por ouvir um depoimento como o de V. Exª, que tem sido que rígido, duro, com aqueles que aqui estão.

Muito obrigado, Deputado. Muito obrigado mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cláudio Monteiro. Primeiro, eu quero elogiar a sua atitude, como o senhor mesmo disse, de vir aqui despido, para poder contribuir com os esclarecimentos. Eu acho que essa demonstração sua reforça o que eu pedi aqui ao Presidente que estava aqui em exercício, Paulo Teixeira, e reforço agora ao Presidente Vital do Rêgo, que nós precisamos dar um gesto ao Judiciário para terminar com as liminares de testemunhas.

Em nenhuma CPI antes, Sr. Presidente Vital do Rêgo, houve tantas liminares para que testemunhas aqui chegassem, muitas vezes, inclusive, dispostas a contribuir, não contribuíssem por possuírem uma liminar dizendo que aqui nada precisavam falar. E o gesto político que entendo que o Congresso, que esta CPI pode dar é ir até o Supremo Tribunal Federal para, juntos, demonstrarem inclusive a jurisprudência das outras CPIs, em que testemunhas não traziam aqui liminares.

Dentro da contribuição, eu pediria a V. Sª, Cláudio Monteiro, por quem tenho apreço, fomos secretários de Estado juntos, conheço suas preocupações, imagino o tamanho da dor que o senhor e sua família e todos que lhe têm apreço devem ter passado nesses meses seguintes. Mas é importante essa demonstração sua até para que possamos aqui esclarecer muitos fatos. Eu vejo que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, Inquérito 3.430, no Apenso 1, Volume 6, pág. 1.268, essa afirma: (abro aspas) "Nessa ligação abaixo, resta claro que Cláudio Monteiro, que, em janeiro último, era o Chefe da Casa Civil do Governador do GDF, pode estar recebendo propina para atuar em prol de Cláudio Abreu, que era o diretor da empresa Delta". Uma afirmação dessa num relatório da Polícia Federal, feito, a gente acredita, com muito cuidado, com muito apreço, é também de muita responsabilidade ou de muita irresponsabilidade.

O senhor deve ter visto isso e gostaria que o senhor me dissesse o que o senhor fez em sua defesa com relação a uma colocação tão dura.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Posso falar?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, eu tenho, de forma insistente, tentado provar que, primeiro, as pessoas precisam ter mais responsabilidade, responsabilidade naquilo que falam e fazem. Não é admissível, perdoe-me, que expressões do tipo "provavelmente", "possivelmente" sejam colocadas e atribuídas como verdadeiras. Olha, à polícia não é dado esse direito de usar "possivelmente", "provavelmente", "quem sabe"... Ora, não é isso. Eu permito a leitura... Eu vou...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria ao senhor o seguinte. Eu vou fazer as perguntas, para aproveitar o meu tempo, e aí, na sequência, o senhor, por favor, complementa.

No dia 25/03/2012 o senhor era chefe de gabinete do Governo, é isso?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não me lembro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, 25 de março de 2012.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sim, sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A mídia do Distrito Federal – naquele momento já tinha ocorrido a prisão desse grupo que aqui se chama de "grupo do Cachoeira", mas não tinha ainda ficado claro a questão dos grampos que existiam –, a mídia, naquele dia, trouxe a seguinte informação: "Relatório creditado a P2 [a P2, para quem não conhece, é a polícia reservada da Polícia Militar] da polícia brasiliense atribui a Luiz Pitiman a arquitetura da destruição. O Buriti dá o troco. Ou o Deputado revê a sua engenharia ou encerra a carreira ao fim do mandato. Se não for cassado antes".

Veja só. Eu acompanhei, no relatório da Polícia Federal e acompanhei nas gravações que foram feitas, e aí me preocupa muito quando o senhor diz que indicou o Sr. Marcello, o Sr. Marcellão, e que ele foi, inclusive, agora na Secretaria de Transparência do GDF e deu um depoimento e não vai dar o depoimento aqui graças a uma liminar – e eu não entendo como é que ele vai à Secretaria de Transparência do GDF dar um depoimento e vem aqui e não dá o depoimento hoje –, mas, mesmo assim, fica muito claro que ele, o Sr. Idalberto, Dadá, e o Sr. Thomé tinham realmente uma grande estratégia de grampos.

Vejam lá. Em relatórios das gravações, muitas vezes, eles dizem que têm que entregar documentos, entregar relatórios no Palácio do Buriti, inclusive nos encontros fortuitos de 02.02.2012, às 9h34, Dadá pede para Thomé apressar o negócio do Marcellão. Dadá diz que o negócio do diretor da Polícia Civil do DF não tem nada a ver com o serviço dos relatórios que eles estão fazendo. Então, o senhor sabe qual é esse serviço dos relatórios?

Mais à frente, o Marcellão, junto novamente com Dadá, junto novamente com o Sr. Thomé, faz a seguinte

colocação na gravação que ocorreu no dia 03.12.2012, às 18h15 – e me preocupa também que o senhor disse que não encontrou o Sr. Thomé nesse período, porque ele ficava na sala de espera e o senhor passava e não o via.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não falei isso, não, Deputado. Não sei nem quem é esse Thomé.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, não, desculpe. O senhor disse que não encontrou o Sr. Dadá, ele ficava na sala de espera.

Veja o seguinte o que diz o Dadá para o Thomé no telefone: "Thomezinho, você está apto a receber a mensagem?" "*Tô* não, cara." E ele continua: "O amigo dele, que é esse cara, o Cláudio, que é nosso amigo lá do Marcellão, brigaram muito por ele. Pra você ter uma ideia, o Cláudio botou o cargo à disposição do Governador". E mais à frente ele diz: "O Governador não aceitou. O cara é muito amigo do Governador. O cara chorou pra caramba, chorou na minha frente", isso no diz 03.02.2012, o senhor Thomé.

Mais à frente – e aí fica muito claro, muito claro que eles tinham uma articulação de grampos, inclusive de *e-mails* –, ele cita o seguinte (isso no dia 08.02.2012, então alguns dias depois), ele diz o seguinte (resumo inclusive da Polícia Federal): "Thomé disse que o cara da Paraíba não quer atender o telefone dele. Conversaram sobre o monitoramento, sobre descriptografar e aí o analista tem que estar *on-line* quando acessa o *e-mail* das outras pessoas". Thomé diz o seguinte: "Fala, meu irmão, bom dia, tudo bem?" "*Tá* tudo joia. Tentei ligar, não consegui. Pois é, liga para ele lá na Paraíba. Deixa eu falar. Você chegou [uma atenção aqui] entendeu, os caras não acham e-mail à noite não. O acesso não pode ser *on-line*, porque é lógico que, durante o dia, tem mais que esses três, quatro que eu tenho o mandado já como relatório. Às vezes, até muito mais. O problema é que não tem como, fisicamente, ficar 24 horas na frente do negócio [que é o computador]."

Resumindo, isso demonstra claramente que esse grupo, inclusive coordenado por esse Marcelão, que o senhor disse aqui que é o responsável pela sua indicação, tinha um sistema de "grampolândia".

É preciso, até para a segurança de todos os políticos, jornalistas, empresários do Distrito Federal, entender com muita clareza o que é esse esquema da "grampolândia" que existia aqui.

E por último, eu queria pedir por que o GDF abandonou o Esporte da Meia-Noite, que era, inclusive, um dos projetos principais do governo Agnelo, quando foi Ministro dos Esportes?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Bom, vou começar de trás para a frente, Deputado, dizendo o seguinte: o projeto Esporte à Meia-Noite não era um projeto do Ministério dos Esportes. Era um programa do governo do Distrito Federal na época que o governador era o Sr. José Roberto Arruda. Então, não era do Ministério dos Esportes.

Por que abandonou, eu não tenho essa informação. Então, separada essas questões, dizer o seguinte: Primeiro, lamento que notícias como as que o senhor colocou aqui tenham sido divulgadas, de que ou o Secretário Pitman ou o Deputado Pitman revê as suas posições ou será cassado. Olha, nós precisamos de um governador disso aqui; nós precisando enquanto sociedade e o governo, quanto Estado, com obrigação de coibir, mas não só coibir, mas identificar e punir quem são, ou quem foram, as pessoas que utilizam métodos não democráticos, métodos incorretos, indevidos, de repúdio que tenho a tudo isso. Agora, é um papel do Estado.

Quero dizer a V. Exª que, efetivamente, eu fiz a indicação do Sr. Marcelo.

E quero fazer uma outra informação. Não passa pela minha cabeça que ele tenha praticado nenhum ato dessa natureza; lhe asseguro isso. Tenho a certeza de que nem ele fez, nem o governo pactua com nada disso. O governador do Distrito Federal é um homem formado na luta democrática, na ditadura, no movimento estudantil, contra a repressão. É um democrata, e é um democrata na maior "extensidade" dessa expressão, na preservação dos direitos e até em receber as críticas e não respondê-las, porque acha que as pessoas podem fazê-las; não costuma nem interpelar algumas pessoas judicialmente. Quando eu saí do governo, eu saí, inclusive, para ter a liberdade de não ter que pactuar com algumas pessoas que falam e que não provam. Então, comigo, falou, tem que provar. Interpelo judicialmente, porque é o instrumento que tenho.

Então, quero dizer, Deputado, que compactuo e coaduno com o seu pensamento na manutenção das liberdades. Acho que essas ações devem que ser punidas rigorosamente e exemplarmente. Acho que o papel do Estado é apresentar aqueles que fizeram isso e puni-los. Acho que essa investigação é salutar; acho que o inquérito é uma peça informativa ao Poder Judiciário, mas uma peça que deva ser bem informativa mesmo, com elementos substanciais, com elementos contundentes, para que possam demonstrar os indícios e as autorias.

Espero que nós possamos identificar quem foram aqueles que, ao montarem escritórios em Brasília... Porque os mesmos grampos informam isso, as mesmas escutas informam que foram montados escritórios em Brasília para vasculhar a vida dos outros; de cerca de 300 telefones de autoridades públicas do Distrito Fe-

deral foram quebrados. Eu tive a oportunidade de ver o meu telefone, uma conversa estabelecendo prazo de ligação entre eu e o coronel da Casa Militar exposta num *blog*. Como essa pessoa teve acesso a isso? Está sendo acionado judicionalmente, porque divulgar também é crime. Divulgar ato ilegal é crime, e eu não posso acreditar que as pessoas se escudem por trás da liberdade de imprensa para fazer isso.

Então, quero me somar a sua preocupação e dizer que eu espero atentamente, e espero com todo o vigor, que essa apuração se conclua e que nós possamos ter uma cidade livre dessa expressão que o senhor usou, "grampolândia", até porque isto é um mandamento constitucional: as pessoas têm direito a sua privacidade, têm direito a isso, que é uma clausula constitucional. Então, precisamos que essa apuração ocorra, que os culpados sejam punidos e que isso seja colocado à luz do dia.

O senhor como político desta cidade sabe que ao ler os *blogs* encontra-se de tudo, coisas que inimagináveis, em termos de divulgação da vida alheia, em termos de informação repassada sem confirmação, sem procedência. Hoje se utiliza de determinados instrumentos para achacar a honra das pessoas, para denegrir. Isso tudo usando a ideia de que é política.

Olha, vão-se os tempos em que eu andava de calça curta pelas avenidas do Distrito Federal, em que se dizia que não valia, na briga, puxar o dedo, meter o dedo no olho, puxar o cabelo ou xingar a mãe. Na política, em Brasília, essa expressão foi rasgada há muito tempo.

Então, nós precisamos restabelecer as coisas, fazer com que o Estado apure, aponte os responsáveis. Precisamos ter um comportamento, porque existe ética em tudo. Existe a ética em todas profissões. Existe a ética nos relacionamentos das pessoas. Mas nós precisamos também de ética no relacionamento político. A luta política não pode ser um instrumento para destruir reputações. A luta política não pode ser um instrumento para invadir a privacidade das pessoas. A luta política e a diferença partidária não podem ser um instrumento para massacrar o adversário, para seguir e servir a fins escusos. A luta política deve servir para o crescimento das ideias. A luta política deve servir para engrandecimento da sociedade. A luta política deve servir para que a sociedade se beneficie. Esse é o meu pensamento. Isso é o que eu defendo. Isso é o que eu prático.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com as palavras o próximo orador, Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) **–** Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, Srs. Senadores, eu início a minha fala... Também cumprimentando o depoente, Dr. Cláudio Monteiro, seus advogados. Eu início a minha fala, Sr. Cláudio Monteiro, dizendo que, quando eu li as manchetes, ontem somente, de que V. Sª estava albergado por um *habeas corpus* para ficar calado, ficar em silêncio, eu confesso que fiquei triste. Não falei com ninguém do Governo, me recolhi e disse: "Mas não é possível que isso vá acontecer. Não é possível que isso vá acontecer." Mas, quando V. Sª chegou aqui e disse que, mesmo albergado por *habeas corpus*, V. Sª desejava responder, o meu coração se abriu novamente.

Quero dizer que eu não tenho, assim, uma relação de muita amizade com V. Sª, aliás, nós nunca paramos para conversar, a não ser para nos cumprimentar. Essa é a verdade. Mas a sua presença deveria ter vindo antes, deveria ter acontecido antes, porque, veja bem, está esvaziado o plenário da Comissão. Me parece que os inocentes, aqueles que vêm trazer prova cabal de inocência, não são muito interessantes não, até porque não tem pergunta para ser feita, até porque não tem pergunta porque V. Sª já trouxe provas. A sua tranquilidade, a sua transparência, aliás, já elogiada aqui até por Parlamentares que têm contundência, nesta CPI, de investigação, de muita competência, e deve ser registrado isso aqui.

V. Sª está sentado aí porque V. Sª foi Chefe de Gabinete do Governador Agnelo. O senhor ocupava aquela antessala. É por isso que V. Sª está aqui, passando até por constrangimentos, ter que fazer a defesa, inclusive, de filhos, que isso é um absurdo, gente! Não têm como acusar um cidadão, ficam procurando filho, neto, bisneto. O que é isso?! Eu me lembro, quando eu não era parlamentar, eu assistia a CPIs. E eu ficava lá na minha casa, Sr. Presidente, decepcionado com alguns parlamentares, em algumas CPIs a que eu assisti, que não querem apenas uma investigação imparcial, querem atingir a honra das pessoas e denegrir e desmontar a honradez de pessoas que aqui chegam.

E não é porque está aqui que ele já é condenado não! Vem aqui para provar sua inocência se tem condições de provar. Quando não tem, fica em silêncio. Quando não tem, fica calado.

Esta CPI, Sr. Cláudio Monteiro, com certeza, este é o momento de uma certidão de inocência para esses episódios que aqui foram demonstrados.

Agora, nesta CPI, nós estamos investigando a possível presença de uma quadrilha em dois Estados, pelo menos, que são Goiás e Brasília. Eu sou de Brasília. Eu não tenho, assim, amizade com o Governador Perillo. Conversei com o Governador Perillo uma

vez. Uma vez. Não tenho motivos para dizer que não gosto dele. Aliás, eu sou de Brasília, e temos o entorno aqui, então, obviamente, a gente tem uma relação com o Governo de Goiás.

Agora, esta CPI também, Sr. Cláudio Monteiro, trouxe para cá uma investigação sobre a pessoa de dois chefes de gabinetes. O senhor está aqui porque o senhor foi Chefe de Gabinete do Governador Agnelo. E o senhor veio aqui e disse: "Onde está o radinho?". Aí, é aquilo que eu sempre digo aqui, não quero fazer comparações, mas eu sou forçado a fazer. Porque ontem, por exemplo... Eu estou aqui no meu dever de ofício. Ontem, por exemplo, veio – acho que foi ontem mesmo – a Chefe de Gabinete do Governador Perillo. E eu fiquei aqui na expectativa, disse: "Agora, vai explicar tudo, vai colocar todos os pingos nos is, vai retirar todas aquelas suspeitas que existem de escuta, inclusive o radinho que ela recebeu, ela vai dizer como é esse radinho." Porque ela recebeu um radinho. Se eu estiver errado, me corrijam. Ela é Chefe de Gabinete do Governador Perillo e recebeu um radinho. Bem, e ela veio aqui e disse: "Não, eu quero ficar em silêncio." É um direito constitucional, ela não falou.

Graças a Deus que V. Sª falou! Porque eu sou de Brasília, eu estou tranquilo agora, porque V. Sª vem aqui, abre o coração, diz: "Perguntem o que vocês quiserem, eu estou aqui para responder", e está respondendo a todos os questionamentos. V. Sª disse aqui o seguinte: "Onde está o radinho? Me provem, então."

Conversa fiada, gente! Ficam esses bandidos conversando por telefone e querendo crescer em cima de personalidades políticas, aí vem para cá como se fosse verdade. Eu não usei, até agora, nesta CPI, nem uma dessas escutas, não! Não porque a Polícia Federal não tenha feito um trabalho competente, fez um trabalho competente, mas eu vou ficar usando escuta de bandido que quer acusar governador, chefe de gabinete, quem quer que seja?! Eu estou aqui para fazer um trabalho sério, Sr. Presidente. Não estou aqui para fazer jogo político não. Trabalho sério.

Agora, eu tenho que dizer que, como membro desta CPI, na obrigação de fazer uma investigação e colaborar com a administração desta CPI, eu fiquei frustrado, por quê? A chefe de gabinete de outro governo recebe um radinho e não vem dizer para nós por que recebeu, de onde recebeu, quem foi que deu e por que recebeu. Chega aqui, fica em silêncio. Eu fico pensando se eu fosse um parlamentar do Estado de Goiás, que é um Estado honrado, de pessoas trabalhadoras, pessoas honestas. Agora, eu sou de Brasília e estou com a alma lavada aqui, tranquilo, porque V. Sª vem aqui e diz que não recebeu rádio. Aliás, a propina, porque foi dito aqui, Sr. Cláudio Monteiro, e eu fiz uma defesa aqui, foi dito que aqui no Distrito Federal tinha um mensalão do Cachoeira. E eu fiz uma defesa aqui, só com base em escuta que o senhor recebeu, acho que R$20 mil. Ninguém provou nada. E vem dizer que o Distrito Federal tem propina de Cachoeira, que tem mensalão de Cachoeira?! Isso é uma inverdade! Isso é uma ofensa com o Distrito Federal. Isso não se faz. Agora, V. Sª vem aqui e diz: "Diga-me onde foi que recebi?" Aliás, o senhor trouxe a informação de que o Sr. Dadá, que diz aí que tinha dado R$20 mil para o senhor nas escutas, ontem mesmo, ele deu o testemunho, está aí com a Presidência, numa investigação imparcial, inclusive com a presença da OAB, ele vem dizer: "Nunca dei, nem nada..." O cara estava blefando! Gente, nós somos cidadãos públicos.

Tem hora que dá medo, Sr. Presidente, tem hora que assusta. Porque você faz um trabalho honesto, faz um trabalho, como V. Sª vem aqui e diz: eu tinha um sonho. Sr. Cláudio Monteiro, vou dizer uma coisa para o senhor. Depois dessa audiência aqui, volta, volta. Por que não voltar? Por que não voltar a ser chefe de gabinete do Governador Agnelo? Por que não? Eu faço o apelo a V. Sª: volta, Sr. Cláudio Monteiro. Não tem nada que desabone o senhor; por enquanto, não. Não tem. Obviamente que haverá desdobramentos desta CPI e eu espero, Sr. Cláudio Monteiro, que a sua presença aqui seja um cala a boca nessa história de que Brasília, de que o Distrito Federal está envolvido com Cachoeira, porque o senhor é a pessoa mais próxima do Governador Agnelo. Se o senhor chegasse aqui e ficasse em silêncio, eu já estava preparado para o meu discurso.

Eu não conversei com o Governador Agnelo, não conversei com Paulo Tadeu, não conversei com ninguém, porque seria uma decepção. Eu tenho lado, eu sou transparente nas minhas posições, não faço politicagem. Vim para cá para fazer um trabalho sério. E, se V. Sª ficasse em silêncio aqui, V. Sª teria minha palavra de suspeito, de que seria suspeito, sim. Porque eu, se me acusarem, vou até as últimas consequências para provar a minha inocência, como fez V. Sª.

Está de parabéns. V. Sª fez porque é um homem de bem, é um cidadão de bem. E se faz assim; é assim que se faz. É assim que se faz. Quem sentar nessa cadeira agora, a partir de V. Sª, como testemunha, com *habeas corpus*, sem querer falar, vai ficar uma suspeita, embora seja um direito constitucional.

Portanto, Sr. Cláudio Monteiro, eu termino só dizendo: volta, Cláudio Monteiro! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço novamente à assembleia que permaneça sem manifestações.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Ronaldo Fonseca, quero agradecer a manifestação de V. Exª, as palavras que aqui foram proferidas e a introdução que o senhor deu na nossa ausência de relacionamento, apenas nos cumprimentos. Quero dizer ao senhor que do dia em saí do governo até hoje foi o único dia, ele teve início e não teve fim; e espero que, amanhã, eu volte a dormir hoje e volte a ter a minha vida na regularidade. Eu quero ter o direito de ir à padaria; eu quero ter o direito de sair com meu filho. Já que não pude conviver e criar três, porque tinha que lutar pela sobrevivência, que agora, com meus 53 anos, eu possa conviver com esse de dois e a menina de treze, que eu possa fazê-lo com normalidade.

Quero dizer para o senhor também que, ao vir aqui hoje e falar, saiba que eu estava com um medo danado, não de faltar à verdade, mas de ficar embargado pela emoção e não ter condições de me manifestar adequadamente. Quero dizer que estar numa CPI é algo que mexe com o emocional de todos nós, e mexe fundo. Olha, só Deus sabe o quanto eu busquei energia para vir aqui e me dispor a abrir meu coração e falar. Às vezes, não vou fazer minha defesa. Às vezes, a gente deixa que o Estado prove as coisas por nós. Agora, em outros momentos, essa coisa pode demorar tanto tempo que nem vida mais você vai ter. E, ao estar aqui falando isso, eu não tenho a pretensão de recuperar cargo nenhum. Eu tenho a pretensão de recuperar a minha vida, recuperar a condição de andar pelas ruas.

Eu disse aqui no início, Sr. Deputado, que a minha família veio para cá em 1957. Meu pai saiu do Rio de Janeiro, ele era trocador de ônibus, veio junto com o meu avô para cá para construir a Capital. Eu vim para Brasília com um mês de vida, a minha foi ao Rio deu à luz e voltou. Eu conheço esta cidade como a palma da minha mão. Aqui eu cresci, constitui família, criei meus filhos, tenho netos e precisava ter a oportunidade de voltar a circular pela minha cidade, porque eu amo Brasília. Esta é a minha cidade. Foi aqui que eu construí a minha vida profissional, a minha vida política. Eu precisava poder estar interagindo com a sociedade.

Eu espero, ao sair daqui hoje, não ser apontado nas ruas como aquele: "Ó, disseram que ele recebeu vinte mil, mais cinco mil". Olha, eu disse aqui no início: por que não me prenderam? Era um ato de grande repercussão se tivessem feito isso. É porque tinham certeza de que eu não havia feito. Agora, a mesma coragem que usaram para incluir, não usaram para excluir expressões do tipo: "O fato ora investigado, pois a suposta fraude em licitação (...)". Que licitação que eu participei? Que licitação que eu ajudei? A "suposta propina" e o "provável tráfico de influência".

Pelo amor de Deus! Responsabilidade! Não se pega a vida de alguém e rasga. Vinte e dois anos de vida pública não se rasgam com "suposta fraude", "suposta propina", "provável tráfico de influência". Pelo amor de Deus! Não é comigo, não. É com qualquer um. Nenhum cidadão merece receber "suposta", "provável"...Que é isso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuando a ordem dos oradores inscritos que compõem a Comissão, e, visualmente, ausente o Senador Randolfe e presente o Deputado Mendes Thame, com a palavra S. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Parlamentares, no início do ano de 2003, o Governo Lula mandou uma mensagem aos trabalhos legislativos em que propõe que a legislação preveja a obtenção e o disciplinamento das fontes de recursos, como é o caso dos bingos, que permitam ao Governo financiar projetos de inclusão social. Nós queremos aqui aproveitar ao máximo os trabalhos desta CPMI para abstrair, desses trabalhos, sugestões úteis para melhorar nossa legislação, o arcabouço jurídico para proteger o Estado.

E há dois pontos fundamentais. O primeiro, são as licitações, licitações que permitem, como é o caso da Delta, que recursos públicos sejam encaminhados para essas empresas e uma parte desses recursos sejam desviados. Mas há um outro ponto que não pode ser esquecido. Toda vez que abordamos esse ponto, às vezes, a imprensa pensa: "Ah, está desviando o foco". Não estamos desviando o foco, estamos atacando o foco, que é a questão das contravenções, a questão do jogo, a questão da anuência, dessa lassitude do Governo em relação à contravenção.

Pois bem, em 2003, na mensagem ao Congresso Nacional, o Governo Lula propôs que se utilizasse o caso dos bingos como uma fonte de obtenção e disciplinamento das fontes de recursos para financiar projetos de inclusão social.

Meses depois, ainda em 2003, baixou uma portaria, em 21 de outubro de 2003, instituindo um grupo de trabalho interministerial para avaliar e apresentar propostas que modifiquem a legislação referente às atividades relacionadas a exploração de jogos de bingo. Desta portaria, para esse grupo de trabalho interministerial, constavam pessoas da Casa Civil, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça, e do Ministério do Esporte, entre os quais o Sr. Francisco Xavier, Francisco Cláudio Monteiro e José Dirceu de Oliveira e Silva.

Meses depois, no início de 2004, na Mensagem do governo Lula ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos de 2004, o governo Lula reitera, na página 177, que a regulamentação da atividade dos bingos – e aí é mais explícito até –, a regulamentação vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social; surgirá uma nova loteria, a timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério do Esporte, que por sua vez investirá esses recursos no atendimento de pessoas portadoras de deficiências.

Pois bem, o governo marcou o anúncio do resultado desse grupo de trabalho, que foi nomeado em outubro de 2003, para 16 de fevereiro de 2005, ocasião em que seria enviado um projeto de lei ao Congresso regulamentando os bingos. No entanto, denúncias da revista *Época* sobre as fitas de Waldomiro Diniz pedindo propina, no dia 13 de fevereiro, fez com que o governo voltasse atrás e logo depois editasse uma medida provisória em sentido contrário.

Gostaria somente de solicitar ao Sr. Cláudio Monteiro quem é, por favor, esse Sr. Francisco Cláudio Monteiro? Se é algum parente? Se é algum homônimo? Ou se é o senhor? E se sabe qual a participação do Ministério do Esporte na regulamentação dos bingos. Qual é a participação? Qual a orientação dada pelo Ministério do Esporte para regulamentar esses bingos, já que na época o governo Lula tinha uma orientação definida a favor dos bingos? Chegou a pressionar o Deputado Sebastião Madeira, que foi o relator do Fome Zero, para que incluísse no seu relatório uma possibilidade de que jogos de azar fosse um financiamento do Fome Zero, o que não foi possível, porque o relator Sebastião Madeira se recusou, terminantemente a fazê-lo, dizendo até que um dia o Presidente Lula agradeceria o fato dele não ter acedido a esse fato. Essa é a única pergunta que gostaria de transmitir ao Sr. Cláudio Monteiro, que hoje vem dar a sua contribuição a esta CPMI.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, com a maior satisfação vou responder.

Realmente, o Francisco Cláudio Monteiro ali citado sou eu. Só que é necessário que façamos um entendimento anterior a isso.

Primeiro, que a regularização do uso de bingos existiu anterior a essa decisão do Presidente da República Luis Inácio da Silva. Mas qual era o objeto? O que foi que deu errado nisso? É que se permitiu que as instituições de esporte no País – federações, confederação, esses entes das diversas instituições esportivas ou diversas práticas esportivas – pudessem criar bingos para se financiar. Ao fazer isso, chegou-se a uma questão horrível. Foi o endividamento e a completa perda de objetivo dessas entidades. Todas elas ficaram devendo: deviam na praça, deviam ao INSS, deviam ao fisco. Isso era uma balburdia total. Então, essa que era fruto de uma lei anterior que eu não vou citar o nome do autor da lei para não cometer uma injustiça, mas era um ato existente... Resolveu-se tomar uma medida de forma a permitir que esse financiamento ocorresse, que essa regulamentação ocorresse e que se pudesse encontrar um caminho adequado para que a prática nociva anterior não perdurasse.

Bom, esse grupo não era composto só pelo Ministério do Esporte, pela Casa Civil. Nós tínhamos também os representantes da Caixa Econômica e tínhamos os representantes do Ministério Público, que foram convidados, porque, ao se constituir esse grupo partiu-se primeiro de uma premissa. Qual premissa essa? O Estado é competente. Partiu-se primeiro desta premissa: o Estado é competente. O Estado é competente para quê? Para regular as relações da sociedade e o Estado é competente para coibir práticas nocivas. E a pior coisa que o Estado pode fazer é ter atitude de avestruz: enfiar a cabeça na areia e fazer que nada está acontecendo. Então, partindo-se desse pressuposto de que o Estado é competente, buscou-se estabelecer um arcabouço legislativo legal que, primeiro, mantivesse esse financiamento ou possibilitasse financiamento; e, segundo, que acabasse com a irregularidade, com a ilegalidade.

Quem é que, por mandamento legal, opera jogos no País? A Caixa Econômica Federal. Como é que a Caixa faz para que a sociedade possa alimentar o sonho desses jogos? Tem gente que sonha rico na terça, fica frustrado na quarta, sonha rico na sexta, fica frustrado no domingo, mas sonha. Como é que íamos fazer isso? Pressuposto básico: a Caixa Econômica Federal poderia licenciar e fazer o acompanhamento disso *on line*. Por quê? O Estado é competente. Existe o jogo? Existe. Pode ser regulamentado? Pode. Agora deve ser fiscalizado.

Quem é que poderia participar disso? Alguém licenciado que tivesse comprovadamente um patrimônio declarado nos últimos cinco anos, que tivesse condição de se cadastrar para ser licenciado.

Bom, eu estou passando a V. Exª ideias, premissas que foram desenvolvidas, no suposto, para uma futura regularização.

Ocorre que – e é notório e isso aconteceu – um descaminho e, ao acontecer esse descaminho, o Estado resolveu não mais tratar desta matéria.

Então, eu fiz parte desta Comissão.

E quando eu disse aqui que estou com o meu sigilo fiscal, telefônico e bancário à disposição, por dez anos, quero dizer que a Polícia Federal já quebrou

meu sigilo telefônico nesta data, lá atrás, quando eu fiz parte desta Comissão. Eu vou ler para o senhor: "Assunto. Chefe do CEPEC". Eu não sei o que é isso. "DPF. Assunto: solicito analises de ligações telefônicas. IPL – 325, de 2004." Diz esse documento: "Encaminho, em anexo, e apenso três dos autos supramencionados solicitando o escaneamento das folhas do citado apenso a fim de que, depois de inseridos os dados do computador, seja feita analises das ligações telefônicas recebidas e realizadas constantes do mesmo, verificando qual a data, quantas vezes aparecem os nomes de..." Aí, não vou citar o nome das outras pessoas, vou citar apenas o meu. Num conjunto de diversas pessoas, o meu nome está lá.

Então, olha, passar por escuta, ter sigilo quebrado, ter análise, isso não me assusta, porque eu parto de um pressuposto, que norteia a minha vida, de que não importa onde eu ande, não importa com quem eu esteja, importa o comportamento que eu vou continuar adotando.

Eu posso passar por qualquer lugar, eu posso visitar um presídio e não me influenciar. Eu o fiz, diversas vezes, como policial. Eu posso estar regulando uma ação do Estado, em qualquer lugar, sem me impregnar, sem me macular, sem mudar o meu comportamento.

Então, a relação do Estado, do Ministério dos Esportes, naquele momento, Excelência, tratava de tirar a cabeça de avestruz, de ir, à luz do dia, mostrar que o Estado era competente, que o Estado era eficiente e que o Estado era capaz de coibir as ilegalidades.

Eu continuo pactuando com isso. Eu acho que no dia em que nós entendermos que não fomos mais capazes de legislar, nós vamos viver na barbaria, porque um princípio básico é o de respeito às leis.

Se no Parlamento não se produzir a relação social correta, olha, não vai se produzir em canto nenhum. Não existe movimento melhor do que o democrático para entender os opostos e conduzir-se a um bom caminho.

Então, continuo convicto disso, de que o melhor debate é aquele que existe e que o pior é se omitir.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cláudio Monteiro, nós assistimos aqui, hoje, mais uma vez, a um depoente que coloca em xeque algumas das questões trazidas nos relatórios da Polícia Federal.

Eu acho extremamente oportuno e eu queria pedir ao nobre Relator que acompanhasse o meu raciocínio, porque eu acho extremamente importante que a gente verifique o seguinte: primeiro, o meu entendimento, também, de que é muito salutar que haja o depoimento.

Não há que se discutir sobre o direito constitucional de se reservar o silêncio, sob pena de estarmos todos, aqui, ferindo não só a Constituição, mas um princípio elementar do Direito;

Então, acho que exageram aqueles que querem, por alguns momentos, depreciar quem se reserva o direito de ficar calado, porque esse é um princípio constitucional, é um princípio do Direito e as razões podem ser as mais variadas.

No meu sentimento, uma delas, sem dúvida, é o indicativo de culpa; outras podem ser orientação dos próprios advogados, no sentido de que aquilo não possa trazer dificuldades na defesa do foro apropriado a que cada um em direito, mas o senhor nos traz, com as suas declarações, a oportunidade de refletirmos não só sobre o envolvimento dessa quadrilha do Carlinhos Cachoeira com o Governo do Distrito Federal, mas também fazer uma reflexão sobre uma série de abordagens que é feita nos relatórios da operação Monte Carlo, muitas vezes usada, aqui, com relação não só ao senhor, mas com relação a vários.

O senhor falou, e eu gostaria de ouvir isso novamente do senhor, sobre o conhecimento do senhor com o Sr. Marcelo de Oliveira, o Marcelão. O senhor disse ter com ele uma convivência de longos anos. É verdade?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Profissional.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Profissional.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Como eu disse, é companheiro da mesma carreira. Nós somos policiais civis.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim. Agora, o senhor indicou o Marcelo para trabalhar com o Governo, para ocupar um cargo no Governo Federal?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu o fiz sim, senhor, no Governo do Distrito Federal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor o fez com a convicção de que estava indicando uma pessoa a um cargo de confiança?

O senhor o fez com a convicção de que estava indicando uma pessoa apropriada para aquele cargo, certo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sem dúvida.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Após quantos anos de convivência?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, na carreira policial, ele está desde 1998. Do relacionamento, dois, três anos; três anos por aí. Isso mais frequente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Mas o senhor já o conhecia há muitos anos, portanto.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O conheço como policial.

Quer dizer, a nossa carreira policial aqui no Distrito Federal...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – O senhor tem alguma razão para ter alguma desconfiança dele como policial?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – De forma nenhuma; de forma nenhuma.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor o conhecia como policial e passou a ter um relacionamento mais próximo, portanto, tinha motivos de sobra para ter confiança nele.

Agora vêm as várias ligações em que ele faz referência ao senhor.

A que o senhor as atribui? O senhor concorda com as referências que existem nas ligações? O senhor admite, naquilo que ele se refere ao senhor nos contato que teve com a organização criminosa?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não. O senhor não concorda?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor atribuiu, e parece-me que o senhor fez isso por mais de uma vez, o fato de que o senhor entende que pessoas, com o propósito de se fortalecerem, de se colocarem com o poder maior do que realmente têm, muitas das vezes fazem referências a autoridades, o senhor atribui isso a ele também?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Perfeitamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG)– Perfeitamente.

Eu acho importante, eu pedi a atenção do senhor Relator, porque nós já vimos situações semelhantes aqui. E eu não estou tirando a razão do senhor não. É claro que eu, como o Relator e todos nós nos reservamos o direito de continuar analisando, aprofundando. Mas eu acho inconteste que alguém não possa ser condenado pela premissa, ou pela hipótese, ou porque no relatório da Polícia Federal disse: "Há suspeita".

No relatório da Polícia Federal há referência ao senhor dizendo que "há suspeita".

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Provavelmente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Ou provavelmente. Isto também nós vimos com relação a outros indiciados.

Recordo-me de um episódio, por exemplo, de um depoente que aqui veio e que também de dispôs a falar, aliás, ele assumiu, o que inclusive incorre em um crime de falsidade ideológica, quando um depoente, aqui, mais precisamente o Sr. Wladimir Garcez, assumiu – eu entendo que não se pode medir com réguas distintas um trabalho feito com a seriedade que se espera desta CPMI – que ele, por mais de uma vez, fez referências a autoridades públicas para se fortalecer perante àqueles em que ele tinha interesse.

O senhor acredita, portanto, que isto possa ter procedência?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Plenamente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Eu gostaria de saber do senhor sobre algo que, para mim, não ficou muito claro. Quando um colega nosso, que me antecedeu, perguntou ao senhor, e ele fez referência ao nome, se o senhor conhecia o Sr. João Dias Ferreira, aí, no primeiro momento, o senhor disse não.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Na realidade, Deputado, ele não perguntou se eu conhecia o João Dias, ele foi além.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Ele perguntou.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Ele perguntou o João Dias Ferreira e Fenapef?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Então, o senhor, na hora, não percebeu o nome. Foi isso.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu pedi a ele que me ajudasse.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu já entendi. Depois o senhor se corrigiu dizendo que o conhecia, claro. E o senhor disse que o conhecia porque óbvio, o episódio foi um episódio notório. Mas eu gostaria de saber um pouco mais.

Agora já que o senhor sabe a quem nós estamos nos referindo, João Dias, quando o senhor o conheceu?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Quando eu o conheci?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – É. Há quanto tempo que o senhor o conhece?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Eu não sei precisar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, aproximadamente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO– Deputado, eu o conheci...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – O senhor sabia que ele tinha uma relação próxima com o Sr. Agnelo?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG)– o senhor nunca o viu com o Sr. Agnelo? O senhor é um homem muito próximo dele. O senhor nunca estive reunido? Os três nunca estiveram juntos?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, não vou só dizer pela questão da proximidade ou de ser um homem público não, eu vou...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu estou perguntando de forma objetiva. O senhor esteve...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, claro. Eu vou responder para o senhor com uma outra coisa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Não, eu quero esta, objetivamente esta que é a resposta que eu quero do Depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado, V. Exª ...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – E o senhor já percebeu o meu respeito pelo senhor.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – E o meu pelo senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Mas eu preciso saber, com clareza, porque um cidadão envolvido em todo um esquema de desvio de dinheiro do Ministério dos Esportes e que depois joga R$200 mil sobre uma mesa de uma Secretaria de Governo onde o senhor ocupa um cargo quase que o mais, quase não, o mais próximo ao Governador, um cargo de relevância e importância. Ora, é importante saber quando o senhor esteve com este João Dias. E se o senhor, algum dia em sua vida, esteve ao lado dele e ao lado do Governador Agnelo.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Então, eu vou responder ao senhor com total transparência e sob o compromisso do juramento da testemunha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Claro.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – O Sr. João Dias esteve no Ministério dos Esportes. Eu nunca estive com ele. Eu não faço parte do círculo de amizade dele. Eu não conheço ele de relacionamento com o Governador Agnelo. Ele deveria ser preso, como foi quando praticou esse ato. Isso é o que eu defendo e do que tenho conhecimento.

E disse aqui ao Deputado Onyx. Ele diz o seguinte: "O senhor liberou a segunda parcela". Eu não sei se liberei só a segunda, não. Talvez eu tenha liberado inclusive a primeira. Mas eu sei de outra coisa: que as minhas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Sei que o fiz no interesse público e sei que o fiz também, se o senhor um dia, porventura, desejar conhecer esse processo, verá que lá dentro tem um despacho meu mandando suspender pagamento, mandando apurar, porque, Deputado, a gente é obrigado a tomar as providências que a lei determina.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas, efetivamente, o senhor nunca esteve com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Nunca encontrou com ele?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Agora, o que o senhor pode deduzir de uma pessoa jogar R$ 200 mil? E o senhor disse que ele deve ser preso porque colocou R$ 200 mil. Agora, não há uma preocupação do Governo do Estado de Goiás, do Sr. Agnelo e dos senhores de explicar por que alguém se dispõe de R$ 200 mil para dizer que não aceita propina para ficar calado?

Aliás, eu estou com um requerimento para que esse Sr. João Dias venha aqui.

O senhor pode nos explicar... ou o senhor tão próximo do Governador deve ter se sentado com ele para dizer por que ocorreu isso? O Governador, de alguma maneira, explicou para o senhor ou manifestou qual o entendimento dele sobre esse ato? Além de dizer: olha, ele estava agressivo, ele hostilizou alguém. O que realmente justifica.

Agora, eu estou querendo me referir ao dinheiro! Por que alguém leva tanto dinheiro para dentro de um ambiente público, sob o pretexto de que aquilo ali é para demonstrar publicamente que não aceita tentarem comprar o seu silêncio? E de repente não se dá uma explicação para isso. O dinheiro fica lá preso, como prova de um suposto crime. E aquelas pessoas que estão sendo acusadas têm pelo menos uma explicação?

Qual o intuito que esse João Dias pode ter tido ao fazer isso, já que, obviamente, o senhor vai me dizer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – que não houve nenhuma razão para isso.

Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, V. Exª esgotou o tempo de V. Exª...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu estou concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Há algum tempo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não. Eu estou exatamente na conclusão e eu percebi claramente a mesma paciência de V. Exª com os demais colegas e não tenho dúvida de que a terá comigo, apenas para que se conclua isso, por uma razão muito simples, Sr. Presidente, eu coloco esse episódio e não vejo nenhum envolvimento do Sr. Cláudio Monteiro.

Eu coloco esse episódio porque é um episódio do qual o senhor tomou conhecimento e pode nos ajudar a esclarecer qual o tipo de ligação disso com qualquer coisa de ilícito.

Agora, eu reitero. O senhor traz aqui uma oportunidade de reflexão para essa CPMI, para que a gente não fique perdendo o nosso tempo, Sr. Presidente, Sr. Relator, em hipótese, insinuações, sugestões com

relação ao Governo do Distrito Federal e ao Governo de Goiás e continuemos adiando a convocação do Sr. Fernando Cavendish, do Sr. Pagot, que são coisas que realmente afetam o grave interesse público do nosso País.

Mas, objetivamente sobre esse episódio, se o senhor puder nos esclarecer, dê a sua opinião. Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – A minha opinião, Deputado. Eu costumo ter opinião sobre tudo. Pode ser até inadequada.

Mas a minha opinião é de que esse cidadão não bate bem da bola. Ele foi levado à Polícia Militar, foi autuado em flagrante, está respondendo a inquérito policial militar. Agora, uma das coisas que eu não consigo entender nisso, Deputado, é por que o Ministério Público arquivou esse procedimento?

Essa é uma reflexão para nós dois, Deputado. Para V. EXª, para mim, para toda sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. **DOMINGOS SÁVIO** (PSDB – MG) – Acho que deve ser reaberto. Esse episódio precisa ser esclarecido para o País.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Olha, as pessoas têm razões que nós não conhecemos.

Eu não convivi com esse cidadão, não tive relação com ele, não sei explicar se ele efetivamente tem lá os parafusos todos no mesmo lugar. Parece-me que não, se me permite essa ilação.

Agora, só nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – É, Deputado. Mas tem outra questão, Deputado, que, talvez, o senhor não tenha analisado nesse contexto. Mais dinheiro foi gasto nesta cidade para se produzirem elementos para denunciar o Governador. Recentemente, um cidadão disse que recebeu R$400 mil. E olha: R$400 mil!

Deputado, no início de parte da minha explanação, eu disse que essa foi a eleição mais fácil de ganhar, mas é o pior momento para se governar, porque a continuidade leva à manutenção de hábitos, de conceitos. A continuidade representa o caminho natural. E os Deputados daqui, de Brasília, sabem, em uma cidade que teve quatro governadores em um único ano, das dificuldades de fazer o enfrentamento do crime organizado, sabem da dificuldade de se romper com as máfias e com a capitania hereditária de alguns setores nesta cidade. Agora, é preciso coragem, e essa coragem não tem faltado ao Governador. Às vezes, as pessoas optam pelo caminho mais simples, que é o do fazer de conta que não vê ou pactuar, restabelecer uma negociação política para dar continuidade àquilo. Este Governo, ao qual não pertenço mais, mesmo desejando o sucesso dele, sonhando com ele, teve a capacidade de fazer um enfrentamento – um enfrentamento, porque não podemos viver presos ao passado. Esta cidade precisa recuperar, e recuperará, a possibilidade de dizer: o que fizeram aqui não farão mais; aqueles que aqui exploraram não explorarão mais.

E quero dizer ao senhor que existe um segmento enorme de pessoas que atuaram em algumas áreas que foram críticas no Governo e que foram levadas, a serem julgadas essas empresas inidôneas. Umas já foram; outras estão a caminho, porque agiram com o mesmo procedimento. E é certo, nobre Deputado, que ferir interesses econômicos, olha, faz com que as medidas mais ousadas, as medidas mais estapafúrdias possam acontecer. E eu atribuo esse fato a esse tipo de coisa, esse e outros que já aconteceram no Distrito Federal.

Foi a eleição mais fácil de ganhar, mas é o pior período para governar, porque é o período de mudança de hábito, de criar um comportamento ético na máquina pública. E esse enfrentamento é feito diuturnamente.

Espero ter concluído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Cláudio Monteiro, Sr. Relator. Eu pedi para me inscrever porque entendo que o depoimento de V. Sª aqui – eu acompanhei uma parte dele no meu gabinete e, agora, me ausentei para poder fazer uma fala, como inscrito, no plenário do Senado – foi fundamental, até para o bom andamento dos trabalhos desta CPMI, até para que a gente possa também, inspirado no que V. Sª está vivendo, reforçar uma tese que tenho falado aqui, no Senado. Fui prefeito quatro anos, governador oito anos. Sempre estive lutando para combater crime organizado. No Acre, nós éramos reféns disso. Desmontamos a partir da ação das instituições – tive o privilégio de estar no governo nesse período –, mas sempre procuramos fazer isso sem danificar a honra e a vida das pessoas. A nossa grande preocupação, as preocupações eram duas: fazer o nosso papel e livrar a sociedade da pior das situações, que é ficar refém, como eram, no Acre, governadores, autoridades, dos que mandavam e desmandavam no Acre. A outra preocupação era a de não cometer injustiça. Foram presos coronéis, delegados, oficiais, empresários, gente que atuava nas mais diferentes áreas. E, no Acre, eu penso que a condução foi dada a partir da busca de se fazer justiça.

Mas o nosso País não tem funcionado assim. O nosso País tem um grave problema: dependendo das circunstâncias... E, às vezes, tem o aval de setores –

valorizo tanto a imprensa – da imprensa. Às vezes, um questionamento vira denúncia, a denúncia vira julgamento, o julgamento vira condenação sem base em nada e sem prova nenhuma. E esta CPMI, conduzida da maneira que está, ela está procurando se desviar dessa vala comum.

O caso de V. Sª... Ouvi a sua entrevista logo em seguida ao dia dos questionamentos que fizeram a V. Sª. V. Sª repetiu naquele dia o que repetiu aqui hoje: "Eu estou saindo daqui do meu cargo para buscar a Justiça e me defender; defender a honra da minha família, da minha vida pública". E V. Sª veio aqui e cumpriu exatamente aquilo que tinha falado publicamente quando saiu. Porque todos que saíram dos cargos, que se demitiram, falaram a mesma coisa. Mas há uma diferença: o cargo que V. Sª ocupava, qual era?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Chefe de gabinete.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Chefe de gabinete do?

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Governador Agnelo.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Governador Agnelo Queiroz. Governador do...

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Do Distrito Federal.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Da nossa cidade, do Distrito Federal.

Ontem, também veio aqui a senhora que ocupava o mesmo cargo que V. Sª ocupava no Governo Agnelo Queiroz. Só que ela o ocupava no Governo de Goiás, do PSDB, de Marconi Perillo. Ela veio aqui, teve a mesma oportunidade que V. Sª teve, e o que ela fez? Ficou calada. Desrespeitou a CPMI e dificultou o trabalho de apuração, inclusive de eventual inocência dela. Mas ela se comprometeu.

Quando a pessoa vem para cá e fica calada, ela está escondendo. Cadê a indignação de quem está sofrendo uma injustiça? V. Sª, hoje, trouxe aqui a indignação de quem está sofrendo, de quem está passando por problemas, que, se fossem só com o senhor, mas com sua família, com aqueles que o têm na melhor conta.

Faço este paralelo, Sr. Presidente, porque, quando veio aqui também o Governador Marconi Perillo... E V. Sª não veio aqui ler, não preparou. V. Sª estava aí pronto, aberto para responder aos questionamentos.

O Governador Marconi Perillo veio aqui, e uma questão foi colocada para ele: a quebra do sigilo, porque há sérios questionamentos sobre ele. Era uma maneira também de ele deixar transparente. E ele falou: "Eu não vou fazer isso. Eu não ponho à disposição nenhum dos meus sigilos".

No outro dia, veio o Governador Agnelo Queiroz. Chegou aqui com disposição e disse: "O meu sigilo, estou pondo à disposição dos Senadores e das Senadoras, dos Deputados e das Deputadas". Imediatamente o Governador Perillo fez isso. Será que não teria sido melhor se fosse o contrário?

Então, nessa questão que envolve essa arapongagem, essa institucionalização criminosa, de crime; organização criminosa institucionalizada, com tentáculos inclusive aqui dentro do Congresso, ela tem que ser desmontada para o bem do Brasil. É uma organização que funciona há mais de dez anos, que já destruiu a vida de muita gente e já acobertou a bandidagem também de outros. E, certamente, com a conivência de um pedaço da imprensa. Uma parte pequena, porque é a grande imprensa. Essa liberdade de imprensa que nós temos é que está ajudando a desmontar esse tipo de esquema que existe no nosso País.

Por isso que eu também acho que os fatos é que têm que determinar a condução dos trabalhos na CPMI. E não o contrário, não o interesse de atingir um ou outro.

Mas acho que o depoimento de V. Sª faz um divisor de águas em relação àqueles que vêm aqui dificultar o trabalho da CPMI e àqueles que vêm colaborar e vêm resgatar a sua honra.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, porque estou fazendo aqui umas observações; e eu não estou falando à toa, não é alguém do PT, alguém que é companheiro de partido. Não. Eu estou vindo aqui porque os companheiros, os nobres companheiros que são da oposição, que estão ajudando esta CPMI, trabalhando, fazendo questionamentos duros aqui, cumprindo um papel que a maioria de nós não queria estar cumprindo... Nós estamos aqui para cumprir outras missões: melhorar o País, fazer uma agenda que atenda aos interesses nacionais. Mas, de vez em quando, nos deparamos com situações como esta.

Sei que meu querido amigo Paulo Teixeira, que fica aqui com paciência, como fez ontem, e mantendo a tranquilidade para não cair na armadilha daqueles que vêm aqui para tentar cumprir outros papeis não nobres como o de Paulo Teixeira, como do nosso querido Presidente Vital do Rêgo, que está aqui, e do próprio Deputado Odair Cunha.

Eu devo dizer que nós estamos aqui hoje e V. Sa. está nos ajudando a ter uma conclusão, já que quem falou aqui foram pessoas firmes, da oposição, pessoas que estão nos ajudando de fato a levar esta CPMI à frente. Eles reconheceram que, com V. Sa. houve injustiça, precipitação e eu acho que hoje certamente V. Sa. vai poder dormir tranquilo em sua casa, com seus filhos, com sua família e vai ter o reconhecimento de seus amigos e companheiros de governo e de profissão.

Agora, acho que é muito importante o depoimento de V. Sa. porque fica bem claro que nós devemos tomar cuidado, não fazer prejulgamento, não acabar, primeiro, com a vida das pessoas para tentar ver se aquilo tinha ou não razão de ser. Só se consegue, inclusive, o erro quando a gente consegue ter a CPMI convocando pessoas como V. Sa. e a gente fazendo os esclarecimentos devidos.

Então, Presidente Vital do Rêgo, a CPMI aqui é para apurar tudo aquilo que precisa ser apurado, apontar o caminho de punir aqueles que estão colaborando com essa organização criminosa, mas também de a gente libertar algumas pessoas de suspeitas, de ameaças e de injustiças.

Muito obrigado. E parabéns, Sr. Cláudio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Senador, muito obrigado.

Para mim, realmente, é um momento singular. Extremamente singular.

Disse, num momento anterior, que, ao vir aqui, vim com um frio na barriga gigantesco, mesmo tendo 54 anos, tendo 22 anos de vida pública, mas as pessoas vêm para se deparar com o imponderável. E, olha, vim na condição de que tudo havia perdido. E que eu precisava recuperar o mínimo, que era poder olhar de frente os meus amigos, a minha família, os meus vizinhos.

Então, esse é o sentimento que me nutriu e me deu força. Quero agradecer à família – essa palavra tão sagrada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, vamos aos não membros da Comissão: Deputado Izalci.

Com a palavra V. Exª

O SR. IZALCI (PR – DF) – Sr. Presidente, eu quero apresentar a V. Exa. um ofício daquilo que falei na última audiência e que depois não tive oportunidade de concluir. Trago aqui os documentos, feitos inclusive por mim, algumas auditorias que eu gostaria que fizessem parte da CPI.

Essa documentação, Sr. Presidente, me dá uma certa convicção de que houve de fato muitos desvios do Ministério do Esporte, na Anvisa. E quero mostrar aqui também nesses documentos que o contrato da Delta no Distrito Federal foi assinado em dezembro de 2010; portanto, todo superfaturamento, todas as irregularidades, toda a economia que foi feita a partir de 2012, mais de um milhão por mês de economia na varrição, como foi dito aqui pelo Governador.

Todo esse superfaturamento foi feito exatamente no Governo em 2011 – isso tem que ficar muito claro aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino a Secretaria para recolher a documentação do Deputado.

O SR. IZALCI (PR – DF) – Mas quero também, Sr. Presidente, entregar outros documentos.

Primeiro, quero dizer da importância da CPI, da importância que o ex-Deputado Distrital e chefe de gabinete Cláudio Monteiro contribuiu para esta CPMI, de uma forma significativa.

Quero, aqui, pedir a atenção do Sr. Relator, para que nos ajude. Inclusive, quero pedir ao colega Domingos Sávio que ele também faça um requerimento. Já que não sou da Comissão, não posso fazer isso.

Quero passar às mãos de V. Exª uma ocorrência que fiz, junto com um assessor – não fui eu que sofri ameaça, foi meu assessor –, na Polícia Civil. Está aqui a ocorrência, inclusive a daqui, da Câmara. A Polícia Civil está apurando quem fez o telefonema anônimo no sentido de ameaçar o meu assessor e de mandar recado para mim. Espero que isso seja concluído imediatamente.

Há outro assunto, Sr. Presidente, que é muito relevante para mim. Aqui, nestas auditorias, uma das questões que o Governador não conseguiu explicar foi a questão do patrimônio, da casa dele, dos R$400 mil.

Trago aqui uma contribuição, já que, inclusive, o Sr. Cláudio Monteiro citou, no início, essa questão do empreendimento. Tenho um empreendimento. Olhem como Brasília é pequena! E mentira tem perna curta. Portanto, aqui, há todas as condições de a gente apurar exatamente o que aconteceu com isso.

Sr. Presidente, em 1994, eu não era ainda Deputado, muito menos era afiliado a qualquer partido político. Nessa época, eu estava no Tribunal Regional do Trabalho, como juiz do Tribunal Regional do Trabalho. Comprei, Sr. Presidente, na Terracap, em uma licitação, um terreno, em 1994, por R$337.113,00, divididos em 24 parcelas. Esse terreno ficou muitos anos no Guará parado, desde 1994. Em 2007, uma empresa me procurou para um contrato de incorporação, ou seja, eu entro com o terreno, e essa empresa constrói. E com parte do prédio eu fiquei. A gente teria 30%. Esse prédio foi concluído em dezembro do ano passado. Fiz esse contrato, Sr. Presidente, com Giovana Comércio e Reformas Ltda.. É o nome da empresa que incorporou esse terreno, para construir um prédio de quatrocentas e poucas unidades. Trinta por cento, de acordo com o contrato, é a minha parte. Isso foi feito no dia 30 de abril de 2007.

Em novembro de 2007, no mesmo ano da venda da casa do Sr. Governador, o senhor da Giovana chamado Ernesto me procura e diz assim: "Deputado Izalci, estou sem dinheiro para concluir a obra. Faltou dinheiro. Preciso de arrumar um parceiro". "Pode arrumar. Para mim, não tem nenhum problema." Agora, em dezembro, quando concluiu a obra, ele me disse o seguinte: "Olha, tenho algumas coisas para falar contigo". Eu até pedi, fiz um requerimento para convocá-lo aqui. Esse senhor, o Ernesto, que é dono da Giovana, que construiu o prédio, fez um acordo, por falta de recursos, com Glauco Alves e Santos, que é exatamente a pessoa que vendeu a casa para o Sr. Agnelo. Ou seja, ele estava com dinheiro disponível para investimento e o ofereceu.

Na semana passada é que eu descobri que a esposa do Jamil, que é da F.J., a Juliana... Eles venderam para o Glauco, porque o Glauco, na realidade, é parente, é casado com parentes do Ernesto. A filha do Ernesto, que é o dono dessa empresa, Sr. Presidente, é casada com o Jamil, da F.J..

Portanto, fiz aqui um pedido para que houvesse a convocação do Sr. Glauco, para que ele pudesse justificar... Esse empreendimento, segundo informações... Eu ainda não recebi o prédio. Segundo informações, foi um investimento de R$16 milhões. E ele assumiu 55% da despesa. Portanto, mais de R$8 milhões ficaram a cargo do Glauco Alves e Santos.

Por aqui, vamos saber a origem desses recursos. Provavelmente... Não quero aqui me antecipar, mas esta é a oportunidade que temos de quebrar o sigilo, de verificar se ele tinha recurso para construir esse prédio.

Então, quero passar a V. Exª estes documentos e também a cópia do registro da construção da casa que foi vendida para o Governador, para que façam parte também dos documentos da CPMI.

Com relação às outras questões que foram perguntadas aqui das escutas telefônicas, acho que o ex-Deputado Cláudio Monteiro já disse claramente que não participou de nada, que não conhece nada. E, quanto à questão do aluguel das carretas do filho dele na Delta, ele admitiu que o filho é que tem de responder por isso e apresentou, inclusive, a quebra de sigilo. Portanto, não cabe a ele responder a essa questão das carretas da Delta. Isso cabe ao filho, já que ele trouxe a documentação. Com a documentação, nós podemos apurar exatamente o que aconteceu.

Mas quero parabenizar a presença do ex-Deputado Cláudio Monteiro aqui. Acho que ele contribuiu muito com a CPI, porque vamos desvendar esse mistério dessa casa que foi vendida por um preço simbólico, exatamente em 2007.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do Deputado Izalci. Tivemos a oportunidade de conviver, e convivemos na cidade.

Quero dizer só que, com relação a essa ocorrência policial, eu também tomei as medidas legais, fiz uma interpelação, estou aqui com a cópia da interpelação, vou deixar com o Presidente. Porque é aquele pressuposto: falou, prova. E da forma como eu quebrei meu sigilo, a alegação é de que esse rapaz, que, por sinal, é meu sobrinho, ou primo – primo –, ele diz que recebeu um telefonema anônimo. Eu espero que a Polícia quebre, nesse exato dia em que ele falou que recebeu ameaça, quebre o sigilo telefônico dele, descubra quem ligou para ele, e que se possa restabelecer a verdade. Porque foi apontado como sendo a minha pessoa. Eu não me presto a esse tipo de coisa.

Teve também, Sr. Presidente, nessa ilação toda, uma declaração de que meu filho era prestador de serviço de andaimes no Estádio Nacional de Brasília. Eu tomei o cuidado de pedir ao Consórcio Brasília 2014 que fizesse uma avaliação e uma varredura em todos os prestadores de serviços. E se encontrasse alguém com o nome de João Cláudio Araújo Monteiro, com o CPF que aqui está, como participante, sócio, intermediador, qualquer coisa no consórcio, apontasse. E o consórcio me deu uma declaração, que vou passar às mãos de V. Exª, dizendo o seguinte:

Declaramos, para os devidos fins, que o Consórcio Brasília 2014, contratado para executar as obras de reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, realizou revisão em seus arquivos e afirmamos não constar a pessoa de João Cláudio Araújo Monteiro como sócio em qualquer uma das empresas subcontratadas pelo Consórcio.

Então, mesmo não sendo o meu filho objeto da investigação, mas como nada poderiam afirmar a meu respeito, buscaram aquela parte de puxar o cabelo, dedo no olho e xingar a mãe, atacando a minha família. Está aí a declaração do consórcio. Então...

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para finalizar, como último orador inscrito na condição de não-membro da CPI, o Deputado Paulo Tadeu.

O SR. PAULO TADEU (PT – DF) – Sr. Presidente Vital do Rêgo; nosso Relator, Odair Cunha; Paulo Teixeira, nosso Vice-Presidente; eu aproveito esta minha intervenção, primeiro, para testemunhar nesta CPI que pude conviver com Cláudio Monteiro durante esse primeiro período do Governo Agnelo. E sei, Cláudio, que a vida no ambiente político é muito dura, ela é objeto, a todos os instantes, de tentativas de tráfico de influência, de tentativas de garantir benefícios para poucos em detrimento da maioria. Sei que assumimos

o Distrito Federal, Senador Tião Viana, depois de um colapso que a cidade viveu nos últimos anos, diante da crise da chamada Caixa de Pandora. Porque não se pode esquecer o que aconteceu nesta cidade. Não se pode apagar um momento que entristeceu o País inteiro e que fez com que a capital da República virasse chacota perante a opinião pública nacional, quiçá internacional. Mas eu posso reafirmar que durante esse período, Cláudio, V. Sª jamais procurou a Secretaria de Governo para pedir qualquer benefício para a empresa Delta. Posso aqui também testemunhar que você jamais pediu qualquer tipo de nomeação à secretaria de governo que era responsável pela coordenação desse ato, em benefício da empresa Delta.

Do Sr. Cachoeira, eu confesso que é impossível falar sobre esse assunto, porque só tive conhecimento de que ele tinha como sócio o Sr. Cláudio Abreu depois que as fitas e as gravações da Polícia Federal vieram a público.

Mas tentaram te acusar de facilitar nomeações da Delta. E, como você bem disse, para toda causa tem um efeito. O Governador Agnelo fez aqui um desafio público: indiquem um único nome, apenas um único nome que foi solicitado pela turma do Cachoeira e que hoje está empregado no Governo do Distrito Federal. Fez esse desafio público. E os arapongas de plantão, a serviço inclusive do poder econômico desta cidade, vasculharam, vasculharam e não encontraram sequer um único nome.

A segunda questão: propina. Está aí o depoimento do Sr. Dadá, dizendo que ninguém no GDF recebeu propina da Delta ou dele mesmo, como insinua inclusive a gravação feita pela Polícia Federal.

Há também com relação à arapongagem, que V. Exª já bem colocou e que o Governador Agnelo aqui testemunhou, através de uma ação concreta do Governo, da criação de uma comissão de delegados da Polícia Civil, de servidores públicos, concursados, delegados da Polícia Civil, para fazer essa investigação e trazer a público o que acontece na capital da República.

Então é importante que a sociedade saiba que, das acusações que pesaram contra V. Srª, nenhuma, absolutamente nenhuma se confirma. Aí partem para questões secundárias. É importante que as pessoas conheçam quem é João Dias, porque, como trazem para cá o João Dias, que desviou dinheiro do Ministério dos Esportes, que foi preso inclusive por esse motivo, e tentar transformá-lo no poço da verdade e da moralidade é um equívoco.

A Comissão de Ética Federal já absolveu o Ministro Orlando Silva, o ex-ministro. Eu quero dizer que entrei com todas as ações, todas as ações, contra esse senhor.

É interessante aqui inclusive relatar que, no que se refere à ação cível, ele sequer... A juíza deu a ele um prazo para que apresentasse provas; ele sequer respondeu ao Poder Judiciário a exigência que o Poder fez a ele.

Depois, aquele prazo legal estabelecido pela legislação e pelo próprio Judiciário, de ele contestar a ação que nós estamos movendo contra ele, mais uma vez, ele sequer contestou. E vai ser, portanto, julgado à revelia.

Então, cuidado para não ser instrumento na mão de bandidos. Como eu disse aqui na outra vez, deputados e senadores foram à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no final do ano passado, pedir a derrubada do Governo Agnelo a mando do Sr. Cachoeira. E disse aqui: não sejamos levianos. Aqueles deputados e senadores que foram lá, um as fitas provam que estava a serviço do crime organizado, os outros eu não vou acusá-los. Então não sejam instrumentos na disputa político-partidária de bandidos, que não têm compromisso com aquilo que é público, que se enriqueceram inclusive com dinheiro público e que têm que pagar por isso. Aliás, tem que devolver aos cofres públicos o que tiraram do povo, que tiraram, inclusive, dos projetos do Ministério do Esporte.

Dizer que a Delta foi beneficiada?! Ora, é só pegar os números e fazer a análise. A Delta ganhou uma licitação no governo do Democratas, no período em que o Arruda era governador. Ela foi, inclusive, desclassificada; ela foi a primeira colocada e foi desclassificada porque o preço dela era o menor, mas tinha apresentado, inclusive, uma fraude na certidão. E foi para a Justiça. E foi na Justiça, no Poder Judiciário que ela conseguiu uma liminar para voltar e entrar no sistema de coleta de lixo do Distrito Federal. Não vamos desviar a verdade dos fatos. O preço da empresa Delta, no que se refere a coleta de lixo, é menor em quatro vezes o que se paga em Curitiba. Não teve superfaturamento. O que tinha era um esquema da Delta tentando controlar os locais onde eram feitas as medições e o governo passado, que caiu por corrupção, sequer instalou uma balança nos terminais do SLU. Sabe por que não instalavam balanças nos terminais do SLU? Para fraudar os caminhos que entravam e que deveriam ser pesados. E para comprar uma balança, não se pode comprar sem obedecer a legislação.

Então, o governo fez, primeiro, uma auditoria; depois da auditoria, o governo abriu uma licitação; comprou as balanças; instalou as balanças. Isso leva um prazo, infelizmente. E ainda assim, apesar de ser um dos menores preços do País, a Delta teve uma redução de quase um milhão de reais.

Volto dizer aqui, é interessando quando as fitas do início do nosso governo, Cláudio Monteiro, apareceram com todos os destaques na mídia. Agora, as fitas do final do ano passado, Sr. Presidente, e as fitas deste ano, que tramam pela derrubada do governo, que reclamam, inclusive, dos secretários do governo, de vários secretários – inclusive V. Sª, Sr. Cláudio Monteiro –, essas fitas não aparecem com menos destaque. Aliás, nem aparecem. E provavelmente, no final desta CPMI, nós vamos ter que levantar as várias manchetes de algumas matérias, de alguns jornais, Senador Viana, que irão passar para a história, porque a quantidade de erros, para não dizer outra coisa, de alguns jornalistas, de alguns poucos jornalistas, não são muitos, mas poucos, é algo impressionante. Eles têm a capacidade de, a todo instante, criar fatos que não condizem com a realidade e com a verdade.

Então, Cláudio, eu quero aqui prestar a minha solidariedade a você, a sua família, eu que convive com você durante quase um ano, não tenho nada, nada, absolutamente nada, que desabone a sua conduta como agente público, que pautou a sua função na defesa do Estado e daquilo que é republicano; e aquilo que V. Sª e a sua família, os seus amigos passaram, isso vai passar, vai passar. Então, continue firme. Quero parabenizá-lo pelo depoimento.

Ao final, Sr. Presidente, eu não posso deixar de parabenizar a coragem do Deputado Carlos Sampaio, do PSDB. Carlos Sampaio tem sido muito duro aqui na CPMI; muito duro na defesa das suas convicções. Mas a forma como ele teve a coragem de fazer o relato da sua postura e da sua posição aqui dentro, é de fato de se elogiar e, mesmo não estando na presença dele, eu quero parabenizá-lo pela postura corajosa e honesta que ele teve nesta CPMI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao depoente.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Deputado Paulo Tadeu, olha, dizem que, quando o leão está morto, é fácil puxar a orelha, arrastar pelo rabo. Quando as pessoas também vão para a vala comum e estão levadas pelo noticiário, os amigos se afastam, os ex-companheiros fazem de conta não o conheceram.

Então, quando V. Exª tem a coragem aqui de relatar o procedimento e a forma como agi no Governo, estando eu numa situação de inferioridade, isso demonstra o caráter que V. Exª possui. E sou grato.

Tenho dito e disse aqui, algumas vezes, que sou grato àqueles que me arguiram. Sou grato àqueles que perguntaram e sou grato a todos os senhores, quando fizeram a convocação.

Muito obrigado, mas muito obrigado, de coração.

Eu tenho certeza de que, quando encerrar esta minha convocação, o meu depoimento, vou poder respirar fundo novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de dispensá-lo, Sr. Cláudio Monteiro, esta Presidência, nesta manhã e tarde de quinta-feira, entende que hoje o dia se transforma em produtivo, exatamente porque os objetivos estão sendo alcançados, ou seja, o de que os depoentes ou o depoente está oferecendo explicações, está dando à Comissão esclarecimentos que são oportunos.

Nós sempre nos reservamos o direito, até porque exercemos, na condição de juiz, este sagrado direito de respeitar a lei na interpretação desta. Por isso, aqueles que não se manifestam, usando as suas garantias sagradas da Constituição Federal nós devemos respeitar, mas aqueles que, no exercício dessas garantias, entendem exercer o direito de se explicar à sociedade devemos aplaudir. E é isso que fazemos ao Sr. Cláudio Monteiro neste momento, em nome desta Comissão.

O senhor está dispensado.

O SR. CLÁUDIO MONTEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chamo Marcelo – sem óculos é ruim demais. Marcelo de Oliveira.

Marcelo de Oliveira.

Chegaram os óculos.

Marcelo de Oliveira.

Marcelo de Oliveira, para depor. *(Pausa.)*

Convoco Marcelo de Oliveira para depor. *(Pausa.)*

O Sr. Marcelo de Oliveira está munido de um HC, lavrado do nº 114.134, expedido pela Ministra Carmem Lúcia.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, instruído pelos meus advogados, reservo-me o direito constitucional de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Convoco o Sr. João Carlos Feitosa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, só para saber. Ele estava na condição de testemunha ou na condição de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De testemunha.

O SR. LUIZ PITIMAN (PDMB – DF) – De testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, de investigado. Desculpe-me.

O SR. LUIZ PITIMAN (PDMB – DF) – Com razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Independente disso, munidos de HC...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eles foram indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eles foram indiciados, mas munidos de HC, independente disso, ele está munido de HC e... Lamentável.

João Carlos Feitosa. Convoco João Carlos Feitosa. *(Pausa.)*

Quero comunicar aos senhores, até para facilitar o trabalho da imprensa, que nós teremos reuniões terça e quinta-feira. Terça-feira com convocação de três depoimentos – não é isso relator? – e quinta-feira com reunião administrativa. Às 10:15. Está bom para vocês? *(Risos.)*

O Sr. João Carlos Feitosa também está aqui, amparado pelo *Habeas Corpus* nº 114, 127, lavrado pelo Ministro Marco Aurélio, encontra-se também na condição de indiciado.

Passo a palavra para V. Sª exercer o seu direito de prestar depoimento a esta CPMI.

O SR. JOÃO CARLOS FEITOSA – Sr. Presidente, eu queria me reservar o direito de permanecer em silêncio, por orientação do meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado.

Srªs e Srs....

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio, pela ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas gostaria de verificar com V. Exª – acho que já foi dito aqui, mas, infelizmente, como todos são absolutamente testemunhas disso, a nossa rotina tem sido pesada, não é possível ficar cem por cento do tempo aqui. Eu queria apenas verificar com o relator, confirmar com o relator se na reunião administrativa da semana que vem... Eu gostaria até de fazer um apelo para que se antecipasse para a reunião de terça, para que nós pudéssemos votar os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A reunião de terça é para os depoimentos e a reunião de quinta é administrativa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E esses requerimentos do Sr. Fernando Cavendish...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos estarão na pauta.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenham todos um bom dia, cuidem das suas convenções, tratem das suas alianças; voltem para os trabalhos da próxima terça-feira, 10:15.

Fiquem com Deus. **– Senador Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião realizada em 03 de julho de 2012, às dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT/PI), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD/AC) **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Dr. Rosinha (PT/PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Jô Moraes (PCdoB/MG). **Deixaram de comparecer os Senadores** Humberto Costa (PT-PE), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM- MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados** Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Wanderlei Macris (PSDB/) e Pedro Simon (PMDB/RS). O depoente senhor Joaquim Gomes Thomé Neto, em que pese ter comparecido, teve seu depoimento adiado devido a ter se submetido a uma coronariografia e ventriculografia esquerda no dia 26.06.12, não estando em plenas condições de saúde. A depoente senhora Rosely

Pantoja Silva não foi notificada por ter seu paradeiro ignorado até mesmo por seus familiares. O depoente senhor Edivaldo Cardoso de Paula não compareceu por não ter sido notificado em razão de viagem, contudo, colocou-se à disposição para comparecer em uma nova data a ser marcada. A depoente senhora Ana Cardoso de Lorenzo não compareceu, tendo seu procurador apresentado previamente petição de adiamento sem, contudo, ter sido a peça analisada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito aos Srs. Parlamentares...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS)– Presidente, quando o senhor permitir, eu queria só fazer uma questão de ordem, sem interferir na coordenação do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Parlamentares que assumam os seus lugares. Solicito aos profissionais de imprensa que se acomodem nas áreas de acesso restrito. Peço à assessoria que tome seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 01 de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Antes de iniciarmos esta reunião, e objeto da convocação, hoje, estava estabelecido por esta Presidência, tanto eu quanto o Deputado Paulo Teixeira, que iríamos colocar em votação a proposta, ou a nova proposta, ou a manutenção do rito de procedimento das arguições dos depoentes nesta Comissão: ou manteríamos o rito como V. Exªs já se posicionaram, ou modificaríamos.

Ao aqui chegar com o relator e o vice-presidente, recebi de diversas lideranças a possibilidade de modificações e de mudanças, e caberia, efetivamente, um estudo mais aprofundado, até para amadurecer o processo, com o que eu concordo.

Tendo em vista o que foi previamente estabelecido com V. Exªs, eu os convoco, através de suas respectivas lideranças, para, imediatamente após esta reunião, uma reunião no nosso gabinete, no 18º andar do Senado Federal, para que possamos amadurecer essas sugestões que V. Exªs me trazem agora e possamos, aí sim, na reunião administrativa da próxima quinta-feira, definir, definitivamente, que rito tomaremos.

À Secretaria para o encaminhamento das lideranças que participarão da reunião que tomaremos a seguir.

Pois bem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho a palavra pela ordem para o Deputado Onyx e o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, primeiro, eu havia feito uma questão de ordem ao Presidente Paulo Teixeira, que o substituiu, e com a decisão que V. Exª nos comunicou agora, creio que nós vamos poder avançar, porque, como eu disse a V. Exª há pouco, a minha equipe técnica está preparando o *habeas corpus* para eu poder perguntar aqui, na CPI, porque é só o que está faltando e creio que o entendimento será encontrado na reunião no gabinete de V. Exª, mas nós temos uma outra questão, que é uma questão técnica.

Desde ontem, um grupo de técnicos da Bancada dos Democratas vem tentando, através dos computadores e das senhas que são fornecidas, acessar o volume de novas informações que chegaram – e chegaram mais de nove mil páginas, principalmente da Delta, no que diz respeito ao sigilo bancário, dados que vieram do Banco do Brasil –, e é uma dificuldade.

Ontem, ainda, a Secretaria, de maneira diligente, enviou dois técnicos do Prodasen para a Câmara, mas há uma incompatibilidade entre o Cenin da Câmara e o Prodasen, e, apesar dos esforços de seis técnicos que estão trabalhando desde ontem, não estamos conseguindo acessar dos nossos gabinetes a base de dados aqui do Senado.

Então, eu queria pedir a V. Exª o seguinte: existem duas salas que foram destinadas, na sala da CPI, para que se possa fazer a ausculta das interceptações telefônicas. Eu queria pedir para que V. Exª determinasse que dois ou três daqueles computadores pudessem dar acesso ao banco de dados que está no Prodasen, porque, quando der qualquer problema no sistema da Câmara, pelo problema da compatibilidade, o técnico de qualquer bancada, de qualquer partido, de qualquer Parlamentar, viria até o Senado, ele está de posse da sua senha, entra lá e faz o trabalho. Inclusive, Sr. Presidente, eu queria até sugerir que, nos finais de semana... Porque quero lembrar aqui que, na CPI dos Correios, era praxe – eu mesmo virei muitos finais de semanas aqui, pessoalmente, investigando – ter acesso, e era um acesso restrito aos Parlamentares e aos técnicos credenciados pelos Parlamentares, para poder fazer pesquisa nos finais de semana. Então, são duas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho muita suspeição. Quando passo a palavra a V. Exª, sempre me previno, porque sou suspeito.

Sempre quando V. Exª me pondera as coisas, sou de forma desprevenida em aceitar de plano. Aí já pedi conselhos da Secretaria se, se eu aceitasse de plano as ponderações de V. Exª, não estaria incorrendo em nenhuma precipitação, mas, de plano, aceito a sua ponderação inicial.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Muito obrigado. Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, V. Exª tem toda razão. Vamos disponibilizar as máquinas e já mando estudar de forma operacional a disponibilidade do final de semana. Muito bem pensado V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado.

Eu queria também, por dever de justiça, fazer um reconhecimento. Eu, na semana passada, critiquei aqui a morosidade com que os dados de quebra de sigilo bancário estavam chegando à CPI. Quero dizer que a ação de V. Exª junto ao Banco Central funcionou, visto que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estão chegando em profusão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...o Banco do Brasil mandou. Ainda temos uma pendência do HSBC, que, parece, vai chegar até amanhã. Se não chegar, quinta-feira, a reclamação vai ser grande daqui.

E, por fim, Sr. Presidente, na última sessão, fiz alguns questionamentos ao depoente, Sr. Cláudio Monteiro, que veio aqui numa pose de que nada devia e nada temia. Lembrei as questões que envolviam ONGs na sua passagem pelo Ministério do Esporte, secundando o hoje Governador, na época, Ministro, Agnelo Queiroz, e ele aqui disse que nada constava.

Quero dizer que fiz uma pesquisa que começa no Acórdão nº 704, de 2004 – não vou aqui ler todos os acórdãos, vou entregar em mãos do Sr. Relator. Mas quero lembrar que eu tinha razão, quando desconfiava do Sr. Cláudio Monteiro. Por quê? Porque, no último que tenho em mãos aqui, numa apelação que foi feita por ele, pelo Sr. Rafael Barbosa, o Tribunal de Contas não apenas não aceita as desculpas apresentadas para as irregularidades apresentadas nos convênios do Ministério do Esporte como multa o Sr. Cláudio Monteiro. E se o Sr. Cláudio Monteiro, eventualmente, quisesse ser candidato, porque disse que nada constava em relação à vida pregressa dele, candidato às eleições de agora, e não tem eleição agora, ele estaria, diante da Lei da Ficha Limpa, impedido.

Então, as minhas suspeitas em relação ao Sr. Cláudio Monteiro se mantêm, e vou entregar ao Sr. Relator cinco documentos que são acórdãos e decisões do Tribunal de Contas que apontam para irregularidades do Ministério do Esporte, quando o Sr. Cláudio Monteiro por lá passou. E, agora, vamos atrás, no Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Eu atendo a questão de ordem que V. Exª faz, Deputado Onyx, de plano, para instrumentalizar as máquinas da nossa sala-cofre com relação às informações que V. Exª pede, e determino também, Deputado Onyx, à secretaria da Comissão para as providências operacionais com relação aos finais de semana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Melhore a qualidade de som do meu microfone.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, depois, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta é uma CPI mista. Quando se fala em CPI mista ou conjunta, estamos a analisar fatos da atribuição da Câmara dos Deputados e do Senado. Estamos quase chegando ao recesso e, até agora, nenhum Deputado aqui foi ouvido. Nós temos vários requerimentos para que S. Exªs, os Deputados Federais – são quatro, inclusive com filmagem de que receberam R$100 mil – sejam ouvidos, e até agora não foram ouvidos.

Aqui no Senado, o Senador já foi ouvido, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já fez o seu relatório. Eu sou relator na CCJ, já apresentei o relatório. Amanhã, leio o relatório na CCJ. Muito bem.

E nós não temos notícias a respeito dos Deputados Federais. Eu, como Senador da República, e como cidadão, gostaria de saber o que a Casa Legislativa, Câmara dos Deputados, está a fazer em relação àquelas notícias voltadas aos Deputados Federais.

Então, nós vamos transformar uma CPI, que é mista, ou conjunta, em uma CPI simples, só de Senadores, e dar conta disso, porque precisamos, sim, ter repercussão desta CPI na casa dos representantes, que é a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recolho a questão de ordem.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Eu vou ouvir as questões de ordem de todos os senhores, até porque estou fazendo...

Haverei de inscrevê-lo, Sr. Deputado Quintella Lessa.

Antes, vou ouvir o Senador Alvaro Dias, dizendo, por conseguinte, ao Senador Pedro Taques que recolho o pela ordem de S. Exª.

Não vamos confundir, por favor. Os senhores são experimentados. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem; não por uma questão de ordem. Por favor. Por favor. Não passem esse atestado. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem a mim, e, pela ordem, estou passando aos senhores.

Estava dizendo a V. Exª, Sr. Senador Pedro Taques, que recolho a manifestação de V. Exª e a encaminharei administrativamente ao relator para as próximas convocações.

Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem – não é pela ordem, mas uma questão de ordem – diz respeito a uma manifestação do Ministro da Justiça sobre requerimentos desta CPI.

Como é de conhecimento dos membros desta Comissão, recebemos, e já está à disposição, um dos vídeos. Aliás, dois vídeos, um deles, que já foi veiculado pela imprensa, diz respeito ao Prefeito de Palmas. O outro diz respeito a uma gravação de um encontro de Dadá com o jornalista Mino Pedrosa. Nós sabemos que existem outros vídeos que não chegaram ainda à CPI. A mesma fonte que dava notícia da existência desse vídeo que envolve o Prefeito de Palmas, dá notícia também do envolvimento de outras personalidades públicas. Esses vídeos ainda não estão disponibilizados.

O Ministro da Justiça, ao responder requerimentos da CPI – eu resumo a sua resposta – informa que a análise dos materiais apreendidos está sendo finalizada. De cada análise, será elaborado relatório, que será remetido ao 4º Ofício Criminal da Procuradoria da República em Goiânia, ou à 11ª Vara Federal de Goiânia. Portanto, as cópias, compartilhamento de documentos, devem ser solicitadas à 11ª Vara Federal de Goiânia.

Nós discordamos do Ministro, Sr. Presidente, e essa é a razão da questão de ordem, para que presidência determine providências. Se as informações são sigilosas ou não para a CPI e seus membros, cabe à Polícia Federal atender à requisição desta Comissão. A recusa seria desobediência. É uma prerrogativa constitucional da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não há razão para se aguardar a liberação pela Justiça Federal.

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é no sentido de que V. Exª requeira da Polícia Federal o encaminhamento dos vídeos que ainda não chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito porque são fundamentais para a investigação desta Comissão, na direção, inclusive, do que o Senador Pedro Taques acaba de abordar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há Parlamentar da Câmara dos Deputados, segundo informações, que está envolvido em gravações de vídeos e nós precisamos ter conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo...

Só um minuto, Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, seria uma resposta para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. Aguarde, por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Aguardo

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

Todas as providências a Presidência, Senador Alvaro Dias, já tomou e V. Exª já foi comunicado oficiosamente e oficialmente. Oficiosamente em conversas particulares que mantive com V. Exª a respeito do fato e oficialmente através de ofícios que mandei protocolar e encaminhar a V. Exª a respeito do fato.

Agora, o Relator...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para comunicar que não recebi o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Permita-me V. Exª. O Relator tem maiores informações a dar a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero até aproveitar a fala do Senador Alvaro Dias para comunicar também ao conjunto da Comissão. Todo o material apreendido pela Polícia Federal nós já requisitamos quando da deflagração da Operação Monte Carlo. Requisitamos à própria Polícia. Por que não foi enviado ainda? Porque a Polícia está fazendo uma análise de todo esse material. Na medida em que é feita a análise, o material é enviado.

É bom lembrar que o material que chegou à CPMI chegou acompanhado de um relatório da Polícia Federal circunscrevendo o material, dizendo em que circunstância o material foi apreendido, o que contém o material, quando ele foi filmado, no entender da Polícia Federal. Então, outros materiais, esses que são de áudio e vídeos e outros, estão sendo submetidos a análise na Polícia Federal. Por isso, não chegaram a esta CPMI ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa, três minutos, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é no mesmo sentido da resposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª vai falar. Por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, apenas para responder ao Deputado Pedro Taques, dar informação a esta Comissão.

A Câmara, em relação aos seus Deputados citados tanto na Vegas como na Monte Carlo, a exemplo do Senado, está fazendo o seu trabalho. A diferença é que aqui, no Senado, a representação já foi direto ao Conselho de Ética; na Câmara as representações foram à Corregedoria, que instaurou um procedimento administrativo para fazer a análise dos casos. Então, nós temos três Relatores indicados. Eu relato o caso do Deputado Sandes Júnior, o Deputado Milhomen relata o caso do Deputado Rubens Otoni e o Deputado Jerônimo Goergen relata o caso do Deputado Leréia. E a Comissão ainda está no prazo regimental para apresentar o seu resultado. No meu caso, entregarei à Corregedoria já na quarta-feira, amanhã, o relatório do Deputado pelo qual eu sou responsável e não tenho dúvida de que, até antes do recesso, todos os relatórios serão votados na comissão de sindicância e aqueles que devem ir para o Conselho de Ética irão e os que, porventura, não tomarem esse caminho serão arquivados. Agora, cabe à Comissão fazer a convocação aqui para ouvir o Deputado ou não. Ainda não fizemos por uma opção de prioridades. Cabe ao Relator e a esta Comissão fazer a tratativa para trazê-los aqui ou não. Então, a Câmara está fazendo o seu trabalho e o apresentará no prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Maurício Quintella Lessa.

Agora o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nós estamos acompanhando aqui o dia-a-dia e fizemos aqui os requerimentos para serem discutidos e votados e não conseguimos votar especialmente um requerimento que falava em se criarem as sub-relatorias, sob a coordenação do Relator geral, no caso o Deputado Odair Cunha. Isso até hoje não foi possível, o que nós lamentamos muito e o que se agrava, porque a CPI requisitou servidores públicos, do Tribunal de Contas da União, requisitou servidores de acordo com o próprio direito da CPI de fazer essas requisições. E, ao requisitar, esses servidores estão exclusivamente trabalhando para o Relator, o que é a primeira vez que acontece numa Comissão Parlamentar de Inquérito. São servidores requisitados para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é para uma pessoa centralizar e sonegar informações. Com todo respeito que eu tenho, Deputado. Com todo respeito!

Eu acho que nós temos que fazer isso às claras. Tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tem o sigilo, que é preservado, mas todos nós, todos, temos o direito de saber o que está acontecendo lá, especialmente com os servidores requisitados. Isso é de interesse de todos nós. Não estamos aqui fazendo o papel de bater palma ou vaiar. Não, senhor! Nós estamos aqui para trabalhar, investigar e cumprir com o nosso papel de parlamentar.

Por isso estou cobrando da Presidência, estou cobrando mais uma vez a questão das sub-relatorias, escolhidas pelo Relator, para dar vazão às informações para os membros da Comissão. E sobretudo que os servidores requisitados possam estar à disposição de todos nós, Parlamentares, membros desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar a palavra ao Relator, quero dizer que o Relator tem trabalhado como todos os relatores de todas as CPIs. O relator precisa de uma equipe que o assessore no trabalho, e é isso o que ele está fazendo. E todos os documentos que estão chegando à CPI estão sendo disponibilizados pelo Relator na rede.

Por último, o tema da aprovação de requerimentos, como V. Exª colocou, como a questão da criação de sub-relatorias, nós vamos apreciá-lo na reunião administrativa.

Mas, antes, passo ao Relator, que me pediu a palavra para responder a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, Presidente, toda a equipe que está trabalhando na relatoria está trabalhando à disposição da Comissão.

O Deputado Rubens Bueno, por quem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma boa notícia, é uma boa notícia. Pela primeira vez, é uma boa notícia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...eu tenho respeito, V. Exª há de convir comigo que V. Exª não tem como demonstrar sonegação de informação. Não há nenhum pedido que tenha chegado a esta Relatoria que nós não tenhamos buscado resolver. Inclusive, no que diz respeito ao técnico que o Deputado Miro Teixeira pediu, no sentido de disponibilizar – ele está me dizendo dois técnicos – para cruzamentos específicos na sala-cofre, eu encaminhei, inclusive, favoravelmente, no sentido, é claro, de o Parlamentar que quiser fazer cruzamentos tem que ter na sala-cofre condições de produzir os relatórios.

Agora, qual pergunta, qual dúvida, qual cruzamento que algum Parlamentar nesta CPMI me fez que eu não tenha encaminhado no sentido de que a nossa assessoria, que é a assessoria da Comissão,

da Relatoria... Porque tem que haver o mínimo de coordenação de trabalho.

Se V. Exª desejar mais técnicos, mais pessoas, as pessoas tem que ter alguém que coordene o trabalho. E o trabalho da relatoria é exatamente coordenar esses trabalhos.

Havendo qualquer dúvida, pergunta, sugestão, V. Exª e qualquer outro Parlamentar podem se dirigir à Relatoria, que nós vamos dar todas, todas as informações. Aliás, a disponibilização dos dados, até o material que eu busquei pessoalmente na 11ª Vara, saiu de lá lacrado e chegou aqui lacrado, como todo e qualquer material. Eu poderia muito bem, porque eu terei acesso às informações, pegar um material lá e vir com ele lá de Goiânia para cá sem lacre. Por quê? Porque eu terei acesso a essas informações. Mas fiz questão de lacrar lá e só deslacrar aqui quando todos os Parlamentares tivessem acesso às informações de maneira igual. Estão lá.

Com relação à questão das sub-relatorias. As sub-relatorias são permissões específicas. Não é verdade que toda Comissão Parlamentar de Inquérito tem sub-relatoria. Aliás, quando é necessário para alguma missão específica, nós podemos designar alguém para realizar algum tipo de diligência. Não foi esse o entendimento desta CPMI e não foi esse o entendimento desta relatoria.

Estou disponível aos senhores e às senhoras, chegando aqui às segundas-feiras e indo embora às sextas-feiras para colaborar com o trabalho de qualquer Parlamentar.

Outra questão que eu acho importante: havendo sugestão de cruzamento de informação, eu estou disposto a ouvir as sugestões, inclusive a incorporar muitas delas ao meu relatório. Nós vamos fazer esse relatório de maneira coletiva. Agora, é claro, a preocupação que trouxe aqui o Senador Pedro Taques é minha também. Nós vamos ter que chegar a um momento de ouvir os Parlamentares, porque não há só aqui envolvimento de Senador da República. Ou seja, as sugestões são bem-vindas. A relatoria quer facilitar o trabalho, e vamos continuar fazendo isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, só para...

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) **–** Sr Presidente, pela ordem. Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens eu já concedi a V. Exª...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para dizer ao relator e a V. Exª que a questão da sub-relatoria não foi votada. Há um requerimento de prioridade da Senadora Kátia Abreu, e até agora não foi colocado para votar. Pela maioria dos Parlamentares, está lá assinado, e não foi votado.

E também não disse que toda CPMI tem sub-relatoria. Eu não disse isso. Portanto, não é verdade ou deixa de ser verdade. Não disse isso. Eu disse apenas que os assessores convocados, requisitados pela CPI são para estar à disposição de todos.

Dessa forma, estou dizendo ao relator e à Mesa que vou fazer por escrito agora, com a presença dos nossos assessores credenciados, para que obtenhamos a devida resposta, porque, infelizmente, até hoje, com relação àquele que veio de Goiânia, o mestre, se não me engano, Sampaio, sobrenome Sampaio, eu entreguei os documentos à Mesa, nas mãos do relator, e nenhuma providência foi tomada com relação ao perjúrio que ele cometeu aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom...

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevo V. Exª.

Inscritos anteriormente: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a minha questão é no mesmo sentido que foi apresentado ainda há pouco pelo Senador Álvaro Dias em relação aos dados dos vídeos: em parte deles nós somos surpreendidos pela imprensa e, quando verificamos aqui, a quantidade de vídeos aqui existentes é abaixo do que deveria ocorrer.

Tão importante quanto a vinda desses vídeos por parte da Polícia Federal para cá, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu considero fundamental que venha junto o rol dos autos de apresentação e de apreensão desses vídeos, porque senão nós teremos aqui um emaranhado de vídeos distintos sem saber a que se destina cada um, o que torna muito mais difícil o trabalho de investigação que temos que fazer. Ora, cada um dos vídeos apreendidos, logicamente, foi autuado pela Polícia Federal. Deve estar datado, inclusive descrito o conteúdo do vídeo. Então, é importante nós recebermos, antes mesmo dos vídeos, recebermos esse rol dos autos de apresentação e apreensão dos vídeos.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, aliás, em especial ao eminente Relator Deputado Odair Cunha, em relação aos técnicos, quero aqui fazer o testemunho de que V. Exª e a Presidência da CPI foram diligentes no sentido da solicitação dos técnicos do Ministério da Justiça, solicitado por todos os parlamentares dessa CPI. Entretanto, é importante nós sabermos se já existe uma resposta por parte do Ministro da Justiça, e me parece que essa resposta já existe e é positiva, é

importante sabermos a disponibilização desses técnicos, a partir de quando eles estarão à disposição dos membros dessa CPI.

Por fim, Sr Presidente, no último domingo, a Srª Andressa Mendonça, em entrevista a jornalista Sonia Bridi, da revista televisiva da Rede Globo, o Fantástico, apresentou um conjunto de informações que eu considero importante e necessárias para esta CPI. Portanto, eu queria, aqui, sugeri a esta CPI que consideraria por bem nós anteciparmos a vinda a esta CPI da Srª Andressa Mendonça, que já foi aprovado por requerimento anterior.

Só quero destacar que, em relação aos vídeos, tem um requerimento de nossa autoria, solicitando novamente para ser apreciado pela CPI, e que eu espero que seja apreciado já na próxima quinta-feira.

Por último, de fato, eu só quero comunicar que protocolizei requerimento convocando também o Prefeito de Palmas. Parece-me que existem vários outros requerimentos nesse sentido. Eu considero, em virtude dos fatos que e envolvem o Prefeito daquela capital, considero importante que V. Exª e o Relator incluam na pauta para deliberação na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *(Falha no som.)* Passo a palavra para o Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou ser bastante sucinto, até porque uma parte das respostas já foi dada pelo nosso Relator. Mas quero aproveitar, Relator, somente para fazer uma sugestão, vez que há certo questionamento do papel dos assessores. A minha sugestão para o Relator é que, após os assessores analisarem algum documento ou um pacote de documentos, que essa assessoria emita uma nota técnica sobre aquela análise feita e a disponibilize para todos os membros desta Comissão. Isto já se deu em outras comissões e facilita bastante o trabalho. Porque está tornado público – público, digo, para a Comissão não para o público – uma nota técnica. Seja do cruzamento de qualquer dado, de qualquer documento, seja bancário ou não, essa nota técnica favorece a análise e ajuda. De tal maneira que não precisa cada um novamente pedir isso ou aquilo quando já foi feito.

É só essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Silvio Costa, para uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não; para um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, aqui se fala muito... Presidente, Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Deputado Silvio Costa, V. Exª me permite?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pois não, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É que logo no início, não me lembro se V. Exª estava aqui, eu me inscrevi pela ordem e o Senador Vital...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bem, eu passo a vez para V. Exª. Depois eu falarei. Não tem problema algum. Sou da paz.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Silvio Costa.

Sr. Presidente, na linha do que fora dito pelos que me antecederam, eu tenho dois questionamentos que faço a V. Exª e ao Relator. O primeiro, no que tange às sub-relatorias, foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Rubens Bueno, não houve votação e, portanto, quando o Relator disse que esta foi uma decisão dele e da CPI, na verdade, foi uma decisão dele. A CPI não se manifestou sobre a sub-relatoria, não votou o requerimento. Eu queria lembrar ao Relator, quando V. Exª disse que não é regra a sub-relatoria, que as maiores CPIs do Congresso Nacional, e aqui me refiro à CPI do Mensalão, CPI dos Correios, CPI dos Sanguessugas, CPI dos Cartões Coorporativos, CPI do Sistema Prisional, todas, sem exceção, tiveram sub-relatorias, e até diria, as CPIs tinham dimensão menor, no seu escopo, do que está CPI. Portanto, aqui caberia muito bem às sub-relatorias, como também já fora dito por quem me antecedeu. V. Exª designaria do partido que lhe conviesse, do perfil que lhe conviesse, mas nós teríamos mais pessoas ligadas à análise desses fatos.

Quando V. Exª diz que aqueles que foram requisitados estão à disposição de todos, na verdade, eu não sei quem está a minha disposição. A primeira pergunta que faço a V. Exª, pergunto também aos membros desta Comissão e ao Presidente: sabemos quem são os servidores convocados por V. Exª? Por exemplo, soube que tem delegado federal, soube que tem promotor de Justiça, soube que tem advogado, soube que tem assessoria técnica, soube que tem TCU. Como funcionava nas outras CPIs? Existia uma sala, anexa à sala que nós ocupamos lá na sala 15, onde ficavam esses técnicos à disposição da CPI. Se V. Exª me permite uma crítica construtiva, todos estão à disposição de V. Exª, e tão somente de V. Exª. Eu não sei quem são, não consigo consultá-los e não sei onde ficam. Portanto, não tenho como dizer que esses técnicos estão à disposição da CPI. Na CPI dos Correios, as três procuradoras designadas ficavam na sala da CPI junto conosco. E depois íamos até a sala do Senado

e discutíamos os temas com as três procuradoras. Eu não sei o nome do promotor designado, eu não sei o nome do delegado designado, dos servidores do TCU designados. E, portanto, não me sinto como alguém que pode ter acesso a esses que V. Exª requisitou.

Faço, por último, uma ponderação, Sr. Presidente. Tenho sido um crítico aqui da postura do Relator com relação a um, ainda que involuntário, direcionamento com relação às investigações. Fui atrás de um percentual que justificasse a minha fala ou não, pois poderia estar equivocado na minha ponderação. Fui atrás dos requerimentos aprovados. Dos requerimentos aprovados com relação ao...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou concedendo mais um minuto para V. Exª e peço aos colegas que colaborem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço.

Com relação ao Governador Marconi Perillo, requerimentos aprovados: 49, referentes a 28 pessoas. Ouvidas: 12 – 42% das pessoas que foram indicadas. Relacionadas ao Sr. Carlos Cachoeira, escopo, objeto fulcral desta CPI: aprovados 116 requerimentos, referentes a 51 pessoas. Ouvidas: 10 pessoas – 19% das oitivas relacionadas ao Sr. Carlos Cachoeira; 42% das oitivas relacionadas ao Governador Marconi Perillo. Quer me parecer que não estamos trilhando o caminho do escopo desta CPI. Este é um dado estatístico que vou disponibilizar a todos os membros desta CPI: são 310 requerimentos aprovados de oitiva, dos quais, repito, das 28 pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo, 12 foram ouvidas – 42%. E quem aprova é esta Comissão, mas sob a orientação do Relator, que é quem submete a nós esses requerimentos. E 12% foram ouvidas, das 51 pessoas relacionadas ao núcleo criminoso do Sr. Carlos Cachoeira. Parece-me que isso é uma coisa que não pode permanecer, sob pena de desvirtuarmos o foco desta CPI, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Assessoria me informa que todos os auxiliares da Comissão foram designados a partir de aprovação de requerimentos. Em segundo lugar, todos os nomes constam do *site*, da página desta CPI. Então, todos os nomes são públicos, não havendo qualquer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E permanecem onde?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E permanecem onde? Como podemos contatá-los?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso... Eu vou passar essa informação, o Sr. Relator vai falar sobre... Vai dar essa informação. Eu quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como é que nós podemos contatá-los.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Vaccarezza, depois o Relator.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu quero que V. Exª me dê um tempo, porque quem tem tempo para atacar o Relator ou para falar numa visão, para nós sermos justos, tem que ser dado um tempo para quem tem uma outra visão. Então, eu gostaria de usar o mesmo tempo do Deputado que me antecedeu para esclarecer, sob a nossa ótica, o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu quero me dirigir ao Presidente e aos membros da CPI, ao nosso colega que acabou de falar, em particular à população. Porque às vezes as pessoas ficam afirmando coisas como se fossem verdade. Primeiro, dos ouvidos aqui ligados ao Sr. Cachoeira, foi a maioria absoluta. Não existe a dicotomia entre o Governador de Goiás, o Cachoeira e os membros que foram ouvidos aqui sobre a organização criminosa. Não pode ser uma estatística numérica de quem foram as pessoas citadas. Por exemplo, quem acusou o chefe do Detran de Goiás não foi o Relator, foi a Polícia Federal, e ele vem aqui não como ligado ao Governador, mas à contravenção e à organização criminosa.

Vários dos que foram chamados, que têm relação com a organização criminosa e que fizeram parte do Governo de Goiás, na sua estatística, não podem ser colocados como ligados ao Governador. Primeiro, porque V. Exª, com isso, complica muito o Governador, porque pega pessoas que tiveram relação... alguns presos, inclusive, alguns que foram presos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O telefonema de V. Exª... Se V. Exª quiser, interrompemos a sessão, para que conclua o telefonema, para que o Deputado Vaccarezza possa concluir sua fala.

Devolvo a palavra... Vou devolver o tempo a V. Exª.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Obrigado.

Para a estatística ficar mais precisa, tem-se de ver quem é ligado à contravenção, não por ser ou não

ser do Governo de Goiás, mas quem foi denunciado pela Polícia Federal.

E aí quase todos, senão todos, à exceção do arquiteto, todos que vieram aqui ou que foram convocados do Governo de Goiás foram citados pela Polícia Federal, inclusive o Governador Perillo. Inclusive, o Governador Perillo. Foi a Polícia Federal que trouxe esses dados.

Segundo, todas as pessoas requisitadas foram votadas, se não me engano, com o voto de V. Exª. O que V. Exª pode fazer, para ser mais justo ou menos injusto, é propor ao Relator que constitua uma sala em que todos os seus assessores, que não são do Relator, mas da CPI, possam atender a qualquer membro da CPI.

Terceiro, não há nenhum impedimento constitucional ou técnico para um Deputado fazer um relatório paralelo, fazer uma investigação paralela. A questão de haver ou não uma subcomissão é uma questão da investigação, que deve partir do Relator e da maioria da CPI.

Se V. Exª tiver essa visão, apresenta o requerimento, e nós votamos. Agora, o que não pode, Relator, permanecer é, em toda sessão, o mesmo Deputado fazer uma ataque pessoal dirigido a V. Exª – dirigido a V. Exª. Primeiro, fica cansativo para a CPI; segundo, é uma descortesia muito grande; terceiro, se há razão política, vamos discutir a política, e não um processo de desqualificação do Relator, como acho que há Deputados aqui querendo fazer.

Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Cândido Vaccarezza.

Passo a palavra ao Relator, novamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o Deputado Sílvio Costa não vai falar, não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Sílvio Costa vai, mas o Relator regimentalmente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De repente, quero fazer alguma pergunta ao Relator, por uma questão de economia temporal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou passar... O Relator concordou, vou passar V. Exª e depois o Deputado Miro Teixeira, para devolver ao Relator.

Deputado Silvio Costa, já devolvo a Presidência para o Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, na verdade, é o seguinte: eu queria fazer uma proposta e consultar o Plenário, o Relator e o Presidente, para que fizéssemos a reunião administrativa amanhã.

Nessa reunião administrativa, não sei se já tem requerimento reconvocando o Cachoeira, mas que, nessa pauta, houvesse o requerimento, reconvocando o Cachoeira. E, se não houver, eu queria aqui pedir autorização do Plenário, porque os requerimentos, para estarem na pauta de amanhã, teriam de estar até às 10h15.

Eu queria pedir autorização, votar... Está pauta de amanhã reconvocar o Cachoeira, botar o Pagot na roda também e o homem lá da Delta. Como se chama? Deu um branco. O Cavendish.

Então, só tem sentido amanhã... Que pessoal, Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – *(Fora do microfone.)*

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, bota todo mundo, Palma. O importante é o seguinte: eu queria... Por favor, espere aí, Maurício.

Presidente, estou com a palavra.

Queria, por favor, que a gente tentasse fazer amanhã, colocando a reconvocação de Cachoeira, convocando o requerimento de convocação de Pagot e de Cavendish amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.K.* Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma, não concluí ainda.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, em nome do Democratas, quero apoiar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou... A reunião...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O PSDB, também. Por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E há um requerimento... O requerimento está aqui, nº 358, do Deputado Odair Cunha. É o requerimento de reconvocação do Cachoeira. Queria, Presidente, só dizer uma coisa. E agora vou citar o nome dele, para que ele cite o art. 14. É o meu competente Senador Alvaro Dias. Vou citar, para V. Exª usar o art. 14. V. Exª é um grande parlamentar, V. Exª é profundamente competente. É importante para o País que V. Exª seja Senador, mas V. Exª está trabalhando contra esta CPI. Na medida em que V. Exª fala em relatório paralelo, V. Exª desgasta a CPI. O relator tem tido muito trabalho, tem sido competente. Então, vamos parar com essa história de falar em relatório paralelo. Até porque isso aqui não é uma CPI do Paraguai. Esta é uma CPI efetivamente séria.

Em relação ao relator, a última sugestão. A ansiedade do Deputado Carlos Sampaio. Ele quer conhecer todos os nomes que V. Exª convocou. Convide-os agora, na frente, e apresente esse povo à gente. Eu acho que procede a interrogação do Deputado Carlos Sampaio. Não basta saber o nome. Veja quem é esse

povo porque, quando a gente tiver dúvida, a gente vai procurá-lo. Chame esse povo aí agora e apresente todos para a gente. É isso.

O SR. ALVARO DIAS – Presidente, art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o relator. Depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu quero apoiar as posições do relator e é correto que eu dê esse depoimento. Todas as vezes que eu o procurei, ele, prontamente, esteve à disposição. Com isso, não desqualifico aqui qualquer opinião de qualquer companheiro. Sinto-me no dever de dizer que, sempre que o procurei, ele esteve à disposição para prestar todos os esclarecimentos. Penso que nós não podemos nos perder nessa história de governo e oposição nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Nós temos algumas indagações que são feitas nas ruas. Nós temos que convocar logo o Cavendish e o Pagot. Saiu uma matéria importante nesse fim de semana na *Veja*, para a qual o Vaccarezza me chamou a atenção. Acho que, nesta reunião de hoje à tarde, lá na sala de V. Exª, nós poderíamos sentar, aproveitar essa opinião e essa sugestão do Deputado Sílvio Costa, que me parece muito oportuna, de tentarmos trazer para quarta-feira a reunião administrativa e tentarmos acabar com essa divisão de governo e oposição. Aqui há deputados e Senadores dispostos a proceder a uma investigação a partir do que a Polícia Federal já fez, a partir do que o Ministério Público já fez.

Achei também, Sr. Relator, que nós temos que dar muita velocidade, é o que falou aqui o Senador Randolfe. É nós pedirmos à Polícia Federal – provavelmente, já tem nos autos do processo crime, lá na 11ª Vara Criminal – o rol completo das apreensões feitas na casa do Carlinhos Cachoeira, e do Aprígio, cunhado dele; nós termos o rol desses autos dessas apreensões mesmo antes de termos o conteúdo; nós sabermos que foram 38 DVDs, uma coisa qualquer desse tipo; que nos diga o que está em depósito da Polícia Federal, o que está nas mãos da Polícia Federal. Eu acho que todo mundo ficará mais tranquilo em relação à transparência do que está se passando.

Da minha parte, agradeço a gentileza com que V. Exª tem distinguido, até agora, as minhas solicitações. E deixo uma só: que V. Exª me informe se o Ministro da Justiça já mandou aquelas pessoas que V. Exª ajudou a requisitar ao Ministério, para nos facilitar a leitura dos programas de computador que fazem os cruzamentos de dados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra...

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Vou passar a palavra ao relator, antes garantindo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que vai usar o artigo 14. Por favor!

Quero dizer aos senhores que não vou antecipar a nossa reunião, para que os senhores não voltem a esse assunto, porque essa foi uma decisão da Presidência, em atendimento a uma solicitação do Presidente do Senado e do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Faremos uma reunião importante na CCJ amanhã para deliberar sobre um relatório de um Senador desta Comissão, o Senador Pedro Taques, a respeito do processo de cassação do Senador Demóstenes Torres. Esse relatório começará a ser lido às 10 horas da manhã e deverá tomar todo o dia. Então, não posso marcar a nossa sessão para amanhã, ou antecipá-la para amanhã, Deputado Miro, porque a apreciação desse relatório vai tomar todo o dia, com o amplo direito de defesa do Senador Demóstenes, com debates, com a participação dos Srs. Senadores, como o Senador Pedro Taques e outros Senadores que compõem esta CPMI.

Por isso, fica feito o registro a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bem, Sr. Presidente! Vou retirar a proposta, Sr. Presidente. Por sugestão do Deputado Miro "Pereira", vou retirar a proposta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está bom.

O Relator está com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes que o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo art. 14 do Regimento, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que gosto de ouvir a voz tonitruante do Silvio Costa, que sempre faz bem a esta Comissão, até porque nos acorda em determinados momentos, mas eu gostaria de dizer que não anunciei que pretendemos apresentar um voto em separado. Mas é legítimo que eu o faça se necessário. Já o fizemos em outras CPIs, como, por exemplo, na CPMI dos Correios, em que apresentamos um voto em separado, que foi arquivado porque o voto do Relator foi aprovado.

Obviamente, o que desejamos é subscrever o voto do Relator. Esse é o nosso desejo. Esperamos poder concordar com o voto do Relator na íntegra. Se

pudermos concordar, nós o subscreveremos. Se tivermos alterações a apresentar, nós o faremos. Poderemos fazer alterações, emendas. Se, em última análise, não tivermos condições de pleitos atendidos, nós nos reservaremos o direito, sim, de apresentar um voto em separado, o que é, técnica e regimentalmente, admitido e não significa desrespeito à figura do Relator, mas, ao contrário, é uma tentativa de contribuir para que a verdade dos fatos prevaleça. Se entendermos que o relatório não é suficiente para corresponder à expectativa da verdade dos fatos, apresentaremos, sim, um voto em separado. Mas, repito, esperamos não ter necessidade de fazê-lo.

Isso não significa trabalhar contra a CPI, isso não significa buscar desgastar a CPI. Ao contrário, esse é o desejo de valorizar este instituto do Parlamento, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, essencial para a vida democrática.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma contribuição ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Relator vai falar agora, e eu gostaria de sugerir a S. Exª, tendo em vista o caso da apreensão dos vídeos do Sr. Aprígio – ontem, inclusive, um deles, no Fantástico, foi exposto à opinião pública –, que houvesse a possibilidade – esta é uma sugestão ao Relator – de montarmos uma comissão aqui e que fôssemos até o delegado Matheus Rodrigues, que informou, através do Ministro da Justiça, que remeteria rapidamente esses vídeos para cá. Na verdade, já faz 20 dias que isso ocorreu, Sr. Relator, a partir do momento em que foi feito o despacho dado pelo então delegado Matheus Rodrigues, no dia 15 de junho de 2012.

Portanto, eu gostaria de sugerir a V. Exª que, acompanhando V. Exª, uma comissão de Deputados pudesse ter contato com esse delegado, numa diligência que seria feita à Polícia Federal, a fim de que tomássemos conhecimento de como está sendo construída essa relação de informações que será entregue à CPI, por meio desses vídeos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, concedo a palavra, para finalizar esta primeira parte, ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, não vou ficar fazendo discurso aqui. Sobre os requerimentos, creio que o Deputado...

Está baixo este microfone, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está muito baixo. Peço que seja melhorada a qualidade do som do microfone do Sr. Relator também, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Creio que as questões que foram levantadas aqui sobre os requerimentos, é claro que todas as pessoas que nós convocamos ou convidamos...

Presidente, está... Não vou falar assim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Todas as pessoas que nós convocamos ou convidamos foram, de alguma forma, interceptadas pela Polícia Federal, foram citadas nas interceptações telefônicas. E, infelizmente, elas têm a ver com o Governo de Goiás e com o Governador Marconi Perillo. Por isso, nós estamos chamando essas pessoas e vamos chamar outras tantas. E espero que as pessoas venham à CPMI e colaborem falando, dando informações sobre o que sabem.

Com relação ao método de trabalho, Presidente, o que eu entendo como adequado é que vou designar alguém, na sala da Assessoria Técnica, e uma só pessoa vai receber demanda de um representante de cada Parlamentar desta CPMI. Por quê? Porque senão vamos...

Nós temos uma lógica de trabalho a qual estamos desenvolvendo. As pessoas estão na sala da gráfica do Senado cuidando dessa lógica, mas, Presidente, nós podemos designar, então, uma pessoa da Assessoria Técnica para ficar responsável por receber demandas dos Srs. e das Srªs Parlamentares. Essa demanda seria encaminhada via *e-mail* e a Assessoria Técnica daria resposta a essas demandas.

Eu concordo que todos os Parlamentares que têm demandas devem ser atendidos pela nossa Assessoria Técnica. Quando fui demandado pessoalmente, busquei assim. Agora, é claro que há demanda da Assessoria dos Parlamentares. Então, o Parlamentar que for credenciado poderá acionar a nossa Assessoria Técnica e sob demanda daremos as respostas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, eu peço a atenção dos senhores, porque ainda temos de produzir muito hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para pedir que então os Parlamentares identifiquem, na Secretaria da Mesa, o Assessor que fará contato com a nossa Assessoria Técnica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – São os mesmos que têm acesso à sala secreta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São os mesmos?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Podem ser os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, com relação aos convocados, peço a atenção dos senhores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só para colaborar, vamos antecipar a reunião de quinta-feira para 9 horas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, sim. Muito bem pensado, Deputado Ônix. V. Exª tomou essa iniciativa e a Presidência já fez uma consulta informal a todos os Líderes. Quinta-feira, inclusive, é o último dia de fechamento das famosas atas partidárias nos Municípios de V. Exª, que tem essa preocupação também já manifestada para esta Presidência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E Curitiba. V. Exª é Vice-Prefeito lá. E eu defiro o pedido dos Democratas e do PMDB. Miro, quinta-feira, às 9 horas, reunião administrativa.

Com relação aos convocados, a Presidência informa que atendeu ao pedido do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto. Em que pese – aí eu faço justiça a esse depoente – estar presente, solicita o adiamento do seu depoimento, em virtude de ter se submetido a uma coronariografia, na artéria ventrículo esquerdo, no dia 26/6. Há menos de seis dias o cidadão fez um cateterismo e como eu não fui encontrado para despachar seu adiamento, ele veio para a Comissão.

Em virtude do seu delicado estado de saúde, com 65% de obstrução coronariana e ainda precisando ter no mínimo dez dias de repouso, nós fizemos a suspensão do seu depoimento. Imediatamente após o seu repouso obrigatório, nós vamos trazê-lo aqui. Por isso, esta Presidência faz a oportuna menção ao gesto do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto.

Aqui está o laudo que veio acompanhado da petição do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto: lesão moderada em descendente anterior; *stents;* lesão discreta em ventrículo, coronária direita.

Eu fiz isso e sei como é.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, só para consultar V. Exª, porque temos casos de pessoas que alegaram questões médicas e que estavam em suspenso até pela possibilidade de o próprio serviço médico do Senado fazer avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi reconvocado agora para agosto, com contato com a Presidência. Já está expedido ofício para 22 de agosto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação a Rosely Pantoja da Silva – de cada um estou dando informações a V. Exªs –, Rosely Pantoja da Silva não foi notificada por ter seu paradeiro ignorado até mesmo por seus familiares. A Polícia do Senado informa.

Será reconvocada na próxima sessão.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

Acho que, para uma pessoa que, em tanto tempo, não foi localizada, deveria ser pedido à Polícia Federal para localizá-la e notificá-la.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tomaremos as providências, Deputado Vaccarezza.

Sr. Edivaldo Cardoso de Paula não foi notificado por motivo de viagem, contudo, se colocou à disposição desta CPMI para comparecer em nova data marcada. Está aqui o ofício e vamos marcar proximamente.

Quero afirmar à CPI que todos os depoentes que não foram localizados serão agora – todos, todos os depoentes – reconvocados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos. Todos. Todos. Todos. Já combinei isso com o Relator. Todos, absolutamente todos. Aqueles que não vieram, que não foram localizados, todos serão reconvocados.

De resto, estimávamos a presença...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão. Não é reconvocado. Acho que reconduzido. Neste caso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em termos, Rosinha. Vamos facilitar, Rosinha. Vamos tentar facilitar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Vamos usar ao final, Rosinha.

De resto, a Srª Ana Cardozo de Lorenzo... *(Pausa.)*

O advogado da Srª Ana Cardozo de Lorenzo foi... Foi confirmada, obviamente, por força da sua notificação, a sua presença aqui. E ontem foi atravessado um ofício do seu advogado solicitando, sem nenhum motivo plausível, o seu não-comparecimento. A Presidência, como de resto, indeferiu, como fez mediante todos os outros, por não ter motivo. Não havia nenhum tipo de instrumento jurídico. E a Srª Ana Cardozo de Lorenzo não compareceu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à Secretaria... Não há necessidade de V. Exªs me orientarem no que devo fazer. Por favor, haverei de tomar... Esta Presidência, do alto da sua responsabilidade, sabe o que deve fazer.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma proposta a V. Exª. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é sobre a Srª Ana, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não é sobre a Srª Ana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É uma proposta. V. Exª está adivinhando o que a gente fala agora?

Eu queria, por favor, consultar todos os líderes. Para ganharmos tempo, já que não vem ninguém e está todo mundo aqui, vamos transformar esta sessão em uma sessão administrativa e votar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque V. Exª não estava na sessão. Estou encerrando agora e pedindo a V. Exªs que, daqui 30 minutos, um por partido, estejam no nosso gabinete para que possamos juntos definir o rito da sessão administrativa da quinta-feira. Daqui a 30 minutos, no nosso gabinete, um por partido, Câmara e Senado, no 18º andar.

Tenham todos um bom dia.

Fiquem com Deus. **– Senador Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião realizada em 05 de julho de 2012, às nove horas e dezessete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Anibal Diniz (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE),), Filipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT/PR), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Iracema Portela (PP-PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e Glauber Braga (PSB-RJ). **Deixaram de comparecer por motivo justificado os Senadores** Jayme Campos (DEM- MT) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). **Deixaram de comparecer os Senadores** Ciro Nogueira (PP-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Paulo Davim (PV/RN) e Kátia Abreu (PSD/TO) **e os Deputados** Íris Araújo (PMDB/GO), Gladson Cameli (PP-AC), Paulo Foletto (PSB-ES) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Pedro Simon (PMDB/RS), Jilmar Tatto (PT-SP) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade, foram apreciados os seguintes requerimentos:

Nº	Ementa	Autoria	Resultado
007/12	Solicita a convocação do Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, CPF nº 795.777.847-04, presidente da Delta Construções S/A, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
016/12	Solicita a convocação do Sr. José Augusto Quintella, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
017/12	Solicita a convocação do Sr. Romênio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
021/12	Solicita a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, CPF nº 435.102.567-00, para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
044/12	Requer seja convocado o Sr. Fernando Cavendish para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho	APROVADO
067/12	Requer seja convocado o Sr. Luiz Antônio Pagot para prestar depoimento perante a Comissão.	Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho	APROVADO
078/12	Solicita a oitiva do Senhor Luiz Antonio Pagot, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca das relações entre a empresa Delta e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
084/12	Requer seja intimado o Sr. Fernando A. Cavendish Soares – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Delta, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo" da Polícia Federal.	Deputado Filipe Pereira	APROVADO
103/12	Solicita a convocação do Sr. Fernando Cavendish, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento e da Construtora Delta com o Sr. Carlos Augusto Ramos, com o Senador Demóstenes Torres e outros políticos.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
111/12	Solicita a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, a fim de esclarecer suas denúncias contra o Senhor Carlos Augusto Ramos e a Construtora Delta.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
136/12	Requer seja convocado o Sr. Fernando Soares Cavendish para prestar depoimento perante a Comissão.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
141/12	Requer seja convocado o Sr. Luiz Antônio Pagot para prestar depoimento perante a Comissão.	Senador Álvaro Dias	APROVADO

154/12	Solicita a oitiva do Senhor Fernando Cavendish, proprietário da empresa Delta Construções, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da sua relação com o grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira e sobre corrupção de agentes públicos.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
159/12	Requer seja convocado o senhor Fernando Cavendish Soares, Presidente do Conselho de Administração da empresa Delta Construções S/A para prestar esclarecimentos sobre as atividades comerciais de sua empresa.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
166/12	Requer a convocação do empresário Sr. Fernando Cavendish.	Deputado Ronaldo Fonseca	APROVADO
170/12	Requer a convocação do Sr. Fernando Cavendish, ex-presidente do Conselho de Administração da empresa Delta Construções.	Deputado Maurício Quintella	APROVADO
288/12	Requer a convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito	Deputado Maurício Quintella	APROVADO
370/12	Solicita a oitiva do Senhor Fernando Cavendish, proprietário da empresa Delta Construções, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da sua relação com o grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira e sobre corrupção de agentes públicos.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
374/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Flexafactoring Fomento Mercantil Ltda, CNPJ 08.150.258/0001-86, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
389/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Midway International Labs Ltda, CNPJ 01.193.586/0001-10, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
401/12	Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa ZUK Assessoria Empresarial, CNPJ 09.060.403/0001-09, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
470/12	Requer a convocação da Sra. Andréa Aprígio de Souza, CPF: 644.628.971-53, na condição de testemunha, para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
473/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 16, de 2012, para que o Sr. José Augusto Quintella, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO

474/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 17, de 2012, para que o Sr. Romênio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
475/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 7, de 2012, para que o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, CPF: 795.777.847-04, presidente da Delta Construções S/A, seja ouvido perante esta CPMI, na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
476/12	Requer o aditamento do Requerimento nº 21, de 2012, para que o Sr. Luiz Antônio Pagot, CPF nº 435.102.567-00, ex- Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, seja ouvido perante esta CPMI na condição de testemunha.	Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado	APROVADO
487/12	Requer a convocação de Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas/TO, para em audiência pública prestar depoimento, a fim de subsidiar as investigações desta Comissão.	Senadora Kátia Abreu	APROVADO
501/12	Requer que seja intimado o Sr. Luiz Antônio Pagot – Ex Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT – para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta CPMI .	Deputado Filipe Pereira	APROVADO
508/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Fábio Passaglia.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
510/12	Requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da Terra Pneus e Lubrificantes Ltda.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
516/12	Requer seja intimado para depor perante esta CPMI, na condição de testemunha, o Senhor Adir Assad.	Deputado Luiz Pitiman	APROVADO
522/12	Requer seja convocado o senhor Paulo Vieira de Souza para prestar depoimento nesta comissão.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
571/12	Requer a quebra do sigilo fiscal e bancário do Sr. Jayme Rincon, presidente da Agência Goiânia de Transportes e Obras Públicas (AGETOP) e tesoureiro da campanha do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.	Senador Pedro Taques	APROVADO
572/12	Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS, tanto particular quanto institucional, da senhora Eliane Gonçalves Pinheiro, Ex-Chefe de Gabinete do Governador do Estado de Goiás, Senhor Marconi Ferreira Perillo Júnior.	Deputada Íris de Araujo	APROVADO
574/12	Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor José de Filippi.	Deputados Carlos Sampaio. Fernando Francischini, Domingos Sávio, Vanderlei Macris.	REJEITADO
578/12	Requisita à empresa Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis, envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 60.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e transportes Ltda.	Senador Randolfe Rosrigues	APROVADO

579/12	Requisita à emporesa Alexandre Milhomem dos Santos & Cia Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 10.000,00 efetuado em 28 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
580/12	Requisita à empresa Leão e Ferreira da Silva Ltda envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 100.000 efetuado em 31 de março de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda..	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
581/12	Requisita à empresa Safira SP Tecnologia e Comércio Ltda de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizaram R$ 87.866,00 efetuados pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
582/12	Requisita à empresa Rio Vermelho Distribuidor Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos dois depósitos de R$ 30.000,00 efetuados pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
583/12	Requisita à empresa Fazendão Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda envio de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 86.200,00 efetuado em 01 de abril de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
584/12	Requisita ao escritório Morais, Castilho & Brindeiro Sociedade de Advogados o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem ao depósito do valor de R$ 80.000,00 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
585/12	Requisita à empresa João Braz e Margareth Freitas Advogados Associados o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas á operação que deu origem a um depósito de R$ 70.000 efetuado em 18 de junho de 2010 pela empresa Alberto e Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
586/12	Requisita à empresa ZUK Assessoria Empresarial o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizaram o valor R$ 401.887,04 pela empresa Brava Construções e Terraplanagem Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
587/12	Requisita à empresa Flexafactoring FomentoMercantil Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos que totalizartam o valor de R$ 119.442,27 pela empresa Brava Construções e Terraplanagem ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
588/12	Requisita à empresa Aco Distribuidora de Combustíveis Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas á operação que deu origem a um depósito de R$ 42.750,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

589/12	Requisita à empresa WCR Produção e Comunicação LTDA o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 113.000 efetuado em 10 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
590/12	Requisita à empresa Cotril Motors Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 116.500,00 efetuado em 28 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
591/12	Requisita à empresa Oliveira e Magalhães Materiais para Construção Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 120.000,00 efetuado em 18 de janeiro de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
592/12	Requisita à empresa Midway International Labs Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas a um depósito de R$ 150.000,00 efetuado em 21 de setembro de 2012 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
593/12	Requisita à empresa Pro Solo Sondagens e Fundações Ltda o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 152.000,00 efetuado em 31 de março de 2011 pela empresa Alberto e Pantoja Construções Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
594/12	Requisita à empresa Terra das Cataratas Importação e Exportação LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 86.711.470/0001-89 o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 168.000,00 efetuado em 12 de abril de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
595/12	Requisita à empresa Star Motors Comércio de Veículos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$188.000,00 efetuado em 26 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
596/12	Requisita à empresa RCI Software e Hardware Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$196.000,00 efetuado em 24 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
597/12	Requisita à empresa Elevis Comércio de Veículos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$200.000,00 efetuado em 08 de junho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

598/12	Requisita à empresa M&M Comercial de Plásticos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R$83.333,00, efetuado em 25 de abril de 2011, e de R$133.333,00, efetuado em 28 de fevereiro de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
599/12	Requisita à empresa Plastlider Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos0 depósitos de R$133.334,00, efetuado em 28 de abril de 2011, e de R$133.333,00, efetuado em 29 de abril de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
600/12	Requisita à empresa Camarada Comércio de Cereais Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$303.000,00 efetuado em 15 de dezembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
601/12	Requisita à empresa Emisa Engenharia e Comércio Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R$200.000,00, efetuado em 17 de junho de 2010, e de R$140.680,00, efetuado em 22 de junho de 2010, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
602/12	Requisita à empresa MGF Indústria e Comércio de Produtos da Fazenda Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$100.000,00 efetuado em 28 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
603/12	Requisita à empresa RDF Importadora o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem aos depósitos de R$178.000,00, efetuado em 20 de dezembro de 2010, e de R$176.000,00, efetuado em 14 de janeiro de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
604/12	Requisita à empresa Toronto Participações Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$200.000,00, efetuado em 25 de março de 2010, e de R$100.000,00, efetuado em 18 de abril de 2011, pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
605/12	Requisita à empresa Construtora Mediterrânea Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$400.000,00 efetuado em 09 de dezembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
606/12	Requisita à empresa Lallis Company Comércio de Vestuário Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$25.000,00 efetuado em 30 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

607/12	Requisita à empresa Máxima Brasil Comunicação Agência de Publicidade Ltda. ME o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$50.000,00 efetuado em 22 de junho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
608/12	Requisita à empresa Comercial de Bebidas Rolim Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$30.000,00 efetuado em 30 de setembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
609/12	Requisita à empresa Plancoex Assessoria Aduaneira Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$13.321,66 efetuado em 07 de julho de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
610/12	Requisita à empresa FBO Brasil Flight Support Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$23.791,12 efetuado em 24 de novembro de 2010 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
611/12	Requisita à empresa Albra Alumínio Brasília Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$22.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
612/12	Requisita à empresa Albracolor Alumínio Ltda. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$28.000,00 efetuado em 03 de março de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
613/12	Requisita à empresa R A P de Carvalho ME. o envio, no prazo de 10 dias, de informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$100.000,00 efetuado em 20 de janeiro de 2011 pela empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
619/12	Requisita à Polícia Federal os nomes e os números de CPF de todas as pessoas que faziam parte do grupo envolvido com o Sr. Carlos Augusto Ramos que possuíam aparelhos "nextel" habilitados nos Estados Unidos da América.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
620/12	Requer o convite do juiz Paulo Augusto Moreira Lima para esclarecer denúncias de que foi ameaçado de morte pela organização criminosa de Carlos Augusto Ramos.	Deputado Rubens Bueno e Senador Pedro Taques	APROVADO
621/12	Requer seja solicitado à Juíza da 5ª Vara Criminal de Brasília/DF, Ana Cláudia Oliveira Costa Barreto, a quebra, de ofício, do sigilo judicial referente ao processo nº 2012.01.1.051163-4, Operação Saint Michel.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
622/12	Requer seja convidado o Senhor Paulo Augusto Moreira Lima, Juiz Federal Substituto da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
623/12	Requer expedição de ofício ao Conselho Nacional	Deputado Paulo	APROVADO

	de Justiça (CNJ) solicitando a este órgão a apuração de possíveis relações do juiz federal Leão Aparecido Alves com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.	Teixeira	
624/12	Requer o convite ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, recentemente afastado da 11ª Vara Federal de Goiás, para prestar informações a esta CPMI.	Deputado Paulo Teixeira	APROVADO
626/12	Requer seja convidado o Juiz Federal Paulo Augusto Moreira Lima, responsável pela ação penal decorrente da Operação Monte Carlo, para esclarecer as circunstâncias de que levaram ao seu pedido de afastamento do caso e transferência para outra Vara da Justiça Federal.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
627/12	Requisita ao Banco Central servidores técnicos para trabalhar na CPMI.	Deputada Iris de Araujo	APROVADO
629/12	Solicita à CPMI que requisito informações à Saneamento de Goiás – SANEAGO.	Senadora Vanessa Grazziotin	APROVADO
630/12	Solicita que a CPMI requisite informações à CELG – Distribuição.	Senadora Vanessa Grazziotin	APROVADO
631/12	Requer a quebra do sigilo fiscal e bancário da Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem, suposta empresa fantasma ligada ao Sr. Carlos Cachoeira com sede no Novo Gama (GO).	Senador Pedro Taques	APROVADO
637/12	Requer a convocação do Sr. ADIR ASSAD para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Filipe Pereira	APROVADO
641/12	Requer seja convocado o Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas, para prestar depoimento nesta CPMI.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
642/12	Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com Carlos Augusto Ramos.	Deputado Rubens Bueno	APROVADO
644/12	Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão, na condição de testemunha, o Senhor Adir Assad.	Senador Álvaro Dias	APROVADO
655/12	Requer seja solicitado à Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil informações relativas à entrada e saída do território nacional das pessoas abaixo relacionadas: Andréia Aprígio de Souza, CPF 644.628.971-53; Carlos Augusto de Almeida Ramos, CPF 284.844.521-15; Cláudio Dias de Abreu, CPF 907.124.041-04; Geovani Pereira da Silva, CPF 319.166.001-15; Idalberto Matias de Araujo, CPF 274.087.791-91; Wladimir Garcez Henrique, CPF 303.056.161-53	Deputado Odair Cunha	APROVADO
656/12	Requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil informações relativas à movimentação de entrada e saída de recursos financeiros envolvendo outros países das pessoas e empresas abaixo relacionadas:	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	Andréia Aprígio de Souza **Carlos Augusto de Almeida Ramos** **Cláudio Dias de Abreu** **Cláudio Kratka** **Demóstenes Torres** **Geovani Pereira da Silva** **Gleyb Ferreira da Cruz** **Idalberto Matias de Araujo** **Lenine Araújo de Souza** **Leonardo Almeida Ramos** **Roberto Sérgio Coppola** **Rosalvo Simprini Cruz** **Wladimir Garcez Henrique.** **Marconi Ferreira Perillo Júnior** **André Teixira Jorge** **Lúcio Fiuza Gouthier** **Alcino de Souza** **Rubmaier Ferreira de Carvalho** **Governador Agnelo Queiroz** **Adriano Aprigio de Souza ME** **Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda** **American Center Bingo Ltda-ME** **Antares Assessoria Administração e Participação Ltda** **Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda** **Auto Posto T- 10 Ltda.** **Bet Capital Ltda** **Brava Construções e Terraplanagem Ltda** **Brazilian Gaming Partners** **Calltech Combustiveis e Serviços Ltda** **Construtora Rio Tocantins – CRT** **Data Traffic** **Delta Construções S/A** **Delta Construções S/A – DF** **Delta Construções S/A – GO** **Delta Construções S/A – MS** **Delta Construções S/A – TO** **Empresa Rental Frota Logística Ltda** **Emprodata Administração de Imóveis e Informática** **Excitant Indústria e Comércio de Confecções Ltda** **Fundação Cultural Aprígio Ramos – Fundar** **Fundação Nelson Castilho** **Geovani Pereira Da Silva ME** **GM Comércio de Pneus e Peças Ltda.** **Goiás – Game Diversões Eletronicas Ltda** **Ideal Segurança Ltda EPP** **JR Prestadora de Serviços Construtora e Incorporadora** **Larami Diversões** **Laser Press Tecnologia** **Let Laminados Estruturados e Termoformados Ltda** **M Terraplanagem e Construção** **Mapa Construções** **Maquinaria Publicidade e Propaganda** **Mestra Administração e Participação Ltda** **Misano Ind Imp Exp** **Mz Construções Ltda** **Organização Independente de Comunicação Ltda** **Planeta Catarinense Serviço de Atividade Lotérica Ltda- ME** **Planeta Center Diversões Eletronicas Ltda** **Radio Goias Sul FM Ltda** **Rede Brasiltur de Televisão**		

	Royal Palace Diversões Ltda-ME **Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia - Faculdade Padrão** **Star Game Comércio Importação e Exportação Ltda** **Vitapan Indústria Farmaceutica Ltda** **WCR Produção e Comunicação** **WCR Produção e Comunicação Ltda**		
659/12	**Requer a oitiva do Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas/TO, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias sobre as denúncias de seu envolvimento com o Sr. Carlos augusto Ramos.**	**Senador Randolfe Rodrigues**	**APROVADO**
660/12	**Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas ELETRO CHANCE DO BRASIL INSUSTRIA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ: 01.461.906/001-76 e ELETRO CHANCE SRL, CNPJ: 05.714.336/0001-30.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
662/12	**Requer que está comissão solicite quebra do sigilo de SMS e cópia dos relatórios de ERBs (Estação Rádio Base) das pessoas abaixo relacionadas.** **Agnelo Queiroz** **Alcino de Souza** **André Teixeira Jorge** **Andréia Aprígio de Souza** **Carlos Augusto de Almeida Ramos** **Cláudio Dias de Abreu** **Cláudio Kratka** **Demóstenes Torres** **Geovani Pereira da Silva** **Gleyb Ferreira da Cruz** **Idalberto Matias de Araujo** **Lenine Araújo de Souza** **Leonardo Almeida Ramos** **Marconi Ferreira Perillo Júnior** **Roberto Sérgio Coppola** **Rosalvo Simprini Cruz** **Rubmaier Ferreira de Carvalho** **Wladimir Garcez Henrique.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
663/12	**Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB da Sra. ELIANE GONÇALVES PINHEIRO, CPF 354.242.221-53.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
664/12	**Requer o convite ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, recentemente afastado da 11ª Vara Federal de Goiás, para prestar informações a esta CPMI.**	**Senador Wellington Dias**	**APROVADO**
666/12	**Requer a convocação do Prefeito de Palmas (TO), Raul Filho (PT/TO).**	**Deputado Paulo Teixeira**	**APROVADO**
667/12	**Requer a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA, CPF 391.524.641-72.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
668/12	**Requer a quebra do sigilo de SMS, telefônico e cópia dos relatórios de ERBs (Estação Rádio Base) do Sr. Lúcio Fiuza Gouthier.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
669/12	**Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**

	SEBASTIÃO DE ALMEIDA RAMOS JUNIOR CPF: 370.039.331-87.		
670/12	**Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. SEBASTIÃO DE ALMEIDA RAMOS CPF: 07426046168.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
671/12	**Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas GERPLAN GERENCIAMENTO E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ: 00.517592/0001-13.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
672/12	**Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das empresas TECNOLOGIC TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 01.290.240/001-30 e BET CO. LTD, CNPJ nº 05.881.476/001-00.**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
673/12	**Requer a quebra do sigilo telefônico do Sr. Luiz Carlos Bordoni, CPF 456.642.778-15, dos meses de abril e maio de 2011.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
674/12	**Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da das empresas que operaram transações bancárias com a empresa MCGL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A CNPJ: 09.130.235/001-72, conforme tabela a seguir:**	**Deputado Cândido Vacarezza**	**APROVADO**
675/12	**Requer a quebra do sigilo telefônico do Sra. Bruna Bordoni, CPF 890.299.331-00, dos meses de abril e maio de 2011.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
676/12	**Solicita sejam requisitados documentos e informações junto à Chefia da Polícia Civil do Estado de Goiás e ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, necessárias ao avanço e à continuidade dos trabalhos da CPMI.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
678/12	**Solicita sejam requisitados documentos e informações junto ao Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos da CPMI.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
679/12	**Requer que seja solicitado cópia das auditorias, investigações, processos administrativos e demais documentos que tramitaram na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Civil, ou na Procuradoria Geral, todos órgãos do Estado de Goiás, tendo como investigado o Delegado EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO, CPF nº 125.498.781-91.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
681/12	**Requer seja convocado o Senhor Raul de Jesus Lustosa Filho para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.**	**Deputado Carlos Sampaio**	**APROVADO**
683/12	**Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Tocantins e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**

684/12	**Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
685/12	**Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Palmas/TO e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ nº 10.788.628/0001-57) e Construtora Rio Tocantins (CNPJ nº 04.201.540-0001-94).**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
686/12	**Requer cópia integral, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos =e convêncios firmados entre o Governo do Estado de Goiás e as empresas Delta Construções S/A e Construtora Rio Tocantins.**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
690/12	**Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Construtora Veloso e Conceição**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**
691/12	**Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa G & C Construções e Incorporações (Adércio & Rafael Construções e Incorporações).**	**Deputado Odair Cunha**	**APROVADO**

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso começar? Assessoria para permitir que eu comece. Informações a respeito do quórum. Secretaria, para informações à Presidência a respeito do quórum. Pedro, parabéns.

Para começar, está OK. Vamos lá.

Bom dia a todos. Nove horas e dezessete minutos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01 de 2012.

A presente reunião, sessão administrativa portanto, destina-se à apreciação de requerimentos.

Inicialmente, a Presidência submeterá ao Plenário a apreciação do rito estabelecido em decisão tomada de forma colegiada por esta Comissão, por ocasião do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, de dispensar os convocados que se manifestassem em silêncio por ocasião de suas inquirições perante esta CPMI.

Nós já encerramos o período de discussão, conforme foi definido na reunião passada. Os senhores já discutiram essa questão da alteração do rito, eu ainda não pus em votação a Ata da sessão passada por flagrante ausência de quórum para deliberação, não posso colocar, ainda, a tomada de votos do rito, mas posso, por economia de tempo, pôr os dois encaminhamentos, tanto o encaminhamento para conclusão do processo de deliberação do rito... Falta-me tomar de V. Exªs...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, quando puder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Falta-me tomar de V. Exªs dois encaminhamentos, Senador Fernando Collor, sobre as alterações que, porventura, possam ter a respeito da mudança ou não do rito que estabelecemos nesta Comissão, da oitiva do Sr. Fernando Augusto de Almeida Ramos, quando passamos, de acordo com deliberação desta Comissão, a dispensar todas as testemunhas ou depoentes que se manifestaram, usando as suas garantias constitucionais, mantendo-se em silêncio.

Os senhores fizeram manifestações orais à Presidência solicitando a mudança do rito.

Nós já ouvimos diversas manifestações, de parte a parte, e estamos colocando, hoje, para deliberação dos senhores.

Vou fazer o encaminhamento – é o que falta para deliberação. No encaminhamento, eu vou tomar pela manutenção do rito atual.

A manutenção do rito atual é que o depoente chega a esta Comissão e, se usar das suas garantias constitucionais de permanecer em silêncio, ele é dispensado – essa é a manutenção do atual rito –, ou há devolução ao rito anterior, antes do primeiro depoente, que foi o Sr. Carlos Augusto, que motivou as cinco horas de reunião que nós tivemos e que foi a causa do nosso atual rito. A Comissão entendeu que estávamos tendo um comportamento que não deveríamos ter nas nossas estratégias de investigação. Foi o que a Comissão entendeu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) - Presidente, por favor, só pela oportunidade, ainda não podemos deliberar, é só inverter...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, o Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para invertermos, se possível, se a Comissão concordar: primeiro, votarmos as convocações e, depois, discutirmos o rito, porque a discussão deste traz outras discussões paralelas – mudando o rito, depois, como são as perguntas. V. Exª presidiu aquela reunião no 18º andar, no seu gabinete. A discussão do rito pode se estender muito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A discussão do rito, Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nas convocações, parece-me que há um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A discussão do rito, Deputado Miro, não vai se estender. Só vou ouvir o encaminhamento: encaminha a favor e encaminha contra. É uma questão de votação. Agora, não posso votar, se não tiver quórum.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Submeto-me, claro, a V. Exª e à maioria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não vou...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...porém insisto que poderemos trabalhar com maior dedicação essa questão do rito, se liquidarmos logo a questão das convocações, até para não parecer que se convocou um ou outro, e não um ou outro, por causa da alteração do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, as convocações virão, Deputado Miro.

Vou inscrever V. Exª, inclusive vou pedir para V. Exª encaminhar. V. Exª tem sido um permanente colaborador da Presidência, e vou pedir a V. Exª para se inscrever encaminhando a mudança do rito, até porque V. Exª sabe...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem que votar, primeiro, a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...que é importante votarmos a questão do rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só aceito essa referência fez a minha dedicação porque vivo seguindo aquilo também que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...orienta aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Bom, vamos para a discussão do encaminhamento da questão do rito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, encaminhamento. Já encerramos o período de discussão. É encaminhamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi encerrado na terça-feira.

Encaminha, para modificação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...do rito o Deputado Miro Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Constou na Ata, realmente não tenho esse conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...que houve o encerramento das discussões?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encerramento das discussões. É só encaminhamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, mas onde consta isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi terça-feira. Publicizei o encerramento da discussão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – OK, agradeço o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência, inclusive, na ausência de Senadores. Todos os deputados...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...discutiram dois a dois, na ausência de Senadores. Consultei... visualizei... Os Senadores estavam em uma atividade fora da Comissão. Agora, estou abrindo a questão de encaminhamento. *(Pausa.)*

Então, teremos um Senador discutindo a modificação do rito. Pela modificação do rito, está inscrito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. *(Risos.)*

Senão eu mandava chover na Paraíba muito mais. Peço que melhore o tempo. É porque a imprensa tinha me falado que estava frio demais, e eu tinha pedido para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lembram-se que me falaram que estava frio? No último encontro que V. Exªs...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah! Melhora a ambiência para os Srs. Parlamentares, por favor.

O Deputado Miro Teixeira está inscrito para modificação do rito e peço a inscrição de outro Deputado pela manutenção do rito. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Picciani.

Com a palavra Deputado Miro Teixeira, com o tempo de três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, na Câmara dos Deputados, temos que falar de pé, ou no microfone de aparte ou da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Melhore o som de Miro, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu gostaria de estar no Senado falando sentado, como fazem os Senadores, mas, na Câmara, tenho bom convívio também.

Entendo que não há muita coisa mais a acrescentar. Por mim, passaríamos até a votação porque está todo mundo suficientemente esclarecido.

Insisto muito na posição revelada pelo Supremo Tribunal Federal de que a testemunha não pode prever todas as perguntas que lhe serão feitas. O Judiciário deve ser prudente nessa matéria, para evitar que a pessoa venha a obter *habeas corpus* para calar a verdade, o que é modalidade de falso testemunho. Isso está no *Habeas Corpus* nº 71039, relatado pelo Ministro Paulo Brossard. Essa decisão do Supremo Tribunal Federal sofreu algumas alterações, porém, não em relação a esse silêncio, que é óbvio. Só pode ser alegado o direito ao silêncio para não se incriminar conhecendo a pergunta. Se não conhecer a pergunta como vai dizer que silencia?

Isso não viola o direito de ninguém. Poderá aqui chegar e, a cada pergunta, dizer: "Eu não vou responder. Eu tenho o direito de silenciar".

Por outro lado, existe também o direito do Parlamentar ao exercício do mandato. O exercício do mandato Parlamentar não pode estar subordinado à vontade de alguém permanecer ou não permanecer neste recinto, por mais ilustre que seja a pessoa, por mais ilustre que seja.

Então, penso que não é legítimo aquele argumento de que não se muda a regra do jogo com o jogo já iniciado. Se assim fosse, a regra que vigorava antes não poderia ter sido alterada, porque o jogo já estava iniciado. O Sr. Carlinhos Cachoeira já tinha se recusado a prestar o seu depoimento. E só depois a regra foi alterada. E agora o que se postula é o retorno à regra que vigorava tradicionalmente, é a regra que vigora, segundo a própria decisão do Supremo Tribunal Federal e o Código de Processo Penal.

Essa história de dizer que a lei processual não pode ser alterada dessa forma porque pode trazer instabilidade é exatamente o oposto: a lei processual é aplicável imediatamente a todos os processos em curso. É exatamente o oposto. Ela não retroage. Dizer que a lei processual retroage, não, ela não retroage. Os atos praticados segundo a lei anterior são válidos. Mas se nós restabelecermos o rito anterior podemos até reavaliar novos convites ou novas convocações para um ou outro personagem dessa história.

Acredito, Sr. Presidente, que nós também poderemos, com esse novo rito a ser estabelecido, que nos devolve ao *status quo* ante, nós poderemos reavaliar a relação daqueles que estão para ser convocados. Eu acho que tem muita gente convocada que pouco terá a acrescentar à Comissão. Mas, quem disso pode deliberar é a própria Comissão.

Então, sustento a necessidade de termos o direito ao exercício do mandato e termos também o respeito aos direitos daqueles que não poderão, segundo a Constituição, produzir provas contra si mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

Para encaminhamento, Deputado Leonardo Picciani

O SR. LEONARDO PICCINI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, não vou, aqui, discordar do Deputado Miro Teixeira. Acho que assiste razão ao que o Deputado aqui expõe.

Mas nós precisamos olhar o caso contextualizando-o, olhar o caso específico.

A Comissão Parlamentar de Inquérito possui poder de natureza judicial para proceder à investigação, para proceder aos atos processuais do inquérito. Os atos processuais, como disse aqui em oportunidade anterior – em minha opinião –, eles devem ter estabilidade, eles não podem, a cada momento, ser alterados, a cada momento se ter um rito diferente, a cada momento se ter uma formulação diferente, porque isso nos dá a impressão, ainda que não seja fato, mas nos dá a impressão e a suspeição de que seriam medidas casuísticas. Mais do que a estabilidade, os atos processuais devem ser isonômicos, para preservar o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei e preservar o direito constitucional da ampla defesa, do contraditório.

Se nós, aqui cometemos um equívoco, o cometemos quando optamos pelo rito que hoje utilizamos. E nós já o iniciamos no primeiro depoimento. Durante o primeiro depoimento, surgiu, salvo engano, por su-

gestão da Senadora Kátia e do Senador Alvaro Dias, a sugestão da mudança do rito, que foi aprovada pelo Colegiado desta Comissão.

Então, Presidente, eu, aqui, quero sustentar a manutenção do rito. O que eu temo é que nós, aqui, já passamos o momento da decisão política. Nós tomamos uma decisão que teve consequência processual, teve consequência no processo. Mais de uma dezena de testemunhas indiciadas, convocadas foram aqui ouvidas sob esse rito. Se nós estávamos errados, se não podíamos ter feito assim, então nós causamos uma nulidade no processo. O processo que conduzimos até aqui é nulo. E, se é assim, nós teremos que recomeçar o processo. Eu creio que não é assim. Eu creio que, pelo princípio que o Senador Taques aqui por diversas vezes defende, da natureza colegiada das decisões da Comissão, nós poderíamos tomar a decisão que tomamos. E modificá-la será anular, será tornar nulo o que praticamos até aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora aos encaminhamentos do Senado.

O Senador que defende a manutenção do rito. Por favor, apresente-se o Senador que defende a manutenção do rito. Do rito atual. Algum Senador defende a manutenção do rito atual? O rito atual: a testemunha convocada chega e, ao permanecer – já expliquei isto algumas vezes – em silêncio, com as suas garantias, ela é dispensada imediatamente. Esse é o rito atual. Esse é o rito atual. O rito anterior é aquele que os senhores conhecem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor já está inscrito. Automaticamente. Eu lhe conheço.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado por essa atenção.

O SR. PRESDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Semiótica.

Algum Senador quer a manutenção do rito atual?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Vicentinho, acabei de lhe inscrever.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – A favor de manter o rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não, só seguindo a linha de raciocínio do Deputado Picciani. Eu penso que a alteração neste momento pode causar nulas todas as nossas atividades. Portanto, manter o rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, inicialmente, não existe nulidade em CPI. Não existe nulidade. CPI é um procedimento informativo que, ao final, nós vamos, em sendo o caso, enviar para o Ministério Público, fazer recomendações ou, de acordo com o art. 61 da Constituição, apresentar projeto de lei. Nulidade de CPI não existe. Não existe nulidade de depoimento. Com todo respeito a S. Exª o Deputado, isso não encontra respaldo na Constituição e na lei. Esse é o primeiro ponto.

Sr. Presidente, eu defendo, e já defendi isto aqui, que o cidadão que aqui chegue como depoente ou indiciado ele não possa ser obrigado a responder perguntas porque nós estamos diante de um Estado democrático de direito e ele conseguiu um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal. A primeira indagação que nos vem à mente é a seguinte: ele precisaria de um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal? É lógico que não. A Constituição da República tem uma força normativa. Ela nos obriga... A Constituição não permite que Deputados e Senadores possam obrigar testemunha indiciada a falar. Se ele quer preservar seu direito constitucional ao silêncio, a ele deve ser garantido esse direito. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que nós não podemos humilhar testemunhas e indiciados que aqui venham. Se um parlamentar impetrar um HC no Supremo Tribunal Federal, ele vai ter o direito de perguntar a essas testemunhas sim. Agora, o Supremo também vai colocar nesse HC que parlamentar não pode humilhar, menoscabar, desrespeitar testemunhas e indiciados. Assim, Sr. Presidente, em todas as minhas manifestações, eu disse o seguinte: no inquérito policial, o delegado pode fazer perguntas e reduzir a ter umas perguntas, escrever as perguntas, mesmo se o indiciado não queira responder. Isso, para que o magistrado, lá no art. 59 do Código Penal, possa fazer a avaliação das perguntas. E o juiz pode fazer isso. Agora, eu nunca vi um delegado de polícia, eu nunca vi – pelo menos na minha experiência – um magistrado humilhar testemunhas e indiciados.

Daí, Presidente, V. Exª tem uma grande responsabilidade. V. Exª, como Presidente deste colegiado, tem o poder de polícia nesta sessão, nesta audiência. Cabe a V. Exª dizer isso aos parlamentares. Agora, o que me parece um absurdo é que, diante da Constituição, diante do Regimento Interno, que nos obriga tratar a todos com urbanidade e com respeito, Deputados e Senadores precisam ser admoestados a seu dever constitucional.

Portanto, não há nulidade alguma em mudança do rito. Nós estamos tratando de uma matéria que tem natureza processual. O Deputado Miro Teixeira já afirmou, e eu concordo com ele: a aplicação é imediata, nós não estamos mudando nada. E a vontade política permite isso, desde que V. Exª faça essa admoestação. *(Pausa.)*

Não vai fazer, então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já tivemos alguns exemplos de urbanidade aqui.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para me manifestar, também, sobre o rito.

Depois de muitos debates, diálogos e entendimentos havidos com diversos Parlamentares, por uma questão de economia processual, para que as pessoas não fiquem, aqui, repetindo o direito de permanecer em silêncio, por essa questão, em razão da economia processual, eu entendo, e também compreendendo a característica diferenciada desta CPMI... Compreendendo a característica diferenciada desta CPMI, onde a análise dos documentos se faz mais importante do que muitas das oitivas, aliás, o silêncio das pessoas, aqui, muitas vezes, fala mais do que o próprio depoimento dessas pessoas aqui, é que eu entendo que nós devamos manter e, por uma questão de economia processual, que nós devamos manter o procedimento, o rito adotado até agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao voto. Os encaminhamentos já foram feitos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos aos votos. Agora, os encaminhamentos já foram feitos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vou tomar os votos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço a V. Exª. Não é um pedido nem de defesa do rito atual, nem de modificação do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já encaminhei, todos os Deputados já encaminharam.

Por favor, Sr. Deputado, todos os Deputados já encaminharam. Eu vou tomar os votos nominais, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já fiz os encaminhamentos. Todos os encaminhamentos já foram feitos, por favor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – É uma justificativa que não é defesa, nem contra, nem a favor do rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor vai-se posicionar no seu voto, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, como eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar os votos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) –... o proponente dessa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar os votos, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...discussão,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...eu quero só, por dever até de correção com V. Exª, dizer uma frase: eu, sinceramente, acho que essa votação, Sr. Presidente, é completamente desnecessária, porque cabe um direito ao Parlamentar de fazer o questionamento das testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Como vota o Senador José Pimentel?

Meu Presidente Paulo Teixeira, para me ajudar na tomada de votos. Meu querido Presidente Paulo Teixeira, corinthiano, chegou atrasado, então.

Como vota José Pimentel? *(Pausa.)*

Como vota Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o relator, pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do atual rito.

Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Já encaminhei pela mudança, respeitado o que diz a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, pela mudança do rito.

Senadora Vanessa Grazziotin? Ausente.

Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro, líder?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Delcídio? *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Souza? *(Pausa.)*

Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

O Senador Paulo Davim não está.

Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Pela manutenção do atual rito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, como vota V. Exª a respeito do rito?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Pelo rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do rito.

Agora, o Bloco da Minoria.

Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, se houvesse a possibilidade de distinguir os depoimentos que são essenciais, como o do Cachoeira, o do Cavendish, o do Pagot, de outros que são irrelevantes, eu votaria pela mudança do rito, só com relação a depoimentos essenciais. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se não é possível, voto pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Manutenção do rito.

Como vota o Senador Cássio? Ausente por motivo justificado.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Manutenção do rito, Flexa Ribeiro.

Como vota... Tem mais uma vaga.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, manutenção do rito. Completou lá.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cadê o Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, pela mudança.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Fernando Collor, como vota V. Exª?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do rito.

Senador Vicentinho Alves, voto conhecido. Defendeu a manutenção do rito.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela manutenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Não está.

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Completa o quadro de Senadores. Vamos ao quadro de Deputados.

Deputado Cândido Vaccarezza abre o quadro de Deputados.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Presidente, pela manutenção do rito, e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pela manutenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Leonardo Picciani. Voto conhecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do rito.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na orientação do nosso Líder do Senado, pela manutenção do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela manutenção do rito, Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado...

Ele está presente aqui. Chegou.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela manutenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio, pela manutenção do rito.

Desculpe-me, Domingos, você chegou e eu não o vi.

Deputado Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Desculpe-me. Toda vez eu me confundo.

Deputada Iracema Portella. *(Pausa.)*

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para mudar, Sr. Presidente. O Parlamentar não pode ser cassado no seu direito de inquirir, de questionar. A CPI está tomando uma decisão que está aviltando o direito de cada Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Foletto.

Agora sim, jovem e competente, desculpe-me, pela segunda vez, a confusão. Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, guardando coerência com a posição da semana passada, que foi fortalecimento da posição do Relator naqueles pontos que ele considerasse relevante para o bom encaminhamento da investigação, nós vamos acompanhar, o PSB vai acompanhar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço e renovo o pedido de V. Exª. Parabenizo-o pelo seu trabalho.

Deputado Miro Teixeira, voto conhecido, pela modificação do rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Modificação, não, Presidente. O que foi modificado foi aquele do dia do Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Voto conhecido...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu voto pelo que eu sustentei, que é o direito de nós fazermos perguntas a quem aqui chegar e o direito do depoente silenciar para não produzir prova contra si mesmo. Isso significa manter a decisão do Supremo Tribunal Federal e das nossas leis, sem casuísmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Miro. Ok, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como o Vice-Presidente colhe o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Miro é pela mudança.

Rubens Bueno, como vota V. Exª?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu voto pelo restabelecimento do rito regimental e legal e contra a mordaça aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa, como vota V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu já vi de tudo nesta CPI. O depoente tem o direito de recorrer ao Supremo para ficar calado. Agora, Parlamentar recorrer ao Plenário para ter o direito de ficar calado é a primeira vez que eu vejo na história desta Casa.

Voto pela mudança.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes. *(Pausa.)*

Protógenes. *(Pausa.)*

Meu Deus!

Protógenes. *(Pausa.)*

Jô Moraes. *(Pausa.)*

Peço ao Presidente Paulo Teixeira para proclamar o resultado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, enquanto a contagem é feita, posso pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos concluindo, a matemática de Paulo é rápida.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bem, muito obrigado.

Penso que o Presidente tenha pedido antes aqui.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Presidente pediu antes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Resultado:

Vinte SIM; 8 NÃO.

Mantido o rito procedimental.

Vou passar a palavra, pela ordem, a V. Exªs, pedindo dois minutos para cada um, impreterivelmente. Anuncio que vamos iniciar a segunda parte da nossa reunião administrativa já com os blocos que o Relator vai ler, de convocações.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixem ouvir...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É apenas para um esclarecimento mesmo. Vou ter que me ausentar. O Deputado Vanderlei Macris vai votar. Somos favoráveis à convocação do Cavendish, do Pagot e do Raul. Portanto, votaremos favoravelmente, e ele votará em meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

Senador Fernando Collor, com a palavra. Dois minutos. Peço aos senhores...Olhem, trabalhamos muito para esta reunião administrativa acontecer. Por favor. Se os senhores não me ajudarem para que essas convocações aconteçam de forma proativa, não vamos ter efetivamente resultados. Peço aos senhores que usem a sensibilidade.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu gostaria apenas de solicitar a S. Exª o Sr. Relator – mais do que solicitar, faço um apelo veemente – que considere, depois da reunião administrativa de hoje, a convocação do Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, da Subprocuradora, Drª Cláudia, e também do Sr. Policarpo Júnior, da Revista *Veja,* e do Sr. Roberto Civita. Isso tem razões fundamentadas. O Sr. Procurador-Geral da República concentra nas mãos da Subprocuradora Cláudia todos os processos que ali chegam com prerrogativa de foro. Todos os Srs. Parlamentares que têm prerrogativa de foro, caso tenham algum processo que ingresse no Supremo Tribunal Federal, ficam nas mãos e ao talante da vontade o Sr. Procurador-Geral da República, que utiliza isso como moeda de troca.

O Sr. Policarpo Júnior, por sua vez, ele e a Editora Abril são o que chamamos de *master mind* da organização criminosa. Nós somente chegaremos aos verdadeiros criminosos quando convocarmos esses dois. O Sr. Procurador-Geral da República está transformando a Procuradoria-Geral da República em muvuca de altíssima octanagem. E temos que impedir que isso aconteça. Pela maneira como ele vem se conduzindo, se fosse um promotor de primeira instância, já teriam as instâncias punitivas sido acionadas para que recebesse as reprimendas necessárias. Não podemos nos agachar nem à Procuradoria-Geral da República, nem tampouco à Editora Abril e à Revista *Veja* e a esse bando de criminosos que fazem editar esta revista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª a disciplina do tempo. Dois minutos, Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Na semana passada, o Bordoni, quando aqui veio, disse que sua filha Bruna teria recebido R$45 mil desta pessoa jurídica Adécio & Rafael Construções. Fizemos o pedido de afastamento de sigilo bancário dessa pessoa jurídica. Analisando os documentos da Delta, constamos que a Delta transferiu para essa pessoa jurídica, para esse CNPJ, R$13 milhões, R$13,333 milhões. Essa pessoa jurídica Adécio & Rafael, portanto, é uma das laranjas – mais do que laranjas, acerola – da Delta. Muito bem. Pedimos o afastamento do sigilo bancário dessa pessoa jurídica. No entanto, continuando junto ao gabinete as investigações sobre essa pessoa jurídica, na Receita Federal, essa pessoa jurídica possui outra razão social, ou seja, o CNPJ dessa pessoa jurídica não é dela, segundo a Receita Federal.

Isso mostra, Sr. Presidente, Sr. Relator, que teremos que estender o afastamento do sigilo bancário e solicitar informações à Receita Federal, porque o mesmo CNPJ possui duas razões sociais. Isso é importante porque é um indício grave de que houve fraude em relação a essa pessoa jurídica que pagou a filha do Bordoni e recebeu R$13 milhões da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro bloco...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, só um minuto, só um minuto, só um minuto, só um minuto. Agora não, espera aí. Só um minuto, só um minuto.

Primeiro bloco de votações: 11 requerimentos de convocação do Sr. Cavendish, seis requerimentos de convocação do Sr. Raul Filho, quatro requerimentos de convocação do Sr. Adir Assad, oito requerimentos do Sr. Pagot, um requerimento de convocação do Sr. Paulo Preto, cinco requerimentos do Sr. Juiz Paulo Moreira Lima.

Convite: um requerimento de convocação da Srª Andrea Aprígio.

Com a palavra o Sr. Relator para justificativas.

Votação simbólica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, proponho, então...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero pedir, Sr. Relator, que se acrescente convite ao Cachoeira e à senhora dele, na forma que já conversamos. *(Pausa.)*

Convite. Explicarei, se for... *(Pausa.)*

Convite, porque, aí, ele poderá chegar aqui, se aceitar, e falar. Não poderá chegar aqui e se recusar a falar. Convite. Já conversamos e, se V. Exª puder...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Concordo com V. Exª, mas remeto essa discussão para a próxima reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...porque estou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator, o som está muito ruim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o Relator. Ele vai falar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu gostaria de ter em minhas mãos cópia desse requerimento distribuído aos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, solicito que distribua...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está nas suas mãos, Macris.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, quero apenas, cumprimentando os ilustres Pares, dizer o seguinte: no que diz respeito à proposta do ilustre Deputado Miro Teixeira, estamos encaminhando uma proposta.

Vamos fazer três blocos de votação: convocações, quebras de sigilo e providências. No bloco de providências, além de uma série de providências solicitadas pelo Senador Randolfe, estamos incluindo uma proposta do Deputado Pitiman, que é de um grupo de três Parlamentares, para irmos ao presídio, numa diligência, no sentido de promover um diálogo com o Sr. Carlos Cachoeira e tirar dele a disponibilidade de falar nesta CPMI. Num futuro, numa próxima reunião administrativa, poderíamos aprovar uma convocação ou mesmo um convite.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí, peço pela ordem, porque essa questão de tirar uma comissão exige uma discussão à parte. Sou radicalmente contra, o que não quer dizer que eu esteja certo. Agora, é preciso discutir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No momento adequado...

O som está baixo.

Em relação às ponderações do Senador Fernando Collor, vamos tratá-las na próxima reunião administrativa. Trato o tema com V. Exª.

Presidente, estamos encaminhando uma votação em bloco dos Requerimentos. Requerimento nº 7, do Deputado Onyx Lorenzoni, que convoca o Sr. Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AL) – Presidente, Sr. Relator, só perguntar a S. Exª se não seria o caso de incluir o requerimento de minha autoria de solicitação dos vídeos apreendidos na Operação Monte Carlo diretamente à Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse requerimento já foi feito e foi aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, só um minuto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 7.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Solicito a convocação do Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, do ilustre Deputado Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado. De igual teor, os Requerimentos nºs 44, V. Exªs poder seguir na pauta, 84, 103, 136, 154, 159, 166, 170, do Deputado Maurício Quintella, 370, do Senador Randolfe, e 475.

Até aqui, Sr. Presidente, todos os requerimentos convocando o Sr. Fernando Antônio Cavendish.

Requerimento nº 487, convocando o Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, Tocantins; de igual teor, o 641 do Senador Alvaro Dias; o 642, de igual teor, do Deputado Rubens Bueno; 666, de igual teor, do Deputado Paulo Teixeira; o 681, do Deputado Carlos Sampaio; o 659 do Senador Randolfe.

É isso, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Não, Sr. Presidente....

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quinhentos e dezesseis, seja intimado, para depor perante esta CPI, na condição de testemunha, o Sr. Adir Assad. Do ilustre Deputado Luiz Pitiman. De igual teor, o Deputado João Magalhães, o 536; o 637, de igual teor, do Deputado Filipe Pereira; de igual teor, do Senador Alvaro Dias, o 644.

Ainda, Sr. Presidente, convocando o Sr. Luiz Antônio Pagot, o 021, dos ilustres Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado; de igual teor, o 67, dos Deputados Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio, Rogério Marinho; o 078, do Senador Randolfe, de igual teor; de igual teor, do Deputado Rubens Bueno, o 111; o 141, do Senador Alvaro Dias; o 288, do Deputado Maurício Quintella; o 476, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado; o 501, do Deputado Filipe Pereira.

O 522 requer a convocação do Sr. Paulo Vieira de Souza, do Deputado Rosinha; de igual teor, do Deputado... *(Pausa.)*

Não.

Passamos agora, Sr. Presidente, para convites.

Nós detectamos aqui vários Parlamentares querendo convidar o Juiz Paulo Augusto Moreira, ex-titular da 11ª Vara da Justiça Federal: o 620, para convite, do ilustre Deputado Rubens Bueno e Senador Pedro Taques; de igual teor, o 622, do Senador Alvaro Dias; de igual teor, do Deputado Paulo Teixeira, o 624; de igual teor, o 626, do Senador Randolfe Rodrigues; o 664, do Senador Wellington Dias.

O 470, do ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, que convoca a Srª Andréa Aprígio de Souza.

É o que propomos como votação em bloco, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os senhores me deixam falar? Se os senhores me deixarem falar, para eu ordenar os trabalhos, eu vou ouvi-los. Primeiro, a Presidência fala...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senão, não organizamos essa bagunça.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Temos aqui um bloco. Eu vou pôr esse bloco em votação. Teremos a discussão desse bloco. Eu vou ouvir, pelo Regimento Interno, a presença da Câmara dos Deputados, dois, defendendo, um a favor e um contra; pelo Senado, dois, defendendo o bloco, um a favor e um contra. Os senhores se inscrevem e o Deputado Paulo Teixeira vai colher a presença dos senhores, favorável a esse bloco de convocação do Relator.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu quero me inscrever. Macris.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não os estou vendo. Quem os está vendo é o Relator.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou com a palavra. A Presidência está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. A Presidência está com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quando V. Exª terminar de falar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. A Presidência está com a palavra.

Depois do bloco, absolutamente fiel ao Regimento, eu vou para o encaminhamento. E, no encaminhamento, o Deputado Paulo Teixeira vai colher um da Câmara e um do Senado, a favor do encaminhamento do bloco do Relator. A favor do encaminhamento do bloco do Relator. A favor e contra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PB) – Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência está com a palavra. Por favor!

Os senhores têm de se nominar aqui ao Sr. Vice-Presidente.

Eu vou ler os nomes, novamente. Depois, ouvirei os senhores todos para esclarecimentos. Esclarecimentos, por favor.

Os requerimentos deste bloco são: 11 requerimentos convocando o Sr. Cavendish; 6 requerimentos convocando o Sr. Raul Filho; 4 requerimentos convocando o Sr. Adir Assad; 8 requerimentos convocando o Sr. Pagot; 1 requerimento convocando o Sr. Paulo Preto; 5 convites ao Sr. Juiz Paulo Moreira Lima; 1 requerimento à Srª Andréa Aprígio.

Os senhores já sabem. Então, eu vou ouvi-los. Não me perguntem aquilo que já sabem, por favor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou inscrito para defender a convocação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, um esclarecimento sobre o bloco que eu quero solicitar ao Relator. Um esclarecimento ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou dar a palavra a todo mundo, mas, agora, eu só posso dar a palavra a um, um por um.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu peço a V. Sa. porque fiz o requerimento de preferência e quero argumentar desse requerimento de preferência que está sobre a mesa. E, como bem diz, é de preferência sobre aquilo que está para ser votado. Isso pode ser absorvido pelo Sr. Relator, já que converso com ele há várias semanas porque, para mim, é incompreensível se trazer aqui o Sr. Fernando Cavendish e não se trazer aqui o Sr. José Augusto Quintela e o Sr. Romênio Marcelino Carvalho. Por quê? Porque os dois eram sócios da empresa Sigma e esta empresa e o Sr. Cavendish – essas duas pessoas – tiveram um conflito importante, que chegou, inclusive, à mídia brasileira.

Então, eu quero fazer um apelo ao Sr. Relator, no sentido... para que isso...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os requerimentos de preferência de V. Sª estão sobre a mesa e nós poderemos votar, e há requerimentos de preferência também do Relator para votação em bloco, o bloco dele.

Estou imaginando que – e V. Exª tem sido um colaborador desta Presidência – de forma a objetivar... todos nós queremos essa convocação e V. Exª, mais do que ninguém, eu posso atestar, lutou muito por essas convocações.

V. Exª sabe disto, que eu tentei, com V. Exª chegar a esse consenso. Se não é o ideal que V. Exª imagina ser, como V. Exª está pedindo a preferência, eu imagino que este primeiro bloco nós deveríamos alcançá-lo agora e lutarmos pelas outras convocações que estão por vir. Isso é o que eu imagino.

Se V. Exa. atravessa o requerimento de preferência agora, há também um requerimento de preferência do Relator para votar o bloco dele. Aí vamos atrasar essa votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu não quero criar nenhuma votação do bloco...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho certeza disso, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tenho identidade com 90% do que o Sr. Relator vem fazendo e tenho expressado isso aqui. Agora, eu queria que V. Exª me permitisse o seguinte: votado o bloco, que se vote, então, o requerimento de preferência para que a gente pudesse....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Transformo o requerimento de V. Exª em inclusão de pauta para que a gente possa apreciá-lo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k. E aí nós votamos e, se a maioria julgar que tem que trazer o pessoal da Sigma, está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª e recebo o requerimento de inclusão de pauta de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, não falem ao mesmo tempo, porque eu não tenho a percepção auditiva de ouvi-los todos ao mesmo tempo, porque são 64, fora toda a assessoria, a mídia, que estão aqui.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Deus deu a todos nós duas orelhas e uma boca, para ouvir mais do que falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas eu não consigo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu quero pedir a V. Exª uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para votação em separado do Requerimento nº 522. Vou encaminhar à Mesa uma questão de ordem a respeito desse Requerimento nº 522.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, está faltando um requerimento nesse bloco. Para que o Sr. Relator possa se apresentar com isenção diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele não pode deixar de incluir nesse bloco o Requerimento nº 574, que convoca o Sr. Felipe, tesoureiro da campanha do Partido dos Trabalhadores.

Se há inclusão do requerimento do Sr. Paulo, não há por que não incluir o Sr. Felipe.

Ambos foram citados numa mesma matéria, mas de forma diferente, inclusive, eu estou fazendo um apelo, Sr. Presidente, para que se inclua nesse bloco o requerimento que convoca o Sr. Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu recebo a questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro. Peço a assessoria para fazer a análise e passar para mim a fim de que eu possa decidir. E recolho a questão de ordem de V. Exª, Senador Alvaro Dias, e passo à avaliação do Relator, que, com esta Presidência, formulou o bloco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu defendo o bloco porque, se nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Melhore o som, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... tendo como base, para a convocação do Sr. Pagot, a matéria da revista *IstoÉ*, de 1º de junho de 2012.

Ocorre, Presidente, que, nesta matéria, o Sr. Pagot imputa ao Sr. Paulo Preto a prática de um crime. Não quero aqui fazer juízo de valor se ocorreu ou se não ocorreu. Isto a investigação vai apontar.

No caso do Deputado Filippi, não há imputação a ele de prática de crime.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou encaminhando contrariamente.

Se o Sr. Pagot, vir a esta CPMI imputar práticas de crimes em relação ao Deputado José De Filippi ou a outras pessoas, nós vamos analisar. Agora, no caso do Paulo Preto, há uma imputação de crime nessa matéria. Então, se é para nós chamarmos todo mundo, nós vamos chamar todo mundo nessa matéria que há acusação de crime.

Por isso, encaminho contra a inclusão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Indeferida a questão de ordem.

Vamos à frente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou passar a palavra a ninguém no grito. Por favor...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há uma clara inclinação do Sr. Relator nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

Os senhores vão terminar sem votar o bloco. Os senhores vão terminar sem votar esse bloco. Depois, não achem ruim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há crime eleitoral configurado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há crime de improbidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo.PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Há crime de improbidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, quero inclusive pedir a V. Exª, já que há um conjunto de requerimentos, para que nós abríssemos inclusive como a própria orientação que V. Exª deu no início, para os encaminhamentos e a defesa. Um em cada caso. Portanto, ficaria exatamente nesse sentido, inclusive para fazer a minha intervenção da defesa dos requerimentos que nós deveríamos votar hoje. Se for este o encaminhamento, quero me inscrever para fazer a defesa dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem encaminha a favor do bloco? *(Pausa.)*

Domingos encaminha a favor? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Estou na mesma linha do esclarecimento. Estou aguardando que o senhor me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira encaminha a favor? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só que o meu esclarecimento deve ser antes dos encaminhamentos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de esclarecimento.

Vou passar a palavra ao Paulo Teixeira para que possa notificá-los a respeito dos inscritos e os senhores arrumarem aí aliança para os inscritos.

Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Sr. Relator, peço a sua atenção. Deputado Ônix, eu estou me dirigindo ao Relator por uma questão extremamente relevante.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu peço, por gentileza... Sr. Relator, nós já tivemos alguns embates. E hoje, vendo a proposição de V. Exª com relação a um bloco, dentre eles vários nomes pelos quais temos, ao longo dos últimos dias, solicitando, de maneira insistente, a convocação, tivemos o sentimento de que iríamos caminhar para um tratamento isonômico, para um tratamento equilibrado, justo nesta CPMI.

Porém, Sr. Relator, a questão de ordem apresentada pelo Senador Alvaro Dias, e que eu já vinha desejando apresentar, vai no mesmo sentido, mas, agora, de maneira mais veemente diante da resposta que V. Exª deu que não atende em nada o princípio da isonomia.

Eu vou aguardar o relator atender à assessoria dele, porque, para mim, isto é extremamente relevante. Ou nós temos um tratamento isonômico, de maneira clara, ou nós não somos uma Comissão Parlamentar séria. Eu aguardo a assessoria, e espero que ela respeite a intenção de o Parlamentar indagar ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, conclua.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PMDB – MG) – Veja bem: V. Exª, Sr. Relator, acaba de dizer que entendeu que deve ser convocado o Sr. Paulo de Souza, que também está sendo tratado pela alcunha de Paulo Preto, porque, de uma entrevista dada à revista *IstoÉ*, V. Exª entendeu que, na entrevista,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, qual é a questão de ordem desse senhor?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ...há uma propositura de que haja, ali, indicativo, ou indício, ou possibilidade de crime.

Pois bem, na mesma entrevista, a mesma pessoa, o Sr. Pagot, faz uma referência que é absolutamente indicativa de possibilidade de crime, quando diz que o Sr. José De Filippi solicita, portanto, ele faz, ali, uma ação que é crime de improbidade administrativa, sim: solicitar que uma autoridade que autoriza despesa, que autoriza empenho, que trabalha com o dinheiro público, indique nomes e empresas para contribuírem para campanha.

Portanto, é algo que precisa ser investigado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) –... e o tratamento de V. Exª deve ser dado com isonomia.

Não temos nada contra chamar o Paulo de Souza, mas não é justo que chame o Paulo de Souza, porque ele é citado numa entrevista, e não se chame o José De Filippi.

Então, faça o tratamento isonômico, para V. Exª não incorrer na suspeição de que está sendo parcial.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos lá. Eu tenho... Paulo Teixeira, por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Deputados, já ficaram escolhidos dois Srs. Deputados, por escolha entre eles.

Favoráveis ao bloco, o Deputado Silvio Costa e o Deputado Miro Teixeira.

Contrário, que se inscreveu para falar contrário ao bloco, o Deputado Vanderlei Macris, somente ele, ninguém mais como Deputado.

Dos Senadores, para falarem favoráveis ao bloco, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe e o Senador Walter Pinheiro. Então, nós pedimos que os três se coloquem em entendimento, para que dois sejam escolhidos.

Contrários, não há qualquer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu me inscrevo, então.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Senador Alvaro Dias.

Só o Senador Alvaro Dias?

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Alvaro Dias e Senador Flexa Ribeiro.

Como nós precisamos de um entendimento, sugiro, Presidente, se o senhor puder começar pela Câmara, Silvio Costa, Vanderlei Macris e Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela Câmara, três minutos, Silvio Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, na verdade, eu não vou nem, aqui, falar da necessidade de convocar o Cavendish, porque isso aí é uma apoteose ao óbvio. Vamos convocar Cavendish, sim.

Agora, por que convocar o Sr. Paulo Preto? É muito simples.

Eu quero deixar claro aqui, sobretudo à Oposição: eu sou um Deputado da base do Governo, mas tenho votado sempre, aqui, procurando buscar uma sinergia com a opinião pública.

Nós estamos convocando, aqui, o Sr. Pagot – e vamos convocá-lo, sim – porque o Sr. Pagot liberou bilhões, quando estava no Dnit, para a Delta.

Pois bem, no Governo Serra – Serra –, R$750 milhões – R$750 milhões –, os contratos foram feitos com a Delta.

Eu não estou entendendo esse medo do PSDB. Eu não estou entendendo esse medo do PSDB. O PSDB tem de ter um comportamento único. Convocar Paulo Preto é tão importante quanto convocar Pagot!

Não é questão de politizar. Eu nunca recebi, aqui, telefonema de Ideli Salvatti, de Gilberto Carvalho, de qualquer pessoa do Governo pedindo, aqui, para controlar a CPI, até porque se o Governo quisesse controlar a CPI, esta CPI não teria tido 367 assinaturas.

Agora, quem está com medo, aqui, é parte da Oposição.

Por exemplo, Sr. Presidente, eu estou achando meio estranho esse acordão que fizeram lá atrás. Meio estranho!

É uma coisa para proteger o Sr. Cavendish, ou seja, os depoentes vão ao Supremo para ficarem calados. Agora, os Parlamentares recorreram, Senador Pedro Simon, ao Plenário, para terem o direito de ficarem calados.

Isso não existe! Isso é uma piada! Eu, inclusive, vou recorrer ao Plenário do Congresso para acabar

com essa história aqui de a gente ficar calado. Isso não existe.

Agora, o PSDB tem que dizer o seguinte: eu estou com medo de convocar Paulo Preto. Está com medo por quê? Se não tivesse motivo nenhum para convocar Paulo Preto, só o medo do PSDB já era motivo.

Então, o Sr. Paulo Preto deve, sim, explicações ao País. A Delta teve quase R$1 bilhão em obras em São Paulo, R$750 milhões dos quais no Governo Serra. E isso não é politizar; isso é dar as explicações que o Brasil precisa ouvir, as respostas de que o Brasil precisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vamos convocar todo mundo. O Pagot, que pagou... O Pagot pagou ao Paulo Preto. Vamos convocar o Pagot, o Paulo Preto, Paulo Branco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...o Cavendish, todo mundo.

Voto a favor da convocação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Silvio Costa.

Para fazer a defesa contrária ao bloco, passo a palavra, por três minutos, ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não vou levar em conta o que falou o Deputado que me antecedeu porque sou do PSDB. Acho que não vale a pena nenhum tipo de resposta às questões colocadas pelo Deputado que me antecedeu. Não vale a pena. Até porque aqui a gente pretende um trabalho sério. O que a sociedade quer lá é total e absoluta investigação desse fato. O fato é uma organização criminosa que atuou junto ao Poder Público para obter vantagens. Estão presos muitos deles, outros estão sendo julgados e esta CPI tem o direito e a obrigação, diante dos interesses da sociedade, de investigar detalhadamente todos os fatos.

O que eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, e me posicionei para falar contra o requerimento, porque aqui não é possível você falar, você não tem condições de falar praticamente nesta Comissão, mas assim eu teria o direito... Por que esta minha manifestação? O que acontece? O bloco estabelecido pelo Sr. Relator nós temos plena consciência de que ele está absolutamente correto. É, sim, o número de pessoas que têm que ser chamadas. Mas está faltando uma peça nesse jogo. Está faltando uma peça nesse jogo, e é isso que eu queria dizer aqui aos Srs. Parlamentares da base do Governo e a alguns que falam pelo Governo contra o meu Partido, que são porta-vozes do Governo aqui contra o meu Partido, que se dizem vestais da ética e falam contra o meu Partido: todos aqui precisavam ver que está faltando uma peça nesse jogo.

A revista *Istoé* que publicou a matéria onde o Sr. Pagot é acusado, ou ele fala do envolvimento de interesses, de ações de governo para interesses eleitorais, aqui essa peça está faltando. É a presença do Sr. José De Filippi. Não há, de nossa parte, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, nenhuma preocupação em convocar ninguém dos que estão aí, diferentemente dos que me abordaram há poucos instantes. Não há nenhuma dificuldade do PSDB em convocar todos que estão aí. Mas seria injusto, não seria isonômico. E aí, sim, se procede a uma tendência de interesse político nesta Comissão quando não se convoca o Sr. José De Filippi, que praticou, sim, improbidade administrativa, um ato contra os princípios da moralidade pública, que é o caso de ele ter procurado o Sr. Pagot para obter de mais de quarenta empresas interesses de contribuição de campanha para a Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Macris. Ok, Macris, conclua.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, para concluir, se me permite: o uso do cargo público do Sr. Pagot para obter recursos em favor de campanha do PT, o Sr. José De Filippi, tanto quanto o Sr. Paulo Preto, tem que estar sentado aqui para falar também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso não é isonomia, isso é tendência política de interesse apenas político-eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) Ok, Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quero deixar registrada essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra por três minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente, para me inscrever pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quando terminar a votação, vamos passar para a Liderança.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A qualquer momento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. A Presidência vai ordenar os trabalhos.

Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas V. Exª vai cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou cumprir o Regimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer. PR e PSDB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela liderança.

Sr. Presidente, não é um contra e um favor? Falou agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É, estou invertendo. Estou invertendo. Depois vem Miro. Pode falar. Três minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não estou entendendo essa lógica de que falou um contra e um a favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra, Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Está bom, Presidente.

Eu não vou me preocupar com essa estratégia. Porem, para mim fica muito claro o seguinte: o Sr. Relator está tentando ignorar o óbvio. E eu não vou deixar de me referir ao que falou o Deputado Silvio. É um absurdo ele vir aqui com esse arroubo dizer que o PSDB está com medo. Eu não vi ninguém do PSDB se posicionar contra a convocação de nenhum dos nomes que aí estão. Não é essa a questão. Pelo contrário, nós estamos nos batendo desde o início para que esta Comissão trabalhe com transparência, com clareza. E aí fica evidente que quem quer esconder alguma coisa e usa do subterfúgio de vir com uma conversa de que há indícios de acusação de crime contra um e não há contra outro, na mesma entrevista da revista *IstoÉ*! Ora, o Brasil inteiro está assistindo a isso, Sr. Relator. Salta aos olhos que, ali, a referência feita pelo Sr. Pagot a duas figuras, ao Sr. Paulo "Preto", ou Paulo de Souza, e ao Sr. José De Filippi, são duas afirmativas que precisam ser investigadas. É absolutamente tendencioso, para não ser mais duro com V. Exª nas minhas colocações.

Portanto, quando eu me posiciono contra o bloco, não é porque eu não queira que convoque o Sr. Cavendish, o Sr. Pagot e etc. Quero que convoque todos. Sou a favor de todos. Sou contra você fazer um bloco e incluir um nome em razão de uma entrevista, apenas em razão de uma entrevista, e, na mesma entrevista, outro nome é citado, ligado ao PT, e o Sr. Relator faz ouvido de mercador agora, ignora, não quer saber.

Ora, essa não é uma postura ética, no meu entendimento. Portanto, eu insisto, Sr. Relator, acrescente o nome do Sr. José De Filippi a esse bloco e pacificamos todo o debate. Votaremos todos, e acredito que por unanimidade. Mas ficará uma mácula nesta CPMI. Ficará mais uma vez comprovado que ela tem uma postura de chapa-branca, que ela não é CPMI para investigar o Governo, é para perseguir. E essa não é uma postura séria numa república democrática.

Portanto, Sr. Relator, eu insisto, em nome da sua história, em nome do espírito de Minas, que já invoquei aqui em outro momento: tenha a postura ética de tratar com isonomia e não com partidarismo. Eu insisto nisso. É uma única entrevista que deu origem à motivação do requerimento para chamar o Sr. Paulo de Souza, e a mesma entrevista faz referência ao Sr. José De Filippi, ambos usando da estrutura pública para interesses que não são públicos e nem legítimos. Portanto, que o senhor incluía o Sr. José De Filippi. É essa a minha posição, Sr. Presidente.

Fora isso, nós do PSDB somos a favor de convocar todos. O PSDB não está escondendo nada, não está com medo de nada. Pelo contrário, queremos que venha o Sr. Paulo de Souza, queremos que venha Cavendish, que venha Pagot e que venha José De Filippi. Por que escondê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Silvio Costa trouxe aqui uma abordagem fantástica do que se passou momentos atrás. O Deputado sintetizou aquele momento em que parlamentares votaram pelo silêncio, pelo próprio silêncio, reconhecendo, claro, como não poderia deixar de ser, o direito constitucional de os depoentes silenciarem para não se incriminarem, mas impondo aos parlamentares... Quanto aos depoentes, o direito de silenciar. E quanto aos parlamentares, a imposição do silêncio. Parabéns, Deputado.

E aqui, nesta discussão, eu apoio a lista do Relator neste momento. Vamos mergulhar na pior discussão, Senador Pedro Simon, porque parece que todos têm razão. Parece que todos têm razão. E a maneira como está sendo encaminhada esta discussão nos remete a não resolver nada.

Então, a minha proposta é no sentido de que nós votemos logo a lista do Relator. O rol do Relator. Eu subscrevo e peço aos companheiros que têm participado de reuniões das quais eu participo também, sobre esta CPI, que apóiem esse requerimento de preferência do PSDB para incluir o tesoureiro do PT também em votação subsequente. E, aí, todas as posições estarão contempladas com o nosso apoio, com o apoio de pessoas que não são alinhadas nem com o PSDB nem com o PT. Então, podem preparar o requerimento

de preferência e nós vamos pedir ao Presidente que adote, sim, essa posição de conciliação pela lei, de conciliação regimental. Que se dê oportunidade de a Comissão deliberar imediatamente. Votaremos logo a lista do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro, eu vou pedir à Liderança do PSDB, para tentar ser produtivo e eficiente nesta Comissão. Produtivo e eficiente. Produtivo e eficiente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eles encaminhariam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Votarmos em bloco. E a Liderança do PSDB faz um requerimento de inclusão de pauta do tesoureiro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para votar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E aí eles vamos votar agora, imediatamente depois, como vou votar o requerimento de inclusão lá. Que tal os senhores terem um mínimo de lucidez?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está bom. Fechado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O requerimento já está sobre a mesa, Presidente. Está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está sobre a mesa. Então, faremos isso, ao invés de ficar aqui discutindo o que nós poderemos definir em voto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seu objetivo é incluir no bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos resumir a nossa votação no bloco do Sr. Relator e aí...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É que se não discute não vota.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O bloco já está pronto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou encerrar. Já fizemos outra sintonia. Votamos o bloco e votamos. Senão sempre haverá especulação de que não querem votar o bloco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, art. 14

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu incluo, imediatamente, tanto o requerimento do Onyx quanto o requerimento da Liderança do PSDB, imediatamente após. Eu incluo imediatamente após o requerimento da Liderança do Democratas e o requerimento da Liderança do PSDB. Posso votar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o compromisso de aprovar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah! Eu tenho compromisso...

(Tumulto no recinto.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu fui citado. Por favor. Art. 14. Eu fui citado!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso votar? Posso chamar nominalmente, Pedro?

Posso votar simbolicamente o bloco?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu estou inscrito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está inscrito? Eu respeitarei as inscrições. Eu quero ser produtivo, mas eu respeito as inscrições.

Senador Alvaro Dias com a palavra. Depois, Flexa...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é evidente que nós somos favoráveis à convocação de todos os que estão incluídos neste bloco. Com o que não concordamos é que se adote na CPI dois pesos e duas medidas. Afirmar que Paulo é citado por Pagot e desconhecer que De Filippi é citado por Pagot é contraditório, não é sério, não é correto. É escamotear, Sr. Presidente. Olha o que a revista *IstoÉ* publicou sobre o que diz Pagot:

Foi apresentado a De Filippi, que lhe pediu ajuda para passar o papel entre as empreiteiras. Dias depois, revelou, os dois voltaram, a se reunir no Dnit, onde Pagot lhe apresentou uma lista com cerca de 40 empreiteiras médias e grandes que tinham contrato com o órgão. Depois, aparecem quinze dessas empresas no declaração do PT à Justiça Eleitoral, com a doação de dez milhões de reais.

Portanto, Sr. Presidente, há aqui crime, captação ilícita de recursos, utilização da máquina pública para a captação de recursos. A manchete que pede aqui o Senador Flexa: "Arrecadação petista. de acordo com Pagot, o tesoureiro do PT, José De Filippi pediu para ele arrecadar junto às empreiteiras." Captação ilícita de recursos, Lei nº. 11.300; Lei nº 9.504, ilícito eleitoral, cassação de registro e diploma de candidato é a consequência.

Dois pesos e duas medidas não, Sr. Presidente. Não, Sr. Relator. O PSDB não está com medo de ouvir quem quer que seja. Ao contrário, nós queremos ouvir. O que nós não queremos é que esta CPI se transforme num aparelho político-partidário, com orientação destinada a poupar pessoas que se envolveram, sim, em ilícitos que foram praticados, sim, na esteira desse esquema do Cachoeira. Nesse caso está a Delta, com doações à campanha do PT de mais de R$1,15 milhão, segundo a imprensa veiculou, declarado na Justiça Eleitoral. E nós estamos nos referindo apenas àquilo que foi declarado, Sr. Presidente.

Portanto, não há razão para não se incluir no bloco o Sr. José De Fillipi. Eu acredito no Presidente, o compromisso foi assumido, e nós voltaremos em seguida. Aí, sim, veremos quem tem medo. Espero que ninguém tenha medo e que todos aprovem a convocação do Sr. De Fillipi. O PSDB vai voltar favoravelmente aos requerimentos em bloco, mas nós queremos também o apoio do PT, do PMDB, de todos os partidos para a convocação do Sr. De Fillipi.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estou com os dois requerimentos, o do Democratas e o do PSDB, sobre a mesa. Colocá-los-ei imediatamente após a votação do bloco.

Com a palavra o Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MG) – Sr. Presidente, todo cidadão tem o dever de auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, nós precisamos ouvir aqueles que têm informação; que eles a tragam a esta CPMI.

Não há que se falar na não oitiva do Pagot, porque ele era Diretor do Dnit. O Pagot quer falar. Ele já disse isso em várias revistas. Ele já mandou recado a esta CPMI que quer falar.

Não há como nós não ouvirmos o Fernando Cavendish, que disse que compra Senador da República por R$6 milhões, e R$30 milhões levam Senadores em conjunto. Nós precisamos ouvir esse cidadão, que recebeu quase R$4 bilhões da União em um determinado período.

Esta CPMI se desmoraliza se não ouvir esses dois cidadãos. Precisamos, sim, ouvir esses e outros citados no bloco, porque aquela empresa de São Paulo que recebe dinheiro da Delta, essa pessoa jurídica também lava dinheiro para outras empreiteiras.

Agora, Sr. Presidente, "pau que bate em Chico bate também em Francisco". Não há que se falar em esconder quem quer que seja. Nós precisamos ouvir todo cidadão que tenha a contribuir com esta CPMI.

Por isso eu defendo que essas pessoas citadas nesse bloco, às quais já me referi, sejam ouvidas por esta CPMI. E vou concordar com que o De Fillipi também seja ouvido. Nós estamos votando nesse bloco.

Concordo inteiramente: a CPMI vai se desmoralizar se não ouvir o Pagot e o Fernando Cavendish, porque, daqui a pouco, Sr. Presidente, nós vamos ouvir o cabeleireiro da mulher do Cachoeira; vamos ouvir o cidadão que faz a comida na casa do Governador de Goiás e não vamos ouvir os principais personagens desta CPMI.

Por isso voto favoravelmente a esse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu gostaria que o Relator, o Deputado Odair Cunha, estivesse aí, para que a gente pudesse contrapor a lógica ilógica do Relator.

Quero, primeiro, contrapor o que disse o Deputado Silvio Costa. O Deputado Silvio Costa saiu com uma lógica de argumentar sobre a necessidade de se convocar aqui o Sr. Paulo Preto, porque a empresa Delta teria recebido no Governo de São Paulo R$700 milhões em obras do governo que não têm nada a ver com a questão da CPMI. Então, seria necessário, seguindo o que disse o Deputado Silvio Costa, chamar todos os Estados com os quais a empresa Delta teve contrato. Não é só com São Paulo. São 23, pelo menos é o que diz a mídia brasileira. São 23 Estados da Federação com os quais essa empresa fez contrato. Então, chamemos todos.

Não podemos ter aqui uma CPMI partidária. Nós temos que ter uma CPMI que tenha o princípio de apurar as irregularidades que ocorreram. E o que estou vendo aqui é que essa é uma luta política e, agora, eleitoral. Do Deputado Rosinha é o único requerimento. Os outros têm dez, oito, cinco, seis. E, lamentavelmente, o Deputado Rosinha quer trazer o Estado de São Paulo para a CPMI nas vésperas de uma campanha eleitoral.

O Relator Odair Cunha saiu, porque eu disse a ele que eu ia falar sobre ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não! Eu estou aqui!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Onde V. Exª está? *(Pausa.)*

Relator, acho que V. Exª ainda não aprendeu a ler, lamentavelmente, porque V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que tenha uma atitude mais urbana, mais parlamentar. Por favor, peço para V. Exª retirar o que disse, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu retiro, eu retiro!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Flexa! V. Exª chegou hoje à CPMI.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª chegou hoje à CPMI, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já está atendido V. Exª, Sr. Presidente.

V. Exª fez referência a uma matéria da revista *Istoé*, dizendo que o tesoureiro da campanha do PT não estava citado. Há manchete, há chamada de matéria aqui: "Arrecadação petista". V. Exª leu isto aqui? Ou não leu? Deveria ter lido!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está concluído o seu tempo, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Exª, ao dizer que não há nada aqui que diga respeito ao José De Filippi, não está correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não! Eu não deixo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Deputado Odair Cunha, V. Exª está aqui numa missão partidária. Eu lamento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa, concluiu o seu tempo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu concluo. Eu lamento isso. Há um termo de ajuste de conduta com respeito aos aditivos do Rodoanel...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Flexa, já concluiu seu tempo! Por favor!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu já vou concluir. Peço a V. Exª um minuto.

Isso foi, inclusive, aprovado pelo TCU, pela Procuradoria da República Federal.

Então, V. Exª está trabalhando partidariamente. Diferentemente do seu chefe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Diferentemente do seu chefe, que morde a canela dos adversários, V. Exª está mordendo a consciência dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Lembre-se disso! V. Exª é muito jovem e está denegrindo a sua biografia!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª pela votação desse bloco. Quero cumprimentar a direção desta CPMI pela medida de apresentar esses senhores que vamos convocar daqui a pouco.

Eu diria, Sr. Presidente e Sr. Relator, que hoje é o dia mais importante para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque, na data de hoje, com essas convocações que vamos votar...

Sr. Presidente, eu não estou conseguindo me ouvir.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Essas convocações, daqui a pouco, nós as aprovaremos, como a convocação do Sr. Cavendish. Por inúmeras razões, já está comprovada sua relação com a organização contraventora do Sr. Carlos Cachoeira. Veja que, na conta da Delta na Caixa Econômica Federal, pelo menos R$50 milhões do R$1 bilhão que lá foi arrecadado foram destinados às empresas Alberto & Pantoja e Brava. Cada um dos personagens que surgem nesta CPMI se relacionando com o Sr. Carlos Cachoeira tem uma interface com a empresa Delta. O Sr. Carlos Cachoeira negocia com o Prefeito de Palmas contratos da empresa Delta. Depois, na gestão e no exercício do governo do Prefeito de Palmas, há a transferência da Prefeitura de Palmas de pelo menos R$36 milhões, em um ano, no ano de 2008, para a construtora Delta, e, no outro ano, houve a transferência de outros R$102 milhões.

Então, a convocação do Sr. Cavendish era inevitável, irreversível. Se, no dia de hoje, não convocássemos o Sr. Cavendish, não convocássemos o Sr. Luiz Antônio Pagot, não convocássemos o Sr. Prefeito de Palmas, nós sepultaríamos esta CPMI.

Para concluir, quero dizer que sei que há uma disputa política entre PT e PSDB, que pode ser equacionada aqui. Acho que têm de ser convocados todos aqueles que foram citados. Tem de ser convocado o tesoureiro do PT, tem de ser convocado o Sr. Paulo Preto, todos os que foram citados. Mas o melhor encaminhamento... Tem de ser convocado o Vereador do PSOL, do PSTU, de qualquer partido.

Aliás, Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª...

Estou falando, Deputado Silvio.

Desconte do meu tempo, Presidente.

Eu queria solicitar de V. Exª, eu já solicitei aqui no último dia 30, urgência na convocação do Sr. Vereador Elias Vaz. Quero reiterar o pedido de urgência para, se possível, semana que vem, nós possamos ouvir aqui o Vereador Elias Vaz. Ninguém tem nada a temer. Ninguém tem o que dever nesta CPI. Esta CPI tem que bater doa em quem doer, seja em Chico, seja em Francisco.

Cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.k.* Só um minuto, só um minuto, Vaz. Deixa eu só ordenar aqui os trabalhos aos senhores.

Eu vou votar simbolicamente o bloco agora; depois tenho a relação, aqui, de Líderes inscritos; depois eu tenho aqui os dois compromissos que fiz com V. Exªs da inclusão dos requerimentos dos Democratas. Aí os senhores vão... Antes dos Líderes. Eu peço inclusive antes dos Líderes, porque Vaz estava me pedindo a palavra e eu respeito muito ele, e ele me ajuda muito, mas aí os Líderes podem esperar para depois. Mas eu tinha que ser justo e regimental. Simbolicamente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª vou responder.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem que ser nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou responder. Nominal, nominal. Se os senhores querem nominal, vou fazer nominal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem de V. Exª vou responder agora. Questão de ordem de Vaz, por favor, para eu responder agora. Cadê a questão de ordem de Flexa?

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Sr. Presidente, é sobre votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes eu vou responder a questão de ordem sobre Flexa, por favor.

Sobre a questão de ordem suscitada por escrito pelo Senador Flexa Ribeiro, esta Presidência entende que há conexão entre os fatos determinados investigados pela CPMI, o requerimento de convocação do Sr. Paulo de Souza e esta conexão decorre das relações sobre a investigação e a empresa Delta, que foi objeto de novas denúncias do Sr. Pagot, cuja convocação consta no bloco sugerido pelo Sr. Relator Odair Cunha.

Nos termos da questão de ordem, encaminho ofício para a consulta da Comissão de Justiça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, segundo o art. 132, do Regimento Comum do Congresso Nacional, vou apresentar recurso para encaminhar a matéria à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 132.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça isso, e eu mando acelerar o recurso de V. Exª. Vou chamar agora nominalmente.

O SR. **JOÃO MAGALHÃES** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, inadvertidamente foi incluído no bloco de requerimento de convocação o Requerimento 536.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator já retirou.

Eu vou comunicar a V. Exªs que a votação anterior foi 19 a 7. Quem estava certo era o nosso Vice-Presidente. A Consultoria equivocou-se.

Cadê a lista? Chamando: Senador José Pimentel, como vota V. Exª?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "sim" ao bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Sim, Presidente, convocação em bloco, como o Relator propõe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Anibal Diniz? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim ao bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de, antes de declarar o meu voto, justificar a ausência do Senador Ciro Nogueira que me participou ontem que, por motivo de viagem, não estaria presente.

Estou aqui e voto de acordo com o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ausência justificada a esta Comissão ontem mesmo e, com o voto de V. Exª, é o voto do Senador Ciro Nogueira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Ausência justificada do Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Flexa Ribeiro, como vota V. Exª?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ranfolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim ao bloco e parabenizando a Mesa, o Relator pelo conjunto de convocações que aprovamos agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Kátia? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

Abrindo a lista de parlamentares da Câmara dos Deputados, Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, seguindo a orientação da bancada, desta CPI e do Relator, voto "sim". Tenho posições conhecidas sobre o foco da CPI, mas acompanharei a proposta do Relator, e todos da CPI são testemunhas das minha posições sobre o foco da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Voto conhecido do Relator. Sim ao bloco.

Paulo Teixeira, Presidente Paulo Teixeira, sim ao bloco.

Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Carlos Sampaio, ausência justificada.

Vaz De Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Vou votar "sim" ao bloco, com o compromisso de V. Exª, já firmado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está aqui o parecer.

Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim ao bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cameli.

Iracema Portela.

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onix.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ao bloco.

Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente. Sim ao bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Folleto. *(Pausa.)*

Glauber.

GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bueno, Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou votar "sim", mas gostaria só de destacar esta decisão do Senado pelo fim do voto secreto. Esta Casa, a Câmara, vai ter de caminhar para isso.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero elogiar aqui a decisão do Senado, também, com relação à regularidade do processo de cassação do mandato de Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom exemplo o Senado deu.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Bom exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, como autor de alguns desses requerimentos, voto com o Relator. Voto "sim", pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, esta reunião de hoje é a prova concreta de que quem pensa muda.

Há 15 dias, nós, que queríamos convocar Cavendish, só conseguimos 13 votos. Hoje, graças à mudança, vai ser unanimidade. Até o meu amigo Vaccarezza votou "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes não está. *(Pausa.)*

Jô não está. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Sr. Presidente Paulo Teixeira, para a proclamação do resultado.

Vinte e oito votos "SIM"; nenhum voto contrário. Todo o bloco foi convocado.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar.

Tenho, agora, imediatamente, um compromisso com a Liderança do Democratas e com a Liderança do PSDB, para dois requerimentos de inclusão de pauta.

Há uma série de líderes. Acho mais produtivo e eficiente enfrentarmos os dois requerimentos de inclusão de pauta.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E peço aos senhores... Há uma questão de ordem de um minuto do Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – De menos de um minuto, Sr. Presidente.

Usando o art. 148 do Regimento do Senado e o art. 5º da Constituição Federal, quero anunciar, por dever de lealdade e de correção de procedimento com V. Exª, que acabei de assinar a procuração. Entrarei imediatamente no Supremo Tribunal Federal, para garantir o direito de que o parlamentar possa questionar.

Nós estamos aqui, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, e é nosso dever. Discordo frontalmente da decisão tomada aqui, na Comissão, e vou em busca do direito parlamentar de questionar as testemunhas ou os investigados que venham a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor tem todo o direito, e esta Presidência estará aberta, para oferecer ao Supremo Tribunal Federal todas as informações cabíveis.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero subscrever a proposta do Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senhores, como um compromisso aos senhores... E peço licença aos líderes, porque, oportunamente, haverei de passar-lhes a palavra. Temos todos os requerimentos a serem apreciados ainda.

Com a palavra, o Relator, para o seu encaminhamento a respeito do requerimento do DEM, inicialmente, de inclusão de pauta, e, depois, o do PSDB.

Passo a Presidência ao Sr. Presidente Paulo Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao requerimento dos Democratas, eu dialoguei com o Deputado Onyx Lorenzzoni, no sentido de buscar compreender melhor o que se pretende com o suposto requerimento, ou melhor, com o requerimento apresentado. Não descarto, mas, neste momento, incluí-lo sem uma análise mais detida desta Relatoria... Eu vou me posicionar contrariamente à sua inclusão na pauta, em relação ao requerimento de V. Exª, com o compromisso de fazer uma análise para a próxima reunião administrativa.

Em relação ao requerimento de convocação do Deputado José De Filippi, Sr. Presidente, eu quero primeiro dialogar com os ilustres Pares nesta Comissão, para dizer que não há, por parte desta Relatoria, nenhum tipo de direcionamento. Nós ouvimos aqui, sim, pessoas ligadas ao PSDB, a outros partidos e ouvimos, sim, pessoas ligadas ao PT, pessoas que já serviram a governo do nosso, do meu partido. Então, não há, Presidente, nenhum tipo de direcionamento.

Quero refutar isso aqui, porque, quando acusam a coordenação de investigação de direcionamento, estão na verdade buscando inibir a nossa ação de investigar. Nós, Sr. Presidente, vamos continuar investigando. As pessoas que tenham praticado qualquer tipo de ilícito relacionado ao Sr. Carlos Cachoeira devem ser investigadas por nós. As empresas...

E aqui neste caso há uma empresa que está no centro desse processo de investigação, Sr. Presidente: é a empresa Delta. A empresa Delta foi a que, no governo de São Paulo, assinou... Aliás, foi exatamente com a colaboração do Sr. Paulo, Paulo Preto, que essa empresa assinou o maior contrato em São Paulo. Há uma denúncia, Sr. Presidente, expressa, de crime, por parte do Sr. Pagot, para caixa 2. No caso de José De Filippi, há um pedido de arrecadação de campanha no caixa 1.

Li e compreendi, Senador Flexa Ribeiro, exatamente o teor da matéria.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, investigando caixas de campanha; nós estamos aqui investigando uma organização criminosa que tem tentáculos em diversos Estados deste País. Nós precisamos, sim, compreender esses tentáculos. E há exatamente, nessa matéria de 1º de janeiro, uma denúncia expressa de caixa 2, pedágio num contrato assumido pela empreiteira.

Com isso, Presidente, não há razão para que esse requerimento de convocação do Deputado José De Filippi seja incluído na pauta, porque nós não estamos aqui... Não há contra o Deputado nenhuma prática de ilícito. Não há denúncia contra o Deputado José De Filippi de nenhuma prática de delito. Todas as explicações por ele foram dadas. Ele é uma pessoa pública. Com isso, Presidente, eu encaminho contrariamente à inclusão de pauta.

O SR. DR. ROSINHA (PR – PT) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, para defender o requerimento.

O SR. SILVIO COSTA (PE – PTB) – Presidente, eu fui citado duas vezes – pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para defender também o requerimento, Sr. Presidente, pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Cabe-me agora ordenar a votação.

Srs. Deputados, eu tenho dois requerimentos, eu tenho dois requerimentos na Mesa. O primeiro requerimento foi protocolado pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que pede para que sejam convocadas aqui as seguintes pessoas: o Sr. José Augusto Quintella, que é ex-sócio da Sigma Engenharia e Consultoria para prestar depoimento perante esta Comissão. E também um outro requerimento de autoria do mesmo Sr. Deputado, que convoca o Sr. Romênio Marcelino Machado, ex-sócio da Sigma, Engenharia e Consultoria para prestar depoimento perante esta Comissão. Este é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento, protocolado aqui, é o que convoca, de autoria do Senador Alvaro Dias, o Deputado José De Filippi Júnior. São esses dois requerimentos.

A sugestão é a de que nós votemos em bloco.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não! Não, não, não... Em bloco não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Então, não havendo consenso, quem fez essa sugestão... Não havendo consenso, eu vou encaminhá-los separadamente, nesta ordem: o primeiro requerimento do Sr. José Augusto Quintela e do Sr. Romênio Marcelino Machado.

Então, eu vou agora proceder o seguinte encaminhamento: para falar favoráveis a este requerimento, eu vou inscrever o Deputado Onyx Lorenzoni...

Vão votar? Ninguém quer falar contrário... Então, será...

Deputado Onyx Lorenzoni por três minutos... Ele pede um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido e vou falar daqui muito rapidamente.

A razão dessa convocação desses dois sócios é que todos os que estão aqui conhece: houve um conflito muito grave entre esses dois sócios e o Sr. Cavendish. Há, inclusive, gravações sobre isso. Então, seria muito... Lembrem: foram essas pessoas que trouxeram à luz aquelas questões de que o Sr. Fernando Cavendish comprava quem quisesse e o que quisesse no Brasil, inclusive Parlamentares. Por isso, julgo importante que essas duas pessoas venham. Nós vamos apenas aprovar a convocação... O Sr. Presidente, o Sr. Relator vão determinar quando eles vão vir: se vai ser após recesso, antes da audiência com Cavendish ou depois... Mas é muito importante que essas pessoas sejam convocadas para estar à disposição de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni, que vai encaminhar contrário.

Houve um Deputado que se inscreveu. Eu não posso... Eu não posso...

Não, não... É o Deputado Dr. Rosinha que vai fazer o encaminhamento contrário.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente... Eu estou aqui sim, . É quietinho que eu fico.

Eu quero encaminhar contrário porque, quando nós criamos esta CPMI, ela veio com uma característica de investigar uma organização criminosa e seus tentáculos. E requerimento do Deputado Onyx, já tenho o de número 16 e o de número 17, que já está à disposição desta Comissão e somente não foi colocado em pauta, como o disse o próprio Relator, até porque até o momento o que veio a público é uma briga societária, mas não veio à público, ainda, uma relação direta com a organização criminosa. No que ela chegar direta, eu tenho absoluta certeza, quando tiver toda documentação comprovando, que o Relator colocará em nossa pauta de votação de uma reunião administrativa.

Então, vejo, com o bloco que aprovamos, que avançamos e há esse compromisso assumido pelo Relator que, sendo necessário, voltará à pauta. Então, peço o voto contrário dos nobres Pares.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, esses sócios da Sigma têm ligação direta com a Delta. Não há que se falar em CPI de Cachoeira sem a Delta. Eu quero saber o nome do Senador que é vendido por R$6 milhões. E a conversa gravada foi com esses dois cidadãos. Eu sou Senador há um ano e cinco meses. Eu quero saber o nome do Senador que se vende por R$6 milhões. Essa pergunta tem relação, sim, com a quadrilha, porque não há que se falar em quadrilha de Cachoeira sem a Delta. E esse cidadão, Fernando Cavendish, que nós já votamos favoravelmente ao seu depoimento, esses dois sócios da Sigma têm muito a dizer, sim, a esta Comissão. A pergunta é: qual Senador se vendeu por R$ 6 milhões?

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo, para fazer a defesa contrária à convocação, ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr Presidente, Srªs e Srs Senadores, Srªs e Srs. Deputados,

Eu quero apoiar a iniciativa do Sr. Relator, que entende que não temos elemento suficiente ainda para convocar. De maneira alguma o Relator está dizendo que não vai convocar. O que ele está pedindo ao plenário é um prazo maior para que possa vir o Sr.

Fernando Cavendish, da Delta, e, em seguida, ordenar os trabalhos.

Nós temos tido nesta Comissão um processo de investigação consequente e profundo, seja nesta Comissão, seja no Conselho de Ética. Na hora em que o Senador Demóstenes Torres teve a sua vinculação, imediatamente, o PSOL apresenta representação. Tivemos o cuidado de conduzir os trabalhos e, na condução dos trabalhos, por unanimidade, aprovamos no Conselho de Ética a cassação do Sr. Senador. Ontem, aprovamos na CCJ, referendando os atos ali praticados e deixando claro que esta Comissão, o Senado Federal e o Congresso Nacional têm tido uma postura para evitar nulidades. Exatamente por isso vamos ouvir o Sr. Fernando Cavendish e, em seguida, a partir dali, vamos ter todo um desdobramento, e, se chegarmos à Sigma, e eu acredito que vamos chegar, vamos convocar.

Portanto, a nossa posição hoje é não aprovar hoje e adiar para uma data em seguida, como fizemos em vários outros momentos, embora com certas incompreensões dos Parlamentares que entendem que é preferível convocar todos ao mesmo tempo, não permitindo à assessoria, ao relator, aos nossos Pares aprofundarem o estudo dessas matérias. Ao término, acaba tendo pouca produtividade e uma investigação superficial.

Portanto, estamos convocando hoje cinco indivíduos fundamentais para a continuação da nossa investigação que envolve o Sr. Pagot, que envolve o Sr. Fernando, envolve o Prefeito de Palmas, envolve o conjunto de outras autoridades para que nós possamos, em seguida, numa reunião próxima, analisar o desdobramento e, com isso, chegar a todos os tentáculos dessa organização criminosa.

Portanto, a nossa posição, Sr Presidente, é de apoiar o Sr. Relator e adiar essa discussão.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Vou agora proceder à votação, como bem pediu o Senador Benedito de Lira.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "não", com o Relator, Sr Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como o vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana está presente? *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Voto com o Relator, Sr Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT - BA) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota...

Eu justifico que o Senador Presidente, Vital do Rêgo, teve que sair para um compromisso fora de Brasília.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Eu voto com o Relator.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero justificar que o Senador Paulo Davim mandou uma justificativa dizendo que estava ausente dessa reunião porque está acompanhando uma cirurgia cardíaca da sua filha. Então, ele justificou a ausência aqui hoje.

Nesse bloco, então, já colhi os votos.

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Na ausência do Senador Jayme Campos, como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Contra o Relator.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu voto "sim", Sr Presidente, a favor da convocação.

O SR PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou chamar direto os suplentes aqui.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator, a favor da convocação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o Relator.

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o Relator.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

Ausentes.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota... o Relator é um voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Voto não, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto não. Demos demonstração para o Brasil hoje de que estamos dispostos a convocar todos, mas, neste caso, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Voto contra o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Voto pela convocação, Sr. Presidente. Voto sim pela convocação, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Contra o Relator?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? Como ele é autor é um voto conhecido.

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Voto sim, pela convocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, é impressionante, a gente convoca o Cavendish, e os dois ex-sócios de Cavendish, que brigaram com o cara, denunciaram o cara, e esta CPI não quer convocar? Isso é um absurdo! Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero anotar que o Deputado Sílvio Costa saiu da extrema direita e foi para a extrema esquerda, por isso, não o encontrei quando fui chamá-lo no voto. (*Risos*.)

Filipe Pereira, como vota V. Exª?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Delegado Protógenes.

Deputada Jô Moraes. (*Pausa*.)

Então, vou anunciar o resultado: são 15 votos favoráveis à convocação, e 12 votos contrários à convocação.

(*Muito bem! Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo ao segundo requerimento, que é de autoria do Senador Alvaro Dias.

Estão inscritos para falar...

(*Manifestação do Plenário*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu tenho que cumprir o Regimento, não tenho como não cumpri-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas consulte, Presidente, consulte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tenho, vou cumprir o Regimento, a lei me obriga a cumpri-lo, vivemos num Estado democrático de direito, devo fazer o que a lei manda e só...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero, para defender o requerimento do Senador Alvaro Dias, quero saber...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que é o requerimento, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o requerimento, vou esclarecer aqui o requerimento.

O requerimento é de autoria do Senador...

(Faz soar a campainha.)

Os Srs. Parlamentares gostariam de ouvir o encaminhamento e vejo que há um burburinho na sala feito por aqueles que podem fazer o burburinho depois, que repercutirá amanhã.

O requerimento é do Senador Alvaro Dias, que propõe a convocação do Deputado José de Filipe Júnior. E vou, agora, organizar os oradores que farão a defesa e os que falarão contrariamente a esta convocação.

Falarão contra a convocação, inscritos os Deputados Maurício Quintella e Jilmar Tatto.

Os Deputados que falarão a favor são: Deputado Domingos Sávio... Tem mais algum Deputado? Não.

Senadores, quais Senadores falarão? O Senador Walter Pinheiro falará contrariamente. E qual Senador falará favoravelmente? (*Pausa*.) O Senador Alvaro Dias.

Então, eu vou iniciar concedendo... Há um desequilíbrio por conta das inscrições.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu me inscrevo para falar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A favor? Ok.

O Presidente anterior – já temos os inscritos –, o Presidente anterior...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, é um e um. São dois da Câmara e dois do Senado. Um a favor e um contra na Câmara, e um a favor e um contra no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Presidente efetivo estava encaminhando de uma maneira... Eu vou manter o rito do Presidente efetivo. O Presidente efetivo encaminhou até agora. Depois, se tiver que mudar, quem mudará é o Presidente efetivo. Ele até agora encaminho e nós até agora encaminhamos dois de cada Casa. E eu vou encaminhar assim.

Então, quais são os Deputados que estão inscritos e eles têm que se ajustarem. São três. São os Deputados Domingos Sávio, Miro Teixeira e Vaz de Lima.

V. Exª vai falar como Líder. Eu vou conceder...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – V. Exª tem razão. Depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. Bloco/PT – SP) – Depois. Está bom.

Então, ajustado...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu retiro a minha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retira o Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aí já ficam dois só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Vaz, então, fala? Está bom. Então ficam os Deputados...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Miro e eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Miro e Sávio. E contrários Maurício Quintella e Jilmar Tatto; Senadores Alvaro Dias e Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu serei bem objetivo. Pretendo falar em um minuto.

Vejam bem, Senhores, nós podemos coroar esta manhã não apenas cumprindo o nosso dever, mas deixando claro que há absoluta imparcialidade Infelizmente o Relator, ao fazer a sua manifestação contrária à convocação ele deixou escapar alo que eu anotei na hora. Ele disse: eu li a matéria – e eu acredito, é claro, que ele leu a matéria -, mas ele acabou dizendo algo que não está na matéria. Ele passou a fazer a defesa do De Filippi. Ele passou a dizer o seguinte: "Porque o De Filippi foi buscar o apoio para captação de caixa 1". A matéria não está falando isso; a matéria não fala isso. Então, o Relator acaba comprovando que nós precisamos trazer o De Filippi. Que ele chegue aqui e diga: olha, eu fiz tudo dentro da lei. Mas que ele diga. O De Filippi é que tem que dizer isso. O Relator não pode passar a ser advogado de defesa de alguém que nós estamos querendo convocar aqui antecipadamente. Isso desmoraliza totalmente esta Comissão; ou seja, se nós insistirmos nessa partidarização.

Por isso eu faço um apelo aos colegas, inclusive do PT: não cometam esse equívoco de votar contra convocar. Nós não estamos convocando para crucificá-lo, não. Que ele venha cá e diga que fez tudo certinho. Agora, que ele diga. Nós não vamos nos antecipar a isso.

Portanto, eu insisto, vamos convocar o Sr. De Filippi pela mesma razão que foi convocado o Sr. Paulo Preto. Ou seja, foi citado numa entrevista. Foi essa a razão para convocar o Paulo Preto. E é a mesma entrevista que cita o De Filippi. Vamos ser justos, vamos ser isonômicos.

Então, vamos convocar o Sr. De Filippi.

É essa a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, para falar contrário têm três Srs. Parlamentares. Eu quero que os três definam em dois. Os Srs. Parlamentares inscritos, Maurício Quintella Lessa, Jilmar Tatto e Sílvio Costa, por favor, eu pediria que os dois falassem.

Bom, eu passo a palavra ao Deputado Maurício Quintella Lessa, por três minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Pelo art. 14. Está me devendo dois.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados...

Presidente, está sem volume aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está com pouco volume no microfone e com muito volume atrás de V. Exª.

Eu passo ao Deputado Maurício Quintella Lessa e vou devolver a V. Exª os três minutos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, eu acho que u não vou precisar desse tempo inteiro.

Primeiro, eu queria parabenizar a Mesa desta Comissão, os Srs. Lideres partidários pela retomada de rumo nesta CPI. Eu tenho a impressão e tenho certeza de que a opinião pública também que este, sem dúvida nenhuma, foi o dia mais importante que esta Comissão trabalhou, pelas convocações que aqui foram feitas e todas elas relacionadas à organização criminosa, com argumentos e subsídios próprios para se fazer a convocação.

Agora, Sr. Presidente, convocar o José de Filippi Júnior, que foi Tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, é manchar esse dia de hoje, é politizar mais uma vez esta Comissão. Não há nenhum indício, nenhum fato que justifique que o Sr. José de Filippi tenha cometido qualquer ato ou participado de alguma forma de ato ilícito ou de captação irregular de campanha eleitoral. Não há nada! Nesse momento, pelo menos, não é hora oportuna para se fazer uma convocação como essa.

O que há, obviamente, é a pretensão da Oposição de trazer a Presidente Dilma Rousseff para dentro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E não acho que esta CPMI deva se prestar a esse papel, sem motivo justo e adequado para isso.

Portanto, Sr. Presidente, somos absolutamente contrários à convocação do Sr. José de Filippi. Nesse momento. Se, futuramente, a partir dos depoimentos do Sr. Pagot – eu quero aqui deixar claro que o PR não só apresentou requerimento para a convocação dele, mas é absolutamente favorável a ela –, do Sr. Fernando Cavendish e dos demais surgir fato que autorize, justifique a convocação do Sr. José de Filippi, aí, sim, poderíamos partir para uma convocação. Nesse momento, somos contrários, Sr. Presidente. E é dessa forma que encaminhamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, para encaminhar...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevi V. Exª.

Para encaminhar, agora, favorável ao requerimento, pela Câmara dos Deputados, o Deputado Miro Teixeira. V. Exª tem a palavra por três minutos, para encaminhar favorável à convocação do Deputado José de Filippi Júnior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, o que pacificou a aprovação da lista do Relator foi exatamente essa possibilidade de votarmos em seguida a convocação do Deputado José de Filippi. Isso não significa que houve acordo para aprovar. Mas da minha parte houve a palavra de votar a favor dessa convocação, o que eu mantenho nesse momento.

E considero que isso dê equilíbrio às deliberações da Comissão, porque a convocação do Sr. Paulo – eu não gosto do apelido que se aplica a ele – se justifica, sim. Ao mesmo tempo e pelas mesmas razões se justifica a convocação do Deputado José de Filippi.

Bom, se nós aprovarmos um e recusarmos outro, parece que temos aqui o direcionamento para apurar somente certas coisas e não todas as coisas. Não existe o menor problema de se convidar alguém ou de se convocar alguém para falar. A pessoa que tem a consciência tranquila não se sente desonrada de vir ao Parlamento.

Como pode, na democracia, alguém sustentar ser uma desonra vir ao Parlamento? Falar a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito? As Comissões Parlamentares de Inquérito não tem exclusivamente o caráter criminal. A Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar a situação dos idosos no Brasil foi para criar condições que melhorassem a vida dos idosos. E a CPI da Mulher será que era contra as mulheres? Não. Não era. Mas sim para observar um ambiente de discriminação às mulheres.

Então, esses depoimentos são úteis inclusive para nós determinarmos que providências a CPMI poderá sugerir, ao final dos seus trabalhos, ao Tribunal de Contas ou aos Plenários das Casas. Que projetos de lei nós devemos fazer para evitar que depois de uma CPI haja sempre a expectativa de uma nova CPI? Depois de um escândalo, que venha o próximo escândalo. Por que isso? A toda hora isso se repete!

Nós temos tribunais de contas, nós temos tribunais eleitorais, nós temos órgãos diversos de fiscalização, mas depois de cada escândalo acontece outro. E graças à liberdade de imprensa do País se sabe das coisas. Normalmente, esses órgãos fiscalizadores aparecem depois comentando o que foi denunciado. Mas por que não se evita que isso aconteça?

É importante ouvir o Sr. De Filippi, é importante ouvir o Sr. Paulo, chamado por um apelido que não me agrada repetir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu voto "sim" à convocação em nome da harmonia, desse compromisso da Comissão de ter decisões equilibradas e que não tenham direcionamento político-partidário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por três minutos, Deputado Sílvio Costa, que agora passa a falar de pé.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não. É só para V. Exª me ver. Eu vou sentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Eu, sinceramente, tenho procurado, nesta CPI, dar as respostas que a sociedade está exigindo desses nossos pares, mas, sinceramente – e eu vou citar o nome do meu querido amigo Senador Flexa Ribeiro, para dar o direito ao art. 14; eu vou citar o seu nome; e V. Exª sabe do bem-querer que eu lhe tenho –, a presença de V. Exª hoje coloca, sim, as digitais da preocupação do PSDB com a convocação de Paulo Preto. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. O pedido do PSDB para trazer a esta CPI o Sr. De Filippi é a digital ampliada, ou seja, está caracterizado hoje aqui quem é que quer politizar a CPI, porque o Sr. Filippi não liberou um real de obra para a Delta. Um real! O Sr. Paulo Preto liberou R$1 bilhão! Veja a diferença. Começa daí. O Sr. Paulo Preto foi citado pedindo ao Sr. Pagot R$268 milhões, dizendo que eram 8% para lá, 60% para cá, 40% para cá... E o Sr. De Filippi sequer foi citado. Então, era importante que o PSDB assumisse definitivamente o seguinte: nós queremos, sim, politizar esta CPI.

E o pior, senhores, é que... E tem uma coisa que me preocupa muito, que eu espero que o povo Brasil tenha percebido hoje, aqui. Está todo mundo dizendo que hoje foi um dia muito feliz para esta CPI. Eu não estou vendo essa felicidade toda, não. Por quê? Primeiro, esta CPI começou com um grande acordão, colocando uma mordaça nos parlamentares. Então, eu posso fazer uma ilação dizendo que essa mordaça é para proteger o Sr. Cavendish, é para proteger todos os convocados de hoje.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao PSDB para que refletisse que só se pode convocar alguém quando se tem algum *link*. O Sr. De Filippi não apareceu em nenhuma gravação. Não é justo politizar esta CPI a esse ponto. Portanto, eu não tenho como votar a favor da convocação do Sr. Filippi.

E repito: nunca recebi telefonema de ninguém do Governo pedindo para abafar aqui. Pelo contrário: recebi telefonemas e apertos de mão de parlamentares daqui, dizendo: "Pelo amor de Deus, não vamos convocar Cavendish, não. Pelo amor de Deus, não vamos convocar..." Isso daqui, mas, do Governo, não. Então, esta CPI não é do Governo.

Portanto, não tem sentido esta CPI convocar o Sr. Filippi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esgotou-se o tempo de V. Exª.

Próximo orador, por três minutos, é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, este País está se transformando no país da inversão de valores, da inversão de prioridades e da inversão da lógica. Como pode estar o PSDB politizando esta CPI com uma minoria numericamente insignificante, sem recursos numéricos para vencer qualquer parada? Como pode o PSDB estar politizando se ele aceita a convocação do Sr. Paulo e vota favorável à convocação do Sr. Paulo, que apenas foi referido por Pagot no seguinte sentido: "eu ouvi dizer"? Pagot, em relação a Paulo, ouviu dizer, mas não viu nada e não fez nada. Em relação a José de Filippi, ele viu, ele fez, ele fez do Dnit a tesouraria do PT. E o Dnit não é tesouraria do PT. Foi lá que o Sr. José de Filippi se reuniu com o Sr. Pagot e recebeu uma relação que, ao final, significou a doação de 30 a 40 empresas. Está também na matéria da revista *Época* que de 30 a 40 empresas contribuíram com a campanha do PT, a pedido do Sr. Filippi a Pagot. Pagot foi o seu porta-voz junto a essas empresas. E mais, Pagot afirma, nessa entrevista à revista *Época*, que forneceu o número da conta bancária. O Sr. Pagot forneceu o número da conta bancária.

Repetindo: essa transação, essa negociação de recursos para a campanha do PT se deu num órgão público que movimenta bilhões de reais, que, só com a Delta, movimentou, de 2007 a 2012, R$4,1 bilhões.

Portanto... Ora, Sr. Presidente, não subestimem a inteligência das pessoas, aqueles que querem afirmar que nós estamos politizando esta CPI. É subestimar a inteligência das pessoas. Aqueles que querem ganhar crédito junto ao Governo, que ganhem. De forma legítima, sem tentar comprometer o PSDB e a oposição. Nós vamos ouvir o Sr. Paulo, mas queremos ouvir o Sr. Filippi. Mais razões existem para ouvir o Sr. Filippi. Há um comprometimento sério. Hoje, o Sr. Juquinha foi preso. Quem é o Sr. Juquinha? O Sr. Juquinha é da Valec, ligado ao Dnit, a Pagot,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que também participou de negociações para a doação à campanha eleitoral. E qual é a Vara da Justiça que determinou a prisão do Sr. Juquinha? Exatamente a 11ª, em Goiânia, que cuida desse inquérito da Operação Monte Carlo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª já está concluído.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que V. Exª conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...não abusem da inteligência das pessoas, não subestimem a inteligência das pessoas. Quem está politizando é quem não quer ouvir o Sr. José de Filippi. Não ouvir o Sr. José de Filippi é adotar dois pesos e duas medidas e é desmoralizar esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, muito obrigado.

Eu passo, agora, para o Senador que falará... São dois Senadores que falarão contrários e dois favoráveis. Eu só tenho um inscrito, que foi o Senador Alvaro Dias, dos que falarão contrários. Será primeiro o Senador Sérgio Souza, depois o Senador Walter Pinheiro.

Senador Sérgio Souza com a palavra, por três minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu gostaria, não para dar o direito ao nobre Deputado Sílvio Costa, mas para dizer que, em momento algum, eu percebi que houve uma mordaça aos parlamentares desta Comissão. Muito pelo contrário, eu nunca recebi uma orientação do meu partido dizendo que deveria votar dessa ou daquela forma. E percebo que há uma harmonia no sentido de defesas, é claro, dos interesses partidários, mas também, principalmente, de que haja uma coerência desta CPI e uma sequência necessária, que eu tanto vejo o Deputado Odair Cunha, como Relator, defender. Porque há determinadas situações que têm que acontecer no devido momento. E não é porque alguém falou em dado momento ou se ouviu falar de nome de determinadas pessoas que imediatamente nós temos que convocar. Eu entendo que não é o momento para se convocar o José de Filippi. Primeiro, isso estaria politizando esta CPMI a um nível que nós não queremos, por mais que percebamos que já está politizada. Percebemos isso.

No entanto, o envolvimento do José de Filippi na campanha da Presidente Dilma, como um dos coordenadores financeiros da campanha da Presidente Dilma, por si só não se justifica. Lógico que é legítimo e é previsto na legislação que doadores de campanha... Que o responsável possa buscar, perante a sociedade brasileira, perante principalmente ao empresariado brasileiro, doações para financiar a campanha. Isso aconteceu com todos os candidatos a governador, a vice-governador, a Senadores e a Deputados que estão aqui, e inclusive a Presidente da República. É natural que isso aconteça. E às vezes uma dessas empresas pode sim ter relação com contratos com o Governo, mas isso não traz a ilegalidade de buscar recursos para financiar a campanha, que é defender uma ideologia, uma postura de Governo. Eu entendo que não é o momento para nós convocarmos o Sr. José de Filippi. Recomendo a todos e defendo a posição de nós rejeitarmos este requerimento. Reafirmo que as questões são diferentes, a do Sr. Paulo Preto e a do Sr. José de Filippi. Inclusive, a revista *IstoÉ* coloca isso de uma forma diferente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo... Não há oradores inscritos para falarem. Agora, pelo Senado contrário... Então, vou passar ao Senador Walter Pinheiro, por três minutos, e aí concluo a votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para dois fatos. O Sr. Filippi foi tesoureiro, inclusive, de mais de uma campanha, campanha, inclusive, anterior à campanha da Presidenta Dilma. Portanto, portou-se nesse tempo inteiro como um tesoureiro de campanha. Se, porventura, algum crime cometeu o Sr. Filippi nas conversas aqui ou nas conversas acolá – e são conversas, inclusive, que o Sr. Filippi fez com figuras públicas e conversas públicas – seriam objeto essas conversas de uma ação que pudesse ter, inclusive, quando crime eleitoral cometido por um coordenador financeiro de campanha. Portanto, não o vincula essa sua suposta conversa ou seu suposto crime alegado por alguns uma relação, inclusive, com a organização criminosa que esta CPMI apura.

Segundo aspecto para esse debate. Há poucos dias esta Comissão, inclusive, conviveu com um momento inicial de alguns tentando convocar, trazer aqui a Presidenta Dilma Rousseff. Será que o caminho agora Filippi não é um caminho alternativo para se tentar restabelecer aquela tentativa, que era inclusive absurda, de colocar a Presidenta Dilma nesta CPMI?

Então, portanto, Sr. Presidente, não estamos tratando aqui de tesoureiros de campanha, não sei nem quem foi o tesoureiro de campanha do adversário da Presidenta Dilma no processo eleitoral.

Então, nós não convocamos aqui o tesoureiro de campanha de "A" ou de "B".

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Nós fizemos um processo de pedido de convocação daqueles, inclusive, que tiveram ligações efetivas e, inclusive, no que diz respeito à transferência de recursos com o que nós tínhamos feito aqui, inclusive, uma convocação também no dia de hoje, que é, além da quebra de sigilo, o principal dirigente da empresa Delta.

Então, portanto, não cabe trazer para este fórum. Se alguém quer representar ou encontrar algum equívoco na conduta do Sr. Filippi – que, em minha opinião, não tem – este não é o fórum adequado para analisar se houve efetivamente qualquer fato cometido grave

pelo tesoureiro Filippi que, volto a insistir, de forma alguma isso se apresentou, inclusive, na sua prestação de contas, que ele é obrigado a assinar como responsável da campanha, em nenhum momento os adversários...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – ...da Presidenta Dilma questionaram essas movimentações ou até a prestação de contas apresentada pelo tesoureiro Filippi.

Então, não cabe a sua vinda a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu agora vou proceder à votação.

Só quero antes dizer que quanto ao Senador Flexa Ribeiro, quando eu anunciei um orador favorável, ninguém se inscreveu, ele se inscreveu depois do Senador Walter Pinheiro. Então, acho que ele se inscreveu fora do tempo e ele concorda comigo.

Então, eu passo à frente.

Em votação.

Nós estaremos votando aqui: pela convocação vota "sim", contra a convocação vota "não". Portanto, eu pergunto como vota o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto "não", voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator, pela coerência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Eu voto pela não convocação, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto "sim", voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator. Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator. Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Relator Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vanderlei Macris?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Voto pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Contra a convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto pela convocação, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu vou votar pela convocação, só aduzindo ao Senador Alvaro Dias que o Sr. Juquinha, ex-presidente da Valec, que foi preso ainda hoje, no mesmo condomínio do Cachoeira, no Alphaville em Goiânia, fez um contrato de R$576 milhões com a Delta. Daí a importância desse fato. E ele está sendo acusado de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e desvio de recursos públicos.

No mesmo condomínio!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu voto contra a politização desta CPI; portanto, eu voto a favor do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A favor do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes? (*Pausa*.)

Como vota a Deputada Jô Moraes? (*Pausa*.)

Então, vou anunciar o resultado. (*Pausa*.)

São 17 votos contrários a convocação e 10 votos favoráveis.

Portanto, não está convocado o Deputado José de Filippi.

Passando à frente a pauta.

Temos aqui a quebra de sigilo e depois a fala dos Líderes.

Vamos fazer a quebra de sigilo rapidinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o Requerimento nº 374,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a atenção de todos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Essa votação terá que ser nominal. Então, peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam no recinto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É uma votação só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É uma votação só, célere.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 389, do Senador Randolfe, que requer a quebra do sigilo bancário e fiscal da Midway.

Requerimento nº 401, que requer a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Zuk Assessoria Empresarial.

Requerimento nº 508, do Sr. Fábio Passaglia.

Requerimento nº 509, do GM Comércio de Pneus e Peças Ltda.

Requerimento nº 510, Terra Pneus e Lubrificantes Ltda.

Todos do Deputado Rubens Bueno.

Do Senador Pedro Taques, do Sr. Jayme Rincón, o de nº 571.

Requerimento nº 572, da Deputada Íris Araújo, da Srª Eliane Gonçalves Pinheiro.

Requerimento nº 631, do Senador Pedro Taques, da Empresa Adécio & Rafael Construções e Terraplanagem Ltda.

Requerimento nº 660, de minha autoria, da Eletro Change do Brasil, Indústria e Máquinas Ltda.

Requerimento nº 662, requer que esta Comissão solicite a quebra de sigilo de SMS e cópia dos Relatórios de ERBs, do Sr. Agnelo Queiroz, de Alcino de Souza, André Teixeira Jorge, Andreia Aprígio de Souza, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Cláudio Dias de Abreu, Cláudio Krátka, Demóstenes Torres, Geovani Pereira da Silva, Gleib Ferreira da Cruz, Idalberto Matias de Araújo, Lenine Araújo de Sousa, Leonardo Almeida Ramos, Marconi Ferreira Perillo Júnior, Roberto Sérgio Copolla, Rosalvo Simprini Cruz, Rubmaier Ferreira de Carvalho, Wladimir Garcês Henrique.

Requerimento nº 663, da ERB e, inclusive, da Eliane Gonçalves Pinheiro.

Requerimento nº 667, do Deputado Vaccarezza, do Sr. Divaldo Cardoso de Paula.

Requerimento nº 668, também do Deputado Vaccarezza, da ERB e do Sr. Lúcio Fiúza.

Requerimento nº 669, do Sr. Sebastião de Almeida Ramos Júnior.

Requerimento nº 670, do Deputado Vaccarezza, do Sebastião de Almeida Ramos.

Requerimento nº 671, da Gerplan Gerenciamento e Planejamento Ltda.

Requerimento nº 672, da Tecnologic Tecnologia Eletrônica Ltda.

Requerimento nº 673, do Luiz Carlos Bordoni, no período em que ele mesmo ofereceu aqui o sigilo.

Requerimento nº 674, da MGGL Empreendimentos e Participações Ltda.

Requerimento nº 675, da Srª Bruna Bordoni, nos termos da declaração do Sr. Luiz Carlos Bordoni.

Requerimento nº 690, da empresa Construtora Veloso e Conceição.

Requerimento nº 691, da empresa GIC Construção e Corporações, na linha da preocupação do Senador Pedro Taques.

Requerimento nº 578... Aqui é providência, Sr. Presidente.

São essas as quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo, então, à votação nominal da quebra de sigilo.

Vou começar, colhendo o voto do Deputado Rubens Bueno.

Favorável ou contrário?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC. *Fora do microfone.)* – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Benedito de Lira? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vicentinho Alves? (*Pausa*.)

Como vota a Senadora Kátia Abreu? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com vota o Deputado Vaz De Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Vanderlei Macris. (*Pausa*.)

O Deputado Vanderlei Macris não vota, não está aqui.

Deputada Iracema Portella?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com o Relator.

Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Com o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Glauber?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Voto com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Jô Moraes? (*Pausa*.)

Delegado Protógenes? (*Pausa*.)

Vou proclamar o resultado.

Foram 24 votos pela quebra de sigilo; nenhum voto contrário.

Eu agora vou continuar a pauta. O resto é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São providências que julgo são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vamos lá. Vamos lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nº 578, do Senador Randolfe Rodrigues. Tenho de ler tudo isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requisita... Na verdade, como nós demos conta de que são empresas que funcionam... Que não são empresas-fantasmas, nem laranjas; como são empresas que de alguma forma prestaram... Venderam carro ou algum tipo de equipamento para alguém da organização criminosa, estamos solicitando informações específicas sobre a razão daquela movimentação financeira, e aí fazemos o Requerimento nº 578 para empresa Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis.

Depois, vêm os Requerimentos de nºs 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, de igual teor; nºs 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612 e 613.

Vai até o de nº 613, Sr. Presidente. E são informações relativas à operação que deu origem a algum tipo de depósito da empresa Alberto & Pantoja.

O Requerimento nº 619 requisita à Polícia Federal os nomes e os números de CPF de todas as pessoas que faziam parte do grupo envolvido com o Sr. Carlos Augusto Ramos, que possuíam aparelhos Nextel habilitados nos Estados Unidos da América.

O Requerimento de nº 621, do Senador Alvaro Dias, requer seja solicitada à juíza da 5ª Vara Criminal de Brasília – DF, Ana Cláudia de Oliveira Costa Barreto, a quebra de ofício do sigilo judicial – Ah, está requisitando a ela –, referente ao processo. E ela vai decidir.

O Requerimento nº 623 requer expedição do ofício ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando a esse órgão a apuração de possíveis relações do Juiz Federal Leão Aparecido Alves com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O Requerimento nº 627 requisita ao Banco Central servidores técnicos para trabalhar nesta CPMI.

O Requerimento nº 629 solicita à CPMI informações a Saneamento de Goiás – Saneago.

O Requerimento nº 630 solicita à CPMI que requisite informações à Celg.

O Requerimento nº 651 requer a criação de comissão composta por três integrantes titulares desta CPMI para ir ao complexo penitenciário da Papuda visitar o Sr. Carlos Augusto Ramos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Deputado Miro Teixeira está pedindo para destacar. Então, vou retirar de ofício.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso, retira de ofício.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Requerimento nº 655 requer seja solicitado à Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil informações relativas à entrada e saída do território nacional das pessoas abaixo relacionadas: Andreia Aprígio de Souza, CPF tal; Carlos Augusto de Almeida Ramos, CPF tal; Cláudio Dias de Abreu, CPF tal; Giovani Pereira da Silva, CPF tal; Idalberto Matias de Araújo e o Sr. Wladimir Garcez Henrique, com os seus CPFs aqui.

O Requerimento nº 656 requer seja solicitado ao Banco Central do Brasil informações, Sr. Presidente, relativas à movimentação de entrada e saída de recursos financeiros envolvendo outros países das pessoas e empresas abaixo relacionadas. São 63 pessoas físicas ou jurídicas.

Indago se preciso ler. *(Pausa.)*

Tal requerimento é de conhecimento de todos.

O Requerimento nº 676 solicita sejam requisitados documentos de informação junto à Chefia da Polícia Civil do Estado de Goiás e ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, necessário ao avanço e à continuidade dos trabalhos. São informações sobre sindicâncias contra policiais civis e militares.

O Requerimento nº 678 requer sejam solicitados documentos e informações junto ao secretário de Es-

tado de transparência e controle do Distrito Federal, necessário também ao avanço e continuidade dos trabalhos desta CPMI.

O Requerimento nº 679 requer seja solicitada cópia das auditorias, investigações, processos administrativos e demais documentos que tramitam na Secretaria de Segurança Pública da Polícia Civil e na Procuradoria-Geral, todos os órgãos do Estado de Goiás, tendo como investigado o Delegado Edmundo Dias de Oliveira Filho.

De igual teor, os Requerimentos nºs 683, 684, 685 e 686.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu submeto, por votação simbólica, a aprovação desses requerimentos.

Nós destacamos, retiramos – o Relator o fez de ofício – um dos requerimentos. Portanto, os demais eu submeto a votação simbólica.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Peço, também, que aprovem a Ata da reunião anterior.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada.

Eu passo a palavra, agora, aos Líderes.

O primeiro a fazer uso da palavra é o Líder do PSDB, Deputado José Carlos Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência.

Aguardei aqui, disciplinadamente, para falar neste momento, Excelência, e não vou me furtar. O nosso Líder, Deputado Bruno Araújo, não pôde comparecer e pediu que eu acompanhasse toda esta sessão. E acompanhei. Preciso dizer que acompanhei com um misto de alegria, de surpresa e com muita dor no coração por ver que esta CPI, ao que parece, de fato, está atendendo ao interesse maior do Ex-Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que, na instalação da CPI, fez questão de cantar, em verso e prosa, que gostaria, sim, da instalação da CPI. Agora vêm à tona, com mais clareza, os objetivos do ex-presidente: querer fazer vingança e querer fazer da CPI um instrumento político eleitoral.

Muito ruim participar, Deputado Miro Teixeira, como nós temos aqui participado semanalmente, e chegar a uma conclusão dessas. Fez-me lembrar aqui o autor da literatura brasileira, chamado Lima Barreto. Vou falar dele ao final da minha fala.

É claro que, hoje, decidimos aqui a convocação de pessoas fundamentais para o encaminhamento da CPI. E o PSDB não teve nenhuma, zero de dificuldade de aprovar a vinda aqui do Sr. Cavendish, do Sr. Pagot, do Sr. Paulo Vieira de Souza e de outros que foram encaminhados pela relatoria. Mas, evidentemente, o PSDB tem que fazer o registro de que o nobre Relator não mandou bem, do ponto de vista de vista da justiça e da equanimidade, da isonomia.

É claro que todo o País sabe da conexão do Sr. Cachoeira com a Delta, nobre Relator. O Brasil sabe disso. É claro que o Brasil todo sabe que o Sr. Pagot disse à revista *Istoé* que foi procurado, nobre Presidente, pelo nobre Deputado José de Filippi. E aqui ninguém está fazendo acusação a sua vida moral. Queremos apenas saber por que o nobre Deputado José de Filippi, então tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, usou a força da sua função, quem sabe, até para intimidar o Sr. Pagot, para pedir a algumas empresas que pudessem contribuir. Foi ele quem disse, diferentemente do que disse a respeito do Sr. Paulo de Souza, que ouviu dizer que – pasmem os nobres Congressistas –, na prestação de contas – estou falando aí da prestação de contas regular da tesouraria da campanha –, consta ali a doação da Delta Construções, vinculadíssima que está ao caso Cachoeira, que já foi até descredenciada das atividades públicas. E nós aqui não queremos trazer o Deputado José de Filippi para prestar esclarecimentos.

Excelência, eu concluo, eu termino com Lima Barreto, de novo. Esta manhã me trouxe à memória o livro de Lima Barreto *O Triste Fim de Policarpo Quaresma.* Eu imagino que hoje o Sr. Relator pode ter dado um triste fim a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo para o próximo líder inscrito, Líder Jilmar Tatto, pelo PT, por cinco minutos.

O SR. *JILMAR TATTO* ***(PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPI está tendo o mérito de buscar as maracutaias, principalmente do PSDB. Veja, quando teve o processo de cassação do Arruda, que era do DEM, era o Arruda do DEM, Governador do Distrito Federal. Só que, agora, na medida em que a CPI vai aprofundando a sua investigação...***

O SR. PRESIDENTE ***(Paulo Teixeira. PT – SP. Fazendo soar a campainha.) – Líder Jilmar, eu peço a esta grande imprensa brasileira, que tem nos ajudado a esclarecer muitos fatos, mas que nos ajudem agora a respeitar o orador na tribuna. E os Srs. Parlamentares também.***

Vou devolver os cinco minutos a V. Exª.

O SR. JILMAR TATTO ***(PT – SP) – Na medida em que a CPI vai aprofundando as suas reivindicações, a gente vai percebendo como o PSDB está se enlameando, como membros do PSDB têm estado junto com o crime organizado.***

Veja o caso do Governador de Goiás, Marconi Perillo, a casa que era dele e que, na verdade, foi comprada pelo Carlinhos Cachoeira. Ele foi preso na casa que era do Carlinhos Cachoeira. E agora esta CPI teve o mérito e a ousadia, principalmente do Sr. Relator, Odair Cunha, de propor aqui, com coragem, a convocação do Cavendish, do Pagot e do Paulo Preto.

O que diz o Pagot em relação ao Paulo Preto, na própria revista IstoÉ, que o nobre Deputado Vaz De Lima disse? Pagot disse que 8% dos contratos relativos ao rodoanel e às obras do Tietê de São Paulo, realizadas pela Dersa, que era presidida pelo Paulo Preto, era um pedágio, era uma comissão.

Vamos lembrar que o Paulo Preto foi aquele que, na campanha eleitoral, o Serra foi questionado, então candidato a Presidente da República, se ele conhecia o Paulo Preto, e ele falou que não conhecia o Paulo Preto. E todo mundo sabe que o Paulo Preto o que financiava a campanha, através da Dersa, do PSDB de São Paulo.

O Paulo Preto diz, manda um recado por escrito, do seu próprio punho: "Não se deixa um amigo na estrada." Ato contínuo, no dia seguinte, o Serra falou: "É, realmente o Paulo Preto eu não conheço, eu conheço o Paulo Souza." Teve que reconsiderar, porque eles têm medo, o PSDB tem medo do Paulo Preto; tem medo do que ele vai dizer nesta CPMI. E o Paulo Preto está sabendo que, inclusive, o PSDB, o pessoal do Serra, do Aécio, votou favorável à convocação do Paulo Preto. Ele foi rifado, aqui, Sr. Paulo Preto. O senhor foi rifado. Seus amigos, aqueles que o senhor financiou, deu dinheiro, caixa 2, aqui, te rifaram. E agora eles tentam incluir, o PSDB está querendo incluir, aqui, o José de Filippi, que foi Prefeito de Diadema, Deputado Federal, que foi tesoureiro da campanha do Lula, no segundo mandato; que foi tesoureiro da campanha da Dilma, e querendo trazer para cá, porque o mar de lama de Membros do PSB é tão grande que eles precisam tentar pôr alguém do PT.

Vejam: primeiro, em relação à declaração do Pagot, quando o José de Filippi pediu para ele elencar lá, 20, 30 empresas, para poder arrecadar recursos para a campanha da Dilma. Alguém, aqui... O PT, por acaso, precisa de Pagot, para ser apresentado por empreiteira, por banqueiro, por gente do agronegócio? Um Partido que tem 30 anos, um partido que tem a Presidência da República, um Partido que tem a maior bancada de Deputados Federais e de Senadores precisa de Pagot para ser apresentado para algum financiador de campanha? Não me parece razoável isso.

Então, mostra o seguinte: a CPMI está no rumo certo. O rumo certo é investigar o crime organizado do Carlinhos Cachoeira, que começou em Goiás, em que o Governador de Goiás, do PSDB, Marconi Perillo, está até o pescoço envolvido. É disso que se trata, e suas ramificações.

Então, hoje foi um dia memorável, porque teve coragem e firmeza o Relator de propor, e os membros desta CPMI mostraram que vão a fundo, doa a quem doer. Por isso da importância de, hoje, chamar, inclusive, o Paulo Preto para vir depor, para que ele explique a relação dele com a Delta, a relação dele com o Pagot, a relação dele com o grupo do Carlinhos Cachoeira e a relação dele, do caixa dois, com o Serra, com o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Passo a palavra...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para uma questão de ordem, Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Houve um equívoco, aqui, na votação em bloco.

Veja só, a proposta do Sr. Relator era de todos aqueles requerimentos que ele leu. Em algum momento, o Deputado Miro Teixeira pediu, mas não foi votado, não houve entendimento, não houve acordo, para que fosse retirado de pauta o Requerimento nº 651, que cria uma comissão, pela primeira vez com o apoio de todos, para que, em conjunto, três membros façam uma visita ao Sr. Cachoeira na penitenciária. É importante isso, em conjunto, porque, depois da entrevista que a sua esposa deu no Fantástico, demonstra que ele quer realmente falar. Existe, lá atrás já, uma posição do Sr. Cachoeira, num processo antigo, que é da GTech, que tem dentro uma delação premiada dele.

Nós temos que consultar em conjunto. Acho que é importante, é uma demonstração para a sociedade toda de que, pela primeira vez, estamos criando uma comissão de três para ir trabalhar, e trabalhar fora, inclusive. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Pitiman, queria perguntar a V. Exª, porque, na hora em que o Deputado Miro Teixeira fez um destaque, pediu um destaque, o Relator retirou. Então, como eu já procedi à votação, queria ouvir, então, um encaminhamento diferente do Deputado Miro Teixeira.

Por que quero dizer isso? Acho que isso deva acontecer, na medida em que tivermos clara sinalização de que ele queira falar. Em minha opinião, aquela fala na TV...

É o seguinte... Como foi retirado, eu colocar em votação novamente...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não foi retirado. Para ser retirado, teria que ter sido comunicado, e não foi comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quem não foi comunicado é o senhor...

Deputado Pitiman, deixe-me só esclarecer, porque é em respeito a V. Exª. Durante aquela votação, enquanto o Sr. Relator lia, quando ele leu esse requerimento, o Deputado Miro Teixeira fez um destaque àquele requerimento. Quando o Deputado Miro Teixeira fez o destaque – e aí depois eu peço para o Dirceu dar a degravação das fitas para o Deputado Pitiman –, o Deputado Odair Cunha, como Relator, disse: "eu, de ofício, retiro esse requerimento".

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se ele acolheu o destaque, temos que votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele acolheu o destaque.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então temos que votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero falar para o senhor uma questão de natureza regimental. Se votarmos hoje...

(*Manifestação de vários parlamentares.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havendo acordo, se alguém votar contrário, eu quero retirar do texto "visitar". Acho que se alguém tiver que ir lá é para ouvir e não visitar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, outra coisa. Não se trata de uma comissão, é um grupo de parlamentares, é uma diligência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. Vou fazer um processo de votação simbólico e vou encaminhar. Quero saber se algum dos Srs. Deputados é contrário à votação desse requerimento do Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não sou contrário à votação. Eu tinha requerido um destaque. Acho sempre que podemos debater, deliberar e votar. No fim das contas, somam-se os votos. Quem tem mais votos ganhou e quem tem menos votos perdeu. Normalmente é assim.

Neste caso, eu projeto um resultado muito ruim dessa visita. Penso que os membros que lá forem estarão, a partir do momento em que saírem, submetidos às ásperas análises sobre a sua iniciativa.

Concordo com o Presidente. Isso só poderia acontecer se houvesse, ao contrário, uma sinalização do Cachoeira, que numa circunstância dessa prestaria um depoimento lá. Senão V. Exª, com essa boa intenção, com essa intenção formidável de ouvi-lo, estará se expondo a um nível que penso que, para o seu próprio eleitor, não será compreendido.

Eu posso estar errado, mas é a impressão que tenho, é a análise que tenho, e falo pelo bem desta Comissão, pelo bem de V. Exª. Eu entendo, como também V. Exª, que não podemos ficar calados diante da insistência das entrevistas. Toda hora tem uma entrevista da senhora do Cachoeira dizendo que ele quer falar e todo mundo treme de medo. Ninguém aqui está tremendo de medo de nada, e talvez isso tenha mobilizado V. Exª.

Nós podemos acabar com essa frase e com seus efeitos se declaramos aqui que vamos convidar o Sr. Cachoeira e a senhora dele para aqui estarem, para falarem o que quiserem. Porque, nessa condição de convidados, eles não podem aceitar e chegar aqui e dizerem assim: agora vou ficar calado, porque aí será um desacato. Muda de figura. Como convocado pode; como convidado não. Ele vem se quiser. Agora, vindo, não pode silenciar, porque estará desacatando cada Deputado, cada Senador. Aí vem um mundo de questionamentos do que pode ser feito depois.

Sustento a minha posição contrária. Apelo ao Deputado Pitiman, que tem uma posição aqui muito razoável, lá na Câmara dos Deputados e aqui na comissão também, para aceitar ou pelo menos pensar nessa hipótese de converter em convite aos dois. Acaba a frase: nós queremos falar e todos estão tremendo de medo. Querem falar, então venham aqui. Sabe o que pode acontecer? V. Exª vai lá e ele ainda diz assim: não chamei ninguém aqui, eu não vou falar. E aí todos se comprometem, o que seria uma deliberação de cada um. Agora, como vão em nome da Comissão, penso que pode comprometer toda a Comissão.

Eu desejaria estar errado. Tenho a impressão de que não há risco de dar certo, como se diz em rodas do Rio de Janeiro.

Vou manter a minha posição contrária não pelo mérito que V. Exª busca, não é isso, é pelo procedimento, pela diligência que pode ter um resultado nefasto, apesar da boa intenção.

Mantenho a minha posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, depois ao Relator, para depois encaminharmos essa questão.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, eu discordo!

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito como Líder, mas é que houve uma questão de ordem. Vou concluir a questão de ordem e devolver a palavra como Líder, porque V. Exª é o próximo inscrito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não sei se o Deputado Miro Teixeira concordaria em me substituir na Mesa.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do Deputado Miro, porque o máximo que pode ocorrer é essa comissão, essa diligência lá chegar, e ele também não querer falar nada, OK, está encerrado o assunto, e acabou.

O importante é que as técnicas de investigação sejam exploradas ao máximo. Essa é uma delas. Num momento lá atrás, num entendimento no processo da GTech, ele aceitou, inclusive, uma delação premiada. Acho que, para resguardar a Comissão, não há dificuldade: levamos um aparelho de gravador, e se grava toda a conversa, registra-se toda a conversa. Entendeu? Com isso, evita-se qualquer tipo de constrangimento.

O que estamos adotando aqui é o mais correto na investigação. Nós não podemos trazê-lo aqui e obrigá-lo a falar. A lei não permite isso. E, por isso, tem se conseguido *habeas corpus*, desnecessariamente, inclusive até para testemunhas.

Então, o que estamos querendo usar é uma técnica natural de convencimento. Hoje, nós observamos, pelas declarações da esposa dele no Fantástico, que há tranquilamente uma posição clara: ele quer falar numa conversa em que ele possa se sentir seguro. E essa diligência poderá trazê-lo aqui com essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Vaz de Lima.

Depois, vou conceder a palavra ao Relator, para decidir sobre a questão de ordem. Estou decidindo sobre a questão de ordem.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero só tentar contribuir. Diante da fala do Deputado Miro Teixeira – e há tão pouca gente aqui! –, eu queria fazer uma sugestão. Eu queria pensar um pouco melhor sobre isso. Se a gente puder ouvir é bom. Como somos somente quatro pessoas aqui...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Na sessão administrativa de agosto, aí é outra conversa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Pode até ser outro momento. As ponderações do Deputado Miro me fazem refletir que, talvez, a gente tivesse de fazer uma discussão um pouco mais ampla. Pode ser até que a gente perca oportunidades. Isso faz parte do nosso processo. Mas, como esvaziou demais o *quorum*, corremos o risco de, mais na frente, falarem assim: "Puxa vida, não havia ninguém para falar alguma coisa assim?". Então, penso que a voz do Deputado Miro possa ser, neste momento, a voz da reflexão. Naquele outro momento, deveríamos ter aproveitado a Casa mais cheia, que, pelo menos, não correríamos o risco de, mais na frente, dizer-se assim: "Puxa, estavam lá três ou quatro pessoas!".

Então, eu vou me associar ao Deputado Miro. Eu gostaria que isso voltasse a ser discutido, se é que não há uma nova reunião assim, se é que não se pode fazer isso em algum outro momento, Sr. Presidente. Ainda agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar a questão de ordem do Deputado Pitiman depois de ter ouvido todas as ponderações.

Do ponto de vista procedimental, eu já tinha procedido ao encaminhamento do requerimento. Houve um pedido de sobrestamento de destaque, e o Sr. Relator, rapidamente, na sua leitura, disse: "Eu o faço de ofício próprio".

Uma segunda ponderação é feita sobre o *quorum*. Havendo divergência, se formos para uma votação – e me parece que, com divergência, não dá para ser simbólica a votação –, cairá o *quorum*, e aí nós vamos prejudicar a fala dos líderes.

Conversei com o Sr. Relator e pedi a ele se ele podia, na primeira reunião administrativa de agosto, apresentar esse seu primeiro requerimento, em consideração ao nobre Deputado Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Agosto é outro momento! Vou retirá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que estou sem...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Isso pode ser feito na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas a próxima reunião...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Mas a gente não vai aprovar. O Deputado Miro é contra. Basta uma... Estou dando só um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que, regimentalmente, não tenho...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Se não pedir verificação... Mas é um risco que vamos assumir diante da Comissão inteira, que não está presente aqui hoje, de aprovar uma diligência, sem a Comissão estar presente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se foi pedido para dar destaque, tinha de ter colocado em votação. Está compreendendo?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor está correto, Deputado Pitiman. O problema é que não há mais ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu acho que, com as considerações feitas, não tenho como proceder à votação. Ali, eu só...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, eu só quero dizer o seguinte: o Relator

poderia garantir que colocaria isso na próxima reunião administrativa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A questão que está posta, o objetivo é o mesmo, tanto do Deputado Miro como do Deputado Luiz Pitiman. O objetivo: facilitar o acesso, a informação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por que V. Exª agora não anuncia, como Presidente... Posso falar? O convite pode ser feito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, porque isso tem divergência em relação ao que diz o Deputado Pitiman.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sem prejuízo. Permita-me? Sem prejuízo das posições aqui colocadas, tem uma questão que pode ser, desde já, anunciada por V. Exª, porque convite pode ser por uma deliberação apenas do Relator e do Presidente, não precisa nem votar. Convite não precisa; convite? Vamos convidar.

Nós tínhamos, em outras CPIs, até o Vice-Presidente, o Maurício Corrêa, muitas vezes, despachou petições de membros de uma CPI; ele era Vice-Presidente e ele despachava. Isso acaba com qualquer especulação de que existe o medo de ouvir o Cachoeira ou a senhora dele. Sem prejuízo de na semana que vem, até, votarmos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Indago do Deputado Pitiman: V. Exª aceita transformar esse requerimento de diligência em um requerimento de convite? Porque aí nós poderíamos aprovar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Voto sem prejuízo, depois se vê.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Não dá para ser na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero ponderar o seguinte: na condição de Presidente, tendo um colegiado que decidiu sobre os demais...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) Aquele momento passou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aquele momento passou e ele passou às nossas vistas, não é? Então, o que eu quero pedir? Eu queria fazer esse apelo ao nobre Deputado Luiz Pitiman se nós poderemos tratar esse tema na primeira reunião administrativa. Semana que vai ter reunião? Não vai ter...

O SR. DR. ROSINHA (PT – RS) – Nós estamos chegando num ponto bastante comum aqui. Todo mundo sabe que tem que avançar no processo de investigação. Quando se colocou a questão de visita, que fica realmente uma palavra um pouco estranha, o próprio Presidente falou: "É uma diligência da Comissão" e o Deputado Pitiman aceitou como diligência desta Comissão.

A diligência, transformar-se o requerimento em uma diligência, não vai ter oposição de quem não está aqui. E, antes de se fazer diligência, o Presidente da Comissão consulta se há vontade de ser recebido pelo outro lado para ser ouvido, para não ir até lá. Tem que consultar. Tem que ligar na direção e consultar, dizendo: "Olha, está indo uma diligência com esse objetivo tal, de buscar informações". Ele tem advogado que fala por ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Dr. Rosinha, a Assessoria da Mesa me traz o art. 149, que diz o seguinte:

Art. 149. O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, por deliberação desta, [então, tem que haver a deliberação] poderá incumbir um dos seus membros ou funcionários da Secretaria do Senado da realização de qualquer sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

Estou trazendo aqui um tema regimental sobre a decisão. Do jeito que foi feito, nós tínhamos um colegiado cheio. Agora, eu quero saber se eu posso, tendo o colegiado agora esvaziado, encaminhar essa questão dessa maneira, embora eu tenha a visão de que nós temos que dar melhor atendimento, maior atenção a esse tema, que pode ser um tema bem encaminhado.

Agora, eu estou com uma outra questão, que é a questão regimental. Dois dos Srs. Deputados claramente se opuseram. Não há consenso, ainda que...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – De minha parte também não terá... (*inaudível*) ...tem que haver ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim. Está certo.

Deputado Pitiman, V. Exª...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – O Deputado Rosinha agora colocou um novo ingrediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Se aprovarmos que a Presidência possa consultar o detento, com o advogado dele, claro, se ele toparia receber... Aí talvez se pudesse encontrar uma saída. Nós temos é que convencer depois os nossos Pares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Isso é civilizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, Deputado, deixe-me eu colocar claramente o que penso sobre isso.

Se for para ele fazer uma oitiva, se for para nós, Comissão, por intermédio de uma diligência, ouvi-lo lá, eu tenho opinião contrária. Todo movimento nosso tem de ser no sentido de dizer que a Comissão está aberta, disponível para que o Sr. Carlos Cachoeira compareça a esta CPI e narre os fatos que lhe são imputados; que se defenda; que aponte caminhos, o que ele entender, ou seja, nós estamos abertos e disponíveis. Se nós...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há outra questão: Como é que se vai tentar ouvi-lo sem a presença do seu advogado? O primeiro contato tem de ser com advogado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A diligência de ir lá tem de ser no sentido de conversar com o advogado, de se colocar à disposição... Agora, não de ouvir, não de produzir uma oitiva no presídio. Aí eu tenho uma opinião contrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou entendendo que nós podíamos encaminhar da seguinte forma...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Se nós tivéssemos um quórum maior, essas coisas todas seriam discutidas entre nós.

Acho que ficou difícil para a gente, com um quórum tão diminuto, tomar uma decisão desta. Quer dizer, eu não sou contra! Já disse isso para o Pitiman desde o início. Mas, as ponderações do Deputado Miro Teixeira me levam a uma reflexão maior. Quando combinei aqui com o Deputado Pitiman, não havia essa reflexão. Quer dizer, eu tenho por norma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero fazer uma sugestão ao Deputado Luiz Pitiman: transformar a oitiva lá em um convite desta Comissão para que ele, se quiser vir aqui, faça as declarações que pretende fazer, segundo fala de sua própria... Então, isso mandar para ele, sua senhora e para o advogado. Então, transformar esse procedimento em um convite. Convidá-los para vir aqui e, publicamente, falarem e colaborarem...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É um procedimento investigatório completamente diferente, Presidente. Não é esse o objetivo da coisa, até mesmo porque ele vai vir aqui e ficará mudo da mesma maneira. O procedimento investigatório é que estamos trabalhando na diferença... Agora, eu concordo que não foi seguido pela Mesa o procedimento normal, se é que foi pedido, da forma que foi pedido, pois as pessoas que eu consultei e estavam no plenário, não viram...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, com a autorização do orador, porque é uma comunicação que estou recebendo...

O Cachoeira tem um depoimento marcado no dia 24 ou 25, agora, julho, e o Dr. Márcio já disse que ele não falará nada antes desse depoimento. Então, surge agora outra questão: esperar passar o depoimento dele na Justiça; mas agora eu passo a insistir no seguinte: desde já está convidado.

Depois da Justiça... Como está marcado: 24 ou 25... Está sendo confirmado agora. Agora surgiu outro fato que é a questão de causa superveniente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como ele tem um depoimento na Justiça e seu advogado disse que nada falará antes do depoimento na Justiça, minha sugestão é a de que, a partir do requerimento de V. Exª e de outro requerimento do Deputado Sílvio Costa, se transforme em um convite para que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, acrescento eu, Presidente: que tal designá-los para acompanhar o depoimento do Sr. Carlos Cachoeira na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já existe essa designação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aqui nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim, aqui na Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu gostaria de ter da Secretaria essa deliberação. Estou lembrando, agora que V. Exª está falando, que houve uma discussão desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Houve essa designação. Eles, inclusive, foram em Goiás, mas naquela época ele decidiu... Ele ganhou um *habeas corpus*. Então, minha sugestão é esta: reiterar um convite ao Sr. Carlos Cachoeira e à Srª Andressa para virem a esta Comissão prestar seus esclarecimentos.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não acho também que, com este quórum, dá para se transformar uma coisa em outra. Acho que o procedimento foi errado. Da mesma forma, entendo que o momento passou. Vamos verificar no andamento das coisas.

Agora, é inadmissível nós ouvirmos, através do maior complexo de televisão deste País, a mulher dele dizendo que ele tem muito a falar para o Brasil, e nós, aqui, hoje, não termos tomado a atitude correta de pelo menos uma diligência para constatar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu lhe agradeço, Deputado Luiz Pitiman, porque sei da seriedade do trabalho de V. Exª, das preocupações, inclusive em relação a esse tema.

Eu acho que, se houve um erro, foi um erro coletivo, de boa-fé de todos, porque não houve questionamento naquele encaminhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Erro de boa-fé. Mas eu peço que V. Exª não retire aquela sua decisão de já anunciar o convite. V. Exª a mantenha, porque uma coisa não está amarrada a outra. Pode fazer por despacho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, por segurança, eu vou fazê-lo em decisão colegiada também.

Então, passo ao próximo inscrito, para falar, como Líder, o Deputado Maurício Quintella Lessa, e solicito ao nobre Deputado Miro Teixeira que assuma a condução dos trabalhos. (*Pausa*.)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – V. Exª tem o tempo, além do marcado, razoável.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Muito obrigado. Eu acho que nem utilizarei o tempo inteiro, até porque eu me inscrevi para falar como Líder no início desta reunião, mas não foi possível. Então, grande parte do que eu gostaria de falar já foi vencido aqui hoje.

Mas acho que dois registros são importantes fazer. Primeiro, eu queria parabenizar a Comissão, os líderes desta Comissão e seus Membros, pelas reuniões que foram realizadas nesta semana e que resultaram numa mudança de rumo, numa mudança de procedimento, tanto nas convocações, que realizamos hoje quanto na postura desta CPMI. A CPMI, de uma vez por todas, caminha no ritmo de fazer a investigação.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, que, no dia 15 de maio, representando o Partido da República, apresentei o requerimento de convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot, não só pelas declarações que o próprio fez, em que disse à imprensa que gostaria de falar, mas porque o Partido da República quer que o Pagot venha aqui e esclareça tudo a respeito da sua passagem pelo Ministério dos Transportes, em que contingências se deu a sua demissão, e efetivamente para que o Brasil saiba quem é Pagot.

O Pagot, Deputado Miro Teixeira, é um representante da empresa Delta, é um emissário da Delta? Trabalha os interesses da Delta, como muitos aqui querem fazer transparecer isso, ou não? Ou, como mostram os grampos e a investigação, o Pagot foi objeto de articulação dos membros da organização Cachoeira com determinados setores da imprensa por justamente ter se contraposto a interesses da empresa Delta?

Há uma dicotomia aí, há uma esquizofrenia em relação a quem é o Pagot. Nós não sabemos, efetivamente, que interesses o Pagot representa.

Então, por isso que é fundamental que o Sr. Pagot venha e preste todos os esclarecimentos a esta CPMI, e que os membros desta Comissão se preparem para inquiri-lo.

Quero aqui registrar o apoio do Partido da República nessa convocação, não através do requerimento, mas na sua votação favorável, da vez anterior e dessa agora.

Eu queria aqui também, já que tenho tempo – V. Exª me concedeu até mais do que mereço –, fazer outro registro em relação ao que foi dito por um Deputado do PSDB, parece-me, em relação ao Presidente Lula. Segundo ele, esta CPMI teria sido criada por vontade do Presidente Lula em fazer perseguição. Bom, se o Presidente Lula estimulou a criação desta CPMI, posso lhe dizer que tanto eu quanto vários outros Parlamentares jamais fomos contactados nesse sentido. Mas, acertadamente, se ele estimulou, ele o fez e deveria ter feito. Isso mostra a sua sensibilidade e a necessidade que este País tinha de fazer esta CPI acontecer.

Sr. Presidente, Deputado Miro Teixeira, Srs. Deputados, está aqui a prova de que esta CPI produz conseqüências, e consequências benéficas para o País. Se esta CPI não tivesse sido instalada, muito provavelmente, o caso Cachoeira estaria, como tantos outros, dormindo nas Varas de Goiás. Com dormindo, eu não quero dizer que não estaria andando, mas estaria...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Já estariam soltos.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Os indiciados, provavelmente, já estariam todos soltos, trabalhando com muito mais facilidade, transitando com muito mais facilidade em suas “defesas” – falo defesa aqui entre aspas.

Temos já um Senador da República praticamente cassado por conta do seu envolvimento com essa organização, que foi, sem dúvida nenhuma, amplificada por esta CPI.

Temos Deputados Federais respondendo a uma sindicância na Câmara que, dificilmente, não virão aqui também, para prestarem seus esclarecimentos.

Esta CPI, através da quebra de sigilo da empresa Delta, evitou que ela fosse vendida para outro grupo que não sabemos exatamente quais interesses teria, ao fazer a compra da empresa.

Isso, entre outras questões aqui, que vamos investigar daqui para frente. Esta CPI tem prazo mínimo até novembro para funcionar.

Agora é que estão chegando aqui os sigilos, os cruzamentos, os dados do Coaf. É bom que fique claro para a opinião pública que não está sendo fácil para Deputados e Senadores fazerem o trabalho lá embaixo. Os documentos estão chegando a conta-gotas, truncados. Primeiro, é preciso começar a se familiarizar, ter o organograma de toda a organização. Não é fácil,

não é fácil. É preciso tempo para que se produzam os resultados que desejamos.

Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer hoje. Acho que avançamos profundamente no dia de hoje, nesta Comissão. Independentemente de quem estimulou ou não estimulou a criação da CPI, nós avançamos. É preciso que esta Comissão avance no sentido de fazer a investigação e deixe de lado, claro, dentro do possível, a política.

Por exemplo, convocar o tesoureiro da Dilma hoje aqui seria um erro político. Até o presente momento, não há nenhum fato que consubstancie ou que motive a convocação do Sr. José de Filippi agora. Daqui a uma semana, pode ter. Depois do que o Sr. Pagot falar ou depois do que o Sr. Paulo Preto contar a esta CPI ao vir aqui, nós poderemos ter que convocar o Sr. José de Filippi e tantos outros.

Portanto, seriam essas as considerações.

Parabéns à Comissão, parabéns à imprensa brasileira que tem prestado um serviço importante para com esta investigação. Que consigamos alcançar os objetivos que o País espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Na sequência, temos o Deputado Mendes Thame, o Senador Alvaro Dias e o Deputado Dr. Rosinha.

Tem a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, queremos salientar três rápidos pontos.

O primeiro é o seguinte: não se mede a atuação de nenhum partido ou de nenhum parlamentar por um voto isolado num dia apenas de votação. É o mesmo caso da frase que diz: os vaga-lumes brilham, mas não iluminam o caminho. Por que não iluminam o caminho? Porque não há uma sequência nesse facho de luz; é algo efêmero, que brilha um minuto e para. Para se medir a atuação de um partido, a atuação dos Deputados numa CPI, é preciso analisar a sequência dos seus votos. Em todos, absolutamente em todos os votos, de todos os requerimentos que foram submetidos a esta Casa, pedindo a convocação de alguém para trazer informações para melhorar o nosso conhecimento, para aumentar a nossa capacidade de análise, em todos os casos, sem nenhuma exceção, o PSDB votou a favor, inclusive hoje na tentativa do PT de colocar alguém lá que servisse de um contrapeso para que, estando lá o Engenheiro Paulo de Souza, nós não votássemos os demais. E foi essa a clara intenção da inclusão desse requerimento O PSDB votou a favor da convocação de todos, na convicção de que aqui vindo o Engenheiro Paulo de Souza, nada tem a esconder, nada tem a esconder. O seu trabalho foi um trabalho normal, um trabalho de engenharia que redundou em bons serviços prestados ao Estado de São Paulo.

Segundo ponto. Eu acho que nós não podemos mistificar. Aqui houve uma colocação de extrema relevância, que diz o seguinte: nós temos que investigar caixa 2 e toda contribuição oficial ao caixa 1, como foi dito, é legal e não precisa ser investigada. Isso é uma falácia. Precisamos tomar muito cuidado com essa falácia. Mesmo muitas das contribuições registradas normalmente podem não ser legais e podem não ser morais. É o caso de se procurar doações junto a empresas que têm vínculos com o Governo. Mais do que isso, procurar doações vinculadas, operações casadas, cartas marcadas com empresas que ganham obras desde que contribuam para um determinado partido.

Por isso a alegação de que o tesoureiro do PT estaria apenas procurando doações legais não é justificativa para não convocá-lo. Aliás, o Senador Alvaro Dias, quando fez a sua observação de encaminhamento do requerimento que pedida a convocação do tesoureiro do PT, foi muito didático, muito feliz nas suas colocações. Enquanto que com relação ao Engenheiro Paulo de Souza apenas se ouviu falar na citação da revista, com relação ao tesoureiro do PT o Sr. Cavendish fez afirmações diretas. Portanto, uma razão muito forte para que nós o trouxéssemos aqui, para que também o ouvíssemos. Se ele nada tem a esconder, melhor, é uma oportunidade de aqui esclarecer a sua atuação.

E o terceiro ponto. Hoje foi preso o Sr. Juquinha que dirigia a Valec, que era o Pagot do Dnit na Valec, o que mostra que a faxina, a pretensa, a pseudo, a falsa faxina que a Presidente Dilma teria feito nos Ministérios, Ministérios cujos ministros foram escolhidos por ela, essa faxina não ocorreu. E está aí: o Sr. Pagot está livre; o Sr. Juquinha foi preso hoje. Portanto, foi uma falsa faxina. Todos estão aí livres, na verdade rindo, zombando de todos nós, que até hoje não tivemos a competência de realmente elucidar esses casos que são de política e de polícia, para tentar criar aqui um arcabouço jurídico que ajude a proteger o erário e diminuir a captura de setores do Executivo por gangues, por organizações criminosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente Miro Teixeira, eu estou sendo cobrado agora da convocação de Deputados. Há requerimentos que foram propostos a esta CPI, convocando Deputados, e esses requerimentos ainda não foram votados. Então, há uma cobrança de quem acompanha os trabalhos

desta CPI, para que esses Deputados sejam também convocados a depor aqui.

Mas eu pedi a palavra, sobretudo, para repor, do ponto de vista da Oposição, algumas situações colocadas aqui hoje.

Eu ouvi alguns afirmando: "O PSDB tem medo". Eu pergunto: Medo do quê? Porque o PSDB votou favoravelmente à convocação do Sr. Paulo Preto? O PSDB tem só quatro votos nesta Comissão: dois Senadores e dois Deputados Federais, de trinta Membros da CPI o PSDB tem quatro votos. A outra... E esta é uma afirmação, portanto, que contraria a lógica, o bom senso e afronta a inteligência. Se o PSDB tivesse realmente medo, ele não estaria aqui propondo a convocação de todos: Cavendish, Pagot, Assad, votando favoravelmente à convocação de Paulo Preto, embora o entendimento seja de que não há nenhum *link* com dele com esta CPI, porque, na verdade, quando se fala da empresa Delta e se fala na obra de São Paulo, a obra referida nesta matéria da revista *IstoÉ*, não há presença da Delta nesta obra e Pagot diz: "Ouvi falar".

Portanto, há um convocado que é convocado porque alguém ouviu falar, mas e o outro? Onde está a lógica na convocação de um e na não convocação do outro? Não estaria havendo dois pesos e duas medidas? Isso não significa politização? Partidarização? É evidente que isso significa partidarização, porque, com relação ao tesoureiro do PT – que eu não conheço, não faço nenhum juízo de valor, não o julgo –, mas ele deveria estar aqui, deveria vir para depor, porque o Sr. Pagot disse que se reuniu com ele no Dnit, que é um órgão público, que é uma instituição do Governo, para discutir doações de campanha e que teria conseguido pelo menos de trinta a quarenta empresas que fizeram doações, fornecendo, inclusive, a conta bancária para que esses depósitos fossem efetivados.

Não importa aqui saber se a doação foi legal ou ilegal neste caso. O que importa é dizer que houve utilização da máquina pública na arrecadação de recursos para a campanha eleitoral, incluindo a Delta, que é empresa investigada, que é a razão maior das investigações atuais nesta CPI e, por isso convocamos, além de Cavendish, outros empresários ligados à Delta e ao Sr. Fernando Cavendish.

Portanto, o que ocorreu? Dois pesos e duas medidas. Se alguém tem medo aqui, não é o PSDB. Então, está havendo aí um direcionamento errado. O alvo está errado, a afirmação pode ser correta, mas o alvo é errado.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque medo tem quem votou contra a convocação do Sr. José de Filippi, porque, certamente, há questões que devem ser suscitadas com a presença dele.

Não há, portanto, Sr. Presidente, da parte do PSDB nenhum receio em ouvir quem quer que seja, ao contrário, nós temos receio de não ouvir. Nós queremos que venham todos e que essa investigação possa ser concluída de forma a atender as expectativas da população do País. Eu tenho que reconhecer que hoje houve um avanço, não há como negar. A convocação de Pagot e a convocação de Cavendish são avanços e nós esperamos que eles venham depor logo no início de agosto; e a reconvocação de Cachoeira também se faz urgente. Há aqueles que querem visitá-lo no presídio, considero isso desnecessário, mas a presença dele aqui e imprescindível. É aqui que o seu depoimento pode ter validade jurídica e produzir consequência, portanto, jurídica. Não creio que devamos ir até a Papuda, ele é que deve vir até aqui, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente, entendendo que a partir de agosto esta CPI tem que ser recolocada nos trilhos da investigação para valer.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Esta CPI já está no trilho da investigação. Basta chegar à sala chamada sala-cofre, onde nós encontramos milhares de documentos para analisar. Às vezes, passei menos vezes lá que o Deputado Miro Teixeira, mas chega a quase dar desespero por não saber por onde começar ou dar continuidade àquilo que se estava investigando.

Eu pedi a palavra, Deputado Miro Teixeira, até porque fui o autor do requerimento da convocação do Sr. Paulo Vieira de Souza e por mais de uma vez meu nome foi citado; e quero usar agora da palavra. Não quis interromper votação, porque sei que ia atrapalhar.

Esta CPMI foi constituída para investigar uma organização criminosa. Ela não foi criada para investigar processo eleitoral. É lógico que se a investigação, se a organização criminosa atuou em processo eleitoral, sim. Mas não é o caso que se tem nenhum comprovante das últimas eleições, quando se tenta envolver o Deputado Filippi ou quando se tenta envolver a Presidenta Dilma.

Quando eu entrei com o requerimento para convocar o Sr. Paulo Vieria de Souza, foi porque, na edição da revista *IstoÉ* de nº 2.221, de 1º de junho de 2002, o ***ex-diretor*** do Departamento ***Nacional de Infraestrutura de Transportes*** Sr. Luiz Antonio Pagot afirmou

que os tucanos de São Paulo fizeram pedidos para caixa 2 e ele se recusou.

Pagot contou à revista que recebeu pressão para deliberar R$264 milhões de aditivos para a conclusão do trecho sul do Rodoanel. "Quem era o Sr. Paulo Vieira de Souza?" "Ele foi diretor da Dersa, empresa Desenvolvimento Rodoviário S. A. de São Paulo, no período de 2007 a 2010." Esse período começou agora, no dia 3 de maio de 2002, a ser investigado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que abriu um processo de investigação justamente para investigar a ampliação da Marginal Tietê, em São Paulo, entre as quais o denominado lote 2, realizada pelo Consórcio Nova Tietê, da qual a Delta faz parte. Então, aí é que está a questão do elo da organização criminosa, empresa Delta e o lote 2 da Marginal do Tietê.

Também, nesse caso, eu quero lembrar que o referido cidadão Paulo Vieira de Souza foi citado já na operação Castelo de Areia como suspeito de ter recebido, como agente público, na ocupação desse cargo, propinas da construtora Camargo Corrêa. Mas aqui a função é fundamentalmente pela empresa Delta.

Então é nesse sentido que eu pedi a convocação dele. Quando foi pedido o requerimento, para aprovar o requerimento da convocação do Deputado Filippi, eu me posicionei contrário. Mesmo não podendo votar, o meu partido se posicionou contrário, até porque disse que a Delta – foi dito por alguns parlamentares aqui – atuou em 23 Estados, e há suspeita de ilegalidade em alguns deles.

Em um deles, é o próprio Estado de São Paulo que envolve o Sr. Paulo Vieira de Souza, não envolve o Sr. Filippi. E o Sr. Filippi, quando é citado pelo Pagot, é no sentido de obter nomes de empresas que fizeram doações, que foram todas declaradas legalmente. Não há nenhuma citação do Filippi em nenhum dos documentos da Operação Castelo de Areia, nem na Vegas, nem na Monte Carlo. Nenhuma citação. É por isso que nós ficamos tranquilos no sentido de fazer a defesa do Filippi.

E o próprio Relator, quando encaminhou o requerimento que recebeu, ele não recomendou votar contra os dois, ele mesmo afirmou que, na sequência, se necessário, seria convocado. Como se quis votar hoje, foi rejeitado, como deveria ter sido.

Então, Presidente, eu agradeço por ter ficado me ouvindo. Muito obrigado. Até a semana que vem, quando faremos outras reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – É sempre um prazer, Deputado Dr. Rosinha.

Antes de encerrar esta reunião, eu convoco nova reunião da Comissão para a próxima terça-feira, dia 10, às 10h15min, com pauta a ser definida pelo Presidente da Comissão e comunicada às Srªs e aos Srs. Membros.

Está encerrada a reunião. – **Senador Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 16 de maio de 2012, às dezesseis horas e quarenta minuto, na Sala nº 07 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião foram apreciados os seguintes Requerimentos:

ATAS DA 21ª Á 24ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO B" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 17 DE AGOSTO DE 2012

ATA DA 21ª REUNIÃO.....4

ATA DA 22ª REUNIÃO.....58

ATA DA 23ª REUNIÃO.....72

ATA DA 24ª REUNIÃO.....99

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião realizada em 10 de julho de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Álvaro Dias (PSDB-PR), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC) **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vandelei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores** Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM- MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados** Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Chico Alencar (PSOL-RJ), Paulo Feijó (PP-RJ) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade, ocorreu a oitiva do senhor Raul de Jesus Lustosa Filho, prefeito de Palmas-TO, na condição de testemunha, acompanhado de seu advogado o Dr. João Agripino de Vasconcelos Maia, OAB-DF 482-A.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Peço aos Srs. Parlamentares que assumam seus lugares, aos Srs. jornalistas, assessoria, que tomem seus assentos.

São 10h35min, havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, havendo quórum para deliberação na Câmara e no Senado, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, na condição de testemunha.

Com a palavra, pela ordem, o ínclito e querido amigo Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado pelo ínclito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o senhor o é, sempre será.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, muito obrigado.

Sr. Presidente, até um determinado momento histórico, os processos judiciais eram feitos de forma apenas oral, depois, eram reduzidos a termo por escrito e só alguns sábios sabiam escrever. Depois, chegou a máquina de datilografia – e todos aqui fizemos aquela aulinha de datilografia –; depois, o processo passou a ser reduzido, através da informática, depois, Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou uma lei, a Lei nº 11.419, de 2006, que dispõe – e como ninguém pode alegar o desconhecimento da lei, notadamente os legisladores – o seguinte: "Dispõe sobre a informatização do processo judicial".

E diz no seu art. 1º: "O uso de meio eletrônico, na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças judiciais será admitido nos termos desta Lei".

O seu § 1º, que nos interessa, diz assim: "Aplica-se o disposto nesta Lei indistintamente aos processos civil, penal e trabalhista".

Sabemos que, pela Lei nº 1.579, de 52, que rege as CPIs, aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil.

Muito bem, fiz esse arrazoado para fazer um requerimento a V. Exª. Temos, aqui, uma gravação em que o depoente, S. Exª, o Prefeito de Palmas, participa de uma reunião, no mínimo, curiosa, no mínimo, curiosa, com o Cachoeira, não é isso?

Então requeiro a V. Exª que possamos assistir a esse vídeo fantástico, que, inclusive, já apareceu nesta revista televisiva, para que possamos fazer a comparação entre o que S. Exª vai dizer e o que ele já disse,

numa espécie de acareação com ele mesmo, ou acareação eletrônica, porque aqui esta Lei prevê. Esse é o pedido que faço a V. Exª.

Permita-me só argumentar: não há que se falar aqui em segredo de justiça no tocante a essa gravação, não há que se falar em segredo de justiça, até porque isso já foi mostrado no programa Fantástico. E seria um absurdo da nossa parte entender que o segredo de justiça ainda acoberta essa gravação. E, ademais, Sr. Presidente, essa gravação não foi feita nos termos da Lei nº 9.296, que trata de interceptação telefônica, onde teríamos o sigilo; é uma gravação de um espaço físico que o próprio Cachoeira fez, e, portanto, vejo que não há que se falar em segredo de justiça.

Eu gostaria de ver essa gravação, para, depois, fazermos as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou analisar o requerimento de V. Exª, primeiro, tomando o arrazoado de V. Exª como sempre o faz, primeiro, de forma extremamente respeitosa com esta Presidência, como não poderia deixar de ser, pela sua conduta moral e ética na condição de Senador da República; pelo caráter que V. Exª tem, V. Exª firmou com esta Presidência, antes mesmo da reunião começar, que haveria de fazer esse requerimento. Torno público isso porque sempre é minha conduta, até para resguardar as honrosas ligações que eu tenho de amizade com V. Exª. E passei a raciocinar sobre o requerimento de V. Exª e, ainda, continuo a fazê-lo. Primeiro, porque eu quero entender a qualidade dessa gravação, e, inicialmente, faço uma preliminar ao arrazoado de V. Exª.

Assiste em razão V. Exª no seu arrazoado preliminar sob ponto de vista jurídico pela lei que V. Exª sustenta e pelo seu parágrafo. Em nenhum momento, discuto. E aí, começo a procurar entender – e quero dividir com V. Exªs – a qualidade dessa gravação. E as minhas dúvidas – e também as divido com a minha competente assessoria – estão na qualidade dessa gravação: se é legal ou ilegal, se foi obtida de forma legal ou ilegal. Segundo: se essa gravação estava mantida na CPI sob sigilo. Terceiro, se nesse sigilo houve ou não vazamento e se esse vazamento tornou a matéria de domínio público.

Então, são essas as minhas dúvidas para atender ou não o requerimento de V. Exª. Devo tirá-las ou defini-las até o momento em que V. Exª usará da palavra quando orador inscrito. Farei isso oportunamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas para *(Falha na gravação.)* ...Senador Pedro Taques é vermos o vídeo da matéria jornalística da Rede Globo. Não é da Policia Federal, não é da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que é o fundamento da convocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não está reproduzindo nada daquilo que está nos autos, está reproduzindo aquilo que a imprensa já levou à sociedade brasileira. Então, vejo de bom alvitre que isso seja atendido, até porque eu ainda não vi esse vídeo e gostaria de ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone*.) – Sem esse vídeo, não haveria elementos para que essa convocação ocorresse.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo (PMDB – PB) – É o fundamento da convocação dele.

Com a palavra**,** o Senador...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas quero sugerir a V. Exª que não passe o vídeo, pelas seguintes razões: muitos aqui vieram pelas mesmas razões; muitos dos que foram convocados foram porque algumas redes de TV transmitiram materiais que são das Operações Monte Carlo e Vegas. E nós tivemos o mesmo procedimento. Muitas gravações saíram dos materiais colhidos aqui, entre eles, esse. E todos esses materiais sob segredo de justiça. E nós demos o mesmo tratamento aos demais investigados e testemunhas. Portanto, não vejo necessidade. E se é algo de domínio público, todos a conhecem. Portanto, como não demos esse tratamento aos demais, creio eu que não precisamos dá-lo ao depoente no dia de hoje.

Portanto, acho que é desnecessária a transmissão, por razão de isonomia. Não tratamos quaisquer dos depoentes dessa forma. Assim, sugiro que déssemos, Sr. Presidente, o mesmo tratamento ao depoente de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação com relação ao que disse o Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira. O que acontece? As outras transcrições estavam, todas elas, sob sigilo e eram transcrições de conversas telefônicas. Colocarmos o vídeo com uma transcrição que podemos ler é diferente de colocarmos um vídeo que podemos ver, até porque muitos aqui não tiveram oportunidade de ver aquele vídeo no momento em que passou no programa Fantástico. Lembro a V. Exª que teremos mais de cinquenta outros vídeos, que dúvidas poderão existir em uma transcrição feita pela polícia, por escrito obviamente, e a dúvida não persiste. Num vídeo, dúvidas, semblantes, falas, tudo pode ser diferente.

Eu acho que adotarmos hoje a postura de não colocarmos vídeo, sabendo que nós teremos, na expressão do Senador Randolfe, uma videoteca pela frente, seria tolher a capacidade investigativa desta Comissão.

Eu pondero a V. Exª que acolha o pedido do Senador Pedro Taques, porque já existem decisões inclusive do Ministro Celso de Mello, que é decano do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não há que se falar de sigilo de fato notório.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Lessa. Depois, Alvaro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, pedi a V. Exª pela ordem.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas de que as intenções do Senador Pedro Taques são as melhores possíveis, mas é preciso que V. Exª decida com muito cuidado, porque o que ele está pedindo neste momento pode servir, à frente, não só para constranger testemunhas, mas também como objeto obstrutivo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Vou lhe dar um exemplo aqui. Nada impede que uma testemunha venha a esta Comissão ou outra testemunha venha a esta Comissão e que um Deputado ou um Senador – uma ou cada uma que chegar aqui – peça também para ouvir todos os áudios que estão disponíveis nesta Comissão ou que foram publicados na imprensa e os vídeos também. E são inúmeros, inúmeros!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Então, se a forma será isonômica, saiba V. Exª que estará sujeita não só esta Comissão, mas esta Mesa a esse tipo de pedido à frente, com o intuito de obstruir também os trabalhos da Comissão.

Seriam esses os esclarecimentos e a contribuição que eu daria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Lessa.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o que importa é estabelecer prioridades. Há vídeos que são importantes, como esse, e que deveriam realmente ser expostos.

A propósito do sigilo, o Ministro Lewandowski autorizou esta Comissão a abrir o sigilo quando entender conveniente e adequado.

Eu aproveito, Sr. Presidente – sei que V. Exª tem se esforçado –, para insistir que os demais vídeos que foram apreendidos no dia 29 de fevereiro na casa do Sr. Adriano Aprígio são vídeos que foram apreendidos juntamente com esse e não chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chegaram, Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estão aí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esses vídeos não chegaram. Alega-se que estão ainda sendo peritados. Ora, Sr. Presidente, a CPI tem poder para requerer vídeos sem peritagem. A Polícia Federal tem o dever de entregar à CPI.

De outro lado, Sr. Presidente, há requerimento que solicita informações sigilosas do Coaf que não chegam... Aliás, não foi aprovado nesta CPI o Requerimento nº 127, de minha autoria, que pede o Relatório do Coaf sobre movimentações atípicas da Delta. Só a revista *Veja* já publicou três matérias diferentes com base em Relatório do Coaf, relatório de informações sigilosas sobre movimentação financeira atípica, e a CPI ainda não recebeu.

Portanto, esse é um caso, mas o dos vídeos é essencial, porque nós sabemos que esses vídeos trariam para a CPI outras autoridades públicas que eventualmente estariam sendo poupadas não pela Mesa, não pelo Relator, não pelo Presidente, mas por aqueles que se negam ou se recusam a entregar esses vídeos.

Essa é a razão da nossa insistência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Deputado Onyx, os senhores vão sempre me ouvir e já estão acostumados – eu lhes peço desculpas... E sempre que for necessário, eu vou lhes pedir desculpas –, porque algumas vezes eu posso não lhes chamar de Senador ou Deputado, mas dentro dessa minha fórmula de presidir e de tratá-los, aqui todos nós somos absolutamente juízes e iguais.

Antes de me reportar ao Deputado Onyx, eu queria me reportar ao Senador Alvaro, dizendo a ele que já chegaram os vídeos – só um minuto, Senador, por favor –, já chegaram os vídeos da chamada videoteca, de que o Senador Randolfe falou, do Cachoeira. Já estão aí. Agora, quanto aos vídeos a que V. Exª se refere, eu já cobrei, por duas vezes, da Polícia Federal, que está com quatro analistas e já estão chegando, de forma como o Deputado Miro Teixeira cobrou a esta Comissão. Olhe que não estou querendo fazer nenhuma digressão, porque o Senador Álvaro, ao se

posicionar a respeito de uma conduta que nós vamos ter e essa conduta – atentem os senhores – que foi provocada, de forma inteligente pelo Senador Pedro Taques, agora, com a testemunha que vai depor, ela não é uma conduta de prioridade; ela é uma conduta que a Comissão e a decisão desta Presidência não vai valer apenas para esta testemunha ou para esse vídeo. Por isso o meu cuidado, o nosso cuidado Deputado Paulo Teixeira. Não é uma conduta de prioridade para esta testemunha; é uma conduta que poderá levar a um novo procedimento. Então eu estou tendo todos os cuidados.

Mas como houve uma digressão do Senador Alvaro Dias, eu quero dizer que o Deputado Miro Teixeira cobrou de forma veemente que a CPI tivesse aqui um rol – esse foi o termo – com nomes para que fosse mais facilmente pesquisado de acordo com esses áudios brutos. Por isso que nós não temos ainda o trabalho concluso pela Polícia Federal. Mas estão quatro técnicos analistas da Polícia Federal permanentemente. E com trabalhos que excedem às 18 horas por dia sobre esses áudios.

Agora, a videoteca que o Senador Randolfe se referiu já está – eu peço a assessoria para me informar – inseminada em nossos... E foi dela que saiu esse áudio...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é parte da videoteca que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – E foi dela que saiu esse áudio, e foi dela que estava sob segredo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós queremos a coleção completa, Sr. Presidente. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – A coleção completa está aí.

E foi dela que saiu esse áudio, e foi dela que esse material está sob segredo, material que foi colhido de forma ilegal – e os senhores sabem disso –, de forma ilegal sob o ponto de vista jurídico, e é por isso que estou ouvindo V. Exª.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, primeiro, desde que houve uma divulgação na mídia, o material é público. Quero lembrar aqui que a CPI da Terra se valeu de vários vídeos que foram apresentados, tanto vídeos que faziam parte do processo investigativo, quanto vídeos que vinham para dar suporte a quem aqui vinha prestar depoimentos e esclarecimentos.

Portanto, a apresentação de material que é de domínio público não incorre. Quero pedir essa ponderação a V. Exª. E nenhum risco nem para a CPI, nem para a investigação e nem para o que quer que seja. Então eu quero afirmar aqui que nós os Democratas apoiamos a iniciativa do Senador Taques, porque entendemos que contribuirá para o melhor esclarecimento e, principalmente, a condução da inquirição que será feita aqui ao prefeito que vai estar aqui.

Mas eu queria, Sr. Presidente, a atenção do senhor e do senhor relator. Faz 15 dias, Sr. Presidente, hoje, que este Deputado cobra a chegada aqui dos dados da Delta. Eu estou aqui; nós estamos trabalhando; aqui já tem um diagrama de como é que o dinheiro é depositado, para onde vai, quem é que retira. Eu tenho aqui, inclusive, o mês a mês e por trimestres, como é que o dinheiro foi aplicado na Alberto e Pantoja, na Brava. Nossos técnicos estão trabalhando. Agora, quero dizer que há duas contas fundamentais: HSBC, que não enviou até hoje, e eu não sei por que, os dados da Delta; e curiosamente ele não manda desta conta em específico, que nós precisamos para ter os esclarecimentos e poder fazer os cruzamentos que são indispensáveis.

Então, quero dizer que o Banco HSBC não está cumprindo com aquilo que a CPI tem, ou seja, o poder e tampouco com aquilo que o Banco Central determina que o banco faça. A outra questão é o Banco Bradesco, posto que ainda não veio a conta que tem origem lá no Rio de Janeiro, fundamental para nós entendermos.

Como era o *modus operandi* da Delta? A Delta recebia dinheiro de uma conta, por exemplo, do Banco do Brasil; aí, ela jogava para outra conta, em outra agência do Banco do Brasil; depois, ela jogava de novo para outra agência do Banco do Brasil; depois, ela mandava ou para o Bradesco ou para HSBC; e, daí, esse dinheiro era jogado nos laranjas.

Então, se não tivermos como acompanhar o trânsito desses recursos, a investigação fica capenga e não conseguiremos fechar as conexões.

Então, volto a insistir com V. Exª para que a CPI volte ao Banco Central, à Presidência do Banco Central, para que o HSBC e o Bradesco concluam aquilo que é dever dessas instituições financeiras, isto é, atender ao comando desta CPMI e do próprio Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós, anteriormente, já havíamos destacado essa omissão por parte exatamente desses dois bancos, Bradesco e HSBC. Eu creio, Sr. Presidente, que urge uma tomada de providências por parte desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Exªs, Deputado Onyx e Senador Randolfe, que redijam um ofício a esta Presidência,

comunicando os dois fatos, para que esta Presidência, de posse do ofício de V. Exªs, reitere as providências já tomadas por esta Presidência de forma urgente.

O SR. ONYX LOREZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência... Antes, porém, ouço o Deputado Domingos Sávio, para que eu possa, ao final, decidir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu vou ser objetivo, ainda porque o assunto já está por muito se alongando.

Eu apenas insisto, com todo respeito ao Líder Paulo Teixeira, nosso Vice-Presidente, que não há, no meu entendimento, essa relação que ele descreveu de que nós temos várias situações que tenham sido exibidas.

A verdade é que vídeo relacionado com todo o esquema de Carlinhos Cachoeira, que eu tenha tido conhecimento, que foi transcrito em veículos de comunicação, é esse vídeo, de uma forma clara e direta. Nas gravações telefônicas não têm o que se ver; elas são transcritas.

Então, todas as vezes que nós debatemos aqui ou que inquirimos algum depoente, sobre quem havia alguma necessidade de explicar as gravações telefônicas em que seu nome era citado ou das quais ele era interlocutor, nós dispúnhamos, na integra, dos dizeres das gravações transcritos. A situação de vídeo é absolutamente diferente. O vídeo traz não só a fala, mas os movimentos, os gestos, e, de fato, nós não dispomos dessas transcrições.

Como foi bem lembrado pelo Deputado Carlos Sampaio, nós estamos nos referindo a um fato público e notório, de que o Brasil inteiro tomou conhecimento. O Deputado Paulo disse que nós todos vimos. Eu vi rapidamente, mas não tenho memória absolutamente clara de cada dizer. E, para nós fazermos aqui uma reunião absolutamente produtiva, inquirindo do depoente por que ele foi procurar o Sr. Carlinhos Cachoeira, quais as vantagens que, como deu a entender no vídeo, ele poderia ter nos negócios e quais as contribuições que ele esperava ter nesse encontro com Carlinhos Cachoeira, e acho que é fundamental que a gente veja esse vídeo.

É essa a nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A atividade sensorial, até a própria formação humana... Eu, que tenho uma formação religiosa, sei que Deus não fez nada por acaso, nos deu dois olhos, um nariz, uma boca e nos deu também dois ouvidos, e a capacidade auditiva também, meu querido Deputado Domingos, faz com que gravações aqui expostas, para um bom ouvinte, tenham também a força de uma interpretação aguda.

Por isso, meu caro e querido Senador Pedro Taques, indefiro o requerimento de V. Exª. O vídeo veiculado de forma ilícita por matéria jornalística, como prova obtida de forma, ferindo o sigilo do processo judicial pode influir nos andamentos da oitiva de hoje.

Esta CPI deve resguardar o sigilo em respeito à ordem constitucional.

Trata-se de matéria de prova viciada da teoria da derivação ilícita, a teoria do fruto da árvore envenenada, que V. Exª conhece melhor do que eu. A oitiva de hoje é matéria de prova, portanto, haveria derivação ilícita.

Esta é a decisão desta Presidência.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só quero agradecer a gentileza de citar essa decisão. Eu só queria saber o ano dessa decisão, porque o Supremo já mudou sua posição. Só o ano, só o ano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou dar a V. Exª.

Mas eu debato com V. Exª e respeito, porque V. Exª joga uma pedra hoje – joga uma pedra não –, alcança uma posição hoje e eu tenho que ter a inteligência – e a minha é muito anos-luz atrás da de V. Exª – para ter o alcance aonde V. Exª quer chegar, Senador Pedro Taques.

Mas agradeço o debate de V. Exª. *(Risos.)*

Chamo a testemunha.

Esse Senador é fantástico!

A matéria é de domínio público, está no *site* da TV Globo. Eu peço a V. Exªs que assistam. A quem não conhece, peço a V. Exªs que tragam seus assessores. Deve estar no *site* da Rede Globo de Televisão, matéria jornalística Fantástico, não é?

Chamo Raul de Jesus Lustosa Filho, Prefeito de Palmas, na condição de testemunha. *(Pausa.)*

Presente na reunião o Sr. Raul de Jesus Lustosa Filho.

A convocação é decorrente da aprovação dos Requerimentos nºs 487, da Senadora Kátia Abreu; 641, do Senador Alvaro Dias; 642, do Deputado Rubens Bueno; 659, do Senador Randolfe Rodrigues; 666, do Deputado Paulo Teixeira; e 681, do Deputado Carlos Sampaio.

O depoimento transcorrerá conforme o Item IV do Manual de Procedimentos, adotado por esta Presidência, e é de conhecimento de todos.

Na condição de testemunha, o Sr. Raul de Jesus Lustosa assinará o termo.

Com a palavra o depoente.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu passo às mãos de V. Exª uma cópia do meu...

Excelentíssimo Senador Vital do Rêgo, Excelentíssimo Deputado Odair Cunha, Presidente e Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Srªs e Srs.

Senadores; Srªs e Srs. Deputados; senhores servidores do Congresso Nacional; senhores membros da imprensa e demais presentes, permita-me, Sr. Presidente e Membros desta Comissão, antes de tudo, agradecer a Deus o apoio que tenho recebido de minha família, patrimônio que busco resguardar acima de tudo; de minha querida esposa Deputada Solange Duailibe; do povo de Palmas e do Tocantins e pedir sua proteção para que me dê forças e me ilumine a fim de que possa espancar definitivamente as acusações que me foram feitas, esclarecendo todos os fatos, um por um. E, ao final, obter o reconhecimento de minha conduta ilibada preservada e mantida em todos os atos de minha vida pública.

Chego aqui com o espírito desarmado e afirmo, com toda a serenidade, que não procurei qualquer Membro desta Comissão, nem do meu Partido, para a busca de apoio e proteção precisamente porque, humildemente, consciente de que nada devo e, portanto, nada temo.

Desejo, inicialmente, fazer uma breve apresentação da cidade de Palmas, capital do nosso Estado e destacar os seus avanços nos últimos oito anos. Avanços esses que são sentidos pelos mais diversos setores, tanto no campo administrativo quanto no econômico. Passamos por uma melhoria sensível na qualidade da educação, da saúde, da habitação, infraestrutura, nos serviços públicos sociais e tantos outros. Esse crescimento não é fruto apenas de nossa avaliação pessoal, mas está amparado em pesquisas realizadas por importantes institutos respeitados nacionalmente.

Vale salientar que não foram pesquisas encomendadas pela administração municipal, mas realizadas espontaneamente para verificar o crescimento brasileiro, a exemplo do índice Firjan de desenvolvimento econômico e social e do IBGE, entre outros. Em novembro de 2011, o índice Firjan de desenvolvimento municipal apontou Palmas entre as 100 melhores cidades do País, em termos de desenvolvimento no ano de 2009. Nossa cidade é a primeira da Região Norte a aparecer na pesquisa, mostra ainda que, pela primeira vez, Palmas sai do índice moderado de desenvolvimento em saúde e educação e alcança alto desenvolvimento como no índice de emprego e renda, em que também a vertente é crescente, chegando ao terceiro ano consecutivo sendo considerado de alto desenvolvimento.

Esses índices refletem o zelo que temos para oferecer serviços públicos de qualidade, a exemplo da educação. Em 2010, alcançamos resultados de primeiro mundo. Segundo a avaliação do índice de desenvolvimento da educação básica, ainda em 2010, já havíamos cumprido a meta estabelecida pelo Ministério da Educação para 2015.

Hoje, o programa que vemos lançado pelo Governo Federal, sob o título Brasil Carinhoso, reconhece o formato em nossos centros municipais de educação infantil que já havíamos adotado desde 2006, em que nossas crianças são recebidas desde os quatro meses, estimuladas e inseridas no contexto do desenvolvimento cognitivo e social, com participação da família e da comunidade. Em 2004, eram atendidas 860 crianças e atualmente esse número é de 7.500 crianças, chegando a 11 mil até dezembro deste ano.

Na verdade, Srs. e Srªs Senadoras e Deputadas, nos orgulha...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu não quero ser polêmico nem tumultuar o trabalho, mas ele não pode falar sobre outros assuntos, a não ser aqueles que dizem respeito à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, me permita, mas a palavra está com a testemunha. Todos os outros depoentes fizeram o mesmo aqui. Por favor, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É, infelizmente, fizeram, o senhor tem razão. Mas isso é um equívoco da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os outros fizeram o mesmo. Não tumultue, Senador. Por favor.

Com a palavra a testemunha.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na verdade, Srªs e Srs. Senadores, e Srªs e Srs. Deputados, nos orgulha que o trabalho desenvolvido em Palmas tenha promovido uma verdadeira revolução na educação, eleita como prioridade absoluta de nossa gestão. Saímos de um modelo convencional para escolas de projetos arquitetônicos inovadores, com estruturas dotadas de uma série de equipamentos para o esporte, arte, lazer e cultura, tais como piscinas olímpicas, quadras poliesportivas, salas de informática, refeitórios, auditórios, dentre outros.

Hoje, as famílias de classe média e média alta fazem o caminho inverso, trazendo seus filhos das escolas privadas para as escolas públicas do Município.

Na saúde, somos referência tanto para o interior do Tocantins quanto para alguns Estados limítrofes, a exemplo do sul do Pará e do Maranhão, que buscam atendimento na saúde pública de Palmas. Temos uma rede completa de Programa Saúde da Família, composta por 45 equipes, e 35 unidades de Saúde da Família, sendo que com esses quantitativos alcançamos a maior cobertura proporcional do Brasil, 87%. Possuímos também 18 equipes de Saúde Bucal e 12 equipes de Programa de Agentes Comunitários de Saúde que atendem na zona rural. Até o final deste ano, construi-

remos as sedes próprias das 17 Unidades de Saúde Básica, todas padronizadas, além de duas unidades de pronto atendimento.

Buscamos a independência e autonomia financeira através da administração de recursos próprios. Para isso, promovemos a revisão do Código Tributário e estimulamos o contribuinte a quitar débitos antigos. Com isso, aumentamos a arrecadação, que era de cerca de R$70 milhões em 2009, para aproximadamente R$100 milhões em 2011, o que significa um crescimento nos índices arrecadados de 30%, valores esses que são revertidos em benefícios para a população.

Fomos a primeira administração a reconhecer e garantir os direitos dos servidores municipais, que hoje contam com plano de carreira, com o sistema previdenciário consolidado e avaliado como um dos melhores do País, executado através do Previ Palmas, sem a participação de empresas privadas, sendo operado exclusivamente pela Caixa Econômica e pelo Banco do Brasil.

A cidade de Palmas está também entre as dez cidades brasileiras que conseguiram cumprir todas as fases de execução do PNAFM, Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Na estruturação da cidade, construímos quase cinco mil unidades habitacionais, com projeção de chegarmos a oito mil unidades até o final de 2012, entre construídas, em construção e contratadas. Construímos quase quatro vezes mais que todos os nossos antecessores juntos. Nossos programas habitacionais são referências em qualidade das obras e no acompanhamento social das famílias, a exemplo do Habitar Brasil BID – HBB Santa Bárbara, que foi indicado pela Caixa Econômica Federal entre as 30 melhores práticas de habitação do País.

Asfaltamos quadras e avenidas, duplicamos e ampliamos, iluminamos a Avenida Teotônio Segurado, que é a principal artéria da cidade. Hoje, Palmas recebe, além de pavimentação, toda estrutura de drenagem, com grandes galerias para o escoamento das águas pluviais, o que permitirá o fim dos alagamentos que até então são comuns na cidade.

Todas essas obras foram precedidas de licitações púbicas, realizadas conforme a legislação vigente.

Por toda essa nova mentalidade de gestão que empreendemos na cidade de Palmas, temos como resultado a atração de grandes investidores, como representantes de redes de supermercados atacadistas, *shoppings centers.* Oferecemos condições logísticas para empresas interessadas em investir na cidade, distribuidoras e outras tantas, pequenas e médias. Além disso, foram abertas pelo menos dez agências bancárias nos últimos sete anos.

É importante destacar que Palmas não contou, em nenhum momento, com a participação do Governo do Estado que, em razão da diversidade política, se apequena e se recusa a prestar a contribuição que tanto Palmas necessita.

Senhoras e senhores, faço questão aqui de registrar e gravar o apoio que sempre recebemos do Governo Federal em todo o decorrer do nosso mandato. Cumpre, ainda, informar a V. Exªs a situação em que encontramos a Prefeitura de Palmas em 2005. Era um verdadeiro caos, com fornecimento de água, energia, telefonia e coleta de lixo suspensos e também sem recursos provisionados para quitar os respectivos vetos. Não havia projetos para captação de recursos nem a nível estadual, nem federal. Situação que temos a honra de afirmar que não será encontrada por quem nos suceder.

Srs. Membros desta Comissão, após explanação, onde relatamos nossas ações à frente da administração municipal de Palmas, passamos agora aos fatos, objeto da minha convocação nesta CPMI.

Solicitei que fosse convocado para aqui comparecer e agradeço esta oportunidade ímpar de poder esclarecer ao meu País, em especial, ao povo de Palmas, sobre o vídeo, veiculado em rede nacional, onde apareço conversando com o Sr. Carlos Cachoeira, e sobre o desdobramento nos noticiários nacionais.

É preciso deixar claro que o vídeo divulgado é de 2004. Ou seja, são passados oito anos. Naquela época, eu não era Prefeito, apenas candidato. O Sr. Carlos Cachoeira não fez doação para minha campanha, em que pese à expectativa criada, nem sequer chegou a concretizar, conforme comprova a prestação de contas da campanha.

Nenhuma empresa do Sr. Carlos Cachoeira prestou serviço emergencial ou por dispensa, nem venceu qualquer licitação durante o meu Governo. Além do mais, nos primeiros anos de exercício do mandato, sequer havia comentários de que a Delta tivesse algum vínculo com o Sr. Carlos Cachoeira, sendo importante esclarecer que essa empresa somente iniciou serviços de limpeza pública na Prefeitura um ano e dois meses após o início do meu Governo, e isso, após sair vencedora em procedimento licitatório.

É importante frisar que, antes disso, diante do estado de acúmulo de lixo na cidade, foi preciso fazer contrato emergencial para prestação de serviços de limpeza pública, que foi celebrado com a empresa Litucera, sendo prorrogado até a realização e conclusão de procedimentos licitatórios.

Caso houvesse compromissos assumidos anteriormente com quem quer que fosse, certamente outra empresa teria sido chamada, com dispensa de licitação.

Feita a licitação, em que a Delta foi vencedora – Concorrência Pública nº 17/2005 –, como é comum em licitações de grande porte, vários questionamentos surgiram. Porém, todos os questionamentos jurídicos e denúncias no Tribunal de Contas do Estado (TCE) foram superados no que concerne ao processo licitatório e, quanto à questão da execução desse contrato com a Delta, é preciso tecer algumas considerações.

No Plano Plurianual (PPA) para 2005, elaborado pela gestão anterior, no que concerne ao que era possível licitar, para a limpeza pública, estava previsto um valor aquém das reais necessidades da cidade. Assim, minha administração precisou, por força de lei, licitar com base em previsão distanciada da realidade de Palmas, mas conforme o valor previsto no PPA para essa despesa, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. Daí surgiram entendimentos equivocados quanto à execução do contrato, salientando-se que nunca houve aumento de preços, mas, apenas dos quantitativos dos serviços a fim de adequar à real necessidade de Palmas.

E aí, então, vieram os questionamentos no TCE através de denúncias formuladas pela segunda colocada na licitação, a Litucera, o que culminou com as multas aplicadas pela Corte de Contas, tão amplamente divulgadas, e que se deram somente após seis anos da primeira denúncia. Na verdade, o Relator, Conselheiro José Jamil Fernandes Martins, após seis anos com o processo e às vésperas de se aposentar, proferiu voto que culminou com aplicação de multa de R$10.000,00 (dez mil reais) pela execução do contrato de limpeza pública.

Ato contínuo, aposentou-se o Relator e voltou a exercer o cargo de Secretário da Fazenda no atual governo. Já tinha sido secretrário antes de ser conselheiro.

Vale lembrar, ainda, que a área técnica do TCE, mais especificamente a Diretoria de Engenharia, manifestou-se nesse processo, quanto aos preços baixos apresentados pela Delta, concluindo que "os cálculos estão na conformidade do art 48 da Lei de Licitação", considerando portanto **exequíveis** os preços da Delta. Por outro lado, se manifestaram pela improcedência das denúncias **auditores** e o Ministério Público do TCE. Passo à essa Comissão documentação referente ao processo no TCE.

Procurei evitar dispensas de licitação no meu governo. Tanto que, bem antes do término desse primeiro Contrato com a Delta, foi formalizado pelo Secretário da Infraestrutura, outro procedimento licitatório, em 2007. Porém, O TCE após denúncias pertinente ao Edital, formulada, mais uma vez pela mesma empresa Litocera, houve por bem suspender esse novo procedimento licitatório, e assim permaneceu por um prazo de quase nove meses, apesar de várias alertas da Comissão de Licitação de que era necessário agilidade, a fim de se evitar dispensas. Tendo o TCE silenciado, foi necessária a primeira dispensa, por 180 dias, conforme a Lei de Licitações, e a segunda dispensa, já que o TCE ainda não autorizara a continuidade do certame. Só no decorrer da segunda dispensa, o TCE autorizou continuar o procedimento licitatório, quase nove meses após a suspensão da mesma. Aí então deu-se a publicação do edital e demais fases da licitação, que precisou de tempo hábil para conclusão, devido às formalidades do processo, (publicação de edital, julgamento de recursos administrativos nas três fases licitatórias, prazo para visita técnica, etc) – estamos concluindo – sendo necessárias, nesse período de conclusão da licitação, mais duas dispensas, já que os serviços eram essenciais.

Passo à Comissão os documentos que menciono.

O certo é que somente houve dispensas de licitação quando não havia alternativas. Quem é gestor sabe disso. Tendo a Administração se precavido de todas as formas a fim de evitá-las. E quando foram realizadas, ocorreram, estritamente, dentro da legalidade, conforme a Lei de Licitações.

Uma vez autorizado peio TCE o prosseguimento do processo licitatório, este correu, como de praxe, com acirrada disputa, seja judicial ou administrativa, porém todas decididas e superadas, o que possibilitou a conclusão do certame. Todavia, quando já em fase executória do contrato desta concorrência pública 01/2008, questionamento surgiram quanto a uma certidão de acervo técnico, CAT, que seria falsa e que fora utilizada pela Delta, vencedora, nessa nova licitação.

Quanto a essa questão da CAT, o Ministério Público Federal apontou de quem seria a responsabilidade e recentemente denunciou exclusivamente um dos diretores executivos da Delta pela prática do ilícito. A Prefeitura de Palmas não cancelou contrato com a Delta em respeito ao princípio da legalidade e da segurança jurídica, pois o mesmo foi celebrado obedecendo a todas as formalidades legais. Ademais, a Justiça do Estado foi chamada a se manifestar na ação civil pública de autoria do Ministério Público estadual, não determinando o cancelamento do contrato. Ainda, em março deste ano, o Ministério Público Federal enviou documento ao Crea, que foi o emissor da CAT, recomendando que cancelasse a mesma. Contudo, até o momento o Crea não formalizou o cancelamento.

Dada a fé pública de que goza a CAT, por ser emitida por um órgão federal como o Crea, entendemos

que, tão logo este o cancele, o Município de Palmas também o fará e, consequentemente, será necessário que haja uma contratação via dispensa até a conclusão de um novo procedimento licitatório por se tratar de serviços especiais.

Passo à Comissão os documentos que falam das decisões da Justiça e das ações do Ministério Público estadual.

Passo a esta Comissão cópia do primeiro contrato celebrado com a Empresa Delta e que teve o edital considerado legal por resolução do Tribunal de Contas do Estado. Além disso, informo a V. Exªs que as contas da Prefeitura de Palmas relativas aos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 forma aprovadas conforme parecer do Tribunal de Contas e, em última instância, pela Câmara Municipal.

Enfim, nossa Administração, em seus atos, segue os ditames do Direito, observando os princípios éticos da Administração Pública. Questionamentos existem, e isso é bom, a fim de fortalecer a Democracia e a autonomia dos Poderes. Porém, prejulgamentos e divulgações equivocadas atingem o regime democrático, ofuscando a busca da verdade real, tão importante e valorizada pela sociedade.

Antes de encerrar, quero entregar a esta Comissão autorização para promover a quebra dos meus sigilos fiscal, bancário e telefônico.

Agradeço a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a oportunidade que me foi concedida e agradeço, também, a todos que me ouviram por todo esse tempo. Estou aqui no compromisso de contribuir com a elucidação dos fatos, fortalecendo o nosso Estado democrático de direito, e, a partir de agora, me coloco à disposição para responder às perguntas que esta Comissão entender necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Raul.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, agradecendo a presença de todos aqui, digo, Prefeito Raul, que a presença de V. Exª nesta CPMI colabora com os trabalhos da mesma no sentido de, uma vez por todas, podermos jogar luz sobre uma organização criminosa que, além da prática de contravenção, busca incursões sobre o aparelho de Estado. O vídeo que esta CPMI recebe, fruto da apreensão da Polícia Federal quando da deflagração da Operação Monte Carlo, dão conta do *modus operandi* dessa organização criminosa para o vasto mundo de negócios, obviamente todos ilícitos. Por isso, a presença de V. Exª aqui colabora, porque há uma nítida incursão de oito anos atrás dessa organização criminosa, viva até hoje, precisamente buscando obter vantagens junto à Prefeitura de Palmas.

Antes de tudo, eu queria que V. Exª pudesse discorrer um pouco sobre a sua trajetória política: se o senhor já foi prefeito de outras cidades, se foi deputado... Como foi a trajetória de V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, aos 22 anos de idade, eu me elegi Prefeito da cidade de Araguaçu, cidade essa que foi governada por dois mandatos pelo meu pai, que veio a falecer no exercício do seu mandato.

Estudante em Goiânia, eu fui convocado pela comunidade para disputar as eleições em 1982, quando nós tínhamos o imbatível candidato a Governador Íris Rezende Machado. Fui eleito Prefeito pelo PDS, Partido que agremiava o grupo que o meu pai liderava.

Com a criação do Estado do Tocantins e com a extinção do PDS no Estado – quando se criou o Tocantins, extingui-se o PDS –, fui convidado a filiar-me ao PFL, pelo qual me elegi Deputado Constituinte na primeira eleição do Estado, em 1988.

Cheguei à Assembleia Legislativa na condição de Relator da Constituinte e 1º Vice-Presidente da Casa, com mandato de 1988 a 1989, pelo PFL. Foi reeleito em 1991 para cumprir o mandato até 1994 pelo PFL. Rompendo com o governo da época, em 1994, fui convidado a me filiar ao PSDB pelo Deputado Edmundo Galdino, que, até então, era Deputado Federal. Aceitei o convite porque não havia mais condições de conviver com o PFL, porque o grupo insistia em permanecer na base do atual governo, ou melhor, do governo da época.

Filiado ao PSDB, em 1995, disputei, pela primeira vez, a Prefeitura de Palmas, em 1996, ficando em segundo lugar na disputa, perdendo para o primeiro colocado por apenas treze mil votos.

Passada a campanha de 2006, fizemos um grande trabalho com o PSDB pelo Estado, estruturando o Partido para um projeto de 2008, sob a liderança do Deputado Federal Paulo Mourão, que era candidato a Governador, e eu, na condição de Senador. Esse trabalho foi árduo, difícil, mas conseguimos obter boa avaliação pela sociedade. O nome dele não se despontou para o governo, mas o meu atingiu patamares consideráveis para o Senado da República, tendo apenas como concorrente um único nome, que era o ex-Senador Eduardo Siqueira Campos, filho do atual e do candidato que está vindo também disputar o pleito.

Para a nossa surpresa, às vésperas da convenção – lutamos muito pela consolidação do nosso Partido, o PSDB, para fazer uma oposição a um sistema inquebrantável que o Estado tinha com influência nos poderes, nas instituições e também econômica –, eu me vi surpreendido quando o nosso Partido, o PSDB,

chegou à convenção com o discurso mudado para tirar a minha candidatura e se aliar ao governo a quem nós fazíamos oposição. Mesmo assim fui para uma campanha, sendo questionada a candidatura junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e cheguei a obter pesquisas que ameaçavam o candidato único ao Palácio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que ano?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1998; foi 1998. Estava praticamente empatado: questão de 13 pontos de diferença, em que disputava com o ex-Senador Eduardo Siqueira Campos, num comício na cidade de Tocantinópolis, quando recebi finalmente a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de que eu não seria mais candidato a senador.

O Senador eleito, na época – Eduardo Siqueira Campos –, foi Senador eleito com menos de 50% dos votos e a Revista *Veja* divulgou, na ocasião, que as duas candidaturas, ao Senado, mais caras do País tinha sido, primeiro, a do Senador mineiro, o saudoso ex-Vice-Presidente da República José Alencar, e a do Siqueirinha do Tocantins.

Aí não tive mais condições de permanecer no PSDB. O Partido voltou a apoiar o Governo que, na época, era do PFL. Aí fui convidado a me filiar ao PPS pelo Presidente da época, que me parece se encontra aqui, neste auditório. E me filiei ao PPS e construímos um grande trabalho para a disputa de Prefeitura de Palmas, chegando a liderar as pesquisas em todos os momentos, em todos os momentos. Mas disputamos a prefeitura pelo PPS. Perdemos por menos de um ponto percentual, no momento em que as pesquisas nos mostravam favoritos. Perdendo as eleições de 2000, nós continuamos no PPS. E a comunidade parecia muito cansada de ver que as pesquisas nos mostravam favoritos, mas os resultados das urnas eram outros. E ficava meio duvidoso sobre aqueles que queriam fortalecer a nossa corrente. Mas continuamos fazendo um grande trabalho com o PPS.

Em entendimento do Presidente do PPS e do Presidente Regional do PT do Estado, entenderam a importância de me filiar ao PT, porque em 2000, saindo eu candidato a Prefeito pelo PPS, o vice nosso era do PT. E aí me fizeram o convite para ingressar no PT, levando em consideração que pudesse ter a nossa candidatura mais respeitabilidade pela sociedade, em razão de que nós morávamos num Estado em que o Governo podia tudo. Aí, filiei-me ao PT. Disputamos a Prefeitura em 2004; fomos vencedores. Filiei-me ao PT em 2003; filiamos em 2003, disputei a Prefeitura em 2004, 2008, e estou até aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª, nessa sua trajetória política, conheceu o Sr. Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, como e quando, precisamente?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, conheci ocasionalmente na cidade de Goiânia, nessa ocasião em que também tentava disputar o Senado e não cheguei a ir à convenção, em 94. Aí voltei à condição da minha reeleição. E comigo dobrava o Deputado Uiatan Cavalcante, que já havia morado em Anápolis. Como nós dobrávamos, ele me convidou para vir a Goiânia; morava em Anápolis e era assessor do Senador Henrique Santillo. Viemos a Goiânia para tirar fotografia e, casualmente, o Uiatan, se encontrando com...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 1994?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1994.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor era candidato a Deputado Estadual?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estadual, em dobradinha com o Deputado Uiatan, que dizia ser amigo do Sr. Carlos Cachoeira, e apenas me apresentou. Honestamente, nem me lembro se nós almoçamos, tomamos um café, ou coisa nesse sentido. Retornamos ao Estado; e depois, em seguida, chegou camiseta, boné. Naquela época se fazia mais campanha assim. E o Deputado Uiatan me falava que era o Carlos Cachoeira que estava ajudando na campanha dele e, consequentemente, a minha. Foi assim que eu me encontrei, pela primeira vez, com o Sr. Carlos Cachoeira; e última, até a segunda vez, na data em que o vídeo divulgou esse nosso encontro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram, então, quantos encontros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tão somente dois encontros; e o segundo sendo dez anos depois.

Eu não me encontrei; fui apresentado a ele em 94.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele deu essa colaboração para a campanha do Deputado Federal que, de alguma forma, beneficiou V. Exª.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acabei me beneficiando também, porque nós fazíamos dobrado. Então, as camisetas tinham o nome do Deputado Federal, do Deputado Estadual; os bonés, da mesma forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nas campanhas seguintes, ele deu alguma ajuda a V. Exª, em 96 e 2000?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A primeira e última vez que eu vi, ou melhor, em 94 se deu esse encontro ocasional; não nos falamos mais. Nunca mais tive contato com o Sr. Carlos Cachoeira,

a não ser nesse encontro, no seu escritório, em que o vídeo mostra as gravações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi em 2004, isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 2004.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde se deu esse encontro de 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estava na campanha, e parece-me que já quase na fase terminal, e no nosso Estado tudo muito difícil. Não tínhamos como arrecadar minimamente recursos, porque os empresários tinham medo até de conversar com político de oposição ao Palácio. Então, queriam ajudar, mas tinham medo de fazer e serem perseguidos. E na campanha eu enfrentava. Minhas campanhas foram sempre muito modestas, muito populares, de pé no chão. E a gente estava na fase final e tinha muitas coisas dentro do nosso universo a serem acertadas: combustível, militante, carro de som, e o pessoal pressionando. E chegou o meu amigo Silvio e falou: "Raul, nós temos um companheiro aqui que está nos convidando a ir a Brasília para buscar um apoio, mas precisa que seja você". E eu falei: Mas, por que vocês não vão então? "Não, ele disse que quer conversar é com você".

Peguei um avião com o Silvio e viemos a Brasília. Chegando a Brasília, um empresário do nosso Estado, chamado Daniel foi ao aeroporto nos apanhar. Do aeroporto, nos levou para um escritório, que não me recordo onde fica aqui, e onde conheci o Sr. Alexandre, pela primeira vez. E o Alexandre falou: "Olha, nosso prefeito [eu era apenas candidato, mas assim ele me tratou] a pessoa com quem vamos conversar não é aqui, ele mora em Anápolis, e precisamos ir lá de carro".

Eu não tive problema. Entrei e fui para Anápolis sem saber com quem ia me encontrar. Na estrada que me disseram que se tratava do Carlinhos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele foi apresentado ao senhor como um empresário, ou como o que? Alguém do jogo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Honestamente que não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal apreendeu um vídeo, então, em que V. Exª se reúne com Carlos Cachoeira, e um segundo vídeo em que Silvio Roberto fala em nome de V. Exª.

V. Exª já disse aqui que Silvio Roberto é seu amigo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Meu amigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele funcionou como uma espécie de arrecadador da sua campanha? Foi tesoureiro da sua campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto, Relator. O Silvio Roberto é um apaixonado por essa luta e que sempre também tentou ver um Estado democrático de fato e de direito, e ajudava a combater o sistema. E foi sempre um colaborador no sentido de estar presente, de movimentar, de ir atrás, pedir voto e tudo, mas não como um arrecadador financeiro. Era uma pessoa... Era não, é uma pessoa muito próxima de mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele o ajudou nas campanhas de 2004, de 2008, de 2002? Essas campanhas todas...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Silvio Roberto?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Silvio Roberto.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Todas elas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa ideia que o vídeo fala – e o Silvio Roberto afirma isso – que ele propõe, no segundo vídeo, uma sociedade estratégica com o Sr. Carlos Cachoeira, onde o senhor, ele e as pessoas do grupo político chamavam o Carlos Cachoeira para participar de um projeto de construção de um império, onde Palmas seria um passo inicial desse processo. A que V. Exª atribui ele ter dito isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Quem conhece o Silvio Roberto sabe que ele é uma pessoa extremamente empolgada. Penso que deve ter sido um momento de motivação, tentando convencer para algum tipo de ajuda, compreendendo que a nossa situação lá era sufocante. Mas sei que, no coração dele, ele nunca colocou isso com essa pretensão, até porque é uma pessoa que não tem ambições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa parceria com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira, V. Exª mostra várias hipóteses de negócios a serem estabelecidos para o Sr. Carlos Cachoeira.

No caminho, daqui de Brasília até Anápolis, o senhor disse que tomou conhecimento de que se tratava do Sr. Carlos Cachoeira no caminho. Eles apresentaram o Sr. Carlos Cachoeira como um empresário de que ramo? Quero insistir nisso: como empresário de quê? Quais eram os interesses do Sr. Calos Cachoeira em lhe ajudar?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu quero ser muito honesto. Eu não me recordo da forma como ele me foi apresentado. Eu ia conversar com um empresário. Na estrada me falaram Carlos Cachoeira, mas não falando em que área ele atuava.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em algum momento, posterior à posse de V. Exª, em 1º de janeiro de 2005, foi-lhe informado que havia um vídeo,

que a conversa havia sido gravada? V. Exª teve notícia da hipótese de uma gravação dessa conversa havida em 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento eles usaram esse vídeo para chantagear V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª teve notícia do vídeo só quando da divulgação pela imprensa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Da divulgação na televisão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas pessoas participaram daquela reunião em 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, saíram de Palmas eu e o Sílvio. Aqui nos encontramos com o Sr. Daniel e com Alexandre e nos dirigimos a Anápolis em quatro pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Daniel, Alexandre, o senhor e...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E o Sílvio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal não conseguiu identificar uma pessoa que estava sentada ao lado do Sr. Carlos Cachoeira na gravação. O senhor sabe dizer quem é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obviamente, a Polícia deu conta de que o Sr. Lenine estava presente na reunião. O senhor conheceu o Sr. Lenine...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não, Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra dele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Alexandre é apontado por Carlos Cachoeira como principal interlocutor dele, Carlos Cachoeira, junto a V. Exª. Quem é esse Alexandre?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não conheço o Sr. Alexandre. Eu o conheci nessa data e tive informações de que ele voltou uma ou duas vezes a Palmas para tentar falar comigo, e não foi recebido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Logo depois de 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Logo após as eleições. Não sei precisar em que mês do ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não sabe dizer de qual empresa o Sr. Alexandre participa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com muita honestidade, não, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero repetir isto: da pessoa sentada ao lado do Sr. Carlos Cachoeira o senhor não se lembra? Não sabe quem era?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; honestamente, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não lhe foi apresentada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se lhe foi, o senhor não se lembra?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu me recordo de que nós saímos daqui – eu, Sílvio, Daniel e Alexandre – e, lá, nos encontramos com o Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nos vídeos apreendidos pela PF há referências a uma doação de R$150 mil de Cachoeira para sua campanha em 2004, além de um *show* que teria sido realizado pelo cantor Amado Batista. Essa doação ocorreu?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem. Deixe-me tentar explicar, porque ficou muito certo para a opinião pública que o Carlos Cachoeira havia doado esses recursos. O Sílvio garante a mim que não recebeu esses recursos e que, se for preciso, ele está para testemunhar, para falar em qualquer lugar.

O *show* do Amado Batista não foi pago com recursos do Cachoeira. Foi uma empresa de Araguaína que atuou, e eu não podia acompanhar isso. Um candidato não tem como precisar quem está ajudando. Mas essa empresa não tem vínculo nenhum com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a ideia era um *show* da dupla Bruno e Marrone, mas acabou, segundo os vídeos, se chegando ao nome do Amado Batista.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foram dadas essas duas alternativas. Eu não optei por nenhuma, só questionei que não sabia qual era o público do Amado Batista. Mas acabou chegando o Amado Batista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas chegando por quem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Essa empresa, no final das contas, que tinha acertado, prestado contas do pagamento do cachê do Amado Batista. Uma empresa de Araguaína. Não me lembro precisamente, mas está aí nos documentos que nós vamos passar a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu trouxe a prestação de contas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas V. Exª sabe dizer se o Sr. Carlos Cachoeira pagou essa em-

presa para lhe doar esse *show* ou o senhor que pagou a empresa de Araguaína?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Eu tenho absoluta certeza de que ele não pagou essa empresa. Foi uma doação da empresa para a campanha. Nós não tivemos nada, absolutamente nada, de doação do Sr. Carlos Cachoeira naquela campanha, por mais que tenha parecido uma coisa concreta no vídeo, mas ela não se materializou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quanto aos R$150 mil, o senhor também está afirmando que não foram dados os cheques, as contas... Porque o vídeo fala em depósitos em contas diversas, cinco ou seis contas.

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ela não está na conta da campanha, e o Silvio afirma que não recebeu os recursos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E é essa afirmação que o senhor tem?

Por que o senhor mostrou ao Carlos Cachoeira uma pesquisa do Ibope que indicava sua liderança nas pesquisas? O que o senhor queria mostrar para ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – A pessoa que me convidou para vir pediu que eu trouxesse algumas pesquisas, que isso era uma forma de estimular o empresário a ajudar. Foi essa a razão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor afirma que os 150 mil não chegaram. Então não houve essa pulverização?

O senhor teve notícia de doação? O senhor falou aqui que o Silvio afirma que não chegou essa doação de 150 mil.

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – É a palavra dele dada a mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Silvio voltou a comentar com o senhor: "Olha, aquela reunião com o Sr. Carlos Cachoeira, ele havia prometido uma doação...". Ele comentou com o senhor que essa doação deu errado, não chegou?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não. Absolutamente. Primeiro, porque envolvidos na campanha como a gente estava, não tinha praticamente tempo disso. E ele estava correndo atrás de ajudar, resolver outras questões na cidade, como ele sempre fez. Não me tratou disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele não voltou a dizer para o senhor: "Olha, aquela visita nossa foi infrutífera?"

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Não. Nesse momento, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou aqui sobre o Sr. Daniel. Quem é ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Daniel é um empresário do Tocantins, da área de comunicação. Não estou assim... Não preciso bem o nome, mas eles têm televisão em Araguaína, Palmas; tem rádio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão do Sr. Alexandre, o senhor não se lembra qual é o ramo de negócios em que ele atua?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)– Ele o ajudou na campanha, o Sr. Alexandre?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente. Se eu vir o Sr. Alexandre aqui, eu não o reconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Vídeo 1 da PF indica que se V. Exª fosse eleito disponibilizaria ao grupo de Cachoeira contratos na Prefeitura de Palmas. O vídeo mostra, evidencia isso. Esses fatos ocorreram? Nenhuma empresa do grupo de Cachoeira teve contratos?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Contratos, não. Acho que ele falava em expectativas de ele ir para o Estado e fazer investimentos. Eu posso atestar, Sr. Relator, que nem em 2004, nem em 2008, não vai constar nenhum tipo de apoio ou doação, seja do Sr. Carlos Cachoeira, da própria Delta, que presta serviços na Prefeitura de Palmas há mais de seis anos; nós nunca tivemos com ela nenhum tipo de relacionamento ou intimidade para buscar qualquer tipo de apoio. Se tivesse, estaria na nossa prestação de contas, 2004, 2008, como não ocorre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No vídeo, ele fala de interesses específicos na área do lixo. Ele não tratou deste assunto com o senhor, sobre uma empresa específica?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ele não falou nada especificamente sobre empresa de lixo. Acho que ficou muito claro isso aí. É tanto que quando ele tocou sobre o lixo, eu me lembro que nós tínhamos falado que não era interessante discutir a questão do lixo. Eu estava observando as gravações. Eu estava tentando tirar dele esta ideia de me rotular ou carimbar com alguma coisa que ele pudesse vir a ter como benefício após a campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª notou se estava sendo gravado, se havia alguma circunstância suspeita?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse sentido, V. Exª disse aqui que notou que não era interessante o lixo. Mas, pela gravação, fica evidenciado que V. Exª já teria, de alguma forma, se comprometido a

dar o contrato de lixo para outra empresa, de Santo André. Isso ocorreu?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Ocorreu não. Isso foi geração de expectativa. Eu estava tentando colocar para ele que nós não éramos almas depenadas, que nós tínhamos outras pessoas a quem pudéssemos recorrer. Porque a nossa situação era muito crítica. Não tinha como um empresário acreditar, "Olha, ganha, mas não leva", porque a cultura da cidade era essa. Não adianta o Raul estar bem nas pesquisas, mas o resultado, quando abrir, é outro. E a gente teve toda aquela conversa para ver se motivava ele a ajudar. O que não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa empresa de São Paulo chegou a doar a V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUTOSA FILHO – Eu falo com muita franqueza, e é muito fácil à polícia ou a quem for investigar procurar saber quem é aquela amiga ou esse empresário. Nunca compareceu na nossa campanha. Eu acho que é...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa amiga inexiste, então?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Não tenho em na mente. Mas, se tiver, Palmas é uma cidade pequena, com 250 mil habitantes, e vai chegar a ela. Mas, honestamente, eu não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem apresentou a Delta a V. Exª não foi o Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não fui apresentado à Delta. Quando assumi a Prefeitura, a Delta já trabalhava no Estado. A Delta trabalhava no Estado prestando serviço, que eu também não sabia, só agora mais recentemente ao Dnit, e trabalhava para o Governo do Estado, prestava serviço para o Governo do Estado e participou desse certame.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantos contratos a Delta teve no seu Governo e tem no seu Governo? Todos na área de lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Teve o primeiro contrato que foi da licitação normal; os quatro que intermediou como dispensa de licitação, cada um sendo 180 dias; e o segundo certame. Portanto, são seis contratos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seis contratos, todos na área do lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Todos na área do lixo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E construção civil tem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No governo do V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me recordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse período todo, então, nos últimos seis anos, nesses oito, vamos dizer assim, só nos dois primeiros anos que quem cuidava do lixo de Palmas não era a Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o primeiro, um ano e dois meses, foi a Litucera. E por que – deixe-me colocar aqui para V. Exª – a escolha da Litucera?

Eu assumi uma prefeitura, primeiro, sem equipe, sem companheiros com experiência para assumir os respectivos postos; e assumi uma prefeitura sob uma expectativa também de fazer um governo que pudesse dar à sociedade aquilo que estava assim na garganta de garganta de todos. E foi quando chegaram para mim: – "Olha, os caminhões que coletam o lixo de Palmas estão entregando o serviço [isso o Secretário de Infraestrutura] e nós temos que contratar uma empresa em caráter emergencial". Eu falei: – "Quem é a empresa?" – "Olha, teve uma empresa que prestou serviço de boa qualidade aqui no governo do Prefeito Aldir Rocha, e é bem avaliada". Foi aí que chegaram na Litucera.

Então, a Litucera ficou o ano de 2005, os dois primeiros meses de 2006; em 2005 começou o certame, a licitação, onde ela foi vencedora, a Delta e assumindo o serviço em março.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem licitação, o senhor fez dois contratos com eles, então, em caráter emergencial?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na verdade, foram quatro, porque cada contrato, pela Lei de Licitação, em dispensa, ele só pode durar 180 dias. Então, os dois primeiros contratos se deram no momento em que foi suspenso o edital. A comissão solicitou do tribunal para manifestar sobre o prosseguimento do mesmo, o tribunal silenciou-se, veio o vencimento dos 180 dias, aí tiveram que fazer uma nova dispensa.

Na segunda dispensa, a comissão tornou a encaminhar ofício – está tudo aí nos documentos – para o Tribunal de Contas, pedindo ao Tribunal que se manifestasse no prosseguimento da licitação. O Tribunal só veio se manifestar quando já feita a segunda dispensa. Aí entrou no trâmite normal de um processo licitatório. Aí vieram as duas, porque não havia mais tempo de você fazer a licitação e, ao mesmo tempo, você tinha que continuar, eram serviços essenciais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o valor total desses contratos nesse período do governo de V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem, deixe-me eu pegar aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque saiu uma notícia na imprensa hoje de que esses valores seriam de 119 milhões.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso não é verdadeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ocorre que os dados que nós temos aqui é de que foram, efetivamente, pagos nesse período de 2006 até hoje, 2012, 51 milhões, R$51,9 milhões. É claro que, como bem sabemos, os dados ainda estão inconsistentes, na medida em que nem todas as contas da empresa Delta nós temos aqui – mas nós temos informações de que efetivamente o Governo de Palmas pagou R$51,9 milhões à Delta. Então, a minha pergunta é: Quanto efetivamente foi pago e qual é o valor desses contratos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Já foram pagos mais disso, Sr. Relator. O primeiro contrato firmado com a Delta foi de 11 milhões e 554 mil reais, que era o valor que nós tínhamos no PPA. Aí veio o segundo contrato, sob o valor de 6 milhões e 726 mil reais, que foi a primeira emergencial; depois da suspensão do TCE. Aí veio a segunda dispensa, com o contrato de 7 milhões e 22 mil reais, que foi a segunda emergencial. Aí veio a terceira emergencial, com o valor de 8 milhões e 156 mil reais. Em 2009, já firmado um contrato considerado legal de 8 milhões e 326 mil reais, na quarta emergencial. Aí veio o processo licitatório, que é esse que está em questionamento sobre a CAT, de 71 milhões der reais, onde a Delta não operou isso ainda nem em 50%.

A Prefeitura de Palmas, em seis anos e um mês – seria, parece-me, que 81 meses – de serviços prestados... A Delta prestando serviço à prefeitura, ela já teve um faturamento de R$70 milhões. Parece-me que, se o senhor dividir isso aí, vai dar algo em torno de 900 e poucos mil por mês para uma cidade... E não conseguimos atender as demandas. E quero explicar também a V. Exª e aos demais Membros desta Comissão: isso não é para coleta de lixo. São 12 serviços prestados: é coleta de lixo, varrição da cidade, coleta de galhadas, resíduos de cemitério, hospitalar, coleta de animais mortos, varrição de feiras e praias... São 12 serviços que ela presta para ter esse faturamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Ministério Público do Estado de Tocantins ajuizou ação civil pública – V. Exª já fez referência a isso aqui, mas julgo importante nós detalharmos cada ponto do depoimento de V. Exª – e quis anular o contrato da Delta com a Prefeitura de Palmas para a coleta de lixo. O MP afirma que os preços praticados eram inexequíveis e que a fiscalização na execução do contrato era falha. O MP teria detectado também fraude no atestado de capacidade técnica da Delta, ou seja, não haveria uma fiscalização adequada e também haveria um problema na contratação dos serviços, na medida em que a capacidade técnica da Delta não havia sido provada.

Como se deu esse processo de licitação e como era feita a fiscalização do contrato? Porque me parece que, no caso do Distrito Federal, ficou muito evidente que todo problema de operação da empresa Delta na coleta de lixo estava exatamente na pesagem e na medição do serviço. Eles não teriam, de alguma forma, feito aqui o que foi coibido, no que ficou demonstrado aqui pelo depoimento do Governador Agnelo, mas eles não teriam feito a mesma coisa e atuado da mesma maneira lá em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, se o senhor for pegar essa briga entre a Delta e as empresas concorrentes, a gente vai perceber que foi apenas uma guerra entre essas empresas, mas, se for pegar o processo licitatório, como ele se deu em todas as suas fases, não há como questionar erros. Foi uma empresa que recorreu por ter sido perdido. Isso é um jogo que se vê em todo Estado. O que o Ministério Público estadual propôs nessa ação civil pública, eu penso que foi em cima da CAT e alegando a questão da operação do contrato. O que a operação do contrato se deu, como eu falei lá no PPA de 2005?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor me citou o valor que estava previsto.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O orçamento previsto era insuficiente para atender a uma cidade que cresce a passos galopantes, cresce a 6, 7, 8% ao ano. Então, não tínhamos como. E outra: quando a gente assumiu... Por exemplo, as principais avenidas da cidade eram varridas três vezes por semana. Nós passamos a varrer todos os dias. Eram três vezes por semana; passamos a varrer todos os dias. Tinha quadra que era varrida uma vez por semana. Nós passamos a varrer três, porque a gente queria ter com a questão da limpeza pública da cidade o mesmo com a educação, que tínhamos levado como âncora.

Então, houve esse problema do esgotamento de um contrato, que era previsto para 24 meses e se deu em 19, mas não aumentando o preço, mas aumentando os quantitativos. E o que pode comprovar isso está nos processos. Desde o primeiro dia em que a Delta começou a operar o lixo na nossa cidade todos eles eram pesados e nós temos os *tickets* até hoje; todos. Não existia balança no aterro sanitário, houve o entendimento com a prefeitura de ter uma balança no setor industrial e que a Delta logo em seguida ia instalar sua balança, o que foi feito dentro dos prazos previstos no edital.

Então, não há nada que não esteja pesado e guardado de 2006 até a presente data.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, permitam-me só uma... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele está como testemunha aqui e eu gostaria apenas de saber se ele assinou o termo... Foi assinado o termo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi assinado o termo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em depoimento à Polícia de Tocantins, o engenheiro da Prefeitura de Palmas, Luiz Marques, afirmou que Pedro Duailibe, ex-Secretário de Governo, e Jair Correa Júnior, ex-Secretário de Infraestrutura, comandavam a empresa Delta na cidade. Ele diz isso porque, o engenheiro afirma ainda que as planilhas de medição do serviço de coleta de lixo já lhe chegavam prontas, com assinatura do Secretário Jair e que, normalmente, seria o último a assinar. Afinal, na gestão de V. Exª, ele realizava a fiscalização? Como é que se dava melhor esse processo de fiscalização? Porque V. Exª disse aqui que havia lá uma balança, mas era ele que... Por que esse engenheiro da prefeitura levantou essas questões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sr. Relator, primeiro, não procede que o Pedro Duailibe e o Jair Júnior mandavam na Delta. Isso não tem o menor sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem representava a Delta em Tocantins, então?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Sr. Cláudio Abreu. E outro detalhe que é importante que eu diga isto aqui nesta CPI: em seis anos que a Delta está trabalhando com a Prefeitura de Palmas, o senhor não consegue registrar que mais do que três vezes o Sr. Cláudio esteve no meu gabinete – em seis anos. Eu não tinha, não tenho, não tive, não tenho nenhum tipo de relacionamento com o pessoal da Delta.

Com relação à questão das planilhas a que o engenheiro se refere, eu acho muito preocupante essa declaração dele porque, primeiro, ele é um funcionário concursado; segundo, ele era o diretor da área e devia saber o peso que isso seria em termos da improbidade que ele estivesse cometendo. Então, depois conversando com o Secretário Jair Júnior, ele falou: "Não, Raul, deixa eu te explicar o que é o problema do senhor [porque ele é conhecido como mineiro, agora já recentemente]: é porque ele, como diretor, tem um filho, com a nora que tem uma empresa que estava com obras na prefeitura e nós mandamos cancelar o contrato, porque isso não pega bem". E daí para cá começou o problema dele com o Jair Júnior.

Mas que temos para encaminhar todas as medições aqui para a CPI, são muitas caixas porque só se passaram seis anos, mas tudo está guardado e que a possa encaminhar se necessário for.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que V. Exª então exonerou o Pedro Duailibe, em abril deste ano?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na verdade, eu não exonerei o Pedro Duailibe. Quando noticiou o fato da assessora da Deputada Solange, a Rosilda, o próprio Pedro pediu para sair, ele queria estar respondendo a essa questão fora da prefeitura, do vínculo com a prefeitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E que notícia V. Exª tem sobre esse depósito de R$120 mil na conta da assessora da Deputada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O que eu queria primeiro colocar, Relator, eu acho que a grande maioria dos homens públicos hoje, para sociedade, é vista como corruptos. Sei que chego nesta CPI aos olhos de muitos dos senhores como homem que tem praticado atos ilícitos. Mas esse não é o meu comportamento. Eu tenho uma vida, tenho uma história, respondo processo já na Polícia Federal, também por questão de licitação, onde um lobista falava por telefone com uma das empresas vencedoras de uma obra no nosso Estado, de que eu havia pedido certa vantagem, mas que tinha que ser outra. Respondo a um processo ambiental, momento em que tive todas as aprovações de um projeto pelo órgão competente do meu Estado, poderes delegados pelo Ibama, mas, mesmo assim, a Justiça aqui entendeu que essa era uma competência do Ibama. Mas lá tem na lei que o Ibama delega competência ao Naturatins. Mas isso é outra questão. Mas, desonesto... Nós não conseguimos realmente ter isso na nossa família.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A Deputada Solange, que está aqui e é minha esposa, de quem eu muito me orgulho, ela tinha o Pedro como chefe de gabinete dela. Era um irmão. Eu já fui deputado e era muito comum que o chefe de gabinete cuidasse dessas questões de assessoria no interior. E o Pedro é filho de Araguaçu e levava para a irmã os assessores que ele queria ajudar a contratar. E ela não... Ela conhece a Rosilda assim, por saber de que família ela pertence, mas não tinha uma convivência... Você entende? E contratou. Então, ela fazia parte do gabinete da Deputada Solange. É tanto que, quando a *Folha de S.Paulo* ligou para ela, ela não soube de pronto dizer sobre a assessora. Ela existia, mas ela não tinha convivência.

O Pedro, sobre o argumento de que tem problemas na justiça com a questão de uma propriedade que ele tem com certo senhor, e que foi hipotecada, e questão de pensão alimentícia, não sei, ele não tem conta. E amigo, como é da família, levou a Rosilda para fazer com ele uma conta no banco em que ele pudesse movimentar. E ela deu para ele todos os poderes. Eu não sei se isso é certo ou errado, mas ele fez e ela fez em confiança. Aí vem a questão do depósito de 120 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso. Por que isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em que o Pedro fala que vendeu – e tem provado, documentado; já depôs no Ministério Público do Estado – um equipamento para uma empresa, que não era a Delta, mas que tinha essa ligação com a Delta. Aí vem a pergunta: por que o Cláudio Abreu autorizou esse depósito? Então, é o Pedro que vai saber explicar isso, você entende? Mas ele está pronto...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que foi em razão da venda de um equipamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De um equipamento e que ele tem tudo documentado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele recebeu na conta da Rosilda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Da Rosilda, a conta que ele movimentou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que ele não podia ter conta própria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não podia ter conta própria. Mas eu queria, Relator, pedir a oportunidade, porque hoje o Brasil vê a Deputada Solange como alguém que está vinculada a um esquema de corrupção... E a gente tem família. A minha mulher é uma pessoa que não há nada na vida dela que desabone a honra e a conduta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No vídeo, ainda, V. Exª conversa com o Carlos Cachoeira sobre vários ramos de negócios com a Prefeitura de Palmas. Há falas que têm a ver com arrecadação do Governo, com transporte coletivo; tem a ver com a saúde, com a água, com o lixo; falam sobre modalidades de contratação, as facilidades. Cachoeira pretendia investir em todas essas áreas? Qual foi o contexto dessas conversas?

Nós falamos aqui do lixo. Mas V. Exª foi procurado por representantes do Sr. Carlos Cachoeira. O Sr. Alexandre procurou o senhor para tratar de algum outro assunto? Sobre a questão de saúde, por exemplo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente. O que gerou ali para o Sr. Carlos Cachoeira era uma expectativa que eu estava dando do que a cidade pudesse oferecer para ele. Por exemplo, no campo imobiliário, quem detém o poder fundiário da capital do Estado é o Estado. A Prefeitura não tem terrenos à sua disposição. O Estado é quem comercializa, é quem loteia. A Prefeitura apenas aprova. E eu quis colocar para ele que Palmas era um espaço bom para fazer empreendimentos nessa área da construção civil.

Ele me fala da questão da água. Nós tínhamos, quando Deputado, o Governo do Estado terceirizou o sistema de água. Ele mandou um projeto, ou melhor, a Câmara deu para ele os poderes... Era uma competência do Município e, na época, eu era Deputado. Eu contestei muito isso, na Assembleia, pelos métodos, as formas que foram terceirizadas. O Governo, no pouco espaço de tempo de seis meses, ele terceirizou; "desterceirizou"; terceirizou e "desterceirizou" o sistema de água.

Então, eleito prefeito, eu resolvi, já tinha a pretensão de resolver... Porque a Prefeitura doou para o Estado esse sistema sem querer nada em troca. Foi uma coisa assim de amigo, de pai para filho. Na época, o Prefeito era o Odir Rocha e o atual Governador Siqueira Campos.

Ao chegar à Prefeitura, eu fui rever isso aí. A Câmara abriu uma CPI. Nós começamos a rever, a dialogar com a empresa, uma empresa do grupo... Ou melhor, o sistema de saneamento lá é explorado pela Emsa, que presta serviço no Estado desde o seu início, desde 1989. Aí a Câmara, na CPI, chegou a comprovar que o procedimento que foi adotado com a privatização estava irregular. Que a Câmara deu poderes para o Estado explorar, mas não deu poderes para ele passar para outra empresa. E aí chamamos a empresa, provamos que a gente poderia cancelar o contrato, mas os investimentos dela eram muito grandes, já passavam dos R$100 milhões na capital, e buscamos o seguinte entendimento – isso a empresa sentada, eu, os secretários e várias pessoas: "Olha, vocês receberam isso gratuitamente. O que a Prefeitura quer em troca? Vocês vão dar a água que a gente consome, que na época eram 10 mil metros cúbicos de água por mês, o que representava uma fatura de R$180 mil. Aí nós passamos a querer deles 20 mil metros cúbicos de água, prevendo a ampliação que a cidade ia ter nos seus logradouros públicos". Tudo bem, então ficou acertado. Eu falei: "Mas eu quero mais, eu quero algo que vocês possam destinar da receita líquida para a fundação cultural" [que nós tínhamos acabado de criar]. Eles resistiram, discutiram com a assessoria jurídica e uns 20 a 30 dias depois aceitaram.

Então, hoje a Prefeitura tem da Saneatins 20 mil metros cúbicos de água e 3% da renda líquida do que eles faturam destinados à Fundação Cultural de Palmas. Então a água de que falamos com o Cacho-

eira aí é essa água que a gente conseguiu dar para o Município, essa rentabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Após discorrer sobre a saúde, dizer que a verba mensal para o setor girava em torno de R$4 milhões, V. Exª propõe a Carlos Cachoeira uma parceria. Nesse momento, o citado Alexandre pergunta: "Qual é a sua necessidade para o término da campanha? Qual é a sua necessidade? O que você está pensando nessa composição dessa parceria?" V. Exª responde: "Essa composição depende muito de vocês, em que área vocês querem atuar".

Eles disseram precisamente se queriam atuar nessa área da saúde? Que tipo de negócio V. Exª estava tentando estabelecer ali?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É prova que não ficou registrado. Eu estava ali tentando, na verdade, buscar uma ajuda na condição de candidato e estava precisando criar uma expectativa. Porque a gente estava com uma desilusão porque nós não estávamos conseguindo... Em Palmas ninguém doava: olha, a pesquisa está boa, mas não ganha; ganha, mas não leva. E nós estávamos angustiados e queríamos realmente esse tipo de apoio. Então eu gerei, na verdade, uma falsa expectativa para ele que nada, absolutamente nada, do que está aí está registrado em nossa cidade, passados sete anos e meio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não houve a concretização dessa parceria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nada, absolutamente nada. O senhor não vai presenciar, e ninguém, a presença do Sr. Carlos Cachoeira em nenhuma área do nosso Governo nesses sete anos e meio em que estamos à frente da Prefeitura de Palmas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E na área da comunicação, ele sugeriu alguma empresa específica para o senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu assumi a comunicação de Palmas... A gestão anterior tinha gastado em 2004 parece que algo em torno de R$6 milhões. Em 2005 nós gastamos R$1 milhão e pouco, eu tenho esses dados aqui. Em 2005 a Prefeitura gastou R$1,2 milhão; em 2006, R$560 mil; em 2007, R$2,925 milhões; em 2008, R$3 milhões; em 2009, R$5,110 milhões. É o que a gente fazia.

Então não há absolutamente nada. É só investigar, entrar na Prefeitura e ver qual a ligação... Até mesmo o Daniel que tem a sua televisão, o rádio...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa é uma pergunta, o Daniel ele é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É do ramo de comunicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do ramo de comunicação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas é só pegar as contas da Prefeitura e verificar o que o Daniel conseguiu ter nesses sete anos e meio do nosso Governo em termos de benefício para as empresas dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele atua na comunicação em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Atua na comunicação no Tocantins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tem uma empresa de...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Televisão e rádio. Não é ele, é a família.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas qual é o nome da empresa? Tem contrato com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente não sei o nome da empresa, mas posso afirmar que não tem contrato com a Prefeitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa empresa Maquinaria Publicidade e Propaganda tem contrato com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não conheço, não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a WCR Produção e Comunicação Ltda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Quero crer que não. Não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Ginga Rara?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente não. A Ginga Rara parece que tem com o Governo do Estado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e com a Prefeitura?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente nada.

Relator, não há nada que vincule o esquema Cachoeira com a administração de Palmas. Nós estamos sendo vítimas de um problema que está acontecendo no Brasil, mas que estão tentando transferir para um governo que sempre pautou pela honestidade, pela transparência dos seus atos. Estão nos colocando nisso como um boi expiatório, alguma coisa nesse sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode encaminhar para nós cópia dos contratos, das agências ou, pelo menos, identificar as agências que foram contratadas por V. Exª nesse período?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós nos comprometemos a, ainda hoje, solicitar o encaminhamento. *(Pausa.)*

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, era o que eu tinha a perguntar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Vou passar a palavra, agora, para os autores de requerimentos. Depois dos autores de requerimentos, não poderão falar pela ordem de inscrição; só como reinscritos. Essa é uma regra do Presidente efetivo.

Portanto, vou passar aos seguintes autores de requerimentos: Senadora Kátia Abreu, Senador Alvaro Dias, Deputado Rubens Bueno, Senador Randolfe Rodrigues. Depois, vou passar a palavra aos inscritos. A cada três inscritos, fala um líder. Há mais dois autores: eu e V. Exª, mas eu não vou fazer uso do meu tempo.

Eu passo a palavra, por dez minutos, à Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer aqui alguns esclarecimentos importantes, Sr. Presidente, com relação a esse requerimento.

Na verdade, eu, pessoalmente, não tenho nenhum problema com o Prefeito Raul Filho e nem com sua família. Nunca houve, que eu me lembre, algo que ou qualquer tipo de atrito, forte, violento entre nós, mesmo porque, ultimamente, no ano passado principalmente, eu recebi sua esposa em minha residência por várias vezes, pois existia inclusive a possibilidade de ela se filiar ao PSD devido a atritos que ocorreram entre ela e o marido, o Prefeito Raul Filho, em Palmas, com o próprio PT, por eles não terem o comando do Partido na capital; problemas internos partidários.

Na ocasião, inclusive, aventou-se a possibilidade até mesmo de o Prefeito vir – muito mais a esposa do que ele –, inclusive com um convite, por parte do Prefeito e do seu grupo, para que eu pudesse ser candidata a prefeita do Sr. Prefeito Raul Filho. Eu coloquei a situação de que eu não tinha interesse, naquele momento, em me candidatar à prefeita e de que isso não estava nos meus planos, não tinha me preparado para isso, para essa situação.

Quando protocolei aqui o pedido de vinda do Prefeito Raul Filho, não houve nem uma questão partidária e política, mesmo porque ele próprio disse, na imprensa, de forma desafiadora, que gostaria de vir à CPI para se esclarecer. Eu protocolei o requerimento, mas não fiz ordem de preferência, justamente para esperar passar o período de convenções e não atrapalhar a questão política da capital, já que hoje, depois das convenções, ele deu apoio à Deputada Estadual Luana Ribeiro, filha do Senador João Ribeiro, e eu apoio outro candidato, que é o Deputado Estadual Marcelo Lelis.

A urgência da vinda do Prefeito aqui se deu, é claro – o Brasil inteiro sabe disto –, em função das imagens reveladas pelo Fantástico, Jornal Nacional e assim em diante.

Portanto, eu estou aqui, Sr. Prefeito, apenas desempenhando o meu papel, o meu trabalho de esclarecer a situação para o Brasil, para o Tocantins, como Membro titular desta Comissão, tirar as dúvidas e trazer aqui os questionamentos que todos merecem saber a respeito do depósito dos R$150 mil feitos pela Delta na conta do seu cunhado, Pedro Duailibe; e, depois, as imagens que estarreceram a todos que puderam assistir àquelas imagens terríveis, como outras que aconteceram durante todo esse período.

Então, vou começar com os meus primeiros questionamentos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer perguntas e respostas, Sr. Presidente.

O senhor disse, na gravação com o Sr. Carlos Cachoeira, que Palmas teria uma série de oportunidades para ser exploradas no campo imobiliário. Tudo bem que as áreas de Palmas são do Governo do Estado, e existe um sistema de parceria PPP, talvez uma das mais antigas do País, do tempo em que Siqueira Campos foi Governador anteriormente, que é o Orla S/A, em que o governo tem uma parte e vinte e seis empresas fazem parte desse *pool* e licitam as áreas. Quero apenas lembra que nenhum loteamento da capital é executado sem aprovação da Prefeitura e sem o alvará da Prefeitura.

Quando o senhor conversa com o Sr. Carlos Cachoeira, talvez a frase que mais tenha indignado o povo de Palmas – e acompanhei pela imprensa e redes sociais – foi quando o senhor disse a ele que tinha um projeto de poder, de vinte anos, e que Palmas era apenas um estágio. O que significa e o que o senhor quis dizer a respeito desse estágio mencionado em frase talvez pequena, mas a que mais ofendeu e que mais indignou a população palmense? O que quer dizer "Palmas é apenas um estágio"? Por favor, eu gostaria de ouvir essa resposta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, primeiro eu não falo em projeto de poder de vinte anos. Falo que tínhamos um projeto de poder. Quando me refiro a estágio, refiro-me à ascensão. Chegando à Prefeitura de Palmas, o meu propósito era fazer um trabalho que me credenciasse a galgar outros postos na vida pública, na política. Então, o estágio foi no melhor sentido da palavra. Tenho certeza de que Palmas não se sentiu ofendida por isso.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Prefeito, o senhor tem que concordar comigo em que, a partir desse momento, dessas ofertas de trabalhos e das oportunidades que ele poderia ter no campo imobiliário, transporte ou em outras áreas, acontece a questão

dos contratos sem licitações. São quatro os contratos feitos sem licitação e um último, em que foi feita licitação, o TCE apontou irregularidades com preços inexequíveis, aumento no quantitativo dos serviços licitados bem como falta de exatidão nas medições. A alteração contratual, segundo o TCE, elevou o faturamento da contratada em 107% nos primeiros sete meses.

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, inclusive irmã da primeira-dama, é a Srª Kênia Duailibe, que está aqui presente. O Pleno do TCE já julgou esse contrato ilegal e aplicou multa ao Sr. Prefeito e aos gestores do mesmo.

Nesse caso, depois de a licitação do contrato ser questionada pelo Ministério Público e referendado pelo TCU, a Justiça Federal do Estado do Tocantins proibiu a saída do País do ex-diretor da Delta, em 2009, Carlos Roberto Pacheco, em função de fraudes nesse contrato, que teria sido firmado com uma certidão de acervo técnico fraudulenta fornecida pelo Crea/Tocantins, a partir de um documento expedido pela própria prefeitura. A prefeitura, com esse documento falso, induziu o Crea ao erro – e foi suspenso pelo TRF em março último. Essa mesma certidão teria sido utilizada pela Delta em licitação em outros Estados.

O que o senhor tem a dizer a respeito dessa situação do TCU?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, primeiro, eu não coloquei minha vinda aqui para desafiar, em absoluto. Tenho pela senhora o mais absoluto respeito, a senhora sabe disso, apesar das nossas diferenças ideológicas. Com relação à questão de o Tribunal de Contas ter rejeitado, isso não procede. O que foi tão somente – isso está nos documentos passados à Relatoria – é que as denúncias que já estavam no Tribunal há seis anos, tão somente após seis anos, na fase de aposentadoria do Relator Conselheiro, foram trazidas a julgamento, e me atribuíram uma multa de R$10 mil. Uma semana depois, ele aposenta e, uma semana depois, assume a Secretaria da Fazenda. Não estou fazendo aqui vínculo com o Governo do Estado. São apenas coincidências.

Com relação ao Ministério Público, também estão colocados aqui os seus documentos. O Ministério Público entrou com uma ação questionando a CAT. A Prefeitura não vai expedir CAT. Ela expede um atestado, e, nesse atestado, constam os serviços que a empresa tenha realizado no Município. O que ocorreu? A Prefeitura expediu o documento, que está periciado pela policia entre quatro páginas; a empresa – não estou aqui para culpar – tirou as duas páginas do meio, fazendo alteração. Com ela, conseguiu chegar junto ao Crea e emitir a CAT.

Então, a CAT, para nós, tinha que estar legal. Foi emitida por um órgão, voltando a participar do processo licitatório. Então eu presumo que se tiver algum erro aí tem que se discutir com o Crea, porque a Prefeitura... É tanto que o Ministério Público não condenou nessa fase inicial que, como se fala, indiciou o diretor executivo da Delta. O edital foi julgado legal, e as expensas foram feitas por demora de nove meses, como aqui nós citamos, do Tribunal de Contas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Prefeito, saiu no *Estado de S. Paulo* do dia 08/07 uma entrevista com o Procurador Municipal de Palmas, Afonso Celso Leal de Mello, diz ter sido afastado das funções pelo Procurador Geral da cidade, Antonio Luiz Coelho, por quase um ano, por ter sustentado a ilegalidade dos contratos com a Delta para operação da coleta de lixo. Ele diz: “Manifestei-me pela nulidade dos contratos e me afastaram”.

O que o senhor tem a dizer a respeito do afastamento desse cidadão, desse servidor público?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senadora, eu acompanhei isso pela imprensa, mas o Procurador Chefe do Município alega o afastamento dele por ele responder a nove processos na Procuradoria e todos se encontram no Conselho Superior de Procuradores. A razão não foi essa, foi o procedimento que ele tem tido dentro do órgão e o Procurador, responsável como é, creio que ele não faria um ato característico de perseguição.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O engenheiro Luiz Marques, responsável pela fiscalização dos serviços da Delta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – O tempo de V. Exª está concluído.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...dos serviços da Delta, disse que as planilhas, disse à polícia que o trâmite normal de fiscalização dos serviços da Delta não era seguido, que era encaminhado direto ao secretário para que ele pudesse dar todo o aceite e não passava pelos trâmites...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora, eu queria pedir a V. Exª a compreensão...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu quero continuar falando como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso dar, como Líder, depois. Fizemos já uma regra: todos aqui utilizarão os dez minutos, sendo que as lideranças utilizarão depois a cada três oitivas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria, para concluir, Sr. Presidente, de dizer que o Prefeito disse agora há pouco que se utilizou da Delta, que já

trabalhava no Estado de Tocantins e que tinha boas referências a respeito da Delta, que já trabalhava no Estado.

A Delta nunca trabalhou no Estado do Tocantins nos anos de 2004, 2005, 2006. A primeira licitação e contrato da Delta ocorreram no Governo Gaguinho, em 2010, no valor de R$100 milhões, mas que não foi executado; foi apenas licitado e as obra não foram iniciadas nem faturadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora, quero pedir a compreensão de V. Exª.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Um minutinho, Sr. Presidente, fui a autora do requerimento e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª já utilizou o tempo regimental de dez minutos; essa é uma regra que serve para a senhora e para todos os Srs. Parlamentares.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Foram feitas quatro licitações, em 2010, apenas isso, e não trabalhou mais. Além do mais, em 94, o Governador de Tocantins não era Siqueira Campos, era o Governador Avelino; e Eduardo Siqueira Campos não teve menos 50% dos votos, ele teve 74,6% dos votos, sendo um dos mais votados proporcionalmente no País. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero dizer que, pela regra, quem fala como autor, também não fala como líder; tem que se reinscrever.

Passo ao próximo autor de requerimento inscrito, Senador Alvaro Dias.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu espero a resposta, Sr. Presidente, das minhas considerações feitas agora, por favor.

A Delta não trabalhou no Tocantins durante todos esses anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Essas foram as informações a que ela chegou em 2004. Eu só posso atestar que, na Prefeitura e Palmas, ela chegou concorrendo em 2005 e veio a assumir o serviço em 2006. Foram informações, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, agora, a palavra ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

Só quero dizer que, como estamos começando, vou ser sempre muito rígido com o horário com todos, para que possamos conduzir a reunião como temos conduzido.

Passo ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Depoente Sr. Raul, Prefeito, primeiramente, o vídeo é mostrado ao País através da televisão. Era o senhor mesmo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A voz era do senhor, não houve dublagem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Raul.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Era o Raul.

Pois bem. O senhor estava nesse vídeo, portanto, som e imagem, realizando uma negociação com o Sr. Carlos Cachoeira, ou uma negociata, no mínimo escusa, uma barganha corrupta, em que o senhor oferecia benefícios em troca de apoio à campanha eleitoral. Foi exatamente isso, sintetizando, o que o vídeo comprovou ao País.

O senhor diz que não recebeu dinheiro para a campanha. Então, faço a seguinte indagação: O senhor acha que a Polícia Federal e o Ministério Público mentem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não mentem; dizem a verdade.

Pois bem; o Ministério Público e a Polícia Federal dizem o seguinte: "Pelos diálogos firmados, Carlinhos e seu grupo pagariam mais valores ao grupo político de Raul, que, no caso específico das Águas, seria R$400 mil mais 20%, valor este que o assessor de Raul chamou de aposentadoria".

Na outra parte... Eu estou com o relatório, o inquérito da Polícia Federal.

Num outro momento, a Polícia Federal, referindo-se ao Ministério Público, diz: "O Ministério Público Federal teria descoberto que Carlinhos Cachoeira contabilizou uma doação para a campanha eleitoral de Raul Filho, que seriam oriundos de caixa 2, no valor de R$150 mil".

Portanto, no primeiro momento, é a Polícia Federal quem diz: R$400 mil; no segundo momento, é o Ministério Público que é referido pela Polícia Federal.

O senhor diz que o Ministério Público não mente e que a Polícia Federal não mente. Então, o senhor mentiu ao afirmar que não recebeu dinheiro para a campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nesse segundo momento a que o senhor se refere, Senador, lá não estava a minha pessoa. Se alguém mentiu, foi a pessoa que se encontrava presente. Estou só afirmando que não recebi para a minha campanha os R$150 mil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa transferência de responsabilidade é uma prática usual que não encanta ninguém. Diante desses fatos, o senhor

não acha que está exigindo demais da nossa capacidade de sermos ingênuos?

Veja: eu tenho aqui um relatório sucinto de uma pequena amostragem que a minha assessoria elegeu para verificar o passeio do dinheiro saindo da Prefeitura de Palmas. São R$4 milhões na Conta 511399-9, da Agência 5 do banco BMG, da empresa Delta Construções – esse é o banco que operou também o mensalão –, e desta conta para o banco Bradesco, na conta da própria Delta.

Então, é da Delta para a Delta. O mesmo procedimento adotado durante o mensalão, para que o saque ocorresse em espécie. Da Delta para a Delta, naquele esquema que nós conhecemos aqui na CPMI dos Correios, quando do mensalão.

Por isso, Sr. Prefeito, essa liberalidade de V. Exª de oferecer o seu sigilo bancário conta pouco. Fica a impressão de tratar-se de uma encenação, porque há uma estratégia de liberação de recursos sem que esses recursos sejam depositados na conta bancária. E essa é a estratégia que nós conhecemos muito bem quando do mensalão.

Nós temos aqui também o repasse, nesse mesmo período da amostragem que nós apanhamos para esta análise, da conta da Delta para essa conta da Delta no Bradesco, de nº 100290-2, para a conta da Alberto & Pantoja – empresa laranja do Sr. Carlos Cachoeira.

Portanto, há aqui indícios, há aqui elementos que nos autorizam a suspeitar de procedimentos ilícitos. Aqui se falou em contratos de R$119 milhões. Sejam R$119 milhões ou mais de R$50 milhões, como disse o Relator, são valores excepcionais para uma prefeitura municipal no que diz respeito ao tratamento do lixo urbano.

Portanto, sobre esta operação, o que diz V. Exª?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, primeiro dizer que os valores a que o senhor se refere são para cinco anos.

Segundo, não estou aqui colocando que é pelo respeito que tenho às instituições deste País...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os valores a que me referi aqui, os R$4 milhões, dizem respeito a março de 2009 a 2011, dois anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com o respeito que tenho às instituições do País, sobretudo ao Ministério Público e à Polícia Federal, que vem fazendo um serviço de passar a limpo o nosso País, eles terão a oportunidade de fazer, com a inteligência e a tecnologia que eles têm, uma triagem nessas contas. O senhor esteja certo de que não há suspeita não. Não há confirmação de que há nada, absolutamente nada ligado à Prefeitura.

Quero informar mais ao senhor: que o BMG nunca fez doação de campanha para nós. Doou sim para o atual Governo do Estado. Agora o BMG opera no Estado antecipação de crédito para as empresas. Eu não coloquei isso aqui, mas para que o senhor possa compreender comigo, nós tivemos muitos momentos de dificuldade porque a Delta chegou a ficar oito meses sem receber o seu faturamento na Prefeitura. E nesses oito, cinco, quatro meses, aí sim, eles pegavam um empréstimo no BMG, e a Prefeitura avalizava, porque não tinha como, porque é uma operação lícita, legal, mas não há nada que o senhor possa comprovar que tenha a ver com a mim nem com membro da Prefeitura.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na verdade, eu não disse que o BMG doou para a campanha. V. Exª é quem está afirmando.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Para mim não doou não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor afirma que nada tem a ver com o Cachoeira. E esses indícios todos, um vídeo mostrando, imagem... O Sr. Daniel, que há pouco surgiu aí no diálogo do senhor com o Relator, segundo a Polícia Federal, é quem estava sentado ao lado do Cachoeira no vídeo. Segundo a Polícia Federal, está aqui no inquérito da Polícia Federal; seria o Daniel, e o senhor disse que não o conhecia. Estava sentado ao lado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Daniel, não senhor. Eu falei que o Daniel foi comigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Polícia Federal coloca que quem estava sentado ao lado do Cachoeira no vídeo era o Sr. Daniel. O senhor disse anteriormente que não sabia quem era.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca neguei a presença do Daniel na reunião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, se negou ou não negou, o senhor disse que não sabia quem estava ao lado do Cachoeira. E quem estava ao lado do Cachoeira era o Sr. Daniel.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi me perguntado a quinta pessoa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O meu tempo está se esgotando e eu quero dizer que, embora o senhor diga que nada tem a ver com o Cachoeira, além desses indícios todos, é bom dizer que Cachoeira e Delta são a mesma coisa.

O Sr. Cachoeira era ou sócio oculto ou o grande lobista, o grande traficante de influência utilizado pela Delta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não no nosso Governo, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como que o senhor manteve parceria com uma empresa cujos

contratos foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas?

Eu vou dar só o exemplo de uma obra: a pavimentação asfáltica da Quadra 508 Norte. O contrato tem vigência de cinco anos, e a população está esperando essa pavimentação.

Aprofundando as relações da Delta com a Prefeitura de Palmas, o Tribunal de Contas, embora o senhor tenha dito à Senadora Kátia que não havia irregularidades, o Tribunal de Contas considerou o Contrato 10, de 2006, ilegal. Ato contínuo o contrato que o sucedeu, Contrato de Prestação 374, de 2009, tem fortes indícios de ilegalidades, quer quanto às medições dos serviços prestados, quer por apresentação de documentação ilegal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Alvaro Dias, o seu tempo está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou concluir então, fazendo a seguinte pergunta: O senhor tinha conhecimento dessas fraudes nas licitações da Delta no seu Governo? Sim ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca existiu fraude no nosso Governo e nem processo licitatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor diz que não. Não tomou nenhuma medida?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não é que eu não tomei medida, não houve fraude. O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, o tempo de V. Exª...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou concluir, será a última indagação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas o tempo acabou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu considero que o Sr. Raul não está sendo franco. Como ele afirma não existir ilegalidade se o Sr. Luiz Marques diz que o senhor tinha conhecimento de tudo o que ocorria? Como o senhor explica essa declaração do Sr. Luiz Marques? O Sr. Luiz Marques mentiu ou o senhor está mentindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Sr. Luiz Marques mentiu, e nós vamos ter a oportunidade, seja com a Polícia Federal, seja com o Ministério Público Federal, de fazer uma acareação.

O que eu quero, Senador, por mais que eu tenha respeito ao senhor, pela sua história, sua biografia, mas possa ter em mim, até que essas denúncias sejam apuradas, um homem probo. Não tenha de mim esse questionamento sobre a minha idoneidade, sobre a minha honra. O senhor é homem público e sabe disso.

Eu estou vivendo um momento, mas terei momento de provar que não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Alvaro Dias, eu vou passar a palavra agora ao próximo orador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só um esclarecimento ao Senador Alvaro Dias e aos demais.

Realmente, a Polícia Federal tem um interlocutor que ela não identifica. Está, inclusive, na página 7 do Relatório da própria Polícia Federal.

O depoente disse que não se lembra de quem era essa pessoa. A pessoa citada pelo Senador Alvaro Dias foi por ele identificada aqui como o Sr. Daniel. Ele disse recordar.

Só para repor os fatos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu quero comunicar a todos os Membros o seguinte. Eu tenho conduzido e acho que uma regra comum é essa do respeito ao tempo, ao Regimento.

Então, ao final do tempo, vou solicitar a conclusão, para que nós possamos dar a palavra aos demais.

Agora, vou passar igual tempo para o ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu vou direto ao depoente. Pergunto a ele se confirma o que disse aqui no início: que, em busca de respeitabilidade, deixou o PPS para se candidatar em 2004.

O senhor disse exatamente isto. "Eu saí do PPS em busca de respeitabilidade, para uma candidatura em 2004".

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não foi isso que falei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah, não foi isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Desculpe-me. Eu tenho um profundo respeito pelo Partido que convivo muito bem até hoje. Se assim o senhor entendeu, desculpe-me. Não foi essa a minha colocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas é isso que está. O senhor pode pegar, depois, nos Anais.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então, eu retiro. Não foi essa a minha colocação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É bom o senhor retirar, porque eu entendo que um Partido como o nosso que tem história... O senhor esteve lá. Foi acolhido...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E grande. Sei. Fiz parte.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...e vem fazer esse tipo de afirmação é dizer que alguém como o senhor, que começou no PDS, Partido que substituiu a Arena da ditadura, e hoje está no PT, imagino como deve ser a sua trajetória. E ainda mais...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, não foi essa a intenção. Se eu falei peço desculpas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...se saiu do PPS, em 2003, em busca de respeitabilidade, o senhor foi buscar, em 2004, com o Sr. Cachoeira, conforme os vídeos estão aí a demonstrar. E não o primeiro vídeo.

Nós já vimos aqui o vídeo do Waldomiro Diniz com o Sr. Cachoeira e era o braço direito do Sr. José Dirceu na Casa Civil, que hoje está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Vimos um segundo vídeo do Sr. Arruda, aqui no DF, que escandalizou o País. Agora, no dia 1º de julho, aparece um vídeo com o senhor, Sr. Raul de Jesus, aparece mostrando o senhor fazendo negócios, como se Palmas fosse uma propriedade sua. "Palmas é a minha propriedade. Eu venho aqui oferecer a você o negócio do lixo, o negócio da imobiliária, o negócio do transporte coletivo. Eu vim lhe oferecer. Lá, é meu. Eu mando e desmando".

Isso quer dizer exatamente o vídeo que foi reproduzido na televisão brasileira. Eu lamento ver isso, até porque isso demonstra que a recuperação da credibilidade política no País não passa por aí.

Isso é um desrespeito à sociedade brasileira como um todo. E todos nós políticos, sérios ou não, todos pagamos a mesma conta por esse tipo de comportamento, de querer fazer da coisa pública um propriedade particular, para tirar benefício pessoal, no caso desse vídeo que foi apresentado.

Quero dizer mais. O senhor fala, durante sua exposição, que Amado Batista foi contratado para o showmício da sua campanha e que não recebeu dinheiro do Carlinhos Cachoeira. Aí é de perguntar se temos, no Brasil, agências de artistas que são entidades filantrópicas, quando sabemos o quanto cobra cada artista para fazer uma apresentação. Então, se o Carlos Cachoeira não pagou, não pagou, então, nós temos que buscar essa entidade filantrópica que forneceu esse *show* para a sua campanha, para poder encaminhar para os fiscais, o Fisco brasileiro, para que eles busquem algum tipo de informação, porque esse *show* foi de graça e a entidade que promoveu... e até agora não se sabe quem pagou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o *show* está pago. Está declarado aqui. O senhor vai ter acesso aos documentos, à empresa que pagou, aos valores e tudo. Nunca disse isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor também está dizendo, e ali disse agora, interpelado pelo Senador Alvaro Dias, que a Prefeitura de Palmas avalizou os empréstimos junto ao banco, o BMG, este mesmo banco do Mensalão, para pagar a Delta. Quer dizer, esses empréstimos, quantos foram? Qual é o valor disso tudo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós tivemos um momento em que estávamos sem condições de pagar as faturas da empresa. Ela tirou empréstimo no BMG e a Prefeitura pagou, posteriormente. Está registrado, contabilizado. E o Tribunal de Contas aprovou.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu imagino quanto custou um empréstimo desse por um banco que antecipa recursos, a que preço, a que juros, e quanto isso significou no superfaturamento e depois naquilo que cobrou a mais nos contratos, ou seja, a população de Palmas pagou um preço altíssimo para poder fazer um negócio e atender a uma empresa, e o senhor foi buscar um banco exatamente para antecipar esses recursos a juros altíssimos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor está pré-julgando, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estou pré-julgando. Estou afirmando.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor não está afirmando. O senhor não está afirmando, porque não são afirmações reais.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmações reais? O senhor falou aqui que saía do PPS para um partido em busca de respeitabilidade e, no ano seguinte, o senhor estava sendo flagrado, como o vídeo mostra, o senhor estava lá conversando com o Cachoeira para entregar Palmas para os negócios dele.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é o senhor que está afirmando.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estou... Estou afirmando. O senhor disse "os negócios que melhor lhe aprouver". O senhor disse isso no vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Deputado Rubens Bueno, eu só peço a V. Exª que nós possamos continuar os depoimentos, as perguntas num nível de voz mais adequado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, qual é o nível? O nível do quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Não. Houve um... Em todos os momentos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não vai dizer como eu tenho que falar, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Em todos os momentos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não faltei com o respeito. Estou afirmando a ele e ele afirma para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu sei. A gente só pediu o respeito neste depoimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, o respeito permanece. Estou chamando de senhor, estou respeitando e quero que ele restabeleça o respeito que ele faltou com o meu partido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu só vou pedir que nós consigamos continuar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...que o acolheu, e ele não foi digno disso. O PPS o acolheu, e ele não foi digno disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – ...em uma atmosfera de respeito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmo aqui mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. SP – PT) – Eu vou pedir à Secretaria a transcrição dessa fala, porque, se foi feita, ele nega tê-la feito, mas se foi feita, a ele caberá as desculpas.

Mas vamos restabelecer o clima. Eu vou restituir o tempo de V. Exª, cinco minutos, mas vamos restituir um clima de respeito entre nós.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O clima será o mesmo clima, Presidente. Ninguém vai me censurar na forma de falar – ninguém, nem o senhor.

Eu quero também dizer ao senhor que, no vídeo que foi apresentado na sequência, o seu assessor responde exatamente assim "eu não mexo com dinheiro de jeito nenhum". E diz aí o seu assessor: "cinco contas pulverizadas que não tem nada a ver com a campanha para o pagamento". O senhor pode dizer que dados completos são esses dessas cinco contas pulverizadas que o seu assessor estava negociando?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, melhor quem vai poder dizer é ele, mas é mais fácil, já que foi por conta, a polícia chegar até elas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Assim... Eu estava até dizendo e comentando aqui que, quando chega aqui alguém, em vez de colaborar para que a gente possa fazer a investigação à altura do que o País necessita para sair dessa descrença generalizada... Nós temos aqui probos. E aí aquele vídeo que aparece na televisão parece um filme de ficção. Aquele vídeo parece que foi um filme de ficção.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu admito meu erro no vídeo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguém inventou um filme de ficção colocando o Prefeito de Palmas, então pré-candidato a Prefeito de Palmas, um filme de ficção, negociando, entregando Palmas: "Olha, tem o negócio do lixo, tem lá o negócio de imóveis, lá tem o transporte coletivo." Quer dizer, é isso que nós estamos vendo. É um filme de ficção.

Olha, eu lamento ter que ficar aqui ouvindo, e a televisão brasileira acompanhando, esse tipo de depoimento, um depoimento que depõe contra as instituições do País, até porque está tentando chamar a gente de alguma coisa a mais ou zombando da nossa inteligência, no mínimo isso. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero advertir... Vou paralisar o tempo e quero advertir a pessoa que está na assistência, que não é permitido à assistência se pronunciar nesta CPI.

Só quero adverti-lo de que, se repetir, vou ter que pedir a V. Sª que se retire.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, se não for da imprensa e não for assessor de parlamentar, peço a V. Exª que solicite a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – V. Exª está sendo muito maneiro... V. Exª está sendo muito maneiro...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Como Deputado, V. Exª está agindo da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. A Presidência vai continuar conduzindo da forma que conduziu das outras vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, houve agressão a um membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto, Senador Randolfe. Das outras vezes, quando alguém da audiência se pronunciou, eu adverti e não foi necessária outra medida, além...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Diga logo o nome do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se isso se repetir, eu vou... Se isso se repetir...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Peça ordem na Casa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Houve desacato, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Casa está em ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Está havendo crime de desacato, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não houve desacato.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Exª precisa identificar quem é, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não houve desacato. Ele foi advertido e, se isso se repetir, será retirado. Mas a Presidência o adverte de que não pode se pronunciar e, caso se pronuncie, será retirado. Mas eu apenas o advirto. Se ele se retirou espontaneamente, ele o fez de sua própria vontade.

Então, vou devolver os três minutos ao Deputado Rubens Bueno, para a continuidade de suas perguntas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, até parece que para um depoimento...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, quem tem um advogado desse, que acabou de falou isso aí, V. Exª teria que perguntar o nome desse cidadão, porque, na verdade, se o Prefeito não tivesse culpa nenhuma, a partir de agora tem culpa total. Porque esse cidadão se pronunciou como aliado do Prefeito, como advogado, agredindo aqui um parlamentar, e esse Prefeito vai ter que explicar. Daqui a pouco, vou perguntar. Eu tenho aqui três envelopes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo. Então, vou devolver o tempo ao Deputado Rubens Bueno. Esse fato já está superado porque a pessoa se retirou do local.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, requeiro à Mesa que faça, que identifique essa pessoa; ou é funcionário da Prefeitura de Palmas ou é um jagunço contratado para tentar atemorizar os membros desta CPI. Se o Prefeito veio aqui com seus servidores públicos, temos que ver isso. E, se foi algum contratado como jagunço, para tentar botar medo, vou repetir Juscelino Kubitschek de Oliveira: "Deus poupou-me o sentimento do medo", para dizer ao senhor que esse tipo de situação que é colocado por figuras que vêm aqui a *entourage*, que é paga com dinheiro público, que aconteceu com o Governador de Goiás, que aconteceu com o Governador do Distrito Federal, está acontecendo com o Prefeito de Palmas, isso não pode acontecer e esta CPI tem que apurar e mandar descontar do salário dos governadores e desse prefeito essas figuras como servidores públicos estarem aqui em vez de estarem prestando serviços à população, que são pagos com dinheiro público.

Sr. Presidente, para concluir a minha parte, lamentável parte, em que a torcida organizada vem aqui, quem sabe a custo do dinheiro público, tratar disso, encerro dizendo o seguinte: o laudo da Polícia Federal mostrou que a Delta apresentou um atestado e que esse atestado foi fraudado, tanto é verdade – aí é um ponto para o Governo do Distrito Federal, viu, nosso Relator, ponto para o Governo –, que cancelou aqui o contrato em virtude de esse documento ter sido fraudado e lá em Palmas isso não aconteceu. Quer dizer, dentro daquilo que a respeitabilidade que se buscava fora do PPS, um partido decente, que tem história, uma história de Itamar Franco, de Roberto Freire e tantos que tombaram há 90 anos para poderem dar o direito de o senhor disputar a eleição e se eleger prefeito de Palmas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Indago se V. Exª gostaria de responder às questões...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Só dizer ao Deputado Rubens Bueno que essa questão que houve aí no auditório não é da nossa conduto. Desculpe-me porque não me vejo como ameaçador da democracia, sempre respeitei a democracia. Portanto, isso não é do nosso comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Eu só quero dizer que aqui nenhuma pessoa vai ameaçar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – o senhor não respondeu ao documento da Delta, que foi fraudado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu já respondi. É porque o senhor não observou. Inclusive passei documentos à Mesa, sobre a CAT em relação à qual o Ministério Público já denunciou a pessoa que supostamente cometeu o ilícito, que é um diretor-executivo da Delta, que não tem nada a ver com a Prefeitura. A Prefeitura tão somente emitiu um atestado que, por sua vez, ao chegar ao CREA, Foi transformado em uma CAT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Vou acrescer mais um minuto a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para dizer que, quando há uma situação dessas em que há uma negociação antecipada, anterior ás eleições, e, depois, se confirma com os contratos, que, depois crescem geometricamente em termos de valores, cobrando da população um negócio feito antes das eleições é algo que chama a atenção. Fui prefeito e, quando assumimos, diminuímos o valor da cobrança da taxa de lixo e, dois terços, ampliando os serviços que foram realizados. Aqui, estamos vendo o contrário: um negócio feito, filmado e gravado, que, depois, a população paga mais cem por cento de aumento nos contratos com essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno. Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira PT – SP) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Passando direto ás perguntas, o senhor falou, ainda há pouco, dialogando com o Relator, que o Sr. Silvio Roberto é do seu conhecimento e é seu amigo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E que ele era, no dizer do senhor, um empolgado pela construção de um Estado democrático de direito em Tocantins. Confere?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Falei que era um empolgado do projeto político que temos na cidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É, mas o senhor falou também – podemos ver agora nas notas – que era um empolgado pela construção de um Estado de direito democrático em Tocantins. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois bem, o Sr. Silvio Roberto fala para o Sr. Carlos Cachoeira o seguinte: "é comprometer 150 mil em um *show,* com coisas palpáveis, vai acontecer o seguinte, vamos tentar fazer isso, certo, porque se eu puder ter uma aposentadoria e o Raul ter uma, tudo fica bem." Mais adiante, ele diz o seguinte: "você trabalha em cheque, vocês tem como passar o dinheiro em raios-x, diz o Cachoeira, você vai de avião, né?" E, aí, responde o Sr. Sílvio Roberto, assessor: "Eu não mexo com dinheiro de jeito nenhum, lá é o seguinte, sabe o que fazer, passo para o Alexandre e um fax de umas cinco contas pulverizadas, que não têm nada a ver com a campanha. Chego lá amanhã e não tem problema nenhum."

O senhor acha que isso é tipo de procedimento de alguém que quer construir um Estado de direito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acho que isso é realmente é indecente, mas isso foram palavras do Sílvio, não foram minhas, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, mas o senhor declarou ainda há pouco que ele é seu amigo e...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...e foi junto com o senhor encontrar com o Sr. Carlos Cachoeira e, depois, esteve sozinho como Sr. Carlos Cachoeira, e, aqui o senhor, nas respostas ao Relator, declarou que "ele é seu amigo e que é um empolgado na construção de um Estado de direito democrático no Estado de Tocantins.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se errou, não vai deixar de ser meu amigo, mas reconheço que ele foi realmente, que errou, como eu também errei em ter procurado. Eu tive a infelicidade de ser filmado, muitos conseguem ter esse tipo de apoio sem as câmeras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Infelicidade sua e sorte da opinião pública brasileira e nossa, por saber mos a verdade.

Voltando à questão do *show,* o *show* foi do Sr. amado Batista. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Amado Batista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me perguntar uma coisa: o senhor sabe dizer o valor do *show?* Quanto foi o pagamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Trinta mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E a empresa, o senhor sabe dizer?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, mas está aqui na declaração, na prestação de contas para o TER, que passamos às mãos da mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por que não está na prestação de contas a que temos acesso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tenho aqui e posso mostrar a V. Exª a do TRE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, na prestação de contas que temos aqui, conta Comitê Financeiro Municipal Único.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Temos, então, duas prestações, porque tenho uma aqui, pelo TER e posso mostrar a V. Exª. Se me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tem duas, mas e a do TSE.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu gostaria de mostrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só o seguinte: o senhor disse que o *show* foi quanto?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Trinta mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas há uma declaração aqui de R$50 mil entre... Comitê Financeiro Municipal Único, R$50 mil, E, aí, no pagamento, está 50,760 (cachês de artistas e animadores).

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acho que há um equívoco entre o comitê financeiro e o candidato. Nós temos declarado aí mais de 500 mil em eventos, dos quais constam a empresa e o valor que foi pago com o nome do Sr. Amado Batista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas nessa que está no TSE não consta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas nós temos aqui. Eu vou passar para V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu gostaria de ter acesso a essa informação.

Dessas cinco contas pulverizadas a que o Sr. Sílvio Roberto se refere o senhor tem conhecimento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu disse que ele disse a mim que não houve repasse, não recebeu. Portanto, ele é quem pode falar mais sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Veja uma coisa: o senhor se desloca de Palmas até Anápolis... O senhor não conhecia o Sr. Carlos Cachoeira? Não tinha conhecimento de que ele era um contraventor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, eu não me desloquei de Palmas a Anápolis; eu me desloquei para encontrar com um empresário em Brasília. Aqui, eu fui levado ao escritório do Sr. Alexandre, que conheci pela primeira vez, dizendo-me ele que a pessoa que estava para nos ajudar morava em Anápolis e que nós teríamos de ir de carro. E para lá eu me dirigi, e foi o que ocorreu, como pude declarar aqui no início da minha fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito; mas o senhor saiu de Palmas, o seu lugar de residência...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Saí de Palmas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...o senhor veio a Brasília, onde o senhor tinha um encontro com um empresário. O senhor não sabia que esse empresário era Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente. Eu fiquei sabendo daqui para Anápolis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor conhecia os negócios do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não conhecia. Estou dizendo ao senhor. Fiquei sabendo daqui para Anápolis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Diga-me uma coisa: o senhor vai se encontrar com alguém, com um empresário que vai colaborar com a sua campanha – até aí não tem problema nenhum –, mas daí ao senhor ter um encontro com um empresário, que vai colaborar com a sua campanha, e não ter o cuidado de saber quais são os negócios desse empresário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Primeiro, quem me trouxe foi uma pessoa em quem eu, apesar de pouca convivência, confio, o Sr. Daniel. Então, ele que me trouxe até o Alexandre, quando o conheci pela primeira vez, E o Alexandre foi quem me levou até o Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois bem; mas o senhor vai se encontrar com o Sr. Carlos cachoeira e a cautela não lhe recomendou saber em que ramos de negócio atuava o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não me apercebi para isso não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas é muito descuido. O senhor não acha, Prefeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza, descuido foi até ir. Apesar de que isso não faz muito parte da minha formação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor vai atrás de um empresário para contribuir com a sua campanha e o senhor não se interessa em saber em que ramo de negócios esse empresário está envolvido?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Confesso que não. Eu fui sem saber em que área ele atuava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E, assim, o senhor diz que essas contas não existiram porque essa doação não ocorreu. É isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor tem um encontro e é, na sequência do encontro, que uma pessoa, que o senhor diz aqui que é seu amigo, que é próximo ao senhor, que é seu assessor, intermedeia uma doação que o Sr. Carlos Cachoeira confirma que ocorrerá. E essa doação não ocorreu e essas contas não existem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, imagino que o Carlos Cachoeira ainda estará aqui nesta Comissão e deverá dizer ao Brasil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não; ele não quis falar. Nós estamos querendo contar com a sua colaboração.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu penso que ele vai dizer. Deve haver tempo para isso. Então, só ele vai poder confirmar o que estou dizendo aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não pode falar por ele, não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso, mas eu imagino que ele dirá. Não tem como ele ocultar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas por isso que nós queríamos contar com a sua

colaboração, porque o senhor está espontaneamente se dispondo a colaborar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou dando a minha colaboração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Veja lá: em outro trecho do vídeo, V. Exª afirma que tem um gasto previsto de R$1,2 milhão, somente com a produção do programa de TV, e que a campanha está orçada em R$4 milhões. Na prestação de contas, encontramos somente R$218 mil. Foi esse o custo da campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Nós tínhamos a previsão de uma campanha de R$4 milhões, que nós sabíamos que nunca iria chegar à realidade. Porém, nós gastamos R$1,096 milhão, como está aí no TRE. Foi o que nós conseguimos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, por que na prestação de contas só encontramos R$218 mil? Quer dizer que o restante veio de outra fonte?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É porque não chegou para o senhor. Mas nós estamos aqui com R$1,096 milhão. Eu acho que o senhor está pegando um documento que não é o que nós temos aqui, fornecido pelo TRE.

Eu queria aqueles dois processos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tudo bem, mas, mesmo assim, o senhor declara que tinha uma previsão de gasto com TV e rádio de R$1,2 milhão. É um valor bem acima de R$1,096 milhão!

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era uma previsão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas já era o começo da campanha. O senhor não tinha o orçamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; já era o fim da campanha. Eu estou falando que as nossas dificuldades de arrecadar recursos lá são muito grandes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O custo total da campanha foi de R$1 milhão?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Um milhão e noventa e seis mil reais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, se esse foi o custo total da campanha, quanto custaram TV e rádio na campanha?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Olha, na verdade, eu não posso precisar, mas tudo está na prestação de contas. Cria-se uma expectativa, o recurso não vai entrando, você vai diminuindo aqui o apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Isso eu entendo. Só acho o seguinte: o senhor prevê um milhão e duzentos, já no final da campanha, tem um encontro com o Sr. Carlos Cachoeira, fala dessa previsão de um milhão e duzentos; apresenta-nos agora a prestação de um milhão e noventa e três, abaixo, que é a prestação de contas total, totalmente abaixo dos gastos somente com TV e rádio, o senhor não acha meio estranho?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Senador, eu posso afirmar ao senhor que esses são os recursos que nós conseguimos e que gastamos na campanha. Está na prestação de contas, inclusive aprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor sabe dizer quanto custaram TV e rádio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar, mas o senhor tem nas mãos. Se não chegou... Onde estão os dois processos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se foram um milhão e noventa e três, então custaram menos TV e rádio – lógico, se um milhão e noventa e três é o saldo total, custou bem menos o valor da campanha. Perfeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso prever isso, mas o que nós gastamos está aí.

Essas questões, Senador, se o senhor me permitir,... Veja bem, eu, observando, diante de toda essa situação – a Senadora Kátia Abreu sabe, que foi coordenadora geral da campanha o Governador Siqueira Campos – lá quem foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me, já que o meu tempo está acabando e eu tenho que fazer essa pergunta: o senhor declarou ainda há pouco que a área do lixo foi insistentemente citada no vídeo e isso é dito no vídeo como área prioritária; o senhor fala de R$80 mil em doação de uma empresa, dos R$200 mil prometidos. Eu lhe pergunto: a empresa que fez essa doação foi a Litucera?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Essa foi uma falsa expectativa. Eu queria mostrar, na verdade, que a gente não estava sozinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor disse, ainda há pouco, que tinha R$80 mil de contribuição.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas, não houve. Isso não é real.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Exª terminou. Vou passar para o próximo inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado pela compreensão.

Quero passar para o próximo inscrito, Deputado Carlos Sampaio, por dez minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, cumprimentando a todos os presentes, eu gostaria de primeiro fazer um esclarecimento ao depoente.

Nós, na verdade, não estamos aqui hoje para saber tudo que Palmas ou o governo dele efetivamente fez pela população, mas sim para saber se algo poderia ter sido feito e não foi em razão de eventual desvio de dinheiro público promovido pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Sr. Prefeito, o senhor afirmou, um dia depois da entrevista dada ao Fantástico, aliás, no dia seguinte, que "Eu estava na condição de agente político [na reunião com Carlos Cachoeira]; eu estava ali como candidato, e o cidadão é um empresário".

O senhor confirma essa sua fala no portal G1?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se está colocado no portal...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para deixar claro que V. Exª encontrou-se ali com um empresário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Um empresário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu digo isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o Sr. Bordoni, quando veio aqui, disse que ele era conhecido como um empresário; o Sr. Claudio Monteiro, quando veio aqui, disse que ele era conhecido como empresário; o senhor vem e ratifica que realmente se encontrou com um empresário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não; foi-me apresentado um empresário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito, perfeito.

O senhor Carlos Cachoeira, na condição de empresário, e aí eu faço a pergunta a V. Exª, quer nos parecer que ele não teria nenhum motivo, em sendo de Goiás,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas peço aos jornalistas, cinegrafistas... Toca o telefone e não tiveram o cuidado de colocá-lo no modo silencioso. Isso está interferindo nos trabalhos. Agora mesmo um deles atende um telefone, interrompendo aqui o trabalho do ilustre Deputado.

Vou devolver o tempo a V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço a V. Exª.

Continuo.

O Sr. Carlos Cachoeira, sendo um empresário de Goiás, quer nos parecer – o senhor está na vida pública como eu estou – que não teria razão para ele ajudar um prefeito de Palmas se não lhe fossem abertas portas no seu governo. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Primeiro, ele não ajudou. Portanto, ele não teve essas portas abertas, e, se tivesse, o nosso governo está comprovado que não há interferência dele nem do grupo dele na nossa gestão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor esteve com ele e pediu para ele – foi gravado em vídeo – e o senhor disse que ele não ajudou em absolutamente nada?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ok.

O senhor disse hoje aqui que não recebeu dinheiro do Sr. Carlos Cachoeira, sequer se lembra de ele ter ofertado ao senhor ajuda em dinheiro.

Vou reproduzir aqui a conversa que o Sr. Carlos Cachoeira teve com o Sr. Alexandre, homem de confiança dele, na sua frente. Ele disse textualmente, o Sr. Carlos Cachoeira: "E tem que ver como nós podemos ajudar aí e ver com o Alexandre aqui como é que a gente pode equacionar isso..." E continua o Carlinhos: "...ver que a gente [falando para o senhor] pode ajudar com verba e com *show*". O senhor se lembra de ter ouvido isso que está no vídeo que estou reproduzindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me lembro. Vi no vídeo como V. Exª. São passados oito anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª deslocou-se, como bem disse o Senador Randolfe, do seu Estado para outro Estado para conversar com o Sr. Carlos Cachoeira. O senhor disse hoje, aqui, que, sequer, sabia que ia conversar com ele. Pede dinheiro, apresenta Palmas, oferece oportunidades, mas o senhor não se lembra de ele ter oferecido verbas e nem um *show* do Amado Batista, que, aliás, ocorreu.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não pedi dinheiro. Primeiro, não pedi dinheiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não estou dizendo que o senhor pediu. Estou dizendo que ele lhe ofereceu. É bem diferente. Dessa parte, o senhor não se lembra?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não confirmo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito.

V. Exª me desculpe, mas, quando os fatos falam mais altos do que a versão, sou obrigado a me indignar. Deslocar-se de um Estado para outro; reunir-se com um contraventor, na época, um empresário, concordo; ele diz que vai ajudá-lo; V. Exª oferece oportunidades em seu Município; e, depois, diz que ele não ajudou em 2004, em 2008? Sou forçado a imaginar que ele

contribuiu com o caixa 2, porque V. Exª não pode usar a seu favor aquilo que o vídeo depõe contra V. Exª.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, imagino que, da forma que ele gravava as pessoas e como agia, seria intolerante, após as eleições, não ter conseguido entrar em Palmas com alguma vantagem. E o senhor não vai constatar, em nenhum momento, a presença dele ou do grupo dele em nosso Governo, e muito menos qualquer ligação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O grupo dele, Sr. Prefeito, chama-se Delta. É o braço...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas não tem... A Delta chegou...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou continuar. V. Exª vai ver que estou bem atento a esse seu questionamento.

Com relação ao contrato de lixo firmado pela Delta com a Prefeitura de Palmas, no seu Governo, V. Sª diz, com relação a esse contrato de lixo, que foi tudo através de um certame licitatório, dando a entender que a contratação foi legal. Também afirmou que, à época, Carlos Cachoeira não tinha vínculo nenhum com a Delta, que era um vínculo sabido...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não que nós conhecêssemos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nem nós. Ocorre que, na conversa abaixo, ocorrida, repito, na frente de V. Exª, não há dúvidas sobre o interesse de Carlos Cachoeira exatamente no lixo. Ele diz: "Alexandre, o que for possível de a gente ajudar lá e ver oportunidade lá veja, Alexandre". Alexandre responde: "Eu acho que a gente tinha conversado sobre o lixo. Tem o lixo".

Com toda sinceridade, Sr. Prefeito, se descobrimos só hoje que o vínculo da Delta com o Carlos Cachoeira já existia, talvez V. Exª tivesse sido um dos primeiros a saber.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Evidentemente que não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Digo isso, Sr. Prefeito, porque o senhor foi gravado em vídeo oferecendo oportunidades e a resposta que lhe foi dada foi: tenho interesse no lixo. Um ano e dois meses depois, a Delta ganha o lixo, e, seis anos depois, descobrimos que a Delta, há muitos anos, antes de 2004, era o braço financeiro do Sr. Carlos Cachoeira, apontado pela Polícia Federal como sócio oculto. Talvez, repito, V. Exª tenha sido um dos primeiros a saber da vinculação da Delta com o Sr. Carlos Cachoeira, porque o pedido que lhe fora feito formalmente foi: temos interesse no lixo. E, um ano depois, quem ganha o lixo é a Delta. E como o senhor não perguntou quais eram as atuações, as atividades do Sr. Carlos Cachoeira – como disse o Senador Randolfe, estranhamente nem se interessou por saber o que ele fazia –, V. Exª não pode usar, hoje, esse argumento de que, na época, ele não era vinculado à Delta, porque, na época V. Exª não sabia, sequer, a quem ele era vinculado, V. Exª não sabia, sequer, qual era a atividade dele. Então, o próprio torpor, V. Exª não pode usar em seu favor. Quando V. Exª diz que não sabia o que ele fazia, e a Delta ganha, um ano e dois meses depois, a licitação, V. Exª não pode dizer pura e simplesmente que, na época, não conhecia o vínculo dele. V. Exª não conhecia nada. Foi feito um pedido, foi formalizado e, depois, foi reiterado por um assessor de V. Exª, que, além do lixo, conversou sobre uma aposentadoria.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, prova disso... Se tivéssemos algum compromisso com o Sr. Carlos Cachoeira sobre lixo, por que não ficaria logo no primeiro ano?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero pedir aos ilustres Parlamentares que o próprio Parlamentar que está com a palavra está se sentindo prejudicado por esse colóquio. Então, eu vou interromper até terminar o colóquio e devolvo o tempo de cinco minutos a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Agradeço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A bancada que está... *(Fora do microfone.)*

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, enquanto isso, eu só quero dizer ao senhor que a pessoa que estava aqui tentando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ah, eu vou dizer isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...é o Secretário Municipal do Desenvolvimento Social da Prefeitura de Palmas, Sr. Robledo D'Montalverde Suarte, que estava aqui trabalhando pela Prefeitura de Palmas, aqui agredindo os Parlamentares nesta CPMI. Aí está a *entourage* do Prefeito de Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou ali. Eu peço ao Deputado Onix...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu estou avaliando. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...aos ilustres membros do Partido Socialismo e Liberdade, Randolfe Rodrigues e o Deputado Chico, que eles... Nesse colóquio, quem está pedindo a atenção é o próprio autor aqui. Então, eu pediria a V. Exªs que, se puderem autorizar, eu vou devolver a palavra a ele.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – O colóquio já acabou há quatro minutos e meio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, tinha um colóquio. Então, eu vou devolver a palavra para V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O que eu quero colocar, Sr. Prefeito, é que hoje o senhor dizer que não tem vínculo algum entre o Sr. Carlos Cachoeira e a Delta e que na época não existia, não procede, porque foi V. Exª que disse hoje que desconhecia as atividades dele na época. Então, quando quem ganha o lixo é a Delta, um ano e dois meses depois, e nós descobrimos hoje que a Delta já era o braço financeiro do Sr. Carlos Cachoeira antes de 2004, fica claro para a gente que V. Exª ou alguém ligado a V. Exª cumpriu o contrato, cumpriu o acordado que foi objeto de um vídeo que não só eu, mas o Brasil viu. Se V. Exª me permite, ao afirmar aqui hoje que, "se a Delta realmente tivesse vínculo com o Sr. Carlos Cachoeira, por que não ganhou no primeiro ano?", V. Exª ofende a nossa inteligência.

No primeiro ano de mandato, V. Exª começa a tomar pé das coisas e sequer sabe como deve proceder. Eu digo isso porque, no segundo e no terceiro ano de mandato, V. Exª teve contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas, imagina no primeiro! V. Exª não tinha o conhecimento pleno do que ocorria...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nossas contas não estão rejeitadas não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas eu vou continuar porque eu quero fazer uma ponderação...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nossas contas estão aprovadas pelo Tribunal de Contas .

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vou fazer uma ponderação nessa linha que V. Exª está colocando. Quanto ao Tribunal de Contas, o senhor trouxe aqui informações que, com a devida vênia, não procedem, e eu vou lhe dizer o porquê. Primeiro, tentou passar a impressão de que o conselheiro agiu por motivação política, um conselheiro que deu um parecer seis anos depois, que, em seguida, aposentou-se e, meses depois, ele foi para uma secretaria do Estado. Essa afirmação de V. Exª teria coerência se ele tivesse sido uma voz destoante, se a decisão pela irregularidade dos contratos não tivesse sido votada pela unanimidade dos conselheiros. Seis outros conselheiros que não ocupam secretarias de Estado disseram que ele estava certo e, portanto, esse contrato, a denúncia feita foi provida. E V. Exª, hoje, está respondendo a esse questionamento. Portanto, não procede dizer: mas este um aposentou-se, os outros seis estão na ativa e todos votaram contra V. Exª.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o senhor me permite?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Processo que eu passei aqui às mãos da Presidência fala todo sobre esse trâmite no Tribunal de Contas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu tenho em mãos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não estou levando, colocando aqui a questão do conselheiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. V. Exª fez uma ponderação que induziu a todos nós a pensar que houve motivação política

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Veja bem, se o senhor conhecesse um pouquinho melhor o Estado do Tocantins...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perdoe-me. O que está em jogo agora não é isso. Eu vou continuar com as minhas perguntas.

V. Exª continuou afirmando sobre o Tribunal de Contas. Ele aprovou o edital, inclusive as resoluções do edital foram cumpridas. Só que V. Exª não disse para nós, mas eu li o parecer *in totum*, na sua totalidade, do Tribunal de Contas, não disse que o que está sendo questionado não é o edital. O que está sendo questionado é a forma como a Delta ganhou, com preço inexequível, segundo, repito, à unanimidade dos conselheiros.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então, não está se discutindo a licitação, está se discutindo a operacionalidade.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª incide em erro quando faz uma licitação ilegal ou quando procede ilegalmente, ao apontar quem ganhou essa licitação. V. Exª foi apontado como tendo uma atuação irregular por ter dado o ganho à Delta, que, segundo os sete conselheiros, era um preço inexequível. Os valores eram menores, bem menores, tanto que V. Exª depois aprovou vários aditivos sem licitação. Então...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, não é o que dizem aí, tanto os engenheiros...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – V. Exª me perdoe, V. Exª me perdoe, não estou preocupado com engenheiros, estou lendo uma decisão; não estou inferindo, não estou fazendo uma ilação, nem dizendo o que penso. Estou dizendo da leitura feita no Tribunal de Contas, o parecer assinado por sete conselheiros. V. Exª agiu de forma irregular nesse processo, V. Exª atingiu efetivamente princípios básicos do direito administrativo e, portanto, o julgamento foi contrário à aprovação deste contrato.

Mas V. Exª vai além. Apenas para continuar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Anos depois.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Anos depois. Sempre que V. Exª se refere a anos depois V. Exª quer dizer o seguinte: que o seu proceder ilegal ou irregular de anos passados não valem, só valem os futuros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estou me referindo aos trâmites, o que vinha no processo enquanto o Ministério Público...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por fim, V. Exª disse que tinha todas as medições das pesagens realizadas. Não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Todas, do primeiro dia até hoje.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, vou dizer o que diz aqui talvez o acórdão mentiroso dos sete conselheiros. Só pode ser um acórdão mentiroso, porque ele vai diametralmente contra ao que V. Exª afirma.

Diz ele:

> *Conforme se depreende da defesa apresentada, não foram apresentados comprovantes de pesagens referentes aos seguintes períodos: 2006, dois meses; 2007, seis meses, e a partir de 14 de maio de 2008 em diante*.

V. Exª leu essa parte que li do relatório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, não leu. Eu percebi.

Então veja que, apesar disso, o pagamento era feito sem sequer a comprovação pela balança eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para a conclusão de V. Exª. Vou devolver a palavra para ele porque o tempo de V. Exª já está esgotado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, para conclusão, uma última pergunta, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Exª

Perguntaria ao depoente se ele conhece e se esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Antes, porém, eu queria responder ao senhor o seguinte: o TCE abriu agora novamente para rever essa questão da pesagem. Mas, se for necessário, nós temos do primeiro ao último dia essas pesagens. Está bem?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP). – O senhor conheceu ou esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O primo da minha sogra chamado Clávio é sogro do irmão do Sr. Carlos Cachoeira. Mas não temos nenhuma relação, moram em Anápolis.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Minha pergunta foi muito objetiva: o senhor esteve alguma vez com o irmão do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estive, conheci o Sr. Junior.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu passo agora a palavra, por dez minutos, ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Raul, gostaria de agradecer a sua presença aqui na nossa Comissão. A gente espera que o senhor esclareça o trabalho que estamos fazendo e que possa dar mais consistência àquilo que nós queremos como objetivo que é desvendar essa organização criminosa.

Talvez algumas perguntas já tenham sido feitas, mas eu gostaria de repeti-las em alguns casos porque é fundamental que a gente possa ter a sua opinião bem embasada sobre as questões que aqui estão sendo tratadas.

Sr. Presidente, antes, quero saber de V. Exª uma questão de ordem: se o nosso depoente está na condição de testemunha; e, se estiver, se ele assinou o termo de comprometimento com a verdade em relação a seu depoimento nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele está na condição de testemunha e pergunto se ele já assinou? *(Pausa.)*

Já assinou, conforme atestado aqui pela assessoria.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, vou começar as minhas perguntas.

Quando e em que circunstâncias o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira: em Goiânia, em Palmas ou em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pela primeira vez em que estive com o Sr. Carlos Cachoeira fui apresentado a ele ocasionalmente em Goiânia, em 1994, pelo então Deputado Yatan Cavalcanti.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Em que circunstâncias foi esse conhecimento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu fui com o Deputado Yatan Cavalcanti, nós éramos Deputados Estaduais e ele saiu candidato a Deputado Federal e eu a Estadual. Viemos a Goiânia preparar fotos para a campanha, e lá ele, amigo do Carlos Cachoeira, me apresentou.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com que razão, com que argumento ele apresentou o Sr. Carlos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eram amigos. Ele encontrou. Acho que o Carlos Cachoeira estava em Goiânia.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas ele falou desse Carlos Cachoeira como empresário...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Só apresentou que era um amigo de infância de Anápolis.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Amigo de infância de Anápolis.

Que tipo de negócios tinha o Sr. Carlos Cachoeira quando o senhor o conheceu? O senhor teve conhecimento disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em 1994, eu confesso que não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E posteriormente, 2004?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Passou-se todo esse tempo e eu vim ver nesse momento que o vídeo nos mostra. Cheguei da forma que já coloquei aqui.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabia, quando teve esse conhecimento e esse contato, que tipo de negócio tinha o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu vim a Brasília, Deputado, e aqui sabendo... e aqui fiquei sabendo que nós íamos a Anápolis encontrar que esse empresário.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, o senhor não tinha conhecimento nenhum. O senhor já afirmou isso.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agora, daqui até lá, o senhor foi informado que tipo de negócio tinha o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não me recordo, honestamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas o senhor tinha conhecimento? Sabia?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sabia. Honestamente, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabia se ele tinha ou não relações com o jogo ilegal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, absolutamente não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que ele era empresário, talvez?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu ia para me encontrar com um empresário, não sabia de qual ramo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Um empresário apenas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era. O Sr. Alexandre deve, posteriormente, não sei, se ouvido, confirmar isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Em relação ao Alexandre, eu tenho aqui um depoimento da Policia Federal, uma manifestação que diz o seguinte, na análise desse vídeo: "Na verdade, Raul, eu não tô ajudando ninguém, mas, como o Alexandre havia me falado aí, eu vou ser sincero com você. E o Alexandre vem me falando de você também. Eu te conheço tem muito tempo, desde a época do... Parece que sua esposa tem grau de parentesco com a esposa do Júlio também. E tem que ver que nós podemos ajudar aí e ver com o Alexandre aqui como é que a gente pode equacionar isso. Nós temos uma parceira em conjunto. Você acha que um grande *show* seria bom para você, afinal?" Raul disse...

Como é que o senhor conhecia esse Raul? O senhor afirmou que não. E como é que o senhor explica esse diálogo aqui?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou explicando, Deputado. Eu conheci o Sr. Carlos Cachoeira, em 1994, em Goiânia, certo? O primo da minha sogra tem uma filha casada com o Júnior, irmão do Cachoeira. Eu conheci o Júnior. Eu penso que ele reporta aí que o Júnior havia me apoiado. Meu sogro, o sogro, ou melhor, o sogro do Júnior, que tem uma filha casada, que é primo da minha sogra, esteve com ele em Palmas, quando me levava apoio, boné, camiseta e tudo. Foi nessa ocasião que eu o conheci.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Essa relação com o Alexandre, então, não é...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Alexandre, eu não conheci o Alexandre.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não conheceu?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Alexandre deve ter usado aí de uma prerrogativa que não é verdade. Eu conheci o Alexandre no dia em que cheguei a Brasília trazido pelo Daniel.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E o irmão de Cachoeira o senhor conhece desde 1994?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi na minha campanha de 2000... 2000...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ué, mas o senhor disse que é a partir de 1994.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, veja bem, o Carlos Cachoeira em conheci em 1994. Eu conheci o Júnior na minha campanha de 2000.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O irmão.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É, o irmão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, o senhor conhecia antes o Sr. Carlos Cachoeira.

Outra questão que eu gostaria, Sr. Prefeito, é a seguinte. Aqui tem um diálogo também em que o Carlinhos Cachoeira diz o seguinte: "O Júlio [ou Júnior, no caso] também já te ajudou na eleição passada e vai ajudar agora, e eu também vou te ajudar." Aí o Alexandre: "O que for possível a gente ajudar e ver as oportunidades." "Tem lá, Alexandre." Alexandre diz: "Eu acho que a gente tinha conversado sobre o lixo. Tem lixo. O lixo foi para o Estado?" Pergunta. O Raul diz, aí a sua palavra: "Não, deixe, deixe eu te explicar. Essa situação do lixo, apareceu um cidadão lá que trabalha com essa questão do lixo em Santo André, três cidades de São Paulo." Qual é essa empresa, Sr. Raul?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não conheço, muito menos as pessoas. Eu gerei uma expectativa, mas a verdade é que não houve essa ajuda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor gerou uma expectativa apenas. Muito bem.

Agora vou fazer uma leitura aqui também de outro trecho dessa manifestação da Polícia Federal.

Aqui, existe uma palavra sua, e eu queria que o senhor confirmasse se realmente foi isso que aconteceu, porque o senhor falava em quatro milhões nessa campanha, quando foi perguntado numa dessas conversas. O senhor confirma isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, isso... Não chegamos a arrecadar esses valores, não. Isso era uma previsão, Deputado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não, mas era uma previsão, mas o senhor disse nessa conversa que a sua previsão de arrecadação, de gastos da campanha seria nesse valor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Havia uma previsão de que nós pudéssemos gastar isso, mas não foi concretizada. Não conseguimos recursos...

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quando o senhor conversou com o Cachoeira naquele vídeo apresentado, o senhor falava em valores. Ali foi dito que a previsão de gasto da sua campanha seria nessa faixa de 4 milhões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Absolutamente, não tratei desse assunto com ele. Acho que o vídeo mostra isso muito bem.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com quem o senhor tratou sobre o assunto desses valores?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Discutiu-se...

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – As pessoas ligadas ao Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente. Foi um entendimento lá no Estado, na nossa cidade. Havia uma previsão disso.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quer dizer que esse valor o senhor não tratou com ninguém ligado ao Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Aqui diz o seguinte:

Alexandre pergunta:

> – E hoje, Raul, qual é a sua necessidade para o término aí da campanha? Qual é a sua necessidade e o que você está pensando nessa composição dessa parceria?"

Aí, o senhor diz:

> – Essa composição, isso depende muito de vocês. Em que áreas vocês querem atuar? A necessidade, a gente... Nós temos um Partido que assumiu um compromisso de campanha, 40% dela. Ela está orçada em 4 milhões, produtor e agência. Hoje, ela é de um milhão duzentos e cinquenta. Estamos lá com uma equipe de 60, 54 pessoas. Produtora, agência... Aí, você vê as despesas que é comum. Nós temos 44 vereadores. Se você não der a estrutura, nego, não tem como. Eles estão sentindo que perderam o Executivo. Tão botando pesado no Legislativo. Eles fazem a maioria da Câmara. Dificilmente, farão... E, sabe, mas os nossos vereadores precisam, a gente tem de dar suporte a eles...

Isso o senhor conversou com o Alexandre.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conversei com o Carlinhos Cachoeira.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Com o Carlinhos Cachoeira?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É aí está provado. O Alexandre estava presente na conversa.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, mas o senhor acabou de dizer para mim que nesse vídeo não se tratou desse assunto, desse valor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tratei, absolutamente. Não está dito no vídeo que eu falei isso.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E como o senhor teve esse contato com o Alexandre falando... E aí o senhor diz que nenhum contato do Sr. Carlos Cachoeira em relação a esse valor da campanha o senhor tinha tido alguma informação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não tratei valores de campanha, Deputado, nem com o

Alexandre e muito menos com o Cachoeira. O senhor não vai encontrar isso registrado aí. Eu falei de uma previsão de gastos da campanha, mas não tratei com ele de valores que ele poderia me ajudar.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E esse diálogo representa o quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acho que pensei em criar uma expectativa do que ele pudesse nos ajudar, o que não se materializou. Eu já estava enfadonho daquela conversa repetitiva, de tanta coisa que ele estava falando.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quantos processos os senhor tem, Sr. Raul?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Na Justiça?

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Contra o senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Respondo a três processos.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por improbidade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu tenho um processo licitatório – eu falei aqui no início – feito na operação João de Barro, em que a Polícia detectou um lobista conversando com um empresário e falando que eu estava pedindo um apoio, uma propina, mas eu tenho certeza de que, ao chegar ao final disso, vamos constatar que não há nada que envolva o meu nome.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Agora, vou fazer uma última pergunta...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – E tenho outro na área ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macris, o tempo de V. Exª já está esgotado.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Só para concluir, Sr. Presidente, porque eu acabei tendo uma questão de ordem com V. Exª sobre a questão da assinatura do termo. Então, eu espero pelo menos 30 segundos para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Trinta segundos para V. Exª.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor diz... O Cachoeira: "Você está indo bem lá em Brasília?" Sr. Raul: "Nós temos uma boa relação com os Ministros." Cachoeira: "Gravou com eles lá? Já ou não?" Raul responde que alguns ministros vão gravar para o programa eleitoral de TV, mas outros irão apoiar nos comícios. Cachoeira, então, pergunta sobre a relação de Raul com o "Ministro principal". Cachoeira: "Mas o principal, o Dirceu, você já esteve com ele?" Raul: "Tive com ele." Cachoeira: "Mas ele gravou para você? Ele vai lá ou vai gravar?" "Não, não gravou. Vai gravar. O Lula está querendo botar o Dirceu." O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Talvez eu quisesse demonstrar um prestígio que eu nunca tive dentro do PT.

O SR VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. É mesmo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É para ajudar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para ajudar a CPI, mesmo?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, é o seguinte: o Prefeito acaba de mentir. Quando eu for falar, eu vou provar. Então, a minha questão de ordem é a seguinte...

Sr. Relator, isso é importante.

Ele está aqui como testemunha, e eu vou provar que o Prefeito acaba de mentir, quando eu for falar.

Eu quero saber de V. Exª... A minha questão de ordem é a seguinte: quando uma testemunha mente em uma CPI, efetivamente, o que a CPI pode encaminhar em relação a essa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quanto à questão de ordem de V. Exª, quando a testemunha mente na CPI, aqui nós temos... O rito é rito análogo ao rito judicial. Então, no relatório final, extrai cópia e manda para o Ministério Público.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por isso eu fiz a pergunta. Não é isso, Presidente.

O treinador aí atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, evidentemente...

Não é treinador não.

O que a CPI fará e qual é a possibilidade de a CPI agir? Ela indicia as pessoas. E denuncia. Ela pode denunciar as pessoas, e o fará a qualquer tempo ou no relatório final. Ponto.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não é isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem de V. Exª? Eu vou recolher a questão de ordem de V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero que V. Exª consulte os universitários. Consulte.

Veja, a minha pergunta V. Exª não respondeu ou não está querendo responder. Quando uma testemunha ou um indiciado mente numa CPI, qual é a providência que a gente tem que tomar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou recolher a questão de V. Exª e depois respondo.

Passo ao próximo inscrito.

O próximo inscrito está...

A resposta darei em breve. Mas ele assinou o compromisso de dizer a verdade. Se ele mentir aqui, terá consequências que eu vou dizer em pouco.

Passo a palavra agora ao Deputado Onyx Lorenzoni, por dez minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. membros desta CPMI, o Prefeito Raul podia ter nos poupado da situação de fazer aqui um relato das atividades de Palmas.

E quando ele lembra aquilo que aparentemente poderia ser classificado como uma boa gestão, ele quer na verdade passar a todos que é um bom administrador.

Mas quando ele deixa escapar que o azar que ele teve foi ser filmado, eu me lembro aqui do Arruda.

V. Exª é muito semelhante ao Arruda. O azar é ter sido filmado. Esse é o problema. Mas V. Exª foi filmado, e não foi azar. Foi para o bem da sociedade tocantinense, foi para o bem do Brasil, porque a sua solidez ideológica, como a gente já pode ver pelo seu próprio relato... Ninguém tinha lhe perguntado por que partido o senhor passou. O senhor veio da Arena para o PT. Quer dizer, é sólido como a rocha.

E quando o senhor vai conversar com um notório contraventor... Ah, a ninguém existente no Centro Oeste brasileiro pode sentar aqui e dizer que não sabia que o Sr. Carlinhos Cachoeira era, no mínimo, bicheiro. Sabe por quê? Porque ele era filho de bicheiro. Então o senhor sabia bem com quem o senhor foi falar. Muito bem. Tanto o senhor sabia que, na degravação da Polícia Federal, para azar seu, o senhor foi azarado, o senhor chegou a deixar na entrelinha aqui que o seu azar foi ser gravado, tem outros que conseguem não ser gravados. Talvez o senhor rezasse para não ser gravado.

Mas o que o senhor diz quando o senhor fala? O senhor diz aqui... Não se sustenta o seu argumento. O senhor diz que: Eu não conhecia, não sabia quem ia falar. Se o senhor não sabia com quem ia falar, por que o senhor foi falar das oportunidades de negócio em Palmas?

Onde está a razoabilidade do seu discurso? É inexistente. É uma fraude do princípio ao fim. O senhor consegue ficar igual a Jaqueline Roriz, consegue ficar igual ao Arruda. Esses são seus semelhantes.

Eu já fui candidato a prefeito da capital do meu Estado. Eu jamais sentei com bicheiro. Eu escolhia com quem eu conversava. O senhor escolheu sentar lá.

E quando Carlinhos Cachoeira pergunta ao senhor: Como é que eu posso ajudar? Foi o senhor, não foi nem o seu assessor, que se apressou a dizer que as concessões de empresa de ônibus – a palavra é sua, está aqui escrito na degravação da Polícia Federal –, é o senhor que diz que é tudo no arranjo.

O senhor não conhecia o empresário, diz que desconhecia quem ele era. Por que dizer, Senador Pedro Taques, que lá em Palmas é tudo no arranjo? O que isso significa, Sr. Prefeito?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Eu quis dizer que lá o governo agia na base da truculência e do arranjo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E aí o senhor abre a possibilidade de que, o senhor eleito, o arranjo siga. Isso é óbvio!

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Tem alguma interpretação aí. Isso não foi como se tivesse uma ação feita por mim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso é óbvio! O senhor diante de alguém que o senhor não conhece, e o senhor sai descrevendo que tem negócio com a água... Não é razoável o seu discurso.

E mais. V. Exª conheceu o Sr. Adriano Aprígio? Sim ou não?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Adriano?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aprígio.

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Não me lembro, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a irmã dele, Andréia Aprígio?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Foi na casa dele que foi pego o vídeo que, para o seu azar – como o senhor mesmo disse – o senhor foi gravado.

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Honestamente , eu não me lembro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nas filmagens, o Sr. Cachoeira é muito solícito com o senhor, e quer promover a sua campanha; sugere show, sugere pagamento; tanto que o seu auxiliar, depois, fala nas famosas contas para pulverizar... As pessoas, quando falam em seu nome, elas falam com a sua autorização ou sem a sua autorização? O senhor leva pessoas que são “da sua confiança” e essas pessoas quebram a sua confiança, inventando histórias que o

senhor não compactua. Com quem é que o senhor se junta? O senhor se junta com qualquer um, que fala o que quer e lhe compromete, da forma como esse cidadão lhe comprometeu na conversa gravada imediatamente depois?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Não autorizei que ele falasse em meu nome, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor, quando abriu a possibilidade de negócios com o Sr. Cachoeira, depois oportuniza, como aqui já foi mostrado à exaustão, a possibilidade de a Delta fazer os negócios que fez... E veja como é importante, Sr. Presidente e Sr. Relator, chegar aqui todos os sigilos bancários, porque nós aqui temos só parte; nós temos nos dados da CPMI quarenta e poucos milhões. O senhor, aqui, acabou de dizer que já pagou 70. Então, estão faltando chegar os 30 milhões para que a gente possa fazer os cruzamentos devidos.

Na gravação o Sr. Cachoeira diz: "Em qual nicho a gente pode participar posteriormente?"

Qual foi o nicho que o senhor forneceu ao grupo do Cachoeira.

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Eu reitero ao senhor que o Sr. Carlos Cachoeira não tem nenhum tipo de negócio com o nosso governo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Sr. Carlos Cachoeira aparece no segundo vídeo negociando valores com o Sr. Sílvio Roberto. O Sr. Sílvio Roberto, por que setor na sua campanha ele era responsável?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Ele não tinha setor específico. Ele andava com a gente, fazia caminhadas, tudo; era um colaborador, um amigo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele era o responsável pelo seu setor financeiro?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Absolutamente!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por que a segunda reunião foi somente com o Carlos Cachoeira e o Sr. Sílvio? O senhor autorizou ele lhe representar?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Ele foi por conta própria; eu estava em campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ah, ele foi por conta própria?!

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Com certeza!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é que lhe levou até o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – O Sr. Daniel.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E por que o Sr. Sílvio estava com o senhor? O senhor pegou ele ao acaso, "entra aqui no carro que eu vou lá conversar com o cachoeira."

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – O Sílvio é uma pessoa amiga, e o Daniel chegou até ao Sílvio falando que tinha esse empresário em Brasília e que queria ajudar na minha campanha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Sr. Silvio não seria a pessoa autorizada, como em muitas administrações, a fazer os negócios escusos da sua futura gestão, e para isso ele precisa ser apresentado ao bicheiro que pilotava um esquema que, provavelmente, poderia favorecer o financiamento da sua campanha?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Com certeza não! Ele está lá há sete anos e meio, não existe um ato espúrio dele, nem participação que seja desabonadora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, o senhor há de convir comigo que pode ser até – coisa que eu duvido, é um direito que eu tenho – que ele não tenha feito nenhum ato espúrio. Agora, a fala dele é espúria. O senhor disse aqui há pouco que não autorizou ele falar o que falou. Então, ele fala coisas espúrias e depois é um santo na administração. É curioso isso, não é, prefeito?

O SR. **RAUL DE JESEUS LUSTOSA FILHO** – Não estou tratando de santo. Primeiro, que ele não faz parte da administração; ele é um amigo; ele nunca teve cargos na prefeitura.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o Sr. Sílvio depois fala... Está gravado também – Polícia Federal a degravação. O que ele queria dizer: "Se eu puder ter uma aposentadoria e o Raul, tudo bem!"

Por acaso, Raul, o Cachoeira prometeu pagar um mensalinho, aí, para o seu grupo, ou pagar o mensalinho para o Seu Sílvio, que é tão seu amigo, e intermediar futuros negócios, do seu futuro governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A minha aposentadoria é o meu trabalho, Deputado. Agora, o Sílvio fala por ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E como é que o Sílvio... Como é que... Ele é seu amigo e fala com essa desfaçatez, assim, sobre o senhor e o compromete?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Está falado aí. Está registrado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, em todas as vezes que ele falou, foi desautorizado pelo senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca o autorizei falar em meu nome. Em meu nome, falo eu.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nas gravações, é citado o nome do Sr. Alexandre, o mes-

mo que o senhor mesmo disse que o levou lá, não é? Ele seria notificado pelo Sílvio de como seria feita a entrega dos famosos R$150 mil. Como é que isso foi feito? O senhor tem lembrança disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando para o senhor que o Sr. Sílvio atestou para nós que não recebeu o repasse desses recursos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem é que ficou com eles?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que ele não recebeu os recursos. Certamente, deve ter ficado com quem prometeu dar e não passou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria, porque... A declaração que nos foi entregue pelo Prefeito tem uma inconsistência em relação à que está no TSE, porque, em uma, a campanha custou R$1 milhão e, na que nós temos disponível, hoje, no TSE, a campanha do Sr. Prefeito custou R$500 mil. E, aqui, há uma RG Comunicações, CNPJ 04.681.980/0001-96, que diz que pagou R$30 mil para o Sr. Amado Batista. É muito curioso, porque, na declaração do TSE, o comitê financeiro do seu partido, do PT, diz que o custo foi R$50 mil. Quem é que está dizendo a verdade? A que o senhor entregou no TRE ou a declaração que está no TSE?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nós estamos, aqui, Deputado, com a prestação de contas no TRE, inclusive com recibo. A nossa campanha custou R$1,096 milhão; Ficou mais de R$500 mil para *shows* e eventos; e tem, aqui, os valores pagos para o Amado Batista.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois é, mas, se o senhor pegar este documento do TSE que tenho aqui – vou dar para o senhor, para o seu advogado, depois, poder checar –, aqui diz que foi pago para *show* R$50.760,00 e, na sua prestação de conta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª já está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho só uma última pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele já está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, querido, é um minuto.

...na sua prestação, diz que foi R$30 mil, e, aqui, está até com a letra de alguém "Amado Batista". Então, queria que o senhor respondesse, aqui, sob juramento, se o senhor pagou R$30 mil ou R$50 mil. Essa é a primeira pergunta.

E a última pergunta, só um pouquinho, refere-se ao seguinte. O senhor foi expulso do PT, no ano de 2011. A título de que se deu a sua expulsão? O senhor julga que a sua expulsão foi uma medida acertada da direção do PT ou foi um equívoco?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deixe-me falar em relação à primeira pergunta do senhor. Os R$30 mil pagos ao *show* do Amado Batista estão declarados junto ao TRE. Nós trouxemos a campanha do comitê e a do candidato. Você entende?

Com relação à minha expulsão do partido, ela se deu por infidelidade partidária, porque a mesma pessoa com quem nós fomos nos filiar ao PSDB, posteriormente, veio para o PT, e eu não concordei com a candidatura dele de Senador. Sou amigo pessoal do Senador João Ribeiro, e o nosso grupo optou por apoiá-lo, que também fazia parte da base aliada, e, aí, o partido entendeu me expulsar por não ter apoiado um candidato da sua sigla. Agora, se foi justa ou não a expulsão, esse é um conceito que o partido que tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Quero só responder à questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

Inicialmente, quero dizer, Deputado, Srªs e Srs. Parlamentares, que se trata, aqui, de uma autoridade que se ofereceu para depor e que veio também convocada por cinco requerimentos. Em segundo lugar, ele veio aqui e jurou dizer a verdade. Ainda que, jurando dizer a verdade, há o *Habeas Corpus* nº 73.035, para o qual já tem um acórdão na direção do que eu já tinha dito. Portanto, se houver alguma contradição, ele deve ser reinquirido, e isso vai constar, e, depois, no relatório final, as medidas serão tomadas. Portanto, nada diferente disso será procedido nesta manhã, ainda que vários dos senhores...

Espero que estejam satisfeitos com a minha resposta.

Vou passar, agora, a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, por dez minutos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Prefeito Raul de Jesus, eu entendo que aqui não estamos querendo crucificá-lo, apesar de o Senhor ter Jesus no nome. Mas, o senhor há de convir que aquele vídeo divulgado é uma coisa realmente muito grave pela forma com que foi feito naquela reunião em que o senhor diz, a princípio, que era um encontro com um empresário.

O fato de o senhor ter citado que lá é tudo na base do arranjo nos preocupa muito porque pareceu também, na sequência, quando o senhor assumiu, também foi na base do arranjo. Vou dar um exemplo. O senhor disse aí da CAT nº 28 que foi liberada pelo CREA, que é, realmente, a autorização com que a Delta conseguiu fazer vários outros contratos. Só que o CREA

não emite autorização nenhuma, não emite um documento que é uma Certidão de Acervo Técnico sem ter um atestado de capacidade técnica. Esse atestado de capacidade técnica é dado por quem contratou aquele serviço. Ele pode ser de um órgão público, ou pode ser de uma construtora de porte extremamente grande e que tenha sido executado aquele serviço. Muito bem. Esse atestado de capacidade técnica que habilitou o CREA a emitir a CAT foi feito pela sua prefeitura.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É verdade.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Para o senhor me convencer que isso também não foi feito no arranjo, e como o senhor tem conhecimento de que esse documento desencadeou uma série de outros contratos no Brasil, e que hoje a gente sabe que esses contratos no Brasil foram realizados de uma forma inclusive a prejudicar a coisa pública, eu preciso que o senhor me informe, e informe ao Brasil, como é que o senhor permitiu que a sua prefeitura desse esse atestado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o atestado qualquer empresa tem acesso a ele; e certamente nele vai aquilo que a empresa tem como serviços prestados. O órgão competente da prefeitura, coube a ele emitir o atestado. Com esse atestado, o empresário, suponho, foi ao CREA. Certo? E consta, pelo Ministério Público, que houve uma falsidade na segunda e na terceira página, uma adulteração, onde foi indiciado quem supostamente o Ministério Público entendeu ter feito o ilícito. Mas não consta, aí, que a prefeitura tivesse emitido um atestado falso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu discordo do senhor e queria chamar a atenção do relator, porque quando o relator lhe fez a pergunta, pedindo de qual era a forma que era feito o transporte; se era parecido com o que é feito aqui no Distrito Federal, que o Governador Agnelo Queiroz assim o falou, que era por pesagem; e que muitas vezes, sendo por pesagem, pode se colocar lá dentro do caminhão, inclusive, pedra em vez de lixo. Mas no caso aqui era mais grave ainda, era porque não era feita a pesagem. No seu caso lá específico, para o senhor emitir esse atestado, para o CREA poder dar valor ao seu atestado, o senhor colocou que era por pesagem. E o Tribunal de Contas agora, em 2011, afirmou que o seu procedimento de controle era por viagem, e como era por viagem não tinha condições de dar um atestado com essa condição.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso para mim é um fato novo. Então, o secretário está mentindo; ele falou que tem todas as comprovações do peso de todo o lixo transportado do primeiro dia até hoje. Aí já há colocações do Tribunal de que houve momentos em que não. Mas, vamos chegar à verdade; vai chegar o momento se o Tribunal ou o secretário está falando a verdade.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Qual a atitude que o senhor tomou com relação a essa pessoa que assinou o atestado até hoje?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ele não é mais servidor da Prefeitura há algum tempo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Mas o senhor não tomou nenhuma atitude em função de ele ter assinado um documento erradamente e que permitiu que, com isso, pudessem ser contratados outros...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, ainda não se comprova que ele errou nessa questão. Não há nada ainda contra ele. Não há um processo. Não há uma comprovação de que ele fraudou o edital. O edital está, a princípio, sob a análise do Ministério Público e periciado pela Polícia Federal, um diretor executivo da Delta, como foi ele que cometesse o ato ilícito...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Não é o que o Tribunal de Contas diz. O Tribunal de Contas diz que a pesagem não existia, que era como coisa... Então, seria de bom alvitre, enquanto o senhor Prefeito, ainda o senhor fazer o acionamento desse funcionário.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vou procurar... Ele não é mais funcionário da Prefeitura.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Um ex-funcionário...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas para mim é um fato novo...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ...e responde pelos atos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – ...e nós vamos tomar as providências, sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** O senhor sabe quem era o Presidente do Crea naquele momento em que se emitiu essa CAT 28/2009?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Qual era o nome dele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É a Drª Roberta Castro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Drª Roberta Castro.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Parece-me que já era ela. Não sei. Não posso falar com muita precisão. Parece-me que era Roberta Castro.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** Ok!

Houve uma gravação da Polícia Federal, em agosto do ano passado, em que o então tesoureiro da Delta, Rodrigo Dall Agnol, combina com contador de

Cachoeira, Geovani da Silva, um depósito de R$120 mil na conta da Srª Rosilda Rodrigues dos Santos, assessora da sua mulher, a Deputada estadual Solange. Conforme trechos, Geovani perguntou ao homem se podia mandar mesmo, porque, depois de mandar, não tinha jeito. Rodrigo dá risada e diz: "Não. Geovani pode falar o outro?" Rodrigo, então, diz: "Bom, Banco do Brasil, Ozilda Rodrigues dos Santos, 120120. Essa assessora fora exonerada depois que apareceu a Operação Monte Carlo. E disse que a conta na qual foi feita o depósito era operada pelo irmão da sua mulher, Pedro Duailibe, que era seu Secretário de Governo. O senhor não acha que com essa configuração toda, tendo a Delta prestando serviços para o seu governo, com esse depósito dessa forma, com uma pessoa que... Qual é essa justificativa que o senhor tem para isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, essa justificativa, o Dr. Pedro Duailibe já a fez no Ministério Público. O que possa lhe assegurar é que a minha esposa, Deputada Solange, não tem nada haver com essa questão. Ela tinha uma assessora, e é comum, no Estado, os deputados terem no interior sua assessoria. Um deputado no Tocantins tem, em média, 50 servidores. Essa foi uma pessoa que ele mesmo indicou. É da cidade dele, certo? E pegou a conta dele para trabalhar, porque ele estava impedido de fazer isso, pela Justiça, de abrir conta em banco, segundo ele.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) **–** O seu Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Secretário.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ele estava impedido de abrir conta em banco e era seu Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Meu Secretário.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E o senhor confiava nele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Total.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Muito bem! É por isso que eu me preocupo com a questão dos arranjos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas nunca existiram arranjos em nosso Governo. O senhor pode estar certo disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ora, mas, se eu tenho um secretário, e eu sou Prefeito, e ele não pode abrir conta em banco, é pessoa confiável?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vai chegar o momento em que ele vai esclarecer... Ele já esclareceu e, se for o caso de ser chamado aqui, esclarecerá para vocês.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E os R$120 mil também estão esclarecidos, depositados pela Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pelo menos para o Ministério Público do Estado, ele já prestou esclarecimento. Agora, se é convincente ou não, isso a conclusão do processo é que vai dizer, se teve procedência, certo?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor vê que, como eu disse no início, não queremos lhe crucificar, mesmo o senhor tendo...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deixe-me explicar para o senhor. A questão do Dr. Pedro não ter conta em banco, ele estava com problema de pensão alimentícia. É isso a explicação que tive.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Quer dizer que...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ah, não, avalista, desculpe. Ele era avalista de uma...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Conta alimentícia ou avalista?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Avalista.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E por isso ele não podia ter conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É. Não estava movimentando em banco.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É estranho, mas podia ser Secretário de Estado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estava Secretário e serviu bem ao Governo, com toda a honradez.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu imagino! Imagino, até pelos contados aqui...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tenha dúvida disso.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ok. Não tenho mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa esgotou-se. Obrigado.

Agora nós vamos ter uma fala de Líder por cinco minutos e, depois, temos os demais inscritos, ainda que a ansiedade faça com que eles queiram passar à frente.

Mas eu passo àquele que terá o direito à fala agora, que é o Deputado Chico Alencar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Qual o próximo inscrito depois do Líder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois é o Deputado Silvio Costa. Deputado Domingos Sávio. E se estiver aqui o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Se não, o Senador Pedro Taques.

Cinco minutos, Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, colegas da CPI, depoente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, apenas dizer que V. Exª sabe das regras...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não posso perguntar. Posso afirmar.

E vou afirmar que o Prefeito de Palmas representa o padrão degradado da política dominante no Brasil de hoje. Em primeiro lugar, por uma trajetória errática, vínculos partidários de alta rotatividade. PDS, antiga Arena, PFL, PSDB, PPS, PT agora. Isso não o recomenda.

Em segundo lugar, nepotismo. Em terceiro lugar, assessores fantasmas e contas pulverizadas. Já inclusive ter idoneidade para abrir conta não conta para composição do primeiro escalão da prefeitura, como o Deputado Pitiman acabou de ouvir.

E o mais grave. Relações impróprias com "empresários" que praticam a promiscuidade pública e privada e que desconhecem totalmente a fronteira entre o legal e o ilícito. Curiosamente, o prefeito diz que conhece Cachoeira desde 94, e, dez anos depois, indo ao seu encontro, não sabe que ele é um notório contraventor, e de família com essa prática.

O irmão do Cachoeira, segundo jornal do Tocantins, teria lhe oferecido R$1 milhão, e isso ainda pode vir à luz aí apesar das suas relações serem ou de parentesco distante ou de quase desconhecimento.

A prestação de contas também de campanha é muito nebulosa. Nós temos aqui, como o Deputado Onyx já revelou, uma que está no *site* do TSE, confiável, portanto, R$503 mil, a campanha de 2004. E a outra, entregue aqui, de R$1,094 milhão. Quer dizer, há uma discrepância enorme.

E, sobretudo, Prefeito, o diálogo gravado, documentado, exibido é revelador. O seu conhecido a distância Cachoeira fala com um grau de intimidade impressionante: "Mas Raul, o que você está precisando lá?" E: "Você acha que um grande *show* seria bom para você lá, na reta final?" "Ah, com certeza." "Lá, Carlinhos, tudo é na base do arranjo. Palmas tem uma série de oportunidades a ser explorada no campo imobiliário, transportes. Lá tem uma questão que nós vamos rever, a concessão de água."

Se isso não é barganha, não é troca, não é comportamento absolutamente ilícito, criminoso e corrompido, eu não sei mais o que esses conceitos e essas categorias significam.

Então, eu creio que esse depoimento aqui é muito emblemático. Parece que em nível de Estado também, com o Governador Siqueira Campos, a relação Cachoeira–Delta é tenebrosa, duvidosa, suspeita e grave. Isso esta CPI vai apurar. Já há um requerimento de convocação do governador. Mas tudo isso revela que esse tipo de política e financiamento de campanha, a porta de entrada da corrupção, é insustentável. Ele é insustentável.

Seguramente, apesar do seu documento entregue aqui – isso é grave – dizer que o Sr. Carlos Cachoeira "não fez doações para a minha campanha, em que pese a expectativa criada", pelo menos admite-se essa intenção, esse desejo, no mínimo, para não falar dos contratos posteriores com a Delta, que o senhor diz que não sabia que tinha vínculos com o esquema Cachoeira, mas, no mínimo, o *show*, trinta mil ou cinquenta mil, também há discrepância nas declarações, foi pago.

Mas até aí tudo bem. Fez uma doação de campanha, registrada, legal, não é caixa dois. Entretanto, a barganha, esse toma lá, dá cá que existe pelo País adentro é que degrada a política, degenera inclusive a credibilidade da vida institucional e política.

Eu quero deplorar esse tipo de procedimento. Parece que o senhor reuniu, na sua gestão do PT, tudo de errado que aprendeu anteriormente em outros partidos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, se há barganha no País, o senhor pode estar certo de que, na Prefeitura de Palmas, o senhor não vai encontrar. Lá nós agimos com procedência, decência e tudo dentro da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, por dez minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Prefeito, eu acho que o senhor veio aqui hoje com um grande objetivo: tentar desmoralizar esta CPI. O senhor não vai desmoralizar.

A primeira pergunta – é um pingue-pongue: O senhor conhece o Sr. Horácio César Fonseca Sobrinho?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conheço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Conhece. Qual é a sua relação com ele?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É um cidadão de Palmas, e hoje mora em Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Essa é uma resposta cínica do senhor.

Esse cidadão foi o cidadão que a Polícia Federal, na operação João de Barro, grampeou – e hoje está aqui o documento. O senhor dizendo: "Cadê, cadê a minha peça de ginástica, a minha máquina de ginástica que não chegou ainda?" O senhor pediu uma máquina de ginástica, segundo a Polícia Federal, para facilitar uma obra de R$55 milhões, quando o senhor estava licenciado. É mentira sua ou da Polícia Federal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Se a Polícia Federal diz que eu peguei isso, a Polícia está mentindo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A Polícia está mentindo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Tá bom. "A Polícia está mentindo." Quem está mentindo é o senhor, porque a Polícia Federal diz aqui que grampeou a máquina...

Como é o nome de sua fazenda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A antiga, Casa Branca. Já vendi.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Fica perto de uma cidade chamada Porto Nacional?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ponte Alta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ponte Alta. Muito bem. O senhor sabe que, quando o senhor pediu essa máquina, que era R$9 mil...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Exato.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não era R$9 mil a máquina?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Paga com dinheiro honrado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Honrado do povo de Tocantins. Olha, não venha com cinismo para mim, não!

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do meu. Estou falando sério, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não venha com cinismo para mim, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Espera aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, eu já vou preveni-lo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Prevenir, não. O senhor vai ficar calado. Vai me deixar falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Desculpe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não. Olhe o meu tempo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe. Eu vou presidir aqui, não vou ficar calado e vou preveni-lo que V. Exª não pode ofender o depoente. O senhor falou que ele está mentindo...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, espera aí. Eu estou dizendo e vou provar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...e V. Exª não pode...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deixe-me terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exª poderia utilizar em um ritmo e em um... Ele vai poder...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Todo mundo perguntou e V. Exª não atrapalhou. Quando eu começo a perguntar, V. Exª... Eu vou perder a melodia, a melodia da minha intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certas melodias não são permitidas aqui, Deputado. Aqui tem que ser uma melodia que seja respeitosa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª precisa estudar Português. V. Exª está me atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Eu vou devolver...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª está me atrapalhando. Eu não quero dizer que V. Exª quer defender porque ele é do PT, até porque ele não é do PT, ele está no PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou muito tranquilo ao presidir esta sessão...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas V. Exª está me atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou fazendo com imparcialidade e V. Exª não ataque o Presidente desta sessão, porque sempre tratei respeitosamente V. Exª...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E, igualmente, V. Exª já teve um episódio. Outro depoente veio a esta sessão, V. Exª ofendeu o depoente e a sessão foi suspensa, e ele era de outro partido político. Nós aqui vamos respeitar todos.

Portanto, eu vou devolver o tempo de V. Exª, mas queria dizer a V. Exª que respeite o Presidente da sessão e, igualmente, respeite o depoente e que faça as suas perguntas com a inteligência, que lhe é peculiar e que não requer nenhum tipo de ofensa nem de aumento do tom de voz. Vou devolver a V. Exª o tempo de V. Exª, mas eu gostaria que V. Exª retirasse o que disse a meu respeito, porque V. Exª sempre teve de mim respeito, e exijo de V. Exª respeito. Já houve um precedente nesta CPI em relação a V. Exª, por isso, eu o adverti. Portanto, vou devolver o tempo e não admito esse tratamento de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, V. Exª, por favor, devolva o tempo. *(Pausa.)*

Devolveu o tempo? *(Pausa.)*

Pronto, quero dizer a V. Exª que lhe tenho o maior respeito. Agora, V. Exª não tem o direito de dizer a forma como eu tenho de me comportar nesta CPI. V. Exª não é professor, é Presidente; e eu não estou aqui como aluno, estou aqui como cidadão brasileiro e como Deputado Federal, e vou provar que ele está mentindo. Ou está mentindo ele ou a Polícia Federal.

O senhor conhece Horácio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Conheço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou alguma vez, reclamando ao Sr. Horácio que esse material de ginástica não havia chegado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem a gravação da Polícia. Leia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou ou não falou? Estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem a gravação. Leia ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor falou ou não falou?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Falei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Falou. Muito bem.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Que não tinha chegado?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim. O senhor falou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor. Falei que ele não havia pago na loja o equipamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah! Muito bem. Então, o senhor falou sobre esse equipamento.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim. Está gravado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. O senhor queria o equipamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu tenho a cópia do que o senhor disse.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor queria o equipamento, não é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Queria, não; eu comprei o equipamento.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu acabo de provar para a CPMI que esse cidadão está, na operação João de Barro, pedindo propina – e a palavra é esta, propina – de R$9 mil, um equipamento para ginástica, para facilitar uma obra de R$55 milhões. E ele acabou de dizer que falou sobre isso, porque não tinha pago o equipamento. Muito bem.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é uma afronta à minha honra, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não quero mais perguntar sobre isso, porque já provei.

Segundo ponto. Quem era a chefe de licitação ou o chefe de licitação, durante seis anos do seu Governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não teve chefe de licitação por durante seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quem era a responsável pela licitação, durante seis anos do seu Governo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não houve chefe de licitação, por seis anos, no meu Governo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quem é a Srª Kênia?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Kênia Duailibe, que se encontra aqui, é minha cunhada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto. Ela é o que do senhor?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cunhada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E ela não foi chefe de licitação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi chefe de licitação, não por seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, então, o senhor gosta de cunhada.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não por seis anos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. Espera aí. A sua cunhada foi chefe...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, eu queria que o senhor, primeiro, me dirigisse com mais respeito. Eu não estou aqui para ser...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor desrespeitou a CPI. O senhor está com cinismo aí desde que chegou.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor não consegue provar desrespeito nem cinismo meu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor desrespeitou. O senhor está pensando que tem um bocado de lesado, aqui. Não tem, não! Aqui, tem gente decente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou interrompê-lo um minuto. Eu vou interrompê-lo.

V. Exª fez uma afirmativa de que ele teria recebido propina. Eu gostaria de interromper as perguntas e pedir que V. Exª responda a essa acusação feita pelo Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Seis anos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acho que é uma acusação grave. Eu coloquei isso aqui, no início da minha fala. Existe uma gravação da Polícia Federal, na operação João de Barro, que coloca uma conversa minha com o Sr. Horácio, onde eu peço para ele pagar um equipamento, em Goiânia, de R$9 mil. Essa é a propina, uma propina de R$9 mil, por uma licitação de R$50 milhões.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E quer dizer que ética tem tamanho? Mas, meu Deus do céu! Presidente, tenha paciência! Então, não me atrapalhe mais, não...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, eu tenho uma biografia melhor do que a que o senhor está imaginando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu não quero saber da sua biografia, não. Eu quero que o senhor responda às minhas perguntas. Só isso.

Sua cunhada foi sua chefe de licitação durante seis anos. Não é verdade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela foi chefe de licitação não por seis anos. Deve ter ficado, aproximadamente, três anos e meio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto. Três anos e meio.

Na época em que a Delta ganhou, era a Srª Kênia a chefe da licitação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar, mas ela está aqui. Era, Doutora?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, mas ela não é a interrogada. É o senhor. Ela era?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar se ainda era ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas pergunte para ela, então, agora, se ela era ou não. *(Pausa.)*

Não, ela não vai falar. É o senhor que vai...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, ela não pode. É o senhor que vai perguntar se era ela ou não. *(Pausa.)*

Era ou não era? *(Pausa.)*

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim, era ela.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Era ela. Que homem bom, meu Deus! Era ela.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foi convidada por competência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. Eu disse que tenho, aqui, três envelopes, e tenho mesmo. Diga-me uma coisa. Então, já provei que quem botou a Delta lá foi a cunhada do Prefeito.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é um desrespeito que o senhor está falando, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual foi o hotel em que o senhor esteve com Sr. Cláudio Abreu, em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu nunca estive com o Cláudio Abreu, em Brasília, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor nunca esteve?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O senhor nunca esteve com o Cláudio Abreu, em Brasília?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem.

A sua Prefeitura compra medicamento de qual laboratório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso prever. Ela compra por licitação.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De qual laboratório? O Vitapan vende para Goiás?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar, porque eu não acompanho...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como é que o senhor é Prefeito e não sabe precisar?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu sou Prefeito de uma cidade de 250 mil habitantes. Eu tenho um Secretário em quem eu confio, acima de tudo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu pergunto ao senhor... O Relator nem aqui está. Eu pergunto ao senhor: a Vitapan vendeu medicamento em Palmas ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar. Eu não sei dessa informação, mas posso passar para a CPMI.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não pode.

Diga-me uma coisa: qual é a agência de publicidade de Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Casa Brasil.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De onde é essa agência?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito bem. É o centro do furacão. É de Goiânia.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De Goiânia.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Logo de Goiânia a sua agência? *(Pausa.)*

Ah, o senhor está meio ruim! Olhe, diga-me uma coisa. Então, Vitapan não comprou e a agência é de Goiânia. Quanto é o contrato do lixo, por mês, lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deputado, o que nós pagamos, hoje, à empresa, pela coleta de lixo, é ínfimo pela realidade do que a cidade... limpeza, não estou...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quanto é? Olhe o meu tempo. Quanto é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Lixo, não. Nós não pagamos só lixo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quanto? Varrição e tudo, quanto vai para a empresa?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deve estimar... Isso varia muito, de acordo com o período. Não sei...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Em média, quanto é?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – R$1,3 milhão, em média.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – R$1,3 milhão.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso para prestar doze tipos de serviço.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, é um milhão e trezentos, não...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso "vareia"...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É não; não "vareia", não; não varia, não; não é não. É um milhão e duzentos, que bate exatamente com os 10% que foi depositado na conta da sua cunhada, ou do seu assessor, R$120 mil. Pega o histórico dos contratos do lixo da Delta em Palmas.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso é muito grave, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É grave mesmo! E eu estou dizendo aqui que esses 120, eles entraram na conta ou não? Os 120 mil entraram ou não na conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É muito grave o que o senhor está falando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Entraram ou não na conta os 120 mil?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É muito grave o que o senhor está falando. Eu já falei sobre esse assunto, sobre a conta da assessora.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Meu amigo, eu tenho a minha forma de perguntar. Eu quero saber se os 120 mil entraram na conta ou não. Entraram ou não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso já foi declarado pela pessoa que movimenta a conta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Entraram na conta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Vamos considerar que entraram.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a relação dessa pessoa, cujo dinheiro entrou na conta, com o Sílvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nenhuma, nem conhece.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não conhece o Sílvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Puxa, Palmas toda conhece Silvio.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas esta senhora não mora em Palmas, mora em Araguaçu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Agora, veja bem. Coincidentemente, o lixo de Palmas é entre um milhão e duzentos e um milhão e trezentos.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – "Vareia".

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Coincidentemente, entrou na conta de uma senhora R$120 mil. E o senhor acha isso normal; o senhor está na CPI do Congresso Nacional, dizendo que R$120 mil e acha isso normal.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cento e vinte mil reais por uma comissão de uma fatura de um milhão e duzentos. É o que o senhor está afirmando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor está afirmando, e eu estou falando que isso não é verdade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou perguntando se os R$120 mil entraram. Entraram?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que isso não é verdade. O dinheiro entrou e isso está público...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputado, eu quero impugnar a pergunta de V. Exª porque ela está já respondida.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por quem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por ele. Deputado, esta pergunta já foi respondida e eu impugno a pergunta de V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está bom, Presidente. Eu vou para a próxima.

Qual é a empresa que vende fardamento escolar em Palmas.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Olha, eu não posso precisar para o senhor qual. Tem a secretaria da...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, fardamento escolar.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pois é, tem a Secretaria da Educação, que é quem faz esse processo licitatório. Então, eu não posso precisar para o senhor...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ela é de Goiânia também?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso lhe precisar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a empresa que vende livro em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Também não posso lhe precisar. Parece-me que a Prefeitura de Palmas não compra livros. Não tenho certeza. Nós temos um secretário...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Qual é a empresa que vende quites de material escolar em Palmas?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Também não posso precisar. Palmas é uma cidade de 250 mil habitantes.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está bom.

Então, veja bem, Sr. Presidente, eu tenho dois minutos e poucos. Eu queria que o senhor me desse, por favor, mais um minuto.

Veja bem. Primeiro ponto, Sr. Prefeito. A sua cunhada, durante três anos e meio, era fortíssima na licitação em Palmas; foi na época em que o senhor contratou a Delta. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. O senhor tem uma agência de publicidade de Goiânia, contratada por Goiânia. Eu quero que a CPI registre aí para pedir o contrato social dessa agência.

O terceiro ponto. O senhor diz claramente que recebeu um depósito de R$120 mil e não sabe para quê.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não disse ao senhor que recebi. Que foi depositado na conta de uma assessora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Que foi depositado na conta de um assessor...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não tente colocar palavras em minha boca, não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E o senhor não sabe por que foi depositado R$120 mil. O senhor nega, aqui, que não se encontrou com o Sr. Cláudio Abreu em um hotel de Brasília. O senhor está negando...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nego não, eu confirmo que nunca me encontrei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E outra questão importante é que quero perguntar ao senhor, e essa é realmente muito importante. O senhor negou também – o senhor negou, o senhor negou – que não recebeu essa máquina sua fazenda, não é verdade?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A máquina...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – De ginástica.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu recebi a máquina na minha casa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pronto, então recebeu a máquina...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Comprei e paguei...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O relator tem que botar. Recebeu a máquina?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Recebi, está lá.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, está certo.

Então, Presidente, eu quero dizer ao senhor o seguinte – infelizmente o relator não está aqui: se este cidadão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – O relator está aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator – e peço mais um minutos – se este prefeito sair desta CPI e V. Exª não mandar este homem para o Ministério Público, é melhor fechar esta CPI, porque todos os links possíveis nós encontramos aqui. Todos os links possíveis! Um prefeito vem numa CPI e diz que entrou R$120 mil na conta de um assessor; o prefeito vem numa CPI e diz que teve um telefonema numa máquina de ginástica por R$9mil; o prefeito vem numa CPI e diz que a máquina de ginástica chegou à casa dele; o prefeito vem na CPI e diz que contratou uma agência que é de Goiás; o prefeito vem na CPI e diz que não se encontrou com o Sr. Cláudio Abreu; o prefeito vem na CPI e diz que a cunhada dele, durante três anos e meio, era chefe de licitação na época da Delta; e o prefeito quer que a gente acredite que ele é homem probo, quer que a gente acredite que ele está defendendo o povo de Palmas.

É evidente que o senhor está defendendo o povo, não o de Palmas: o seu povo, porque, na verdade... Outra coisa, outra coisa: não é possível, não é possível... Eu digo sempre, tem um livro de Carl Yung, *O Homem e seus Símbolos*... Não é possível que aquela imagem do senhor dizendo que tem oportunidades em Tocantins, só aquela, não seja suficiente para que esta CPI não mande esse cidadão para o Ministério Público.

Outra coisa: o senhor disse que tinha processo por improbidade, não foi?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Improbidade? Eu falei que tem um processo da operação João de Barro que não chegou à conclusão, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, o senhor está falando agora. O senhor falou que era improbidade.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, o senhor é que não está me ouvindo bem. Eu não falei em improbidade aqui. O senhor é quem está falando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Esse processo é por quê?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou falando que é da operação João de Barro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, e como é esse processo? É o quê? Corrupção passiva, quadrilha, não é isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor tem o processo na mão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, meu amigo, eu estou perguntando ao senhor.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu estou esperando ser chamado pela Justiça para me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu vou concluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ao tempo de V. Exª eu acresci.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª devolveu o que tinha, elegantemente, suprimido, não é?

Por favor, só mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero contribuir com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como V. Exª reconheceu que eu devolvi, V. Exª teve de volta o tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Devolveu em parte, em parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de volta.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Em parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está concluído, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, só um instantinho. Mais um minuto para concluir, só. É só a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, não, o tempo de V. Exª está concluído.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas, por favor, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não posso, aqui,...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É a última pergunta, a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... desrespeitar todos os Parlamentares que estão inscritos como V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, Presidente. Eu tinha mais perguntas. Eu vou me inscrever como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª pode se reinscrever.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder, me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer uma coisa, aqui: o fato de contratar uma agência de Goiânia em nada constitui ilegalidade. Eu só quero dizer isso aqui.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E eu disse isso aqui, Presidente? Eu não disse, não, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu disse a coincidência de Goiânia. Eu só quero o nome dos sócios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E quero pedir a V. Exª que requeira isso por meio de requerimento.

Eu peço, agora, o próximo inscrito, que é, exatamente, o Deputado Domingos Sávio, por 10 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu vou procurar conduzir toda a minha fala na linha mais respeitosa, como sempre fiz, porém, vou fazê-lo já tomado de indignação.

Em alguns momentos, percebo a preocupação de V. Exª em manter o equilíbrio, que é fundamental num processo de investigação e de análise, e eu manterei, mas também apelo a V. Exª para que não faça juízos de valor como o que acaba de mencionar, fazendo, de certa forma, uma defesa do depoente ao dizer que não é motivo de nenhuma preocupação contratar uma agência de outro Estado.

Eu posso dizer que não é, como pode ser. O processo de investigação que o dirá e não nenhum de nós, mas eu quero, senhor depoente, Sr. Prefeito Raul Lustosa Filho, inicialmente, refletir com o senhor, porque eu já fui prefeito também.

O senhor estava na reta final, olhasse. Em alguns momentos, o senhor disse: “Olha, reta final, é difícil, aperto, o tempo é curto”. E é isso mesmo, não é verdade? E o senhor saiu lá de Palmas, veio para Brasília, de Brasília foi até uma cidade – Anápolis –, para buscar o apoio de um determinado empresário, buscar dinheiro, buscar apoio financeiro. O senhor não veio pedir voto aqui, o senhor não veio pedir voto. O senhor veio buscar dinheiro para a campanha, na reta final, apresentando perspectiva de vitória e apresentando àquele investidor de campanha quais os negócios que ele poderia fazer lá.

Pois bem, o senhor disse que voltou, que não recebeu nada, que não teve *show*.

O senhor procurou fazer algum contato, saber qual era a razão? O senhor voltou a fazer contato com o Sr. Carlinhos Cachoeira, com o Sr. Alexandre, até o período da eleição, para saber qual seria a ajuda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, nenhum?

O senhor também não procurou saber do Silvio? Não?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Olha, essas questões, para mim, saltam aos olhos.

É claro que o senhor jurou dizer a verdade, mas a indignação do Deputado Silvio contagia todos nós, porque o senhor manifestou a preocupação de que o tempo era escasso... Qualquer cidadão candidato em uma cidade mil habitantes. Eu fui Prefeito de uma cidade quase desse porte. Sabe-se que reta final de campanha é um sacrifício enorme. Você sai, vai para outro Estado, provavelmente deve ter tomado um dia inteiro de campanha na reta final, depois vem aqui e nos diz na cara mais tranquila e passiva: "Olha, eu fui, mas depois não quis nem saber se doaram ou se não doaram", embora as gravações sejam contundentes, afirmam, não só afirmam, dialogam com o Sr. Silvio.

Volto a perguntar: o senhor disse, aqui, que o Sr. Silvio foi e é seu amigo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É meu amigo, sim, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, o senhor, com certeza, porque esse é um princípio elementar no processo de relação entre as pessoas, a gente escolhe as amizades ou tem como amigo pessoa que a gente confia. Este é um princípio mínimo, mínimo. E se o Sr. Silvio, e a voz era do Sr. Silvio, o senhor ouviu o vídeo, a voz era do Sr. Silvio mesmo ou era um clone do Sr. Silvio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Era o Sr. Silvio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Era o Sr. Silvio. Então, não era um clone, era o Silvio. O Silvio dialoga com Cachoeira, e diz: "Não, tá bom. Eu vou te dar cinco contas para você depositar." E aí o senhor continua amigo e diz: "Não, mas esse dinheiro não chegou à campanha".

Agora, o senhor, por mais de uma vez, embora o Deputado Silvio tenha feito alusão a várias possíveis fornecedoras lá de Palmas, vindas de Goiás, mas o senhor, com frequência insiste em dizer o seguinte: "Meu Governo, a Prefeitura de Palmas, não tem nenhuma relação como as empresas do Sr. Cachoeira".

O senhor está acompanhando esta CPMI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Estou.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor já sabe, portanto, que a Delta é uma empresa que tem uma relação profunda, direta, repassa milhões para as empresas do Sr. Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mas se chegou a Palmas, não por intermédio do Cachoeira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu perguntei se o senhor sabe disso. O está acompanhando a CPMI.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tenho acompanhado sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O senhor sabe. No entanto, o senhor insiste, como o senhor insistiu várias vezes, aliás, eu percebi isso no início quando o senhor fazia o seu discurso inicial falando das coisas que o senhor considera que devem ser tratadas aqui das obras feitas lá, que o senhor é um homem honesto, que o senhor é um homem honesto, que o senhor é honestíssimo, e assim por diante. E o senhor insiste em dizer que não há nenhuma relação com o grupo ou com as empresas do Sr. Cachoeira, querendo insistir e ignorar a relação com a Delta.

O senhor, hoje, tem consciência.

Então, o senhor... Não lhe ocorre, pelo menos vamos admitir essa pureza de alma. Tudo verdade. Eu não sou tão ingênuo assim. Mas o senhor já se indagou com a sua cunhada, que era coordenadora da comissão de licitação, com os seus secretários: "Olha, qual a situação da Delta, por que a Delta entrou aqui e depois teve algumas benesses"? Ou o senhor acha que a Delta não teve nenhuma benesse.

Qual a avaliação que o senhor faz?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela entrou por um procedimento legal. Participou e ganhou uma concorrência pública.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E sempre esteve lá por um procedimento legal, no entendimento do senhor, até hoje...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca houve nada diferente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) –... com mais de R$70 milhões já pagos para ela.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Por um procedimento legal, repito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Prefeito, Sr. Prefeito, o senhor fez a primeira licitação em 2005.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não houve licitação em 2005, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O edital foi em 2005.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O edital é de 2005.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – De 2005. Começa a licitação no dia em que o edital é publicado. Em 2005. Em 2006 o senhor assinou o contrato.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Assinou-se o contrato.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Em 2006 o senhor assinou o contrato. O contrato foi tão bom para Delta que antes mesmo de eles terminarem o prazo de vigência, terminou o dinheiro que estava previsto. Então, o povo de Palmas começou a gastar

bem mais do que gastava com limpeza. Aí o senhor fez mais dois aditivos em 2008 e 2009, mais dois aditivos não, dois contratos com dispensa de licitação.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Duas dispensas de licitação. Está tudo dentro dos critérios legais.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso. Porque o Tribunal dizia que não podia seguir determinado edital. Com certeza, porque o Tribunal sentia que ele estava viciado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O Tribunal suspendeu o edital para uma denúncia da empresa concorrente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Uma denúncia de que não concordava com algo que o tribunal entendeu ter fundamento, porque senão ele dizia para a denunciante: "Não tem fundamento".

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Tribunal entendeu que tinha fundamento.

Pois bem. Por duas vezes o senhor fez contratos, depois...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ele entendeu que tinha fundamento, mas depois ele autorizou continuar com a licitação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Depois ele autorizou, com mudanças, com adequações. Não é isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar para o senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Com adequações no edital. Com adequações no edital. Agora, ainda assim, autorizando em 2008, o senhor fez mais um contrato com dispensa, em 2008, e mais um em 2009. Sr. Prefeito, ficou ainda praticamente mais um ano, ficou mais de um ano para o senhor, finalmente fazer uma licitação, e ainda quando fez... Ela está no tribunal como fraudulenta, como licitação equivocada. E o senhor acha que está tudo normal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela não está lá como fraudulenta, não, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E o senhor acha que está tudo normal?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Ela não está como fraudulenta.

O processo de dispensa de licitação se deu dentro de um critério legal.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o senhor concorda que foi prorrogado quatro vezes?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Foram quatro concorrências, cada uma de 180 dias.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Quatro contratos com dispensa de licitação em cima da Delta, com a cunhada...

Agora, vou concluir, mas quero fazer uma pergunta para o senhor. O senhor está acompanhando.

O senhor viu que o Senado cassou... O senhor sabe que o Senador Demóstenes foi considerado um braço operacional do Cachoeira.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Muito bem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Por alguns telefonemas. O Senado, na Comissão de Ética, por unanimidade, optou pela cassação do mandato dele, que vai a Plenário.

O senhor acha que um homem que agiu como Demóstenes merece ser cassado?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acredito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acredita que sim?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Acredito.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu também acredito. O Brasil inteiro acredita.

E eu quero, agora, fazer minha conclusão.

Sr. Presidente, Sr. Relator.

Sr. Presidente, aproveito para lembrar, pelo Regimento, que quando o relator se ausenta, o senhor pode designar alguém para ocupar o lugar, porque eu estou preocupado com isso. Um depoimento dessa envergadura, dessa importância. E com frequência a gente vê que o relator não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Sávio...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu peço que o senhor disponha, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Todas as vezes que perguntaram do relator, ele disse: "Estou aqui". Ele está ali de pé, ouvindo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não estou sequer vendo o relator. Mas eu...

Com todo respeito, Sr. Relator, se o senhor está conversando com outras pessoas, não está nem na sala, eu não consigo compreender o grau de importância que está sendo dado. Para mim, é extremamente relevante, qualquer que seja o partido. Se é o Demóstenes, se é alguém do PT, se é do PSDB, eu peço que essa imparcialidade prevaleça e hoje é um dia para se configurar isso.

Eu quero concluir e pedir mais um minuto a V. Exª, por causa dessa questão do relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedido mais um minuto a V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para fazer a seguinte reflexão: o próprio depoente concorda. O Brasil inteiro concorda.

O Demóstenes chega aqui e diz para todo mundo: "Olha, eu sou hiper honesto. Olha, falaram em meu nome. Olha, eu não fui braço operacional. Não existe nada disso. Aliás, eu nem sabia que Delta tinha a ver com Carlinhos Cachoeira. Era um empresário". Foram mais ou menos essas as palavras desse Sr. Prefeito. Agora, eu quero ver a atitude que nós teremos de absoluta imparcialidade do PT, do PSDB.

O Demóstenes não tinha vídeo, que para mim não atenua nem diminui as responsabilidades. Mas o que nós temos hoje é aquilo absolutamente comprovado. É aquilo que está não só visto, ouvido, percebido, mas qualquer conjectura que desenvolvemos chega ao óbvio. Foi lá. Vendeu. Negociou.

Eu ainda faço uma última pergunta. O senhor acha que em 2004, um pouquinho antes da eleição, se esse vídeo fosse exibido em Palmas o senhor seria eleito prefeito?

Aquele grupo que o senhor falava que era um grupo horroroso, que tinha de sair... Será que se o povo de Palmas assistisse, no horário eleitoral, podia ser no último dia: "Olha o futuro prefeito de vocês, aqui, o que foi fazer lá?" Será que o resultado seria o mesmo? Em 2004, em 2008 e assim por diante?

Portanto, Sr. Presidente, se o povo não pode fazer o julgamento justo naquele momento, porque não tinha conhecimento dos fatos, nós hoje temos, Sr. Relator, conhecimento dos fatos. Hoje, o Brasil inteiro tem conhecimento dos fatos. Hoje, as coisas saltam aos olhos e as provas estão aí.

Portanto, é preciso que a punição seja feita. É preciso que esta CPI... Não pode cassar mandato de prefeito, mas pode indiciar o Ministério Público, tomar todas as providências, inclusive para que seja ressarcido aos cofres públicos aquilo que dele foi tirado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pergunto a V. Exª se gostaria...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não. Não tenho nada a responder ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, eu quero só, antes, dizer uma questão. Eu tenho procurado conduzir com a maior imparcialidade essa reunião, independentemente de quem esteja sentado aqui.

Já estiveram sentados aqui governadores do PSDB, governadores do PT, agora tem um prefeito do PT. A última pergunta eu fiz questão de me pronunciar, não por ele, mas pelo estigma da última pergunta não de V. Exª, de outro Deputado quando disse que um contrato, por ser de Goiânia, era um contrato ilícito.

Ora, a ilicitude não pode estar na sede do contrato, mas em si, se houver ilicitude. E eu o fiz em defesa de Goiânia. Do Estado de Goiás, que acho que não pode ter o estigma dentro desta CPI.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Somo-me a V. Exª. Nesse sentido me somo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi nesse momento que alguns vieram aqui e disseram: "Paulo, ficou parecendo que você fez em defesa do depoente. Não! Eu fiz em defesa do Estado de Goiás, representado aqui pela Deputada Íris de Araújo. Então, fiz porque acho que o Estado de Goiás não pode ter o estigma dessa investigação aqui. Por isso que fiz, e não perdendo a imparcialidade.

O depoente me solicita um intervalo. Eu concedo um intervalo de cinco minutos. Em cinco minutos, nós voltamos. Como fizemos com todos os depoentes aqui, cinco minutos de intervalo.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Taques.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 39 minutos.)

(A reunião é reaberta às 14 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, retomando a sessão, passo a palavra, agora, por dez minutos, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Raul de Jesus – tudo bem, Sr. Raul? –, nós temos demonstrado aqui que a empresa Delta tem uma relação quase que carnal com Carlinhos Cachoeira. Esse fato é um juízo de valor e de fato o que eu faço aqui, é uma posição minha: não existe Carlinhos Cachoeira sem a Delta e a Delta tem essas ligações que afirmei ao senhor com o Carlinhos Cachoeira.

Existem três tipo de fraudes em licitações: superfaturamento; ou no momento em que se adita o contrato; ou num terceiro momento em que ocorre a não entrega da quantidade ou da qualidade do objeto do contrato. São três tipos.

Se você levantar os relatórios do Tribunal de Contas, você encontra esses três tipos. Da Delta, necessariamente, a meu juízo, é o terceiro tipo. E notadamente nos contratos de lixo, esse terceiro momento é que ocorre.

Aquela gravação do senhor, é um juízo de valor que estou fazendo – e um Parlamentar pode fazer um juízo de valor, eu posso fazer esse juízo de valor –, V. Sa. estava acertando algo para o futuro. É um juízo de valor que eu faço e o reitero: estaria acertando algo para o futuro a esse contrato de R$118 milhões.

As perguntas que eu faço são as seguintes, sempre levando em conta também que o Carlinhos Cachoeira com a Delta já estavam no que se denomina de segundo nível de criminalidade. Primeiro nível: mexendo com contrabando de máquinas caça-níqueis, jogo do bicho, jogo de azar. Segundo nível: passa a participar de fraudes em processos licitatórios. E um terceiro nível: a Delta com Carlinhos Cachoeira já nas empresas de remédio.

Essa é uma conclusão que eu tirei até agora.

Muito bem, tendo em conta isso, eu quero indagar ao senhor sobre o contrato do lixo: esse contrato ainda está em andamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do lixo?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do lixo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Consolidou o contrato.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Consolidou o contrato. O valor é esse que nós levantamos de 118 milhões?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Em cinco anos: Quantos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Cinco anos, 71 milhões

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Setenta e um milhões. Muito bem. O senhor sabe que, aqui no Distrito Federal, o contrato do GDF com a Delta diminuiu o preço depois de um levantamento? O senhor sabe?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não sabe? Quais os mecanismos de controle desse contrato?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do contrato do lixo?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do senhor, da prefeitura de Palmas com a Delta.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É a Secretaria que faz o controle com seus fiscais.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Especificamente, quais os mecanismos de controle? Eu quero saber.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Tem os fiscais que fazem as medições, e a Secretaria encaminha para o financeiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E isso é fiscalizado pela própria prefeitura ou por terceirizados?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Pela própria Secretaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Própria secretaria.

Quantos e quais são os agentes municipais que comprovam essa varrição e coleta do lixo? O senhor tem essa informação?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Quantos?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quantos são os agentes da Prefeitura que comprovam essa varrição e a coleta do lixo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não posso precisar para o senhor a quantidade.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não sabe isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eles foram a campo com frequência? O senhor tem relatório disso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – A secretaria deve ter.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A secretaria tem. O senhor pode demonstrar isso aqui, mandar para a CPI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu digo que a secretaria deve ter, mas eu posso constatar e encaminhar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tá. Nos contratos de lixo. Eu vou repetir: nos contratos de lixo – sem fazer um trocadilho –, que é um lixo, a quantidade e qualidade do que é arrecadado e esta fiscalização que são importantes. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que nós solicitássemos do Prefeito o levantamento desta fiscalização que foi feita pela Prefeitura, o nome e o número dos fiscais que fizeram esta fiscalização.

Quais os registros escritos que existem dessa comprovação? Ainda existem lá na secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza, a secretaria detém.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses registros?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor se existe isso ainda?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, não posso precisar. Mas creio que sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas o senhor é Prefeito há quanto tempo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Sete anos e meio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não controla a sua secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Controlo. Eu tenho um secretário em quem confio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então tem ou não tem, Sr. Prefeito?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Deve ter, não posso precisar para o senhor. Elegi um secretário porque eu confio nele. Agora, eu não sei como é...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor confia. Como é o nome do Secretário?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O atual?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Mário Nania.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele está com o senhor há quanto tempo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Esse está recente. Ele sucedeu o Dr. Pedro Duailibe.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse que está aqui é recente?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não sabe se existem esses controles lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – É provável que tenha, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esses registros estão mantidos onde, na Secretaria?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Secretaria de Serviço Público e Meio Ambiente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existe um departamento próprio?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existem formulários de quantitativos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar, mas creio que há um controle e provavelmente terá formulários.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso é dividido por área geográfica?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sei precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não tem noção como é feita a fiscalização da varrição?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Honestamente, não tenho.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Onde estão esses registros o senhor não sabe?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Devem estar na Secretaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

Foi realizada alguma auditoria interna em cima desses levantamentos?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu penso que ela ainda não foi necessária.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, auditoria interna, da Prefeitura. O senhor não tem um órgão de controle interno?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Temos um órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem, está na Constituição do Estado do Tocantins, eu a conheço.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não sei se fez nesse caso específico, mas existe órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Interno. Quem fez esse controle?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, eu não sei se houve a auditoria. Eu só estou falando que existe um órgão de controle interno.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo.

Quando o contrato foi extinto por realização do objeto? Quando foi extinto?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não posso precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não é o Prefeito de lá?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O contrato foi extinto?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não, em razão da realização do objeto. Terminou em razão do prazo. O contrato ainda está em andamento?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O senhor está falando de qual dos contratos, o vigente ou o anterior?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor não me faça perguntas. Eu faço pergunta aqui.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Então eu não posso precisar para o senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então eu vou repetir a pergunta para o senhor. Estou dizendo o contrato do lixo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não sei informar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não sabe informar, está certo.

O senhor sabe, por acaso, se o senhor tem condições... O Município do senhor é bem organizado em termos de documentos, de cadastros? O senhor tem condições de mandar a esta CPI um relatório dessa fiscalização?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – O relatório estando lá, com certeza, nós o encaminharemos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estando lá. Então o senhor tem dúvida.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não, eu não tenho dúvida. Eu estou falando para o

senhor que eu não posso precisar se eu tenho esse relatório. Mas o documento que tiver inerente a esse assunto nós estaremos encaminhando, e os demais que a CPI necessitar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor autoriza, como chefe do Executivo Municipal, que técnicos do Tribunal de Contas possam ir *in loco* fazer uma análise desses contratos ou técnicos da CPI?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Já estão fazendo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Do Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, eu estou dizendo da União.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu acho que é necessário. Eu queria muito que isso acontecesse tanto na Prefeitura como no próprio Estado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não estou aqui indagando do Estado. Nós estamos indagando do Município. Está certo?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu gostaria.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor autoriza isso como chefe do...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Está autorizado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom.

Só são essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Os próximos inscritos eu vou chamando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita, eu me esqueci de uma, peço escusas.

Em 2007, o jornal de um cidadão chamado Salomão, o jornal denominado ***O Jornal***, fez referência lá que o senhor teria recebido R$1 milhão do Carlinhos Cachoeira. O senhor confirma isso?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Absolutamente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Absolutamente?

Está certo.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Isso não existe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, os próximos inscritos, não os vejo aqui: Deputado Maurício Quintella, Deputado Cândido Vaccarezza, Deputado Glauber Braga, Deputado Ronaldo Fonseca, Deputado Dr. Rosinha e, depois, o Deputado Vanderlei Macris.

O Deputado Dr. Rosinha abre mão.

Deputado Vanderlei Macris, a segunda rodada, pelo Regimento, o regulamento interno... *(Pausa.)*

Dez minutos para V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bem, eu não preciso de dez minutos, Sr. Presidente. Serei rápido.

Mas antes só queria dizer ao nosso relator – é uma questão de ordem a V. Exª – se já existe algum pedido de quebra de sigilo do Prefeito aprovado na Comissão?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele entregou aqui.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E de algumas pessoas ligadas ao Prefeito também, de algumas delas foi pedido? Eu tenho interesse em apresentar depois um requerimento de quebra de sigilo de mais três pessoas ligadas ao Prefeito também.

Mas a minha pergunta é rápida e objetiva.

Hoje, nós sabemos, Sr. Prefeito, que a relação – inclusive, eu queria só lamentar que o senhor acabou ficando sozinho aqui, quem estaria aqui para defendê-lo já não está mais; o senhor acabou ficando sozinho nessa história – do Deputado José Dirceu com a empresa Delta, de consultoria, foi uma relação que aproximou muito os interesses da empresa com o Deputado cassado José Dirceu. Portanto, ainda que indiretamente, com Carlos Cachoeira essa relação existiu, na medida em que a própria Polícia Federal trabalha com a hipótese de que Carlos Cachoeira seria um sócio oculto da Delta.

V. Sª, no ano em que assumiu a Prefeitura de Palmas, abriu uma licitação para contratar uma empresa para prestar serviços de varrição de rua e coleta de resíduos líquidos e sólidos vencida pela empresa Delta, conforme já foi estabelecido aqui, no momento em que a sua cunhada era a diretoria lá da área de licitação.

O que queria perguntar é o seguinte: o senhor já falou em relação a José Dirceu, o senhor conhece Waldomiro Diniz?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Nunca vi, a não ser pela televisão, Deputado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Houve algum pedido do Sr. José Dirceu em favor da Delta durante o processo licitatório?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não houve. *(Pausa.)*

Houve de alguém do PT algum pedido?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Houve de sua parte... Em algum momento, durante a execução do contrato, o Sr. José Dirceu fez alguma visita ou ligou para V. Exª para tratar de assunto de interesse da Delta?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Em absoluto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não houve?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, queria só registrar isso, Sr. Presidente, e dizer que é importante que essa quebra de sigilo seja solicitada. Se para as pessoas que vou apresentar não foram ainda, o Sr. Relator, depois, pudesse considerar essa possibilidade.

É isso, Sr. Presidente.

Nada mais tenho a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Indago se o Prefeito gostaria de fazer uso da palavra, para fazer as suas considerações finais. Antes, indago se o Sr. Relator quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Não.

Indago se V. Exª gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Então, concedo a palavra a V. Exª, para suas conclusões.

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a oportunidade de ter vindo aqui. Posso assegurar aos senhores membros desta CPI que nada temo do que aqui ficou registrado sobre a minha palavra, porque aqui jurei falar tão somente a verdade.

É natural que, no momento em que a gente vive neste País, muito poucos homens públicos não sejam vistos pelos olhos da sociedade como desonestos. As coincidências, hoje, colocam-me nessa condição perante a opinião pública brasileira.

Eu não tenho nada a temer. Eu chego aqui não necessariamente precisando, como disse o Deputado, de ter neste plenário representante da CPI de meu partido. Eu venho aqui com a minha consciência, com a fé que tenho em Deus, com a minha família e com os meus amigos. Espero que, no desfecho final, eu possa conseguir mostrar para o Brasil, para o meu Estado e para a minha família que não há necessidade de tanto, o que aqui me traz hoje sobre essas declarações.

Eu gostaria muito que a Senadora Kátia estivesse aqui para que, se fosse permitido, dirigir umas duas palavras a ela, mas não está.

Eu agradeço a oportunidade e posso dizer a vocês, com toda e absoluta tranquilidade: Palmas é governada por um governo sério. E, ao concluir tudo isso, vocês haverão de contactar o trabalho que ali nós prestamos. É duro que o Tocantins tenha essa fama muito ruim para o Brasil, mas ela não se estende ao paço municipal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT - SP) – Eu quero, em nome desta Comissão, agradecer ao Prefeito de Palmas, o Prefeito Raul Filho...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só uma questão.

Quem era o contato dele no Palácio do Planalto? É a única pergunta que eu deixei de fazer quando fiz minhas perguntas. Eu tinha dez minutos, fiz em três. Só esta pergunta: quem era o seu contato...

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – De que?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quem era o contato de V. Exª no Palácio do Planalto?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – No Palácio do Planalto. Quem era o seu contato?

O SR. RAUL DE JESUS LUSTOSA FILHO – Eu não tenho contatos específicos, Deputado. A minha relação com o Palácio do Planalto é institucional. Não há uma pessoa que me atenda no Palácio.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião. Agradeço ao Prefeito Raul Filho e aos Srs. e Srªs Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, suspensa às 14 horas e 39 minutos, reaberta às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 22ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 22ª Reunião realizada em 07 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Se-

nado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB--PR), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM--MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB--AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB-GO), e Randolfe Rodrigues (PSOL--AP) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Glauber Braga (PSB-RJ) e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Lídice da Mata (PSB-BA), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM- MT) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) **e os Deputados:** Cândido Vacarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Filipe Pereira (PSC-RJ) e Delegado Protógenes (PCdoB-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Deputados: Jilmar Tatto (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Bruno Araújo (PSDB-PE), César Halum (PSD-TO), Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores: Andressa Mendonça; que compareceu acompanhada por seu advogado, José Gerardo Grossi; e Joaquim Gomes Thomé Neto; que compareceu acompanhado por seu advogado, Jorge Willians Pereira Soares, e amparado pelo Habeas Corpus 114.259. Ambos os depoentes exerceram o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Bom dia a todos!

Saúdo as Sras. e os Srs. Parlamentares. Cumprimento cada um e todos nesse retorno efetivo ás nossas atividades nesta Comissão, desejando que cada um possa aproveitar sua volta de forma eficaz na produtividade dos nossos trabalhos ao longo desses próximos dias que teremos para o cumprimento das nossas tarefas.

Solicito à nossa assessoria, guardiã dos nossos trabalhos, bem ao profissionais da imprensa e à assessoria parlamentar que se acomodem nos seus respectivos lugares, mesmo com espaço cada vez mais restrito diante do aumento da freqüência a esta reunião.

Declaro abertos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, inicio a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Do meu lado esquerdo, o Sr. Relator; do meu lado direito, meu caro e queridíssimo Vice-Presidente.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 21ª Reunião da nossa Comissão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, a ata está aprovada.

Antes da destinação, objeto desta reunião, por estarmos reiniciando nossas atividades, antes de convocar os dois depoentes – Sra. Andressa Mendonça e o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, franqueio a palavra para manifestação do Plenário, através de solicitações...

A SRA. KATIA ABREU (PSD – TO) – Questão de ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Prefiro pela ordem, por ser regimental, para que, pelo menos, nesta segunda fase, iniciemos dentro daquilo mais próximo do nosso Regimento.

Pela ordem é mais oportuno.

Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.Depois...

Peço ao eminente Vice-Presidente que anote o nome dos Parlamentares que estão solicitando a palavra pela ordem.

Pela ordem, inicialmente, a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Três minutos.

Depois o Senador Alvaro Dias, o Senador Pedro Taques, o Deputado Rubens Bueno, Senador Fernando Collor, Deputado Domingos Sávio, Senador Randolfe Rodrigues – lá está –, Senador Pedro Simon.

Esses foram os que enumerei. Todos vão usar da palavra pela ordem.

Deixe-me anotar, por favor: Senadora Kátia Abreu, Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Taques, Deputado Rubens Bueno, Senador Fernando Collor, Deputado Domingos Sávio, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Pedro Simon.

Darei três minutos a cada um.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de lhe pedir a oportunidade de falar durante cinco minutos, pelo menos, porque talvez eu tenha sido a única Senadora acusada frontalmente por esta senhora que está aqui neste momento.

Eu gostaria de fazer as minhas considerações em cinco minutos, se V. Exa. e os colegas assim permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Defiro mais um minuto a V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, a Lei nº 1.579, de iniciativa de Getúlio Vargas, que criou as CPIs, em 1952, diz em seu art. 4º, que constitui crime:

> I – Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

E remete ao Código Penal, dando detenção de dois meses a dois anos.

Segundo o Inciso II do art. 4:

> II – fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

A reclusão prevista é de um a três anos de cadeia, Sr. Presidente.

Esta senhora, Andressa Cachoeira, mulher de Cachoeira, deu declaração à imprensa [Sr. Presidente, por favor, eu gostaria muito da sua atenção], no dia 31 de julho, no *site* R7: "Mulher de Cachoeira também tem dossiê contra Kátia Abreu".

> "Alvo de dois inquéritos no Ministério Público Federal, a companheira de Carlos Cachoeira promete desmoralizar a Senadora Kátia Abreu (PSD-TO). Irritada com as declarações da Senadora contra Cachoeira, Andressa Mendonça disse que vai apresentar um dossiê contra a parlamentar quando for depor na comissão mista que investiga as relações de Cachoeira com agentes públicos e empresas privadas. [na oportunidade em que ela chantageou o Juiz Alderico].

Ainda no dia 31, o Jornal *O Globo* noticia: "Juiz de Goiás acusa mulher de Cachoeira de chantagem." Ela teve o despropósito de fazer uma proposta indecorosa ao Juiz Alderico. "Andressa disse ainda que tinha uma foto em que Rocha Santos aparece ao lado da Senadora Kátia Abreu." Ora, eu prefiro estar ao lado de um juiz do que de um contraventor em uma foto. É mil vezes melhor. "A Senadora seria desmascarada por ela na CPI do Cachoeira. Andressa disse que Kátia Abreu não saía da casa de Cachoeira para pedir dinheiro que seria usado em campanhas eleitorais". Pelo jeito, Sr. Presidente, a bela resolveu ser fera, e ela tem que tomar muito cuidado porque pode ficar enjaulada.

No dia 1º de agosto, Sr. Presidente, soltei uma nota no meu Estado de Tocantins, porque a imprensa local deu repercussão ao jornal *O Globo* e ao R7, fazendo o seu papel de imprensa livre. E, entre os cinco itens da minha nota, para não cansar os colegas, vou repetir apenas o item 4:

> 4 – A Senadora reafirma que repetirá todas as vezes que forem necessárias as duras palavras contra esse senhor que é Chefe de Quadrilha e que usa a esposa para praticar calúnia, injúria e difamação, mesmo trancafiado na cadeia, lugar onde também deveria estar sua companheira, por tentar corromper a justiça brasileira

Isso foi no dia 1º de agosto, Sr. Presidente, logo depois do dia 31 de julho, quando saiu as matérias no jornal. No dia 2 de agosto, às 12h21m, na quinta-feira, a minha secretária do meu gabinete do Senado, recebeu a seguinte ligação: "Me responde, a Senadora vai se retratar do que ela tem dito na imprensa por esses dias? Nós conhecemos todos os passos dela no Tocantins e aqui. Ela tem que se retratar do que disse, porque, senão, nós vamos atrás da cabeça dela."

Esse telefone foi um orelhão de Taguatinga, em Brasília, e esse cidadão que tome seus cuidados porque foram identificadas várias câmeras no entorno desse orelhão. Não sabemos se as câmeras estavam funcionando, mas há uma possibilidade de que sim.

No dia 3 de agosto, sexta-feira, fui pessoalmente a Goiânia, Goiás, e protocolei uma interpelação contra essa senhora. Portanto, Sr. Presidente, diante desses acontecimentos e dessas insinuações e suspeitas para me reter, na tentativa de me amedrontar, eu gostaria que essa senhora começasse o seu depoimento. É um direito que esta CPI tem, porque esta CPI não pode ser desmoralizada e qualquer de seus membros também não pode ser acusado impunemente e continuar aqui sentado como se nada tivesse acontecido. Peço apoio dos colegas: se esta senhora resolver falar como testemunha – não sei se continuará como testemunha, há algumas histórias de que ela não continuará sendo testemunha – , eu gostaria que ela iniciasse esclarecendo e mostrando quais são as fotos, as provas de que estive com Cachoeira, de que pedi dinheiro para esse contraventor, chefe de quadrilha, chefe de bando.

Então, essa tese, Sr. Presidente, de desmoralizar o acusador é para desmoralizar a acusação. Isso é álibi dos cínicos. E quero dizer a essa senhora que continuarei fazendo exatamente o que sempre fiz porque não tenho medo dela e nem do seu comparsa. Aliás, em vez de musa da CPI, ela passa, a partir de agora, a fazer parte de uma nova dupla, Cachoeira e Cascata, por ela ser uma mentirosa, caluniadora de pessoas de bem neste País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pronto, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de deixar aqui esta declaração de que essa calúnia é por vingança, porque eu fiz, aqui, aquele dia, na CPI, o meu papel: desmascarei esse senhor aqui neste lugar para todo o Brasil, mostrando, de fato, o que todos nós aqui nesta CPI já sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu quero, então, dizer que ela não vai me intimidar. Não devo, não temo e estou aqui, na primeira fila, aguardando essa senhora Cascata chegar aqui para dizer quando, que horas e onde eu pedi dinheiro da contravenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, V. Exa. usou da palavra, até por deferência desta Presidência, porque, na última sexta-feira, esta Presidência recebeu de S. Exa. essa última manifestação de um telefonema anônimo que S. Exa. recebeu em seu gabinete e esta Presidência tomou, com a Presidência do Senado, as providências legais e cabíveis em hora aprazada para tentar, na solidariedade que lhe é cabível e pertinente, sanear fatos dessa natureza que precisavam ser feitos.

Eu rogo a Deus que possa proteger V. Exa. porque o trabalho de V. Exa. tem sido muito útil a esta Comissão.

As providências jurídicas V. Exa. já tomou junto à Delegacia da Polícia Federal e junto à Justiça.

O Ministério Público deve apurar crime de ação penal, ação pública, com relação às arguições feitas em portais contra V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente, a sua presteza, a sua solidariedade, tanto do senhor, como Presidente da CPI, como também do Presidente Sarney e de toda a Polícia do Senado.

Eu não quis fazer publicidade no momento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... pelo quente da questão e esperei o momento apropriado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que é este foro.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... para que nós pudéssemos aqui colocar diante desta CPI e de todo o Brasil

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Termino, Sr. Presidente, dizendo que não estou preocupada. Estou bastante segura e tenho fé em Deus e no meu trabalho e a certeza de que nada vai acontecer. Cachorro que late não morde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Certamente, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Encerro dizendo que Carminha e Max só na tevê, Sr. Presidente. Não vão jogar meu nome no lixão, não, porque eu não sou uma criança indefesa. Sou uma mulher forte, destemida e obstinada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias com a palavra.

Agora, três minutos, sim, porque foi uma deferência apenas especial à Senadora Kátia Abreu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o objetivo desta questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... pela ordem... é contribuir com a otimização dos trabalhos.

Esta CPI foi criada em 19 de abril e terá o seu término regimental no dia 4 de novembro. Ou seja, já se passaram 110 dias da sua criação. De forma que, considerando o recesso de julho, teremos apenas 88 dias de trabalho efetivo. Já foram consumidos, portanto, mais de 50% do tempo regimental desta Comissão. É certo que pode haver prorrogação, mas, obviamente, dependerá da vontade dos Srs. Senadores e Deputados.

A Comissão não tem recebido nem mesmo a totalidade do que já foi aprovado e requerido. Eu, inclusive, sugiro a V. Exa. que distribua aos colegas da Comissão o ofício enviado à Polícia Federal em Goiânia para a remessa dos arquivos referentes a vídeos que foram apreendidos na residência do Sr. Adriano Aprígio. Até hoje esses vídeos não chegaram. Nem mesmo um vídeo que está na *Internet* chegou à CPI. O vídeo do Deputado Otoni está na *Internet*, mas não está na CPI. Na CPI, apenas o vídeo referente ao Prefeito de Palmas.

Portanto, sempre o mesmo argumento: "estamos periciando", "estamos analisando". Mas até quando? Quando terminar a CPI é que teremos esse material?

O relatório dos dados do Coafi referente a empresas "laranja" está pendente, apesar, também, de já ter circulado na mídia.

A movimentação bancária da Delta está incompleta. Além de depoimento dos Governadores que foram relevantes, não tivemos depoimentos relevantes.

Eu peço também à Mesa que já ofereça o cronograma do trabalho. Aliás, grande parte dos materiais que está aqui, eventualmente, quando surge alguma coisa, segue depois para a perícia da Polícia Federal.

Então, era esse o registro para que não haja...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências serão tomadas. *Ok*, Deputado Bruno?

Com a palavra o eminente Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, inicio corroborando o que disse o Senador Alvaro, expressando a V. Exa. e ao Sr. Relator respeito pela competência com que vêm conduzindo os nossos trabalhos. Agora, presidente e relator de CPI – e isso é mais em relação ao Sr. Relator – não são donos da CPI. Não existe relator imperial, relator monárquico. Isso não existe! Na CPI vigora o princípio da colegialidade.

Existe um requerimento da Senadora Kátia Abreu no tocante à divisão da relatoria em sub-relatorias. Isso precisa ser decidido pelo colegiado. Isso não pode ser uma palavra suprema do Relator. Nós poderíamos decidir isso colegiadamente; e, aí, de forma democrática, colhem-se os votos favoráveis e os contrários. Por quê? Porque existe aqui o princípio da efetividade, que tem que ser atingido.

V. Exa. está desenvolvendo o seu trabalho com competência, com mérito – e quero reconhecer isso expressamente –, mas, para que possamos otimizar os trabalhos, seria interessante deliberarmos sobre o que foi levantado pela Senadora Kátia Abreu.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, diz respeito a essa ameaça à Senadora. Já ameaçaram a procuradores, já ameaçaram a policiais, a juízes, com tentativa de intimidação. Então, se a CPI não tomar uma providência, daqui a pouco nós estaremos ainda mais desmoralizados.

Quero me solidarizar com a Senadora nesse sentido. Nós não podemos, Sr. Presidente, permitir que isso ocorra. E V. Exa., aqui, já anunciou que as providências estão sendo tomadas – e o foram – desde a sexta-feira passada.

Muito bem!

Outro dado que trago aqui, Sr. Presidente. No final do semestre passado, na última reunião, eu fiz dois pedidos: um para que nós solicitássemos informações ao Senado americano, uma vez que lá existe em andamento um comitê de investigação em relação ao banco HSBC, com repercussões no Brasil. E isso foi dito pelo Senado americano no dia 17 de julho de 2012. E, por sua vez, aqui no Brasil, o HSBC está subtraindo informações à CPI. Foram remetidas agora, e já analisei a totalidade dessas informações. Nós precisamos dessas informações do Senado americano, aplicando o acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. A CPI precisa ter acesso a essas informações, que podem ser interessantes para o relatório da CPI no que tange a lavagem de dinheiro.

O outro pedido que fiz diz respeito ao ex-Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro. Já existem R$690 mil que ele recebeu, pelo seu escritório, de uma empresa, de uma pessoa jurídica que funciona na Flórida, Estados Unidos. Eu pedi aqui o afastamento do sigilo bancário dessa empresa através do tratado de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos. Essa empresa, essa pessoa jurídica está pagando e pode ter relações titularizadas pelo Sr. Copolla, que é comparsa do Sr. Cachoeira. Isso aqui se apresenta, penso eu, Sr. Presidente, como muito interessante.

Estou fazendo um pedido para que o Ministério Público Federal tome providências, junto à Corregedoria – se isso já não foi feito –, no tocante a ex-procurador-geral da República recebendo R$690 mil de uma organização criminosa, enquanto procuradores da República, juízes e Senadores estão sendo aqui ameaçados por essa mesma organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, inicialmente me dirijo a V. Exa. com relação às sub-relatorias. Nós haveremos de discutir, de forma colegiada, como tem sido a tônica desta CPI em todos os seus momentos, sem arredar o pé nem distanciar-se dela um milímetro que seja, na reunião do próximo dia 14. Na oportunidade, como de praxe, trataremos a questão de forma colegiada.

Com relação às ameaças, as providências foram tomadas, como bem disse V. Exa.

As informações do HSBC, na sua totalidade, como V. Exa. já referiu, estão aqui – as que têm relação à CPI já estão aqui.

Com relação à solicitação de informações ao Senado americano, eu já determinei à Secretaria as providências.

Com relação ao ofício de V. Exa. – o último tópico a que V. Exa. fez referência –, a transferência de sigilo da firma americana, estamos providenciando uma resposta para lhe dar ainda nesta reunião.

Com a palavra, para adendo, o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, primeiro quero cumprimentar os ilustres Pares no retorno de nosso recesso e dizer que, no que tange à questão da subrelatoria, proponho que a gente discuta novamente esse tema na próxima reunião administrativa. Não há problema. Agora, não há nenhuma monarquia aqui instalada nos trabalhos da CPI, tanto que tenho buscado estabelecer um diálogo aberto com todos os Parlamentares desta Comissão. E, no que diz respeito à decisão colegiada, é bom lembrar que todos os... Primeiro, é um tema que nós – podiam aumentar o volume do microfone – debatemos desde a primeira reunião administrativa, e fomos, ao longo desse período, decidindo pelo sobrestamento dos requerimentos. Não foi o Presidente, que poderia fazê-lo, sobrestar este ou aquele requerimento ou não o

incluir na pauta. Pelo contrário. Decidimos de maneira colegiada o sobrestamento. O que eu proponho, então, é que incluamos na pauta esses requerimentos e vamos decidir se sim ou se não. Agora, a decisão foi colegiada em todas as reuniões administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nós apresentamos já no primeiro dia dos trabalhos a proposta das subrelatorias. Tanto tempo já se passou e o tema volta novamente, é recorrente a cada reunião. Por que isso? Porque há um volume de informações muito grande. Por exemplo, o caso do ex-Deputado Celso Russomano, de que fiz o requerimento. Talvez até fosse dispensável. Aliás, quando apresentei o requerimento, quem já dispensou de pronto foi o próprio Relator. Teria sido dispensável se nós tivéssemos a subrelatoria de movimentação financeira e que pudesse identificar que nada tinha a ver já no início, já dentro do processo da CPI.

Infelizmente, não temos informações, há sobrecarga de trabalho, e estamos informando, em respeito ao Relator, que ele indique os subrelatores, para que possa ajudar no trabalho e possa fazer com que haja racionalidade, e essa racionalidade indique resultados para a CPMI. É esse o objetivo, nada mais do que isso.

Então, Sr. Presidente, fora isso, eu gostaria de dizer a V. Exa. que hoje o jornal *O Globo* traz uma matéria, uma nota pelo menos, do jornalista Ilimar Franco, dizendo o seguinte:

Dupla militância.

A CPI do Caso Cachoeira descobriu que um consultor do Senado [o consultor é o Sr. Cláudio Demczuk de Alencar], especializado em Direito Penal, é advogado de Andressa Mendonça, mulher do contraventor Carlos Cachoeira. Ele integra a equipe do advogado José Gerardo Grossi e recebe honorários para defendê-la, e ganha um salário do Senado, mas não pode atuar nessa investigação. Os integrantes da CPI estão constrangidos.

Eu estou constrangido. Se alguém faz um concurso público, é consultor do Senado, tem dedicação exclusiva para a carreira de Estado que escolheu e depois vai advogar dentro de uma CPI, que faz parte da União e do Estado brasileiro, Sr. Presidente, tenho aqui a dizer que me sinto muito constrangido com esse consultor atuando aqui como advogado dentro desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Questão de esclarecimento a V. Exa. É legítimo e V. Exa. tem toda razão no seu sentimento de constrangimento na eventual notícia de dupla militância postada no jornal *O Globo*, mas, para tranquilizar os trabalhos desta CPI, informo a V. Exa. que, na consultoria do Senado dada à CPI, não está a presença desse consultor. Esse consultor não trabalha na CPI; ele é consultor do Senado, mas não está trabalhando na CPI. Inobstante isso, o constrangimento ainda permanece.

Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, o objetivo da oitiva hoje da Sra. Andressa, dentre outros pontos, foi o da suposta chantagem feita por ela a um Sr. Dr. Juiz Federal. O Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Rangel, ele, durante 2 anos, chantageou – chantageou, portanto, ele é um chantagista também – um Senador da República que recentemente perdeu seu mandato, no momento em que ele segurou a tramitação da Operação Vegas e colocou para o então Senador que há pouco deixou o nosso convívio que ele o apoiasse – a ele, Procurador-Geral – porque assim este inquérito em que se transformou a Operação Vegas, ele não deixaria tramitar.

Eu já venho solicitando aqui, em várias reuniões, que esse Sr. Procurador-Geral da República que vem deslustrando o Ministério Público, o Ministério Público que foi criado para defender a sociedade... E esse Procurador-Geral já demonstrou e já se autoconfessou como réu no crime de prevaricação, ele é um prevaricador também; ele até agora sequer foi chamado a vir aqui. Ele não pode ter o receio daqueles que temem as perguntas que aqui serão feitas.

Do mesmo modo em relação a esta organização criminosa chamada Editora Abril, comandada por esse bandido chamado Roberto Civita, que tem dentre seus quadrilheiros o Sr. Policarpo Júnior, editor dessa polhastra revista aqui no Distrito Federal. Inclusive, um outro motivo da vinda da Sra. Andressa é de um suposto dossiê que teria sido feito pelo Sr. Policarpo Júnior.

Eu gostaria de, mais uma vez, reiterar a minha solicitação expressa – expressa – no que apresentei já à Mesa para que sejam convocados para prestar esclarecimentos a esta CPMI os Srs. Roberto Gurgel, o Sr. Roberto Civita, o Sr. Policarpo Júnior e outros que tais, que também estão elencados nos requerimentos que apresentei a essa Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – ... porque aí está o coração de toda essa grande contravenção de que nós aqui estamos falando. Se não fosse esse núcleo contraventor chefiado pela *Veja*, com o apoio do Sr. Procurador-Geral, nós não estaríamos aqui, tratando desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador. Por favor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É a solicitação que faço, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado Miro Teixeira, as solicitações que V. Exa. encaminha estão postas na próxima reunião administrativa, como todos os requerimentos que estão consagrados. São 232 requerimentos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se serão colocados todos os trezentos ou se o Sr. Relator fará como das outras vezes, irá pinçar alguns desses trezentos requerimentos para que sejam apreciados na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como das outras vezes... Vamos fazer requerimentos, com certeza...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Porque na última reunião de que eu aqui participei, S. Exa. o Sr. Relator desta Comissão disse que esses requerimentos apresentados por mim da presença aqui desses senhores seriam levados na próxima reunião administrativa, que será realizada no dia 14, e eu gostaria de confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai colocar na próxima reunião administrativa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, a propósito, e por isso eu peço pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor se inscreve... Está inscrito aqui, Miro, por favor. Eu vou ouvir Domingos Sávio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é sobre o mesmo assunto, facilitaria porque vou usar meio minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi aqui. Quando V. Exa. se levantou, sua imagem é tão grande que eu o inscrevi imediatamente aqui após.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se fosse tão grande eu não precisaria ficar de pé, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, 3 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem, meu pela ordem está afeto aos nossos trabalhos no que diz respeito à coleta de provas concretas e objetivas.

Antes, porém, eu não posso deixar de registrar que nós debatemos profundamente nesta Comissão a questão da vinda ou não do Procurador-Geral da República. Houve o entendimento de doutos Senadores, com profunda experiência nas atividades jurídicas, de que havia, sim, um impedimento de fato que comprometeria, de maneira cabal, as funções extremamente relevantes, eu diria, a pedra angular da democracia, a pedra angular do Estado de direito, e, aí, não tenho procuração, nem a intenção de fazer defesa do Sr. Procurador-Geral da República, devidamente nomeado, ainda pelo Presidente Lula, e exercendo a sua missão, mas a Procuradoria Geral, as funções essenciais no Estado de direito da Procuradoria Geral da República e do Ministério Público, no meu entendimento, devem sempre que, em algum momento, ficar, por razão qualquer que seja, embasadas, levantar-me-ei para deixar claro que entendo que esta CPMI se debruçou sobre este assunto e o fez de forma democrática, clara, transparente, e o Brasil acompanhou isso. Mas a minha questão de ordem, Sr. Presidente, refere-se a uma preocupação objetiva. Falou-se aqui nas Sub-Relatorias, no acúmulo de trabalho, e o Senador Alvaro Dias lembrou que, há cerca de dois meses, fez requerimentos, solicitando que pudéssemos compartilhar aquilo que foi aprendido, que a Polícia Federal atribui a alcunha de malotes ou do conjunto de apreensões em cada local, e V. Exª lembrou há pouco, são mais de 20, parece-me que 28...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – 28 ainda.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – 28. Então, veja bem, Sr. Presidente: não tivemos a grande maioria desses documentos, desses vídeos, desses computadores disponibilizados. Temos recebido com frequência, e, hoje, deverá se repetir isso, a presença de depoentes que simplesmente se recusam e se valem do direito constitucional de permanecer calados.

Temos a perspectiva de provas, algumas vazaram para a imprensa, vazaram, e, aí, vem uma outra preocupação, a segurança da guarda desses documentos. Se um documento que está sob a guarda da Polícia Federal vaza para a imprensa, é preciso que tenhamos conhecimento claro de: primeiro, por que não chegam à CPMI essas informações para serem compartilhadas? Segundo, em que condições de segurança estão guardados? Terceiro, quais as providências objetivas que a própria polícia, que continua o inquérito, está fazendo para decifrar, para fazer a análise? E, aí, concluo, fazendo um apelo a V. Exª que, de pronto, designe um grupo de Deputados e Senadores, ao lado do Relator, para que possamos imediatamente ir à Polícia Federal, *in loco*, verificar o que está ocorrendo, ter da Polícia Federal informações objetivas do que foi apreendido, como está assegurada a guarda e a segurança absoluta desses documentos que são imperiosos para que esta CPMI chegue às conclusões e tenha as provas.

Portanto, Sr. Presidente, ali reside sim o cerne de todo o nosso trabalho. E peço a V. Exª que designe um grupo de trabalho para que, de pronto, possamos ir à Polícia Federal colher essas informações, trazer e compartilhar com o conjunto dos membros desta CPMI, informações que são preciosas para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para dirimir quaisquer dúvidas a respeito dessa matéria, acato, aceito e admito a solicitação de V. Exª e, de antemão, designo o Relator para, na próxima quinta-feira, em nome desta Presidência com a companhia de V. Exa. e pedindo o apoio do Senador Pedro Taques, designado por esta Presidência e na companhia do Vice-Presidente, para, junto à Polícia Federal, promover essa diligência e apurar e dirimir todos os fatos e comunicar na próxima sessão administrativa em forma de relatório.

Fica assim decidido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra os...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, eu ia dizer só que é unanimidade somando os votos do Paulo TeixeIra com o do Senador.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu gostaria que, por favor, V. Exa. me inscrevesse como Líder, mas é para falar, não sobre CPI, mas sobre a TV Justiça, que também tem a ver com CPI, vou falar sobre a TV Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em hora, em hora.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em parte, vou ser redundante com o que foi colocado pelos demais colegas membros desta CPI, a necessidade que temos, em virtude do que já foi, em especial, esclarecido aqui pelo Senador Alvaro Dias. Estamos quase na metade do andamento da CPI e eu considero, Sr. Presidente, que é urgente que nós possamos ter alguns depoimentos em especial nessa CPI.

Por isso, Sr. Presidente, o meu "pela ordem" se reporta exatamente a duas questões:

1 – É de conhecimento que todos os depoentes dessa semana, alguns já com *habeas corpus* do Supremo, outros, independente do *habeas corpus* do Supremo tendo a prerrogativa, tendo o direito de utilizar o silêncio aqui na CPI dá conta de que, o conjunto dos depoimentos dessa semana, tendem a ser depoimentos em que nada contribuirão com as nossas investigações.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu faço um apelo a aquiescência de V. Exª da relatoria, se não seria o caso de nós anteciparmos para essa semana a sessão administrativa que estava marcada para semana que vem, tendo em vista o conjunto de requerimentos que temos a apreciar e que já foram destacados aqui pelo conjunto dos colegas parlamentares, em especial do Senador Alvaro Dias, e existe a urgência de apreciação de requerimentos das mais diversa ordem.

Eu quero, inclusive, citar e solicitar de V. Exª a prioridade em um requerimento que nós apresentamos essa semana de número 735 de 2012, que convoca o Sr. Francisco de Assis Oliveira e, depois, posso detalhar as razões que me levam a convocação urgente e imediata desse senhor. Então considero necessário e, é lógico, peço a aquiescência, a vênia de V. Exª e do relator, para analisar a possibilidade de nós anteciparmos para essa semana uma reunião administrativa para apreciarmos todos os requerimentos que estão pendentes.

No mais, Sr. Presidente, reitero, nós vamos ter e tudo indica que teremos uma semana de depoimentos de depoentes que não falarão. E nós temos depoentes que já manifestaram publicamente que querem falar. É o caso do Sr. Luiz Antonio Pagot; é o caso dos sócios do Sr. Cavendish na empresa Delta. Estes tiveram já requerimentos aprovados anteriormente, o do Sr. Luiz Antonio Pagot é, por exemplo, Requerimento nº 078, de 2012. E, nesse sentido, quero solicitar também a aquiescência de V. Exª e do Relator, senão seria o caso, de nós anteciparmos, até para a semana que vem ou o quanto antes, esses depoimentos, daqueles que notadamente e publicamente tem informações relevantes a prestarem a essa CPI. Eu creio que isso otimizaria os nossos trabalhos, o tempo e os encaminhamentos do que nós não termos uma semana em que, do ponto de vista dos depoimentos, ao que parece e, eu quero estar errado, ao que parece, ao que indica será inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Com relação a sessão administrativa haverei de analisar com os demais líderes essa questão de V. Exa. Com relação à antecipação e o calendário, fica para uma posterior análise, até porque é pertinente a avaliação que V. Exa. faz.

Senador Pedro Simon, com a palavra V. Exa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu tinha me inscrito para fazer a pergunta para o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

Deputado Onyx, por favor, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou voltar a um tema que creio extremamente relevante quando nós atingimos quase metade do período de atuação da CPI que é o seguinte: Quem são e onde estão todos os assessores técnicos que estão dando suporte às investigações? Isso é uma coisa fundamental. Em outras CPIs, das quais participei, essas pessoas eram, não apenas conhecidas de todos, não apenas disponibilizadas a todos, mas elas tinham lugar fixo onde era possível qualquer parlamentar integrante de qualquer CPI ou a sua assessoria técnica acessá-los. Eles estão incógnitos, eles não existem no mundo de investigação dos parlamentares, existem no mundo de investigação do Sr. Relator. Não quero trazer nenhum problema ao Sr. Relator, eu quero apenas que a gente construa um processo de justiça. Nós temos hoje nos nossos centros de investigação, quer nos nossos gabinetes, quer nas lideranças dos nossos partidos, técnicos que têm imensas dúvidas, suspeitas. Eles ajudam a elucidar com quem? Essa é a pergunta.

Então eu queria, objetivamente, Sr. Presidente, propor, cada um dos parlamentares, de maneira reservada, como seria adequada a uma situação desse tipo, receber a relação nominal, com função, *e-mail* telefone. Porque se eu tenho problema relativo à transferência bancária, eu posso pedir ao meu assessor ou ao parlamentar, individualmente, que vá até esse especialista que veio do Banco Central e tire a dúvida. Isso é essencial.

Queria também contribuir no sentido de que deveria ter – e creio que a competente Secretaria Executiva da CPI pode providenciar isso – uma sala e um horário onde, vamos dizer, hipoteticamente, toda tarde, das três às cinco, teríamos um plantão da assessoria técnica disponibilizando aos parlamentares. Isso ajudaria a atirar inúmeras dúvidas, isso ajudaria na investigação. Temos aqui linhas investigativas temos diferentes. Sabemos que cada partido, cada parlamentar tem uma linha investigativa. Ele poderia agregar ao Sr. Relator via seus colaboradores. Então, eu acho que isso é vital – sem nenhuma brincadeira com o nome do Presidente –, é essencial para que a gente possa dar qualidade ao trabalho. Hoje nós temos aqui sigilos bancário, fiscal, telefônico. Temos um conjunto probatório muito importante e que vai para muito além. É isso que eu quero frisar, Sr. Relator, Sr. Presidente. Nós vamos muito além do que a Polícia Federal fez. Os dois delegados que aqui estiveram deixaram muito claro que eles estavam circunscritos às duas operações, a jogos ilícitos. A CPI está indo e poderá ir muito mais longe do que isso.

Queria voltar, para finalizar, Sr. Presidente, a reivindicar a análise e o estabelecimento de sub-relatorias para que nós possamos aproveitar esse tempo que nos resta com as informações que temos, com o melhor desempenho possível por parte desta CPMI, sob pena de nós constituirmos um extraordinário banco de dados e que não vai ser aproveitado na sua integralidade por falta de ferramentas adequadas. E as sub-relatorias são ferramentas a serviço de todos, não de a, b ou c.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx , com relação às sub-relatorias, V. Exa. já foi informado, dia 14 nós vamos votar, de forma colegiada, esta matéria.

Com relação à questão do assessoramento a esta CPI, não foi pela alusão que V. Exa. fez, mas defiro a solicitação de V. Exa. porque já está funcionando esse assessoramento. Parece-me que a Comissão precisa informar detidamente aos Srs. Parlamentares – e peço ao nosso secretário executivo, à secretaria e ao relator, que já me informou que já foi feito isso. Na sala da gráfica funciona o assessoramento à Comissão.

Vou passar a palavra ao relator, que trabalha com todos esses assessores e disponibiliza para todos os Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu desconfio que eu tenho uma inscrição aí. Seria mais útil...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só para responder ao Deputado Onyx.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) –... que o relator falasse ao final.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é porque são variados os assuntos. Rapidamente, apenas para dizer o seguinte: na última reunião administrativa, nós estabelecemos que as demandas seriam encaminhadas por *e-mail* e nós vamos, prontamente, respondendo às demandas que chegam à relatoria. Tem que ter um mínimo de organização no trabalho da assessoria, que fica na sala da Gráfica do Senado. A questão da sub-relatoria é um tema que vamos enfrentar na reunião administrativa.

Em relação ao tema da assessoria – e é importante que ela compartilhe o seu trabalho com todos os membros da Comissão –, o que V. Exa. traz é uma novidade no sentido de colocar uma pessoa. Aí teria que ser uma pessoa que pudesse ficar disponível num plantão x. Eu admito essa hipótese como razoável. Vou trabalhar com o pessoal na linha de viabilizar isso.

O SR ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, não vou estabelecer nenhum debate, nada. É só uma contribuição. O que eu quero dizer e acho que vários parlamentares vão concordar comigo, a relatoria tem uma linha, permeada por muitos fatores que não cabe aqui analisarmos, e os parlamentares podem ter

linhas de condução investigativa diversas. Então, não dá para ter um filtro pela relatoria.

Com todo respeito que V. Exa. me merece, há que ter o direito de cada parlamentar acessar o técnico para conduzir-se na linha investigativa, porque, depois, vamos dizer que eu confirme uma suspeita, uma hipótese; vou trazer e compartilhar com V. Exa., mas eu vou trazer algo pronto, não durante o processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, só para esclarecer o seguinte: quando a demanda nos chega pelo *e-mail* não há filtro de nossa parte. Há uma forma de encaminhamento. Nós podemos estabelecer outra forma; estabelecer esse plantão que faça esse diálogo direto com os parlamentares, até porque não significa dizer *a priori* que as contribuições de V. Exas. não serão incorporadas ao nosso relatório, porque, na minha opinião, todos nós estamos aqui buscando estabelecer uma investigação séria. Pode ser que como são muitas as janelas ou portas a serem abertas, podemos – quem sabe – incorporar muitas dessas contribuições ao nosso relatório. É o que eu inclusive desejo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A linha da minha contribuição é nesse sentido.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, vamos chamar a Sra. Andressa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Requeiro inicialmente, e peço a V. Exa. que dispense o requerimento por escrito – a secretaria pode tomar essa providência – que nós incorporemos já aos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito a manifestação do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, na última sexta-feira, no Supremo Tribunal Federal, quando se iniciou o julgamento da Ação Penal 470. Pelo conjunto da obra, pelo que ali está sendo examinado e pelo que aqui está sendo examinado; pelos valores que ali são tratados e por valores que aqui são tratados.

Teremos, ao final, na hora do relatório, propostas a fazer, graças a essas experiências, já que aquela ação nasce também numa comissão parlamentar de inquérito, a CPI dos Correios.

Tenho especial apreço pela parte em que o Procurador da República denuncia os tipos de intimidação que tentaram fazer contra ele. E com muita precisão e um foco muito dirigido ele se referiu a pessoas que atacam a honra alheia, seguramente porque elas mesmas não a possuem. Essa ênfase, eu faço nesse momento, pelo que já assisti em comissões parlamentares de inquérito, pelo que já assisti aqui nesta sala, em comissão parlamentar de inquérito, na CPI do PC Farias. E a todo instante fica-se voltando a esse assunto e ataca o Procurador-Geral da República, ataca o Procurador-Geral da República.

Eu não tenho nada a ver com a palavra alheia, eu não sou um sensor, agora, eu começo a desconfiar que esta CPI, Sr. Relator – e eu vejo o seu esforço –, pode estar sendo também objeto de uma conturbação para não chegar a lugar algum.

Eu acompanho o esforço de V. Exa., nos falamos muito razoavelmente – duas, três vezes por semana pelo menos; agora, eu chamo a atenção de V. Exa.: existem movimentos que sugerem táticas para que não se chegue a lugar algum. E penso que vamos ter aqui, sim, que criar um foco, e esse foco da distribuição de dinheiro pela Delta me parece muito claro e é desse foco que querem fugir, no meu ponto de vista, no meu ponto de vista.

Não sei se o Sr. Relator já tem o cruzamento de dados dos dois programas, do I2 e do DW, se não me engano. Parece-me que o PSDB contratou duas consultorias privadas para fazer esses cruzamentos de dados e, se o fez, o fez muito bem, porque nós não estamos tendo acesso; então, que alguém tenha. Quero saber se o Relator tem e se temos meios, até porque hoje começa uma greve da Policia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O.k. nada, Sr. Presidente, eu gostaria que tivesse o.k., mas não está o.k. porque estamos imobilizados aqui por um conjunto de coisas. Ou então vamos acabar logo esta CPI. Podemos acabar logo, dizendo: "olha, acabou a CPI." Porque, ficarmos indo e voltando, indo e voltando, indo e voltando nos mesmos assuntos, é absolutamente abominável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, sim, o.k. Concluída a primeira fase dos nossos trabalhos...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer falar como líder. Vou passar a palavra a V. Exa.

Com a palavra, como líder, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Quer responder ao Senador Simon, Sr. Presidente? Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, Excelência, já falei. Com a palavra, como líder, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, ao final desta CPI, evidentemente, vamos encaminhar os resultados ao Ministério Público. E é possível que

esse resultado chegue ao Supremo Tribunal Federal. Eu estou muito preocupado, como cidadão brasileiro e como parlamentar, com o que está acontecendo lá no Supremo Tribunal Federal. Essa TV Justiça – aliás, o Brasil, Sr. Presidente, é um dos poucos países do mundo em que há a TV Justiça – está contribuindo com o que chamo de parlamentarização do Judiciário. Se você analisar as últimas decisões do Judiciário, como, por exemplo, o sistema de cotas, verá que o Judiciário disse claramente que as cotas eram constitucionais quando a Constituição da República não permite que se trata iguais de forma desigual. Não se vai resolver o problema da educação no Brasil criando cotas. Você resolve dando o mesmo "V 0" a todo mundo, dando a mesma oportunidade a todo mundo.

Bom, recentemente, na votação do chamado ficha limpa, foi seis a cinco, e o Supremo atropelou o Inciso LVII do art. 5º da Constituição, que trata da presunção de inocência. Tenho a leitura de que o Poder Judiciário não tem que dar resposta ao pulsar das ruas. O Poder Judiciário tem que julgar à luz da Constituição da República. Estou vendo Ministro do Supremo antecipando um voto, ontem, no jornal *O Estadão.* Então, não é possível que esta Casa – e aproveito o momento desta CPI para falar sobre isso – não comece um debate sobre a TV Justiça, se ela é importante ou se ela não é importante para a democracia do Brasil, porque, na verdade – vou concluir, Sr. Presidente –, os trinta e seis que, em tese, o Procurador pediu para condenar já foram condenados pela opinião pública. Agora, se nós não começarmos um debate nesta Casa sobre a TV Justiça, vai chegar o momento em que esta Casa não precisará mais existir, ou seja, o Poder Judiciário vai resolver tudo neste País.

Então, não é possível que fiquemos calados com o que está acontecendo neste País hoje – vou concluir, Sr. Presidente, calma! –, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço que V. Exa. conclua.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Essa história de você ficar com medo ou ficar em tese preocupado em abrir esse debate com o Supremo, isso é uma forma equivocada desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. exa. conclua, por favor, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, mas não são cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, são três minutos, Deputado; e V. Exa. já passou dois minutos dos três que eu lhe concedi.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Já, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O meu tempo aqui passa mais rápido do que os de antes. Está bom. Então, vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Chico Alencar com a palavra, como Líder.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, apenas para reiterar a gravidade e a importância desta CPI investigar as relações do Vice-Procurador-Geral Geraldo Brindeiro – e aí não tem nada de iniciativa fora da CPI ou para deslustrar o importantíssimo Ministério Público, muito ao contrário, por isso, nós do PSOL nos associamos ao Senador Pedro Taques. É gravíssimo ele com o direito que tem de trabalhar num escritório próprio, ter recebido, embora tenha negado aqui a esta CPI, vultosas somas do esquema Cachoeira.

Segundo, Sr. Presidente, comunicar a todos que finalmente recebemos a relação do Clube Nextel, ou seja, a diretoria da máfia, que chegou até nós da Polícia Federal.

São 46 rádios habilitados no exterior. Em um primeiro levantamento, ainda considerando nomes não identificados até o momento pela Polícia Federal, nós temos vínculos com o Legislativo desse núcleo criminoso, sem dúvida alguma: quatro – aliás, não só o Senador Demóstenes como um seu assessor – servidores públicos, e metade deles policiais militares, federais, civis, seis; advogados, dois; sócios em negócios de contravenção, cinco; assessores diretos do *capo di tutti i capi*, o Cachoeira, meia dúzia; diretores da Delta, três; e cargo de função do Governo de Goiás, o atual e o anterior, quatro; além de cinco da família, tanto consanguínea, mas também famiglia, com "gl", família mafiosa.

Esses nomes são a chaves de muitas procuras desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exa..

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último inscrito pela ordem, Deputado Vanderlei Macris, que havia declinado, mas houve um resquício de uma dúvida de S. Exa., e devolvo sua inscrição para, aí sim, concluirmos essa primeira parte.

Por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é coisa rápida e bem objetiva.

A avaliação que a bancada do PSDB está fazendo dos números que estão chegando à CPI tem uma deficiência grave, que eu gostaria que V. Exa. tivesse informação, uma deficiência grave de informação que a CPI está tendo. Ou seja, há uma deficiência de in-

formação do Banco Bradesco a esta CPI, e acho importante que a gente também tenha uma diligência ao Banco Central para saber por que essas contas do Bradesco não estão chegando à CPI.

Estou avaliando aqui os números e gostaria de pedir a V. Exa. que também incluísse uma diligência ao Banco Central para saber os motivos pelos quais o Banco Bradesco não está dando a informação a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem, eu estive com toda a direção parlamentar e executiva do Banco Central tratando dessa matéria, em meu gabinete. Mas a mesma comissão constituída, e agora acrescida de V. Exa., que irá ao Departamento da Polícia Federal com o Relator e o Vice-Presidente, na próxima quinta-feira, pode acrescentar essa diligência ao Banco Central. E eu peço encarecidamente o apoio, em nome desta Presidência, ocupará o meu Vice-Presidente Executivo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Parlamentares... Houve uma mudança que para nós é importante: alguns parlamentares, em virtude de ocupações extras, envolvimentos com campanhas políticas, prescindiram dos seus trabalhos na Comissão e pediram, aos seus partidos políticos, substituições. Eu pediria aos Srs. Parlamentares que estão chegando hoje para seu primeiro dia de trabalho efetivo na comissão que possa se identificar inominadamente, mencionar à Comissão, até porque não chegou ainda, oficialmente, a notificação dos seus partidos políticos. Se há algum Parlamentar novo na Comissão, por favor, identifique-se.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Emiliano José, PT da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Emiliano José, PT da Bahia.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Deputado César Halum, PSD Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado César Halum, PSD Tocantins.

Chegou mais algum Parlamentar como os Srs. Parlamentares Emiliano e César? Sejam bem-vindos os dois Parlamentares.

Segunda fase desta reunião.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Andressa Mendonça, que vem a esta Comissão em decorrência da aprovação do Requerimento nº 209, de 2012, do Senador José Pimentel.

A Sra. Andressa comparece a esta Comissão na condição de investigada considerando que contra a sua pessoa foi formalmente instaurado o Inquérito Policial nº 628, de 2012, pelo Departamento de Polícia Federal do Estado de Goiás.

Peço à Secretaria para providenciar a presença da Sra. Andressa Mendonça. *(Pausa.)* Seja bem-vinda. A Sra. Andressa Mendonça vem na companhia do seu advogado, eminente jurista Dr. Grossi.

A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão na condição de investigada. No uso das nossas prerrogativas, na condição de investigada, com todas as condições que esta Comissão vem dando, de forma administrativa, a todos os depoentes, quer na condição de investigado, quer na condição de testemunha, sem precisar recorrer ao Supremo Tribunal Federal para a manutenção das suas garantias individuais, eu questiono a V. Sa. se pode, para o efetivo desejo desta Comissão, colaborar, como já outrora fez em reuniões, em declarações à mídia, inclusive, nacional, se a senhora pode colaborar com esta Comissão no efetivo deslinde de tudo aquilo que a Comissão está investigando. Peço que a senhora se pronuncie, porque todos os seus direitos e suas garantias serão preservados.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Microfone. Não ouvimos, Presidente.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu faço outra pergunta. Esta Presidência faz outra pergunta à senhora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, era bom que falasse porque acho que não gravou. Estava sem som.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência faz outra pergunta à senhora – e já foi feita a outros que aqui sentaram: se esta sala, se esta reunião fosse transformada em uma reunião de caráter secreto para ouvir o depoimento, sem a presença da imprensa, a senhora poderia colaborar com esta Comissão?

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Eu vou exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio sempre.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem pelo artigo...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – A senhora sabe que o seu silêncio pode incorrer em prejuízo à sua defesa na condição de investigada.

A SRA. ANDRESSA MENDONÇA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ANDRESSA ALVES MENDONÇA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – (*Fora do microfone.*) Questão de ordem, pelo art. 131, ela não sabe aqui na Comissão do que ela está sendo acusada. Como é que ela pode ser aqui, então, pelo silêncio, de alguma forma, apenada? Eu imagino – e aí vem a questão de ordem – que tem razão V. Exa., que teria razão V. Exa., se primeiro falasse o Relator. Afinal de contas, ela está aqui por quê? É preciso dizer isso a ela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Gostaria de ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Sra. Andressa Alves Mendonça comparece a esta Comissão, como já foi dito aqui, na condição de investigada, pesando contra a sua pessoa o que foi formalmente instaurado através de Inquérito Policial 628/2012.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu adendaria apenas que seria uma oportunidade de a Sra. Andressa se defender também. Se existe direito constitucional de permanecer em silêncio, há também o direito constitucional de apresentar a sua defesa sobre os fatos que lhe são imputados...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o Relator pode descrever...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E é uma oportunidade, porque temos aqui uma pessoa de que há indícios de que ameaça juiz, ameaça parlamentares. Então, é uma oportunidade de a Sra. Andressa também apresentar sua versão sobre os fatos.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de saber se ela não queria responder a minha interpelação: quais são as acusações, qual é o dossiê, em que dia fui à casa do marido dela. Quem sabe ela quer dizer aqui agora, em público, e responder a minha interpelação, já que ela tem um dossiê contra mim e ia me constranger no dia de hoje.

A SRA. ANDRESSA ALVES MENDONÇA – Permanecerei em silêncio, nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. A senhora está dispensada.

Convoco o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mentirosa e cascateira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Senadora Kátia Abreu, minha solidariedade. Estamos aqui... Vamos precisar ter uma reunião para uma conversa mais ampla, pelo que está se passando aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da convocação do Sr. Joaquim Gomes...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) **–** Pelo que está se passando aqui. Não é para ficar conformado com o que está se passando aqui não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor veja como era importante a tese que defendo de que o Relator deveria questionar a depoente. Nós deveríamos ter o direito de fazer os questionamentos e ela poderia ficar aqui dez horas dizendo que ela manteria o direito constitucional de ficar calada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi uma decisão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com o Relator fazendo as perguntas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque tem uma coisa: o silêncio fala. Vou repetir: o silêncio fala. E outra coisa. Um depoimento como o de hoje, que reúne toda a CPI, não serve para a CPI, só serviu para a revista *Caras*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Joaquim... (*Pausa.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a presença do Sr. Joaquim. Por favor, pela ordem, novamente V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, que fique bastante claro, pois esta reunião não estava sendo transmitida até agora há pouco, por conta da Comissão de Orçamento. Eu interpelei essa cidadã, estou aqui no dia de hoje para ouvi-la a respeito dessa acusação a meu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ela silenciou.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E essa cascateira se silenciou. Essa gabola, que conta vantagem longe da CPI e chega aqui, fica em silêncio, tímida, tentando macular a honra alheia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, venha à Comissão. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Presente o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, que está amparado, por medida cautelar, no HC nº 114.259, que lhe assegura o exercício da garantia constitucional da não autoacusação, podendo, portanto, permanecer em silêncio. É uma garantia dada pelo Supremo Tribunal Federal, como já disse outras vezes, profundamente dispensável por esta Presidência.

Ao Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto: o senhor foi convocado por esta Comissão de Inquérito para colaborar na elucidação de fatos que compõem esta CPI, cujo fato determinante foi a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo, como é do seu conhecimento.

Eu pergunto a V. Exa., que já esteve outra vez aqui na Comissão, demonstrando o sentido de colaborar, e foi dispensado por esta Comissão porque veio, atendendo a um chamamento desta Comissão, ainda com o estado de saúde agravado, e, por isso, procedi à dispensa de V. Exa. a um novo chamamento – V. Sa., desculpe-me –, e V. Sa. voltou a esta Comissão...

Parece-nos que o senhor, pela presença de ontem e pela volta de hoje, está querendo colaborar com esta Comissão, e rogo que essa colaboração seja efetiva.

O senhor tem vinte minutos para falar sobre o sentido da convocação e de sua presença nesta Comissão.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Excelência, eu me reservo o direito de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu peço...

Eu vou fazer a mesma pergunta que fiz à senhora que antecedeu o senhor agora há pouco: se esvaziássemos a sessão e a tornássemos secreta, assim o senhor poderia colaborar, já que suas palavras podem nos ajudar na elucidação de fatos? Em reunião secreta, o senhor poderia colaborar?

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Pois não.

Excelência, eu não fui nem denunciado nesse processo. Nenhuma das duas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...Operações...

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – ...operações.

Eu não tenho nada para colaborar com nada. Eu não conheço de nada. Acho que foi por isso que o Supremo me deu essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB –PB) – Só um minuto.

O Supremo lhe deu essa prerrogativa, mas não precisa lhe dar essa prerrogativa porque nós da CPI, esta Presidência, está oferecendo esta prerrogativa, porque é um dever constitucional desta Presidência. Qualquer um dos depoentes, hoje inclusive na condição de testemunha ou na condição de investigado, tem o direito de permanecer em silêncio, mas a colaboração é importante. E essa colaboração se faz mais importante ainda exatamente porque o senhor não está indiciado, como o senhor está colocando.

E aí eu queria que o Relator, e aí no sentido que V. Sa. esteve aqui e eu me senti sensibilizado, porque V.Sa. atendeu à convocação desta Comissão, ainda convalescendo de um cateterismo. Eu me recordo quando V.Sa. esteve aqui, vindo do Rio de Janeiro, convalescendo de um cateterismo. E eu publicizei isso. Enquanto alguns tentavam fugir da convocação desta Comissão, o senhor atendeu. Então, o seu espírito está colaborativo.

E aí eu queria ouvir do Relator se ele teria alguma pergunta a lhe fazer. E se o senhor soubesse ou não, o senhor responderia, e aquelas perguntas que o senhor entender permanecer em silêncio, o senhor permaneceria em silêncio. Ninguém agravaria isso ao senhor. Mas aquelas perguntas que o senhor pode dizer que "sim" ou que "não", que teve ou não uma participação efetiva, se estava ou não presente naquele fato determinado, se a sua presença foi importante ou não, ou que não tem absolutamente nada a ver com essa história, é fundamental, até para que nós possamos ter o nosso cumprimento do dever histórico junto ao País.

Eu peço a colaboração. E V. Sa. se sinta absolutamente protegido aqui nesta Comissão, não por esta Presidência, mas pelo dever, de ofício, de todos que compõem este parlamento.

Peço que ouça o Relator.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Excelência, gostaria de solicitar a sua compreensão, mas vou continuar calado, não vou responder.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que a questão central, Sr. Thomé, é se V. Sa. foi contratado pelo Sr. Idalberto para fazer quais serviços, porque V. Sa. comparece aqui como testemunha, não como investigado. Nós queremos saber que serviços o senhor prestou ao Sr. Idalberto. E ele entregava isso a quem? Ao seu Marcelão? Entregava isso ao Sr. Carlos Cachoeira?

Essa é uma questão importante para nós nesse processo de investigação. E isso o senhor terá oportunidade de negar, se foi contratado ou não foi, em que circunstâncias foi? É uma questão colaborar com a nossa investigação. É claro que toda a informação que temos aqui leva-nos a crer que o senhor foi contratado pelo Sr. Carlos Cachoeira, por intermédio do Sr. Dadá, que o senhor prestou serviços ao Sr. Marcelão. Isso os áudios evidenciam. Agora, é preciso saber se o senhor confirma isso ou não.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Eu continuo com o meu direito de ficar calado, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado.

O SR. JOAQUIM GOMES THOMÉ NETO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Tenham todos um bom dia e fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 23ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 23ª Reunião realizada em 08 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Kátia Abreu (PSD/TO), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB-GO), e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR),Filipe Pereira (PSC-RJ),Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR),Luiz Sérgio (PT-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), e Vieira da Cunha (PDT-RS). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN) e Fernando Collor (PTB-AL) **e os Deputados:** Cândido Vacarezza (PT-SP), Silvio Costa (PTB-PE), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO), Deputados: Paulo Piau (PMDB-MG), Jilmar Tatto (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Ivan Valente (PSOL-SP) e Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP). Na ocasião ocorreu a oitiva da senhora Andréa Aprígio de Souza, acompanhada de seu advogado, Paulo Sérgio Leite Fernandes, e amparada pelo HC 114623-DF, que iniciou seu depoimento e, após sugestão do Presidente da Comissão, continuou-o sob Reunião Secreta. Com o fim do depoimento da senhora Andréa Aprígio de Souza, a reunião tornou-se aberta. Então, prestou depoimento o senhor Rubmaier Ferreira de Carvalho, acompanhado de seu advogado, Bruno Felipe Gomes Leal, e amparado pelo HC 114588-DF.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Alvaro, bom dia.

Peço à assessoria que tome as devidas providências para que iniciemos a nossa sessão.

O Sr. relator já se encontra presente.

Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª. Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 22ª. Reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Andréa Aprígio de Souza, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 59, do Deputado Carlos Sampaio, do Senador Alvaro Dias e do Deputado Onyx Lorenzoni; e do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, em decorrência da aprovação dos requerimentos de autoria do Deputado Rubens Bueno e do Deputado Doutor Rosinha.

Peço à assessoria que faça presente à CPI a Sra. Andréa Aprígio de Souza.

A Sra. Andréa Aprígio está amparada por um HC de nº 114623. Parece uma xérox de todos que nós... Não precisa nem noticiar para os senhores. É a mesma coisa de sempre. Essa, relatada pela Ministra Rosa Weber.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma sugestão. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode, sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Talvez nós possamos botar no Orçamento para mandar para o Supremo Tribunal Federal. Existe um *software* – é

capaz até de eles conhecerem – que faz cruzamento de texto, que é o que pega plágio em teses etc., em grandes universidades internacionais. Pelo menos, para não submeter o Congresso Nacional a esse tipo de procedimento. Eu lhe peço mais meio minuto. Como advogado atuando já há quarenta e poucos anos, eu já vi reclamações em tribunais contra advogados que tinham petições assemelhadas no mesmo processo. Mas, de repente, a Suprema Corte, pelos seus membros, tem essa prática, que eu lhe confesso não me agrada, nem entre advogados – e que me permita a Ordem dos Advogados, não estou fazendo nenhuma crítica à atuação de nenhum colega –, e que, sinceramente, também, abomino no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aceito, acato, concordo, admito. Aceito, acato, concordo, admito e subscrevo o pensamento de V. Exa. Mas são decisões que nós apenas referimos aqui por uma questão protocolar e formal. As garantias que esta Comissão dá são públicas e não haverá de arredar o pé, por serem constitucionais, democráticas e, por si só republicanas.

Bom, que se providencie a presença da Sra. Andréa Aprígio de Souza.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a depoente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ela só chegará quando V. Exas. deixarem de pedir a palavra pela ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente. O meu desejo é de que possamos nos desincumbir o mais rápido possível, então, eu aguardo, se ela já está disponível. É porque eu não a vejo em plenário. Mas aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Só uma informação a V. Exas. sobre a comissão constituída ontem, solicitada por V. Exa., Deputado Domingos Sávio. O Relator já toma as providências junto ao Departamento de Polícia Federal, Deputado Carlos Sampaio, ao Banco Central, para, amanhã, com a Presidência da Comissão, na pessoa do Presidente Paulo Teixeira, ou hoje à tarde, a depender da conveniência dos senhores... O Presidente Paulo Teixeira – a agenda é da Presidência do Presidente Paulo Teixeira – assume essa tarefa para fazer o diálogo.

Posso dizer que ontem mesmo já houve um movimento provocado pelos senhores, provocado pelo Sr. Senador Alvaro Dias com relação ao Banco Bradesco. Nós já iniciamos o recebimento das informações do Banco Bradesco.

Peço também aos senhores que cadastrem seus assessores num curso que estamos oferecendo. Já está funcionando, mas apenas, Deputado Miro Teixeira, quatro assessores estão cadastrados. Nós queremos oferecer esse curso... Um dos seus está lá, o seu está lá, Pitiman. Nós queremos oferecer esse curso para uma maior quantidade possível de assessores porque esse curso é exatamente o coração da CPI, é o cruzamento das nossas informações. Segundo a assessoria me informa, apenas quatro assessores foram cadastrados para conhecer o nosso sistema, o I2, que é o sistema que cruza os dados provenientes da transferência dos sigilos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – É que há uma outra restrição que não depende de V. Exa, não depende da Mesa: é a administração das chaves, porque, como são vários partidos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São os blocos, é. A administração das chaves é exclusivamente dos blocos que compõem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – É dos partidos, e, sendo dos partidos, é do inferno; então, chegar um partido e entregar a outro, entregar a outro... Pode ser que... Semana que vem, por exemplo, está prometido que teremos acesso à chave. O servidor está treinado. Agora, eu observei... O Dr. Dirceu é sempre tão atencioso lá com a equipe dele, e eu observei que tem sido reduzido o ritmo de informações que estão chegando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Hoje, Deputado Miro, eu já tenho o volume completo. Hoje, pela manhã, eu determinei à Secretaria, ao Diretor Executivo, Dr. Dirceu, que me trouxesse, em termos percentuais, o volume de recebimento dessas informações...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Vamos separar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... cruzando com os ofícios que foram remetidos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Separando as coisas, porque há um serviço *on-line* que é precioso, que V. Exas. da Mesa e mais os servidores instalaram. Esse serviço *on-line* é o que nos transmite as informações bancárias. Esse é precioso. A gente acessa do celular. Porém, o que depende de informação física tem que ser alimentado primeiro no PRODASEN e depois ser colocado lá na sala...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade, são duas etapas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – ...e eu lhe afirmo: já não há atualização há alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – Ontem eu mandei olhar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar as providências, Deputado Miro Teixeira.

Pois bem, convoco a Sra. Andréa Aprígio de Souza. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda. Bom dia.

Andréa Aprígio de Souza está presente na companhia de seu advogado, munida, como já foi comunicado a esta CPI, de forma dispensável, mas por um dever de justiça e para efeito formal, repito-me, do HC nº 114623.

Sra. Andréa, já devidamente identificada nesta Comissão, vem, atendendo à nossa convocação, certamente, trazer colaboração importante para a elucidação dos fatos que o Poder Legislativo nacional, o Congresso Nacional está apurando.

Como é do seu conhecimento, a sua convocação foi motivada para que a senhora pudesse, em um depoimento colaborativo, elucidar fatos, retirar dúvidas e nos abastecer de informações que possam os Srs. Parlamentares traduzir em avanços no processo de investigação.

Afirmo à senhora que, inobstante o recurso do Supremo Tribunal Federal, prolatado pela Sra. Ministra Rosa Weber, aqui, nesta CPI, a senhora terá inobstante o recurso, todas as garantias dos seus direitos e das suas garantias constitucionais.

A senhora permanecerá silente quando lhe for conveniente, pelo princípio constitucional, mas também poderá falar, para nos abastecer, repito, colaborando com esta Comissão. É o apelo que faço a V. Sa, é o apelo que faço à senhora e passo a palavra para que a senhora possa usar os seus vinte minutos.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Primeiramente, gostaria de cumprimentar a todos. Bom dia a todos.

É sabido que a minha presença aqui é puramente para colaborar. Porém, antes de usar dos meus vinte minutos, eu gostaria de esclarecer que gostaria muito de preservar a minha família, em substancial os meus filhos. Em decorrência disso, espero esclarecer os quesitos descritos na minha convocação neste breve depoimento que darei. Porém, quero me resguardar o direito de não responder aos questionamentos apenas para não expô-los além da exposição que eles já estão sofrendo, do sofrimento e da dor, que realmente é bem profunda e difícil de administrar no que diz respeito à mãe, que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A senhora terá todos esses direitos e todas essas garantias. A senhora pode ficar absolutamente tranquila. E tem o uso da palavra.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Obrigada.

Primeiramente, prezados Parlamentares, eu gostaria de iniciar minha fala compartilhando com os senhores um conselho que eu recebi da minha avó, uma pessoa a quem eu respeito muito, que admiro muito e que traz consigo a experiência de 95 anos de idade.

Sabiamente, no início do processo da minha separação, ela me disse: “Neta, lembre-se sempre de uma coisa: você poderá sair do casamento, mas o casamento não sairá de você”.

Naquele momento, eu não entendi bem a colocação dela. Somente agora compreendi a amplitude de seu conselho. Não se levam de um casamento apenas os filhos, as lembranças, as histórias vividas. Hoje, sei que serei sempre a ex-esposa de Carlos Cachoeira. Ele será sempre o pai dos meus filhos. Mesmo com o fim do nosso casamento, as suas responsabilidades de pai não se extinguem.

Caros Parlamentares, esta é a única relação que existe entre mim e o Carlos: a cordialidade de um vínculo familiar, onde prevalece um respeito mútuo, em consideração aos filhos que juntos tivemos.

Ao ser convocada para comparecer a esta Comissão, na condição de testemunha, o meu sentimento não foi o de que estava comparecendo nessa condição, e sim como investigada. A base de minha convocação são matérias jornalísticas. Não há nenhuma sequer citação do inquérito que investigou a Operação Monte Carlo, mas várias citações da imprensa. Com o devido respeito que eu tenho aos propagadores dessas informações, eles devem, por justiça, investigar melhor os fatos, caso contrário corremos o risco de viver uma crise de direito, onde o indivíduo é declarado culpado até que ele prove o contrário. Não deveria ser diferente?

É de conhecimento público que acusações pairam sobre a minha pessoa, porém, essas acusações estão muito distantes da minha realidade, simplesmente porque sou uma defensora de valores éticos, morais e cristãos para mim e para minha família.

O patrimônio que está em meu nome é fruto de uma partilha de bens por ocasião de uma separação consensual, homologada em juízo, havida entre mim e o Carlos. Além disso, é fruto do retorno do meu trabalho. Quero reforçar que sou engenheira civil, sou advogada e administro pessoalmente as minhas empresas, das quais tenho retiradas de pró-labore e distribuição de lucro, que são totalmente capazes de suportar o crescimento do meu patrimônio e todas as transações financeiras realizadas por mim que estão devidamente declaradas à Receita Federal, com todos os seus tributos recolhidos.

Quero ressaltar que às páginas 176 e seguintes do volume 1, do inquérito da Operação Monte Carlo, há citação da análise feita pelo órgão competente que diz que é frente ao meu patrimônio e diz que o crescimento foi considerado compatível com a minha renda.

No sentido de esclarecer alguns equívocos que estão sendo veiculados pela mídia, gostaria de colocar alguns pontos.

Minhas empresas estão sendo acusadas equivocadamente como sendo canais de articulações ilícitas, o que vem indignado e entristecido a todos que se empenham para o crescimento delas. Por exemplo, a fundação. Essa fundação é fruto de um trabalho social que desenvolvo desde a minha época de adolescente. A fundação veio unicamente, unicamente para coroar esse trabalho voluntário de anos. Seus objetivos são exclusivamente para ações sociais. Ela é situada na cidade de Anápolis, em um bairro carente; atende a pessoas cadastradas; promove treinamento e inclusão social. Todas as ações dessa fundação são fiscalizadas pelo Ministério Público local. Em nenhum momento foi detectada nenhuma irregularidade, em nenhum momento da sua existência. Sua movimentação financeira é abaixo de R$5 mil. E quero ressaltar que ela não recebe verba externa, apenas de sua mantenedora, a construtora.

Sou uma engenheira formada e tinha um desejo antigo de voltar a operar nesse ramo. Gostaria de reforçar que essa construtora se trata de uma micro empresa em fase inicial de operação. Foi constituída no final de 2010 e estava no seu primeiro projeto que ainda não foi concluso.

A indústria farmacêutica. Ela foi adquirida em 1999, em estado falimentar, ainda durante o meu casamento. Em nossa separação, na definição de partilha de bens comuns, recebi os direitos referentes a essas cotas da empresa, passando para a minha propriedade, resultando posteriormente em 95% das ações.

Gostaria de esclarecer que na época da aquisição da empresa o Carlos atuava como empresário em várias frentes, inclusive no ramo lotérico, com contratos legais firmados pelo Governo. Todos os recursos utilizados para a aquisição desse bem são de origem lícita. Com relação ao crescimento da empresa, ele foi suportado com a sua própria geração de caixa, que foi através de muito trabalho e dedicação sendo feito ao longo dos anos. A empresa não possui, em toda a sua existência, nenhuma movimentação financeira ilícita, irregular, escusa ou suspeita. É cumpridora de suas obrigações financeiras, tributárias, fiscais e trabalhistas. Gera emprego e cumpre o seu papel social e empresarial com respeito e dignidade.

Ressalto que, durante as investigações da Operação Monte Carlo, a empresa foi investigada e nenhuma movimentação financeira escusa foi encontrada.

Ao analisar os movimentos, balanços e movimentações financeiras da empresa dentro do processo investigativo dos últimos anos, a Receita Federal emitiu um parecer em que ela declara que não encontrou indícios de ilícitos e que a movimentação financeira da empresa é compatível com o seu porte. Ainda assim, foi determinado o sequestro e a indisponibilidade de todos os ativos financeiros e bloqueio de movimentações da contas de minha empresa, sem uma prova sequer, com base em deduções errôneas.

Diante disso, fomos forçados a buscar os nossos direitos, recorrendo ao TRF da 1ª Região cujo pleito nos foi garantido em uma liminar e foi confirmado em Corte Especial no dia 13 de junho de 2012, frente à total falta de provas.

Reforço ainda que, como dito pelo desembargador, minha empresa não é ré em nenhum processo. A ela não está sendo imputada a prática de qualquer crime e não há demonstrações de desvios da empresa nem confusão patrimonial com os seus sócios em todo o respeito à sua personalidade jurídica.

Gostaria também, neste momento, de refutar qualquer acusação de que a empresa utilizou-se de influências e pressões políticas para agilizar os seus processos perante o órgão regulador Anvisa.

Primeiramente, quero afirmar que a Anvisa é um órgão fiscalizador e orientador sério, cumpridor de suas normas. Todas as reuniões, em algumas delas eu mesma estive presente, foram eminentemente técnicas, sendo tratadas questões comuns às indústrias farmacêuticas. Em todas as reuniões, as atas foram realizadas e elas são públicas, e em nenhum momento foi solicitado privilégio para os nossos processos, que foram montados e estão sendo analisados dentro do rigor da lei.

Nossa empresa possui, ao longo dos anos, processos que foram deferidos e indeferidos, assim como qualquer outra empresa do segmento, e nunca teve motivos para se sentir lesada ou privilegiada pelo órgão regulador.

Respeitamos as decisões que, para nós, sempre foram técnicas e, quando eventualmente não concordamos com essas, recorremos administrativamente ou judicialmente, como meio para dirimir questões dúbias.

Enquanto casada com Carlos, sempre o respeitei e admirei a sua inteligência e o seu dinamismo. Porém, tínhamos uma vida profissional distinta, como muitos casais que atuam em ramos profissionais diferentes. Portanto, posso responder pelo que conheço e pela minha conduta.

Tenho procurado pautar a minha vida em princípios e valores éticos e morais e estou extremamente desconfortável com a exposição excessiva de minha imagem e de minha família, pois acredito que a discrição é uma grande virtude.

Minha postura reservada diante de tantas especulações e acusações infundadas se dá pela certeza da correção de minha conduta e de minhas empresas, aliada na crença de que o tempo demonstrará a verdade dos fatos e se fará justiça. As especulações só geram angústias e mais sofrimento.

Neste momento, tenho que pensar primeiramente nos meus filhos, que já estão sofrendo com a situação vivida pelo pai, necessitando mais do que nunca da serenidade e da atenção por parte de sua mãe, que sou eu.

Sei que os senhores e as senhoras têm família e que a grande maioria dos senhores e das senhoras tem filhos. Acredito, portanto, que saberão compreender essa minha decisão de não me expor mais do que o necessário, exatamente para não causar mais dor e sofrimento aos meus filhos, que tanto amo e com quem me preocupo, pois acredito ter esclarecido as dúvidas dos senhores e das senhoras baseada nos quesitos descritos em minha convocação. Faço um apelo para que respeitem minha decisão.

Cada um deve responder na medida dos seus atos. Creio sinceramente que V. Exas. irão analisar os fatos e provas e concluirão os vossos trabalhos de forma objetiva, isenta e justa.

Para encerrar, gostaria de deixar um questionamento: senhores e senhoras, acreditam sinceramente que alguém deixaria algum bem nome de uma ex-esposa ou de um ex-marido?

Esses esclarecimentos eu fiz em respeito aos senhores e senhoras, a esta Casa parlamentar, os quais traduzem todo o meu conhecimento e capacidade de contribuir com os senhores. Mais nada eu tenho a declarar. Que respeitem o meu silêncio e compreendam como indignação de uma pessoa que está sendo injustamente envolvida em questão de que não é parte. Apenas peço esse respeito a todos vocês por uma mãe que está criando seus filhos dentro de uma situação extremamente delicada, visto que o pai está segregado há quase seis meses e eu preciso preservar os meus filhos, todos pequenos, dois deles em fase de adolescência e pré-adolescência, que por si só já é uma fase conflitante. Preciso preservar os meus filhos. É o meu dever como mãe. Espero que vocês compreendam.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator para perguntas, para os seus questionamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, apenas para tranquilizar a Sra. Andréa, digo que ela comparece a esta Comissão como testemunha e as relações familiares de V. Sa. não serão objeto, e não é objeto, é claro, do foco de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas questões foram analisadas precisamente verificando os dados das empresas de V. Sa. É curioso notar que, na declaração de renda, V. Sa. mantém dívidas, aliás, Carlos Cachoeira tem dívidas, a senhora tem dívidas com Carlos Cachoeira. A dívida foi de R$185 mil em 2007. E essa dívida saltou para R$1,9 milhão em 2010. Do que advém essa dívida?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Com todo o respeito que eu tenho ao senhor e a esta Casa, eu não gostaria de responder questões pontuais. A minha declaração de Imposto de Renda já está à disposição dos senhores e creio que eu estou em dia com a Receita Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. A senhora está em dia, é verdade, agora, a questão que está colocada é por que Carlos Cachoeira emprestou dinheiro para a senhora ou para as empresas de V. Sa., na medida em que a declaração de renda dele evidencia que ele não teria renda suficiente em empresas para fazer esses empréstimos. Esses empréstimos se deram em razão de quê? Por quê?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Senhores, eu não posso responder pela declaração de Imposto de Renda do Carlos. Eu respondo pela minha e a minha está devidamente declarada e correta no meu entendimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esse dinheiro...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Desculpe, mas eu realmente gostaria de exercer o meu direito de não responder os questionamentos. Espero não causar nenhum constrangimento com essa minha decisão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. A senhora não causa constrangimento. A questão central é que é importante que a Comissão tenha noção de por que esse dinheiro do Carlos Cachoeira foi emprestado à senhora. A senhora precisava? Era necessário nos negócios da senhora?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – Com certeza, naquele momento, eu deveria estar precisando, porque foi o que ocorreu. Mas eu realmente não gostaria de responder. Desculpe-me, mas eu gostaria de encerrar. Eu creio que já declarei tudo aquilo que devo declarar e gostaria de preservar realmente a minha imagem, de realmente não ter que colocar posicionamentos perante o pai dos meus filhos, que está numa posição delicada. Os meus filhos estão sofrendo muito com isso. É muita dor, muito sofrimento. Eles sofrem, eles choram.

Eles sofrem pressão na escola, com os amigos onde quer que eles vão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sra. Andréa...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO – A exposição está além do limite e eu gostaria de que vocês entendessem e pudessem me preservar neste momento delicado, que é extremamente delicado para uma mãe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, será que eu poderia me dirigir ao Relator?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só uma questão de esclarecimento. Vou esclarecer...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para um esclarecimento antes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – ...ao seu advogado: o nosso rito – só uma questão de esclarecimento, até porque esta Presidência tem absoluto estrito cumprimento das suas regras decididas por este Colegiado... Os senhores sabem que, nesta cadeira, acima de tudo, sou cioso das minhas obrigações e das minhas responsabilidades. Quando o depoente vem aqui na condição de testemunha ou na condição de investigado, independente – para nós hoje, com todas as súmulas do Supremo Tribunal Federal, isso independe –, as garantias são as mesmas, mas nós estabelecemos um rito. Se ele vem e se ele se abstém de falar à CPI, nós não temos outro caminho senão dispensá-lo, como vinha dispensando, mas agora não. A depoente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Usou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Usou da palavra, colocou a sua defesa. Nós respeitamos a sua defesa. Ouvimos. Nós lhe oferecemos todas as garantias para que ela expusesse. Ela expôs e ela vai ouvir a palavra do Relator, vai ouvir a palavra dos senhores e vai poder responder ou não aquilo que conhece ou aquilo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu pedi a V. Exa. a autorização para me dirigir ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, quero só dizer aos senhores que esta vai ser a conduta da Presidência.

Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu pedi autorização para me dirigir ao Relator, se ele concordar, é claro, se V. Exa. autorizar e ele concordar.

Primeiramente cumprimentando a testemunha pela maneira cortês como aqui se apresenta e dizer que aqui não haverá qualquer espécie de constrangimento a V. Sa. Nós todos seremos os primeiros a nos levantar para nos colocarmos em oposição a qualquer espécie de constrangimento. Não tenha dúvida.

É bom assinalar que V. Sa. está aqui sim como testemunha, porque a exposição pode ser negativa ou positiva. No seu caso... No seu caso... É claro que compreendo o desconforto. Aquela frase da sua avó tem outra leitura. Ela está... Não a conhecia, mas é interessante o casamento. Não sai de você. Aqui na CPI, surgiu outra frase: ex-mulher é para sempre.

Com V. Sa., não há qualquer desrespeito, e com qualquer pessoa. V. Exa. se apresenta e respeita a nossa Comissão também aqui vindo e aqui falando. Então, eu penso que V. Sa não tem mesmo que responder sobre Imposto de Renda do Cachoeira. É isso que gostaria de falar com o Relator claramente, publicamente. Ele está no papel dele. As respostas são sobre outras coisas especialmente que V. Exa. falou, já falou, e nós temos o direito de pelo menos dizer se concordamos ou divergimos, mas eu a cumprimento. Eu a cumprimento pela forma elegante, inclusive, como se apresenta, e V. Sa. há de entender o que estou falando. V. Sa. se apresenta elegantemente a esta Comissão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Contrariando um pouco o entendimento que tenho percebido que vai vingar na reunião de hoje, cumprimentando a depoente pela sua disponibilidade de falar, o proceder de V. Exa. em alguns casos foi no sentido de dizer o seguinte: vai responder as perguntas? Vou. Então, faz a sua introdução e a sua fala. Não vai responder as perguntas, não se faz a introdução e nem a fala.

Nesse caso específico, ela veio munida de um *habeas corpus.* Portanto, numa relação idêntica a dos outros que sequer se dirigiram a esta CPI. Por esta razão, se foi dada a palavra a ela, ela falou e disse que, a partir de agora não vai mais responder a nenhuma das indagações, tendo como *habeas corpus*. Eu tive a impressão de que ela disse que ela ia ser reservar ao direito de não mais falar.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A mim me parece que constrangê-la neste momento, diferentemente do que fizemos com todos os outros que são investigados, que estão envolvidos no núcleo criminoso, é dar um procedimento diverso a quem não merece o constrangimento por que está passando. Tenho para mim que a dispensa deve ser imediata, como nos outros casos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não tenho que estranhar o que o PSDB está fazendo, porém eu posso falar para elogiar...

(Discussão e tumulto no recinto.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deixe me falar, Sr. Presidente. Na verdade, eu estou perguntando para ela.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Vamos organizar, por favor. Por favor!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Miro fez uma referência de que o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Por favor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ...e é bom que tenhamos a clareza – Presidente, só para deixar isso claro – de que nós respeitamos profundamente a posição de cada colega, do colega Carlos, mas eu pelo menos entendo, por exemplo, que o relator está numa linha de raciocínio absolutamente apropriada, porque ele está perguntando não é do Imposto de Renda do Carlinhos Cachoeira, é dela, por que ela pediu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Presidência... Por favor. Por favor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ...e isso não tem nada a ver com relação familiar. Isso precisa ficar esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

Esta Presidência tem uma posição. Eu preciso que os senhores... Eu abri a palavra, o relator estava com a palavra...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E eu vou continuar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O relator estava com a palavra, e eu abri em atenção aos senhores, o que eu não vou fazer mais. Por favor. O que eu não vou fazer mais.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu quero agradecer a V. Exa., e apenas para esclarecer que se trata, na verdade, do Imposto de Renda da Sra. Andrea. E ela toma recursos emprestados do Sr. Carlos Cachoeira depois da separação. Então, numa relação de empréstimo, e uma relação que, neste momento, tornou-se suspeita. É claro que V. Sa...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Perfeitamente legal, não é senhor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Sa. pode se defender, tem a oportunidade de se defender sobre esses empréstimos. Agora, o dado concreto é que ele empresta à senhora, uma pessoa que está no centro da investigação, ele empresta para a senhora 1,9 milhão, não é mais o seu esposo, e a senhora... Como nós temos um papel de investigação, eu gostaria que a senhora compreendesse que nós precisamos, temos o dever de suspeitar de um empréstimo como esse. E a senhora tem a obrigação de esclarecer a esta comissão.

Eu queria perguntar para a senhora o seguinte: busca e apreensão na realizada na casa do Sr. Adriano Aprígio, pela Polícia Federal, encontrou um contrato particular de compra e venda de janeiro de 2011, onde Adriano e sua esposa transferem todos os seus bens para a senhora, no valor de 5.311.795,20. Qual o motivo dessa transferência?

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – Volto a afirmar, Sr. Relator, e a todos vocês: quero usar o meu direito de não responder os questionamentos, quero usar o meu direito de ficar calada. Contrariando a algumas colocações aqui, imaginei que eu pudesse usar dos meus vinte minutos e que isso fosse legal e, depois, usar do meu HC para que não respondesse esses questionamentos. Se aqui soubesse que teria que ser submetida aos questionamentos, eu nada falaria.

A minha colocação foi no sentido de esclarecer os questionamentos da minha convocação e procurar ser respeitosa com a Casa parlamentar, com a CPMI, a qual eu respeito o trabalho de vocês. Eu gostaria que vocês também respeitassem a minha condição de ter o meu direito preservado, que é o de não responder os questionamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem o direito de não responder. Mas, na medida em que a senhora usou a palavra, a cada pergunta a senhora pode ficar silente. Nós vamos respeitar...

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO DE SOUZA – O senhor me desculpe, mas isso não me foi informado anteriormente. Eu achei que eu estaria colaborando com as colocações iniciais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse é um procedimento conhecido...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, agora a senhora está informada, e eu vou continuar, Presidente. Eu vou continuar, Presidente.

A senhora possui contas no exterior?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu queria fazer uma sugestão. É uma sugestão, Presidente, e se o relator permitir.

O SR. ONYX LORENZZONI (DEM – RS) – Vai levar 30 segundos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Questão de ordem do Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – A depoente manifestou que o seu receio em prestar depoimento é a exposição pública sua e de sua família.

Eu demandaria ao Presidente se não seria o caso de consultar a depoente, se nós transformássemos a

sessão numa sessão reservada, numa sessão secreta, sem a presença de pessoas externas à comissão, se ela não estaria disposta a rever seu posicionamento, e aí, sim, sem nenhuma exposição.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – A pedido do Sr. Leonardo e de todos os Srs. Parlamentares, a pedido do Presidente, Senador Vital do Rêgo, eu já consultei o advogado se ele gostaria de uma sessão reservada, e ele me disse que não. Então, já temos essa resposta.

Devolvo aqui a Presidência ao Senador Vital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quanto ao porquê da pergunta, Presidente, é importante informar a todos que nessa busca e apreensão, nesse contrato particular, segundo a PF, trata-se da transferência de todos os bens que estavam em nome de Adriano Aprígio, sendo que, na realidade, esses bens – 5 milhões, 311 mil – pertenciam ao Sr. Carlos Cachoeira.

Diz, ainda, a PF que "infere-se, de acordo com as investigações, que tal medida se deu pelo fato de Adriano estar em vias de separar-se, o que gerou preocupação de Carlinhos Cachoeira quanto aos bens"

Por isso, estou indagando as senhora sobre isso.

A SRA. ANDRÉA APRÍGIO E SOUZA.– Eu entendo o senhor, mas, infelizmente, eu só posso responder pelos meus atos. Eu não tenho conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As testemunhas do referido contrato seriam o Sr. Geovani Pereira e o Sr. Gleiby, comparsas do Sr. Carlos Cachoeira.

Indago de V. Sa. se V. Sa. Possui contas no exterior, se possui imóveis no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de interromper o Relator, atendendo à solicitação do Deputado Picciani, já houvera sido feita informalmente pelo Presidente Paulo Teixeira, e eu, pessoalmente e publicamente, fui ao advogado e procurador da paciente, da Dra. Andréa, da testemunha...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Paciente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) –É, nós chamamos, na Justiça, também paciente, para quem não conhece. É um termo técnico.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – No *habeas corpus*...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É paciente também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Não é um termo médico; é um termo técnico. Quem é advogado, quem milita no Direito sabe disso; é paciente também. É um termo técnico.

Como sou médico, as pessoas podem pensar que eu confundo.

Então, eu fui ao procurador e disse que a sugestão do Deputado Picciani nós poderíamos agora solicitar do Plenário a transformação da reunião numa reunião reservada, mantendo os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas constitucionais que a testemunha tem. Isso não diminui em nada, e a senhora sabe disso, os seus direitos, apenas pode lhe permitir ficar mais à vontade com os membros desta Comissão e, em determinadas perguntas que a senhora possa ter a condição de responder sem se autoincriminar, o que é um direito constitucional que a senhora tem, colaborar com a Comissão.

O seu advogado concordou e eu peço, encarecidamente...

Suspendo a reunião por três minutos, para determinar o esvaziamento desta sala e permitir somente a presença dos Srs. Parlamentares.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião torna-se secreta às 11 horas e 09 minutos.)
(A reunião é reaberta às 12 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retomando a reunião, nós temos aqui a presença do Sr. Rubmaier. É assim que se pronuncia o seu nome? Rubmaier Ferreira de Carvalho, em decorrência da aprovação dos Requerimentos 528, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Deputado Rubens Bueno; e 532, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

O Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho está amparado por Medida Cautelar, no HC 114588, que lhe assegura o direito de ser assistido e comunicar-se com seus advogados durante a inquirição.

O senhor pode declinar o nome do advogado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Dr. Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bruno.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Está no HC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está no HC. É um jovem advogado. Dr. Bruno. Está aqui. Eu não tenho o HC.

O direito de não firmar termo de compromisso legal de testemunha, haja vista a sua condição de possível investigado. O direito de permanecer em silêncio, incluindo o privilégio contra a autoincriminação, excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direito, em razão do exercício de tais prerrogativas.

O depoimento transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotado por esta Presidência.

Os depoentes disporão de até 20 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, serão interpelados inicialmente pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, e depois os demais inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos depoentes, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

Então, está com a palavra o Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Prezados Parlamentares, boa tarde.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que estou aqui perante esta Comissão na qualidade de testemunha e não de investigado. Gostaria também de esclarecer que não conheço e nunca tive nenhum tipo de relacionamento com o Sr. Carlos Augusto e com ninguém ligado ao mesmo. Informo ainda que jamais prestei nenhum tipo de serviço de contabilidade para nenhuma das empresas investigadas. Por fim, não tenho dúvida quanto à minha inocência e lisura das minhas condutas pessoais e profissionais. Inclusive, todos os documentos que julgo necessários para provar tal fato já se encontram à disposição desta Comissão.

Dessa forma, diante de tantas acusações e da exposição, eu e minha família temos passado por vários dissabores. Portanto, peço a compreensão de todos no sentido de que respeitem o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom; eu passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Rubmaier, V. Sa. comparece aqui na qualidade de testemunha, e é importante dizer que o nome de V. Sa. aparece como contador de algumas empresas que são investigadas por esta CPMI. E é sobre essa compreensão que estamos aqui ouvindo V. Sa., pois, segundo consta, essas empresas de que V. Sa. seria contador foram empresas laranjas criadas pelo Sr. Carlos Cachoeira a fim de receber recursos ilícitos. Então, a nossa expectativa é de que o senhor possa colaborar com o trabalho desta CPMI, razão por que o senhor está aqui hoje.

Qual a profissão do senhor? O senhor exercer que profissão?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sou contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só a profissão de contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há quantos anos o senhor é contador?

Peço que o senhor fale junto ao microfone.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Trinta anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor possui empresas no nome do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só o escritório de contabilidade.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só o escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É procurador de alguma empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem procuração para movimentar contas bancárias de alguma empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse aqui, mas eu gostaria que o senhor nos reafirmasse: o senhor conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca vi na minha vida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca esteve com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não mantém nenhum tipo de relação com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhum tipo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Negócios?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o Sr. Lenine Araújo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com o Sr. Gleyb Ferreira da Cruz?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Desconheço também. Não conheço nenhum desses cidadãos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Srª Rosely Pantoja?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ela é dona de uma empresa de que o senhor é contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não sou contador da empresa. A revista *Época* fez uma reportagem dizendo que eu era contador de várias empresas dele, mas eu nunca vi, tanto é que tenho como provar, perante os órgãos, que nunca fui contador dessa empresa. Eu não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal consta o senhor como contador da Alberto & Pantoja.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pois eu nunca constituí essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador dessa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca fui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador da empresa Adécio e Rafael Construções?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nega então o que está no Cadastro nacional de Pessoas Jurídicas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Se está contando, é porque usaram algum código meu lá.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com a autorização do Relator, sobre esse aspecto, apenas para colaborar.

Isso que ele acabou de dizer é de uma gravidade rara. Agora, é de facílima comprovação, porque todos esses registros são eletrônicos, especificamente no caso do contador, porque ele fica com autorização de acesso a Serasa e a outras coisas também. É de uma gravidade feroz, porque isso revela uma fragilidade de um sistema público que até este momento era de alta confiança de todos os operadores do Direito e da própria Contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta-nos, exatamente, que o senhor é contador dessas empresas.

O telefone 3361.2981 pertence a V. Sa.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pertence. Em meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esse telefone consta como um telefone da Adécio & Rafael.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pois é. Isso aí eu achei muito estranho. E um jornalista falou assim: "Ah, mas esse endereço aí está no seu endereço". E eu disse: "Não, meu amigo, eu não constituí essa empresa".

Eu estou achando que as pessoas que estão envolvidas usaram o meu nome, dentro do meu escritório, de alguma forma para constituir essas empresas.

Não constituí nenhuma empresa dessas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não constituiu a Adécio & Rafael Construções e Incorporações...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Não constituí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...que posteriormente se passou a chamar G&C Construções e Incorporadora Ltda.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Não constituí essa empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que, então, o telefone do senhor consta...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente; eu acho muito estranho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...como sendo...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – ...isso aí, porque a firma está constando no Goiás. Eu também tentei fazer essa investigação. A empresa está no Goiás. Meu local de trabalho é no Cruzeiro. Como é que o cara vai usar o meu telefone? Eu nunca trabalhei em empresa nenhuma do Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Adécio & Rafael pagou e é uma empresa fantasma, que serve às organizações do Sr. Carlos Cachoeira. O senhor não conhece nenhuma dessas pessoas, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é contador da Alberto e Pantoja Construções e Transportes?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca fui contador dessa empresa. Tanto é que fui no órgão competente, pedi cópia dos contratos, verifiquei... Em todos os órgãos, eu não sou contador da empresa, não foi constituída por mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, as informações que estão no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas são inverídicas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pode ser que tenham usado, pegaram alguma forma de usar essas informações para constituir a empresa, mas não sou contador dela.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece a Sra. Rosely Pantoja?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca vi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E Carlos Alberto Lima?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não. Não conheço nenhum dos dois.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece... O senhor é contador... Consta que o senhor também é contador da empresa Brava Construções e Terraplanagem Ltda.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. A Brava foi constituída, através de um funcionário meu, dentro do meu escritório, mas só foi constituída, em 2009. Não prestei nenhum serviço contábil para essa empresa. Só foi constituída perante os órgãos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como era o nome da empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Brava Construções.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o funcionário do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Marcos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Marcos...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – ...Teixeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Marcos Teixeira Barbosa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele era o proprietário único?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Da empresa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Brava.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, estou dizendo que ele não era proprietário. Trabalhava comigo, no meu escritório. Ele que fez a constituição da empresa, da Brava Construções, mas ele não tem ligação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Brava foi constituída,...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Foi constituída lá em 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...então, no escritório do senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...por um funcionário do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, quando o funcionário constitui uma empresa, o senhor não é responsável?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim! Foi digitada a documentação pelo meu escritório, eu assinei. Aí a empresa foi constituída, não deu andamento na contabilidade, não sei dos sócios, todos... Agora, com essa investigação, até andei procurando, para saber o que que tinha acontecido, não encontro nenhum dos sócios. Mas, na realidade, só foi constituída dentro do meu escritório. Não prestei serviço contábil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Relator, seria o caso de saber se ele exerce também a tarefa de despachante, e não só a de contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não exerço.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se o Relator quiser.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Outra questão... Agora o senhor disse que foi constituída...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Constituída.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...no seu escritório.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor fez contabilidade da Brava Construções...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...e por quanto tempo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Não fiz contabilidade. A empresa foi constituída, entregou-se para os sócios, não fez o contrato de prestação de serviço para dar seguimento à contabilidade. Não foi feito nenhum tipo de contabilidade no meu escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Marcos continua trabalhando para o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foi desligado quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Já tem um certo... Uns três anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece... Precisamente quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – O quê?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que o Sr. Marcos deixou de trabalhar com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Foi 2010...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em 2010, ele deixou de trabalhar com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Álvaro Ribeiro da Silva...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conheci...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...e o Sr. João Macedo de Miranda?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Esses dois eu conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E de que forma o senhor conheceu eles?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eles eram as pessoas que frequentavam o ambiente, o prédio em que eu trabalhava, e através do conhecimento que a gente teve com ele. Ele já teve sala lá no mesmo prédio em que eu trabalho, eu constituí a empresa para ele; que são sócios, que eu sei, dessa Brava Construção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, eles eram empresários do ramo de construção civil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não sei lhe informar. Só sei que me pediram para constituir a empresa; eu constituí com esse ramo. Não sei informar se eles...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde a empresa foi inicialmente sediada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Foi no Cruzeiro, no Centro Comercial Cruzeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cruzeiro?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem conhecimento de que no local onde essa empresa foi constituída funciona uma borracharia?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não faz esse controle; as pessoas informam e o senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, para constituir uma empresa ele traz o contrato de locação do ambiente, certo?

Eu aqui até esclareci errado. Ele trabalhou no Centro Comercial Cruzeiro. Agora, como endereço da empresa ele usou um endereço que também desconheço, mas como os documentos são todos autenticados e entregues na mão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele apresentou contrato de locação do endereço para o senhor constituir a empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, sim, porque era necessário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem cópia desse contrato com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não, porque não tenho nenhum documento arquivado dessa empresa mais. Tanto é que a única coisa que tenho dessa empresa é esse contrato que foi pego na Junta Comercial; pedi uma segunda via da cópia do contrato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece ou é contador da empresa Veloso e Conceição Ltda.?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que as pessoas, então, que constituíram a Brava Construções teriam usado o nome do senhor na relação com outras empresas fantasmas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor só constituiu a empresa e não fez a contabilidade dela?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não dei seguimento...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não apresentou RAIS, nada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nada, nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor alguma providência em relação aos fatos, quando ficou que no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas o senhor era...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, eu tentei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez alguma representação junto à Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não, porque estava aguardando localizar pelo menos os sócios, para saber de que forma eles fizeram, porque se consta, mas no CRC não consta, não consta no GDF, na Secretaria de Fazenda, que eu sou o responsável. Então, como é que eles conseguiram fazer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas consta o senhor como contador.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pois é, mas já na Secretaria de Fazenda não consta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor não tomou nenhuma providência?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não. Estou aguardando, investigando os fatos sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminada a inquirição do Sr. Relator, não há inscritos para fazer...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) (*Fora do microfone*.) Eu!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas agora... Então, eu inscrevo aqui o Deputado Miro Teixeira... Não, o autor. Vamos começar pelo autor do requerimento – bem lembrado – que é o Deputado Rubens Bueno. Depois do Deputado Rubens Bueno, o Deputado Miro Teixeira; e depois do Deputado Miro Teixeira, um deputado que é da Receita Estadual de São Paulo, José Carlos Vaz de Lima, se assim lembrei corretamente; e o Senador Randolfe.

Então, Deputado Rubens, por dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu li há pouco aqui o despacho da decisão da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal. E agora estou lendo o despacho do Ministro Ricardo Lewandowski. Me lembra, o Parlamento brasileiro, a cópia da cópia da cópia de um deputado federal que utilizava o mesmo discurso para anunciar o necrológio de uma pessoa, e a cada discurso só mudava o nome e o local, mas usava sempre o mesmo discurso. Então, são praticamente as mesmas decisões com relação aos pedidos de *habeas corpus* impetrados por aqueles que vêm aqui depor nesta Comissão de Inquérito.

Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, aqui tem uma série de informações e o que chama à atenção é se o senhor fez ou não contabilidade, se constituiu ou não a empresa, é que a Brava Construções e a Alberto & Pantoja receberam mais de R$40 milhões da empresa Delta; esta mesma empresa Delta que, há menos de dez anos, passou de uma pequena empresa para uma grande empreiteira nacional, dando aos grandes negócios com o Poder Público nacional. E por que razão uma grande empreiteira nacional, que tem contratos com o Governo, especialmente do PAC, vai colocar R$40 milhões em duas empresas de fachada? É uma grande pergunta que fica no ar. E o senhor, como entende, é do ramo, sabe do que estou falando, empresas que não tinham nada a ver com aquilo que era tarefa, que era o serviço ou o que a empresa Delta fazia e, de repente, recebe tantos milhões de reais. Desse dinheiro para essas empresas de fachada está a abastecer aí aquilo que indicava o Sr. Carlos Cachoeira, o grande operador desse esquema dessas empresas de fachada. Aí, o senhor chega aqui e diz que não fez contabilidade, mas todo o relatório da Polícia Federal, inclusive o relatório do Coaf, indica a sua participação em determinados momentos, e até uma indicação de uma orientação de que os valores a serem sacados seriam de, no máximo, R$99 mil, as regras que o senhor conhece bem, especialmente as regras do Banco Central.

Aqui, envolve campanhas políticas de Goiás, as contas aqui indicadas, o Coaf mostra. Então, vamos direto ao assunto, às perguntas, que, me parece, já foram devidamente explicadas ao longo deste debate, a sua participação ou não.

O senhor presta ou prestou serviço ao Sr. Carlos Cachoeira, conhecido como Carlos Augusto Ramos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Reafirmo que nunca vi esse cidadão na minha vida. Nunca prestei serviço nenhum para ele. Quem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! O senhor não vê, não conheceu...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não conheço, nunca vi. Conheço de televisão, mas ter com ele, pessoalmente, nunca vi nem cumprimentei na minha vida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não perguntei se o senhor conhece ou não. O senhor presta serviço...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, nunca tive. Nunca prestei serviço.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...a ele, a alguma empresa dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhuma.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento de que as empresas do Sr. Carlos Cachoeira prestam alguns serviços à Delta através desta empresa que o senhor constituiu, ou tem conhecimento?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não tenho, porque até então eu não...continuo fazendo a contabilidade. Nesse caso, eu constituí a empresa Brava. Essas outras não foram constituídas por mim. Então, eu não tenho como responder porque não tenho conhecimento, nem mais com os sócios da empresa. Tanto é que eles já sumiram também.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E esse dado de que os resgates eram feitos de até R$99 mil? Qual a razão? Como contador, o senhor...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Excelência, eu não sei lhe informar isso aí

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não sabe informar. E a empresa Qualix, heim? A empresa Qualix, o senhor nega ter feito, segundo o relatório, mas

conta lá que o senhor recebeu R$2,3 milhões de julho a agosto de 2005, e esse dinheiro foi retirado desta empresa Qualix S.A. O senhor pode falar sobre isso alguma coisa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Excelência, com todo o respeito a esta Comissão, eu não vou me manifestar além de tudo que já foi dito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quer dizer, aí fica, Sr. Presidente, Sr. Relator, um dado interessante, que é o silêncio que o condena, exatamente sobre esta questão desses R$2,3 milhões...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E qual é a sua pergunta? Eu não ouvi a sua pergunta. E essa cifra? Ele recebeu em dinheiro? Como foi isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Isso aqui está no relatório do Coaf. Consta que o Sr. Rubmaier recebeu R$2,3 milhões entre julho e agosto de 2005. Portanto, dois meses. Ele recebeu R$2,3 milhões, retirados das contas da empresa Qualix S.A., e ele não responde e diz que não tem nada a falar sobre isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor, então não quer falar sobre isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nem de quem é essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não tenho conhecimento nenhum com a empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas o senhor não recebeu estes R$2,3 milhões, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Entre julho e agosto de 2005?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não recebeu?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, nós temos que chamar o Coaf aqui, ouviu, Sr. Relator?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tem que chamar o Coaf aqui porque o relatório...

Nesse mesmo relatório, aparece a Brava, um das empresas desse esquema, recebeu 13 milhões da Delta e passou dinheiro a empresas ligadas ao Cachoeira. Entre os beneficiários, está o Sr. Geovani Pereira da Silva, que é o responsável pelo caixa da organização do Cachoeira. O Sr. Geovani é o único dessa operação toda que é conhecida como Monte Carlo que está foragido. E a Brava tinha um faturamento mensal declarado de 1,5 milhão. Mas, somente em abril de 2010 – 2010! –, a sua movimentação foi superior a R$4 milhões e, entre os depositantes, está o Sr. Walterci de Melo, conhecido empresário do ramo farmacêutico e sócio da ex-mulher de Cachoeira. O Walterci destinou R$55 mil à Brava. O senhor pode esclarecer isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não conheço as atividades da empresa desde que era... Eu não sou o contador da empresa. Eu só constituí a empresa dentro do meu escritório. Não dei seguimento à contabilidade da empresa. Então, eu não posso responder pelo sócio da empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, diante dessas afirmativas, que não são assertivas – e espero que não sejam, até porque esses valores de monta levados às empresas Alberto & Pantoja e a Brava, que têm uma relação próxima, o Coaf identifica o Sr. Rubmaier como quem fez o resgate desse valor de 2,3 milhões, entre julho, dois meses, julho e agosto de 2005...

Então, eu gostaria de deixar registrado e pedir ao nosso relator e a todos os membros que nos ajudem agora junto ao Coaf para a identificação verdadeira, para que possamos, aí sim, se identificado, tomar uma providência contra o Sr. Rubmaier, porque aí estaria aqui cometendo perjúrio, estaria mentindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Eu só quero dizer que, ainda que ele tenha um *habeas corpus*, ele está respondendo as questões que estão sendo formuladas. Então, vamos continuar fazendo as questões, na qualidade de testemunha, segundo o Dr. Bruno Felipe Gomes Leal.

Eu passo, então, agora...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para uma pergunta, rapidamente.

No escritório do senhor, Sr. Rubmaier, o senhor trabalha sozinho ou tem mais funcionários que trabalham com o senhor?

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Tenho uma equipe de funcionários.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas pessoas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Cinco pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cinco pessoas trabalhando com o senhor.

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Brava Construções o senhor só criou a empresa.

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Só foi constituída por mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é a atividade específica: o senhor só cria as empresas ou tem...

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Não, eu sou contador de várias empresas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E por que o senhor não foi contador da Brava?

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Porque não deram seguimento à contabilidade da empresa; constituiu, não fizeram contrato de prestação de serviços e saíram do escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está ok, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Obrigado.

Agora, eu passo, então, a palavra para o ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Rubmaier, boa tarde!

O SR. RUBMAIER FERRREIRA DE CARVALHO – Boa tarde!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou achando muito interessante o seu depoimento, porque está revelando a falha no funcionamento terrível de órgãos de Estado relevantes, como a Receita Federal, como o Coaf. Porque eu não me lembro se foi tomado o juramento da testemunha no começo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Não foi, porque, no seu *habeas corpus*, um dos itens do *habeas corpus* é esse: não tomar o juramento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, mas o ato voluntário ele pode praticar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Verdade, V. Exa. tem razão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O ato voluntário ele pode praticar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – MG) – Porém, eu inferi que, pelo *habeas corpus*, ele não o faria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O ato voluntário ele pode.

Então, eu pergunto, neste momento, se ele, resguardado o seu direito de silenciar – naquilo que o senhor achar pode lhe incriminar, claro, isso é constitucional, não precisamos do Supremo Tribunal Federal para respeitar a Constituição –, se V. Sa. se compromete a falar a verdade, somente a verdade. E aí, V. Sa. concordar, quem vai tomar esse termo é o Presidente da sessão. Porque eu não estou mais preocupado com V. Sa., eu estou preocupado com essa utilização do aparelho de Estado para se criar... V. Sa. foi transformado em um prestador de serviços fantasma.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como vira e mexe a gente vê na televisão aí pessoa que mora em são Paulo, e o nome e a identidade foram usados no Rio Grande do Sul ou no Ceará, em algum Estado, no Estado do nosso Presidente, na Paraíba. V. Sª pode ter sido transformado nisso. Então, para eu ter a razoável certeza dessa gravidade, eu acho que V. Sª pode conversar até mais demoradamente com o advogado. Deve ser reconhecido esse direito de o advogado intervir aqui junto ao seu cliente. Porque tomar esse juramento seria importante para nós agirmos mais duramente na investigação dentro do Estado brasileiro. V. Sª concorda em prestar esse juramento quanto às questões que não lhe incriminarem, silenciando quanto ao que fizer etc?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exª...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que aqui disser tem que ser verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Viu, Deputado Miro Teixeira, eu lembro a V. Exª que o *habeas corpus* que foi conseguido pelo Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho, que foi concedido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, no item 3, diz – mas eu vou dizer a ele a partir da sua pergunta, e ele que, em última instancia, decide –: "considerando a qualidade de investigado e investido e testemunha, há dispensa do firmamento do termo de compromisso legal de testemunha". Então, ele está dispensado por *habeas corpus*. Então, eu ainda nessa condição pergunto se...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ele é investigado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele não é investigado, mas ele veio com um *habeas corpus*, cuja determinação do *habeas corpus* é essa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é voluntário. Independentemente do *habeas corpus*, a Constituição garante a ele o direito de ficar calado, e nós respeitaremos esse direito. Agora, aqui tivemos uma testemunha que chegou com *habeas corpus*, leu uma declaração, respondeu algumas perguntas, por quê? Porque isso é voluntário. É a mesma coisa. Só que ele está fazendo afirmações sobre o aparelho de Estado que são de uma gravidade enorme, enorme. Eu, diante da resistência, garantindo a ele de silenciar, a resistência passa a ser da CPI de tomar o juramento. Passa a ser da CPI. A CPI não quer tomar esse julgamento, por quê? Ele tem o direito de silen-

ciar, e qualquer coisa que ele quiser, qualquer coisa que possa incriminá-lo, ele tem o direito de silenciar. É que a palavra dele é da maior utilidade aqui, a palavra dele é da maior utilidade. Ele está sendo usado ou não está sendo usado. E eu quero ter certeza disso porque as palavras seguintes em relação a esses órgãos do Governo e a seus responsáveis serão muito duras, e os procedimentos que serão pedidos à Procuradoria da República também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, eu vou, então, sabedor de que há um *habeas corpus* e de que um dos itens do *habeas corpus* diz que ele está dispensado de firmar o termo de dizer a verdade, como testemunha...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não é proibido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mesmo assim, voluntariamente, vou perguntar a ele a pedido de V. Exª.

V. Sª gostaria de assinar voluntariamente um termo de dizer a verdade aqui nesta CPI?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu já estou falando a verdade. Não há necessidade de eu assinar um termo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não há necessidade. Então, respeitando a vontade ele, devolvo a palavra a V. Exª, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Sª faz a afirmação de que o nome de V. Sª foi utilizado sem a sua autorização, sem que V. Sª tivesse prestado serviço. V. Sª faz afirmação de que a sua empresa consta na Receita Federal como a empresa que faz a contabilidade de empresas fantasmas? Penso eu. De empresas fantasmas? A empresa fantasma não poderia ter um contador que fosse... Por isso me surpreende que V. Sª não queria assinar esse termo, porque seria muito favorável a V. Sª. O que está se passando é muito grave.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exª, não existe firma fantasma. Você constitui uma empresa. Daí, os sócios são responsáveis pelas atividades que eles vão seguir daí para frente. Eu não dei continuidade na contabilidade da empresa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o fantasma no caso não é V. Sª. O fantasma é aquela empresa que o está colocando como contador, em muitos casos. V. Sª não pode afirmar aqui que não é contador de 200 empresas. Se nós pegarmos essa falha no sistema isso pode estar acontecendo aos montes por aí. É muito grave. Não sei se estou conseguindo ser claro. A falha do sistema pode lançar dúvida enorme sobre...

Em seguida falará V. Exa. que é mais treinado nesses assuntos de fiscalização.

O que pode estar se passando é dramático. Eu considero verdade, lamento que ele não tenha assinado o termo já que ele pode silenciar sobre tudo que lhe aprouver, mas houve certa resistência da CPI para que ele assinasse. É dramático isso porque não se sabe mais, ao se pegar um documento do Coaf ou mesmo da Receita Federal se aquilo ali é absolutamente a verdade. Quer dizer, claro que quem está verdadeiramente trabalhando é apenado porque esse paga impostos, paga altos impostos aqui no Brasil, pagam-se muitos impostos no Brasil e de repente isso aí é um mecanismo de roubo, de desvio de dinheiro público, de lavagem de dinheiro. Por quê? Porque o sistema é falho. E a prova da falha do sistema está sentada ali.

Andou sendo procurado quanto tempo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não entendi.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A Polícia andou procurando o senhor em algum momento?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor prestou depoimento no inquérito criminal da 10ª Vara federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Chegou aqui hoje. Está na 10ª Vara?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nem é testemunha no processo lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Foi ouvido em algum lugar como testemunha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhum local.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem sobre o senhor algum inquérito por alguma razão?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor responde por algum processo na Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Qual.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pessoa física.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pessoa física?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O senhor poderia dizer o valor glosado pela Receita, se for este o caso: de não declaração?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Precisamente não sei, porque está ainda correndo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mais ou menos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Uns 300 mil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quantos clientes tem a sua empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Trabalho com cerca de 100 clientes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Cem clientes. É um trabalho tipo partido, tipo pagamento mensal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pagamento mensal. Tem contratos diferenciados...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Contratos de prestação de serviço com todos os clientes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com pagamento mensal. O senhor cobra quanto?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Depende do porte da empresa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em que faixa? A faixa mais ou menos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tem empresa que é quatro salários, três salários, dois salários, um salário. Vai do porte da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exa. está encerrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E a Receita está lhe cobrando quanto? Trezentos mil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Isso aí foi uma coisa particular, minha, que não declarei e aí fui autuado pela Receita. Mas estou recorrendo, estou provando que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esta mesma Receita que o autua é a mesma Receita que o reconhece como o contador que V. Sª não é.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exa. está encerrado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas para perguntar ao Sr. Rubmaier: onde fica o escritório do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – No centro comercial do Cruzeiro Velho, precisamente há 25 anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)– Qual é a sala?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sala 122.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)– Um dois dois. O senhor conhece o telefone 3361-2981?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É meu telefone, em meu nome, pessoa física.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é, presidente. A construtora Veloso e Conceição que é uma das empresas laranjas da organização do Sr. Carlos Cachoeira, organização criminosa, tem sede exatamente, desde 2008, no centro comercial, área especial, no Cruzeiro Velho, usa o telefone do senhor, no endereço do seu escritório, e o senhor nunca recebeu carta dessa empresa, nada?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Desconheço....

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Antônio da Costa Veloso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem ele é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ele frequenta o centro comercial.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para fazer o quê?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ué, ele tem sala lá, trabalhava lá. Agora não está mais, mas trabalhou lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele tem negócios lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Atualmente não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor conhece, quais são os negócios que ele desenvolve lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Bom, ele tinha essa empresa de construção civil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tinha uma empresa de construção civil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exato**.**

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi o senhor que criou essa empresa para ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não constituí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo o endereço sendo o endereço e telefone do senhor, o senhor nega?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E agora, o senhor pode informar... A data não bate. O Sr. Marcos Teixeira Barbosa, que trabalhou com o senhor, constituiu a Construtora Veloso, então?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Acredito que sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor entende que quem fazia, criava essas empresas da organização Carlos Cachoeira era o Sr. Marcos Teixeira Barbosa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, ele trabalhava nesse setor de constituição de empresas, dentro do meu escritório.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava no setor de constituição de empresas dentro do escritório do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele saiu em?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Em 2010, final de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Álvaro Ribeiro da Silva, o senhor disse que o conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele faz o que no centro comercial do Cruzeiro Velho?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Olha, já tem uns 20 anos que eu o via lá, ele mexia com publicidade. Essa outra área dele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele continua trabalhando lá no centro comercial?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não, já tem muito tempo que saiu de lá, mais de cinco anos, muito mais de cinco anos que ele não frequenta mais lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor constituiu a Brava Construções, ele não estava mais lá?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não trabalhava mais lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k., Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado José Carlos Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência, cumprimento a todos e cumprimento nossa testemunha, que vem abrigado por um *habeas corpus* e que, mesmo assim, se dispôs a colaborar, a contribuir com esta Comissão, permitindo que muita coisa possa ser colocada e esclarecida. Mas, nesses primeiros momentos da nossa conversa aqui, começam me assaltar, S. Rubmaier, algumas indagações. Vejo que o senhor é o homem que gosta da verdade. Percebo isso. Estranhou-me o senhor não ter querido assinar o documento, deveria ter assinado.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não tem necessidade, estou falando a verdade.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sim, o senhor está falando a verdade, e é por isso mesmo. Isso é benefício para o senhor. O senhor está dizendo a verdade, e isso seria um benefício. Mas isso é um ato de vontade. O senhor não quis tomar essa atitude, tudo bem.

Vou fazer algumas perguntas um pouco pontuais. O senhor tem um escritório de contabilidade, segundo vejo, há muito tempo, vinte e tantos anos, como o senhor disse aqui. Como o senhor classificaria ou como está classificado o seu escritório: empresa de pequeno porte, microempresa ou microempresa individual?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pequeno porte.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Empresa de pequeno porte, uma EPP. O.k.

O senhor tem contas bancárias na pessoa física e na pessoa jurídica evidentemente.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só tenho na minha pessoa física porque, na realidade, sou profissional liberal, não tenho empresa constituída.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O senhor não tem nada na jurídica?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O.k.

Seria muito difícil para o senhor declinar quais são as agências ou quais são os bancos em que o senhor tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – No Banco do Brasil, BRB e Unibanco, atualmente Itaú.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) –Banco do Brasil, BRB e Itaú. Muito bem.

Mais outra pergunta assim de caráter muito meu, da minha atividade. |

O senhor tem como prática dar procuração para funcionários do senhor atuarem em nome do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só em órgão público, porque a pessoa que mexe com relacionamentos públicos precisa de uma procuração.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Tá bom. Então...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só para órgão público.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Funcionários do senhor têm essas procurações.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Têm procuração.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Ótimo. Muito bem.

Por que estou fazendo este questionamento, Sr. Rubmaier? Eu estou imaginando que o senhor está sendo vítima. Pode ser que esses seus funcionários ou ex-funcionários... O senhor pode não ter cancelado alguma procuração e o senhor pode estar sendo vítima disso. Eu estou falando sério.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu já tentei identificar de que forma essas empresas estão sob minha responsabilidade e não achei até agora.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O nome do senhor está espalhado.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu sei disso.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Deixa eu perguntar para o senhor: o senhor fez alguma ação de preservação de direito?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Puxa vida! O senhor é contador!

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não fez? Estou falando sério. O senhor não fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não fiz, não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Olha, eu não daria a minha contabilidade para o senhor fazer. O senhor está ficando louco. Desculpe-me. O senhor pode estar sendo vítima.

Deputado Miro, ele pode estar sendo vítima

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou achando.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Eu também estou achando, Deputada Íris. E não fez a preservação de direito? Por que não fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Porque até então eu desconhecia todos esses fatos.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Sim, mas, quando tomou conhecimento, porque não fez, Sr. Rubmaier?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, mas aí, até então eu tenho que investigar...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Mas já deu tempo. Faz bastante tempo. O senhor precisa fazer isso...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Funcionário que tem hoje dentro do meu escritório é só um *office boy*, que tem procuração só para lidar com órgão público.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não, mas o senhor precisa fazer, rapidamente, porque isso pode vir, depois, muito contra o senhor. O senhor pode "pegar cana" por causa disso, "cana" brava. Pode pegar.

Então precisa tomar cuidado com isso, porque, senão, vai ser muito ruim no futuro para o senhor. Faça isso rapidamente, muito rapidamente.

Sabe por que estou falando isso? Vou fazer outra pergunta para o senhor. O senhor conhece, evidentemente, uma empresa chamada Qualix.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Qualix, conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Conhece bem. Conhece bem.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Conhece bem.

O senhor não vai negar que fez saques em nome dela.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Excelência, com referência a essa empresa, eu vou me reservar o meu direito constitucional de não responder nada que eu não tenha autorização para falar a respeito dessa empresa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Eu estou preocupado porque há um rastro enorme com o nome do senhor – pode não ser o senhor; estou dizendo isso – nessa empresa lá no Coafi.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Certo.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – O senhor sabe o que é Coafi.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sei, sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E você sabe, quando cria confusão lá, o que acontece. Sabe, não é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sei, sim.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) –Bota aí que tem conhecimento, tem clareza disso.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Então está bem.

Eu estou achando que o Coafi está com algum problema. Nós todos temos que tomar cuidado com esse negócio de Coafi.

Presidente, o senhor precisa tomar cuidado, porque, pelo que nós estamos percebendo aqui, ele pode estar sendo vítima. O Coafi pode estar errado nas

informações que está dando aqui para nós. Parece que... Foi uma fortuna que ele sacou lá e ele diz que não precisa falar disso. Uma coisa...

Deixa eu perguntar outra coisa para o senhor. Não quero estourar aqui muito o meu tempo. O senhor conhece uma pessoa – vou falar "pessoa" porque não sei se é jovem ou não – chamada Carlos Alberto de Lima?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não conheço, nunca vi.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não, eu perguntei se o senhor conhece.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não conheço.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Tá bem.

Sabe por quê? Ele é muito ligado a uma empresa que o senhor disse que não tem nenhum relacionamento, que é a Alberto e Pantoja.

Então, tome cuidado com isso de novo, porque o nome do senhor está lá.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Está como responsável na Receita, mas nos outros órgãos já puxei todo o meu cadastro e não tenho como...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Estou dizendo para o senhor tomar cuidado porque está lá. Fica a marca.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu sei disso.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – É registro que fica. E isso tudo é prova contra o senhor. O senhor, que gosta muito da verdade, precisa ir atrás disso. Por quê? Parece-me que estão mentindo em nome do senhor. Estão sacando dinheiro, vultosas quantias, Sr. Rubmaier, vultosas quantias.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Eu vi as notícias. Realmente a empresa sacou não sei quantos milhões.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Puxa vida! Então, alguém está fazendo isso em seu nome.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não fez saques, mas, sim, constituiu a empresa e usou o meu...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – É Receita, é Coaf, é Polícia Federal. Não sei. O senhor devia fazer essa preservação de direito para, depois, ingressar com uma ação contra esses órgãos. O senhor vai ficar riquíssimo com isso. Estou falando. O senhor vai entrar com uma ação contra esses órgãos, portanto contra o Estado, que está lhe imputando grandes acusações, e vai ganhar uma fortuna de indenização. Deputado Vanderley Macris, uma fortuna. O senhor nunca mais vai precisar trabalhar. O senhor devia fazer isso; rapidamente, o senhor devia fazer isso.

Finalmente, quero perguntar uma coisa para o senhor aqui. O senhor disse que não tem nenhum relacionamento com o Sr. Carlos Augusto Ramos, aqui chamado de Carlos Cachoeira, e que o senhor nunca o viu.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nunca teve contato com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhum contato.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nunca falou por telefone?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nem por telefone. Nunca falei com esse senhor.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E as empresas que ele tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, em relação a essas empresas que estão envolvidas aí e que dizem que eu constituí, eu reafirmo: só constituí a Brava dentro do meu escritório, nenhuma outra empresa.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Nenhuma outra.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhuma outra.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Então, tome cuidado, porque o senhor pode estar sendo envolvido numa teia enorme, e tudo isso que o senhor está dizendo de defesa de verdade ou aparece...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Porque, se não aparecer, o senhor está enroladinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O último inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Ainda há o Macris.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe-me. Ele não se inscreveu.

É o último inscrito, porque ele não se inscreveu. Ele confiou no brilhantismo de V. Exa..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Rubmaier, só quero reiterar a pergunta. O senhor não conhece, não conheceu, não tem notícia, não tem nenhuma informação sobre o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre o Sr. Francisco de Assis, esse nome lhe é familiar?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já teve algum contato?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Gleiber, Sr. Geovani?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Feito.

Só para esclarecer novamente uma questão. Pelo que atribuem ao senhor e que realmente não foi indicado, informado, o senhor de fato passaria a ser, em vez de simplesmente testemunha desse caso, vítima da organização. O senhor poderia relatar, até para esclarecer para todos nós, como o nome dessas empresas Alberto & Pantoja e Brava apareceram, tendo o senhor como contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Bom, eu imagino que é porque eles se conhecem. Essas pessoas que você citou da Alberto & Pantoja e da Brava Construções devem ter usado o meu CPF para colocar como responsável na Receita Federal, certo? Então, eles se conhecem, mas não foi nenhuma constituída por mim, só a Brava Construções.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sobre a movimentação financeira que o Coaf...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... já identificou, o senhor reafirma que nega a existência dessa movimentação financeira.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa movimentação financeira não ocorreu, é isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Por mim, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, se não ocorreu pelo senhor e se está no Coaf – eu entendi a ironia aqui apontada, mas eu acho pouco provável ter havido erro no Coaf –, alguém praticou de falsidade ideológica com os documentos, com as suas informações.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Mas o senhor estava falando dessas três empresas que o senhor está citando aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Estou falando da movimentação que o Coaf apresenta e que atribui ao senhor.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Como citei anteriormente, com referência à Qualix, vou me resguardar no direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A sua linha estava indo bem: o senhor estava negando.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não! Com referência à Qualix, que o senhor acabou de informar aqui, consta que eu saquei. Então, com referência à Qualix, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita, Sr. Rubmaier. O senhor nega, peremptoriamente – e o faz bem aqui –, qualquer relação quanto à Alberto & Pantoja e Brava Construções. Quando se refere à movimentação do Coaf e à outra empresa, o senhor se utiliza do direito do silêncio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu não falei em outra empresa. Não toquei no nome de outra empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Eu estou me referindo à empresa citada no Coaf.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – No Coaf consta a Qualix e nesta eu vou me resguardar o direito. Estes fatos serão provados: de que forma foi feito esse tipo de trabalho em relação à Qualix. Então, no momento, eu não tenho documentos necessários para provar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. E sobre essa empresa: o senhor nega que foi contador dela, que fez qualquer tipo de trabalho em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza. Nunca prestei serviço contábil para ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria... Essa certeza sua eu queria na sequência em relação ao Coaf. O senhor nega qualquer tipo de trabalho em relação à Qualix?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Qualquer trabalho?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Qualquer ação em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Óbvio, então, que essa movimentação que o Coaf aponta não foi em relação ao senhor, já que o senhor não fez nenhum trabalho em relação à Qualix, certo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Certo? Perfeito. Então, o que o Coaf aponta não se refere ao senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – O senhor fez uma pergunta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu não entendi. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Eu estou reiterando a pergunta. O senhor disse, o senhor nega para mim qualquer relação em relação à Qualix, que tenha feito qualquer trabalho em relação a essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, eu num...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obviamente, se a operação do Coaf se refere a essa empresa, o senhor nega então que os dados que são apontados no Coaf sejam dados relativos ao senhor, certo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. De acordo com o que informei em relação à Qualix, eu não vou prestar esclarecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor acabou de me dar duas informações em um minuto. Primeiramente o senhor negou em relação à Qualix, agora o senhor está dizendo que não vai dar...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Desde o começo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... vai utilizar o direito constitucional do silêncio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – ... eu expliquei que não vou falar sobre a Qualix, porque não tenho autorização para falar dessa empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois é. Mas ainda há pouco o senhor disse para mim que não tem nada a ver com a Qualix, nenhuma operação.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não tenho. Nunca prestei serviço para ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então é essa informação. Não precisa de silêncio para essa informação, certo? Eu estou querendo encontrar, dialogar com o senhor sobre as duas informações que o senhor acabou de prestar.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Certo. Mas com referência à Qualix eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acho que esse, Sr. Relator, foi o silêncio mais revelador que eu já vi, mais revelador e contraditório que eu já vi nesta CPI, porque o depoente iniciou silêncio mais contundente. O depoente disse claramente, o depoente disse claramente para nós que não fez nenhum trabalho com a Qualix, que não foi contador da Qualix. Quando apontado, quando confrontado com os dados do Coaf, aí ele utiliza o direito constitucional de permanecer em silêncio. Mas antes ele faz uma declaração em relação à Qualix. Há contradição aí. O senhor poderia ter negado em relação à Qualix e sequencialmente negar também os dados do Coaf, o que eu reitero: eu acredito que é pouco provável que o Coaf tenha errado nas informações e acho pouco provável que o Coaf tenha encontrado um outro homônimo seu para apontar em relação às operações financeiras.

De acordo com os relatórios da Polícia Federal, os telefones divulgados – isso já foi perguntado pelo eminente Relator, mas eu queria só insistir nesta pergunta –, como o senhor justifica as coincidências, segundo os relatórios da Polícia Federal, de os telefones divulgados em nome da empresa Brava estarem também registrados no seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Quando você vai constituir uma empresa, na hora em que você vai digitar o cadastro nacional, que é o CNPJ, pede o número de um telefone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Então, com certeza, usaram o meu número de telefone. Você não tem que provar o número. Só no cadastro que pede: telefone. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha então, o senhor disse que usaram. Usaram. Quem? De quem o senhor suspeita?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É como eu estou falando. Foi constituída a Brava dentro do meu escritório. As outras empresas não foram. Talvez através dela, pelos dados que tenham meus, devem ter constituído outras empresas, mas não por mim. Foi por outro contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas quem? O senhor suspeita de quem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É difícil apontar alguém. É muito difícil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da Brava o senhor foi consultor, o senhor foi contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Eu constituí a empresa. Só dei andamento nos órgãos públicos para constituir a empresa. Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Hum,hum. E quem foi que pagou pelos seus serviços?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Foi o senhor Alvaro Ribeiro da Silva que é o que consta como sócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que é o sócio da Brava.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente. Pelo menos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor acredita que essa coincidência dos telefones da Brava com os seus, apontada no relatório da Polícia Federal, o senhor não deduz que tenha sido o seu eventual cliente que tenha apontado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, com certeza. Então, cabe investigar. Acredito que a Brava, a Alberto e essas outras são todas ligadas. Imagino isso

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ah, o senhor imagina?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É. Não tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Brava, Alberto & Pantoja...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É. Devem ter conhecimento um com o outro, porque se usaram o meu telefone, eles têm conhecimento um com o outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então o senhor acredita que há uma relação entre essas empresas?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu acredito. Não tenho certeza. Não posso afirmar, mas acredito que pode ter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O seu cliente, o dono da Brava, Álvaro...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ribeiro da Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Álvaro Ribeiro. O senhor o conhecia antes? Teve algum contato anteriormente com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conhecia antes, anteriormente. Como estou falando, conheço ele há muitos anos; trabalhou no prédio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor o conhece desde quando?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Há mais de dez anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele é o sócio...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Majoritário da Brava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o senhor sempre o conheceu como...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Conheci lá no prédio onde eu trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No prédio, como sócio dessa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não; a empresa foi constituída por mim e depois de a constituir ele saiu do prédio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor sempre o conheceu como empresário?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – De que ramo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Publicidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Do ramo de publicidade.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A Brava, constituída pelo senhor, era no ramo de...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Construção civil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não teve curiosidade de pergunta a ele por que essa mudança de ramo, de publicidade para construção civil? Por que essa variação?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não há necessidade, porque qualquer um que chegar para constituir uma empresa vai dar o nome da empresa, o endereço, trazer a documentação. Quer esse objetivo; a gente vai trabalhar naquele segmento. Daí, não cabe a mim ficar especificando por que ele está mudando de ramo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Rubmaier, o senhor não ficou curioso ao identificar que o endereço do Sr. Álvaro era o mesmo endereço da empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim. Eu vi no contrato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E lá funciona uma borracharia.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu verifiquei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não teve curiosidade de checar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mesmo assim, o senhor fez?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não... Eu não posso chegar... O cara vai constituir uma empresa... O cidadão chega para constituir uma empresa, eu não vou ao local saber se aquele endereço é oficial. Basta um contrato de locação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, por precaução, não seria adequado o senhor checar onde era essa empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, isso não cabe a mim; cabe ao órgão que faz a vistoria no ambiente. Certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor conhecia o Sr. Álvaro...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nenhum contador faz isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Se o senhor conhecia o Sr. Álvaro há dez anos, o senhor tem contato. Ele trabalhava no mesmo prédio que o senhor; então, o senhor tinha algum tipo de relação com ele.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só conhecimento mesmo, de vê-lo dia a dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor o conhecia há dez anos.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

Sim, há dez anos. Eu tenho vinte e poucos anos de prédio, de sala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas ele nunca o tinha procurado antes, mesmo há dez anos conhecendo o senhor, para montar nenhum outro tipo de empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Para esse tipo não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não tinha nenhuma relação pessoal com ele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. Só o conheço, aliás, conhecia, porque atualmente não o vejo há um certo tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E ele também não está mais no prédio do senhor?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não localizo ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) **–** Presidente, só quero deixar clara aqui uma questão. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT– SP) – Pode.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O escritório do senhor, então, criou a Brava Construções e criou a Construtora Veloso e Conceição?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Essa Veloso e Conceição eu desconhecia que foi feito dentro do meu estabelecimento. Pode ter sido feita através de um funcionário meu, mas eu não tinha conhecimento de que ela foi constituída por mim. Só tenho certeza da Brava. Essa eu tenho certeza, porque eu lembro que eu assinei algum documento dela na constituição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a Construtora Veloso, além de usar o telefone do senhor, usa o endereço do senhor.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Aí é complicado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tinha conhecimento disso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT– SP) – O último inscrito, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Sr. Rubmaier, as pessoas se conhecem, muitas vezes, por afinidade de trabalho, não é?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Hum, hum.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor é contador. O senhor conhece o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, não o conheço.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nunca o viu? Nunca esteve com ele em lugar nenhum?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Em nenhum local.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Já ouviu falar dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Já ouvi falar através de reportagem, mas não por conhecê-lo pessoalmente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

O senhor reafirma que o senhor foi usado nessa história?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Se o senhor tem tanta segurança assim, por que o senhor pediu um *habeas corpus* para não falar?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Excelência, eu nunca participei de uma situação como essa, então eu não sei o que seria, o que iria acontecer aqui e eu me precavi por esse motivo; porque eu nunca tive envolvimento nenhum com a Justiça em nada na minha vida.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor podia me dizer como se faz uma constituição de uma empresa? Isso é feito por meio eletrônico, por exemplo?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não. A pessoa chega ao escritório com as cópias dos documentos de identidade e CPF autenticadas, um contrato de locação do local onde vai funcionar a empresa, sugere o nome da empresa e eu redijo o contrato. Ele leva ao cartório, reconhece firma, devolve para mim e eu dou entrada no órgão competente, que é a Junta Comercial; e lá já sai todo o processo liberado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor precisa de uma senha para dar entrada nesses documentos do escritório?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nada disso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nada, nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Inscrição na Receita, precisa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, aí eu tenho que ter a minha inscrição na Secretaria de Fazenda, só na Secretaria de Fazenda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E como é que o senhor acha que alguém fez isso em seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É muito fácil.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Como é fácil?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – O meu número...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pega o seu número...?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – ...e digita lá; é aceito, o órgão aceita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Uma pergunta aí, Deputado?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sendo assim, o senhor não tem controle das empresas que estão inscritas em seu nome?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim, a Secretaria de Fazenda dá o relatório de todas as empresas que você é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E antes de sair esse escândalo...?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Antes dessa situação toda, não tive a curiosidade de puxar. Agora, mediante essa situação, verifiquei e, realmente, a Brava Construções está lá como responsável por ela. Essas outras empresas não constam na Secretaria de Fazenda como sendo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é a questão. É que tem um mundo de empresas que estão ali na Receita Federal, com ele como contador, que a Secretaria de Fazenda não o identifica também como contador. Teria que bater, como bate naquelas em que ele realmente é o contador. Se houver essa falha realmente no sistema, nós podemos estar diante de uma encrenca muito pesada. Aliás, a encrenca não será nossa, mas estaremos dando a solução ou alertando para uma encrenca.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ok.

Na Receita Federal, quando se vai fazer a inscrição da empresa, isso não é feito por meio eletrônico? Na Receita Federal, não na Junta Comercial.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sai tudo pela Junta hoje. Você vai constituir a empresa e, no final, você coloca os dados do contador.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso no computador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Para efeito de Receita Federal. Digita o meu CPF. Digitou, não precisa eu assinar nada.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para fazer isso na Receita Federal não precisa de uma senha sua?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para poder realizar essa inscrição? Só com a...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só digitou o meu CPF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Só o seu CPF?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só o CPF.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Qualquer pessoa pode fazer isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Qualquer pessoa pode. Agora, junto à Secretaria de Fazenda, não. Na Secretaria de Fazenda você tem que ter a inscrição e digitar o número da sua inscrição para liberar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso é sua senha no caso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É, uma senha.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A inscrição é a senha.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E só o senhor tinha essa senha, ou não?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Os funcionários que trabalham comigo, que trabalhavam na época – eu conhecia todos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Tinham.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tinham, claro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que funcionários tinham essa sua senha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só o Sr. Marcos que trabalhava nesse setor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Sr. Marcos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Marcos Teixeira?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele tinha essa senha sua para a constituição de empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele poderia ter feito isso?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Pode.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor nunca duvidou dele?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Até então não havia necessidade.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E agora?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Agora, diante desses fatos, a gente começa a ter certeza...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E ele tinha essa sua senha?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tem. Tinha, quer dizer.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

Aqui nós temos informações também da Receita Federal de que o senhor tinha...

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Só um minutinho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro.

Sr. Rubmaier, o senhor concorda que há uma lógica, de que se o senhor tinha a senha e o Sr. Marcos tinha a senha, se não foi o senhor que constituiu as empresas, foi o Sr. Marcos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, essa é a lógica que eu gostaria que o senhor confirmasse.

Muito bem, vou fazer mais uma pergunta aqui para terminar.

O senhor tinha rendimentos, de acordo com a Receita Federal, no ano de 2007... 2008, 211 mil; 2009, 176 mil; 2010, 158 mil; 2011, 182 mil. Mas 2007, lá atrás, 713 mil. Esses rendimentos de 2008 a 2011 são absolutamente compatíveis com a sua função, com a sua profissão como contador. Agora, 2007 são 713 mil. Por que essa diferença tão grande? Por que salta aos olhos essa diferença?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Na época eu vendi um imóvel meu e depositei na minha conta pessoa física, foi onde fui autuado pela Receita.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Essa é a discussão que o senhor diz que tem uma pendência na Receita Federal?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Exatamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Era isso, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas para completar, o Sr. Marcos Teixeira Barbosa trabalhava com o senhor até 2010. Hoje o senhor tem notícia dele, o que ele faz? Ele montou um escritório de contabilidade?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não trabalha na área de contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trabalha em quê?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ele trabalha com empresas de instalação de câmera, de monitoramento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trabalha com empresas de instalação de câmera, monitoramento.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Instalação de câmera para condomínio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é contador também?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava no escritório do senhor e não é contador?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não há necessidade. Ele tinha prática na área de constituição de empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele tinha a senha para constituir empresa?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Tinha.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Perdão, Sr. Odair, nosso relator, eu estou apresentando um requerimento convocando o Sr. Marcos Teixeira Barbosa, porque ele acaba de confirmar que quem constituiu essas empresas para serem utilizadas pela organização criminosa foi o Sr. Marcos.

Portanto, é importantíssimo que a gente convoque o Sr. Marcos aqui, esse pedido de convocação que vou fazer a partir de agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos aprovar na próxima sessão administrativa a convocação do Sr. Marcos Teixeira Barbosa. E o senhor poderia nos informar depois os dados deles. O CPF dele o senhor tem?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Aqui em mãos não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor pode encaminhar a esta CPMI?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O seu domicílio é onde?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Eu moro em Brasília, DF.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu poderia me reinscrever? Eu posso substituir a minha reinscrição por duas, três ou quatro perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Em que região de Brasília? Não precisa dar o seu endereço.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Moro na Arniqueira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não sou familiarizado aqui. É um condomínio?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É uma região administrativa de Taguatinga.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas é um sítio? Ali tem até uma família ilustre que mora por ali, é uma propriedade grande, um sítio.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não, eu moro em casa mesmo, sem ser sítio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É condomínio fechado?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe. É uma casa mais ou menos de quantos metros quadrados?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Uns duzentos metros quadrados.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – De três, quatro quartos?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Como eu tenho dois filhos, quatro quartos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Estou só vendo uma questão de compatibilidade, para ficar bem claro, compatibilidade de receita. Parece absolutamente compatível a região onde o senhor mora com o que o senhor fatura, em seu favor, até que isso se revela. Já que levantamos a questão e fizemos a pergunta, era para saber se com a sua renda o senhor morava num lugar compatível. Para nós, aqui, eu tenho a impressão de que resposta é sim.

Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – No exterior o senhor não tem? Casa no exterior?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ainda não?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Ainda não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E propriedade rural?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Também não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não tem propriedade?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Não tenho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor viaja sempre para o exterior?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca fui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nunca viajou?

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – Nunca.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor vai ter que pensar naquilo que eu disse. O senhor vai ficar rico.

O SR. RUBMAIER FERREIRA DE CARVALHO – É verdade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou falando. O senhor vai ficar rico. Prepara, pede para seu advogado preparar essas ações. O senhor vai ficar rico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero perguntar se o nobre Relator tem algo ainda a...

Bom, antes eu quero convocar todos os Srs. e Sras. Parlamentares para reunião na terça-feira, às 10 horas. Rogo que todos estejam aqui, porque não haverá sessão. Às 10h15.

E quero agradecer a participação do Sr. Rubmaier Ferreira de Carvalho. Igualmente dos seus advogados, representados aqui pelo jovem Bruno Felipe Gomes Leal.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, secretada às 11 horas e 09 minutos, reaberta às 12 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 07 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2012, às dez horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB**), **com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Sérgio Souza (PMDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR/TO), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Cyro Miranda (PSDB-GO), **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT/SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB/DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB/RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Sílvio Costa (PTB/PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PSDB/SP), Dr. Rosinha (PT/PR), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vandelei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) e Kátia Abreu (PSD/TO) **e os Deputados:** Gladson Cameli (PP/AC), José Carlos Araújo (PSD/BA) e Armando Vergílio (PSD/GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) e Jilmar Tatto (PT/SP). Na oportunidade, foram apreciados os seguintes requerimentos:

		CPMI, com a finalidade de investigar especificamente as contravenções praticadas pela organização criminosa comandada pelo senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos, como exploração de jogos de azar.	Abreu	
	569/12	Requer a criação de Subcomissão no âmbito desta CPMI, com a finalidade de investigar especificamente as ações ilícitas praticadas pela empresa DELTA SA.	Senadora Kátia Abreu	REJEITADO
	570/12	Requer a criação de Subcomissão no âmbito desta CPMI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar proposições e soluções a fim de vedar condutas ilícitas no processo licitatório e apresentar aprimoramento a Lei nº 8.666, de 25 de junho de 1993 – Lei de Licitações.	Senadora Kátia Abreu	REJEITADO
	653/12	Requer a convocação do Sr. Carlos Augusto Ramos, pela segunda vez, na condição de testemunha, para depor perante esta CPMI.	Deputado Luiz Pitiman	APROVADO
	661/12	Solicita que a esta CPMI a quebra dos sigilos bancário, fiscal, SMS, telefônico e ERB do Sr. MARCELO HENRIQUE LIMÍRIO GONÇALVES, CPF: 077.099.701-49.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	677/12	Solicita que está CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa BOLDT S.A.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
	680/12	Requer seja convocado o Senhor Fábio Passaglia para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Deputado Carlos Sampaio	APROVADO
	687/12	Requer a convocação de Carlos Augusto de Almeida Ramos para prestar depoimento nesta CPMI.	Deputado Silvio Costa	APROVADO
	717/12	Propõe à CPMI solicitar informações ao Senado Norte-Americano sobre as constatações que acaba de fazer em relação à participação do banco HSBC em atividades de lavagem de dinheiro.	Senador Pedro Taques	APROVADO

	718/12	Requer sejam solicitadas informações sobre movimentações financeiras/bancárias, inclusive protegidas por sigilo, da empresa Ocean Development II, que envolva a remessa ou recebimento de valores de brasileiros ou pessoas jurídicas sediadas no Brasil, ao Procurador-Geral ou pessoa por ele designada dos Estados Unidos da América, por meio do Ministério da Justiça.	Senador Pedro Taques	APROVADO
	719/12	Requer que seja requisitado à Procuradoria Geral da República cópia do Relatório da Polícia Federal que comunica o envolvimento do Governador Marconi Perillo com o esquema de Carlinhos Cachoeira.	Deputada Íris de Araújo	APROVADO
	722/12	Solicita a oitiva de Alex Antonio Trindade de Oliveira para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a quadrilha chefiada por Carlos Augusto Ramos, bem como sobre as transações financeiras realizadas para a organização por Gleyb Ferreira da Cruz.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	724/12	Solicita a oitiva de Leide Ferreira da Cruz para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a quadrilha chefiada por Carlos Augusto Ramos, bem como sobre as transações financeiras realizadas para a organização por seu irmão Gleyb Ferreira da Cruz.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	725/12	Solicita a oitiva de Polyana Barbosa de Carvalho Cunha, funcionária da empresa Libra Factoring, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca das transações financeiras realizadas para a organização por Gleyb Ferreira da Cruz e Geovani Pereira da Silva.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	727/12	Solicita a oitiva de João Furtado de Mendonça Neto, secretário de segurança pública de Goiás para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias a respeito do pagamento de viaturas locadas pela Secretaria de Segurança Pública juntamente à Delta Construções, empresa ligada à organização criminosa investigada por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	728/12	Solicita que, ouvido o Plenário desta CPMI, seja requisitada a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Miranda e Silva Construções, inscrita no CNPJ sob o número 12.246.243/0001-93, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	735/12	Requer a oitiva de Francisco de Assis Oliveira, proprietário da empresa FAO Assessoria, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca de sua ligação com a organização criminosa chefiada por Carlos Augusto Ramos, sua relação com empresas de fachada utilizadas para a movimentação financeira da organização, bem como com Adriano Aprígio de Souza.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	738/12	Requer a convocação de MARCOS TEIXEIRA BARBOSA.	Deputados Odair Cunha e Vanderlei Macris	APROVADO
	739/12	Solicita informações à empresa G3 PROJETO SPE 32 LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 199.300,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

	740/12	Solicita informações à empresa VITESSE VEÍCULOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 201.350,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	741/12	Solicita informações à empresa VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 515.000,00, em 15 de julho de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	742/12	Solicita informações à empresa C.W.A. CONSTRUTORA LTDA ME informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 50.000,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	743/12	Solicita informações à empresa BARRAMARES GRÁFICA E EDITORA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 119.980,00, em 03 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	744/12	Solicita informações à empresa SAGA SOCIEDADE ANÔNIMA GOIÁS DE AUTOMÓVEIS informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 110.000,00, em 27 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	745/12	Solicita informações à empresa COMERCIAL SANTA CECÍLIA DE SECOS E MOLHADOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 100.000,00, em 27 de julho de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	746/12	Solicita informações à empresa MEIRELLES ALIMENTOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 50.000,00, em 12 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	747/12	Solicita informações à empresa SAFIRA SP TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA EPP informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 25.000,00, em 19 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	748/12	Solicita informações à empresa GGM GRANITOS E MINERIOS LTDA informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 46.000,00, em 28 de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO
	749/12	Solicita informações à empresa FORTIORI PESQUISA DIAGNÓSTICO & MARKETING LTDA – EPP informações relativas à operação que deu origem a um depósito de R$ 18.000,00, em 11	Senador Randolfe Rodrigues	APROVADO

		de maio de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplanagem LTDA.		
	761/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) de ROSSINE AIRES GUIMARÃES.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
	762/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da pessoa jurídica ELETRO CHANCE DO BRASIL INDÚSTRIA DE MAQUINAS LTDA, CNPJ: 01.461.906/0001-76.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
	763/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da pessoa jurídica ELETRO CHANCE SRL, CNPJ 05.714.336/0001-30.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
	765/12	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3444/2012, em desfavor do Deputado Federal João Sandes Júnior (PP-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
	767/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) do Sr. MARCELO HENRIQUE LIMÍRIO GONÇALVES, CPF: 077.009.701-49.	Deputado Dr. Rosinha	APROVADO
	769/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa TECNOLOGIC TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA, CNPJ nº 01.290.240/001-30.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
	770/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa BET CO. LTD, CNPJ nº 05.881.476/001-00.	Deputado Cândido Vacarezza	APROVADO
	771/12	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA (CNPJ nº 11.620.733/0001-45).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	772/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA – CNPJ 11.620.733/0001-45 - junto ao Banco HSBC BANK BRASIL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	773/12	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa GM COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA (CNPJ nº 36.873.222/0001-66).	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	774/12	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (CNPJ nº 11.682.299/0001-28).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	775/12	Requer informação às pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA (CNPJ nº 10.894.642/0001-35).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	776/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ICF - INSTITUTO DE CIÊNCIAS FARMACEUTICAS DE ESTUDOS E PESQUISA, CNPJ 04.951.747/0001-86.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	777/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa IDONEA FACTORING (CNPJ nº 07.729.818/0001-99).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	778/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa MIRANDA E SILVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	780/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás cópia integral dos processos de nomeação de CAMILA ALVEZ GOMES e ÍTALA BARBOSA VAZ.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	781/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa LIBRA FACTORING (CNPJ nº 02.745.907/0001-05).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	782/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) da empresa MCGL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ: 09.130.235/0001-72.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	784/12	Solicita que esta CPMI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa INSTITUTO DE NOVA EDUCACAO LTDA, CNPJ 09.524.663/0001-80.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	785/12	Solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico (extrato e ERB) e telemático (SMS e MMS) de ANDRESSA ALVES MENDONÇA, CPF nº 895125.371-68.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	786/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa CONSTRUTORA RIO TOCANTINS CRT (CONSTRUTORA VALE DO LONTRALTDA) – CNPJ 04.201.540/0001-94 junto ao BANCO DO BRASIL S.A. e ao BANCO RURAL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	787/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário	Deputado Odair Cunha	APROVADO

		da empresa WCR PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ 73.573.271/0001-00- junto ao BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.		
	788/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÂNIA LTDA. (FACULDADE PADRÃO) CNPJ 02.684.686/0001-02 - junto ao BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	789/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ROYAL PALACE DIVERSÕES LTDA-ME - CNPJ 06.972.693/0001-60 – junto ao BANCO DO BRASIL S.A. e ao BANCO ITAU S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	790/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa PLANETA CENTERDIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA – CNPJ 04.644.289/0001-32- junto ao BANCO ITAU S.A. e ao BANCO DO BRASIL S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	791/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA-CNPJ 08.206.896/0001-71- junto ao BANCO UNIBANCO.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	792/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa MAPA CONSTRUÇÕES – CNPJ 5.080.972/0001-57 junto ao BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL e ao BANCO ITAU S.A..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	793/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa MZ CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ 00.570.731/0001-72 - junto ao BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL e ao BANCO DO BRASIL S.A ..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	794/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 39.309.141/0001-26 - junto ao BANCO DO BRASIL S.A ..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	795/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa DATA TRAFFIC- CNPJ 01.175.068/0001- 74 - junto ao BANCO DO	Deputado Odair Cunha	APROVADO

		BRASIL S.A. e ao BANCO HSBC BANK BRASIL S.A ..		
	796/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA- CNPJ 10.894.642/0001-35 junto ao BANCO ABN AMRO REAL S.A. e ao BANCO UNIBANCO – UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A..	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	797/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ 11.682.299/0001-28 junto ao BANCO BRADESCO SA.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	798/12	Requer a esta CPMI o complemento de informações relativas à quebra de sigilo bancário da empresa GM COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA- CNPJ 36.873.222/0001-66 - junto ao BANCO ITAU S.A.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	799/12	Solicita que esta CPMI requisite ao Governo do Estado de Goiás, cópia integral dos processos de pagamentos dos empenhos a seguir indicados, acompanhados das cópias das ordens de pagamentos e da íntegra dos processos dos respectivos contratos que ampararam tais pagamentos.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	800/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Distrito Federal cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	801/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Tocantins, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	802/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	803/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	804/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde 01 de Janeiro de 2007 até a presente data.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	805/12	Requer seja solicitado, no prazo de até 10 dias, à Organização das Voluntárias de Goiás CNPJ: 02106664000165, informações referentes aos recursos recebidos e repassados a instituições de ensino no estado de Goiás, no âmbito do Programa Bolsa Universitária desde 01 de janeiro de 2002 até o presente momento.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	806/12	Requer cópia, ao Governo de Goiás, do processo de licitação e contrato administrativo para fornecimento de marmitas para os presos da CEPAIGO, cuja empresa vencedora foi a CORAL REFEIÇÕES INDUSTRIAIS	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	807/12	Requer cópia integral, em meio digital, da Reclamação Disciplinar nº 119-18.2012.5.18.0000, instaurada em face do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18º Região, Dr. JULIO CESAR CARDOSO DE BRITO, bem como uma lista de ações propostas, que envolvam empresas ligadas à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	808/12	Requer ao Senado copia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres, referentes à última legislatura, bem como cópia da eventuais nomeações, no âmbito do Senado Federal, de pessoas nominadas como Quênia (ou Kênia ou outra forma de escrita, desde que com a mesma fonética).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	809/12	Requer seja solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público o envio à CPMI de cópia integral, em meio digital, do procedimento instaurado em face do Procurador de Justiça do Estado de Goiás BENEDITO TORRES.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	810/12	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado do Tocantins e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	811/12	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	812/12	Solicita a remessa a esta CPMI dos laudos periciais realizados pela Polícia Federal, Superintendência de Goiás, no material encontrado na casa de ANDRESSA ALVES MENDONÇA, CPF nº 895125.371-68, bem como eventual depoimento prestado a autoridade policial competente.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	813/12	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ *04.201.540/0001-94).*	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	814/12	Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o governo do Estado de Goiás e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	815/12	Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás, as filmagens de segurança feitas nas entradas do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), entre os dias 01/01/2011 e 31/12/2011.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	816/12	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	817/12	Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial - IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Stepan Nercessian (PPSRJ), instaurado no Supremo Tribunal de Justiça, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carla, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Policia Federal.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	818/12	Requer a convocação de FAUSTO JOSE PASSAGLIA JUNIOR CPF: 195.619.891-15.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	819/12	Requer a convocação de CONRADO CAIADO VIANA FEITOSA, CPF: 857.383.011-53.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	820/12	Requer a convocação do Sr. FREDERICO MÁRCIO ARBEX, CPF nº 03184034631, para prestar esclarecimentos nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

	821/12	Requer a convocação de Adriana Sauthier Accorsi	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	822/12	Requer a convocação de Cel. EDSON COSTA ARAUJO	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	823/12	Requer a convocação de GIL TAVARES	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	824/12	Requer a convocação de GERALDO MESSIAS	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	826/12	Requer cópia de processos judiciais, em trâmite na 3ª Vara de Fazenda Pública de Goiânia.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	827/12	Solicita a quebra do sigilo telefônico pelo período compreendido entre 1 ° de janeiro de 2010 a 29 de fevereiro de 2012, incluindo os dados de estação rádio-base ERB'S, mensagens porventura recebidas ou enviadas, bem como, as informações cadastrais dos telefones ou rádios mencionados.	Deputado Odair Cunha	APROVADO
	831/12	Requer informações ao Deputado Federal Sandes Júnior.	Deputado Odair Cunha	APROVADO

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Solicito à assessoria as consultas protocolares a respeito do quórum efetivo de deliberação, porque visualmente já podemos iniciar a reunião. Em dois minutos.

Peço aos Srs. Parlamentares que se encontram em seus lugares que se posicionem. *(Pausa.)*

Não há quórum para deliberação, mas vamos iniciar a reunião.

Peço aos Srs. Parlamentares que se posicionem nos seus efetivos lugares para oficialmente darmos início à reunião.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não iniciamos a reunião ainda.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas registre, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 10 horas e 30 minutos.

Determino à Secretaria desta Comissão que interceda junto aos Parlamentares que estão na Comissão Especial de Reforma do Código Penal do Senado, na Comissão de Constituição e Justiça, e que pertençam a esta Comissão, para que sejam convidados para estarem presentes a esta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª reunião da Comissão.

Não podemos deliberar porque há ausência de quórum segundo informa a Secretaria.

Passo aos senhores uma informação importante.

Senador Randolfe, Deputado Miro, alguns Parlamentares, na última sessão, V. Exas. solicitaram o empenho desta Presidência no sentido de agilizar junto ao Banco Bradesco o envio de todos os dados e transferência de todos os dados bancários motivo do ofício e dos requerimentos aprovados nesta Comissão.

Passo a ler o ofício que esta Presidência recebeu ontem da direção jurídica do Banco Bradesco, que afirma que, desde o recebimento do primeiro ofício desta CPMI, aquela instituição estabeleceu uma equipe para tratar e responder todas as requisições. Em razão de um volume de informações, foi dada prioridade a to-

dos os lançamentos com valores superiores ou igual a R$5 mil.

Desde o dia 15 de junto, a instituição encaminhou 103 arquivos via transmissão eletrônica, contendo extratos e informações no total de 115.398 documentos, que atendem a 98.7% dos valores envolvidos nas contas requisitadas, sendo que o restante das informações, que envolvem lançamentos inferiores a R$5 mil e equivalem a 1,3% dos valores envolvidos, serão entregues até o início do mês de setembro, conforme o prazo estabelecido. Em razão das notícias divulgadas na imprensa, no sentido de não ter atendido às requisições desta CPMI, a instituição manteve contado com técnicos do Prodasen para verificar o que estava ocorrendo. Nessa data, uma equipe de técnicos, acompanhadade dois Diretores Estatutários, com eles se reuniram e sanaram os problemas.

Então, todos os dados do Bradesco – esse ofício está em rede à disposição dos senhores –, todos os dados referentes às transferências envolvendo o banco Bradesco estão à disposição.

Pediram a palavra, pela ordem, inicialmente, o Deputado Vanderlei Macris, depois, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, meu caso era só sobre o ofício, não quero falar muito, não. É porque dá a impressão de que a Comissão começou a reclamar à toa. Não é verdade, não. É porque os dados vêm com o dígito errado. Bom, aquela frase final, "agora corrigimos as distorções" é o que há de principal. O diabo é saber por que nesse sofisticado sistema bancário brasileiro ainda pode acontecer esse tipo de coisa! Eu acompanhei aqui os técnicos da Comissão, uma mão de obra enorme, tendo em vista esses, como eles chamam aí, pequenos detalhes que foram corrigidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então nós estamos hoje com... Deputado Miro Teixeira, segundo levantamento da diretoria da Comissão, estamos com mais de 88% das transferências bancárias em nossos arquivos; mais de 88%. Alguns erros pontuais estão sendo cirurgicamente resolvidos com cada instituição bancária.

Pela ordem, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que, em princípio, estou satisfeito com a informação dada por V. Exa. tendo em vista que o requerimento solicitando informações ao Bradesco foi de minha autoria e que mostra o acerto da decisão desta CPI em requisitar os documentos, porque nós estávamos já há quatro meses de trabalho desta CPI e os documentos do banco Bradesco ainda não tinham sido enviados a esta Comissão, como de resto outros tantos de outros bancos, por sinal, já estavam em poder da CPI.

Nós temos a certeza, Sr. Presidente, de que não serão os depoimentos desta Comissão que darão à CPI a possibilidade real de desvendar toda essa organização criminosa, mas, sim, os documentos que a CPI está recebendo, os cruzamentos de dados, as informações bancárias. Então, eu entendi necessário que nós reclamássemos essa informação. Tanto é verdade que o próprio banco considera que essa informação foi atendida exatamente na deliberação de destacar dois diretores para cuidar dessa questão e a CPI, espero eu, tenha recebido todas as informações. Portanto, eu me considero satisfeito; a ida ao Banco Central, em principio, não há necessidade, mas, sim, à Polícia Federal, porque os vídeos ainda não chegaram a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exa. a compreensão e a justiça que faz ao desempenho administrativo da Comissão, porque, durante esta semana, tratamos efetivamente de dar vazão a todos esses requerimentos que não foram completamente atendidos pelas instituições bancárias. O banco Bradesco veio e trouxe toda uma equipe para sanear todas as dúvidas. Por isso que temos a satisfação de dizer que mais de 88% dos nossos arquivos, com transferências de sigilo bancário, estão à disposição, aí sim, para estudo desta Comissão. Corroboro, Deputado Macris, com V. Exa. no sentido de que os depoimentos fazem parte dos nossos trabalhos, mas certamente não têm o peso que terá o estudo que os Senadores e Deputados, através de suas assessorias, com o alto padrão técnico que dispõem, possam fazer para o cruzamento de dados existentes no rico material de que nós dispomos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só o seguinte: a Polícia Federal tem data e horário para nós visitarmos à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado e Presidente Paulo Teixeira vai comunicar esse encontro, já está tratando disso com o Diretor-Geral.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para dar sugestão para os que vão à Polícia Federal. Claro que isso já ocorreu a todos, porém um lembrete a mais não faz mal. Para nós sabermos exatamente o que foi apreendido na casa do Cachoeira. O que foi... Quer dizer, os laudos de... Não precisa mandar tudo não. É só mandar o rol do que foi apreendido na casa do Cachoeira e do Adriano Aprígio. Senão, nós ficamos aqui sem saber, afinal de contas, qual é o conjunto da obra. Nós sabemos de uma coisa ou outra, mas o conjunto não aparece. Só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela informação que V. Exa. traz. Eu só queria destacar a importância que tem a análise dos sigilos que estão chegando à CPI, e por isso que insistimos tanto na vinda dos sigilos que ainda não tinham chegado, em especial do Banco Bradesco. Só para destacar e ilustrar a informação que V. Exa. traz e a importância que ela tem para a CPI, nós tínhamos diagnosticado, sem os sigilos do Bradesco, a transferência de R$200 milhões de empresas notadamente laranjas... Ou melhor, R$200 milhões da conta da sede nacional da Delta para empresas notadamente laranjas. Com a análise preliminar dos dados do Bradesco, esse número já chega a R$302 milhões. Parece-me que é na análise dos sigilos que está o fio da meada do caminho de investigação desta CPI.

Eu quero cumprimentar V. Exa. e também o Relator, pois percebo na pauta de hoje que há vários requerimentos que levam à investigação no sentido de quebra do sigilo dessas empresas, repito, notadamente laranjas, da empresa Delta e a convocação de pessoas, personalidades que fazem parte da construção desse esquema.

No mesmo sentido, Presidente, eu só queria reiterar uma questão que me preocupa. No final de semana, todos devem ter acompanhado a matéria veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo. O que me chamou a atenção na matéria foi a reprodução, a apresentação, mais uma vez, de vídeos que notadamente foram adquiridos... *(Falha na gravação.)* V. Exa. já prestou esclarecimento na reunião anterior em relação a esse tema. Eu queria reiterar a V. Exa., e já sei a resposta, que os vídeos que estão na CPI são os vídeos que já são de conhecimento de todos os parlamentares. Eu queria reiterar, solicitar a V. Exa., que reiterasse à Polícia Federal a informação, em definitivo, de fato, de qual é o conjunto de vídeos apreendidos pela Polícia Federal na Operação Vegas/Operação Monte Carlo. Nós temos sido surpreendidos com a veiculação de um vídeo ou outro que não se encontra aqui na CPI, e seria fundamental e importante que estivesse em nosso poder.

Então, faço essa solicitação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exa. e peço, com a admiração que tenho pelo trabalho desenvolvido nesta CPI por V. Exa., que represente também esta Presidência e a CPI no encontro, logo mais, com o Delegado-Geral da Polícia Federal que a CPI vai ter. A participação de V. Exa. nesse encontro é de fundamental importância para a troca de ideias e de conhecimento a respeito desse material. Todos os vídeos que recebemos efetivamente estão à disposição dos Srs. Parlamentares. Alguns vídeos foram postados de forma clandestina e foram divulgados de forma clandestina. E aí não é de responsabilidade da CPI a sua veiculação e o seu controle, mas este assunto V. Exa. certamente trará em relatório na próxima sessão, se aceitar o convite desta Presidência...

O SR. RANDOLFE RODIGUES (PSOL – AP) – Convite aceito, com muita honra. E agradeço o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...para ir, na companhia do Relator e do Presidente Paulo Teixeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator, duas informações importantes aos senhores. Duas informações importantes aos senhores.

Amanhã nós teremos a presença – e espero a colaborar com esta Comissão – do Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, da Srª Rosely Pantoja da Silva, do Sr. Hillner Braga Ananias. Teríamos também a presença do Sr. Aredes Correia Pires, mas, não obstante todo esforço que a nossa valorosa e competente Polícia do Senado tem feito na busca e na localização dos depoentes, não conseguimos localizar o ex-corregedor de Polícia Civil do Estado de Goiás.

Fica, então, a sua convocação para a próxima quarta-feira.

Na terça-feira que vem, estaremos convidando os Srs. Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado, até porque me parece que um dos procuradores, nessa matéria do Fantástico, se posicionou claramente sobre as operações. E, certamente, muito haverão de colaborar os Procuradores Léa Batista de Oliveira e Daniel Resende Salgado.

Na quarta-feira, teremos aqui o Sr. Jayme Rincón, que já previamente agendou a sua presença nesta Co-

missão e, aí sim, certamente, haverá de ser encontrado o Sr. Aredes Correia Pires.

Então, nas próximas reuniões de terça e quarta-feira, nós teremos esses convidados a depor.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu pediria a V. Exa., Sr. Presidente, já que vão ser ouvidos esses dois Procuradores citados, que V. Exa. analisasse a possibilidade de convocar também o Sr. Procurador Alexandre Camanho de Assis, que é Procurador aqui do Distrito Federal e é Presidente da Associação do Ministério dos Procuradores.

E lhe digo o motivo, que, inclusive, é um fato novo, Sr. Presidente: o Sr. Alexandre Camanho é o braço direito do Procurador-Geral da República, Dr. Rangel e esse Procurador da República Alexandre Camanho de Assis foi quem levou esses dois procuradores, cujos nomes V. Exa acaba de citar, ao encontro dos jornalistas da Revista Veja, o Gustavo Ribeiro e o Rodrigo Rangel e entregou a eles – eles estavam acompanhados do Sr. Policarpo Júnior –, a mando do Procurador-Geral da República, os inquéritos na íntegra das duas operações Vegas e Monte Carlo, que corriam sob segredo de justiça.

Isso constitui-se num crime inominável, Sr. Presidente. Eu tenho o dia em que isso foi entregue. Foi entregue numa sexta-feira, 2 de março, por volta de meio-dia, a reunião demorou duas horas e meia, foi realizada no antigo Hotel Meliá, no restaurante, em que, repito, o Sr. Alexandre Camanho de Assis e esses dois procuradores a que o senhor já se referiu – Drª Leá e Dr. Cláudio, se não me engano... Dr. Daniel –, eles três, juntamente com os dois jornalistas de Veja já citados e mais o Sr. Policarpo Júnior, receberam esse material. Vejam V. Exas. a gravidade do que eu aqui estou afirmando. E eu já solicitei também informações a esses Procuradores, com base na Lei de Acesso à Informação, que eles digam, que eles explicitem a sua agenda deste dia 2 de março de 2012, uma sexta-feira, onde eles estiveram.

Portanto, eu espero que esse Procurador-Geral da República, que cada vez mais fica demonstrado que ele é um participante, integrante dessa quadrilha criminosa, o Sr. Roberto Gurgel, como eu já disse, além de prevaricar é um ímprobo e também um chantagista. Que esses procuradores que o servem sejam aqui ouvidos para tirar as dúvidas que porventura ainda existirem a respeito desse comportamento deletério que S. Exa. tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou passar a palavra, pela ordem, a V. Exa, antes, afirmo ao Senador Fernando Collor de Mello que não há requerimento de convocação...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Já existe, Sr. Presidente. Se V. Exa. solicitar à sua assessoria, irá verificar que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já existe? Vou solicitar. Os procuradores que eu mencionei são procuradores do caso Vegas e Monte Carlo, que estariam para ser ouvidos por esta Comissão no momento em que havia uma audiência de instrução e julgamento e nós, da Comissão, entendemos que não havia condições jurídicas e legais para tanto naquele momento. De posse agora de entrevistas dadas por parte de um dos procuradores do caso, esta Presidência entendeu convocá-los ou convidá-los a participar da próxima reunião.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu penso que nós temos aqui uma Comissão Parlamentar de Inquérito convocada com o fim determinado, como manda a Constituição do País. Em fato determinado, penso que nós estamos, de certa maneira, apesar dos esforços de V. Exa., dos esforços do Relator, do Vice-Presidente e de tantos companheiros que sempre aqui estão, acabamos ficando sob temas recorrentes que nos impedem de pegar os ladrões públicos. Nós estamos aqui para pegar os ladrões públicos, não é nem para definir se o Cachoeira é bicheiro ou não é bicheiro. Essa é uma discussão que não é nossa aqui, não.

O que estamos querendo aqui é saber quais os laços da Delta com o Poder Público, saber como se lava dinheiro, quais são as empresas fantasmas para as quais o dinheiro da Delta é transferido, quais são os políticos beneficiados dessa maneira. Nós não estamos aqui para tentar intimidar instituições públicas. Instituições públicas também não são pura e simplesmente incriticáveis não, podem ser criticadas todas as instituições, a começar pelo Congresso Nacional, e a começar individualmente, pelos atores, pelos agentes públicos, como nós podemos receber críticas sobre os nossos mandatos. É que não é essa a questão. A questão é trazermos esta CPI para os trilhos, não permitirmos quaisquer desvios. Por enquanto, isso também está sendo mantido em uma linguagem parlamentar adequada, mas vai chegar a hora em que não vai ser. Por quê? Porque a política é assim.

Então, eu sou contra à vinda desses procuradores a que V. Exa. se referiu. Eles podem dar a entrevista

que eles quiserem dar, todo mundo pode se manifestar, a Constituição não veda, agora eu não faço disso nenhum cavalo de batalha, não. Aqui vieram delegados da Polícia Federal prestar esclarecimentos e colaborar com a Comissão. Pode haver até uma sessão secreta com eles, se eles tiverem coisas a falar que possam nos orientar a perseguir a prova contra os ladrões públicos que há décadas roubam este País, há décadas. Esta sala aqui já presenciou mais de uma CPI com ladrões públicos roubando esta Pátria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos agora à nossa pauta. Como eu havia me comprometido com esta Comissão, o primeiro ponto de pauta diz respeito às sub-relatorias. Afirmo que coloquei como primeiro ponto de pauta as sub-relatorias em comum acordo com o Relator, o Deputado Odair Cunha.

Atendendo a uma solicitação da Comissão, na pessoa dos Deputados Luiz Pitiman, Rubens Bueno...

Luiz Pitiman, ausente.

Rubens Bueno, ausente.

Kátia Abreu, ausente.

São cinco requerimentos. Não há quórum para deliberação ainda – a informação é da Secretaria –, mas nós vamos continuar até que tenhamos quórum para deliberação.

Passo a palavra para manifestação do Relator, que efetivamente vai dar sua posição. E, aí, sim, de forma colegiada, haveremos de decidir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. e cumprimentar todos os pares.

Esse tema das sub-relatorias é um tema que nós tratamos quando da elaboração do nosso plano de trabalho. É um tema, na minha opinião, que já foi deliberado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Relatoria tem buscado trabalhar no sentido de acolher as mais diversas sugestões dos pares desta Comissão. Todos os Parlamentares, se olharmos a pauta aqui, a grande maioria – é só uma questão de contar – dos requerimentos que nós vamos aprovar hoje ou cuja aprovação estamos propondo são requerimentos não da Relatoria. Se pegarmos todos os requerimentos que aprovamos até hoje, a maioria absoluta dos requerimentos é de Parlamentares da Comissão, o que é uma prova evidente de que a Relatoria tem buscado trabalhar de maneira integrada com os nossos pares, e esse tema das sub-relatorias foi um tema que tratamos no plano de trabalho.

Por essa razão, nós estamos encaminhando pela rejeição dos requerimentos nominados por V. Exas.

Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para discutir. Discutir e encaminhar ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos encaminhar. Dois de cada lado, como sempre procedemos.

O Deputado Paulo Teixeira é quem faz, por esta Presidência, a consulta ocular das iniciativas parlamentares.

Por favor, Deputado Paulo Teixeira.

Contra e a favor. Que se manifeste o Parlamentar a favor da criação e contra a criação das relatorias.

Por favor, manifestem-se, Srs. Parlamentares.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, a questão é a seguinte: nós não temos, no meu ponto de vista, que votar mais isso. Essa matéria – eu queria até falar antes com o Deputado Rubens Bueno, que é um dos autores do requerimento, mas não tive oportunidade, por culpa minha, e não dele – foi traçada aqui no plano de trabalho. Eu gosto de sub-relatorias. Acho que podem agilizar. Só que nós passamos já de certo tempo. Agora, dizer pura e simplesmente "vamos votar", e não acontecer, pode ser complexo também. Então, imagino que, talvez, possa ser sobrestada, Relator, essa matéria.

Eu fico com a posição de V. Exa. hoje, na ausência de absoluta necessidade, mas acho que se pode trazer essa nova fórmula de sobrestar, porque pode ser que, lá na frente, o Relator chegue aqui e diga: "Estou sobrecarregado".

Neste momento, eu apoio a posição do Relator de não se criar sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já falou, apoiando a posição do Relator, pela Câmara, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas propondo sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Nós estamos votando...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não sei se o...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos votando porque houve uma harmonia no sentido de que transferimos a decisão ao Colegiado, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.K.. Agradeço a V. Exa.

Já falou... Carlos Sampaio, a favor das sub-relatorias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, até por uma questão histórica da minha

atividade neste Parlamento – eu fui Sub-Relator de importantes CPIs: da CPI dos Correios, da do Mensalão, da CPI dos Sanguessugas, da CPI dos Cartões Corporativos, enfim –, eu tenho para mim que a metodologia de trabalho mais adequada é a divisão de serviço, em que todos alimentem o Relator.

Eu tendo até a concordar com parte das ponderações do Deputado Miro Teixeira não no que tange ao sobrestamento. Sou contrário, acho que temos de votar. Mas, talvez, isso tenha ficado para um momento extremamente adiantado nesta CPI e, talvez, pudesse não ter o efeito que se imaginava. Mas continuo um defensor das sub-relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor defende a tese, mas entende a extemporaneidade?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. Continuo achando que está no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há Senadores inscritos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há Senadores inscritos, nem contra nem a favor. Por questão de deferência ao autor do requerimento, que não estava presente, porque estava em outra atividade parlamentar, o Deputado Rubens Bueno, nós vamos inverter a ordem antes da discussão. Seria precedente ao encaminhamento a discussão, mas, tomando de ofício essa posição, monocraticamente, a Presidência vai dar a palavra ao Deputado Rubens Bueno, para defender, em nome de todos os autores, o seu requerimento.

Concedo a palavra a V. Exa. por três minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, esse requerimento se deu exatamente pela complexidade do esquema montado, o esquema do Sr. Carlos Augusto Cachoeira. Dada a complexidade desse esquema, nós apresentamos a proposta de sub-relatoria, acreditando que seria muito mais ágil, muito mais prático, muito mais racional que o Relator geral, a seu critério, pudesse indicar os sub-relatores, para que tratassem da questão de movimentação financeira. Poderia haver um grupo especial para tratar disso, até porque o que está sendo dado de atenção àquilo que é requerido aqui, principalmente aos bancos, de movimentação financeira não tem acontecido a contento. Não há resposta devida, as respostas são contraditórias, os prazos não são atendidos. Então, deveria haver aqui um sub-relator para cobrar permanentemente as movimentações financeiras, que são grandes, envolvendo esse esquema criminoso.

É preciso também verificar os contratos e fazer uma devassa. Como é que a empresa Delta, por exemplo, que era uma pequena empresa há nove ou dez anos, de repente, torna-se uma das maiores empreiteiras do País, envolvendo milhões e milhões de reais de dinheiro público, de contratos públicos, especialmente do PAC do Governo Federal? Não há um sub-relator para investigar esses contratos e muitos outros que dizem respeito à loteria, que dizem respeito a governos estaduais ou a partidos, o que seja. Enfim, poderia haver alguém aqui que aprofundasse a questão desses contratos, para ser trazido aqui um relatório consistente.

Aqui, trata-se de jogos ilegais e de loterias. Sabemos que há um envolvimento muito grande de polícias, de secretarias de segurança, de contratados, de arapongas em jogos ilegais e em loterias, especialmente em loterias estaduais. E não há aqui algo para chamar a atenção para esse aspecto e para aprofundar essa questão.

Sr. Presidente, esse fato se dá para que uma CPI possa não só investigar e levar ao Ministério Público o que tem de ser levado, para apurar os crimes e efetivamente denunciá-los à Justiça, mas também há aquilo que deve ser feito pelo próprio Congresso, para corrigir falhas, para que isso não volte a acontecer. É o caso das loterias. E não temos aqui uma informação mais adequada e aprofundada.

Finalmente, é preciso estabelecer normas de combate à corrupção. Essas normas o próprio Congresso, Senado e Câmara, a partir desse relatório final votado por esta Comissão, votaria em plenário, para corrigir essas deficiências que existem no Parlamento brasileiro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já o quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não se pode contraditar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não se pode contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não se pode contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exa. não pode fazer uma contradita, mas pode se inscrever para, no encaminhamento, votar a favor da posição do Relator. V. Exa. pode fazer sua inscrição. Os oradores inscritos são dois pela Câmara e dois pelo Senador.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exa. já acompanhou isso aqui. Pela Câmara, a favor da posição do Relator, já se posicionou o Deputado Miro Teixeira; contrário à posição do Relator, já se posicionou o Deputado Carlos Sampaio. No Senado, não se apresentou nenhum Parlamentar contrário ou a favor da posição do Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu posso falar pelo Senado, porque pode ser que eu esteja aqui em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exa. será Senador um dia, com absoluta certeza. E com apoio do povo de Pernambuco.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos chamar, agora, os Srs. Parlamentares para a votação nominal.

Senadores.

José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o parecer do Relator. Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É só um? São dois de cada Casa, pelo Regimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

Eu convido o meu Vice-Presidente e atento companheiro Paulo Teixeira para o escrutínio.

Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Presidente, pelo não enfraquecimento da CPMI, voto "não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Considerando extemporâneo, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

Ausência justificada, em virtude de o Senador estar na condição de Relator da Comissão Especial de revisão do Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

Mais dois do Bloco.

Senador Walter Pinheiro. (Pausa.)

Senador Aníbal Diniz. (Pausa.)

Senadora Ângela Portela. (Pausa.)

Senador Delcídio do Amaral. (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

Completo o Bloco. (Pausa.)

Bloco da Maioria. (Pausa.)

Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Senador Sérgio Souza. (Pausa.)

Senador Ciro Nogueira. (Pausa.)

Senador Paulo Davim. (Pausa.)

Senador Benedito de Lira. (Pausa.)

O Bloco da Maioria também foi chamado.

Bloco Parlamentar da Minoria.

Senador Jayme Campos. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senador Cássio Cunha Lima.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Contra a proposta do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jarbas Vasconcelos.

Bloco União e Força.

Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bloco PSD.

Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.*)

PSOL, que agora, para nossa satisfação, assume a titularidade nesta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A honra é minha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em decorrência da conhecida extemporaneidade do tema, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Deputados.

Deputado Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Relator Odair Cunha, voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Luiz Pitiman.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, não vejo nenhuma extemporaneidade. Nós estamos de fato com muito trabalho e seria extremamente positiva a Sub-Relatoria. Voto pela Sub-Relatoria; portanto, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Completo o PSDB.

PP.

Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Iracema Portella. *(Pausa.)*

Completo o PP. *(Pausa.)*

Democratas. *(Pausa.)*

Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Mendonça Prado. *(Pausa.)*

PR.

Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – PSB.

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, PDT.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Rubens Bueno.

A proposta é "sim" ou "não".

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu voto "sim", pelo fortalecimento da CPI. E se há algo de extemporâneo aqui foi causado pela Mesa dirigente dos trabalhos. Aliás, está na imprensa de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – PTB: Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, só uma curiosidade aqui. Eu vou votar, mas eu quero saber se a gente vai votar cada item desses, um por um.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não, Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Ah, sim! É porque cheguei atrasado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode ficar tranquilo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque aí seria perder tempo ao quadrado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode ficar tranquilo. Vote.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto "não", porque este é um assunto vencido. Lá atrás, se discutiu isso e perderam, mas insistiram de novo. É "não"!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – PSC: Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, voto acompanhando o relator, até porque acredito – só para justificar – que cada membro desta CPMI já faz aqui o papel de Sub-relator. Colocar nomes aqui a exclusivos sub-relatores seria diminuir o trabalho de cada um de nós que estamos aqui nos esforçando para averiguar e investigar todos os casos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – PCdoB: Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

PSD: José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Armando Vergílio. *(Pausa.)*

Roberto Santiago. *(Pausa.)*

César Halum. *(Pausa.)*

Completo o PSD.

Peço ao Sr. Vice-Presidente que proceda ao escrutínio. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o relator: 16. Contra o relator: 4.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Definida a votação. Derrotados os requerimentos.

Agora vamos, por votação simbólica, apreciar os requerimentos que já estão em poder dos senhores.

O item 1 da nossa pauta – no caso agora seria o item 2: requerimentos de convocação e convites.

Passo a palavra ao relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na nossa proposta aqui, nós estamos colocando para aprovação de convocação o Requerimento 200, que convoca o Deputado Carlos Aberto Leréia; o Requerimento 230, de mesmo conteúdo; o Requerimento 203, que convoca o Deputado Sandes Júnior; o Requerimento 231, que convoca o Deputado Sandes Júnior também.

Sr. Presidente, por pedido do Deputado Maurício Quintella, eu vou, de ofício, destacar esses dois temas, lembrando também que o Deputado Carlos Alberto Leréia já se colocou à disposição da CPMI, logo no

início dos nossos trabalhos. Então, estou destacando os dois requerimentos iniciais para, ao final, nós termos condições de debater os dois temas, porque o Deputado Maurício Quintella e o Deputado Carlos Sampaio já me pediram isso. E vou fazer de ofício, ao final deste bloco, para tratarmos especificamente da convocação dos mesmos.

Requerimento 358, que convoca... nós estamos propondo também a reconvocação do Carlos Augusto Ramos, para deixar aprovado aqui.

Nós estamos num processo de aberto, num período eleitoral, e é bom que esses requerimentos estejam aprovados.

Estamos propondo o Requerimento 358 e o Requerimento 363, de mesmo conteúdo. O Requerimento 358 é de autoria do relator e o Requerimento 363, do Senador Alvaro Dias. Também o Requerimento 653, de autoria do Deputado Luiz Pitiman; o Requerimento 687, do Deputado Sílvio Costa; o Requerimento 665, que convoca...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exa. pediu destaque no 665...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O 665, o 758 e o 779, os três falam da convocação específica da Prefeita Lêda, que eu pediria a V. Exa. que... Ao final, faria a ponderação e depois o destaque.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos destacar então.

O Requerimento 823 trata da convocação de Gil Tavares e de Geraldo Messias – ambos prefeitos – o Requerimento 824.

O Requerimento 478 solicita a convocação do Sr. André Teixeira Jorge, do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto. Eu pelo a atenção dos senhores.

Quaisquer dúvidas a respeito dos nomes que estão aqui, os senhores têm a oportunidade de interromper a leitura do Relator e pedir esclarecimentos. Efetivamente, ele tem o histórico de todos esses nomes e os senhores também sabem o histórico da convocação, a razão da convocação de alguns desses nomes, até porque o requerimento é público, no requerimento de convocação a justificativa é pública. Então, os senhores fiquem à vontade para consultar o Relator de um ou outro nome que está inserido nessa votação simbólica.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente. Para uma questão de ordem, Sr. Relator, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

Sr. Presidente, eu apresentei – o Sr. Relator assinou comigo – um requerimento na última reunião, de nº 738, em função da última manifestação aqui feita pelo senhor...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Já está na pauta, Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não. O 738?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir logo. Vamos ouvir a votação simbólica, Macris.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 513...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 738 está na pauta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente. Perdão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requer que sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Sr. Fábio Passaglia. O 544, do Senador Randolfe Rodrigues, de igual teor, na mesma razão do Deputado Rubens Bueno. O 608 requer a convocação também do Sr. Fábio Passaglia, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, é 680?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 680. O 722 requer a oitiva do Sr. Alex Antônio Trindade de Oliveira, do Senador Randolfe Rodrigues. O 724 requer a oitiva de Leide Ferreira da Cruz, do Senador Randolfe Rodrigues. O 725 solicita a oitiva de Polyana Barbosa de Carvalho Cunha, do Senador Randolfe Rodrigues. O 727 requer a oitiva do João Furtado de Mendonça Neto, do Senador Randolfe Rodrigues. O 738 requer a convocação de Marcos Teixeira Barbosa, do Deputado Vanderlei Macris e deste Relator. O 735, do Sr. Francisco de Assis Oliveira, do Senador Randolfe Rodrigues. O 818, do Sr. Fausto José Passaglia Júnior, do Relator. Do 819, de Conrado Caiado Viana. O 820, do Sr. Frederico Márcio Arbex e o 821, de Adriana Sauthier Accorsi. E o 822, do Coronel Edson Costa Araújo, também do Relator.

São esses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, o encaminhamento desta Presidência.

Em votação. Os destaques ficam para o final, os senhores já destacaram aquilo que poderia ser destacado.

Em votação.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Só uma pergunta a V. Exa, pela ordem.

Presidente, por favor, até hoje – não sei se V. Exa. tem esse número aí – quantas pessoas nós convocamos fora essas daí? O senhor sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria para manifestar ao Deputado Sílvio Costa. Mais de 30, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mais de 30. Nós escutamos quantas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Escutamos mais de 30. Convocamos muito mais do que isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, mas eu queria uma pergunta mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma resposta mais segura.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Secretaria vai dizer a V. Exa. daqui a pouco, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Está bom, Presidente. Eu vou ter que votar sem essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Sr. Deputado.

Em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas por unanimidade estas convocações com respeito e ressalvas aos destaques.

Agora, vêm as quebras e as transferências de sigilo, porque necessitam de escrutínio nominal.

Com a palavra o Sr. Relator. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bem, Sr. Presidente.

Requerimento 515. *(Pausa.)* Requerimento 515. Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal do (Sr. Frederico Aurélio Bispo, da Deputada Íris Araújo; o 661 requer... Solicita a esta CPI quebra de sigilo bancário, fiscal, SMS, telefone de Marcelo Henrique Limirio Gonçalves, do Relator; o 677 solicita que esta CPI requisite a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefone da empresa Bold S.A, do Deputado Vaccarezza; o 728, a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Miranda e Silva Construções, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores... Eu peço a atenção dos senhores e o acompanhamento... E o acompanhamento, por favor, porque muito mais importante do que a votação anterior é esta votação. Nós estamos votando transferência de sigilos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 761 requer do Sr. Rossini Aires Guimarães, do Deputado Rosinha; o 762, da Eletro Chance do Brasil, Indústria e Máquinas Ltda, do Deputado Rosinha; o 763 requer o sigilo bancário da pessoa jurídica Eletro Chance SRL (uma empresa internacional), Deputado Rosinha; o 767, o do Sr. Marcelo Emílio Gonçalves, do Deputado Rosinha; o 767, o Sr. Marcelo Limirio Gonçalves, do Deputado Rosinha; o 769, o da Tecnologia Eletrônica Ltda, do Deputado Vaccarezza; também do mesmo Deputado, o 770, da empresa Bete Cor Ltda; o 776, o do Instituto de Ciências Farmacêuticas de Estudo e Pesquisa, do Relator; o 777, o da Idônea Factory; o do 778, da Miranda e Silva Construções e Terraplenagem; o 781, o da empresa Libra Factoring; o 782, o da MCGL Empreendimentos e Participações S.A; o 783, o da Organização das Voluntárias de Goiás; o 784, o do Instituto Nova Educação Ltda; o 785, o de Andressa Alves Mendonça; o 772, o de Alberto e Pantoja... É um complemento na verdade... Vou lê-lo, então:

"Requer a esta CPI o complemento das informações relativas à quebra de sigilo bancário da Alberto e Pantoja Construções e Transportes junto ao HSBC; também requer o complemento da empresa Construtora Rio Tocantins junto ao Banco do Brasil e Banco Rural; complementos também do 787, da WCR Produção e Comunicação Ltda Banco Mercantil do Brasil; o 788, complementos da Sociedade de Educação e Cultura de Goiânia junto ao Banco Industrial e Comercial S/A; o 789, do Royal Palace Diversões Ltda ME junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú; o 790, do Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda junto ao Itaú e ao Banco do Brasil; o 791, da Organização Independente de Comunicação Ltda junto ao Unibanco; o 798, da Mapa Construções junto ao Banco Caixa Econômica Federal e Banco Itaú; o 793, complemento ainda, da MZ Construções Ltda junto à Caixa Econômica e ao Banco do Brasil...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª leu 798, é 789. Eu até passei para outra página aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT – MG) – Sete...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sete oito nove... Porque V. Exª, agora, já estava no 790, no 791...

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT – MG) – Tá... OK...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que o 789, V. Exª o leu como 798, confundindo o Deputado Vaccarezza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está dito...

O 794, da Emprodata Administração de Imóveis e Informática junto ao Banco do Brasil; o da Datatrafic, o 795, junto ao Banco do Brasil e junto ao HSBC; o 796, da empresa Brava Construções e Terraplenagem junto ao Banco Real e ao Unibanco e à União de Bancos Brasileiros; o 797, da JR Prestadora de Serviços, Cons-

trutora e Incorporadora junto ao Bradesco; o 798, GM Comércio de Pneus e Peças Ltda junto ao Banco Itaú.

O Requerimento nº 719, do Senador Pedro Taques, requer informações sobre movimentações financeiras e bancárias, inclusive protegidas por sigilo, da empresa Ocean Development. É o Requerimento nº 718.

O Requerimento nº 827 solicita a quebra de sigilo telefônico, pelo período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 a 29 de fevereiro de 2012, incluindo os dados de estação de rádio base, mensagens recebidas e enviadas, bem como as informações cadastrais dos telefones ou rádios mencionados. São os rádios Nextel.

É o que propomos, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos com todos os requerimentos formulados ao Relator, à exceção de um, para o que peço vênia ao Relator. É o Requerimento nº 783, porque ele diz respeito à quebra de sigilo das bolsas de estudo que foram cedidas no Estado de Goiás, o que, tenho para mim, foge por completo do escopo desta CPI.

Nessa mesma linha, Sr. Relator, se me permitir, apenas adiantando, no próximo bloco, também no mesmo sentido, há o Requerimento nº 805.

Portanto são essas duas ressalvas que faço. Nesse bloco, o Requerimento nº 783 e, no bloco seguinte, o Requerimento nº 805.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Requerimento nº 783 não trata de bolsa de estudos em Goiás. Pode, no meio, até ter, mas...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu vou acolher o destaque, mas a minha opinião será favorável a seguir. Depois, vou me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolhidos os dois destaques.

Por favor, repita o número dos destaques.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Requerimentos nºs 783 e 805, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Oitocentos e...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para confirmação.

Os senhores já têm conhecimento de todas as transferências de sigilo. No rito pré-estabelecido por esta Comissão, vamos votar o primeiro, e a votação validará as 34 outras transferências seguintes. São 35 transferências, menos os dois destaques que foram postos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me. É só uma pergunta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós estamos solicitando a quebra de sigilo telefônico e bancário da Srª Andressa. Eu pergunto: nós aprovamos em relação à Srª Andréia?

O SR. ODAIR CUNHA – Já.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E eletrônico também, como todos tecnológicos.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Pedro Taques. *(Pausa.)*

Ausência justificada.

Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Anibal Diniz. *(Pausa.)*

Angela Portela. *(Pausa.)*

Delcídio do Amaral. *(Pausa.)*

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Fechamos o bloco.

Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Paulo Davim. *(Pausa.)*

Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Jayme Campos. *(Pausa.)*

Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)*

Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente,.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Srs. Deputados.

Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Relator Odair Cunha.

Voto conhecido.

O SR. ODAIR CUNHA – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman. *(Pausa.)*

Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli. *(Pausa.)*.

Iracema Portella. *(Pausa.)*

Ônix Lorenzoni.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Relator.

Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno. *(Pausa.)*

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim".

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Miro "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes.

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Armando Vergílio. *(Pausa.)*

Roberto Santiago. *(Pausa.)*

César Halum. *(Pausa.)*

Concluída a votação, com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, são 20 votos favoráveis ao Relator e nenhum voto contrário. Então, por consenso, favoráveis aos encaminhamentos propostos pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimentos de providência também em votação simbólica. Bom, requerimentos de votação simbólica.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, o 127 requer seja encaminhado pelo Coaf informações relativas às movimentações consideradas atípicas da empresa Delta, do Senador Alvaro Dias.

O 539 também requer ao Coaf informações sobre movimentações financeiras consideradas atípicas de todas as pessoas físicas, jurídicas, com requerimento de quebra de sigilo. É um geral.

O 540 solicita que esta CPMI requisite às Unidades de Inteligência Financeira de outros países, informações sobre movimentações consideradas atípicas de todas as pessoas físicas e jurídicas com requerimento de quebra aprovado nesta CPMI de igual teor.

O 542 de igual teor, em relação à Delta.

O 717 solicita informações ao Senado Norte-Americano sobre as constatações que acaba de fazer

em relação à participação do HSBC em atividades de lavagem de dinheiro, do Senador Pedro Taques.

O 719 requer que seja requisitada à Procuradoria-Geral da República cópia do relatório da Polícia Federal que comunica o envolvimento do Governador Marconi Perillo com o esquema de Carlinhos Cachoeira, da Deputada Íris de Araújo.

O 739 solicita as informações à Empresa G3 Projeto SPE 342 Ltda. relativas à operação que deu origem a um depósito de R$199.300,00 mil, em 3 de agosto de 2010, pela empresa Brava Construções e Terraplenagem Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues.

De igual teor os outros requerimentos, Sr. Presidente, seguem: o 740, também do Senador Randolfe Rodrigues, a Vitis e Veículos Ltda; o 741 à empresa Viação Anapolina Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 742 à C.W.A Construtora Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 743 solicita informações à empresa Barramares Gráfica e Editora, do Senador Randolfe Rodrigues; o 744 da Saga Sociedade Anônima Goiás de Automóveis; o 745 da Empresa Comercial Santa Cecília de Secos e Molhados, também do Senador Randolfe Rodrigues; o 746 da empresa Meirelles Alimentos Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 747 da Safira SP Tecnologia e Comércio Ltda. EPP; o 748 da GGM Granitos e Minérios Ltda., do Senador Randolfe Rodrigues; o 749 da Fortiori Pesquisa Diagnóstico e Marketing Ltda. EPP, do Senador Randolfe Rodrigues; o 765 do Dr. Rosinha requer cópia do inteiro teor do inquérito policial 3444/2012; o 771 requer informações a pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos das contas da empresa Alberto e Pantoja Construção e Transportes, conforme anexo; o 773, daqui para a frente, do Relator, informações a pessoas físicas e jurídicas que fizeram pagamentos ou receberam recursos de contas da empresa GM e Comércio de Pneus Ltda.; o 774 da empresa JR Prestadora de Serviço, Construtora, Incorporadora Ltda. São empresas que identificamos que pagaram essas empresas fantasmas ou receberam recursos delas.

Essas empresas são empresas que funcionam. Para evitar a quebra de sigilo dessas empresas, nós estamos requisitando informações dessas empresas.

De igual teor, o 775, da empresa Brava Construções e Terraplanagens Ltda.

O 780 requer que esta CPMI requisite ao Governo do Estado de Goiás cópia integral do processo de nomeação de Camila Alves Gomes e Ítala Barbosa Vaz, do Relator.

O 799 solicita que esta Mesa requisite ao Governo do Estado de Goiás cópia integral dos processos de pagamento dos empenhos a seguir indicados, acompanhados das cópias de ordem de pagamento e da íntegra de processos dos respectivos contratos que amparam tais pagamentos, nos termos do requerimento.

O 800, ao Governo do Distrito Federal, cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta matriz e suas demais sucursais desde janeiro de 2007 até a presente data.

O 801, ao Governo do Estado do Tocantins, também, de igual teor.

O 802, que esta CPI requisite ao Governo do Estado de Goiás cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta também.

O 803, requisite ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a empresa Delta, matriz e sucursais.

O 804, requisite ao Governo do Estado de Mato Grosso cópias integrais de todos os contratos celebrados com a Delta.

O 805, o Deputado Carlos Sampaio já pediu...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, é apenas uma correção, para adequar o 799 ao 800, 801, 802, porque em todos se pede a cópia geral e, no nº 799, entra-se num detalhamento, ainda, a meu sentir, inoportuno. Então que apenas fossem todos idênticos em todos os Estados. Até porque Goiás detém o menor percentual de investimentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que no 799 me parece que são outras empresas. Vou pedir à relatoria que cheque aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O.k.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O 805, eu estou propondo aqui – propus ao Deputado Carlos Sampaio, ouço a Comissão – manter este:

Requer que seja solicitado, no prazo de até 10 dias, à Organização das Voluntárias de Goiás CNPJ 02106664000165, informações referentes aos recursos recebidos e repassados a instituições de ensino do Estado de Goiás, no âmbito do programa Bolsa Universitária, desde janeiro de 2002 até o presente momento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com isso, eu retiraria a quebra de sigilo da pauta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos, porque acho que um precede ao outro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós mantemos aqui.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concordamos. Fica apenas um requerimento de informações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendo que a Organização Voluntárias de Goiás, nos informando, nós não vamos quebrar o sigilo.

O 806 requer cópia ao Governo de Goiás do processo de licitação em contrato administrativo, para fornecimento de marmitas para os presos da Cepaigo, cuja vencedora foi a Coral Refeições Industriais.

O 807 requer cópia integral, em meio digital, da Reclamação Disciplinar n° 119-18.2012.5.18.0000, instaurada em face do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Dr. Júlio Cesar Cardoso de Brito, bem como uma lista de ações propostas, que envolvam empresas ligadas à organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

O 808 requer ao Senado cópia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres referentes à última legislatura, bem como cópia das eventuais nomeações, no âmbito do Senado Federal, de pessoas denominadas como Quênia (ou Kênia, com k, ou outra forma de escrita, desde que com a mesma fonética).

O 809 requer seja solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público o envio a esta CPMI de cópia integral, em meio digital, do procedimento instaurado em face do Procurador de Justiça do Estado de Goiás, Benedito Torres.

O 810 requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado do Tocantins e a empresa Delta, a empresa JM Terraplanagem e Construções e a Rio Tocantins Construções Ltda.

O 811 requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Distrito Federal e a empresa Delta, Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).

Requerimento nº 812/12.

Solicita a remessa a esta CPMI dos laudos periciais realizados pela Polícia Federal, Superintendência de Goiás, no material encontrado na casa de Andressa Alves Mendonça, CPF nº 895.125.371-68, bem como eventual depoimento prestado à autoridade policial competente.

Requerimento nº 813/12.

Requer relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57), JM Terraplanagem e Construções Ltda. (CNPJ .946.352/0001-00) e Rio Tocantins Construções Ltda. (CNPJ 04.201.540/0001-94).

Requerimento nº 814/12.

Mesmo conteúdo e mesmas empresas em relação ao Estado de Goiás.

Requerimento nº 815/12.

Requer que esta CPMI requisite, ao Governo do Estado de Goiás, as filmagens de segurança feitas nas entradas do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), entre os dias 01/01/2011 e 31/12/2011.

Requerimento nº 816/12.

Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial – IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), instaurado no Supremo Tribunal Federal, em decorrência das Operações Vegas e Monte Carlo, consoante interceptações telefônicas realizadas pela Polícia Federal.

Requerimento nº 817/12.

Requer cópia do inteiro teor do Inquérito Policial – IP nº 3443/2012, em desfavor do Deputado Federal Stepan Nercessian (PPS-RJ).

Requerimento nº 826/12.

Requer cópia de processos judiciais, em trâmite na 3ª Vara de Fazenda Pública de Goiás...

Enquanto localizo o Requerimento nº 826, Sr. Presidente...

Quero aditar aqui o Requerimento nº 808, conforme sugestão de V. Exa.

Requerimento nº 808/12.

Requer ao Senado cópia das portarias de nomeação e exoneração dos funcionários do gabinete do ex-Senador Demóstenes Torres, ou da Liderança dos Democratas do Senado Federal, porque pode ser que essa Quênia tenha sido contratada pela Liderança dos Democratas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tenho uma sugestão à V. Exa. no Requerimento nº 813. V. Exa., Sr. Relator...

Aqui pede a relação, em meio digital, de todos os processos, procedimentos, contratos e convênios firmados entre o Governo do Estado de Mato Grosso e as empresas Delta Construções S/A, etc.

Acho que não deveria ser só Mato Grosso. V. Exa. deveria ficar com a autorização para todos os Estados brasileiros. Nós, dificilmente, teremos a possibilidade de outra reunião administrativa em um curto espaço de tempo. E não me parece correto que se concentre exclusivamente sobre um Estado, pois já temos dados aqui de diversos Estados com a quebra de sigilo.

Como disse o Presidente antes, a prova técnica é o que melhor nos socorre. Porém, acho que ficaria melhor também – não é queda de braço – Estados e Municípios. Porque na União nós já pegamos ali na CGU.

Agora, faço a emenda a esse requerimento para todos os Estados e Municípios. Faço essa emenda.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, proponho que o Deputado Miro Teixeira faça um requerimento e que nós analisemos isso *a priori*. Como

aditamento, não é possível neste momento. Temos um foco, o senhor (inaudível)...

Eu me comprometo a analisar, Deputado Miro Teixeira, levantar o tema na próxima reunião administrativa...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu só quero deixar com V. Exa. esta possibilidade: nós votaríamos e V. Exa. iria requisitando, expedindo os ofícios na medida da necessidade da investigação.

Acho que isso aí incluiu uma frase, não tem muita dificuldade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se o Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria aditar aí...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas não quero dificultar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Melhor nós nos concentrarmos naqueles contratos que temos clareza que o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira atuavam. Essa é a compreensão clara da Relatoria. V. Exa. pode fazer o requerimento e eu me comprometo a analisá-lo para a próxima reunião administrativa.

Só queria aditar aqui, até por sugestão do Deputado Carlos Sampaio, que dos... O 800, 801, 802, 803 e 804, além de cópia integral dos procedimentos, processos, contratos, nós requisitemos empenho e ordens de pagamento também. É a nossa proposta, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só em relação a esse tema – e, assim, não é tal qual destacou o Senador Miro Teixeira; não vamos fazer disso batalha –, queria reiterar a necessidade que teríamos de fazer a mesma solicitação em relação a outros Estados da Federação. E quero dizer por quê. Veja: até agora, nos levantamentos que temos nesta CPI da transferência de empresas da Delta S/A para empresas laranjas, nós já encontramos transferências que constam em, pelo menos, três Estados da Federação, a saber: transferidos para empresas laranjas em São Paulo: R$149 milhões; empresas laranjas no Rio de Janeiro: R$56 milhões; no Centro-Oeste, no esquema do Sr. Carlos Cachoeira: R$97 milhões, num levantamento preliminar. Isso aqui é igual boletim de urna antiga do TRE: a cada dia, aumenta R$302 milhões.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tem uma catraca de US$40 milhões nas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Então, veja: se nós, num levantamento preliminar – e isso ainda tende a aumentar –, já encontramos isso, me parece que é necessário, indispensável fazermos os cruzamentos com os contratos existentes da empresa em outros Estados. Quero reiterar aqui, Sr. Presidente: nós estamos diante de um esquema bilionário – no meu entender, o maior esquema de corrupção da história da República. Se, em três Estados, por amostra, encontramos 300 milhões, obviamente me parece que é indispensável nós termos o deferimento da solicitação do Deputado Miro Teixeira.

De qualquer forma, o Relator já se posicionou em relação a esse tema. Eu quero aqui antecipar que – e me permita o Deputado Miro Teixeira –, junto com ele, nós faremos o requerimento estendendo aos demais Estados da Federação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exa. fica encarregado de redigi-lo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem. Na mesma linha, apenas uma observação. Eu acho que é extremamente oportuno o que o Senador Randolfe coloca, até por uma questão de isonomia, de princípios, princípios fundamentais do nosso comportamento. Nós temos que investigar tudo. E aí salta aos olhos também a questão dos contratos da empresa Delta com o Dnit, com o Ministério dos Transportes, com todo o Poder Público, especialmente com o Poder Público. Então, é fundamental que nós façamos isso de forma plena para que aquilo que tem que ser descoberto o seja e as providências sejam tomadas, inclusive com aquele propósito de tentarmos recuperar o dinheiro do povo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências hão de ser tomadas pelos Srs. Deputados que assim assinalaram os seus pontos de vista.

Volto a palavra ao Deputado Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já leu todos?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Já.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vamos proceder à votação nominal.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não. Votação simbólica.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas, em função das ponderações do Deputado Miro e do Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para disciplinar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para disciplinar, com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Muito obrigado, Presidente, pela disciplina.

Presidente, com as ponderações do Senador e do Deputado Miro, o Relator disse que ia tomar providência. E eu não entendi qual é a providência. Queria saber qual é a providência para poder votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Deputado Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Silvio Costa, havendo requerimento formal, eu vou analisá-lo com critério. Esses requerimentos que estamos aprovando aqui foram criteriosamente analisados. As propostas de V. Exas. têm alguma razão de ser. Preciso analisar melhor. Exatamente por isso, solicito que V. Exas. encaminhem o requerimento, e nós vamos analisar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação o último conjunto de providências que a CPI acabou de ouvir, que são encaminhamentos junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras para movimentações consideradas atípicas.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*.

Aprovado, por unanimidade.

E, assim, nós somamos, nesta reunião, 103 requerimentos considerados e deliberados, sendo 96 aprovados, respeitados sete destaques, e haveremos, agora, de discuti-los.

Há destaques em discussão. Vamos ao primeiro destaque.

Em votação...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre os destaques...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os destaques são colocados em discussão e em votação.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O Deputado Maurício Quintella quer fazer...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator vai se posicionar.

Quanto aos destaques, não há discussão, há encaminhamento. Do mesmo jeito que nós encaminhamos, o Relator encaminha, e dois Parlamentares se posicionam contra e a favor.

O Sr. Deputado Paulo Teixeira vai fazer, aqui, a disciplina dos senhores oradores.

Peço ao Relator para nominar o primeiro destaque aos Requerimentos nºs 200 e 230, dos Srs. Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Pinheiro e do Deputado Carlos Sampaio, que requerem a convocação do Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia, para prestar depoimento nesta CPMI.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero, antecipadamente, manifestar-me aqui no sentido de os retirarmos da pauta, para, portanto, jogá-los no bloco dos processos sobrestados ou dos requerimentos que sobrestaremos. Entendo que, no caso da Prefeita Lêda Borges, diante das ponderações feitas a mim aqui pelo Deputado Carlos Sampaio, para que não incorramos em injustiças, dado que se trata de pessoas públicas, vou acolher, até que façamos mais diligências. E vamos jogar o Requerimento nº 665, a proposta do Relator, o de nº 758 e o de nº 779 no bloco de requerimentos que vamos sobrestar.

Dito isso, analiso, agora, o itens 200, 230...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço-lhe só um minuto.

Determino a retirada deste bloco, com a anuência dos senhores, não havendo manifestação contrária a essa posição do Relator, dos Requerimentos nºs 665, 758 e 779.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles se juntam ao bloco de sobrestados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, voltamos à discussão do requerimentos atinentes aos Srs. Parlamentares. Não é isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Trata-se dos Requerimentos nºs 200, 230, 203 e, agora, 231, que foram destacados pela Relatoria, especialmente no que diz respeito ao Deputado Sandes Júnior, em razão do pedido do Deputado Maurício Quintella Lessa. Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvi-lo antes de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes da manifestação do Sr. Relator, vamos destacar e discutir, agora, o destaque dos Requerimentos nºs 203 e 231 – não é isso? – acerca da convocação do Deputado Federal Sandes Júnior.

Houve uma solicitação de destaque pelo Deputado Quintella Lessa, que quer se posicionar, até porque o Sr. Deputado, membro atuante desta CPI, foi Relator do processo do Sr. Deputado Sandes Júnior na Comissão processante. E esta Presidência, em comum acordo com membros da CPI, no trato dessa matéria, deixou que a Câmara Federal se posicionasse primeiro, em respeito à Câmara dos Deputados, às instituições que compõem a Câmara dos Deputados. Em respeito àquele Poder, deixamos que ele se posicionasse primeiro, através de suas instâncias, à Comissão processante. Por isso, a CPI não deu passos anteriores nessa direção, para que a Câmara tomasse as providências

cabíveis. Agora, sim, a CPI se posiciona e aí ouve o Sr. Deputado Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, tão logo as notícias que foram veiculadas pela imprensa sobre a participação de Deputados Federais e de Senadores apareceram, a Câmara tomou providências, e foi instalado, no âmbito da Corregedoria, um procedimento, foi instalada uma Comissão de Sindicância com a participação de cinco Deputados Federais, liderados pelo Corregedor. Cada Deputado Federal relatou o caso de um colega especificamente, mas os relatórios foram trabalhados de forma coletiva e aprovados de forma coletiva.

Então, há fatos diversos. O caso do Deputado Sandes Júnior difere do caso do Deputado Leréia, por exemplo – são os dois que estão aqui na pauta hoje.

Em relação ao Deputado Leréia, há mais de uma centena de conversas telefônicas que demonstram uma intimidade maior, uma relação não só social, mas também de negócios com o Sr. Carlinhos Cachoeira e com os diversos membros da organização. E, por conta disso, por unanimidade, com base nos documentos desta CPI – porque nós fizemos uma transferência de dados, a CPI transferiu os dados para a Comissão de Sindicância, o STF transferiu os dados, a Polícia Federal transferiu os dados –, esta Comissão decidiu mandar o Deputado Sandes Júnior, obviamente sob a homologação da Mesa Diretora, para o Conselho de Ética. Então, havia dados suficientes para que se chegasse a esse ponto.

Em relação ao Deputado Sandes Júnior, não. Nós investigamos durante todo esse período. A única coisa nessa sindicância que se apurou em relação ao Deputado Sandes Júnior foi que houve dois telefonemas: em um, ele solicitando um patrocínio para o time de futebol do filho, que não se configurou, e, em outro, ele solicitando o pagamento de R$7 mil à empresa farmacêutica do Sr. Carlos Cachoeira para o pagamento de uma suposta pesquisa eleitoral, que também não se configurou. Fora isso, Sr. Presidente, mais nada, absolutamente nada, durante todo esse período.

Nós esperamos 90 dias, não só em relação ao Sandes, mas também em relação ao Leréia para verificar se novos fatos viriam e a Comissão não se desmoralizasse em arquivar ou não mandar para o Conselho de Ética por algum motivo. Nesses 90 dias, nada mais surgiu em relação ao Deputado Sandes Júnior.

Perguntamos aqui, questionamos os delegados tanto da Operação Vegas como da Operação Monte Carlo se, em relação a esse Deputado, haveria qualquer indicio de cometimento de irregularidade ou crime. Os dois delegados da Polícia Federal também negaram a esta CPI essa participação.

Então, não me parece justo e prudente, como aqui foi previamente argumentado pelo Deputado Carlos Sampaio em relação à prefeita, que você coloque um Deputado sentado, como interrogado numa CPI, nessas condições, só para justificar a convocação do outro.

Portanto, por conta de tudo isso, o relatório também em relação ao Sandes Júnior foi aprovado por unanimidade na corregedoria da Câmara, solicitando o arquivamento e o não envio para o Conselho de Ética. E eu solicito que, pelo menos por enquanto, o requerimento de convocação do Deputado Sandes Júnior fique sobrestado nos mesmos moldes dos restantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator para se posicionar com relação ao Sandes Júnior. (*Pausa.*)

Como autor do requerimento, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como o Conselho de Ética da Câmara não deu continuidade ao processo com relação ao Deputado Sandes Júnior e tampouco há notícias da instauração de inquérito policial por parte do Ministério Público contra o Sr. Deputado, eu estou retirando, estou pedindo o sobrestamento também deste requerimento da minha autoria, que é o Requerimento n° 203/2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica retirado de pauta.

Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria, então, de pedir aos nobres Pares aqui, que nós, diante da manifestação do Deputado Carlos Alberto Leréia no sentido de vir a esta CPI, aprovemos o requerimento como convite. Ele virá...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como convite, em respeito a S. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele virá, já é decisão do Parlamentar de vir. Então, que nós aprovemos aqui o requerimento de convite.

Em relação ao Deputado Sandes Júnior, eu substituiria esse requerimento, numa próxima reunião administrativa, com requerimentos de informações, para que essas informações viessem à CPMI. É claro que se o tema do Deputado Sandes Júnior foi tratado na corregedoria da Câmara dos Deputados, nesta CPMI, o tema está sendo tratado também. Não é concebível que a relatoria chegue a alguma conclusão sem a manifestação formal do Deputado Sandes Júnior.

A forma pode ser variada. Por isso, eu vou transformar esse requerimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o sobrestamento não resolve?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Relator, o sobrestamento não resolve a preocupação de V. Exª?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos sobrestar o requerimento de convocação do Deputado Sandes Júnior. Estou informando e já pedindo o apoio de V. Exas para o fato de que, numa próxima reunião administrativa, eu farei um requerimento de informações ao Deputado Sandes Júnior.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, Silvio Costa. Vou lhe chamar de Odair Pinha! É Silvio Costa meu nome. Não é Silvio Torres!

Sr. Relator, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com a palavra...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, Sr. Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado de Pernambuco, pelo PTB de Pernambuco, Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, veja bem, em relação ao requerimento do Deputado Sandes Júnior, V. Exa. não pode nem sobrestar, porque o autor retirou. Então, a palavra não é "sobrestar". Ele retirou.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Eu retirei da pauta e estou sobrestando.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para mim, V. Exa. tinha retirado em definitivo.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Não, senhor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, como não retirou, nós não podemos tratar iguais de forma desigual. Daqui a pouco Sandes Júnior é da base do Governo e Leréia, da oposição. Aí vão vender que nós aliviamos com Sandes Júnior e botamos pesado em Leréia. Não dá para inventar essa história aqui de meia solidariedade. Ou convocam-se os dois, ou convidam-se os dois, ou não se convoca nenhum, até porque as gravações de Leréia e de Sandes Júnior são semelhantes. Vou respeitar aqui o posicionamento do Relator, mas são semelhantes. Então, ou se convocam os dois, ou não se convoca nenhum. Vamos sobrestar tudo, então. Alguém aqui tem que ter a coragem de dizer: "Bom, eu voto a favor, eu voto contra". Agora, não dá para V. Exa. tomar esse posicionamento, porque, sinceramente, eu vi o Deputado Sandes Júnior pedir passagem para time de futebol, o diabo a quatro. Então, por que é que se vai aliviar com Sandes Júnior e bater pesado em Leréia? Porque o Leréia é do PSDB?

Então, vamos ajeitar aqui como é que nós vamos fazer isso, como é que a gente vai resolver isso. É um impasse. Ajeitar no sentido etimológico da palavra, e não no sentido político.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Com a palavra o Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, primeiro que eu não concordo. Quero pedir atenção ao Deputado Silvio Costa. Nós não estamos fazendo nenhuma divisão entre bases do Governo e Governo. Mesmo que para alguns possa usar para dar parecença, não há base fundamentada. Nós tratamos com bastante cuidado essa questão dos Deputados. V. Exa. foi claro para esperar manifestação da Câmara.

Eu, pessoalmente, acho, data vênia – vou usar um termo jurídico com o nosso Relator –, eu não acho correto sobrestar a discussão do Sandes Júnior, porque, pelo que disse o Relator do processo da Câmara, pela avaliação que fez a Câmara, não existe incriminação do Sandes Júnior nesse caso. Então, vai ficar como a Espada de Dâmocles na cabeça do Deputado, sem razão?

Eu acho que a solução de o Relator fazer um requerimento, de a gente aprovar que se faça requerimento de pedido de informação para o Sandes Júnior é mais adequado. Se surgir qualquer fato novo, como com qualquer um aqui, cabe... Pode pedir à Câmara ou pedir ao...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não a ele próprio. Houve outros Deputados colocados. Eu conversei pessoalmente com o Deputado Leréia. Sou amigo do Deputado, tenho boa relação com ele. O Deputado Leréia disse que estava disponível para vir à CPMI. Nós não vamos fazer uma convocação do Deputado. É um convite. Com os cuidados que V. Exa. tomou e que o Relator tem tomado.

Então, acho que não procede esta discussão em relação ao Sandes. Eu prefiro que nós aqui retiremos esse requerimento.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica sua sugestão ao Sr. Relator.

O encaminhamento até agora...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Sr. Deputado, que eu vou passar a palavra pela ordem a V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Da forma mais consensualizada possível, depois do posicionamento do Sr. Senador José Pimentel, autor do requerimento, nós já retiramos de pauta o requerimento. Por força do pedido do autor, isso não passa por uma discussão colegiada. É prerrogativa do autor. E agora nós estamos encaminhando para um pedido de informação ou à Comissão processante, ou à Mesa Diretora da Câmara sobre a situação do Sr. Deputado Sandes Júnior.

Com relação ao Sr. Deputado Leréia, que já se manifestou interessado em participar dos debates nesta Comissão, trazendo informações a respeito da sua relação com o Sr. Carlos Almeida Ramos, ele virá atendendo a um convite desta Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu estou percebendo um equilíbrio, que é extremamente louvável por parte do relator e dos demais pares desta Casa, na condução desta questão. Nós não podemos, de maneira alguma, deixar de investigar todos os nossos colegas, todos os nossos pares, e seguramente não faremos isso, não seremos omissos. Mas, por outro lado, também não podemos nos precipitar.

A bem da verdade, qualquer ação dessa natureza estabelece, do ponto de vista de opinião pública, a natureza política do nosso mandato, de todos nós, é algo inseparável. Portanto, observo o seguinte: vejo com naturalidade a posição do Senador José Pimentel, colocando pelo sobrestamento? Vejo. Porque há outro requerimento também sobre o Sandes Júnior, do Deputado Carlos Sampaio, que, não tenho dúvida, deve ter esse sentimento de sobrestamento. Mas sinto que, deliberando hoje pelo convite de um e pelo sobrestamento de outro, já inicia um processo de uma forma equivocada.

Conversei também com o Deputado Leréia, que, por mais uma vez e de forma muito clara, manifestou que, em momento algum, terá dificuldade em estar aqui. E mais: ele disse que entendia que todos deveriam prestar os devidos esclarecimentos. Na medida em que a Comissão começa a optar por convidar um e não convidar outro, já não são todos.

Então, faço uma ponderação ao relator e aos demais pares, até porque o próprio Deputado Sílvio fez, agora mesmo, uma menção de tantos convidados e convocados e nós ainda não conseguimos ouvir talvez nenhum terço do que já convocamos ou convidamos... Hoje mesmo, nós acabamos de aprovar a convocação de uma série de pessoas, e com razões muito fortes, muito relevantes.

A Câmara não chegou a nenhuma conclusão que possa indiciar o Deputado Sandes Júnior, e nós nos rejubilamos por isso porque não queremos nenhum colega nosso envolvido com nada de errado. E quando está envolvido, tem que ser punido. Mas torcemos para que não esteja, desejamos o bem de todos, indiferentemente de partido, se é da Base ou se é da oposição.

Também a Câmara não concluiu absolutamente nada sobre o Deputado Leréia. Portanto, faço a ponderação ao nobre relator. Temos uma série de convocações já feitas hoje e, se não vamos convocar um ou convidar um, que não convidemos também o outro. Tenhamos mais um pouco de prudência, para, no momento certo, nós tocarmos esta matéria para frente.

Muito obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, por favor. Glauber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, estou compreendendo que, em primeiro lugar, no que diz respeito à primeira convocação do Deputado Sandes Júnior, a avaliação, neste momento, nesta reunião administrativa, não pode ser feita a partir do momento em que o autor do requerimento retirou a sua proposta. Acho que, para uma próxima reunião administrativa – creio que vários parlamentares têm a vontade de se manifestar sobre o assunto –, outro parlamentar pode apresentar novo requerimento com o mesmo teor.

No que diz respeito ao convite ao Deputado Leréia, se o próprio parlamentar já se manifestou publicamente, dizendo que quer comparecer a esta CPMI para dar suas declarações, não existe qualquer motivo para que esta Comissão vote por um sobrestamento. Isso não tem o menor cabimento. O Deputado se manifesta publicamente, e os Deputados da CPMI dizem: "Não, olha, mesmo com a sua manifestação favorável à sua apresentação, de que quer prestar depoimento, nós da CPMI decidimos nem convidá-lo, para que você não possa estar lá presente dando esclarecimentos". Nesse sentido, não existe cabimento. E espero que hoje a gente se manifeste, sim, inicialmente, em relação ao convite ao Deputado Carlos Leréia e, se o relator achar necessário ele não atender o convite, que a gente vote a convocação do Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de V. Exa, Deputado Rubens, o Senador Randolfe pediu a palavra. Então, passo a palavra ao Senador Randolfe e, depois, a V. Exa.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Sr. Relator, quero ponderar pelo programa máximo e não pelo programa mínimo.

Quero só lembrar que para um dos primeiros depoimentos desta CPMI foi convocado um Senador da República, no caso, o Senador Demóstenes Torres. Os primeiros fatos que envolveram o Senador Demóstenes Torres, que concordo, muito mais graves em relação aos membros da Câmara, se tornaram públicos no mesmo momento em que surgiram os fatos envolvendo os Deputados.

É lógico que tem tratamento distinto e tem aqui uma situação regimental: o autor de um dos requerimentos, no caso o Senador Pimentel, retira o seu requerimento, ou pelo menos propõe o sobrestamento do seu requerimento. E isso somente o autor pode fazer e, obviamente, para que esse requerimento seja reapresentado, alguém tem que reapresentá-lo. Nesse sentido, em vez de não ouvirmos nenhum dos dois, eu queria sugerir o programa máximo. Assim como o Deputado Leréia destacou que não há nenhum óbice a comparecer por convite aqui, tenho certeza de que o Deputado Sandes Júnior não oferecerá nenhum óbice a prestar esclarecimento.

Então, estabeleçamos – é a proposta que faço – a isonomia por cima e não por baixo em não convocando. Estabeleçamos a isonomia por cima, convidando ambos os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou na mesma linha do Deputado Glauber. Se há vontade e disposição de vir depor perante a CPI, na mesma esteira a convocação imediata do Pagot – Luiz Antonio Pagot. Por diversas vezes, publicamente, declarou que gostaria de vir depor e teria muito a falar.

Agora, estou ouvindo aqui que esse convite deve acontecer porque ele também se dispôs a falar. Ora, por que um caso sim e outro, não? Então, temos que ter aqui um equilíbrio naquilo que o Relator está procurando conduzir e corretamente... Eu não entendi.

Está aprovado, mas nós não conseguimos fazer com que isso aconteça. E quantas vezes ele já disse que queria vir falar aqui. Não é porque foi aprovado. Por que não já tê-lo convocado há tanto tempo?!

De repente, chega aqui um convite, se tem uma posição e vem outro convite e outra posição. Nós temos que ter um certo equilíbrio de buscar levar à sociedade o respeito que deva ter. Eu não sou contra trazer quem quer que seja de convidado. Não. Se vamos convidar um, convide o outro. Mantém o equilíbrio, mantém o respeito desta Comissão Parlamentar. Não apenas perante o Parlamento, que é nosso dever, mas perante a sociedade, de quem somos procuradores, de quem somos mandatários.

Esse é o papel que eu acho que nós devemos cumprir. E não ficar nessa de convoca um, não convoca o outro; convida um e não convida outro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Ônix Lorenzoni. Depois, Deputado Leonardo Picciani e, aí, nós encaminhamos.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero chamar a atenção de que nós temos quatro convocações que já foram feitas e que são importantíssimas para o funcionamento desta CPMI, porque serão elucidativas do *modus operandi* da quadrilha que, segundo levantamentos preliminares que foram feitos e nós estamos fazendo, como disse o Senador Raldolfe, são 40 milhões em uma direção para um conjunto de empresas laranja de um Estado, 16 milhões em outro Estado, 90 milhões em outro Estado, 140 milhões em outro Estado, mas tem uma única origem, que é a empresa Delta Construções.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E quem é mais importante? O Cavendish.

O SR. ÔNIX LORENZONI (DEM – RS) – Ou seja, vou fazer uma analogia a Roberto Jefferson: nós estamos atrás dos petequeiros e deixando de cuidar do peixe grande. Isso é um fato. Não estamos indo atrás de quem temos que ir nesta CPI. A pergunta é: qual é a dificuldade de trazermos aqui o Sr. José Quintella e o Sr. Romênio Machado, sócios do Sr. Cavendish, que provavelmente são testemunhas daquela afirmação do Sr. Cavendish de que com 6 milhões comprava Senador? Quero saber quem ele comprou.

E por que é que o Sr... estamos aqui desde que cheguei falando que o A quer falar, que o B quer falar, que o C quer falar, um homem que pilotou um orçamento de bilhões, Sr. Luiz Antonio Pagot, lá do Dnit, esse quer falar, mas ninguém quer que ele fale.

E eu quero trazer uma informação, Sr. Presidente Vital do Rêgo. Se o senhor for verificar qual é a empreiteira brasileira que mais recebeu dinheiro nesse semestre, do Governo Federal, é a Delta. Lá no Dnit a Delta é campeã. E aí? Vamos ficar na disputa político-partidária? Ah, vamos dar um tiro lá no governador do partido A, um tiro no governador do partido B ou nós vamos cumprir com o nosso dever? Essa é a pergunta

que eu quero fazer. Reunião administrativa, Presidente Vital, é para isso. Nós já procedemos à convocação, há mais de mês. V. Exa. e o nosso Relator, por quem tenho respeito e sei que está fazendo um trabalho sério, pediram um prazo para que nós adequássemos a convocação. Existe prazo mais adequado para trazer essas pessoas do que agora? Semana que vem? Para que tenhamos tempo de cotejar o que elas dizem com os documentos que nós temos aqui, as pesquisas que fizemos com o que elas poderão argumentar aqui, as relações que nós já sabemos com aquilo que elas vão tentar calar diante da veracidade da linha investigativa, para que possamos usar o tempo que resta para esta CPI, para produzir resultado.

Então, eu quero, na verdade, abordar este tema. Com todo respeito. Já ouvimos aqui o decorador da casa do Cachoeira. Daqui a pouco vamos ouvir aqui o psiquiatra, o psicólogo da ex ou da atual do Cachoeira. Semana passada, as pessoas se sensibilizaram com a ex-mulher do Cachoeira, que veio aqui e que disse que não tem nada a ver com ele. Só que no cronômetro das visitas ao Cachoeira ela já ganhou da atual. É um caso extraordinário, em que a ex-mulher vai atrás do marido mais do que a atual. Eu nunca vi isso. Nunca vi isso. Isso tudo nós já aferimos aqui. Agora, nós não estamos querendo aferir a gênese: por que Cachoeira se aproximou de Cavendish? Porque dava muito mais dinheiro, Presidente Vital, do que fazer jogo do bicho ou fazer maquininha. Por que é que a organização criminosa do Sr. Cachoeira, que todos nós concordamos, foi atrás de ter um acordo, um conluio, com diretores da Delta de várias regiões do País e com a Delta? Porque lá é que está o dinheiro grosso. Esse é o fato. E que dinheiro é esse?

Eu concluo, Presidente, e agradeço a generosidade do tempo que V. Exa. me concede.

O grave de tudo isso, Presidente, é que esse dinheiro a que eu me refiro é a mina em que o Cachoeira mirava. E para isso ele precisava da associação criminosa que envolvia a Delta. Era o dinheiro do cidadão e da cidadã brasileira. E é desse que nós temos que cuidar. É dinheiro público. É por isso que temos que trazer essas pessoas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Leonardo Picciani. Depois, vamos encaminhar.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, depois do Leonardo Picciani, me dê um pela ordem, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, eu considero que V. Exa. teve todas as possibilidade hoje de...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E no Regimento tem escrito a quantidade de pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, V. Exa. já teve três, mas eu passo... Como a palavra está com o Deputado Leonardo Picciani, eu gostaria que ele usasse da palavra.

Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero falar sobre o tema em discussão, da convocação dos Srs. Deputados Federais Sandes Júnior e Carlos Leréia. Eu acho que essa questão, após as informações prestadas pelo Deputado Maurício Quintella, que acompanhou de perto essa questão na Comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados, e o encaminhamento formulado pelo Relator, a partir dessas informações, estão adequados. Eu resolvi me inscrever após a proposta do Senador Randolfe, que eu entendo. Mas eu queria dizer ao Senador Randolfe que está sendo mantida aqui a isonomia. O Senador Demóstenes Torres, quando foi convocado a vir a esta Comissão, já estava com o procedimento aberto no Conselho de Ética, situação em que se encontra o Deputado Carlos Leréia, que será convidado, diferente da situação em que se encontra o Deputado Sandes Júnior.

É importante que essa questão fique clara, para que não se misture aqui. E aí discordo também do Deputado Silvio Costa, que não há nenhuma ingerência por ser de partido A, partido B ou partido C. Trata-se da situação em que cada um, individualmente, encontra-se no seu processo, a situação do seu processo junto à sua Casa de origem, a Câmara dos Deputados, e também as outras instituições, o Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público.

Então, muito ao contrário do que tratar com isonomia os iguais, aqui se trata de casos distintos. Então, não há como aplicar uma isonomia que não seria isonômica. Aí, sim, traria diferença de tratamento.

Portanto, o apoio à proposta formulada pelo Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Srªs e Srs. Parlamentares, eu gostaria de comunicar a V. Exªs que em minhas mãos, para decisão colegiada, o requerimento que diz respeito a informações ao Deputado Federal Sandes Júnior, do PP de Goiás, assinado pelo Sr. Relator e pelo Deputado Maurício Quintella, Relator da comissão processante na Câmara dos Deputados.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, desculpe, mas tem que votar o convite para o Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar o convite para o Deputado Carlos Alberto Leréia...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Quero saber pelo menos qual informação está sendo pedida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu posso ler para V. Exa:

> *"Com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, requer que o Deputado Federal Sandes Júnior preste a esta comissão informações relativas ao seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.*
>
> *As informações a serem prestadas deverão conter esclarecimentos acerca da contribuição de campanha recebida pelo parlamentar nas eleições de 2010, do Laboratório [cita o nome do laboratório] Midway.*
>
> *O Deputado Sandes Júnior, na sua justificativa, foi mencionado em ligações, dezenas de ligações interceptadas pela Polícia Federal, nos autos da Operação Monte Carlo.*
>
> Além disso, o Deputado recebeu contribuição de campanha, nas eleições de 2010, do Laboratório Midway, no valor de R$300 mil.
>
> *Uma das parcelas da contribuição da campanha recebida pelo parlamentar, no valor de R$150 mil, foi realizada em 21/09/ 2010, exatamente um dia após o Laboratório Midway receber a transferência do valor de R$150 mil da empresa fantasma Alberto & Pantoja.*

Eu estou fazendo apenas uma pincelada na justificativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele precisa responder a essa questão central.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou atender V. Exa.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só para ficar claro, Presidente. Quer dizer que ficou sobrestado o requerimento sobre a possibilidade de ele vir aqui, não é isso?

Nós só pedimos as informações e, se for o caso, poderemos convidá-lo ou convocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É exatamente isso.

Com a palavra o Senador...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero solicitar a V. Exª e ao Relator informação sobre o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Qual a data em que a relatoria e a Presidência pretendem marcar os depoimentos já citados aqui dos Srs. José Quintella e Romênio Machado, sócios da empresa Delta? Do Sr. Luiz Antonio Pagot, já citado aqui. Do Sr. Fernando Cavendish, dono da empresa Delta? E o requerimento aqui aprovado do Sr. Francisco de Assis, elemento central da engrenagem das empresas laranjas que dialogam com a empresa Delta?

Então, solicito, interponho à Mesa essa solicitação verbal de informação sobre a data que a Mesa, a relatoria pretende definir. As datas desses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Atendendo a solicitação de V. Exª, e recolhendo também, até porque a Presidência iria se manifestar exatamente nesta hora para informar à Comissão a respeito desses procedimentos que têm como cargo ou encargo desta Presidência, também o Sr. Deputado Miro Teixeira oficiou à Mesa, através de requerimento, que nesta reunião administrativa seja marcada a data da oitiva do Sr. Fernando Cavendish.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Perdão, Sr. Presidente, como V. Exa. disse que ia falar agora sobre isso, fixar a data, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou com o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só acrescentando, além do Sr. Fernando Cavendish, os outros quatro nomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou com o Relator e com o Vice-Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, só para complementar a informação do nobre Senador: também do Sr. Assad e do Sr. Paulo Preto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Deputado Sílvio Costa com a palavra.

É sobre esse assunto?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É claro que é sobre esse assunto, sobre o assunto de convocação.

O Deputado Garotinho, em uma sessão aqui, disse que precisava que esta CPI ouvisse, segundo ele, duas bombas, duas testemunhas que queriam se apresentar. Informou na semana passada a mim que teria procurado V. Exa. para que V.Exa. marcasse essa reunião em que essas pessoas viriam aqui fazer esse depoimento.

A lógica desta CPI, infelizmente, tem sido a lógica da Constituição da República: as pessoas vêm aqui e não falam, lamentavelmente. Eu gostaria de perguntar a V. Exa. se realmente houve essa conversa entre V. Exa. e o Deputado Garotinho. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é dizer ao Sr. Relator, com todo o respeito a V. Exa., Sr. Relator – olhe para mim, Relator – que V. Exa. não pode fazer uma invenção. O Deputado Leréia, se é para convocar – já que, na minha opinião, estamos tratando iguais de forma desigual – não pode ser convite, porque com o Deputado Leréia não foi um encontro fortuito. Então, não pode inventar isso, porque tem uma diferença entre sentar à Mesa como convidado e sentar à Mesa como convocado. Não dá para inventar, ou convoca ou não convoca. V. Exa. tem de parar com essa coisa de dizer que vai fazer um convite, porque, a partir daí a CPI fica efetivamente, definitivamente, sem sentido. Acho um equívoco neste momento tratar iguais de forma desigual.

Portanto, V. Exa., por favor, conserte e faça a coisa certa: é convocação, não é convite.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem efetivamente, porque V. Exa. havia anunciado aqui, pelo art. 95 da Câmara, um procedimento de fixação de datas.

Então, em termos de questão de ordem, eu lhe requeiro que prossiga no que foi anunciado: vamos marcar a data do Cavendish, vamos marcar a data de quem mais...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quem marca as datas das convocações é esta Presidência...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente. E esta Presidência vai marcar as datas das convocações, como tem marcado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E isso V. Exa. acaba de anunciar. O que peço é que V. Exa. mantenha o que foi anunciado antes para que não haja desvio daquele curso. Em seguida, todas as demais manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O requerimento do Sandes Júnior já foi deliberado por esta Comissão.

Para o Carlos Alberto Leréia eu preciso da confirmação do convite do colegiado desta Comissão.

Aqueles que concordam com o convite ao Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Durante o dia de hoje, esta Presidência vai definir, como tem feito durante todas as semanas, a data das convocações das semanas subsequentes. Durante esta sessão, eu já havia definido com o Sr. Relator que, no próximo dia 28, o Sr. Fernando Cavendish estará presente nesta Comissão. Durante o restante do dia, vamos definir os outros convocados, que estarão entre os dias 28 e 29.

Nada mais havendo a acrescentar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, para concluir, oficialmente anunciado o dia 28...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, por favor. Só um minuto, por favor!

Eu tenho quórum e eu preciso aprovar a ata.

Aqueles que concordam com a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata por unanimidade.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu passarei a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – (*Fora do microfone.*) Pela liderança.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minutinho.

Encerrada a Ordem do Dia, vou passar a palavra, como Líder, e depois a todos que pela ordem se posicionarem, ao primeiro inscrito, Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a ordem dos trabalhos àquele que ordena melhor do que eu, Deputado Paulo Teixeira.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PT – SP) – Deputado Paulo Teixeira, Sr. Presidente, só para confirmar

a nossa diligência de hoje à tarde. Está confirmada às 18h na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está confirmada a diligência na Polícia Federal hoje à tarde às 18h, que foi marcada pelo Relator.

Inscritos os Deputados Jilmar Tatto, o Senador Fernando Collor de Mello, o Deputado Rubens Bueno.

Por enquanto, vejo esses três inscritos.

Deputado Jilmar Tatto com a palavra.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, nobres Srs. Deputados, primeiro, eu quero elogiar o trabalho desta CPI, a condução do trabalho do Presidente Vital do Rêgo e a organização e o trabalho do nobre Relator Odair Cunha. Nós tivemos, Sr. Presidente, no final de semana, algumas matérias que saíram no jornal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campainha.*) – Peço atenção ao orador na tribuna.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – ... principalmente na revista *Carta Capital* e também na TV Record, que trata do Jornalista Policarpo Júnior, que é o diretor da sucursal da revista *Veja* aqui em Brasília.

Veja, Sr. Presidente, o nome desse jornalista vem aparecendo em todos os momentos da investigação. O delegado que esteve aqui e que coordenou, organizou os trabalhos de investigação da Operação Monte Carlo, falou do Jornalista Policarpo Júnior. Ele tem 73 vezes o seu nome citado de forma direta e indireta, a maneira como ele se movimenta, se comporta e a maneira que ele tenta buscar as suas fontes. Este Jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*, apareceu inclusive naquela montagem, naquela gravação do Hotel Naoum, onde as gravações internas das imagens não foram gravações feitas pelo Hotel Naoum, mas foram a partir da organização criminosa do Cachoeira, tendo como o Dadá, digamos assim, o "técnico" – entre aspas – que fez as gravações. A matéria da revista *Veja* foi justamente a partir daquelas gravações feitas de forma ilegal.

O Jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja,* aparece numa operação, num processo de licitação, numa combinação de 70 empresários, ele tenta se infiltrar não como jornalista, não como alguém que quer fazer um furo de reportagem, mas como alguém ligado à empresa Delta, para justamente poder beneficiar esse crime organizado.

O Jornalista Policarpo Júnior aparece nas gravações agora pedindo para que fossem feitas ligações com o Deputado Jovair Arantes, do PTB, conversando, dialogando, com Carlinhos Cachoeira, o chefe desse crime organizado, justamente para fazer uma matéria para prejudicar o Deputado Jovair Arantes quando do assunto Conab. Não se trata aqui de buscar fontes. Trata-se aqui, na verdade, de buscar informações ilegais, ligadas ao crime organizado do Carlinhos Cachoeira.

Aqui foi feita uma espécie de acordo de não colocar em pauta a convocação desse jornalista, apesar de todos esses indícios. Não quero, de maneira alguma, em tempo algum, e se trata, aqui, de dizer, de falar sobre a liberdade de imprensa, de falar sobre a democratização dos meios de comunicação.

Nós estamos falando, na verdade, de um senhor que, na minha opinião, atravessou o Rubicão. Se trata, aqui, de convidar um senhor que, na minha opinião, começa a envergonhar a categoria desses profissionais sérios, que trabalham seriamente e que ajudam no processo de democratização e de transparência da sociedade brasileira. Se trata, na verdade, de convocar um senhor que ... O Sindicato dos Jornalistas deveria tomar providência. Ele está envergonhando os jornalistas brasileiros, essa profissão.

Portanto, a CPI, neste momento, decidiu não convocá-lo, apesar de todos os indícios, apesar de a Polícia Federal dizer ter gravado mais de 73 diálogos desse senhor, e diálogos não republicanos, diálogos esses que, necessariamente, não são diálogos para buscar fontes, diálogos esses, na verdade, que têm relação direta com o crime organizado do Carlinhos Cachoeira.

Portanto, aqui não se trata de politizar, não se trata de condenar a imprensa, não se trata de fazer o debate da imprensa brasileira, que é livre, democrática e tem de cumprir o seu papel no Brasil. Esse debate nós não queremos fazer.

Na verdade, nós queremos saber de um senhor que atravessou o Rubicão, um senhor que está usando a sua inteligência, a sua profissão e usando um meio de comunicação, que é a revista *Veja*, para se aliar ao crime organizado, para fazer matérias para prejudicar esse ou aquele empresário, esse ou aquele político, e, aqui, eu falo de todos os partidos, de todos os partidos, inclusive.

Portanto, espero, tenho fé de que esta CPI, no momento adequado, vai convocá-lo. No momento adequado, vai chamá-lo para que se sente aqui, do lado esquerdo da mesa, para que ele possa explicar como ele age, qual é a relação que ele tem com o crime organizado, com Carlinhos Cachoeira, a relação que ele teve com Demóstenes, que foi cassado, a relação que ele tem com o Sr. Abreu, a relação que ele tem com esse crime organizado que é objeto da CPI.

Portanto, eu espero, com muita paciência, que nós não tenhamos, agora sim, Senador Collor, que não tenhamos medo.

Aqui, nós tivemos coragem de convocar Senadores. Aqui, tivemos coragem de convidar governado-

res. Aqui, esta CPMI teve coragem, inclusive agora, de convidar ou convocar Deputados.

Espero que nós tenhamos coragem e não tenhamos medo de convocar um jornalista, ou, mais do que isso, um pseudojornalista.

Estendo, para não dizer que há perseguição em relação à revista *Veja*, porque tenho uma opinião muito particular em relação a essa revista, estendo, inclusive, aos outros profissionais que foram citados pela Polícia Federal – do *Correio Braziliense* –, aqueles dois jornalistas, para encerrar, lá de Goiás, de um jornal local de que não me recordo o nome, e todos aqueles que estejam envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para sua conclusão.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Portanto, é esse o pedido que eu faço a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Jilmar Tatto.

Passo a palavra, agora, ao Senador e Presidente Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de manifestar a minha mais profunda frustração pelo fato de, hoje, não ter sido levado à votação o requerimento convocando para prestar depoimento, nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o bandido Policarpo Júnior e os seus asseclas, respectivamente, Gustavo Ribeiro e Rodrigo Júnior.

Trouxe, hoje, uma informação que é um fato novo. É um fato novo que, talvez, possa ajudar nessa convocação, ao final, por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

À data de 02 de março, uma sexta-feira deste ano de 2012, encontraram-se esses dois jornalistas, Rodrigo Rangel e Gustavo Ribeiro, dessa revista que é um coito de bandidos chamada *Veja*, comandada pelo seu chefe maior, que é o Sr. Roberto Civita. Encontraram-se com dois Procuradores – aliás, três Procuradores: a Sra. Léa Batista de Oliveira, o Procurador Daniel de Resende Salgado. Esses dois levados ao encontro, com os jornalistas já citados por mim, do Sr. Procurador Alexandre Camanho de Assis, que é o braço direito desse Procurador-Geral da República que vem deslustrando o Ministério Público da nossa Pátria.

O Sr. Gurgel, Roberto Gurgel, é uma peça apodrecida dentro dessa instituição que nós tanto louvamos, que é o Ministério Público Federal. Ele não pode mais continuar exercendo as suas funções.

É também um criminoso, é um prevaricador, é um chantagista. Chantageou um ex-Senador que até há pouco convivia aqui conosco. É ele que faz com que esses procuradores tentem intimidar Parlamentares para que eles se calem em relação à possível convocação, que também já está solicitada. Dele, Sr. Procurador-Geral, e da Subprocuradora-Geral Cláudia – e isso é gravíssimo –, que têm a reserva de mercado em relação aos processos que chegam à Procuradoria-Geral da República, que tenham pessoas citadas com foro privilegiado ou com prerrogativa de foro.

Pela primeira vez na história da Procuradoria, vê-se tal reserva de mercado. Não se participa mais, não se resolve mais a distribuição pelo sorteio eletrônico ou pela distribuição, obedecendo a qualquer tipo de sistemática. A sistemática é uma só: chegou algum processo na Procuradoria-Geral da República que inclua pessoas nesses processos que tenham prerrogativa de foro, imediatamente esse processo é encaminhado às mãos da Sra. Subprocuradora Cláudia, esposa do Procurador-Geral.

Portanto, ao lado da minha manifestação de frustração muito grande, pelo fato de hoje não termos aqui votado a convocação desse Sr. Policarpo Júnior, desses outros a que já me referi, eu quero aditar esse fato novo, talvez, Sr. Relator, que possa ajudar e reforçar a convocação dele.

Eles estiveram reunidos no dia 2 de março, sexta-feira, com dois jornalistas de *Veja*, levando esses Procuradores aos jornalistas de *Veja* os dois inquéritos que resultaram na Operação Vegas e na Operação Monte Carlo e que corriam sob segredo de justiça. Vejam V. Exas., Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a gravidade desse fato!

Eu, aqui, venho denunciando seguidamante – aqui, na CPMI, e também da tribuna do Senado – esse fatos criminosos que estão sendo urdidos na Procuradoria-Geral da República. Quero dizer que isso se restringe a esse grupo que circunda o Procurador-Geral. Não é a instituição Ministério Público. E também esses jornalistas que estão lá acoitados, que estão lá acobertados pela Editora Abril. Não é toda a imprensa brasileira.

Por isso, ao lado dessa frustração, repito: quero aqui reforçar a minha denúncia. E eu dou nome, data, hora e pessoas que estiveram presentes a essas reuniões, para ver se isso pode sensibilizar, de uma vez por todas, para que seja colocado em votação o requerimento em que se convoca... E aqui está o Deputado Rosinha, que apresentou ainda antes de ontem ou ontem um requerimento também convocando o Sr. Policarpo Júnior. Que urge trazê-lo aqui, porque, no meu entender, no coração dessa organização criminosa, está a Editora Abril e a Procuradoria-Geral da República.

Lá, no quarto 1.103 do antigo Hotel Naoum, era o local onde o Sr. Policarpo Júnior se reunia com as

empreiteiras todas, para saber e tirar informações delas e dar a essas informações o uso que julgasse conveniente na publicização ou na publicidade que daria por intermédio da sua revista.

O Sr. Roberto Civita é conhecedor de todos esses assuntos e de todas essas questões. Eu sei também. E, no momento oportuno em que ele aqui estiver sentado, nesta cadeira, eu irei contar alguns fatos que são horripilantes a respeito da atuação desse senhor, como dirigente de uma empresa de comunicação, que se emporcalhou e que envergonha hoje o Brasil, que é essa revista *Veja*, patrocinada pela Editora Abril.

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, que junto com o Sr. Relator, façam o possível para que aqui tenhamos presentes, respondendo a essas indagações que vários de nós teremos a fazer não somente à Procuradora Léa Batista de Oliveira, o procurador Daniel de Resende Salgado, o Procurado Alexandre Camanho de Assis, que são os braços que praticam os cirmes do Sr. Procurador Geral da República, mas também os jornalistas e bandidos Policarpo Júnior, Gustavo Ribeiro, Rodolfo Rangel e alguns outros que oportunamente aqui trarei também o requerimento pedindo a convocação desses senhores para aqui prestarem os seus esclarecimentos.

E quero dizer que não adianta mais invocar a questão de sigilo de fonte, porque esse sigilo de fonte, há muito, já foi para o espaço; não há mais nenhum sigilo em relação a essa questão, nem o segredo de justiça que deveria ser obedecido, a começar por aqueles que representam o Ministério Público neste caso específico, como essa procuradora Léa, como todos os outros que têm conhecimento, tinham que manter segredo de justiça. E ela própria fica dando entrevistas dizendo do conteúdo com as informações que tem na Operação Vegas e nos processos da Operação Vegas e da Operação Monte Carlo. Por isso, Sr. presidente, agradeço a V. Exa. o tempo que me foi concedido e lamento, mais uma vez, saio daqui extremamente frustrado por não termo hoje convocado para esta CPMI o bandido chamado Policarpo Júnior e, com ele, os seus asseclas, aqueles outros, aquela raiazinha miúda que faz o trabalho podre do Sr. Policarpo Júnior, que são os jornalistas Gustavo Ribeiro e Rodrigo Rangel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo orador, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr, Presidente, aproveitando a presença do Relator, Deputado Odair Cunha, e aí insistir junto à Mesa e à Presidência especialmente, que, ao marcar os próximos depoimentos, convocações e convites, se dê prioridade àqueles que queiram esclarecer alguma coisa a esta CPMI. Nós estamos dando prioridade àqueles que não querem e vão à Justiça pedir o direito de aqui não falarem e produzir testemunho contra si próprios, provas contra si mesmos.

O que me chama a atenção é o fato de o Sr. Antonio Pagot já ter dito diversas vezes que quer vir à CPMI porque tem muito a falar. Aliás, o Sr. Carlos Augusto Cachoeira, quando esteve aqui, também disse que ele também tinha muito a falar depois do depoimento que faria à Justiça Federal, no Estado de Goiás. Como já fez e lá não falou, quem sabe seja a hora de ele voltar aqui e poder esclarecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Sr. Carlos Augusto Cachoeira disse aqui que, depois do depoimento à Justiça Federal, em Goiás, ele estaria pronto para vir aqui e que teria muito a falar.

Também é importante destacar o Sr. Cavendish, o volume do grande de negócio dessa relação público-privada que tomou conta das obras públicas no País, o Sr. Cavendish é de fundamental importância. Mas junto com eles a prioridade de quem quer falar, que é o Sr. José Quintela e o Sr. Romênio Machado, que são sócios do Sr. Cavendish na empresa Sigma. Então, se nós dermos prioridade àqueles que queiram falar, que queiram vir contribuir com os seus depoimentos... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estamos prestando atenção a V. Exa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

Apenas para registrar no sentido de que esta CPMI ganha agilidade, ganhe algum tipo de ação mais própria e mais presente para que se busque, efetivamente, as investigações e que se chegue a um desiderato e que isso seja, finalmente, colocado aqui à disposição deste Plenário, para que possamos votar.

Finalmente, não vou usar todo o meu tempo, dizer que o Senado abriu sindicância para apurar a situação do consultor Cláudio Denzuque de Alencar, que está nesta CPMI qualificado como advogado de defesa da Sra. Andressa, atual esposa do Carlos Cachoeira.

Então, quero louvar aqui que é um requerimento que nós apresentamos para que se investigue que esta sindicância traga à luz aqueles que estão no serviço público aqui fazendo com que seja uma carreira efetiva de qualidade para o Legislativo brasileiro, mas que não seja divulgado particular daqueles que estão aqui testemunhando contra o próprio interesse público do País. Diante disso, Sr. Presidente, finalizando, quero dizer que esta CPMI precisa ser trazida à luz nos bons debates a que ela se propôs. E não aqueles que, por razões pessoais, buscar esse ou aquele.

Que isso se faça em uma delegacia de polícia, mas não em uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo orador, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Eu me inscrevi justamente por ser autor de um dos requerimentos que acabaram não sendo analisados, que é o de convocação do jornalista Policarpo Júnior.

Não foi analisado, mas eu espero que, na próxima reunião, e que seja bastante rápido, de preferência já no início de setembro, possamos colocá-lo em debate e votá-lo.

Não dá mais para que fiquemos protelando, não o meu requerimento, que é muito recente, mas o do Senador Fernando Collor de Mello. Porque, cada vez que passa mais tempo, vai-se tornando clara a necessidade de convocação desse cidadão. E a convocação dele não é por ser jornalista, é por ser um cidadão que usava e era usado – e nós temos que investigar até que ponto isso é verdadeiro – uma organização criminosa. Ele usava a organização criminosa como fonte de informação e ele era usado pela organização criminosa ou, como nós nos dispusemos aqui a investigar essa organização criminosa e seus braços, era um braço da organização criminosa? São respostas que têm que ser dadas nesta Comissão e são respostas que têm que ser dadas pelo Sr. Policarpo.

Alguns procuram nos intimidar dizendo que chamar jornalista para depor é querer cercear o direito de pensamento, o direito de expressão e a liberdade de imprensa. Não é absolutamente nada disso. Eu, profissionalmente, sou médico e estou Deputado e aqui nós convocamos Deputados, convocamos Senadores, e quantos médicos já foram convocados para depor em outras situações ou mesmo em CPMIs, quando necessário. E ninguém diz que é cercear o direito profissional.

Será que jornalista é protegido constitucionalmente de não poder depor em lugar nenhum, mesmo quando suspeito de ter cometido crime? Não vejo dessa maneira. Cercear o direito à liberdade de expressão e de imprensa é através de outros meios e de outros métodos e não esse de tornar público o seu depoimento em uma CPI.

Já está aprovado ou está sendo investigado que algumas das ações usadas são criminosas. A do Hotel Naoum é uma delas. Está provado como foi feita através agora da documentação e qual foi o resultado da publicação da matéria na revista *Veja*? O estudo que solicitei junto à assessoria e que foi feito demonstra muito bem isto: cada relação, cada telefonema, cada tema das relações de telefone gerava uma matéria ou deixava de gerar. E por que deixava de gerar? É possível fazer esses estudos, tranquilamente.

Quando ele alega que usava membros da organização criminosa como fonte de informação não é verdadeiro, já passou disso. Como quando pede que seja investigado o Deputado Jovair Arantes. Não era fonte de informação. Era ele solicitando um trabalho à organização criminosa. Ou quando a organização criminosa, através da ausência da empresa Delta em uma licitação na cidade de Curitiba da BR-280, indica o Policarpo para ir naquela audiência de licitação para que lá pudesse alimentar a matéria.

Se ia existir crime ou não naquela licitação, é outra questão a ser investigada. Mas se alguém se apresenta em nome de uma empresa orientado por membros de uma organização criminosa, há uma forte suspeita que tem que ser investigada.

Então, aqui, não podemos ficar protelando com um discurso de proteção da mídia, quando não é proteção da mídia, é proteção de um cidadão sobre o qual há suspeita de ações criminosas. Nesta CPI, não nos cabe fazer esse tipo de proteção.

Há alguns que fazem o debate que está envolvendo a empresa Abril, que edita a *Veja*. Não estou fazendo nenhum tipo de ilação nesse sentido. Estou dizendo que um dos funcionários da empresa Abril tem de ser investigado. Se há uma profunda ou maior relação com a organização, só poderemos prová-la quebrando seu sigilo bancário, telefônico e fiscal. Será que esta CPI terá a necessidade de fazer isso após ouvi-lo? Essa é uma resposta que será dada após a convocação dele. Sendo ele ouvido, poderá ser levantada suspeita, e, inclusive, pode-se chegar a esse patamar de investigação se for necessário.

Então, peço aos Pares desta Comissão, agora bastante esvaziada, que acompanhem o noticiário daqui para frente, que leiam, daqui para frente, não só a revista *Veja*, mas também outras fontes de informação, que virão mais temas, mais questões a respeito do comportamento desse jornalista.

O que peço é investigação. Não estou pedindo condenação prévia, não o estou acusando previamente, dizendo que ele cometeu crimes. Não! Faço, aqui, a defesa da sua convocação, uma vez que ele se sente à vontade entre nós. Por ocasião do Conselho de Ética que estava investigando o Deputado André Luiz, ele foi depor naquela Comissão, parece-me que voluntariamente e em favor do Cachoeira, pelo que tudo indica. Então, é alguém que já se fez presente no Congresso Nacional, inclusive dando depoimento em Comissões. Então, ele já se sente à vontade, provavelmente, para

aqui dar as explicações que deve não a esta CPMI, mas, sim, à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Dr. Rosinha.

Os dois últimos inscritos são o Deputado Miro Teixeira e, depois, o Deputado Emiliano José.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG. *Fora do microfone.*) – Também estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não registrei a sua inscrição, mas o faço por último.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – SP) – Sr. Presidente, eu não usaria esse tempo da minha inscrição, tendo em vista o que se está passando aqui em relação ao quórum, mas é que me preocupei. Sr. Presidente, as vozes, quando vêm dos esgotos da política, não preocupam, mas, quando vejo o Líder do PT assumir um discurso de restrição, sim, de coação, sim, ao exercício da profissão de jornalista – é um discurso de coação, sim! –, aí eu me sinto no dever de falar. Por quê? Porque o PT é considerável. Estamos falando de um grande Partido, com tradição democrática. Estamos falando do Partido da Presidente da República, estamos falando do Partido do ex-Presidente da República Lula. Não estamos ouvindo vozes aleatórias, e aí começo a temer.

O Policarpo foi o primeiro. E está falando aqui uma pessoa que mal conhece o Policarpo. Eu digo que mal o conheço, porque tenho medo de dizer que não o conheço e de, uma vez, ter estado com ele ali no Cafezinho. Então, digo que mal conheço o Policarpo Júnior. Esse é o primeiro caso do que será um Estado policial. Esse é o Brasil se preparando para ser uma Argentina, em termos de controle de imprensa pela intimidação, pela intimidação! Querem tornar rombudas as pontas das lanças dos jornalistas! Querem correr atrás de quem grita "pega ladrão", em vez de pegarem o ladrão!

Então, não vou usar o tempo. Apenas não quis silenciar, pela gravidade do que ouvi, pela iniciativa do Líder do PT, que falou nessa qualidade aqui, na Comissão. Fico à vontade para fazer a referência, porque, antes de ele se retirar, eu o comuniquei que falaria sobre isso e sobre o discurso dele, que, se não existisse, eu retiraria minha inscrição aqui.

Chamo a atenção de cada jornalista deste País, de cada meio de comunicação deste País, porque é assim que começam certos movimentos. Aparentemente, é contra uma pessoa que já deu uma peça magnífica, que tem várias versões sobre os perseguidos, a era do nazismo. Tem várias versões, mas é que começa assim: primeiro, vieram buscar o meu vizinho porque ele era católico. Eu, como não sou católico, não protestei. E por aí vai. Até que depois não havia mais ninguém para falar. Como é meio lugar comum, princípio de referência dos discursos políticos, eu não vou fazer. Não é porque o tema é o dos lugares comuns não. Lugares comuns se tornam lugares comuns exatamente pelo que podem representar com muita facilidade. Mas é que depois pode não haver mais ninguém para falar.

Se os jornalistas deste País não prestarem atenção ao que está se passando, se não procurarem entender que este é o primeiro, que outros virão atrás e que isso não ficará no plano federal apenas, será no plano estadual também, serão os prefeitos municipais a intimidar, a coagir, porque o que fiscaliza a atividade pública é a imprensa. O ideal seria que cada cidadão pudesse fiscalizar a atividade pública. Está no art. 37 da Constituição, definindo os princípios que regem a Administração Pública. Mas como é possível fiscalizar a moralidade, a impessoalidade, cada um com seus afazeres? Existe uma entidade privada, uma instituição privada que faz isso, que é a imprensa. O resto é uma instituição chapa-branca. Tudo é chapa-branca na fiscalização. Aliás, chapa-branca que não funciona, imóvel, porque, quando acaba uma CPI, começa outra logo depois, com fatos muito parecidos. O roubo não para. Cazuza disse: "O tempo não para". Pode-se dizer: o roubo não para. Porque tem uma CPI atrás da outra, sobre os mesmos fatos e as mesmas coisas. Quase sempre, CPIs nascidas com denúncias na imprensa. E, de repente, isso vira um terror para aqueles que têm tradição de corrupção. O que eu não vejo no PT.

Por isso eu me insurjo contra as opiniões. Ele tem o direito de emiti-las, o Deputado Jilmar Tatto. Mas o silêncio poderia representar uma forma de consentimento. Eu me alarmei com as palavras do Deputado Jilmar Tatto, repito, e disse a ele antes de ele sair que eu faria este pronunciamento modesto aqui. É de nos atemorizarmos.

E peço a atenção, realmente, peço a atenção de todos os jornalistas para esse fato. É assim que começam os estados policiais. Há exemplos do século XX, e agora no século XXI há novos exemplos. Vejam lá o que está se passando com o *Clarín*, na Argentina – perseguições a uma família –, e a outros veículos. E isso vai se desdobrando depois para Estados e Municípios – lá, uma denominação diferente: as províncias. E lamento que tenhamos chegado a este ponto.

Enalteço, por outro lado, a postura de alguns petistas. Por quê? Porque a matéria não foi trazida hoje aqui a debate. Presumo que um dos requerimentos estaria prejudicado e o outro eu penso que haveria argumentos muito sólidos para derrotar.

Mas assim como estou falando do PT que me preocupa, falo também do PT, que neste momento

está aqui presidindo a sessão, pelo Deputado Paulo Teixeira, do PT do Deputado Odair Cunha, que aqui estava, que é o Relator, e que não se mobilizou – e estava aqui o Deputado Vaccarezza – para colocar em votação qualquer requerimento ofensivo.

Mas as palavras me preocupam muito. Como disse, repetindo um clássico, o Deputado Paulo Teixeira: o que é sólido se desmancha no ar; as ideias nos preocupam. As ideias nos preocupam. Quando o Líder do PT faz pública essa ideia, esse conceito, eu aí entendo que nós teremos uma luta pela frente. E haverá gente disposta a lutar, acredito que mesmo dentro do PT.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira.

Passo a palavra ao Deputado Emiliano José, e o último orador será o Deputado Domingos Sávio.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, para dizer que concordo num ponto – e apenas num ponto – com o Deputado Miro Teixeira, no que diz respeito ao fato de nós estarmos fazendo este debate já com o quórum absolutamente diminuto. Mas, no resto, nós discordamos. E não falo na condição apenas de Deputado, mas de Jornalista há mais de 30 anos – como Jornalista.

O que resta saber é a nossa posição diante do crime. Essa é a questão que está posta em relação especificamente ao caso do Jornalista Policarpo Júnior. É se esta CPMI tem condições de analisar o crime de maneira igual ou se o que se chama instituição jornalística pode praticar crimes impunemente e nós olharmos os crimes como se nada tivesse acontecendo.

Nós não estamos tratando da relação complexa entre jornalista e fonte, pura e simplesmente. É uma relação necessariamente complexa. Ao jornalista cabe ir atrás de tudo e discutir com quaisquer fontes.

No caso do Jornalista Policarpo Júnior, está visto, provado, sabido e consabido o tipo de relação que foi estabelecida com o crime organizado, que foi uma relação de troca e de negociação permanente, uma atitude de combinar matérias e cobrar a presença de arapongas, de bandidos – a palavra é essa mesmo! – para trabalhar a favor de suas propostas e combinar matérias que beneficiavam o lado do crime e o lado da *Veja*.

Então, nós não podemos discutir isso desta maneira simplista, a de dizer que o que está em jogo é a liberdade de imprensa, ou evocar Maiakovski de maneira tão rápida e ligeira, como se isso fosse verdadeiro. E, nesse caso, não é. Trata-se aqui de saber se nós, diante do crime aí expresso, largamente expresso, dos muitos crimes praticados pelo Sr. Policarpo Júnior, na relação específica de intimidade profunda, de cumplicidade total com o Sr. Carlos Cachoeira. Trata-se de responder se nós vamos ter uma atitude de fechar os olhos diante disso, porque se trata de um jornalista, ou não.

É absolutamente inconsistente a ideia de que isso implicaria – esta é uma visão catastrofista, naturalmente – uma atitude sequencial: "Agora vão querer atacar a imprensa brasileira!". Ora, ora, nesse tipo de raciocínio, o Estado inglês virou Estado policial. O Estado inglês, o berço da democracia, virou Estado policial porque enfrentou o crime da imprensa, porque enfrentou o Sr. Rupert Murdoch, o que tem muita semelhança com as coisas que estão acontecendo aqui. O Estado inglês soube enfrentar o crime organizado da imprensa. Foram para os tribunais, foram parar em tribunais. Jornalistas e donos de empresas foram presos porque estavam cometendo crimes.

Não há nenhuma diferença, ou talvez seja mais grave o que fez o Jornalista Policarpo Júnior em relação ao que aconteceu na Inglaterra. A Inglaterra é um Estado policial? É até um Estado democrático e, por ser democrático, tem, com relação a quaisquer crimes, inclusive com os de imprensa, a mesma atitude, o mesmo comportamento. Fosse assim, os Estados Unidos, que têm fechado muitas concessões, seriam um Estado policial.

Ora, vamos nos entender quanto a essa questão. O que nós estamos discutindo aqui é se vamos fechar os olhos – e essa foi a questão posta pelo meu Líder, Deputado Jilmar Tatto – diante de tantas evidências. Aqui, alguns foram colocados por indícios, por isso... No caso, não. Podem fazer a discussão. Está aí. Se quiserem o Dossiê Policarpo... E o Deputado Miro Teixeira conhece largamente porque é um Deputado extremamente informado, a quem respeito profundamente pela sua capacidade, pelas suas intervenções nesta Casa, pela longevidade e experiência que tem. Então, ele sabe o que esse cidadão fez, não como jornalista, mas extrapolando à larga o que é verdadeiramente jornalismo, os limites não éticos da profissão, mas ele extrapolou indo para o crime, fazendo, junto ao Carlos Cachoeira, uma associação visando não só produzir matéria, mas "eu lhe dou isso e você me dá aquilo".

Falam em 72 ou 73 telefonemas. Há muito mais. Há evidências de que há mais. Podem ser só os 73. Mas quantos diálogos ouvimos que indicam um procedimento absolutamente fora de qualquer ética da profissão? Será que é possível a um jornalista escapar de quaisquer limites éticos da profissão? Ou isso não é possível, não é correto e tem que ser punido pela sociedade democrática e pelo Estado de direito?

Então, a decepção do meu Líder, Deputado Jilmar Tatto, e do Dr. Rosinha, nosso companheiro Deputado

também, do Senador Fernando Collor, quanto a esse aspecto específico, que é o que estou discutindo, do procedimento absolutamente fora de quaisquer limites éticos do jornalismo, é também minha. Portanto, considero que esta CPMI, se tiver atitude isonômica, chamará necessariamente o Policarpo Júnior para falar e explicar por que tanta intimidade e tanta troca de interesses entre ele e um contraventor, um chefe de quadrilha como o Sr. Carlos Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado.

O SR. MIRO TEIXERIA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu me reinscrevi, mas eu até retiraria a minha reinscrição se V. Exa. só me permitisse dizer o seguinte: para se pesquisar mais sobre a questão do Maiakovski, que me parece ser autor de uma das versões; o original não é dele não.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA. *Fora do microfone.*) – Não, há duas versões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa questão literária não é objeto desta CPI.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Deputados, ainda que tenhamos de fato um baixo quórum neste momento, eu não poderia me calar e, mais do que isso, não poderia me ausentar de um debate que é extremamente relevante.

Inicio a minha consideração sobre este debate que envolve a imprensa, e aqui também foi colocada em questão a Procuradoria-Geral da República e o papel do Procurador-Geral da República, para mim, as duas colunas de sustentação de uma democracia. A imprensa livre e o Ministério Público livre e atuante são sustentáculos, são bases fundamentais da democracia. Portanto, não podemos nos calar quando percebemos que, por algumas razões, se ataca, ainda que por conceitos pessoais ou por entendimento estritamente pessoal ou por opiniões, algo que respeito.

Começo justamente por dizer que estou protocolando agora, Sr. Presidente, dois requerimentos. É muito oportuno porque tem a ver com este debate. Tem a ver porque os requerimentos nasceram de, mais uma vez, denúncia da imprensa, e denúncia bem fundamentada.

A revista *Época* desta semana publica matéria consistente, com dados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em que se verifica que houve licitação fraudulenta beneficiando a Delta, na prefeitura da cidade, da grande cidade de Guarulhos e que, à época, o Prefeito Sebastião Almeida, ou melhor, o Prefeito Elói Pietá e o hoje Prefeito Sebastião Almeida acompanharam tudo isso.

A empresa Delta, todos sabem, aí não é uma questão de Base ou de oposição, é hoje o centro financeiro e operacional de maior significância do esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira. E está lá em Guarulhos com operação fraudulenta.

Apresento aqui esses requerimentos de convocação destes senhores: o Sr. Elói Pietá e o Sr. Sebastião Almeida.

Isso veio de uma denúncia. É claro que vai desagradar quem está sendo denunciado. E aí quero fazer a minha reflexão e as minhas observações sobre o que se falou aqui hoje.

Falou-se de forma insistente e de maneira já contundente, chegando a chamar de criminoso, de bandido, um determinado jornalista, precisamente o Sr. Policarpo, que eu também acredito não conhecer. Posso ter cruzado com ele pela rua ou em algum ambiente aqui de trabalho, mas não acredito que o conheça ou que tenha trocado uma palavra com ele.

Não quero fazer a defesa dele. E, se tiver que convocá-lo ou convidá-lo, que, com o meu PSDB, não terá dificuldade nenhuma de fazê-lo.

Mas eu quero só lembrar uma coisa: vieram aqui dois delegados da Polícia Federal, as figuras que se debruçaram sobre toda investigação Vegas e Monte Carlo. E nós perguntamos diretamente a eles: se as pessoas da imprensa que eram citadas tinham envolvimento ou pelo menos indícios de envolvimento com o esquema criminoso e, de maneira pontual, se o Sr. Policarpo tinha, no entendimento dele ou pelo que ele investigou, envolvimento com a operação ou com o esquema criminoso. E ele respondeu de maneira clara: "Não!"

Mas é claro que o Sr. Policarpo e a revista *Veja* desagradam a alguns. É claro que um ou outro periódico desagrada. É claro que a revista *Veja* denuncia. A *Época* fez essa denúncia, que está dando oportunidade ao Poder Público de investigar. A *Folha*, os jornais de todos os Estados. As outras revistas de circulação nacional também fazem denúncia, ora desagrada o PT, ora desagrada o PSDB. Eu vi aqui de uma maneira contundente um trabalho dirigido, orquestrado, já chamando até de bandido. Mas chama de bandido, mas depois diz que nós não temos uma acusação específica do crime.

Aí eu me uno ao Deputado Miro: a imprensa livre é fundamental. A imprensa livre não está isenta de responder por qualquer atitude criminosa. A imprensa livre tem que ser levada às barras da justiça, tem que ser formalmente acusada; agora, a imprensa livre ser colocada num processo de investigação porque denunciou?! Ora, conteste a denúncia, apure, processe por calúnia dentro do Código Civil, tome as providências

cabíveis. Eu já fiz isso com relação a jornalistas que me caluniaram e acho que todos que são caluniados devem fazê-lo, mas nunca querer calar a imprensa. Nunca querer dizer: "Vamos passar a investigar o fulano." Isso, sim, é intimidar. Isso, sim. Vamos quebrar o sigilo bancário, sem uma motivação concreta? Vamos quebrar o sigilo fiscal! Mas, se o próprio delegado que veio aqui, disse que não se constatou nenhum envolvimento com o esquema criminoso. Constatou-se que ele desagrada algum partido político.

Aí vem o Líder do PT e faz esse rosário de ataques, depois seguido por alguns outros Deputados. E o Senador Collor – e eu fico triste porque é a segunda vez que eu tenho que contestar a posição dele e, infelizmente, ele já se ausentou e eu tive que aguardar a minha vez – não se limitou a isso, ele mais uma vez foi ao ataque contra o Procurador-Geral da República. E aí eu entendo, por mais que tente minimizar a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público.

O Procurador-Geral da República, neste momento histórico para o País, representa o povo brasileiro. Eu entendo que é um desserviço fazer de forma insidiosa, permanente, em todas as sessões, um ataque com adjetivos que eu repudio de chamar de bandido, de criminoso, sem uma fundamentação concreta e sobre uma questão que esta Comissão deliberou. Esta Comissão, de forma soberana, livre, independente, de maneira democrática, conduzida pelo Presidente Vital e pelo Vice-Presidente e agora Presidente Paulo Teixeira, pelo Relator que colocou em discussão a matéria, decidiu que não havia de convocar aqui o Sr. Roberto Gurgel, que entendia que ele goza de prerrogativas e, mais do que isso, de obrigações perante o País, que ele tem que estar em uma posição de independência para promover a ação, para promover a lei, para defender o povo brasileiro. Ele ficou por cinco horas, de maneira tranquila, de maneira serena, apresentando uma peça rica em provas.

Eu li uma crônica de um grande jurista no Estado de Minas, dizendo que deveria ter sido feriado nacional, Deputado Miro, aquela tarde. Muitas das vezes o Brasil para para assistir a um jogo da seleção, deveria ter parado para assistir a peça acusatória de cinco horas do mensalão. Cinco horas! Com provas concretas, com depoimentos robustos, com documentos que comprovam o saque do dinheiro do povo no Banco do Brasil. O tráfico de influência para beneficiar o Banco Rural. Os empréstimos fantasmas do PT, tudo comprovado! Depois, ele é atacado aqui, nesta CPMI, como se ele, sim, que está ali defendendo o povo brasileiro, fosse o bandido! É uma tentativa de desmoralizá-lo! Isso não presta serviço à Nação, pode prestar serviço a alguns outros interesses.

Respeito e haverei sempre de respeitar, pelos meus princípios democráticos, o direito não só do Senador, mas de quem quer que seja. Há a condição de imunidade de fala, de expressão – e é bom que o povo brasileiro saiba que imunidade parlamentar não é para tudo –, mas, mesmo assim, entendo que deve responder pela sua fala. Cada um que acusa deve responder pelo que fala. Ao se dizer que procurador-geral da República é bandido, é criminoso, isso é algo que tem de estar fundamentado. Entendo que isso é responsabilidade do exercício do mandato. Pelo menos, eu ajo assim. Se outros assim não agem, que respondam perante o povo brasileiro! Aqui estamos não por que somos maiores ou melhores do que quem quer que seja. Só estamos aqui porque representamos o povo e devemos a ele uma satisfação! No meu entendimento, respeitar o povo brasileiro implica respeitar a imprensa livre, respeitar o Ministério Público soberano.

Esse tipo de ataque ou essa colocação insistente de que a revista *Veja*, de que o jornalista tal tem de sentar no banco, tem de ser investigado, sem de maneira concreta dizer qual é a acusação, isso, para mim, é colocar, de forma inquisitória, a liberdade de imprensa no banco dos réus!

Portanto, fica aqui também meu repudio, Deputado Miro Teixeira. Estamos unidos nisso, não para defender A ou B, revista A ou B, fulano ou sicrano, mas para defender a liberdade de imprensa e o respeito às instituições. Assim como o Congresso Nacional merece respeito, a Procuradoria-Geral e o Ministério Público, que são a base da nossa democracia, merecem respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência que teve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares.

Damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 08 de agosto de 2012, às dez horas, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Antônio Carlos Valadares (PSB-**

ATAS DA 25ª Á 28ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 4 DE SETEMBRO DE 2012

ATA DA 25ª REUNIÃO.....4

ATA DA 26ª REUNIÃO.....43

ATA DA 27ª REUNIÃO.....87

ATA DA 28ª REUNIÃO.....93

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 15 de agosto de 2012, às 10 horas e 27 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Dr. Rosinha (PT-PR), Emiliano José (PT-BA), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Glauber Braga (PSB-RJ), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correa (PMDB-RO) e Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores: Edivaldo Cardoso de Paula, que compareceu acompanhado por seu advogado, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e, amparado pelo Habeas Corpus nº 114784, permaneceu em silêncio; Roseli Pantoja da Silva, que prestou seu depoimento; e Hillner Braga Ananias acompanhado por seu advogado, Roberto Serra da Silva Maia, e , amparado pelo Habeas Corpus nº 114806, permaneceu em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Inicialmente, quero justificar que o Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo Filho, teve um compromisso e me pediu que dirigisse a sessão desta manhã.

Quero igualmente comunicar que estivemos, uma delegação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o Diretor Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello, que, num bom diálogo, nos apresentou todos os documentos entregues a esta CPI e se comprometeu a entregar todos os faltantes até a próxima 6ª feira.

Estiveram conosco o Relator, o Deputado Odair Cunha, os Deputados Vanderlei Macris e Domingos Sávio, e o Senador Randolfe Rodrigues.

Portanto, sentimo-nos ontem um tanto quanto satisfeitos pelo tratamento dado pelo Diretor da Polícia Federal. O diálogo foi bom, porque muitos documentos que pensávamos não estarem aqui, estão. Também, o Deputado Carlos Sampaio esteve conosco. Muitos documentos que pensávamos não estarem aqui, já se encontram aqui, e a Polícia Federal se comprometeu a enviar para esta Casa os documentos restantes até 6ª feira, sem ser nesta na outra, porque eles estão concluindo vários dos documentos. Eles tinham um controle atualizado dos documentos que já estavam aqui. Alguns Parlamentares perguntaram se ele pôde comunicar sobre a permanência desses documentos aqui. Ele respondeu que alguns sim; outros estão sendo finalizados os seus relatórios, e eles serão enviados.

Então, a avaliação que tive e pude compartilhar com os nossos Colegas foi a de que a ida à Polícia Federal foi muito positiva. Também fiquei com a sensação de que o trabalho que eles têm feito é intenso, no sentido de enviar os documentos para nós. Isso também mostrou limites da Polícia Federal. Certos trabalhos só poderão ser feitos a partir da CPI. Portanto, a equipe que está trabalhando terá um papel muito importante.

Então, repetindo, estiveram conosco os Deputados Domingos Sávio, Vanderlei Macris, Carlos Sampaio e Odair Cunha, e o Senador Randolfe Rodrigues.

Esse é o informe que quero dar da visita do Srs. Parlamentares à Polícia Federal na tarde de ontem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que V. Exª foi muito fiel ao que aconteceu ontem, nessa reunião com a Polícia Federal. Entendo que foi da maior importância a nossa ida lá. Com certeza, a CPMI receberá integralmente as informações da Polícia Federal até a data que foi definida ontem com o Diretor Geral.

Gostaria de levantar uma questão, Sr. Presidente, que precisa necessariamente de uma informação, ou de esclarecimentos, por parte do Deputado Odair Cunha, que é o nosso Relator.

Hoje, há uma matéria no jornal *Folha de S.Paulo*, que diz o seguinte: "CPI do Cachoeira Arquiva Apuração de Empresas de Fachada da Delta". Essa matéria faz uma avaliação interessante, dizendo que engavetamos 250 requerimentos de investigação das chamadas "empresas laranjas" no eixo Rio-São Paulo, da empreiteira Delta, da qual Cachoeira era sócio, segundo a Polícia Federal.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que a aprovação que fizemos dos requerimentos, até o presente momento, das empresas que tiveram seus sigilos quebrados e que hoje tem no relatório, apresentado pela assessoria do PSDB, mais de 15 empresas, todas estão contempladas, mas que não há ainda um fechamento do trabalho desta CPMI e que há a possibilidade real de que esse encaminhamento seja dado.

Portanto, gostaria de ter o esclarecimento do Relator Odair Cunha em relação à matéria dessa natureza, altamente negativa para a CPMI. Não me parece que é esse o caminho adotado, até porque aqui diz que foi desdenhado o fato de que haveria quebrar sigilo de 10 empresas de fachada, que, segundo a Comissão, receberam cerca de R$22 milhões da Delta. Outra coisa: com relação à conexão Centro-Oeste, não foram votados requerimentos para convocar envolvidos em contratos da Delta com os governos de Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Assim, há uma necessidade de esclarecimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, até porque precisamos dar continuidade à quebra de sigilo dessas empresas todas que fazem parte desse *laranjal* da Delta, a fim de que possamos, não nos depoimentos, que, na minha opinião, pouco têm contribuído com a nossa CPMI, dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macriz, antes um pouco, só queria dizer que li essa matéria. Parece-me que o seu título está errado, porque, na própria matéria, está dito que não houve arquivamento. Então, não houve qualquer ato de arquivamento de requerimentos, e este é o título: "CPI do Cachoeira Arquiva Apuração."

Então, na própria matéria, é dito que poderemos quebrar alguns sigilos nas próximas sessões. Assim, quem poderá fazê-lo não arquivou. Esse título, na minha opinião, está errado. Quem o fez, errou, porque a própria a matéria esclarece. O título é equivocado. Ele foi mal escrito. Depois, vou ouvir o Deputado Domingos Sávio e passar ao Relator, porque a nossa linha de investigação justifica os procedimentos adotados.

Deputado Domingos Sávio, antes de V. Exª, eu havia inscrito o Deputado Rubens e o Senador Pedro Taques. Posso, então, acompanhar a ordem, ou V. Exª deseja falar agora?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, perfeitamente. A minha referência é sobre a nossa visita e esse assunto em especial.

Se não houver problema, obviamente, agradeço ao Senador Pedro Taques e a todos os Colegas que me permitem essa manifestação, primeiro quero também registrar a minha felicidade e até mesmo cumprimentá-lo e o nosso Relator, Deputado Odair Cunha, pela excelente visita que fizemos ontem, extremamente proveitosa a diligência que fizemos, em razão do requerimento verbal que apresentei, prontamente acolhido por V. Exª, pelo Presidente Vital do Rêgo e pelo nosso Relator.

Ontem, ao visitarmos o Dr. Leandro Daiello, Delegado-Chefe da Polícia Federal, tivemos uma excelente acolhida, o que não nos surpreende, pelo seu trabalho sério ao longo do tempo, em especial neste episódio e nestas operações que envolvem o esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira.

Diria que o nosso objetivo, além de atendido, nos fez chegar a outras conclusões extremamente proveitosas, inicialmente, pelo que V. Exª já relatou, da confirmação de que, até na próxima 6ª feira, todos os relatórios que dizem respeito às apreensões que ocorreram – e que não foram poucas – estarão nesta Casa, com cópia de CDs e da análise dos computadores e dos documentos apreendidos, o que poderá trazer subsídios valiosos para os trabalhos desta Comissão. Mas o que me deixou extremamente feliz foi ver, com muita clareza, a disposição da Polícia Federal em aprofundar as investigações naquilo que já está preliminarmente comprovado, que é o grande envolvimento da Construtora Delta e das "empresas laranjas". Portanto, vai na linha dessa preocupação trazida pelo Deputado Vanderlei Macris de que parte da imprensa está entendendo que isso poderia ficar relevado em segundo plano, e é exatamente o contrário, até porque o trabalho da CPI já está indo além do que a Polícia Federal fez nessa área.

A Polícia Federal fez um trabalho absolutamente completo no que diz respeito à organização criminosa do Sr. Carlinhos Cachoeira e daqueles envolvidos com ele, na estrutura do crime organizado que ele montou, nas operações ilícitas de jogos ilícitos e nas interfaces que teve com autoridades.

O próprio Delegado relatou que essas interfaces ou esses encontros fortuitos não permitiram à Polícia Federal avançar muito, por serem autoridades com foro privilegiado. Ou seja, quando surge Senador, quando surge Deputado, quando surge a possibilidade do tráfico de influência feito por essas pessoas, a Polícia Federal não pôde avançar. Ela não investigou. Não era objeto daquela operação.

Obviamente, a CPI está avançando. A CPI quebrou o sigilo bancário, coisa que a Polícia Federal não tinha feito, dessas empresas fantasmas e, logicamente, da empresa Delta e já constatou – isso já é avanço – situações em que a empresa Delta transferiu cerca de R$300 milhões para empresas fantasmas.

Esse dinheiro é do crime, é dinheiro público, porque a empresa Delta é uma das maiores operadores junto ao Governo Federal e ao PAC. Então, esse dinheiro é fruto de licitações fraudulentas e de superfaturamento e foi parar na conta de empresas fantasmas. De lá, obviamente, foi abastecer o sistema criminoso.

Pois bem, daí a minha conclusão, neste momento, Sr. Presidente, Sr. Relator, no sentido de dizer que nós, agora, temos, com clareza, se não passa a ser o foco mais importante desta CPI, ele evidentemente é onde vazou o dinheiro público, é onde está concentrado uma série de irregularidades, e a Polícia Federal foi clara para todos nós – para o Relator, para V. Exª e para os demais Deputados. Eles estão não só dispostos, mas muito interessados em agir e, evidentemente, estarão preparados para, no momento oportuno, sendo acionados pela CPMI, pelo Ministério Público, aprofundarem, com toda a estrutura da Polícia Federal, a investigação deste caminho.

Claro que devemos continuar fazendo o nosso trabalho. É nesse sentido que faço esse apelo para que o nosso Relator e V. Exª ampliem o foco, dirijam o foco, especificamente em cima dessas empresas fantasmas e da Delta, quebrando o restante dos sigilos bancários.

Mais do que isso. Agora, precisamos saber do seguinte: Esses R$300 milhões foram para a empresa fantasma. De lá, eles saíram. Muitas vezes, eles saíram, sacados na boca do caixa; pessoas, sacando R$1 milhão, R$2 milhões, na boca do caixa. Agora, o COAF, o sistema que fiscaliza, tem condições de nos fornecer quem sacou, quem pegou esse dinheiro. Aí entra o meu apelo, no sentido de que aprofundemos a investigação no caminho do dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo agora ao ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, ontem, não quis aqui fazer nenhum tipo de reclamação, porque queria buscar razões para isso, e eu as encontrei.

Na primeira reunião que organizamos aqui, lá no mês de maio, os requerimentos eram apresentados com quatro dias de antecedência. Estabeleceu-se, a partir dali, que os requerimentos seriam apresentados até dois antes para poder ser colocado em pauta, discutido e deliberado pelo Plenário.

Na última reunião, de ontem, chamou-me a atenção o fato de que havia um aviso de que os requerimentos seriam apresentados até as 14 horas da véspera da reunião. Isso chama mais a atenção, porque era uma 2ª feira, e, ontem, tivemos aqui um volume de requerimentos, especialmente do Relator – se não me engano, 47 requerimentos do Relator –, indicando aqui que mudamos o procedimento. E, ao mudar o procedimento, nós ficamos sem saber como proceder, porque como o prazo na segunda-feira ... Eu gostaria de apresentar os requerimentos, Sr. Presidente, e é para isso que eu chamo a atenção. Eu não os apresentei por causa dos dois dias de antecedência, por isso eu não apresentei na segunda-feira, e eu senti, aqui, Sr. Presidente, sinceramente, o meu direito parlamentar tolhido por essa decisão não sei de quem.

Então, eu tenho, aqui, requerimentos, por exemplo, da maior importância, requerimentos que chamam a atenção desta CPMI, mas ainda não chamaram a atenção do relator e eu gostaria que ele ouvisse, para poder me ajudar aqui: por exemplo, o Sr. Romênio Machado, que é sócio do Sr. Cavendish, ou preposto dele, para ele vir, aqui, esclarecer, na CPMI, o tráfico de influências que ele exerceu. Aí, envolve ex-Ministro, envolve ex-Deputado, e nós estamos chamando, porque ele quer falar.

O outro requerimento que eu gostaria que fosse, aqui, discutido e deliberado pelo relator é da questão dos documentos relativos à Delta e os consórcios que participam com a Cedae.

A Cedae é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, e nós não conseguimos aprovar esse requerimento, requerimento de documentos, não é nada mais além de buscar documentos que deem condições para a CPMI trabalhar, e trabalhar melhor, em busca dessas informações.

Então, Sr. Presidente, tem o Sr. Juquinha. O Sr. Juquinha agora, a nova notícia, flagrado em escutas telefônicas, envolvido, novamente, em negócios com o Estado de Goiás.

Então, eu estou fazendo, aqui, um apelo ao Presidente, ao Relator, Deputado Odair Cunha e Deputado Paulo Teixeira, para que nós possamos ter esse tipo de indicação, porque, senão, nós vamos ser sempre, aqui, surpreendidos, como fomos na segunda-feira: até as 14 horas como prazo para apresentar os requerimentos.

Eu não os apresentei porque esse prazo era de 48 horas. Como eu estava aqui na segunda, eu podia mandar e isso eu não consegui.

De repente, nós vimos, aqui, dezenas de requerimentos do relator, que mudou o prazo para apresentação na última reunião, e ontem, aqui, se deliberou sobre esses requerimentos, e que nós aprovamos, e

que nós deliberamos, e nós aplaudimos a apresentação dos requerimentos. O que não pode é ter dois pesos e duas medidas. Nós temos de buscar um equilíbrio para que, juntos, possamos colaborar da melhor maneira para que a CPMI possa investigar tudo e todos, que é o que nós estamos falando desde o início.

Por isso, eu peço uma extrapauta, se for o caso, a Mesa veja como trabalhar isso.

Já dei entrada, acabei de assinar os requerimentos dessas propostas que eu estou apresentando. São: uma, a do Sr. Romênio Machado; a outra é da Delta e dos contratos com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, a Cedae; a outra, a convocação do Sr. Juquinha; e, finalmente, cópias dos contratos do Vitapan, firmados nos últimos cinco anos com os órgãos da União, Estados e Municípios.

Então, são apenas esses requerimentos, com que eu gostaria que a Mesa e o Plenário pudessem colaborar, para que a gente avançasse numa votação desses requerimentos extrapauta, até porque, surpreendido fui, ontem, com essa decisão da Mesa de apresentar os requerimentos apenas 24 horas antes. Aliás, nem 24 horas antes. Bem menos, porque a reunião foi às 10 da manhã e os requerimentos foram apresentados até as 14 horas da segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno, aqui, a assessoria informa que a pauta foi enviada no dia 08 de agosto, portanto, com antecedência até maior do que tinha sido estabelecido pela Presidência anteriormente.

Então, esse é o informe que me traz, aqui, a assessoria do Presidente Vital do Rêgo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, apenas para dizer que, então, eu estou questionando a mudança do prazo de 48 horas para menos de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas isso foi mais que 48 horas. Dia 08 de agosto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. A apresentação dos requerimentos... Presidente, eu estou falando dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A questão, Presidente, é: por que o Presidente Vital do Rêgo mudou, temos de perguntar para ele. O dado concreto é que essa informação foi disponibilizada para mim e para todos os membros da CPMI.

No dia 08 de agosto, ele encaminhou a todos os membros, dizendo: "Apreciação de requerimentos apresentados até as 14 horas do dia 13 de agosto, segunda-feira."

Eu assinei os requerimentos – estou acabando de cobrar da minha assessoria, aqui –, eu assinei os requerimentos na quinta-feira, porque eu só cheguei aqui, em Brasília, na segunda-feira depois dessa hora.

O dado concreto é que eles entregaram na segunda-feira. Agora, a informação que o Relator teve chegou às mãos de todos os membros da CPMI, não só à mão do Relator.

Se o Presidente fixou essa data, o regime aqui é presidencialista e ele fixou. Podemos achar que é bom ou ruim esse método. Agora, não houve sonegação de informação a nenhum membro da CPMI. Todos tiveram essa oportunidade.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero só explicar o que aconteceu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero só explicar o que aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, mudança de regra é o Presidente que faz e não o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A justificativa do Presidente Vital do Rêgo Filho é que ele fez isso para beneficiar todos os parlamentares em razão do esforço concentrado. Nós estamos num momento excepcional de trabalhos. Então, ele avisou no dia 8 que assim o faria, para beneficiar todos os parlamentares, tendo em vista que nós estamos num momento excepcional de funcionamento do Congresso Nacional. Então, o que poderia ter sido para o mal foi para o bem, para atender a todos os Parlamentares. Ele avisou, no dia 8, da diminuição de prazos e o fez em razão do esforço concentrado, tendo em vista que estamos num momento excepcional de trabalho no Congresso Nacional.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, diante disso, eu faço um apelo ao senhor e ao Relator para a apreciação extrapauta dos requerimentos que eu acabei de indicar e que eu mandei à mesa por escrito. Eu gostaria de fazer este apelo, Relator, Deputado Odair Cunha, para que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno, eu queria trazer três questões a V. Exa.. A primeira é que a regra foi flexibilizada – já justifiquei a razão da sua flexibilização – em benefício dos Parlamentares por conta deste momento especial. Em segundo lugar, nós não estamos em reunião administrativa e não temos quórum para ela – essa é a terceira razão. Portanto, eu não tenho como acatar o pedido de V. Exa. por esse aspecto. Esses requerimentos terão de ser analisados na próxima reunião deliberativa, reunião administrativa.

Passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) –... divergência. Aqui é o seguinte: na próxima reunião com quórum.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, muito rapidamente, apenas para cumprimentar o Deputado Domingos, que foi o autor do pedido para que fôssemos à Polícia Federal e para justificar que eu não pude estar, porque eu estava relatando o Código Penal aqui, no Senado.

Um segundo ponto é lamentar uma decisão como esta do Supremo Tribunal Federal sobre o salvo-conduto. Primeiro, tecnicamente, essa decisão é equivocada. Só existe salvo-conduto quando a ameaça já está perpetrada de acordo com o Código de Processo Penal, que é de 1940. Essa é uma discussão, que ocorreu no Supremo em 1909, da chamada Doutrina Ruy Barbosa, que debatia com Pedro Lessa a envergadura do *habeas corpus*. O Supremo Tribunal Federal, com essa decisão aqui, está dizendo que nós, Deputados e Senadores, estamos já praticando ameaça a cidadãos. O Supremo está dizendo que temos de cumprir a Constituição; está dizendo assim: "direito de se fazer acompanhar por advogado". Por óbvio! A Constituição, desde 1988, no art. 133, diz isso. Nós, aqui, não estamos, em nenhum momento, desobedecendo à Constituição da República.

O Supremo também manda que nós obedeçamos ao direito de não ser preso, para que os depoentes aqui possam não ser presos em decorrência de invocação do direito constitucional de não se autoincriminar. Desde o início, a Comissão Parlamentar de Inquérito está dando ao cidadão que aqui venha, seja lá quem for e o cargo que ostente, inclusive Senador, o direito de não se autoincriminar. Isso aqui é uma vergonha num País que obedece à Constituição da República, pois desobedece à independência e faz crer ao cidadão que o Parlamento brasileiro esteja a desobedecer à Constituição da República.

Salvo-conduto?! Isso ocorre quando uma autoridade, seja em que escalão for, inclusive um barnabé, possa ofender a liberdade do cidadão ou ameaçar de ofensa a liberdade do cidadão. Isso aqui em países sérios não ocorreria, Sr. Presidente. Essa discussão já ocorreu no Supremo no início do século XX e nós estamos aqui ainda com salvo-conduto sendo discutido.

Lamentar coisas dessa categoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, vou insistir. Parece-me que antes de chegar aqui à CPI o nosso ilustre Relator já foi questionado sobre o tema que agora o farei. É sobre uma matéria de hoje, do jornal *Folha de S.Paulo*, sob o título "CPI do Cachoeira arquiva apuração de empresas de fachada da Delta". Que dá conta – e de fato é verdade, Sr. Presidente – que ontem, lamentavelmente, nós não apreciamos um conjunto de requerimentos que me parecem indispensáveis as informações desses requerimentos para os senhores que serão inquiridos por esta CPI na última semana de agosto. Na última semana de agosto, está marcado desde ontem por esta CPI, o inquirimento do Sr. Luiz Antonio Pagot, do Sr. Cavendish e do Sr. Assad. Para esses depoimentos parece-me que seriam indispensáveis as informações de quebra de sigilo de um conjunto de empresas que, segundo nosso levantamento, serviam como empresas de fachada da empresa Delta. Essas empresas, duas situadas no Rio, a empresa MB e a empresa Garra, mobilizaram e receberam da Delta, pelo menos, mais de R$50 milhões. As empresas localizadas em São Paulo – JSM, Soterra, Power To e SP Terra – juntas mobilizaram quase R$100 milhões recebidos da empresa Delta. Existem requerimentos nesse sentido de minha autoria: os Requerimentos de nº 754, 755, 756, 757, 759 e 760. Ontem, nós não apreciamos esses requerimentos. As informações dessas empresas me parecem indispensáveis para nós podermos inquirir os depoentes – eu reitero – da última semana de agosto: o Sr. Assad, o Sr. Cavendish, o Sr. Luiz Antonio Pagot, que deveriam ser objeto de questionamentos desta CPI a partir dessas informações obtidas.

Então, quero pedir a devida vênia a V. Exa. e ao Relator para encontrarmos um mecanismo de o quanto antes, sendo o caso, apreciarmos esses requerimentos para não ser necessário depois, sob prejuízo de depois nós termos que reconvocar aqueles que vão depor no final de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago a V. Exa. se esses requerimentos foram arquivados como fala a manchete da *Folha de S.Paulo*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Inclusive, eu destaquei aqui que chama a atenção uma matéria, mas não faço uso dos termos de arquivamento, porque sei que nem poderia ser arquivados sem anterior deliberação.

O questionamento que faço à Mesa é sobre a necessidade que se tem de eles serem apreciados e termos os elementos a partir da apreciação – ou seja, o sigilo dessas empresas – para podermos questionar os depoentes no final de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu entendi a questão de V. Exa., mas V. Exa. reforça que a manchete está errada, não foram arquivados

esses requerimentos e, portanto, a manchete que diz que foram arquivados está equivocada.

O SR. ONYX LOREBNZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que a assessoria de imprensa da Casa possa esclarecer o jornal do equívoco desta manchete.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, vou devolver a palavra. Há dois Srs. Parlamentares, agora o Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois o Deputado Miro Teixeira e nós vamos acompanhar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois do Deputado Miro Teixeira nós vamos iniciar as oitivas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero fazer coro às ponderações do Senador Randolfe, porque eu acabei de protocolar, fruto do trabalho de investigação que nós estamos fazendo, por meio da assessoria dos Democratas, eu acabei de protocolar também essas empresas que ele citou e também apresentei requerimentos. E, mais ainda, Senador Randolfe, há a Instale Engenharia Civil, a Mamuth Transportes de Locação, a SP Terraplenagem, a Soterra, a JSM, ou seja, um conjunto de oito ou dez empresas, Sr. Relator, que receberam um volume altamente significativo de recursos que nós precisamos entender o que aconteceu. E curiosamente muitas delas localizadas e com sede em Estados. Por exemplo, vou voltar a um tema que já trouxe a esta CPI: foi feita a Operação Mão Dupla no Ceará. Na Operação Mão Dupla, que tem um requerimento apenas para pedir o compartilhamento dessa operação que foi feita no Ceará, os diretores locais do DNIT foram todos demitidos, todos substituídos, porque foi identificado superfaturamento. E a Delta estava no meio.

O requerimento foi feito. O requerimento está aqui há mais de 60 dias. Então, creio que é muito importante, Sr. Relator – sei que V. Exa. tem uma linha investigativa e que muitas vezes nós acabamos trazendo outras áreas de investigação –, para a oitiva das pessoas que estão agendadas para o final do mês, é fundamental que tenhamos esses sigilos disponibilizados, porque eles permitiriam os cruzamentos com aquilo que já temos aqui, dando-nos condição de ser muito mais efetivo na arguição que pretendemos fazer, principalmente ao proprietário da Delta.

Para concluir, Sr. Presidente, estou diante do salvo-conduto, em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal exprime exatamente o que tenho defendido nesta CPMI. Primeiro, salvo-conduto me parece algo jurássico, mas tudo bem. Mas chega-se a um ponto onde, no item 3, há a prerrogativa de permanecer em silêncio se da resposta à pergunta puder, a seu critério ou a critério de seus advogados, derivar-lhe risco de auto-incriminação.

O próprio Ministro do Supremo reconhece que tem que ser pergunta a pergunta, porque vai haver pergunta que ele pode responder, inclusive sob orientação do seu advogado, e há pergunta que não lhe é conveniente responder.

Ao olhar isso, portanto, continuo indagando do Plenário desta CPMI e acho que é importante, Sr. Presidente, voltarmos a esse tema. Não é possível as pessoas virem aqui e serem dispensadas. A senhora, a ex-Cachoeira, na semana passada, para fazer aqui um relato do seu interesse, valeu-se dessa prerrogativa. E alguns parlamentares até se sensibilizaram, porque ela falou da família, dos filhos e que não tinha nada a ver com as histórias do Sr. Cachoeira.

Só tem um problema: ontem, nós trouxemos aqui, Sr. Presidente – e alguns órgãos de imprensa registraram –, o fato de que ela é a ex que mais esteve com o preso, muito mais do que a atual. Isso é uma coisa nunca antes vista neste País. Desconheço essa circunstância em que a ex-mulher, que diz que o marido tomou atitudes que colocam em risco a sua própria família, vai para lá e fica mais de sete horas com o cara que é o bandido da vida dela. Eu não acredito. Portanto, ela é conivente. Ela é cúmplice. Esta CPMI tem obrigação de investigar a SRª. Andressa, pois ela tem muito a dizer.

Aqueles R$1,9 milhão no Imposto de Renda, sem origem nem dela e nem do marido, pode ser dinheiro público. Assim, é responsabilidade desta CPMI ir atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo ao último orador, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Hoje está interessante a reunião, porque estamos debatendo alguns assuntos que são criativos. É melhor do que ficar olhando certos réus sentados ou certas testemunhas.

Mas penso que o Senador Pedro Taques faz uma abordagem perfeita sobre essa questão do salvo conduto, pelo que está escrito no Código de Processo Penal, no art. 660, § 4º.

> "Art.660.....
> § 4º – Se a ordem de habeas corpus for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz."

Parece que está faltando alguma coisa como a ordem de **habeas corpus,** em primeiro lugar. Foi-se direto para o salvo conduto, que é possível? É possível. É raro. Isso não está muito à disposição dos cidadãos brasileiros. Então, acho que é uma boa oportunidade para nós, até o final do relatório, no exame do relatório, fazermos uma abordagem, Sr. Relator, também dessa relação das comissões parlamentares de inquérito em face do Texto Constitucional e das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Acho que isso tem que ser parte, um capítulo, um subtítulo do nosso relatório.

O que está se passando nisso aí? Será que perante algum juiz existe o hábito de se ir depor com *habeas corpus* no bolso? Será que isso é concedido com tanta frequência quando se trata do Poder Judiciário? Mas por que olhar o Poder Legislativo com essa tremenda desconfiança – mais do que isso, como uma ameaça? É a expressão que permite o *habeas corpus*. É preciso haver essa notória ameaça para que se conceda o **habeas corpus**.

Bom, mas a questão é de fazer do limão uma limonada, Sr. Relator. Se o Sr. Relator tiver a palavra logo depois do Sr. Presidente, antes de se iniciar a inquirição de todos aqui ao depoente, eu penso que nós já poderemos começar a avançar na decisão do Supremo Tribunal Federal. Nisso aí o Ministro Cezar Peluso nos satisfaz. Ele quase que está dando uma resposta ao mandado de segurança do Onyx. Porque é claro, por diversas outras decisões do Supremo Tribunal Federal, em série de *habeas corpus*, que o exercício desse direito ao silêncio para evitar a autoincriminação só pode se dar após o conhecimento da pergunta que está sendo feita. Como vai saber, antes da pergunta ser feita, se a resposta vai incriminar o depoente?

Então, permitir, sim, que a pessoa não queira falar, que fique sentada, nós vamos ficar aqui sentados também, mas vamos falar. E começando pelo relator, fazendo as suas perguntas. Acho que isso já começou a acontecer na sessão anterior. Começou a acontecer. Acho que devemos botar o pé no acelerador com muito avidez do que o Presidente pressiona essa campainha.

Obrigado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Bom, peço que se traga o Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, acompanhado do seu advogado Pedro Paulo Guerra de Medeiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu acho que alguns questionamentos precisariam...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...a manifestação do Relator. Inclusive um dos questionamentos feitos agora pelo Senador Pedro Taques e pelo Deputado Miro. Me permita, mas o salvo conduto que traz o Sr. Edivaldo, na verdade, para mim também é uma resposta ao mandado de segurança do Deputado Onyx. Diz claramente aqui – eu quero reiterar – que, se da pergunta... permanecer em silêncio se, da resposta à pergunta, puder, a seu critério e de seus advogados, leve a autoincriminação.

Logo, para permanecer em silêncio, ele tem que ser perguntado. Então, me parece que está em cheque a deliberação de dispensar após a declaração de que o depoente vai permanecer em silêncio.

Acho que é necessária uma resposta à Mesa, tanto dos requerimentos que, no meu entender, são necessários e indispensáveis de serem apreciados, em relação à empresas de fachada que se relacionam com a empresa Delta, como em relação ao encaminhamento, ao rito que nós temos que proceder tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, em relação aos requerimentos, eu anotei todas as empresas mencionadas, os requerimentos solicitados e vou analisar.

Eu anotei todos que foram falados aqui e não vou de pronto me manifestar. O meu compromisso é de fazer uma análise detida sobre o que os ilustres parlamentares trazem a esta Comissão.

Sobre a matéria da *Folha de S.Paulo*, acho que já foi esclarecido aqui e o que eu queria acrescentar é que nós aprovamos ontem 105 requerimentos, o que mostra o avanço do nosso processo de investigação. Em relação ao rito, é um tema que o Presidente precisa decidir.

Eu vou, como os demais Parlamentares, acompanhar o rito que nós decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Dando início a seção de oitiva, passo a palavra ao Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, que tem o tempo de 20 minutos para falar a respeito das questões que estão aqui relacionadas à V. Sa.

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Muito obrigado,

Exmo. Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; Srs. Deputados; Srªs Deputadas; peço, primeiramente, vênia a V. Exa. para que, segundo orientação do meu defensor técnico, advogado que me acompanha, Dr. Pedro Paulo Medeiros, eu permanecerei em silêncio, invocando o preceito constitucional assegurado a todos os brasileiros.

Mas também gostaria de externar, se V. Exa. mo permitir, o meu mais profundo respeito a esta Casa, o meu mais profundo respeito a todos os que compõem esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Tenho a firma crença de que este Parlamento... A segurança da construção de um Estado democrático de direito, que todos os brasileiros almejam.

E se eu, hoje, posso invocar esse preceito constitucional, obviamente que devo ao trabalho dos Constituintes originais, que assim garantiram a todos os cidadãos.

Peço escusas e peço que não seja interpretada esta minha invocação do Direito Constitucional como forma de menosprezo aos trabalhos deste Legislativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Sr. Edivaldo, há uma série de acusações de envolvimento de V.Sª com uma organização criminosa. Neste momento, esta seria uma oportunidade de V. Sª poder trazer a sua defesa em relação a essas imputações.

V. Sª gostaria de se utilizar...?

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Dos vínculos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – É. Dos vínculos de V.Sa. com esta organização? V.Sª gostaria de se utilizar deste tempo para se defender dessas acusações nesse tempo que esta CPMI lhe concede?

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Agradeço muito a gentileza, lembrando que a minha convocação foi como testemunha neste processo. Mas, seguindo orientação do meu defensor técnico, colega e advogado, com a sua permissão, com a sua vênia, eu permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tendo em vista essa decisão, nós, então, o dispensamos.

A próxima pessoa que está agendada para falar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu peço que fique registrado em Ata o meu protesto por esse procedimento, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Era isto que eu iria falar também, Sr. Presidente, o meu protesto. Quero registrá-lo.

Eu tinha muitas perguntas a fazer,...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O meu protesto também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Relator podia perguntar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – ...especialmente de ele fazer parte da cota para o Cachoeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele só pode calar depois de ouvir a pergunta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E tudo o que tem aqui de denúncias contra ele. Isto é um desrespeito a Casa e um desrespeito a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

É inconcebível, é inaceitável esse tipo de coisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Relator tem que perguntar porque o silêncio condena.

O Relator tem de perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Constar em Ata. Apenas isto: constar em Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o próprio salvo-conduto da testemunha, aqui, diz claramente – eu quero reiterar o inciso III do salvo-conduto da testemunha: "(...) a prerrogativa de permanecer em silêncio, se, da resposta à pergunta, puder, a seu critério ou a critério de seus advogados, derivar-lhe risco de autoincriminação."

Ou seja, o próprio salvo-conduto diz que ele tem de ser perguntado para utilizar-se do direito de permanecer em silêncio.

Parece-me que ele não pode ser dispensado sem antes ser perguntado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP. Pela ordem.) – Eu vou insistir: esta Comissão já deliberou que nem precisaria do *habeas corpus* porque esta CPMI sabe do direito que assiste a quem está sendo ouvido, quer na condição de réu, quer na condição de testemunha ou de indiciado. Ficou definido nesta CPMI que a pessoa seria dispensada assim que declinasse do seu direito de falar.

Portanto, não me parece oportuno mudarmos o rito, porque se dissermos que agora é um salvo-conduto, diferentemente dos *habeas corpus*, nós estaremos dizendo que, na verdade, é importante, sim, o *habeas corpus*, e que nós não o consideramos, efetivamente, essa como sendo uma posição de CPI.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque, com os anteriores, o procedimento foi exatamente esse. Não vai responder? Fica dispensado. Não há por que fazer uma mudança de rito.

Ele pode, a cada pergunta, dizer: "Não vou responder, porque entendo que, mesmo que indiretamente, isso me atinge". É um direito que lhe assiste. E esta CPI tem de ter a capacidade de criar, de inovar o contexto probatório, que não pela oitiva daqueles que não falarão. Nós temos de ter essa capacidade investigativa.

É um direito que lhe assiste. O procedimento adotado para a CPI foi um, não me parece correto mudar o curso dessa decisão...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ... sem que haja um motivo relevante.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para contraditar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o motivo for ora H.C., ora salvo-conduto, o que vai acontecer é que as nossas críticas dizendo "Nem precisava de *habeas corpus*, sabemos quais são os direitos dos investigados"...

Não, não sabemos, porque para cada um adotamos uma postura diferenciada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder a palavra ao Deputado Onix Lorenzoni para contraditar e depois decido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero contraditar com base na história do Parlamento.

Se essa regra valesse, de dispensar no momento em que o investigado, a testemunha, o inquirido manifesta o direito que tem de ficar calado naquelas perguntas que julgar que podem produzir provas contra si próprio, a CPI dos Correios não teria aprovado o Mensalão. Vamos começar por aí.

Na CPMI dos Correios, nós ficamos aqui – vou lembrar, existe gente que esqueceu –, por dez horas, oito horas, nove horas, com um só investigado sendo questionado pelos parlamentares.

E o que aconteceu, Sr. Presidente? Havia figuras muito hábeis, inteligentes, rápidas, mas as horas iam passando, e as contradições, aparecendo. E vários caminhos investigativos foram abertos na mão de Osmar Serraglio, que era o nosso relator. Eles se abriram por conta da frase mal colocada, quatro ou cinco horas depois de começar o interrogatório, depois de começar o questionamento.

A pergunta é: quantas vezes isso também se reproduz na vida dos tribunais? Se não fosse assim, bastaria para qualquer bandido – e aqui estou diante de uma testemunha, a referência não é à pessoa que está sentada aqui – chegar diante do juiz e dizer: "Não vou falar". "Ah, está dispensado." Acabou. E não é assim, Sr. Presidente.

Então, o que o Parlamento está fazendo, o que esta Comissão está fazendo? Primeiro, mudamos uma regra do jogo com o jogo em andamento; segundo, estamos tentando revoltar ao leito histórico das CPIs no Congresso Nacional e, particularmente, das CPMIs.

Vou lembrar, meu Presidente Alvaro Dias estava por aqui. Na CPI da Terra, hovue depoimentos extremamente longos, por quê? Cada um passava o quê? A sua linha investigativa. O relator vai – vou concluir, Sr. Presidente – e constrói o seu relatório, e membros da Comissão que concordem com uma linha diferente constroem seu voto separado. E isso vai ajudar depois o Ministério Público na investigação, porque vai tudo para o Ministério Público – o voto em separado e o relatório do relator.

E outra coisa importante – concluo, Sr. Presidente e agradeço a gentileza de V. Exa. –: quanto ao próprio salvo-conduto, como já foi dito reiteradas vezes aqui e como o próprio Ministro Peluso reconhece, o direito constitucional é a pergunta. É a pergunta. Ninguém pode saber o que vai vir como pergunta.

E já assisti aqui e em outras CPIs: perguntaram a data de nascimento, quando tomou posse na entidade, e a pessoa se negou a responder, porque era o jeito que tinha. Mas ela assim procedeu, porque – depois se viu, ao final da investigação – ela estava completamente enrolada, como foi o caso da esposa, da ex-esposa do Sr. Cachoeira, que se valeu aqui, depois de fazer um *speach* preparado... Ela se negou a responder às perguntas do Relator e às nossas, valeu-se disso para posicionar interesses da sua defesa e depois o silêncio dela condenou. Ela saiu daqui como testemunha e saiu, sem dúvida nenhuma, como altamente suspeita.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – Sr. Presidente, uma reclamação com base no art. 95 da Câmara. É uma reclamação que tem que ser feita em cima dos fatos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO(PSDB – MG) – Sr. Presidente, a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exa. com a palavra para a reclamação. Depois, o Senador Pedro Taques, Domingos Sávio, o Relator e eu decido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – A reclamação é com relação à fala do Deputado Carlos Sampaio, porque misturou os conceitos que aqui apresentamos sobre o procedimento diante do depoente com conceitos próprios. Então as minhas razões, que peço que contem em ata, não são aquelas referidas pelo Deputado Carlos Sampaio, embora não nominalmente, mas claro que se reportando a todos que aqui falaram em direção contrária, que eu peço também que conste em ata essa reclamação que faço neste momento.

Em segundo lugar, o que está claro para mim é o que está sendo decidido agora não em relação ao Sr. Edivaldo. O que está se decidindo agora aqui é qual vai ser o procedimento diante do Sr. Cavendish, ou diante do Sr. Pagot, ou diante do Sr. Paulo Preto, ou diante de quem seja de coturno mais expressivo. É isso. Então esta matéria tem que ser, sim, reavaliada pela Comissão porque foi alterada com o jogo em andamento. A regra não é esta que a Comissão está utilizando: "Eu

não quero falar" e vai embora. Bom, mas se é isso, então, vamos parar de convocar? Vamos parar de convocar? A pessoa deve ter o direito, sim, de defesa e o direito de silenciar, sim, como disse o Deputado Carlos Sampaio. Então está visto que é necessário *habeas corpus*? Não, não está visto que é necessário *habeas corpus*. Eu não desacato a Constituição, eu a cumpro. Eu cumpro a Constituição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tendo em vista a menção que o Deputado Miro Teixeira fez ao Deputado Carlos Sampaio, eu terei que conceder, pelo art. 14, a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que o posicionamento adotado pelos que me antecederam agora na minha fala é aquele com o qual eu concordo. Eu fiz parte de CPIs como Sub-Relator onde a inquirição existia; sempre foi assim e acho correto que seja assim. Só que, nesta CPI, com o jogo andando ou não, decidiu-se o contrário. Foi um colegiado que decidiu o contrário. Se quiserem submeter à nova votação em outro momento – espero talvez que com mais quórum –, acho correto que submetamos a uma nova votação.

Agora, o que não se pode é adotar-se posicionamento diverso com pessoas que tenham *habeas corpus* idênticos. É essa postura que eu adoto dentro de um tecnicismo daquilo que foi definido por esta CPI. Acho, sim, que temos que ouvir, e permanecer aqui por nove horas, o Sr. Cavendish. Como também devesse permanecer aqui por nove horas o Senador Demóstenes, ex-Senador, como talvez devesse permanecer aqui o Sr. Pagot. Todos foram aqueles que antecederam os depoimentos de hoje – não me refiro ao Pagot nem ao Cavendish – literalmente dispensados; literalmente dispensados. E vou mais além, ao tentarem ingressar com uma ação no Supremo, tentando garantir o direito constitucional referido por ambos não conseguiram. A Ministra Rosa não deu acolhida, não deu guarida ao entendimento de ambos. Se ambos estivessem totalmente respaldados, certamente teriam ganho o mandado de segurança que impetraram.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – (*Manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perderam.

Eu não o interrompi, Deputado Miro Teixeira, e V. Exa., mesmo assim, interrompe, o que é deselegante. É deselegante!

O que eu quero ponderar com V. Exa. é que, talvez pela minha formação de promotor de justiça, tenho esse viés técnico. Se colocarmos em nova votação, em uma sessão convocada para este fim, porque não é correto que em uma sessão que não tenha sido convocada para este fim façamos uma deliberação agora, se colocarmos em votação, tendo inclusive a votar favoravelmente à mudança, radicalmente voto favoravelmente à mudança do procedimento desta CPI. Mas, até este momento, foi adotado esse procedimento e não me parece correto invertermos novamente, com o jogo em andamento. Detalhe, aqui sem votação de órgão colegiado; lá se inverteu com o jogo ....

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Liderança do Democratas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não há condições, Sr. Presidente. Se o Deputado Miro Teixeira ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero aqui pedir que todos respeitem o orador na tribuna e pedir ao orador que conclua. Há mais um escrito, e eu decidirei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio...

Antas, eu peço que todos ouçam o orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero me inscrever pela Liderança do. DEM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito pela Liderança e eu vou conceder esse tempo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela Liderança também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, aliás, aproveitando a deixa da fala de ambos, também me inscrevo pela Liderança, porque se vamos novamente mudar o procedimento de a pessoa falar enquanto Parlamentar e, depois, enquanto Líder., também falo pelo art. 14 e, em seguida, em respeito ao mesmo tecnicismo ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aliás, eu não usei o art. 14; também quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aliás, se V. Exa. pudesse me resguardar o direito de falar... Eu não o interrompi uma única vez, e V. Exa. fala conjuntamente comigo, numa deselegância que não lhe é peculiar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu não sou deselegante. É que V. Exa. está conversando comigo. Está se dirigindo a mim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não estou me dirigindo a V. Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deselegante seria não responder.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou pedindo a V. Exa. que me dê o direito de falar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o deselegante seria não lhe responder. V. Exa. está se dirigindo a mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. Fazendo soar a campainha.) – Deputado Miro Teixeira, eu só peço que nós possamos ouvir o orador na tribuna.

E concedo mais um minuto, tendo em vista que foi interrompido, ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) –Sr. Presidente, eu quero apenas lhe dizer que o meu direito é a fala de cinco minutos; eu sequer falei dois. V. Exa. não tem que me conceder mais um. Tinha que ter colocado o tempo de cinco minutos que é o tempo regimental que tenho pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu na verdade concedi-lhe um tempo de três minutos. Então, vou conceder-lhe um tempo adicional de dois minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu fui referido pelo Deputado Miro Teixeira em três oportunidades e em momento algum, em momento algum eu pedi, ou melhor, interrompi a fala dele para responder a ele. Ele está hoje numa impertinência, numa impertinência verbal que não lhe é peculiar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não sei o porquê. Não nos é permitido discordar de S. Exa, e eu discordo dele e acho que decisão colegiada tem que ser derrubada por outra decisão colegiada. E enquanto não houver uma decisão colegiada, permanece a decisão tomada pelo Presidente Vital do Rêgo, com votação nominal nesta Comissão.

Se se quer convocar uma nova reunião, convoca-se. Votarei com o entendimento do Deputado Onyx, com o entendimento do Deputado Miro Teixeira. Mudar agora não me parece correto. É proceder distinto para quem está numa situação idêntica.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O art. 14 eu não usei. Eu peço ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A referência que ele fez não foi ofensiva; não cabe. ao art. 14.

Eu passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou passar como o sujeito que não tem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só gostaria que o Deputado Miro me ...

Permita-me, Deputado?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, se eu presidisse a reunião, eu não lhe daria a palavra. Eu daria para mim, é claro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como ele me franqueou presidir a reunião, eu lhe dou a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me dizer o seguinte: penso que aqui nós estejamos num falso debate, falso debate. A questão é a seguinte: desde a primeira manifestação que muitos aqui fizeram sobre esse tema, inclusive eu, eu afirmei e vou me reportar à minha primeira fala...

Posso, Sr. Presidente?: V. Exa. me permite? Senão, vou impetrar um HC para ter um salvo conduto no Supremo Tribunal Federal.

Desde o início, Sr. Presidente, nós estamos debatendo esse tema. Nós temos que entender que a Constituição garante o direito ao silêncio e garante ao juiz, ao delegado, ao presidente de comissão processante e administrativa, ao presidente de CPI e aos seus membros que façam perguntas a quem aqui venha. Agora, a Constituição não permite que quem aqui venha seja humilhado, menoscabado, desrespeitado, xingado A Constituição não permite isso. Cabe ao presidente da CPI do processo administrativo disciplinar, ao juiz, ao delegado presidir. Quem preside tem que determinar que ele não possa ser humilhado. É o chamado poder de polícia na audiência. Então, não é preciso o Supremo Tribunal Federal determinar isso. Isso está na Constituição, na Constituição.

No caso do Senador Demóstenes Torres, de acordo com a Presidência, e eu levantei a questão de ordem, ele foi dispensado porque nós todos vimos o que aqui aconteceu. Cada Senador, cada Deputado tem que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – ...cumprir, primeiro, a educação que está acima de qualquer Regimento. Depois, o Regimento Comum fala que devemos tratar as partes com urbanidade, com respeito, independentemente de quem seja.

Portanto, independentemente dessa decisão do Supremo ou de outra decisão do Supremo, entendo

que não existe coisa julgada em decisão de CPI. O Presidente tem de conduzir. O Presidente pode fazer as perguntas, bem como o Relator e nós, desde que não ofendamos a dignidade do cidadão que aí esteja. Fazemos 200 ou 300 perguntas dentro do prazo regimental, e cada uma delas ele vai respondendo: "Alego meu direito constitucional ao silêncio". É possível? É assim que é feito. O juiz faz assim, o delegado faz assim. Mas, Sr. Presidente, não nos podemos transformar em criminosos, ofendendo o cidadão que aqui venha. Isso está na Constituição, está no Regimento Interno e, antes disso, está na educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O último inscrito é o Deputado Domingos Sávio.

Então, depois, vou devolver a palavra ao Relator e decidir sobre esse tema.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra a V. Exa..

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou ser breve. Acho que nem ocupo todo o tempo.

Foi muito feliz o Deputado Carlos Sampaio ao relembrar isso. E eu até acrescentaria que, além de ter sido uma decisão colegiada, muito bem conduzida pelo Presidente Vital do Rêgo, houve nessa decisão a fundamentação que aqui relembra, de certa forma, o Senador Pedro Taques, porque nós, no início dos trabalhos, nas primeiras oitivas, chegamos a passar por situações em que o depoente, valendo-se do direito constitucional de não responder, passou a ser alvo de até achincalhes, ou se percebeu claramente a tendência a desagravos, a manifestações das quais não tiro a legitimidade, mas que refletiam o sentimento político ora de um grupo, ora de outro. E o Presidente colocou em votação, não só para se resguardar o direito, o princípio constitucional de todo ser humano ser respeitado na sua integridade física e moral, mas também por questões de economia processual, pelo dever da eficiência na atividade pública, que é também um princípio a que não nos podemos furtar.

Diante disso, é óbvio que, se o depoente se recusa a falar – e isto foi aqui lembrado pelo Deputado Onyx –, ele pode, em dado momento, mudar de opinião. Em certa ocasião, inclusive, o Presidente Vital perguntou para uma das depoentes que aqui veio: "Poderia a depoente vir a responder algumas perguntas se julgar que elas não representam a possibilidade de autoincriminação?". Aí a depoente concordou em falar, e, de fato, passamos a fazer perguntas, mas, na maioria das vezes, ela continuou não respondendo.

Acredito que até isso poderia ser uma alternativa da Presidência, que poderia se dirigir ao depoente e lhe perguntar se alguma pergunta ele viria a responder. Na hipótese de concordância, aí, sim, haveria aqui, quem sabe, nove horas de monólogos, eventualmente ele respondendo uma coisa ou outra.

Mas o certo é que não podemos mudar a regra a cada dia, a cada hora, a gosto de cada um dos colegas Parlamentares. Se for para mudar a regra, que ela valha para todos os que se sentarem aqui na condição de depoente ou de investigado. E eu sou a favor de que se mude a regra. Porém, não entendo que isso possa ser feito a critério da vontade de cada parlamentar, dependendo ainda de quem sentou nesse banco como depoente ou como investigado. Não se pode, dependendo do momento, responder de um jeito ou de outro.

Então, deve haver uma regra única, para que nós não cometamos aqui injustiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela liderança, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não vou permitir a fala de líderes agora, porque compreendo que todos os que se inscreveram falaram. Vou deixar isso para o momento seguinte e passar a palavra ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é relevante! Peço um minuto a V. Exa. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já passei a palavra ao Relator Odair Cunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, acho que isso faz sentido. Vou insistir com o Sr. Relator e pedir um minuto, contado no relógio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu pediria só a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque eu vou ler aqui duas linhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas todos aqui têm esse papel em mão. Eu já passei a palavra ao Sr. Relator.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só quero chamar a atenção para o fato de que, no salvo conduto e também no *habeas* do próximo depoente, o Ministro Cezar Peluso e o Ministro Luiz Fux dizem que o direito a silenciar se dá pergunta a pergunta. Isso está escrito! Então, vamos cumprir o salvo conduto que foi dado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, entendo que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que não pode é haver censura, Sr. Presidente!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria dialogar mais com o Sr. Edivaldo. Entendo que esse tema, gostemos ou não, é um tema decidido pelo colegiado da CPI.

Eu queria, na verdade, me dirigir ao Sr. Edivaldo, com a vênia dos demais pares, no sentido de que também ele vem aqui como testemunha e exatamente porque as interceptações da Polícia Federal dão conta de que o Sr. Edivaldo ou falou ou foi citado em mais de 500 ligações entre o bicheiro e o Sr. Edivaldo. Logo, o Sr. Edivaldo é uma pessoa do convívio da organização, especialmente do convívio do Sr. Carlos Cachoeira. Ele pode... A Polícia Federal, nos relatórios que nos chegaram, diz que o Sr. Edivaldo seria **longa manus** do Carlinhos Cachoeira dentro do Detran. Levaria recados de Cachoeira para o Governador Perillo e do Perillo para... Da cota. Da cota do Cachoeira no Governo. Ou seja, ele interveio em nomeações de interesse do Sr. Cachoeira. Pelas interceptações, fica isso evidente. De forma que o Sr. Edivaldo vem à CPMI e pode colaborar. Pode inclusive ter a oportunidade aqui de dizer que ele não... Que as imputações que lhe são feitas não por nós, mas pelos relatórios da Polícia Federal, não correspondem à verdade. Agora, é claro que a relatoria precisa ouvir isso dele.

V. Exa., pelo rito e pelo *hapeas corpus* que V. Exa. tem, nós entendemos que V. Exa. pode permanecer em silêncio. Agora, é importante que tenhamos clareza que as relações de V. Exa. são relações muito fortes. Ninguém é citado numa conversa 500 vezes com uma pessoa e em diálogos, em alguns momentos, comprometedores. Seria uma oportunidade de V. Exa. aqui, como testemunha, não ter, ao final, algum pedido de indiciamento ou algo que o valha. Porque é importante que tenhamos clareza aqui que nós queremos, de uma vez por todas, jogar luz nas relações dessa organização do Sr. Carlos Cachoeira. E V. Exa. pode contribuir com o nosso trabalho nesta manhã, início de tarde. É o apelo...

É claro que o silêncio de V. Exa. poderá ser interpretado por nós como consentimento às imputações que a Polícia Federal faz sobre a pessoa de V. Sa. V. Sa. pode, então, colaborar com o trabalho e esclarecer os fatos em que o senhor está envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago ao Sr. Edivaldo Cardoso de Paula: em relação às questões que foram feitas, como V. Sa. procederá para a definição...

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Mais uma vez, eu peço sinceras escusas a esta Presidência e a esta relatoria, a todos os componentes, mas, por orientação de meu defensor técnico constituído, eu não responderei a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, está dispensado.

Chamo aqui a Srª Roseli Pantoja da Silva.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, Presidente, para elogiar o Relator enquanto entra. Parabéns, Relator, por ter feito essa exposição, que era para dar até um direito de defesa. E se V. Exa. quiser anotar, já sabe de cor, o art. 198 do Código de Processo Penal vai ao encontro do que V. Exa. disse, porque diz: "Art. 198. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz". Então, para a formação do seu convencimento é que V. Exa. fez essa observação. E está de parabéns.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vanderlei Macris, enquanto aguardamos a chegada da Srª Roseli Pantoja.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, tendo em vista o debate em relação a essa questão e como houve realmente – eu quero dar razão ao Deputado Carlos Sampaio – uma decisão deste colegiado no sentido de que o procedimento seria este, eu queria sugerir ao Deputado Miro Teixeira que fizesse um requerimento à Mesa, ao Presidente e ao Relator, para que este colegiado debatesse o assunto novamente. E se for o caso, muda ou mantém a decisão anterior. É a única forma de mudarmos esse rito. Caso contrário, o Deputado Carlos Sampaio tem razão, há de se manter o rito com a decisão do Colegiado. E quero dizer ao Deputado Miro Teixeira que assinarei de bom grado, se ele fizer o requerimento, porque, realmente, isso não pode ser feito de maneira diferente que não seja pelo próprio Colegiado da Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu concordo. Terei muito prazer em ter a companhia do Deputado Macris. Agora, não há um rito a mudar. É curioso isso. Temos é que respeitar a lei, respeitar o Código de Processo, respeitar a Constituição e respeitar o exercício do mandato. Porém, talvez seja mais fácil fazer isso por escrito para o Presidente da Comissão e recolhermos até a maioria absoluta das assinaturas dos membros da Comissão. Acho que não é necessário, porém melhor do que discutir é resolver. Então, vou apresentar, sim, à Comissão, de preferência com a assinatura de todos.

Se V. Exa. ainda me permitir, quero me referir a companheiros queridos aqui, dizendo que presto muita atenção aos trabalhos da Comissão e à fala de cada

um, e quando algum companheiro me dirige uma pergunta, eu respondo na hora, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero que V. Exa. não mencione quem são os companheiros queridos, para que eu não tenha que dar o art. 14 a eles. Se puder fazê-lo pessoalmente depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O fundamental aqui não são os depoimentos de hoje. Urge essa avaliação. Na verdade, não é nem mudança de rito. Não há de se falar em mudança de rito. É o que está na Constituição, no Código de Processo Penal e no que foi reafirmado ainda agora pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não há de se falar em mudança de rito. O que está em jogo são os depoimentos do final de agosto: Sr. Luiz Antônio Pagot e Sr. Cavendish. Vai ficar muito ruim para esta Comissão o Sr. Cavendish sentar aí e, logo em seguida, ser dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou dar início. Já se encontra aqui conosco a Srª Roseli Pantoja da Silva, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 306, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Srª. Roseli Pantoja, V. Sa. tem indicado vínculo com uma organização criminosa chefiada pelo Sr. Carlos Ramos da Silva. Esta é a oportunidade de V. Sa. falar sobre esse vínculo que lhe imputam. Então, gostaria de conceder-lhe 20 minutos. Indago se V. Sa. veio acompanhada de um advogado. Caso tenha vindo, ele tem assento a sua direita. Concedo, depois de esclarecida essa questão, o tempo de 20 minutos para que possa narrar os fatos que aqui são mencionados em relação a V. Sa.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu não trouxe advogado. Estou aqui sozinha. O que tenho a dizer a vocês é que meu nome foi usado. Fiquei sabendo há 2 meses, mais ou menos, através de um jornalista, que meu nome estava envolvido. Só sei o que li na Internet. Não tenho nada, não tenho nenhum envolvimento com essa quadrilha. Sei que meu nome somente foi usado. Estou aqui para esclarecer o que eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, então, ao nosso Relator Deputado Odair Cunha. Em relação aos inscritos, vou respeitar a ordem de inscrição feita no período da manhã. Portanto, se V. Exas. quiserem saber, estão inscritos aqui, além do autor do requerimento, Senador Alvaro Dias, o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques, o Deputado Vanderlei Macris pela segunda vez, mas vou retirar a segunda inscrição, o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Domingos Sávio, a Deputada Íris de Araújo, o Deputado Miro, o Senador Randolfe, o Deputado Emiliano e o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu quero me inscrever, Sr. Presidente. Ronaldo Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Ronaldo Fonseca.

Bom, eu, então, passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Srª. Roseli, a gente agradece a sua disposição de colaborar com os esclarecimentos dos fatos que de alguma maneira acabam por envolver o nome da senhora.

A senhora nasceu, cresceu, estudou onde? A senhora vem de onde?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu nasci aqui em Brasília. Eu cresci no Gama. Estudei lá até então. No caso, depois me casei, entendeu? Morei pouco tempo no Entorno, ali na Cidade de Novo Gama, e me mudei agora. Estou morando na casa do meu pai, que fica aqui em Brasília, no Recanto das Emas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual a profissão da senhora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sou comerciante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora possui empresas registradas em seu nome? Quais empresas?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho uma só no meu nome, que é a minha loja. Ela não está ainda totalmente registrada, porque eu não estou podendo terminar a documentação, pagar um contador. Mas que eu saiba, só há uma no meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual é o nome dessa empresa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – O nome dela é Will Kit Rock. É uma loja. Eu vendo produtos de rock. E a loja tem o nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa empresa não está registrada ainda?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ela foi registrada sim. Só não tem ainda uma inscrição estadual.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o CNPJ a senhora tem?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu não trouxe aqui comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a senhora tem o CNPJ?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tenho. Tenho sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora pode nos encaminhar, então?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é procuradora de alguma empresa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é proprietária, na investigação da Polícia Federal... Antes. A senhora conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Sei somente o que vi na TV.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca o viu?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas peço licença a V. Exa., mas eu deveria ter pedido a ela que assinasse um compromisso de dizer a verdade, apenas a verdade. Então, peço a V. Sa. que assine. Concorda com a assinatura desse termo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, concordando – obrigado, Senador Pedro Taques – eu devolvo ao Relator, Deputado Odair Cunha, a palavra.

Ela concordou em assinar, como todos aqui poderão assinar assim que estiver preenchido o termo. Então, prosseguimos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Lenine Araújo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca ouviu falar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca ouvi falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleyb Ferreira da Cruz?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço. Nunca ouvi falar também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Geovani Pereira da Silva?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço. Nem ouvi falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele teria sacado das contas da empresa da senhora oito, quase R$9 milhões. A senhora nunca ouviu falar dele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é sócia da Empresa Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Segundo o que eu li na Internet, sim. Embora o meu nome seja Roseli com "i" e não com "y".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora nunca...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, precisa alterar a placa com o nome da depoente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o CNPJ. E o CPF é bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ela é a Roseli. Não é o CNPJ.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O CPF da senhora é 045... Não. Melhor eu levar para a senhora.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu gostaria de ouvir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, ela não confirma o CPF dela.

A senhora tem outro CPF?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu acho que formulada uma pergunta, dada uma resposta, eu não compreendo as razões das gargalhadas dadas ao fundo deste plenário. Primeiro, é um desrespeito para com a senhora Roseli e um desrespeito para com todos nós Parlamentares que estamos aqui.

Eu acho que não cabe esse tipo de comportamento de algumas pessoas aqui ao fundo deste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço respeito da audiência.

Nós vamos continuar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria que fosse lido o número do CPF para que constasse dos autos, dos Anais da nossa CPMI.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, é importante nós termos clareza aqui de que nós estamos tratando de uma empresa fantasma montada por uma quadrilha. Se a Srª Roseli vem aqui e diz que conhece o Sr. Gleyb, o Sr. Cachoeira e conhece o Lenine ou o Sr. Geovani, especialmente... Nós estamos num processo de legislação. Na medida em que ela vem aqui, não confirma o CPF que vou ler em seguida, fica mais evidente a complexa teia de relações e de crimes praticados por essa quadrilha. Agora, nós só temos uma forma de identificar se ela é quem... As investigações que nós estamos fazendo e que a Polícia Federal fez tem que perguntar é para ela. Por isso, eu indago à senhora...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, a depoente tem carteira de identidade ou de motorista, para que o senhor possa verificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, a senhora poderia apresentar a sua documentação?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o número é... Como ela disse que não é o dela é bom que a gente diga qual é o número. É 045.048.931-00.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acho oportuno, Sr. Presidente, que ela se identifique.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora confirma esse CPF como sendo da senhora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ela nos passa a ideia de que veio com absoluta boa-fé e acho importante a sua identificação completa porque ela...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou pedir para a senhora se identificar, por favor.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, vim aqui porque, pelo que eu soube pela Internet mesmo, eles me procuraram num endereço que era meu. De fato eu estive lá. E constava que eu tinha dois CPFs e que um seria de Roseli com i e o outro com y. Por isso, eu estou aqui. Entendeu? É por essa razão.

Não estive na Polícia Federal para saber. Apresentei-me ao Senado para que eles... Estavam me procurando no antigo endereço, procurando antigos vizinhos meus. Então, por isso, achei que podia, com certeza, ser eu. Mas o CPF não é meu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque uma prática da organização, é bom dizer, é a seguinte: eles pegam nomes, cruzam com outros CPFs, dão alguma margem de veracidade na medida em que pegam um nome parecido, com uma diferença pequena, como uma letra do nome, e põe o endereço onde essa pessoa já morou ou mora. Ou seja, é uma forma de configurar que é uma empresa fantasma da organização criminosa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas qual é o CPF da senhora?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu gostaria que a senhora se qualificasse, então. Nome, filiação, RG...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Meu nome é Roseli Pantoja da Silva, meu CPF é 690.508.131-00. A minha identidade é 1720514, tirada aqui no DF. Meu pai se chama Emanuel de Fátima Rodrigues da Silva e minha mãe, Hermínia Pantoja da Silva. Estou morando, como já falei, aqui em Brasília, no Recanto das Emas. Já morei no Entorno, no antigo endereço onde me procuraram. Mas o que eu posso falar, se precisar de mais alguma coisa, é isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um esclarecimento: antes desses autos todos ocorrerem, desde a 11ª Vara Criminal, a senhora depoente já tinha ouvido falar da empresa Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu ouvi falar pela televisão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nunca... Ou melhor... Desculpa, sou eu aqui, olha. É que normalmente eu falo de pé em atenção às pessoas. Meus cumprimentos.

(Manifestação do Plenário.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sempre agradeço a colaboração do Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputado Miro, está registrada a sua preocupação e o relator fará a pergunta da preocupação de V. Exa. É que todos nós nos habituamos com V. Exa. falando de pé e hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Gilmar Carvalho Moraes?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Conheço sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De onde a senhora o conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele é meu ex-marido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É seu ex-marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem alguma sociedade empresarial com ele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque ele seria sócio de outra empresa fantasma usada pela organização criminosa, a G&C Construções e Incorporações Ltda.

A senhora conhece alguma atividade empresarial do Sr. Gilmar Carvalho Moraes.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Ele é contador e, pelo que eu saiba, não teve empresa nenhuma. O que eu sei é isso. Tenho certeza de que ele não tem...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora se separou há quanto tempo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tem dez meses.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Carlos Alberto de Lima?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele seria sócio da senhora na Alberto & Pantoja. E sócio do seu ex-marido na empresa CG Construções e Incorporações Ltda., outra empresa fantasma.

Presidente, eu fico por aqui, na medida em que é bom ouvir um pouco os comentários dos meus Pares.

Mostra, claramente, o nível de envolvimento, de complexidade dessa organização criminosa, na medi-

da em que usa nomes, pessoas, para fazer uma movimentação milionária.

A empresa que está no nome da Srª Roseli movimentou R$60 milhões, tendo recebido só da Delta mais de R$27 milhões.

Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas quem fez a conexão, aí, Sr. Relator, foi o ex-marido. Então, tem de chamar o ex-marido, porque ele utilizou os dados dela para poder fazer o esquema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sendo o contador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Então, é mais um ex na nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar ao autor do requerimento, o ilustre Senador Alvaro Dias, pelo tempo regulamentar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, até prova em contrário, nós estamos temos de acreditar na palavra da depoente, mas queremos que ela contribua para que possamos acreditar finalmente.

Há um mistério que envolve o seu nome. Seu sobrenome é Pantoja. A empresa é Alberto & Pantoja.

A Polícia Federal informa que do desvio de 30 milhões, que a Alberto & Pantoja recebeu da Delta, a Polícia Federal informa que 5,2 milhões desse montante, em 66 operações, são atribuídos a Roseli Pantoja.

Se o seu sobrenome é Pantoja, a empresa é Pantoja, a senhora atribui a que essa utilização do seu nome? Ou seria homônimo?

A senhora não buscou nenhuma informação, antes de vir aqui, sobre as razões de o seu nome estar envolvido nesse esquema de Carlos Cachoeira?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhores, eu gostaria muito de saber como é que se faz isso, porque... Eu gostaria de saber como é um banco de dados de alguém do Governo que cede o nome da pessoa.

Eu não tenho nenhum conhecimento, não sei como esse nome foi parar. Não tenho, entendeu? Nunca conheci essas pessoas, não estive nesses locais, que, até onde eu sei, li pela Internet. Não tenho um centavo, nem sequer... Vou deixar de pagar uma conta para poder pagar um advogado para me acompanhar aqui, hoje. Não deu para mim, entendeu? E não sei te explicar, porque eu não tenho nada a ver. Não tenho, não tenho como te dizer: "Nossa, uma vez eu assinei." Não. Não tenho como falar para o senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora conhece a empresa Pantoja Comercial de Confecções?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Polícia Federal coloca como sendo a senhora sócia dessa empresa Pantoja Comercial de Confecções.

Carvalho & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também seria sócia de Carvalho & Pantoja.

RV Distribuidora de Produtos de Informática?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também não conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É atribuída também, uma empresa da qual a senhora participaria como sócia.

Center Prime Informática? Também não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Supermercado Gama Oeste?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São cinco empresas de que a Srª Roseli Pantoja seria sócia, de acordo com o relatório da operação Monte Carlo.

A senhora, além de sócia da Alberto & Pantoja, seria sócia, também, dessas empresas.

Bem, as perguntas que faríamos à senhora ficam prejudicadas, porque a senhora alega que não é sócia, que não conhece, que não sabe.

Então, é evidente que nós não temos o que perguntar além do que já perguntamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora... Em algum momento, o seu ex-marido, o Sr. Gilmar, pediu para a senhora assinar alguma documentação de constituição de alguma empresa, ou ele lhe deu alguma remuneração em razão da constituição de outra empresa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. A única coisa que, quando estávamos juntos – até um dos motivos da nossa separação -, foi que... Ele é contador, não é? Eu abri uma loja e ele fez a documentação da minha empresa que eu tenho hoje, atualmente. Eu dei uma procuração a ele, na ocasião, para poder ele abrir essa empresa, porque, segundo ele, facilitaria para ele. Eu não precisava ir a cartório para abrir empresa. Eu teria de trabalhar e ele: "Olha, você me passa uma procuração e eu abro a empresa para você e te entrego prontinha".

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É a procuração com plenos poderes... Seria interessante que ela fornecesse cópia. A senhora tem cópia dessa procuração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho como obter. Vou a um cartório, tiro segunda via.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim. Seria interessante que fornecesse ao Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem ideia de quando a senhora deu essa procuração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acho que deve ter mais ou menos um ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi no ano de 2010?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não tenho certeza, mas eu acredito que não. Acredito que seja no ano passado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, no ano passado... A senhora está separada há dez meses. No início do ano passado, a senhora...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É mais ou menos isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque Alberto & Pantoja foi constituída em fevereiro de 2010.

A senhora vai nos encaminhar a procuração, não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seria interessante, exatamente para conhecer a data dessa procuração e os termos dela – certamente com plenos poderes e não apenas para abertura de uma das empresas, de que a senhora confessa ser proprietária.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora disse que não conhece o Cachoeira.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Alberto... Esse Alberto da Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Relacionamento com políticos, seu marido tinha, à época, enquanto estavam convivendo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, pelo que eu saiba, não. Tenho quase certeza disso. Ele tinha amigos, assim, do Entorno, mas são vereadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Políticos, não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não chegam a ser nada muito...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nenhum Senador?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, Sr. Presidente, eu creio que... A impressão que fica é a de que o ex-marido obteve uma procuração... Eu creio que a convocação do ex-marido da Srª Roseli agora é necessária. Ele deve depor aqui, evidentemente, a suspeição agora recaindo sobre ele. Pode ter usado o nome da Srª Roseli para a abertura de empresas. São seis empresas, Alberto & Pantoja e mais cinco empresas, de que a Srª Roseli é sócia. Portanto, cabe a convocação. Nós vamos já preparar um requerimento de convocação do ex-marido da Srª Roseli.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se me permite, Presidente. Enquanto o Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós precisaríamos do nome completo do ex-marido da Srª Roseli...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu citei o nome aqui e ela me disse que é ex-marido dela, mas a senhora pode citar novamente.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Gilmar Carvalho Moraes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Gilmar Carvalho Moraes.

Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com "e" no final ou com "i"?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com "e".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está certo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator. Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria aproveitar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, por favor, só uma sugestão.

A Dra. Roseli tem parentes Pantoja em Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator e Sr. Presidente, só para completar.

Ela afirmou, de passagem, que uma das razões da separação teria sido essa procuração. Eu gostaria que ela detalhasse melhor. A senhora suspeitou que a procuração pudesse ser utilizada com outros objetivos suspeitos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É que, na ocasião que ele pegou essa procuração, ele abriu uma conta. Entendeu? Pegou empréstimo, deu vários cheques sem fundo, não pagou o cartão de crédito. Eu só fiquei sabendo com pessoas atrás de mim, me cobrando. Então, eu confiei nele para fazer uma coisa e ele fez outra. Entendeu?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não suspeitava de que ele estaria...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nesse assunto, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) –...indevidamente, abrindo outras empresas em seu nome?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, isso não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Parece-me que o Senador Alvaro Dias já fez o conjunto das questões...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já. Já encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o Relator também.

Eu passo, então, ao primeiro inscrito, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares, cumprimento a Srª Roseli pela oportunidade que nos dá de fazer esta inquirição. Para todos nós, parece bastante claro que o nome de V. Sa. foi utilizado de forma indevida. Mas eu perguntaria quanto tempo V.Sa. foi casada com o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Uns 13 anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Treze anos.

Eu também perguntaria se seu ex-marido – se é do seu conhecimento – conhecia algumas das pessoas que foram referidas pelo relator. E eu diria quais são: o Sr. Cláudio Abreu.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Geovani.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Gleyb.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Lenine.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E o Sr. Rubmaier.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Eu só...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que também trabalha como...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu li na Internet a respeito dele, mas eu tenho certeza de que não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nenhum deles?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A senhora, logo depois que aconteceu todo esse episódio aí de corrupção que veio à luz, foi procurada alguma vez por seu ex-marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nunca mais se falaram?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na verdade, foi ele que me procurou a respeito do assunto, porque um jornalista tinha achado o número dele. Ele falou: "Olha, tem uma pessoa querendo te procurar a respeito do caso do Carlinhos Cachoeira". E eu coloquei o meu nome lá na Internet e vi todas as matérias a respeito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas ele não comentou nada nesse telefonema: "Olha, qualquer problema você me procure, você me posicione".

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele demonstrou preocupação?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim, na verdade, um pouco talvez em relação a mim, porque ele falou: "Olha, está constando aqui que você tem muito dinheiro, essas coisas, mas..."

E numa dessas documentações, segundo a Internet, havia... Ele ficou preocupado porque tinha uma declaração de Imposto de Renda que ele teria feito para mim, dizendo que eu tinha R$18 milhões e ele não fez aquilo. Ele se mostrou preocupado por isso. Ele achou que inclusive o problema era com ele. Mas, depois que eu fui ver, peguei as informações, era mais a ver comigo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O.k., estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Srª Roseli, como era a empresa em que trabalhava o Sr. Gilmar Carvalho Moraes, o seu ex-marido? Ele tinha uma empresa própria de contabilidade, ele trabalhava para alguém, como era? A senhora me conte um pouco a história disso.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre foi autônomo, sempre fez serviços como esse, que aparecia, trabalhou assim em algumas empresas, mas mais como autônomo. Eu não me lembro de ele ter trabalhado numa empresa assim grande não, fichado, essas coisas, sempre como autônomo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nos últimos três anos. Então nós estamos falando de 2009, 2010 e 2011. Onde ele trabalhava? Qual era a empresa ou qual era o escritório de contabilidade?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele trabalhou no Novo Gama. Trabalhava também em casa, atendendo quem precisasse. Chegou a trabalhar até comigo, no primeiro ano da minha loja, porque lá são duas partes, dividimos juntos. Mas até então, nesses últimos tempos, sempre foi mais assim como autônomo, quando alguém ligava e precisava de algum serviço, em torno disso aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque fica claro, com as informações que nós temos, e agora casadas com as informações que a senhora dá, que aquela procuração que a senhora deu ao Sr. Gilmar ele usou para constituí-la sócia em várias empresas. E evidentemente que é lícito supor que para isso ele ganhou algum dinheiro, porque ele não faria isso de bom grado ou simplesmente para satisfazer algum amigo que ele tivesse.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora hoje, segundo os dados que temos, é sócia de quatro empresas. Não é uma, são quatro. E uma das empresas da senhora, por exemplo, movimentou volumes extraordinários, R$17 milhões, R$18 milhões, num único ano, sendo que esse Geovani...

Esse Geovani Pereira da Silva, o seu marido nunca falou do Geovani?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele tem muitos amigos, mas eu teria me lembrado. Nessa ocasião, ele nunca falou não, embora eu até me lembrei de um detalhe assim: quando aconteceu essa situação que estava envolvendo o meu nome, ele se mostrou preocupado porque, segundo ele, ele tinha sofrido uma... Ele devia algum dinheiro. Por isso que eu acho difícil que ele tenha ganhado muito dinheiro, porque ele nunca teve nada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele tinha o hábito do jogo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, entendeu. Mas ele foi uma pessoa sempre que, como trabalhou como autônomo, não tinha muito dinheiro. E é claro que também um dos motivos da nossa separação não tem bem nenhum material. Tenho certeza de que ele nunca ganhou muito dinheiro. Mas eu me lembro de uma época em que ele devia muito dinheiro. Eu acredito que, na época, ele pode ter sido ameaçado, porque, no decorrer do nosso casamento, ele tinha muitos momentos em que tinha que ir embora, porque tinha gente atrás. Entendeu?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele é natural de onde? Onde esse rapaz nasceu?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Em Brasília.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele nasceu em Brasília?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, em Brasília. Nasceu em Brasília.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele nasceu em Brasília. Ele teve alguma passagem em algum Estado, no entorno de Brasília, ou ele sempre viveu aqui?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Nós moramos juntos no Novo Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Moraram no Novo Gama. E antes, quando a senhora o conheceu há 13 anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – No Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – No Gama. Sempre no Gama.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sempre no Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é... Pelo que estou entendendo, a senhora tem a loja. E antes de ter a loja, a senhora fazia o quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sempre produzi coisas. Inclusive, para a minha própria loja faço algumas coisas para vender lá com exclusividade. Antes disso, eu sempre...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora costura?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso, exatamente. Faço bijouterias, confecciono muitas coisas que são vendidas na minha loja, entendeu? Então... A loja é pequena também, não é nada demais, fica aqui na... Quem conhece, fica atrás da Feira dos Importados. É um box. Não é nada assim muito grande e pago aluguel também. Não é meu propriamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, e qual era, nos anos anteriores, vamos lá. As empresas que a senhora é sócia, e que a senhora não sabe...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora está nos ajudando, porque nós todos estamos reconhecendo que a senhora foi usada. Então, o seu marido era seu marido, valeu-se da relação, pegou uma procuração de plenos poderes. A partir daí, nós estamos supondo que ele fez uma série de falcatruas, quando ele ou pagou contas ou recebeu pelas contas.

Mas a pergunta que eu queria fazer para a senhora é a seguinte: no período de 2010, quem é que botava dinheiro em casa? Era a senhora ou era o Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora tem carro? Ele tinha carro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não tenho. Eu não tenho também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora pode repetir o seu CPF correto? A senhora já falou.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim. É 690508131-00.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bom. Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ok? A senhora lembra... A senhora disse que ele tinha muitas dívidas, o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora se lembra de algum momento entre 2010 e 2011, quando ele dizia para a senhora que estava com muitas dívidas? E de que origem eram essas dívidas? Ele tomava dinheiro de agiota?

Por isso é que perguntei se ele tinha vício no jogo, porque o jogo é uma fonte de endividamento das pessoas. Como o jogo não é legalizado, elas vão a lugares irregulares. E essa quadrilha se organizou a partir do jogo. Pode até... Por isso é que estou lhe perguntando. Poderia até ser um ponto de contato dele com a quadrilha e depois a quadrilha cooptá-lo, até por dívidas de jogo, que a senhora está esclarecendo.

A senhora se lembra se tem um período em que ele teve que dar uma desaparecida, se tinha gente atrás dele? A senhora poderia, no tempo, nos dizer "Isso foi lá em 2009, 2010". Só para termos uma ideia, para nos ajudar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre teve... Com jogos, tenho certeza que não. Mas ele sempre esteve devendo muita gente, porque como ele trabalhava como autônomo, nunca tinha uma renda lá muito estável. E ele era uma pessoa naturalmente que bebia, chegou num período a usar drogas, por isso... Eu acredito que muita coisa pode ter vindo daí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E qual é o período que a senhora lembra que ele disse que estava sendo perseguido, que era... que ele teria que dar uma desaparecida? A senhora lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, ele...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mês... Tentar pegar uma referência: Natal, Carnaval, essas coisas que... Páscoa...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não teve nenhum momento em que ele chegou propriamente a desaparecer, mas às vezes ele falava "Se alguém vier atrás de mim, eu não estou, eu sumi, eu não moro aqui", entendeu? Sempre, né... Acredito que foi assim em torno, talvez, no começo de 2010, por aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Começo de 2010?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode ter sido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele recorria a agiotas ou as dívidas dele eram com drogas mesmo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele já ficou devendo agiota, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Certo. E esse senhor, Giovani, esse Giovani a senhora não se lembra de ele ter comentado, falado...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Nunca.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Há alguns amigos dele com os quais ele convivia mais amiúde que a senhora possa nos dar o nome? Pessoas que iam a sua casa, que iam ou jogar futebol, ou iam, não sei, beber no bar? Quem eram as pessoas com as quais ele convivia?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, assim... Na minha casa não frequentava porque geralmente as pessoas que ele andava não prestavam. E eu não permitia. Então, eu sei que eram os vizinhos que também não valiam muita coisa. Posso até dizer alguns nomes agora, sim, de alguns que... Até nessa época, ele veio me falar que poderia ter prejudicado ele, que é um senhor chamado Valdeir. Não tenho o nome dele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aldeir?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Valdeir.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Valdeir.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Que era uma pessoa que ele acha que pode até ter prejudicado ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Valdeir. Há algum outro que a senhora lembra que fosse uma pessoa que andasse bastante com ele nessa época de 2010, 2009, e que foi bem antes...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...da separação da senhora, além desse Valdeir?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – O senhor falou em Giovani e eu acho que eu lembro de uma pessoa agora. Só que ele era um senhor, era grego, era de fora. Não sei se tem a ver.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Giovani?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Mas ele nunca se deu bem com essa pessoa, não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele era um grego?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Grego, sim, natural da Grécia, sim. Mas eu não sei se tem a ver.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele disse para a senhora o quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, ele começou a ter um contato com essa pessoa, só que nunca se deu bem, nunca foram amigos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Mas eu me lembrei dessa pessoa agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) –Talvez ele devesse dinheiro para essa pessoa. Pode ser?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode até ser, mas eu lembro que ele não gostava dessa pessoa. Ele conheceu realmente uma pessoa chamada Giovani. É só para constar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele fez algumas viagens a trabalho no ano de 2010 ou 2011 que a senhora lembre?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, eu lembro que ele já foi assim ao Paraguai e algumas vezes para a Bahia.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E mais próximo, a Anápolis, a Goiânia?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele já foi, sim, por aí, a Luziânia, eu acredito, porque ele sempre teve amigos por lá. Há também um senhor com quem ele anda muito, que é o Gildo, que é policial civil do Goiás.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O policial civil do Goiás se chama Gildo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Gildo, isso!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Esse Gildo mora onde? A senhora sabe?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acredito que ele more em Novo Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Novo Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas ele é policial civil do Estado de Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Policial civil de Goiás.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma última pergunta: quem é uma pessoa da família do Gilmar que o acompanhou e que poderia nos ajudar com as relações que ele tinha de amizade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem, além da senhora, no período do seu casamento – eu estou terminando –, em quem ele confiava; quem a senhora sabe que seria o amigo do peito, o confidente? Pode ser um tio, um avô, uma mãe, um pai. Quem era a pessoa que, no convívio da senhora, o Gilmar se relacionava muito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Da família, que eu saiba, ninguém. A família dele é muito simples, muito humilde mesmo. Eu acho que ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E das pessoas alguém foi padrinho, madrinha de casamento? Normalmente, quando a pessoa casa traz alguém que é do peito. Quem é a pessoa que, quando a coisa aperta, além da senhora – na época a senhora era casada – ele poderia recorrer que a senhora lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, da minha família assim...Dele, como eu já falei, não acho ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Da família dele, ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ninguém.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei que ele tem poucos contatos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM –RS) – E algum amigo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Amigos são esses que eu falei. No caso, eu acho que uma pessoa mais próxima é o Gildo, um policial civil.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora não sabe o sobrenome desse Gildo?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – Não, não tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele mora no Novo Gama?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – É, eu acredito que sim; tenho certeza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está bem, Dª Roseli.

Muito obrigado. A senhora ajudou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx.

Passo a palavra agora ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu queria primeiro agradecer à Dª Roseli pela presença, pela contribuição.

Não tenho motivos para não acreditar na sua palavra. Vejo que a senhora foi realmente usada por uma organização criminosa para que ela pudesse atuar na clandestinidade, sem a utilização dos nomes que integram essa organização, passando para a senhora essa responsabilidade por envolvimento do seu nome nessa empresa.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou chegando a uma conclusão aqui que eu quero deixar claro para esta CPI, que é de estarrecer. Até porque a Polícia Federal não fez o levantamento devido no cruzamento de dados e, principalmente, de informações sobre sigilo fiscal que esta CPI começou a fazer. A Polícia Federal não fez isso. E nós estamos chegando à conclusão, como se diz na gíria – na gíria, não –, como se diz uma **holding** que congrega várias empresas, eu estou chegando à conclusão, Sr. Presidente, nobres Colegas, que o Sr. Carlinhos Cachoeira é peixe miúdo nessa história; que a grande organização criminosa, que a **holding** dessa organização criminosa chama-se Delta. E vou dizer por quê. São 16 empresas até agora identificadas como empresas fantasmas que movimentaram quase R$300 milhões. Está aqui o nome de todas elas. Os valores que casa uma delas recebeu: 36 milhões, 34, 33, 25, 7, 6 e tantas mais.

Agora, veja a Alberto & Pantoja, Presidente, aí com dados que o meu Partido, o PSDB, já levantou desses cruzamentos de dados. Nós temos aqui: uma empresa fantasma que fomentava atividades ilícitas para o Sr. Cachoeira e para a Delta. Esse sigilo bancário da empresa Delta quebrado revelou um aporte de 25 milhões para a empresa Pantoja, que é a empresa atribuída a Sra. Rosely. e engraçado, Sr. Presidente, que isso veio mês a mês. Os depósitos da Delta para a empresa Pantoja são: em maio de 2010, 2,2 milhões; em junho, 4 milhões; em julho, 1,6 milhão; em agosto, 2,4 milhões; e assim vai, 2 milhões, 1 milhão e o engraçado é que é mês a mês o depósito.

E aí tem mais: percebe-se que esses repasses iniciaram-se em maio de 2010 e estenderam-se até 2011.E mais: quanto às informações prestadas pela Receita Federal, nós verificamos inicialmente que a Alberto & Pantoja, apesar da relevante movimentação financeira em 2010, declarou uma receita bruta de R$70 mil. E mais: diante de todas essas evidências de inoperância empresarial, cabe perguntar, então, a que título a suposta fornecedora da empresa Delta recebeu cerca de R$25 milhões, notadamente no período eleitoral. E veja, Sr. Presidente, como uma empresa do tamanho da Delta, que movimenta contrato de mais de R$5 bilhões com o Governo Federal, que tem essas empresas fantasmas pode acreditar pelo resultado estabelecido pela Pantoja como ela pode ser fornecedora de uma empresa como essa com repasses de milhões em milhões mês a mês?!

Então, eu chego a conclusão de que a Delta é a grande *holding* dessa organização criminosa, que o Sr. Carlinhos Cachoeira é peixe miúdo, e que não apenas ele deveria estar preso, não. Outros tantos dessa empresa Delta deveriam continuar presos, pois quando a Polícia Federal deu suporte para prisão do Sr. Carlinhos Cachoeira, os valores da Delta não tinham cruzamento de dados ainda, como temos agora na CPMI – um trabalho, por sinal, excepcional que a CPMI está fazendo de cruzamento de dados sigilosos, que começam a chegar aqui à CPI.

Portanto, Sr. Presidente, como é que essa empresa Delta tem uma fornecedora com essa qualificação? Ela não procurou saber que tipo de fornecedora era essa, a empresa Delta? A empresa Delta não procurou saber, repassando 3 a 4 milhões, mês a mês, a uma empresa como essa, quem era essa empresa?!

Então, de onde veio o erro de concepção dessa questão? Vem da empresa Delta, que repassava dinheiro, sim, com finalidades criminosas, Sr. Presidente. É isso que tem que ficar claro. E essa Sra. Rosely Pantoja da Silva foi utilizada como uma das empresas fantasmas da empresa Delta!

É importante que se diga isso, Sr. Presidente.

E tem mais ainda. Aqui eu tenho, discriminados mês a mês também, os valores que foram apresentados a essa empresa. Quando analisamos as fontes de recursos da Alberto & Pantoja, verificamos que o valor da empresa Delta efetivamente aportou conta de suposta fornecedora da ordem de R$27 milhões. E aí tem a relação de mais de cem beneficiários desse dinheiro da empresa Alberto & Pantoja. Tem aqui nome por nome dos beneficiários e cada valor que foi entregue, pelo cruzamento de dados que o PSDB fez aqui, a partir dessas informações.

Portanto, está caracterizado que a empresa Delta utilizava essas empresas fantasmas com finalidades criminosas e que o Sr. Carlinhos Cachoeira era um dos beneficiários dessa empresa. É isso que tem que ficar claro. E esta CPI tem aqui em mãos as informações. Ainda ontem a Polícia Federal disse que vai mandar como resultado final os cruzamentos de dados que o Relator vai fazer a partir de agora e, aí sim, nós vamos saber o tamanho dessa organização criminosa, que até agora não sabíamos, Sr. Presidente.

É por isso, D. Roseli, que a gente acredita que a senhora não sabia de tudo isso. Ou sabia? É a pergunta que eu gostaria de fazer.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É evidente que não, evidente que não, Sr. Presidente. E, como ela, tantas outras pessoas foram utilizadas para servirem a essa organização criminosa chamada Delta. É essa a questão, essa é a mais importante, sobre a qual a CPMI tem que trabalhar, Sr. Presidente. Ainda há mais, além desses mais de 100 beneficiários dessas empresas, está aqui nome por nome que vamos entregar também à CPMI, existe uma outra questão:

o caminho do dinheiro do DNIT, que vinha via Delta e depois repassado para empresas como essa da D. Roseli – supostamente, D. Roseli – havia três bancos, basicamente o Bradesco, o HSBC e o Banco Safra. Essas empresas, Sr. Presidente, esses bancos é que recebiam esses valores extraordinários do DNIT. O quadro um, que temos em mãos, explicita três contas bancárias da Delta Construções que receberam recursos do DNIT nos anos de 2010 e de 2011. Essas contas bancárias receberam do DNIT R$1,35bilhão nesses dois anos. As três agências estão localizadas no Rio de Janeiro. Essas agências recebiam os valores do DNIT e a Delta repassava para essas empresas fantasmas. É esse caminho do dinheiro que esta CPI tem que buscar, de onde veio e para onde foi. Esse é o maior desafio desta CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Passo agora ao ilustre Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Bom dia, D. Roseli, com ”i”, Roseli com “i”.

A senhora tem carro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tem apartamento próprio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quantas vezes a senhora foi para o exterior?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nenhuma vez.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nenhuma vez?

A senhora tem fazenda?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O nome da senhora está no Serasa ou no SPC?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Infelizmente, sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem.

A senhora tem cartão de crédito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho um.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual é o limite de gastos mensal da senhora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – O meu? R$500,00.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – R$500,00. Está certo.

Só tem um cartão de crédito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Só um.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora tem filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tenho, sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estudam em escola pública ou particular?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É privada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quanto que paga por mês?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu pago em cada um cerca de R$300,00.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora passou uma procuração para o marido da senhora num cartório. Qual é o cartório?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei que fica no Venâncio 2000, aqui no Setor Comercial Sul, Bancário.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – No Venâncio 2000?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, isso. É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estou fazendo um pedido, Sr. Presidente, para solicitar a cópia da procuração.

O marido da senhora faz o que hoje?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre trabalhou como contador autônomo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Autônomo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele tem na casa dele... A senhora sabe onde ele mora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei onde fica a mãe dele, que eu acredito que é onde ele esteja.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele visita os filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Paga pensão?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele paga a escola dos meus filhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele que paga.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E por que a senhora não paga?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Bom, a minha renda é muito baixa, não dá para... Tenho outras contas em casa, então, ele ficou de pelo menos ficar encarregado de pagar a escola dos meus filhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

O CPF da senhora, esse que a senhora forneceu, não recebeu nenhum real dessa empresa Pantoja, segundo...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com toda certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não recebeu nenhum real.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora tem conta em quais instituições financeiras? Quais bancos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei, pelo que falei, relatei aqui anteriormente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, a senhora, a Roseli com "i".

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho uma na Caixa, que está devedora, porque eu, como eu disse antes, dei a procuração para o meu marido e ele abriu essa conta lá e fez um empréstimo e não pagou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não pagou?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, não tenho mais perguntas, mas só concordando inteiramente com o que o Deputado Macris fez referência, esta CPI está demonstrando que o principal alvo dela deve ser a Delta. Dinheiro do Tesouro Nacional para a Delta, para empresas, pessoas jurídicas fantasmas e daí para pagamento de campanha eleitoral, Sr. Presidente, o fato é esse. O Cachoeira nessa relação é um instrumento só, o principal é a Delta, o principal é a Delta. E como essas pessoas jurídicas ligadas à Delta têm sede aqui no Distrito Federal, mas os valores vêm do Rio de Janeiro, mais uma vez não dá para nós circunscrevermos geograficamente as investigações desta CPI ao Centro-Oeste. Penso que esta CPI faria um grande serviço ao Brasil se nós continuássemos no afastamento do sigilo bancário daquelas pessoas jurídicas, como esta, fantasmas, que receberam dinheiro da Delta. Como uma pessoa jurídica, uma empresa, uma construtora, uma empreiteira que recebe do DNIT R$5bilhões negocia com empresas fantasmas? A pergunta que nós temos que responder é essa. Se nós vivêssemos num país sério, esse dono da Delta estaria preso, não só o Cachoeira.

Eu não tenho mais perguntas e, sem fazer juízo de valor, quero agradecer à senhora, que foi até agora a única – se não se comprovar o contrário – brasileira que veio aqui contribuir com a verdade entre Senadores, Deputados. Todos vieram aqui com advogados caríssimos. E é bom que existam advogados caríssimos no Brasil, é bom que existam. Mas a senhora veio aqui sem advogado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo agora a palavra ao ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Parlamentares, lendo aqui o relatório que recebi a respeito da empresa Alberto & Pantoja, temos claramente aqui uma empresa fantasma, criada nesse emaranhado de negócios ilegais que a Delta impôs para atender às suas demandas e grandes negócios junto ao Governo brasileiro.

Isto é importante destacar: Alberto & Pantoja, uma empresa laranja, encarregada de repassar dinheiro dos grandes negócios da Delta com o Governo Federal, com o Governo brasileiro, em grande parte.

E em grande parte, nós não encontramos respostas até agora. É o caso dos negócios com São Paulo, é o caso com os negócios do Rio de Janeiro, especialmente do Cedae, cujo requerimento hoje reapresentei ao Relator, pedindo a ele que traga para que seja votado e para que a gente busque as informações sobre esses contratos que envolvem milhões de reais. Sabendo também que, dos dados levantados ontem pelo Senador Randolfe Rodrigues, mais de R$300 milhões foram abastecidos pela Delta com empresas laranjas.

E fica aqui uma coisa muito ligada a Brasília, a Goiás, direcionada a Goiás, que também tem que ser evidentemente investigado, mas se esquece do principal. E nós precisamos ir a fundo nisso, levando aqui em consideração o que o Deputado Vanderlei Macris acabou de apresentar.

Há aqui uma informação de que a Alberto & Pantoja, D. Roseli – e eu louvo mais uma vez a presença da senhora aqui, da forma como veio, espontânea, sem nenhum tipo de chicana, sem nenhum mágico do lado. Aqui vem gente cheio de mágico, e não só mágico como assessores. Aqui vem a assessoria toda para poder trazer a galera presente, para poder, inclusive, emitir juízo de valor sobre o trabalho da CPMI, como aconteceu com o Prefeito de Palmas, o Sr. Raul de Jesus, o tal de Raul Filho, que esteve aqui trazendo toda a sua equipe de lá. E eu não quero saber, e hoje ainda perguntei à Mesa, na época, se iria fazer alguma coisa com relação aos servidores públicos que estavam aqui no dia de trabalho, presentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, deixando de trabalhar – aquilo que o dinheiro público deve exigir e cobrar o seu custo e benefício –, para fazer parte da galera do Prefeito de Palmas, cujo envolvimento deixou de dar resposta devida e presente da importância que é a resposta de um prefeito de uma capital, como o Prefeito de Palmas, o Sr. Raul de Jesus Filho, quando aqui esteve com a sua galera de assessores, paga com o dinheiro público.

O que chama a atenção – e a senhora evidentemente já falou do seu ex-marido – são os valores repassados pela Delta a Alberto & Pantoja. Em um ano, foram mais de R$18 milhões. E, no total, mais de R$30 milhões daquilo que se tem conhecimento. E aqui há uma informação – e não sei se alguém perguntou, pelo menos eu não ouvi –, de que a senhora

teria sacado R$5,2 milhões em 66 transações desta empresa Alberto & Pantoja.

Esta é uma pergunta que gostaria que a senhora pudesse saber, se realmente esse dinheiro foi usado, se esse negócio foi feito.

Então, gostaria se a senhora pudesse informar alguma coisa sobre esses valores, se a senhora sacou, se foram 66 operações ou se a senhora não tem conhecimento de nada sobre isso.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SLVA – Eu não tenho conhecimento. Eu li que realmente eu tinha sacado, na Internet, mas eu não... Não fui eu. Tenho certeza absoluta de que eu não estava lá, não peguei este dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora, por acaso, sabe informar se seu ex-marido conhecia aquela pessoa já bastante conhecida como Dadá, o Sr. Idalberto Matias?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SLVA – Não, não posso dizer pelos conhecimentos dele, mas ele nunca falou a respeito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora também não sabe quem é?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não conheço. Não sei quem é.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o seu marido frequentava casa de jogos, conhecia pessoas do ramo de caça-níquel, alguma coisa assim, em Brasília...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...ou no entorno ou em Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não sabe. A senhora declarou imposto de renda nos últimos anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu, assim, como ele era contador, ele fez alguns para mim, talvez como isento, com isenção mesmo, mas nada assim como empresarial ou tendo alguma renda alta. Tenho certeza disso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora pode dizer quem é que fez as suas declarações de renda? As últimas pelo menos, dos últimos anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – As últimas foram feitas por ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele quem?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Meu marido. Meu ex-marido, desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seu marido quem fez sua declaração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na época, meu marido sempre fazia. Algumas vezes, deixou até de fazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Deixou de fazer por quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Porque eu não trabalhava, era autônoma, então ele não fazia, porque não tinha, como se fosse, não havia importância.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a senhora consentia com isso?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, eu não ficava sabendo, eu pedia para ele fazer: olha, já que você trabalha com isso, faz a minha, pelo menos, como isenta, alguma coisa. Ele ficava de fazer e não fazia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com todo respeito – a senhora sabe que aqui a senhora tem um respeito muito grande pela forma com que se apresentou e está aqui respondendo –, aí mora o perigo.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode ser que sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pode ser que aí more o perigo...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Embora, você não entenda...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Claro, com certeza. Mas eu gostaria de agradecer a senhora pela presença aqui nesta CPMI, reiterar a questão da Delta, acho que é de fundamental importância que... Por acaso, além do Idalberto Matias, o Rubem Maia, a senhora ouviu falar alguma vez como contador, próximo do seu marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, eu tenho impressão de que ele não tem nenhuma amizade. Só vi mesmo porque olhei a matéria dele na Internet, depois da CPI na semana passada. Somente isso que eu sei dele. Eu não tenho amizade e acho que ele também não tem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero agradecer a senhora pela presença, reiterando que sem toda essa parafernália está aqui presente para poder dizer que, mesmo que tivesse em qualquer lugar, iria da forma como veio aqui, sem nenhum tipo de apoio, para dizer exatamente o que pensa e a verdade que está ao seu lado. Então, receba meus cumprimentos.

Mas gostaria de chamar atenção da Mesa, Sr. Presidente, Sr. Relator, temos aqui a espécie de um arranjo ou de uma quadrilha ou de um esquema montado em Brasília. Esta empresa Alberto & Pantoja foi registrada sob um CPF inválido. Quando se vai buscar o registro de uma empresa, evidentemente não se aceita um CPF inválido. Precisamos buscar mais informações, se é do cartório, se é da Junta Comercial. Temos que requerer, pois não é possível que uma empresa fantasma com CPF inválido consiga o registro no Distrito Federal e, com isso, vá fazer grandes negócios, utilizar contas bancárias etc. Então, gostaria que a Mesa, que

o Relator pudesse buscar as providências para esclarecer na Junta Comercial ou no cartório onde foi feito o registro dos documentos do contrato social dessa empresa, para a investigação estar atenta a detalhes cujos detalhes podem chegar a essa informação. Como o detalhe que foi dado aqui das declarações do imposto de renda da Dona Rosely. Acho que isso é importante para que possamos avançar na investigação com relação a esta empresa Alberto & Pantoja.

Diante disso, Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade e registro, mais uma vez, os parabéns pela apresentação da senhora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para deixar claro. Primeiro, na verdade, não foi que ela, o CPF não era, Deputado Rubens Bueno, não é que o CPF era inválido. Na verdade, eles usaram o nome da Sra. Rosely e cadastraram, em 9 de março de 2009, um CPF com o nome de uma pessoa parecido com o nome dela, trocando apenas o "i" pelo "y" e mudando também o nome da mãe, porque o nome da mãe da senhora é Hermina.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, eles colocaram outro nome de mãe e cadastraram um CPF. A partir desse cadastro...Talvez o problema esteja, é uma questão que precisamos olhar, não é que o CPF é inválido, o CPF era válido, o problema é o cadastro do CPF que foi cadastrado com uma pessoa com o nome parecido com o nome da senhora, em um endereço que a senhora e seu marido viviam. Então, o problema está no cadastro do CPF.

Isso precisa ser visto por nós.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Relator, esse CPF a Receita indica como inválido. Se o indica como inválido, temos de saber se, de fato, lá, naquele momento, houve o registro legal, se isso foi aceito como CPF ou não. Hoje, a Receita Federal o indica como inválido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que, depois, vem a apuração. Mas estou dizendo do *modus operandi* deles. Essa empresa da Rosely, com "y"... O CPF nº 045.048.931-00 foi cadastrado em março de 2009, e, a partir desse cadastro, houve a criação dessas empresas todas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria saber...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por gentileza, Relator, eu só queria saber se o senhor vai buscar algumas providências. Sabe por quê? A questão do CPF... Se buscarmos os documentos dessa empresa, vamos ver que eles foram apresentados rasurados. Então, Sr. Presidente, aí deve haver – e, só for o caso, eu requeiro por escrito – algum tipo de conluio com essa quadrilha, seja a junta comercial, seja o cartório, o que for. Temos de buscar essas informações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Temos de requisitar a documentação. Isso pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se V. Exa. me permite, quero dizer que precisamos, entre as providências da CPI no seu relatório final, fechar mais a possibilidade de abertura de empresas no Brasil, senão, já, já, haverá uma empresa Bueno e Teixeira, que pode ser minha ou do Miro Teixeira, da qual não saibamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, hoje, a forma de abertura de empresas pode tornar vulnerável qualquer cidadão brasileiro. Portanto, no relatório final, é preciso adotar uma providência a esse respeito.

Em relação à questão que V. Exa. colocou, Deputado Rubens Bueno, sobre o evento que tivemos aqui relacionado à vinda do Prefeito de Palmas, precisamos que V. Exª o faça por escrito, para que seja votada a providência, porque não há como fazê-lo de ofício. Então, eu pediria a V. Exa. que recuperasse o acontecido, para que pudéssemos fazer isso. V. Exa. trouxe aquele tema, naquele momento, ao debate, mas nenhuma providência pode ser tomada se não for objeto de requerimento. Assim, gostaria que V. Exa. formulasse o requerimento para uma próxima reunião administrativa, se assim concordar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E quero saber se a empresa Bueno e Teixeira pode ser minha ou do Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone*.) – A nossa seria Teixeira e Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Seria Teixeira e Teixeira. Muito bem!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria fazer apenas mais uma pergunta.

A senhora conhece o endereço Quadra 44, Conjunto B, Casa 07, Setor Central, Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora não morou nesse endereço?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta esse endereço também como o endereço da senhora e do Sr. Gilmar, o mesmo endereço.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho um irmão que mora no Setor Central, mas, como não

falo com ele já há alguns anos por causa de uma briga de família, não sei o endereço dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem um irmão que mora...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso! No Setor Central do Gama.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele mora no Setor Central do Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso! Mas eu não sei o endereço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora não sabe dizer se ele mora na Quadra 44, Conjunto B, Casa 07?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Mas nunca morei lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao ilustre Deputado Domingos Sávio, que é mineiro, como o Relator.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Roseli Pantoja, primeiro, quero cumprimentá-la e quero destacar que, a exemplo dos demais colegas, não tenho razão nenhuma para não crer na sua sinceridade. Acredito que sua atitude, além de contribuir com esta CPMI, contribuirá, com certeza, para algo que é precioso na vida de todo ser humano, que é a preservação do seu nome, da sua integridade moral, dos seus valores. Portanto, minhas perguntas vão também na direção de tentar conseguir alguma informação que norteie nossa investigação, que é benéfica para o País, que, com certeza, interessa à senhora também e que, espero, poderá ajudá-la a se livrar dessa armadilha a que, pelo que tudo indica, a senhora foi levada.

Algo que seria possível cogitar seria o homônimo num primeiro momento, mas seria coincidência demais a esposa e o marido, como homônimos, participarem de empresas fantasmas. Então, fica configurado, no meu entendimento, que foi usado especificamente o seu nome, conforme a senhora aqui está dizendo. Então, precisamos buscar um pouco mais de informação.

A senhora disse que assinou uma procuração, mas disse ter sido no ano passado. As empresas foram abertas antes. A senhora não se lembra – ele era contador, a senhora disse que fez declaração –, não há a possibilidade de a senhora ter assinado algum outro documento de abertura de empresa ou alguma outra procuração anterior a essa? A senhora tem segurança de que não assinou?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, a procuração, como eu fui ao cartório, eu sei que passei lá, mas...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, mas só uma ou poderia ter assinado alguma que também nem tivesse sido em cartório. A senhora poderia ter assinado ou uma folha em branco para ele, alguma coisa assim para o seu marido, ou para alguém que tenha lhe procurado?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É possível.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – É possível que a senhora tenha assinado para ele algum documento.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É possível, pode ter acontecido sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Pode ter acontecido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Antes de 2011 a senhora pode ter assinado para o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora disse que foi casada com ele 13 anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora tem filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Filhos com o Sr. Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ele é o pai dos seus filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Há 10 meses estão separados.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, mais ou menos isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Mas, naturalmente se vêem?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Sim. Eles vão ver...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Se encontram. Ele é pai dos seus filhos, então vocês de vêem.

A senhora já disse que ele se preocupou. Agora, ele fez alguma menção... A senhora disse que em uma época ele falou que estava endividado, que se procurasse ele não estava ali. Agora, nesse episódio, a senhora percebeu alguma preocupação dele no sentido de orientá-la ou de querer saber um pouco mais, ou até no sentido de saber se ele também... Ele manifestou que ele poderia ter dificuldade com isso?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – No começo, quando ele falou que os jornalistas estavam querendo falar comigo, ele achou que, na verdade, a situação era com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ah, tá! Quer dizer que ele considerou que ele poderia estar envolvido. Ele já...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Porque ele achou que a situação era com ele. Ele falou, segundo ele, havia uma declaração do Imposto de Renda que colocaram o nome dele. Pelo menos eu vi na internet que ele fez uma declaração de que eu tinha 18 milhões, declarei em 2009. A preocupação sempre foi com ele. Mas quando eu coloquei...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Na internet tem isso? Dizendo que ele declarou que fez o Imposto de Renda com 18 milhões?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Tem lá. O Edmar Carvalho tinha feito uma declaração, em 2009. E ele preocupou. Achou que o problema era só com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Esta empresa Delta, algum momento nos últimos anos, a senhora ou o seu marido ouvir falar,... A senhora já tinha ouvido falar em empresa Delta?

A SRª ROSELIPANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR.DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Nunca.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – E esse Giovani, a senhora diz ter se lembrado, durante o depoimento, de conhecer um Giovani. Dentro dessa operação, existe a figura de um Giovani que só ele sacou mais de 8 milhões dessa conta da empresa, que é atribuída à senhora. A senhora c onsegue lembrar um pouco mais sobre este Giovani a quem a senhora fez referência?

Tenta nos ajudar aqui. É uma pessoa que demonstra um pouco mais de posse, tem carro próprio? A senhora se lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, o que eu sei dele é que ele, realmente, era um estrangeiro, ele é grego, e estava ilegal...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Estrangeiro com sotaque de estrangeiro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente. Ele estava ilegal, inclusive, no Brasil. E ele tinha umas lojas em Planaltina. Atualmente eu fiquei sabendo que ele foi embora daqui. Está no Nordeste, né – entendeu? –, através de uns colegas. Mas era uma pessoa que ele não era bem amigo. Ele tinha um...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ficou sabendo que ele foi embora.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso. Fiquei sabendo, assim, que, na época não eram bem amigos. Eles tiveram um atrito, assim, eu acho que ele chegou a fazer algum tipo de serviço na ocasião, e acho que não recebeu.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto tempo? A senhora se lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nossa, deve ter uns quatro anos.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Que ele foi embora? Não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Que ele...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Que ele teve negócios a uns quatro anos.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com essa pessoa, sim. Chegou a quase... Pensou em trabalhar com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Agora, essa noticia de que ele foi embora é mais recente?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso. É pouco tempo. Dever ter uns dois, três meses.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Uns dois, três meses?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – E onde que este Giovani que a senhora conhece tinha loja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Era em Planaltina.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora não lembra do sobrenome.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ele tinha loja em Planaltina. A senhora consegue nos ajudar depois com o endereço, ainda que não seja agora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, pode ser que depois eu possa até...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Pelo menos para a gente tentar verificar quem é quem, porque, coincidentemente, o outro Giovani está foragido também.

Eu vejo, Sr. Presidente, neste momento, Deputado Miro Teixeira, que conduz esta CPMI e alcança o cargo que merece, com certeza pela competência e pela experiência – e aí eu aproveito o momento para fazer uma pausa, uma reflexão e, em seguida, volto a me dirigir a nossa depoente, que, eu reitero, tem um papel importante para nos ajudar a esclarecer, embora não saiba da maioria das coisas, mas nós precisamos da sua ajuda, sim.

Sr. Presidente, veja bem: Deputado Miro, o Deputado Vanderlei Macris começou a fazer uma reflexão sobre o verdadeiro foco com que esta CPMI deve se dirigir. Olha, o país inteiro está acompanhando isso, a imprensa está acompanhando, mas, ainda que nós estivemos aqui apenas sobre apenas o sigilo de um trabalho, as nossas consciências não vão nos permitir seguir em frente se nós não aprofundarmos onde tem

que aprofundar. O Sr. Carlinhos Cachoeira já estão preso; os seus comparsas no crime e na atividade ilícita do jogo já estão presos vários deles, mas o roubo do dinheiro à Nação está até as entranhas envolvido nisso, a operação está clara.

A empresa Delta, que só nos últimos anos recebeu, e já se fala em R$7 bilhões de dinheiro público, repassava dinheiro para diversas empresas fantasmas, mas não era esporadicamente, não, era uma coisa montada, estruturada. E a empresa Pantoja, por exemplo, cerca de R$30 milhões, isso que nós já identificamos mês a mês. A empresa Delta recebeu, só nos dois últimos anos, 2010/2011, num levantamento preliminar, R$1,35 bilhão do DNIT. Está aqui organizado, o dinheiro ia caindo na conta da empresa Delta, Deputado Ronaldo e demais Deputados, na conta dela lá no Rio, na conta do Rio que o Sr. Cavendish assinava – não é nada que fugia ao controle dele, não, da direção central da empresa – e era depositada sistematicamente uma parcela para empresas fantasmas. Ora, é evidente que é um conluio de comissão, de um percentual. É evidente! Olha, eu até quero chamar atenção, senão vai virar a história do mensalão: "Não, isso era só ajuda de campanha". Não, isso é roubo do dinheiro público, é corrupção.

Sistematicamente os contratos da Delta com o DNIT eram feitos com licitações que já ficam na cara, eram disfarçadas as licitações porque eles eram sistematicamente aditivados muitas das vezes em mais de 100% – a legislação brasileira fala em 25% de aditamento. Contratos aditados em mais do dobro! Em seguida, o dinheiro roubado do povo brasileiro vai para os cofres da Delta e a Delta deposita nas contas das empresas fantasmas mês a mês. Só de empresas fantasmas que nós já identificamos, no primeiro levantamento, no início da semana, antes de ontem, eram 300, já chegamos a 450 milhões.

Ora, Sr. Presidente, nós precisamos de uma investigação profunda na Delta e precisamos também que a Polícia Federal nos ajude. A Polícia Federal fez um trabalho precioso com Carlinhos Cachoeira. Quando chegou na fase que envolvia figuras, senadores, deputados etc. que podiam fazer o tráfico de influência, era foro privilegiado, ela não aprofundou a investigação. Agora é hora de aprofundar a investigação na Delta. Já cassou o Demóstenes. Se tiver que cassar mais gente, que se casse, mas é preciso cassar a Delta e os bandidos dela. E é uma empresa que tem história... Tivemos notícias de que o Sr. José Dirceu foi um dos consultores contratados pela Delta. É esse o Brasil que estamos vivendo.

Eu queria, inclusive, Sr. Presidente, que nós façamos um requerimento à Polícia Federal para que a Polícia Federal – e aí de maneira pontual – procure o Sr. Giovani Pereira da Silva. A empresa é fantasma, o Sr. Giovani Pereira da Silva respondia como contador. Ele sacou R$8,65 milhões e sumiu. A própria Polícia falou que ele está foragido. Ora, se ele está foragido, não é possível! Eu acho que é preciso intensificar a busca para localizar esse indivíduo. É preciso um esforço maior em torno disso, porque nós vivemos uma situação agora que não há como...

Essa empresa continua prestando serviço no Brasil normalmente, está tudo normal, está tudo tranquilo! Ora, uma empresa que deposita na conta de empresas fantasmas milhões e milhões seguidamente não é chamada a dar satisfação? Nós vamos chamar aqui o Sr. Fernando Cavendish. Eu já estou vendo o filme: vai chegar aqui com *habeas corpus* e dizer: "Eu me reservo o direito de ficar calado". Prende esse cidadão. Prende esse cidadão. Prende esse cidadão. É isso que nós temos que fazer. Não é Carlinhos Cachoeira só não. É prender quem está roubando dinheiro do País e usando o Carlinhos Cachoeira como sócio...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Ultraminoritário.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É, um sócio minoritário no processo. Ultraminoritário, bem lembrado, Deputado Miro.

Portanto, eu quero apenas concluir aqui fazendo um apelo à Sra. Roseli. A senhora veio aqui como testemunha, mas está fatalmente envolvida no processo, creio eu, até que se prove o contrário, como vítima. Mas há um indicativo de que seu esposo, ex-esposo, possa ter algo mais a nos dizer. A senhora sabe nos dizer – a senhora tem estado com ele – onde ele está residindo atualmente?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acredito que ele esteja na casa da mãe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Na casa da mãe dele? É aqui em Brasília?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Fica no Entorno do DF.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – No Entorno? A senhora conhece o endereço? Pode depois nos dar o endereço?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim, eu sei. Eu tenho como fornecer.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso pode nos agilizar. Obviamente, eu não tenho dúvida de que o nosso Relator deverá priorizar uma convocação para que ele venha e traga os esclarecimentos, até porque nós não queremos fazer juízo de valor antecipado, não queremos incriminá-lo antecipadamente. Queremos que ele venha aqui, tenha o direito de se defender, de esclarecer efetivamente porque o nome

dele, coincidentemente, está envolvido e qual foi a participação dele nesse processo.

Muito obrigado, Sra. Roseli.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Agora, a Deputada Iris.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Sr. Relator, eu assisti, Sra. Roseli, e acho que V. Sa. também deve ter assistido, há algum tempo, a um filme cujo título é O Silêncio dos Inocentes, que consagrou inclusive o ator Anthony Hopkins. E aqui nós estamos assistindo, nobres Pares, a uma situação diferente. Aqui, para mim está bem claro, pelo depoimento de V. Sa., pela maneira como se colocou aqui na presença desta Comissão, totalmente desarmada, abriu o seu coração, falou o que tinha de dizer. Eu digo que os inocentes falam. Nesta situação que está acontecendo aqui nesta CPMI é que os inocentes... E V. Sa., eu quero fazer esta declaração, me convenceu: é inocente. E falou. E a grande maioria que veio aqui e que teria muito para contribuir nesta situação que tem demandado o nosso tempo em estudos, em escutas, em cruzamento de dados, procurando inclusive elucidar... Inclusive não. Nosso objetivo é a verdade. V. Sa. vem, cumprindo o seu dever de cidadã, sem advogado, e presta, Presidente, um depoimento que nos esclarece também, de alguma forma.

Vejo, neste momento, Sr. Relator, que esta CPMI ainda não tem as respostas que nós temos que oferecer à Nação. Nós ainda temos algum tempo de trabalho, em que poderemos chegar a uma conclusão para oferecer, através do relatório de V. Sa., uma resposta para uma situação em que o crime organizado usa pessoas inocentes como V. Sa., obrigando-a inclusive a vir até aqui prestar um depoimento.

Eu preparei perguntas para a Rosely com "y", e não teria perguntas para a Roseli com "i". Mas, de qualquer forma, vou fazer duas perguntas a V. Sa., pinçando das que eu havia preparado. Faço à Roseli com "i" as perguntas que eu havia preparado para a Rosely com "y".

Por acaso, na sua casa, em algum momento... V. Sa. está separada há dez meses, mantém relações de amizade com seu marido, Sr. Gilmar, que acho que é quem deveria estar aqui prestando esses esclarecimentos.

A senhora ouviu o nome ou conheceu ou recebeu a visita ou captou algum telefonema ou algum recado de telefone do Sr. Lúcio Gutier? Esse nome não é...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, com certeza.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ... familiar a V. Sa.?

V. Sa. conheceu ou também ouviu, da mesma forma, esse nome dito pelo marido de V. Sa., o jornalista Luiz Carlos Bordoni?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas, conforme V. Sa. relatou, pela Internet deve ter acompanhado?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com certeza. É isso.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de encerrar, agradecendo essa disposição que V. Sa. teve de vir aqui, de falar, o que nos está fazendo falta nesta CPMI.

Eu tenho, inclusive, notícias – e está-me alegrando muito saber que outros que virão estão dispostos a falar. Acho que isso vai ser uma contribuição muito grande, para que possamos elucidar essa teia do crime organizado com agentes públicos – agentes públicos importantes –, o que têm nos deixado numa situação, inclusive, de desvantagem perante a população, que nos vê – nós, políticos – de maneira pejorativa. Nós temos consciência disso.

Eu agradeço a presença de V. Sa., consciente de que V. Sa. foi usada e é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – O próximo a falar sou eu. Aí peço ao Presidente Paulo Teixeira para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o Deputado Miro Teixeira vai até à tribuna, gostaria de fazer um comentário sobre esta reunião e sobre a reunião anterior, que fizemos com aquele contador de Brasília.

Qual é a impressão que tenho? Ficou muito fácil criar empresa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone*.) – No meu horário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exa. ainda não chegou ao seu local de...

Ficou muito fácil criar empresa. Uma empresa como esta, Alberto & Pantoja, não declarava imposto de renda esses anos todos, pagava tributos. Além disso, esta CPI, um dos resultados dela, na minha opinião, é acabar, diminuir a possibilidade de empresas laranja no Brasil. Nós temos uma infinidade de empresas laranjas funcionando sem a fiscalização estatal.

Portanto, eu creio que esse seja o resultado, além do da investigação propriamente dita, da utilização, quem são os responsáveis, que finalidade, quem operou as empresas, além de esclarecer esses fatos e punir os responsáveis, nós precisamos ter uma legislação que impeça a proliferação de empresas dessa natureza.

Com a palavra, agora que já está no seu posto, o Deputado Miro Teixeira, que fala pela primeira vez à frente, sentado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aqui eu não posso ficar de pé para não atrapalhar os outros. Quer dizer, inverteu-se a relação.

Eu cumprimento a Dª Roseli. E vou usar o meu tempo aqui para algumas considerações apenas.

Nós não temos que criar dificuldades para a organização de empresas no Brasil. Deve ser fácil organizar empresas. O que é preciso é tapar os buracos para acabar com as empresas falsas, laranjas, isso sim.

Então, já vimos aqui, em outros depoimentos, que há uma peneira, no Estado brasileiro, que permite a organização desses laranjais aí.

A procuração que Dª Roseli passou para o marido – disse ela mesma aqui – foi por escritura pública. Isso tem utilização ampla, até para compra e venda de imóveis, depende do que está escrito ali na procuração. Mas, por ser de escritura pública, vê-se que não era para uso trivial. No papel, pura e simplesmente, é uma procuração com instrumento privado.

Bom, aí nós vamos receber essa cópia ou a certidão, que será pedida em cartório pela CPMI presumo eu, e, se a senhora puder ajudar até, se tiver um número de referência, uma cópia em casa, que mande por **e-mail**, mande pela Empresa de Correios e Telégrafos do Governo brasileiro – essa funciona bem –, mas faça chegar. Nós vamos atrás, nós vamos achar essa procuração. Porque a Receita Federal pode ter até alguns de seus especialistas, seus dirigentes, convidados a vir colaborar conosco aqui um dia, convidados a vir colaborar e nos orientar sobre que providências nós devemos tomar por lei que eles não podem tomar pelo regulamento.

Eu já estou formulando verbalmente, Sr. Presidente. O Sr. Relator já disse que sim; então, acho que já pode sair o ofício daqui. O Dr. Dirceu, que está ali, pode preparar logo, de comum acordo com a Presidência, um ofício convidando o superintendente da Receita ou mandando ao Ministério da Fazenda, enfim, para designar ou nós aqui já podemos arrolar os nomes. Mas acho melhor pedir especialistas. O que não depende do regulamento, do Imposto de Renda, de outros regulamentos e que precisa de lei? De que lei precisa a Receita para esse laranjal acabar sem complicar a criação de empresas no Brasil, que é um dos países onde a criação de empresas é mais complicada?

Acho que isso, para mim, está claro, Deputado Macris, que nós estamos diante, a partir deste momento, da CPI da Delta. A CPI do Cachoeira acabou. A CPI do Cachoeira está concluída, porque o processo na 11ª Vara Criminal já está em fase final. Eu vi, outro dia, que o Cachoeira tinha ido depor e até se recusou, também, a falar, mas, enfim... Há os ritos processuais que são seguidos e o recolhimento dele à cadeia revela que não há uma postura muito reconhecida pelo Poder Judiciário em favor dele. Então, acho que a CPI do Cachoeira... Já está visto aí o Cachoeira o que é. Agora estamos batendo nos Alberto & Pantoja. De repente, o Cachoeira passa a ser o menor agente.

O Cachoeira, agora, é um problema da polícia, é um problema da justiça criminal. A Delta, não. E não é por ser a Delta deste Estado, daquele Estado não. Mas é porque, de repente, há uma mega possibilidade, dentro de empresas aparentemente saudáveis, de se tornarem as piores delinquentes. Os piores delinquentes! Lança-se a culpa sobre diversos agentes públicos em muitas oportunidades. E sempre se deixa de lado esse pessoal do punho de rendas, que, a rigor, a rigor, conduz a quem interesse e a quem melhor aproveite esse tipo de organização criminosa.

Acho, Sr. Relator, que a nossa dedicação tem que se concentrar agora muito na Delta. Aqui, eu vou provocar o PSDB. Pelo que eu soube, o PSDB fez, e fez muito bem – eu até propus que, se eles aceitassem, nós, do PDT, poderíamos nos consorciar –, uma assessoria privada de trabalho com software de cruzamento, que é o DW e o I2, se não me engano – DW, **data ware**. E eles não contrataram uma não; contrataram duas ou três. E já há dados estarrecedores. Por isso estou dizendo que isso agora é a CPI da Delta.

Eu não sei se devemos esperar algum momento que possa ser espetacular. Não é pelo PSDB que estou usando a palavra espetacular. Estou falando no sentido etimológico mesmo da expressão – tanto que o PDT se consorciaria para pagar essas despesas. Mas, se nós devíamos logo ter acesso ao que já resultou desses cruzamentos, na primeira oportunidade que o PSDB considerasse legítima, boa, para nós não ficarmos muito em cima da hora e nos impedir avanços. Avanços em quê? Na CPI da Delta.

Nós não podemos, regimentalmente, mudar o título da CPI sem requerer todas aquelas assinaturas de novo. Seria uma encrenca. Talvez possamos fazer um aditamento. Mas o PSDB pode pensar nisso.

E nós agora vamos nos entregarmos a essa tarefa que é inicial ainda, essa está começando. A outra, vou lhe dizer, já se esgotou.

O Carlinhos Cachoeira, daqui mais algum tempo, vai ter a sua sentença e, pelo que se vê daqueles autos, não vai ser uma sentença leve, não. É coisa de 20 anos para cima de reclusão. E nós vamos ficar discutindo aqui a CPI do Cachoeira? Não. Vamos olhar a Delta agora, para reforçar. Já temos elementos, e é só

olharmos as observações das experiências passadas. Isso já nos permite ver esse uso de laranjal.

O Senador Randolfe já levantou muitos dados sobre essas transferências de recursos para empresas fantasmas ou para laranjas e, se nós conseguirmos fazer essa aliança surprapartidária, na CPI da Delta, e trazermos logo para a Comissão, para conhecimento do relator, para apreciação do relator, para trabalharmos juntos, a rigor, acho que nós poderemos dar uma contribuição maior ao nosso País, na recuperação dos conceitos de respeito àqueles que querem trabalhar realmente, criando-se facilidades para os que querem trabalhar e produzir, agora, dificultando esse laranjal que estamos vendo aqui, a cada momento, produzindo vítimas.

Está aqui uma pessoa perdendo o seu tempo, e eu não sei se tem até condução própria para voltar para casa. Mas eu acho que a Comissão pode oferecer.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Já me ofereceram.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já ofereceram, não é?

Saiba que a senhora, como todo cidadão e cidadã, pode vir ao Parlamento sem *habeas corpus*, com ou sem advogado, é uma opção, mas sem *habeas corpus*. Os primeiros a sofrerem quando existe uma ditadura no Brasil, entre os Poderes, é o Parlamento. É o primeiro a ser fechado. Ditaduras brasileiras têm maneiras diferentes de controlar o Supremo Tribunal Federal, como a ditadura de 64 teve, até atingindo ali os direitos de três ministros. Em outros lugares, altera-se o número de membros. Os parlamentos são fechados. Então, nós sabemos o que é ser perseguido.

Fitemos a Constituição feita dentro desta Casa, numa Assembleia Nacional Constituinte, que nós somos os primeiros a defender.

A senhora chegou sem um advogado, mas, quando se sentou aí, havia pelo menos 32 aqui para defender os seus direitos.

Muito obrigado pela sua presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, só para concluir. Falei alto dessas três consultorias do PSDB porque, se não concordarem em divulgar para nós e compartilhar, eu tenho a impressão de que a imprensa vai tornar a vida do PSDB num inferno. O meu objetivo foi esse. Se não prestaram atenção, eu estou falando agora para evitar que transformem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Compartilho dessa preocupação e do pedido também.

Passo a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sra. Roseli, boa tarde.

A maior parte das perguntas já foi feita. Na verdade, vou só completar.

Já lhe deve ter sido perguntado, mas eu só queria reiterar. A senhora foi casada por quanto tempo com o Sr. Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na verdade, eu não sou separada legalmente, né? Se for contar por isso aí. Separei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O tempo de convívio conjugal?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Por uns 13 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Treze anos.

Nesse período, em algum momento, a senhora teve conhecimento do contato dele ou de relação dele com o Sr. Adriano Aprígio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele conhece um Adriano, mas eu não sei o sobrenome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele conhece um Adriano?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Eu não sei o sobrenome dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A senhora não chegou a presenciar nenhum encontro entre ele e o Sr. Adriano?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não chegou a ver quem seria o Adriano que ele conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O Sr. Francisco de Assis. A senhora tem alguma informação de algum contato dele com o Sr. Francisco de Assis?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O Sr. Gilmar de Oliveira Cabral?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A senhora, por estar aqui de livre e espontânea vontade, inclusive faz corar de vergonha todos os depoentes anteriores.

Já passou por aqui, Deputado Miro, Senador da República. Já passaram por aqui empresários, secretários de Estado. Antecedeu a senhora um diretor. O chefe de uma Autarquia de um Governo de Estado. E se acovardaram, se acovardaram! Trouxeram e pagaram os advogados mais caros que há neste País.

Como disse o Deputado Miro, não é demérito, não. Advogado, pelo seu serviço tem que ser bem remunerado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

E a senhora vem aqui de peito aberto para conversar com todos nós. Não trouxe advogado nenhum. Com disposição. E o seu depoimento é fortemente convincente para todos nós aqui.

Como disse o Deputado Miro – faço minhas as palavras do Deputado Miro – o seu advogado tem que ser os que estão aqui, porque salvo melhor juízo – e reitero, salvo melhor juízo – a senhora foi uma vítima. Mais uma vítima dessa organização criminosa.

A sua presença e o seu depoimento aqui, que ao mesmo tempo é corajoso, no mesmo momento é também esclarecedor, porque mostra o grau de crueldade dessa organização criminosa de usar pessoas. Já falaram de sequestro e tal, mas usar pessoas, usar a boa-fé das pessoas e burlar as instituições do Estado Democrático de Direito mostram como se comporta essa organização.

De fato, desde ontem esta CPMI está numa fase nova. Esta CPMI tem que apontar para o esquema. E a cabeça do esquema é Delta e Sr. Cavendish.

Ontem, estivemos na Polícia Federal. Um grupo de Parlamentares estivemos juntos na Polícia Federal. O importante, ontem, da visita à Polícia Federal foi a Polícia Federal se dispor a já ajudar a CPMI nas investigações.

Então, Sr. Presidente, eu creio que é para agora, é para já. E para já nós precisamos do apoio da Polícia Federal.

Do Sr. Cachoeira nós já sabemos. Sabemos das suas relações, do nível de suas relações no Centro-Oeste do País; do nível de suas relações notadamente com o Governo do Estado de Goiás. Falta esclarecer até onde ia, no limite do Centro-Oeste. Se somente em Goiás, Tocantins. Sabemos.

Então, cada vez nos são trazidos mais *modus operandi* do esquema do Sr. Cachoeira. Mas o Sr. Cachoeira está bem guardadinho lá na cela da Papuda. Ele. E daqui a pouco, como já foi dito, nós vamos para o procedimento judicial em relação a ele.

Agora, essa cela na Papuda está incompleta. Parece-me que aquele senhor que vai depor aqui no final do mês, o Sr. Fernando Cavendish, deveria também estar ocupando uma cela de igual porte. Eu sei que ele deverá vir aqui. E já deverá vir aqui com a presença dos melhores advogados. Até já sei o rito com que ele deve proceder. Ele vai utilizar no direito constitucional do silêncio e nele se escorar. E eu espero que até lá, nós, aqui nesta CPMI, tenhamos avançado para garantir a prerrogativa, também constitucional dos Parlamentares, de inquirir o Sr. Cavendish.

Sr. Presidente, permita-me dizer que é injusto nós mantermos dona Roseli aqui por duas horas, e ela com a melhor das boas vontades em responder a todos nós Parlamentares. Vir aqui sem advogado, uma cidadã brasileira, que trabalha aqui na Feira dos Importados. A CPMI vai ter que dispor até de carro para transportá-la de novo para a sua residência. E o Sr. Fernando Cavendish, responsável por nós termos que convidar a Srª Roseli para cá, algoz da Srª Roseli e algoz de milhões de outros brasileiros – porque a corrupção tira dinheiro da saúde, tira dinheiro da educação, tira dinheiro do investimento –, vir aqui. Aí, vem daqui a duas semanas o Sr. Fernando Cavendish, assenta-se aqui, com toda a sua arrogância, talvez pagando uma das melhores bancas de advogado do País, e diz que vai usar do direito constitucional ao silêncio. Logo em seguida, ele sai dispensado, rindo de nós, enquanto uma brasileira como a Dona Roseli vem aqui e se dispõe a responder a todas as perguntas.

É incorreto, é injusto esse comportamento e esse procedimento. E por isso é que nós temos que utilizar o rito. O rito não é o que nós votamos, é o rito que está na Constituição, da prerrogativa de perguntar.

Então, Sr. Presidente, eu pergunto ainda para a Dª Roseli. A senhora veio aqui livremente, dá para perceber isto, a sua disposição em colaborar. A senhora se sente ou se sentiu ameaçada, com receio ou com medo ao vir aqui? Ou com medo depois do seu depoimento aqui? Tem algum receio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A senhora sabe que, se for necessário, a senhora pode utilizar um direito que a senhora tem, que é do Programa de Proteção a Testemunhas. A senhora acha que é necessário a senhora ser incluída nesse programa, para garantir a sua integridade física?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acho que não. Não sei o que pode... Assim, usaram o meu nome, mas eu espero que não. Espero viver a minha

vida normalmente e espero que hoje tenha sido esclarecedor, não é? Espero que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu tenho certeza de que é opinião do Sr. Presidente e do Sr. Relator esta CPMI se colocar à disposição de V.Sª para, em decorrência deste depoimento e a senhora se sentir de alguma forma ameaçada, ter desta CPMI todas as garantias para a sua segurança, sua integridade física e dos seus familiares, filhos. Enfim, acho que isso é o mínimo que esta CPMI pode dispor para V.Sª

Eu não tenho mais perguntas para V.Sª O seu depoimento foi esclarecedor para todos nós no sentido de encontrarmos quem é responsável por tudo isso. Esta CPMI, a partir de hoje, tem uma fase nova. Esta CPMI é para investigar os laços dessa empresa criminosa que se chama Delta.

A fase em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, no meu entender, já está conclusa. Vamos avançar agora para saber quem é a grande responsável por montar empresas laranjas, quem é responsável por um esquema bilionário de desvio de recursos do Erário Público. E toda a investigação que nós temos conduzido leva à empresa Delta e leva ao Sr. Fernando Cavendish.

Muito obrigado, Srª Roseli. A senhora envergonhou um monte de marmanjos, um monte de empresários corruptos deste País que passaram por esta CPMI, com sua coragem e sua disposição para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe, antes de passar para os próximos inscritos, quero pedir que nós aprovemos a Ata da sessão anterior.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, permita só uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas eu já estou em um procedimento de votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente. Está O.K., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da sessão anterior. Nada a opor?

Eu quero saber se alguém...

Está dispensada a leitura.

Não havendo quem se opõe... *(Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só pela ordem, uma questão rápida aqui e muito oportuna, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a colaboração da Srª Roseli, porque há certa dúvida pelo fato de que a senhora chegou a conhecer um Geovani. E nós temos um Geovani Pereira da Silva, que figura nos autos como contador, e eu gostaria de pedir se a senhora poderia ver a foto desse Geovani Pereira da Silva, que há disponível até na Internet, para ver se a senhora o conhece. A senhora pode, por gentileza... Permita-me, Presidente, a assessoria levar à depoente para que ela verifique se conhece, se já viu a figura que é dada como Geovani Pereira da Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, a mesma solicitação...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não é essa pessoa. Com certeza, não é essa pessoa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nessa edição usaram como fundo uma paisagem do Rio de Janeiro, que não tem nada a ver. *(Risos.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora conhece um tal de Marcelão, policial civil? Já ouviu falar desse nome, desse policial federal?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço e nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não conhece e nunca ouviu falar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não ouvi falar não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados e Deputadas, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Srª Roseli Pantoja da Silva pela atitude séria, sincera, correta, pela lição de procedimento dada nesta CPI àqueles que, como já disseram os outros Parlamentares, Deputados e Senadores, tiveram um comportamento completamente distinto daquele que a senhora apresentou aqui. Eu diria que é um pronunciamento, uma atitude emocionante para todos nós, pela correção, pela sinceridade, por não se recusar a responder nenhuma pergunta, por dizer: "Sim, conheço; não conheço; sei isso; o nome não conheço completo, mas sem quem é; mora ali; não sei...", mas tudo a nos parecer muito verdadeiro. Faço esse primeiro registro.

O segundo é sobre esta nossa CPI, que, penso, consolida uma posição diferente de várias outras CPIs nesta Casa, que é o da investigação profunda e, ao mesmo tempo, simultaneamente, uma atitude de respeito a quem quer que sente aí nessa cadeira. Mesmo que eu apoie a mudança de rito que foi proposta aqui hoje, mesmo aos que se recusem eventualmente a falar – é um direito constitucional – nós sempre teremos, como disse o Deputado Miro Teixeira, uma atitude respeitosa. E muito mais com uma pessoa como a senhora, que que ajuda a formar esta nova cultura de que ninguém está aqui para condenar previamente ninguém.

Os elementos que nós tínhamos aqui davam-na como profundamente envolvida na quadrilha do Cachoeira, davam nessa situação. E, ao chegar aqui

absolutamente tranquila, serena, querendo dizer só a verdade, isso foi desmontado. Ao mesmo tempo, esse depoimento, pelo que ele tem de revelador, ajuda-nos muito. Ajuda-nos a compreender mais como é que uma organização criminosa, neste caso chefiada pelo Sr. Carlos Cachoeira, consegue controlar um governo, um governador – o Governador de Goiás e o Governo de Goiás –, nomear secretários, controlar a polícia, exercitar a violência, como comprovado está, da maneira mais variada, acionar, chantagear juízes ou tentar chantagear juízes, colocar um Senador, aparentemente pregador, como seu serviçal completo, envolvendo uma ampla teia de crimes que não só alcança Goiás – e alcança Goiás por inteiro, e as instituições goianas por inteiro, e o Governador por inteiro – mas também chega a outros Estados.

Creio que tudo isso nos vai sendo revelado, e esta CPI já avançou bastante nessa direção. Tudo isso me parece ficou muito evidente. Digo isso para que a gente não caminhe na direção de uma espécie de... Ao levantarem, e corretamente, com o nosso apoio, a situação e a ação da Delta, pretende-se uma espécie de absolvição do Carlinhos Cachoeira em vários pronunciamentos que ouvi aqui. É como se ele não fosse um absoluto chefe de quadrilha e com envolvimento amplo não só no Estado de Goiás, que ele controlou. É algo impensável controlar um Governador e um governo do jeito que ele controlou, e um Senador do jeito que ele o fez. E, além disso, neste caso, usar um CPF e agredir, da forma como está agredindo ainda, uma pessoa como a senhora, ao usá-la e ao colocá-la numa situação de absoluto constrangimento. Ninguém gostaria de vê-la assim, muito menos nós, mas hoje tenho certeza de que a senhora sai daqui muito engrandecida, valorizada, tendo resgatada a sua dignidade diante do povo brasileiro. A senhora hoje deu exemplo de cidadã, de força, de dignidade moral, de coragem diante do povo brasileiro, porque se trata disso.

Neste momento, o povo brasileiro a ouve, e isso vai ter a repercussão necessária. Vê-se, pela sinceridade e pelo patrimônio que tem, pelas dificuldades que enfrenta, aqui reveladas, na sua pequena família, por você própria – desculpe-me pelo você, deveria chamá-la sempre de senhora –, a sinceridade e a verdade de suas palavras.

Quero ressaltar que, neste caso específico da Operação Monte Carlo, que pega a Pantoja – que não tem nada, é outra empresa; insisto que já todos nós aqui compreendemos a utilização criminosa do seu nome –, na Operação Monte Carlo, que investiga a Pantoja, essa empresa laranja, para que a gente não mistifique e tente absolver um criminoso como o Cachoeira, um terço dos 164 DOCs, conforme apurado pela Polícia Federal, DOCs ou transferências, foram autorizadas diretamente pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Então, não vamos escamotear as coisas porque, senão, a gente perde também o foco, que foi e que pode ter sido parcialmente resolvido, mas não foi completamente resolvido. A cada momento vamos vendo a teia da organização criminosa controlada pelo Sr. Carlos Cachoeira, que já disse que controla um governador e um governo de Estado, controla nomeações de coronéis, controla nomeação de secretários e tem uma teia que espalha, já vimos aqui, por outros Estados.

Insista-se que tudo que foi defendido quanto à Delta, como já visto aqui, o nosso mais absoluto apoio. Vamos investigar isso com a dureza da Justiça, como temos procedido nesta CPI.

Completo dizendo que me preocupa, e estou me dirigindo ao Presidente da CPI – após o depoimento sincero, verdadeiro, em que há revelação de alguns nomes, inclusive de um policial, e em face das características da organização criminosa –, sinceramente, a situação de segurança da Srª Roseli Pantoja da Silva.

E eu diria até que a Presidência deveria, acabada esta reunião, conversar muito seriamente com a Srª Roseli no sentido de ver se não é o caso – isso, é claro, é um direito que ela tem que só ela pode decidir – de serem tomadas medidas de segurança que possibilitem uma proteção efetiva a ela, porque nós já vimos do que é capaz essa quadrilha, já vimos evidências à saciedade.

Termino insistindo numa coisa: nós conseguimos nesta CPI, até agora – não sei se inteiramente –, evitar o espetáculo puro e simples, porque muitas CPIs foram espetaculares, muitas CPIs, em muitos momentos, intimidaram os que aí sentaram. Esta CPI está tendo um procedimento, na minha opinião, exemplar, um procedimento correto e está investigando profundamente, com seriedade, o objeto para o qual ela foi formada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado.

Há um último inscrito. Assim que acabar, passo a palavra, como Líder, para V. Exª

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Eu vou pedir a V. Exª para utilizar meu posicionamento, minha disposição com o Regimento, pedindo desculpa ao nobre Parlamentar, mas eu vim, objetivamente, para usar o tempo como Líder. Eu pediria a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tempo de Líder de V. Exª, cinco minutos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Bom, primeiro, peço vênia, desculpas a V. Exª, mas é um registro. Tenho o maior respeito pelo Deputado Emiliano, mas o Deputado Emiliano chegou à Comissão

agora e deixou de acompanhar o primeiro período do que houve nos trabalhos da Comissão.

De fato, esse discurso que acabamos de ouvir é o discurso de quem compreende que agora vai começar a CPI da Delta. A CPI da Delta vai se iniciar! Até então, e os números foram ditos aqui em diversas oportunidades pelo PSDB, com todas as concentrações, número de depoimentos, todas as situações foram concentradas em pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo, esquecendo-se do todo, dos mais de cinco, seis bilhões em contratos da Delta.

Deputado Emiliano, o Sr. Cachoeira montou um esquema dentro do DNIT. V. Exª se esqueceu de fazer menção a isso. E é a partir de agora que nós vamos conhecer qual é o tamanho da interseção, da relação do Sr. Cachoeira com Delta dentro do Governo Federal. A CPI deve começar agora. A CPI deve começar! Nós vemos... A CPI agora vai de fato investigar os bilhões. Os bilhões! A CPI agora conhece a relação da Delta com o Governo do PT de Garulhos, precisa checar todos esses contratos, entender a relação do Sr. Pietá e do prefeito de Guarulhos com a Delta, ligado ao Sr. Cachoeira. O País, agora, vai ter oportunidade de conhecer, de começar a compreender qual é a relação da Delta dentro do DNIT.

Ora, senhores, o PSDB contratou 6% das obras da Delta; 94%, senhores, Brasil que nos vê, foram contratados pelos partidos da base do Governo Dilma! E não se investigou, não se tratou. Traz-se uma senhora como essa, de bem, que se expõe, e cadê efetivamente o que nós nos interessamos? Trazer dois governadores de Estado, jogando-se para baixo do tapete o conceito, o conteúdo, a clareza, a necessidade da investigação. Agora, sim, a CPI parece que vai começar. Vamos iniciar os trabalhos e nos prepararmos para acompanhar a CPI da Delta.

O Cachoeira virou córrego. O Cachoeira virou coisa pequena para o tamanho das coisas que, efetivamente, não estão querendo investigar! São mais de cinco, seis, sete bilhões de reais em obras públicas com a Delta! Estão-se investigando R$200 milhões em Goiás, jogando para baixo do tapete, claro! Nós somos seis Deputados, Senadores, sete, oito, no conjunto de trinta. O Governo pode estar cumprindo seu papel, agora, o cheiro de pizza que tomou conta desta CPI já está do Oiapoque ao Chuí. Nós temos alguma chance se, de fato, a CPI da Delta se iniciar.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o registro, pedindo vênia a V. Exª de poder utilizar desse dispositivo regimental, esperando que, sobretudo quanto a essas considerações feitas pelo Deputado Emiliano, fique muito claro que, enquanto está falando de eventual tomada... O Governo de Goiás tomado por Cachoeira? Do Sr. Cachoeira, estão claras as interseções que tinha e vinha tendo ramificadas no Governo de Goiás, muito antes de o Governador Marconi Perillo. Uma coisa ninguém encontra: áudio do Governador Marconi Perillo, interseção, relação do Governador, conversa do Governador Marconi Perillo com o Sr. Cachoeira.

Agora, clareza? Esquece-se de falar da relação do Sr. Cachoeira com os Governos do PT de Goiás, com o Governo da capital, com o Governo do PMDB de Goiás.

Portanto, senhores, de fato, a nossa expectativa agora é a seguinte: vamos ou não iniciar a CPI da Delta? Vão começar ou não, de fato, as investigações? Ou nós vamos preparar esse ambiente que o País espera, que é guardar tudo embaixo do tapete ou dentro da gaveta na proteção do Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último orador. Passo a palavra para o ilustre Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, quero cumprimentar a Srª Roseli, já pedindo desculpas por ficar segurando a senhora até este momento, até porque todos nós, membros da CPI, sentimos uma certa frustração com aqueles que aqui são convocados para depor, pois eles chegam aqui e querem fazer silêncio, ou querem estar no silêncio. E a senhora vem aqui e nos surpreende, querendo falar. Então eu já quero pedir desculpas à senhora, pois, demonstrando a sua inocência clara nesse episódio, por ficar até este momento aqui conosco.

Mas, Sr. Presidente, eu discordo um pouquinho de alguns colegas que ouvi aqui, dizendo que a CPMI, agora, já chegou no final do caso Cachoeira e, agora, tem de começar uma nova CPI, que é o caso Delta.

Eu estou observando, Sr. Presidente, que me parece que estão querendo desviar o foco da CPI, parece-me que estão querendo desviar o foco da CPMI. Ora, no momento em que chega aqui a Srª Roseli que foi convocada para estar aqui como testemunha e ela quer falar, causou-nos uma surpresa. Eu pergunto: quantas surpresas mais nós teremos daqui para frente? Surpresa no fato de ela decidir falar, porque é inocente, e, nesta CPI, está configurando que os inocentes querem falar. Por exemplo, antes da Srª Roseli, tivemos aqui, que também foi convocado como testemunha, o ex-Presidente do Detran do Governo do Estado de Goiás, que teve aqui cerca de quinhentas citações nas escutas e sendo acusado de ser um preposto do Sr. Cachoeira no Governo do Estado de Goiás, no Detran. Mas ele veio aqui e não quis falar.

Ora, quando veio a esta CPMI o Sr. Cláudio Monteiro, que era chefe de gabinete do Governador Agnelo, nós tivemos uma surpresa porque ele quis falar. E ele falou aqui, por várias horas, e provou a sua inocência. Aí vem o ex– Presidente do Detran do Governo de Goiás, acusado de preposto do Sr. Cachoeira, que deveria aproveitar a oportunidade aqui para falar...

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que a CPI não acabou não. A CPI, cujo objeto é investigar um fato determinado, que é a relação do Sr. Carlinhos Cachoeira com os agentes públicos e privados, não acabou ainda não, mas me parece que estão querendo desviar o foco, por quê? Porque nós estamos afunilando... Nós estamos chegando lá... Tem gente aí que está muito preocupada e tem partido político que está muito preocupado, porque nós estamos afunilando. Por exemplo, a Srª Roseli vem aqui e, mais uma vez, comprova para nós que existem essas empresas fantasmas, está caracterizado que existe, e que ela é braço de uma outra empresa, mas tem vínculos com o Sr. Carlinhos Cachoeira e vínculos também com alguns Estados da Federação.

Então, Sr. Presidente, eu entendo que a CPI está no rumo certo, não acabou nada; CPI do Cachoeira não acabou; agora nós estamos afunilando. Na hora em que vai dar o bote, aí estão querendo agora desviar para a Delta nacional? Que história é essa de Delta nacional?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E quem está botando dinheiro?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Espera aí... Espera um pouquinho... Está colocando dinheiro, espera um pouquinho... Está colocando dinheiro, mas vai chegar o momento... Espera um pouquinho... Por que desviar? Calma aí, gente! Acalma aí!

Sr. Presidente, o senhor vai assegurar a minha palavra ou não?

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Porque até o momento eu estou sentado nesta CPMI e ouvi a todos os oradores e ouvi calado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a todos que prestem atenção e permitam que o orador...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Peço a palavra como Líder, inscrevo-me como Líder, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu sou o último orador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... da tribuna possa fazer uso da palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu estou desde o início, eu sou o último, Sr. Presidente. Eu permiti até que um Líder falasse, embora esta CPMI tenha um outro rito, em que uns líderes falam na hora em que o Presidente acha que devem falar..., e eu permiti. Já pedi várias vezes, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, peço a atenção ao orador na tribuna.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, vou voltar à minha fala. Sou autor de um requerimento de convocação do Sr. Cavendish. Eu sou autor! Agora, estão dizendo, parece-me, que acabou a CPMI do Cachoeira, está tudo bem, já fizemos a conclusão. Acabei de ouvir o líder falar aqui, gente, que acabou! Então, vejam bem, parece-me que estão desviar o foco na hora de dar o bote.

Temos de deixar muito claro para a Nação quem são esses agentes públicos e políticos que estão por trás do Sr. Cachoeira. Tem que deixar isso claro para a Nação, porque nós estamos diante do maior esquema de corrupção que o Brasil já viu. Agora, temos de deixar claro quem são. Por quê? Quem poderia mostrar para nós o vínculo aqui fica calado. Não fala, minha gente! Quem tem condições de deixar mais claro para nós não fala. Então, vamos devagar com o andor, não precisa ter pressa, não. Sei que ficamos ansiosos, sei que os meus Colegas estão ansiosos, porque a imprensa diz: "CPMI não produziu nada até agora." Isso gera certa ansiedade, é verdade, porque quem é convocado chega aqui e não fala, mas a Srª Roseli chegou aqui e falou.

Eu tinha uma pergunta para fazer à Srª Roseli. É a seguinte: a senhora foi casada com o Sr. Gilmar por 13 anos. Sabemos que casamento tem momentos bons e momentos ruins. A senhora veio falar aqui e, lamentavelmente, acabou tendo de falar de momentos ruins da sua relação. Mas o casamento tem também os momentos bons, até porque, Srª Roseli, já ouvi dizer que se teme muito ex-mulher, ex-motorista e ex-secretária. Por quê? Porque essas pessoas experimentam momentos bons na relação, e a senhora, obviamente, teve momentos bons com o Sr. Gilmar. A pergunta que faço é se nesses momentos bons que a senhora teve no seu casamento não houve nenhuma confidência, não houve nenhum momento em que o seu ex-esposo lhe confidenciou alguma coisa desse relacionamento que ele tinha, de algum medo que ele tinha, de alguma cisma que ele tinha? Houve alguma confidência que a senhora poderia repartir conosco?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, senhor, mesmo nos bons momentos não houve nenhuma confidência a respeito, até porque, neste caso, não seria uma coisa boa. Vivemos juntos, ele fez realmente algumas coisas erradas mesmo, claro que a questão agora não é sobre essas coisas, mas eu desaprovaria se soubesse alguma coisa a esse respeito. Então, dificilmente ele me falaria.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – No seu relacionamento, no seu casamento, a senhora percebeu que o seu ex-marido... Em algum momento a senhora soube de ele ter sido usado por alguém, por exemplo, como laranja para fazer alguma coisa errada?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Acho possível.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – A senhora acha impossível?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Acho possível.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – A senhora acha possível ter tido alguma coisa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas a senhora não tomou conhecimento de algum fato?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Eu me lembro de que muitas vezes ele falou que conhecia pessoas importantes, que podia, de repente, conseguir um bom dinheiro, porque não tínhamos casa própria nem carro. Ele falou algumas vezes que poderia, quem sabe, conseguir através... Mas, até então, nunca soube se saiu do papel. Não saiu, na verdade, porque nunca chegamos a ganhar alguma coisa considerável, tenho certeza.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Certo, muito bem.

Sr. Presidente, quero insistir e dizer que a CPMI está no rumo certo. Quero parabenizar o Relator, a Presidência da CPMI. Estamos no rumo certo. Vamos sem ansiedade. Vamos sem ansiedade. Nós vamos chegar lá, não temos pressa, temos um tempo a ser cumprido pela CPMI. Então, não vamos nos apressar, ficar sofrendo pressão de lá e de cá e achar que a gente tem de agora mudar o foco, mudar o rumo. Acho que estamos no rumo certo e precisamos deixar claro para a Nação quem são os agentes públicos que estão por trás do Sr. Carlinhos Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu chamo...

Inicialmente, eu queria encerrar esta sessão...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto, Deputado Rubens Bueno. Nós temos uma regra que diz que quem fez uso da palavra não pode fazer a fala de líder, que é a regra inicial da CPI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, Presidente, não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi assim. Sempre fizemos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor está impondo agora. Não foi assim.

Eu quero responder o que foi falado aqui e o que foi falado não é verdade. É preciso dizer isso. A maior corrupção da história do Brasil é o mensalão. É o mensalão, que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal. É o maior crime que a história do Brasil viu. Quarenta pessoas, desde o chefe da Casa Civil, dentro do poder da República, estão sendo julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse, sim, é o maior crime de corrupção do Brasil.

Agora, vir negar que nós não podemos investigar a Delta, que está abastecendo Alberto & Pantoja, mais de R$300 milhões para empresas laranjas, quando essa mesma empresa Delta, Sr. Presidente, faz negócios de bilhões de reais com o Governo Federal e com o Governo do Rio de Janeiro.

Ora, por favor. Eu estou aqui apenas querendo dizer ao senhor: Todos nós estamos de acordo.

Eu tenho dito, Sr. Deputado, todos os dias que esta CPI está no rumo certo e vai terminar bem. Bem em homenagem a quem dirige, bem em homenagem a quem está aqui cobrando e fiscalizando as boas ações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, negar que a Delta não pode ser investigada é você negar quem é que está abastecendo de milhões de reais empresas que colocam inclusive a D. Roseli numa situação dessas, numa situação constrangedora, quando no nome dela foi aberta uma empresa, quando no nome dela sacaram dinheiro em contas falsas, de empresas laranjas, e aqui uma junta comercial do Governo do Distrito Federal, com documentos rasurados, com CPF inválido, consegue montar uma empresa para gerir negócios que atendem ao grande esquema de corrupção do Sr. Cachoeira.

Por isso eu acho que a Delta precisa ser melhor investigada dentro daquilo que é o Cachoeira, não se esquecendo que o Cachoeira foi flagrado, foi gravado junto com o Sr. Waldomiro Diniz, homem forte da Casa Civil do Governo Lula. Com o Seu Waldomiro Diniz, o Seu Cachoeira era o primeiro homem ali a ser identificado, e está aqui até hoje o Seu Cachoeira. Passou pelo mensalão e continua agora com a Delta, montando um esquema diferente daquele que era feito então.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma referência: eu não disse que não é para investigar a Delta. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certo. Eu quero, da nossa parte, agradecer a Srª Roseli Pantoja.

Quero dizer que a senhora deu uma grande contribuição, porque há envolvimento do seu nome, mas a senhora conseguiu esclarecer e se distanciar de qualquer relação com essa organização.

Igualmente o fez de maneira muito interessante, importante, vindo de ônibus para cá, vindo com seu próprio esforço, sem conseguir sequer patrocinar um defensor. Veio também despojada, então queremos agradecer pelo seu exemplo, que é um exemplo para todos nós, brasileiros.

Igualmente, vou pedir à assessoria para conversar com a Srª Roseli Pantoja, e deixar todos os contatos para que, se houver qualquer tipo de ameaça, retaliação, a senhora possa nos avisar.

Então eu peço à assessoria que, além de conduzi-la de volta, igualmente deixe todos os contatos e tomar todas as providências que serão necessárias neste momento para dar garantia e proteção à depoente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E requisitar que a Srª Roseli também, e a Secretaria deixe cópia do documento dela aqui. Ela já franqueou o documento, a gente tirar cópia do documento dela e deixar em possa da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E pedir para a senhora se a senhora puder enviar a esta CPI a cópia da procuração que V. Sª assinou.

Então nós agradecemos a contribuição de V. Sª e a senhora está dispensada.

E eu chamo então o último dos depoentes do dia, que é o Sr. Hillner Braga Ananias. Peço que ele venha para fazer o seu depoimento. *(Pausa.)*

Sr. Hillner Braga Ananias, o senhor está aqui em decorrência da aprovação do Requerimento de nº 497, de 2012, da CPMI Vegas, de autoria do Senador Pedro Taques.

O senhor tem 20 minutos para esclarecer as questões desta CPMI relacionadas a V. Sa.

O SR. HILLNER BRAGA ANANIAS – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Conforme orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria, neste sentido, também dialogar com o Sr. Hillner. Se ele vem a esta CPMI, vem como uma pessoa que pode colaborar com os nossos trabalhos.

Há imputações feitas, nos relatórios da Polícia Federal, de que o senhor seria uma espécie de segurança, ajudante de ordem, ou algo que o valha, do ex-Senador Demóstenes e, de alguma forma, teria se envolvido também com o Sr. Carlos Cachoeira. E é uma oportunidade de o senhor demonstrar a esta CPMI que essas imputações que a Polícia Federal faz poderiam não ser verdadeiras.

Por isso, quero, mais uma vez, informar a V. Sa. que o senhor pode, com o seu silêncio, estar ainda mais envolvendo a sua pessoa, a sua história e a sua carreira com uma organização criminosa a que o senhor pode não ter servido.

Assim, venho, mais uma vez, dizer da importância que o senhor deponha nesta CPMI.

O SR. HILLNER BRAGA ANANIAS – Sr. Relator, agradeço a oportunidade, mas já mantive contato com o meu advogado e ele achou por bem, orientou-me que eu me mantivesse em silêncio.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tendo em vista a decisão do Sr. Hillner Braga Ananias, vou, como de praxe, dispensá-lo neste momento da nossa reunião.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2012, às 10 horas e 54 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as)**: José Pimentel (PT/CE), Jorge Viana (PT/AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT/MT), Ciro Nogueira(PP/PI), Álvaro Dias (PSDB/PR), Fernando Collor (PTB/AL), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Cyro Miranda (PSDB/GO) **e dos (as) Deputados (as)**: Odair Cunha (PT/MG), Paulo Teixeira (PT/SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB/DF), Carlos Sampaio (PSDB/SP), Domingos Sávio (PSDB/MG),Gladson Cameli (PP/AC), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Maurício Quintella Lessa (PR/AL), Glauber Braga (PSB/RJ), Miro Teixeira (PDT/RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Filipe Pereira PSC/RJ), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Emiliano José (PT/BA), João Magalhães (PMDB/MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR/DF) e Cesar Halum (PSD/TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Vanessa Gra-

zziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB/PR), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM/MT), Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Vicentinho Alves (PR/TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Cândido Vaccarezza (PT/SP), Sílvio Costa (PTB/PE), José Carlos Araújo (PSD/BA) e Armando Vergílio (PSD/GO). Compareceram, ainda, os seguintes **parlamentares não membros**: Pedro Simon (PMDB/RS), Chico Alencar (PSOL/RJ) e Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP). Na oportunidade foram realizadas as oitivas de: Léa Batista de Oliveira, Procuradora da República e Daniel Rezende Salgado, Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criado pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação da Ata da 25ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não quero a leitura da Ata. É que, na última sessão, pedi que incluíssem observações minhas sobre algumas coisas. Confio na Mesa. Se me disserem que elas foram incluídas, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. A Ata fica *sub judice* à sua aprovação, enquanto não me for informado se foram incluídas as observações do Sr. Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, fui esclarecido de que foram juntadas as notas da sessão. Então, voto a favor da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cai a preliminar do Deputado Miro Teixeira.

A Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se ao depoimento conjunto da Srª Procuradora Lea Batista de Oliveira e do Sr. Daniel de Resende Salgado, a quem convido para compor a Mesa. Ela, Procuradora da República, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 177, da CPMI Vegas, de autoria do Deputado Odair Cunha, do Requerimento nº 150, do Senador Alvaro Dias, do Requerimento nº 238, do Deputado Luiz Pitiman, do Requerimento nº 190, do Senador José Pimentel, e do Requerimento nº 829, do Senador Fernando Collor de Mello, e ele, Procurador da República, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 176, do Deputado Odair Cunha, Relator desta Comissão, do nº 150, do Sr. Senador Alvaro Dias, do nº 238, de autoria do Sr. Deputado Luiz Pitiman, do nº 191, do Senador José Pimentel, e do nº 830, do Senador Fernando Collor de Mello.

Os depoimentos serão tomados em conjunto, já com a aquiescência dos nossos Procuradores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (P-SOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Foi-me solicitada a palavra pela ordem pelo Sr. Senador Alvaro Dias e pelo Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Alvaro Dias. Seja breve, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitamos a V. Exª e ao Relator, o Deputado Odair Cunha, a deliberação de requerimentos que consideramos fundamentais para os trabalhos desta CPI.

Dizem respeito esses requerimentos à quebra de sigilo fiscal e bancário de doze empresas que identificamos como "laranjas" no esquema Cachoeira-Delta. O que a nossa assessoria técnica revela é que já há um repasse de mais de R$413 milhões da empresa Delta para essas empresas supostamente organizadas para o desvio de recursos, que são públicos, com origem nos cofres públicos da União, de Estados e Municípios, transferidos para as contas bancárias da empresa Delta e, destas contas bancárias da empresa Delta, para 18 empresas consideradas "laranjas".

Já aprovamos requerimento, quebrando sigilo de seis destas empresas, coincidentemente localizadas no Estado de Goiás. As demais estão em outros Estados da Federação, já que a Delta tinha representações clandestinas fantasmas em vários pontos do País. Portanto, é essencial para os trabalhos da CPI que sejam quebrados os sigilos fiscal e bancário dessas empresas cuja relação temos aqui, que receberam, juntamente com as outras seis cujos requerimentos já foram aprovados, mais de R$413 milhões, recursos supostamente destinados a pagamento de propina. Portanto, é fundamental que essa providência seja adotada pela mesa da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – O.k., Senador, que a competente assessoria de V. Exª providencie os requerimentos arrolados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Os requerimentos já estão todos providenciados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Com a palavra o Senador...Rapidamente porque já estamos com os convidados à mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É basicamente no mesmo sentido porque esses requerimentos, boa parte de minha autoria, já se encontram na CPI, já se encontram sob apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, são duas questões. Primeiro, é que devemos, o quanto antes, deliberar, em função desses requerimentos, que são fundamentais nessa fase de investigação. Segundo, quero lembrar que há duas semanas, com a presença do nobre Vice-Presidente, Paulo Teixeira, e do Relator desta Comissão, estivemos em visita ao Diretor-Geral da Policia Federal, que se colocou á disposição para que a Polícia Federal pudesse, nessa fase da CPI, auxiliar nas investigações.

Acredito que é de bom tom encaminharmos já para a Policia Federal as informações que temos sob deliberação desta Comissão, notadamente as informações que têm a ver com a empresa Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Será feito imediatamente.

Com a palavra, por último, pela ordem, para iniciarmos os nosso convidados, o Sr. Deputado Líder dos Democratas, Onyx Lorenzoni. Rapidamente, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo; Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira; Sr. Relator Odair Cunha, ainda na última sessão, nós encaminhamos um conjunto de seis ou oito empresas – os requerimentos já estão desde a sessão anterior – que estão nessa linha dos novos dados que recebemos do sigilo bancário das contas da Delta, de recursos que foram transferidos. É necessário que essa aprovação seja rápida. Sugiro que tenhamos a condição de, talvez ainda esta semana, fazer uma reunião administrativa, com pauta específica para aprovar a quebra de sigilo dessas empresas, porque isso aceleraria, e muito, o cruzamento de informações de que precisamos na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Peço aos senhores que conversem com o Relator, ainda nesta sessão, sobre o assunto.

Srª Procuradora e Sr. Procurador, sejam muito bem-vindos a esta CPI. Agradeço a colaboração do Ministério Público. Inicialmente, parabenizo-os pelo trabalho a que esse Ministério e essa Procuradoria, no Estado de Goiás, procederam nas investigações da Operação Vegas e Operação Monte Carlo, que também constituem a missão desta Comissão e fator determinante para a constituição desta CPI. Por conseguinte, a presença desta Procuradoria na CPI torna-se de vital importância.

Passo a palavra à Srª Procuradora Lea Batista de Oliveira, para, no tempo que achar conveniente, expor quais as linhas de investigação, como se delineou todo o processo do qual foi incumbida de desenvolver as linhas de investigação nas Operações Vegas e Monte Carlo.

Com a palavra V. Exª.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Por favor, melhorem o microfone da Procuradora.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, juntamente com o Vice-Presidente e Relator. Cumprimento também os demais integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e todos os presentes.

Quero agradecer o convite formulado para colaborar com os trabalhos. Iniciarei a fala com um breve resumo das investigações resultantes da Operação Monte Carlo e o andamento da ação penal.

As investigações iniciaram-se na Comarca de Valparaíso, Goiás. O primeiro passo foi a realização de investigações preliminares levadas a efeito a partir de denúncias anônimas e também de um ofício encaminhado pelo Ministério Público estadual com atuação na Comarca de Valparaíso. O passo seguinte foi a confirmação dessas notícias e a identificação de algumas casas de jogos em funcionamento.

A autoridade policial narrou que o funcionamento das casas de jogos ilegais somente era possível mediante a participação de policiais e que os responsáveis pelos crimes seriam, segundo informações coletadas, José Olímpio de Queiroga Neto, Francisco Marcelo de Queiroga Neto e Raimundo Washington Queiroga.

Foi realizada uma investigação social a respeito das citadas pessoas e constatada a existência de registros policiais pela prática de crimes diversos. No corpo da representação policial, há menção expressa de notícia datada de 2004 dando conta dessa prática criminosa pelas pessoas citadas.

Os policiais federais, então, saíram a campo e identificaram 13 casas de jogos ilegais em funcionamento nas cidades de Valparaíso de Goiás e Águas Lindas. Tudo isso foi feito antes do início do monitoramento telefônico.

No final de outubro de 2010, pouco antes do início das interceptações deferidas pelo juiz estadual da Comarca de Valparaíso, uma das denúncias anônimas recebidas pela Polícia Federal resultou na apreensão de 59 máquinas caça-níqueis na região. A autoridade policial fez referência à investigação ocorrida em 2008

que resultou na apreensão de 340 máquinas caça-níqueis em Valparaíso de Goiás.

No mês de novembro de 2010, o delegado responsável pela operação Monte Carlo, Matheus, apresentou a primeira representação pedindo o monitoramento telefônico de José Olímpio Queiroga Neto e Raimundo perante o juiz da Comarca de Valparaíso, repiso, Justiça Estadual. A partir daí, começou, literalmente, a operação Monte Carlo, pois a PF identificou outros envolvidos e a utilização de aparelho Nextel habilitado no exterior.

O juiz da Comarca de Valparaíso, no mês de março de 2011, determinou a remessa da investigação para a Justiça Federal, em razão do envolvimento de um policial rodoviário federal. A investigação foi regularmente distribuída para o Juízo da 11ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, no dia 22 de março de 2011. A partir daí, a investigação ficou a cargo do Ministério Público Federal.

No dia 29 de fevereiro de 2012, menos de um ano após a remessa para a Justiça Federal, foi deflagrada a operação Monte Carlo, que resultou em oito decretos de prisão preventiva, 28 decretos de prisões temporárias, 82 mandados de busca e apreensão, 45 mandados de condução coercitiva e 45 agentes estatais foram afastados de suas funções.

O Ministério Público apresentou, dentro do prazo, a denúncia contra 80 pessoas, entre elas dois delegados da Polícia Federal, um servidor administrativo da Polícia Federal, um policial rodoviário federal, seis delegados da Polícia Civil, entre eles o então corregedor da Polícia Civil, um agente da Polícia Civil, 27 policiais militares do Estado de Goiás.

O ilustre juiz federal determinou a separação do processo em relação aos denunciados que tinham à época um decreto de prisão preventiva. A audiência de instrução e julgamento em relação a esse processo desmembrado dos réus que estavam presos aconteceu, foi realizada nos dias 24 e 25 de julho de 2012.

O Ministério Público Federal apresentou as alegações finais no dia 8 de agosto próximo e, atualmente, a fase do processo é: "prazo para a defesa apresentar as alegações finais".

O certo é que a operação Monte Carlo desvelou uma máfia, uma sociedade bem estruturada, mais lucrativa do que uma grande empresa; um grupo profissionalizado, estável, permanente, habitual, montado para o cometimento de crimes de natureza grave. A sua existência por mais de uma década foi suficiente para montar e organizar uma estrutura estável e entranhada no seio do Estado, inclusive com a participação, distribuição centralizada dos meios de comunicação para o desenvolvimento das atividades, com o objetivo de inviabilizar a interferência das agências sérias de persecução penal.

Ficou clara a existência de uma estrutura central, piramidal e hierarquizada, com distribuição da renda entre os membros. E, para se perpetuar por anos a fio em locais conhecidos, de modo mais ou menos explícito, a atividade criminosa conectou-se a agentes do Estado em uma imbricação espúria dentro da Administração Pública.

A organização criminosa, para cumprir os seus fins escusos de estratagema, envolvendo corrupção ativa, passiva, violação de sigilo e peculato, contou, como já disse, com a colaboração de servidores públicos na esfera federal, estadual e municipal, utilizando mecanismos de cooptação de agentes do Estado. Se não bastasse, agentes do Estado responsáveis pela persecução eram utilizados para eliminar a concorrência e desarticular pessoas que fugiam das orientações e dogmas do grupo criminoso, viabilizando o exercício, pelo grupo, de um claro controle territorial.

Carlinhos Cachoeira interferiu diretamente, por meio de seus braços organizacionais, como Lenine, Vladimir Garcez, junto a agentes da segurança pública no Estado de Goiás para proteger as atividades desenvolvidas e delegadas pelo núcleo criminoso. Como já disse, é uma organização criminosa armada, altamente sofisticada, complexa e ousada.

A organização possui diversas características que nos fazem concluir que possui essa característica mafiosa. A principal é o código de silencio orquestrado.

É indiscutível que o direito ao silêncio individual, direito oriundo do princípio da não autoincriminação, pode ser utilizado por quem quer que seja. Não se pode exigir do cidadão que colabora ativamente com o Estado. Entretanto, a postura dessa organização criminosa, decorrente de um código de silêncio orquestrado, é típica, conforme a literatura especializada, das organizações criminosas de parâmetro mafioso, em que um membro do grupo, por seu silencio, objetiva escudar a própria organização criminosa e seus outros membros. É o traço mais revelador de articulação do grupo, que demonstra contar em seus quadros com pessoas leais ao chefe da organização, Carlinhos Cachoeira.

E esse código de silencia está bem claro aqui na CPI e na Justiça Federal. Durante a audiência ocorrida no fim de julho na Justiça Federal, a cúpula da organização criminosa não falou nada. Aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, ninguém fala nada.

Além dessas características, o grupo possui hierarquia, divisão de trabalho, criação de uma cadeia de comando, corrupção, troca de favores, exploração de mercados ilícitos, exploração lícita de mercados lícitos, monopólio e obstrução da Justiça. Vale registrar

também a utilização de contas de diversas empresas, inclusive laranjas, para realizar a movimentação financeira do montante espúrio arrecadado e controlado por Carlinhos Cachoeira

Há indicativos de que Carlinhos Cachoeira oculta os valores obtidos por meio da organização criminosa, utilizando-se, para tanto, de laranjas.

A organização criminosa passou a ganhar vulto, ramificação e contorno inclusive internacional a partir de Carlinhos Cachoeira, em conjunto com Lenine, que passou a expandir as suas atividades de exploração de jogos de azar para fora do País, adquirindo e viabilizando o negócio por meio de empresas *off shore*, através de um *site* internacional de jogos.

Com efeito, o recrutamento dessa organização do braço armado do Estado, com cooptação de policiais militares, delegados civis, delegados federais, deixou a sociedade totalmente desprotegida. Policiais civis, federais e militares cooptados passam a integrar o grupo, como informantes, para uma espécie de contratação mensal, pagamento mensal, transferirem informações importantes sobre o trabalho que, potencialmente, poderia ser desenvolvido no enfrentamento da atividade.

Nisso reside a maior potencialidade agressiva do grupo, que, como visto, possuía um número razoável de policiais integrantes em seu quadro. O recrutamento do braço armado do Estado pela organização é patente e inconteste.

A quadrilha dispunha também de armamentos, por meio da utilização desses agentes estatais policiais do Estado, para sedimentar o seu domínio territorial.

A organização criminosa não foi desarticulada e isso está claro através do silêncio orquestrado das ameaças e das chantagens. Eu, por exemplo, recebi dois *e-mails*; o primeiro *e-mail* no dia 13 de junho, em caráter claramente intimidatório, e o segundo *e-mail* na semana seguinte, falando que eu e minha família corríamos risco. Os dois *e-mails* já foram identificados, saíram da cidade de Anápolis, que é o reduto da família Cachoeira e da organização criminosa. Depois disso, eu fui surpreendida com uma visita, ainda não identificada, na minha casa, no meu prédio; uma mulher tentou entrar lá às 5h45 da manhã, mas não conseguiu êxito.

A minha equipe de segurança foi abordada por PMs na semana, e, na semana da audiência de instrução e julgamento, a própria equipe identificou uma marcação no carro que estava sendo utilizado para minha condução. No interrogatório, o chefe da quadrilha e a cúpula, conforme já disse, mantiveram-se em silêncio. Carlos Augusto de Almeida Ramos pediu a companheira em casamento, se disse um leproso jurídico e debochou mais uma vez das autoridades constituídas. Isso demonstra que ele não reconhece a autoridade do Estado.

No dia seguinte ao término da audiência, fomos novamente surpreendidos com um ofício do juiz federal que está atuando no caso, noticiando as chantagens. Imediatamente, tomamos as providências e todas as medidas necessárias, pedindo a busca e apreensão e a condução coercitiva da emissária do grupo.

A investigação Monte Carlo limitou-se a investigar uma quadrilha armada, a exploração ilegal de jogos, o contrabando, a corrupção policial e a violação de sigilo. Primeiro, por falta de estrutura, falta de pessoal na Polícia Federal e no Ministério Público Federal. Segundo, por conta dos constantes vazamentos.

Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o monitoramento telefônico indicou que alguns integrantes da quadrilha identificaram o nome da operação, a vara federal e o juiz responsável. Identificamos alguns membros da quadrilha se movimentando para irem, segundo – entre aspas – dito, "irem para cima do juiz". O juiz responsável pelo caso ficou extremamente exposto e vulnerável e corria risco de morte. Em razão disso, tivemos que antecipar a deflagração e pedimos à Corregedora do CNJ, Eliana Calmon, suporte ao magistrado para que pudesse desempenhar suas funções. Estivemos com a Corregedora Nacional na segunda-feira, pedindo auxílio para que o juiz desempenhasse as funções com tranquilidade e segurança na segunda-feira e a operação foi deflagrada na quarta-feira.

O Ministério Público Federal ainda tem muito trabalho. A denúncia contra os outros 72 réus ainda não foi recebida pela Justiça Federal. Entre eles, estão delegados de polícia civil, federal e policiais militares. Ela não foi recebida pela Justiça Federal.

Estamos aguardando a finalização das investigações relativas à ameaça, à prática de contrabando e à chantagem. No que se refere à investigação de lavagem de dinheiro, estamos aguardando a resposta dos bancos relativa às quebras de sigilo bancário que foram determinadas no final de fevereiro e ainda não recebemos resposta.

Vou passar agora a palavra ao Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço à Procuradora Lea Batista de Oliveira, pelas primeiras informações.

Com a palavra, o Dr. Daniel de Resende Salgado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sr. Senador Vital do Rêgo, em nome de quem cumprimento a Mesa e os demais Senadores e Deputados, agradecemos o convite para colaborarmos com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos aqui mais como colaboradores desta Comissão, passando um pouco da prestação de contas, inclusive, do

trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal, integrado com a Polícia Federal.

Creio que poderemos passar a nossa percepção de trabalho, mas pouco poderemos contribuir efetivamente com o avanço da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, como disse a Drª Lea, o nosso trabalho precisou ser focado em um grupo criminoso articulado, ousado, responsável por cooptar agentes do Estado para escudar uma atividade ilícita, para cartelizar o mercado do jogo inclusive. Então, o foco do nosso trabalho foi exclusivamente esse.

Como sabemos, o enfrentamento das organizações criminosas que precisamos mudar de perspectiva. Não é uma investigação voltada contra o solitário social. Então, a nossa estrutura de processo penal, até mesmo a teoria do crime, foi toda construída para se buscar um enfrentamento àquele solitário social, ao criminoso individual.

Estamos tentando construir determinadas teses, para que possamos efetivamente desenvolver um trabalho de enfrentamento às organizações criminosas, especialmente estas que se encontram infiltradas no seio do Estado. A partir do momento em que um grupo criminoso organizado se infiltra no seio do Estado, principalmente na área relacionada à segurança pública, este se torna muito mais vulnerável e, consequentemente, a sociedade. Há um desequilíbrio muito grande entre o Estado e a organização criminosa. Ela passa a se sobrepor ao próprio Estado.

Portanto, precisamos desenvolver – e é isso que estamos tentando – e trabalhar melhor com técnicas especiais de investigação, para que possamos efetivamente neutralizar essas redes organizadas que visam a corroer os alicerces do Estado.

Ao tempo em que o Estado não pode exceder-se – e essa é a busca de equilíbrio que o Ministério Público Federal tenta ler ou implementar –, ele também pode ser deficiente na persecução ou na proteção de determinados valores que são considerados importantes para a sociedade, considerados mais caros. Ao tempo que não pode o Estado inobservar o princípio da proibição do excesso, ele também não pode ser ineficiente, ou seja, o Estado precisa observar o princípio da proibição da proteção deficiente também.

Então, esse equilíbrio é que tentamos buscar.

Quando o Estado se encontra numa situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, precisamos intensificar, a partir de técnicas especiais de investigação, a persecução criminal, ou seja, o combate efetivo a esses grupos criminosos organizados.

Pensamos em trazer aos senhores, na realidade, algumas dificuldades que observamos e tivemos que suportar no enfrentamento a esse grupo criminoso em especial. Primeiro, a questão do foco. Em toda investigação, precisamos focar. Não adianta querermos desenvolver um trabalho de investigação macro, que não iremos conseguir chegar a lugar nenhum. Então, precisamos de um foco, que foi justamente esse viés da organização, que seria a cooptação de agentes do Estado para poder proteger essa atividade criminosa.

Aí começam as grandes dificuldades. Quando temos a infiltração de policiais dentro da organização criminosa, o trabalho de persecução criminal passa a ser muito mais difícil, porque os policiais responsáveis passam a ser impedidos de desenvolver determinados trabalhos de campo, por exemplo. Todas as vezes em que um policial federal chegava perto, ou um carro diferente chegava perto de um local onde se estava desenvolvendo a jogatina, logo essas outras pessoas, as que eram responsáveis pela exploração da atividade do jogo, eram avisadas da existência desse carro suspeito.

Então, era muito difícil se desenvolver qualquer trabalho de campo no enfrentamento a esse tipo de criminalidade. Como é difícil desenvolver esse trabalho de campo, houve a necessidade de utilização de técnica especial de investigação, especialmente a questão referente às interceptações telefônicas.

A grande dificuldade que tivemos foi a dos vazamentos das interceptações telefônicas, dos vazamentos do trabalho que estavam sendo desenvolvidos. Esses vazamentos fizeram com que tivéssemos de antecipar o desencadeamento do trabalho, como bem colocado pela Drª Lea. O juiz se encontrou numa situação vulnerável. Os órgãos de persecução se encontraram numa situação vulnerável. Houve a necessidade de antecipação, e essa antecipação do trabalho fez com que nós deixássemos de desenvolver determinados de investigação em relação a esse grupo criminoso.

Nós tínhamos uma parte da organização que era responsável por cooptar esses agentes de Estado, mas tínhamos uma parte empresarial do grupo criminoso também. Não conseguimos desenvolver nessa parte empresarial qualquer tipo de trabalho de investigação. O que temos é um material bruto que precisa ser submetido ainda à análise. Não conseguimos ter acesso ainda às interceptações telefônicas e às quebras de sigilo bancário e fiscal que iriam corroborar ou robustecer aqueles trabalhos que estavam sendo desenvolvidos.

Então, essa investigação patrimonial, essa investigação do braço financeiro da organização criminosa não conseguimos desenvolver por conta inclusive dessa antecipação do desencadeamento do trabalho. Consequentemente, ficaram prejudicadas também as investigações nesse contexto das lavagens de capitais, além das questões jurídicas, que precisariam ser melhor desenvolvidas.

Temos, inclusive, outros inquéritos policiais que já foram instaurados. Outras denúncias devem ser oferecidas. Temos um trabalho muito próximo na Superintendência Regional do Distrito Federal. Inclusive, solicitamos que esses inquéritos policiais sejam concluídos de forma célere possível, para que possamos, dentro dessas novas ações penais, demonstrar a estrutura de poder dessa organização criminosa.

Outro grande problema que tivemos é que temos um Estado num enfrentamento a essa criminalidade, que visa a escudar os jogos, de forma paliativa, eventual. Há a necessidade de se tentar efetivamente essas casas de jogos, e nós não temos um trabalho efetivo; ou seja, não temos um trabalho coordenado, linear, para que se possa fazer qualquer tipo de investigação nesse sentido. O que o Estado é um trabalho meramente paliativo.

Esses grupos criminosos sabem disso. Em sabendo disso, eles se tornam mais ou menos removentes. Eles fecham determinada casa, em um determinado local, em Luziânia, por exemplo; essa casa, logo, migra para a Cidade Ocidental.

Então, onde o Estado se faz ausente o crime organizado se faz Estado. É necessário, então, que o Estado se volte efetivamente para o enfrentamento linear, não paliativo, desses grupos criminosos que continuam movimentando-se. Não existe vazio de poder. Se o Estado se faz ausente, as organizações criminosas tomam o lugar do Estado.

Outra dificuldade, que foi inclusive colocada pela Drª Lea Batista, é que nós oferecemos uma denúncia contra 80 pessoas. Essa denúncia foi desmembrada. Temos tramitação da denúncia em relação a sete pessoas, que já se encontram na fase final. O Ministério Público Federal – eu e a Drª Lea – voltou toda a sua energia para a apresentação dos memoriais finais. Conseguimos apresentar os memoriais finais em seis dias, num prazo de dez dias, um memorial que tem mais de quatrocentas laudas.

Então, todo o nosso trabalho foi voltado, durante esses seis meses, exclusivamente para essa ação penal, para que a gente pudesse, inclusive, tentar fazer algum trabalho de neutralização dos levantamentos de nulidade colocados pelos advogados junto aos tribunais. Então, foi todo centrado no cumprimento de prazos e foi todo centrado também na manutenção dessa ação penal que tinha sido ajuizada.

Como houve esse desmembramento, nós temos setenta e duas pessoas ainda em uma ação penal e essas setenta e duas pessoas muitas delas servidoras públicas. Como são servidores públicos, há um dispositivo no Código de Processo Penal que estabelece que há necessidade de apresentação de uma resposta preliminar. É um dispositivo que, no nosso entender, é anacrônico, inclusive em decorrência das últimas alterações que foram viabilizadas no Código de Processo Penal.

Então, isso faz com que haja um atraso na própria persecução penal. Então, há necessidade de se apresentar a resposta preliminar à ação penal e essa resposta preliminar deve ser avaliada pelo juiz para, depois, aceitar ou não a denúncia. Então, está pendente ainda essa ação penal e pode demorar ainda um tempo por conta desse dispositivo que nós consideramos, inclusive, um dispositivo anacrônico.

Outra dificuldade que nós temos, já colocada pela Drª Lea Batista, é a questão realmente da segurança. Nós tivemos que alterar totalmente a nossa rotina. A Drª Lea está, inclusive, com um segurança. É algo que faz com que a nossa família até passe a absorver isso aí. Então, não é só a segurança em relação a nós membros do Ministério Público, mas passa a afetar também a questão familiar.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos cientes, aqui, como membros do Ministério Público Federal, de que cumprimos nosso dever. Nós ficamos realmente algumas noites em claro, perdemos Natal e Ano Novo trabalhando nesse trabalho, desenvolvendo esse trabalho, desenvolvemos o trabalho inclusive em finais de semana, para que pudéssemos exercer as nossas atribuições, mas sem paixão. Nosso trabalho foi estritamente técnico, tentamos fazer um trabalho estritamente técnico, cumprindo o nosso dever, cumprindo aquilo que a Constituição Federal, as atribuições que a Constituição Federal nos delega, tentando representar e defender da melhor forma possível a sociedade. Temos certeza de que honramos a promessa que fizemos quando tomamos posse como membros do Ministério Público Federal.

Então, eu agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra, na ordem de precedência, ao nosso Relator, antes congratulando-me com os dois Procuradores, dizendo aos senhores que honraram, efetivamente, com as suas missões, passando a cada um dos meus colegas desta Comissão um pouco da hercúlea dimensão e da grandiosidade do nosso trabalho.

Não sei se os senhores tiveram a dimensão de ouvir agora que, no relato sereno, objetivo, conciso, do Ministério Público, feito ao longo de mais de um ano, notadamente, em memorial, nos últimos seis meses, com noites em claro, indormidas, com sérias manifestações à família dos nossos Procuradores, para o conhecimento do tamanho dessa organização criminosa, alguns braços, inclusive o empresarial, eles não têm

conhecimento. Imaginem o tamanho da nossa missão aqui, em apenas seis meses, como somos cobrados.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, agradeço a V. Exª cumprimentando todos os pares desta Comissão, cumprimentando também o Dr. Daniel e a Drª Lea, e agradecer a presença de V. Exªs a esta Comissão, cujo objetivo central reside no fato de que nós podemos e devemos trabalhar de maneira colaborativa e cooperativa com o Ministério Público Federal no sentido de desmontar essa organização criminosa, mas, para além dela, compreender também o funcionamento, compreender também mais e melhor o funcionamento do crime organizado no Brasil e que medidas esta CPMI pode propor no sentido de que o combate ao crime organizado seja cada vez mais eficaz e efetivo. Essa é a preocupação que esta CPMI tem, e com certeza a presença da Drª Lea e do Dr. Daniel colabora com esse objetivo fundamental e essencial desta Comissão.

Agradeço mais uma vez a disposição de V. Exªs, que vêm a esta CPMI logo depois que apresentaram as alegações finais, conforme haviam se comprometido com os membros desta Comissão.

Também vejo aqui, Sr. Presidente, se me permite, ou a Drª Lea ou o Dr. Daniel responde à pergunta, um ou outro, ou os dois, conforme V. Exªs queiram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou só disciplinar as perguntas. Nós temos aqui um depoimento em conjunto. São duas operações, Vegas e Monte Carlo, que se fundem, que se integram. Então, fica a cargo dos convidados, tanto da Drª Lea quanto do Dr. Daniel, a resposta que melhor aprouver dentro do conhecimento pontual da resposta, não antes dizendo que tomam a liberdade, e falando em nome de V. Exªs e em nome do Vice-Presidente e do Relator, para dizer ao Ministério Público que esta CPMI franqueará toda documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal, mister de V. Exªs.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha, o espírito cooperativo que deve haver entre o trabalho que foi desenvolvido pelo Ministério Público e o trabalho que está sendo desenvolvido por esta CPMI.

V. Exªs levantaram aqui que as investigações da Operação Monte Carlo foram iniciadas em 2010, final de 2010. Em outro momento da história, anos atrás, vamos dizer assim, V. Exªs iniciaram algum processo de investigação dessa quadrilha que não obteve sucesso? E, se não obteve, qual foi o motivo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sr. Relator, o trabalho que foi desenvolvido no enfrentamento aos jogos no Estado de Goiás começou a partir de 2006. Nós recebemos, por parte do Ministério Público de Goiás, um trabalho de levantamento de alguns pontos onde se exploriam máquinas caça-níqueis, máquinas caça-níqueis supostamente com componentes eletrônicos contrabandeados. Nós tínhamos uma instrução normativa da Receita Federal, a Instrução Normativa nº 93, de 1999, e a Instrução Normativa nº 305, de 2003, que proibia o ingresso em território nacional de máquinas com componentes eletrônicos, ou componentes eletrônicos estrangeiros para serem utilizados em máquinas caça-níqueis.

Nós recebemos essas informações do Ministério Público estadual a partir do hoje Gaeco, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Por quê? Por que eles passaram essas informações? Porque eles falaram que não conseguiam desenvolver qualquer tipo de trabalho investigativo por conta da cooptação de agentes do Estado.

A partir daí, com base nesse material, nós fizemos diversas reuniões, com diversos órgãos, inclusive com a Polícia Federal, para traçarmos estratégias de enfrentamento a esse tipo de atividade.

Como disse inicialmente, há necessidade dos órgãos de persecução traçar estratégias de enfrentamento a macro criminalidade e a criminalidade organizada. Nós precisamos disso. Na nossa leitura, os melhores advogados são aqueles que além de terem um conhecimento jurídico sabem o momento exato de desenvolver o trabalho, o momento exato de atuação. Então, nós como membros do Ministério Público precisamos também de saber, pelo menos, e tentarmos agir estrategicamente para o enfretamento a essa criminalidade.

Fizemos essas reuniões para tentarmos ver quais caminhos que nós iríamos desenvolver no enfrentamento a esse crime. Então decidimos agir em duas searas: Primeiro na área do consumidor através de ações civis públicas para fechamento de determinadas casas que se encontravam ostensivamente funcionando, com base em leis estaduais inconstitucionais, posteriormente foram reconhecidas essas leis, inclusive como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. A outra linha de trabalho foram buscas e apreensões nessas casas para que conseguíssemos apreender essas máquinas caça-níqueis, que possivelmente teriam componentes eletrônicos. Fizemos esse trabalho, isso em 2006/2007, essas reuniões elas se deram em todo o ano de 2006. Em 2007 nós desenvolvemos esse trabalho e as buscas coincidiram com a chamada Operação Furacão – essas buscas e apreensões que nós entramos. Contudo, houve um erro estratégico, depois a gente até reavaliou, porque após essas buscas e apreensões houve a instauração de diversos inquéritos policiais

e esses inquéritos policiais foram dispersos. Mas nós conseguimos a partir desse trabalho abrir um canal de comunicação com a sociedade no nosso site para que recebêssemos informações da sociedade contra funcionamento desse tipo de atividade. E, além disso, nós encaminhamos ofícios à Junta Comercial, encaminhamos ofício à Receita Federal, encaminhamos ofícios à própria Prefeitura para que se cassassem os alvarás de funcionamento dessas empresas que exploravam essa atividade espúria.

Com tudo, havia uma empresa que conseguiu ainda, a partir de uma liminar dada pela justiça estadual, desenvolver as suas atividades lá, que era uma empresa chamada Meneses Diversões. Essa empresa Meneses Diversões conseguiu manter-se por conta de uma liminar que proibia a atuação de agentes do estado na persecução ou não apreensão desse tipo de equipamento. O que nós fizemos? Tentamos fazer com que – através de um trabalho com o Ministério Público Estadual – essa liminar fosse submetida a julgamento colegiado. Não conseguimos. Fizemos um pequeno dossiê, encaminhamos ao então Procurador Geral da República, Dr. Antonio Fernando, o Dr. Antonio Fernando ajuizou uma suspensão de segurança no Supremo Tribunal Federal, e a Ministra Elen Greice, que era então Presidente na época, determinou a suspensão dessa liminar, dizendo que essa liminar na realidade violaria a ordem pública, porque a atividade era no mínimo contravencional. Então conseguimos fazer com que a partir daí não houvesse qualquer tipo de exploração ostensiva de jogos em Goiás.

Contudo, continuávamos recebendo informações da existência de exploração de máquinas caça-níqueis. Em setembro de 2007, entrei com uma busca e apreensão – setembro de 2007 entramos com uma busca e apreensão – em casas de jogos que possivelmente seriam exploradas pelo irmão do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Essa busca e apreensão foi executada em novembro de 2007 – entramos em setembro e foi executada em novembro de 2007 -, por quê? Porque há a necessidade de um planejamento, não dá para se executar algo sem que haja um planejamento, inclusive por conta dos riscos que correm os policiais. Só que chegando lá não tinha mais nada. Suspeitamos então da existência de vazamentos dentro da própria Polícia Federal. Fomos à Polícia Federal, conversamos com o Superintendente à época e falamos o seguinte: "Olha, é complicado ter vazamento ou ter foco de vazamento dentro da própria Polícia Federal. Nós precisamos fazer alguma coisa." E desenvolvemos dois trabalhos. Um trabalho que se chamou Espinha de Peixe ou Operação Sufoco, alguma coisa do gênero, em que, reiteradamente, se faziam apreensões em máquinas caça-níqueis para quebrar a espinha dorsal financeira do grupo criminoso. E, posteriormente, um trabalho para se investigar o vazamento dentro da própria Polícia Federal. Além desse vazamento, de uma tentativa de cooptação por parte de pessoas que, possivelmente, teriam ligação com a exploração de máquinas caça-níqueis a um delegado da Polícia Federal. A partir daí, começaram outras investigações. Só que a Polícia Federal não tinha tecnologia para desenvolver essa investigação em Goiás, porque se utilizava de um mecanismo de interceptação telefônica que não conseguia captar determinadas conversas, e foi transferido para Brasília esse trabalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quando?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Em 2008, 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é. Aí, tivemos notícia de que a Operação Vegas foi desencadeada em 2009. Eu estou entendendo que toda essa movimentação que V. Exªs desenvolviam acabou culminando na Operação Vegas.

A Operação Vegas se comunica com a Operação Monte Carlo em que medida e em que forma, na sequência?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu comecei a atuar no Estado de Goiás em 2009 e já tinha toda essa movimentação, conforme relatado pelo Procurador Daniel. Em 2009, eu consegui remoção para a Procuradoria da República no Município de Anápolis. Cheguei lá em janeiro de 2009 e existia essa investigação denominada Operação Vegas, que é resultado desse trabalho anterior do Procurador Daniel. Trabalhei lá de janeiro a abril de 2009. Trabalhei nessa operação durante esse período. Depois, eu não tive mais contato, pois eu fui removida para a Procuradoria da República no Estado de Goiás, na capital. Como era uma investigação que estava vinculada à Procuradoria da República do Município de Anápolis, o Procurador que me sucedeu é que ficou responsável pelos trabalhos da Operação Vegas. Mas o que eu pude observar durante esses quatro meses de trabalho era o seguinte: a Vegas e a Monte Carlo têm várias semelhanças entre elas: a corrupção do braço armado do Estado, a exploração do jogo ilegal e a prática de contrabando. A diferença é a seguinte; a Operação Vegas estava focada na prática de contrabando e corrupção no Município de Anápolis e a Operação Monte Carlo, como eu já tinha explicado, iniciou na Comarca de Valparaíso. Então, focou na corrupção dos policiais da região do Entorno. Essa é a diferença e as semelhanças também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, as origens são distintas então. Um não sabia da investigação do outro. Ou sabia?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, as origens são distintas. A Operação Vegas começou em razão desse trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal em Goiás, relatado pelo Daniel, e a Operação Monte Carlo começou em razão de denúncias anônimas, ofício da Promotora de Justiça da Comarca de Valparaíso, denunciando corrupção, impossibilidade trabalho no local...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, ainda em relação aos jogos, quais eram os principais jogos explorados pela organização criminosa? Notou-se uma evolução? Como se deu isso? Os jogos que eles exploravam eram jogo do bicho, caça-níquel?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – A gente centrou a investigação n a exploração de caça-níqueis, porque a exploração do bicho não seria atribuição do Ministério Público Federal. Por que a questão do caça-níquel? A questão do caça níquel é porque existiam componentes eletrônicos que, possivelmente, teriam sido internados de forma irregular em território nacional. O que nós verificamos é que houve uma evolução das próprias máquinas. A máquina passou a evoluir, mas a exploração sempre foi... as investigações sempre foram centradas na exploração dessas máquinas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda...

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Pelo menos quanto à questão dos jogos, alguma coisa relacionada aos jogos, mas a investigação também era centrada na corrupção policial. Eram investigações de contrainteligência, na verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, eles buscaram modernizar o acesso a novas tecnologias quando as máquinas... Havia evolução das máquinas caça-níqueis, mas eles buscavam também... As investigações dão conta de que há uma operação de bingo *on-line* também, com uma *offshore*. Como se deu isso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Houve a sinalização de que haveria a compra de um determinado *site*, esse *site* estaria hospedado no exterior, inclusive para que se evitasse o trabalho das agências formais de controle, das agências de persecução. No entender deles, se o *site* está hospedado no exterior, aqueles jogos são desenvolvidos no exterior, então isso afastaria qualquer tipo de atuação por parte dos órgãos de persecução criminal.

E é até emblemático porque eles falam o seguinte: "Ó, a qualquer momento, vai cair, a gente não vai conseguir mais desenvolver essa nossa atuação de forma material, então a gente tem que ir pro mundo virtual mesmo." Mais ou menos isso. Então, é bem simbólico isso que eles conversam.

Então, para isso foi criada uma empresa *offshore*. Essa empresa *offshore* era uma empresa uruguaia. Geralmente essas empresas são criadas para que não se apareçam os reais proprietários, e essa empresa era administrada por um dos braços do grupo criminoso, que seria o Sr. Lenine Araújo.

O pagamento àquelas empresas que se encontravam no exterior, no Reino Unido, e outra se encontrava, salvo engano... uma se encontrava no Reino Unido com certeza, a outra agora não me recordo onde se encontrava, mas no exterior, que seriam as responsáveis pela implementação desse bingo *on-line*, foram feitos a partir de uma agência de turismo, e a suspeita que se tem é de que através daquele método de evasão de divisas, em alguns casos, lavagem de dinheiro, chamado de dólar-cabo. Seria o quê? Você repassar o dinheiro aqui em território nacional e aquele valor ser disponibilizado no exterior, sem que haja passagem formal desses recursos financeiros. Disponibiliza aqui, depois é disponibilizado no exterior.

Então, nós temos... Só que nós não conseguimos avançar nessa investigação por conta daquilo que foi falado já para esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual seria o nome dessas empresas, o senhor se lembra?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Eu tenho aqui anotado. A empresa que foi criada foi a Raxfell Corp, que era uma empresa uruguaia. Essa empresa seria essa *offshore*. E no Reino Unido a empresa se chamava Vuetec, que era responsável pelo desenvolvimento do *software*, e a E-Commerce, que é onde seria hospedado o *site* e que daria toda a infraestrutura e que estaria em Curaçao.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Isso, Curaçao.

Então, nós não conseguimos aprofundar as investigações em relação a essa parte da atuação da organização criminosa por conta daquela antecipação, do desencadeamento que nós precisamos efetuar por conta dos vazamentos do trabalho que nós estávamos desenvolvendo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à empresa que fazia o dólar-cabo aqui no Brasil, o senhor disse aqui que seria uma empresa de turismo.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É, possivelmente uma agência de turismo. Nós temos inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O nome, o senhor lembra?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não me recordo do nome, mas a pessoa que fez essa

operação seria uma pessoa chamada Wesley. Então, possivelmente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria GH Turismo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – GH Turismo, agora não vou me recordar realmente porque era muita informação, mas era uma pessoa chamada Wesley que era responsável por essas operações todas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao dinheiro ilegal da organização Cachoeira, aí, dentro dos negócios dele, um dos principais eram os jogos, mas nós sabemos que há outros negócios da organização criminosa.

Dr. Daniel, Dr. Lea, há apontamentos assinalando para onde eles mandavam esse dinheiro do jogo? Havia lá uma comissão de 25%, 30% para operar os negócios de jogos. Esse dinheiro ia para onde? O que eles faziam com ele?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte também da investigação, como eu disse no começo, foi uma parte que nós não conseguimos aprofundar. A gente tentou. Hoje a gente pensa o seguinte: é muito importante fazer uma investigação financeira dos criminosos, inclusive para sufocá-los financeiramente. Essa deve ser toda a linha de investigação que hoje nós devemos desenvolver. Há um ditado italiano que diz que o preso prefere ser um preso rico a um pobre solto.

Então, nós tentamos fazer todo o trabalho. O nosso trabalho está muito focado agora nisto, em quebrar a espinha dorsal financeira dos grupos criminosos para que eles possam se sufocar. Só que, nesse trabalho especificamente, nós não conseguimos, como colocado aqui, desenvolver por conta desses vazamentos, por conta dessa possibilidade de se colocar um magistrado nessa situação de vulnerabilidade da espinha dorsal financeira do grupo.

Então, o que nós temos são algumas informações que precisam ainda ser melhor trabalhadas. Nós sabemos, por exemplo, que, na exploração de máquinas caça-níqueis, eles recebiam determinados valores em cheque. Esses valores eram encaminhados para uma *factoring*, e a gente tem que estudar se essa *factoring* estava agindo realmente como *factoring* ou como instituição financeira. Se estiver agindo como instituição financeira, há crime contra o sistema financeiro. Então, essa *factoring* era responsável por ficar com o cheque e com 6% do valor daquele cheque e depois por transferir para uma conta de uma empresa utilizada pelos membros da organização criminosa. Posteriormente, esse valor era refinanciado na empresa criminosa. Como seria esse refinanciamento? Eram utilizados inclusive para cooptação de agentes do Estado, porque eles tinham uma leitura de que isso era um financiamento da atividade. Então, eles chamavam, de forma pejorativa, até de assistência social, mas eles viam aquilo como um financiamento.

Há até uma indicação interessante nesse trabalho em que eles falaram o seguinte: "Nós temos que dar um cavalo ou um boi para que se passe uma boiada." Então, eles viam isso como investimento. Às vezes, havia esse refinanciamento, essa atividade. Outras vezes, eram utilizadas contas de empresas de fachada que inclusive já foram identificadas aqui pelos senhores – há relatórios de análise identificando essas empresas de fachada. Posteriormente, esses valores eram passados para outras empresas, às vezes até empresas que tinham funcionamento. Ou seja, uma empresa que teria que captar determinados recursos no mercado financeiro passava a captar esses recursos na atividade espúria, sem a possibilidade ou sem a necessidade de devolver esses valores. Então, dá para observar aí um desequilíbrio inclusive no mercado. Você pega um dinheiro espúrio, investe numa empresa lícita, há uma mistura de capital, e essa empresa lícita não precisa devolver aquele dinheiro dessa empresa espúria.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para complementar. É por isso que o Ministério Público tem afirmado que essa organização criminosa não foi totalmente desarticulada. Além do silêncio, das ameaças, das chantagens, essa parte patrimonial da organização criminosa ainda não foi totalmente atingida. Enquanto não conseguirmos sufocar, como disse o Daniel, a organização criminosa, ela vai continuar atuando, independentemente de o chefe da organização estar preso ou não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual foi o patrimônio apreendido, confiscado na deflagração da operação Monte Carlo?

O SR. DANIEL RESENDE SALGADO – Nós conseguimos... Foi feito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha, então.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foi feito... Nós entramos com o sequestro de alguns bens que identificamos que, de alguma forma, poderiam ter sido amealhados ou adquiridos como proveito do crime e nós conseguimos apreender, após o último relatório de análise a que nós tivemos acesso, bens móveis, imóveis, semoventes no valor mais ou menos de R$167 milhões. E são bens que se encontram apreendidos, sequestrados, e nós estamos lutando para conseguir mantê-los nessa forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, quando o senhor diz que está lutando para conseguir manter

o sequestro do patrimônio, por que lutando? Qual é o problema?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, nós precisamos desenvolver de forma mais célere algumas investigações para que possamos logo oferecer as nossas denúncias e, a partir daí, com o oferecimento da denúncia, ter mais chances de que aquele patrimônio possa ser mantido ou apreendido pelos tribunais superiores. Então, nós temos uma decisão monocrática ou decisão do juiz federal que começa a ser já questionada nos tribunais superiores. Então, nós temos que ver se conseguimos agilizar principalmente na parte referente à lavagem de dinheiro. Para isso, nós precisamos intensificar, realmente, as investigações. É o que nós iremos tentar começar – não é, Drª Lea? – agora, porque, realmente, ficamos esses seis meses totalmente voltados para a ação penal que havia sido ajuizada, e ver se conseguimos manter esse sequestro desses bens.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é. Nesse sentido, Presidente, acho que é uma questão em que a CPMI pode colaborar com as informações que nós temos na medida em que, muitas vezes, as quebras de sigilo demoram – não só demoram aqui, que é uma Comissão do Parlamento; muitas vezes, demoram, como V. Exªs já levantaram aqui, também na investigação que o Ministério Público faz. Nós temos que pensar, de maneira administrativa aqui adiante, em como podemos estabelecer esse compartilhamento sistêmico entre nós aqui.

Há notícia de que essa organização criminosa buscava atuar em outras unidades da Federação para além do Estado de Goiás, em outros crimes, como fraude em licitações. No jogo também havia uma divisão do território nacional com outras quadrilhas que buscavam operar os jogos?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação aos jogos, ao contrabando, à corrupção, ficou, realmente, focado na região do entorno: Goiânia, Anápolis. Agora, essa parte empresarial, fraude à licitação, não houve nenhuma investigação. O material está em estado bruto. O que eu posso informar aí, que é de conhecimento – acho – de todos, é que alguns integrantes da organização frequentavam a empresa Delta lá em Goiânia, mas não foi investigado nada sobre fraude à licitação até por conta da falta de estrutura e dos vazamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, em relação à empresa Delta, qual era o papel da Delta para a organização criminosa? A Delta servia para que junto ao grupo do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não conseguimos aprofundar muito as investigações referentes à Delta. O que nós sabemos é que havia um contato muito próximo do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos com o Sr. Cláudio Abreu, que era o representante da Delta. Havia também – isso também nós precisaríamos confirmar – uma movimentação financeira partindo da Delta para algumas empresas laranjas ou, então, partindo dessas empresas laranjas para a Delta. Na contabilidade do grupo, há também alguns valores que seriam destinados, em princípio, à empresa, mas precisamos confirmar isso, esses dados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Delta poderia ter lavado o dinheiro do jogo também?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós temos que trabalhar essa questão da lavagem de capitais também. Não posso chegar e colocar aqui para os senhores uma percepção que ainda está numa fase inicial. O que a gente vai fazer ou perceber está na fase inicial ainda. Mas havia um contato. O Sr. Carlos Augusto chegava a receber pessoas na sede da Delta e tal, mas isso dentro de uma visão muito perfunctória mesmo, muito superficial. Nós não conseguimos fazer qualquer tipo de investigação nesse viés empresarial. Não conseguimos. O foco foi exatamente aquilo que já foi colocado para os senhores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quer falar, doutora?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para explicar também essa falta de estrutura, por exemplo, o denunciado Wladimir Garcez, que desempenha um papel importante na organização criminosa, não foi monitorado durante muito tempo. Nós conseguimos pegá-lo em razão dos constantes diálogos com o chefe da organização criminosa. E isso foi por conta da falta de estrutura. Não conseguíamos interceptar todas as pessoas necessárias, porque, durante todo esse período, ficaram quatro agentes da Policia Federal responsáveis pela investigação e ainda o delegado. O resultado desse trabalho é um sacrifício pessoal de agentes da Policia Federal, do Delegado Matheus, dos representantes do Ministério Público, para produzir alguma coisa. Só que temos consciência de que temos muito a fazer, temos muita coisa a fazer que ainda não foi feita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à evasão de divisas, o que pôde ser identificado na investigação? Sei que V. Exªs estão dizendo que, do ponto de vista da investigação financeira, ficou muito a desejar. Compreendemos isso, mas pergunto: o que pôde ser observado em relação à evasão de divisas?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – A evasão foi mais identificada realmente, ou seja, o que conseguimos ver de mais concreto na evasão de divisas foi quanto ao pagamento por parte de membros

do grupo criminoso a empresas localizadas no exterior para habilitação e viabilização do *site* Brasil Bingo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acerca dos negócios da organização criada pelo Sr. Carlos Augusto, quais eram os negócios financeiros que foram identificados? Eram jogos, como sabemos, fraudes em licitações. Há outros?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É como colocamos aqui: a investigação, nessa parte financeira, foi bem incipiente. O que conseguimos visualizar foi que havia, em alguns aspectos, a transferência de um capital que poderia ter sido – isso precisamos aprofundar também – amealhado a partir da jogatina para empresas que seriam empresas idôneas, com aquilo que chamamos de mistura de capitais: muitas empresas idôneas e os valores que teriam sido conseguidos a partir da atividade espúria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tanto na Operação Vegas como na Operação Monte Carlo, quando das interceptações telefônicas, foi identificada a presença de pessoas com prerrogativa de foro. O que pôde se identificar em relação a essas pessoas? Há negócios, há interesses em licitações? Sabe-se claramente de interesses no Detran, em contratos da Delta, na GTOp, interesses, em Brasília, na bilhetagem do transporte. Ou seja, o conjunto de interesses muitas vezes identificava pessoas agentes de Estado, mas agentes políticos também no Legislativo municipal, estadual e federal, no Poder Executivo, no Ministério Público no Estado e na União, além de prefeituras. Então, o que pôde se perceber de interesses? Quais foram as pessoas identificadas nessas interceptações?

A SR. LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação aos agentes com prerrogativa de foro, o Ministério Público Federal e a Policia Federal , como já disse, estavam focados na parte da corrupção e da exploração de jogos.

Então, o que foi feito? De qualquer conversa suspeita que não tivesse conexão com os jogos e com a corrupção policial, foi feito um relatório, um auto circunstancial de encontros fortuitos. Esse material não foi analisado nem pela Policia Federal, nem pelo Ministério Público Federal. É um material em estado bruto que indica algumas suspeitas, mas que, no entanto, não há como eu afirmar, indicar nenhum crime, nada. É um material bruto, que foi encaminhado aqui para a CPI, que precisa ser trabalhado, que realmente envolve alguns agentes com prerrogativa de foro, que pode indicar suspeita de fraude à licitação, mas é um material em estado bruto, que não foi trabalhado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não houve qualquer ato de investigação nesse sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, no início, a Drª Lea disse que a organização criminosa estava em expansão nacional e internacional. Adiante, eu fiz a pergunta no sentido de compreender se a organização estava estabelecendo parcerias com outros criminosos no sentido de dividir o Território Nacional segundo os seus interesses. Aí, parece-me, a senhora disse que "não era o caso", que "não foi isso".

Eu não compreendi bem a expansão nacional e internacional dessa organização criminosa.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na verdade, essa expansão se daria por meio dessa questão do *site*. E havia alguns acordos, pelo menos dentro da nossa leitura – e nós não conseguimos aprofundar –, com grupos de fora, inclusive com o grupo de uma pessoa chamada Siqueira, salvo engano, para implementação e colocação em funcionamento desse *site*, que se encontrava hospedado fora do Território Nacional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, se identificou que o Sr. Carlos Cachoeira alugava ou arrendava máquinas de jogos para colocar essas máquinas em outras unidades da Federação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Dentro do nosso trabalho, nós verificamos que havia uma cartelização de determinados pontos, ou seja, a organização criminosa conseguiu monopolizar um determinado mercado ilícito dos jogos a partir da cooptação das autoridades policiais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas isso em Goiás?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim; em Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Goiânia e uma parte em Anápolis. Então, como a investigação ficou centrada nisso, nós verificamos que havia, por meio dessa cartelização, o pagamento de um percentual à cúpula do grupo criminoso, o pagamento de um percentual daquilo que era explorado e daquilo que era arrecadado com a exploração dos jogos à cúpula do grupo criminoso, que tinha em seu cume o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou terminando, Sr. Presidente.

V. Exªs pediram que pena para o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos ao Juízo da 11ª Vara?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O que nós fizemos foi o seguinte: nós denunciamos a organização criminosa por formação de quadrilha armada e por diversos eventos criminosos dentro desse período de investigação. Foram 22 eventos criminosos. Desses 22 eventos criminosos, nós pedimos a condenação do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos em 17 desses eventos criminosos. Esses eventos criminosos envolviam corrupção ativa, participação em violação

de sigilo, participação em tráfico de influência. Então, nós pedimos que o juiz aplicasse a cada evento criminoso uma pena e que somasse as penas referentes aos demais eventos criminosos. Assim, se condenado por um determinado evento criminoso a "x" anos, nós pedimos que ele somasse com o "y" caso ele viesse a ser condenado por outro. Então, nós temos, aí, em corrupção, mais ou menos... É uma pena elevada. A gente até não gostaria de fazer uma perspectiva de pena, mas seria uma pena elevada.

Contudo – e, aí, vem até uma das dificuldades que nós temos –, nós temos a questão da unificação da pena. Caso ele venha a ser condenado a uma pena superior a 30 anos, essa pena seria unificada para 30 anos. Entretanto, todos os benefícios seriam aplicados em cima da pena que foi aplicada.

Todavia, nós temos hoje um decreto, editado anualmente pela Presidência da República, o Decreto de Indulto, que diz, em um dos seus dispositivos que, se a pessoa cumprir uma pena de 15 anos ininterruptamente, ela seria indultada. E, a cada ano que passa, esse decreto está ficando mais leniente, porque a política, ao que parece, é de realmente desafogar o sistema penitenciário, o sistema carcerário. Então, esse decreto está cada vez mais... E só é impeditivo da concessão de indulto ou comutação da pena, que é o indulto parcial, aquilo que a própria Constituição Federal ou a lei estabelecem como impeditivo. Por exemplo, o tráfico de entorpecentes, que é um crime equiparado ao tráfico de drogas, um crime equiparado a crime hediondo e aqueles crimes considerados hediondos pela nossa legislação. Os demais crimes não são considerados impeditivos, inclusive, corrupção. Então, uma das dificuldades que nós temos é exatamente executar, de forma efetiva, a pena que poderia ser aplicada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, o senhor está dizendo que ele poderá ficar, no máximo, 15 anos preso.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Conforme o Decreto Presidencial de Indulto, hoje, seriam, no máximo, 15 anos, caso ele venha a cumprir essa pena de forma ininterrupta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Máxima.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Pelo menos, essa é a leitura que nós temos desse Decreto Presidencial, e, como esse crime de corrupção não é crime impeditivo, ele seria, no futuro, beneficiado com o indulto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Uma das questões que nós podemos trabalhar é que o crime de corrupção seja impeditivo do indulto presidencial, para não haver redução de pena, porque uma das questões que julgo essencial é encontrarmos ou garantirmos que o patrimônio continue sequestrado e, também, garantirmos que pessoas que cometam esse tipo de crime fiquem com a pena total, porque, pelo que eu percebi, V. Exªs pediram, claro, mais de 30 anos de prisão para o Sr. Carlos Cachoeira, que é a pena máxima.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim, é o que esperamos, é o que esperamos. Inclusive, é isso que deve pautar o enfrentamento da criminalidade graduada, uma macrocriminalidade. Ou seja, os processos precisam ser céleres, e a execução das penas precisa ser efetiva. Hoje, nós temos casos de tráfico humano, por exemplo, em que as pessoas que foram condenadas – e conseguimos que fosse aplicada uma pena privativa de liberdade – se encontram, hoje, com a pena parcialmente perdoada – o que se chama de comutação da pena –, com base em alguns decretos presidenciais de indulto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda a esse tema da corrupção, o Sr. Carlos Cachoeira, fica evidente, nas interceptações e na investigação conduzida por V. Exªs, que ele indicava pessoas para compor o governo de Goiás – o Dr. Mateus chega a escrever de uma cota de nomeações. Pode-se dizer que o Sr. Edivaldo Cardoso era dessa cota de nomeações, o Presidente do Detran?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa questão política, como a gente já tinha falado, a gente não conseguiu desenvolver e não desenvolvemos qualquer ato de investigação, foi totalmente centralizado o trabalho nessa questão referente aos jogos. Quer dizer, a criação, a cooptação de policiais para acobertar o mercado ilícito. Então, essa parte, realmente, deve estar em estado bruto.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O que a gente também pode afirmar, por exemplo, o Delegado da Polícia Civil, Aredes, à época da deflagração, era o Corregedor da Polícia Civil do Estado de Goiás. Ele foi denunciado, o comandante da capital da Polícia Militar do Estado de Goiás também faz parte da organização e foi denunciado pelo Ministério Público. Esses dois casos são casos emblemáticos e que foram denunciados pelo Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Denunciados a...?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Associação a uma quadrilha armada e corrupção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas denunciado ao...?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – À Justiça.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – À Justiça.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós processamos a pessoa. Quando a gente fala de denúncia, é porque há peça técnica acusatória.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: ao Tribunal de Justiça do Estado?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não, à Justiça Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, em relação às pessoas com prerrogativa de foro, V. Exªs encaminharam as notícias de fato a quais autoridades, no caso da Operação Monte Carlo?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação à Operação Monte Carlo, a operação foi deflagrada em 29 de fevereiro, e, na semana imediatamente seguinte, nós entregamos todo o material relativo a autos de encontros fortuitos ao Procurador-Geral da República, para as providências cabíveis, isso conforme determinação judicial. O Juiz, quando da decisão cautelar que determinou a prisão de várias pessoas, ele também determinou a entrega desse material, em caráter sigiloso, ao Procurador-Geral da República.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à delação premiada, uma pergunta que faço também é se esse instituto, tal qual regulado no direito brasileiro, atende aos padrões internacionais necessários para o enfrentamento de quadrilhas tão organizadas como essa, porque uma questão que nós estamos enfrentando é que há um código de silêncio claro. As pessoas envolvidas com a quadrilha se mantêm em silêncio, com uma estratégia de defesa. A delação premiada não consegue atrair ninguém vinculado ao crime organizado ali? Por quê?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, essa é uma questão que sempre é colocada, mas nós não temos como fazer qualquer proposta de colaboração com aquele que consideramos como chefe de uma organização criminosa. Na realidade, a colaboração espontânea serve para que, a partir de pessoas que se encontram na base da organização, no meio da organização, passem a colaborar para se chegar a elementos para se neutralizar aquela pessoa que é considerada líder da organização criminosa ou patrimônio do grupo criminoso.

Ora, se nós identificamos já o líder da organização criminosa, se estamos fazendo um trabalho de enfrentamento a essa macrocriminalidade e se estamos tentando fazer uma investigação financeira dela, nós, em princípio, não necessitaríamos de fazer essa oferta ao chefe do grupo criminoso. Por outro lado, há, sim – e nós percebemos isto –, uma tentativa de se escudar o grupo criminoso a partir do silêncio, a partir daquilo que não é dito. E, com isso, fica clara, para nós, pelo menos, a unidade do grupo criminoso. Em alguns casos, a colaboração espontânea foi, realmente, essencial.

Nós temos o exemplo clássico na literatura internacional no *maxiprocesso* conduzido pelo Giovanni Falcone, na Itália, em que um dos que eles chamavam de arrependidos colaboradores chegou a desvelar a organização criminosa investigada há 20 anos, que era a Cosa Nostra. Então, a partir dos caminhos dados ali por um dos arrependidos, foi que se chegou a toda a estruturação de grupo criminoso e se conseguiu conhecer a organização criminosa por dentro. Até então, se conhecia por fora e se conseguiu conhecer a organização criminosa por dentro. Nesse caso específico, nós conseguimos utilizar outras técnicas especiais de investigação, para desmantelar, pelo menos provisoriamente, o grupo criminoso organizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a pergunta é se esse instituto no direito brasileiro atende à necessidade de investigação de V. Exªs

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós temos a possibilidade de utilizá-lo como técnica especial de investigação. Nós temos o arcabouço normativo para isso. O problema é que, muitas vezes – e a experiência nos mostra isto, pelo menos nos trabalhos que desenvolvemos, não é, Drª Lea? –, o Estado não consegue dar a estrutura suficiente para que aquele arrependido venha a ter uma vida... Vai ter uma vida restritiva, mas que tenha uma vida mais ou menos normal. O Estado não tem como proporcionar isso ao arrependido, não tem como proporcionar. A experiência mostra isso. E, quando fazemos uma proposta e, de repente, conseguimos estabelecer, a partir de um contrato de delação premiada, as cláusulas, tudo direitinho, nós acabamos prometendo algumas coisas que, no futuro, acabamos até por não conseguir viabilizar, por falta de estrutura material do Estado, mesmo.

Eu, particularmente, fico com muito receio de fazer ofertas de delação, porque, de repente, eu posso até perder a credibilidade por não conseguir implementar aquilo que teria sido acordado. Não seria só a diminuição da pena. Você tem toda uma estrutura de apoio que tem de ser dada para aquele arrependido, para que a organização criminosa não se volte contra ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, obrigado, Drª Lea e Dr. Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar a palavra aos oradores, eu queria fazer uma pergunta à Drª Lea e ao Dr. Daniel. No caso de foro privilegiado, algumas comunicações foram feitas ao STJ – Parlamentares e Governador. No caso de Secretários de Estado, houve comunicações, em relação à necessidade de investigá-los, ao Ministério Público

estadual, nesse caso, ou há competência do Ministério Público federal para investigar essa participação? O início da investigação está nos encontros fortuitos?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Todo o material foi encaminhado ao Procurador-Geral da República, todo o material relacionado a essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, nesse caso, não caberia o encaminhamento ao Procurador-Geral da República apenas daqueles que têm foro privilegiado, isto é, cujo foro está previsto na Constituição Federal? Então, esses, sim, deveriam ser encaminhados ao Procurador-Geral da República, os demais, eventualmente, ao Ministério Público estadual de Goiás? Essa é a pergunta que eu faço a Vossas Excelências.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Esse material foi encaminhado ao Procurador-Geral da República e nós também encaminhamos alguns materiais resultantes das buscas ao Procurador-Geral da República. Tenho conhecimento de que ele... Depois, por exemplo, uma pessoa com prerrogativa no STJ, ele encaminhou para o STJ. Ele é que fez toda essa análise de conexão entre essas pessoas, dividiu e encaminhou para o foro competente, mas tudo foi encaminhado para o Procurador-Geral da República, mas tenho conhecimento, por exemplo, de que já foi enviado um material para o Tribunal de Justiça de Goiás, por exemplo. Mas esse conhecimento, não sei se realmente eles receberam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, em outras palavras, caberá a seleção dos investigados ao Procurador-Geral da República, não é? Eventualmente, pedir a investigação no STJ, e os demais, que tiverem foro privilegiado em Goiás, por exemplo, em Goiás?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Isso, e o que não for da atribuição dele encaminhar à autoridade competente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, se me permite, compreendi que todos os encontros fortuitos foram encaminhados ao PGR como notícia de fato. E ele fez uma identificação daquilo que era competência do STJ, daquilo que era competência do STF e daquilo que era competência do TJ de Goiás. Ele fez esse encaminhamento ou ele fez encaminhamento ao Ministério Público Goiás? Vossa Excelência não sabe responder?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não sei se ele encaminhou para o Tribunal de Justiça ou para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para sugerir, Senhor Relator, que nós peçamos essa informação para o Procurador-Geral da República, em relação ao conjunto dos participantes, das pessoas presentes nesses encontros fortuitos.

Passo, então, agora a palavra aos autores de requerimentos: o Senador Alvaro Dias, depois o Deputado Luiz Pitchman, depois o Senador José Pimentel e o Senador Fernando Collor. Então com a palavra Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente, concordo como Presidente Vital do Rêgo, ouvimos uma competente descrição de uma organização criminosa que se organizou, se estabeleceu, se ampliou e avançou seus tentáculos sobre o poder público nas três esferas de Governo: União, Estado e Município. Nós reconhecemos que a convocação, quando se deu, dos Procuradores foi exatamente numa fase inicial em que tratávamos das operações Vegas e Monte Carlo relativamente a organização criminosa, operando na área de jogos, da contravenção.

Esta CPI avançou e nós chegamos até o setor público. Nessa descrição, ouvimos tratar-se de uma organização criminosa de alta periculosidade, de permissividade incomum e com enorme capacidade de cooptação dos agentes públicos. Eu indagaria, respeitando, obviamente, as dificuldades de resposta, em função do estágio das investigações: consta que a aproximação do Sr. Cavendish, da Delta, com o Cachoeira se deu exatamente em função do *know-how* de Cachoeira, que foi descrito aqui: as operações financeiras, a remessa para o exterior, a constituição de empresas no exterior, ou seja, a ocultação de valores de origem suspeita, duvidosa, ou de origem ilícita. Na investigação do Ministério Público, chegou-se a um momento em que houve esse encontro de interesses da empresa Delta com Cachoeira e o seu esquema criminoso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte referente à empresa Delta foi uma parte muito superficial, realmente. Não conseguimos, como falado aqui, desenvolver qualquer tipo de trabalho nessa seara empresarial. Realmente, foi algo que, por conta dos vazamentos, não conseguimos desenvolver qualquer trabalho de investigação. Você tem alguns sinais de aproximação do Sr. Carlos Augusto com o Sr. Cláudio Abreu, tem alguns sinais de movimentação financeira daquilo que conseguimos receber a partir das quebras que nós solicitamos, mas nada que pudéssemos falar de forma cabal, como podemos falar quanto à peça acusatória, que foi já apresentada à Justiça.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – É, e algumas reuniões da empresa Delta, lá em Goiânia, dos integrantes da organização denunciados formalmente pelo Ministério Público, que essas reuniões... Mas nada foi desenvolvido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há iniciativas ou providências do Ministério Público para avançar as investigações nessa faixa de atuação da Delta com o setor público?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Estamos centrados agora, Senador, em algumas investigações que já estão um pouco mais amadurecidas para o oferecimento de novas denúncias. Essas investigações que se encontram mais amadurecidas são também voltadas para esse mercado da jogatina. Atualmente, por exemplo, o que aconteceu? Fizemos esse trabalho, foi feito esse trabalho, o grupo que estava fazendo esse trabalho, hoje, já não está mais, o Dr. Matheus já não se encontra mais, os agentes que auxiliaram no trabalho já não se encontram mais. Aquilo que nós temos como algo que pode ser ainda maturado na investigação já foi encaminhado à Polícia Federal, principalmente na área relacionada ao contrabando. Conseguimos detectar que, dentro daquelas máquinas caça-níqueis, existiam componentes eletrônicos de origem estrangeira.

Estamos numa fase final de investigação para alinhar esses inquéritos policiais à estrutura de poder da organização criminosa, para que possamos desenvolver e chegar à conclusão de que realmente havia um núcleo dentro daquilo que foi investigado e daquilo que foi apreendido, esse núcleo criminoso estava desenvolvendo sua atividade. Em resumo: que aquelas casas de jogos realmente pertenciam a esse grupo criminoso. Então, a fase hoje é nesses inquéritos policias que se encontram numa etapa de amadurecimento, na fase final de investigação para que possamos ajuizar as novas ações penais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente, aumenta e muito a responsabilidade da CPI, porque já identificamos repasses da Delta para 18 empresas-laranjas que superam R$413 milhões. Trata-se de dinheiro da desonestidade, pagamento de propina, pagamento pelo tráfico de influência que se exerceu para a obtenção de contratos generosos, por meio do superfaturamento de obras. Creio que é a essência da investigação esta CPI.

Indago, já que está difícil avançar nessa área... Não houve ainda, embora possam ser considerados fortuitos, indago se houve a identificação de uma ação de Cachoeira junto ao Governo do Distrito Federal, porque tivemos acesso aqui, e o País teve acesso, pois houve veiculação, pela mídia, de gravações envolvendo uma relação de Cachoeira e seus agentes, Dada e outros, com a Delta e o Governo do Distrito Federal, chegando muito próximo do governador até o chefe de gabinete do governador.

O Ministério Público chegou a identificar essas relações?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O que foi identificado foi encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e resultou na operação *Saint-Michel*. Essa operação, inclusive o Carlos Augusto de Almeida Ramos está preso, em razão dela, e o Gleyb também. Mas eu não posso informar como foi a denúncia. Eu sei que é fraude à licitação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como meu tempo está passando, vou fazer uma indagação aqui, obviamente sem pretender criar qualquer constrangimento. Mas a missão essencial da CPI é conferir transparência aos fatos.

Eu indago: seria possível citar nomes de políticos eventualmente envolvidos e que estão ou sendo investigados ou se aguardam providências para que eles possam ser investigados? Eu me refiro a agentes públicos, especialmente políticos com mandato.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte, Senador, não é da nossa atribuição, essa parte política. Então, não temos como... Nós não efetivamos qualquer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é a parte política; é a parte criminal, é o envolvimento no crime.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É isso, é a parte dos agentes políticos, melhor dizendo. Essa parte da persecução contra pessoas com prerrogativa não diz respeito ao Ministério Público Federal, que atua na base. O que nós fizemos foi apenas isolar esses diálogos e encaminhar às autoridades competentes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas no trabalho de investigação, chegaram a esses nomes, eventualmente a pessoas envolvidas no esquema?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não houve ato de investigação. O que nós temos são contatos, e esses contatos foram encaminhados como notícia de fato, apenas. Então, não houve qualquer ato de investigação. Isso até tecnicamente se chama de serendipidade de segundo grau. Então, foi encaminhado como notícia de fato.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há uma outra indagação sobre a atuação do esquema Cachoeira no exterior.

V. Sªs. fizeram referência a empresas no Uruguai, Reino Unido e Curação, se não me falha a memória. Houve investigação em relação à Coreia do Norte, BET Company, uma empresa enorme com sede na Coreia do Norte?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, não houve investigação. Por enquanto, não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se há tempo ainda, eu faria mais uma indagação.

O Sr. Luiz Antônio Pagot informou à imprensa que foi retirado do Ministério dos Transportes por ter se contraposto aos interesses de Cachoeira. Depois, ele afirmou também que havia interferência política no Ministério dos Transportes, citando, inclusive, nomes de parlamentares. Houve, nas investigações, contato com essa realidade ou não houve? Dnit, Ministério dos Transportes, ação do Cachoeira.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Eu não sei...Agora, vou...Eu acho que há referências nas interceptações telefônicas. Mas, como dito, essa questão, realmente, a gente não conseguiu aprofundar. O trabalho foi todo focado exclusivamente naquilo que já foi apresentado no início.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu agradeço. É evidente que eu tinha outras indagações, mas agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra agora ao Ilustre Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria também, da mesma forma, de cumprimentar a Procuradora Lea e o Procurador Daniel pelo excelente trabalho realizado e, ao mesmo tempo, elogiar a coragem da Procuradora Lea, que não pediu para sair do processo quando foi ameaçada, diferente da forma – que me pareceu – do juiz que, quando teve as primeiras ameaças, fez uma solicitação para sair.

Eu gostaria de ressaltar também a importância, que fica mais clara hoje com a presença de V. Sªs, da CPI. Vejam que, quando se fala do aprofundamento das informações da Delta e das empresas fantasmas, vocês trazem pouca coisa. Vejo que a CPI, de uma forma ou de outra, contribuiu para a manutenção da prisão do Sr. Cachoeira em função de todo o enfoque que foi dado e, da mesma forma, na validade das provas que, em determinado momento, chegaram a ser questionadas ainda no Tribunal Regional Federal.

Da mesma forma, vejo o aprofundamento que essa CPI tem feito das pessoas que têm foro privilegiado, que vocês também trazem muito pouca coisa aqui**,** e um exemplo foi a cassação do Senador Demóstenes.

Da mesma forma, vejo que a CPI traz aqui e tem a centralização de milhares de documentos, inclusive quebras de sigilo, conexões de valores financeiros ligados ao crime etc. Isso desmente um pouquinho o que muitas vezes tem sido tentado colocar pela imprensa e por alguns integrantes, até da CPI, que ela não teve o verdadeiro sentido ao ser instalada e no seu andamento.

Agora eu também gostaria de discordar de V. Sªs. quando falam que determinados documentos não tiveram aprofundamentos, principalmente quando tinham foros privilegiados na Polícia Federal e acredito que também no Ministério Público.

Eu tenho em meu poder um Relatório de Análise 23/2012, de 19/03/ 2012. Então, de março deste ano, feito pela NIP – Secretaria da Polícia Federal, no Departamento da Polícia Federal, que cita o Sr. Tomé, o Sr. Marcelão, o Sr. Cláudio Monteiro, que foi chefe do gabinete do governador, que seria para obtenção de informações privilegiadas nas interceptações de *e-mails*, e os agentes que fizeram esse relatório de análise, que é o agente Daniel Guerra e o agente Raimundo da Cruz, em março desse ano, e ressalto que já não existe mais fórum privilegiado nesse caso, porque o chefe de gabinete já não é mais chefe de gabinete, diz o seguinte: "diante dos indícios da participação do Sr. Cláudio Monteiro, chefe de gabinete do governador, sugerimos que sejam aprofundadas as investigações". E a primeira pergunta é o que é que foi feito por isso e isso foi encaminhado, com certeza, ao Ministério Público.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Esse relatório foi elaborado após a deflagração, que foi em 29 de fevereiro. Não me recordo bem, mas imagino que seja o relatório oriundo da análise do material apreendido. Há dez dias, mais ou menos, eu recebi toda a documentação de relatório de análise do material apreendido. Nós estamos fazendo uma triagem, ver o que é que é da nossa ação penal, da ação penal da Justiça Federal de 1ª Instância, e os demais estamos encaminhando para as autoridades competentes para as providências, iniciar uma investigação, apurar os fatos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Preocupa muito essa CPMI o fato de que exatamente do que a senhora falou agora: há dez dias. Quer dizer, uma operação que foi realizada em fevereiro e, somente há dez dias, o Ministério Público tem algumas informações a mais, alguns complementos dessas análises do que foi apreendido.

Nós temos exemplos do que foi apreendido, por exemplo, na casa do Sr. Tomé, lá no Rio de Janeiro, ou na casa do Sr. Dada, aqui em Brasília, que até hoje não chegou a essa CPMI também. E isso, eu reitero ao Presidente da CPMI, que volte a se posicionar na Polícia Federal da importância que esses documentos, que foram apreendidos lá atrás, não demorem tanto principalmente a chegar ao Ministério Público e chegar até nós.

Da mesma forma, eu acompanhei pela imprensa entrevistas concedidas pela Procuradora Lea em que a senhora cita – eu não tenho como falar que estaria no comando, mas posso afirmar – que a organização está articulada e ainda está trabalhando, e Carlinhos Cachoeira, mesmo preso, tem enviado mensageiros. Todos os acontecimentos recentes demonstram que Carlinhos Cachoeira tem que permanecer preso, porque a organização criminosa não foi desarticulada. Mesmo preso, a organização criminosa está trabalhando, movimentando, ameaçando, chantageando, mandando recado.

Minha pergunta: após as últimas divulgações pela imprensa de que juiz, a senhora e mais algumas pessoas tinham sido ameaçados, existe algum outro tipo de informação que ainda não chegou à imprensa de ameaças ou de recados que saíram da prisão, mesmo a Srª Andressa estando proibida de hoje visitá-lo?

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – A última notícia de articulação da organização criminosa foi a chantagem da Srª Andressa em face do juiz federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás.

O que eu informei aqui no início, e não tinha informado antes, foi que na semana da audiência de instrução e julgamento a minha equipe de segurança constatou uma marca no meu carro, a Polícia Militar fez uma abordagem à equipe de segurança semanas antes na porta do meu prédio, além dos e-mails que já são do conhecimento de todos. Nenhuma outra chantagem, ameaça, foi noticiada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Falava a senhora também sobre características de máfia apresentadas por essa organização criminosa. Isso é um código silencioso, próprio das organizações criminosas de parâmetro mafioso, ninguém fala até para proteger a organização criminosa

Segundo a senhora, outro detalhe que reforça a .característica da máfia foram as ameaças sofridas, que nós comentamos agora.

Tudo demonstra que essa forma mafiosa de agir seja através, então, de ameaças, silêncio, orquestrada, então, através de chantagem. Embora seja um direito constitucional deles ficarem calados, tanto lá na Justiça como aqui, qual a forma e o que o Ministério Público está fazendo para que a gente consiga obter as provas e a situação necessária, já que eles não falam?

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Esse silêncio orquestrado, conforme já havia falado, está bem claro para a gente no Ministério Público Federal e acho que aqui na CPI também. Ninguém fala nada. É um código de silêncio. Todos são leais ao chefe da organização criminosa.

O que posso dizer é que na ação penal que tramita na Justiça Federal em primeira instância esse código de silêncio não vai interferir na condenação dos integrantes, porque foi uma investigação muito bem feita, além do monitoramento telefônico, nós temos filmagens. A Polícia Federal conseguiu acessar a contabilidade da organização criminosa. Nessa contabilidade há pagamentos aos agentes estatais, policiais militares, delegados da Polícia Civil. Então eles podem exercer o direito constitucional, eles podem permanecer calados, mas isso não vai influenciar na ação penal. Esse silêncio orquestrado é típico. A prática demonstra, em outras operações em que nós atuamos, que sempre um ou outro integrante se dispõe a colaborar, o que não acontece neste caso; neste caso ninguém quer colaborar, ninguém quer confessar, uma redução de pena, ninguém fala nada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tendo em vista que aqui na CPI ele ficaram em silêncio e lá também eles ficaram em silêncio, a estratégia adotada pelo Ministério público na Justiça Federal foi também a de não fazer nenhuma pergunta a eles, já que eles decidiram ficar em silêncio. Nós aqui temos adotado um procedimento meio parecido, apesar de discordâncias. Gostaria de entender se a senhora considera isso o modelo mais correto a ser adotado.

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Ficar fazendo as perguntas, mesmo que a pessoa queira exercer o direito constitucional?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Lá parece que não foram feitas perguntas.

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Não, não foram. O juiz federal começou o interrogatório, fez algumas perguntas básicas, e eles insistiram, exerceram o direito constitucional ao silêncio; a palavra foi passada ao Ministério Público, e nós não fizemos nenhuma pergunta.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A senhora considera essa a forma correta da investigação? É um procedimento que nós temos questionado muito na CPI, também não fazermos as perguntas quando há o questionamento.

A senhora considera isso uma forma correta?

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Nós consideramos a melhor estratégia.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Obrigado.

Nada mais a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Luiz Pitiman.

Deputado, Luiz Pitiman, quando nós estivemos na Polícia Federal, o Dr. Leandro Dayello Coimbra, comprometeu-se a enviar todos os relatórios até sexta-feira desta semana. Então, ele já tinha um controle:

parte dos relatórios foram enviados e parte dos relatórios serão enviados até sexta-feira. Nós teremos muitos documentos.

Na minha opinião, fica clara a contribuição da CPI, tanto em ajudar a desvendar os mecanismos econômicos dessa organização criminosa, os fluxos, os participantes etc, quanto também em investigar as pessoas, os agentes políticos, as pessoas que têm foro privilegiado. Acho que esta CPI pode contribuir muito em complementar essa investigação muito bem feita pelo Ministério Público federal e pela Polícia Federal.

Passo agora a palavra ao Senador e ex-Presidente Fernando Collor de Mello por dez minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Drª Lea Batista de Oliveira, Dr. Daniel de Resende Salgado.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas simples e ouvir as respostas de V. Sªs.

Drª Lea Batista de Oliveira, quais são as condutas possíveis por parte de um membro do Ministério Público na apreciação de um inquérito policial? Que providências ele pode tomar ou deve tomar?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Um membro do Ministério Público federal ou estadual ou qualquer que seja, ao receber uma investigação – pode ser um inquérito ou uma peça informativa –, tem a possibilidade de arquivar, de denunciar. Ele pode...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Ao juiz.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA –...também pedir algumas diligências.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

Dr. Daniel de Resende Salgado, o que o senhor entende por ação controlada?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Senador, foi colocado no início que o trabalho de enfrentamento às organizações criminosas precisa ser um trabalho estratégico. Há necessidade de se estabelecerem estratégias de enfrentamento a esses grupos criminosos e a utilização de técnicas especiais de investigação, como, por exemplo, a questão da ação controlada, que está lá disposta no art. 2º da Lei nº 9.034.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Lei nº 9.034, de 1995.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. É uma das técnicas especiais de investigação que podem ser utilizadas. Como eu disse aqui, tanto o Ministério Público como a Advocacia, dentro da atuação estratégica, podem desenvolver trabalhos para chegar à conclusão de qual seria o momento adequado para desencadear, ou um arquivamento, ou uma diligência, ou o início de uma investigação.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Ação pressupõe fazer alguma coisa?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Talvez fazer alguma coisa, depende da estratégia a ser utilizada. Às vezes não é o momento para fazer aquela coisa.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Bom, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, eu fiz essas perguntas porque o Sr. Procurador-Geral da República demorou a tomar qualquer tipo de providência em relação à operação Vegas por quase dois anos. Isso que a Drª Lea respondeu, quais são as condutas possíveis por parte de um integrante do Ministério Público diante do recebimento de um inquérito, ele tem, por dever de ofício, que tomar uma dessas três alternativas: ou arquiva, ou demanda novas investigações, ou devolve ao juiz. E o Sr. Procurador-Geral da República não utilizou de nenhuma dessas alternativas, conforme preconizado em lei. Quase dois anos esse processo permaneceu inerte na Procuradoria-Geral da República.

Em segundo lugar, na resposta que S. Exª o Sr. Procurador-Geral da República ofereceu a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nas perguntas que foram enviadas Presidência desta Comissão, ele sugere, de uma forma tinhosa, que, graças ao que ele chama de sobrestamento, ou seja, de não ter tomado nenhuma providência em relação à Operação Vegas, ele sugere, de forma tinhosa, que não fez isso porque estaria em curso outra operação que tinha vinculação com a Operação Vegas. E aqui ouvimos da Srª Drª Procuradora Lea Batista de Oliveira que uma operação não teve nada a ver com a outra. A Operação Monte Carlo não é a continuidade da Operação Vegas. O Sr. Procurador-Geral da República faltou com a verdade.

Temos outra pergunta a fazer. E aí eu faria aos dois, à Procuradora e ao Procurador: É normal que, na distribuição de processos que cheguem à Procuradoria-Geral ou às procuradorias em geral, que esses processos sejam canalizados para um único procurador, ou o normal não seria fazer uma distribuição pelo sistema eletrônico ou por outro sistema qualquer? Os senhores não acham esquisito que todos os processos que chegam à Procuradoria-Geral da República e que incluam nomes que têm prerrogativa de foro, que esses processos sejam concentrados na mão de uma única pessoa, no caso a Procuradora Drª Cláudia? Ou isso é uma prática normal?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Quem tem assento no Supremo é o Procurador-Geral da República.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Então ele pode fazer isso? É uma coisa eticamente inatacável?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Qual a avaliação que eu posso fazer disso?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito bem. A Drª Lea, por favor.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu não tenho conhecimento da sistemática adotada pelo Procurador-Geral da República na distribuição dos processos. Eu sei, como o Daniel informou, que a competência para atuação é do Procurador-Geral da República, mas eu não sei, não tenho conhecimento qual a sistemática por ele adotada para ele delegar esse trabalho; ele não consegue fazer tudo e precisa delegar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Então, em função disso, eu passaria a V. Sªs a informação de que todo e qualquer processo que chega à Procuradoria-Geral da República e que incluam nomes com prerrogativas de foro vão para a mão da Subprocuradora Drª Cláudia, esposa de S. Exª o Sr. Procurador-Geral da República, fazendo uma reserva de mercado de processos desse jaez.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o Procurador, portanto, faltou com a verdade quando disse que agiu de conformidade com a lei ao não tomar providências. É mentira, e aqui já foi visto isso porque ele tinha que ter tomado uma das três alternativas.

Em relação à Drª Cláudia, ela também foi desmentida. Não sei se V. Exªs se lembram, mas quando veio aqui depor o delegado que presidiu o inquérito da Operação Vegas – e a Drª Lea deve conhecê-lo – o Dr. Raul, quando perguntado a ele se ele não tinha achado esquisito que esse inquérito tivesse permanecido tanto tempo na Procuradoria-Geral, sem que nenhuma providência houvesse sido tomada, ele disse que sim, que achou esquisito, achou estranho, e que foi a Procuradora-Geral, que detém essa reserva de mercado, porque havia pessoa com prerrogativa de foro na Operação Vegas, e, segundo ela, numa declaração anterior à oitiva dele, ela teria agido assim, junto com o Procurador-Geral, de não tomar nenhuma providência, a pedido do Dr. Raul.

O Dr. Raul aqui esteve, prestou o seu depoimento e desmentiu a Drª Cláudia; disse que, ao contrário, esteve com ela, sim, mas para manifestar a estranheza dele, como Presidente do inquérito da operação Vegas, pela demora nas providências que deveriam já ter sido tomadas.

Em relação à questão do segredo de justiça, é do nosso conhecimento que as duas investigações, as duas operações correm sob segredo de justiça. O que os senhores entendem como segredo de justiça? É seguir o princípio do segredo de justiça dar entrevistas à imprensa, como foi dado, por exemplo, pela Drª Léa recentemente?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Senador, a ação penal resultante da investigação da operação Monte Carlo não está em segredo de justiça. O que acontece é que a interceptação, por razões óbvias, é sigilosa, para garantir a efetividade da investigação. Então, toda interceptação é sigilosa. A ação penal não é sigilosa.

O que aconteceu? Quando a operação foi deflagrada no dia 29 de fevereiro, o Ministério Público, eu, Daniel e outro colega que trabalhamos na operação decidimos fazer uma coletiva, juntamente com a Polícia Federal, para informar a sociedade sobre as prisões, os afastamentos das funções publicas. E foi o que foi feito. No dia 29, eu e o Daniel, juntamente com o delegado Matheus, fizemos uma coletiva falando de uma forma genérica sobre a atuação da organização. Posteriormente, eu concedi também uma entrevista com o Daniel para informar a sociedade do oferecimento da denúncia. Depois, não mantivemos mais contato com a imprensa.

Recentemente, eu concedi uma entrevista para um jornalista da Rede Globo. Ele me procurou e falou que queria fazer uma matéria sobre a periculosidade da organização. E que ele tinha todo o material e se eu poderia conceder uma entrevista. Assim o fiz. Concedi a entrevista sem revelar nenhum fato sigiloso, mas a forma de atuação da organização criminosa, as chantagens, as ameaças, a cooptação dos agentes estatais. Foi isso que foi feito.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Esse contato com os jornalistas, portanto, é algo que se faz presente normalmente na relação da senhora, dos senhores procuradores?

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Não. O que eu posso afirmar foi isso. A gente teve uma coletiva na deflagração. A outra coletiva quando apresentamos a denúncia e essa entrevista para o jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu digo isso apenas porque recebi uma informação. Eu sei qual será a resposta de V. Sªs: de que não participaram dessa reunião que supostamente teria ocorrido no dia 2 de março, a partir do meio dia, numa localidade próxima onde funciona a sede da revista *Veja*, quando os senhores, na companhia do procurador Alexandre Camanho de Assis, teriam entregue os dois inquéritos da operação Vegas e Monte Carlo a dois jornalistas da revista **Veja**. A senhora e o senhor não confirmam esse encontro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Exª...

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Eu não sei onde fica a empresa, a revista *Veja*. Eu, inclusive, recebi o requerimento de V. Exª pedindo toda a minha agenda do dia 26 a 3 de março.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Isso.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Pedi um levantamento para o procurador-chefe da Procuradoria do Estado de Goiás. O que aconteceu? O dia 26 de fevereiro foi domingo. Esse dia eu não trabalhei e estava na expectativa da deflagração.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Isso.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – No dia 27, eu estive aqui em Brasília com o juiz federal responsável pelo caso, juntamente com o Daniel, e estivemos no Conselho Nacional de Justiça, numa reunião com a Eliana Calmon e um juiz auxiliar do CNJ, pedindo segurança e tranquilidade para o juiz exercer as funções dele.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Confere.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Nesse mesmo dia, eu voltei para Goiás, para Goiânia. Na parte da manhã, eu trabalhei na expectativa da deflagração da operação. No período da tarde, eu voltei à Brasília no carro oficial, com o motorista, esperando a deflagração. Cheguei aqui à tarde, na terça-feira. Tive uma reunião com o delegado Matheus e com a superintendente aqui da Polícia Federal no DF, Silvana...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Da operação Monte Carlo?

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Da operação Monte Carlo.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Confere.

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Não dormi à noite e a operação foi deflagrada na quarta-feira, pela madrugada. Nesse dia que o senhor fala, da reunião, no dia 2, não é?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sim.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu estive, acompanhada do motorista oficial, nos seguintes locais. Na parte da manhã, estive na PGR; depois, estive no Conselho Nacional de Justiça novamente, porque, em razão da reunião anterior, nós fomos entregar o papel, o documento por escrito, formalizando o pedido de segurança para o juiz.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito bem. Está muito bem, Drª Lea.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – E, depois, retornei à PGR e, depois, voltei para Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Exª está encerrado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, somente para concluir, porque...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Se V. Exª pudesse encerrar...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pulando essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – ...para que os demais oradores...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Porque a Procuradora falou...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite, ele está três minutos acima do tempo. Ninguém tem esse tipo de tratamento aqui. Ninguém. Todos têm perguntas importantes, Sr. Presidente.

O SR. – Já vou antecipar que quero igual tratamento, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – A Srª Procuradora...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, vou querer igual tratamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não está correto, Sr. Presidente...

O SR. – Para todos, igual tratamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Regimento não está sendo cumprido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Só peço a todos... Se V. Exª puder, eu reinscrevo V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu concluo em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu reinscrevo V. Exª. É porque há uma situação em que os demais oradores...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A Srª Procuradora, digo em função do que disse a Srª Procuradora.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, ele não pode se arvorar para arrolar à CPI...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A influência dos órgãos de comunicação a favor dos contraventores. A senhora tem conhecimento disso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor vai controlar a CPI ou não vai controlar a CPI...?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A senhora tem conhecimento disso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É V. Exª quem dita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu só peço ao Senador Fernando Collor de Mello, vou reinscrevê-lo para essa última questão de V. Exª. Mas o tempo de V. Exª já extrapolou o tempo regulamentar...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Quero apenas deixar registrado que a Procuradora Lea, a Drª Lea falou em troca de favores, e eu gostaria que ela explicasse melhor que trocas de favores são essas e também da influência de órgãos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele continua inquirindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu vou...

O SR. – Presidente, e fazendo referências que...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu encerro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao próximo inscrito, Deputado Domingos Sávio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero fazer uma indagação. Foi dito aqui que a Procuradora da República teve um ofício enviado pela CPI para saber a agenda dela. A CPI?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Foi aprovado esse ofício...

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Não, não foi um ofício da CPI, não; foi um ofício do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Foi um ofício pessoal do Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pessoal do Senador.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Do Senador. Foi isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não foi a CPI. Isso não passou pela CPI.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O ofício foi pessoal do cidadão Fernando Affonso Collor de Mello à Srª Drª Lea Batista de Oliveira...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, estou com a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – E eu estou explicando a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª não está explicando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Presidente, eu gostaria que fosse obedecido o Regimento. Estou com a palavra pela ordem e tenho três minutos para falar pela ordem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques. Só um minuto, Senador Pedro Taques. V. Exª formulou uma pergunta e a pergunta foi respondida...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, não foi a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – A resposta foi dada pela Procuradora, Drª Lea de Oliveira. Não foi a CPI. Esse foi um ofício que foi expedido pelo Gabinete do Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Certo. Muito obrigado. Agora, eu gostaria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – (Fora do microfone.) Não interessa à CPI se é pessoal ou...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem de V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não é questão de ordem. É pela ordem, art. 403 do Regimento Interno, combinado com o art. 14. É pela ordem. Não é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu já tinha anunciado, antes de V. Exª pedir pela ordem, o orador inscrito, Domingos Sávio. Eu já tinha anunciado. Então, e o senhor é o próximo inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, por dez minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Procuradora da República, Drª Lea Batista, Sr. Procurador, Dr. Daniel Resende, inicialmente, eu os cumprimento pelo brilhante trabalho que, com certeza, os coloca no nível que temos a Procuradoria da República, que temos o Ministério Público em nosso País, a importância como uma das colunas de sustentação da nossa democracia e do Estado de direito. Quero, além de parabenizá-los, reiterar o sentimento de que esta CPMI sem dúvida estará empenhada em colaborar, assim como a senhora e o senhor estão colaborando e muito com as suas presenças aqui.

Verifico, de início, em razão inclusive dos últimos comentários feitos, que foram preciosas algumas informações que aqui foram trazidas dando conta de que essa operação, por várias vezes, já no passado, houve a tentativa, e o Dr. Daniel relembrou que, em 2007, quando tentou-se, inclusive com mandados de busca e apreensão, se desbaratar esse esquema criminoso que já existia e na própria denúncia formulada faz-se referência a 1999, me parece, ou alguma coisa há bem tempo atrás, há mais de uma década, foi reiterado aqui pelos senhores e pela senhora que há mais de uma década, portanto, ao contrário do que alguns querem passar a ideia... Às vezes, alguns querem, inclusive, associar com a última eleição de Governador de determinados Estados, fazendo vinculações de na-

tureza absolutamente sem propósito. Mas fica claro, quando V. Sªs trazem a importância dos vazamentos, inclusive esse vazamento ocorrido em 2007, com a suspeição grave, depois confirmada, de envolvimento da Polícia Federal, em que pese todo o respeito e os grandes serviços prestados pela Polícia Federal. Aí eu quero fazer não só fazer uma constatação, mas confirmar com o Dr. Daniel, que fez a sua observação sobre esses instrumentos estratégicos do processo investigativo, uma vez que o Ministério Público precisa, naturalmente, se valer de mecanismos para proceder à investigação todas as vezes em que é acionado, a tal ação controladora, aqui lembrada...

Pois bem. Ficou evidente que, no lapso de tempo que houve entre a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo, se essas coisas vazassem de uma forma generalizada, em nada contribuiria. E ainda assim vazaram algumas informações. Fica evidente aí a ação controladora aqui lembrada. Eu acho que pode nos levar à conclusão de que o material encaminhado à Advocacia Geral da República é dado conta de que não foi conclusivo. E aqui o delegado que aqui depôs deixou isso claro. Ele deixou claro que, ao se deparar com relações ou ligações fortuitas com autoridades de foro privilegiado, ele se sentiu impedido de aprofundar as investigações. Então, ele não tinha – ele declarou aqui, o delegado da Polícia Federal – dados suficientes e encaminhou à Advocacia-Geral. Se a Advocacia-Geral, naquele momento – de duas, uma –, se ela formaliza uma denúncia sem provas, sem dados suficientes, ou se, por outra, determina o arquivamento e a comunicação ao Supremo de que está arquivando, torna público.

Então, fica, para mim, pelo menos, evidente, embora haja uma obsessão com relação a querer imputar uma responsabilidade à Advocacia-Geral... Eu tenho uma obsessão à Procuradoria Geral, eu tenho, aí sim, uma obsessão da defesa desse instrumento basilar da democracia, não das pessoas. As pessoas, todas nós, todo ser humano é falível. Mas, nesse caso específico, eu, de forma pontual...

Dr. Daniel, se chega na sua mão algo que não está devidamente fundamentado ou qualquer outro Procurador que o senhor julga apto ou qualificado, e creio que todos o sejam, até que se prove o contrário, é razoável se propor a denúncia sem estar com provas fundamentadas? É razoável, se há a possibilidade de haver alguma coisa irregular, também mandar arquivar? O senhor acredita que, portanto, não tendo tomado providências dessa natureza, prejudicou-se, ou poderia ter contribuído, facilitado, que, aí sim, a operação que veio no futuro pudesse, de fato, apurar uma série de irregularidades? O senhor acha que a atitude de cautela do Ministério Público e da Procuradoria nesses casos é prudente?

O SR. DANIEL RESENDE SALGADO – A primeira pergunta é se é possível se fazer isso. É claramente possível. Eu já tive investigações em que precisei, realmente, eu, particularmente, sobrestar para não atrapalhar outro trabalho investigativo, como também para se utilizar estrategicamente daqueles dados em outro trabalho que estava sendo desenvolvido. E foi essencial ter sido sobrestado esse trabalho para o sucesso da Operação Monte Carlo. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeito.

Eu queria, agora, pedir a V. Exª que nos ajude também a fazer uma reflexão no tempo. V. Sª manifestou aqui, lembrando que em 2007 o senhor já presidia uma ação investigativa e conseguiu mandados de busca e apreensão. E naquela ocasião chegou à conclusão de que houve vazamento, porque chegou lá e não havia mais nada, e chegou a mencionar à própria direção da Polícia Federal de que havia suspeição de que esse vazamento pudesse dali ter partido.

Nós estamos falando de 2007. E na sua referência a toda essa organização criminosa o senhor disse, na propositura da ação propriamente, da denúncia, fez referência a mais de uma década. E aqui hoje lembrou mais de uma década.

Portanto, existem servidores públicos sim com prova técnica, porque foram denunciados pelo senhor, pela senhora. Portanto, servidores públicos federais, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Estadual, Polícia Militar, não é? Rodoviária Federal.

Agora, verifica-se inclusive, pelos objetos que foram resultado da busca e apreensão, envolvimento de prefeitos. Aqui já veio um prefeito, o prefeito do PT lá da cidade de Palmas.

Pois bem, isso foi num lapso de tempo de mais de uma década, certo? Nós vivemos, felizmente, num País democrático, em que há alternância de poder, há alternância de governantes. Portanto, mais de um governo se passou.

Os senhores perceberam, em algum momento, e aí eu coloco isso de uma forma bem suprapartidária, porque eu vejo esse respeito do Ministério Público e é sua independência prevista constitucionalmente nesse aspecto de natureza partidária ou política.

Mas é importante que tenhamos essa clareza aqui. Há, em algum momento, algum indício de que a organização criminosa esteja associada à gestão política ou a um grupo político neste ou aquele Estado? De que ela se deu num lapso de tempo específico em que um grupo político governava este ou aquele Esta-

do? E aí nós temos Estados governados pelo PSDB, pelo PT. Essa minha pergunta é porque eu acho que nós temos que aprofundar sim sobre os criminosos, indiferente da questão partidária, mas é preciso que isso fique claro. Porque eu já cheguei a ouvir aqui de um parlamentar, por sinal na última reunião, que agora, num Estado recente, que a organização tomou conta de um governo do Estado.

Esse tipo de afirmativa feita, no meu entendimento, sem nenhuma contribuição para o objetivo final desta CPI, pelo contrário, colocando-a em descrédito perante a opinião pública, pela natureza de embate político-partidário, ou de perseguição.

Então eu volto a minha pergunta: o senhor viu, em tudo o que investigou, alguma associação – servidores já ficou evidente, federais, estaduais, etc. –, mas uma associação que o senhor possa dizer: Olha, essa organização criminosa está associada a um grupo político de mandato específico ou no exercício de mandato.

O senhor sentiu isso ou percebeu?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O trabalho que nós desenvolvemos... Como eu já falei aqui, a gente teve um foco específico. Na realidade, era uma espécie de trabalho até mesmo de contra inteligência, no sentido de que foi todo focado para aquela organização criminosa que atuava na cooptação de policiais civis, militares e federais. E essa cooptação se dava durante todo esse período em que foi feita a investigação. Por quê? Porque haveria... Como essa atividade era uma atividade mais ou menos ostensiva, haveria necessidade de se escudar esse tipo de atividade, de se proteger esse tipo de atividade através da força do Estado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Indiferente de quem era o governante da época.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É. Pegando...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Policial de carreira, civil, militar, federal.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente, policial militar, civil e federal.

O nosso foco foi exatamente esse. Nós não tivemos qualquer análise ou qualquer ato de investigação contra qualquer tipo de viés político desse grupo criminoso, se é que existe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só uma última consideração, Presidente, rapidamente. É porque foi dito algo aqui para mim muito forte, pela Drª Lea e pelo Dr. Daniel,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª também está encerrado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Trinta segundos. Eu até anotei. Se tiver me fugido uma ou outra vírgula, a Drª Lea sintetizou assim: enquanto não conseguirmos sufocar a parte financeira da organização criminosa, ela continua viva e operando, indiferente do chefe estar preso.

Foi basicamente isso que a senhora disse. E eu vejo que nós já temos, Drª Lea, e a nossa bancada do PSDB, naturalmente, o relator, que já dispõe também de várias informações já citou isso, temos informações, de seis empresas já quebramos o sigilo. Hoje foi lembrado, é preciso quebrar de pelo menos mais outras 12 empresas-fantasmas! Ficou comprovado aqui! Veio aqui aquela que é dita como dona, mas é uma infeliz de uma senhora que foi usada, virou vítima. Uma senhora que foi usada pela organização criminosa com uma empresa fantasma, Alberto & Pantoja. Só essa recebeu R$30 milhões da Delta!

Então, eu quero não só colocar isso para a senhora e para o Dr. Daniel, como já fazer um apelo: que o Ministério Público inicie imediatamente uma operação específica em cima do crime organizado nesse tipo de empreiteira e suas empresas-fantasmas! Isso é fundamental para matar esse braço financeiro dessa organização criminosa, empresa Delta e companhia, desviando dinheiro público em associação com o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª já está esgotado.

Gostaria de saber se V. Sªs gostariam de responder algumas das questões. (*Pausa*.)

Não.

Então, eu passo agora a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques, por permuta com a Deputada Íris de Araújo e, consequentemente, com permuta com o Deputado Miro Teixeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só gostaria de lembrar que a Lei Complementar 75/93 diz que procuradores da República têm o mesmo adjetivo de tratamento de magistrados. Portanto, eles têm de ser chamados de Vossa Excelência. E nenhum parlamentar pode deixar de cumprir a lei. Alguns até o fazem.

Vou começar a dizer, Sr. Presidente, que existe uma inversão de valores na República Federativa do Brasil: enquanto procuradores da República, policiais federais investigam uma organização criminosa que ameaça agentes do Estado, Senadores oficiam diretamente a membros do Ministério Público para investigar agenda de membros do Ministério Público. Onde está escrito isso na lei, Sr. Presidente? Ou aqui ninguém cumpre a lei?

Isto aqui é uma inversão total de valores. Os criminosos estão se tornando heróis. Os criminosos

estão substituindo a ação do Estado. Não existe lei neste País que proíba membro do Ministério Público de dar entrevista. Aliás, existe uma lei, a Lei 8.429/92, cujo projeto foi apresentado pelo ex-Presidente da República Fernando Collor, que diz, em seu art. 11, que servidores públicos têm a obrigação de dar satisfação ao cidadão do que estão a fazer. Está na Lei 8.429/92, art. 11!

Outro detalhe, Sr. Presidente: a Lei Complementar 75/93, nos seus arts. 47 e 66, determinam ao Procurador-Geral da República que faça a designação de sub-procuradores gerais para oficiar perante o Supremo Tribunal Federal e o STJ. Portanto, a designação da Drª Cláudia não foi uma designação porque ela é esposa do Procurador-Geral da República. Aliás, ela é procuradora antes de ser esposa do Procurador-Geral da República.

Aqui nós temos uma inversão de valores: enquanto criminosos, inclusive parlamentares, precisam ser investigados, nós estamos investigando membros do Ministério Público.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de mais uma vez ressaltar a importância da Instituição. Ressaltar a confiança na Instituição e nos dois procuradores que aqui se encontram, que expõem sua vida a risco de morte para exercerem suas atribuições constitucionais. Eles, policiais federais e magistrados do Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar aos convidados aqui, a eles que vieram colaborar com a CPI, nos termos da Lei 1.579/52: as instituições financeiras, ao não remeterem informações ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à CPI, qual é o prejuízo que isso traz para as investigações?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Excelência, as investigações que teriam uma celeridade acabam atrasando. E nós temos também a possibilidade de perdermos inclusive o sequestro dos bens – isso no mínimo – que foi determinado judicialmente, porque nós temos prazo para oferecimento da peça acusatória, para podermos manter esse sequestro. Então, no meu entendimento, o prejuízo é imensurável em face da necessidade que temos realmente de ter uma atuação célere nesse caso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor e a Drª Lea fizeram referência à questão de reuniões dentro da empresa Delta, lá em Goiás. Outros membros da diretoria da Delta, os nomes, surgiram na investigação que V. Exªs fizeram a partir da remessa de material ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de onde surgiu a Operação Saint Michel?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Excelência, como a gente colocou aqui no início, nós não desenvolvemos de forma aprofundada qualquer tipo de investigação dentro da seara empresarial do grupo criminoso. O nosso foco foi realmente o trabalho de desarticulação do grupo no que dizia respeito a setores da segurança pública do Estado e a alguns membros da Polícia Federal.

Então, as únicas informações que nós temos ainda estão em material bruto. Nós ainda não conseguimos desenvolver qualquer tipo de análise. E, durante esse período, esses seis meses, nós nos voltamos exclusivamente para a ação penal e para tentar inclusive fazer um trabalho junto às demais instâncias do Ministério Público Federal, buscando-se manter a higidez os elementos que tínhamos, dos elementos de provas, das provas que tínhamos recolhido. Então, durante todo esse período, ficamos focados exclusivamente na ação penal desmembrada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ok. A Lei nº 9.034, de 1995, no seu art. 2º, fala da ação controlada. Essa ação controlada só significa ato volitivo ativo ou pode significar também uma falta de ação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Um passivo também. Passivo. Tem qualquer tipo. E outra: se levantou a questão de autorização judicial, não há necessidade inclusive de autorização judicial para ação controlada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Procurador-Geral da República pode fazer o juízo de valor a respeito da ação controlada?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Deve fazer, é atribuição dele.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor poderia dar um exemplo de ação controlada em se tratando de tráfico de entorpecentes?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É a questão referente à apreensão, a apreensão inclusive dos entorpecentes. Você deixar o entorpecente passar de fronteira, por exemplo, para que se possa consumar um delito de tráfico internacional.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso é normal na investigação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Normal. Normabilíssimo, inclusive aquilo que a gente colocou no início: para o enfrentamento das organizações criminosas, temos que utilizar determinadas técnicas de investigação que são necessárias para desarticulá-las. Não adianta a gente pensar o processo penal como a gente pensa com o enfrentamento ao solitário social. As organizações criminosas precisam ser desarticuladas a partir de técnicas especiais de investigação. Uma dessas técnicas inclusive é a ação controlada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. O senhor fez referência à estratégias de investigação. Eu gostaria que o senhor ou a Drª Lea pudesse falar um

pouco sobre isso e quem é o senhor dessa estratégia onde se encontra o fundamento constitucional e legal.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para registrar em relação à ação controlada, na própria Operação Monte Carlo foi utilizada a técnica de ação controlada. Em alguns momentos, a autoridade policial deixou de atuar para não prejudicar o andamento das investigações. Então, em alguns momentos, eles deixaram de fechar casas ilegais de jogos para não prejudicar a nossa investigação.

Agora, em relação a quem decide, é o membro do Ministério Público, que é o *dominus litis*, o autor da ação penal.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso o Ministério Público faz porque ele quer ou porque está na Constituição ou na lei?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Está na Constituição e na lei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ok.

Sr. Presidente, quero expressar aos dois Procuradores da República, em meu nome, do partido que lidero nesta CPI, no Senado, e do Deputado Miro Teixeira, do PDT, que é Líder do PDT nesta CPI, em razão de seu conhecimento, também o apoio incondicional do Deputado Miro Teixeira à ação dos Procuradores da República. Nós não podemos transformar esta CPI num coito de criminosos. Não podemos transformar esta CPI em uma súcia para defender criminosos e nós não podemos transformar esta CPI numa CPI para investigar o Ministério Público, porque não existem elementos nesta CPI que dão conta de membros do Ministério Público cometendo ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, só quero dizer que o apoio ao Ministério Público é dado também por esta CPI, quando a Procuradora e o Procurador tiveram, foram ameaçados, tomamos providências a partir daqui a um respeito a essa instituição...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Aliás, o pedido foi meu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E nós dialogamos naquele dia do pedido, eu que iniciei o pedido, evidentemente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, eu o escrevi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e o senhor subscreveu, e igualmente nós queremos aqui desarticular essa organização criminosa. Acho que é o intuito de todos os Srs. Parlamentares, e também o de aperfeiçoar a legislação brasileira para que essas organizações não tenham tranquilidade para se desenvolver, que elas possam ser desarticuladas a todo o momento em que pretenderem trabalhar nessa direção. Então, quero só reforçar esse aspecto, que é o objetivo desta CPI.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, ainda me restava 1 minuto.

Eu gostaria de dar conta à CPI de que apresento hoje um projeto de lei complementar para alterar o art. 105... Desculpe, alterar o art. 3º da Lei Complementar 105, de 2001, ofertando responsabilidade às instituições financeiras por falta de prestarem informações ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e às Comissões Parlamentares de Inquérito. Nós temos notado isto, que as instituições financeiras não ofertam as informações, não fornecem as informações bancárias no tempo aprazado pelo juiz, pelos membros do Ministério Público e pela CPI, inclusive estabelecendo aqui a referência ao tipo penal de desobediência que se encontra no Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu creio que a própria conclusão da CPI poderia indicar o apoio a esse projeto de tamanha importância.

Passo agora ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bom, eu gostaria de perguntar: ao longo de toda a investigação que os dois Procuradores fizeram – e também, em nome dos democratas, eu quero cumprimentá-los pelo extraordinário trabalho que fizeram –, quanto o senhor e a senhora estimam que a quadrilha, na área de jogos, compreendendo aí bicho e vídeo loterias, as máquinas, quanto eles faturavam no Estado de Goiás, por exemplo, que era onde vocês atuavam de maneira mais direta, V. Exªs?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É, a movimentação financeira do grupo era imensa, né? Pelo conhecimento que nós temos, tinham uma movimentação financeira muito grande. Foram feitos alguns levantamentos em que se concluiu que, durante um determinado período, algumas casas de jogos localizadas em determinadas unidades, em determinados Municípios chegavam a conseguir amealhar aí mais de R$3 milhões.

Com os trabalhos que foram feitos, por exemplo, com apreensão desses equipamentos, a gente verificou que o prejuízo também era imenso; chegou a ser cogitado prejuízo, a partir da apreensão dessas máquinas, de mais de R$200 mil.

Então, é por isso que, inclusive, eles viam essa questão da cooptação dos agentes do Estado como uma forma de investimento. Era muito mais interessante para o grupo pagar a esses agentes do Estado a terem essas perdas patrimoniais que eles poderiam suportar num caso de uma atuação por parte das agências formais de controle.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A pergunta é objetiva: o Ministério Público estima que durante 1 ano a quadrilha movimentava, nessas duas atividades, 10, 50, 60, 100, 150 milhões? Qual é uma estimativa? Por exemplo, se as lojas mais bem localizadas aqui – o Deputado Matheus também fez uma conta parecida com a que V. Exª faz – na faixa aí de algo entre 1 milhão de faturamento mensal até 3, dependendo da localização do – entre aspas – "cassino"...

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Creio que seria realmente por aí, né? Mais ou menos esses valores mesmo. Nós conseguimos, com a apreensão dos bens, com o sequestro dos bens, segundo a análise que foi feita inclusive pela Polícia Federal, análise recente, verificamos que o patrimônio que foi... o patrimônio que nós conseguimos alcançar seria na faixa de 167 milhões, né?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu chamo a atenção para isso porque a organização era tão sofisticada que ela tinha uma face aparentemente legal das atividades do seu líder, que estavam voltadas, por exemplo, para o mercado de medicamentos. Então, ali tinha um estofo, vamos dizer assim, operacional para dar imagem à condição social ostentada pelo líder; tinha lá máquinas e o jogo do bicho, que é a origem, como forma de, vamos dizer assim, sustentação e operação; e havia outro ramo que começava a ganhar corpo, que era o da construção civil, onde nós supomos – e acho que também se supõe isso na investigação – que tenhamos as empresas misturando construção efetiva com lavagem de dinheiro. E nos damos conta de o quanto era audaciosa a inclinação que foi feita, ou a mudança de rumo, ou a ação direta, na audácia da organização criminosa, quando ela faz associação com o Sr. Fernando Cavendish e a Delta, porque ela vai entrar num ramo – e, por tudo que entendi, não foi investigado – muitas vezes maior que o mercado que ela operava, porque, depois que se montou o cassino da Caixa Federal, o jogo do bicho virou uma coisa desimportante no Brasil. E a maioria absoluta dos bicheiros tradicionais ou migrou para o jogo ou migrou para máquina ou migrou para droga. Não tinham saída de sobrevivência aquelas organizações do passado que faziam o jogo do bicho. Mas, mesmo se tomarmos a máquina, nós vamos ver que o Carlinhos Cachoeira encontrou na associação com a Delta um mercado muito mais efetivo. E ele, ou a sua organização, que já tinha um *know-how*, já tinha uma expertise em compra de agente público para proteger uma atividade criminosa, ampliou essa expertise para a compra de espaço para acessar dinheiro público num país que, nos últimos anos, fez inúmeras obras públicas de grande vulto, até porque se recuperou economicamente e viveu um surto econômico positivo.

Então, quero fazer duas perguntas. Primeiro, qual era a relação que existia, na visão do senhor e da senhora, entre os diversos ramos em que eles atuavam, se essa leitura que faço é razoável? Segundo, como ela se conectava? A pergunta é: vocês não avançaram na investigação dessa conexão na área pública, na obtenção de obras públicas que lá ocorreu ou que temos suspeitas de que ocorreu em Goiás, que ocorreu aqui, no Distrito Federal, que ocorre no Rio de Janeiro, que ocorre em São Paulo, que ocorreu no Ceará, onde houve a Operação Mão Dupla, em que claramente ficou evidenciado esse conluio entre a organização do Dnit de lá com a Delta, desvio de dinheiro público. E vamos ter que bater lá no Ceará também com essa Operação Mão Dupla. A pergunta é: o Carlinhos Cachoeira articulava a maior máfia brasileira e, aí, começava a fazer um processo predador em cima dos Governos Estaduais e Federal? É razoável se pensar dessa forma, como uma evolução da expertise original da quadrilha?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, o que nós podemos afirmar é que os métodos que foram utilizados pelo grupo criminoso para a atividade espúria, para a atividade ilícita migram para a atividade lícita. E isso gera também a cartelização do mercado lícito. Essa literatura traz para nós isso. Isso aconteceu, inclusive, na Itália. Você via muitos mafiosos ligados à construção civil, mas utilizavam os métodos mafiosos para cartelizar o mercado também. E começamos a ver isso sim. Não conseguimos avançar muito, mas começamos a ver sim. Você vê uma movimentação financeira das contas do Geovani Pereira da Silva, que era o maior contador, para algumas empresas de construção civil ligadas ao grupo criminoso e para algumas empresas também de medicamentos. Você vê essa movimentação claramente. Não conseguimos aprofundar. Então, há suspeita, sim, inclusive, de migração para essas atividades lícitas com dinheiro ilícito. E o mais importante a ressaltar é que esse dinheiro é captado do mercado ilícito e não é devolvido para o mercado ilícito; diferente de empresas corretas, que captam do mercado lícito o dinheiro, os recursos financeiros. Então, temos, por exemplo, casos de cheques, como eu coloquei aqui no ínicio, que foram para essa empresa de *factoring*. A empresa de *factoring*, depois de receber os seus 6%, encaminhava para uma empresa, que era uma empresa de construção civil, para depois serem distribuídos entre os membros da organização ou serem reinvestidos na atividade ilícita, porque a cooptação de agentes era vista como investimento.

Então, Excelência, eu não vejo qualquer absurdo nisso que foi colocado, não. Acho que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como o meu tempo está caminhando para o final, eu só queira colocar mais um raciocínio, porque a gente vem construindo isso ao longo da investigação, com os dados que nós temos. Era muito importante, vamos dizer assim, obter a leitura dos senhores em relação a isso que nós estamos vendo aqui.

Há algumas empresas aqui que eu queria só citar o nome para ver se, eventualmente, no âmbito da investigação, elas apareceram ou não. Mas, antes disso ainda, pergunto o seguinte: é razoável supor que a aproximação entre Carlinhos Cachoeira e o Diretor da Delta – e depois a evolução na Delta – se dá para o pagamento de propina por conta de o dinheiro obtido pela organização criminosa não ter marca? Então, ele pode ser transferido para qualquer lugar. Depois, a organização da Brava, a da Alberto & Pantoja e as outras recebem o dinheiro – abre aspas – "aparentemente lícito" numa eventual prestação de serviço. E eu me dei conta também de que há empresas de terraplenagem, o que é muito fácil de ocultar, porque, em terraplenagem, se mexe em x tonelada de terra, mas ninguém está lá e não há como medir. Então, o raciocínio sobre a origem do encontro dos interesses ou dos "interésses", numa homenagem ao Deputado Miro, como dizia o Leonel Brizola, não foi exatamente este: arrumar um dinheiro sem marca para poder comprar caminhos de favorecimento?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Como eu disse, essa questão a gente não evoluiu. Então, seria até um pouco arriscado falar em qualquer tipo de suspeita nesse sentido.

Mas há algumas coisas objetivas que foram passadas agora para os senhores, como essa questão dos cheques. Houve uma questão interessante referente à aquisição de uma fazenda junto com o Sr. Gleibe. Na aquisição dessa fazenda, foram utilizados métodos próprios que eles utilizavam para escudar a prática, que era a tentativa de cooptação de alguns agentes públicos de setores determinados da Administração Pública para agilizar ou conseguir algum tipo de benefício quanto à aquisição desse imóvel. Então, esses métodos realmente são transferidos para outra atividade numa busca também de cartelização do mercado, pelo menos dentro da nossa leitura, deixando claro que se trata de uma leitura superficial que nós fazemos, sem aprofundamento da investigação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Claro, claro. Mas ela é coincidente com os elementos que nós recebemos aqui. Por isso, está sendo muito útil...

Só para concluir, vou ler aqui o nome das empresas para ver se alguma, porventura, passou aí na investigação: Instale Engenharia Civil; Mamute Transportes e Locação; Power to Ten Engenharia; S.P. Terraplanagem; Soterra Terraplenagem; Adecio & Rafael Construções; J.S.M. Engenharia e Terraplenagem; S.B. Serviços de Terraplenagem; WS Serviços de Terraplenagem; B.W. Serviços de Terraplenagem; J.R. Prestadora de Serviços.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não vou conseguir me recordar de todas elas, Excelência. Acho que... Também não me lembro. Lembro-me de algumas, só daquelas que foram consideradas realmente laranja, como a Brava, Alberto & Pantoja, J.R..

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Agradecendo ao Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Deputado Miro, dez segundos. Nós poderíamos preparar – sugiro isto ao Sr. Relator – a relação dessas empresas que nós temos conseguido identificar nessa parte em que a promotoria não conseguiu atuar para ver se há alguma conexão no trabalho anterior, porque isso nos ajudaria a seguir adiante na investigação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Penso que a Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo seu Presidente, já anunciou que imediatamente colocará à disposição os dados sigilosos, numa transferência de sigilo, desde já, para o Ministério Público.

Eu suspendo a reunião por cinco minutos.

(Suspensa às 13 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – (*Inaudível*.)... que tem direito à palavra, lembrando sempre que os Líderes falam no tempo de cinco minutos, e não podem... Nesse caso, é um convidado nosso, então, não vejo qualquer problema, mas é o tempo de cinco minutos para os Líderes.

Então, passo a palavra ao ilustre Deputado...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...Chico Alencar...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Como V. Exª vai encaminhar a questão dos inscritos em relação aos Líderes, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sobre os inscritos. O Senador Alvaro Dias está inscrito, como já falou como autor, não vou conceder-lhe a palavra, tampouco pelo fato de ele não estar aqui, no momento – nem se quisesse, poderia fazê-lo. Depois, o Deputado César Halum não está. Então, depois do Líder, virão os Deputados Vanderlei Macris, Rubens Bueno e Íris de Araújo. São os três inscritos na ordem, que tenho aqui, as inscrições assinadas por V. Exªs.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para compreender, quantos são os que vão se manifestar e, depois, o Líder. Digo, pelo seguinte, porque estou como Líder e como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Três, um. Também temos, no Regimento, aqueles que falam como Líder não falarão, só por nova inscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, perfeito, concordo. Se eu me inscrever como Líder, falo antes da inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Fala, fala. V. Exª fala porque também vou fazer um equilíbrio partidário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, inscrevo-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havia uma disputa do PSOL, que tem três Parlamentares na Casa, para ver quem seria o primeiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, inscrevo-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não é difícil resolver o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Exª pode indicar a relação dos Líderes que falarão a cada intervalo de três?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os Líderes que falarão agora são o Deputado Carlos Sampaio e, depois, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como Líder, três e um, três e um.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, fico como inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, V. Exª vai falar antes.

Bom, então...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Então, Presidente, não estou inscrito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É o Deputado Chico Alencar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, falará o Deputado Chico Alencar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, eu me increvi depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, é isso, como eu disse: primeiro, o Deputado Chico Alencar, depois, o Deputado Carlos Sampaio e, depois, o Senador Randolfe, se V. Exª me permitir equilibrar os partidos políticos, mas isso não diminui a minha admiração pelo PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acatadíssimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, colegas da CPI, dignos Procuradores, em primeiro lugar, parabéns pela conduta exemplar, que é nossa obrigação; em segundo lugar, um lamento. Às vezes, a dedicação e o zelo de alguns integrantes aqui, até em verificar o dia a dia de agentes públicos como vocês, não se dá em relação, por exemplo, à Srª Cachoeira, para ver quantas vezes a ex foi à Papuda. Isso é uma informação relevante aqui para ver os elos da organização criminosa e a sua continuação. Portanto, são procedimentos compreensíveis à luz da política e da psicanálise, que nem todos entendemos.

Há alguns elementos fundamentais que vocês trouxeram aqui. Em primeiro lugar, esta CPI se debruça sobre uma organização criminosa, sofisticada, ousada e armada, que se estrutura há mais de uma década. Em segundo lugar, ela busca capturar o Estado brasileiro com o serviço de agentes de plano municipal, estadual e federal, estado esse que vai transitando, pelo que entendi das investigações do Ministério Público, de cúmplice para sócio em muitas situações dessa organização criminosa. Isso é gravíssimo. Terceiro, e, aí, é o único elemento para o qual eu pediria uma explanação dos senhores um pouco mais detalhada. Vocês também mencionaram que há uma articulação dessa organização criminosa com meios de comunicação de massa. Como isso foi percebido? Que departamento era esse? É produção de notícias, é mera fonte? Enfim, o que conseguiram levantar em relação a isso. Quarto, a exploração ilícita de negócios lícitos com expansão nacional e internacional, e, pelo que entendi, não só através da expansão dos negócios, via Internet, mas também por ação no mercado financeiro, nas **offshores** e tal.

E, por fim, uma informação relevante: vocês informam que a organização não foi desarticulada, está ativa, inclusive nas tentativas abjetas de intimidação e no código de silêncio, a famosa *omertà* da máfia, a lealdade ao chefe.

E eu faço uma afirmação: quando o Sr. Cavendish, da Delta – que vocês tiveram ainda pouca possibilidade de investigar, mas nós temos muita possibilidade e dever –, quando busca nem sequer comparecer aqui, pedindo um **habeas corpus** à Justiça, e no mínimo vir para ficar calado, dando sequência à postura de vários membros da organização criminosa, ele está se denunciando também como partícipe desse código de silêncio. Portanto, a Delta está absolutamente vinculada, no entender do PSOL, a essa organização criminosa. Quanto mais silêncio mais gritante fica essa vinculação.

Queremos também esclarecer, porque há os pistoleiros da internet, pois, se for colocada em votação a convocação do Sr. Policarpo Junior, jornalista da revista *Veja* – que, aliás, devia, em nome do zelo à profissão, vir aqui esclarecer, afinal a Srª Cachoeira atual fez lá o suborno mencionando o nome dele... Qualquer pessoa com dignidade pundonor – não é só pudor – estaria aqui para esclarecer isso, que é terrível para o bom profissional.

Evidentemente, se for o caso da convocação, o nosso voto será a favor, agora não vamos fazer o jogo dos que querem desviar o foco. Esta não é a CPI do Ministério Público, do Sr. Roberto Gurgel nem de outra coisa senão dos esquemas Cachoeira, Delta e o seu vínculo com o Estado brasileiro, com governos. Nisso nós temos que ir fundo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terei que seguir o Regimento. Quando conceder a palavra para os líderes, eles não poderão perguntar. Então, terei que seguir o Regimento nesse dispositivo. Então, os líderes...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, só para esclarecer. Eu não pedi para perguntar. Apenas solicitei uma explanação melhor de um aspecto. Se os Procuradores quiserem fazê-lo, para o bem da CPI, será ótimo.

Não foi pergunta; foi uma solicitação. É diferente de pergunta, totalmente. O senhor entende o português.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito o ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de agradecer muito a presença do Dr. Daniel e da Drª Lea por estarem aqui conosco.

Os senhores se envolveram num processo de investigação bastante complexo, terminaram, num determinado momento, com o relatório que foi realizado. E eu queria dizer que o trabalho dos senhores merece, tanto da minha parte quanto dos demais colegas, a consideração de um exemplo do que a sociedade brasileira quer das suas autoridades.

Os senhores conseguiram enfrentar um grupo poderoso que, se continuasse, traria, com certeza, cada vez mais dificuldades e, usurpando o dinheiro público, prejuízos incomensuráveis à sociedade brasileira.

Quero, portanto, deixar aqui os meus cumprimentos pelo trabalho que os senhores realizaram – o senhor e a senhora – e dizer que é o que o Brasil espera não só do Ministério Público, mas também aqui do Parlamento, com o nosso trabalho na CPI, que tem obrigação de dar continuidade a esse processo que os senhores iniciaram.

Portanto, fica aqui a minha manifestação de solidariedade pela coragem que os senhores tiveram nesse processo.

Tenho aqui algumas questões a serem consideradas.

Sabe-se que a história da disciplina legislativa dos bingos no Brasil é repleta de idas e vindas. Em alguns momentos essa atividade foi tolerada pela ordem jurídica; em outros, totalmente proibida.

Em 2003 e 2005, durante o Governo do então Presidente Lula, esse mesmo Governo envidou esforços no sentido de apresentar a proposta para alterar a legislação relativa à exploração de jogos de azar, no entanto, escândalo envolvendo o recebimento de propina por parte do Sr. Waldomiro Diniz divulgado pela imprensa no dia 3 de fevereiro de 2005, acabou motivando a edição da medida provisória que proíbe os bingos no Brasil.

Faço este breve relato para apresentar uma questão específica: ficou claro a todos nós que o Sr. Carlos Augusto Ramos era um homem poderoso e mantinha relações políticas com diferentes agentes públicos. Também podemos acreditar que ele era diretamente interessado na regulamentação dos jogos de azar no nosso País. Daí a minha pergunta: encontraram-se indícios durante as investigações ao Sr. Carlos Cachoeira de alguma forma intercedendo em favor ou contra a regulamentação da exploração de jogos de azar no Brasil? De que forma ocorreram essas interferências? O que os senhores puderam perceber durante esse processo de investigação dos movimentos da organização criminosa na direção de viabilizar uma regulamentação dos jogos de azar no nosso País. Essa é uma primeira pergunta que eu gostaria de deixar para responderem.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa questão do braço da organização dentro da... A gente não conseguiu desenvolver qualquer trabalho nem realizar qualquer ato de investigação nesse sentido. Nós não realizamos ato de investigação nesse sentido dentro daquilo que chamamos Operação Monte Carlo. Então não houve. As investigação foram focadas só naquilo que já foi colocado aqui para os senhores.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bem, então, os senhores não viram nenhum movimento da organização nesta direção de regulamentar jogos de azar.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não. A gente não...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

Os documentos da Operação Monte Carlos que chegaram ao nosso conhecimento dão conta de que o Sr. Idalberto Matias de Araujo teria na organização do Sr. Carlos Cachoeira o papel de obter informações

sigilosas no interesse do grupo criminoso e cooptar agentes da segurança pública. V. Exªs poderiam nos dar mais detalhes sobre qual era efetivamente a função do Sr. Idalberto Matias de Araujo na organização criminosa, especialmente essa investigada na Operação Monte Carlos, e desde quando ele fazia parte desse grupo ou também se prestava serviços.

Essa pergunta nos parece especialmente oportuna porque sabemos que não é a primeira vez que o Sr. Idalberto Matias surge nas páginas políticas e policiais. Tivemos outras operações – tive o prazer de fazer parte em outra CPI, a da Operação Satiagraha – em que o Sr. Matias – e outros casos que vêm desde a época da investigação do mensalão – teve participação de alguma forma nesse processo. Então eu gostaria de saber de V. Exªs qual é o papel efetivo do Sr. Idalberto Matias nesse processo.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A função do Sr. Idalberto na organização criminosa é essa que o senhor já falou. Ele era responsável pelo repasse de informações sigilosas ao chefe da organização, visando impedir atuações às casas de jogos. Ele era realmente um informante que gozava de extrema confiança do Carlos Cachoeira porque ele tinha acesso a várias autoridades. Então, no que Idalberto falava, Carlos Augusto de Almeida Ramos confiava, sabia que poderiam ser informações seguras. Então, este era o papel do Sr. Idalberto na organização criminosa, repasse de informações sigilosas. Mas também tem alguns eventos ligados a corrupção.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Drª Lea, a senhora tem conhecimento da investigação desde quando ele atuava com o Sr. Carlos Augusto Cachoeira?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, eu sei que ele atuou nessa desde o início da Operação Monte Carlo. Agora, essa participação anterior eu não posso informar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Existia um acervo de gravações nas apreensões da Polícia Federal. Os senhores tiveram conhecimento dessas gravações feitas pelo Sr. Idalberto?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Não tivemos conhecimento.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só para complementar, ele recebia do grupo criminoso, mensalmente, um valor de R$5 mil. Isso se encontra na contabilidade que foi acessada e era controlada via ??. Ele era responsável também pela cooptação de agentes, e outra coisa que ele fazia era organizar determinados trabalhos policiais para fechamento de casas de potenciais concorrentes do grupo criminoso. Então, houve um evento, dentro desse trabalho que foi feito, de um determinado bingo que foi fechado, sob a coordenação, também, ou sob a participação do Sr. Idalberto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu tenho outra pergunta aqui. Em depoimento nesta Comissão, o Dr. Matheus Mela Rodrigues, delegado, questionado sobre as relações mantidas com o Sr. Carlos Augusto Ramos e o jornalista Policarpo Júnior, afirmou, peremptoriamente, que Policarpo não participou nem participou de crimes investigados pela Operação Monte Carlo. As relações entre ambos seriam apenas de jornalista e fonte ou V. Exª poderia nos informar se houve alguma imputação criminal contra esse jornalista? Isso é real? Houve ou não houve?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – As investigações indicam... alguns áudios indicam proximidade do chefe da organização, alguns contatos do chefe da organização e o jornalista. Entretanto, não foi possível imputar nenhuma prática criminosa ao jornalista, razão pela qual ele sequer foi denunciado como membro da organização criminosa. E, como esses contatos do chefe da organização com o jornalista seriam contatos políticos, não foi também aprofundado esse relacionamento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ou seja, a mesma opinião do delegado que esteve aqui na Comissão.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: houve aí, de parte da Drª Lea – quando a senhora falou, Drª Lea –, uma revelação de que era uma verdadeira máfia, ou seja, um grupo profissionalizado, estável e habitual, entranhada no seio do Estado, e também uma organização armada, sofisticada e complexa, como a senhora disse. O principal movimento foi o código de silêncio, um parâmetro mafioso, conforme V. Exª acabou dizendo que é de hierarquia, divisão de trabalho etc. etc. E a senhora fala que empresas-laranja ocultavam valores.

O trabalho de investigação desta CPI em relação à organização criminosa Carlos Cachoeira, em minha opinião, já está se esgotando, porque o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, já conseguiu praticamente fechar o cerco desse processo da organização criminosa Carlos Cachoeira. Eu tenho dito aqui que o Sr. Carlos Cachoeira é um peixe miúdo perto de uma organização maior, a holding chamada Delta.

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nós temos aqui, Drª Lea e Sr. Daniel – só para concluir, Sr. Presidente, meus dois minutos a mais –, que a *holding* Delta, na verdade, já tem R$413 milhões, detec-

tados pela nossa assessoria da bancada do PSDB, em empresas-laranja. E uma questão até mais envolvente, quer dizer, havia uma simbiose entre o grupo Cachoeira e Delta. E a Delta, na verdade, era a grande fornecedora de interesses, de propinas, de bancar campanhas políticas etc. etc. Basta ver o ano de 2010, quanto temos aqui dados que mostram, mês a mês, no primeiro semestre a faixa, uma média de R$6 milhões, mês a mês, repasses para empresas de fachada. E, no segundo semestre, a média de 13 milhões, quase 100% a mais. Isso mostra claramente que a empresa Delta era realmente, através das empresas-laranja, a grande, vamos dizer assim, fornecedora de verbas para a corrupção.

Então, eu queria saber, para terminar: os senhores acham importante fiscalizar e aprofundar as investigações do braço financeiro da organização criminosa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O desafio do Ministério Público, e acho que da Comissão Parlamentar de Inquérito, agora, é identificar essa questão patrimonial da organização criminosa, para que possamos sufocá-la, e investigar possíveis fraudes à licitação. Conforme já informamos aqui, esta investigação "fraude à licitação" ainda não foi iniciada. Existe um material bruto. Mas, realmente, é o grande desafio agora do Ministério Público Federal, que tem o dever de agir, e acho que da Comissão parlamentar de Inquérito também.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Os senhores agirão por provocação ou já iniciaram ou iniciarão esse processo de investigação sobre esse braço financeiro da organização criminosa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Sobre esse braço financeiro, ainda não foi iniciada nenhuma investigação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A CPI poderia tomar essa iniciativa.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – É. O Ministério Público é o destinatário do trabalho final da CPI.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O.k. Muito obrigado, Drª Lea e Dr. Daniel pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vanderlei Macris. Eu estou fazendo aqui um exercício de concisão com V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu vou procurar concluir nos dez minutos.

Passo, agora, para o próximo inscrito, o ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, procuradores convidados, sempre vejo aqui algumas manifestações de caráter pessoal em busca de uma vendeta ou coisa parecida.

Nós estamos aqui como parlamentares delegados por mandatos populares e, evidentemente, cumprindo com o nosso dever. Da mesma forma, cabe ao Ministério Público cumprir com o seu dever. Acho extremamente fora de contexto quando alguém vem aqui e encaminha uma série de elogios. Claro que cada um tem o direito de fazer o que quiser e também ser punido se ultrapassar aquilo que a lei determina. Mas o fundamental é que o Ministério Público cumpre com o seu dever.

Agora, a qualquer tentativa de intimidação do Ministério Público nós temos que reagir. Esse é do nosso papel de fazer com que a República seja respeitada pelos brasileiros, que assim decidiram já desde a Assembleia Nacional Constituinte realizada e promulgada em dezembro de 1988.

O que chama a atenção é que, quando vem um Parlamentar aqui para, sempre na mesma linha, tentar agredir a imprensa e, com isso, atentar contra a democracia, aqui agredir o Procurador-Geral da República e, com isso, atentar contra a República, temos que estar presentes aqui para fazer a defesa do País como um todo e, claro, da democracia, que é algo muito caro para todos nós.

Mas o que chama a atenção é que eu, por exemplo, como brasileiro, fora o mandato de Deputado, sinto-me muito orgulhoso de ter o Ministério Público Federal do Brasil, a começar do Procurador-Geral da República e do trabalho que cada um desempenha cumprindo com o seu dever.

Eu queria deixar registrado e também começar aqui a fazer alguns questionamentos que acho que seria interessante para o meu conhecimento e para o trabalho que o Relator, a Mesa, todos nós estamos aqui acompanhando desde o primeiro dia.

Essa organização criminosa que foi falada, alguém falou: olha, uma década, quase duas décadas ou mais que vem atuando nessa região... E esse trabalho está apresentado já, pelas informações que o Ministério Público, a coleta que a Polícia Federal tem feito ao longo desse tempo.

E haveria da parte de ambos alguma informação ou pelo menos algo que pudesse levar a dizer que é possível que o que aconteceu aqui esteja acontecendo em outros Estados, em outras regiões do País – lembrando Mato Grosso, lembrando Espírito Santo e lembrando tantas regiões do País que já foram detectadas organizações criminosas como esta, organização com um caráter empresarial e perigosamente armada?

Teria alguma informação ou pelo menos deduziriam que é possível que esteja acontecendo em outras regiões do País?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Dentro do trabalho que a gente desenvolveu, não apareceu nada nesse sentido. A gente centrou esse trabalho em Goiás mesmo. Mas houve já outros trabalhos que foram desenvolvidos para a desarticulação de grupos criminosos semelhantes. Em Mato Grosso, como foi bem colocado pelo senhor, foi feito um trabalho de desarticulação de um grupo que também estava entranhado no seio do Estado; no Rio de Janeiro, recentemente saiu a sentença também de um trabalho parecido, onde se envolvia também a questão de jogos; Espírito Santo, também. Então, já houve trabalhos que foram desenvolvidos para desarticulação de grupos criminosos semelhantes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Sr. Geovani Pereira da Silva, está foragido?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foragido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguma informação, alguma procura pelo advogado, possível delação premiada? Alguma informação a respeito disso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, a gente algumas informações realmente, a gente recebeu algumas informações, mas nada que veio a se confirmar, onde ele estava. Mas está sendo feito um trabalho na tentativa de localizá-lo sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E é bom lembrar que o Sr. Geovani é o grande operador financeiro. E o que chama a atenção é que ele recebia esse dinheiro da Delta, e a Delta continua sendo blindada aqui, num processo de deixa para lá, que isso aí incomoda muito, pode chegar a algo muito mais grave, não é? E como ele era o grande operador da Delta, e aí há, inclusive, informações claras a respeito de repasse a políticos, a partidos.

Então, eu gostaria de saber se, na opinião do senhor, da senhora, o Sr. Geovani é um arquivo vivo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, não sei se dá para a gente afirmar que ele seria um arquivo, mas o que dá para afirmar é que tinha ou tem a memória financeira do grupo. Ele era uma pessoa que, inclusive, sabia dizer de cor se aquele determinado valor já teria sido repassado. Então, ele tinha a possibilidade de ter um conhecimento, ele tinha um conhecimento muito grande da área financeira do grupo criminoso. Era uma pessoa, inclusive, que era responsável por disponibilizar determinados valores para serem pagos a policiais cooptados. Então, é a pessoa que, na nossa leitura, é a mente financeira do grupo criminoso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu percebi que o senhor falou, eu percebi na sua colocação que a tentativa de localizá-lo continua.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está sendo trabalhado isso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Está sendo trabalhado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A Drª Procuradora Lea falou do seu carro marcado. Como é o carro marcado, doutora, eu não entendi.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A equipe de segurança me informou, na semana da audiência de instrução e julgamento, que eles encontraram no carro que estava sendo utilizado para a minha condução uma marcação e uma marcação típica de... Eles marcaram o meu carro.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Com *spray*.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Com *spray*. Não foi assim um risco, foi uma marcação mesmo. Foi isso que aconteceu.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só para contextualizar. Existiam dois veículos para fazer a escolta: um veículo levava a Drª Lea, e o outro veículo levava o pessoal da segurança também, parte do pessoal da segurança. E o veículo que possivelmente era aquele que levava a Drª Lea foi marcado de *spray*, para identificar que era aquele veículo que a conduzia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora teria pensado – o senhor também, claro – num possível atentado?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim, essa é que foi a leitura. Essa foi a leitura.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Olha, doutor e doutora, eu fico muito preocupado aqui quando alguém pessoalmente faz um ofício querendo saber da sua agenda. Fico muito preocupado. Eu continuo sempre dizendo que tenho medo desse tipo de atividade na política brasileira, uma atividade paralela. E eu fico muito preocupado quando alguém faz um ofício para a senhora, procura saber da sua agenda e depois o seu carro é marcado por *spray* na possibilidade de uma tentativa...

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – E essa marcação ocorreu na semana da audiência de instrução e julgamento. E, anteriormente, a equipe já tinha sido abordada por policiais militares na porta do meu edifício.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem sabe tenhamos que fazer aí uma investigação e saber também da possibilidade desse atentado e dessa busca da sua agenda.

Eu vi que a senhora e o senhor também responderam, logo no início, ao nosso Relator, quando se colocou ali que a senhora e o senhor tinham preocupação de que muito daquilo que era requisitado não estava sendo respondido no seu tempo e com isso atrasando os trabalhos, postergando etc.

É a velha tratativa, no mundo jurídico ou não, no mundo criminal ou não, de que empurrar com a barriga faz bem para o criminoso. No tempo, isso pode cair no esquecimento etc.

Então, eu gostaria de pedir ao Presidente, ao Relator e à Mesa que nós da CPI deliberássemos a entrega de todo o material e documento necessário, para compartilhar, usando as palavras do nosso Relator, as informações que nós temos para o Ministério Público Federal. Por que isso? Porque ao final tanto a AGU pode ser acionada em dinheiro público desviado como também entregar aquelas denúncias, acusações, aquilo que foi investigado ao Ministério Público para possível denúncia ao Poder Judiciário.

Diante disso, então, Sr. Presidente, deixo aqui os meus agradecimentos, elencando esse fato, e, além de elencar esse fato, também quais as medidas que a CPI vai propor para que isso não volte a acontecer.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer, ilustre Deputado, que o Presidente Vital do Rêgo Filho já decidiu assim, igualmente o Relator, e há também uma condição que dá ao Ministério Público a prerrogativa de acompanhar os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, o Presidente e o Relator já decidiram por compartilhar principalmente quebra de sigilo bancário. Parece-me que todas as quebras já estão aqui, e agora as compartilharemos com os procuradores

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A partir de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A partir de hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, se me permite. Para ficar claro que, para a manutenção do sequestro dos bens, desses R$165 milhões ou R$167 milhões que foram sequestrados quando da deflagração da operação, para que esse patrimônio continue sequestrado, a celeridade na investigação é essencial. Por isso, o acompanhamento do Ministério Público é muito importante para a gente segurar esse patrimônio da organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora à Deputada Iris de Araújo, ilustre Deputada Iris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, é evidente, que, como goiana, eu gostaria de enaltecer de maneira especial o trabalho que V. Exªs, com elevado espírito patriótico, prestaram e estão prestando ao Estado de Goiás. Então, eu quero fazer esse reconhecimento aqui de publico, porque eu tenho absoluta consciência do alcance e da dimensão que essas investigações lideradas por V. Exªs podem representar para um Estado que, eu devo dizer, está traumatizado.

Aqui dentro nós temos parlamentares de vários Estados, todos eles empenhados, e muito, para que nós cheguemos a uma conclusão que dê uma resposta eu não digo a Goiás, à Nação do que está acontecendo em relação a esse crime organizado entranhado de maneira muito forte por meio de agentes públicos, em governos estaduais. Não há como negar.

Eu ouvi atentamente várias perguntas que foram feitas aqui pelos nobres Pares e praticamente quase todas, e o esclarecimento que V. Exªs aqui fizeram já praticamente respondeu a muitas delas.

Mas uma me deixa... Eu estou aqui preocupada com isso desde o acontecimento principalmente, Drª Léa... Quando o Sr. Carlos Cachoeira esteve aqui neste recinto, ele invocou o direito dele, constitucional, de não responder e não respondeu. Estava aqui também presente a sua esposa Andressa. Eu fiquei muito assim preocupada quando, em Goiás, na audiência, houve aquele momento que provocou inclusive indignação, tenho certeza, até porque ouvi a entrevista de V. Exª dizendo que essa quadrilha não estava e não está desarticulada – é preciso que as investigações não só da CPMI, mas como do Ministério Público sejam aprofundadas –, quando lá dentro daquele recinto houve, sim, um momento de deboche, Presidente: o Sr. Carlos Cachoeira se dirigindo à esposa, e isso não aconteceu aqui? Fez aquela inusitada declaração de amor: "Eu te amo, e você me ama", e ficou por isso mesmo. É normal – eu faço a pergunta – que isso ocorra nesses ambientes? Aqui não aconteceu.

Então, eu faço a V. Exªs, a qualquer um dos dois que quiser responder, se isso é normal acontecer, e se alguma providência pode ser tomada quando ocorre.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Essa situação realmente foi uma situação bastante inusitada. E a leitura do Ministério Público Federal é que foi realmente uma chacota, um deboche às autoridades constituídas. Ele estava lá para ser interrogado, poderia exercer o direito constitucional e assim o fez, mas nada além disso.

Eu trabalho no Ministério Público há seis anos, fui promotora de Justiça anteriormente, fui magistrada também, e nunca presenciei uma situação dessas. Nunca. Foi assim realmente uma situação, um deboche

a todas as autoridades que estavam ali presentes e à sociedade brasileira.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu fiz referência ao fato exatamente pelo que eu disse no início: todos os parlamentares são de outros Estados e, de certa forma, cumprindo com seu dever de fazerem aqui suas perguntas e se aprofundarem no conhecimento do que está acontecendo, às vezes, eles não têm esse sentimento que o povo goiano tem em relação a isso. Por isso, fiz questão de enaltecer, volto a dizer, o papel que V. Exªs vêm cumprindo ao longo desse processo. Eu particularmente, como mulher, gostaria de dizer, sem demérito nenhum ao Procurador Daniel, que sinto muito orgulho da presença de V. Exª no Ministério Público.

E aí eu perguntaria, dentro do mesmo assunto talvez, qual seria o exato papel que hoje desempenha a Srª Andressa Mendonça, companheira do Carlinhos Cachoeira. Ela seria mesmo, atualmente, mensageira do grupo criminoso chefiado pelo bicheiro? Ela traria informações dos encontros que manteve com o contraventor no presídio e abasteceria as ações da organização criminosa?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa chantagem que foi feita ao juiz federal do caso fez com que nós tivéssemos essa leitura, de que ela seria realmente ou estaria numa função, naquele momento, de mensageira do grupo criminoso, ou seja, mandando recado. E uma das atribuições desses grupos criminosos, uma das formas de agir desses grupos criminosos é justamente a chantagem. Talvez ela tenha exercido realmente, dentro da nossa leitura, essa atribuição de levar mensagem às autoridades constituídas, o que também demonstra a extrema falta de respeito ao Estado brasileiro.

Então, a leitura que nós fizemos é essa. Essa parte ainda está sob investigação, e houve instauração de inquérito policial para se investigar tanto a possibilidade de uma potencial corrupção ativa como uma potencial coação no curso do processo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Durante as investigações, o Ministério Público Federal recebeu do Governo do Estado de Goiás algum apoio ou auxílio, visando interromper a colaboração que os agentes públicos do Estado – e as gravações, o inquérito mostra isso – realizavam para facilitar as atividades criminosas da organização comandada por Carlinhos Cachoeira?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós não entendemos a pergunta, Deputada. Se puder reformulá-la...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Volto a fazer.

Durante o período dessas investigações, o Ministério Público recebeu do Governo do Estado de Goiás algum apoio ou auxílio, visando interromper a ação dos agentes públicos envolvidos – não vou citar, porque já está bastante citado –, no Detran, na Agetop, da própria chefe de gabinete do governador? Vocês receberam algum auxílio do Governo, no sentido de sustar, vamos dizer, de ajudar, de eliminar, de acabar com esse tipo de influência?

É isso que eu quis dizer.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Para auxiliar o trabalho de investigação? Não. O que a gente recebeu foram alguns procedimentos que teriam sido instaurados, administrativos, contra determinados policiais que faziam parte do grupo e que foram denunciados.

Então, recebemos um retorno nesse sentido; mas auxílio para desenvolvimento de atividades de investigação, não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Nenhum.

Eu gostaria, por fim, de me solidarizar com V. Exª, Procuradora Lea Batista de Oliveira, que assumiu a linha de frente – eu acabei de falar sobre isso – e de dizer que eu também fui ameaçada, logo no início, por conta de alguns pronunciamentos que fiz na Câmara Federal, já denunciando o que estava acontecendo no nosso Estado.

A minha pergunta sobre esse tema é justamente no sentido de saber quais são, porque foi detectado que as ameaças partiram do empresário Adriano Aprígio, supostamente dele, porque...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está esgotado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Estou terminando.

Qual foi a providência em relação ao empresário que foi preso e depois solto? Ele está sendo investigado? Eu pergunto: para quem participa desse tipo de investigação, existe hoje, no Brasil, segurança para aqueles que denunciam os que se organizam para dilapidar os cofres púbicos ou qualquer outro tipo de crime, como esse que está sendo colocado?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foi instaurado também o inquérito policial. Nós entramos com pedido de quebra de sigilo telemático. Conseguimos, a partir dessa quebra telemática, identificar de onde partiu o *e-mail.* E, a partir dessa identificação, entramos com os pedidos de prisão e de busca e apreensão na casa da pessoa que teria encaminhado esse *e-mail*, o primeiro *e-mail*. Acerca dos outros dois *e-mails*, que também foram recebidos pela Drª Lea, entramos também com os mesmos pedidos de que-

bra telemática e foi identificado que partiu de Anápolis, mas teria partido de uma *lan house*.

Nós pedimos à *Microsoft* que fossem encaminhados ao Ministério Público Federal – pedimos isso judicialmente – o IP de criação do *e-mail* que teria sido encaminhado. O IP é uma espécie de tatuagem de onde partiu aquele *e-mail* ou de onde foi criado aquele *e-mail*. É um protocolo que se chama Protocolo de Internet. E está numa fase já avançada de investigação. Nós já recebemos essas informações e entramos com outro pedido de quebra telemática para saber de onde foi criado esse *e-mail*.

Então, está sob investigação. O fato que está sendo investigado caracteriza também coação no curso do processo, art. 344 do Código Penal. E nós esperamos que, até o final deste mês, nós consigamos já alguma informação nesse sentido.

Então, está sob investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós fizemos o pedido de prisão. Houve a decretação da prisão; o juiz determinou um prazo de dez dias de prisão preventiva. Eu pedi que fosse prorrogado esse prazo para até após a audiência de instrução e julgamento, mas o juiz decidiu aplicar uma medida cautelar pessoal, que são algumas medidas substitutivas da prisão preventiva.

E dessa decisão do juiz interpusemos recurso. Há um recurso que foi interposto e que está sendo analisado, agora, pelo Tribunal Regional Federal.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Agora, em relação à estrutura de segurança, atualmente nós temos realmente uma estrutura para garantir um mínimo de segurança.

Agora, daqui a um ou dois anos, nós não teremos essa segurança. E essa é uma preocupação dos órgãos de persecução penal, porque eu não sei como vai estar a minha situação, a do Daniel e a do delegado daqui a dois anos. Neste período, nós estamos teoricamente protegidos – e até a sociedade está vigiando e fiscalizando tudo. Daqui a dois anos, eu não sei se vou ter essa estrutura à minha disposição – não tenho carro blindado –, e acho até importante o Parlamento fazer uma reflexão sobre isso, porque uma proteção durante um período de tempo, durante o burburinho, é uma coisa; depois que passa, é outra coisa.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas para chamar atenção para a gravidade do que a Procuradora acabou de colocar em relação a esse futuro, enfim, de quem está fazendo essa investigação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós podemos incluir essa orientação no relatório final do ilustre Relator que está aqui conosco.

Passo, agora, a palavra, para falar como Líder, ao Deputado Carlos Sampaio, ele que também é membro do Ministério Público, assim como o Senador Pedro Taques. Os dois são membros eternos, vitalícios.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, Srs. membros, ilustres convidados, eu queria inicialmente me associar aqui à colocação feita pelo Deputado Rubens Bueno, no que foi acompanhado também pelo Senador Pedro Taques, no que tange à indignação quanto ao proceder de algumas pessoas, de alguns Parlamentares nesta CPI, que, muitas vezes, por terem sido investigados pelo Ministério Público; por terem sido denunciados e processados pelo Ministério Público, valem-se desta CPI para, por meio de sua ira verbal, demonstrar uma indignação contra o seu próprio proceder. Não me parece que seja esse o caminho, e esta CPI não serve a este fim.

Portanto, fica registrada aqui a minha indignação, ainda mais quando se chega ao cúmulo de oficiar, como Parlamentar, a um membro do Ministério Público, solicitando a agenda pessoal, de onde esteve nesse ou naquele dia.

Repito, estão aqui como convidados, auxiliando no trabalho da investigação desta CPMI. E se esta CPMI existe hoje, é em razão do trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, da Procuradoria da República.

Portanto, eu os cumprimento pelo belíssimo trabalho.

Não vou fazer nenhuma pergunta, apenas algumas colocações, também não esperando que haja respostas a essas colocações. São apenas algumas afirmações, que achei importantes, que foram feitas aqui.

Particularmente, o Dr. Daniel, em um dado momento, usou a expressão, que eu achei interessantíssima, "a investigação, no que tange ao braço financeiro, é fundamental para quebrar a espinha dorsal do crime organizado como um todo."

Ou seja, V. Exª coloca, de forma bastante clara, que adentrarmos o caminho da investigação do braço financeiro, dos tentáculos dos quais se valiam aqueles que integravam o núcleo criminoso para poder fazer o escoamento desse dinheiro, integra a essência do crime organizado, e cabe a nós investigar.

Se V. Exªs não tiveram, e é perfeitamente justificável que não tenham tido, o tempo adequado para se voltar para isso, é porque estavam com outras missões de tão relevante importância.

Então, isso é apenas para deixar bastante claro, de uma forma geral, que cabe a nós, nesta CPI, sim,

investigar as empresas laranjas que foram o braço financeiro de toda essa estrutura criminosa.

Então, é o registro que faço, sem que haja uma indagação propriamente dita.

Por fim, também uma ponderação que faço para uma reflexão dos próprios procuradores, apenas para compreensão da CPI – não é uma pergunta. É que se usou o termo, no que tange ao Sr. Cláudio Abreu, de que ele teria auxiliado de forma sistemática e habitual o Sr. Carlos Cachoeira, principalmente no que tange – abre aspas – "a dissimular ativos das atividades ilícitas". Ou seja, o dinheiro que vinha era escoado de alguma forma, por meio do Sr. Cláudio Abreu.

E me parece que o inverso também é verdadeiro. Vinha dinheiro – já constatamos através da Delta – para o sistema criminoso, para alimentar políticos, candidatos, enfim.

Então, são informações importantes que foram colocadas aqui hoje. Quero cumprimentá-los. Eu integro o Ministério Público há 26 anos, estou apenas licenciado. Estou como Parlamentar, mas sou do Ministério Público de São Paulo. Dizer que se alguns rompantes existiram que V. Exªs por gentileza desconsiderem, porque, na sua totalidade, esta Comissão respeita, e muito, a função do Ministério Público. Eu sou prova disso.

Parabéns pelo trabalho. Continuem nessa investigação profícua, porque tenho certeza absoluta de que vamos chegar a ainda muito mais tentáculos, a muito mais integrantes, para que possamos definitivamente...

O Relator já se colocou à disposição para acolher ponderações que foram feitas hoje como reflexões para que possamos incluir como sugestão de mudança legislativa ao final, para que não tenhamos tão somente uma finalidade de investigação, mas também uma finalidade propositiva. E eu me associo ao Relator. Quero compartilhar e ajudá-lo, auxiliá-lo nesse trabalho.

Portanto, aos Srs. Procuradores convidados dessa manhã e desta tarde o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra agora ao próximo orador, Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Procuradores Daniel e Léa, quero parabenizá-los pelos consistentes depoimentos que enriqueceram muito esta CPI, além de destacar o fato de que V. Exªs falaram, porque aqui na CPI estamos assistindo a uma sucessão de pessoas que resolveram sempre preservar o seu direito ao silêncio. E não falam. A maioria pelo menos tem agido dessa maneira.

Foi um depoimento extremamente revelador de uma quadrilha que talvez – e essa é uma questão que eu queria ouvir de V. Exªs – tenha elevado o crime organizado no Brasil a um novo patamar. Pelo que ouvi aqui, pela complexidade da organização e pelo acordo que houve do silêncio organizado também, ao que tudo indica, é uma das quadrilhas mais perigosas, articuladas e mafiosas. E a expressão foi utilizada pelo Procurador Daniel, pelo que entendi. E perigosa porque armada, perigosa porque sofisticada, perigosa porque organizada, e já de algum tempo. Então foi bastante enriquecedor o depoimento de V. Exªs.

Eu me impressiono – tenho dito isso aqui – com a capacidade dessa quadrilha de ter controlado um governo. Foi o que eu disse mesmo. Ela controlou um governo, controlou coronéis, controlou secretários de segurança, controlou jornalistas, colocou-os a seu serviço. Isso foi dito também sem que houvesse nominação pela Procuradora Léa. Nós não vamos analisar isso aqui além da intimidade do Governador goiano com Cachoeira, é evidente, até com vendas de casas e tudo. Então era uma relação profunda, de intimidade profunda entre o governo, os agentes de Estado, como aqui foi dito pelo Procurador e pela Procuradora, que estavam acumpliciados – e profundamente acumpliciados – com a organização criminosa.

A fala dos Srs. Procuradores – da Srª Procuradora e do Sr. Procurador – é muito rica, evidenciando isso, com os cuidados, naturalmente, de quem é do Ministério Público. Portanto são cuidados que a gente compreende. Não vieram os nomes aqui porque não cabiam, mas é uma revelação óbvia de que havia uma cumplicidade muito grande entre aquele governo e essa organização criminosa. O volume de coronéis envolvido nisso era impressionante! Então é muito importante ter ouvido o que ouvi aqui hoje.

Em segundo lugar, eu queria falar um pouco sobre o que foi dito pela procuradora Lea sobre os meios de comunicação e o crime organizado. Tenho insistido nisso aqui porque é muito grave este fato de que meios de comunicação se tornem agentes do crime organizado. Hoje, se a gente quiser, e para lembrar o Policarpo, tem um diálogo dele, do Cachoeira com o Demóstenes, e dele mesmo, um dele que diz – do Policarpo com o Jairo, com quem ele tinha relação constante. O Policarpo diz: Você está saindo agora? É que aquele lugar deve estar fechado já. O Jairo: Ah, é? Policarpo: Acho que sim. Jairo: Então fala outro local melhor para você aí. Policarpo: Hã? Jairo: Fala outro lugar melhor para você rápido. Policarpo: Então, vamos ali. Ali é rápido. Agora ainda não tem trânsito, se bem que para voltar de lá vou demorar umas quatro horas para chegar aqui em casa. No parque? Sim, no parque.

Então, marca-se um encontro para discussão com o policial para combinar matérias. Isso está absolutamente... E todas as oitivas mostram que se combina-

vam matérias na revista *Veja* voltadas para se atender os interesses de Cachoeira.

Aqui tem outro diálogo do Cachoeira que diz... O Cachoeira fala: outra coisa é o seguinte – ele falando com o Demóstenes, com o Senador cassado, que também foi controlado pelo crime organizado: Outra coisa é o seguinte: passei um trem para o Policarpo aí hoje que ele vai bamburrar, viu? Aí o Demóstenes diz: Bom demais. O que é? Cachoeira falando: Só guarde para nós aí que ele vai infiltrar lá – portanto, a serviço do crime organizado – vai ter uma reunião da Aneor, do sindicato dos empreiteiros amanhã, vai estar mais de 70 empresas lá distribuindo obra, e ele vai infiltrar lá dentro.

Quando isso foi trabalho de jornalista? Onde, em que lugar do mundo? Falo como jornalista. Falo como jornalista. Isso é o anti-jornalismo e trata de crime. É infiltrar para o crime organizado. Então, eu digo da gravidade dessa organização criminosa que controla inclusive meios de comunicação. Evidentemente, isso aqui é apenas uma demonstração rápida do que foi feito. Pode-se dizer até que não só ele, Policarpo, mas a *Veja* foi a mais interessada nisso tudo.

Gostaria, se pudessem V. Exªs responder, não sei se... O Presidente disse que o líder não pergunta. Então, faço uma ponderação para que V. Exªs eventualmente desenvolvam uma coisa que eu já disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª não fala como líder; V. Exª está falando no seu tempo regulamentar de dez minutos. Pode perguntar.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Então, posso perguntar. Eu já cheguei a afirmar isso, mas gostaria de ouvir que V. Exªs desenvolvessem isso. A minha impressão do que tenho visto é que essa quadrilha evidenciou-se como – daquilo que vimos até agora, e certamente ainda há muito por vir, tanto da quadrilha em si, e V. Exªs disseram que ainda o trabalho não foi completado, quanto do que se desdobra em relação a ela – se ela evidencia um novo patamar do crime organizado no Brasil. Porque me lembrou a camorra, me lembrou mesmo, por todas as... O livro do Roberto Saviano que V. Exªs devem ter lido me lembrou aquele grau de articulação. Então, eu gostaria de ouvir de V. Exªs se acreditam que ela, pelo que até hoje fez e pelo que V. Exªs investigaram, elevou o crime organizado a um patamar novo no Brasil.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós trabalhamos com algumas organizações criminosas, no enfrentamento a algumas organizações criminosas especializadas em outros tipos de crime. Mas dentro da nossa visão, dentro da leitura do Ministério Público Federal, essa foi a maior organização criminosa que já trabalhamos para desarticular. É uma organização criminosa e a mais difícil de se trabalhar porque, como havia pessoas da segurança pública como membros do grupo criminoso, isso fez com que nós não pudéssemos ou não conseguíssemos durante determinado período avançar nas investigações.

Foi a organização criminosa, pelo menos, dentro da nossa experiência, como membro do Ministério Público Federal, mais complexa e mais difícil de se enfrentar. Houve, e há, notícias de organizações criminosas semelhantes em outras unidades da Federação que também foram desarticuladas, Dentro da experiência que tivemos aí, foi o maior grupo criminoso e o mais difícil de se desarticular ou de se tentar uma desarticulação.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Muito obrigado.

Parabéns pelo trabalho de vocês até agora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, ilustre Deputado Emiliano José.

Agradeço-lhe por ter falado dentro do tempo.

Há dois oradores inscritos para terminarmos. Agradecemos aqui a contribuição muito valiosa dos ilustres Procuradores federais.

Ainda estão inscritos o Senador Randolfe e o Delegado Protógenes.

Portanto, passo a palavra ao Senador Rodolffe Rodrigues pelo tempo regulamentar de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, Drª Lea, Dr. Daniel, meus cumprimentos. Seria redundante destacar o trabalho de V. Exªs., o que já foi feito aqui pelos que me antecederam.

O relato de V. Exªs apresenta a dimensão da organização criminosa que esta CPI está investigando. O que – não vou usar a palavra "intimida" – amplia o desafio desta CPI e de todas as instituições do Estado brasileiro é a ousadia dos membros da organização, a atuação dos membros da organização e como eles atuaram, em especial, na cooptação de agentes públicos.

Por isso, eu fico espantado quando aqui se tenta inverter os fatos. Esta CPI não existiria se não fosse o trabalho de V. Exªs e da Polícia Federal. Eu até brincava aqui com o Senador Pedro Taques. Imagino que V. Exªs. devem ter tido ótimos professores no âmbito do Ministério Público Federal em decorrência do êxito, do sucesso, do trabalho que V. Exªs. empreenderam. Esta CPI não...

Quero logo deixar claro, Drª Lea, que a senhora não tem, eu sei que foi a cordialidade de V. Exª, o respeito de V. Exª à instituição senatorial, ao Congresso Nacional, que possibilitou que V. Exª. prestasse informações sobre sua agenda, mas V. Exª. Não tem obrigação nenhuma de prestar informação sobre agenda, aliás,

esta CPI tem que buscar informação sobre a agenda dos criminosos e não informação sobre a agenda de quem desbaratou a organização criminosa, de quem investiga a organização criminosa, que a desbarata e que possibilita que nós tenhamos uma comissão parlamentar de inquérito querendo avançar nos passos da investigação.

Fico preocupado quando há qualquer tentativa de inverter aqueles que, na verdade, investigam e desbaratam o esquema e tentam colocar Procurador-Geral da República, Procuradores da República, na condição de investigados . Fico preocupado, porque o próximo passo para isso é quem assim tentar e assim insistir, o próximo passo para isso é nós nos sentirmos, meu querido Bueno, no Parlamento alemão nos anos trinta e alguns quererem utilizar a suástica como símbolo, porque a atuação da Procuradoria da República deve... Ao contrário, não deveria.... Como é o dever de todos nós agentes públicos... Não deveríamos estar rendendo loas e homenagens ao que é dever de todos os homens públicos, mas quando encontramos agentes públicos com coragem, com destemor, nós ficamos convencidos de que existem instituições republicanas e de que ainda é possível acreditar nas instituições deste País.

Drª Lea, chamou-me a atenção o fato que a senhora relatou aqui, entre as ameaças que a senhora sofreu, uma tentativa de invasão da sua casa, às 5h30 da manhã, por parte de uma mulher.

Eu lhe pergunto: houve alguma investigação policial sobre essa tentativa de acesso a sua residência? Por acaso, foi possível identificar, pelo sistema do seu prédio, quem foi essa pessoa que tentou adentrar o seu apartamento? A senhora tem maiores informações sobre isso? Houve algum procedimento?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim. Isso está sendo investigado pela Polícia Federal. Nós disponibilizamos a filmagem para Polícia Federal e está dentro dessa investigação da ameaça. A nossa leitura foi toda dentro de um contexto. Eu recebi um *e-mail* intimidatório no dia 13 de junho na semana seguinte. No sábado recebi outro *e-mail* e recebi essa visita na segunda-feira pela madrugada. Então faz parte de uma mesma investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não sei se é possível a informação, a senhora fique à vontade, mas há alguma suspeita?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Dessa visita ainda não, só dos *e-mail*s.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas a provável pessoa, a pessoa, aliás, ela chegou sozinha, acompanhada, de carro?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Ela chegou sozinha, uma senhora, dizendo que queria ir até o apartamento, falou o número do apartamento, a casa de forma bem específica, com a desculpa de que trabalharia na minha casa. Só que nós já temos uma empregada que trabalha há 10 anos e o porteiro achou estranho por conta do horário, da justificativa dela. Pediu para que ela informasse o nome. Ela saiu nesse momento, não quis informar o nome, nós conseguimos apenas o registro da imagem dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, considero importante também a CPI acompanhar os desdobramentos da Polícia Federal nesta investigação, em especial para encontrar a possível relação dessa pessoa que tentou invadir a casa da Drª Lea com o procedimento das investigações por parte desta CPI.

Eu queria reiterar, caríssimo Presidente, caríssimo Relator, a necessidade urgente que temos nesta CPI de compartilharmos as informações que já temos notadamente sobre o que eu considero seja o próximo passo desta CPI, que é a investigação sobre a empreiteira Delta junto com a Polícia Federal. Aliás, eu creio que esta é a grande contribuição desta CPI.

Sobre o funcionamento da organização criminosa, o trabalho do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, no meu entender, é impecável sobre os laços dessa organização criminosa.

A CPI está avançando para apontar que a organização criminosa não é sozinha em Goiás, não é sozinha no Centro-Oeste.

A CPI está apontando que existe – e vou usar, Deputado, o seu termo – uma **holding** da corrupção com laços em todo o País, capitaneada, dirigida pela empreiteira Delta. Aliás, eu diria, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nós temos um conjunto de quatro desafios nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esses desafios são de ir adiante, dar o próximo passo, no sentido do que foi iniciado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

São estes: primeiro, o cruzamento de informações entre as contas da Delta, identificando a origem do dinheiro depositado por empresas fantasmas já dito aqui; segundo, a quebra do sigilo de todas as empresas fantasmas, das que já foram e das que ainda há requerimentos pendentes. Considero isso fundamental para identificarmos os destinatários dos recursos que passaram pelas empresas fantasmas; terceiro, a identificação dos beneficiários, em especial do esquema de lavagem de dinheiro para o exterior.

Em relação a esse terceiro, peço, Dr. Daniel, Drª Lea, uma informação complementar. V. Exªs destacaram ramificações da organização com ramificações da organização com o exterior, com organizações no exterior, com bancos no exterior. Pergunto a V. Exª se

V. Exª tem informações mais detalhadas em relação a isso, sobre quais seriam os bancos, quais seriam essas pretensas organizações no exterior.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Como foi colocado aqui no início, a gente não conseguiu aprofundar essa parte referente ao trabalho, à penetração da organização criminosa, especialmente à lavagem de capitais e evasão de divisas.

Nós temos alguns indicativos nesse sentido, que precisam ser aprofundados na realidade. Por exemplo, o caso, a questão de dólar-cabo para a compra de um *site* que estaria habilitado em Curaçau. Isso temos, mas precisamos trabalhar de forma mais aprofundada esses dados que foram coletados nessa investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O único local que V. Exªs apuraram de transferência para o exterior foi Curaçau?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Houve uma transferência também, dentro do sistema dólar-cabo, para o Reino Unido. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por parte dessas empresas?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O que aconteceu foi que essa transferência se deu a partir de uma agência de turismo e, especificamente, o responsável por essa operação, a gente chama de Dólar-cabo, foi uma pessoa chamada Wesley. Então, há necessidade, sim, de desenvolver melhor essas investigações para se chegar a elementos cabais de que houve realmente essa operação para o exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª, reitero meus cumprimentos ao trabalho de V. Exª, ao trabalho da Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) **–** Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Tenho mais uma inscrição. Um dos Srs. Parlamentares se reinscreveu depois de eu ter anunciado os dois últimos inscritos. Então, agora será o delegado Protógenes, depois o Senador Fernando Collor de Mello.

Passo a palavra ao Delegado Dr. Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, Exmºs Srs. Procuradores da República, Dr. Arantes, assessor parlamentar da Procuradoria-Geral da República, quero enaltecer o trabalho corajoso e responsável da Procuradoria da República nesse caso Cachoeira. E estendo esse trabalho responsável e corajoso aos colegas da Polícia Federal. Também leve, Dr. Arantes, os nossos cumprimentos ao Procurador-Geral da República pelo empenho e atenção especial dada a esse caso.

Quero aqui registrar também, Sr. Presidente, colegas Deputados, que a mim me causa uma preocupação muito grande, porque, como delegado de Polícia Federal, hoje Parlamentar, atuando há mais de quinze anos em casos complexos na Polícia Federal, isso me fez lembrar do primeiro caso em que atuei, do Hildebrando Pascoal. Quem era Hildebrando Pascoal? Coronel da Polícia Militar, Comandante da Polícia Militar e Deputado Federal cuja infiltração no Estado do Acre chegava à beira do absurdo. As chacotas e as ameaças ocorriam naquela época – falo aqui do ano de 1999 –, e as chacotas e ameaças também permanecem nesse caso Cachoeira, trazendo muita preocupação às instituições e ao Estado brasileiro.

Quero deixar aqui registrado que nós não vamos assistir mais ao trágico episódio envolvendo o Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, no ano de 1982, 3 de março, um dia após o Procurador ser afastado do caso do escândalo, dito escândalo da mandioca, que investigava denúncia de irregularidades cometidas no Banco do Brasil, ele foi brutalmente assassinado na cidade de Olinda e sucessivos casos de ameaças, estatística permanece, inclusive até chega ao absurdo e à arrogância de assassinatos até com a proteção da própria Polícia Federal, como foi o caso do Chico Mendes, Drª Léa.

Então, a preocupação da senhora procede, inclusive chegando ao absurdo de a imprensa internacional noticiar, como o jornal The Gardian, no dia 8 de agosto, noticiou as notícias de ameaças que ocorreram contra os procuradores da República, contra os juízes Dr. Paulo Moreira, meu colega da Polícia Federal e hoje juiz federal, contra também o Dr. Alderico Rocha. Quer dizer, sucessivas ameaças se sucederam nesse caso. E mais, toda organização criminosa, a experiência nos faz lembrar que existem cadáveres, e esses cadáveres não serão o Estado brasileiro desta vez. Podem ter certeza disso. A menos que formos omissos ou inertes ou comprometidos com o crime organizado.

Hoje, temos que demonstrar que Brasil nós queremos, se é o Brasil da década de 80, quando perdemos Chico Mendes, quando perdemos o Pedro Jorge de Melo e Silva, que as ameaças contra o Procurador Luiz Francisco, àquela época, no Acre, teve que sair de lá, porque, senão, ia ser assassinado, se essas ameaças, se esses casos vão relembrar esse Brasil do passado.

Trago a preocupação e faço, aqui, Sr. Presidente, para que consigne nos anais e providências sejam tomadas, porque é inadmissível uma procuradora da República ter o seu carro marcado, de qualquer forma com uma atenção direta ou indireta, de intimidar o poder do Estado brasileiro. Essa procuradora V. Exª e o Dr. Daniel também, V. Exªs têm que andar de carro

blindado, sim; têm que ter segurança pessoal, sim, ao tempo que for necessário, e não no prazo determinado como determinaram, anunciaram previamente a Drª Léa, que seria por apenas 2 anos. A Srª não vai ser bem vinda ao clube, Drª Léa, nem o senhor, Dr. Daniel Rezende, porque desse clube eu faço parte e aqui denuncio a ausência de proteção do Estado às ameaças contra os agentes de Estado que queiram garantir a democracia neste País.

Então, é uma exigência desta CPI fazer-se presente. A segurança necessária e os meios necessários à conclusão mais rápida dessa importante investigação é para a República brasileira, inclusive, Sr. Presidente, solicitando, ainda, uma extensão de membros desta CPI à estrutura de segurança dada aos procuradores, policiais e aos juízes federais que também pediram a estrutura de carro blindado e também a segurança pessoal e de suas famílias. Saber in loco se isso realmente está ocorrendo, porque eu presenciei, em Mato Grosso do Sul, o Dr. Odilon, uma segurança mequetrefe dos colegas da Polícia Federal. Mequetrefe, porque o carro não funcionava, o carro não era blindado, o carro blindado que havia era antigo, e eram apenas dois policiais federais a dar segurança a esse importante juiz federal ameaçado.

E vai, aqui, uma indagação aos procuradores que quero que respondam para deixarmos consignado e exigir providências.

Se entrar no mérito da metodologia da investigação, apenas quanto à infraestrutura de material e policial, porque ocorreram algumas paralisações nas investigações – isso noticiado até pelos meus colegas e da Polícia Federal.

Se a essas paralisações notadamente vieram pressões externas, se a essa falta de estrutura, houve o comprometimento institucional da Polícia Federal ou do Ministério Público.... E hoje qual a estrutura necessária para agilizarmos rapidamente a conclusão dessas investigações, materialmente, em termos de recursos humanos e infraestrutura? Esse é um ponto. E está provado que nós temos, aqui no Congresso Nacional, nos debruçarmos para ampliar as competências e atribuições institucionais do Ministério Público e da Polícia Federal, em especial a Polícia Federal, trazendo prerrogativas e garantias constitucionais para assim proceder nessas importantes investigações complexas.

São só essas as indagações, Sr. Presidente.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A investigação Monte Carlo contou com uma equipe permanente de apenas quatro agentes da Polícia Federal, um delegado e dois procuradores. Às vezes contávamos com o apoio de um ou outro agente que saía da investigação, participava, mas o efetivo foram quatro agentes da Polícia Federal e um delegado. Isso é muito pouco. É muito insuficiente. A ponta de um *iceberg* foi desvelada. Essa organização criminosa ousada foi desvelada graças ao sacrifício pessoal de agentes da Polícia Federal, do Delegado Matheus e dos membros do Ministério Público Federal.

Nós contamos com o apoio da Superintendência da Polícia Federal aqui do Distrito Federal, mas a Polícia Federal não pode dar um apoio que não tem. A estrutura possível e disponível foi essa, mas totalmente insuficiente. Se tivéssemos uma estrutura maior, não teria sido desvelada apenas essa ponta do *iceberg*, mas a lavagem de dinheiro já teria sido denunciada, fraude à licitação. Então, fizemos o possível dentro da estrutura, mas, para combater o crime organizado, precisamos de uma estrutura infinitamente melhor e maior tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público Federal.

Esse trabalho foi exitoso, como já disse, graças à dedicação e empenho desses agentes de persecução penal. A Polícia Federal se despiu de qualquer vaidade institucional, o Ministério Público também. Nós temos o mesmo objetivo, que é combater o crime organizado, e foi um trabalho harmônico e bem sucedido graças a este objetivo: combater o crime organizado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª já concluiu.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – O Diretor-Geral da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa, à época, foi informado dessa operação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não sei se foi não, Excelência. Não temos essa informação não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, então, ao último orador, Senador Fernando Collor de Mello, por dez minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Srª Procuradora, Sr. Procurador, Srªs e Srs. Parlamentares, gostaria apenas de trazer à luz a questão do requerimento de informações. O requerimento de informações, que, como pessoa física, como cidadão brasileiro, eu solicitei ao Procurador-Geral da República, à Drª Lea, ao Dr. Daniel e a outras autoridades, eu o fiz com base na Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação, que nós aprovamos no dia 18 de novembro de 2011. Fiz esse requerimento com fundamento nos art. 7º, inciso V, § 10 e 11, todos dessa mesma lei. E solicitei as informações à Drª Lea sobre a relação de pessoas, cidades, locais e horários de reuniões e encontros institucionais dos quais tenha participado a

Srª Procuradora da República, na semana de 26 de fevereiro a 3 de março de 2012, dentro ou fora das instalações da Procuradoria, com ou sem anotação na agenda da autoridade.

Do mesmo modo, fiz um segundo requerimento para o Dr. Daniel e também outro para a Drª Lea, em que requeiro, com base no mesmo artigo: um, a lista de pessoas recebidas pela Srª Procuradora da República nos dias 1º e 2 de março de 2012, com ou sem anotação na agenda da autoridade, e a relação de reuniões e encontros institucionais dos quais tenha participado a Srª Procuradora da República nos dias 1º e 2 de março, de 2012, dentro ou fora da instalações da Procuradoria.

Nos mesmos termos, lavrei esse requerimento e encaminhei ao Dr. Daniel, e o fiz também ao Procurador-Geral da República, que, alvíssaras, recebi anteontem a resposta de S. Exª de que estaria fazendo um pronunciamento na tribuna do Senado sobre as respostas que me foram oferecidas por S. Exª, o Sr. Procurador-Geral da República.

Portanto, agi assim de conformidade com a lei, dentro do que permite, do que dá direito ao cidadão brasileiro, a qualquer cidadão brasileiro, solicitar informações a autoridades públicas a respeito do que julgar conveniente.

Restaram perguntas a fazer, Sr. Presidente, à Drª Lea, e eu pediria que ela explicasse melhor. Se eu ouvi bem, V. Sª, em algum momento da leitura do documento, do seu pronunciamento, fala de influência de órgãos de imprensa, e, implicitamente, entendi que estariam trabalhando a favor de contraventores. E, num outro trecho mais adiante, a senhora se refere à troca de favores que estaria ocorrendo entre a organização criminosa e outras pessoas.

Eu pediria a V. Sª que nos detalhasse melhor esses dois pontos do seu pronunciamento.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu expliquei essa parte para um outro Parlamentar, V. Exª não estava aqui, mas eu vou repetir.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu lhe agradeço.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Alguns diálogos indicam a relação do chefe da organização com alguns jornalistas. Entretanto, como esses diálogos tratavam de assuntos políticos, que não foram o foco da investigação, eles não foram aprofundados. Não existe... Eu não posso afirmar que alguns jornalista seja membro da organização, por isso não houve nenhuma denúncia nesse sentido.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Mas a senhora afirma que houve influência ...

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Mas alguns diálogos indicam conversas, pode ser uma relação de fonte, indicam essa conversa. É um material bruto que não foi investigado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A que a senhora dá o nome de influência, de diálogos com órgãos de imprensa com os contraventores.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É isso.

E o segundo ponto é em relação à troca de favores.

Que troca de favores seria essa entre os jornalistas, entre os jornalistas especificamente, é só o jornalista da *Veja*, e o contraventor; que troca de favores seria essa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Essa troca de favores a que me referi não é em relação à jornalista e organização criminosa. Um perfil da organização criminosa é troca de favores. Eu cito, por exemplo, há um delegado, que foi denunciado pelo Ministério Público Federal, nessa operação, que recebeu viagem para Buenos Aires em troca de informações sigilosas.

Então, quando me referi à troca de favores, é a esse tipo de situação que seria também uma forma de corrupção.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Que poderia também ser uma troca de favores do tipo que nós...

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA– Em qualquer seara.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Em qualquer sear, inclusive na jornalística, como nós já depreendemos de uma degravação, em que o Sr. Policarpo Júnior, em troca de alguma gentileza que havia recebido do Sr. Cachoeira, pede a ele que grampeie, que faça uma interceptação ilegal do telefone do Deputado Jovair Arantes, do PTB de Goiás.

Pode ser uma troca de favores também.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação a essa troca de favores entre chefe da organização e Cachoeira, eu não posso afirmar que realmente aconteceu. Existem alguns diálogos e não foram investigados.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Mas troca de favores pode englobar também isso. O importante é essa observação que V. Sª faz da influência dos órgãos de imprensa dentro da organização criminosa. Isso é muito importante e relevante.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só fazer um adendo, então, Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pois não, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, houve cooptação realmente por parte de

algumas pessoas que tinham possibilidade de passar informações à população de massa. Temos um evento específico em que a Força Nacional teria ido fazer um trabalho de enfrentamento à parte da jogatina no entorno, e um dos membros da organização criminosa chegou a pagar um jornalista – não sei bem se é jornalista, mas seria alguém que teria penetração, radialista, que teria penetração popular para que pudesse falar mal do trabalho desenvolvido pela Força Nacional e colocasse a sociedade, aquela representação social, contra o trabalho que estava sendo desenvolvido pela Força Nacional.

Esse é um dos enfoques que conseguimos desvelar a partir desse trabalho, porque o trabalho foi todo dirigido, como foi colocado aqui.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, vemos, pela declaração dos dois Procuradores, a extraordinária importância que tiveram alguns meios de comunicação para insuflar as atividades dessa atividade criminosa, dessa organização criminosa, como é o caso do Sr. Policarpo Júnior, da revista *Veja*, e outros jornalistas também envolvidos nessa questão. Não podemos perder esse foco. São dois Procuradores que estão falando e que são Procuradores que acompanharam as operações Vegas e Monte Carlo.

Então, isso é de extrema gravidade. E não é questão de ir contra a instituição da imprensa, porque o que queremos é exatamente isto: é depurar do jornalismo brasileiro aqueles elementos deletérios que conspurcam a imagem do jornalismo; do mesmo modo em relação ao Ministério Público, que é uma instituição a quem muito respeito, inclusive defendo aqui a não aprovação da PEC nº 37, para não retirar dos senhores o direito de investigação que lhes foi conferido pela Carta de 88, mas não posso também deixar que certos elementos dentro do Ministério Público, e são poucos, deslustrem a imagem que o Ministério Público sempre desfrutou diante da sociedade.

Vejam os senhores, Sr. Presidente, a resposta que recebi do Sr. Procurador-Geral da República em que solicitei a ele que me informasse, com base na Lei de Acesso à Informação, o número de processos que ele tinha no seu gabinete no dia 28 de junho de 2009 – e essas datas não são aleatórias, são datas por informações que possuo e que, portanto, me dão azo a fazer esse tipo de requerimento. No dia 28 de junho de 2009, no dia 22 de julho de 2009, 15 de agosto de 2011 e 11 de julho de 2012. Na resposta do Sr. Procurador, o que verificamos? Que o Dr. Antonio Fernando de Souza, o ex-Procurador-Geral da República, encerrou o seu mandato como Procurador-Geral deixando apenas 14 inquéritos – e peço a atenção também da Srª Procuradora e do Sr. Procurador –, 14 inquéritos em seu gabinete, todos os demais estavam tramitando regularmente ou foram arquivados. O Exmº Sr. Procurador-Geral da República Dr. Roberto Gurgel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª encerrou.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) ...em 15 de agosto de 2011, na sua recondução, possuía 64 inquéritos. O Dr. Antonio Fernando de Souza deixou 14, e, no dia 15 de agosto de 2011, ele tinha 64 inquéritos – ele, o Dr. Roberto Gurgel – parados no seu gabinete, ou seja, em dois anos, mais do que quadruplicou o número de seu antecessor, o que significa mais autoridades, Senadores, Deputados, Ministros de Estado e Ministros de Tribunais Superiores, com a espada de Gurgel sobre as suas cabeças, o que revela um método de trabalho, nem denuncia, nem arquiva, privando autoridades do devido processo legal que lhe seria assegurado pelo Supremo Tribunal Federal, e nem se alegue que o número de inquéritos, em 15 de agosto de 2011...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Presidente, apenas para a sua conclusão.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – ...se deve ao fato de ter passado um mês fora do cargo por causa da demora do Senado em sabatiná-lo, em 2009, na sucessão do Dr. Antonio Fernando. O cargo também ficou vago por um mês, e o número de inquéritos acumulados era de 23. Portanto, metade do passivo do Dr. Gurgel.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a V. Exª ter me permitido trocar informações com a Drª Lea e com o Dr. Daniel e para esclarecer, de uma vez por todas, que, nesse requerimento, nada mais fiz do que obedecer à Lei de Acesso à Informação, que dá esse direito a qualquer cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Fernando Collor de Melo.

Quero dizer, antes de terminar, que foi muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito a vinda dos Srs. Procuradores da República, Drª Lea Batista de Oliveira e Dr. Daniel de Resende Salgado. Eles demonstraram um trabalho muito importante que vem sendo realizado – e que foi realizado – de investigação, de denúncia, de prisões, enfim, eles pegaram um núcleo central da organização criminosa, mas também demonstram que esta CPI tem um papel fundamental em duas direções: a primeira delas, de buscar o fluxo financeiro, a parte econômica da organização, e ajudar no seu estrangulamento; de outro lado, outros atores que foram envolvidos por essa organização, os

atores políticos, atores da imprensa, enfim outros atores que foram envolvidos por essa organização. Temos que trabalhar juntos.

Então, quero agradecer a V. Exªs e parabenizá-los. Inclusive, acompanhando o trabalho, gostaríamos de saber de qualquer acontecimento que possa ameaçar a segurança de V. Exªs e que V. Exªs sentissem que esta CPI é aliada do trabalho de V. Exªs. Sentimo-nos orgulhosos de sermos brasileiros, tendo em vista o trabalho tão bem feito por V. Exªs.

Antes de encerrar a reunião, queria saber se V. Exªs gostariam de usar da palavra para suas conclusões.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Excelência, só gostaria de reiterar que o Ministério Público Federal está à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito para troca de informações; o trabalho desenvolvido pela Comissão é muito importante para continuarmos o nosso. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 27ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião realizada em 22 de agosto de 2012, às 10 horas e 33 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as)**: José Pimentel (PT/CE), Pedro Taques (PDT/MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Cyro Miranda (PSDB/GO) **e dos (as) Deputados (as)**: Odair Cunha (PT-MG), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira PSC/RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Luiz Sérgio (PT-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Cesar Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB/PR), Cyro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB/-B), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Paulo Teixeira (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE) e José Carlos Araújo (PSD-BA). Compareceu, ainda, o **parlamentar não membro**: Tomás Correia (PMDB-RO). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores Jayme Eduardo Rincón, que compareceu amparado pelo Habeas Corpus 114.831 e acompanhado de seu advogado, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e Aredes Correia Pires, amparado pelo HC 114.879 e acompanhado de seu advogado Renato Borges Barros. Ambos se utilizaram da prerrogativa de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A todos os Srs. Parlamentares, Srs. assessores, profissionais da imprensa, convido-os para tomarem os seus assentos, posicionarem os seus respectivos lugares, para darmos início a nossa 27ª Reunião, já presente o Sr. Relator.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012. A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Jayme Eduardo Rincón e do Sr. Aredes Correia Pires.

Não devo colocar em votação a Ata da 26ª Reunião da Comissão, por não haver, neste momento, quórum para deliberação.

Convido o Sr. Jayme Eduardo Rincón, Presidente da Agetop – Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 206, de 2012, da CPMI "Vegas" – "Monte Carlo", de autoria do Senador José Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto chega o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o querido Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em nome, mais uma vez, da bancada do PSDB, Sr. Presidente, como hoje não há quorum para deliberação, não vamos insistir que requerimentos possam ser colocados em deliberação no dia de hoje, mas a sugestão é que V. Exª e o Relator, o Deputado Odair Cunha, convoquem uma reunião administrativa para a próxima semana, a fim de que possamos deliberar sobre a quebra de sigilo de doze empresas consideradas fantasmas.

O volume de recursos repassados a essas empresas que nada fazem é excepcional, e não podemos ignorar esse fato. Isso é muito grave. Se ignorarmos essa situação, tornar-nos-emos cúmplices disso. Não temos muito tempo a perder.

Por isso, peço a V. Exª que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me interromper, mas é para lhe ajudar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu lhe agradeço e sei que V. Exª vai anunciar uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo, sem querer interrompê-lo, mas somente para ajudá-lo, estávamos numa reunião interna com o Sr. Relator, que está debruçado sobre o assunto de que V. Exª tratou na manhã de ontem. Ele está estudando cada um dos requerimentos de V. Exª e, certamente, durante os próximos dias, haverá de dar uma definição.

Bem-vinda a reclamação de V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto que o Senador coloca, na última reunião, apresentamos requerimento. Imaginava até que poderia ser hoje. O Relator disse que poderíamos estudar, para discutirmos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele continua debruçado sobre essas considerações de V. Exªs.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tenho cinco requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco, com doze do Senador Alvaro Dias, e com três, do Senador Randolfe Rodrigues. São esses os prioritários.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não pode passar da semana que vem, Sr. Presidente; senão, não teremos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou aqui acostado a V. Exªs com o Relator. Estou na pressão com o Relator.

O Sr. Jayme Eduardo Rincón foi convocado por esta Comissão. É necessário que se faça esse esclarecimento por duas oportunidades. Nas duas oportunidades apresentou um atestado médico de saúde, com comprovações a esta Presidência e informações a V. Exªs, cujo adiamento julgamos procedente. A avaliação médica, que veio acostada aos autos, demonstrou um acometimento de saúde, naquela oportunidade, com impossibilidade da sua presença.

Foi necessário o encaminhamento de um terceiro ofício em que a Comissão determinou a presença do Sr. Jayme Rincón, para prestar esclarecimentos que julgamos fundamentais, como colaboração a esta Comissão, e hoje, dia 22, como aprazado entre esta Comissão e o depoente, na forma da convocação, está hoje perante a Comissão o mesmo.

Como fazemos, e é de praxe, passo a palavra ao Sr. Jayme Rincón, na expectativa de que ele possa, inobstante esteja amparado em *habeas corpus* – que também devo dizer – como o faço em todos os outros, dispensável, porque esta Comissão garante todos os direitos constitucionais, e tem sido assim com todos os depoentes.

Quero fazer, por um dever de justiça, de forma pública, um enaltecimento ao comportamento da Srª Roseli Pantoja, que, para mim, por todos esses depoentes merece ser tratada, neste momento, com relevo a forma como ela veio prestar esclarecimentos à Comissão, não o teor dos seus esclarecimentos. Isso é a Comissão que vai julgar no relatório do Sr. Relator, mas a forma como ela compareceu a esta Comissão, desprovida de advogado e desprovida de *habeas corpus*.

Seja bem-vindo o Sr. Jayme Eduardo Rincón, inobstante o *habeas corpus* e a decisão do Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Tem o senhor a palavra, com todas as garantias, desta Comissão.

O SR. JAYME EDUARDO RINCÓN – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estou aqui atendendo à convocação desta CPMI. Gostaria de informá-los que, atendendo à recomendação técnica do meu advogado, permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Comissão tem um rito que exige ser preservado, por força do nosso colegiado, o que haveremos de seguir.

O senhor está dispensado.

O SR. JAYME EDUARDO RINCÓN – Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O que chama a atenção é o Supremo aceitar esse tipo de pedido. Isso é que chama a atenção. Aceitar e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Convido o Sr. Aredes Correia Pires, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 534, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

Temos um pacote legislativo com relação à Comissão, que queremos tratar também na Comissão do Código Penal. Acho que podemos juntar até por celeridade processual.

O Sr. Aredes Correia Pires comparece a esta Comissão, também amparado por medida cautelar, dispensável no *Habeas Corpus nº* 114879, que lhe assegura aqueles mesmos direitos e prerrogativas que administrativamente nós asseguramos.

Passo a palavra ao Sr. Aredes Correia Pires, ex-Corregedor de Polícia Civil do Estado de Goiás. Com

a palavra V. Sª, para as suas considerações, com o tempo que julgar necessário.

O SR. AREDES CORREIA PIRES – Bom dia a todos os senhores. Na verdade, em razão dessa medida cautelar, e seguindo orientação do meu advogado, vou deixar de responder às perguntas que forem formuladas por esta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Já adotamos aqui, como rito intermediário, digamos, passar a palavra ao Relator.

Como disse o convocado, ele se recusará a responder às perguntas, mas é preciso saber que perguntas. Eu, por exemplo, não sei quais são. Então, de repente, poder-se-ia passar a palavra ao Relator, para que este possa formulá-las, cabendo a ele o direito de ficar calado, sim. Concordo com V. Exª. Não há necessidade de *habeas corpus*. A Constituição assegura isso, mas me parece um exagero as perguntas não serem feitas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já tive oportunidade de me manifestar anteriormente. O rito não tem sido esse. O que foi aprovado pelo Colegiado tem sido a dispensa imediata e não inquirição pelo Relator pergunta a pergunta. Tenho para mim que devamos permanecer neste rito até que haja uma mudança numa votação por este Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. O senhor está dispensado, porque estamos mantendo o rito, e, se o senhor usasse do seu tempo, dos seus 20 minutos, para iniciar uma exposição, aí o Relator passaria a falar.

O senhor está dispensado.

O SR. AREDES CORREIA PIRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de lamentar a postura dos depoentes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, em função do Relator. Gostaria de saber que perguntas o Relator faria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas, Sr. Presidente, para lamentar a postura dos depoentes que vêm à CPMI. Não colaboram, numa linha clara, adotando a unidade da defesa existente do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o pacto do silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do silêncio absoluto. Agora, gostaria apenas de anotar aqui na Comissão, Sr. Presidente, que, em relação ao Sr. Aredes, as vinculações e a quebra de sigilo funcional dele são evidentes nas interceptações telefônicas. Ele detinha um aparelho nextel. Ele colaborou, vazando informações de dentro do aparelho segurança do Estado, da Polícia Civil, vem à Comissão e, mais uma vez, reafirma, com seu silêncio, o seu vínculo com a organização criminosa.

Em relação ao Sr. Jayme Rincón, questões que precisavam ser mais bem esclarecidas aqui, mas me fixaria basicamente em duas questões que chamo a atenção dos Pares desta Comissão, no sentido de que identifiquemos melhor, que joguemos uma lupa em questões que acabei por identificar aqui.

Numa intercepção telefônica, de 12/08, entre Cláudio Abreu e Carlinhos Cachoeira, Cláudio disse que acabou de fazer um trato com Wladimir. Há três lotes que ele, Cláudio, ficou em segundo lugar, mas ele quer o lote 18. O cara deu 30%, e ele deu 23%, referindo-se a um deságio. Se o Vladimir conseguir com o Marconi e o Jayme que o cara seja desclassificado, e o Cláudio ganhe com sua proposta, ele dá R$50 mil para o Vladimir. Cláudio liga de novo e diz que se Vladimir conseguir os três lotes, ganha R$100 mil; e, se for só o lote 18, R$50 mil. Se forem dois, recebem R$70 mil.

Nós identificamos, então, Presidente, no Portal Transparência do Estado, que, realmente, a Construtora Delta foi segunda colocada nesta licitação, na Concorrência 020, de 2011. Ela foi segunda colocada no lote 18, no lote 5 e no lote 23. É bom termos claro que a Construtora Caiapó foi desclassificada nos lotes 5 e 23, atendendo claramente ao comando da quadrilha, que desejava o lote 18 ou os três lotes e pedia expressamente a desclassificação.

O Sr. Jayme Rincón poderia, na sua oitiva aqui, ter explicitado melhor como se dá o processo de desclassificação das empresas na Agetop. Não quero aqui, com isso, inferir que o Sr. Jayme Rincón seja ligado à organização criminosa. Agora, que o interesse da organização criminosa se viu configurado e atendido, é evidente.

Outra questão que eu julgo importante, para a qual eu queria chamar atenção dos pares desta Comissão, é que, num relatório de análise complementar da Polícia Federal que foi encaminhado a esta CPMI, constam, Sr. Presidente, duas minutas de edital com o nome da Agetop, mostrando que o Sr. Wladimir Garcez, que se encontrava com frequência com Sr. Jayme Rincón, tinha no seu computador, computador que foi apreendido quando da deflagração da polícia, duas minutas de edital de licitação identificadas com a Agetop, prova de que o Sr. Wladimir Garcez buscava influenciar de maneira clara, inclusive escrevendo editais a serem publicados na Agetop.

Questões como essas, com o silêncio do depoente, não podem ser esclarecidas melhor. Fica, então, a compreensão do Relator e dos pares desta CPMI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, pela ordem. Vamos pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Questão de ordem aqui: tragam-me o número do artigo, eu vou conferir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 95, da Câmara dos Deputados. Pode ser o 116, se não me engano, do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Leia o número do artigo e traga o artigo aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 95 da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me ler o art. 95 da Câmara dos Deputados.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu prefiro dar a palavra a V. Exª pela ordem. É muito mais cômodo para mim. Pela ordem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, dê-me pela ordem, mas o 95 da Câmara dos Deputados trata de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou lhe dar a palavra pela ordem, porque vou ter de ler o número do artigo, mas eu prefiro dar a palavra pela ordem a V. Exª, que é muito mais produtivo para mim.

Pela ordem, Deputado Miro Teixeira.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Registre-me também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A questão que eu coloco é relativa não mais ao rito, mas à ordem dentro do rito que estamos adotando aqui – eu estou vencido nisso, mas é o rito que estamos adotando. É a ordem dentro do rito. Eu imagino que, primeiro, deve ser dada a palavra ao Relator, antes de se perguntar ao convocado se ele vai falar, se ele quer responder ou se ele não quer responder, partindo do princípio de que ele só pode não se autoincriminar sabendo quais perguntas poderão ser feitas. Então, não haverá mudança de rito... Claro que ela poderá haver e eu desejo que haja, mas aí dependemos de sessão administrativa. Porém, como vimos agora, é fundamental que as pessoas saibam o porquê da convocação e é fundamental que o convocado também saiba o que tem aqui contra ele e que a ele seja dado o direito de defesa. Ele pode silenciar, claro, e aí pode ser dispensado, agora, primeiro, sabendo o que tem aqui contra ele e que não se pratica o ato leviano da convocação. Eu penso que é um dever com o Parlamento. Não significa mudança de rito estabelecermos este procedimento, dando-se, primeiro, a palavra ao Relator.

É o que eu requeiro como questão de ordem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas para – e cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Odair Cunha – registrar a declaração do Sr. Rincón dada à imprensa, especialmente ao g1.com, no dia 16 de julho, em que ele dizia que viria à CPI para falar. Teria que ser dito aqui, na presença dele – nós não o fizemos, dada a rapidez com que se dispensam aqui os convidados e convocados – e perguntado por que ele mudou de opinião, já que ele disse que queria falar, que queria explicar, que queria dar as informações, ele, que é uma pessoa importante em Goiás, do ponto de vista da política, dos cargos que lá desempenhou. Seria muito importante que ele falasse. E ninguém perguntou por que ele mudou de ideia. É isso que cobrou do Sr. Relator, ou seja, ter feito essa cobrança do Sr. Rincón.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Deputada Iris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, apenas para complementar a palavra do Deputado Rubens Bueno, uma vez que o depoente não só fez o que disse a respeito de falar, mas ele fez alguns desafios e algumas ameaças em Goiás, principalmente à minha pessoa, como “ela não perde por esperar.” Estou aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, só para registrar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, apenas para me associar ao que disse o Deputado Miro Teixeira. Uma CPI, subsidiariamente, tem que aplicar o Código de Processo Penal, como todos sabemos. E, no interrogatório judicial, no interrogatório policial, cujas previsões estão nesse Código, o juiz ou o delegado, quando vão ouvir um acusado ou indiciado na Polícia, uma testemunha, eles podem ler para essas pessoas, não interessando a sua condição, o teor da denúncia, o teor das provas contra eles existentes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu aqui também quero me associar ao Deputado Miro Teixeira

nesse particular, e não existe mudança de rito. Essa mudança de rito só poderia dar-se em reunião administrativa, todos sabemos disso e já até conversamos sobre isso. Agora isso não importaria em mudança de rito. Isso poderia ser feito, Sr. Presidente, é o meu apoio ao que o Deputado Miro aqui trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para esclarecer o Deputado Miro em relação à questão de ordem por S. Exª formulada e consubstanciada pelo apoiamento do Senador Pedro Taques. Votamos aqui, na segunda sessão administrativa, por quase unanimidade dos nossos pares, apenas com voto contrário, à época, do Senador Cássio Cunha Lima, o comunicado de procedimentos que tomaríamos na Comissão, o conjunto de normas que tomaríamos na Comissão. Entregamos a cada um dos senhores o dia 2 de maio de 2012. No item IV, está escrito: "Depoimentos e Uso da palavra".

> 1) – Nos depoimentos e inquirições, a CPMI observará os seguintes procedimentos:
> **a**) – o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente;
> b) – o Relator interpelará o depoente pelo tempo que foi necessário.

Foi isso o que preestabelecemos**.**

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não há colisão, Sr. Presidente.

V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não há colisão. Não estou falando ainda da interpelação, não estou falando dessa fase. Estou falando da abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Veja: "o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente", até para ele justificar as razões pelas quais foi convocado. Ele recebeu uma convocação na sua residência, segundo a qual estava convocado para vir a CPI.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele não sabe o porquê, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele não sabe as razões.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele recebeu cópia de todos os documentos da CPI? Não. Ele recebeu uma notificação. Então, ele veio aqui para falar sobre a novela das 20h? Não. Ele veio para falar sobre casos importantes. Não vejo como isso pode significar mudança de rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E não há nenhuma colisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos continuar estudando.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero levantar uma questão aqui. Acerca da mudança do rito, temos um requerimento do Deputado Miro Teixeira, que assinamos no PSDB e votaremos favoravelmente.

Mas uma questão me salta aos olhos, Sr. Presidente, e eu queria chamar a atenção dos colegas da Comissão. Nós tivemos, pela competente assessoria da bancada do PSDB, um levantamento, até o presente momento, dos dados que estão aqui sob a guarda da CPMI. Trata-se de informações importantes resultantes do cruzamento de dados. Até a semana passada, nós tínhamos um levantamento do rastreamento de R$291,32 milhões das chamadas empresas fantasmas, fornecedoras da Delta. Já agora, Sr. Presidente, quanto aos recursos públicos que a Delta desviou... E nós temos uma décima oitava empresa, duas a mais que aquelas registradas nesse nosso levantamento.

Agora, quanto de recurso público a Delta desviou utilizando-se de supostas fornecedoras mediante simulações de prestações de serviços ou entrega de bens? É estarrecedor, mas é o número a que chegamos até o presente momento: R$413,65 milhões. Eu vou dar apenas as cinco maiores empresas fornecedoras da Delta: SP Terraplanagem Ltda., R$45,408 milhões; Power Engenharia, R$43,126 milhões; JSMS Engenharia e Terraplanagem, R$39 milhões; Soterra Terraplanagem, R$36 milhões; SM Terraplanagem, R$35 milhões; e a MPB Serviços, R$30 milhões. Essas apenas as seis primeiras empresas que são as fornecedoras da Delta. No total, Sr. Presidente, das dezoito empresas, são R$413 milhões.

Ora, se considerarmos esses números, não é possível deixarmos de levar em conta o que foi dito aqui ontem pelos Procuradores, Sr. Presidente. E aqui disse claramente o Procurador: "O grupo continua articulado e o próximo desafio, tanto para a Comissão quanto para o Ministério Público, será identificar o braço financeiro da organização a partir de possíveis fraudes em licitações e estimar o seu patrimônio". E diz mais o Procurador: "Enquanto não conseguirmos sufocar a parte financeira da organização criminosa, ela continuará viva e operando, independentemente de o chefe estar preso ou não".

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que nós, na próxima reunião, quebremos o sigilo bancário dessas empresas fantasmas para podermos fazer o rastreamento que nós já iniciamos aqui – e precisamos continuar –, para efetivamente desmontar esse braço

financeiro. E disse aqui o Sr. Procurador que essa é a única forma de quebrarmos a espinha dorsal da organização criminosa. Então, é importante que isso fique claro para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *Ok*.

Nada mais havendo a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu só queria concordar também com essa sugestão de que, nos próximos depoimentos, possamos, antes de passar a palavra ao depoente, fazer a ele as indagações, como propõe o Deputado Miro Teixeira. Nós também nos perfilamos com essa tese de que é possível fazer essa alteração de procedimento sem significar alteração de conteúdo do rito aprovado pelo Colegiado da Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de V. Exª encerrar a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu só queria registrar, Sr. Presidente, que ontem eu encaminhei à Polícia Federal, em razão do que já analisamos, uma correspondência necessária, embora possa parecer redundante de tão óbvia, para que nós tenhamos a segurança de que todos os esforços estão sendo feitos no combate a toda essa ramificação financeira da organização criminosa. O referido expediente é no sentido de que a Polícia Federal intensifique as buscas para localizar o Sr. Giovane, aquele mesmo que foi citado quando do depoimento da depoente da empresa Alberto e Pantoja, que aqui esteve, que foi usada como laranja e foi vítima do esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, nós fizemos um pedido no sentido de que eles intensifiquem essas buscas, até porque ele está, segundo fomos informados, foragido. E só ele sacou, em dinheiro, R$8 milhões dessa empresa fantasma, depositados pela Delta.

E aí eu queria, Sr. Presidente, fazer um apelo a V. Exª – e vou formalizá-lo – no sentido de que nós possamos encaminhar esse expediente à Polícia Federal, ainda porque o chefe geral da Polícia Federal nos disse claramente que a operação não se ateve às questões da Delta porque ela não tinha as informações que agora temos. Ou seja, a CPMI já começou, sim, a produzir um bom resultado, porque identificou as contas fantasmas, identificou por onde está sendo desviado o dinheiro público. Portanto, que a gente formalize à Polícia Federal para que a Polícia Federal inicie imediatamente, aprofunde as investigações nesse esquema violento de corrupção e de desvio de dinheiro público e de uso de empresas fantasmas associadas a quem está prestando serviço à área pública. Porque continua prestando serviço.

A Delta foi, nos últimos dois ou três anos, a empresa que mais dinheiro recebeu do Governo Federal. Não é um das, não; é a que mais dinheiro recebeu, e agora está comprovado que ela está totalmente envolvida com o crime e com empresas fantasmas. Então, precisamos acionar a Polícia Federal porque, até então, nós sentimos que isso aí está parado. Quer dizer, prendeu o Carlinhos Cachoeira, ótimo, tem que prender mesmo e tem que prender todos os outros. Agora, quem está envolvido com o roubo do dinheiro público é essa grande empreiteira. Seus comparsas têm que ser investigados, além da quebra dos sigilos que V. Exª, não tenho dúvida, irá colocar em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, como último orador inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero insistir – eu estava ouvindo alguns colegas se manifestarem anteriormente – na necessidade que temos de, o quanto antes, apreciar os requerimentos que faltam, das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. Como foi dito ontem pelos Procuradores e no caminho que aponta a investigação desta CPI, o braço financeiro dessa organização criminosa, o esquema dessa organização criminosa está em torno da empreiteira Delta.

Nesse sentido, considero, Presidente, fundamental nós, o quanto antes, se não for possível esta semana, visto que hoje é a última reunião da semana, mas ainda na semana que vem, realizarmos uma reunião administrativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciar os requerimentos das empresas laranjas e/ou de fachada que receberam recursos da empreiteira Delta.

Esse me parece que é o único caminho a ser seguido por esta CPI.

Segundo aspecto, Presidente, permita-me. V. Exª designou, juntamente com o Relator, uma subcomissão, da qual tive a honra de fazer parte, que há duas semanas visitou a Direção-Geral da Polícia Federal. Nessa reunião com a Direção-Geral da Polícia Federal, na qual o Relator, o Vice-Presidente estavam presentes, assim como um conjunto de membros desta CPI, o Diretor-Geral se colocou à disposição para contribuir com esta CPI na averiguação dos dados já levantados por esta CPI.

Portanto, Presidente, considero importante desta feita que essa subcomissão, sob a designação de V. Exª e do Relator, com a companhia, se possível, de V. Exª, com a companhia do Relator, que já esteve ante-

riormente, retorne à Polícia Federal, agora de posse do HD com as informações que esta CPI já apurou, notadamente em relação à empreiteira Delta, para chamar a Polícia Federal a compartilhar essas informações e a contribuir com os passos que esta CPI tem de dar.

Quero só lembrar que esta subcomissão, que anteriormente esteve lá na Polícia Federal, foi resultado de uma deliberação tomada aqui pelo coletivo, pelo colegiado da CPI. Então, não carece uma nova deliberação da CPI, visto que é a continuação da ação dessa subcomissão que esteve na Polícia Federal, para levar até a Polícia Federal agora as informações que já foram apuradas para serem compartilhadas e para contarmos com a Polícia Federal no procedimento de investigação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª estava em outra atividade que considero superimportante também, até porque todas as atividades que V. Exª desempenha neste Congresso Nacional são extremamente importantes, o mandato de V. Exª é muito rico em atividades parlamentares legislativas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tanto quanto a de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E estava dizendo agora há pouco ao Senador Alvaro Dias o mesmo que faço a V. Exª: estão sendo amadurecidos pelo Relator os requerimentos propostos por V. Exª e por ele para que tenhamos de forma extraordinária uma reunião, nas próximas reuniões marcadas por esta Comissão, para o aproveitamento desses requerimentos, com posterior deliberação.

Esse é o entendimento desta Presidência, contando com o estudo detalhado de cada um dos requerimentos por parte do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quanto à segunda avaliação de V. Exª, eu gostaria que V. Exª se dirigisse ao Relator, porque foi com ele e com o Vice-Presidente que V. Exª tratou com o diretor-geral da Polícia Federal e, certamente, V. Exª está habilitado para novamente ir lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E V. Exª representará a Presidência sempre que tiver necessidade porque, de ofício, ninguém melhor do que V. Exª para representar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Agradeço. Só reiterar. Na verdade, na presença do Vice-Presidente e do Relator, também estava um conjunto de colegas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estava. Domingos Sávio foi quem propôs, estava lá. Esta questão do Geovani, nós temos que fazer por ofício, reiterar, porque essa é uma peça chave na organização criminosa.

Vamos por ofício.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Formalizei, Presidente, e já protocolei na Comissão, pedindo que V. Essa dê essa sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ver.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2012, às 10 horas e 33 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as)**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) , Walter Pinheiro (PT-BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB/GO) e Cidinho Santos (PR-MT) **e dos (as) Deputados (as)**: Candido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-

-DF). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Tomás Correia (PMDB-RO) e João Pedro (PT/AM), e Deputados Luciano Castro (PR-RR), Chico Alencar (PSOL-RJ), Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Roberto de Lucena (PV-SP). Na oportunidade foram chamados a depor o Sr. Luiz Antônio Pagot, que compareceu acompanhado de seu advogado, Sr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e, posteriormente, o Sr. Adir Assad, amparado pelo HC 114.929 e acompanhado de seu advogado, Sr. Renato Borges Barros, sendo que o Sr. Adir Assad valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos. Peço a V. Exªs, Srªs e Srs. Deputados, que tomem os seus assentos.

Quero informar a V. Exªs, e também desejo que a assessoria se posicione em seus respectivos lugares... Já à minha esquerda, o Sr. Relator; à minha direita, o meu Vice-Presidente.

Peço desculpas ao Vice-Presidente. A Secretaria ainda está em falta com V. Exª. Acabei de visualizar isso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 26ª e da 27ª Reuniões da Comissão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, as atas estão aprovadas.

São dois informes importantes a V. Exªs, extraídos da reunião passada.

Em atenção às informações requeridas por V. Exªs, me foi informado, ontem, através do Prodasen, pelo Sr. Diretor Afrânio Erasmo Fernandes Moreira, atendendo solicitação desta Presidência, a respeito do material enviado pela Polícia Federal para esta CPMI e recebido na noite da última sexta-feira, dia 24 de agosto.

Oficialmente, para V. Exªs, para os profissionais da imprensa e para a sociedade brasileira, temos a informar que:

> – O material recebido é composto de 280 (duzentos e oitenta) mídias magnéticas, em formatos de DVDs, CDs e Blu-Ray, contendo documentação digitalizada, relatórios de análise de material apreendidos, laudos periciais e cópia das respectivas mídias apresentadas por ocasião do cumprimento dos mandados de busca e apreensão no dia 29/02 de 2012, totalizando capacidade máxima de aproximadamente 1,4 terabytes, de acordo com o levantamento e inventário realizados pela Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito;
>
> – Esta Secretaria de Informática tomou a iniciativa de promover a melhor opção técnica para disponibilizar essa nova remessa de dados aos Senhores Parlamentares, solicitando à Administração desta Casa a aquisição de discos rígidos de alta capacidade, em número suficiente para instalação nas estações de pesquisa disponíveis nesta CPMI. Isso foi necessário visto que o volume de dados é superior à capacidade de armazenamento de nossas estações. Devemos lembrar que, por motivo óbvio de segurança, tais equipamentos estão no modo 'stand alone' – sem conexão à rede ou outro recurso operacional;
>
> – Logo na manhã desta segunda-feira, promoveu-se a leitura/ armazenamento, em um único disco rígido externo, das mídias em formato CD e DVD. Foi requerido também, junto à Secretaria Eletrônica do Senado Federal, equipamento para leitura das mídias em formato Blu-Ray;
>
> – Em seguida, os dados serão replicados em outros discos rígidos adquiridos, a serem conectados em portas de conexões seguras, nas diversas estações;
>
> – Os formatos identificados como conteúdo nas diversas mídias vão desde arquivos de texto, planilhas, arquivos de áudio, de vídeo e de outros arquivos compactados;
>
> – Inicialmente os dados serão disponibilizados na forma como foram recebidos. As dificuldades porventura encontradas deverão ser tratadas na medida do seu surgimento. No entanto, ressalta-se que as informações serão disponibilizadas sem qualquer manipulação, preservando-se de origem o mesmo grau de confidencialidade e de sigilo;
>
> – Por fim, a previsão da disponibilidade ao acesso a toda essa base de dados, na melhor das hipóteses, visto o volume [de 1,4 terabytes] e a pendência da aquisição dos equipamentos necessários [ainda hoje conclusa], é estimado [sic] para esta quinta-feira, dia 30 de agosto.

Atenciosamente, – Direção do Prodasen.

Feito o comunicado aos senhores.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Luiz Antônio Pagot, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 21, de autoria do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni; 67, de autoria do Sr. Deputado Carlos Sampaio; 78, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 111, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno; 141, de autoria do Senador Alvaro Dias; 288, de autoria do Sr. Deputado Maurício Quintella; 476, de autoria do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni; 501, de autoria do Sr. Deputado Filipe Pereira; e também para ouvirmos o Sr. Adir Assad, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 516, de autoria do Sr. Deputado Luiz Pitiman; 637, de autoria do Sr. Deputado Filipe Pereira; 644, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, antes de iniciarmos estas oitivas, o Sr. Deputado, Líder dos Democratas, meu queridíssimo amigo, Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Presidente.

Muito rapidamente, só queria, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, retomar o nosso diálogo sobre a necessidade de que emergencialmente se faça uma reunião administrativa de caráter exclusivo. Isso era o que nós conversávamos na semana passada, para fazer a aprovação da quebra do sigilo bancário e fiscal, principalmente, daquelas 12 empresas que complementam as 18 "laranjas", que nós já identificamos, das quais, na verdade, nós temos, aqui, o sigilo de seis. Quanto mais a gente se debruça sobre as conexões da empresa Delta – e particularmente hoje – em relação ao DNIT, aumenta o número de "laranjas", operando em vários Estados. Então, há um *modus operandi* da empresa Delta, sobre o que, inclusive, no dia de hoje, nós vamos dialogar: empresas que foram criadas, no mesmo dia, na mesma cidade, com os mesmos sócios, em rodízio, onde milhões e milhões de reais de dinheiro público circulam, já que mais de 95 ou 96% do faturamento da empresa Delta, Sr. Presidente, é dinheiro público. São quase insignificantes os resultados operacionais dessa empresa com contratos privados. Volto a insistir neste número: mais de 95% do faturamento dessa empresa são dinheiro público – ou de Estado, ou de prefeitura, ou da União.

E como muito bem frisaram aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, os procuradores de Justiça que aqui estiveram, talvez a maior missão desta CPI é quebrar a espinha dorsal de uma organização que, na minha avaliação – e aí tenho de fazer sob o meu ângulo de análise –, a empresa Delta é vital. E, até no recente julgamento que faz o Supremo Tribunal Federal, nós estamos vendo, com muita facilidade, a condenação da corrupção passiva. Não há, na história recente das CPIs no Brasil, a condenação por corrupção ativa.

Eu tenho uma convicção que, neste momento, é pessoal e que espero que ao final do processo da CPI seja de todos: de que essa empresa Delta é, hoje, uma das maiores, talvez a maior corruptora na área pública federal, estadual e municipal do País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Eu vou passar a palavra... Nós temos, hoje, uma reunião que, espero, seja produtiva. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem, e eu, em atendimento e em respeito aos senhores, vou passar a palavra pela ordem a V. Exªs. Espero que V. Exªs usem o tempo de 3 minutos. Ainda tenho de responder a uma questão de ordem que me foi formulada semana passada, a que espero poder atendê-los, para iniciarmos, assim, a oitiva do depoimento do Sr. Pagot.

Quero ouvir, com muito interesse e atenção, o meu Relator da reforma da Comissão Especial do Código Penal, a quem já faço um informe: o Presidente dessa Comissão, ontem, esteve reunido, com a procuração desse, do Sr. Relator, com membros da Receita Federal, do Banco Central, da Comissão de Orçamento, da Consultoria de Orçamento, da Consultoria Legislativa da Polícia Federal. Nós fizemos a primeira reunião do grupo de trabalho para apresentarmos a V. Exª, na condição de Relator da Comissão Especial de Reestruturação do nosso Código Penal, ainda a tempo, emendas com o crivo desta Comissão.

Nós vamos aproveitar o trabalho exitoso que V. Exª está fazendo para, ainda no prazo do Senado, esta Comissão apresentar reformas do tipo penal, para que V. Exª possa analisá-las e levá-las ao seu relatório.

É o informe que faço a V. Exª do grupo de trabalho reunido ontem.

Com a palavra o Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Com certeza, essa informação e o trabalho elaborado por esse grupo trarão luzes ao trabalho que nós estamos a realizar.

Eu agradeço as palavras de V. Exª.

Apenas para corroborar o que disse o Deputado Onyx, se faz necessário, de forma urgente, que nós possamos afastar o sigilo bancário e fiscal dessas pessoas jurídicas, todas ligadas a esse Sr. Adir Assad.

Nós temos, aqui, as seguintes pessoas jurídicas: SP Terraplanagem; Power Engenharia; JSM Terraplanagem; Soterra Terraplanagem; SM Terraplenagem; MB Serviços; Legend Engenheiros. Todas elas, Sr. Presidente, receberam da Delta, somando, R$260 milhões,

R$260 milhões. E, tendo em conta que os sócios dessas empresas – de dinheiro público –, todos os sócios, Sr. Presidente, são ligados ao Sr. Assad. O capital social dessas pessoas jurídicas chega a ser ridículo, tendo em conta o valor que essas pessoas movimentaram.

Então, se fosse possível, nós já deferirmos ou não esses requerimentos, para que nós possamos chegar ao terceiro nível dessa organização. O terceiro nível significa: onde foi parar o dinheiro, Sr. Presidente?

É isso, em menos de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto e meio, mais precisamente.

Deputado Rubens Bueno; depois o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR.) – Sr. Presidente, na última reunião, nós pedimos preferência e fizemos aqui o comentário, presente neste plenário e depois pessoalmente, ao Relator geral e à Presidência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E nós apresentamos cinco requerimentos. Dois deles... Há o que convoca o Sr. José Augusto Quintella Freire para falar sobre o tráfico de influência da Delta no Governo, especialmente os contratos públicos; o Sr. Romeno Marcelino Machado, também para esclarecer denúncias de tráfico de influência da Delta; requerimento para que se enviem cópias relativas aos contratos da empresa Delta com a Cedae, que é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – cópias de contratos –; e também do Sr. José Francisco das Neves, o famoso Juquinha, que, numa tacada só, fez contratos de R$500 milhões com a Delta enquanto estava na Valec – e todo o esquema vinculado ao Sr. Carlos Augusto Cachoeira. Então, é preciso esclarecer isso, claramente. E também da Vitapan, indústria farmacêutica, os contratos da Vitapan com órgãos públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, porque também é uma das empresas do Sr. Carlos Augusto Cachoeira.

Finalmente, Sr. Presidente, apresentei requerimento que faz, aqui, a convocação do Sr. Raimundo Queiroga e do seu irmão, Otoni Queiroga Júnior, e do Sr. Bruno Barbosa, porque esses estão envolvidos na operação JackPot da Polícia Civil do Distrito Federal, na exploração de jogos de azar aqui, próximo à Praça dos Três Poderes. Não é possível que nós não convoquemos aqueles que estão presos exatamente pela prática, e tudo é um jogo de influência manipulado, solicitado e cobrado de dentro do presídio da Papuda pelo Sr. Carlos Cachoeira. Daí a necessidade da presença desses convocados por requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero reiterar o que já foi dito, em primeiro lugar, pelo Deputado Onyx e pelo Senador Taques, destacando mais uma vez: seria importante nós termos, já para o depoimento de hoje do Sr. Assad, o sigilo das empresas laranjas que têm relação com ele, notadamente JSM, Soterra, Power Tocantins, SP Terraplanagem, BW, WS e Garra. Além dessas, das outras que receberam recursos da Delta.

No mais, Sr. Presidente, eu queria reiterar... Me parece que o Sr. Luiz Antônio Pagot, para nossa felicidade, desta Comissão Parlamentar de Inquérito e do Brasil, irá falar. Mas temos aqui mais um *habeas corpus*, no meu entender, uma redundância desnecessária proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em relação ao Sr. Adir Assad.

O que quero perguntar a V. Exª é sobre o seguinte: sem mudança de rito, eu queria solicitar a essa Mesa, mesmo porque não há nada *a contrario sensu* por parte do *habeas corpus* que aqui está... Aliás, outros *habeas corpus* asseguraram, até aqui, aos membros desta CPI a prerrogativa constitucional de perguntar, e eu queria solicitar e sugerir um encaminhamento – já dialoguei com V. Exª e com o Relator na semana passada, junto com o Deputado Miro e o Deputado Rubens Bueno – que é em relação ao Sr. Adir Assad: antes de ele proferir se vai utilizar o direito constitucional ao silêncio ou não, nós podemos encaminhar aqui, verbalmente, ao Relator, as perguntas de nossa lavra ao Sr. Adir Assad, para, se o Relator assim achar por bem, fazê-las ao Adir Assad. Encaminho isso em relação ao Sr. Adir Assad e faço a mesma consulta a V. Exª em relação ao depoimento de amanhã do Sr. Fernando Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixem-me agora responder...

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, apenas uma questão: alguns Parlamentares já me perguntaram a respeito da reunião administrativa, e me veio uma informação de que nós teríamos marcado, a princípio, uma reunião administrativa para o dia 5. Eu gostaria apenas de saber se essa está confirmada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ainda não. Espero confirmar.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora vou responder ao Senador Randolfe Rodrigues e espero responder aos Parlamentares que me consultaram, trazendo um pouco o videoteipe da

última reunião e ainda o nosso encontro, que fizemos após a reunião.

Nós votamos e aprovamos, quase à unanimidade, queridíssimo Deputado Carlos Sampaio, essa regra de procedimentos. Dessa regra de procedimentos criamos um rito; esse rito, no seu item 4 – e peço atenção dos senhores –, inciso I, subitem I, diz que, nos depoimentos e inquirições, a CPMI observará o seguinte: "O Presidente franqueará, inicialmente, a palavra ao depoente".

No momento em que eu coloquei essa questão, em boa hora, com a inteligência iluminada de sempre, o Deputado Miro, o Senador Taques e o Deputados Onyx...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Artigo 14. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – ... Contraditaram esta Presidência de forma respeitosa e disseram-me que o depoente não teria conhecimento daquilo para o que estava sendo convocado e, por isso mesmo, fundamentar-se-iam as razões das perguntas e das indagações que V. Exªs estavam querendo fazer por escrito ao relator no momento das oitivas. Eu fiquei de estudar a questão com a nossa assessoria técnica.

Eu estou reproduzindo e tentando fazer com a máxima fidedignidade, como é minha praxe na relação com V. Exªs; sempre foram assim os nossos encontros. Procurei ver como procedemos na comunicação oficial àquelas testemunhas, àqueles que irão depor, indiciados ou não, testemunhas ou não. E tomei conhecimento de que o rito, o procedimento desta Comissão é o de que a Secretaria encaminha a cada uma das testemunhas intimadas para depor todo o acervo, isso quer dizer todo o texto do requerimento ou dos requerimentos que consubstanciam a sua convocação. Tanto é assim que esses requerimentos são base, Senador Randolfe, dos famosos HCs, alimentadores das bancas jurídicas. Então, quem senta aqui ao meu lado para usar dos 20 minutos sabe exatamente por que está sentado e as razões de estar sentado.

Então, para qualquer mudança de rito, os senhores sabem que, usando o ensinamento do Senador Pedro Taques, a minha postura aqui não é imperial e nunca será. Eu sou refém do colegiado – e aí acabam os casos do art. 14. Se os senhores decidirem em outra reunião administrativa mudar novamente o rito, eu tentarei fazer a condução desta mudança, mas agora, nesta reunião, como na reunião seguinte, antes de uma próxima reunião administrativa, o que irei fazer? Peço atenção. Utilizando a advertência dos senhores, não apenas lerei a ementa, como estava lendo antes, mas fazer comentários – e esta Presidência os fará no uso das suas prerrogativas – sobre os requerimentos dos senhores, para relembrar aquilo que os depoentes têm no juízo dos seus valores ao chegar aqui.

Essa é a decisão da questão de ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

Na verdade, não se trata de mudança de rito.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro que não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – É o entendimento desta Presidência, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria só reiterar que o encaminhamento que fazemos é encaminhar ao relator as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – Vamos mudar na próxima sessão administrativa.

Pela ordem, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – Vou respeitar todos os pedidos pela ordem, mas advertirei a Comissão...

Vou respeitar todos, pela ordem, mas advertirei a Comissão: com relação à questão de ordem, tomem os códigos, tomem os regimentos em suas mãos, e os leiam para mim, porque eu os tomarei também em minhas mãos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, meu querido Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, vou querer ser rápido e objetivo. Há duas questões fundamentais, na minha opinião, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da CPMI.

Não me animam muito os depoimentos que aqui são feitos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A mim também não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E também aqueles que deixam de ser feitos. O que me anima bastante é o trabalho que a CPI pode fazer com os documentos que estão chegando e aqueles que estão sob a responsabilidade da Presidência e desta CPI em sigilo – quebra de sigilo bancário etc e tal.

Agora, como o Senador Randolfe Rodrigues e o Deputado Onyx Lorenzoni falaram, a quebra de sigilo de 12 empresas das 18 já identificadas, empresas laranjas, para que possamos o cruzamento de dados. Então, quero fazer um apelo ao Relator e a V. Exª, para que, se pudermos transformar a reunião de amanhã em sessão administrativa, pelo menos para quebra de

sigilo dessas empresas, acho fundamental. Que V. Exª, para concluir, possa facilitar, do ponto de vista técnico, o acesso nosso, da nossa assessoria, às informações que a Polícia Federal remeteu, que não estão em condições, neste momento, de serem acessadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de V. Exª chegar aqui, a Presidência já leu um comunicado e vai passar a V. Exª. A facilitação é total. Até quinta-feira, o material está disponível. Concordo com V. Exª e compreendo a sua posição.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Carlos Sampaio pediu a palavra antes de V. Exª. Vou dar 30 segundos para cada um, a fim de que possamos começar o nosso trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vamos ouvir o depoente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São seus colegas do PSDB, meu caro Senador Alvaro Dias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, tão somente para concordar com V. Exª de que haveria necessidade de uma votação deste Colegiado para mudar, ou para retomarmos o rito anterior. Tanto é verdade que a testemunha sabe dos fundamentos, que não só ela pleiteia o *habeas corpus*, como nós não estamos autorizados a fazer perguntas fora do escopo do requerimento de intimação.

Só para registro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª a compreensão jurídica, em favor do entendimento desta Presidência, Deputado Carlos Sampaio, membro do Ministério Público.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, nessa mesma linha de que temos de aprofundar as investigações do caminho do dinheiro, além da quebra do sigilo, queria ponderar com V. Exª que aquela diligência – que V. Exª, de forma muito objetiva, determinou que realizássemos, e o fizemos na companhia do Relator, na companhia do Vice-Presidente Deputado Paulo Teixeira – foi extremamente proveitosa. A prova disso é que aí chegaram documentos num volume que, inclusive, irá requerer um esforço maior da área técnica, para que possamos fazer a leitura.

A minha colocação é no sentido de que apresentei a esta CPMI um novo requerimento, dando sequência, inclusive, às tratativas que fizemos com o Diretor-Geral da Polícia Federal, na mesma linha do que ouvimos os Procuradores da República que aqui estiveram. Eles foram claros e categóricos em nos dizer que as operações "Vegas" e "Monte Carlo" não se aprofundaram – diria até mais -, não investigaram as relações empresariais e patrimoniais da Delta, porque o objetivo daquelas operações eram a estrutura do jogo ilegal, do tráfico e das relações que surgiram de corrupção ativa e passiva, principalmente com policiais e com a área de segurança.

Pois bem. Esta CPMI já deu uma contribuição ao País, está no caminho de uma grande contribuição, porque, ao quebrar o sigilo da Delta, verificou toda uma estrutura que envolve empresas laranjas.

Ouvimos do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Ministério Público que eles não investigaram a Delta. E mais: ouvimos do Diretor que ele estaria absolutamente pronto, quase chegou a dizer ávido, por aprofundar-se nas investigações.

A Polícia Federal é uma polícia de apoio judiciário das ações tanto dos órgãos de Justiça Federal quanto desta CPMI, que tem atribuições equiparadas à estrutura do Judiciário, por força da Constituição. Portanto, a Polícia Federal pode e deve agir em sintonia com esta Comissão e a pedido dela.

O meu requerimento vai no sentido de solicitar a V. Exª – creio que V. Exª pode fazê-lo até de pronto – que acione a Polícia Federal, para que esta dê prosseguimento e aprofunde as investigações em cima da estrutura da Delta e de todas as empresas laranjas, cujas provas já indicam graves envolvimentos com o crime.

É esse o meu pedido e, se isso não puder ser feito hoje, que o seja na reunião de amanhã, para que nós tenhamos imediatamente a ação da Polícia Federal focada no caminho de investigar onde foi parar o dinheiro público, que, para nós, está evidente foi desviado em função de licitações fraudulentas, medições superfaturadas, etc.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Formalizo o requerimento de V. Exª.

Bom, convido o Sr. Luiz Antônio Pagot, para compor a Mesa dos nossos trabalhos.

Para facilitar a compreensão de V. Exªs, tentarei me repetir, acerca dos procedimentos adotados por esta CPMI, a Presidência esclarece que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter calado.

De acordo com os já mencionados requerimentos aprovados por esta Comissão, de iniciativa dos Srs. Congressistas Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Randolfe Rodrigues, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Maurício Quintella e Filipe Pereira, comparece a esta CPMI o Sr. Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A presença de S. Sª deve-se, sucintamente, conforme expresso no Requerimento nº 21, de 2012, do Deputado Onyx Lorenzoni, ao fato de que – palavras do Deputado – "as investigações em curso na Polícia Federal sobre a organização [...] de Carlos Augusto de Almeida Ramos já revelaram a triangulação Cachoeira *versus* Delta, Construções *versus* DNIT".

Na mesma linha de raciocínio, outros requerimentos afirmaram essa relação como o de nº 67/2012, de autoria de S. Exª o Sr. Deputado Carlos Sampaio – palavras do Deputado:

> Ademais, as investigações da Polícia Federal revelaram que o grupo criminoso mantinha contatos com a Empresa Delta S/A. Segundo noticiado na imprensa, a referida construtora movimentava movimentações financeiras em favor de empresas de fachada pertencentes à organização criminosa. A Controladoria-Geral da União estuda a possibilidade de declarar a Delta Construções inidônea.
>
> Nesse contexto, a vinda do Sr. Pagot é de extrema importância, uma vez que o órgão que ele, até bem pouco tempo, o DNIT, detinha e ainda detém expressivo número de contratos firmados com a empresa Delta Construções S/A [Fecha aspas].

Para depor sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão e agradecendo, de antemão, a presença de S. Sª e a colaboração sempre presente, manifestada em todos os órgãos de imprensa e a esta Presidência, passo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

V. Sª tem o tempo que achar oportuno e conveniente para expor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Exmo Sr. Presidente, Sr. Relator, Exmas Srªs Senadoras e Deputadas, Exmos Senadores e Deputados, os senhores e as senhoras estão diante de um fazedor, trabalhador incansável e obstinado, leal a seus pares, cumpridor das obrigações e sempre preocupado com o bem-estar do próximo.

No Paraná, onde me estabeleci, após ter servido por 9 anos como oficial do Corpo da Armada da Marinha do Brasil, através das associações comerciais do Sebrae e federações, contribuí para que empresários e o próprio Governo do Estado ingressassem nas ações de comércio exterior, especialmente no Mercosul, coordenando, ao longo de 3 anos, 17 seminários internacionais e 37 seminários regionais, acelerando o entendimento e a participação das empresas paranaenses no novo modelo econômico.

No Mato Grosso, a partir de 1994, convidado pelo pioneiro André Maggi, colaborei com o processo de abertura, inclusão e desenvolvimento da fronteira agrícola noroeste, o Chapadão do Parecis, implantando o corredor de exportações de granéis, via Porto Velho, utilizando a hidrovia Madeira/Amazonas e tornando Itacoatiara, no Estado do Amazonas, polo exportador, demonstrando ao Brasil o quanto a utilização dos rios e a navegação em grandes comboios de barcaças podem reduzir os custos e desenvolver regiões à margem do processo de desenvolvimento, no caso, alavancando a área de influência do corredor de exportações ao longo da BR-364, em Rondônia.

Na oportunidade, assessorei o inesquecível Senador Jonas Pinheiro, incansável no apoio da agricultura e pecuária e tenaz na defesa dos produtores rurais, ao meu ver, decisivo na renegociação das dívidas, que transformou a força do interior na âncora verde, permitindo, através de melhores práticas de financiamento e de programas governamentais, que chegássemos a essa mola propulsora da economia nacional, o agronegócio.

Ainda no Mato Grosso, após a eleição do Governador Blairo Maggi, participei do núcleo duro do Governo, que, com mão de ferro, fez as reformas necessárias para a transformação do Estado.

Fui secretário de Infraestrutura da Casa civil e de Educação, um verdadeiro pau para toda obra.

Coordenei, com Valdir Teis e Cloves Vetoratto, sob orientação constante do Governador, os programas mais abrangentes de políticas públicas estaduais.

Toquei, de um fôlego só, diuturnamente, inclusive nos finais de semana, com a prata da casa da Secretaria de Infraestrutura, mais de 600 obras, com destaque ao programa habitacional, à reconstrução de dezenas de prédios públicos, à construção de novas escolas e à implantação da PPP Caipira, um programa de pavimentação rodoviária pelo qual executei 1.150 quilômetros, de um total de 2.400 implantados pelo Governo Maggi, no qual o Governo participava com 50%, e os produtores rurais participavam com outros 50%. E, com a responsabilidade de administrar as obras.

Foi esse histórico de realizações e eficiência que me fez chegar ao DNIT, convidado pelo Presidente Lula, que necessitava de um tocador de obras. Quando da

nomeação, em 3 de outubro de 2007, sentenciou: "Não se aflija com as adversidades. Supere a burocracia e faça as obras que o Brasil espera. Apoio você vai ter".

Muito obrigado, Presidente Lula, principalmente pelo apoio que nunca me faltou.

Enfrentei a barreira burocrática, o aparato estatal político-administrativo e a lentidão dos gabinetes e repartições. Para superar o anacronismo, eu me aliei aos funcionários de carreira, explicando as intenções, estabelecendo parcerias e metas de execução, compartilhando tarefas, motivando superintendentes e dando respaldo e orientação a todos. O art. 37 da Constituição foi o meu guia, atuando para que a eficiência da gestão superasse as adversidades.

Com a colaboração indiscutível desses anônimos e abnegados funcionários, poucos para tantas tarefas, e em consonância com os dedicados diretores e ainda com apoio da Procuradoria-Geral, Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria, estabelecemos um novo paradigma, um novo marco, uma nova história para o DNIT, e, não fossem as absurdas amarras socioambientais, enumeradas em relatório pela secretaria especializada do TCU, teríamos melhor desempenho.

Os avanços na área de gestão e execução foram reconhecidos por auditores da CGU e por diversos ministros do TCU, lavrados em laudas de relatórios, acórdãos e pareceres. Nunca escondemos nossos problemas, mas gradativamente trabalhávamos por soluções. Atendendo prontamente aos ditames dos órgãos de controle, percebendo a gravidade de muitos atos praticados por servidores, criamos um arcabouço de instruções normativas promulgadas, enviadas e explicadas a todos os superintendentes e distritos rodoviários. Para melhor elucidar as instruções, determinamos ao Corregedor Augusto César e sua equipe que criassem um cronograma de divulgação, inserindo os últimos acórdãos e recomendações, transformando-os, durante 2 anos, em caixeiros-viajantes e realizando palestras pelos Estados brasileiros.

Portanto, ficamos em situação confortável para exigir boa conduta, cobrar resultados e instruir procedimentos administrativos contra qualquer funcionário ou servidor, não sendo conivente com quem deu causa a qualquer desmando ou ato de corrupção, sempre em colaboração estreita com os órgãos de controle, os quais nominei mais de uma vez como meus anjos da guarda, principalmente pela pequena quantidade de engenheiros em tarefas de fiscalização.

Em 2010, mesmo com aumento extraordinário de contratações e execução de obras, podemos comemorar a inexistência de nenhuma obra do DNIT incluída no Anexo VI da Lei Orçamentária, rol das obras paralisadas e que, por consequência, não podem receber recursos. Juntos, funcionários e diretores foram os responsáveis pela melhor *performance* que uma autarquia teve no PAC. Superamos 1.100 contratos de obras e serviços em execução, chegando a pagar mais de R$1 bilhão por mês e trazendo a problemática manutenção rodoviária aos melhores índices de resultado, com 64% de "bom", 25% de "satisfatório" e 11% de "ruim". Em 2003, esses índices eram 18%, de "bom", 35% de "satisfatório" e 47% de "ruim". Deve-se considerar que esses índices foram obtidos e podem ser cotejados com o levantamento anual da Confederação Nacional dos Transportes.

Mesmo com o grande aumento de fluxo e de volume sobre velhas e oxidadas rodovias, fruto do novo patamar de desenvolvimento da Nação, os índices atingidos foram muito bons.

Como forma de informar a este Plenário da CPMI sobre competências, responsabilidades e deveres do DNIT e de seus diretores, no Regimento Interno, cap. II, art. 4º, diz-se:

> Art. 4º Ao DNIT compete:
> I – implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Infraestrutura de Transportes – Conit – para a administração, manutenção, melhoramento, expansão e operação da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, segundo os princípios e diretrizes fixados na Lei nº 10.233, de 2001 [...].

O cap. III, art. 5º, prevê que o DNIT tem a seguinte estrutura organizacional: I – órgão superior de deliberação, denominado de Conselho de Administração, formado por representantes de diversos Ministérios; II – órgão executivo, denominado de Diretoria Colegiada, formada pelo diretor-geral; por seis outros diretores, o executivo, o administrativo e financeiro, o de pesquisa e planejamento, o de infraestrutura terrestre, o de infraestrutura aquaviária e o de infraestrutura ferroviária; e pelos participantes denominados seccionais, procurador-geral, auditor interno, corregedor e ouvidor.

No cap. VI, diz-se que, ao Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, conforme o art. 11, compete exercer a administração superior do DNIT e, em especial, no seu item III, definir parâmetros e critérios para a elaboração de planos e programas de trabalho e de investimentos do DNIT, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério dos Transportes; no item XI, aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; e, ainda, de acordo com o art. 69, aprovar o orçamento anual e plurianual.

Demonstradas as responsabilidades pelo Regimento Interno, é importante frisar que a execução de todas as tarefas no DNIT está intrinsecamente ligada aos trabalhos da Diretoria Colegiada.

Em novembro de 2007, alteramos, por consenso, a substituição da norma de aprovação dos processos em pauta, prevista em dois terços, de acordo com o Regimento Interno, pela aprovação por unanimidade, tornando-se isso um marco notável, pelo melhor exame das matérias, exigindo pareceres cuidadosamente elaborados por coordenadores e diretores, além de exigir maior atenção dos seccionais, que são o procurador-geral, membro da AGU – Auditoria-Geral da União; o auditor interno, membro da CGU – Controladoria-Geral da União; o corregedor-geral, também membro da CGU; e o ouvidor, na maioria dos casos, um servidor público qualificado.

É importante salientar que o Diretor-Geral só pode homologar, editar, firmar contratos, autorizar aditivos, enfim, executar qualquer ato administrativo ou modificá-lo após a aprovação da Diretoria Colegiada.

Outro fato que merece destaque é que todas as matérias apreciadas na reunião semanal da Diretoria Colegiada têm parecer jurídico da Procuradoria-Geral especializada, com o relato do procurador designado e aprovado pelo procurador-geral, todos membros da AGU.

Além da auditoria interna, com o plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração, os atos da Administração e as obras em serviço passam pelo crivo do controle interno e externo. O controle interno é exercido pela equipe de auditores da CGU, com auditores permanentemente instalados no DNIT, cumprindo as ordens de serviço editadas pela CGU, para auditarem desde formatação do orçamento e contratações de serviços, até execução financeira, agindo nas diretorias e superintendências.

Quanto ao controle externo, é atividade do TCU, cumprindo o Programa Fiscobras, auditando na fiscalização projetos, gerenciamentos, planilhas referenciais, licitações e a execução de obras.

Em 44 meses como diretor-geral, discutimos com afinco o aperfeiçoamento da gestão, dos métodos, das planilhas, dos processos, da medição e do pagamento, e ainda mais, das práticas de execução, aprovando procedimentos que, além de representarem economia ao Erário, permitiram melhor performance como: a adoção do edital padrão de licitações; os critérios para licitação de técnica e preço, que, em julho de 2011, estavam em vias de uma nova metodologia; as normas para o Programa Nacional de Manutenção Rodoviária, exaustivamente debatidas com o GPAC, Gerenciamento do PAC, divididas em etapas de conserva; o Pier 4, que é o Programa de Intervenções Rodoviárias; o Programa de Restauração; o Crema primeira etapa; o Crema segunda etapa, que é um programa de conserva, restaura e manutenção, e que, em julho de 2012, estava em discussão final com o Relator, Ministro José Múcio, para ir para licitação; as normas do Programa Operacional de Rodovias, prevendo o controle de velocidade, a pesagem, a sinalização e o sistema de gerenciamento de pavimento; as regras para o novo BDI; as regras para o transporte e custeio do material betuminoso, entre outros.

Como resultado de tamanha tarefa, e ainda motivados por servidores, apresentamos, em 2008, ao Ministério dos Transportes, um programa de reestruturação para o DNIT, fundamental para desenvolver todas as tarefas sob nossa responsabilidade e que, por questões de orçamento, está em avaliação no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quanto às realizações do DNIT, poderia, e sem sombra de dúvida poderia, apresentar um relatório de muitas obras implantadas, de muitos serviços executados em todo o Brasil, muitas por administração direta, mas também um bom número de obras conveniadas.

Em recentes conversas com alguns engenheiros do DNIT, eles recomendaram: “Mostre a performance. Não deixe de detalhar os números.” Preferi refletir sobre a realidade do dia a dia de diversas regiões do Brasil, onde há muito trabalho a se fazer, mas apenas não posso deixar de destacar que, no período em que fui gestor, nós contribuímos com a Nação brasileira, colocando em execução centenas de obras.

Baseado no desempenho do DNIT de outubro de 2007 a julho de 2011, vem-me a vontade de me apresentar na CPMI.

Na realidade, eu tinha esperança de haver uma CPMI do DNIT, para passar a limpo a autarquia, principalmente a gestão de que participei.

O momento de minha saída, sem qualquer possibilidade de defesa, foi sob o prisma de absoluto isolamento e o cenário que se apresentou foi o de que a minha presença à frente do DNIT já não era necessária.

Contudo, deixei a autarquia sem ter medo do meu passado e nem negar minha gestão.

Ao concluir, coloco-me ao inteiro dispor deste Plenário para responder às perguntas que estiverem dentro do meu conhecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Renovo meus agradecimentos pela presença de V. Sª, Sr. Luiz Antônio Pagot, a esta Comissão e passo a palavra, de pronto, para suas indagações, ao nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, agradecendo a presença do Sr. Luiz Antônio Pagot, a sua disposição de contribuir com o trabalho desta CPMI, vou passar as perguntas a V. Sª, Sr. Pagot, mas claro que vou repisar alguns temas que o senhor aqui já tocou.

O primeiro deles é que o senhor reafirmasse aqui a profissão do senhor, quais cargos públicos o senhor já ocupou, e atualmente o que o senhor desenvolve como trabalho.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu sou formado bacharel em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Posteriormente, tive a oportunidade de fazer curso de Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas, curso de Estratégia Nacional. Os principais cargos que eu executei, fora da iniciativa privada, no Governo do Estado do Mato Grosso, foram: eu fui Secretário de Infraestrutura, Secretário-Chefe da Casa Civil e também Secretário de Educação. Antes disso, tive a honra de ser assessor parlamentar do Senador Jonas Pinheiro e, posteriormente, convocado pelo Presidente Lula e nomeado, passei a ser Diretor-Geral do DNIT.

Na iniciativa privada, além de ter trabalhado no Paraná como consultor do Sebrae, principalmente para comércio exterior e Mercosul, trabalhei como consultor de projetos múltiplos na área de agronegócio, sempre com o objetivo de implantar o grande programa de agroindustrialização, melhor dizendo, colaborando com o grande programa de agroindustrialização que se desenvolveu no Oeste do Paraná.

Também passei a trabalhar posteriormente, a partir de 1997, na iniciativa privada, no grupo André Maggi, onde fui superintendente da Hermasa Navegação da Amazônia, implantando a navegação de comboios no Rio Madeira-Amazonas, exportação por Itacoatiara. E nesse momento que volto à iniciativa privada, após um contrato que assinei este ano, em março de 2012, trabalho para Cianport – Companhia Norte de Navegação e Portos, com o objetivo de implantar um porto na margem direita do Rio Tapajós e Itaituba no Pará, no Distrito de Miritituba, e também um porto no Município de Santana do Amapá, ou melhor, dois portos no Município de Santana do Amapá: o primeiro, apenas um terminal de grãos dentro do porto organizado da Companhia Docas de Santana; o segundo, um terminal portuário de uso privativo na Ilha de Santana para fazer o escoamento de grãos na Região Centro-Oeste, especialmente da região do médio norte do Mato Grosso para exportação. Construindo uma frota fluvial no Estaleiro Easa, no Estado de Belém, e uma frota fluvial no estaleiro Erin, em Manaus.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode terminar, doutor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, somente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é sócio de quais empresas, Dr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não sou sócio de nenhuma dessas empresas. Apenas sou sócio, eu sou consultor da Cianport e sou sócio da Peroto e Pagot, uma consultoria de projetos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que traz o senhor aqui... Esta CPMI busca compreender as extensões da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Ficou evidente, nas interceptações telefônicas, que a quadrilha se alegrava com a queda do senhor da direção do DNIT.

Com esse entendimento, eu pergunto: quando o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira e em que circunstâncias? O senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, nunca conheci Carlos Cachoeira. Apenas vi as fotos dele nos jornais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, como Diretor-Geral do DNIT, nunca se encontrou com o Sr. Carlos Cachoeira pessoalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nunca encontrei com Carlos Cachoeira, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabia que o Sr. Carlos Cachoeira tinha relações comerciais e negociais com a Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tinha conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Giovani Pereira da Silva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhuma circunstância? (*Pausa.*)

O Sr. Vladimir, ex-vereador em Goiânia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, em nenhuma circunstância, Não conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem tratava... O senhor conheceu o Sr. Cláudio Dias Abreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que circunstância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Funcionário da Delta. Era um dos representantes da Delta que eventualmente compareciam ao DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor conheceu o Sr. Heraldo Puccini Neto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é diretor da Delta Sudeste.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Este não tratou com o senhor ou o senhor não se recorda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não recordo, não lembro. Eu até posso nominar os diretores da Delta que tratavam comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso ajuda.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Diretor Presidente, Sr. Fernando Cavendish; o Diretor do Centro Oeste, Cláudio Abreu; o Diretor da Norte-Nordeste, que me parece se chama Aloísio; e um representante, que ficava em Brasília, denominado Xavier. Esses eram os elementos, os membros da Delta que compareciam ao DNIT nas audiências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Acácio Rozendo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tratava de interesses da Delta com o senhor também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De onde o senhor o conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Acácio eu o conheci na campanha do Senador Jonas Pinheiro em 1994; ele era cabo eleitoral na campanha. Posteriormente, quando eu implantei a Hermasa Navegação da Amazônia, por determinação do André Maggi e do Blairo Maggi, ele foi contratado para trabalhar em uma empresa denominada Sachetti Fagundes, a empresa que construiu o terminal graneleiro de Itacoatiara. Ao terminar essas obras, ele foi dispensado. Continuou morando em Itacoatiara, e, muitos anos depois, eu soube que ele estava trabalhando no Mato Grosso. Mas nunca tive nenhuma relação com ele com relação à Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se ele é diretor da Delta no Mato Grosso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Nem sei se ele tem contrato com a Delta neste momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas anteriormente ele tinha? O senhor tem notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Parece-me que houve um período em que ele foi contratado pela Delta, mas não como diretor, como funcionário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em algum momento a Delta pediu ao senhor, através do Sr. Acácio, para que o senhor não criticasse a atuação ou algo que o valha do Senador Demóstenes Torres quando o senhor ia fazer uma exposição aqui no Senado Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Acácio não o procurou com esse objetivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em nenhum momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já disse aqui que não sabia das relações do Sr. Carlos Cachoeira com a construtora Delta. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Confirmo. Eu fiquei sabendo pelos jornais quando apareceu o episódio do complô.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, por que o Sr. Carlos Cachoeira... Pelos áudios, ficou evidenciado, por exemplo, que, no dia 7 de julho de 2011, em diálogo entre Cláudio e Carlos Cachoeira...

Cláudio: Ô Carlinhos, que saudade de receber um chamado seu, amigo!

Carlos Cachoeira: Aí, caiu Pagot, caiu Juquinha, caiu todo mundo.

Cláudio (risos): Falei que seu amigo é mais forte que Alden 40, uai.

Eu indago ao senhor: por que eles comemoravam a queda do senhor da Presidência do DNIT? O senhor atribui isso a quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, fiquei extremamente estarrecido com o afastamento e, depois, com a exoneração. Então, já foi um episódio amargo na minha vida. Posteriormente, algum tempo depois, quando eu começava a me restabelecer, quando eu começava a trabalhar novamente na iniciativa privada, passando um período triste, em que eu me sentia verdadeiramente um morto vivo, um fantasma, tenho essa brutal notícia de que um complô liderado por um contraventor e um agente de uma empresa tinham sido os responsáveis pela reportagem que gerou o afastamento e, posteriormente, a exoneração. Fiquei realmente estarrecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor atribui a qual motivo o desejo do Sr. Cláudio Dias Abreu, comparsa do Sr. Carlos Augusto Ramos? Por que eles queriam derrubar o senhor da Presidência do DNIT, na sua opinião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Acredito que era pela atuação que eu vinha tenho no DNIT. Eu não dava vida boa a nenhuma empresa, a nenhuma empreiteira, a nenhum prestador de serviço. Eu era muito exigente, chamava constantemente as empresas, os consórcios. Muitas vezes, as obras eram em uma determinada rodovia. Eu chamava todos e exigia a correta execução de obras, a manutenção dos crono-

gramas e, especialmente, no ano de 2010, primeiro trimestre de 2010, vínhamos tendo alguns problemas com a Delta com relação à execução de obras, ainda em vários processos que foram levantados pelo TCU, pelos levantamentos feitos pela rede de controle. O que é rede de controle? É o sistema que o Governo Federal colocou em funcionamento, a partir do final de 2009, início de 2010, em que atuam em conjunto o TCU, o CGU, o Ministério Público Federal e a Policia Federal. Então, nesses levantamentos, nesses processos, nesses inquéritos, muitas vezes, fomos informados – tivemos conhecimento dos autos – de que a empresa Delta estava com problemas. No caso, por exemplo, da BR-116 no Ceará, ela tinha subcontratado uma empreiteira local sem autorização do DNIT. E nós, obviamente, abrimos um procedimento sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde foi isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Na 116, no Ceará.

No caso da 104, em Pernambuco, havia uma reivindicação de aumento de um aditivo de preço, e nós não aceitamos esse aditivo de preço. Contestamos. E houve uma grande insistência, principalmente pelo Diretor Cláudio Abreu, para que fizéssemos uma revisão nessa questão.

No caso do Rio de Janeiro, na obra da 101, na manilha Santa Guilhermina, estávamos trabalhando no sentido de retirar a obra da Delta porque ela não entrava para fazer as atividades para que tinha sido contratada. Temos um cronograma a executar, e a empresa sempre dava desculpas: ora era um problema relacionado ao Iphan, problema arqueológico, ora era problema de jazidas. O que se percebia era uma postergação da entrada da empreiteira na obra. Então, todas essas chamadas de atenção, todos esses documentos gerados no DNIT fazendo com que a Delta cumprisse suas obrigações foram provavelmente gerando – e aí é uma interpretação minha – um grande dissabor, principalmente nesse gerente do Centro-Oeste.

Outro episódio é com relação à Serra de São Vicente, uma obra importante para o Mato Grosso. O cronograma estava atrasado. E, além do mais, na fiscalização que nós tivemos do TCU, foi constatado que uma grande quantidade de placas que tinham sido fixadas, placas de concreto, estava com uma especificação aquém da medida determinada em projeto. Então, também exigimos a reconstituição, a reposição dessas placas, a destruição das placas que estavam inexatas e, obviamente, a colocação das novas placas. E isso também teve uma insistente admoestação por parte do Sr. Cláudio Abreu para que nós deixássemos isso para lá, deixássemos as obras como estavam, deixássemos a Delta entregar as obras. Teria que assinar um termo de compromisso para que se acontecesse alguma coisa... E nós insistindo, obviamente, pela recomposição, de acordo com o próprio laudo do TCU.

Então, eu acredito que esses fatos todos, em que nós agimos no interesse de preservar a qualidade das obras, no interesse de agilizar os cronogramas, fossem causando um grande dissabor ao Sr. Cláudio Abreu na direção dos seus trabalhos, evidentemente. Imagino que por isso que ele tomou essa decisão, juntamente com o contraventor, de patrocinar a matéria jornalística que acabou me retirando do DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou voltar nos contratos mais adiante, mas o senhor tem notícia de alguma outra ação da quadrilha no sentido de retirar o senhor da presidência da autarquia? Porque a grande questão é que, plantar notícias, isso ficou evidenciado no áudio e depois em matérias efetivamente veiculadas. O senhor tem notícia de outros movimentos que foram feitos pela quadrilha no sentido de tirar o senhor da presidência do DNIT?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, ainda no diálogo de 2 de julho, Cláudio Abreu e Carlinhos Cachoeira conversam: "Cláudio, o que você fez?", em risos. Aí o Cláudio diz: "Nossa, não pode nem sonhar com esse trem, bicho! Falei para o Fernando, o Fernando estava preocupado, eu falei: 'Fernando, não preocupa não'; e o Fernando: 'É igual célula terrorista. Eu sou sua célula'. Ele estava querendo que eu abrisse canal no Rio, em São Paulo, e eu falei: 'Negativo, Fernando. Eu tenho que ficar e abrir canal aqui em Brasília. Eu preciso falar com o nosso amigo lá. Como é que eu vou falar na outra sucursal por você? Você tem que abrir caminho de lá e sem o Cláudio entrar'. Então, o Fernando é o centro e nós somos a célula. Estou falando bem, não estou?". Aí, Carlinhos: não sei que "isso é coisa de máfia polonesa".

Então, o senhor não tem notícia de outras incursões da quadrilha no sentido de tirar o senhor da presidência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando nos contratos, em relação à BR-104, em Pernambuco, tendo havido, então, as notícias e o interesse – aqui o senhor disse – do Cláudio Abreu no sentido de que fosse feito o aditivo na BR-104, em Pernambuco, eu indago de V. Sª se o aditivo foi aprovado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não foi aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi aprovado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não foi aprovado. Nós... Essa obra era uma obra conveniada com o Governo do Estado de Pernambuco, especificamente com a secretaria inerente às obras rodoviárias, e o aditivo não foi aprovado. Inclusive, nós constituímos uma comissão, designamos nessa comissão o engenheiro Luiz Munhoz, que fez um levantamento de todas as reivindicações, uma vez que a obra é de consórcio e conveniada, e posteriormente fez um parecer, mas o aditivo reivindicado não foi aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a obra foi entregue?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A obra está em execução.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está em execução.

Sobre a obra do Ceará na Operação Mão Dupla, a CGU e a Polícia Federal detectaram que vários servidores do DNIT receberam propina da Delta. Isso, inclusive, redundou na recém-declaração de inidoneidade da Delta, conforme decisão da CGU.

O senhor já explicou as circunstâncias, mas gostaria de saber que medidas tomou, quando da deflagração dessa Operação Mão Dupla.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, nós, assim que recebemos o relato por parte da Polícia Federal... Primeiro, tivemos o impacto de ter o conhecimento das prisões e do inquérito que estava instaurado. Depois, nós recebemos os autos, e aí foi constituída pelo Governo Federal, especialmente pela gravidade do fato, uma comissão dentro da CGU. A essa comissão se vinculou a nossa auditoria interna, e aí, a quatro mãos, CGU e DNIT passaram a fazer um trabalho de levantamento de todos os problemas que estavam apontados. E foram instruídos todos os processos, todos os procedimentos administrativos e todos os processos inerentes aos malfeitos que foram encontrados. Malfeitos e também a parte de corrupção, porque havia tanto a corrupção passiva como a corrupção ativa.

Isso, para o Ceará, representou um atraso em todas as obras que estavam sendo executadas e, para o DNIT, foi um grande mal-estar, até porque várias pessoas que nós tínhamos como bons executores, bons profissionais estavam apontadas, e havia provas contra eles. E nós tomamos, junto com a CGU, então, todas as medidas que foram necessárias para o bom andamento do processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia desse *modus operandi* irregular da Delta em outras unidades do DNIT, em outras unidades da Federação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nós tivemos outros processos que envolveram essa rede de controle, e, em alguns desses outros processos, não lembro agora quais, mas, em alguns desses, também citavam a empresa Delta. Em alguns desses processos, havia a citação da empresa Delta. Precisaria fazer um levantamento dentro da auditoria interna do DNIT, para saber especificamente, processo por processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, é possível afirmar que a média dos aditivos assinados pela construtora Delta é acima da média nacional? Qual era a média dos aditivos, de maneira geral, com todas as empreiteiras do Brasil? E qual era a média desses aditivos com a construtora Delta?

Por que pergunto a V. Sª? Porque nos parece que a empresa Delta mergulhava o preço na contratação, para que ajustes posteriores fossem feitos mediante a assinatura de termos de aditivos nesses contratos. Quero saber – se o senhor tem a informação aqui – qual é a média dos aditivos da Delta e qual é a média nacional de aditivos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esse assunto dos aditivos é um assunto que muitas vezes é mal interpretado. E, na ocasião dessas reportagens todas, de tudo que foi divulgado nos jornais, conversando com o meu Diretor, com o meu ex-Diretor de Pesquisa e Planejamento, companheiro que trabalhou muito tempo comigo, funcionário de carreira do DNIT, o Jonny, eu pedi a ele um levantamento recente sobre isso, um levantamento recente. Havia vários levantamentos, mas eu queria que ele fizesse um levantamento recente.

Sessenta dias depois – eu já estava até fora do DNIT –, ele me apresentou esses números.

Para obras de manutenção rodoviária, a média nacional de aditivos do DNIT, 18%; para obras de manutenção rodoviária, 18%; e para obras de construção, de implantação, a média de 8%. Então, média nacional. Ele fez um levantamento desde o ano de 2003 até o ano de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Durante a gestão do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aí, obviamente, pegou um período da minha gestão.

A média nacional deu 18 para manutenção e 8 para... E a média dos aditivos da Delta deu 11%. Isso é um fato que pode ser constatado nos Anais do DNIT, obviamente dentro da Diretoria de Pesquisa e Planejamento e da Diretoria de Infraestrutura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esses 11% da Delta, se considerado construção, está acima da média nacional; se considerado manutenção, abaixo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Concordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é média geral, de todos os contratos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ele só me deu a média geral de todos os contratos. Ele não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem especificar qual.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aí, no caso, ele não especificou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de alguma empresa fantasma ligada à empresa Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu tive agora pelos jornais, mas, anteriormente, eu não tinha não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, em algum momento, jantou na casa do ex-Senador Demóstenes Torres, conforme se tem notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Jantei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual foi o interesse tratado no jantar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu jantei na casa do Senador Demóstenes Torres em duas ocasiões. Uma foi no final de 2010, em que ele me convidou para um jantar em que estava ele com a esposa. Eu compareci a esse jantar. Certo? Não havia mais ninguém. Em 2010.

Conversamos sobre pescaria no Mato Grosso. Ele me confidenciou, na oportunidade, que tinha intenções de mudar para o PMDB. Eu ouvi. Depois, conversamos sobre... Ele me relatou a sua experiência sobre vinho, me relatou a sua experiência sobre vinhos. Foi um jantar bastante agradável. E eu acredito que ele tenha feito esse jantar porque aconteceu um episódio, Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso em 2010?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em 2010. Aconteceu um episódio... Por que eu acredito que ele me convidou para esse jantar? Porque aconteceu um episódio, no Congresso Nacional. Eu era o primeiro suplente do Senador Jayme Campos, Senador do Mato Grosso. Sendo o primeiro suplente, numa determinada oportunidade, o Senador Jayme Campos precisou, por motivos particulares, se ausentar, se afastar do cargo de Senador. Aí eu fiquei num dilema se eu renunciava o DNIT – eu praticamente estava começando um trabalho – e assumia o Senado – aí eu teria sido colega de muitos aqui – ou se eu continuava no DNIT e, obviamente, tinha que renunciar o meu papel de Senador, ou a possibilidade de ser Senador.

Eu não tive um minuto de dúvida sobre isso. Eu tinha sido convidado pelo Presidente Lula para tocar o DNIT, estava começando um trabalho que me encantava, estava conseguindo fazer com que as obras viessem para a praça. Eu tinha passado por todo um périplo para chegar ao DNIT: durante 5 meses, tive percorrendo os corredores do Senado, sabatina, posteriormente votação, e avaliei que era importante, sim, ser Senador, mas, naquele momento, era muito mais importante continuar no DNIT.

Pedi ao meu Procurador-Geral, Dr. Fábio Duarte, que fizesse a minha carta de renúncia e, quando ele preencheu a carta de renúncia, em vez de colocar a palavra "renúncia", colocou a palavra "abdicar". Certo? Eu assinei, encaminhei ao Presidente José Sarney, Presidente do Senado, e, quando foi lido em plenário, o Senador Demóstenes Torres me esculhambou, literalmente me esculhambou, dizendo quem eu pensava que era, se eu pensava que era rei por colocar aquela expressão "abdicar".

Antes disso, eu havia tido um relacionamento razoável com ele. Ele sempre foi um cidadão muito fechado, mas cumprimentava, atendia alguma ligação e não tinha nenhum tipo de "admoestidade", mas, depois disso, eu notei que ele ficou – parece – furioso comigo. E eu acredito que esse jantar de 2010 era um jantar para restabelecer relações comigo, certo?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso em que mês?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi... Eu não lembro exatamente, mas foi final de 2010, ou novembro, ou dezembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois das eleições?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Depois das eleições.

Posteriormente, já em 2011, em fevereiro, ele me convidou de novo para um jantar. E eu, na semana em que ele me convidou, até não pude ir, estava viajando para a Bahia. Viajei para a Bahia para vistoriar a obra que acessa o Porto de Salvador. E aí: "Senador, eu não vou poder ir. Está marcada uma audiência. Eu tenho que ir." E, posteriormente, foi agendado o jantar. Então, eu fui à casa dele. Para minha surpresa, nesse jantar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem estava lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Além dele, estavam lá vários diretores da Delta, diretores, assessores da diretoria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode nominar os diretores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Posso nominar. Estava o Fernando Cavendish, estava o Cláudio Abreu, estava o Xavier e mais um diretor. Agora me falha um pouco a memória, eu não tenho certeza se lá estava o Pacheco ou Aloísio. Até não tinha nenhum conhecimento maior com esse outro... Eu não lembro se era... Eu acho que era o Pacheco e não o Aloísio,

mas, enfim, com certeza, estava Fernando Cavendish, Cláudio Abreu e Xavier.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o motivo da pauta do jantar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Foi um jantar, de novo, em que foi conversado sobre vinhos, foi conversado sobre o desenvolvimento do Brasil. O Senador me perguntou várias vezes se ia ter dinheiro, efetivamente, para executar todas as obras que estavam programadas no PAC – PAC 1, PAC 2, insistiu com essa pergunta. Terminou o jantar, ele me convidou para uma sala reservada – apenas ele e eu numa sala reservada. Nessa sala reservada, ele me disse o seguinte: "Olha, eu tenho dívidas com a empresa Delta. A Delta tem me apoiado nas campanhas. E eu preciso ter alguma obra com o meu carimbo." E me explicou o porquê. E eu respondi a ele que lamentava, que não podia atendê-lo e que não tinha possibilidade nenhuma de o Diretor-Geral do DNIT ir para o mercado e dizer: olha, reserve uma obra para a Delta. Certo? Enfim...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele foi específico com o senhor: eu gostaria que na obra x fosse a Delta contratada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ele mencionou duas obras no Mato Grosso: uma obra da 242, que até hoje está em projeto, e uma obra da 080, que até hoje está em projeto.

Ao terminar essa pequena conversa, nós fomos para a sala, onde havia sido servido o jantar. Já haviam terminado de comer a sobremesa, estava no cafezinho. Eu disse: "Olha, já está no adiantado da minha hora, vou me despedir." Me despedi dos presentes e fui embora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele pediu ao senhor para atender alguma outra empresa que não a Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A relação dele era com a Delta, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo a revista *Veja*, em reunião havida em 04 de maio, com representantes de empresas de consultoria para elaboração de projetos, o senhor – diz a matéria – teria condicionado a continuidade dos projetos que se tratavam naquela reunião a um pedágio de 5%. Eu gostaria que o senhor dissesse alguma coisa em torno disso. O que ocorreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Muito bem. Sempre foi do meu feitio chamar em bloco as empresas de um determinado setor, de um determinado segmento, de uma determinada rodovia. Por exemplo, a importante obra da BR-163, chamando os diretores, vendo os problemas dela. Eu não convocava uma empresa, convocava todas, consultores, gerenciadores, superintendentes, engenheiros-chefes, enfim. Sentávamos na diretoria colegiada e discutíamos ponto por ponto. Estabelecia um cronograma de tarefas a ser executado e também determinava determinados procedimentos e providências para que aquela obra fosse bem executada.

Outro fato que quero registrar é que todas as minhas reuniões eram na sala da diretoria colegiada. A sala da diretoria colegiada tem comunicação com outra sala, que é do *staff* de apoio da diretoria colegiada. São cinco pessoas que ficam lá sentadas, dando apoio à diretoria colegiada. Não tem porta, não tem tranca. A diretoria colegiada ou as reuniões da diretoria colegiada são de conhecimento público. Faz-se a lista de presença, a imprensa do DNIT comparece para tirar foto, os diretores convocados e os assessores dos diretores comparecem às reuniões. É uma reunião pública.

Nós estávamos recebendo no DNIT projetos muito ruins e estávamos devolvendo às empresas projetos com muitas observações. E projetos importantes, 101 Alagoas, 101 Sergipe, 101 Espírito Santo. Esses projetos eram prioritários dentro do PAC, duplicação de obras, rodovias estranguladas com excesso de fluxo e que precisavam dessas obras. E aqueles projetos não permitiam que nós licitássemos aquelas obras. Discutindo com a Diretoria de Pesquisa e Planejamento, seus coordenadores e o diretor, identificamos que um dos principais problemas que tinha na execução de projetos era que pequenas e médias empresas mal estruturadas, mas com certidões que lhes habilitavam a ir à licitação, ganhassem os processos licitatórios e depois ficassem praticamente sem condições ou não tinham condições de executar os projetos de que nós precisávamos.

E por que isso? Porque nossa licitação, por uma determinação do próprio TCU, era 50% técnica e 50% preço, de maneira que, na técnica, as empresas quase se equivaliam, elas contratavam um engenheiro com bom nome no mercado, com bom currículo, com bom rol de obras executadas e, obviamente, o peso delas aumentava, o peso da nota delas na licitação aumentava. Mas principalmente quando derrubavam o preço, porque 50% eram preço, ao reduzir o preço, às vezes até para um patamar inexequível, elas acabavam ganhando aquele processo licitatório, nós contratávamos e, na execução do projeto, vinham esses projetos ruins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, pode ir. Eu ia perguntar, mas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esses projetos foram inclusive mencionados em acórdãos do TCU e

registrados, muitas vezes, nos relatórios da CGU. Começamos a discutir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa foi a pauta da reunião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa foi a pauta da reunião. Mas é importante que se relate. Começamos, então, a discutir com o TCU esse assunto, com a secretaria especializada, e tivemos, inclusive, no Ministro Benjamin Zymler.

Apresentei ao Ministro Benjamin Zymler uma proposição explicando para ele o problema crônico que nós estávamos enfrentando e dizendo: "Ministro, eu pretendo fazer uma alteração, porque isso aqui é um acórdão do TCU; isso aqui é uma norma que nós estamos cumprindo. Pretendo fazer uma alteração para 70% de técnica na licitação de projetos e 30% de preço, e fazer uma série de exigências."

Acabamos discutindo isso, ele convocou assessores. Acabamos discutindo isso, e ele me aconselhou. Disse assim: "Não seja tão radical. Fique com 40% de preço e 60% de técnica. Isso o TCU vai concordar". Marquei a reunião com a ABCTRANS, Associação Brasileira...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Associação Brasileira de Consultoria de Transportes, ABCTRANS. Nessa reunião que eu marquei com a ABCTRANS – aliás, era um costume que eu tinha também de marcar sempre com associações, confederações, federações e sindicatos –, a pauta da reunião, só para não errar, eu vou ler aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou perguntar ao senhor também se...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, a pauta da reunião: "Cronograma de entrega dos projetos do Crema 2ª Etapa que estão com atraso superior a 90 dias." Esta era a pauta da reunião: "Cronograma de entrega dos projetos do Crema 2ª Etapa que estão com atraso superior a 90 dias".

Esse programa Crema 2ª Etapa – o Crema 1ª Etapa vinha sendo executado, o PIR IV vinha sendo executado – esse programa era fundamental na complementação para ele vir, quer dizer, fazendo com que a malha rodoviária federal cada vez fosse melhor em termos de manutenção. E nós estávamos com o cronograma de projetos atrasado, fazendo acompanhamento, e precisávamos colocar a licitação na praça.

O Ministro José Múcio, inclusive, foi designado relator e fizemos várias reuniões no gabinete do Ministro José Múcio, junto com todo o *staff* dele – obviamente do TCU –, para discutirmos ponto a ponto dessa proposta do Crema 2ª Etapa.

Então, o primeiro fato, o primeiro assunto da pauta era esse.

O segundo assunto foram as modificações exigidas pelo TCU referentes à metodologia nos projetos do Crema 2ª Etapa, já que o TCU nos tinha feito cinco sugestões: adequação dos valores da conservação, incluindo um percentual de tapa-buracos; adequação da fresagem contínua e descontínua; estudos de novas jazidas; adequação de valores e mão de obra regionalizada, cumprimento do acórdão sobre material betuminoso e o famoso índice de produtividade dos equipamentos.

Então, essas eram as exigências que o TCU nos tinha feito e que eram objeto dessa reunião também.

O terceiro: comunicação às empresas sobre os valores a serem pagos ao DNIT na contratação de pessoal, que tiveram redução em função da análise dos custos gerenciais.

O quarto: novas exigências para contratação de projetos, obrigando as empresas a investir em equipamentos, pessoal especializado, equipamentos de pesquisa de campo e nova formatação de projetos de acordo com o novo modelo desenvolvido pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Além disso, a nova metodologia do edital padrão.

Esses foram os assuntos que originaram essa reunião.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E quem participou da reunião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da reunião? Os associados da ABCTRANS, a Diretoria de Planejamento e Pesquisa e seus assessores, os assessores da presidência do DNIT e o *staff* que sempre nos acompanha nessas horas, principalmente que acompanha as reuniões da Diretoria Colegiada. Na sala, devia haver mais ou menos umas 34 pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Algum parlamentar participou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da reunião, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da reunião.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, antes de começar a reunião... A reunião começava às 14h, e todo mundo sabia do rigor: eu, às 14h, sentava e começava a reunião. Então, a reunião era para começar às 14h. Exatamente às 14h, na hora em que nós estávamos trazendo os diretores de empresas. Os funcionários estavam ocupando lugar para sentar; chegou ao quarto andar, chegou ao elevador do quarto andar o Deputado Federal Valdemar Costa Neto e o Deputado Federal Milton Monti. Eles iam atravessar o corredor para uma reunião com o Diretor-Executivo Sadoc. Eles estavam no DNIT para fazer essa reunião às 14h, para discutir nessa reunião com o Sadoc o assunto de Ubatuba, o

assunto da obra de travessia urbana de Ubatuba. E, ao encontrarem vários conhecidos seus, vários diretores de empresas que eles, Deputados, conheciam, cumprimentaram enquanto as pessoas se acomodavam na sala. Posteriormente, eu lembro que o Deputado Valdemar deu com a mão e disse: "Olha, boa reunião." e saiu pela porta. Não estava prevista a presença dele na reunião, não participou da reunião e, quando ele saiu, fechamos a porta e iniciamos a pauta da reunião. Mas esse foi um dos fatos à denúncia, um dos fatos denunciados: que nós convocamos a reunião para que os Parlamentares se apresentassem e, obviamente, ficasse demonstrada alguma participação do Partido da República naquela modificação de metodologia de procedimento, o que não é, absolutamente, verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que há tantas pessoas e que o assunto dos 5% não foi tratado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom, essa é outra questão importante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A reunião ou alguém brincou sobre esse negócio... Sei lá se se pode brincar sobre isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Uma reunião pública, certo? Com uma grande quantidade de empresas e também de funcionários, certo? E eu mencionei, não mencionaria e nunca no DNIT fiz qualquer tipo de cobrança a empresa com relação à propina, à porcentagem, a percentual ou a qualquer tipo de assunto inerente a essa pergunta, principalmente para as empresas de consultoria de projeto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Pagot, o senhor conhece o Sr. Paulo Vieira de Souza, ex-Diretor da Dersa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu só posso fazer uma menção final disso aqui?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esse mesmo assunto, Deputado Odair, ilustre Relator, esse mesmo assunto foi fruto de um processo na Controladoria-Geral da União, de uma investigação. Os investigadores foram Tarcísio Gomes de Freitas e Wagner Alessander Ferreira. Foi feito todo... Foi esmiuçado o caso e, obviamente, nada de anormal foi encontrado, nada de anormal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A CGU fez uma sindicância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A CGU fez uma sindicância sobre esse fato. É importante registrar isso.

Já, sob a sua...

Agora, eu gostaria de responder a outra sua pergunta. O senhor poderia repetir?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o senhor conhece, em que circunstâncias conheceu – e já vou fazer a outra pergunta também – e se ele lhe fez algum pedido ou que assunto tratou com o senhor o Sr. Paulo Vieira de Souza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Sr. Paulo Vieira de Souza eu conheci como Diretor da Delta e eu Diretor do DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Dersa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Desculpe-me, da Dersa, e eu Diretor do DNIT. Eu o conheci no gabinete do Ministro Alfredo Nascimento, quando estava sendo tratado o assunto do novo convênio que seria firmado com o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério dos Transportes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode dizer quando isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Cujos intervenientes eram o DNIT e a Dersa.

Isso foi em 2008, talvez início de 2009. Daí foram feitas as tratativas de como seria esse convênio para se desenvolverem os trabalhos no contorno sul do rodoanel, no contorno sul. Esse era um convênio cujo valor era R$3,6 bilhões; R$2,4 bilhões eram obras que seriam de investimento do Governo do Estado de São Paulo, e R$1,2 bilhão do Governo Federal.

E, na ocasião, surgiu uma discussão, porque as obras que o DNIT toca, que o DNIT executa, são feitas com índice de preço individual. Nós temos uma tabela-ciclo, e essa tabela é uma tabela que tem índice de preços individuais. E, para o Rodoanel Sul, o Governo de São Paulo estava propondo ao Governo Federal a execução de uma obra *turn key*, ou seja, de empreitada global, com preço fechado. Esse assunto é um assunto problemático e que tem que ser discutido com o TCU, porque o TCU não aceitava as obras de empreitada global.

Então, nessa reunião, eu conheci o Paulo Vieira de Souza. Posteriormente, foi marcada outra reunião para o DNIT, já para discutir mais detalhes técnicos, detalhes de fiscalização, gerenciamento da obra, como a Dersa ia executar essa obra, e continuava a discussão de empreitada global e índice de preço. Essa discussão foi parar dentro do TCU, na Secretaria especializada. E, lá, sob a direção do André Mendes, Secretário dessa Secretaria especializada, e o André Kresch, a Dersa, seus engenheiros, explicaram detalhadamente como iriam fazer essa obra, dizendo que era muito importante, porque já havia tido uma renegociação com as empresas, que as empresas tinham baixado o preço, que tinha ficado um valor para cada lote, e que a obra não passaria daquele valor fixado, R$3,6 bilhões, não passaria do valor fixado. Isso ficou bem claro na reu-

nião, e o TCU, então, disse que ia acompanhar, que ia estar atento, que não colocaria, inicialmente, uma posição contrária, como não colocou – houve até uma manifestação do Ministro Relator, acredito, se não me falha a memória, Ministro José Jorge, uma manifestação isso, sobre a necessidade do acompanhamento periódico dos relatórios. Então, nós firmamos o convênio, e a obra foi iniciada, e, conforme a obra andava, fomos fazendo as transferências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em qual sistema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Até totalizar... No sistema de empreitada global, até totalizar o R$1,2 bilhão do Governo Federal, e os recursos aplicados pelo Governo de São Paulo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em entrevista...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – No final, praticamente, da execução da obra, na parte final de execução da obra, a Dersa encaminhou para o DNIT uma reivindicação de aditivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Dersa...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Solicito a assistência...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Dersa encaminhou ao DNIT...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A cadeira deve ter quebrado, Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – De volta, o Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Delta encaminhou para o DNIT... Desculpe. A Dersa encaminhou ao DNIT uma reivindicação em que ela apresentava um pedido de aditivo de R$260 milhões. E, obviamente, justificava o aditivo, laudas e laudas de justificativa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode resumir a justificativa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A justificativa era que havia alguns problemas ambientais na obra, houve exigências, que tinha que se fazer alguns novos acessos, melhorar os acessos que estavam previstos, era mais ou menos nessa linha, um complemento de obras. E, a essa reivindicação, eu, de pronto, me posicionei contrário, uma vez que eu tinha assinado um aditivo de empreitada global, e nós tínhamos conversado com o TCU sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Um aditivo ou um contrato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Um contrato, melhor, de empreitada global, que nós tínhamos conversado com o TCU sobre essa obra sendo executada dessa maneira. Isso representava até uma temeridade se fazer qualquer aditivo em cima desse contrato. Esse assunto foi encaminhado ao Ministro Paulo Sérgio Passos, – desculpe-me –, ao Ministro Alfredo Nascimento, ao Secretário Executivo Paulo Sérgio Passos. Na ocasião, inclusive, o Paulo Sérgio Passos era o Ministro que estava substituindo Alfredo Nascimento e, lá, em São Paulo, esse assunto caminhou para um TAC. Eu até fiquei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpa, como que é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Lá em São Paulo, o assunto caminhou para um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, essa reivindicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Reivindicação de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Do Ministério Público Federal, Governo de São Paulo, a Dersa, certo? E eu recebi esse documento, este Termo de Ajustamento de Conduta que o DNIT deveria assinar. E eu fui contrário à assinatura desse documento. Fui contrário. E conversei com o meu Procurador Fábio Duarte, Procurador-Geral Especializado, membro da AGU, que marcou uma audiência com o Ministro Luís Adams, que, posteriormente, nos encaminhou a um outro procurador da AGU, e determinou que fizesse um parecer para me isentar de assinar o Termo de Ajustamento de Conduta. Então, com esse documento, encaminhei ao Ministério Público Federal, não assinei o aditivo e, obviamente, o DNIT não desembolsou nenhum centavo a mais que R$1,2 bilhão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O aditivo não foi assinado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O aditivo não foi assinado. Veja só: o aditivo não foi assinado e o TAC também não foi assinado. Quer dizer, não existiu esse aditivo. Agora, que o Governo de São Paulo, mais a Dersa, mais o Ministério Público assinaram esse aditivo, isso foi um fato público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe se este recurso, então, foi desembolsado pela Dersa? Estes R$264 milhões.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não tenho ideia, porque, posteriormente, eu saí do DNIT e não tive mais notícia desse caso.

O que eu notei, no período, foi uma insistência muito grande para que eu fizesse uma revisão da minha posição, ou de justificar adequadamente por que eu não queria assinar o aditivo. E a minha era... Qual que era a minha justificativa? A minha justificativa era

de que eu não devia assinar o aditivo, uma vez que era uma obra de empreitada global. O TAC, desculpe-me.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabia, foi advertido, como o senhor disse em entrevista à revista *ISTOÉ*, que poderia haver desvios de recursos públicos nesse termo aditivo e que esses recursos seriam destinados para campanhas eleitorais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi, isso foi, assim... Nós tínhamos já negado o aditivo. Posteriormente, quase no final de 2010, alguém, eu estava almoçando no Francisco, uma das poucas vezes em que fui almoçar no Francisco, e um conhecido meu, que trabalha em uma empresa, ele disse: "Pagot, cuidado com esse aditivo. Esse aditivo tem uma finalidade de contribuir para as campanhas do Serra, do Alckmin e do Kassab". Foi exatamente esta frase que ele usou, certo?

Eu relatei esse fato ao repórter. E ao relatar o fato ao repórter, eu disse para ele: "Isto é uma conversa de bêbado. Isto é uma conversa de botequim. Isto é uma conversa que não se pode provar. Mas eu só estou te mostrando a insistência que muitas vezes tem com determinados atos e o que realmente esses atos podem gerar lá na frente". Essa foi a observação que eu fiz ao repórter.

Posteriormente, na reportagem, o repórter usou as palavras que ele quis e não as que eu disse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, por falar em campanhas eleitorais, o senhor arrecadou, para campanhas eleitorais em 2010, estando Diretor-Geral do DNIT? Se sim, para quais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não arrecadei para a campanha eleitoral. Penso que a forma de arrecadar é você ir numa empresa, conseguir os valores, fazer com que os valores se apresentem nas contas públicas de campanha, entendeu? Não tive atividade como isso, mas fui procurado pelo tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, e ele me pediu ajuda. Esteve comigo numa reunião no DNIT, eu mostrei para ele um rol das empresas que trabalhavam no DNIT, que eram, então, 369 empresas com contratos. Ele me disse: "Olha, as maiores, você não precisa se preocupar, que isso é assunto do comitê de campanha. Se você puder pegar mais 30 ou 40 empresas para fazer uma solicitação, você solicita que apresentem a doação na conta de campanha."

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quando?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi no transcurso do primeiro turno. E eu, obviamente, fiz, encontrando algumas empresas, encontrando alguns empresários, obviamente não empresas, empresários ou seus procuradores; acreditei que não estava cometendo nenhuma ilegalidade. De maneira nenhuma associei a doação de campanha a qualquer ato administrativo no DNIT, e pedi, sim, que, se pudesse fazer alguma contribuição para a campanha – não estabeleci percentuais – que, por favor, o fizesse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se essas doações foram feitas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, posteriormente ao meu pedido, já no transcurso da campanha, algumas empresas encaminharam para mim um boleto – não passou de meia dúzia – demonstrando que tinham feito a doação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Legalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Legalmente, na conta de campanha. E posteriormente, ao ler o que está disponível pelo Tribunal Superior Eleitoral, eu constatei que diversas empresas a que eu havia feito a solicitação realmente fizeram uma doação na conta de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, era o que eu tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passaremos agora à participação dos Srs. Parlamentares, inicialmente convidando os senhores autores dos requerimentos de convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot.

V. Exªs terão o prazo de 10 minutos, como já é do conhecimento de todos. Peço que sejam compreensivos com esta Presidência, disciplinando-se no uso exato do tempo para que todos possam ter a oportunidade das suas respectivas participações.

Com a palavra o senhor autor do Requerimento 21, o primeiro, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Dez minutos.

Com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para o Presidente anunciar o nome e a presença de mais uma pessoa à mesa, se fosse possível, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não havia visto. Muito bem lembrado. (*Pausa.*)

Renato Costa, advogado e procurador do Sr. Pagot.

Restabelecendo, antes da reclamação, o tempo do senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor poderia só declinar o nome dos autores e a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei isso: Onyx, Carlos Sampaio, Randolfe, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Maurício Quintella e Filipe Pereira.

Restabelecendo o tempo novamente, com a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot, a versão que o senhor nos traz aqui é a versão de que a sua demissão foi resultado de um complô tramado pelo grupo de Carlos Cachoeira. Curioso que, em interceptações gravadas, aparecem falas do Sr. Cláudio Abreu dizendo que o senhor, qualquer coisa que falasse sobre o esquema, daria um tiro no pé. E há uma outra gravação do Cláudio Abreu com o Cachoeira, com a preocupação, depois da sua saída, de como é que o senhor iria pagá-los pelo que eles haviam feito, provavelmente, no período em que o senhor lá esteve.

O senhor também disse, e quero aplaudi-lo, que é necessário fazer uma CPI do DNIT. Eu também acho. Aliás, Roberto Jefferson já apontava o DNIT como uma das fontes de financiamento do mensalão. Só para lembrar.

E eu analisei aqui, Dr. Pagot, aquilo que o DNIT disponibilizou. Foram 368 contratos. Ou seja, aquilo de que o DNIT achava que podia dispor, não é? Fora aquilo que não foi para o *site* do DNIT por óbvias razões. Desses 368 contratos, o senhor disse aqui – palavras suas, estão gravadas – que um técnico do DNIT lhe deu a informação de que a média de termos aditivos é de 18% na manutenção e de 8% na construção.

Então, eu queria que o senhor explicasse por que, no seu período, que abrange a maioria absoluta desses contratos com a Delta, dos 368 contratos firmados com a Delta, 190 sofreram contratos aditivos. Isso derruba a sua tese, a sua teoria, absolutamente. Desses, 95, Sr. Presidente – e Sr. Relator, que está me ouvindo –, receberam aditivos superiores a 25%. Alguns com 100%, 80%, 90%. E quando nós vamos comparar o histórico da Delta com o DNIT...

Eu volto a dizer: na minha concepção, investigar a Delta é chegar ao corruptor ativo, àquele que paga o suborno, àquele que corrompe efetivamente. Porque, por favor, Dr. Pagot, o senhor assume em outubro de 2007. Do faturamento da Delta, o DNIT, a partir da sua assunção, pula de 397 milhões para 349, 682, 688, respectivamente, ano a ano, para 800 milhões no ano de 2011. Não estou falando nem deste ano. Só para o senhor ter uma ideia, os demais órgãos do Governo Federal contribuem com menos de 10% desse valor para faturamento da Delta, Sr. Presidente.

Vamos além. Nós fizemos o seguinte levantamento: a proporção do faturamento da Delta e das demais. Quem são as demais? Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez. Portanto, empresas com história no País, com um portfólio admirável de obras dentro e fora do País. Muito bem. A Delta, em 2007, faturou 397 milhões do DNIT, contra 432 das demais empreiteiras, todas somadas. Em 2008, 349, contra 500. Mas a partir de 2009, quem sabe uma preparação sábia, antecipada, para o que viria em 2010, ela pula para 682 milhões, contra 193. Das cinco grandes empreiteiras do País. Em 2010, 688, contra 282. Em 2008, 805 milhões, contra 430. Eu poderia dizer, sem medo de errar, que na sua gestão frente ao DNIT o senhor foi um Papai Noel para a Delta. O senhor vai me desculpar, mas não tem outra explicação.

Eu queria também perguntar ao senhor qual é a justificativa, qual é a explicação que o senhor poderia nos dar para outro fator. Desde 1996 – fomos longe –, até 2006, a empresa Delta foi dispensada de licitação em obras do DNIT em 19 oportunidades. Depois da sua assunção... Eu nem considerei 2012 e final de 2011. Mas no seu período foram 38 dispensas. Quer dizer, em pouco mais de dois ou três anos, ela tem mais do que o dobro do que em toda sua história de relação com o órgão. E não é uma história pequena. Computei aqui dez anos.

E, por fim, nós temos aqui contratos com aditivos: 77%, 81%. O senhor podia – vamos ficar nisso porque eu tenho pouco tempo – me explicar qual foi o milagre da Delta no DNIT sob a sua administração ou sob o grupo que o senhor administrava, por que dos aditivos e por que dos valores estratosféricos dos termos aditivos, como nós verificamos, que quebram, inclusive, o número que o senhor trouxe. Não fomos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Sª.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, vamos nos ater aos aditivos. Qualquer aditivo superior a 25% já é ilegal, qualquer aditivo. Neste período em que fiquei no DNIT, de 03 de outubro de 2007 até o final de julho de 2011, só teve um aditivo, um único aditivo no DNIT que foi superior a 25%. Foi um aditivo de 73%, um aditivo qualitativo, que foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União, no túnel Morro Alto, na BR-101, no Rio Grande do Sul. Esse cálculo de aditivos que o senhor tem em mãos me parece ser um cálculo inexato. Qualquer aditivo superior a 25%, nós respondemos tanto ao CGU como ao TCU – tanto ao CGU como ao TCU. Então, não existe a possibilidade de termos aditivos superiores a 25%. O que precisa se analisar, muitas vezes, em determinadas obras, é que você tem um aditivo em função da própria obra em si e a correção anual que é feita nas obras por lei, de acordo com a Lei nº 8.666, que se refere ao índice de inflação. Muitas vezes, quando se faz uma conta, se pega o aditivo que a obra teve e soma com as correções anuais e, aí, se diz: olha, o aditivo foi superior a 25%. Existe a correção anual do valor das obras e existem os aditivos. E os aditivos não podem ser su-

periores a 25%. E isso nós cumprimos, porque, se em algum momento, nós não cumprimos aditivos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu vou pedir que o Sr. Pagot seja objetivo. Senão, o senhor estica a resposta, e eu fico sem poder lhe perguntar, porque eu tenho tempo. Isso é uma tática inteligente de V. Exª. Eu só quero que o senhor me diga... O senhor já disse aqui que não aditivou. Bom, isso todos os do Marcos Valério lá disseram, que não aditivou... Eu me lembro de que o marketing...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Façamos o seguinte: V. Exª usa o seu tempo de dez minutos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O homem do marketing do BB dizia também que os aditivos obedeceram a lei e, hoje, a gente sabe que não. Então, para que a gente não fique numa discussão estéril e o senhor gaste o meu tempo de questionamento – eu tenho uma pergunta importante para lhe fazer –, vou transferir, porque os dados que busquei são: primeiro, do DNIT, o seu órgão de origem – então, esses dados estão publicados equivocadamente pelo órgão que o senhor dirigiu –; e, segundo, a outra fonte de dados é o Siaf. Então, vou fazer a juntada disso e vou encaminhar ao Sr. Relator, ao Ministério Público Federal e ao TCU, porque, seguramente, poderão abrir análises, mesmo que *a posteriori*, daquilo que nossa assessoria identificou.

Eu queria, agora... E, exatamente, o senhor falou de uma obra que, inclusive, causou a indignação da Presidente Dilma Rousseff, que é a obra da 101. Só quero lembrar aqui que a BR-101, entre Florianópolis e Osório, recebeu 268 termos aditivos, uma obra que pulou de um bilhão para mais de dois bilhões, numa elevação de mais de 88%. E aqui tem uma declaração que foi atribuída ao senhor na imprensa a respeito do Sr. Hideraldo Caron, Diretor de Infraestrutura do DNIT, dizendo que o senhor revelou que Caron não só sabia como se empenhava, pessoalmente, para viabilizar estranhos reajustes. Segundo o senhor, foi Caron que sustentou no colegiado...

Segundo o senhor, foi Caron que sustentou no colegiado do DNIT a necessidade de assinar contratos aditivos com as empreiteiras encarregadas da obra, que teve seu preço inflado em nada menos de 73% do valor original do contrato. Foi essa uma das razões para que a Presidente Dilma, na famosa reunião de 24 de junho, desse aquela declaração de que o Ministério dos Transportes estava descontrolado e que seus dirigentes eram inadministráveis, e que tudo deveria ser revisto, e que motivou aquela sequência de demissões, lá no Ministério. Queria que o senhor me respondesse a questão disto que envolve o Sr. Hideraldo Caron, e uma outra pergunta. Curiosamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Todos os termos aditivos e valores de liberação dos períodos eleitorais de 2008 e 2010 foram assinados e corroborados pelo Ministro interino, o Sr. Paulo Sérgio Passos. Isso o senhor. confirma que foi assim? O que me pareceu bem muito curioso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor, que é um técnico e tem um histórico de competência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E eu não tenho nada contra o senhor, foi demitido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Todos os outros elementos que participavam das diretorias foram demitidos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, conclua. Conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...e quem assinava a documentação para autorizar os demais foi promovido para Ministro. Eu queria que o senhor. desse os comentários sobre Hideraldo Caron e o Ministro Paulo Sérgio Passos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

Tempo para responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não afirmei que não fazia aditivos. Aditivo é da boa engenharia. Entre o levantamento que é feito na obra e a execução, muitas vezes passam dois anos.

Você tem uma estrada sofrendo, oxidada, sofrendo pressão de fluxo e volume e essa estrada, foi feito um levantamento nela e posteriormente é licitado. Muitas vezes se consegue licitar até em seis meses. Mas muitas vezes essas obras passam de um ano para o outro. Esperam a abertura de orçamento, e aí só é autorizada a licitação. Então, com isso, entre o levantamento de campo e o início da obra, existe uma diferença da base do pavimento. O bom engenheiro não deixa executar sem fazer correção. Muitas vezes o buraco precisa de se fazer um pano, ou fazer um pedaço. Muitas vezes o acostamento que estava ao lado daquele buraco está rompido. Então essas alterações se transformam em aditivos.

O sobrepreço, a medição inexata, isso não é da boa engenharia, mas o aditivo é da boa engenharia. Então, para se conduzir uma boa manutenção rodoviária, na atual metodologia que nós temos, é necessário que quando o engenheiro da obra lance a obra, dê a ordem de serviço, faça as correções necessárias. Por isso que os aditivos de manutenção rodoviária muitas vezes são superiores aos aditivos de construção, principalmente porque nos projetos de construção os projetos são bem mais elaborados. Sempre nós temos um levantamento mais preciso e o curto espaço que se dá da licitação construtiva para a licitação de manutenção evidentemente permite que essa obra tenha menos aditivos. Bom, esse é um fato.

Outro fato que eu quero dizer, Deputado Onyx, outro fato que eu preciso declarar, é que não tem como, se nós fizermos no DNIT com o acompanhamento que se tem lá dentro de CGU e TCU e da própria auditoria interna, se nós fizermos qualquer cálculo, se nós fizermos qualquer aditivo superior a 25%, que é da lei, obviamente que nós vamos ser apenados, e além de ser apenados, nós vamos responder com o nosso patrimônio, especialmente eu, que sou gestor. Então, essa é uma questão. Eu não sei interpretar os papeis que o senhor tem, eu não consegui nem identificar corretamente, porque eu não tenho conhecimento desses papeis, mas eu posso lhe assegurar que lá no DNIT os aditivos não passam de 25%, quando existem. Outro detalhe importante que o senhor colocou é por que as empresas, especialmente a Delta, tiveram um crescimento extraordinário na sua execução de obras, colocando um período anterior a minha chegada ao DNIT e um período posterior, durante a execução da minha gestão.

Um fato importante. Eu entrei no DNIT quando tinha sido implementado o PAC, mas o PAC praticamente engatinhava, o PAC iniciava, o PAC estava no início da execução. Eram poucas obras que estavam na praça, eram poucas obras que estavam sendo executadas. Essas obras, ao longo do tempo, foram sendo implementadas, e cada vez obras mais expressivas. O período em que fui gestor do DNIT paguei 26,7 bilhões de obras, eu licitei mais de 30 bilhões de obras. E isso fez com que as empresas que estavam participando do processo de licitação e que executavam obras para o DNIT todas crescessem, não só a Delta. Aí vem a sua observação correta.

Mas por que as grandes empresas nacionais, que o senhor abriu a mão de cinco, eu diria que são dez, por que as dez maiores empresas nacionais diminuíram sua participação dentro do DNIT? Elas praticamente saíram de dentro do DNIT.

Primeiro, pela sistemática que adotamos de licitação, e que nós permitimos...Fomos para o edital padrão, revisando a Tabela Sicro e, mais, reduzimos o tamanho dos lotes para permitir que mais empresas trabalhassem e permitimos consórcio. Isso fez com que uma quantidade razoável de empresas, que até então não trabalhavam com o DNIT, passassem a trabalhar com o DNIT e principalmente pelo aperto financeiro em cima das planilhas, pela redução de muitas planilhas, como por exemplo o BDI, que quando entrou no DNIT era de 29, 28, e posteriormente – é um trabalho que executamos – o BDI foi praticado a 19,3, todos esses trabalhos desinteressaram as maiores empresas nacionais de participarem das obras do DNIT. Esta é a palavra, desinteressaram-se.

Além disso, lançamos uma nova metodologia de obras, um novo rol de obras, obras da Petrobras de grande porte, obras portuárias de grande porte, estaleiros de grande porte, linhas de transmissões imensas, hidrelétricas gigantescas e principalmente o apoio que o Brasil deu para as empresas na América Latina e até na África, em que obras financiadas pelo BNDES foram conquistadas por essas grandes empresas brasileiras.

Então, essas empresas não tinham mais interesse de trabalhar no DNIT, preço apertado, fiscalização constante e, obviamente, elas foram reduzindo sua participação.

Outras empresas que estavam, digamos assim, de médias para maiores, ou uma empresa grande como a Delta, obviamente aproveitaram o vácuo existente e começaram a participar, de maneira até mais agressiva, do processo licitatório, principalmente a Delta, que passou a disputar amiúde todos os contratos de manutenção rodoviária, reduzindo o preço para ganhar e, obviamente, tendo uma carteira maior de obras.

Não teve nenhuma facilitação por parte de nossos diretores, nenhuma facilitação por parte da diretoria-geral, simplesmente tivemos um acréscimo brutal na oferta de obras na praça. Esse acréscimo foi aproveitado por inúmeras empresas, inclusive a Delta. E várias empresas cresceram inclusive mais do que a Delta, muito mais do que a Delta, empresas que faziam 50 a 60 milhões de obras por ano e que passaram a fazer 500 a 600 milhões de obras por ano. É só pegar as planilhas ano após ano entre 2007, quando entrei no DNIT, até o ano em que saí do DNIT, para verificar o acréscimo que essas empresas tiveram na participação das obras executadas no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)) – Bom, eu quero chamar a atenção...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Presidente, há duas perguntas importantíssimas. Perdão...

A outra pergunta é sobre dispensa de licitação para obras emergenciais; dispensa de licitação para obras emergenciais. Primeiro, que é da lei; segundo, que nós tivemos o cuidado de examinar, no DNIT, qual era a metodologia de dispensa de licitações até 2007. Posteriormente fizemos uma ampla reunião com o João Bernardo e assessores para tratar desse assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem é o João Bernardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – João Bernardo, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento. E discutimos exatamente essa nova metodologia que iríamos praticar com referência à questão das obras emergenciais.

Apresentamos a ele uma média anual que o DNIT tinha com relação às emergências. E fizemos ver que era necessário constar do orçamento anual exatamente uma média que a gente não precisasse fazer suplementações, complementações, e que a gente tivesse disponibilizado no orçamento os recursos necessários para as obras emergenciais.

O período em que eu fiquei no DNIT foi de grandes tragédias. O período em que eu fiquei no DNIT foi de grandes tragédias: a tragédia de Santa Catarina; a grande tragédia de Pernambuco e Alagoas; a grande tragédia do Rio de Janeiro; aliás, duas grandes; uma na região de Angra; outra na região de Petrópolis. E os recursos do DNIT destinados foram pontuais, foram especificamente na rolagem da pedra; foi especificamente no rompimento da pista; foi especificamente na substituição da ponte; foi especificamente na desobstrução que a emergência originou, fazendo com que se restabelecesse o mais rapidamente o tráfego, o ir e vir das pessoas e principalmente que aquela obra pudesse ser executada de maneira pontual e pudesse atender ao combinado com o Ministério do Planejamento com relação a obras emergenciais

Ao longo do tempo nós conseguimos ficar dentro da meta que tinha sido programada pelo MPOG, com todas as emergências que nós tivemos, com todo o apoio que nós tivemos, com as reconstruções de pontes, com as reconstruções de pistas. Agora, tinha uma metodologia também: não era escolhida empresa aleatoriamente; não era trazida empresa daqui e ali. Qual que era a metodologia? A empresa que está no trecho, imediatamente se responsabiliza pela emergência. Por quê? Para desobstruir rapidamente, para atender rapidamente à população, para fazer com que a obra acontecesse. Em vez de ficar deslocando máquinas de um lado para o outro, pagando mobilização disso, usar máquinas e equipamentos que já tivessem no trecho.

Como a Delta era uma empresa que estava com uma quantidade razoável de obras em todo o Brasil, é óbvio que de muitas dessas obras ela participou. Mas não era a única, não era a única, seja em Santa Catarina, seja no Paraná, seja no Rio Grande do Sul, seja no Espírito Santo, seja no Rio de Janeiro, seja em Minas Gerais, seja em Alagoas e Pernambuco. Quer dizer, um rol grande de empreiteiras participaram da execução de obras emergenciais. Tudo devidamente dentro do que a lei determina.

Outro assunto, e importante, inclusive, sobre Hideraldo Caron. Hideraldo Caron era um dos engenheiros, dos técnicos mais competentes que eu conheço em administração pública. Foi diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT. A Infraestrutura Rodoviária do DNIT administra 90% do orçamento do DNIT. Os outros 10% ficam divididos em Diretoria de Infraestrutura Aquaviária e Diretoria de Infraestrutura Ferroviária.

Não reconheço nessa reportagem, além de maledicência, não reconheço minhas palavras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Falei, sim, em determinada ocasião, ao ser perguntado sobre Hideraldo Caron, que ele respondia por 90% das obras do DNIT. E mais, que ele...

Não, é que eu imaginei que o senhor tinha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Então, eu estava conversando, Sr. Presidente, sobre o Hideraldo Caron, que ele respondia por 90% das obras do DNIT e, obviamente, que a sua responsabilidade em todo o Brasil era muito grande.

Não há nenhum indício que possa ser comprovado de que ele fez qualquer tipo de lobby para trazer obras para dentro do DNIT ou para aumentar o valor de obras. Até porque o DNIT é um executor de obras. As políticas públicas são firmadas pelo GPAC – Gerenciamento do PAC. As políticas públicas são firmadas pela Casa Civil. As políticas públicas são firmadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. As políticas públicas são firmadas pelo Ministério dos Transportes. Acima do DNIT, há o Conselho de Administração. Uma vez aprovado o orçamento, o DNIT é o executor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tem como o DNIT ficar multiplicando o valor de obras.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, na 101, qual era o valor, Dr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em qualquer valor...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dobrou de R$1 bilhão para R$2 bilhões. Nem a Presidente aceitou isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou responder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quer que eu aceite.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou responder.

A questão da 101 é que, do momento em que a 101 foi lançada como obra até o atual estágio de construção dela, houve muitas modificações na obra da 101. Por exemplo, só por questões ambientais, três grandes obras estão sendo implantadas ou vão ser implantadas. Primeiro, o Túnel do Formigão, o Túnel Comprido e a Ponte da Lagoa de Laguna. São três obras que não estavam previstas ao ser lançado o edital de licitação da BR-101. Estas três obras não estavam previstas. E as três obras juntas valem mais de R$1 bilhão. E foram absolutamente por exigência ambiental trazidas para dentro e aprovadas pelo GPAC. E foi determinada sua execução pelo Ministério dos Transportes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas a Presidente Dilma se referia aos aditivos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Tivemos que fazer projeto dessas obras, tivemos que fazer licença ambiental dessas obras, e depois de aprovados os projetos por toda essa cadeia que aprova as obras públicas do DNIT. Quer dizer, ter o orçamento anual adequado para depois fazer a licitação de obras. Então a 101 tem esse histórico.

Além disso, a BR-101 passa espremida entre a montanha e o litoral catarinense. Ao ser implantada esta obra, ela cruzava por alguns lugares, alguns balneários que eram pequenos e foram crescendo. A obra, inicialmente, não previa determinadas trincheiras, não previa determinados viadutos, não previa vias laterais. À medida que a obra foi sendo implantada, várias audiências foram sendo realizadas com prefeituras, com a Assembleia Legislativa, com parlamentares do Estado, com grupos de trabalho de Santa Catarina, com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que fez um relatório demonstrando que, muitas vezes, a construção, a duplicação da 101 iria representar o seccionamento de algumas comunidades sem que elas pudessem chegar à 101 com facilidade.

Tudo isso foi feito. Foram feitas modificações ao longo do tempo, e essas modificações foram aprovadas como obras complementares que se juntam à obra principal da BR-101.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o questionamento sobre o Ministro Paulo Sérgio Passos quando era secretário executivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Ministro Paulo Sérgio Passos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, o senhor se inscreva novamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Já fiz isso, mas eu era a última pessoa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o senhor se inscreva novamente. Não, não vou permitir mais, por favor.

O senhor quer responder?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Ministro Paulo Sérgio Passos, por diversas vezes, foi Ministro dos Transportes; hoje ele é Ministro dos Transportes de novo.

Obviamente, na evolução do PAC 1 para o PAC 2, ele participou em todas as reuniões. Tanto participou da reunião do grupo do GPAC como participou no Conselho de Administração – ele era o titular do Conselho de Administração –, como participou liderando as discussões sobre cada obra, sobre o valor de cada obra, sobre a necessidade de cada obra.

Posteriormente, com a saída do Ministro Alfredo Nascimento e com a conclusão do relatório de 2010, que fechou o lote de obras a ser executado a partir do ano de 2011, obviamente ele estava à frente do Ministério dos Transportes e aprovou – aprovação do documento que foi ao GPAC.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bem, vamos aqui disciplinar a nossa *performance*, para evitar constrangimentos desta Presidência e de V. Exªs como autores e interpelantes.

Nós temos dez minutos.

V. Exª tem à disposição ou o famoso pingue-pongue – e aí não podemos podar a resposta, que muitas vezes é uma resposta técnica da testemunha que está aqui presente, sobre uma obra ou outra. Nós não podemos disciplinar o uso do tempo da resposta.

Eu sugeriria a V. Exªs: o tempo de dez minutos é exclusivo de V. Exªs; aproveitem como melhor advier a cada um. Só peço que, após os dez minutos, ou V. Exªs se reinscrevem, ou vou pedir, efetivamente, para encerrarem a manifestação, porque outros se sentem prejudicados com esse tipo de comportamento inadequado.

Peço a V. Exªs que compreendam esta Presidência.

Com a palavra, o Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, um minuto, por favor.

Um segundo... Suspendo... Suspendo a reunião por um minuto, por dois minutos, por três minutos, enquanto a testemunha não volta à mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Suspensa às 13 horas e 3 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomamos os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Sampaio, segundo autor, por ordem de chegada, Requerimento nº 67.

Peço aos Srs. Parlamentares, antes de restaurar o tempo de V. Exª, que se acomodem.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E o devido silêncio em respeito ao autor.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPI, Sr. Pagot, eu queria inicialmente dizer-lhe que procuro sempre inteirar-me sobre a atividade daquele que aqui vai ser ouvido, para saber do seu proceder, para saber até mesmo como as pessoas veem a sua atuação.

E é fato: V. Sª é visto como uma pessoa competente e um tocador de obras – estou sendo muito sincero na minha fala –, como alguém que não mede esforços para cumprir as missões que lhe são dadas. Isso para mim está muito claro.

E digo mais também: acho que as explicações que V. Sª deu, pelo menos até agora, no que tange à questão dos aditamentos, dos contratos emergenciais, eu as tomo, todas elas,

A questão dos aditamentos, dos contratos emergenciais, eu as tomo, todas elas, como razoáveis e, portanto, não quero aqui partir para esse embate de não conceber como verdadeira a versão dada por V. Sª.

E eu faria algumas ponderações, que a mim, confesso, causaram estranhamento. Acho que, num dado momento, V. Sª foi vítima da própria postura deste governo. Enquanto V. Sª era visto como esse tocador, como uma pessoa competente – esteve à frente de uma das mais importantes missões do PAC – e, quando foi objeto de uma trama envolvendo Cláudio Abreu, Carlos Cachoeira, Fernando Cavendish, Delta em geral, a matéria foi feita contra V. Sª, e V. Sª foi demitido e, o que é pior, perdoe-me a expressão, sob a égide daquilo que a Presidente Dilma Rousseff chamou de faxina.

A meu ver uma injustiça brutal contra V. Sª e, mais do que isso, causa estranhamento que a Presidente Dilma, de 2007 a 2010, enquanto V. Sª esteve à frente do Dnit, e ela foi a mãe do PAC, a gestora maior do PAC, V. Sª era elogiado em todos os cantos. E tanto elogiado era pela então ministra Dilma Rousseff, repito, mãe do PAC – que cuida não só, na condição de mãe, da educação do filho, digamos assim, para fazer uma analogia, mas também da repressão, quando há um erro –, durante todo esse período V. Sª passou incólume como sendo um grande gestor e se mostrou como um grande gestor. Em 2011 vem a denúncia. Já não é mais a ministra mãe do PAC, gerenciadora maior do programa que V. Sª simplesmente operacionalizava, ou seja, realizava obras depois do Conselho Gestor, depois que a ministra Dilma dava a ordem. Depois de tudo isso, ela o demite sob esse pseudonome utilizado por ela como faxina.

A primeira pergunta que lhe faço é se não lhe causou a mesma estranheza que a mim causou uma candidata a Presidente – que foi ministra por três anos, por quatro anos, estando à frente do programa cuja obra era tocada por V. Sª, essa ministra, cujo tesoureiro procurou por V. Sª para que fossem apontadas as empresas para ajudá-la na campanha presidencial – essa, essa, que esteve à frente do PAC, que pediu ao tesoureiro que fosse até V. Sª para pedir o auxílio de empresas que pudessem ajudá-la na condição de Presidente, do dia para noite, que mudasse a sua versão sobre V. Sª e o enquadrasse nesse conceito de faxina que ela colocou, é a primeira pergunta que lhe faço.

A segunda, Sr. Pagot, com relação ao Ministro Jorge Hage. Existem, de 2003 até 2011, dezenas de reclamações e apontamento de irregularidades, que vão desde sobreposição de objetos contratuais, superfaturamento, descumprimento de acórdão do TCU, serviços deficientes executados, até peculato. Repito, de 2003 a 2011, foram apontadas essas irregularidades na empresa Delta.

O Ministro da Controladoria-Geral da União nada fez por oito anos. Diante da mesma matéria e, em seguida, do envolvimento da Delta, ele faz um procedimento, eu diria, aviltante – um rito sumário –, e em dois meses julga inidônea a Delta. A mesma Delta que, de 2003 até 2012, por nove anos, foi idônea – apesar de todas as denúncias que aqui fiz, de irregularidades contra ela –, segundo o Ministro Jorge Hage, que só foi instado a tomar uma atitude, registro aqui, depois da instalação dessa CPI. Somente depois da instalação da CPI é que o Ministro Jorge, perdoe-me o trocadilho, age.

Não agiu antes. Age tão somente depois de a CPI instalada e, repito, num rito que é capaz até que a Delta questione juridicamente; em dois meses ela foi julgada inidônea. Uma coisa assustadora!

Eu pergunto como é que V. Sª veria também essa postura do Ministro da CGU.

Quanto à Ministra ideli, eu vou aqui me reportar a uma matéria que faz referência ao nome de V. Sª, que, portanto, poderá confirmar ou não.

Diz a matéria:

> A metralhadora giratória acionada por Pagot também atinge a Ministra das Relações Institucionais, ideli Salvatti. Ele diz que, em 2010, quando Ideli era candidata ao Governo de Santa Catarina, ela – ela mesma, a Ministra Ideli – pediu uma audiência no DNIT para tratar de três convênios do órgão no Estado e, ao final do encontro, [frase de V. Sª] 'ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para por dinheiro na campanha dela'.

Eu pergunto a V. Sª se esse fato ocorreu. É uma versão da imprensa e, obviamente, V. Sª pode discordar dela.

Ainda continuando, V. Sª colocou aqui, acho que com muita propriedade, a questão do Sr. Paulo Souza. Eu até, se me permitisse, faria uma única correção: quando V. Sª disse que havia insistência para o aditivo, aquilo que sei – e a informação é fidedigna – é que o que havia era uma vontade das empresas de fazer um aditamento de 30% e, de outro lado, uma vontade do Sr. Paulo Souza de fazer um TAC para ver o que realmente era devido nesse aumento solicitado pelas empresas.

O Sr. Paulo Souza procurou pelo TCU, numa atitude correta, pelo Ministério Público Federal e também pelo DNIT, além do TCE – Tribunal de Contas do Estado, para aferirem, juntos, se esse aditivo de 30% pleiteado pelas empresas era cabível ou não. E o TAC – TAC inaugurado pelo Ministério Público Federal – foi assinado, ao final, por todos, menos por V. Sª. E até digo mais: ao meu sentir, corretamente, foi assinado por todos os envolvidos, porque o aumento variou de 2% a 7%, obviamente muito distante daquilo que as empresas queriam.

Então, a correção que faço é no sentido de que a insistência do Sr. Paulo para com V. Sª talvez fosse – e gostaria que V. Sª me explicasse – no sentido de assinar o TAC, diferente de insistir para que se fizesse um aditivo. E, se realmente foi para que assinasse o TAC, ao não assinar, ao meu sentir, V. Sª agiu corretamente. Primeiro, havia um parecer da AGU, de que tive conhecimento, que dizia que V. Sª não deveria assinar; segundo, como V. Sª não era o operador da obra, aquele que estaria realizando a obra, mas sim um celebrador do convênio, talvez V. Sª não se sentisse à vontade – e eu também não me sentiria – em integrar um TAC cuja missão não me cabe, a não ser o repasse de recursos.

Então, se realmente era isso, gostaria que V. Sª me dissesse se aquilo que afirmei está correto ou não.

E, por último, uma constatação que, confesso, me indignou. O Sr. José de Filippi, cuja convocação foi por mim solicitada a esta CPMI, procurou pelo senhor, num ato confesso de improbidade do Sr. José de Filippi, porque ele disse à *IstoÉ* que, de fato, foi procurar pelo senhor, pedindo que o senhor indicasse empresas para ele arrecadar recursos. V. Sª o fez e, depois, algumas empresas inclusive lhe mostraram o boleto do êxito que o Sr. José de Filippi teve – tesoureiro da campanha da Ministra Dilma, hoje Presidente da República. Pasme, Sr. Pagot! A convocação dele foi rejeitada por esta CPMI, e nós convocamos aquele que o senhor disse que, numa conversa de bêbado, infundada, foi convocado a esta CPMI, chamado Sr. Paulo Souza.

Gostaria de ouvi-lo também sobre isso, porque, ao que me pareceu – e já estou concluindo, Sr. Presidente –, V. Sª foi categórico ao afirmar que terceiro teria lhe dito, em uma conversa – repito aqui – de bêbado, que o aditivo que aconteceu através de um TAC, que variou de 2% a 7%, poderia atender a campanhas em São Paulo. Essa conversa de bêbado gerou a convocação do Sr. Paulo Souza, e a conversa séria do diretor do DNIT, dizendo que foi procurado e que foi confirmado pelo tesoureiro da campanha da Dilma, não promoveu qualquer convocação a esta CPMI. São coisas que nos assustam. É apenas uma reflexão que faço. Muito obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Sª para as respostas ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, fiz uma manifestação, há pouco, de como me senti depois desse episódio. Imagina trabalhar de 7h da manhã às 22h, de segunda a quinta-feira no DNIT. Às quintas-feiras à tarde, embarcava em aviões de carreira, em veículos do DNIT e ia fiscalizar obras no Brasil todo, junto com diretores coordenadores, superintendentes, voltando para casa normalmente no domingo à tarde ou domingo à noite para, segunda-feira, de novo, estar no DNIT, trabalhando exaustivamente. E não era só eu; faço um reconhecimento aos funcionários do DNIT, abnegados, aos diretores. De uma hora para outra, fico extremamente perplexo pela situação em que me vi envolvido, naquela reportagem

A palavra que me vem à mente é defenestrado que fui do DNIT, arrancado do DNIT, sem sequer uma oportunidade de defesa – sem sequer uma oportunidade de defesa! – extremamente solitário. Virei um fantasma. Isso fez muito mal à minha vida, muito mal.

Também reconheço – reconheço, coloquei aqui nas letras, está escrito, acabou de ser gravado – que, no DNIT, tínhamos muitos problemas principalmente originados pelo não cumprimento do lotacinograma. Quando o DNIT foi criado e tinha um orçamento de R$2 bilhões, em 2002, tinha 4.980 funcionários. Quando entrei no DNIT, o orçamento era de R$7 bilhões. Já

era um orçamento que vinha crescendo. Depois de R$7 bilhões, pulou para R$14 bilhões e, de R$14 bilhões, para R$17 bilhões. O número de funcionários públicos que contávamos para trabalhar era de 2.980, 2.830, sempre caindo. Por quê? Porque não estavam mais satisfeitos com os salários e também se aposentavam. As empresas ofereciam melhores salários. Os concursos públicos – era de R$ 4mil o engenheiro do DNIT, R$5 mil o engenheiro do DNIT – ofereciam R$14 mil, R$17 mil, R$21 mil para engenheiro e levavam nossos funcionários. Muitas vezes, tínhamos um bom engenheiro, mas, no dia seguinte ele era auditor da CGU; tínhamos um bom engenheiro, mas, no dia seguinte ele era auditor do TCU. Nada contra. São inteligentes, passaram em concursos, concursos disputados, mas o fato é que, com o crescente aumento de obras e serviços...Vejam esse painel, onde está colocado que, na minha gestão, contratamos, em obras, 316+670+358, quer dizer, só isso demonstra uma quantidade extraordinária de serviço. E o número de funcionários do lotacionograma, que era de 4.980, em 2002, e todos trabalhando, em 2007 foi para cerca de 3.000. É muito difícil, você tem que buscar na superação.

Obviamente, a nossa saída me causou constrangimento, perplexidade, me fez muito mal na vida.

Sobre o assunto da CGU, digo que a CGU, a Controladoria-Geral da União sempre acompanhou, passo a passo, o DNIT, tanto que, dentro do DNIT, há uma equipe de auditores da CGU que faz relatórios, que acompanha as diretorias, que acompanha as superintendências e todos os atos administrativos.

Por ocasião dos eventos executados pela rede de controle, especialmente – só quero frisar qual é a rede de controle – pela composição do TCU com o CGU, com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, você já sai da área de auditoria, você já não está mais na área de auditoria. Quando a rede de controle está olhando alguma coisa, você já está na área de investigado. Escuta, campana, essa é outra metodologia. Certo? Essa é a rede de controle.

Então, o aparato de fiscalização é enorme, e o aparato de funcionamento de engenheiros e de técnicos é cada vez menor. E, obviamente, as obras do PAC estão transcorrendo.

Nesse ano de 2010 ou, melhor dizendo, no ano de 2009, no final do ano de 2009, aconteceu o fato na BR-116, aconteceu o fato do Ceará, com a operação Castelo de Areia, com a rede de controle presente, e é óbvio que ali já havia indícios mais do que suficientes para a Delta ser declarada inidônea. Certo?

Sobre Ideli Salvatti, há um fato concreto: veio ao gabinete numa audiência, tratou dos assuntos que tinham de ser tratados corretamente – eram três convênios para Santa Catarina – e, no final, disse "sou candidata e preciso que me indiquem empresas, para que eu possa buscar recursos". Não me pediu para fazer arrecadação. "Preciso que indique empresas, para que eu possa buscar recursos." E eu disse para ela, na ocasião: "Senadora, eu não posso fazer isso. Não posso, não devo e não vou fazer". Certo? Tenho a certeza de que, na oportunidade, ela ficou contrariada. Tenho certeza!

Sobre o comentário da obra da Delta... Desculpe! Sobre o comentário da obra da Dersa, o que estava na minha cabeça, o que estava fixado na minha cabeça era aquela reunião que nós fizemos no TCU em que houve uma ampla exposição de motivos por parte da Dersa. Não foi uma exposição de motivos qualquer, não foi uma reunião de 15 minutos! Foi uma tarde inteira de primeira reunião, uma tarde inteira de segunda reunião. Certo? Depois, houve muitas outras reuniões, para que o TCU se convencesse a deixar andar aquela obra como empreitada global, com preço fechado. Era preço fechado. "Não vai haver aumento de preço. Não vai haver qualquer tipo de aditivo à obra, às empreiteiras. No contrato que está feito com as empresas, cada empresa vai fazer seu lote. Se ele tiver algum custo a mais, o problema é dele. Se ele tiver um bom lucro, ótimo! Se ele tiver custo a mais, o problema é da empresa!" Essa metodologia estava sendo apresentada como revolucionária, até para se fazer a obra em muito menos tempo, sem aditivos. E, realmente, em termos de prazo, foi uma das obras mais rápidas do Brasil. Foi uma obra de grande porte, construída exemplarmente – não discordo disso, e nossos técnicos o atestam – e feita no prazo acordado. Mas não cabia qualquer tipo de aditivo. Não cabia nem discutir a reivindicação, no meu entendimento. Não cabia qualquer tipo de aditivo.

Então, quero colocar essa posição, para deixar bem claro por que eu não concordei com aditivo inicialmente e por que eu não aceitei assinar o TAC.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuando, vamos convidar o terceiro autor do Requerimento nº 78, o Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe do tempo de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luiz Antônio Pagot, inicialmente, eu queria cumprimentá-lo pela sua disposição de vir a esta CPMI e de colaborar, de contribuir com as investigações.

Vou utilizar a seguinte dinâmica. A primeira pergunta é mais objetiva. Então, eu a farei diretamente. Ouvirei sua resposta e, em seguida, discorrerei, para

aproveitar meu tempo e para ouvir suas respostas ao final.

O senhor relatou aqui um encontro com o Sr. José De Filippi, que inclusive o senhor tinha relatado isso anteriormente à revista Istoé.

Na revista ISTOÉ, o repórter diz: "Ele contou que em meados de 2010 foi chamado ao QG petista no Lago Sul, onde foi apresentado a Filippi, que lhe pediu ajuda para passar o chapéu entre as empreiteiras".

Nesse dito encontro o senhor poderia declinar, dizer, além do Sr. José De Filippi, quem mais estava presente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não fui a nenhum encontro no Lago Sul. Isso aí é incorreto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então não procede o que está na revista ISTOÉ?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não procede. Não teve esse encontro no Lago Sul. Não teve esse encontro no Lago Sul.

O que teve é o José De Filippi pediu uma audiência lá no DNIT e esteve presente no DNIT, certo? E ele esteve sozinho, não esteve acompanhado de assessores, de ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não teve mais ninguém além dele, e esse encontro aqui não ocorreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, esse encontro que está citado no Lago Sul não existiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Bom, então indo às outras perguntas, e aí na parte de agora, então, as faço em série.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu um documento através da Procuradora-Geral da União, Drª Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, documento que está intitulado Cachoeira e Donativos, um Verdadeiro Deltaduto, em que supostamente detalha um esquema de corrupção do DNIT no Estado de Goiás. E aí cita uma série de empreiteiras. O documento detalha o funcionamento desse suposto esquema de corrupção entre agentes públicos e agentes privados.

Eu lhe pergunto, o senhor tem conhecimento desse esquema? E se tiver conhecimento, o senhor tem informação sobre a existência de esquemas semelhantes em outras unidades da Federação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Recentemente, eu recebi no meu escritório, em Cuiabá, acredito que faz questão de um mês, recebi no escritório de Cuiabá um documento apócrifo tratando de uma denúncia, de como era a atuação do grupo Cachoeira–Delta dentro da Superintendência do DNIT em Goiás, certo?

A Superintendência do DNIT em Goiás responde por Goiás e Distrito Federal. Eu, simplesmente,... É um documento apócrifo, certo, estou afastado do DNIT faz muito tempo, dei uma lida. A princípio me pareceu um documento escrito por um funcionário do DNIT lá de Goiás, e obviamente isso merece uma investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o senhor suspeita qual seria o funcionário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não suspeito não.

Mas, pelo que está no documento, pelo tipo de linguagem expressa no documento, pelos dados, até de maneira assim quase um cronograma de dados, eu imagino que era um funcionário que tinha acesso a informações e que participava do dia a dia do DNIT de Goiás, certo?

Então a única recomendação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então o senhor acredita que o que é explicitado nesse documento tem racionalidade, tem coerência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sim, senhor. Eu digo para o senhor que tem racionalidade e que tem coerência. Agora eu não posso provar também, porque... Eu achava até melhor se ele tivesse colocado nome, sobrenome, e se apresentado aí ao Ministério Público Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não tem nenhuma idéia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não tenho idéia não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tem. Perfeito.

O senhor tem alguma informação sobre propina paga a empreiteiras e, no caso específico, a Delta, para empresas, para pessoas? E eu faço essa pergunta porque, de acordo com o sigilo que apuramos de algumas empresas, notadamente da Alberto & Pantoja, é uma das laranjas. Pelo menos a CPI tem diagnosticado a existência de um esquema de transferência de recursos da empreiteira Delta para empresas laranjas. Nós percebemos que esses valores são, coincidentemente, quebrados.

O senhor tem alguma informação, em algum momento chegou ao senhor informação sobre percentual de propina paga por contratos obtidos pela empreiteira Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Eu tenho o mesmo conhecimento dos fatos jornalísticos, que tenho acompanhado. Não tenho conhecimento e sobre questão de propinas dentro do DNIT, nós temos vários inquéritos, vários processos, certo, e aí, obviamente, desses inquéritos, desses processos eu tenho conhecimento, mas não especificamente desse caso que o senhor está citando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Mas fora do DNIT, nas relações com governos ou com prefeituras, o senhor tem alguma notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Alguma informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Bom, essa pergunta eu já fiz, se as empresas tinham esses valores quebrados. Nós queríamos, com isso, identificar algum percentual.

Em entrevista à revista *IstoÉ,* ainda na entrevista que citei, V. Sª citou a pressão que recebeu para que assinasse um aditivo ao contrato com a Empresa Dersa, para a construção do rodoanel. O senhor confirma essa afirmação? E o senhor pode detalhar mais sobre esse acontecimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa é a explicação que eu já fiz. E na ocasião, na oportunidade, havia muito interesse para que eu assinasse esse aditivo, certo? Para que eu revisse minha posição, para que eu declinasse daquela minha posição. Até conversava bastante com o Procurador Fábio Duarte. Reexaminamos o processo. Fui ao Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor falou que recebia muita pressão. Pressão de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Já, já, já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Então, eu constatei nisso, quer dizer, que tinha uma insistência, certo?

O Secretário Mauro Arce, de São Paulo, não falava comigo, mas ligava para o Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Secretário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Secretário Mauro Arce.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Secretário de Infraestrutura de São Paulo. Não falava comigo. Nunca falou comigo, mas ligava para o Paulo Sérgio Passos, certo, questionando por que eu não fazia a assinatura? Por que eu não colaborava com... Enfim.

O Paulo Sérgio Passos me chamava e queria saber dos meus procedimentos, o que eu estava fazendo; e queria que eu me explicasse. Mais de uma vez.

O próprio Ministro Alfredo Nascimento me chamou por duas vezes, também para tratar desse assunto. Por que esse... E no final ele falou: "Você está certo. Não vamos assinar isso aqui. Não deve ser assinado".

Nesse ano de 2011, nós fomos conversar com – já em 2011 – o atual Governador de São Paulo, Governador Alckmin. Na ocasião, o novo diretor da Dersa voltou a tocar nesse assunto e o Ministro Alfredo Nascimento, na sala, falou: "Olha, isso é assunto encerrado, Governador. Não adianta mais reivindicar esse assunto porque é assunto encerrado, não tem esse aditivo, não tem assinatura do TAC. Esse assunto tem que ser encerrado".

Mas notava-se, entendeu, certo nervosismo de muita gente, principalmente das empreiteiras, que às vezes buscavam audiências no sentido de me dobrar para que eu assinasse esse aditivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Eu vou fazer de um leque só as perguntas que restam. E eu gostaria... Em relação a essas o senhor traz uma informação importante para esta CPMI. Eu gostaria que o senhor detalhasse mais esse nível de pressão e esse "nervosismo" citado por parte das empreiteiras.

Vou fazer logo, de uma vez então, as perguntas, para depois poder ouvir.

Como Diretor-Geral do DNIT, o senhor, provavelmente, recebeu...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Diversos tipos de propostas de favorecimento a empreiteiras ou obras, com oferecimento de vantagens financeiras. Além dos casos já relatados, o senhor poderia citar outras propostas? Essa é uma pergunta.

Que tipo de pressão a Delta exercia junto ao DNIT? O senhor recebeu algum tipo de pressão diretamente do Sr. Fernando Cavendish ou de algum emissário dele?

Após a deflagração da Operação Monte Carlo e consequente prisão da quadrilha comandada por Cachoeira, o senhor afirmou que foi derrubado devido à negociação de um contraventor com uma empreiteira. Ficou claro e patente isso. Eu pergunto: Ele e o Sr. Cachoeira representavam apenas os interesses da Delta? Ou o senhor tem notícias sobre se ele representava também interesses outros? E de quem seriam esses outros interesses?

E por fim, a última pergunta, Presidente. O senhor conhece o Sr. Divaldo Cardoso, ex-Presidente do Detran de Goiás? E o Sr. Jayme Rincón, Presidente da Agetop? De alguma forma qualquer um dos dois chegou a procurá-lo para pedir favorecimento para alguma empreiteira em obras públicas?

Além dessas perguntas, as quais eu posso levar para o senhor se não conseguiu anotar todas... Posso levá-las aí? Não conseguiu? Conseguiu pegar todas?

Além dessas perguntas, obviamente, gostaria que o senhor detalhasse esse caso específico, que o senhor começou a relatar, de qual era o grau, o nível de nervosismo das empreiteiras e qual o nível de pressão que o senhor recebia?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o depoente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom. Vou começar – é rápido – sobre Cachoeira, certo?

Eu só tive conhecimento desse cidadão e das suas ações ligadas à Delta com a denúncia do complô e também não sei se ele tem relações com outras empresas. Não conheço... A única informação que eu tenho é a jornalística.

Sobre a questão desses nomes citados em Goiás, eu não tenho certeza se conheço Jayme Rincón, mas que eu tinha contato com Agetop e seus diretores... Por quê? Porque nós tínhamos algumas obras conveniadas com Goiás: a BR-080, outros trechos de obras que agora não me vêm à mente. Mas nós tínhamos um rol de obras, conveniados com o Governo do Estado de Goiás, e quem era o interveniente eram o DNIT e a Agetop. Então, com certeza, com diretores da Agetop nós discutimos os convênios, os aditivos aos convênios, a renovação desses convênios, o cronograma de obras, o desembolso. Então, enfim, não tenho certeza... Com relação a outro nome, não conheço; mas, com relação a Jayme Rincón, me parece familiar, mas não me lembro de ter estado com ele, certo? Pode ser que nas reuniões ele esteve presente.

Sobre a questão do aditivo, essa obra era, tanto a obra do trecho sul do rodoanel, como agora tem o trecho norte do rodoanel, o que para São Paulo é uma obra extremamente importante, uma obra de grande porte. E nós tivemos todo cuidado com relação à questão da fiscalização, estabelecemos um grupo de engenheiros designados, sob a coordenação do superintendente do DNIT em São Paulo.

A Dersa, a cada dia cinco do mês, apresentava seu relatório de execução, até porque, como era uma obra global e não por preço unitário, o pagamento era feito por quilômetro executado, não era feito por índice individual de preço. Então, tinha toda uma característica e nós, obviamente, acompanhamos isso. Depois que entrou essa reivindicação, várias empreiteiras, que estavam participando da execução do rodoanel, pediram audiência no sentido de tentar nos explicar o porquê de estarem pedindo esses aditivos, sabe? E eu voltava a reforçar a questão do contrato que elas tinham com a Dersa e voltava a falar, especificamente, daquilo que tinha sido traçado pelo TCU que não havia hipótese nenhuma de se fazer esse aditivo.

Penso que assim expliquei sobre o que o senhor perguntou. Se esqueci alguma coisa, o senhor pode retornar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Próximo...

Autor do Requerimento nº 111, Sr. Deputado Rubens Bueno. Dez minutos com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente; membros da Mesa; testemunha convidada, eu quero agradecer a presença para poder dizer que sempre se nomina as pessoas à Mesa e foi esquecido. Foi por isso... Mas é um gesto de respeito ao senhor que é também um profissional.

O senhor Carlos Cachoeira é tido como um dos maiores lobistas da Delta, ganhava muito dinheiro com seus negócios, atividades criminosas, mas aprendeu a ganhar dinheiro, mais fácil ainda, sendo lobista da Delta; que, quando o senhor esteve no Governo, ali teve contratos e pagamentos de cerca de R$3 bilhões – o que não é pouco. Mas eu gostaria de iniciar minha pergunta (e vou fazer as perguntas para depois o senhor responder) e que trata da... É a que trata da... Do que foi elencado e, em uma delas, o senhor declarou que não seria convocado por esta CPMI. Está aqui entre aspas: "Duvido que me chamem, muitos ali têm medo do que posso contar". São palavras suas, ditas e depois respondidas pelo Sr. Cachoeira, que disse que não falaria porque seria um tiro no pé, ou seja, no seu pé. Em outras palavras, o senhor estaria sendo blindado pela organização criminosa – palavras do Cachoeira ditas aqui nesses depoimentos e gravações feitas pela Polícia Federal.

Aí o senhor veio, convocado pelo Senado, e não disse nada depois – disse que não chamaria porque muitos tinham medo do que poderia contar.

Da Ministra Ideli, o senhor falou... Mas o senhor diz numa entrevista – aqui está entre aspas também – que a conversa foi *tête-à-tête*. Essa conversa teria sido também no DNIT, sobre recursos para campanha, porque ela disse que precisava pôr dinheiro na campanha? E o senhor diz aqui: "Ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para pôr dinheiro na campanha dela".

O que chama a atenção também, e aí eu quero dizer que... O senhor disse aqui, acusando o Palácio do Planalto, chamando o Palácio do Planalto de Casa Grande, numa referência à Casa Branca, sede do Poder Executivo, a casa do presidente dos Estados Unidos, o senhor fala que não seria chamado porque "a Casa Grande teve de atuar com muita força para evitar a minha convocação na CPMI" – palavras suas. Gostaria que o senhor falasse sobre isso também.

Também me chama a atenção que deveria haver alguma indisposição ou pelo menos algum problema sério entre o senhor e o Ministro Alfredo Nascimento. Por que pergunto isso? Pergunto isso porque no dia 11 de março de 2011, o Ministro dos Transportes baixou uma portaria, a Portaria nº 36, em que retira todos os poderes do DNIT e passa esses poderes todos para o gabinete do Ministro e retira desse comitê do gabinete exatamente o DNIT. Nesse comitê estava o Ministro, o Secretário Executivo, o chefe de gabinete, o Secretário de Gestão e o Subsecretário de Planejamento, ou seja, o DNIT completamente fora das decisões do Ministério através dessa portaria. Foi, possivelmente algum tipo de desentendimento, por isso eu fiz a pergunta para o senhor no início.

Essa portaria foi ordenada pelo próprio ministro à época, Alfredo Nascimento? O senhor participou de sua elaboração? Pediu para retirar o DNIT dessa composição do comitê? Teve algum resultado prático disso? Quais procedimentos administrativos a partir daí, a partir dessa portaria, que o DNIT teve? Por fim: por que não consta a participação do DNIT nesse grupo de trabalho?

Outra coisa que também chama a atenção é a questão do dinheiro para campanha. Dizem em algum lugar que o senhor foi chamado a uma casa no Lago Sul que seria o QG de campanha do PT, QG de campanha para a eleição presidencial de 2010. O senhor já respondeu que não teria ido a essa casa no Lago Sul ao Senador Randolfe. Se o senhor não sabe, fica então a dúvida em relação à localização desse QG, já que foi nominado em documentos aqui apresentados. Se não foi e foi no DNIT, tinha mais alguém além do tesoureiro do PT, o Sr. Deputado De Felipe? Só foi uma vez ou houve outras reuniões? Onde aconteceram? Por acaso a candidata a Presidente Dilma esteve presente em alguns desses eventos, telefonou ou pediu ou alguém usou o seu nome para buscar dinheiro para a campanha? – o senhor até já disse aqui que foi procurado para isso.

Além do tema dinheiro para a campanha, propina etc., utilizando da pressão junto ao poder instituído, no caso o órgão do DNIT, que eu entendo como crime eleitoral, eram tratados outros temas nessas reuniões além da busca de dinheiro para saldar dívida de campanha ou pagar campanha? Esse pagamento foi feito dentro da lei? Fora da lei? Caixa dois? Há aí a história do mensalão, que foi caixa dois, mas felizmente o Supremo Tribunal Federal está colocando os pingos nos is. Caixa dois nunca existiu... O Supremo está botando os pingos nos is. Ainda bem que temos o Poder Judiciário dessa magnitude para um evento tão importante como o maior crime da história de corrupção do País.

E eu gostaria também de saber do senhor: além dos valores já aqui enumerados, do volume de negócios da Delta com o DNIT... E essa empresa cresceu, e cresceu rapidamente, e cresceu de 2003 a 2011, foi nesse período exatamente do grupo do mensalão; tomaram conta do poder, e aí, vai que vai, o poder pelo poder, a qualquer custo, e as instituições republicanas que se danem. Mas eu tenho aqui uma outra questão que eu gostaria de formular ao senhor: dessas empresas, o senhor tem, por acaso, de lembrança... Vou citar algumas, e gostaria de saber do senhor se, por acaso, o senhor confirma, como Diretor do DNIT, que o procuraram para prestar serviços ao órgão e se foram também procurados para oferecer dinheiro para a campanha da Presidente Dilma em 2010. Confirme se fez esse contato ou não. Carioca Engenharia, Concremat, Construcap, Barbosa Mello, Ferreira Guedes, Triunfo, CR Almeida, Egesa, Fidens, Trier, Via Engenharia e STE Engenharia. Se precisar repetir algum nome... Deu tempo de anotar? Não? Quer que eu repita?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Poderia repetir, por favor?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Posso: Carioca Engenharia, Concremat, Construcap, Barbosa Mello, Ferreira Guedes, Triunfo, CR Almeida, Egesa, Fidens, Trier, Via Engenharia e STE Engenharia. E, finalmente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A pergunta sobre essas empresas é...?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É sobre recursos e se teriam sido procuradas pelo tesoureiro de campanha do PT, e essas empresas indicadas para doarem recursos de campanha, seja no primeiro, seja no segundo turno ou pós-eleição, para pagar conta de campanha.

E, finalmente, nós temos aqui um fato, e aí é lá do Paraná mas é importante, porque a faxina, segundo o Governo, que estava fazendo faxina... Eu não acredito, não tenho nenhum pré-julgamento a seu respeito, porque conheço sua história, mas o pré-julgamento e a mídia, conforme foi colocado, foram muito desastrosos do ponto de vista moral e pessoal, e entendo a sua situação. Mas lá em Campo Mourão foram anunciadas obras, que o dinheiro já estaria em caixa. Em Campo Mourão, aliás, o Tribunal de Justiça acabou de julgar e condenar em segunda instância o atual prefeito por desvio de recursos etc. na Prefeitura de Campo Mourão, e é lamentável ter que dizer isso. Até seria em homenagem ao Senador Cidinho Santos, que é de Campo Mourão, cidade de que fui Prefeito. Mas o Sr. David de Castro era o Superintendente do DNIT no Paraná. Em 2009, ele já tinha os bens bloqueados, e continuava Superintendente do DNIT. Ele só foi demitido em

setembro de 2011. E lá em Campo Mourão anunciou uma série de obras, milhões, e nada disso aconteceu. Então, eu gostaria de perguntar se por acaso o senhor tem conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado pela disciplina do tempo, como sempre, Sr. Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o depoente e testemunha para suas considerações.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Vou começar pela última. O Sr. David foi demitido em 2009. O Sr. David foi demitido em 2009. Ele é funcionário de carreira do DNIT. Os processos que correm contra ele, tanto no Ministério Público Federal como em outras instâncias, ainda não foram concluídos. Então, ele... Até fizemos um questionamento sobre isso à Controladoria-Geral da União, e a recomendação que ele voltasse a trabalhar como engenheiro do órgão, prestando serviço, uma vez que ele até recebe recurso para isso, enquanto ele não for condenado. Mas ele está afastado da Superintendência do DNIT desde 2009, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu falei demitido. Afastado uma coisa... Demitido, em setembro de 2011, eu disse.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não tenho... Essa notícia eu não tinha, certo?, se ele saiu do DNIT ou não saiu do DNIT. Mas que ele... Se ele deixou o DNIT como funcionário, certo? Eu sei que ele deixou a Superintendência em 2009. Tão logo foi detectado o problema, eu tive uma audiência com o Ministro Alfredo Nascimento, nós conversamos sobre o assunto, e foi determinado o imediato afastamento do cargo.

Sobre essas declarações: "duvido que me chamem", a expressão da "casa grande", essas questões todas, eu, sinceramente, não lembro que usei essa expressão "duvido que me chamem", certo? Mas, provavelmente, eu tenho dito "acho difícil que me chamem", certo?

E sobre essa questão da "casa grande", eu também não consigo reconhecer essa... Até gostaria que o senhor me ajudasse. Qual o questionamento que o senhor faz sobre esta questão da "casa grande", porque eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A questão principal é quando o senhor fala que tinha, em outras palavras, muita gente implicada, que tinham medo de sua presença aqui. Então, essa pergunta é para todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa é a questão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa é outra afirmativa que eu não reconheço, sabe? Eu jamais colocaria em xeque a CPMI. Se o senhor me perguntar se eu tinha disposição e vontade de vir à CPMI, isso é fato. Eu falei até no relatório inicial aqui. Um dia, fui procurado pelo Senador Pedro Simon, que me perguntou sobre esse assunto. Eu falei: "Senador, pode me convocar que eu compareço". Mas, de maneira nenhuma eu fui desafiador, antagônico, até porque não faz parte da minha conduta, entendeu?

Outro fato que o senhor pergunta é sobre a Ideli Salvatti, certo? A Senadora Ideli Salvatti esteve em uma audiência lá no DNIT, não foi fora do DNIT, não. Eu até respondi esta pergunta, a respondo de novo: ela esteve em uma audiência para tratar de três obras em Santa Catarina e, ao final dessa tratativa, ela me fez o questionamento se eu podia indicar empresas para ajudar na campanha. Foi no DNIT; em audiência no DNIT.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor indicou as empresas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não indiquei. Até disse para ela que não poderia indicar, que não faria isso. E a Senadora até – acredito – ficou contrariada.

Com relação à Portaria 36, ela, realmente, causou espanto para toda a diretoria do DNIT; não causou espanto só para o Diretor-Geral, certo? Porque como funcionava no DNIT, isso é importante se destacar, como é que funcionava no DNIT a questão de empenhos e pagamentos? Primeiro, você tem de cumprir o orçamento anual. O DNIT sugere o orçamento ao Ministério dos Transportes, até maio de cada ano nós sugerimos o orçamento; nas obras de manutenção rodoviária, o sistema de gerenciamento, de pavimento faz o levantamento e a gente indica em quais que nós temos que fazer o investimento. Então, esse orçamento é aprovado pelo Ministério dos Transportes, é remetido ao MPOG, que, depois, vai para o Congresso Nacional. O que volta para ser executado é um orçamento normalmente bem diferente do orçamento que o DNIT sugeriu. E nós, então, passamos a cumprir esse orçamento. Essa execução que tem de ser realizada, ela fica gravada na parte de controle do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Existe um sistema técnico de informação, em que você está lá enquadrado, e você tem possibilidade de fazer empenhos e tem possibilidade de fazer pagamentos. E, à medida que as obras vão sendo contratadas e vão sendo executadas, você lança mão de empenhos e pagamentos dentro do orçamento anual programado.

Sempre tínhamos uma linha direta com o MPOG. Se os pagamentos iriam acontecer no mês posterior, nós normalmente elaborávamos, até o dia 25, uma tabela de empenhos e pagamentos e posteriormente, até o dia 10, 12, outra tabela de empenhos e pagamentos. Havia duas grandes liberações por mês; uma

liberação que era feita logo nos primeiros dias do mês subsequente e outra que era feita logo depois da primeira quinzena. Isso era praticamente automático. Não tinha... A obra estava sendo executada e, conforme o empenho ia sendo consumido, existia uma espécie de um gatilho que disparava. Quando chegava a 20% do empenho final, automaticamente a Diretoria de Infraestutura equivalente à obra já pedia a complementação necessária de empenho. Uma vez registrado o novo empenho, você já tinha a possibilidade de fazer os pagamentos subsequentes. E, dentro do orçamento do ano e suas suplementações e complementações, se poderia lançar mão dos recursos disponíveis. Não tinha nenhum outro... Essas informações que iam para o MPOG eram as informações que nós passávamos para o Ministério dos Transportes.

A partir de 11 de março de 2011, foi publicada, pelo Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento – a publicação foi no *Diário Oficial* de 14 de março, na página 49 – essa portaria, e essa portaria causou grande estranheza para nós, do DNIT, principalmente por criar mais uma burocracia, por criar mais uma lentidão e, principalmente por nos atrelar à Chefia de Gabinete. Não nos atrelaram ao Secretário Executivo, mas, sim, à Chefia de Gabinete.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não entendeu como uma retaliação ao senhor em virtude de não atender aos pedidos da Delta?

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Olha, não entendi dessa forma,certo? Não entendi como retaliação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas o senhor estranhou?

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Nós estranhamos. Chegamos até a ponderar sobre isso, que nos criaria mais um empecilho, e foi-nos dito: "Não, mas isso vai ser feito tudo muito rapidamente. Vocês apresentam aqui as planilhas necessárias para empenho, as planilhas necessárias para pagamento que nós vamos conferir se vocês não estão fazendo excesso de empenhos, se vocês não estão reservando dinheiro demais para algumas empresas". Esse foi o mote nos dado na ocasião, mas que nos causou, assim, também perplexidade, nos causou.

Com relação à procura que o tesoureiro me fez, o tesoureiro esteve duas vezes no DNIT. A primeira eu acredito que foi no primeiro turno e, depois, uma segunda vez que ele esteve já pós-eleição, demonstrando que tinha ainda uma necessidade de arrecadação, e, aí, eu disse para ele que não tinha mais qualquer possibilidade, que eu acreditava que as empresas não iriam mais colaborar. Mas ele esteve uma vez no primeiro turno e esteve outra vez segundo turno, depois do segundo turno. No primeiro turno, ele foi atendido no que ele pediu. Ele disse que, com as maiores empresas não precisávamos nos preocupar. Eu selecionei umas 30 ou 40 empresas e, depois... Essa relação que o senhor fez aqui, Deputado Rubens Bueno, é a relação do Tribunal Superior Eleitoral, em que constam os valores que cada uma das empresas... E essas empresas eu posso afirmar que foram empresas que eu contatei ou diretamente pelos diretores ou através dos seus procuradores. Eu pedi para eles fazerem as doações necessárias, certo? Essas são as empresas.

Aliás, a quantidade de empresas com que eu fiz contato foi até um pouco maior do que essa quantidade de empresas...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É maior. Não são todas que eu perguntei.

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Mas foi até... Mas também não são muito mais do que essas não.

Aí, o senhor perguntou se a candidata havia alguma vez me procurado, né? Eu posso dizer para o senhor o seguinte: por ocasião da campanha e até mesmo antes da campanha, as duas últimas vezes que eu estive com a Presidenta Dilma foi em outubro de 2009, que foi a última reunião do PAC que ela coordenou – a partir daí, a coordenação passou para a Miriam Belchior, outubro de 2009. Posteriormente, na inauguração das eclusas de Tucuruí, eu me encontrei com ela. E posteriormente a essa inauguração das eclusas de Tucuruí, na reunião do 24 de junho, quando nós tratamos da avaliação das obras do PAC. Por ocasião da campanha, nenhum telefonema, nenhuma solicitação, e muito menos sobre este tema que o senhor está tratando, que é arrecadação de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, permite-me um aparte? É sobre este tema que o Sr. Pagot está trazendo aqui. Eu havia entendido, no primeiro momento, que o senhor havia dito que o senhor, agora Deputado di Filippe havia procurado o senhor para a indicação de empresas que fariam doações de campanhas eleitorais.

A questão que eu trago aqui é a seguinte: eu entendi que o senhor entregou a ele uma lista e ele foi atrás das empresas. Agora, o senhor está dizendo que o senhor foi atrás das empresas e fez contato com os diretores das empresas para que esses fizessem as doações.

Eu queria que isso ficasse claro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É bom esclarecer isso mesmo. Obrigado.

Eu apresentei a ele uma lista, apresentei uma lista...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De trinta a quarenta empresas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Eu apresentei uma lista completa de todas as empresas que tinham contrato com o DNIT, que é uma lista imensa, certo? Ele até não perdeu muito tempo para... Ele falou: "Olha, com as maiores aqui, você não precisa se preocupar, porque isso aqui é assunto do comitê central. Você escolhe umas trinta ou quarenta aqui e vai atrás para ver se eles têm possibilidade de fazer alguma doação". E foi o que eu fiz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – *O.k*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Luiz Antônio Pagot, Srs. Senadores e Srs. Deputados, conhecendo-o desde o Paraná e sabendo da sua personalidade forte, eu imaginava o desconforto que viveu ao ter sido utilizado como uma espécie de bode expiatório, sendo demitido como se fosse o único responsável, para não dizer o único, ao lado do Ministro, hoje Senador Nascimento, responsável por eventuais desvios havidos no Ministério dos Transportes.

Seus amigos se revoltaram e, certamente, muitos imaginavam uma reação mais forte da sua parte, em função do ocorrido, até mesmo o esclarecimento sobre as denúncias.

O próprio Ministro Nascimento informou estar surpreso com o aumento do volume de recursos no ano eleitoral. Quando ele se licenciou e, depois, quando ele retornou, houve um aumento substancial em valores dos recursos destinados ao DNIT para obras no período eleitoral.

Quando o senhor afirmou que foi defenestrado do Ministério dos Transportes pelo bicheiro e pelo empreiteiro, fiquei em dúvida, porque as informações davam conta de que a Delta obtinha, no período de dez anos, um aumento de valores de contratos da ordem de 60%. A Delta obteve em aditivos cerca de R$196.180.236,73. Então, surpreendeu-me o fato de a Delta receber valores expressivos em aditivos e estar insatisfeita com o Diretor-Geral do DNIT. Mas eu fui aprofundar essa questão e verifiquei que os números estão a seu favor. Realmente, os aditivos expressivos foram concedidos antes da sua posse no DNIT.

O senhor reduziu significativamente os valores de aditivos concedidos, durante a sua gestão. Talvez isso explique a irritação do esquema de corrupção comandado por Cachoeira e por Fernando Cavendish.

Mas eu indago, veja, os aditivos eram... Os números apresentados pelo senhor são muito aquém daqueles que eu verifico nessa amostragem. Eu vou citar algumas obras: 49,68% de aditivo; 32,86%; 45,77%; 47,92%; 35,27%; 41,18%; 45,13% – e todas as obras com aditivos, nessa listagem –; 42,50%; 39%; 48%; 37%; 32%; 31%; 34%; 34%; 50% de aditivo; 51% de aditivo; 38%; 35%; 44%; 35%; 45%. Portanto, um festival de aditivos.

E depois vem o seu período. Há alguns aditivos extrapolando os limites da legislação. Um deles foi em 2008: 45%. E depois, 30%. Apenas esses dois aditivos extrapolando... Mais um, aqui, de 31% extrapolando. Três ou quatro aditivos apenas extrapolaram os limites da legislação, no seu período.

Eu indago: quem determinava a concessão de aditivos? Muito mais em razão do que ocorreu antes da sua posse.

O senhor afirmou, em entrevista, que depois do PAC... Aliás, em entrevista não, aqui na sabatina. O Senador Aloysio Nunes Ferreira indagou e o senhor disse que a gestão dos recursos do DNIT passou a ser coordenada pelo Comitê Gestor do PAC, presidido pelo então Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, tendo como Secretário Executivo Miriam Belchior. O senhor disse que os aumentos de valores das obras, sobretudo no período de março de 2010 até dezembro de 2010, eram determinados por esse comitê e que o DNIT apenas executava as ordens. Portanto, exatamente no período do ano eleitoral.

Eu indago se realmente eram Dilma Rousseff e Miriam Belchior responsáveis pelos aditivos concedidos no período e se o senhor cogitou de adotar algumas providências, em relação ao que recebia como realidade, na concessão de aditivos exorbitando a legislação.

Eu acho que vou engatilhar as outras perguntas, Sr. Presidente, para facilitar.

Em relação à questão recursos para campanha, há uma contradição entre o comportamento de V. Sª diante da Ministra Ideli Salvatti e diante do Deputado Filippe. O senhor atendeu à solicitação do Deputado Filippe, tesoureiro à época; e não atendeu à solicitação de Ideli Salvatti. Disse que não podia atendê-la naquelas circunstâncias. E o cenário foi o mesmo. Foi no DNIT tanto a solicitação feita pelo tesoureiro Filippe quanto pela atual Ministra Ideli Salvatti. Por que esse posicionamento diferente? O senhor saberia avaliar o valor dos recursos doados pelas empresas, em função da sua solicitação?

São indagações necessárias. Eu creio, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nos compete apresentar novo requerimento convocando o tesoureiro Filippe para que ele possa dar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago, agora, algo da maior gravidade. Informações dão conta de que a Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias realizaria reuniões com sorteios de vencedores e preços de licitações previamente combinados. A indagação é se o senhor

conhece esse esquema. As reuniões eram comandadas por essa Associação em Brasília, também em São Paulo, no World Trade Center, nas APEOPs de Curitiba e do Rio Grande do Sul e no prédio Number One, no centro do Rio de Janeiro, onde tratavam das licitações, fraudes nas licitações, no âmbito, inclusive, do DNIT. Indago se o senhor tinha conhecimento dessas reuniões.

Consta que a empresa Delta participava dessas reuniões, acertava o esquema fraudulento e, depois, inclusive, furava acordos. A empresa Delta, para se beneficiar, furava os acordos celebrados nessas reuniões, participava das reuniões para saber do preço combinado, do preço previamente acertado e, depois, apresentava na licitação um preço inferior, tornando-se vencedora, já que tinha esse esquema fantástico de concessão de aditivos generosos.

Já que o meu tempo se esgota, eu deixo de fazer as demais indagações para dar oportunidade ao depoente de esclarecer esses fatos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom, sobre essa questão que o senhor coloca com maior gravidade: eu não tenho conhecimento dessas reuniões da Aneor.

O que nós fizemos no DNIT assim que eu entrei, percebendo a dificuldade que se tinha na licitação de obras e o tempo que se demorava no transcurso dessas licitações... Nós discutimos amiúde, tanto com a CGU como com o TCU, um edital padrão. Então, esse foi o primeiro... Esse edital padrão, com muitas nuanças no sentido de prevenir, de precaver o erário público nas conclusões das licitações e, principalmente, na contratação de obras.

A maioria absoluta das obras do DNIT são de menor preço; a maioria absoluta, menor preço. Algumas obras excepcionais tiveram possibilidade técnica e preço, mas a maioria absoluta, mais de 95% das obras do DNIT...

Já no caso de projetos, consultoria de projetos, nós entramos no DNIT com 50% de técnica e 50% de preço, tentamos levar para 70% de técnica e 30% de preço, e o resultado que nós conseguimos com o TCU seria 60% de técnica e 40% de preço, mas as obras, sempre, pelo menor preço.

Além disso, além do edital padrão, qual foi outro fato para se ter a possibilidade de mais empreiteiras trabalhando e, digamos assim, não se permitir o cartel?

Quando eu entrei no DNIT, eram sessenta e poucas empresas que faziam obras no DNIT; quando eu saí, eram mais de trezentas. Então, nós reduzimos os lotes de obras. Em vez de fazer lotes de R$500 milhões, R$800 milhões, nós reduzimos os lotes de obras, passamos a fazer lotes menores e, além de fazer lotes menores, também passamos a permitir o consórcio de empresas, de maneira que duas médias empresas, uma média e uma pequena, três pequenas conseguissem ter os documentos necessários para participar do processo.

A consequência disso é que, sem sombra de dúvida, é muito difícil se fazer... Eu acredito que é muito difícil se fazer um monitoramento de tudo isso. Outro detalhe: o próprio TCU estabeleceu algumas normas no sentido de... Porque as empresas podem comprar o edital de licitação, mas não se sabe se elas vão participar ou não daquele edital. Normalmente, você licita, na praça, 20 ou 30 compram o edital. Mas elas têm que fazer a caução para participar da licitação e o TCU, exatamente para inibir o conluio, reduziu o tempo de caução exatamente para não dar tempo. Reduzindo o tempo em que a obra vai ser caucionada, praticamente extingue a possibilidade de se fazer o conluio. Imagino que a atitude do TCU quando colocou esse parecer, esse acórdão para ser cumprido foi exatamente nesse sentido. E nós cumprimos tudo isso.

Então, com relação à Aneor, conheço a associação, tive várias vezes fazendo palestras na Aneor, explicando a atuação do DNIT, a exigência do DNIT, o cronograma do próximo ano, as modificações no sentido de ser extremamente pró-ativo. Também fizemos convênio com a Aneor. Um deles para tratar do assunto BDI e outro convênio em que reduzimos o BDI de 28% para 19%. Outro convênio foi para o Instituto Pavimentar, um convênio em que entrou a Aneor, a Petrobras e o DNIT, com objetivos de melhorarmos a qualidade do material betuminoso, a aplicação do material betuminoso, mas principalmente da formação de engenheiros de estrada, engenheiros de obras rodoviárias especializados em pavimentação.

Essa questão dos aditivos, Senador Alvaro Dias, muitas vezes é confundido aditivo com mudança de escopo. O aditivo é responsabilidade do DNIT. O aditivo nasce da exigência do engenheiro na obra. O aditivo passa, depois da exigência do engenheiro na obra, pelo engenheiro-chefe, pelo Comitê da Superintendência, vem para a coordenadoria, diretoria especializada e finalmente diretoria colegiada para aprovar. Nós, vou repetir para o senhor, não aprovamos aditivos acima de 25%. Se consta dessa relação é porque, Senador, está somado ao valor do aditivo, deve estar somado o valor do reajuste anual das obras. Há obras que atravessam quatro, cinco, seis anos, têm 5% de reajuste em um ano, mais 4,5% no outro ano, mais outro não sei quando. Então, muitas vezes...

Eu posso lhe assegurar que alguma obra, Senador, que nós demos aditivo superior a 25%, com certeza, o TCU nos notificou, mandou recuar e nos apenou. Especialmente eu, como gestor, sou o único gestor do

DNIT, respondo com o meu patrimônio. Patrimônio pequeno e que, obviamente, não quero colocar em risco. Nunca quis colocar em risco e não quero colocar em risco. Por isso que eu insisto em não ter dado aditivo superior a 25%. Deve ser a forma de apresentação desses relatórios.

Agora, existe uma diferença fundamental...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Pagot, há uma diferença grande aqui do seu período para o período anterior e o critério aqui é o mesmo, antes e depois.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, Senador, do período anterior até não posso responder, mas sobre o meu período quero lhe assegurar que não permiti nenhum aditivo superior a 25%.

Outro detalhe que quero salientar, e até falei no começo, um único aditivo superior a 25% foi praticado em um túnel no Rio Grande do Sul, de 73%, em que nós demonstramos ao TCU a necessidade de se fazer o aditivo, que era melhor do que cancelar aquela obra e licitar novamente a obra. Houve, por ocasião da execução da obra, uma fissura com desmoronamento, isso não foi conseguido prever no projeto inicial, e obviamente, depois de apresentar toda essa circunstância para o TCU e passar pelo Colegiado do TCU foi-nos permitido tocar a obra com esse aditivo. Foi o único aditivo que eu tenho recordação, que eu me lembro, que passou dos 25%.

No caso da mudança de escopo é outra questão. Está havendo uma confusão, faz horas que está havendo essa confusão muito grande sobre o que é aditivo de obra e o que é mudança de escopo. Mas eu quero caracterizar de novo: não é o Ministro Paulo Sérgio Passos, não é a Ministra Miriam Belchior, não é o Ministro Alfredo Nascimento que é responsável por assinar aditivos; quem assina, quem aprova e assina aditivos é a Diretoria Colegiada do DNIT. Ela nasce lá no engenheiro da obra, passa por uma série de coordenadorias, de controladorias, vem para a decisão do Colegiado e posteriormente é aprovada.

A questão da mudança de escopo da obra é outra situação. Nós temos duas situações reais com relação à mudança de escopo, duas situações reais: a primeira delas é que, no PAC I principalmente, a maioria absoluta das obras licitadas foram com projetos básicos e projetos antigos, projetos que o DNIT já tinha em estoque. Normalmente, o DNIT vai, de acordo com os levantamentos que são feitos na parte do pavimento e muitas vezes rodovias que não são pavimentadas, que precisam ser pavimentadas, constam do relatório anual do DNIT, constam do orçamento para que sejam, imediatamente o DNIT dispara já o início de estudo, contrata uma consultoria de projeto, faz a licitação, contrata o início de estudo para que seja feito esse projeto de obra, mesmo que ela não esteja como prioridade, mesmo que ela não esteja no orçamento anual daquele ano.

Então, o DNIT sempre tem um estoque de projetos, e nós tínhamos, por ocasião do lançamento do PAC 1, um estoque de projetos. Eu não estava no DNIT nessa época, mas sei que foi assim o procedimento. Desse estoque de projetos foram escolhidas as prioridades, principalmente em função de fluxo e volume, de estradas, de rodovias de maior relevância nacional, e aí foi licitado o PAC 1.

Os valores iniciais do PAC 1 eram valores que estavam referenciados em custos gerenciais. Nós temos vários tipos de rodovias que se constroem no Brasil: posso fazer uma rodovia Classe I, Classe II, Classe III, Classe IV e assim por diante; a Classe II pode ser simples ou duplicada, a Classe IV pode ser simples ou duplicada, como a Classe I também. Então, temos vários tipos de obras que podem ser executadas. Também a obra pode ser executada em pavimento ou pavimento rígido, uma é feita com material betuminoso, outra é feita com concreto. Essas obras todas têm valores diferentes, os denominados custos gerenciais. Nós temos, dentro do DNIT, um setor que permanentemente fica elaborando custos. Esses custos depois são cotejados, normalmente com a Fundação Getúlio Vargas, que elabora a nossa tabela Ciclo II e as modificações dela, e depois é informado ao CGU e ao TCU aquilo que nós estamos praticando. Sempre que eles acham que tem que ser feito algum aperfeiçoamento, é notificado para que sejam feitos os aperfeiçoamentos.

Então, essas obras, quando foram lançadas, foram lançados com um determinado valor e, posteriormente, ao ser feito o projeto executivo da obra, se chegou a um outro valor da obra. Esse outro valor da obra, primeiro o DNIT apresentou ao Ministério dos Transportes, o comitê específico avaliou e apresentou ao Gepac, que é o gerenciamento do PAC.

Durante um determinado período, a gestora de gerenciamento do PAC era a atual Presidente Dilma Rousseff. A partir de outubro de 2009, quem sentou, quem passou a sentar na cabeceira da mesa com esse papel foi a atual Ministra Miriam Belchior.

E nós apresentamos passo a passo, primeiro ao Ministério dos Transportes, a quem devemos a obrigação, a quem devemos, está me faltando a palavra, mas, enfim, a quem nós temos que obedecer. E, num segundo momento, o Ministério dos Transportes avaliava, julgava e, posteriormente, apresentava ao Grupo do PAC.

Uma vez concluída a reunião, em algumas obras foi aprovado o aumento de escopo, em outras obras

não foi aprovado o aumento de escopo. Por quê? Eram obras, talvez, de menos importância na escala, e aquela prioridade que foi dada para um complemento ou um novo cálculo muitas vezes era admitida. Então, era aprovado o novo valor que passava a ser o novo valor orçamentário da obra, passava a ser o valor da licitação, o valor da obra que seria contratada, e era o valor que ia para a máquina. Esse era o valor que ia lá para o MPOG, para podermos fazer, em cima desse valor, o empenho e o pagamento.

Então, não há como você sair aumentando o escopo de obra sem passar por todas essas etapas.

No caso, outro fato que acontecia ou que aconteceu e que acontece é que, quando você está executando a obra... Aqui dei o exemplo da 101 em Santa Catarina. A obra tinha uma característica, tinha um determinado escopo. Durante a execução da obra, vários problemas foram detectados, entre eles problemas ambientais. Durante isso... Bom, é preciso fazer as vias laterais, é preciso fazer túneis. Ao invés de você fazer esse contorno que está previsto, é melhor fazer um túnel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou interrompê-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aqui, ao invés de você fazer...

O SR. ALVARO DIAS (/PSDB – PR) – Isso ocorre em função do quê? Da ausência de um projeto básico, de um projeto executivo? Porque ao contribuinte que paga pouco importa saber se é aditivo ou se é mudança de escopo. Ocorre que a obra fica muito mais cara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Exª já esgotou há muito, e ele está respondendo exaustivamente as perguntas de V. Exª. Há vários outros oradores inscritos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Especificamente nessa obra, por exemplo, há três itens que aumentaram de preço exatamente por determinação... Já havia projeto executivo, foi para a licença ambiental. No licenciamento ambiental, determinou-se que, ao invés de fazer determinados procedimentos, se cumprisse a implantação desses túneis e principalmente da ponte de Laguna. Em vez de fazer o aterro para fazer uma segunda ponte, deveríamos fazer uma ponte com outras características mais as vias laterais. Isso foi um aumento de escopo.

Eventualmente, esse aumento de escopo também pode ser no transcurso da obra. De novo, poderia me socorrer de uma obra do Nordeste, mas já que estou falando da 101... Nessa obra da 101, ali em Araranguá, estava previsto pelas equipes que tinham apresentado projeto um aterro para se fazer, 4 quilômetros ao sul de Araranguá, um grande aterro. Resultado: os técnicos e mais a parte ambiental chegaram à conclusão de que aquilo era ruim, ia seccionar o fluxo de água das lagoas, o aterro seria de grande porte, e era melhor se transformar aquele aterro em um viaduto. E assim foi feito, e o viaduto é de 4 quilômetros. Então, foi substituído um aterro em Araranguá por um viaduto de 4 quilômetros, e isso é mudança de escopo da obra.

Em relação às obras de que o Ministro Alfredo Nascimento tenha reclamado e que o senhor citou – no período em que ele se ausentou para campanha, que foi exatamente o período de março de 2010 a dezembro de 2010 e voltando como Ministro, em 2011 –, várias dessas obras que ele não citou, mas das quais ele reclamou sofreram, nesse período, esse aumento de escopo determinado por uma sequência de atos de política administrativa.

Vou citar para o senhor o caso de uma obra em Santa Catarina. Essa obra é de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul. No nosso projeto, inicialmente, não estava previsto que, na grande base da Petrobras que há ao longo da rodovia, fossem feitos viadutos. Estava prevista apenas uma rotatória simples. Houve uma contestação, técnicos e engenheiros fizeram uma análise de fluxo e volume, principalmente na quantidade de veículos que carregavam na base. Então, vamos colocar para dentro um viaduto. A Prefeitura de São Francisco do Sul apresentou uma reivindicação. Não é possível se fazer essa duplicação que está prevista sem fazer as vias laterais, as vias marginas. E para fazer as vias marginais, mais túneis, desculpe, mais trincheiras, mais pontes. É uma região de baixios. Enfim, há uma mudança de escopo, e a obra alterou de valor.

Agora, eu quero dizer que, no final de dezembro de 2010, ao final de dezembro de 2010, nós tivemos aprovado, nós tivemos aprovado um documento, depois de todas essas reuniões, que é exatamente o documento que balizou as obras para 2010 em diante. Esse documento é um documento de várias páginas, PAC Rodovias, certo? Ele aqui apresenta um total de R$77 bilhões de obras, um total de R$77 bilhões de obras, dos quais R$15 bilhões é o empenho acumulado, R$15,280 bilhões, e R$61,960 bilhões são obras a executar. Isso foi aprovado pelo DNIT que, posteriormente, apresentou ao Ministério dos Transportes, Ministro Paulo Sérgio Passos, que posteriormente foi à reunião do PAC de fevereiro de 2011.

Uma reunião, fevereiro de 2011. Nessa reunião de fevereiro de 2011, essa era uma das regras que tínhamos lá, e essa regra dizia: até o dia 4 de fevereiro Ministérios devem fazer a análise e hierarquização das ações essenciais para cumprir as prioridades do Governo. Até 18/02, reuniões entre Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministérios para

adequar a priorização dos órgãos e os limites a serem definidos. Até 28/02, decreto de contingenciamento, que vai traduzir a disponibilidade real dos órgãos até o final do ano.

Então, com isso, o que eu quero dizer? Que não há essa pecha que o DNIT está levando, essa pecha de que saiu inadequadamente, intempestivamente, a qualquer tempo, a qualquer hora, de fazer novos escopos, para prejudicar o desempenho do Governo ou para lançar um rol de obras.

Quer dizer, eu simplesmente rebato isso até porque, depois dessa reunião, nos transcurso de fevereiro de 2011, ficou absolutamente tudo de conhecimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Gepac, do Ministério dos Transportes, que já tinham conhecimento e que já tinham dado o aval nesse documento de 31 de dezembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar ao próximo orador..

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Faltou só a resposta à questão da campanha eleitoral, se o Sr. Pagot se arrependeu de ter atendido o pedido do Filippe, porque depois não atendeu o da Ministra Ideli Salvatti; e se há o conhecimento dos valores que foram doados à campanha em razão da sua solicitação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Realmente, foi... É tanta coisa Senador que... Eu quero lhe dizer o seguinte... Eu posso até dar outro exemplo. Não devia, mas vou. Não foi só a Ministra, desculpe-me, a Senadora Ideli que esteve me procurando. Até houve outra procura que eu fiquei extremamente constrangido e ameaçado, constrangido e ameaçado.

Pede audiência e adentra o meu gabinete o ex-Ministro Hélio Costa, com toda a sua *entourage*, com todo o seu *staff*. E veio me procurar no sentido de indicar empresas também para que ele pudesse fazer a arrecadação. Como eu me manifestei da mesma maneira, dizendo que não aceitaria, que não aceitava e que ele conversasse com os partidos sobre isso e que não era no DNIT que ele ia buscar esse apoio, ele, depois de ter novamente insistido para que eu indicasse empresas, porque ele era candidato e precisava se eleger ao Governo de Minas, quando ele viu a minha negativa e a minha firmeza na minha negativa, ele levantou de rompante, me deu de dedo e disse: "Vou me eleger governador do Estado de Minas Gerais e a primeira atitude minha vai ser te tirar do DNIT". Certo? Então, coisas como essa é que se sofre sendo gestor de uma autarquia.

E a ver a sua pergunta, eu imaginei que, atender ao partido como um todo, ao partido que coordenava o arco de alianças, principal partido coordenador da campanha, eu estava atendendo a um arco de alianças. Estava atendendo, digamos assim, a uma necessidade e não particularizando cada Deputado, cada Senador ou cada pessoa que fosse candidato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu, a pedido do Sr. Luiz Antônio Pagot, vou suspender a reunião por cinco minutos e voltamos, portanto, às 14h41.

Então, está suspensa a reunião por cinco minutos.

O próximo inscrito é o Deputado Maurício Quintella Lessa. Depois o Deputado Filipe Pereira, o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques, o Deputado Domingos Sávio e o Luiz Pitiman.

V. Exª está aqui. Vejo que ainda de dia.

(Suspensa às 14 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retornando à nossa audiência, passo a palavra ao ilustre Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Boa tarde a todos, à Mesa, Dr. Luiz Antônio Pagot. Primeiramente gostaria de parabenizar V. Sª pela disposição em contribuir com essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao contrário de muitos que já sentaram aí, V. Sª não se valeu de *habeas corpus* e tem contribuído para elucidar muitas dúvidas que pairavam sobre esta Comissão.

Primeiro, queria registrar que V. Sª está na equipe do DNIT desde 2007, junto com o ex-Ministro Alfredo Nascimento, alguns membros indicados pelo Partido da República e de vários outros partidos e técnicos, enfim. Nesse período, tivemos duas grandes operações, a Vegas e a Monte Carlo, e, até o momento, pelo menos no que me consta, nem nessas operações nem nas investigações desta CPI, V. Sª nem a cúpula do DNIT que foi afastada recentemente figura com qualquer indicação de que tenham participado ou ajudado ou contribuído com essa organização criminosa; muito pelo contrário, o que se constatou aqui foi a organização criminosa comemorando o afastamento de V. Exª e da cúpula do Ministério dos Transportes.

Grande parte dos questionamentos e das dúvidas que nós tínhamos já foram dirimidas por V. Sª, que depõe aqui há mais de quatro horas. Algumas questões aqui considero que sejam esclarecidas. Membros do Governo e da imprensa alegaram, no afastamento de V. Sª e da cúpula do Ministério dos Transportes, superfaturamento nas obras e nos preços do DNIT e V. Sª diz que isso seria impossível, porque o Governo acompanhava *pari passu* a composição desses preços, autorização para solicitação e, posteriormente, as autorizações de aditivos.

Então, a que o senhor atribui efetivamente, na sua ótica, esse afastamento da cúpula do Ministério dos Transportes naquele momento.

Essa seria a minha primeira pergunta.

Como o senhor avalia também, nesse período em que o senhor dirigiu o DNIT, a qualidade do trabalho da empresa Delta no setor de transporte no Brasil? E se a qualidade era ruim, por que o DNIT ou V. Sª não comunicou ou se comunicou quando comunicou aos órgãos de controle que a Delta não prestava um serviço adequado no Ministério dos Transportes?

O Sr. Cláudio Abreu pessoalmente já pressionou V. Sª para prática de ato ilícito que beneficiasse a empresa ou ele ou qualquer outro diretor da Delta?

O Sr. Fernando Cavendish pessoalmente também pressionou V. Sª para que beneficiasse a Delta em qualquer momento da sua gestão?

O senhor tinha conhecimento de pagamento por parte da Delta ou de qualquer outra empresa a agentes públicos para se beneficiar em relação a obras do DNIT?

Essas seriam as últimas alegações que tinha a fazer.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ilustre Deputado, primeiro a questão do pagamento a agentes públicos. Eu não tinha nenhum conhecimento, exceto nas operações que foram realizadas como a Castelo de Areia e outras investigações em que muitas vezes prenderam ou foram feitos inquéritos contra funcionários que até estão a ponto de terem cancelada a sua carreira. De maneira que não tenho esse conhecimento de qualquer pagamento ilícito feito pela empresa.

Segundo, a questão do Cláudio Abreu e Fernando Cavendish é bem diferente. O Fernando Cavendish, toda vez que solicitou uma audiência e que veio tratar de algum assunto, normalmente, tinha algumas obras que estavam em andamento, em transcurso, e que havia algum questionamento da Delta em relação ao DNIT. Então, ele trazia seus assessores, apresentava a lista de reivindicações, nós tínhamos no DNIT os diretores e coordenadores que participavam da reunião e, posteriormente, obviamente, era concluída a reunião.

Vou até expressar o seguinte: sempre nos tratou de forma urbana, extremamente cavalheiro nas suas colocações, mesmo quando não teve suas reivindicações atendidas, diferente do Cláudio Abreu, que era o gerente do Centro-Oeste e que, toda vez em que tinha alguma contrariedade, imediatamente demonstrava essa contrariedade, certo? Mas eram comportamentos completamente diferentes. O Fernando não fazia qualquer insistência ou pressão e o Cláudio Abreu, evidentemente, tentava voltar com o assunto mais uma vez, sendo insistente. E por que nós recebíamos as empresas? A quantidade de obras executadas é muito grande e era uma maneira de até se conseguir que as empresas tivessem mais empenho. Nós tínhamos relatórios, eu visitava as obras, muitas vezes eu convocava não só o representante da empresa em Brasília, mas convocava o dono da empresa para vir, para eu relatar o que estava acontecendo na obra dele e dizer: eu passei lá, vi suas máquinas paradas, é um desperdício de imobilizado e eu preciso que a sua obra ande. Qual é o problema que você tem que a sua obra não anda?

Então, essa era uma atitude proativa, de quem queria que as obras acontecessem, fossem implantadas e cumprissem os prazos. Mas nunca essa animosidade impediu o trânsito da Delta dentro do DNIT.

A questão da qualidade de trabalho da empresa. Eu até conversei com o diretor Caron, conversei como diretor Jony, conversei com o coordenador Luís Munhoz, com o Elói, e com outras pessoas do DNIT, para tentar estabelecer até onde a Delta vinha muito bem e por que a Delta, de uma hora para outra, começou a apresentar tantos problemas. Nós temos uma linha de corte, uma coisa impressionante.

Até outubro, novembro de 2009, a empresa Delta, se eu pudesse dizer que era uma empresa que estava contribuindo para baixar preço, principalmente na manutenção rodoviária, que era uma empresa que executava as obras contratadas, eu não teria nada para denegrir a imagem da Delta. A partir de novembro de 2009, não sei o que aconteceu com a empresa, que passou a apresentar uma série de problemas. Talvez nós tenhamos, com o aperfeiçoamento do próprio DNIT, ficado mais exigentes, certo? Com uma série de instruções normativas que nós colocamos na praça, com a colaboração da CGU nos relatórios mais amiúde, nós ficamos mais exigentes e essa exigência vem prestar talvez mais atenção na qualidade dos trabalhos dessa empresa, certo? Mas, com certeza, houve alguma modificação de procedimentos, talvez internos, gerenciais, ou também – que é uma outra coisa que nós chegamos a discutir – ela passou a fazer muitas outras obras em muitas outras áreas de atuação. Ela tinha bastantes obras dentro do DNIT, mas ela também começou a fazer muitas outras obras em outras áreas de atuação, principalmente na área de saneamento. E eu imagino que isso fez com que ela, assim, tendo uma estrutura de quadro, para tocar aquele enorme rol de obras, começou a apresentar falhas aqui e ali; falhas que, exatamente pela boa fiscalização do CGU e do TCU, foram notadas, foram apontadas e algumas se transformaram até em inquérito.

A questão do superfaturamento e afastamento da cúpula, primeiro, eu quero lhe afirmar, que essa palavra ela não entra na nossa cabeça, sabe? Toda vez que alguma obra do DNIT, toda vez que alguém deu

causa a esse superfaturamento, foi um procedimento administrativo, foi um inquérito, foi um acórdão do TCU, foi uma manifestação, quer dizer, não passou, vamos falar assim. Se passou, retroagiu, certo?

Então, essa questão do superfaturamento é uma questão que para nós ela é uma questão delicada, até nos irrita, toda vez que a gente... porque misturam aditivo com superfaturamento, com escopo, o DNIT é... A quantidade de obras, a quantidade de serviços que se executam é uma coisa muito complexa, rodoviário, aquaviário, ferroviário, não é? E tudo tem que ser corretamente explicado.

Bom, você está dizendo que há superfaturamento. Onde? Que nível de superfaturamento? Onde está registrado isso? Foi estornado, não foi estornado? O DNIT ficou conivente com isso? Eu posso lhe garantir, Deputado, que o DNIT não é conivente com superfaturamento. E mais, sobre o afastamento da cúpula, já disse aqui neste evento hoje, neste plenário, foi uma coisa constrangedora demais, nos deixou extremamente perplexos, a todos, certo? Porque o esforço que se fazia para tocar, com pouca gente, a quantidade extraordinária de obras, e a responsabilidade que nós tínhamos é muito grande. E de uma hora para outra.

E, digo mais, estive até conversando com o Dr. Renato, meu advogado, e falei: na história do mundo, toda vez em que alguém foi condenado ou recebeu alguma pena, ele teve o direito a um contraditório, a uma defesa. Até na Inquisição, até na Santa Inquisição, havia um tribunal que dava direito – se era uma defesa esbulha ou não, isso eu não... Mas, aqui, simplesmente saiu a reportagem da revista: "Fora!".

Então, isso realmente é uma coisa e vou lhe assegurar: nós não merecíamos isso, eu não merecia isso, nossos diretores e alguns funcionários que foram afastados e que são cantados – 18 funcionários do DNIT –, muitos deles eram funcionários que levavam papel de um lado para o outro, não tinham decisão nenhuma. Havia um rapaz que cuidava dos elevadores, foi cantado em prosa e verso: "Mandaram o fulano embora, mais uma demissão no DNIT.", como se aquilo fosse transcendental.

Usaram isto, a execração da mídia, de uma maneira contundente contra nós, sabe? Meses a fio, sabe? E a cada demissãozinha de um funcionário que sequer tinha alguma coisa a ver com decisões, deu até pena de esse cidadão perder o emprego, entendeu? Quer dizer, de forma inadequada, sem chance de defesa também.

Eu não sei se eu esqueci alguma coisa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo agora a palavra ao próximo inscrito, Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares... alô, som, o som está meio baixo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que aumentem o som do orador que está na bancada.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença aqui do Sr. Luiz Antônio Pagot e dizer que nós, da CPI, estávamos ansiosos por sua vinda aqui, assim como o senhor se dizia ansioso para estar presente também na nossa CPI.

Efetivamente, Sr. Pagot, todos nós aqui sabemos como deve ser terrível a pressão que o senhor deve ter tido não só ao sair do cargo, ou melhor, ao ser mandado embora do seu cargo, mas também a sua família, o seu nome, o senhor mesmo na rua. E a oportunidade que a CPI está tendo hoje e dando a V. Sª é a de que possamos esclarecer fatos, esclarecer tudo aquilo que ainda não foi esclarecido via mídia, porque, pelo menos até agora, tudo que foi falado e perguntado aqui pelos parlamentares que me antecederam, são fatos já conhecidos e, enfim, efetivamente, não temos novidade.

Então, a minha primeira colocação para V. Sª era no sentido, de mais uma vez, reforçar o que alguns aqui já falaram: que aqui nesta Casa, aqui nesta sala o senhor pode abrir o seu coração com tudo aquilo que tem ou que teria a dizer, sem nenhum problema. Até porque, por todos os fatos narrados aqui, pelo menos até agora, não há nenhum indício de que o senhor esteja envolvido em alguma irregularidade. Pelo contrário, V. Sª foi procurado, como relatado aqui por vários agentes, para talvez ser corrompido com algum ato, com alguma atitude.

Então, o primeiro ponto que eu coloco é que V. Sª, se ainda não nos contou alguma coisa que não foi perguntado, que o senhor possa abrir o seu coração conosco.

Mas, eu não vou fazer muitas perguntas, são apenas algumas. O senhor colocou aqui de início, quando foi questionado pelo Deputado Onix, se não me falha a memória, que só havia uma empresa que havia recebido um aditivo acima dos 25%, inclusive foram pouco mais de 70%.

Eu gostaria que, se fosse possível, se o senhor lembrasse, dizer qual é essa empresa e efetivamente a que contrato isso foi caracterizado.

O senhor pode responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pois não. Essa obra é a BR-101, lá no Rio Grande do Sul. Ela vai de Porto Alegre até a divisa do Estado de Santa Catarina. É uma obra de duplicação do túnel do Morro Alto. É

uma obra... A empreiteira, a empresa que fez a obra – porque a obra já está pronta – foi a Queiroz Galvão.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Queiroz Galvão. Então, essa foi a única empresa que recebeu um aditivo acima dos 25%, que estabelece aí?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sim, senhor.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ok. Só mais uma pergunta, porque não vou me alongar. Aí, o senhor pode ficar à vontade no meu tempo para poder falar o que lhe vier à mente, ficou uma dúvida aqui, dentre algumas perguntas que foram feitas: o senhor foi apresentado ao tesoureiro da campanha – por acaso também chamado até de Deputado aqui, confundindo com o meu nome, não é Deputado Vaz? – o tesoureiro Filippi.

O senhor pode nos dizer, caso se lembre também com clareza, quem foi que lhe apresentou ao tesoureiro Filippi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O comitê de campanha, a Secretária Suly – se não me engano, era esse o nome – me chamou ao telefone e disse que eu precisava conversar com o tesoureiro Filippi...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – De Filippi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – E eu fiz um contato telefônico com ele, no telefone que ela me deu. E ele me disse que estava ocupado e que tinha algumas tarefas a executar e que oportunamente viria ao DNIT para tratar de assuntos comigo.

Marcou audiência e veio tratar do assunto comigo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Então, não houve nenhuma apresentação formal de ninguém até o Sr. Filippi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Formal, não. O senhor pode dizer que a apresentação da Suly que foi formal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Só mais uma pergunta, e já encerro, Sr. Presidente, porque quero que os outros oradores tenham oportunidade de fazer as outras perguntas

Eu sei que tem vários Deputados que vão fazer outras perguntas, mas o Sr. Paulo Souza, mais conhecido como Paulo Preto, ele também procurou o senhor para pedir, enfim, doações, recursos. Ele pediu, ele o procurou em nome de alguma empresa ou relacionando esse pedido a alguma obra específica?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, já terminou? Desculpe-me.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Já fiz a pergunta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, o Paulo, o Paulo Souza, não é? Não, o nosso relacionamento sempre foi com relação à obra do rodoanel trecho sul, certo? Discutimos os detalhes da obra, fomos ao TCU, assinamos o convênio necessário para ser feita, ele apresentava seus relatórios mensais, relatórios avaliados pela Superintendência. Em momento nenhum me pediu absolutamente nada nem favorecimento para qualquer empresa.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A notícia que correu na imprensa, então, dizendo que o senhor havia informado – o termo até da imprensa foi "acusado" – que o Sr. Paulo Preto lhe procurou para uma campanha de caixa dois, essa coisa toda, é mentira, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, isso é falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – É falso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É falso.

O que talvez tenha gerado esse comentário, esse comentário é o seguinte: ao repórter que fez essa reportagem – e isso eu já narrei aqui na CPMI – eu contei essa história do TAC, do rodoanel sul, do aditivo de R$260 milhões e que circulava na praça uma história de que esse dinheiro seria para as campanhas do Estado de São Paulo. E ao final desse comentário eu falei: mas quanto a isso é conversa de botequim, é conversa de bêbado. Isso alguém me falou no ouvido e não tem prova nenhuma.

Então, estou reiterando o que eu disse duas horas atrás.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Só uma última pergunta, Sr. Presidente.

Depois da saída do senhor do DNIT, o senhor foi procurado por alguém ou, enfim, por quem quer que seja para lhe pedir silêncio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não foi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não fui procurado por ninguém, ninguém me pediu silêncio. Aliás, nenhum telefonema dizendo: "Obrigado pelo esforço ou qualquer coisa nesse sentido". Nada. Não fui procurado por ninguém.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor foi abandonado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Acabei de falar que passei a ser isolado, abandonado, um fantasma, um morto-vivo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Sr Pagot, eu agradeço as suas respostas e eu só quero lhe pedir mais uma vez... Eu estava analisando aqui o cenário da nossa sala de comissão, no início, a nossa sala estava lotada, inclusive de jornalistas aqui atrás, com câmeras, repórteres, tudo mais, todos aguardando algo que fosse novo de informação para a nossa CPMI. Tudo o que o senhor falou, com muita seriedade e correção, todos nós já sabíamos. Eu acho que nos falta informação nova. E nós estamos aqui, como o

senhor mesmo pediu, para ouvi-lo e ouvir tudo o que senhor tiver a dizer.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –Obrigado.

Eu agora passo, para falar como Líder, o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares da CPI. ...

O SR. – Qual será a sequência dos inscritos? Só para ...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Ao contrário do meu colega...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Chico Alencar, nós temos um acordo entre nós aqui de que, a um núcleo de inscritos, fala um líder. Estou abrindo, depois de todos os requerentes, o primeiro líder, por cinco minutos, que é o Deputado Chico Alencar; depois falarão três e um líder, três e um líder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é a ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A ordem aqui é a seguinte: depois do Deputado Chico Alencar, falarão o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques – Senador mais recentemente, Pedro Taques desde criança – e o Deputado Domingos Sávio.

Então, como líder, segundo, o Deputado Araújo.

Eu vou devolver o tempo de V. Exª.

O SR. **CHICO ALENCAR** (PSOL – RJ) – Obrigado, Presidente. Ao contrário do meu colega carioca, Deputado Filipe Pereira, eu entendo que se as colocações do Sr. Pagot não trouxeram nenhuma novidade fundamental, elas são relevantes para a CPI que investiga o esquema criminoso Cachoeira e sua sócia nas empreitadas, a Delta. E destaquei e percebi que o Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes, pelo que o Sr. Pagot nos traz aqui, é na verdade um departamento nacional de intermediação de recursos para campanhas eleitorais, nas mais variadas formas.

Eu não sabia que o ex-Senador Demóstenes, aliás em trânsito para o PMDB, para o Governo, pelo que o senhor disse aqui, na conversa particular, num jantar com empreiteiros, inclusive o Cavendish, aquele que amanhã, talvez, aqui, queira se vincular ao código de silêncio da máfia, da qual pelo visto faz parte, mas estava lá. E o que o Demóstenes fez da forma mais tosca em relação ao então Presidente do DNIT: "Devo favores à Delta, preciso de obras com o meu carimbo, estradas no Mato Grosso. Será que não dá para conseguir isso?" E o senhor repeliu, corretamente. Mas é uma prática usual e vergonhosa nessa República.

Segundo o processo, os famosos aditamentos e mesmo termos de ajuste de conduta. O senhor relatou esse processo num caso específico, do Rodoanel de São Paulo, que tem a hegemonia do PSDB há muito tempo. O senhor também não concordou com as ilações de que esses 260 milhões a mais tivessem como objetivo financiar campanhas, mas esta consideração não é estratosférica, não acho que seja uma conversa de bêbados; pode ser uma denúncia infundada, mas é lúcido se supor isso na vida política nacional.

E por fim – e aí me surgiu uma dúvida, e a sua explicação não me tranqüilizou –, quando vai um tesoureiro de uma campanha, nosso colega o Deputado Filipe, na campanha da Presidente Dilma e sua coligação, ao DNIT – acho que não era o local adequado – e lhe pede a lista de 369 empresas que têm contratos em vigor com o DNIT e ver se pode dialogar com elas para que, generosamente, contribuam para a campanha. As grandes até não eram necessárias, já estavam contratadas. O senhor diz que fez contato com algumas e diz que teve êxito em torno de 30. Se a Senadora Ideli, que também disputava um mandato eletivo, vai lá e faz o mesmo pedido, o senhor diz que não, que isso não pode fazer. Ou não pode para a coligação e todos os outros, ou pode para todo mundo.

A meu juízo, isso não é adequado, isso não é função do DNIT. Então, é preciso, de uma vez por todas, colocar um risco, um muro, uma separação entre o interesse de financiamento de campanha e os interesses públicos, os órgãos da administração.

Acho que esta CPI tem que caminhar de novo para reforçar como é fundamental o financiamento público, exclusivo, austero das campanhas eleitorais. O senhor é testemunha, no DNIT, de que essas pressões, induções, pedidos, solicitações são recorrentes. Portanto, a fronteira inclusive com a corrupção – e não somente eleitoral – em que um órgão como a DNIT fica envolvido é muito tênue; isso tudo é muito grave. A gente precisa avançar nesse sentido, porque, senão... O senhor veja, o senhor ficou aqui falando, depois da fala inicial, houve um quê de horário eleitoral gratuito, muito laudatório, mas todo mundo tem feito isso aqui, mas depois o senhor ficou falando das tentativas de tráfico de influência junto ao DNIT o tempo todo; isso é deplorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, não tendo pergunta a fazer, passo ao próximo...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14, pois fui citado pelo companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª foi citado...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Fui citado, no início da fala, e sendo contrariado, ainda por cima.

Eu só quero esclarecer dois pontos, Sr. Presidente.

Em nenhum momento eu disse que o nosso depoente de hoje, Sr. Luiz Antônio Pagot, estava faltando com a verdade ou desmerecendo a nossa Comissão. Pelo contrário, eu enalteci a vinda dele, inclusive o seu depoimento aqui. Eu só coloquei a possibilidade que ele teria de esclarecer mais pontos que ainda estão um pouco obscuros para esta CPI.

Se a medida do Deputado que me citou é de que as informações prestadas são novas é porque talvez não tenha tido acesso a toda a documentação, como nós, membros da CPI, já tivemos. Todos que estão aqui citaram coisas que já são públicas para todo mundo. Não foi dita nenhuma novidade.

Foi isso que eu quis expor com a minha fala, em nenhum momento desmerecendo a figura do nosso depoente, que inclusive acredito que deveríamos ter tratado com um pouco mais de respeito. Como suplente de Senador diplomado, deveria ser V. Exª, porque uma vez sendo nunca deixa de ser.

Era só para esclarecer isso, Sr. Presidente, e agradecer mais uma vez a presença do nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria, como fez o Deputado Carlos Sampaio, constatar o descaminho desta CPI quando, em função das informações trazidas pelo Sr. Pagot – a quem agradeço muito a presença corajosa diante de tantos fatos obscuros que tivemos com a negativa de se falar –, na direção de que o descaminho se dá quando a proposta de se trazer aqui o Sr. Paulo Souza com as informações e dados que acabamos de ter do Sr. Luiz Antônio Pagot difere da ausência e da articulação pela não apresentação perante esta CPI do Sr. De Felipe em relação ao que foi dito até agora pelo nosso depoente.

É lamentável que esta CPI não tenha aprovado o requerimento que foi o viés da entrevista do Sr. Luiz Antônio Pagot a um dos periódicos do nosso País, quando cita claramente dois personagens: o Sr. Paulo de Souza e o Sr. José de Filippi, ficando aqui demonstrado que a necessidade da presença do Sr. José de Filippi era fundamental para esclarecer essa ação que se pretendeu, de utilização de um órgão público na arrecadação de campanha da Presidente Dilma. Isso ficou muito claro aqui. Então lamento, em primeiro lugar, essa questão.

Por outro lado, eu queria, agradecendo mais uma vez a presença do Sr. Pagot, que procura contribuir com as atividades da CPI, dizer que o DNIT não era de uma decisão única que se tomava em relação aos contratos. Era um órgão que tinha o seu órgão superior de administração, o órgão executivo, diretor geral, seis diretores. Eram decisões colegiadas e, portanto, com divisão de responsabilidades.

Entendo que qualquer ato que puder ser consubstanciado como ilegal ou de favorecimento perpassa por uma estrutura mais ampla do que simplesmente o senhor presidente ou o senhor diretor geral do DNIT, como é o Sr. Luiz Antônio Pagot.

Além disso, ao longo do tempo, nós tivemos um processo de dúvidas do Tribunal de Contas da União em relação a vários contratos da Delta que por lá passaram. E quando digo que a responsabilidade é consorte, que ela é mais ampla, poderíamos ter perfeitamente, não só de parte do senhor diretor, ou eventualmente poderia ter do senhor diretor, mas poderia necessariamente ter de outros órgãos, de outros responsáveis por essa estrutura o favorecimento a essa determinada empresa. De repente, Sr. Pagot, talvez o senhor não tivesse a responsabilidade, como nega neste momento, mas poderíamos ter não só nessa estrutura que o DNIT tinha, mas também nas suas representações regionais, a possibilidade de favorecimento dessa empresa.

Aqui eu tenho em mãos as várias decisões do Tribunal de Contas da União sobre vários contratos aqui: um com aumento de 45%, outro com aumento de 35%, o contrato nº 37, de 2007, com 50%, o contrato nº 3, de 2008, com 40%, o contrato nº 30, de 2007, com 38% de aumento e assim vai. Outro de 2006, contrato nº 3, de 2006, com 50% de aumento e tantos outros. Então uma das perguntas que eu faço ao Sr. Pagot é a seguinte: não poderia estar havendo, de parte da estrutura do próprio DNIT, esse nível de favorecimento não só na questão dos aditivos, mas também dessa fórmula que se colocou com as obras da Delta, nos valores com a mudança de escopo, como V. Sª disse no início da sua manifestação? Essa mudança de escopo, muitas vezes, com diferenciais em relação aos volumes e valores iniciais, como é o caso do PAC 1, como referência, quando lançado, com determinado valor; com o projeto feito, outro valor; algumas aprovadas como aumento de escopo, uma grande maioria delas. Na maioria das obras da Delta, portanto, é a minha pergunta, teve mudança de escopo? Eventualmente poderia ter tido, de parte de alguém dentro do DNIT, essa movimentação de favorecimento? Essa é a primeira pergunta, Sr. Luiz Antônio Pagot, que eu gostaria de fazer.

Outra questão é a seguinte: o Sr. Secretário Executivo tinha conhecimento de todas as decisões de aumento de escopo e também de aditivos feitos no âmbito da sua gestão como diretor do DNIT? Inclusive, o senhor, por acaso, teria repassado ao seu superior hierárquico, o Sr. Paulo Passos, então Secretário Executivo, ou ao próprio Ministro, essas solicitações de campanhas que foram feitas pelo Sr. de Filippi, pela Srª Ideli Salvatti ou também pelo então candidato a governador de Minas Gerais, Sr. Hélio Costa? O senhor chegou a passar isso para o seu superior hierárquico? É a outra pergunta.

Agora falo especialmente dessa questão que ficou clara como uma possibilidade de utilização do DNIT para arrecadação de campanha. O senhor disse o seguinte:

Fui procurado pelo tesoureiro da Presidente Dilma, da campanha da Presidente Dilma, me reuni com ele no DNIT, mostrei um rol de 369 empresas, as maiores. Diz ele: "Não precisa se preocupar, porque isso é da responsabilidade do comitê de campanha, se você puder, 30 ou 40 empresas, dentro do primeiro turno da campanha, seriam suficientes para que a gente pudesse ter uma arrecadação".

Aí o senhor disse:

> Acreditei que não era ilegal. Pedi, então, às empresas que se pudessem contribuir seria de bom tamanho. Algumas empresas até mostraram depois o boleto. É importante que se repita isso. Diversas empresas que pedi fizeram doações e eu fiquei sabendo depois que vi a prestação de contas da campanha da Presidente Dilma.

Então, Sr. Pagot, como é que era essa abordagem do senhor em relação a essas empresas que foram pedidas pelo comitê de campanha, onde o senhor imaginava estar sendo feito de forma legal, recebendo ordens do comitê de campanha de uma pessoa que, até o presente momento, nós não sabíamos, mas que, provavelmente, tinha muita força. E eu gostaria de saber quem é essa pessoa a que o senhor se refere, que é a Secretária Suly. Qual era o papel que ela desempenhava no comitê de campanha? Quem era essa Secretária Suly? O senhor conhece as relações dela? Quem é essa pessoa. O senhor se refere que foi a precursora desse movimento de aproximação do senhor com Sr. José de Filippi, que era na época, então, o arrecadador da campanha da Presidente Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as questões que eu queria deixar ao Sr. Pagot e dizer, Sr. Pagot, se o senhor se sente injustiçado pela decisão que foi tomada em relação a sua demissão. Se essa injustiça afetou a sua própria família, o seu dia a dia, de sua vida. Como o senhor mesmo diz, uma demissão em que absolutamente foi-lhe dado o direito de defesa. Eu queria saber qual é a sua opinião em relação a isso e de quem o senhor acha que foi e de que partiu inicialmente essa decisão de demiti-lo do DNIT da forma como foi feita. Foi da Presidente Dilma, foi do Ministro de então, foi do Secretário Executivo da sua Pasta, de quem teria sido o movimento inicial para sua demissão – porque, até então, o senhor não tinha conhecimento que era uma articulação da *holding* da criminalidade em nosso País deste caso e do Sr. Carlos Cachoeira, que era, na minha opinião, apenas uma pessoa que se prestava aos interesses da Delta, da grande Delta nesse processo todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra, então, ao Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A questão do Secretário Executivo, o Paulo Sérgio Passos, desde que eu entrei no DNIT, ele ocupou funções de Secretário Executivo e funções de Ministro.

Com relação aos aditivos, que eram assuntos internos inerentes ao DNIT, desde que nós tivéssemos orçamento para isso, ele não tem qualquer participação. Nem ele, nem Planejamento, nem... Nós tínhamos uma regra, desde que cumpríssemos a regra, e não ultrapassasse os 25%, a gente podia executar o que fosse necessário para o bom resultado das obras.

Com relação à mudança de escopo, isso você não pode fazer sem a aprovação do Ministério dos Transportes e sem a aprovação do Gepac. O caso específico no Ministério dos Transportes, quem durante todo o tempo coordenou essas ações junto ao DNIT foi ou Paulo Sérgio Passos, hoje Ministro, ou Miguel Masella, quando assumia a função de Secretário Executivo.

A primeira etapa, depois de solicitada uma mudança de escopo, passava – depois que tínhamos feito uma avaliação, tínhamos somado a obra que já estava prevista ser feita –, obviamente, tínhamos que apresentar ao Ministério dos Transportes, via Secretário Executivo e, muitas vezes, na reunião com o próprio Ministro. E, sempre antes de irmos a uma reunião do Gepac, que era aquela reunião mensal de avaliação de desempenho e de como estavam as obras, as necessidades das obras e os problemas das obras – uma grande parte dos problemas das obras também ocasionados por problemas de licenciamento socioambiental, com exigências verdadeiramente absurdas, de que, obviamente, o Secretário Executivo e o Ministro tinham conhecimento... E só então nós chegávamos ao Gepac.

Outra pergunta relacionada ao Secretário Executivo, se eu dei conhecimento a ele das solicitações de

recursos que eram feitas por essas pessoas: não dei conhecimento. Eu acredito que apenas em uma única ocasião me queixei com o Ministro Alfredo Nascimento, que foi o caso do Hélio Costa.

Com relação à questão de campanha, o senhor colocou uma frase que eu quero mudar a frase. O senhor colocou a frase dizendo assim: "o DNIT". Não, não foi o DNIT, foi uma ação pessoal minha. O DNIT não tem nada a ver com arrecadação de campanha. Vou relatar de novo.

Ao ser procurado pelo Filippi, nós conversamos, ele me disse que tinha necessidade de arrecadação, eu apresentei – e aí, Deputado Chico Alencar, o senhor fez uma manifestação sobre isso – aquele rol de empresas que estavam executando obras. E ele até nem... Falou: "Ah, isso aqui é muita coisa, isso aqui não...". E até nem se ateve à lista. "As empresas de maior porte, você não se preocupe que o comitê central já está tomando as providências. Escolhe aí umas trinta, quarenta empresas e faça sua solicitação."

Foi uma coisa pessoal. Não conversei com os diretores do DNIT sobre isso, não estabeleci percentuais. Na conversa que eu tive com os donos das empresas ou que eu tive com procuradores, eu disse: "Veja lá o que vocês podem fazer". E muitas das empresas que eu procurei inclusive nem doaram. Algumas doaram, inclusive constam da lista do Tribunal Superior Eleitoral e até constam de uma reportagem em que foram identificadas as empresas que fizeram doação.

O Senador Alvaro Dias me fez uma pergunta – e eu até não respondi a ele – sobre se eu sabia qual o montante que havia sido doado para a campanha. Eu acredito que entre R$5,5 milhões e R$6 milhões aí essas empresas, esse rol de empresas deve ter feito para a campanha. Faltou a resposta a tempo e a hora.

Outra pergunta: se as obras com mudança de escopo, se isso passou a representar favorecimento de outrem; ou seja, passou a representar favorecimento de algum diretor, ou aquele diretor teve alguma vantagem para trazer.

Na realidade, a mudança de escopo é, eu diria assim, uma ação da base aliada, é uma ação dos representantes regionais, das cidades, dos Estados, é uma ação de prefeitos, é uma ação de comunidades. Porque, ao saber da execução da obra, o Brasil, ao longo do tempo... Vou retificar a frase. Nós estamos muito e muito atrasados com as obras que têm que ser implementadas e implantadas no Brasil. Estamos muito atrasados. Essas obras mesmo do PAC 1 e 2 já deviam estar prontas há dez anos. Mas, infelizmente, a Nação brasileira sempre teve problemas de caixa para poder executar essas obras. E as comunidades, os Municípios, aquela microrregião, aquela região, quando tem oportunidade – "bom, agora temos uma obra do PAC na região, uma obra rodoviária" – imediatamente fazem uma mobilização. Associações comerciais, federações das indústrias, prefeituras, os parlamentares federais e Assembleias Legislativas se mobilizam. E inúmeras vezes recebemos contingentes de 50 a 60 pessoas no DNIT reivindicando alterações de escopo de obra. E como a maioria dos projetos nasce nas superintendências ou são as superintendências que desenvolvem o trabalho de compilamento dos projetos, obviamente a comunidade começa a ver o movimento dos topógrafos, movimento dos engenheiros do DNIT, veículos circulando, empresas de consultoria de obras, empresas de gerenciamento de obra, e começam a "bom, está faltando aqui um viaduto", "está faltando aqui uma trincheira", "está faltando aqui uma via lateral", "essa obra aqui não tá contemplando o balneário, que agora virou um grande balneário; tem três hotéis, tem *resort*", "não podemos ficar sem...", "essa rotatória não nos atende" ou "daqui a dez quilômetros você ter uma rotatória vai prejudicar o posto de gasolina, vai prejudicar o comércio local"... Então, as reivindicações são legítimas, são reivindicações legítimas.

De novo, mudança de escopo, aditivo, não tem nada a ver com superfaturamento, não tem nada a ver com a execução ruim da obra, a malversação da obra, a conduta inadequada do servidor público que está gerenciando aquela obra. Isso aí merece... E a grande maioria foi atingida pelos órgãos de controle, pela rede de controle e assim por diante, e pela própria auditoria interna do DNIT.

Mas essas reivindicações nascem, então, lá onde vai ser executada a obra. E muitas vezes nós lançamos a obra, muito dessas complementações não estavam previstas e aí entravam as reivindicações.

Então, isso foi analisado, foi sugerido isso ao Ministério dos Transportes e, posteriormente, ao Gepac.

Então, esta é a terceira vez que eu respondo esse assunto e eu quero te dizer que eu não acredito que os nossos diretores ou superintendentes tenham feito qualquer favorecimento a empresa ou qualquer favorecimento a qualquer político em função dessas obras.

Se eu deixei de responder alguma coisa, por favor...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A Srª Sumi, que lhe ligou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Suli.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sumi, né?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Srª Suli...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Suli?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É, a Srª Suli, ela...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabe todo o nome dela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não sei. Não sei.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Porque nós vamos apresentar um requerimento convidando ela para a CPI.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Srª Suli era, vamos falar assim, a telefonista ou era... Ela trabalhava no comitê de campanha. Foi ela que me telefonou, telefonou para a Chefe de Gabinete. A Chefe me passou a ligação e disse "olha, o tesoureiro da campanha precisa falar com o senhor". Posteriormente, eu falei com ele ao telefone e aí, depois, ele falou "eu vou marcar uma reunião para ir ao DNIT". Aí um dia ele pediu uma audiência e veio lá no DNIT. Não teve nenhuma autoridade que "fulano de tal me chamou e me apresentou e..." Não, não teve, nenhuma autoridade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, pelo tempo regimental.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Pagot, o senhor é conhecido como um homem que não é de mandar recado.

A minha pergunta, de forma objetiva: o senhor deu duas entrevistas falando sobre contribuição de campanha, e nesta reunião a montanha pariu um rato. O senhor não revelou absolutamente nada e, na entrevista que o senhor deu em vários meios de comunicação, o senhor fazia referência à contribuição, mandava recado. Eu assim entendi e parte da população brasileira. O senhor deu uma entrevista ao jornalista Camarotti, Gerson Camarotti, dizendo o seguinte: que o Deputado Valdemar Costa Neto era operador da Delta dentro do DNIT. De que maneira ele operava dentro da Delta e se outros Parlamentares também operavam dentro da Delta, dentro do DNIT, pela Delta? Essa é a primeira pergunta.

A pessoa é mandada embora de um cargo importante como esse que o senhor ocupava em razão de uma de três possibilidades: ou é corrupta ou é incompetente ou existe uma grande trama para ela ser mandado embora. Eu gostaria que o senhor respondesse por que o senhor foi mandado embora dessa maneira pela qual o senhor foi mandado embora.

Eu não vou discutir aqui mudança de escopo, não vou discutir aditivo, não vou discutir isso, porque o cidadão, notadamente o cidadão mais simples, ele quer saber se a obra saiu, por que saiu, quanto custou, e eu tenho aqui mais de noventa relatórios do Tribunal de Contas da União, todos numerados – se o senhor desejar, posso identificar um a um –, que dão conta que existiram 82 superfaturamentos na medição; superfaturamento por qualidade inferior de execução. Portanto, nós não estamos a tratar aqui de uma fraude em licitação onde uma pessoa jurídica mergulha no preço para depois ter o aditamento, aditar o contrato. Não é isso? Aqui nós temos, para que o cidadão simples possa entender: a União comprou abacaxi e levou pepino. Foi isso o que ocorreu. O Tribunal de Contas da União identificou isto aqui: 82, irregularidades na celebração de contratos e aditivos, sobrepreço na licitação, sobrepreço em aditivos, 12. Outras irregularidades: licitação direcionada, 4. Eu tenho todos os contratos aqui relacionados, se o senhor desejar.

O senhor, como homem competente que é, já demonstrou, em razão de sua experiência – incompetente não é, ou não estaria no DNIT –, como a direção do DNIT não viu isso? Como o senhor não viu isso? Essa é outra pergunta.

Ainda em relação ao Deputado Valdemar Costa Neto, eu gostaria de saber se outros Parlamentares faziam do DNIT uma sala de reuniões para defender interesses da Delta. Que demandas faziam ao senhor ou à sua administração esses Parlamentares?

Sobre quais obras ou contratos o Deputado, ou outros Parlamentares, ou outros agentes políticos agiam em defesa da Delta?

O senhor recebia pressões e reclamações de outras fontes, além dos investigados por esta CPI – o Cláudio Abreu, diretor da Delta no Centro-Oeste?

Que tipo de pressão um homem como o senhor recebe e aceita?

O senhor é experiente, o senhor não é menino. O senhor deu uma entrevista dessas em vários meios de comunicação. O senhor não veio aqui para mandar recado. O senhor não é disso. Eu conheço a sua história. O povo de Mato Grosso, particularmente, conhece a sua história. O senhor não é homem de aceitar pressão. Daquela entrevista que o senhor deu a esses vários órgãos de imprensa, até hoje, alguma coisa mudou? Eu gostaria de saber o que mudou.

O senhor sabia dessas irregularidades que o Tribunal de Contas constatou? Se sabia, por que não tomou providências?

A respeito desse cidadão, desse Deputado que foi visitar o senhor, ele o visitou dentro do DNIT? Se o senhor fosse um barnabé, ou um josé da silva que cuidasse do almoxarifado do DNIT, esse cidadão o procuraria para ligar para empresários para doação de campanha, ou o senhor foi procurado porque era diretor do DNIT?

Eu gostaria de saber se essas empresas que o senhor ligou, se essas pessoas jurídicas tinham contrato com o DNIT, se tinham empenhos a serem liquidados

e pagos, se eles fizeram essa doação em razão dos empenhos não liquidados ou pendentes de pagamento.

Eu gostaria que o senhor relacionasse as pessoas que defendiam o interesse da Delta dentro do DNIT, se o senhor é capaz de fazê-lo.

Na sua experiência, uma empresa como a Delta, que recebeu, de 2007 a 2012, quase R$3 bilhões, tendo como fonte pagadora uma das maiores prestadoras de serviços do DNIT, que era a Delta – quase R$3 bilhões... Levantamentos da CPI revelam que ela depositou em contas de pessoas jurídicas fantasmas, que não existem, de prateleira, quase R$700 milhões. O senhor sabe, por acaso, como funciona um esquema como esse?

Eu gostaria também que o senhor respondesse se o senhor conhece o próximo depoente desta tarde, o Sr. Adir Assad. As empresas ligadas a ele receberam quase um quarto de bilhão de reais, quase R$250 milhões por prestarem serviço à Delta. O senhor já ouviu falar se ele recebeu, por que e de que maneira recebeu?

Outra indagação: o senhor já ouviu falar de um esquema chamado venda de contrato futuro de empreitadas assinadas pelo DNIT? Vendas de contrato futuro.

O senhor conhece um cidadão chamado Alfredo Soubihe Neto – não sei se a pronúncia correta é esta? Se o senhor o conhece, em que circunstâncias o senhor o conheceu?

São essas as perguntas de forma objetiva. Eu gostaria que fossem respondidas de forma objetiva.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não sei, Senador Pedro Taques, se eu consegui pegar todas, mas eu vou respondendo e, à medida que eu deixar de responder, por favor, o senhor me reinquira, está *o.k.*?

Primeiro, a questão do Alfredo Neto. O Alfredo Neto foi nomeado superintendente do DNIT em Goiás. Ele trabalhou conosco no período de 2008, final de 2008, início de 2009, 2010 até eu ser exonerado do DNIT. Ele era o superintendente do DNIT em Goiás.

Segundo, este assunto, venda de contrato futuro, eu não conheço, nunca ouvi falar.

Terceiro, se eu conheço o Sr. Assad. Não conheço e nunca tinha ouvido falar. Sei que ele está convocado para a CPMI, mas nunca ouvi falar.

Se eu tinha conhecimento do esquema Delta-Cachoeira com a transferência de recursos da Delta para empresas fantasmas, também não tinha conhecimento. Tomei conhecimento no sistema jornalístico.

Com relação a pessoas que defendiam os interesses da Delta, obviamente, número um, os funcionários da Delta, que se apresentavam nas audiências: Cláudio Abreu, Xavier, Aluizio. Esses eram os funcionários que mais compareciam, e o próprio Fernando Cavendish, quando tinha alguma audiência que ele vinha.

Com relação a parlamentares, no caso específico do Mato Grosso, o Deputado Federal Wellington Fagundes era um Deputado zeloso por todas as obras do Mato Grosso, mas era bem zeloso também por todas as obras da Delta, certo? E ele... eu não diria que ele faria pressão. Aliás, sempre tem subterfúgios para você usar no relacionamento, né? Você está sempre com interesse maior, o interesse estadual, o interesse da obra regional. Então, repetidamente, especialmente no caso da Serra de São Vicente, repetidamente, eu era procurado para que desse solução, para que resolvesse, para que fizesse a obra ficar pronta. E, obviamente, os procedimentos que nós estávamos tomando com a determinação da quebra do pavimento que foi executado irregularmente, essas questões todas, elas, obviamente, prejudicavam a conclusão da obra. Então, de uma maneira mais intensa, mais intensiva, sempre eu era procurado.

Especificamente pelo Deputado Valdemar da Costa Neto, o Deputado já tinha uma abrangência maior. Obras, como por exemplo, lá em São Paulo, a obra da travessia urbana de Ubatuba, tinha especial interesse; a própria obra do Rodoanel, esse aditivo de R$260 milhões, ele por duas vezes veio reclamar comigo, por que eu não assinava o aditivo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Na entrevista, eu tenho a entrevista aqui, o senhor diz que ele era operador da Delta. Que operador da Delta? Eu tenho a entrevista; se precisar, nós podemos passar a entrevista aqui agora.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, eu sei. Eu sei a entrevista que eu dei para o Camarotti, certo?

Que tipo de operador que ele era?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Operador. Eu quero saber o que um operador faz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Por exemplo, eu acabei de dar o exemplo dessa obra de Ubatuba, da travessia urbana; acabei de dar o exemplo da obra do Rodoanel. Talvez a palavra tenha sido um pouco forte, talvez, mas foi a expressão que eu encontrei na oportunidade da entrevista para mostrar que ele intensificava com veemência as suas palavras, principalmente quando ele queria, tinha alguma obra de interesse da Delta.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, desculpe, eu não entendi. Operador aqui... Esse é papel de um Deputado, de um Parlamentar ser operador de uma empresa junto a uma autarquia? Operador? O que significa esse operador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com certeza não. Com certeza não é papel nem de um Deputado nem de um Senador ou de todo e qualquer parlamentar.

Mas, por ocasião das visitas que ele fazia especificamente com relação a algumas obras, ele intensificava com veemência que ele queria ver aquilo resolvido, que ele queria que aquela obra se acelerasse, que fosse lançado imediatamente a licitação, que se fizesse a contratação, enfim.

Mas tem outros assuntos...

Eu gostaria que o senhor reforçasse outros assuntos fora esse.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, vamos voltar aqui. Que demandas fazia o senhor... com a sua administração o senhor já disse, o Rodoanel de Ubatuba. Quais obras e contratos ele agia em defesa da Delta, o senhor já fez referência.

O senhor recebia pressões e reclamações de outras fontes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do dia da entrevista na *Veja*, *IstoÉ*, dessa entrevista a *O Camarote* até hoje, o senhor foi procurado por alguém do Governo para o senhor mudar o seu depoimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não foi procurado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Que providência o senhor tomou com relação a essas pressões que o senhor recebeu desse Deputado e de outros Deputados?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, eu tinha confiança, Senador, na tarefa que eu desempenhava. Eu tinha confiança nos meus pares. Sabia exatamente as normas e os procedimentos. E procurava cumprir as normas e procedimentos religiosamente.

Identificada uma irregularidade, nós nunca passamos a mão em quem deu causa.

Como Diretor-Geral e também como membro da diretoria colegiada, os assuntos de superfaturamento e irregularidades, esses assuntos inerentes à malversação de obras e serviços no DNIT sempre eram trazidos para discussão.

Temos algumas instruções normativas novas para fazer, precisamos regulamentar ou implementar, precisamos fazer mais alguma ação junto à CGU ou TCU, precisamos aperfeiçoar o modelo de gestão? Quer dizer, o que nos cabia na direção geral, o que nos cabia na diretoria colegiada... Eu quero até dizer o seguinte: se eu não cumpri a tempo e a hora o meu papel de gestor, eu quero ser apenado, para acabar com essa situação, para acabar com essa discussão.

Agora, eu tenho certeza, eu tenho convicção de que nós fomos atrás da melhor gestão possível. E mais: quando nós detectamos uma série de atos e fatos que desabonavam a nossa administração, nós colocamos o Corregedor-Geral com instruções normativas específicas, andando pelo Brasil todo, pelas superintendências, convocando engenheiros, convocando engenheiros de obra, convocando superintendentes, explicando metodologias e, principalmente, demonstrando o que tinha que ser feito para acertar, para não errar.

Cheguei, em 2009, a fazer uma reunião no auditório do Ministério dos Transportes para a qual convoquei todos os superintendentes e chefes de engenharia, coordenadores e diretores. Essa reunião foi gravada. Nessa reunião, nós apontamos os problemas que o DNIT estava tendo com relação a medições inadequadas, a superfaturamento, à corrupção, todos os problemas. E também explicamos quais seriam os procedimentos dali para frente.

Esse vídeo foi passado em todas as superintendências, com as equipes de engenharia, para que não restasse dúvida do que nós precisávamos, em termos de instruções, em termos de se cumprir o que estava sendo executado. E tudo isso sempre informando aos órgãos de controle.

Um detalhe: não é... Nós temos uma série de processos que nós respondemos ao TCU. Eu particularmente tenho um rol de processos que eu respondo ao TCU. Desse rol de processos, 16 já foram extintos, certo? Mas há um número de mais de 80 processos que estão ainda em fase de julgamento.

Condenado eu não fui a nenhum processo. Em mais de 60 desses 80 processos, eu só respondo porque eu era gestor do DNIT.

Existe uma norma específica no TCU, essa norma específica faz com que exista uma cadeia de responsabilidade, desde o engenheiro da obra, passando pelo engenheiro-chefe, passando pelo gerenciamento do projeto, pelo gerenciamento do acompanhamento de obra, da coordenação, da superintendência, da diretoria, certo? E lá no topo da cadeira está o gestor. Então, em mais de 60 processos que eu estou citado, eu estou citado por ser diretor do DNIT. Em todos, vou ter que apresentar minha defesa. Em todos. Certo?

E volto a frisar o detalhe: se eu tomar conhecimento, se ao saber do fato a tempo e a hora eu não tomei providência, aí eu quero ser apenado. Certo?

Agora, o DNIT é imenso, quantidade extraordinária de obras em execução, uma quantidade muito pequena de engenheiros para tocar o DNIT, principalmente engenheiro de fiscalização. Nós nos socorría-

mos nas gerências de fiscalização, que normalmente são terceirizadas. E tudo isso ao longo do tempo, ao longo dessa execução gigantesca.

Se o senhor olhar... Não estou dizendo... Qualquer centavo desperdiçado é dinheiro desperdiçado; qualquer evasão do Erário é obviamente deve ter sua apuração e sua responsabilidade. Mas, se o senhor analisar dos R$26,7 bilhões de obras pagas o quanto nós temos de irregularidade em termos de número, em termos numéricos, é muito pequeno perto desse valor executado.

Quero voltar a salientar: qualquer valor deve ser apurado e investigado. Mas, no montante de pagamentos de R$26,7 bilhões que nós pagamos, quer dizer, o valor que consta como desvio, como superfaturamento é bastante pequeno em relação ao montante de obras que nós executamos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Presidente, pela ordem. Eu fiz as minhas perguntas no tempo aprazado de dez minutos, mas penso que o Sr. Pagot tenha se esquecido de responder quatro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª faça as quatro de forma objetiva, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – De forma objetiva, como eu fiz.

Dentre esses contratos cuja irregularidade o Tribunal de Contas analisou, 98 foram da Delta. Por que essa coincidência em relação à Delta?

A outra pergunta, de forma objetiva: por que ele foi mandado embora? Em um dos três caminhos que eu aqui trouxe.

A terceira pergunta: se ele fosse o barnabé, o josé da silva, o comandante do almoxarifado do DNIT, se ele teria sido procurado pelo tesoureiro da campanha. Essa é a pergunta.

E se as empresas que ele citou, as empreiteiras tinham empenhos efetuados sem pagamento ou liquidados em relação à autarquia.

Essas são as quatro perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Sª.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, respondendo a questão do barnabé. Com certeza, o José de Filippi não teria procurado o barnabé. Só procurou o Pagot porque era o Diretor-Geral do DNIT.

Segundo, se as empresas procuradas tinham empenho do pagamento: com certeza tinham empenho de pagamentos.

Mas quero salientar que nada foi vinculado. Nada foi vinculado. Pode ser investigado, pode ser chamado o nome dos donos das empresas, os procuradores. Absolutamente nada foi vinculado. Eu pedi porque acreditava que poderia pedir, que poderia contribuir para a continuidade do Governo. Eu pedi porque achei que não estaria cometendo nenhuma ilegalidade, nenhuma ilegalidade e, no caso específico, não foi estabelecido nem um percentual, tanto que, se você pegar – desculpe –, se o senhor pegar na lista do TSE uma análise, pega a empresa... Por exemplo, uma empresa que está citada lá, Ferreira Guedes. Olha o montante de obras que ela tem e olha o montante que ela doou. Você vai verificar que não tem nenhuma correlação com relação... nenhuma correlação com porcentagem. E pode pegar de todas as outras. Cada um fez a doação que achou que era conveniente e que era necessário.

Com relação aos 98 contratos da Delta apontados com problemas, a Delta, principalmente na questão de obras de manutenção rodoviária, é a maior empresa – desculpe – é a empresa que detém o maior número de contratos no DNIT de manutenção rodoviária, não de implantação, nem de duplicação, enfim, nem de construção de rodovias. Mas, especificamente sobre a área de contratos de manutenção rodoviária, ela é a empresa que detém o maior número de contratos. Em um determinado momento, houve algumas novas orientações da CGU e do TCU a respeito de manutenção rodoviária que atingiram praticamente todos os contratos do DNIT, e tivemos que fazer um pente-fino.

Não quer dizer, Senador, porque está indiciado em irregularidade, que já é culpado daquilo. Ao longo do processo, o que a gente nota? Muitas vezes a defesa que é feita extingue aquele feito; outras vezes, não. Não extingue o feito, e a empresa, obviamente, não pode executar o contrato com aquele valor que estava executando. Então, tem uma certa complexidade principalmente para o tamanho das obras que se executam em todo Brasil.

O ideal é que esse sistema, Senador, não prevaleça. Esse sistema de execução de obras, o ideal é que ele não prevaleça. É que busquemos um novo modelo principalmente nas concessões rodoviárias, estabelecendo um valor, um determinado parâmetro por quilômetro executado que seja... e que toda essa equipe do DNIT que hoje faz projetos, que elabora todos os contratos se destine basicamente para a fiscalização do que está sendo executado. Com certeza, vamos ter obras de melhor qualidade, por menor preço e com uma fiscalização muito melhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Faltou uma. Faltou a resposta um.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, desculpe.

Primeiro, não sou corrupto. Segundo, não sou incompetente. Não sou nem corrupto nem incompetente. Posso não conseguir fazer todas as tarefas que me confiam. Posso ter minhas limitações. Mas, com

certeza, no rol dos incompetentes, não estou. Terceiro, se eu sei por que fui mandado embora, é isso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Até hoje estou me perguntando. Até hoje estou me perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., o senhor já respondeu.

Com a palavra, para usar os seus dez minutos, o Deputado Federal por Minas Gerais Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Luiz Pagot, quero inicialmente dizer que todos aguardamos, sim, a sua vinda, sempre na expectativa de colhermos, de fato, mais informações que nos levassem ao objetivo desta CPI, que é contribuir para melhorar o nosso País. Acho que V. Sª tem aqui essa oportunidade não apenas de se defender de dúvidas que tenham ficado quanto a vossa pessoa, embora aqui esteja como testemunha e não como investigado. É claro que, ao ser demitido e ser demitido e a imprensa nacional toda... V. Sª já destacou aqui várias vezes e a gente compreende essa posição de dizer que viveu momentos talvez os piores de sua vida, momentos de amargura, de angústia; sentiu-se abandonado, injustiçado, por não ter tido oportunidade de se defender. Então, além de se defender, V. Sª tem...

(Soa a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

Realmente acho que, talvez pelo cansaço de alguns colegas, às vezes não percebem que precisamos ainda aproveitar a presença do Sr. Luiz Pagot, até para que a gente possa insistir nesta oportunidade de ajudar a melhorar o nosso País. O senhor, que dirigiu um dos maiores orçamentos da União, ouviu aqui diversas colocações que vão desde a manifestação do Deputado Alvaro dias, que traz aqui um problema extremamente grave, e depois foi lembrado aqui pelo Senador Pedro Taques questões que envolvem conluio de empreiteiras, sorteios ou vendas de contratos de futuro. O Senador Alvaro Dias falou no passado, citou os locais em que as grandes empresas deste País se reúnem regados a uísque 16 anos, para fazer o sorteio de quem vai ficar com a obra a b c e d, e se revezam, cobrindo umas às outras. Eu diria que, nessa linha de raciocínio, poderíamos dizer que fazem isso, e não fizeram. Portanto, não estou associando ao senhor, não. É preciso que haja uma reflexão sobre como o País anda, como as coisas estão no Brasil.

A Lei 8.666, que, em princípio, estabelece a premissa de uma concorrência transparente acaba virando um instrumento de conluios, conchavos. E, obviamente, o resultado que se tem disso é licitação de carta marcada com superfaturamento, num primeiro momento; e, num segundo momento, o Senador Pedro Taques lembrou aqui, as dezenas de contratos denunciados pelo TCU como contratos em que se depara com ilícitos, a medição fraudulenta. São duas maneiras de roubar o dinheiro do povo: superfaturamento e medição fraudulenta. Depois, vem o dinheiro da campanha. Depois vem o dinheiro do caixa 2; depois vem o dinheiro dos laranjas. Ou alguém tem a ilusão de que estamos num país em que as empreiteiras são grandes idealistas. É claro que o senhor sabe que, ao procurar as diversas empresas, o senhor não estava fazendo ali uma peregrinação ideológica. Salta aos olhos! É revoltante! Pior do que revoltante, é repugnante. Um País mergulhado na corrupção.

Então, é uma oportunidade que o senhor tem para nos ajudar a achar uma luz para que a gente possa, a partir desta CPMI, além de buscar punir culpados, buscar estabelecer uma legislação decente e mecanismos de controle decentes. Não só a legislação. Você muda quantas vezes for o processo licitatório. Mas, se não houver mecanismos de controle decentes, você vai ter superfaturamento, medição fraudulenta.

Quero fazer uma pergunta objetiva ao senhor, porque eu quero, com esse meu preâmbulo, deixar claro que não estou aqui para inquiri-lo numa condição acusatória, não. Sinto que estamos em um contexto ruim e precisa ser melhorado. Aliás, não tenho dúvida de que o senhor pode perfeitamente ter sido, sim, uma vítima. Vamos tirar aquela história do boi de piranha. Tem até a música, o cancioneiro brasileiro, o sertanejo, que eu gosto tanto. Cita isso. Joga alguém ali e distrai, e passa o resto. Então, na verdade, nós já vivemos outros episódios aqui, em que cai alguém, mas continuam as coisas erradas.

Eu quero saber do senhor o seguinte: o senhor fez aqui uma defesa clara desde o início... Aliás, eu assisti ao depoimento do senhor quando nós o recebemos na Câmara no ano passado. O senhor está tranquilo, seguro, fazendo a defesa do seu comportamento como diretor do DNIT. Aliás, o senhor falou alguma coisa no início que quero só recapitular. O senhor lembrou que o conselho de administração do DNIT é o órgão superior. Certo? O senhor disse que é ele inclusive que exerce a administração superior do DNIT e, com isso, estabelece os parâmetros de trabalho e de investimentos no DNIT. Não é verdade? A concordância do senhor é fundamental para este raciocínio. Esse conselho administrativo do DNIT caiu junto com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, não caiu. Não mudou nada, praticamente nada. Inclusive, o presidente é o mesmo.

Eu não estou aqui fazendo acusações contra ele. Mas é uma indagação que o País tem que fazer, porque se passou para o Brasil inteiro que ali se fez uma faxina. E aí, com todo o respeito ao senhor, mas a angústia do senhor é porque, quando se fala em faxina, é limpar alguma coisa: o senhor é que estava sujando o DNIT, com uma história de tantos anos, e vem aqui de maneira altiva fazer o seu depoimento e contribuir. E a mudança que tinha que se fazer? Que mudança é essa?

Então, são essas as reflexões necessárias.

O senhor, com a experiência que tem – e aí apelo até para a figura do homem técnico, o engenheiro que conhece obras –, o senhor sente – e não estou fazendo uma referência ao DNIT, vale para Município, Estado, União, indiferente de partido – que os processos licitatórios, os processos de contratação no Brasil que envolvem o dinheiro do povo brasileiro, orçamento do povo brasileiro, estão a requerer uma revisão nos seus mecanismos? De maneira objetiva, o senhor sente que isso precisa mudar? É uma pergunta objetiva, para o senhor me responder com meia dúzia de palavra. Precisa mudar ou, do jeito que está, está bom? Essa pergunta eu gostaria que o senhor guardasse para me responder.

Outra questão: para mim, em que pese eu continuar tendo pelo senhor um respeito muito grande, eu acho que o senhor traduz um pouco esse descaminho que o Brasil vive na relação entre o público e o privado, essa relação nojenta; e o senhor, no meu entendimento, acabou indo para o lugar comum de alguns gestores públicos que entendem que a estrutura pública pode servir a a ou b. Digo isso porque o senhor, ao dizer que não atendeu Ideli, Hélio Costa – possivelmente deve ter havido outros –, mas que atendeu o Filippi, que o senhor não só o atendeu como apresentou uma lista de empresas e o senhor, depois, buscou contatar com esses empresários e teve êxito, a ponto de alguns lhe mostrarem que depositou para a campanha... E o senhor fez a justificativa, dizendo: "Olha, eu acreditei que não estava cometendo". Eu não vou questionar, respeito o seu direito de fazer suas escolhas, mas isso retrata o Brasil que estamos vivendo.

É claro que isso não é justo, não é correto. Um órgão que gera bilhões de dinheiro ao País, com quem está no comando... E o senhor respondeu ao Senador Pedro Taques que, se fosse um reles funcionário que cuidasse do elevador ou qualquer outra coisa, jamais seria procurado. O senhor foi procurado, não foi o Luiz Pagot, foi o Presidente do DNIT, o gestor de um dos maiores orçamentos da União. É claro que o senhor não condicionou, e eu não coloco em dúvida isso aqui, de que não pagaria os empenhos se não contribuísse; mas, no mínimo, esse fornecedor viveu essa apreensão para refletir se doaria ou não doaria e quanto doaria, porque, afinal de contas, ele estava diante de uma solicitação que não estava sendo feita por um barnabé qualquer. Estava sendo feita pelo, talvez, maior devedor da empresa dele. Então, esse tipo de coisa não pode continuar no Brasil. Isso tem que ser revisto.

Seguramente o senhor não iria fazê-lo para, na ocasião, os candidatos ou os coordenadores financeiros da campanha do José Serra, da Marina Silva e dos demais candidatos, que ali disputavam legitimamente também espaços para dirigir a República.

Então, essas são as questões.

Eu creio que outros Deputados podem ter ido lá. O senhor citou inclusive um Senador do meu Estado que não havia sido mencionado aqui, e que acho que precisa ser ouvido, como a Ideli, assim como entendo que devemos chamar o de Filippi novamente, para colocar as coisas em pratos limpos; como vamos ouvir o Paulo.

Bom, outros Estados, algum Deputado do Mato Grosso do Sul de forma insistente o procurou? Para que nós tivéssemos também uma posição do senhor. Claro que eu não teria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É, do Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria, por fim, de perguntar ao senhor o seguinte: a Delta Engenharia... Até então o senhor não tinha ideia das empresas fantasmas, das laranjas. Possivelmente a Delta apresentou, dentro do seu conjunto de prestação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos, conclua, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou concluindo, Presidente.

... ao DNIT. Porque ela depositou, nós já chegamos a mais de 400 milhões, Dr. Luiz Pagot, mais de 400 milhões na conta de empresas fantasmas. A Delta maior prestadora de serviços do PAC.

Então, essa empresa que se envolveu com o crime dessa forma não foi investigada pela Polícia Federal, não foi pelo Ministério Público, e o DNIT não tinha conhecimento disso.

Então, nós, e aí eu me dirijo ao Relator, não podemos nos omitir. Nós temos que aprofundar a investigação nessas empresas laranjas. Nós precisamos buscar as respostas de que o povo precisa.

Então, deixo apenas essas perguntas. O processo licitatório no Brasil deve, de fato, se modificar? O senhor recebeu pressão de outros Deputados, Senadores, de quem quer que seja – não me importa

o partido? Quem está envolvido deve responder por seus atos irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Com a palavra V. Sª, o Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, vou lhe confessar – e obviamente ao Plenário – que depois que fiz, que depois que cometi o ato de procurar as empresas fiquei extremamente aborrecido comigo mesmo. No momento me comprometi. Procurei as empresas, as empresas fizeram a sua doação da maneira que quiseram fazer, mas percebi o tamanho da bobagem que estava fazendo. Certo? Embora queira reforçar que acredito que não cometi nenhuma ilegalidade, se o senhor olhar pelo aspecto da ética, não foi ético. Certo?

Com relação à questão dos processos licitatórios, acredito também que nós podemos ter um ganho para o Brasil se alterarmos completamente a contratação de obras de infraestrutura em todo o Brasil, seja rodoviária, ferroviária, aquaviária, seja um aeroporto. Quer dizer, nós temos de buscar esse novo modelo. Não é mais possível continuarmos trabalhando com esse sistema referencial de preços unitários que geram uma burocracia extraordinária, com muitas pessoas trabalhando com planilhas, com medições, com verificação disso. Quer dizer, atrasam a execução de obras, não contribuem para a melhor qualidade das obras. Isso precisa ser revisto definitivamente. O modelo de concessões me parece extraordinário para isso se estabelecer parâmetros em cima dos parâmetros. Toda essa equipe que hoje fica fazendo essa gestão das planilhas pode se concentrar já na fiscalização dos quilômetros executados, das obras executadas dentro do parâmetro contratado. A consequência é que nós, imediatamente, teríamos um resultado melhor com um custo menor, com uma melhor eficiência fazendo com que praticamente uma grande parte de todo esse relatório de irregularidades desaparecesse. Então, esse item é importante para ser repensado. Conversando, muitas vezes, com diretores de federações, conversando com diretores de associações, conversando até com membros da Comissão de Infraestrutura do Senado, com a Comissão de Transporte da Câmara, por várias vezes, sugeri que fosse feito um grande evento para se esmiuçar isso, para se formular uma nova política pública com relação a contratações de obras no Brasil.

Medições fraudulentas. Nesses relatórios... Existem vários relatórios que tratam desse assunto de medições fraudulentas. Sempre que se chegou ao final de um procedimento e o procedimento não estava correto, os famosos PADs foram abertos no DNIT. Uma vez concluídos foram encaminhados para a CGU, que abriu seus inquéritos, seus processos, que os encaminhou para o Ministério Público e assim por diante.

A questão do superfaturamento eu reforço, não é da boa engenharia, Deputado Macris. "Ah, mas acontece." Em nem todos os processos que estão indicados superfaturamento... Eu quero de novo dizer, eu não estou dizendo que não tenha nenhum processo nem vou quantificar a quantidade de processos em que há superfaturamento, mas muitos processos desses, que estão com indícios de irregularidades e estão mencionados como superfaturamento, eu quero lhe assegurar que, depois da defesa, isso some, desaparece, os engenheiros provam que não tem superfaturamento naquela obra. Isso significa que os auditores do TCU não são infalíveis, são bons auditores, mas também não sabem tudo, sabem parcialmente e, muitas vezes, é preciso avaliar corretamente a obra, a região que está sendo feita a obra.

Quando eu faço a defesa, eu faço a defesa genérica do DNIT, a defesa das instruções normativas, das normas que preconizamos, do tempo todo que passamos a coibir, a dar instrumentos para que as pessoas não cedessem, não cometessem um malfeito, andassem na boa conduta. Esse foi sempre o nosso norte. Esse foi sempre o nosso objetivo. Por isso que eu disse, toda a vez que alguém deu causa, nós não passamos a mão, independente de quem fosse. Muitas vezes até me surpreendi com algumas pessoas que foram envolvidas nesse processo, porque eu os tinha como bons funcionários, como bons gestores e, de uma hora para a outra, caíram na esparrela e foram alcançados pela rede de controle, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Isso para todo o DNIT causa um dissabor muito grande, até porque nós temos no DNIT funcionários abnegados, que não se sujeitam de maneira nenhuma a essas regras escusas e que querem, sim, o melhor da Nação brasileira.

O conluio, que o senhor citou logo no começo, que permite a 8.666, eu diria que a Lei em si não permite o conluio, a Lei é até bastante rigorosa, mas o que fizemos para tentar que esse conluio não existisse? Primeiro, debatemos a situação com o órgão de controle maior, o próprio Tribunal de Contas. Eu talvez esteja sendo repetitivo ao dizer que nós implementamos o edital padrão, esse edital padrão já traz nele a metodologia para se evitar isso. Segundo, começamos a discutir o que poderíamos fazer com relação às obras. Reduzimos os lotes, o tamanho dos lotes a serem licitados, para permitir que mais empresas entrassem, certo?, e mesmo que empresas não associadas a determinadas associações e sindicatos participassem do processo. E mais, permitimos que

nesses lotes houve ainda o consórcio, de maneira que pequenas empresas associadas, médias e pequenas, pequenas e grandes pudessem participar do processo licitatório, abrir o leque das empresas e fazer com que se pudesse fugir desse controle, digamos assim, dessas que se reúnem para dividir.

O TCU agiu energicamente na questão da pontuação dada a cada atestado que as empresas pudessem apresentar, exigiu a substituição de metodologias. Não, para você fazer uma obra de cem quilômetros tem que ter um atestado de mil quilômetros, praticamente isso foi reduzido. Se você já fez uma obra de cem quilômetros, você pode ter um atestado.

Agora, nós sugerimos, e não foi para a frente, o cadastro das empresas, o mesmo modelo que hoje é praticado na Caixa Econômica Federal. As empresas gericadas, você só pode fazer obras na Caixa Econômica Federal se você está no Geric, está registrado, está cadastrado, teu cadastro está aprovado. E aí você tem um tamanho como a pessoa jurídica tem e a pessoa física. O senhor vai pegar um empréstimo não vão lhe dar qualquer dinheiro. Bom, qual é o seu capital? Qual é o seu salário? Qual é o seu rendimento? Em cima disso, pode ser feito um empréstimo.

A mesma coisa para as empresas. Hoje, se o senhor é de dentro do DNIT, existem empresas que estão executando obras, por exemplo diversas obras, que não têm cadastro para fazer aquelas diversas obras, mas têm atestado, certo? E isso faz com que haja uma morosidade, uma lentidão, e as obras não avancem. Então, há o cadastro das empresas para a execução de obras públicas, certo?

E eu vejo o seguinte, aí tem aquele velho ditado: há males que vêm para bem, certo? Embora o mal que me acometeu, né?, o mal que me prejudicou, né?, isso eu que sinto. Mas há males que vêm para bem. O próprio RDC, que está na praça aí, é uma dessas elucubrações pós-defenestração do DNIT. Por que não foi feito antes, se tinha tantas sugestões para que se fizesse? Mas agora tem o RDC na praça.

Eu penso que está em tempo ainda – os senhores têm todo um semestre para discutir isso – de se chamar a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Transporte, e fazer talvez até uma comissão mista, para se discutir exatamente isto: a contratação de obras públicas. E tenho certeza de que as próprias federações, os próprios sindicatos, as próprias associações estão doidas para apresentar sugestões que representem que menos burocracia, pode representar até mais fiscalização, mas que represente uma execução mais tranquila das obras, mais tranquila das obras.

Você, através de uma concessão, pode fazer aperfeiçoamentos; pode reduzir seus custos e pode até dar uma solução de melhor resultado que a própria solução apresentada pelo órgão, do que a própria solução apresentada pelo órgão.

Espero ter atendido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há uma última pergunta que ficou sem responder, Sr. Presidente. O senhor trouxe, inclusive, novos nomes aqui de pessoas que o procuraram. Se o senhor se lembra de outras lideranças políticas que o procuraram para pedir que o ajudasse na captação de recursos para a campanha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito é o queridíssimo e competente Deputado, pelo PMDB/DF, Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares e Srªs Parlamentares, eu sigo na linha do nosso colega Deputado Domingos Sávio.

Eu gostaria hoje, Dr. Luiz Antônio Pagot, que o senhor desse a sua contribuição para o Brasil. Dentro dessa linha, como gratificação, o senhor salva a sua biografia. Um homem de formação na Universidade do Paraná, depois com grandes cursos na Fundação Getúlio Vargas, um currículo de serviços prestados ao Governo do Mato Grosso, como Secretário de Infraestrutura, Chefe da Casa Civil, Diretor-Geral do DNIT, além de vários serviços na iniciativa privada, tem muito, com certeza, a contribuir depois de tudo que aconteceu.

Quando de repente o senhor tem tesoureiros de campanha batendo à sua porta, quando o senhor tem quadrilhas organizadas trabalhando a sua queda, eu vejo com muita preocupação, até por ser Presidente da Frente Parlamentar Mista de Gestão Pública, o modelo de gestão adotado no País e o modelo de arrecadação de campanhas adotado no País.

A pergunta que tenho feito, em várias palestras pelo Brasil afora, é: da forma como está, quem gostaria de ser ordenador de despesa hoje neste País? Com certeza, muito poucos estariam disponíveis a ser. O senhor foi e passou por tudo isso. E como o senhor mesmo disse, foi defenestrado do cargo à que se dedicava 15 horas por dia, praticamente sete dias por semana.

Anterior ao seu depoimento na Comissão de Infraestrutura no Senado, em 12/07/2011, as mesmas notícias que nós encontramos nos jornais e nas revistas nesses últimos meses, diziam que o senhor lá iria para falar muito, para dizer tudo, para lavar realmente a sua biografia e até melhorar, com a legislação, o País que hoje todos nós defendemos. Mas, engraçado, naquele momento parece que também não houve nada de novidade como não está havendo aqui hoje. E antes dessa data, houve inclusive uma ligação entre o Se-

nador Demóstenes e o Sr. Cláudio Abreu, conforme o Inquérito nº 3.430, na página 1.251, onde se afirma, eles afirmam, que contataram uma pessoa chamada Acácio, o qual conversou com elas e V. Sª já teria dito que nada falaria. E, por incrível que pareça, realmente nada se falou naquele momento.

A nossa dúvida também começa quando o Relator fez as perguntas sobre as pessoas que o senhor teria contatado no pedido de doação de campanha. O senhor disse que não passariam de seis pessoas. Quando o Deputado Rubens Bueno leu uma lista que tinha quinze nomes o senhor disse: "É, foram a esses aí que eu fiz o pedido". Novamente questionado pelo Relator, o senhor disse: "Não, não fui eu que fiz o pedido, eu passei os nomes". Novamente, questionado pelo Senador Pedro Taques, o senhor confirmou que realmente foi o senhor que fez o pedido, que falou com essas empresas para que fizesse as respectivas doações, que assim o fizeram.

Isso tudo demonstra, primeiro, que nós precisamos mudar a legislação tanto de campanhas, de arrecadação de campanhas, como modelo de gestão adotado para ordenador de despesa. É impossível continuar dessa forma, e o brasileiro que está em casa e que nos assiste ou que espera um resultado da CPMI ou que espera um resultado do seu depoimento aqui hoje, já que muitos aqui se ausentaram de falar, se omitiram de falar, dentro de um princípio que foi bem definido pela Procuradora que aqui depôs, da máfia combinada, eu fico preocupado cada vez mais com esse modelo adotado.

E ainda gostaria de saber o nome, por exemplo, do seu amigo, no restaurante O Francisco, que lhe falou que estava acontecendo aquela situação toda em São Paulo sobre a qual a jornalista ou o jornalista que o entrevistou botou essas palavras na sua boca, que não foi o senhor que as disse, foi a conversa de boteco da noite, mas que é importante. Essa pessoa poderia saber algumas coisas a mais. E aí também eu gostaria de fazer a convocação dessa pessoa.

Da mesma forma, eu gostaria de entender quando ocorreu uma ligação no dia 02/07/2011, entre Carlinhos Cachoeira e o Cláudio Abreu, onde eles falam que o Pagot caiu. Caiu o Juquinha, aí... "Ô, mas arrebento tudo, hein! Caiu todo mundo, cara! E o nosso amigo Pagot? E agora como ele vai pagar a gente?". Então, da mesma maneira que me parece eles articulavam a sua queda, parece-me também que eles cobravam alguma coisa, segundo o relato da Polícia Federal, nessa respectiva gravação de 02/07. Eu também pergunto e acho estranho que – com todo o respeito ao seu advogado –, no primeiro momento, em que o Relator apresentava bastantes perguntas, e muito benfeitas, o seu advogado não estivesse ao lado para o assessorar. E, quando nós aqui, Senadores e Deputados integrantes da CPMI, começamos a fazer as perguntas, rapidamente, muito bem assessorado, o senhor pediu ao seu advogado, que o atendeu, para estar junto, por causa das diferenças que ocorreram. E volto a ressaltar: no momento exato de o senhor salvar sua biografia e como bom gestor público – que acredito o senhor deva ser, até pelo tanto que o senhor se posicionou de realização feitas, no DNIT e no Governo de Mato Grosso –, momento em que todos, incluído o Senador Pedro Simon, todos aqueles que leram as diversas matérias esperavam as grandes novidades que o senhor aqui teria para trazer.

São essas as minhas colocações, e gostaria de ouvi-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sobre a questão do advogado, ele estava sentado ali, eu só pedi para ele vir para cá. Então....

Logo depois que eu fui exonerado... Eu fui afastado primeiro, depois fui exonerado. Foi um período em que o noticiário trouxe uma quantidade extraordinária de versões sobre os fatos, do complô, etc. – desculpe: antes do complô. Havia a reportagem, depois vieram os noticiários.

Ao longo do tempo, eu identifiquei, por exemplo, nos jornais e nas revistas, nos *sites*, uma série de reportagens que falavam sobre a minha pessoa que me colocavam em determinados locais em que eu nunca tinha estado, colocavam frases que eu não tinha falado, e, principalmente, alguns Parlamentares do próprio Partido – eu não sou mais do PR, mas do meu ex-Partido, o PR – passaram a divulgar determinadas versões, determinadas situações, colocando-me como "homem-bomba", "fio desencapado", "destruidor da República" e por aí afora. Mas são falácias, são inverdades, são fatos que não são fatos concretos, especulações mesquinhas, e assim por diante.

Sobre o que eu falei, eu falei e reafirmo. O senhor citou a reportagem da *ISTOÉ*. O que tem na entrevista da *ISTOÉ* não é toda a verdade que eu falei: é a meia verdade, porque a ressalva que eu fiz com relação ao fato não foi colocada. Então, se isso é comum no dia a dia da Imprensa, isso distorce, não contribui, causa uma celeuma e não espelha a verdade. E não espelha a verdade.

Sobre o caso que o senhor citou do Acácio, de novo, eu já respondi, mas respondo de novo. O Acácio não me procurou. Só tive conhecimento recentemente dessa fala porque alguém me falou, a imprensa escreveu, certo? Mas de maneira nenhuma me procurou para qualquer observação a respeito da minha atuação.

Com relação a minha vinda aqui na CPMI, eu, sem sombra de dúvida, precisava defender a minha gestão; sem sombra de dúvida. E também no que eu puder fazer para esclarecer os fatos com relação à Delta, com relação a Cachoeira, tudo o que eu puder fazer, estou disposto a contribuir, seja contribuir na CPMI, seja contribuir com o Ministério Público Federal, em que instância for.

Até falei logo, nas minhas palavras iniciais, que gostaria, sim, de ter tido a oportunidade de ter uma CPMI do DNIT para poder avaliar a minha gestão, o que me cabia como gestor, o que me cabia como Diretor-Geral do DNIT, o que me cabia na execução das tarefas da diretoria colegiada. Se cumpri ou não essas tarefas, se executei ou não essas tarefas. Então, o duro é quando esses fatos são trazidos à realidade de forma completamente distorcida como muitos fatos que foram citados hoje foram trazidos aos senhores de forma distorcida pela imprensa. Tem muito de verdade? Mas tem muito que não é absolutamente verdade nenhuma. Na medida do possível, Deputado, eu procurei esclarecer todos os fatos.

Se alguma resposta eu não lhe dei e o senhor puder reforçar, eu gostaria de... porque eu não anotei convenientemente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O nome do seu amigo do restaurante que lhe informou o que estava acontecendo no Governo de São Paulo e, também, no primeiro momento que o senhor, quando inquirido pelo Relator, informou que só tinha passado os nomes e que era uma média de seis nomes. Depois virou 15.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não vou revelar o nome do meu amigo. Não vou revelar.

O SR. LUIZ PITMAN (PMDB – DF) – Espere aí, o senhor está sob juramento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não vou revelar o nome do meu amigo, mesmo sob juramento. Não vou revelar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, por favor, registre-se aqui...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pode registrar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... ausência de respostas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pode registrar, porque esse cidadão, com certeza, vai imediatamente perder o emprego, tá?

Segundo, eu acredito, Deputado Luiz Pitiman, ou eu não me expressei direito, ou o senhor não contabilizou direito, mas desde a primeira resposta que eu fiz, e eu vou repetir, já é a quinta vez que eu repito. Eu fui procurado pelo Sr. Luiz Felipe, tesoureiro da campanha. Eu apresentei uma lista que ele não teve nem interesse de ver, era a lista das empresas que faziam obras para o DNIT. Ele me disse que com as dez maiores não me preocupasse porque o comitê já estava tomando providências. E me disse: "Dessas outras, você procure contratar umas 30 ou 40". Eu não falei de meia dúzia. Em todas as respostas que eu disse, eu falei da lista de 30, 40. E eu contratei 30 ou 40. eu não me lembro se foi 30, ou 40, mas ou menos nessa quantidade.

Posteriormente, o Deputado Rubens Bueno apresentou uma lista de algumas empresas. A lista correta é a que está no Tribunal Superior Eleitoral, que pode ser apensada aos autos. Então, a tarefa – digamos assim – que eu cumpri, espontaneamente, de fazer contato às empresas, eu fiz essa tarefa nessa média de 30 a 40 empresas. E, também, não sei exatamente o número que fez as doações. Com certeza, não foram 40 empresas que fizeram doação. Basta ver a lista do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo inscrito é o ilustre Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (PR – MT) – Dr. Pagot, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de vir aqui à CPMI de livre e espontânea vontade e não se esconder com um *habeas corpus*, mas vir contribuir para com a Comissão.

E eu, como mato-grossense, como ex-prefeito, como Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios posso ser testemunha da sua seriedade, do seu caráter, do seu trabalho à frente do Governo do Estado do Mato Grosso, na Secretária de Infraestrutura, na Secretaria da Casa Civil, e também na Secretaria de Educação. Entendo muito das coisas que o senhor colocou aqui, das suas mágoas, das suas decepções, até da questão do seu gesto, que colocou como fosse de forma antiética, de ter procurado algumas empresas para arrecadar, mas entendo isso pela sua empolgação, que acompanhei, pela eleição da candidatura de Dilma Rousseff; e que o senhor foi, nos finais de semana, praticamente um militante ativo, que subia em caminhões, que corria, que pedia porque acreditava – e acredito que ainda acredita – nesse projeto da Presidente Dilma, que foi sua colega – o senhor como presidente do DNIT e ela como Ministra. Então, isso é perfeitamente normal para a gente que é militante e que defende, que trabalha para eleger o seu candidato.

Sobre aquilo que o senhor falou, que se sente só, se sentiu desprezado, pode ter certeza de que o povo do Estado do Mato Grosso reconhece, e reconhece muito, o trabalho que o senhor fez, dos mais de 2.400 km de rodovias asfaltadas, sendo que destas, 1.150 feitos em parcerias com os produtores rurais, que são gratos ao

senhor até hoje. Há poucos dias, estive lá em Sorriso, visitando uma das praças de pedágio administrada pelos produtores. E eles ressaltavam o seu trabalho, o trabalho que o senhor fez na construção de mais de 70 mil casas populares no Estado de Mato Grosso, e também as escolas atrativos, que são um exemplo do Mato Grosso para o Brasil. Então, esse trabalho que o senhor fez jamais será esquecido pelo povo do Estado do Mato Grosso, e a imagem, com certeza, positiva perante o povo do Estado de Mato Grosso.

E já no DNIT, o trabalho que o senhor conseguiu fazer pelo Brasil, mas pelo nosso Estado, as obras da BR-63, que finalmente, em 2014, se tornarão realidade, indo até Santarém; a duplicação da BR-364, que embora, no momento, agora, precisa ter o conhecimento, não está andando como andava antes, mas está em andamento a duplicação do trecho do Posto Gil até a cidade de Rosário Oeste; a retomada da BR-158, que era um sonho dos mato-grossenses, que na sua gestão essas obras foram retomadas; a BR-242; e também a tão sonhada e idealizada pelo senhor, o projeto da ferrovia Uruaçu/Lucas do Rio Verde, e depois a Porto Velho.

Então, o Estado do Mato Grosso e o Brasil são gratos a sua gestão. Eu entendo a sua mágoa, a sua decepção, por ser uma pessoa que trabalhava e trabalha muito, eu conheço o seu poder empreendedor, a sua capacidade de trabalho, de sair do Governo assim de forma tão repentina, mas que tem até algumas versões diferentes das que foram colocadas pelos colegas aqui. De repente, a sua saída foi uma forma de parar um pouco as obras do DNIT, porque o senhor é considerado um "trator", trabalhava muito, e trabalhando muito se executava muito.

Mas, eu vou deixar aqui algumas perguntas.

A primeira: como o senhor avalia os investimentos do DNIT na sua gestão e no atual momento.

A segunda pergunta – pergunto ao senhor, porque foram colocadas aqui muitas questões de vendas de contratos futuros, de licitação –: qual é o procedimento do surgir de uma obra, de projeto, licitação, contrato? Como que é dentro do DNIT todo esse trâmite? Como acontece? Quais são os órgãos e as pessoas envolvidas?

Por fim, se o senhor foi condenado em algum processo de improbidade administrativa, corrupção, peculato etc.?

E reiterando, para finalizar, eu já tenho dito isso, eu acho que, ao final disso tudo, o senhor merece, com certeza, da parte do Governo, da Presidente Dilma um desagravo e um pedido de desculpas é o mínimo que o Governo pode fazer por V. Exª.

E, para encerrar, eu queria só reiterar uma fala do senhor para que a imprensa de Mato Grosso não coloque de forma diferente, aquilo que o senhor falou do nosso Deputado Wellington Fagundes, que ele foi ao seu gabinete várias vezes interceder pelas obras da Serra de São Vicente, que há dez anos é uma obra que acontece. Por coincidência, as obras de São Vicente estavam sendo tocadas pela Delta, mas o Deputado Wellington Fagundes sempre foi – como o senhor disse na sua fala – defender os interesses das obras de São Vicente. Por ser sua base eleitoral Rondonópolis e essa obra ser importante para Rondonópolis e para todo Estado de Mato Grosso, ele foi defender a continuidade das obras, mas não foi defender, no caso, a Delta.

Eram só essas colocações, só essas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, primeiro, se eu estou respondendo a algum processo de peculato. Não, não respondo a nenhum processo de peculato. Segundo, se eu estou condenado em processos de improbidade administrativa. Eu não estou condenado em processo de improbidade administrativa, embora responda a processos de improbidade administrativa, certo? No Mato Grosso... Eu trouxe aqui até para, se for o caso, servir de prova, no Mato Grosso eu executei mais de 600 obras no período em que fui secretário de infraestrutura e, dessas 600 e tantas obras que executei, respondo a dois ou três processos de improbidade administrativa. Aliás, especificamente sobre obra eu respondo a dois: um de um posto da Polícia Rodoviária estadual, que tivemos que desmanchar na Chapada dos Guimarães e reposicioná-lo no entroncamento da estrada que vai da Chapada para Manso e esse posto, infelizmente – e foi uma determinação – nós o inauguramos e não era nem época de campanha, sem estar pronto e isto gerou um processo de improbidade administrativa.

Da mesma maneira, no DNIT, na secretaria de infraestrutura quem toca as obras, se as obras são de habitação, é a Secretaria Adjunta de Administração, se as obras são obras públicas, a Secretaria Adjunta de Obras Públicas, que é o caso específico dessa obra, uma obra pública dentre as tantas que estavam sendo tocadas, essa era uma obra da Secretaria de Obras Públicas. O processo de licitação foi um processo correto, ela foi contratada. O único porém é que essa obra foi inaugurada sem estar pronta, e aí veio toda uma série de questionamentos. Então, respondo a esse processo de improbidade administrativa. No próprio processo de improbidade administrativa, o Ministério Público reconhece que não há superfaturamento, que os preços estão de acordo com o mercado.

O outro é em Sinop, um outro processo de improbidade administrativa da obra de reforma de uma escola em que também há um questionamento com relação ao prazo de execução da obra. E um terceiro – e aí chega a ser até surpreendente o caso em que eu respondo por improbidade administrativa – eu era diretor-geral do DNIT e o cidadão que eu conheço, lá de Primavera do Leste, sem a minha autorização – e era período de campanha e o Governador Sinval Barbosa estava em campanha – marca uma reunião política no final de semana, ou numa sexta-feira, em Primavera do Leste, e essa reunião política ele anuncia no jornal: "A coligação que apoia o governador Sinval Barbosa contará com a presença do diretor-geral do DNIT e convoca todos para uma reunião política". É política partidária, assim por diante e coloca no jornal. Obviamente, o Ministério Público lá entrou com uma ação. Então, essa é uma terceira ação. Quer dizer, o cidadão, sem fazer contato comigo, sem pegar minha autorização, ainda publica ilegalmente no jornal e, obviamente, isso acaba me prejudicando. Mas estou fazendo as defesas nas instâncias em que devem ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Próximo inscrito...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, eu tenho mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ah, desculpe.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com relação ao trâmite das obras, qualquer obra, para ser executada no DNIT, primeiro, tem que estar no Plano Plurianual. Se não estiver no Plano Plurianual, sem chance. Segundo, ela tem que estar na LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na execução anual. Se ela não estiver no Orçamento-Geral da União daquele ano não poderá ser executada.

Depois ela passa por um processo interno; primeiro de avaliação da obra em cima dos levantamentos e pavimentos e em cima dos levantamentos de fluxos. Aí é formado o primeiro processo de licitação, que é o processo de licitação de consultoria de projeto. Posteriormente, com o projeto pronto e aprovado, ela passa por todo o licenciamento ambiental. E aí, uma vez que já tem o orçamento formatado, que ela está prevista para aquele ano e que a execução pode ser iniciada, ela pega dois ramos: ou o ramo das obras do PAC ou o ramo dos demais investimentos, que normalmente são obras que são fruto de emendas parlamentares.

E aqui, Deputado Macris, uma coisa que considero importante e também como contribuição: essas obras de emendas parlamentares – estou me referindo a elas porque o senhor já falou sobre isso –, essas obras de emendas parlamentares deveriam ter a continuidade da execução orçamentária, ou seja, se o parlamentar identificou na sua região uma obra importante, se o governo qualificou aquela obra como importante e autorizou o DNIT a licitar, se a obra foi licitada e contratada, por que não ter continuidade essa obra? O que estou tentando dizer é que nos anos subsequentes essa obra deveria ter orçamento para ser concluída.

Hoje o DNIT deve ter mais de 50 obras – eu não sei quantas – que se iniciaram por emendas parlamentares, por demais investimentos, e que estão interrompidas. Tem viaduto com uma parte feita, tem viaduto que está pronto, e não tem as cabeceiras prontas, tem determinadas travessias urbanas em que uma ponta está pronta, a outra não está, porque são obras que começaram com emendas parlamentares, e nos anos subsequentes não tiveram recursos orçamentários para ser complementadas.

Então, uma vez passando por esse trâmite, a obra que está com empenho obviamente correto durante o ano pode ser, sim, executada.

Com relação, Senador, a avaliar o que foi a nossa gestão no DNIT e a gestão subsequente, eu diria para o senhor que não dá para ter nível de comparação. Até vou me ater a isso – o senhor me desculpe – porque não tem nível de comparação. Aliás, se o senhor pegar o período anterior e o período posterior – pode somar os dois – não tem nível de comparação. Foi um momento ímpar na aplicação de recursos da infraestrutura nacional.

Eu fiquei 44 meses no DNIT. Se o senhor tirar normalmente aqueles quatro meses em que a gente não pode fazer nada porque ainda não está aberto o orçamento, se o senhor tirar os três meses de férias, três vezes quatro, doze, mais três dezesseis. O senhor pega 44 menos 16 e vai ver que nós trabalhamos menos de 30 meses. E em menos de 30 meses nós aplicamos R$26,7 bilhões em obras em todo o Brasil. É um tempo ímpar em que todo mundo conseguiu se superar e efetivamente as obras planejadas pelo Presidente Lula estavam acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito... Não vejo aqui o Senador Sérgio Souza, então passo a palavra ao Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, Sr. Luiz Antônio Pagot, queria parabenizar V. Sª pela presença e pela disposição de dar a sua versão, a sua verdade nesta CPMI, porque assistimos a muitos aqui que se negaram a falar, portanto é um mérito de V. Sª estar aqui conversando francamente com esta CPI.

Eu queria dizer que esta CPMI ainda tem muito a descobrir. Lembro que o noticiário de hoje traz – *Folha*

de S.Paulo – o irmão do Governador Perillo orientando o Cachoeira, na antevéspera da Operação Monte Carlo, para uma licitação de R$21 milhões lá em Goiás. Para se ter uma ideia de como era e, segundo os procuradores, era e é poderosa essa organização criminosa.

Em segundo lugar, eu ouvi aqui, com muita atenção, as ponderações de alguns Srs. Deputados e Senadores sobre a importância da mudança da Lei de Licitações, e acho que têm razão. Mas o mais importante, na minha opinião, e talvez nós nos recusemos ou pelo menos a maior parte se recusa a observar que ou nós fazemos a reforma política ou nós continuaremos a discutir, como estamos a discutir há tantos anos, questões como essas que apareceram aqui hoje. Ou nós conseguimos fazer o financiamento público de campanha ou vamos assistir ao que estamos assistindo aqui hoje e que já assistimos em sucessivos acontecimentos políticos nos últimos muitos anos. Não cabe nem nominar.

E passo agora às perguntas ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

Primeiro, uma série de três.

Quais as razões que levaram o Sr. Carlos Cachoeira, chefe da máfia, como disseram aqui os Procuradores, chefe da organização criminosa que nós já conhecemos relativamente bem, a se dedicar à sua queda?

Segundo: quais as razões que levaram a revista *Veja* e, de modo particular, o jornalista Policarpo Júnior a se dedicarem de modo tão intenso à sua queda?

E, por fim, neste primeiro bloco de perguntas, assalta-me uma curiosidade: enfrentando a acusação de favorecer a Delta, porque a Delta teria se empenhado tanto em sua queda? É um mistério que eu gostaria de ver desvendado.

Um segundo bloco de questões que eu dirigiria a V. Sª diz respeito à entrevista que foi dada à revista *ISTOÉ*. Verdade ou não, eu estou me baseando na revista *ISTOÉ*, lá onde V. Sª diz que foi pressionado pelo Governo José Serra a aprovar aditivos ilegais ao trecho sul do Rodoanel. A obra serviu – está dito – para abastecer o caixa dois da campanha de José Serra à Presidência da República em 2010. E aí aspeia com palavras de V. Sª. "Veio procurador de empreiteira me avisar: 'você tem que se prevenir, tem 8% entrando lá'. Era 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin" – fecha aspas. Palavras de V. Sª.

Ainda em relação à questão... Então, fica essa questão aí já posta.

Ainda em relação à questão das obras do Rodoanel, o senhor disse ter ouvido de um empreiteiro que as empresas que compõem o consórcio teriam abastecido a campanha de Serra em 2010 com 60% dos recursos. Como se deu essa conversa? O senhor poderia detalhar?

Naquilo que o senhor denominou de conversa de botequim, que teria acontecido no restaurante Francisco, o senhor poderia dizer a esta CPMI quem é esse empreiteiro? Não podendo, quando foi essa conversa?

O senhor tem conhecimento de empresas que eventualmente façam parte do consórcio do Rodoanel e doaram para as campanhas do PSDB em 2010? Quais essas empresas, se tiver conhecimento?

O senhor costumava encontrar-se com empreiteiros com frequência e de que maneira?

Onde se deu a conversa entre o senhor e o Paulo Preto em que ele teria lhe pressionado para liberar 264 milhões em aditivos? Como foi a reação dele quando o senhor se recusou?

Como o senhor reagiu ao saber da possibilidade de desvios e recursos das obras do Rodoanel para as campanhas de Serra?

Acrescento apenas, agora a título de ilustração – uma parte já foi falada aqui, creio que pelo Deputado Luiz Pitiman –, as descobertas da Polícia Federal em relação à comemoração que o Sr. Carlinhos Cachoeira e o Sr. Cláudio Abreu fizeram quando de sua queda. Eles dizem da felicidade dele, numa gravação de 2/07/2011, pela sua queda – aí envolvem o Cláudio Abreu, o Demóstenes e o Carlinhos num diálogo. A esse diálogo, o Deputado Luiz Pitiman também se referiu.

Há outro, do dia 27/04/2011, com o Cláudio Abreu perguntando para o Cachoeira: "O que mesmo você falou para o Policarpo? [pra ver como era tudo articulado com o Policarpo]. Aí o Cláudio Abreu diz: "Não, ele está numa fonte meio furada. Eu conheço bem a história e tal". Aí o Carlos Cachoeira diz: "Você me fala, então, depois, porque, por fora, eu posso ajudar demais, plantando em cima dele... [e plantar, em jornalismo, é uma coisa bastante conhecida] igual plantei do Pagot aquela hora". Ou seja, as plantações em relação a V. Sª foram sucessivas, feitas pelo Policarpo, em combinação íntima com o Cachoeira, como está visto numa sucessão de gravações feitas pela Polícia Federal. O Cachoeira diz: "Ele [Policarpo] anotou tudo, viu? Foi uma beleza! Pagot está...". Eu não vou usar a expressão, eu vou dizer um sinônimo: "está destroçado com ele". A expressão é outra.

Depois, um diálogo de 10/05, Cachoeira e Cláudio Abreu de novo. O Carlinhos, o Carlos Cachoeira conta a Cláudio sobre a conversa que teve com Policarpo, da *Veja*, a respeito da reportagem que saiu na revista naquele último final de semana. Estamos falando num diálogo de 10/05. E o Carlinhos, Carlos Cachoeira diz para o Cláudio Abreu, num determinado momento: "Naquela hora, eu estava com o Policarpo.

Antes do almoço, ele me chamou para conversar, fez uma série de perguntas, perguntou se a Delta tinha gravação: 'Defendi vocês pra caramba...[para não dizer a expressão que ele usa]. "Não fala para o Lula, não". Lula não é o... É o Luís Costa Pinto, outro jornalista da *Veja*. O Cláudio Abreu perguntou: "Mas quem chamou?". Aí o Carlos Cachoeira diz: "O Policarpo. Aquela hora em que você ligou, lembra?, que te fiz as perguntas do Pagot. Enfiei tudo na conta do Pagot [a expressão também é outra]. Aquela hora, o Policarpo estava na minha frente, comigo".

Só estou lembrando essas coisas para mostrar o quanto há de envolvimento direto do Sr. Policarpo Júnior e da *Veja*, naturalmente, nas articulações que acabaram por determinar – entre outras coisas, não só isto – a saída de V. Sª.

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sobre a questão do Paulo Souza, vou voltar a narrar todo o episódio. Nós tínhamos uma obra conveniada. O Ministério dos Transportes conveniou com o Governo do Estado de São Paulo o trecho sul do Rodoanel. Como intervenientes, eram o DNIT e a Dersa – eu como Diretor do DNIT e o Paulo como Diretor da Dersa. Depois de conveniada, começamos a avaliar as questões da execução da obra e a obra tinha um preço fechado. Era uma obra que era para ser realizada como empreitada global. Isso nos causava um problema. Tivemos que conversar com o TCU sobre isso, porque a execução de obras pelo DNIT é por índice de preço. Fomos ao TCU.

Lá, engenheiros e técnicos da Dersa, sob a liderança do Paulo Souza, apresentaram para o engenheiro... apresentaram para o André Mendes, que era o secretário da especializada inerente do TCU, e mais para o seu adjunto, que era o André Kresch, que depois até se tornou secretário, e mais outros funcionários do TCU a modalidade que seria. Disseram, na exposição de motivos, que tinham contratado as empresas com uma redução de custos, que essa redução tinha chegado a mais ou menos uns 10%, que as empresas haviam firmado um contrato para concluírem a obra de acordo com o que estava previsto e que não haveria de maneira nenhuma aditivos de contrato e que essa seria, quer dizer, a grande diferença: uma obra para ser produzida com serenidade que ensejaria uma nova metodologia de aplicação de recursos, uma nova metodologia de fiscalização, seria paga por quilômetro implantado... por obra implantada, e que não teria o cálculo do índice de preço.

Ao final de várias reuniões, e até o Ministro José Jorge fez um acordo sobre isso, determinando que tivesse zelo na fiscalização, formamos uma equipe de engenheiros sob o comando do superintendente de São Paulo, e a obra foi executada, os convênios assinados, os recursos transferidos. Quando a obra estava praticamente chegando ao final, veio essa reivindicação que nos foi apresentada, e foi em uma reunião oficial, não teve nada fora do DNIT. Foi em uma reunião oficial que o Paulo e sua equipe nos apresentaram a reivindicação. Questionei imediatamente dizendo que a nossa obra era uma obra de empreitada global e que não admitia esse tipo de valor para ser aditivado. Posteriormente, veio um comunicado que eu precisava me debruçar e estudar um TAC que estava sendo confeccionado no Ministério Público de São Paulo, o próprio TCU, o Governo de São Paulo, Dersa, e que o DNIT era parte integrante desse TAC, que era exatamente o TAC para se aditivar em R$260 milhões a obra. O Paulo fez várias vezes essa reivindicação. Pediu para rever a minha posição. Defendia que essa obra tinha outros custos, mas que aquele era o custo final e que o valor do aditivo era relativamente pequeno no montante global da obra, mas, tendo em vista o que estava no nosso convênio e, principalmente, o que acordamos com o TCU, me via impossibilitado de fazer qualquer movimento no sentido de fazer um aditivo ou até mesmo de assinar o TAC.

Então, nada mais do que isso foi feito pelo Paulo Vieira de Souza. Considero que a atuação dele foi uma ação de um diretor que quer atender aos seus objetivos de execução de obra e a minha foi, em respeito ao que tínhamos conveniado e assinado e que estava publicado inclusive dentro do TCU, que a obra não deveria sofrer qualquer aditamento.

Posteriormente, quer dizer, enquanto tínhamos essas conversas todas, os empresários, os empreiteiros de obra pediam audiência para mim no DNIT para me convencerem de que era necessário se fazer o aditivo, que era importante, que a obra era muito grande, que a obra enfrentou problemas ambientais, que a obra contou com novos acessos, enfim, uma série de... E eu, nessas... Desculpem-me.

Então, nessas avaliações todas que a gente fazia, eu cada vez mais chegava à conclusão de que não devia fazer o aditivo. E, num determinado momento – não lembro exatamente em que dia foi, mas sei quem foi –, uma pessoa que considero íntegra, que trabalha muito bem, que cumpre o seu papel de representante da empreiteira me alertou e falou: "Olha, Pagot, cuidado com esse aditivo, porque esse aditivo é de recursos para campanha política."

Quando narrei esse fato – aliás, narrei uma série de fatos sobre como os Parlamentares eram insistentes comigo, enfim, no manuseio de convênios, na

inter-relação –, quando narrei vários fatos para esse jornalista, especificamente sobre esse assunto do Paulo Vieira de Sousa, eu falei ao final para o jornalista: "Isso é conversa de bêbado, isso é conversa de botequim, isso é uma conversa que não se prova". Ou seja, eu quis demonstrar para ele o tipo, muitas vezes, de pressão que se sofre e que também cabe a nós não aceitar pressões.

Então, estou lhe explicando detalhadamente. Mais que isso, não tenho nada a relatar sobre esse fato.

O senhor perguntou também se eu tinha conhecimento se as empreiteiras tinham feito doações – eu não tenho conhecimento – ou quanto a qualquer outro assunto especificamente sobre o Rodoanel-Trecho Sul.

Com referência a questões do Cachoeira, o senhor demonstrou a dedicação que eles tiveram para me tirar do DNIT, certo? Há vários questionamentos que são feitos exatamente nessa linha: se a Delta era uma empresa que tinha muitas obras no DNIT; se o DNIT estava sendo tocado de maneira pró-ativa; se a quantidade de execução era bem acima da média de qualquer ano de execução. Por que, de repente, prejudicar o Diretor-Geral do DNIT, que estava tocando isso com a sua diretoria, com seus funcionários e causar um... Eu já expliquei isso também aqui. O que me leva a pensar isso são exatamente os dissabores que eu estava causando com algumas atitudes pontuais, como citei o caso da BR-104; da obra da 163, em Serra de São Vicente; da Manilha-Santa Guilhermina; a minha atitude em relação aos procedimentos administrativos e à abertura de inquérito junto com a CGU no caso da BR-116 no Ceará. Quer dizer, todas que atingiam, de alguma forma, a execução da Delta e que estavam remetendo a Delta, aí sim, a uma situação de inidoneidade. Era um fato que era percebido pela própria CGU.

E aqui eu também fiz um parâmetro de corte entre a atuação da Delta até outubro, novembro de 2009 e depois disso, quando passei a perceber que eles passaram a ter mais dificuldade para controlar suas obras e para executar de maneira conveniente que eles faziam anteriormente.

Então, sempre ficou essa interrogação. Mas o fato é que um contraventor mais um agente de uma empresa se uniram a um jornalista que produziu uma matéria que me arrancou do DNIT. As causas devem estar implícitas. Quando a CPMI colocar as suas conclusões, não é, até porque dos vários áudios que o senhor menciona aí e que outros mencionaram eu não tenho qualquer conhecimento e me causam até estranheza. Um dos áudios fala: "Como é que o Pagot vai pagar a conta agora?" Quer dizer, isso é uma verdadeira gozação, certo? Primeiro, porque não devo nada a ninguém, muito menos a eles. Segundo, porque não tenho qualquer tipo de conluio nem com o Sr. Claudio Abreu nem com o Sr. Cachoeira. Então, imagino que nas conclusões da CPMI deve sair essa história como um todo.

O senhor tem mais alguma questão que gostaria que eu frisasse?

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Só saber de V. Sª, embora uma conversa de botequim ou uma conversa da noite, se aquela pessoa que veio prevenir-lo, segundo se diz na *ISTOÉ,* chegou de fato – está aspeado, mas estar aspeado, e eu nunca digo que é verdade também por isso estou lhe perguntando – quando se falam naqueles percentuais, 8% é o global que se retirava para a campanha do Serra; os oito por cento se transformam em cem, com 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin. Chegou a esse nível de detalhamento mesmo considerando a conversa de botequim?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A explicação que ele fez foi exatamente essa.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Foi exatamente essa. Está bom, muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de suspender por alguns instantes os nossos trabalhos, informo que os próximos inscritos serão os eminentes e queridos Deputado do Distrito Federal Ronaldo Fonseca, Glauber Braga, Miro Teixeira. Depois virão os reinscritos, o Líder do Democratas, o Sr. Onix, e depois o Sr. Vanderlei Macris, que promete fazer apenas uma pergunta, segundo palavras textuais ouvidas por esta Presidência. Então, mais três e mais dois: Ronaldo Fonseca, Glauber, Miro, Onix, Macris. Estão encerradas as inscrições. Monocraticamente, esta Presidência decidiu. *(Pausa.)*

(Suspensa às 17 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, Ronaldo Fonseca.

Deputado Ronaldo, com a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da CPI. Cumprimento o Sr. Luiz Antônio Pagot.

Eu não vou fazer pergunta ao Sr. Luiz Antônio Pagot, até porque estou sendo um dos últimos. Eu tinha uma relação de perguntas, mas me dou por satisfeito com as respostas que já foram dadas pelo Sr. Pagot. Eu queria apenas fazer algumas ponderações.

Eu ouvi aqui o Sr. Luiz Pagot dizer que até gostaria que fosse criada uma CPI do DNIT, mas eu confesso que esta CPI já está parecendo a do DNIT, porque as perguntas foram feitas quase que na sua totalidade

sobre a prática de administração do DNIT. E é a terceira vez que eu ouço o Sr. Pagot dando um relatório. A primeira vez foi no Senado, logo depois da sua saída. A segunda vez foi na Câmara, e, agora, a terceira vez. E eu acompanhei as outras duas e vejo que o Sr. Pagot conseguiu, nas duas e nesta terceira vez, dar uma explicação plausível de como o DNIT estava nas suas mãos e conseguiu demonstrar que trabalhou com muita seriedade ali no DNIT.

Entendo que esta CPMI também deu oportunidade de nós conhecermos e a Nação conhecer a trama que foi montada, a trama que foi montada, que é um risco para a democracia. Um risco para a democracia, a trama montada para derrubar a cúpula do Ministério dos Transportes. Aí não é só o Pagot que era o Presidente do DNIT. Aí incluiu-se também o Ministro Alfredo Nascimento, que covardemente foi atacado, covardemente foi atacado por essa gangue, por essa quadrilha que se utilizou de um jornalista.

Aliás, Sr. Presidente, está chegando a hora de nós votarmos o requerimento da vinda do senhor jornalista Policarpo aqui. Até porque eu acho que esta CPMI deve fazer justiça com o Sr. Policarpo também, dar uma oportunidade para ele, porque aqui mesmo, no depoimento de hoje na CPMI, vários de nós já falamos sobre os diálogos que ele tinha com o Sr. Cachoeira. Eu acho que temos que dar oportunidade de o Sr. Policarpo Júnior vir aqui explicar que tipo de relacionamento ele tinha, se era realmente uma fonte de informação, porque o jornalista usa as informações da fonte de informação.

Mas nós temos... Eu já não vou ler novamente os diálogos, mas já foi lido aqui que o Sr. Pagot foi vítima de uma quadrilha, que o Ministro Alfredo Nascimento foi vitima de uma quadrilha, sim, senhores. E isso, para uma democracia, é um perigo. É um perigo isso. É um perigo. Está claro, absolutamente claro. A Polícia Federal conseguiu demonstrar com muita clareza, com as escutas, que o Sr. Policarpo Júnior, que o Sr. Cachoeira e que o Sr. Cláudio Abreu formaram um trio para poder afetar e derrubar a liderança no Ministério dos Transportes. E veja, a reportagem da revista *Veja* não dizia absolutamente nada. Aliás, inclusive nas escutas, é a observação que eu faço, não se descobre nada, não tem nada de novo; só fala vamos derrubar, já caiu o ministro, não caiu ainda, e olha, nós atiramos num passarinho e caiu um urubu, e não sei mais o que; mas não diz nada, não diz o porquê, não diz o que tinha lá.

E eu finalizo, não vou usar todo o meu tempo, mas dizer ao Sr. Pagot: Sr. Pagot, não precisa nem de CPI mais do DNIT não, o senhor já explicou tudo; já explicou! CPI do DNIT? Já é a terceira vez que o senhor está falando sobre esse assunto no Senado, na Câmara e, agora, na CPMI. O que queremos saber? O Cachoeira utilizou-se do DNIT? A Delta se utilizou do DNIT? O senhor já explicou, pela terceira vez, a respeito dos aditivos. Tem suspeita? Tem! Tem indício? Tem! Mas eu entendo, Sr. Presidente,que o Sr. Pagot já está explicando e se dispôs a explicar, se apresentou com muita liberalidade para isto todas as vezes, e veio aqui para falar. O senhor está falando. Isso para nós da CPMI é muito bom, e vejo que a cúpula do Ministério dos Transportes foi vítima de uma quadrilha organizada e que trouxe um prejuízo muito grande para a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pergunto ao depoente se ele quer tecer alguma consideração acerca da fala do Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Pagot, boa tarde.

A primeira colocação que quero fazer, sem fazer uma avaliação de mérito daquilo que o senhor disse, mas quem passa pelo que o senhor passou, pelo isolamento social, pela dificuldade em se relacionar com as pessoas com as quais anteriormente trabalhava, eram companheiros de trabalho, qualquer outra pessoa que passasse pelas mesmas circunstâncias que o senhor passou se deprimiria.

A minha primeira pergunta ao senhor é: o senhor está magoado com o Governo Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmativo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A segunda pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: o senhor acha que a sua saída do Ministério dos Transportes se deu – e se o senhor já respondeu, eu peço por favor que possa responder mais uma vez, para eu poder ter a plena compreensão. O senhor acha que a saída do Ministério dos Transportes se deu por uma articulação entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira? O senhor acha que isso foi o fato determinante?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O fato determinante foi a reportagem. Articularam, sai a reportagem; e pela reportagem, posteriormente, é tomada a decisão da exoneração. Então, o fato determinante foi a reportagem articulada por eles.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor se sente injustiçado pelo que foi colocado. Ou seja, o senhor diz que o que está colocado na reportagem não é verdadeiro; e o que fez isso foi a articulação entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu.

A minha pergunta é: se essa articulação não tivesse existido, e a reportagem não tivesse acontecido, o senhor acredita que não teria passado pela injustiça que o senhor passou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, com certeza! Nada teria acontecido.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Qual foi o veículo que veiculou essa reportagem, Sr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Como é de conhecimento geral, o veículo é a revista *Veja*.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A minha outra pergunta é a seguinte: o senhor foi... Normalmente, quando uma organização quer por ventura retirar alguém de um posto ou de um cargo para atender aos seus interesses, num primeiro momento ela procura a pessoa, para tentar cooptar para essa organização.

A minha pergunta é: algum assessor do senhor, alguém próximo ao senhor, em algum momento foi procurado por alguém que o senhor pudesse relacionar à possível organização criminosa para tentar cooptar o senhor para que o senhor tivesse uma maior boa-vontade com os interesses da organização ou por representante do próprio Sr. Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo. Ninguém me procurou. Negativo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. A outra pergunta é a seguinte. O senhor falou do jantar em que teve oportunidade de estar na casa do Senador Demóstenes e dos encontros que teve com o Senador Demóstenes. O senhor já sabia, antes de as revelações se tornarem públicas, da relação que existia entre o Senador Demóstenes e o Sr. Carlos Augusto Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É, eu conhecia o Senador Demóstenes como um Senador probo, um líder que era cantado em prosa e verso como defensor da moralidade. Era exatamente esse conhecimento que eu tinha do Senador Demóstenes, certo? Não imaginava que ele estava enraizado com essa quadrilha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas o senhor já tinha algum tipo de conhecimento de relação dele com o Sr. Carlos Augusto? Com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nenhum, nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Nenhum?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A definição de que o Senador Demóstenes não era a pessoa que o senhor imaginava veio depois das matérias que foram publicadas e daquilo que se tornou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmativo, quando surgiu essa denúncia toda, que até atingiu o Senador no sentido de ele perder o mandato, a partir dali que eu passei a conhecer o que o Senador efetivamente representava.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas, engraçado, o senhor não já tinha conhecido o Senador a partir do momento em que num jantar privado o Senador vira para o senhor e pede que garanta especificamente uma obra para uma empreiteira? O senhor precisou esperar que essas notícias fossem publicadas, já que o senhor teve esse contato anterior com o Senador Demóstenes, para fazer essa avaliação negativa dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, eu, obviamente, depois desse jantar em que na casa dele estavam os representantes da Delta, inclusive o diretor-presidente, aquilo me causou muita estranheza, certo? Mas, depois disso, não tive mais nenhum contato com ele. Então...

O meu dia a dia, Deputado, é um dia a dia ensandecido, entendeu? Eu chegava a assinar documento por quatro horas, de 7 às 22, certo? De quinta à tarde até domingo à tarde na estrada, vistoriando obras, está certo? Muitas vezes, não dá tempo nem de raciocinar, certo? De tanta coisa que se tem que fazer, de tantas reuniões que têm que ser feitas, fora tudo que você tem que tocar dentro do DNIT, ainda tem que atender ao Ministério dos Transportes, fora que atender ao Ministério dos Transportes, tem que atender ao Gepac, infindáveis e intermináveis reuniões. Então, aconteceu o episódio, eu simplesmente desconsiderei.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já sabia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mais tarde, eu tomei um susto. Quer dizer, aquele episódio, na realidade, estava cravado já num pacote de ações conjuntas, o que me pareceu posteriormente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já conhecia algum tipo de relação entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não conhecia.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não sabia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E, a última pergunta: alguns dos nomes que já foram mencionados pelas operações, tanto pela Operação Vegas, Operação Monte Carlo, daquelas pessoas que forma detidas ou que tiveram os seus nomes acusados, o senhor já conhecia alguma dessas pessoas, sem contar aquelas de que o senhor já mencionou aqui o conhecimento no dia de hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, eu vou lhe falar, não me debruço sobre todos aspectos desse

emaranhado de notícias que saem, certo? Até porque estou trabalhando num projeto, tenho dedicado todas horas do meu dia nesse projeto, pelo qual tenho que viajar a Itaituba, no Pará; a Belém, no Pará; a Santana, no Amapá; a Manaus; ao Rio de Janeiro, a São Paulo. Enfim, é um projeto de grande magnitude, que me toma praticamente todo o tempo. Então, leio algumas coisas, certo? Não me atenho a nomes. Os nomes que foram citados hoje aqui para mim posso dizer, só fiquei com dúvida de um, os outros disse que não conhecia, certo?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor tem o nome de mais alguém que o senhor queira mencionar, que considere importante e que precise ser citado no dia de hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Faço essa pergunta, porque hoje o senhor trouxe mais alguns nomes, mais alguns fatos, eventos, para que não fique parecendo, em momento algum, que a palavra do senhor nesta CPMI depende especificamente de algum tipo de interação de natureza pessoal. Por isso eu faço essa pergunta, para que de forma definitiva os nomes possam ser colocados à disposição de uma possível vinculação à organização Cachoeira.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com certeza, se eu tivesse alguma informação melhor, principalmente dessa relação DNIT/Delta e posteriormente a Delta se utilizando dessa sistemática toda, eu gostaria de contribuir, certo? Mas infelizmente eu não tenho nenhum nome para citar, ninguém para dizer se fez intervenção, se não fez intervenção.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a disciplina e a compreensão do Deputado Glauber Braga.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, faço uma consulta à Mesa sobre se posso ceder o meu tempo ao Senador Pedro Simon. Eu falaria depois, como Líder. Eu não terei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Pedro Simon também está inscrito, porque ele já estava...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ele está lá atrás, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está imediatamente após V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, então está bem, então eu uso a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado.

Dr. Pagot, o senhor disse aqui que a Delta, participando talvez de um consórcio – não me lembro exatamente do detalhe –, de uma obra lá no Rio de Janeiro, depois de vencida a licitação, estava botando obstáculos ao começo da obra. Qual é a obra? Nós estamos falando do quê? Do anel rodoviário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, estamos falando do arco do Rio de Janeiro, manilha Santa Guilhermina, BR-493.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Que razão o senhor acha que levou a Delta a adotar que postura que eu pediria que o senhor definisse também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O que eu percebia... Obviamente, toda vez que uma empreiteira ganha uma obra, a primeira coisa que ela faz é imediatamente se mobilizar, certo? Entrar com o seu canteiro de obras, colocar as suas máquinas para fazer a terraplanagem, enfim. Quer faturar, certo? E me causava espécie, espanto que uma obra de grande porte, uma obra significativa até para o Rio de Janeiro, muito significativa para o Rio de Janeiro, a empresa disputou a licitação, enfrentou concorrência, ganhou a licitação, assinou contrato, e não começava a obra com algumas desculpas.

Primeiro era o problema das jazidas, mas as jazidas eram de projeto, já eram conhecidas, certo? Depois as jazidas teriam um problema relacionado à arqueologia. E aparecia um laudo do Instituto de Arqueologia do Rio de Janeiro, depois... Enfim, eu não me lembro de todos os detalhes, mas eu notava claramente que estava havendo uma postergação no início da obra e pressionava o superintendente do Rio para que ele tomasse as providências de fazer a notificação, trinta dias depois, a outra notificação, e depois substituir a empresa pela segunda colocada para que executasse a obra. Essa era uma questão que estava me colocando em conflito, digamos assim, com a diretoria da Delta no Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E por que ela não começava a rigor? Qual era o interesse financeiro que necessariamente havia nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não... Por exemplo: o interesse financeiro... A empresa só pode...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deixe-me colaborar: que lucro poderia ter a Delta com esse retardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, só um minuto. Desculpe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas eu acrescento: que lucro poderia ter a Delta com esse retardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Vamos pensar assim: não, mas ela estava esperando receber o reajuste anual, certo? Mas ela só pode receber o reajuste anual depois de entrar na obra, certo? E aí o reajuste anual que nós fazíamos era o reajuste a partir da ordem de serviço que foi dada e do início efetivo da obra. Então esse ganho era muito relativo; se não começasse a obra, não ia completar um ano e não ia ter direito ao reajuste.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E qual foi a conclusão desse caso? Como é que ele termina? Toca a obra? Começa ou não começa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Infelizmente... Quer dizer, aí, no transcurso disso, eu saio do DNIT e agora não sei mais resultado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Hoje o senhor não tem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Hoje não sei. Se há informação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tem informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tenho. Não tenho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sobre a execução do contrato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tenho. Não, senhor. Não tenho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se começou com a Delta, se foi desclassificada, se chamaram a segunda colocada...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Não tenho, não, senhor. Não, senhor. Infelizmente, eu devia até ter-me preocupado de saber se estava andando ou não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas isso tem sequência aqui na Comissão também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, num telefonema ao Superintendente do Rio, ele já responde isso aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É. O senhor fez menções aqui a colaboração de campanha eleitoral, que o senhor foi solicitado a fazer participações financeiras em campanhas eleitorais. O senhor foi solicitado a fazer e o senhor disse genericamente também por Deputados. O senhor não chegou a dar nomes de Deputados. O senhor falou que foi solicitado pela Ministra Ideli; falou que foi solicitado pelo tesoureiro do PT e, depois, percebi eu, em algum momento, o senhor falando de Deputados, mas não deu nomes.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, mas eu tenho a impressão de que não falei Deputados, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tive a impressão, mas isso também não é relevante.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, mas se eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se tivesse falado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Do jeito que estou me comportando aqui, eu já... Nominarei, não tenho nenhuma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já teria exposto.

O senhor foi assediado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Você pode ter certeza de que eu estou procurando ser o mais exato possível nos fatos e nas minhas declarações.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tenho dúvida alguma.

O senhor foi assediado em momentos diferentes daqueles que coincidem com campanhas eleitorais, para favorecer empresa? Sem usar essa palavra, porque eu não imagino que alguém vá chegar para um diretor de um órgão importante e dizer: "Eu quero favorecer uma empresa!" Não imagino isso. Mas o senhor chegou a perceber manobras políticas, tentativas de manobras, para induzir o DNIT a assumir um pouco mais os interesses de uma empresa ou de outra, fora de período eleitoral? Ou o período eleitoral não tinha nada a ver com isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Não, senhor. Nem em período eleitoral nem fora de período eleitoral. Nunca percebi essa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ou seja, associar eleições à corrupção é um certo exagero, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Será que a... Eu penso que a democracia não é responsável pela corrupção. As ditaduras não têm eleições e são absolutamente corruptas. Então, lançar sobre o processo eleitoral, momento mais relevante da democracia, quando o povo escolhe os seus representantes, lançar sobre esse processo a dúvida sequer sobre a causa da corrupção parece-me algo que, absolutamente, não pode passar sem uma repulsa registrada. Os atos de corrupção são praticados porque as pessoas perdem a noção do que é certo, do que é errado ou porque tem uma vocação, uma índole, ou porque entraram numa vida pública para isso mesmo. Não é eleição que faz alguém se corromper, não. Senão, as ditaduras, repito, seriam íntegras. Onde escuto esse tipo de discurso eu

faço questão de depois fazer o registro de defesa da democracia, que não pode ser responsabilizada pela existência de corrupção.

Vou finalizar.

Pedir a sua colaboração... Por favor, o senhor tem a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Só para corroborar o que o senhor... Nos episódios em que nós tivemos atos de corrupção no DNIT, identificados, lamentáveis episódios, nada tiveram a ver com questões de campanha e nada tiveram a ver com essa questão de proximidade com o período eleitoral. Na realidade, sim, tiveram a ver com gente que fraquejou, que foi cooptada. Certo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Certo. Corrupta.

O Senador Simon, com esse espírito cristão, fala das coincidências.

Eu vou pedir-lhe uma colaboração aqui para a Comissão. Se o senhor poderia, já deve ter um estudo desse tipo sobre a Lei nº 8.666. Eu tenho uma visão de que as dificuldades geradas pela lei podem muitas vezes facilitar a ação de grupos mal-intencionados. Quanto maior a abertura, quanto maior a transparência do serviço público, maior a facilidade de se manter o nível de competição. Isso é que acaba com esse malandros da vida pública. Porém, ao ouvir uma pessoa desse ramo da obra, do trato, da gestão da obra, com a experiência que o senhor tem, parece-me útil se o senhor depois puder nos mandar... Porque um dos trabalhos da CPI é fazer propostas legislativas também. Se o senhor pudesse nos mandar...

A 8.666 não está anacrônica, no todo ou em parte? E, se está, seria trocada pelo quê? Será que existe algum modelo ideal?

Então, se o senhor não tiver pronto, mas se puder se dedicar a redigir esse tipo de documento, em colaboração com a CPI, seria bom que depois encaminhasse ao Sr. Presidente, que nos distribuiria e ao Sr. Relator.

Assim, eu apenas agradeço a sua presença. Há muito tempo queríamos ouvi-lo. Tentamos, eu e o Senador Pedro Simon, trazê-lo até para uma audiência, uma oitiva informal. Porém, vou lhe dizer uma coisa, que é da minha índole, devo dizer... Eu não acredito... Algumas forças agiram para lhe derrubar. Claro que a Presidente Dilma não decidiu porque saiu uma reportagem, por mais prestigiosa que seja a publicação, a revista. Houve as suas razões de Governo, de lutas internas, ou de interesse contrariados até, para lhe tirar. Porque, se dependêssemos de reportagens, talvez metade do Governo não estivesse mais aí.

Eu agradeço a sua atenção e a maneira como o senhor se portou nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu tenho uma resposta.

Deputado Miro Teixeira, eu vou lhe encaminhar, eu tenho um material sobre isso. Nós fizemos já em vários fóruns, principalmente com os órgãos de controle, um amplo debate sobre isso. E há caminhos, sim, e até alguns países mais desenvolvidos têm conseguido êxito com esse caminhos. Eu acho muito interessante debruçar-se sobre isso, porque essa nova forma de contratação pública aceleraria os processos. Hoje, entre a decisão da autoridade de fazer uma obra pública e o início da execução, em média, demora dois anos e meio. É um absurdo. Então, temos que ter outros mecanismos.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o querido companheiro Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Dr. Pagot, eu fico muito feliz em ver V. Exª aqui nesta Comissão.

Como V. Exª se referiu no seu pronunciamento, respondendo a uma pergunta, eu telefonei a V. Exª. Quando saiu a entrevista na revista, entrevista essa em que V. Exª fazia referência com relação a fatos e dizia que estava disposto a falar na Comissão, para contar tudo o que conhecia e o que sabia a esta Comissão, eu telefonei a V. Exª, V. Exª teve a gentileza de ir à minha casa, e nós conversamos. E V. Exª repetiu exatamente isto: "Não, eu estou à disposição. Estão falando, tem tanta coisa..." V. Exª inclusive disse: "Falam tanta coisa de mim, não tenho chance de dar a minha versão, eu acho que posso ajudar muito e gostaria de falar".

Naquele dia, eu vim à Comissão, e fiz um apelo à Comissão, para que chamasse V. Exª. Eu fiz um apelo em dois sentidos: V. Exª se colocava à disposição e dizia que tinha assunto, que tinha o que falar, que queria falar. E o Sr. Cavendish, que eu achava que deveria ser convocado...

Desde o início, Dr. Pagot, eu venho insistindo, como Senador mais velho desta Casa... Cheguei aqui há 36 anos, interrompi o mandato quando fui governador e depois voltei. Então, eu digo o seguinte: há muito tempo, eu sinto a mágoa e o ressentimento de que Câmara e Senado não têm competência e capacidade para buscar o empresário, uma pessoa importante, a figura do corruptor. Temos muito peito. Até do Presidente da República fizemos o *impeachment*. Vários Senadores, vários Deputados, várias autoridades, empresário nenhum; banqueiro nenhum.

Na CPI dos Anões do Orçamento, envolvendo as denúncias do PC Farias, perdão, do Pedro Collor ao Sr. PC Farias, apareceram ali, sim, apareceram nomes e mais nomes e mais nomes, nomes daqueles que o PC Farias, daqueles empresários que tinha, com os quais ele fazia negociação. Olha, você fica quieto. Nos dê o apoio tanto e na nossa administração não tem Imposto de Renda, não tem absolutamente nada. Ele contou. Deu os nomes. Contou os fatos todos. Dividimos a CPI em duas, porque era tanta coisa que não podíamos investigar nada. Então, uma iniciativa burra, minha, lembra? *(Pausa.)*

Dissemos o seguinte: primeiro vamos investigar os Parlamentares que estão denunciados, porque vamos ficar com autoridade para depois ver os corruptores. E fizemos a CPI dos Anões do Orçamento. E limpamos a barra. Cassamos muita gente. Havia o compromisso escrito de que, terminada a CPI dos Anões do Orçamento, se convocaria a CPI dos Corruptores. Assinado o compromisso escrito. Assumiu o Governo. Saiu o Itamar. Não deixaram. Até hoje não saiu. Então, é a primeira vez na vida que estamos aqui discutindo corruptores que já têm provado o que fizeram. Então, essa CPI é diferente de todas as outras.

O que é uma CPI? Aparece uma denúncia e a gente vai investigar. O que é essa CPI? A denúncia já está provada e procuramos engavetar. Não deixar que ela venha para fora. A verdade é o contrário que aconteceu. Por isso, quando V. Exª disse que queria falar, eu me emocionei e vim a esta Casa e insisti, e insisti, e insisti. Primeiro, foi muito tempo para aceitarem o convite de V. Exª, não era nem convocação. Aprovamos, mas tinha coisa mais importante: tínhamos a esposa primeira do Cachoeira, depois tinha a segunda esposa do Cachoeira... Falam até que iriam convocar a sogra, não sei se a primeira ou a segunda, do Cachoeira. Então, tiveram umas coisas enormes para investigar. Aí entraram negócios do Governador de Goiás, que não estou discutindo a importância, mas não era fundamental. Eram coisas por fora do assunto. Quer dizer, investigar o Governador, o Secretário, isso aqui é a rotina desta Casa. Agora, investigar uma Delta, investigar uma corruptora com a força, com a realidade, com o fato provado, isso era para valar, mas essa CPI não quis fazer. Vamos ser muito claros: a CPI não quis fazer. E o que é mais triste? Acordo de vários Partidos: tu não investigas os meus, eu não investigo o teu e tu não investigas o dele. Ah, mas tem que aparecer perante a imprensa. Então, para aparecer perante a imprensa, vamos ouvir o Governador de Brasília, vamos ouvir o Governador de Goiás, vamos ouvir não sei quem, vamos ouvir mais não sei quem, vamos ouvir a moça fulana de tal. Essa é a musa da Comissão. Vamos ouvir a outra para ver qual é mais bonita. Então, há uma discussão aí se a primeira ou a segunda, se o Cachoeira fez um bom negócio ou não fez. Essa foi uma das discussões que resultaram da nossa CPI.

Tenho o maior respeito por V. Exª, Sr. Relator. Acho V. Exª uma pessoa muito competente. Até o seu estilo e a sua seriedade impõem. A gente olha para V. Exª e diz: Não, esse é um homem de valor. Esse é um homem que tem personalidade. Mas discordo de V. Exª. V. Exª dificultou, dificultou, dificultou e hoje trai. Desculpe eu ser sincero, mas V. Exª já deve ter sabido que trouxe porque a nossa ilustre testemunha vinha para não falar. Entendo e não vou cobrar de S. Exª que fale as coisas que a gente imaginava que iria falar, nem vão perguntar qual é o Senador que, por 20 milhões, contaria isso ou contaria aquilo. *(Pausa.)*

Não, isso não é de V. Exª. É do Cavendish. Mas ele também não vai dizer nada, mas acho que o momento de V. Exª falar era aquele. Era ali. Quando V. Exª estava magoado, ressentido e querendo contar as coisas. Quando o seu amigo Maggi, de quem sou um grande admirador dizia: "Não dá para falar para o Pagot porque ele está intratável". Era o momento de V. Exª falar, mas o relator não quis.

Hoje que a água esfriou, a comissão já saiu da capa de jornal, então, V. Exª vem depor. Eu imagino, com toda a sinceridade, imagino a injustiça que fizeram com V. Exª porque disseram uma série de fatos e não lhe deram chance de se defender. Quando V. Exª foi para a revista, na verdade, a revista não deu muito a preocupação com a sua defesa, mas deu a preocupação com o que o senhor ia dizer dos outros porque ela também não estava interessada na sua defesa e V. Exª está aqui hoje. V. Exª está prestando serviço a empresas particulares, serviço particular de assistência.

Eu fico a imaginar: as empresas às quais V. Exª presta serviço são empresas que negociam com o Governo. V. Exª, saindo daqui como vai sair, continua o seu trabalho. Se V. Exª dissesse as coisas que a gente imaginava terminava o seu trabalho porque essas empresas, ou ficam de bem com o Governo ou com V. Exª e iam preferir ficar de bem com o Governo. Então, sinto na tranquilidade do Relator, na tranquilidade dos líderes dos vários partidos que nem apareceram aqui, e de depoimentos que não o de V. Exª, eu não vi um Senador do MDB, a não ser eu, que estivesse aqui presente. Eu não vi o Líder do PT aqui presente, o Líder do Governo aqui presente. Não vi! Cá entre nós: não vi ninguém porque eles sabiam que não ia acontecer nada porque eles deveriam estar aqui preparados, firmes, no sentido de contra-argumentar, mas eles sabiam que ia ser isso aí.

A coitada da Ideli, ela...O coitadinho do nosso Senador de Goiás, cá entre nós, ninguém bate em cachorro morto, mas agora vai...Eu achava e hoje sou um admirador extraordinário... Afinal, sou uma pessoa de 40 anos de vida pública. A minha comissão não me bota...O MDB tem dois titulares indicados e nenhum suplente. Eu não sirvo nem para suplente. Quer dizer, porque o MDB em CPI não me coloca nunca. É que os princípios éticos da bancada são tão profundos, do nosso líder, são tão essenciais que eu não consigo chegar lá. Então: "cai fora". *(Risos.).* O que é que eu vou fazer? Então, permito a gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou conceder mais dois minutos para o senhor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, eu imaginava em V. Exª ter uma pessoa que sou um admirador extraordinário. Hoje, embora tudo que possa suceder, é o Presidente do PTB o Jefferson. Ele estava aqui nesta comissão no lugar de V. Exª quando também o denunciaram. E era para ele ser a grande vítima, o único réu responsável por tudo o que tinha acontecido. Mas ele falou. Eu cobrei dele: "V. Exª, Deputado Jefferson, nesse momento tem duas saídas: ou ficar de cabeça baixa.." E eu vi então ele dizendo, quieto "vou contar tudo" e ele contou tudo. E só saiu a CPI do mensalão, e só tem esse julgamento por causa do Deputado Jefferson. Foi ele que teve a coragem de contar: "Foi assim, foi assim, o Presidente Lula nos chamou e fez a divisão, é tanto para cada partido, esse cargo é aqui, esse cargo..." Ele contou e, a partir do depoimento dele, veio todo o resto senão não tinha acontecido nada. Mas eu cheguei a imaginar que, através de seu depoimento, iam aparecer essas questões com relação à Delta e tudo o mais.

Naquela ocasião, 20 anos atrás – desculpe-me, eu estou aqui, estava lá, mas era outro Congresso; parece mentira, mas era outro Congresso... E agora, com o PT na Presidência da República, aquele Partido dos Trabalhadores com aquela ética, com aquela história, com aquela biografia extraordinária que tem, é muito pior do que na época do mensalão. Porque a grande verdade é que não permitiram. Nós não tivemos mais... O Senado e a Câmara perderam toda a personalidade pessoal.

Nós não existimos. Nós estamos aqui numa Comissão de mentirinha. Nós estamos aqui numa comissão de faz de conta, em que os líderes se reuniram, deram as decisões e nós aqui fizemos o papel de bobos.

Por isso, eu só lamento, porque eu achava, sinceramente, Dr. Pagot, que o senhor poderia ser o grande herói deste País. O senhor poderia ter aberto um processo que seria importante para todos, a começar pela Presidente Dilma, que, na minha opinião, tem boas intenções, tem boa vontade, tem boa disposição, mas é escrava de uma palavra que foi bonita, que, lá na Espanha, na hora da democratização, chamava-se de algo realmente muito importante: o entendimento, o acordo, a convivência, o pacto. Agora, isso aqui se chama troca-troca: "me dá lá que eu te dou aqui"; "me dá lá que eu te dou aqui".

E, nesse "vai lá que te dou aqui", V. Exª perdeu a chance, a grande chance. E digo mais a V. Exª: em primeiro lugar, eu não estou criticando-o. Com toda a sinceridade, não estou. Agora estou entendendo a sua posição, que eu respeito. Só porque não quero fazer o papel de bobo aqui, querendo dizer que V. Exª é isso. Não é V. Exª: é a estrutura que foi imposta em cima de V. Exª; é o governo, é a máquina que foi imposta em cima de V. Exª. E V. Exª precisa sobreviver.

É por isso que o homem que está falando aqui é o homem que está lhe falando por influência do governo, pela máquina do governo, pela pressão do governo e, cá entre nós, pela subserviência das lideranças desta Casa, que não tiveram personalidade nem autoridade, não estavam à altura da hora que nós vivemos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu agora vou passar aos Srs. Parlamentares, mas, antes, quero passar a palavra para as reflexões aqui do Sr. Relator em relação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu não usei o art. 14 até agora...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Mas ele não vai falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o Pagot quiser falar agora, eu falo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele não quer falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bem, Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu passo...

Eu vou passar ao Relator, depois ao Sr. Pagot e aos reinscritos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele disse que não queria falar, mas eu vou consultá-lo. Ele tem o direito de não falar.

Agora, antes, Sr. Relator, eu indago ao Sr. Luiz Antônio Pagot se quer comentar a fala ou responder às questões colocadas pelo ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo ao Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, é claro que eu respeito muito a história e a trajetória do Senador Pedro Simon. Longe de mim buscar estabelecer qualquer paralelo e qualquer crítica ao trabalho do senhor, até porque eu acredito que V. Exª é um Parlamentar honrado, que busca exercer bem o seu mandato. Agora, a grande questão que está colocada aqui é que, primeiro, quanto às críticas que V. Exª faz à relatoria, eu acredito que elas sejam da natureza do trabalho de alguém que se vê obrigado a coordenar um processo de investigação.

Agora, o Sr. Luiz Antônio Pagot esteve com V. Exª. E, estando com V. Exª, ele acrescentou algo que ele não disse aqui, porque o senso de oportunidade, se ele quisesse, ele poderia ter falado com o senhor naquele tempo, naquele momento que o senhor diz aqui era o momento oportuno. Se ele disse alguma coisa que acrescenta ao que ele está dizendo aqui hoje, eu acho que era bom o senhor dizer para nós aqui também; senão, ele está usando do direito que ele tem.

Segundo, o Colegiado, é uma decisão...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – ... é conivente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não. Eu não estou dizendo que é conivente, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Falou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não. Eu estou dizendo ao senhor o seguinte: se ele e quando esteve com o senhor, na casa de V. Exª, se ele acrescentou alguma coisa ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, prezado Relator, eu penso que nós estamos aqui num ambiente sempre tão sereno, que não vale a pena alguém da Mesa da Comissão, dirigir perguntas a um membro da Comissão. O Senador Pedro Simon não é depoente.

O SR. **ODAIR CUNHA** (PT – MG) – Presidente, primeiro não estou levantando suspeita sobre o Senador Pedro Simon; eu estou perguntando, ele diz se ele quiser ou não. Creio que não, ele não acrescentou nada quando disse ao senhor. Ele, Luiz Antônio Pagot, pode dizer, nesta Comissão ou em qualquer outro momento que ele quiser, ele pode dizer o que ele quiser dizer, em qualquer espaço. V. Exª e outros pares desta Comissão criaram oportunidade para que ele falasse num momento, segundo a conveniência de V. Exªs, mais oportuno.

A Comissão – e aí eu tenho parcela de responsabilidade nisso, é claro, porque dialogo sempre com o Presidente Vital do Rêgo, mas o Presidente achou por bem marcar agora. Ele vem, atendendo inclusive ao clamor de V. Exªs. Se não vem, somos criticados; se vem, ele não diz o que se esperava que se dissesse, somos criticados. Eu entendo que isso faz parte do ônus de alguém que é Relator e de alguém que é Presidente. Só isso.

É claro que eu respeito a história de V. Exª.

O SR. **PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas, Senador Pedro Simon, o nosso depoente, Luiz Antônio Pagot, deu uma entrevista à revista *Época*, deu uma entrevista à revista *Isto É*, ele está conosco acerca de oito horas e não nos parece que ele tenha omitido aqui, hoje, algo que ele teria por dizer, seja na revista *Isto É*, seja na revista *Época*, mesmo quando esteve com V. Exª.

Então, nós estamos entendendo que ele está aqui nos colocando tudo que teria para dizer, não está omitindo desta Comissão qualquer informação. Esse é o sentimento que nós temos. Ele não veio munido de *habeas corpus*, não veio disposto a: "Nada a falar", enfim ele está trazendo todo o seu depoimento na íntegra aqui, de tudo que ele teria para falar, inclusive naquele tempo em que se avaliava que era o tempo correto, conforme o senhor nos trouxe.

Então, este é o nosso sentimento: esta Comissão não perdeu por trazê-lo agora, e ele esteve aqui e pôde falar tudo neste momento. Nenhum dos Srs. Parlamentares... Ele só omitiu um dado, e cabe a ele também... Ele aqui não quis nos fornecer um nome de uma pessoa, tendo em vista a relação que tem. Ele deu a informação sem dar o nome da fonte. Foi a única coisa, e o fez explicitamente, dizendo: "Eu não vou dizer o nome da pessoa". Mas o restante das informações ele deu sem que houvesse qualquer contradição com o que já foi dito nas revistas, com o que foi dito dele, e, inclusive, ele teria falado particularmente com qualquer um dos senhores que já tivesse ouvido a fala dele.

Então, o sentimento nosso é que esta CPI está conseguindo conduzir, de maneira transparente, esta investigação.

Eu... Pela ordem, Deputado Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela ordem, o PMDB foi citado, integrantes do PMDB, e aí eu acho que eu tenho que responder, até porque houve a presença deles aqui.

O senhor me permite, por favor?

O SR. **PRESIDENTE** (Paulo Teixeira. PT – SP) – Permito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Senador Pedro Simon, Sr. Senador, meu nome é Luiz Pitiman, talvez o senhor não me conheça, mas eu sou Deputado Federal pelo PMDB do Distrito Federal. Ouvi atentamente as suas colocações, e o senhor chegou

há pouco, eu cheguei aqui às 10 horas da manhã. Não fui almoçar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, não estou discutindo não. Estou discutindo agora o que senhor colocou, o que o senhor colocou agora. É importante registrarmos, é importante registrarmos que a primeira coisa que eu pedi ao Sr. Pagot foi exatamente o que o senhor falou. Eu disse: Sr. Pagot, o momento de o senhor salvar a sua biografia é agora. Exatamente o que o senhor falou. O senhor não ouviu eu falar e eu estou me referindo a apenas esta sessão.

E respeito a sua biografia e os seus 40 anos de casa. E peço respeito, como Deputado Federal do PMDB do Distrito Federal. Sobre as colocações que o senhor fez com relação ao PMDB, eu tenho a lhe dizer que algumas coisas muito claras não condizem com a verdade.

Eu vi aqui o Senador Ricardo Ferraço, que esteve presente. Eu vi aqui o Senador Sérgio Souza, que esteve presente. E grande parte da sessão a Deputada Iris Araújo esteve do meu lado. Lembrando que a única pergunta que o Sr. Pagot não quis responder foi a minha, dizendo justamente que era importante para salvar a biografia dele, mais ou menos o que o senhor disse.

Somente isso para refazer as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

São três reinscritos, por cinco minutos, e nós vamos concluir a sessão depois desses três reinscritos. A sessão não, a sessão com o Sr. Luiz Antonio Pagot. Nós temos mais um convocado que nos aguarda desde as 10 horas da manhã, que é o Sr. Adir Assad.

Então, vou passar aos três inscritos por cinco minutos.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot, tem um diálogo do dia 2/7, às 7h20, entre Cláudio Abreu e Carlos Cachoeira em que Carlos Cachoeira garante que V. Sª não falaria nada, especialmente por ter jantado, como o senhor já disse, na casa de Demóstenes com Cavendish, pois senão estaria dando um tiro no pé. Aliás, dizem que V. Sª poderia até falar, mas alegando que foi para tratar do assunto lá do meio ambiente.

Curiosamente, quando eu toquei no assunto da 101, o senhor se defendeu e defendeu o seu colega de DNIT, usando o argumento das dificuldades de meio ambiente.

Eu recebi uma matéria lá de Santa Catarina – porque as pessoas veem a CPI – e aqui lembra, por exemplo, do lote 25, o popular lote da vergonha. Foram onze aditivos que incrementaram em 16 milhões um único lote.

E aí fala aqui o presidente da Vias do Sul, uma associação que luta para que a obra se conclua, Sr. Rafael Bianchini. Sobre esse assunto, ele diz: "Nós ficamos surpresos, era a única alternativa, pois eles, diretores do DNIT, não rescindiram o contrato com as empresas pelos atrasos, não iriam punir as empreiteiras, ao que tudo indica pagavam propina."

Aqui diz que um desses aditivos de que Hideraldo Caron seria o mentor e ele aumentava o valor em 73% do original.

E aqui fala o Presidente da Confederação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Correia: "Não há justificativa para o excesso de aditivos, a não ser o superfaturamento e a incompetência técnica". Isso aqui é de quem sofre o problema na carne.

E quanto a aditivos que o senhor diz meus números talvez não estivessem corretos, fui buscar no Portal de Transparência do Governo: três contratos no seu período, e tive o cuidado – os nossos técnicos – de retirar o que o senhor aqui didaticamente explicou de valor de reajuste de contrato. Eu vou pegar apenas um, em que o contrato arranca de 3,8 milhões; o valor dos aditivos, 10 milhões; o valor do reajustamento, 3,467 milhões; valor total: 17 milhões. O percentual do aditivo em fevereiro de 2010 era de quase 270% sobre o valor original.

E esse dado é do Raffo, que o senhor conhece muito bem, que é o Relatório gerado pelo próprio Ministério. Há um outro caso, que vou passar depois ao Relator, que é um contrato da sua gestão, que começa com 8 milhões e termina em 14, tirando o reajustamento do contrato, segundo dados do próprio Dnit. Aliás tenho as planilhas todas aqui. Tem um aditamento de 37%. O senhor disse que só tinha um de 25. Já achei dois aqui. E tem um terceiro, fazendo a mesma conta, porque o meu tempo está acabando, de 71%. Esses são dados do Governo Federal com informações do Dnit. Vou passar ao Relator, depois ele poderá passar ao senhor.

Queria fazer algumas questões rapidamente.

A primeira, há uma conversa de que não foi bem a secretária quem lhe apresentou o contador do PT ou o arrecadador do PT na última eleição. Não seria o Sr. Giles de Azevedo que fez essa apresentação para o senhor?

Outra pergunta. O senhor participou de uma reunião com o Ministro Alfredo Nascimento onde alguém disse o seguinte: tem que aditivar, tem que aditivar. Temos uma eleição para enfrentar.

Se o senhor tem memória dessa reunião, se o senhor acompanhou o Ministro aonde alguém disse isso pode dizer quem é esse alguém.

E, terceiro, quero dizer que o senhor aqui está sob juramento. O seu advogado sabe disso. O senhor assinou um termo aqui de dizer a verdade. E aqui, na minha avaliação, o senhor confessou no mínimo dois crimes: tráfico de influência, quando assume que ligou para as pessoas, pediu. Não estabeleceu preço, mas, do alto do todo poderoso diretor geral do Dnit, sem dúvida alguma as empresas devem ter entendido o recado, não é? E, mais grave, depois enviaram os boletos de depósito para o senhor conferir que o dinheiro foi doado, o que caracteriza improbidade administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrado o tempo de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então quero lhe dizer...

Vou usar 30 segundos.

Quero dizer a V. Sª que se o senhor entrou aqui... Por isso é bom sessão de pergunta e resposta. Mais cedo ou mais tarde escorrega e cai.

O senhor aqui admitiu no mínimo dois crimes e talvez haja um terceiro que tem que ser bem avaliado, a gravação de quando o senhor respondeu às perguntas, que pode ser prevaricação.

Portanto, se veio aqui para defender a sua administração, o senhor acabou de confessar dois crimes com certeza, talvez um terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aliás o seu advogado pode lhe explicar depois como é isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, discordo da sua contabilidade novamente. Se nós tivéssemos qualquer aditivo acima de 25% já teríamos sido apenados pelo TCU e pela CGU.

As pessoas, os assessores às vezes pensam que sabem tudo, pegam uma planilha e já dão uma solução. Isso pode ser investigado pelo Ministério Público. Não tem problema nenhum. Vamos investigar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vai ser feita a denúncia, pode ter certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sem problema nenhum. Pode ser investigado corretamente isso. Volto a lhe assegurar que só autorizei um aditivo acima de 25% e não tenho o menor receio...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – De cada vez, o senhor quer dizer, não é? De cada vez, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Não. O senhor não me provoque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não estou provocando.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor está me provocando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor é quem está provocando a nossa inteligência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor está me provocando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, eu só peço que nós possamos respeitar o orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – No seu tempo pode haver esse pingue-pongue. Terminado o seu tempo, a palavra está com o Sr. Luiz Antônio Pagot. Eu peço esse respeito.

Devolvo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, é que durante o período dele no Dnit a Delta foi altamente favorecida. Isso vai ter que ficar claro ao longo da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, devolvo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da mesma maneira, eu posso dizer o seguinte: eu rebato a sua expressão. "Altamente favorecida" é uma expressão sua.

A Delta foi uma empresa que participou dos certames licitatórios e assinou os contratos dentro de toda a legalidade que existe. Se existe alguma ilegalidade, com certeza os órgãos de controle já pegaram essa ilegalidade.

Volto a frisar sobre a questão do aditivo: nós não autorizamos nenhum aditivo além dos 25%. Muitas vezes o que pode estar na planilha é junção de obras. Cada caso tem que ser analisado. O senhor não queira que, em oito horas aqui, perante esta nobre Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu á me lembrar de todos os detalhes.

Outro detalhe fundamental é que isso se passe em superintendências, se passe em coordenadorias e se passe em diretorias. Precisamos avaliar caso a caso para dar uma resposta correta. Mas, de novo, quero salientar que não tenho autorização por parte da diretoria colegiada, especialmente pela minha parte, qualquer aditivo acima dos 25%. Então, já contestei isso na sua afirmação, na afirmação de outro Deputado, do Senador Pedro Taques, e quero reafirmar isso. E estou disposto a responder em qualquer processo, em qualquer meio. Não me atemorizo. Hoje, de manhã, já se falou em Ministério Público. Não tem problema. Se tiver que ir ao Ministério Público, vou ao Ministério Público. Vou me defender em todas as instâncias.

Outro detalhe fundamental... Desculpe. Outro detalhe que o senhor coloca aqui é sobre uma reunião que eu participei junto com o Ministro Alfredo Nascimento e que alguém falou sobre aditivos, aditivos, aditivos. Eu não sei se o senhor está se referindo a uma gravação que foi feita na sala do Ministro Alfredo Nascimento e que veio a público. Então, se for essa gravação, eu assisti a essa gravação.

Outro detalhe que quero falar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é que falava aditivo, aditivo...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Como?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem é que dizia que tinha que aditivar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não lembro. Eu sei que tinha uma gravação que veio a público, saiu nos jornais, estava no YouTube, que falava sobre esse assunto. Tinha, parece-me, um parlamentar e esse parlamentar estava entrando no partido, alguma coisa desse tipo, e nessa conversa alguém falou sobre uma obra e sobre um aditivo necessário para a obra. Eu não lembro exatamente o que aconteceu. Mas isso foi no gabinete do Ministro Alfredo Nascimento.

Sobre se a Suely me telefonou ou se foi o Gillis que me telefonou, volto a afirmar: quem me telefonou foi a Suely.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, quem lhe apresentou, informalmente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Quem me telefonou. Apresentado ninguém foi. Não teve apresentação formal. O Deputado José de Filippi não teve apresentação formal a mim, não teve. Simplesmente, o dia em que ele chegou marcou audiência, telefonamos, trocamos telefonemas; depois, um dia ele pediu audiência para minha secretária, e aí veio para fazer a reunião.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Pagot, tenho apenas uma pergunta, rápida e objetiva, Sr. Pagot: o senhor declarou à revista IstoÉ o seguinte, em relação à Ministra Ideli Salvatti: "Ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para por dinheiro na campanha dela". Como o senhor se negou a ajudá-la, há uma manifestação sua dizendo que acha que a Ideli ficou ressentida e passou a miná-lo quando chegou ao Planalto. O senhor confirmou isso aqui na CPMI.

Agora, a Ministra Ideli Salvatti... Rapidamente a sua declaração aqui nesta CPMI bateu lá no Palácio do Planalto, e ela acabou de editar uma nota à imprensa dizendo que não é verdade essa afirmação, que ela – palavras da Ministra Ideli – "na condição de Senadora, ela o procurou e que jamais recorreu ao ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot para solicitar recursos para campanhas ou mesmo indicações de empresas para esse fim". Ela acabou de dizer isso também, depois da sua manifestação aqui na CPMI.

Então, a minha pergunta é a seguinte: ela está faltando com a verdade, ou o senhor está faltando com a verdade? E, se não é o senhor que está faltando com a verdade, se o senhor estaria disposto a fazer uma acareação com a Ministra Ideli.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sem problema nenhum.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – O senhor continua mantendo que o senhor não falta com a verdade. Quem está faltando com a verdade é a Ministra Ideli.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou lhe repetir: não estou faltando com a verdade e estou disposto a fazer uma acareação, se precisar.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado Rubem Bueno, por cinco minutos. Só para lhes informar que o Senador Randolfe Rodrigues também se inscreveu. É o último inscrito, e a gente termina depois deles.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, rapidamente, só para o Sr. Pagot responder.

Quando falou, e aí eu perguntei se havia outras pessoas que o haviam procurado no DNIT em busca de recursos para campanha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor podia repetir, porque eu não entendi?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A pergunte é simples. Quando o senhor falou, e eu tinha perguntado se outras pessoas, grupos, enfim, interessados, o tinham procurado para financiamento de campanha ou coisa parecida, e estavam falando, naquele momento, exatamente do tesoureiro do PT... O senhor afirmou, contou a relação de empresa, que entrou em contato com empresa, algumas mandaram até cópia do boleto para o senhor, o senhor entregou para o tesoureiro do PT, etc. Então isso aí está esclarecido. Só que, quando eu perguntei "se outras pessoas", o senhor não respondeu, eu também não cobrei. E, na outra pergunta, logo depois de mim, não me lembro quem, o senhor falou sobre o ex-Ministro Hélio Costa, que teria ido lá. "Só vou citar um exemplo, foi lá o Ministro Hélio Costa, com sua *entourage*, em busca de recursos e ameaçando o Diretor do DNIT", no caso o senhor.

Eu volto a perguntar: alguma outra pessoa, parlamentar, enfim, figura, naquele período de 2010, da

campanha, procurou o senhor em busca de financiamento de campanha, alguma coisa parecida?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não.

Só o caso do Ministro Hélio Costa, que o senhor citou como exemplo. Do ex-Ministro Hélio Costa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ideli Salvatti e Hélio Costa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ideli Salvatti.

Essa nota oficial que ela publica, hoje, também é uma boa pergunta que o Vanderlei Macris apresenta.

E, finalmente, o senhor disse que não é ético o que fez, em busca de recursos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmou.

Pois bem. Agora, só para separar bem: ética da sua parte ou ética do tesoureiro do PT, que foi em busca de alguém de um cargo do Governo do PT para buscar esse tipo de vantagem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, eu não vou fazer juízo de valor com relação ao Filippe, certo. Agora, eu reconheço que não foi ético da minha parte. Embora, na época, eu tinha avaliado que não haveria nenhuma ilegalidade, mas, posteriormente, eu fiquei bastante constrangido com isso e também julguei que não era ético.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Era isso, Presidente.

Presidente, devolvi-lhe a palavra.

Obrigado, Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo para o último orador, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Serei breve, Presidente, como me comprometi com o senhor.

Sr. Luiz Antônio, das perguntas que eu havia feito anteriormente ao senhor, há duas para as quais, no meu entender, faltou um esclarecimento maior do senhor. Uma, deixe-me só lembrar – eu cheguei a entregar aí para o senhor, inclusive, minhas perguntas –, e uma das perguntas é o seguinte, que eu tinha anteriormente feito. Se o senhor saberia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Senador, eu estou com as perguntas aqui. O senhor quer que eu leia e responda? O senhor tem mais alguma?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Pronto. Já que o senhor tem aí as perguntas, então eu vou fazer as outras, complementares, e o senhor responde a essas duas que estão aí, que encaminhei para o senhor, além das complementares, que faço agora.

O senhor falou, aqui, no seu depoimento, que também coincide com o que foi lido pelo senhor, em entrevista à revista *Época*, sobre dois personagens: um é o Deputado Wellington Fagundes. Eu queria... Na entrevista à revista Época, V. Sª afirmou que o Deputado Wellington Fagundes o pressionou a favor da Delta. Ele queria que o DNIT fosse menos exigente com a Delta no episódio do asfalto da BR-163.

Eu lhe pergunto: o que o senhor quis dizer, na entrevista à Época, com o termo "menos exigente"?

A pergunta seguinte é se esse Deputado também participou de alguma – abre aspas – "conspiração" com o Deputado Valdemar Costa Neto para a sua queda no DNIT.

Eu queria, assim, que o senhor reiterasse qual a classificação que o senhor fez, aqui, anteriormente, em relação ao Deputado Valdemar Costa Neto, à participação dele em relação à sua queda no DNIT e à atuação dele junto aos negócios da empreiteira Delta.

Por fim, eu perguntei para o senhor, mais cedo, sobre um documento que chegou a esta CPI, encaminhado pela Advocacia-Geral da União, assinado pela Srª Izabel Vinchon Nogueira de Andrade e que antes chegou as minhas mãos. O senhor disse em relação a esse documento que considero coerente os dados que estão nesse documento e racional – foi essa a sua classificação sobre esse documento.

Eu quero acrescentar se o senhor chegaria a dizer que os dados desse documento, antes é só para confirmar se é do mesmo documento que estamos falando, esse documento com o título *Cachoeira de Donativos* que mostra um esquema no DNIT de Goiás, envolvendo agentes públicos, agentes privados. Vou lhe encaminhar só para o senhor checar se é do mesmo documento que estamos falando. *(Pausa.)*

Trata-se do mesmo documento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Trata-se do mesmo documento**.**

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na sua opinião, os dados que estão nesse documento correspondem à verdade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eles precisam ser investigados. Eu não tenho esse poder de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor diria que esse é um caminho de investigação que a CPI tem que seguir?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Muito interessante, muito interessante! Eu sugeriria até que esse caminho de investigação fosse aprofundado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Talvez ele chegue exatamente no que os senhores estão precisando a que se chegue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção dos senhores para a informação que o Sr. Luiz Antônio Pagot acaba de prestar. Ele relata que esse documento que já é de posse da CPI é um caminho muito interessante e pode apontar o caminho que a CPI pode e deve seguir.

Eu quero só apresentar os dados que estão no organograma desse documento. Os dados dão conta do envolvimento de uma série de agentes públicos entre eles funcionários do DNIT: o Sr. Alfredo Neto, Otacílio Cunha, Adão Roberto, Olavo Noleto, Maurício Muniz, Ériton Beckenkamp, Adriano Mabel. Cita vários parlamentares notadamente o Deputado Federal Sandro Mabel, Coordenador-Geral da bancada federal de Goiás, cita uma série de agentes privados, empresas empreiteiras notadamente e com destaque aos negócios da empreiteira Delta.

O conjunto desse documento fala de percentual de propina distribuída entre agentes públicos e agentes privados e mostra mais detalhadamente fluxograma de um esquema de corrupção. É importante. Esse documento até agora na CPI era um documento apócrifo porque era assinado por um movimento entitulado Brasil Ficha Limpa. Esse movimento não se tem conhecimento da sua existência.

A pergunta que fiz e é o que agora dá credibilidade a esse documento é se existia racionalidade e existia coerência. O Sr. Luiz Antônio Pagot acaba de informar que, além disso, as informações desse documento é uma linha a ser investigada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e eu sugiro, Sr. Presidente, Sr. Relator, que assim o seja. Eu acho que temos um caminho de investigação a partir daqui. Era isso, Sr. Presidente.

Queria só ouvir do nosso depoente as respostas às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Luiz Antonio Pago, quero informá-los que continuaremos a sessão para receber aqui o Sr. Adir Assad. Então, nós não encerraremos a sessão depois da saída do Sr. Luiz Antônio Pagot.

Sr. Luiz Antônio Pagot, eu concedo a palavra ao senhor para duas questões: uma é se V. Sª gostaria de comentar essas questões trazidas aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues e, a segunda, fazer suas considerações finais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, Senador Randolfe, sobre a pergunta que o senhor me fez, o Deputado Wellington Fagundes, quero dizer que ele foi extremamente insistente na questão da sede São Vicente, extremamente insistente.

Ouvimos aqui inclusive uma explicação do Senador do Mato Grosso, Cidinho, que demonstrou que era uma obra importante para o Estado e que o parlamentar com interesse no Estado deveria estar fazendo isso para cuidar da sua base eleitoral.

Com referência à pergunta que o senhor fez sobre Valdemar Costa Neto, não entendi direito. Se o senhor pudesse reformular a pergunta, porque realmente não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. A relação dele com a Delta, qual o papel que ele exerceu junto ao senhor, se o senhor sofreu algum tipo de pressão a partir dele, e os interesses que ele teria junto com a empreiteira.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Notei em alguns episódios, e citei até a questão do Rodoanel de São Paulo, da travessia urbana de Ubatuba... São episódios que estão muito claros na minha cabeça que eram uma exigência bastante grande dele. Talvez possa ser na mesma linha, certo? Quer dizer, ele é um Deputado de São Paulo e estava brigando pelas obras de São Paulo, certo? Mas a veemência com que tratava esse assunto, a insistência com que falava sobre esses assuntos, obviamente, me levam a ter outro raciocínio, certo?

Bom, o senhor fez aqui... o senhor deixou um documento aqui com perguntas. Vou tentar responder. Só um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – As outras o senhor respondeu. Só as duas que estão aí destacadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – "Que tipo de pressão a Delta exercia junto ao DNIT? O Sr. Fernando Cavendish participava de alguma forma dessas pressões?"

Primeiro, nas audiências que tivemos com Fernando Cavendish, pude até relatar, ele se comportava de maneira muito urbana, muito cavalheiresca, certo? Mesmo com as reivindicações contrariadas, ele não se manifestava de maneira desairosa, muito diferente do Gerente de Operações do Centro-Oeste, Claúdio Abreu, que sempre se demonstrava contrariado.

As pressões, digamos, das empreiteiras são as pressões normais. Elas sempre apresentam um rol de reivindicações. Cabe às diretorias especializadas, se a obra é da Diretoria de Infraestrutura ou se é ferroviária ou aquaviária, responder sobre aquilo, certo?

O que sempre, e aí tem também por que eu gostava de participar dessas reuniões... É que eu gostava de acelerar o processo de decisão. Se fosse "não", imediatamente dado o "não"; se tivesse alguma coisa que fosse justificável, alguma coisa que fosse pos-

sível de ser feita, que imediatamente fosse feita, por quê? Para não ter descontinuidade das obras. Então, a pressão que a Delta exercia lá não é nada mais, nada menos que a pressão de qualquer empreiteira que trabalha no DNIT.

> "Como Diretor Geral do DNIT, o senhor provavelmente recebeu diversos tipos de propostas para favorecimento a empreiteiras ou a obras com oferecimento de vantagens financeiras. Além dos casos acima relatados, o senhor poderia dar outras propostas para ação semelhante?"

Primeiro, Senador, quando fui convidado pelo Presidente Lula para assumir a Diretoria Geral do DNIT, houve uma reação muito grande por parte de muitas bancadas, por parte de muitos empresários – não é? – que não queriam de maneira nenhuma me ver dentro do DNIT.

No Mato Grosso, tocamos um programa rodoviário exemplar. Esse programa rodoviário não só fez obras através da PPP Caipira, obras de boa qualidade com baixo custo, como também recuperou a malha de pavimentação dentro do Estado de Mato Grosso. Sempre obras com preço competitivo. Mudamos o processo licitatório, aceleramos a fiscalização e passamos a fazer nas obras uma fiscalização conjunta, onde ia o fiscal do Tribunal de Contas do Estado ia o fiscal da Secretaria de Infraestrutura do Estado, com equipamentos para que pudessem gerar os relatórios praticamente em tempo real. Isso gerou um controle muito grande das obras, certo?

Então, quando vim para o DNIT já vim com essa fama, e as pessoas não se atreviam a fazer qualquer tipo de proposta ou de provocação para mim, certo?

Então, eu quero dizer que, sobre essa alusão que o senhor faz, eu não posso lhe... Quer dizer, existiam as pressões normais, pedidos de favorecimento... Eu nunca tive um pedido de favorecimento, certo? E muito menos para fazer complementações, suplementações, essas coisas todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quem lhe apresentou o Sr. Fernando Cavendish? Foi o Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já terminou o tempo de V. Exª. Ele já está nas respostas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Na realidade, eu conheci o Sr. Fernando Cavendish numa audiência do DNIT. Eu estava até pensando que foi num dos episódios de emergência do Rio de Janeiro, mas esse episódio de emergência foi posterior, que foi aquela emergência em Angra dos Reis, em que ele esteve lá, na parte da manhã...

Enfim, ele pediu uma audiência e veio numa audiência, junto com seus assessores, no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor quer fazer as considerações finais?

Indago se o Sr. Luiz Antônio Pagot quer fazer as suas considerações finais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É difícil, não é? Depois de mais de oito horas de uma entrevista como esta, em que se tem que prestar muita atenção em tudo que se fala... Mas as considerações finais, eu gostaria de fazê-las não especificamente nesta CPMI e não queria que fosse nem considerações finais. Eu gostaria que nós tivéssemos oportunidade, Senador Cidinho, de nos encontrarmos numa destas Comissões: Comissão de Infraestrutura de Transporte, Comissão de Transporte da Câmara, em que eu possa, nessas Comissões, contribuir de forma importante para que as contratações de obras públicas no Brasil sejam feitas de maneira diferente, que o controle de obras públicas no Brasil seja feito de maneira diferente.

Então, essa seria uma... Eu me colocaria à disposição, não sei nem se vou ser chamado ou não, mas me colocaria à disposição para discutir uma série de temas, como também tenho certeza que vários companheiros que têm conhecimento de causa e que sabem da necessidade de se fazer mudanças com relação a uma série de questões no Brasil... Que a gente pudesse debater nas comissões apropriadas, para que Deputados e Senadores depois construíssem um novo arcabouço de leis que são fundamentais para o futuro da Nação, que serão fundamentais para o futuro da Nação, um novo arcabouço de leis exatamente nessa área, e obviamente com a participação do Executivo, certo?

Outro detalhe importante, e aí novamente reforçando por que eu fiz questão de vir aqui, porque efetivamente eu precisava fazer uma defesa da gestão do DNIT, demonstrar aos senhores – e eu acredito que não tive essa capacidade hoje, porque é tanta coisa para se falar, e tantas perguntas para se responder, e tempos limitados –, demonstrar o quanto se trabalhou no DNIT neste período de outubro de 2007 até julho de 2011. Não foi pouco! E não foi o Diretor Pagot, os diretores, os coordenadores, foram os funcionários do DNIT, fora os que usaram de malversação, que obviamente merecem as penas que estão tendo, que tiveram ou que vão ter, mas, fora esses, teve muita gente que se dedicou e que continua se dedicando diuturnamente lá dentro do DNIT, porque quer ver as obras em que o contribuinte coloca o dinheiro, quer vê-las realizadas. Ele tem prazer e satisfação de fazer com

que o controle operacional das rodovias, a sinalização, o controle de velocidade, enfim tudo que diz respeito à parte operacional aconteça; que nós consigamos colocar no orçamento anual da União o que está planejado na Diretoria de Pesquisa e Planejamento através do sistema de gerenciamento de pavimento e que isso seja o norte para a execução das obras, porque ali está avaliado fluxo e volume, ali está avaliado o número de veículos/hora, ali estão avaliados os entroncamentos e os perigos que têm nas travessias urbanas; ali estavam avaliadas efetivamente as obras que precisam ser feitas na Nação; não que as obras políticas não possam ser executadas, mas, com certeza, existem obras que têm grande prioridade e que estão sempre deixadas em segundo plano e aí acabamos tendo sérios problemas.

Outro fato relevante é que o Governo Federal não pode tudo. Ele pode algumas coisas e isso é fato e precisa ser modificado nesse sistema de execução de obras.

Deputado Miro Teixeira, as obras que estamos executando no Brasil, no PAC 1, no PAC 2, são as obras que estamos devendo para a Nação brasileira há muitos e muitos anos. Não tem nada de novo, Deputado Miro Teixeira, absolutamente nada de novo. E nós precisamos começar a produzir obras novas para esta Nação. Lá eu citei isso, porque lá, no Rio de Janeiro, por exemplo, na 101, de Santa Cruz até Angra, aquela obra de duplicação vale alguma coisa, mas não vale praticamente nada. Por quê? Porque, ao longo da rodovia, o que nós temos? Nós temos uma mega empresa instalada, que é a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que traz um movimento extraordinário, vários novos portos, e o pessoal só acha que esses portos foram para levar o minério embora. Porque o trem chega, entrega o minério para os navios... Ledo engano. Cada navio que chega, chega com quatro, cinco mil contêineres. E, nos finais de semana, as carretas transportando contêineres brigam com os veículos que vão ao lazer dos balneários ao longo de Angra dos Reis.

Então, estou dando apenas um pequeno exemplo do que tem que acontecer na Bahia, do que tem que acontecer no Ceará, do que tem que acontecer em toda a Amazônia Legal. E, obviamente, estamos devendo isso para a Nação brasileira. E como vamos resgatar isso? Através de um novo processo de contratação de obras, encarar de frente a privatização, as concessões, a PPP, e fazer com que, efetivamente, as obras de que os brasileiros precisem e com as quais contribuem sejam entregues, concluídas e façam o desenvolvimento da Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero agradecer ao Sr. Luiz Antônio Pagot pelas contribuições que deu a esta Comissão e peço que, ao dispensá-lo, nós já convidemos o Sr. Adir Assad, que foi convocado por requerimento de vários Srs. Parlamentares, que vou, posteriormente, nominar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria só, pela ordem, aproveitar a oportunidade para pedir que os trechos em que, na ata, sejam degravados os trechos em que o Sr. Pagot faz menção à coleta de dinheiro, a pedido do Sr. Filipe, que isso pudesse ser disponibilizado para a Bancada do Democratas, para que a gente possa utilizar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As degravações são disponibilizadas a todos os Srs. Parlamentares. Serão disponibilizadas a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente nesse trecho que temos interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Normalmente, são disponibilizadas na íntegra no *site* do Senado Federal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas eu pediria que a Secretaria tão diligente da nossa Comissão pudesse separar aquelas afirmações do Sr. Pagot, quando ele reconhece aqui no depoimento e sob juramento que telefonou para as empresas e recebeu a cópia dos boletos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, a Secretaria disponibiliza a íntegra. Como sabemos que V. Exª dispõe de uma competente assessoria, nós não queremos subtrair a sua assessoria tão importante...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, para que ela seja mais ágil ainda, a Secretaria podia separar, por gentileza, a pedido deste membro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, nós vamos disponibilizar na íntegra e deixar a V. Exª, com tão competente assessoria, que possa cumprir sua tarefa, senão poderei ser acusado de estar retirando competências e assim esvaziando o trabalho de tantas assessorias.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, se estiver disponível amanhã, eu volto a enfatizar a solicitação à Secretaria para que nos ajude a localizar, visto que o depoimento é de oito horas. É por isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certamente reforçará o trabalho da Assessoria de V. Exª, que é uma Assessoria tão competente que fará rapidamente para V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque, como disse a V. Exª – e V. Exª ouviu no momento em

que inquiri a testemunha –, é que aqui há cometimento no mínimo de três crimes, e isso precisa ser tipificado claramente: a improbidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Registrado o pedido de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...o tráfico de influência e talvez a prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Solicito a essa douta Assessoria que peça ao Sr. Adir Assad que compareça a esta reunião, acompanhado do seu advogado. (*Pausa*.)

Eu quero já anunciar presença entre nós do Sr. Adir Assad, acompanhado do seu advogado, Dr. Miguel Pereira Neto.

Sr. Adir Assad, para facilitar a compreensão de V. Sªs acerca dos procedimentos adotados por esta CPMI, a Presidência esclarece que cada depoente, convidado ou convocado recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo. Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais de se manter calado.

Em decorrência de requerimentos de autoria dos Srs. Congressistas Luiz Pitiman, Filipe Pereira e Alvaro Dias, aprovados por esta Comissão, comparece a esta CPMI o Sr. Adir Assad.

A presença de S. Sª deve-se, sucintamente, conforme expresso no Requerimento nº 644/2012, do Senador Alvaro Dias, a uma série de ligações entre o Sr. Carlos Augusto Ramos e a empresa Delta Construções, que envolveram também o Sr. Assad. De acordo com o requerimento, "várias das empresas de fachada que receberam recursos da Delta seriam de propriedade do Sr. Adir Assad" – entre aspas; continuam as aspas – "que, juntas, essas empresas receberam mais de R$140 milhões da Delta, maior distribuidora de recursos da organização criminosa" – fecha aspas.

Na mesma linha, o Requerimento nº 516/2012, de autoria do Deputado Luiz Pitiman, apontou, com base em reportagem da revista *Veja* intitulada "O Laranjão da Delta", que a empresa Delta nacional repassou recursos para "empresas fantasmas" – entre aspas. Abre aspas: "de que o Sr. Adir Assad era o real dono" – fecha aspas. Entre essas empresas, o requerimento menciona – aspas – "Legend Engenheiros Associados, Rock Star Marketing e SM Terraplanagem" – fecha aspas.

Já S. Exª, o Deputado Filipe Pereira, concluiu a fundamentação do requerimento de nº 637, de 2012, afirmando que se torna imprescindível para a continuidade dos trabalhos desta CPMI a convocação do Sr. Adir Assad, proprietário de várias empresas de terraplanagem, entre elas a JSM Terraplanagem Ltda., entre outras; a SP Terraplanagem Ltda., que teria feito várias transações com a Delta Construções.

O depoente, o Sr. Adir Assad, encontra-se amparado por medida cautelar no *Habeas Corpus* nº 114.929, do Supremo Tribunal Federal, Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

Nada obstante a Presidência desta CPMI, na expectativa de que V. Sª possa contribuir para o avanço das investigações, passo a palavra ao Sr. Adir Assad para expor as suas informações e alegações sobre os motivos elencacados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI, e fornecer outras informações que considere do interesse do inquérito em curso.

Passo a palavra a V. Sª.

O SR. ADIR ASSAD – Boa tarde a todos. Conforme orientação dos meus advogados, vou exercer o meu direito constitucional de permanecer calado e em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, sendo assim...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, peço a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha... Eu concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu cheguei aqui hoje por volta das 8:15, 8:20 da manhã. O tempo todo pretando atenção, e vendo que vem alguém que senta-se aqui durante oito horas, presta informações ao País, que cobra respostas desse laranjal que se criou em volta da Delta, que faturou bilhões de reais, e nós não conseguimos investigar porque vem alguém que se senta aqui e não dá sequer o direito de o parlamentar falar. Se ele não quiser responder, é um direito dele, assistido pela Constituição da República. Agora, negar o direito a um parlamentar de falar, acho que isso um absurdo.

Daí, estou pedindo a V. Exª pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já concedida a palavra pela ordem a V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas é isso que estou falando. Estou aqui augurando a sua iniciativa de nos dar a palavra. Com isso, Sr. Presidente, o que é que fica claro? Quando se fala em números... Ah, 140 milhões para o laranjal da Delta... O número de hoje passa de R$600 milhões de negócios atípicos,

de transações atípicas que o Coaf indentifica com relação à Delta. Não é pouca coisa. E nós estamos vendo que a mesma pessoa que chega aqui e se apresenta e não deseja falar – o que é um direito dela – nada foi feito, ainda, para quebrar o sigilo das empresas desse laranjal que recebeu milhões de reais, e documentadamente com empresas cujos endereços são falsos, são fictícios. E até quando nós vamos tolerar esse tipo de situação?

O nosso relator, com todo o seu esforço... Está claro, convocar o Sr. Adir Assad é para ele possa aqui vir, com a quebra de sigilo bancário, com as informações necessárias, cruzadas em tempo, para poder inquerí-lo. E nós estamos chamando o Sr. Adir Assad sem nenhuma informação que não seja a da imprensa brasileira. O que é lamentável. Quebrar o sigilo, bancário, telefônico e fiscal para tenhamos documentação necessária, para que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tenha o respeito nacional. Isto cabe a todos nós, e os requerimentos estão aí há tempos; para que o relator geral traga esses requerimentos e os aprovemos, para que não venhamos aqui a ter um momento como este, desagradável, constrangedor para o Parlamento brasileiro; não é só para a Câmara, mas para o Senado e a Câmara Federal. É esse conjunto, é esse esforço que é preciso cobrar.

Aqui é dito que várias empresas do Sr. Adir Assad receberam milhões de reais. Aqui estão identificadas empresas que não existem; endereços que não existem; proprietários que são pessoas simples, que jamais poderiam ter uma empresas recebendo milhões de reais. E no entanto, Sr. Presidente e Sr. Relator, nós estamos aqui vendo alguém que vem... Olha, ele até está no ponto dele; "Olha, não vou falar porque não tenho informação". Até para cruzar essas informações com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, que são funsdamentais e urgente para a CPMI poder caminhar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esta registrada a questão de V. Exª.

Antes, eu vou dispensar a testemunha...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um minutinho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, eu quero fazer uma consideração para ajudar o relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas o relator continuará na reunião. Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas é importante, porque diz respeito exatamente ao seguinte, ao que disse agora o Deputado Rubens Bueno: não é que nós não temos informação, nós já temos, esse é o fato. São dez empresas, quatro delas têm a mesma composição acionária e estão na Rua Estados Unidos, nº 351, quatro empresas; e as outras quatro empresas estão na Rua Padre Guilherme Pompeu, nº 1. São milhões e milhões de reais que passaram por essas empresas e elas têm quatro num endereço, quatro no outro. É evidente, algumas foram criadas no mesmo dia.

Então, é sobre isso que o Sr. Assad teria que pelo menos – isso não prejudica em nada a sua defesa – pelo menos esclarecer, sob a pena de ver o sigilo dele e das empresas dele todos quebrados.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É até um grau de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa questão... Eu não vou modificar aqui um rito que vem sido repetido nesta Comissão. Eu posso ouvir todos, tenho tempo para fazê-lo, mas, antes, vou dispensar a testemunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só pergunte, se ouvindo essas informações que nós temos, o Sr. Assad permanecerá calado. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Assad, eu gostaria, mais uma vez, de saber se V. Sª gostaria de falar sobre as questões que forma trazidas aqui a V. Sª.

O SR. ADIR ASSAD – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, não havendo disposição dele, vou dispensá-lo, conforme o rito aqui já consagrado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos quebrar aqui o sigilo de tudo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... nesta Comissão

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos quebrar o sigilo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, vou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dele, das empresas dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu quero dispensá-lo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pode dispensá-lo, vamos trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e passo a palavra ao Deputado Valderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendo fundamental, já foi dito aqui pela Bancada do PSDB. Nós temos já dezoito empresas identificadas como empresas laranja, das quais apenas seis tiveram o seu sigilo quebrado.

Portanto, nós discutimos aqui a possibilidade de fazermos amanhã uma reunião da Comissão de Inquérito, não só de oitiva de testemunha, mas de iniciá-la com esses requerimentos de quebra de sigilo.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, existe aqui em andamento uma questão muito séria. Quando nós tivemos aqui Alberto & Pantoja, a mulher que foi ouvida aqui disse que o Sr. Gilberto Carvalho Moraes, ex-marido, é que tinha as condições de poder dar informações sobre a criação das empresas.

E tem mais, uma manifestação deste ex-marido, agora, no final de semana, Sr. Presidente, mostra claramente que, dito por ele:

> Depois que eu falar no Senado [deve querer dizer à CPI], posso falar à imprensa. Se te conto uma história que você divulga aí, você não vai poder me dar proteção. Então, depois que eu falar com o Senado e que me derem proteção, aí posso falar. [...] Moraes afirmou que uma eventual manifestação neste momento sobre o assunto "pode acelerar [os trabalhos na CPI] e pode os caras me matar no outro dia" (sic).

Então, é grave, Sr. Presidente. Ele está sofrendo. Essa pessoa para a qual nós já aprovamos requerimento de convocação, Gilmar Carvalho Moraes, ex-marido da mulher que esteve aqui falando pela Pantoja, Alberto & Pantoja, Roseli, está sendo ameaçado. É importante que o tenhamos aqui para explicar o que está acontecendo com ele, Sr. Presidente, é fundamental. Além disso, a quebra de sigilo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente sessão, convocando todos para a sessão de amanhã, às 10h15min, neste mesmo local.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 04 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião realizada em 07 de maio de 2012, às quatorze horas e dezoito minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES),** das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO) e Keiko Ota (PSB/SP).** Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP), Ângela Portela (PT/RR), Lúcia Vânia (PSDB/GO); Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE);** as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC) e Célia Rocha (PTB/AL)** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Desembargadora Laís Ethel Correa Pías; Promotora de Justiça Carla Carrion Frós; Defensora Pública Miriane Tagliari; Aírton Michels, Secretário de Segurança Pública; Márcia Santana, Secretária de Políticas para Mulheres; Fernando Anschan, Representante da Secretaria Estadual de Saúde.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, boa tarde. Convidamos para compor a Mesa a Srª Presidenta Deputada Jô Moraes, a Vice-Presidenta Deputada Keiko Ota, a Relatora Senadora Ana Rita e a Deputada Marina Sant'Anna. Convidamos ainda para integrar a Mesa Diretiva desses trabalhos da audiência pública a representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, a representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargadora Laís Ethel Corrêa Pias, a representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Promotora de Justiça Drª Carla Carrion Frós, a representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Defensora Pública Drª Miriane Tagliari, o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública Airton Michels, a Deputada Federal Manuela D'ávila, Deputada Ana Afonso, Deputado Edegar Pretto, Presidente da Frente Parlamentar Estadual dos Homens

ATAS DA 29ª Á 31ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 2 DE NOVEMBRO DE 2012.....PÁGINAS 262, 346, E 354.

ATA DA 29ª REUNIÃO.....262

ATA DA 30ª REUNIÃO.....346

ATA DA 31ª REUNIÃO.....354

Só queria fechar colocando para vocês um lema do movimento, por mim, por nós e pelas outras: Todas e todos contra a violência contra as mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Cristina.

Queremos agradecer à Cristina, à Ângela e ao conjunto dos movimentos feministas, os movimentos de mulheres, que aqui apresentaram um relatório bastante abrangente da situação da violência contra a mulher e que será nossa referência.

Deixamos de registrar a Srª Irismar Batista, Coordenadora de Política para Mulheres de Santa Luzia; e a Srª Suêldes Araújo, Coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher de João Pessoa.

Passamos, imediatamente, a palavra para as considerações finais ao Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, à Senadora Ana.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigada, Presidenta.

Quero só registrar a importância desta audiência pública para nós da CPMI. Como disse, na minha primeira intervenção, nós não estamos para investigar ninguém, mas, sim, para observar as falhas do Estado brasileiro na execução de políticas públicas, e no caso específico, principalmente, de uma política pública contra a violência contra a mulher. É extremamente importante para nós.

Se vocês observarem, todos nós, na Mesa, ou entregamos as perguntas já feitas ou fizemos muito poucas perguntas, porque o objetivo nosso é mais ouvir do que perguntar, é mais obter documentos, obter informação do que perguntar. Então, as perguntas vinham no momento que entendíamos necessário para algum esclarecimento ou para acumular mais informações.

Sei que a visita de uma CPMI gera expectativas em vocês e em nós, porque nós também temos alguns limites e vamos tentar, com o relatório da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, a quem vamos ajudar nesse relatório, aprová-lo. Que seja um relatório com um diagnóstico bastante próximo da realidade e com muitas propostas para serem analisadas pelos governantes estaduais, municipais, nacionais; e colocadas em prática. Então, o nosso objetivo é esse.

Hoje, com a demanda criada – e podemos dizer que passamos um pouco da metade da CPMI –, já estamos perguntando para nós mesmos: depois dela, que papel nós vamos assumir? Porque o Parlamento brasileiro também tem que assumir um papel concreto nesse processo. Se estamos fazendo uma análise da instituição pública, do Estado brasileiro, o Parlamento brasileiro está nesse contexto. Então, estou achando que estamos trabalhando para gerar mais trabalho para todos, inclusive para nós.

Muito obrigado pela presença de todos e todas. (*Palmas.*)

Foi extremamente importante essa audiência pública. Fico muito agradecido. Ontem, um jornalista me perguntou como eu voltava de Queimadas e eu disse que voltava com a alma queimada, e não menti, porque...

(Interrupção da gravação.)

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 37 minutos)

Deputada **Jô Moraes** (PCdoB/MG), Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião realizada em 29 de agosto de 2012, às 10 horas e quarenta e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as): José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB/GO), Cidinho Santos (PR/MT) e Sérgio Petecão (PSD/AC) e dos (as) Deputados (as): Candido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), **ONYX LORENZONI** (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):, Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) e os (as) Deputados (as): Gladson Cameli (PP-AC), Síl-

vio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Deputados Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Antônio Imbassahy (PSDB-BA). Na oportunidade foram chamados a depor o Sr Paulo Vieira de Souza, que compareceu acompanhado de seu advogado, Glaucio Balduino dos Santos – OAB 29072/DF, e o assistente João Francisco Lopes Brontes – RG 24.725.774-6/SSP-SP, posteriormente, o Sr. Fernando Cavendish, amparado pelo HC 114.859 e acompanhado de seu advogado, Técio Lins e Silva – OAB/RJ 16.165, oportunidade na qual valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio; e, por último, **O SR. GILMAR CARVALHO MORAES** prestou seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a V. Exªs que tomem os seus lugares. Bom dia a todos. São 10 horas e 44 minutos. Peço à assessoria para se posicionar. Solicito aos Srs. Parlamentes que tomem os seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Havendo quórum, antes de iniciamos os nossos trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 28ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está aprovada.

Informação importante a V. Exªs. Esta Presidência comunica que, na manhã de hoje, o Secretário da Comissão, Dr. Dirceu Vieira Machado Filho, recebeu uma ligação telefônica da Srª Roseli Pantoja, que depôs nesta CPMI no dia 15 do corrente mês. De acordo com a Srª Roseli, no dia de ontem, por intermédio de um telefonema, ela e sua família foram brutalmente ameaçadas. No contato com o Dr. Dirceu, a Srª Roseli informou ainda que o seu ex-marido, o contador Gilmar Carvalho de Moraes, também vem, reiteradamente, sofrendo ameaças.

Lembro a V. Exªs que, depois do depoimento da Srª Roseli, vários requerimentos foram aprovados no sentido de que também o contador Gilmar deponha nesta Comissão.

Esta Presidência solicitará, como já o fez, em expediente, ao Ministério da Justiça e aos órgãos competentes, proteção policial para a Srª Roseli Pantoja, seus filhos e seu ex-marido, ao mesmo tempo em que determina à Polícia do Senado para que, em regime de urgência, faça contato com o Sr. Gilmar Carvalho de Moraes para saber se há possibilidade da sua presença, em caráter extraordinário, nesta Comissão.

Feitos esses esclarecimentos e esses informes...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos às palavras pela ordem, para que todos nós possamos começar os nossos trabalhos.

Pela ordem, visualmente, Vanderlei Macris, Leonardo Picciani, Randolfe Rodrigues.

Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, ainda ontem, tivemos oportunidade de levantar, no final da reunião, esta questão da ameaça sendo feita ao Sr. Gilmar Carvalho de Moraes, que mostrou claramente que tem algo a falar, que está sofrendo esse tipo de ameaça e que pretende comparecer à Comissão. Então, seria importante que esse requerimento nosso, assinado por mim e pelo Relator Odair Cunha, que já foi aprovado, pudesse se resumir na convocação imediata do Sr. Gilmar, porque essa ameaça realmente é algo que precisa ser, de alguma maneira, considerado por esta Comissão e para que nós tenhamos a possibilidade de ele, estando presente, explicar, explicitar quais foram os caminhos seguidos pela organização criminosa dentro dessa face trágica e complicada de uma organização que, pelo que já foi dito, claramente se tem consubstanciado de forma mafiosa. E está aí mais um ponto que confirma esse tipo de postura por parte da organização criminosa.

Portanto, acho importante que ele seja convocado, se possível, ainda para hoje, para esse depoimento. Sem dúvida nenhuma, tem o apoio da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está certo. A Polícia do Senado está localizando o Sr. Gilmar imediatamente. Posso garantir a V. Exª que, em comunhão com o Sr. Relator e com o Sr. Vice-Presidente, o primeiro novo depoimento da Comissão será o do Sr. Gilmar Carvalho.

Com a palavra o Sr. Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu creio que a providência de tentarmos fazer a oitiva da testemunha hoje é importante. Ela é uma boa medida.

Parabenizo a decisão de V. Exª, apoiada aqui pelos nossos pares, mas acho que temos outra obrigação.

A Srª Roseli veio a esta Comissão, prestou seu depoimento, colaborou com aquilo que foi solicitado pela Comissão. Salvo engano, ela veio até desacompanhada de advogados.

Acho que nos cumpre informar, via ofício, ao Serviço de Proteção a Testemunhas, do Ministério da Justiça, para que a vida e a integridade física dessas pessoas, desses cidadãos, possam ser preservadas.

Acho que essa é uma providência que esta CPI deve fazer, e deve fazer de imediato, uma vez que não devemos subestimar as ameaças.

Era essa a ponderação que gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a luminar orientação de V. Exª. A Secretaria me informa que o ofício já foi feito, mas a alusão mostra a inteligência e a sabedoria de V. Exª.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, no mesmo sentido, a inclusão de D. Roseli e do Sr. Gilmar no Programa de Proteção a Testemunhas. E considero que é fundamental e urgente ouvirmos, o quanto antes, aqui na CPI, o Sr. Gilmar, que me parece ser peça chave para os depoimentos que se têm de seguir.

Segunda questão, quero só reiterar a V. Exª e ao Relator a necessidade de apreciarmos, na próxima reunião deliberativa ou na reunião deliberativa que for marcada, os oito requerimentos, que ainda não foram apreciados, das empresas de fachada que receberam recursos da empreiteira Delta.

Por fim, Sr. Presidente, só uma indagação a V. Exª. Pergunto qual vai ser a ordem dos depoimentos agora, nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As indagações de V. Exª já foram anteriormente respondidas. A primeira...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PSOL – AP) – A última, a ordem dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A ordem dos depoimentos. Vou fazê-lo.

Primeiro, vamos chamar Paulo Vieira de Souza, que está aqui para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero fazer uma observação, até porque a minha expectativa é de que nós possamos dar sequência a esses trabalhos e ter, enfim, o que o povo brasileiro espera de todos nós, que é um resultado que beneficia o País.

Houve uma manifestação, e eu ontem não me dirigi a V. Exª e a toda esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. Fazendo soar a campainha.) – Por favor, silêncio, para ouvir o Sr. Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não me dirigi, porque, quando chegou a minha vez de falar, o Líder do PT, Jilmar Tatto, já não estava aqui, e acho fundamental que ele ouça essa consideração para o bem dos trabalhos desta CPI. E diria mais, a nossa responsabilidade é com o País.

Eu diria que fiquei, não só chocado, mas, num primeiro momento, até revoltado. Apenas constatei algo que vínhamos dizendo, quando vi a declaração que foi publicada ontem no *Valor Econômico*, com aspas, atribuída nominalmente, de maneira clara, à fala do Líder do PT, que vai ao encontro, que traduz aquilo que era, foi e continua sendo a preocupação, não primária; a nossa maior preocupação é cumprir a nossa missão, é fazer com que a CPI produza os resultados.

E quero destacar que V. Exª tem sido extremamente imparcial, correto e tem cumprido a sua missão, dando o exemplo da grande figura pública que é.

Não quero diminuir nenhum dos outros pares nesse sentido, mas, desde o primeiro momento, manifestamos a preocupação de que sentíamos, percebíamos, por parte de alguns, uma busca de perseguição partidária, de querer fazer com que esta CPMI fosse dirigida a um partido. E, ontem, o Líder Jilmar Tatto me sai com uma declaração extremamente infeliz, mas que traduz e justifica a preocupação que tivemos desde o início. Ele disse, de forma textual, abro aspas: "A CPMI do ponto de vista político cumpriu o seu papel ao fazer sangrar o PSDB. Com o fim do julgamento do STF, o que vai sobrar é a CPI. Para o PT, prorrogar é continuar sangrando o PSDB". Ou seja, para o PT, prorrogar a CPI é continuar sangrando, é dirigir o trabalho do conjunto do Congresso Nacional para fazer uma perseguição política.

Portanto, peço ao Líder Jilmar Tatto que possa rever esse tipo de conceito, de posicionamento, porque eu até entendo que a CPMI começou a ganhar contornos mais produtivos. E é preciso que a gente vá nessa direção.

Quanto ao PSDB, não há de nossa parte nenhuma dificuldade de prorrogar. Pelo contrário, se alguém tentar nos sangrar, teremos sempre a tranquilidade de mostrar que temos o compromisso com a ética, com o trabalho, com a seriedade. Entendemos que ela pode justificar sua prorrogação para investigar mais a Delta, as empresas fantasmas e apurar aquilo que interessa ao País, que é o desvio do dinheiro público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir V. Exª.

Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, além das observações que foram feitas, inclusive com a informação que V. Exª nos traz a respeito da Srª Roseli Pantoja, eu, que conheço bem essa região aqui do Entorno, que é considerada, inclusive, uma das mais violentas do País, hoje a primeira notícia que ouvi na televisão é de que a Força Nacional vai passar a atuar aqui, auxiliando o Governo de Brasília. Causam-me bastante preocupação essas ameaças que estão acontecendo há muito tempo – já tive oportunidade de fazer aqui um relato a respeito –, mas principalmente no caso da Srª Rosely, porque ela veio aqui totalmente desguarnecida, sem advogado, sem segurança, sem nada. Pegou o ônibus e veio para cá. É uma mulher do povo. E ela pode estar sujeita, sim, a um acontecimento dessa natureza e que em nada vai contribuir para nós, membros da CPI, para a CPI como instituição.

Então, acho que essas providências, como disse o Deputado Picciani, devem ser tomadas. Devemos encarar isso com muita seriedade. Ao mesmo tempo, temos de levar em consideração que, como disse a Procuradora, o crime organizado continua organizado.

Essa é a observação, a contribuição que eu gostaria de fazer, aqui, com essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Invocando o art. 14, Líder do PT, Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, faço uma avaliação positiva desta CPMI, diferente, muitas vezes, daqueles que acham que ela não está cumprindo seu papel. Ao contrário, esta CPMI, a sua instalação e a produção de várias reuniões fizeram, por exemplo, com que em nenhum momento pudesse haver a necessidade ou a manobra da cassação, por exemplo, do Senador Demóstenes Torres, do DEM. Esta CPMI conseguiu e está conseguindo apurar, através da transferência de sigilos e através das análises do trabalho que o Relator está fazendo e de todos os outros Deputados e Senadores, no sentido de aprofundar a investigação relacionada ao crime organizado do Carlinhos Cachoeira e principalmente daqui do centro do Estado.

Nobre Deputado Domingos Sávio, quando eu dei essa declaração ao jornal *Valor*, eu dei essa declaração com tristeza, porque eu tenho uma avaliação política, e a apuração da CPMI está deixando cada vez mais claro o envolvimento muito forte de políticos do PSDB; do DEM, mas do PSDB. E são políticos de alto escalão, a começar pelo Governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB. E, quando dei essa declaração... Que veio aqui, inclusive, fez um *show*, pirotecnia. Acho, inclusive, que tem de voltar aqui de novo. Acho que tem de voltar aqui de novo.

A declaração que dei ontem foi em função do que o irmão dele... Veja: o Carlinhos Cachoeira foi preso na casa que ele vendeu ou comprou. É uma confusão aquela casa, que pelo amor de Deus... Está certo?

Os delegados que estiveram aqui disseram claramente que uma parte do Governo do Marconi Perillo, que é do PSDB... Por isso, falei que o PSDB está sangrando. E falo isso com tristeza, porque é muito triste um partido do naipe do PSDB, o segundo ou terceiro Partido do País, estar envolvido nessa quantidade de maracutaia. E todos os indícios do crime organizado estão envolvendo gente do PSDB.

Por último, o irmão... Veja, nós já falamos da casa do Perillo, falamos de várias secretarias envolvendo o esquema do Cachoeira no Governo do PSDB de Goiás, e, agora, o irmão do Governador Marconi Perillo servindo como tráfico de influência.

Por isso, dei uma opinião política. A minha opinião política, que vai ser objeto de uma reunião administrativa, que nem discuti com a minha bancada e sobre a qual vamos, evidentemente, conversar, é a de que temos de ouvir o Relator, principalmente, para saber se haverá tempo e condições de se apurar tudo que está sendo levantado em relação a essa investigação.

Foi nesse sentido que dei a declaração. Dei a declaração e não sou daqueles que ficam torcendo para arrumar maracutaia; não sou daqueles que ficam torcendo para procurar irregularidade; não sou daqueles que ficam torcendo para que políticos estejam envolvidos em crime organizado, de forma alguma!

Acho que esta CPI está no rumo certo, está ouvindo todo mundo. Acho, inclusive, como falei da outra vez, que temos de chamar o Policarpo Júnior. Isso nada tem a ver com liberdade de imprensa, porque isso nós temos de defender. Todos os depoimentos aqui, todos, todos. Ontem mesmo, o Pagot. O Pagot, ontem, veio aqui e falou desse jornalista. Sobre ele há mais de 200 citações, e esta CPI, por enquanto, ainda não convocou o Policarpo Júnior. Por que ele é jornalista? Ué, se nós estamos convocando Senador, governador, se estamos chamando empresários, se estamos chamando deputados, por que não chamar um jornalista?

Então, em função disso, fiz uma avaliação política, porque ainda tenho esse direito, conforme o mandato que o povo me deu. Falo o que eu acho que devo falar. E acho realmente que o PSDB está sangrando. Vejo com tristeza isso, mas é um dado da realidade.

Sávio, eu respondi?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Invocando o art. 14...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em seguida, tenho uma comunicação inadiável a fazer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª o fará em seguida.

Invocando o art. 14 do Regimento, tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, para a minha tristeza, vejo que de todos nós e acho que do País, ao ter a preocupação de trazer o assunto, eu o fiz, porque eu tenho absoluta clareza de que o objetivo desta CPMI, e o que o País espera de nós, é que possamos nos aprofundar nas investigações que envolvam, não só o crime organizado a partir da quadrilha do Sr. Carlinhos Cachoeira, mas, especialmente, desvio do dinheiro público, atos de corrupção ativa e de corrupção passiva.

Quando trago a matéria – e a trago de forma clara, transparente, direta, sem ofensa –, eu o faço para que a gente retome o caminho do respeito, do trabalho em prol do País. E o que ouço de volta é mais agressão ao meu Partido, agressão absolutamente infundada! A colocação feita de que políticos do PSDB estão envolvidos é absolutamente absurda!

Foi feita uma colocação imputando ao Governador de Goiás envolvimento de natureza direta, e ficou absolutamente provado o contrário! Ficou absolutamente provado que a única razão pela qual ele veio aqui foi por ter vendido uma casa de sua propriedade, o que ele anunciou publicamente, fazendo toda a transação de maneira pública e explícita. Chegou-se ao ponto de se convocar até o decorador dessa casa, para tentar imputar alguma relação ou culpa, e nada, absolutamente nada se provou! Tentou-se requentar, agora, novamente, algum tipo de agressão, atribuindo ao seu irmão um diálogo de um possível pedido que jamais se consumou, que jamais se realizou, que nenhuma relação tem e que sequer ocupa qualquer cargo dentro da estrutura do Governo de Goiás. Absolutamente agressivas as palavras que acabo de ouvir, mas eu não comentarei sequer, apenas dizendo são injustas, são absurdas.

E, ao atacar o PSDB, dizendo que o PSDB está sangrando, a gente vê a tática que sempre ocorreu de simplesmente desviar as coisas. O que nós estamos vendo, neste momento, é o País inteiro assistir ao julgamento do mensalão. No passado, dizia-se que quem estava acusando, quem estava apontando o dedo, quem estava dizendo que havia crime de corrupção era a oposição, era o PSDB; hoje, é o Supremo Tribunal Federal, com absoluta imparcialidade, isenção, dessa Corte – composta de vários ministros nomeados pelo próprio Presidente Lula que respondem a uma acusação formada pelo Procurador-Geral, que foi nomeado pelo Presidente Lula, e com a imparcialidade que deve ser da Justiça –, que prova para o povo brasileiro: houve, sim, corrupção; houve, sim, todo tipo de desmando. E, agora, nós é que estamos sangrando.

Neste momento, o que queremos com esta CPMI é que ela investigue, como ocorreu na CPMI dos Correios. Naquela ocasião, muitos brasileiros diziam: "Não vai dar em nada, vai dar em *pizza*!". Hoje, nós estamos vendo que a *pizza* vai assar no xadrez, para aqueles que roubaram o povo brasileiro. Vão presos, sim. Essa é a nossa esperança, e o Supremo caminha para isso. Esta CPMI tem que ir nesta direção: apurar os desmandos.

E, hoje, está prevista a vinda do Sr. Fernando Cavendish. Agora, que nós queremos nos aprofundar nas contas fantasmas, queremos nos aprofundar no desvio do dinheiro público, vem, novamente, essa linha de ataque de dizer: "Ah, o PSDB está sangrando.", "Olha, essa CPMI é para investigar o quintal da casa do fulano ou do ciclano.".

Esta CPMI não pode ter essa coloração partidária, Sr. Presidente. Eu, aqui, não me referi, nominalmente, a ninguém nesta minha fala, mas apenas destaco e defendo o meu Partido – e nem me referi a nenhum outro partido –, mas defendo o meu Partido, porque tenho a consciência tranquila de que o PSDB cumpre a sua missão para com o País, ao ser, aqui, hoje, eu diria nem oposição, resistência. É tão diminuto o nosso número que nós somos resistência, para que o País ainda possa dizer: "Respiramos democracia.".

É por isso, Sr. Presidente, que é algo absurdo atribuir esse sangramento que a gente vê ao PSDB.

O que nós queremos – e que, de repente, desvia a conversa – é que o Sr. Relator convoque, agora, sim, o tesoureiro da campanha da Presidenta Dilma, porque, num primeiro momento, ele achou que não precisava. O depoimento de ontem provou o equívoco. Ontem, o depoente deixou claro: o Sr. Paulo não pediu nada para a campanha, mas o Sr. De Filippi pediu, pediu que ele fosse a campo, e, mais do que isso, isso se consumou. O dinheiro foi arrecadado de empresas que tinham empenhos a serem pagos ainda, com propósito eleitoral. Ou será que podemos dizer, claramente, eleitoreiros? Então, convoquemos o De Filippi. Isso não é fazer perseguição partidária, é trabalhar com os fatos, com a realidade.

Portanto, se há alguém sangrando, não é o PSDB. E a imprensa, no Brasil, felizmente, é livre, ainda, e está atenta, não vai se deixar levar por esse tipo de provocação ou de cortina de fumaça. Enquanto se descobrem os malfeitos, tenta-se trazer, novamente,

com determinados tipos de arroubos, a colocação de que quem sangra é o PSDB.

Então, eu não vou me referir a partidos ou a colegas Deputados. Eu me refiro ao princípio da verdade, da ética. Que esta CPMI siga o seu caminho, sem perseguição partidária, para sangrar A ou B com esse tipo de interesse.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, comunicação...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Questão de ordem. Não, eu não estou fazendo o pedido da inscrição. Eu estou pedindo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – (Inaudível.)...Identificável, é o Deputado Glauber Braga que está me pedindo a questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª, com todo o respeito e admiração que tenho a V. Exª, vai me dizer o artigo.

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª vai me dizer o artigo, porque, agora, eu só aceito questão de ordem com o artigo proveniente do Regimento Comum. E vou fazer uma concessão única e última a V. Exª, pela admiração que tenho a V. Exª. V. Exª vai me pedir a palavra pela ordem, e eu vou dar a palavra pela ordem a V. Exª, porque somente assimilarei se V. Exª me disser, nominalmente, o número do artigo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Com todo o respeito que eu tenho a V. Exª e pelo comportamento que V. Exª tem tido também nesta Comissão, de maneira isonômica com todos os Parlamentares, espero que V. Exª não tenha para com este Parlamentar um comportamento diferente do que tem tido em todos os meses de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Faço aqui uma questão de ordem, sim, que tem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Invocando qual artigo, Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Posso invocar aqui um conjunto de artigos, o nº 95, seja ele qual for. Posso, aqui, dizer, inclusive, que é uma questão de ordem que tem natureza sistêmica, onde você vai avaliar o Regimento da Câmara com o Regimento do Senado, em conjunto com o Regimento Comum.

Mas eu, antes até de fazer a questão de ordem, me dirijo com todo o respeito a V. Exª, pedindo que a sua postura seja também isonômica, porque eu não vi de V. Exª esse mesmo comportamento, nos últimos meses, com os vários Parlamentares que fazem o pedido de questão de ordem, aqui nesta Comissão. Então, peço minimamente o respeito de V. Exª.

Em segundo lugar, não estou aqui como Parlamentar e como Deputado para protagonizar ou para ficar verificando. Isso, sim, exigiria de V. Exª uma postura bastante contundente, pois seria o caso de um Parlamentar fazer uma crítica a outro Parlamentar ou a outro partido para, depois, invocar o art. 14 e, dessa forma, ficar monopolizando uma discussão que em nada vai contribuir com a CPMI. As discussões políticas são da natureza da política, são da natureza da CPMI também, agora, isso não quer dizer, de forma alguma, que eu, como Parlamentar, não tenha o direito de saber o procedimento que vai ser adotado para a oitiva que vai ser realizada hoje: quem vai ser ouvido; se a relação de inscrição que está sendo feita aqui é única e exclusivamente para os Líderes partidários ou para aqueles que se inscreveram; se essa relação vai esperar que os depoentes possam, aqui, entrar para que dêem seus depoimentos.

Então, espero de V. Exª que tenha com este Parlamentar um comportamento isonômico, porque nunca vi V. Exª – esta é a primeira vez que tenho a oportunidade de ver – dispensar um tratamento pouco isonômico com um Parlamentar nesta Casa.

Dessa forma, faço a minha questão de ordem a V. Exª, que, basicamente, é a seguinte: qual vai ser o procedimento adotado na reunião de hoje? Nós vamos ouvir os depoentes? Nós vamos ouvir a lista de inscrição de todos que estão aqui colocados, com os Líderes partidários em primeiro lugar? Ou nós vamos esperar que os depoentes possam, aqui, fazer o seu pronunciamento para que, aí, sim, os Líderes partidários e as inscrições sejam obedecidos?

É única e exclusivamente uma questão de ordem para saber qual o procedimento que será adotado na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão de questionar o ordenamento dos nossos trabalhos e aí poderia fazê-lo em questão de ordem. A dificuldade de V. Exª foi em relação ao assessoramento para me dizer, e, assim, deferir a questão de ordem, porque esta Presidência precisa saber do Parlamentar que questiona a ordem dos trabalhos o artigo sobre o qual está questionando.

O que pedi a V. Exª, com a isonomia e a elegância com que trato todos os Parlamentares, é exatamente que me traga o número do artigo a que se refere, ou do Regimento Comum ou dos outros Regimentos, da Câmara e do Senado. V. Exª sabe que, durante a primeira parte dos nossos trabalhos, nós tivemos uma afluência

muito grande das questões de ordem. Na segunda parte dos nossos trabalhos, estamos oferecendo, a cada um e a todos os Parlamentares, a palavra, indistintamente, pela ordem, porque achamos melhor, para o exercício e o fluxo dos nossos trabalhos, o Parlamentar pedir a palavra, pela ordem, porque imediatamente eu transfiro ao Parlamentar a palavra, pela ordem, e não faço ao Parlamentar a invocação do artigo regimental, facilitando, assim, o fluxo do nosso trabalho.

Por isso, tenho dito, aqui, de uma forma muito isonômica, usando o termo de V. Exª, que, quando o Parlamentar me questiona pela ordem, facilita a dinâmica desta Presidência com o Parlamentar. Mas V. Exª me arguiu o encaminhamento e o ordenamento dos nossos trabalhos. E aí V. Exª tem toda razão, porque é o ordenamento e o encaminhamento dos nossos trabalhos, que vão continuar sendo, Deputado Glauber, da mesma forma como o foram desde a primeira reunião.

E eu tenho, aqui, ainda, para ouvir o Deputado Miro Teixeira, o Senador Pedro Taques, o Senador Alvaro Dias, o Deputado Mendes Thame...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe Rodrigues... E vou ouvir todos pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu abro mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Porque são os senhores que decidem o destino desta reunião.

Eu tenho aqui alguém que não veio com *habeas corpus*, chamado Paulo Vieira de Souza.

Tenho aqui Paulo Vieira de Souza, que não veio com *habeas corpus* e quer falar. Por isso que, monocraticamente, ele vai falar primeiro. É decisão desta Presidência, para beneficiar quem quer falar.

Depois, para comunicação, inclusive foi em atenção ao Deputado Miro Teixeira, que me trouxe, de pronto, a sugestão, tenho agora a notícia da Polícia do Senado de que o Gilmar Carvalho foi localizado e está vindo depor, hoje, na CPI.

Agora, se os senhores abrirem mão, imediatamente eu trago aqui os depoimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou abrindo mão, Sr. Presidente, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, efetivamente, a disciplina...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me terminar, por favor, a questão de ordem, aceita por esta Presidência, do Deputado Glauber.

O ordenamento dos nossos trabalhos será o seguinte, como sempre foi: chega; nós vamos receber; vamos definir; a testemunha vai falar; o Relator vai argüir; os autores vão questionar; depois V. Exªs, que estão inscritos, vão questionar; os Líderes, após três questionamentos, vão fazer. Exatamente como foi durante todas as reuniões. Não há nenhuma alteração. A única alteração é que eu prestigiei quem quer falar, colocando hoje.

Está aceita a questão de ordem de V. Exª, com a reiterada admiração à sua juventude e à sua inteligência.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Eu reitero também, Presidente, a admiração por V. Exª e tenho certeza de que o tratamento isonômico a todos os Parlamentares foi sempre o comportamento de V. Exª e vai continuar sendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade, é o meu postulado e é o meu compromisso com esta Comissão. É o meu postulado e é o meu compromisso.

Deputado Miro, com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com relação ao caso da D. Roseli e do Sr. Gilmar, que já estão vindo aí, eu ia propor a V. Exª até que requisitasse helicóptero da Polícia Federal, mas me parece que é desnecessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Polícia do Senado é competente e já vai trazer.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já está providenciado.

A outra coisa, Presidente, é com relação à transferência dos nossos sigilos para o Ministério Público, porque ficou aprovado aqui quando esteve a Drª Léa presente. Gostaria que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não recebi ainda nenhum comunicado do Ministério Público solicitando o compartilhamento. Foi isso que eu acordei com o Ministério Público. Eles precisavam pedir o compartilhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Além da manifestação verbal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Além da manifestação verbal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E, finalmente, nós recebemos 260 ou 280 mídias, totalizando um 1 terabyte de dados. Isso está sendo injetado em três computadores. Há 12 parados ou 10, que dependeriam da ordem de V. Exª para o rompimento do lacre do plugue USB, para que possa ser injetado em todos, de tal maneira que os Parlamentares tenham acesso a esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A ordem já está dada imediatamente. V. Exª já deu a ordem por mim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está passada diretamente, aqui, ao Dirceu.

Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, rapidamente, sem me preocupar com o sangramento do PT ou do PSDB, estou preocupado com o fato de que essa senhora pode sangrar com um tiro na cabeça, alguma coisa assim. Ela será trazida aqui?

É muito mais efetivo – além de ofício; ofício vai demorar, vai para o Correio, demora – que ela possa ser trazida aqui para que possamos, rapidamente, na sala da CPI, fora, saber efetivamente o que ocorreu. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi entregue à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas ofício é muito pouco; isso demora, Sr. Presidente; é uma burocracia. Há algo mais efetivo? Que ela venha, fique na sala da CPI, e que nós possamos ouvi-la e encaminhá-la, fisicamente, antes que ela morra e sangre.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., o.k.

Obrigado, Pedro.

Mendes, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, muito rapidamente quero dizer que participei, nestes meus seis mandatos e inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito, algumas que tiveram, inclusive, um grande resultado, como a do Mensalão, essa dos Correios, que gerou um relatório que foi encaminhado ao Ministério Público e está hoje resultando nesse julgamento histórico do Supremo.

E fico surpreso com as declarações do Líder do PT. O Líder do PT é Líder do PT durante 24 horas. Depois das 18 horas, ele não deixa de ser Líder do PT e passa a ser um mero Deputado como qualquer um de nós. Ele é Líder do PT o tempo inteiro. Então, as suas declarações são as que refletem a Liderança do PT, e a sua última declaração revelou uma distorção e um desconhecimento das funções do Congresso, das funções da Câmara dos Deputados e deste instrumento, que é a CPI.

A CPI é um instrumento de fiscalização, visando a melhorar o Estado brasileiro, a fortalecer as instituições, a melhorar a vida das pessoas. Não é um instrumento de vindita, nem de perseguição de um partido.

É evidente que, no decorrer da CPI, um partido pode auferir ganhos políticos, mas essa não é a finalidade. Colocar como finalidade de uma CPI a instalação de um procedimento de uma CPI, até a prorrogação ou não da CPI, colocar como finalidade fazer sangrar um partido adversário é uma gravíssima distorção. Durante todos esses anos, nunca vi uma declaração política tão sórdida, tão deletéria quanto essa do Líder do PT.

Por isso, acredito que V. Exª tem um papel fundamental: tomar esta CPI o rumo devido.

O rumo devido qual é?

É seguir o dinheiro, procurar o dinheiro, fazer a quebra do sigilo das oito contas que ainda não foram quebradas, requerimento do Senador Alvaro Dias, quebrar para saber não apenas se o dinheiro foi desviado da Delta para essas contas fantasmas, para essa citrogenia imensa que caracteriza essa empresa que se apossou, que conseguiu abocanhar, conseguiu capturar uma parte do Estado brasileiro, mas saber daí dessas contas fantasmas para onde foi o dinheiro.

Se nós não fizermos isso, é sinal de que esta CPI está de joelhos, está com medo, não está querendo realmente investigar. Esse é o objetivo fundamental nosso agora e, se necessário, de uma prorrogação.

Por isso, temos de ouvir os depoentes, deixar esses casos, como essa declaração do PT, como algo absolutamente insólito, mas não pode ditar o andamento desta CPI. Solicito que V. Exª use o seu poder como Presidente para dar início às oitivas de hoje e dar encaminhamento a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, solicitei reinscrição, porque trago informação importante para esta CPI.

Já se encontra na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o documento da 5ª Vara da Justiça Federal do Estado de Goiás, de S. Exª o Dr. Alderico Rocha dos Santos, Juiz de Direito, relativo aos atos de constrangimento que S. Exª sofreu da Srª Andressa Mendonça, esposa do Sr. Carlos Cachoeira.

Junto a esse documento, que já se encontra na CPI, está o famoso bilhete de ameaça da Srª Andressa e o auto de apreensão de documentos na residência da Srª Andressa, de documentos e de equipamentos de mídia eletrônica. Dentre esses equipamentos, há um aparelho de telefone celular, *tablet*, computador pessoal, mas chama a atenção, no auto de apreensão, o Documento nº 16, um instrumento de procuração, tendo como outorgante Mestra Administração e Participações Ltda, e outorgada, Andressa Alves de Mendonça Moraes.

Esses documentos, Sr. Presidente, são indispensáveis para esta Comissão Parlamentar de Inquérito; em especial, essa procuração.

Então, a solicitação que faço a V. Exª e ao Relator é para, o quanto antes, comunicar à Polícia Federal que, tão logo se proceda à perícia por parte da Polícia Federal, sejam encaminhados para esta CPI os CDs, mídias eletrônicas, cópia do conteúdo do *tablet* da Srª Andressa e, em especial, essa procuração, visto que essa procuração se refere a uma procuração outorgada à empresa Mestra, já citada e envolvida nas investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda, Sr. Presidente, dos sigilos chegados a esta CPI, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Sr. Senador, me permita... Por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São duas etapas, e é importantíssima a arguição que V. Exª faz, como todas as arguições que faz.

V. Exª está formalizando essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já formalizou ou estaria formalizando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não, eu estou comunicando à CPI. Agora, de imediato, posso formalizar para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, faça isso, até para conhecimento do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já requisitou?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, esse material foi requisitado na última reunião administrativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O auto de apreensão?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Inclusive. Não, não o auto de apreensão, o material apreendido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O que foi apreendido, após periciado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Porque é muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Porque esse material é da maior importância para esta CPI. Reitero: em especial essa procuração.

A outra, a segunda parte, dos sigilos chegados a esta CPI, acabei de ser informado de que não chegou ainda o sigilo da empresa Adécio & Rafael. O sigilo, em especial, do banco Itaú Unibanco. Esse sigilo, que é importante, indispensável para esta CPI, ainda não está aqui. Eu solicito ao senhor, à Presidência e ao Relator da CPI, reiterar: entre os sigilos da Adécio & Rafael, também existe o sigilo no Sicoob. E a informação que tenho é que o Banco Central, ao pedir o sigilo da Adécio & Rafael, não solicitou o sigilo desse banco. Eu peço a V. Exª para alertar o Banco Central para proceder à imediata comunicação para encaminhamento dos sigilos que estão faltando a esta CPI.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós aprimoramos a nossa relação; nós já estamos fazendo diretamente ao banco, no caso o banco Itaú Unibanco. Já vamos fazer diretamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O segundo é do Sicoob. O Sicoob é que está fora. O Itaú Unibanco ainda não recebeu a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos fazer diretamente ao Sistema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aos dois bancos diretamente, porque o fluxo diretamente da CPI ao banco tem uma dinâmica maior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo. Característica da competência de V. Exª na condução desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado. Divido com V. Exª.

Convido para compor a Mesa o Sr. Paulo Vieira de Souza, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 522. *(Pausa.)*

Esta Presidência relembra a V. Exªs que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este colegiado e pode preparar a sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais de se manter em silêncio.

Em decorrência do Requerimento nº 522, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, comparece a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Sr. Paulo Vieira de Souza.

Resumidamente, os argumentos apresentados no Requerimento do Deputado acima mencionado são os seguintes – abre aspas:

> O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE – SP) abriu investigações [...], com o objetivo de apurar indícios de superfaturamento nas obras de ampliação da Marginal Tietê, em São Paulo (SP), entre as quais às do denominado Lote 2, realizadas pelo Consórcio

> Nova Tietê, do qual a Delta Construções Ltda. fez parte.
> Ainda segundo o Deputado Dr. Rosinha – aspas:
> Paulo Vieira de Souza,[...] Diretor de Engenharia da Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A, no período de 2007 a 2010, foi um dos responsáveis pela contratação do Consórcio Nova Tietê.

Para a obra de ampliação da Marginal Tietê, ainda consoante o requerimento do Deputado Dr. Rosinha – abrem aspas:

> Aparecem como responsáveis por este contrato, conforme atesta publicação do Tribunal de Contas 13 de setembro de 2011, Délson José Amador, que foi Superintendente do DER e da Dersa, e Paulo Vieira de Souza [...] Ambos são citados na Operação Castelo como suspeitos de terem recebido, enquanto agentes públicos, propinas da construtora Camargo Corrêa.

Aduz, por fim, o Deputado Dr. Rosinha que, segundo a matéria publicada na revista *Istoé*, Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor do DNIT, afirmou, em meados de 2009, que o então Diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza solicitou uma audiência no DNIT, com o propósito de convencê-lo – a ele, Pagot – a liberar mais recursos para a conclusão do trecho sul do Rodoanel.

O depoente, na condição de convocado, o Sr. Paulo Vieira de Souza, comparece a esta CPI, sem haver solicitado *habeas corpus* ao Poder Judiciário – repito, sem haver solicitado *habeas corpus* ao Poder Judiciário.

Esta Presidência tem a expectativa de que S. Sª contribua para as investigações.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Vieira de Souza para, no tempo que achar conveniente e necessário, expor as suas razões.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, é na condição de testemunha. É isso, não é? (Pausa.)

Obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Bom dia a todos.

Exm**O SR. PRESIDENTE**, Senador Vital do Rêgo, Exmo Sr. Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira, Exmo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Exmas Srªs Senadoras, Exmos Srs. Senadores, Exmos Srs. Deputados, Exmas Srªs Deputadas, senhores e senhoras, uma vez convocado a prestar testemunho perante esta CPMI, não poderia deixar de comparecer e agradecer a oportunidade de prestar os esclarecimentos solicitados, como também sobre as sucessivas acusações inverídicas, através de fatos reais e verdadeiros, com documentos comprobatórios a serem entregues na presença de todos no dia de hoje.

Compareço com o espírito de colaboração, com o máximo respeito aos Srs. Deputados e Senadores, visando esclarecer quaisquer dúvidas que possam restar quanto às questões que foram objeto da minha convocação.

O que conquistei em minha vida, nos estudos e no campo profissional, nada mais é do que a minha gratidão pelas oportunidades que recebi. Decidir e assumir, eis um binômio que sempre pautou a minha vida. Jamais me furtei às minhas responsabilidades, aos meus compromissos, na defesa da minha crença e do que acredito.

Assumi livremente, e não por qualquer imposição, o desafio de participar da gestão da construção de uma das maiores obras de infraestrutura deste País: o Rodoanel Trecho Sul e a nova Marginal Tietê, entre tantas outras que tive o prazer e a satisfação de participar. Participei de uma equipe multidisciplinar que acreditou e se empenhou ao máximo, derrubando o paradigma de que a burocracia estatal não poderia ser vencida pela inteligência humana e pela satisfação pessoal de realizar e tornar reais projetos importantíssimos para o desenvolvimento do Brasil.

Por ter assumido o desafio e alcançado resultado, posso afirmar que a satisfação foi infinitamente maior do que todas as críticas, inverdades e ilações que foram veiculadas.

Dificuldades foi o que mais tivemos, mas a superação e a firme disposição em enfrentá-las e buscar a perfeita interação e integração entre as várias áreas e esferas do governo foi o que prevaleceu.

O respeito a todos, estrita legalidade, a transparência de conduta, o atingimento ao interesse público, o comprometimento com os prazos, o cumprimento de metas e a coragem para assumir desafios, creio que tudo isso foi o que permitiu o êxito do nosso trabalho.

Prestar esclarecimentos, comparecer perante o Senado da República, perante a Câmara dos Deputados, perante o Ministério Público, perante as Cortes de Contas, perante a Procuradoria-Geral do Estado, enfim, todas as áreas e esferas do Governo foram caminhos que sempre percorremos por acreditarmos e estarmos convencidos de que foi feito o necessário, e não apenas o que era possível.

Existem homens que lutam 1 dia e são bons; existem outros que lutam 1 ano e são melhores; existem aqueles que lutam muito, e muito mais, e são muito bons, porém, existem os que lutam toda a vida. Esses são imprescindíveis. Quando você passa a ser uma pessoa diferenciada na administração, tendo influência

na decisão pertinente, quando sua palavra é respeitada e desfruta da confiança de todos, ninguém está imune a ataques e a enfrentar turbulências, dilúvios, quando você opina e decide. Quando se está no olho do furacão, em pleno combate, com adrenalina a mil, enfrentando lutas sucessivas, podemos nos machucar. É muito difícil resistir a uma saraivada de denúncias mendazes, loucas e caluniosas. Terá que ser muito forte para resistir à calúnia.

Cada homem é o ferreiro da sua própria sorte.

Eu pediria licença aos Srs. Senadores e Deputados, se me permitirem, para ler o meu breve currículo profissional, se vocês, se V. Exªs acharem que é o momento exato.

A minha primeira atividade profissional foi aos 10 anos, quando eu resisti ao truste de engraxate de rua, na cidade de Taubaté, na qual a Praça Dom Epaminondas era dominada, e eu resolvi trabalhar lá como engraxate. Se passaram anos, me formei professor, dei aula em todos os colégios nos quais estudei.

Sou formado em Engenharia Civil pela Universidade de Taubaté. Durante 20 anos, atuei no setor privado, construí a grande maioria de Shopping Centers Iguatemi do Brasil, fui sócio de Alfredo Mathias e, depois disso, construí 3 mil apartamentos no Estado de São Paulo, de baixo padrão, médio padrão e alto padrão.

Fui fundador... Trabalhei 2 anos como funcionário em duas empresas, uma como ícone de São Paulo, Construtora Alfredo Mathias, e a outra, a Engeral Engenharia e Obras.

Fui fundador de seis empresas. Em todas elas, eu assumi a função de gestor, fui fundador, criador e executor, e todas elas estão fora da atividade, no momento em que eu decidi, por livre e espontânea vontade, por convite, assumir a gestão pública.

Todo o meu patrimônio que consegui na minha vida, já quando assumi o setor público, já faz parte da minha declaração de Imposto de Renda.

Fui convidado a trabalhar no Metrô de São Paulo como Diretor de Custos e Planejamentos durante 4 anos pelo Presidente Antonio Sergio Fernandes.

Fui responsável pela aprovação, no Banco Mundial, da Linha 4 do Metrô.

Após isso, fui para o Ministério das Comunicações, não no Ministério, mas na Companhia Telefônica Borda do Campo, a convite de Sérgio Motta, para se iniciar a privatização do sistema.

Após isso, por indicação do hoje Senador Aloysio Nunes Ferreira, vim ao Palácio do Planalto, trabalhei na Casa Civil da Presidência, com um dos gestores que eu considero um ícone do setor público, Ministro Pedro Parente. O que fiz ali? Fui coordenador de cinco programas: Programa Brasil Empreendedor, naquela época, em 1999, pouco se falava em recursos, foram 30 bilhões, coordenando, do segundo escalão, 17 Ministérios e 12 autarquias no Palácio do Planalto, no 4º andar; Programa Brasil Empreendedor, Programa de Crédito Orientado; na crise energética, cuidei de 30% do reabastecimento da crise em conjunto com o Ministro Pedro Parente. Fui também coordenador do Trabalho Solidário, fui indicado também conselheiro da Valec. Fiquei lá por um ano e meio.

Após a presidência, passei a ser convidado por Dario Rais Lopes, Secretário e Presidente da Dersa e fui trabalhar na função de Diretor de Relações Institucionais. Durante dois anos, a única obra que o governo Geraldo Alckmin aprovou, executou e inaugurou foi exatamente Jacu-Pêssego em um consórcio, em um convênio – me desculpem – com a Prefeitura de São Paulo.

Após isso, em 2007, tornei-me Diretor de Engenharia da Dersa e cuidei dos seguintes empreendimentos: Rodoanel Mário Covas – trecho sul, Nova Marginal Tietê, Complexo Viário Jacu-Pêssego – trecho sul, Complexo Viário Jacu-Pêssego – trecho norte, Parque Jacuí, Trevo da Ragueb Chohfi, Estrada Parque, implantação da ciclovia em São Paulo, restauração de toda pavimentação do Centro Expandido, ligações entre a Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto, prédios do Pelotão da Polícia Ambiental, Agência Ambiental, obras e serviços em todos os Municípios lindeiros ao Rodoanel, travessia Santos-Guarujá.

E, assim mesmo, creio ser um desconhecido da classe política.

Recebi em nome da minha equipe – uma equipe que trabalhava matricialmente, apelidada carinhosamente como Pelotão de Elite da Dersa – os seguintes títulos, em homenagem à minha equipe porque, como todos nós sabemos, quem faz gestão no Brasil não faz gestão sozinho. Fui o único engenheiro do interior do Estado e na história do Instituto de Engenharia que não era governador, nem prefeito, nem secretário e nem presidente. Recebi o título de Engenheiro Eminente do ano de 2009. Sou o único engenheiro do interior do Brasil que recebeu esse título. Recebi o título de Líder Empreendedor da Confederação Latino-Americana do Comércio. Recebi a medalha em nome da minha equipe e em nome pessoal do cinquentenário da Polícia Ambiental. Talvez seja um dos poucos engenheiros da área civil que tenha essa honraria. Recebi a medalha do cinquentenário também da Polícia Rodoviária, Troféu Top of Business dos dez melhores gestores públicos.

Todos esses títulos, nada mais nada menos, representam o reconhecimento de todos os órgãos por uma equipe que trabalhou realizando obras de grande porte. Calculo eu que, em termos de rodovia, executa-

mos, em 34 meses, 400km de rodovia. Vou me silenciar, porque eu vim aqui com espírito – e é o meu dever como cidadão – de prestar esclarecimento ao Senado, ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e não me furtarei em responder uma única pergunta, principalmente, relativa ao tema da minha convocação. E agradeço a delicadeza de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares, agradecer a disposição do Sr. Paulo Souza de comparecer à CPMI e, como V. Sª bem assinalou, com espírito colaborativo, e, para nós, é importante essa decisão de V.Sª.

O senhor falou aqui a sua profissão na sua qualificação. Há perguntas obviamente que eu farei e que o senhor já tratou na sua exposição inicial, mas para nós é importante que ela seja fracionada. Sua profissão é qual mesmo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sou engenheiro civil, Excelência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor se tornou diretor da Dersa? Quem o indicou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu entrei na Dersa em 2005, no governo de Geraldo Alckmin.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem o indicou para lá? Como foi o processo de ascensão do senhor para este cargo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Dersa estava iniciando um trabalho de viabilidade logística da Marginal Tietê sobre concessão. Eu fui convidado pelo presidente e secretário, que acumulava os cargos, Dario Rais Lopes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem era presidente da Dersa quando o senhor assumiu o cargo de diretor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Dario Rais Lopes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele era presidente da Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Presidente e Secretário dos Transportes; ele acumulava as funções.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mídia noticiou que comumente o Sr. Paulo Souza é tratado como Paulo Preto. A pergunta que faço a V. Sª é: como o senhor prefere ser chamado? E é verdade o que a imprensa disse, que o senhor não gosta desse apelido? Eu queria que o senhor colocasse isso para a Comissão, até para que os membros tenham a oportunidade de saber como devem se dirigir ao senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu responderei. Os detratores da acusação feita do PSDB, na revista Istoé, para mim, abduziram, porque eles negam em qualquer instância do Poder Judiciário. Esse apelido, eu não tenho nada contra apelido, o Pelé é o Pelé. O que ocorre é o seguinte: é pejorativo, para magoar e para macular a minha imagem, porque ser descendente, no Brasil, da raça negra, 80% da população... Poderia ter sido chamado carinhosamente pela minha mãe, pelos meus irmãos, pelos funcionários; não existe um único funcionário na minha história profissional, na Dersa ou no governo, que me tratasse por esse apelido. Devo reconhecer que foi uma grande jogada da mídia, mas eu não me curvarei a isso. Eu direi aos senhores: Paulo Preto não foi convocado a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Paulo Vieira de Souza, Paulo Souza, Souza estou aqui à disposição dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados para responder qualquer tipo de pergunta que os senhores acharem devida à minha convocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Repassando essa ideia que o senhor traz aqui da sua trajetória profissional, eu queria só separar os cargos que o senhor ocupou na vida privada e os cargos que o senhor ocupou na vida pública. Cargos públicos que o senhor ocupou; o senhor falou que foi assessor da Casa Civil...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor gostaria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só os cargos públicos.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os cargos públicos: primeiramente, eu fui diretor de custo e planejamento da Companhia do Metrô de São Paulo, em que fiquei 4 anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode precisar o tempo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De 90 a 94.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k. Em seguida?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em seguida, fui à Companhia Telefônica da Borda do Campo, de 96 a 98, ou 99. Se isso for necessário, eu pego precisamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não é preciso essa precisão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Após a Companhia Telefônica da Borda do Campo, eu vim para a Presidência da República. Fui assessor especial do Ministro-Chefe Aloysio Nunes Ferreira durante um ano e meio ou dois. Depois passei a ser assessor do Ministro Pedro Parente até o final, e fiz a transição de governo ao governo do Presidente Lula até o mês, mais ou menos, de fevereiro. Participei da transição. Depois, em 2005, fui convidado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ficou, então, 4 anos na iniciativa privada, praticamente?

Quando o senhor saiu aqui, em 2002, 2003, 2004, o senhor ficou na iniciativa privada?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Na minha vida, desde o momento em que eu assumi ser um gestor público, eu nunca mais tive uma atividade privada no intervalo, por uma questão pessoal de ética, por uma questão pessoal minha. Eu nunca quis misturar empresa privada com empresa pública. Eu ficava sem desempenhar função profissional, mesmo porque o meu patrimônio, antes de entrar no governo até hoje – e eu já apresentei e posso em seguida responder –, durante os últimos 20 anos da minha vida, é declarado e entregue.

Depois, no governo do Sr. José Serra, eu passei a diretor de engenharia, em maio de 2007. Fiquei, então, 5 anos e fui exonerado pelo Governador Goldman em 2010, 9 dias depois do Rodoanel ser entregue à população.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2010. O senhor já foi filiado a algum partido político?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca participei, não participo, porque não quis nunca misturar com a minha atividade, é de foro íntimo, profissional e pessoal. Sou um gestor privado ou um gestor público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas filiação partidária o senhor nunca teve?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca fui filiado a nenhum partido político.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já fez doações financeiras a partidos políticos ou a candidatos, à pessoa física ou a alguma de suas empresas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fiz uma doação ao Governador Geraldo Alckmin, de R$5 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A doação foi à pessoa física ou...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pessoa física.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pessoa física. O senhor foi procurado, em algum momento, por empresários para doar recursos para campanhas eleitorais?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu, como gestor público, nunca atuei na área financeira de campanha política de nenhum candidato e com nenhum empresário. Não é minha função. Eu sou um gestor público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aqui tem duas questões que eu queria que o senhor esclarecesse. Uma coisa é o senhor ser procurado pelas empresas. Olha, eu gostaria de doar para a campanha deste deputado, daquele prefeito, esta ou aquela pessoa. Outra coisa é o senhor procurar as empresas. Alguma dessas circunstâncias aconteceu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nenhuma das duas, Excelência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, como o senhor explica a matéria da revista Istoé, de agosto de 2010, onde há a informação de que, durante a campanha presidencial de 2010, pessoas do PSDB afirmaram que o senhor desapareceu com 4 milhões que haviam sido arrecadados para a campanha do então candidato José Serra? Estou me fixando aqui na matéria da revista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. A convocação específica tem uma finalidade, a questão da Marginal Tietê e a questão do Rodoanel. Se me permite, V. Exª não está no escopo daquilo que foi colocado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso só dizer o seguinte. Nós não estamos cerceando o Relator em quaisquer das suas perguntas, em quaisquer dos dias, com quaisquer dos depoentes. Então, devolvo a palavra ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu explico, Presidente. Eu perguntei no genérico ao depoente. Ele não especificou. Agora, não posso fazer que não existe matéria da revista Istoé, de agosto de 2010, quando há inferências de que aditivos do Rodoanel teriam sido para a campanha. Esse é o link. Aí indago de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só para acalmar o Deputado Carlos Sampaio no seguinte sentido, certamente há um link...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não preciso ser acalmado por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sei, mas eu quero dizer o seguinte...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele disse que o link foi feito. Eu concordei com ele. V. Exª nem precisava interceder, para ser bem sincero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só quero dizer que eu gostaria que não houvesse qualquer tipo de interrupção à palavra do Sr. Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não está havendo, e V. Exª não precisa dar essa lição de moral, porque é impertinente, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas é que houve essa intervenção de V. Exª. Cabe a mim presidir a Mesa. Estou presidindo a Mesa e peço que seja respeitada a palavra do Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está sendo respeitada, Sr. Presidente. A sua palavra foi inoportuna, me perdoe a sinceridade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, queria de novo me reportar ao Sr. Paulo Souza. Se o senhor não arrecadou, se o senhor não foi procurado

por empresas, a que o senhor atribui essa matéria da revista Istoé?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Excelência, a infraestrutura do governo Serra no que diz respeito a rodovias de classe zero, com relação a toda a parte da estrutura eu era o gestor. Pessoas que nunca me viram, nunca me cumprimentaram, nunca estenderam a mão para mim, colocaram essa matéria na Istoé. Eu poderia responder, se o senhor me permitir, de duas maneiras. Eu movo hoje sete processos criminais, nove processos por danos morais, duas vezes a revista Istoé. Dos nove processos por danos morais, já ganhei, na segunda instância, em cinco processos. E queria – não sei o protocolo porque realmente não estou familiarizado – entregar a essa Mesa, neste momento, os 16 processos que movo nas duas áreas, no caso criminal, com escritórios – posso citar?– do José Luiz de Oliveira Lima, conhecido pelos amigos pelo apelido de Juca. Danos morais, no Escritório Edagard Leite; danos morais, pelo Escritório Fernando Lottenberg e Schwartzman. Desses processo que movo, cinco já ganhei em segunda instância, e o único caminho que me resta, como cidadão – se fosse possível em outra arena – seria afrontar cara a cara, mas a coverdia deles não me permite. Então, sigo aquilo que a lei me permite: processá-los. E estou nesse caminho, que só termina quando acaba. Vou entregar à Mesa, todos os processos, com o despacho de S. Exª o juiz. Eu poderia, se V. Exªs permitissem, ler os despachos. Diz: "mentirosos e mendazes", "abuso de autoridade".

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É para mim? Então, eu responderia, Sr. Relator...

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Sei que há uma inquietação muito grande de alguns Parlamentares, mas está atrapalhando os trabalhos. Em um primeiro momento, atrapalham o Relator; agora, o depoente, inclusive com falta de respeito ao depoente: o depoente falando, as pessoas rindo, "tirando sarro" dele, notadamente pessoas de quem o depoente tem falado na relação. Então, peço, por favor, mantenha a discrição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eui gostaria de terminar minhas perguntas.

O SR. **ONYX LORENZONI** (DEM – RS) – Sr. Presidente, temos que aclamar o Líder do PT para o nosso Relator trabalhar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ...admiração e respeito pela atitude firme do nosso depoente.

Sr. Presidente, tenho que contestar a posição do Lider do PT. Ele usou a expressão "tirando sarro", e eu não vi absolutamente de nenhum colega fazendo isso. Se houve alguma exclamação, foi de admiração à firmeza com que ele respondeu. A calúnia só se pode responder com processo. Ele teve até o ímpeto de responder de outra forma, mas se conteve e está respondendo de maneira adequada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como Presidente, assumindo a Presidência, já que não sou presidente efetivo, faço dois pedidos a todos os Srs. Parlamentares: o primeiro pedido é que não interrompam o Sr. Relator. O segundo é que possam prestar atenção ao depoimento. Então, gostaria de pedir essas duas questões. Se alguém tiver que impugnar algumapergunta do Relator aqui, que tenhamos calma para fazê-lo. Então, devolvo a palavra ao Sr. Relator e recebo do Sr. Paulo Vieira os documentos trazidos a esta Comissão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Paulo Souza, a que o senhor atribui a frase que o jornal disse que teria sido de V. Sª: "não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada." O senhor, não tendo arrecadado para as campanhas eleitorais e, pelo que os senhor fala, os recursos não tendo sido frutos dos aditivos do Rodoanel, pergunto: por que o senhor disse isso então?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, não sei se seria permitido eu esclarecer um pouco mais. Fui acusado de fugir, de roubar R$4 milhões. Quatro milhões que eu teria chegado para um empresário, que abduziu – naõ existe esse empresário – e dito:

> – Olha, estou aqui pedindo R$4 milhões, veja bem.
> – Para quem é?
> – Não, são R$4 milhões porque estou interessado etc.
> – É para campanha política?
> – Não, não, dá para mim R$4 milhoes.

Olha, na minha vida empresarial, conheço todas as grandes empresas deste País. Conheço todos os presidentes de empresas deste Pais e nunca vi, nunca vi nenhum empresário – já fui 20 anos empresário – fazer oficialmente alguma contribuição para campanha sem consultar diretamente quem de direito: o candidato. Mas eu. Paulo Souza, com uma, quem sabe, simpatia total, pedi R$4 millhoes, como se não fosse nada, e o empresário falou:

> – Vou lhe entregar, venha cá, meu querido, leva R$4 milhões. Para quem é?
> – Não vou dizer, vou para casa.

Eu atribuo má-fé eu atribuo tudo de injúria com relação à minha frase: "Não deixe um líder ferido na estrada a troco de nada". É a ingratidão que eu recebi

de pessoas que nunca me viram na vida, que nunca me cumprimentaram, e a mim simplesmente me restava um clamor, porque, na verdade, o Senado e a Câmara do meu País estão dando ao líder ferido, pela primeira vez, o direito de vir aqui e comprovar. Eu não saio desta Casa sem entregar todos os documentos, todos, exatamente todos os documentos comprobatórios do que eu falar. Não há uma fala minha que não tenha aqui um documento. Eu pedi a Deus para ser convocado por esta CPI, porque acho que os incompetentes devem continuar com medo de mim, porque aqui estou. E essa frase é para todos aqueles que foram ingratos. A ingratidão humana... Que arma eu tenho contra a ingratidão?

Eu fui demitido oito dias após entregar as três maiores obras do País, com um detalhe: em 34 meses. Não conheço, no Brasil, similar. Nunca antes, neste País, ninguém realizou, em 34 meses, três obras do porte do Rodoanel – a mais difícil na minha opinião, ao contrário do que muita gente pensa –, da Marginal Tietê, Jacu Pêssego e Tamoios, num espaço de 34 meses. Evidentemente, eu vou ser arguido e vou responder em que condições elas foram entregues.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à última fala de V. Sª, a matéria da Folha de S.Paulo, de julho de 2012, informa que V. Sª teria enviado mensagens de texto a empresários dizendo que seria um bom momento para esclarecer os fatos verdadeiros.

O senhor fez essas mensagens? E os fatos verdadeiros se referem, por exemplo, ao contrato da Delta na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu mandei, numa mensagem por meu celular, a todos os meus amigos, a todos os amigos que eu tenho – e graças a Deus são muitos – na área empresarial, na área privada e na área esportiva... Eu sou triatleta; disputei nove Iroman, 45 maratonas e duas ultramaratonas; e sou medalha de prata. Só na área do triátlon eu tenho 270 conhecidos; na área de maratona, mais 400; na área empresarial, conheço todos os empresários. Eu diria o seguinte: ontem o Sr. Luiz Antônio Pagot colocou dez; talvez eu conheça vinte da área da empresa privada.

Mandei uma mensagem de que tudo que eu queria era – e posso deixar também a mensagem aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – a oportunidade, única na minha vida, de poder prestar esclarecimentos do que ocorreu comigo.

Eu tenho vinte anos de setor público; tenho vinte anos de empresa privada, e, de repente, um determinado ET chega, numa matéria, depois que eu estava fora do governo há quatro meses: "Ele sumiu com quatro milhões". Aí vem o Deputado José Aníbal dizendo: "Ele fugiu!" Eu nunca saí de São Paulo; eu não preciso fugir de ninguém, por isso estou aqui hoje, sem *habeas corpus*, sem advogado. Eu não tenho medo de mim. Não tenho medo! Eu tenho o meu sigilo bancário quebrado; eu já o trouxe comigo. Ninguém me perguntou, porque eu não tenho medo de absolutamente nada, Aliás, pago um preço alto por isso.

Digo ao senhor que matéria da *Istoé*, *Carta Capital*, *Época*, que eu processo, é mentirosa, leviana. E eles negam no Poder Judiciário; não querem entregar a fita. O Sr. Eduardo Jorge, ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso, nega na imprensa e nega no Judiciário. Evandro Losacco, que é tesoureiro adjunto, nega na imprensa e nega no Judiciário. Quer dizer: quem me acusou? Todos que me acusaram negam. O que eu posso fazer?

Eu digo ao senhor o seguinte, Sr. Relator, essa minha luta só termina quando acaba. Eu mando que eles assistam ao *Gladiador*, mas eles não querem assistir ao *Gladiador*. Só vai terminar quando acabar. E não vai ser pouco.

Não tem acordo comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora uma pergunta clara. É o seguinte: uma nota na Folha de S.Paulo, de março deste ano, informa que o senhor estaria preparando o dossiê para ser distribuído nas eleições, que dá a entender que teria a ver exatamente com pagamento de propina da empresa Delta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpa; agora é que eu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não viu essa nota? De que o senhor estaria elaborando um dossiê a ser distribuído no período eleitoral de agora.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Relator, eu trouxe aqui, se for permitido, 25 DVDs, que eu gostaria de deixar aqui de tudo o que eu vou falar aqui, além de todos os documentos do que eu vou falar, para entregar aos Srs. Senadores e Deputados. Antes que me perguntem, foi custo meu, comprei na Santa Efigênia, preparei, porque tenho capacidade para preparar, custou R$70,00, não vou precisar declarar no Imposto de Renda nem a nota Simples Paulista, mesmo porque não sei nem se vou ser reembolsado. Está entregue. Vou deixar nesta Comissão.

Com relação ao assunto Delta – é que eu não sei, eu perco um pouco da formalidade, sou muito criticado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Fique à vontade.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fico à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode ficar à vontade, porque o tempo para resposta é seu e a formalidade é sua.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Eu diria o seguinte: a empresa Delta, se é a hora oportuna, eu conheço, sim. O Sr. Fernando Cavendish eu o conheço, sim. Jamais fiz essa declaração. Porque a imprensa fala tudo, porque eles acham que esse factóide, este Paulo Preto, essa personagem pega bem. Então, eu sou assediado todos os dias. Eu fico até espantado, de manhã, quando eu vou na *Folha*, no *Poder* ou no *Estadão* e vejo a minha entrevista. Eu dei entrevista à revista *Poder*. O que está lá foi o que eu falei *ipsis litteris.* Eu dei entrevista, que sai domingo no *Estadão*. E quando eu dou entrevista eu declaro a entrevista. E, via de regra, ainda bem que nas minhas entrevistas eu sou respeitado. O próprio dono da *Istoé*, que pedala comigo na USP, me ligou e disse: "Paulo, vai sair uma matéria contra você". Eu falei: "Matéria de quê?" "Vai sair uma matéria contra você". Eu falei: "Não. Mas qual é o assunto?" "Não posso te dizer".

Dei entrevista na matéria da *Istoé*, na qual os Srs. Evandro Losacco, Eduardo Jorge e a alta plumagem, que não sei onde está, que não aparece, por covardia, porque eu estou aqui, eu não tenho covardia, não aparecem. "Você deu entrevista, Paulo?" Eu dei entrevista. Basta olhar. A revista *Istoé* está aqui, a minha entrevista está aqui e eu falei: "Caio, se tiver uma vírgula minha, aí eu e você é na USP. Aí não é na reportagem". E ele me conhece o suficiente. Quem me conhece sabe como é que eu sou. Aí, é o seguinte: eu dei entrevista, e ele colocou, o diretor de redação da *Istoé*, eu posso dizer que ele foi, na minha fala, ele foi correto.

Então, Deputado, eu tenho dificuldade... Sabe o que é: eu queria saber quem é o meu inimigo. Eu não consigo saber. Eu gostaria que um empresário deste País viesse aqui e dissesse: "Eu dei dinheiro pra ele". Por que são quatro? Por que não são oito? Por que não são quinhentos? É um número cabalístico.

Agora, se passaram dois anos, 2010, 2011. Quarenta anos e eu nunca fui acusado. Tive, no Planalto, na mais alta graduação que eu podia chegar no País. Recebi todos os prêmios da engenharia; estive na iniciativa privada, construí. De repente, de uma luz, este Sr. Evandro Losacco, que é Tesoureiro Adjunto, covardemente – tenho uma carta que eu não posso acusá-lo, porque ele não assina, porque ele não assina, então eu não posso dizer; e o meu advogado diz que eu não posso adjetivar porque senão eu serei processado –, e, como se passaram dois anos, eu não tenho um processo contra mim.

É inacreditável.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG.) – O senhor conhece o Sr. Délcio José Amador? O senhor é amigo dele? Trabalhou com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço o Delson Amador, que foi Presidente da Dersa. O cargo que ele ocupava no DER era o de Superintendente do DER. Enquanto eu estive na Dersa, passaram por ali Dario Rais, Presidente; Tomás de Aquino, Presidente; Delson, Presidente. Aí eu já estava durando demais, e resolveram me exonerar. Passaram quatro Presidentes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor tem notícia de que o Sr. Delson, em algum momento, trabalhou como arrecadador de campanha?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não posso dizer, porque eu conheço o Delson, eu o conheci como Presidente da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe se as empresas do Sr. Delson ou de familiares dele participaram como contratadas ou subcontratadas nas obras do Rodoanel ou da nova marginal do Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, eu nunca nem soube que o Delson ou familiares dele tinham empresa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na época de V. Sª, como já falou aqui bem, os Presidentes... No último período, quem eram os diretores da Dersa, junto com o senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os diretores?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – V. Exª gostaria de saber de que período?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando o senhor saiu, em 2010.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – No início do Governo Serra, o Presidente era Tomás de Aquino.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. E os demais diretores no último período? Quando o senhor saiu, quem eram os diretores à época?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando eu saí, o Delson era o Presidente; Max, o Diretor Financeiro-Administrativo. A Diretora Jurídica era a Drª Aleksandra. Ele me soprou aqui, porque eu me esqueci, Deputado. E o Diretor de Operações era o Dr. Nelson, que foi Presidente da CET. Esses eram os diretores da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Luiz Antônio Tavalaro?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Luiz Antônio foi diretor...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É Tavolaro.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tavolaro foi diretor na época em que eu era Diretor de Relações Institucionais. Ele estava no Governo geral do Alckmin. Foi diretor na época de Dario Rais Lopes e saiu na época do Governo José Serra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se foi ele que elaborou o edital de licitação dos contratos do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu poderia explicar a estrutura da Dersa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É claro!

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os editais da Dersa... Existe uma equipe de profissionais. Eles preparam editais, pela experiência que existe em outras obras e no próprio Rodoanel, no Rodoanel Oeste. É preparada e levada à diretoria. Com certeza, a Dersa sempre trabalhou em colegiado. Nada na Dersa se aprova se não for por toda a diretoria colegiada e por unanimidade. Enquanto não há unanimidade, não há aprovação. Com certeza, o diretor jurídico... Não posso afirmar, mas é normal que o diretor jurídico aprecie e opine sobre o edital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que a decisão é colegiada na Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sempre.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O edital, tudo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A diretoria inteira é responsável pelos atos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os termos aditivos?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor quer que eu fale do geral?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero saber o seguinte: o termo aditivo é aprovado pela diretoria? Quem aprova o termo aditivo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem propõe é o diretor da área. Como a Dersa é uma empresa de engenharia, normalmente o diretor de engenharia propõe a maior quantidade de aditivos. Se houver um, é ele. Se houver dois, é ele e, depois, o diretor de operações. Normalmente, acho que ficam entre a área de engenharia e de operações os aditivos, principalmente no que diz respeito a valor. É proposto à diretoria, e a diretoria, em colegiado, aprova aquele aditivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando, o senhor tem notícia de que o Sr. Luiz Antônio Tavolaro atua no ramo de inspeção veicular, de inspeção de automóveis?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu soube pelos jornais, por conhecê-lo, evidentemente, da problemática que houve em inspeção veicular num edital, acho, fora de São Paulo. Não sei detalhes, porque não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que ele, o Sr. Luiz Antônio, comprou terrenos no entorno do Rodoanel também?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Olha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como se deu esse processo de desapropriação do entorno do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso me estender?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – No Rodoanel, são 11,5 milhões de metros quadrados. É a maior desapropriação da história do País, e, quando eu o digo, não estou fazendo sofisma. Em sete meses, eu era – eu era – no sistema matricial... Foi criada, dentro da Dersa, uma equipe de 30 profissionais; 10 equipes, sete fixas, três itinerantes, com advogado, com engenheiro e com administrador.

Todas as áreas do rodoanel, no seu eixo como um todo, foram avaliadas. Eu, pela reclamação do rodoanel trecho oeste, em que não houve a participação da Cajufa, que é o centro de apoio do Judiciário, fui à Cajufa com o Presidente e pedi que ele participasse da desapropriação do Rodoanel, à qual ele se colocou totalmente favorável.

Levei todos os projetos, todas as avaliações, todo o estudo dos 61 quilômetros, proprietário por proprietário, área por área, valor por valor, e a Cajufa começou a estudar.

Foram nomeados juízes, que depois foram demitidos, porque tinham sido nomeados juízes parentes, e o Poder Judiciário tirou a Cajufa.

Assumimos, dentro da Dersa, a desapropriação. Como ela era feita? Ela era feita... Noventa e um por cento da desapropriação do Rodoanel trecho Oeste foi feita administrativamente; 9% foram feitos juridicamente, e até hoje se encontra no Poder Judiciário uma boa parte, acho que uns 4%.

Por que, Excelência? A empresa privada, no Brasil, a construtora, obra eles fazem e fazem bem. É um patrimônio nacional, na minha opinião. Frente de obra cabe ao gestor público, por quê? O que é frente de obra? Meio ambiente, desapropriação, reassentamento, cadastramento e interferências.

Nós criamos na Dersa um grupo, eu criei na Dersa um grupo chamado MAI-CADER. Era a sala dos 35, onde se reuniam – ali – o pessoal do meio ambiente do Governo – participava da reunião –; o pessoal do Poder Judiciário – participava da reunião –; o pessoal da interferência – na reunião. E como nós fazíamos? Fazíamos um levantamento, e a equipe ia em campo. Criei uma imobiliária dentro da Dersa para a negociação das áreas. Todas elas, com três opções.

Valor de mercado. Esse valor... Estou falando de 11,5 milhões de metros quadrados, de 1.258 ou 1.352 propriedades. O rodoanel, em sete meses – só vou fazer um comparativo, sem nenhuma maldade,

para mostrar a dificuldade. Em sete meses – me veja a tabela, a tabelinha.

O rodoanel sul – vou fazer uma comparação – começou em maio de 2007. Em junho... Em maio de 2007, ele tinha 20% da desapropriação realizada sob a minha gestão. Fui nomeado Diretor de Engenharia, deu-se o início do rodoanel no dia 1º de junho. Nesse momento, em seis meses, nós fizemos – e vou entregar aqui à Comissão – 80% da desapropriação; num único mês, nós fizemos 472 imóveis desapropriados.

A nossa desapropriação foi reconhecida pelo Banco Mundial como também o nosso reassentamento. Hoje, é modelo no Banco Mundial. E vou entregar também esse documento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com relação a...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Vou esperar o senhor pegar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Por gentileza. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Acho que, depois, V. Sª pode entregar os documentos que restarem, para darmos velocidade às perguntas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é se o senhor tem notícia, se o Sr. Luiz Antonio Tavaloro...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tavolaro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tavolaro, italiano.

Se ele foi desapropriado neste processo do Rodoanel; se ele tinha imóvel.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Exª...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor dizia aqui que são mais de mil imóveis. Talvez o senhor se lembre.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu desconheço. O único imóvel que conheço de pessoa próxima é do Deputado Orlando Mourano ou alguém da família que não foi – está na justiça até hoje – porque o valor era indevido com relação a nossa avaliação. É o único que conheço.

Não vou afirmar ao senhor porque não quero incorrer no erro de ser leviano. Em minha opinião, é a primeira vez que ouço essa colocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Fernando Cavendish, o senhor o conheceu quando?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheci o engenheiro Fernando Cavendish, levado por um diretor dele, André em torno de 2008.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem que tratava dos assuntos da Delta com o senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O diretor dele André. Eu tenho o nome dele completo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É bom pegar, por favor.

O Sr. Heraldo Puccini Neto tratava com V. Sª?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em São Paulo, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em São Paulo, não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso ter visto uma vez, se tanto, na Dersa, por ocasião talvez de alguma assinatura. Não tenho nenhum relacionamento com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nenhum?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem notícia de que ele tenha decreto de prisão na Operação São Michel aqui no Distrito Federal?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu, pelos jornais, tomei conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Cláudio Dias Abreu, o Sr. conhece? Diretor...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só pelos jornais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só pelos jornais. Ele nunca tratou nada com o Senhor?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Comigo?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Acho que nunca foi à Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Senhor conhece o empresário Rossini Guimarães?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rossini Guimarães.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De uma construtora de Tocantins.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Rossini?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Que eu saiba, na Dersa com certeza absoluta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não atuou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Acho que nunca atuou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia de quem seja.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleibe Ferreira?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Lenine Araújo?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Do mesmo jeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jaime Rincón?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jaime Rincón?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ou alguma empresa do senhor participou de algum contrato ou de alguma licitação na Agetop – Agência de Transporte e Obras de Goiás?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Desculpa, Exª... Minha empresa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma empresa do senhor, da sua família?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – As minhas empresas estão paradas desde 1990. Eu tenho uma empresa de gerenciamento, outra que sou sócio do ex-dono da Natura, Jean Pierre Berjeaut, que é a JPB; a outra de gerenciamento; a outra incorporadora e construtora e nunca nenhuma delas trabalhou para nenhum órgão público no País. Mesmo porque, na minha época não se pagava em dia e não tinha interesse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então essa matéria, essa nota que saiu hoje no painel da Folha de S.Paulo, em que o Sr. Wladimir Garcez dialoga com o Sr. Toninho Perillo, fazendo referência à divisão de uma licitação possivelmente na Agetop, onde você teria um lote 22 e um lote 29, e nesse diálogo eles falam... O Toninho fala: "Fala para continuar no 22, porque no 29 tem o Paulo Preto"; ai depois ele continua, ele fala: "Paulo Preto, depois Alexandre Preto, Alexandre Preto".

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Graças a Deus esse factóide não sou eu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não é o senhor?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não sou eu. Para mim isso não existe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor nunca teve contrato lá no Goiás?

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Não tenho a mínima idéia, uma ligeira idéia, assim 0,1%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda às obras da Marginal Tietê...

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Exª, eu posso interromper?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIERIA DE SOUZA – Da Construtora Delta: duas vezes esteve comigo o Dr. Fernando Cavendish; André Ferreira Machado várias vezes, era o gestor dele em São Paulo, assim que ele saiu, mudou de empresa, quando iniciou a marginal se desentendeu com o Fernando Cavendish, o André apresentou o Rocha, que até hoje se encontra na Delta de São Paulo. Somente essas três pessoas trataram, e Fernando Cavendish tratou comigo duas vezes: uma se apresentando, outra para dizer que cumpriria o contrato, como cumpriu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque nós temos informação aqui de que o contrato da Marginal Tietê foi assinado pelo Sr. Heraldo Puccini. Talvez o senhor não...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É verdade. Eu tenho o contrato aqui. É verdade, o senhor está com a razão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas essa foi uma oportunidade em que o senhor se encontrou com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Eu nem acredito que foi nessa, porque os empresários não assinam o contrato no mesmo dia. A diretoria primeiro assina e deixa lá à disposição – é lógico, não fica lá... fica dois dias, três dias. Eu trouxe aqui também o contrato, é verdade o que o Senhor está colocando. Tem a minha assinatura, tem a assinatura do Delson, mas se o Heraldo Puccini vier aqui, um dia, ele vai confirmar o que eu estou falando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem que achá-lo primeiro. Ele está foragido, com ordem de prisão aqui no Distrito Federal.

Em relação ainda à Marginal Tietê, como é que se deu a decisão de promover as obras na Marginal Tietê? Essa decisão foi uma decisão colegiada, lá da Dersa, foi uma decisão de governo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Posso explicar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, na sequência, eu queria que o senhor explicasse também como se deu o processo de licitação dessa obra.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Então, eu vou explicar como esse sonho tornou-se realidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois eu queria que o senhor me dissesse se a Delta ganhou algum lote neste contrato, nessa licitação, aliás.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Como se deu a Marginal: eu fui ao governo de 2005 para estudar a Marginal, através de convite de Dario Rais Lopes, como obra pedagiada, uma via segregada como pedágio. Estudei, durante dois anos. Eu coordenava o Estado e a Prefeitura, através de um convênio. Convênio esse que possibilitava a coordenação, porque a Marginal é controlada pela CET. Técnicos da CET, de experiência

muito maior que os da própria Dersa, mas foi um convite levado para a Dersa que o poder de execução da Dersa em obra, em rodoviária, é o melhor do Estado de São Paulo, sem concorrente.

Bom, comecei a estudar, e esse estudo ficou pronto. Ela poderia ser pedagiada, pedágio urbano com uma via segregada. Assim que o Governador Serra assumiu, talvez a primeira vez em que eu estive com o governador na presença de todos, eu apresentei o projeto Marginal. O governador decidiu que ela não seria pedagiada – ou o governador, ou o governo, a posição que eu tive é que não seria pedagiada, pelo Dr. Francisco Vidal Luna, Secretário do Planejamento.

Aí, nós começamos a elaborar a Marginal para não ser pedagiada. Pegamos o mesmo projeto e transformamos esse projeto em via não pedagiada. O que ocorreu – para tentar esclarecer a V. Exª? Para que fosse feita a licitação, foi feito um convênio, lá no início, convênio esse que só pode existir entre Estado e Prefeitura. Houve uma "confusão" – entre aspas – na mídia de que a Marginal foi aditada em 75%. Não é verdade. O convênio só pode ser feito entre órgãos governamentais. À medida que se foi mudando o projeto, foi-se adequando um convênio aos valores necessários para a sua execução. Assim que se definiu que ela não seria pedagiada, nós partimos para a licitação.

Dezoito empresas adquiriram o edital.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, do primeiro projeto da Marginal Tietê até o projeto final que foi licitado, este acréscimo de 75% se deve a ajustes no projeto a ser editado, é isso o que o senhor está dizendo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E eu queria entregar em suas mãos não só todos os convênios assinados por mim, assinados pelo governador, assinados pelo prefeito, assinados pelas autoridades competentes, com esse aditamento em todos eles, sendo que o último aditamento eu já não estava mais na Dersa. Do convênio. Só estou falando de convênio, por enquanto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ah, aditamento de convênio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De convênio. Não existe a Licitação 866. Não existe nada. É convênio. Podia pegar no final, não vai fazer a Marginal, guarda no arquivo morto e acabou o convênio. Não aconteceu nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós tivemos aqui um aditamento de convênio na relação do Estado com a Prefeitura?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Corretamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E esse convênio também foi aditado quando o senhor saiu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Um aditamento após a minha saída. Ou convênio. Porque a obra tem que estar equivalente ao convênio. Se houve um aditamento de obra, é necessário o aditamento do convênio para que as ações se casem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas não deveria ser primeiro o aditamento do convênio e depois o aditamento da obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Exatamente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou é concomitante?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, faz concomitantemente. Porque se chega à conclusão... O convênio, veja bem, Deputado, ele é assinado em meia hora. Estou exagerando. Um dia. A licitação não. E o aditamento também não. Convênio, basta se chegar ao valor de custo e aditar o convênio. Agora, às vezes, se o senhor me permite, pode ter feito um convênio a maior do que a licitação. Vamos supor que eu fizesse um convênio – digo eu, o governo; estou falando aqui Estado e Prefeitura – de 2,5 milhões. No convênio. Se gastasse 1,5 milhão, não tem nenhum problema. Convênio é intenção de. Licitação não. Licitação é 866.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e na licitação e no contrato, houve aditamento? Durante a gestão do senhor e depois dela?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Às vezes, eu pago por falar demais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nos dois lotes ou em um lote só?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Houve aditamento na Marginal Tietê de 24,9%, nos dois lotes só, e eu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vinte e quatro vírgula nove nos dois lotes? Ou vinte e quatro em um e vinte e quatro em outro?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. O percentual permitido pela lei é 25%. Foi próximo ao permitido pela lei. Eu, pelo que conheço da Dersa e da Marginal, que, para mim, é a maior obra viária deste País, passando 1,25 milhão carros/dia, sem parar um dia, é a obra da minha vida. Eu testemunho, fora da Dersa, foi assinado quatro meses após a minha saída, que eu teria total dificuldade para não acreditar que esse convênio é corretíssimo e necessário, mas não assinei. Estou só dando um testemunho meu, como profissional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas quando o senhor estava lá, esse...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não houve aditamento na Marginal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele se vislumbrava necessário?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, porque foram solicitações de complemento de obra. Porque quando eu saí da Dersa, deixei inaugurado o Rodoanel. Porque, não sei se os senhores sabem, 1.035 dias antes do Rodoanel, contrário a muita gente, eu anunciei a inauguração do Rodoanel. Dia 27 de março de 2010. E também foi anunciada a inauguração da Marginal. Eu confesso que, na Marginal, eu errei por uma hora. E no Rodoanel o governador mandou prorrogar por dois dias.

Então, o que eu quero dizer com isso? Só depois que eu saí que, por necessidade da Marginal, ficou para se concluída a ponte do Tamanduateí e aquela ponte estaiada que chega no Anhembi. Então, por conta disso, como eu me afastei, fui exonerado no dia 8 de abril, eu não participei de nenhuma tratativa nem da intenção de. Não posso nem dizer ao senhor que vislumbrava a mínima necessidade. Porém, não acredito que tenha a mínima possibilidade de não ter sido necessário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, por que essas obras não foram previstas no projeto original?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu diria...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está chamando de obras acessórias, não é?, ou adicionais?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu diria para o senhor o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpe a pergunta. É porque ela vai nos 24,9%, que é exatamente o limite.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Excelência, eu fico... O senhor não imagina...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Parece que é um acerto de conta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor não imagina a felicidade que eu tenho de o senhor me perguntar tudo isso. Só me deixa feliz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor podia nos ajudar respondendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Marginal Tietê é o projeto mais itinerante que eu conheci na minha vida profissional. Eu vou explicar ao senhor por quê. A cidade de São Paulo – pasmem! –, na verdade, a infraestrutura, o que está debaixo, temos pouco conhecimento. Lá tem tubo de fibra ótica, Petrobras, Sabesp, DAEE, Eletropaulo. Aí a gente está seguindo o projeto, a tubulação de gás aqui – o gás é o mais perfeito. "Vou pegar o da Eletropaulo. Então vamos aqui". Só que o tubo está lá. Aí você vai para cá e o tubo foi para trás. Então foi feito um projeto itinerante com a CT.

Desapropriação – nós tínhamos que pegar ali a churrascaria O.K. Eu diria para o senhor o seguinte, excelência: eu mudei pessoalmente. Eu sou o responsável técnico pela Dersa. Eu assumo toda a responsabilidade das obras da Dersa na pessoa física, não na pessoa jurídica, física, eu sou o responsável, o engenheiro responsável.

Eu diria ao senhor que ele foi modificado no decorrer da obra, para sair de desapropriação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas esse não tem nada a ver com aditivo, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Veja bem, não, o que estou tentando explicar ao senhor é o seguinte. Isto tudo, com certeza, se gerou... O aditivo eu trouxe aqui para o senhor. Eu pedi por ofício à Dersa o aditivo, para trazer aqui à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e entregar ao senhor todo o aditivo, o que eu não assinei e o que assinaram, para mostrar simplesmente. Eu posso inclusive me deter a ele e qualquer esclarecimento prestar a respeito dele, pelos profissionais da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas eu estava buscando uma opinião do senhor em relação a esse aditivo, às obras adicionais, por que isso não foi previsto no... Porque uma ponte, por exemplo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não, ponte não tem a mínima possibilidade de não ser prevista. São ingerências dentro, que aparecem. Deixe eu tentar explicar, talvez eu tenha até dificuldade. O senhor imagine o seguinte. Eu vou pegar o Rodoanel como exemplo: 61 quilômetros o senhor faz sondagem. O que se imagina, no popular? Que todo mundo sabe o que está ali debaixo. Aí, a cada quilômetro, faz uma sondagem. No meio do lote 5 do Rodoanel, na distância de um quilômetro e meio, apareceu uma pedreira, mas uma pedreira que no final foi a nossa salvação. Mais uma pedreira que ninguém previu, porque é impossível alguém prever. Quem falar o seguinte, "nós prevemos tudo que está no subsolo", se for engenheiro, mente, porque não consegue prever. E isso gera um aditivo e gera preços não previstos.

Quando a obra – e eu vou ter oportunidade de falar de obra a preço global, eu espero – é a preço unitário, paga-se o que se faz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então essa licitação aqui da Marginal Tietê foi em preço unitário ou foi em preço global?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preço unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Preço unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preço unitário. E era impossível alguém propor que não teria... o preço... a concorrência seria majorada em 40% e ninguém a faria a preço global. Por quê? Era o desconhecido. Era totalmente o desconhecido. A Marginal Tietê nós começamos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor licitou dois lotes. A Dersa licitou dois lotes.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eram quatro lotes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Marginal Tietê.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quatro lotes. A Dersa licitou dois. As extremidades eram das concessionárias, porém, a gestão foi da Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesses dois lotes, quem ganhou os lotes que a Dersa licitou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso detalhar?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Lote um: EIT, a líder, com 61%, R$278 milhões. A titular: Egesa, R$39 milhões, 39%, me desculpem, R$178 milhões. Lote dois: A Delta ganhou, como líder, o menor lote: R$172 milhões, e a Sobrenco, R$114 milhões. O lote no qual a Delta ganhou, o lote inteiro, deu um total de – vamos arredondar – R$300 milhões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o percentual da Delta nesse consórcio aí?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ela era a líder: 60%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sessenta por cento.

O senhor tem condições de nos informar o CNPJ desse consórcio? Se não tiver aí, depois.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor me desculpe, eu não estava preparado para o CNPJ.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está aqui já no documento que o senhor entregou.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Agora, eu gostaria... Será que eu posso falar alguma coisa?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu gostaria de colocar aos senhores o seguinte: eu licitei na Dersa, a valores de 2010, como responsável, 11,5 bilhões. Onze bilhões e meio. A valores atualizados, 13 bilhões. Gostaria que o senhor...Eu vou entregar aqui para o senhor também. A Delta participou de todas as licitações colocadas à praça. Por incrível que pareça, diferente do que ouvi ontem aqui no depoimento, ela perdeu todas por preço maior. A única obra, a única obra que a Delta tem na Dersa é a obra da Marginal, que representa 1,9% dos valores licitados. Todas as demais, e ela está aqui, ela perdeu por preço maior. Quer dizer, diferente de tudo que eu ouvi até hoje. E eu vou entregar esse quadro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora outra pergunta que eu teria para o senhor aqui é a seguinte: como era o processo de subcontratação na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como era o processo de subcontratação na Marginal Tietê? Como era essa previsão? O senhor pode dizer quais empresas foram subcontratadas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deixa eu colocar ao senhor o seguinte. Tem duas modalidades dentro dos contratos da Dersa. Quando é consórcio, tem o líder e o titular. Previsto em contrato a possibilidade de subcontratação paga diretamente pela Dersa. Quando paga pela Dersa, a empresa subcontratada tem que ser aprovada pela Dersa, e ela recebe diretamente da Dersa. Quando a empresa não recebe da Dersa, a Dersa não tem opinião nenhuma sobre os seus subcontratados, a não ser que o serviço não esteja andando bem. Eu não vou cobrar subcontratado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora no edital da Marginal Tietê previa-se a subcontratação de 30%? Ou era só do Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com certeza o Rodoanel previa e eu diria com quase 90% de certeza que a marginal também previa a subcontratação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então o senhor pode nos informar quais empresas foram subcontratadas? Agora, quando o edital prevê essa margem de 30%, é obrigatório que todas as empresas subcontratadas estejam nessa margem de 30%, ou seja, a empresa só pode subcontratar até 30% do seu contrato? Ou ela só pode receber diretamente da Dersa 30% do seu contrato?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando a gente permite a subcontratação, Deputado, me desculpa se eu não estou sendo extremamente preciso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, eu entendi que pode receber direto da Dersa, mas o senhor paga direto...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu vou tentar. Se for 20%, ela pode subcontratar até 20%. Esse subcontratado tem o direito de faturar diretamente a Dersa. Por uma questão de quê, Deputado? De atestado. Porque o subcontratado ele não quer simplesmente obra, ele quer atestado de obra. Então, o que ocorre? Quando é permitido isso, acontece o que o senhor. está colocando. Ele pode sim ser subcontratado. A anuência é responsabilidade da Dersa e ele fatura diretamente contra a Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode um consórcio desse contratar outras empresas, ou seja, subcontratar e receber direto do consórcio, sem que a Dersa tenha conhecimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pode ocorrer, porque...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E isso pode ultrapassar o limite de 30%?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vamos até exagerar por absurdo. As empresas ganharam essa obra. Aí, não era a obra, a obra é dela. Aí ela pega e resolve subcontratar 90% do contrato. Noventa. E a obra está andando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fica preocupado com a qualidade do serviço?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem vai faturar contra a Dersa não é esse pessoal do noventa. Tem que ser a construtora que ganhou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O consórcio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Porém, porém, eu digo para o senhor o seguinte: eu, em quarenta anos de profissão como gestor, eu nunca vi ninguém passar um melado desses na minha vida. Se tiver 90%...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, é claro que não é 90%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não dura, não dura. Nem vinte dura. Não dura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Paulo Souza. Mas a...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se não for permitido...Sabe por quê? O senhor imagina o seguinte, eu contrato uma... Rodoanel. Norberto Odebrecht. Aí a Norberto Odebrecht resolve pegar a 15ª e põe lá. Não há possibilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas não precisa pegar para fazer 90%, mas pode fazer 5%, 3%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pode. Tem toda autoridade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí é uma forma... A suspeita que existe é de que uma forma de se pagar propinas – suspeita-se – é exatamente através das subcontratações. Por isso eu estou esclarecendo com o senhor, aqui...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está perfeito agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A clareza de como funciona ou não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está perfeito. Qualquer construtora, num consórcio, fora do faturamento direto, contrata quem bem entender, do jeito que quiser. Ninguém dá palpite. Não é contra a lei. O cara pode até nem aparecer lá na obra e se pagar. É um direito. A obra ficou pronta?

Eu sou gestor público. Ganhou Delta e Sobrenco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor só controla os 30%, se for para a Dersa pagar diretamente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Não são os 30%. Eu controlo os 100%, porque mesmo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor identifica as empresas só de 30%.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu só identifico, porém se eu tiver tocando pagode e eles dançando valsa, não vai dançar, não vai durar, não vai. Vai tomar paulada, porque a responsabilidade é minha de gestor público. Ele contratou 30%, eu fiz a licitação. Ele vira pra mim: "Vai lá, Dr. Paulo Souza; é o subcontratado". Ele nem chega a falar isso pra mim. Não há a mínima possibilidade. Zero.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se o Sr. Rogério Cumplido participou como contratado ou subcontratado na execução das obras da Marginal Tietê? Empresas dele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permitir, Deputado, eu quero entregar aqui todo o levantamento da minha história na Dersa com relação especificamente – porque evidentemente eu sabia que essa pergunta poderia vir – à Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas o que o senhor está entregando em relação à Delta?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quanto à Delta... Porque eu vi nos jornais que a Delta faturou 800 milhões, que a Delta fez isso, que ela mergulha no preço e depois sobe o aditivo.

A história, em São Paulo, na Dersa... Eu não falo de outro lugar, eu falo da Dersa, na qual eu fui gestor, tem essa história.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, nessa linha, o aditivo eu posso... É possível se afirmar que nesse aditivo de 24,9% a Delta ou o consórcio da Delta foi o mais privilegiado, ou o mais atendido? Ou o senhor não tem essa informação aqui?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me perguntar se eu garanto, eu digo o seguinte: com certeza absoluta, em termos da história, o aditivo é dado para o consórcio principal. Para o consórcio principal! Fatura: Dersa e o consórcio principal. Está certo? Agora, se houve lá um subempreiteiro para quem eles deram 2%, 10%, 5%, eu me comprometo a trazer esse dado para o senhor, se isso for permitido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sem nenhuma dificuldade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em relação ao Sr. Rogério Cumplido? O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quem é Rogério Cumplido?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, não. Eu conheço Roberto Cumplido, Diretor da Norberto Odebrecht.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. É irmão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Irmão? Até onde eu sei, ele não tem irmão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele tem um primo na Camargo Corrêa, que também é Cumplido. Os dois Cumplido. Um é da Camargo e outro é da Odebrecht. Se tem outro Cumplido, esse eu não conheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é essa: o senhor não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não conheço. Não tenho a mínima noção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem ideia de quanto, qual montante de recursos a Dersa repassou para o Consórcio Nova Tietê, até o final da sua gestão?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, Deputado, a Delta... O senhor quer saber do consórcio?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do consórcio.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Delta teve um contrato inicial de 172 milhões. Com o aditivo – e eu posso entregar ao senhor agora – de 25%, os 172 foram para 215. Então, vamos dizer, daria uma diferença de 15 com mais 30, 45 milhões. A Sobrenco, que é a consorciada dela, de 114 foi para 143. Então, o valor total do aditivo corrigido para valor atual dá em torno de 80 milhões. Estou errado, Deputado?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É, pelo seu dado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Duzentos e quinze é o valor da Delta corrigido, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, em relação ao Rodoanel, o Termo de Ajustamento de Conduta feito com o Ministério Público foi feito com qual motivação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu pediria um pouco de paciência para poder esclarecer esse assunto.

Talvez uma das maiores obras que eu realizei dentro da Dersa chama-se Termo de Ajustamento de Conduta. O Termo de Ajustamento de Conduta diferente, eu vou detalhar o que o Dr. Pagot falou ontem, porque talvez ele tenha muita coisa, muita informação, e a participação dele no Rodoanel é só repassador de recursos, nada além disso. Eu vou me detalhar a este tema.

Nós estávamos executando o Rodoanel. Do Rodoanel em sua execução, um terço é Governo Federal, dois terços são Governo de São Paulo. Da obra, como ele colocou corretamente, de 3,6 bilhões, há o TAC, o Ministério do Transporte, o DNIT repassariam 1,250 milhão. E o Governo de São Paulo, em torno de 2,4 milhões... Eram 33% pelo Contrato 0499, que vem desde o Rodoanel oeste.

Bom, Deputado, o que ocorre nisso? Nós fomos executando a obra. Todo ano, existe um relatório do Tribunal de Contas da União, que se chama Fiscobras. O Fiscobras faz o estágio da arte da obra e encaminha ao Congresso Nacional para liberação ou não dos recursos. Num determinado momento, o Tribunal de Contas começou a entender que teriam irregularidades no Rodoanel.

Bom, eu vim ao Tribunal de Contas da União, que, no meu modo de entender, tem profissionais de alto gabarito, na minha opinião, para discutir o desentendimento que eu tinha com o Tribunal de Contas da União. Qual era? Nós executamos o Rodoanel a preço global. Assim que eu me tornei Diretor de Engenharia da Dersa, já era Diretor, de janeiro até abril, eu era Diretor de Relações Institucionais, cuidava do MAI-CADER, frente de obra, e tinha outro diretor de engenharia tocando a Dersa, que, por sinal, com todo o respeito ao Dr. Karabolad, ele não era do ramo, ele cuidava da manutenção da Sabesp, mas foi indicado, estava lá. Eu, numa reunião dentro do Palácio, com todos os Secretários, disse ao Governador e aos Secretários que faria o Rodoanel em 35 meses. Depois de 15 dias, fui nomeado Diretor de Engenharia.

Bom, o Rodoanel, por um decreto do Governador, no início do ano, era para serem realizados todos os contratos, no qual, por um decreto também do Governador, foi dado à Dersa a autonomia para renegociar o contrato. O decreto está aqui do Governador e a base legal também. Queria entregar aos senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria saber o seguinte...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou... é que este assunto é importante para o Brasil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode falar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O que ocorreu? Qual o desentendimento com o Tribunal de Contas da União? O Tribunal de Contas da União achava que uma obra a preço global deveria ser solucionada da seguinte maneira: serviço que a empreiteira fizesse a maior, por conta dela. A menor, devolvia ao Erário. Qual a minha postura? Dessa forma, não.

Lucro ou prejuízo por conta da empresa. Se custar 20% a mais, problema teu. Se você for à Alemanha, trouxer uma forma, e eu aprovei como Diretor de Engenharia, e economizar 30%, parabéns. Na alegria, na tristeza, na saúde, na doença.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só uma pergunta, nessa questão. Por que o senhor, então, não adotou esse mesmo critério na Marginal Tietê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É tudo que eu gostaria, Deputado. Só que para...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque se era imprevisível na Marginal, não seria imprevisível também...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não. Eu vou dizer para o senhor o seguinte...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... no Rodoanel?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu defendo modelo preço global a melhor licitação de um país. Quais são as dificuldades? Meio ambiente resolvido, interferências resolvidas, desapropriação resolvida, reassentamento resolvido e projeto executivo pronto. Se V. Exª não chegar à licitação com essas ferramentas, não existe preço global.

Mais uma coisa: pagamento em dia. O que é a empresa? Qualquer falha do gestor público é desequilíbrio econômico-financeiro. E no preço global a possibilidade de ele ser é zero. Nessa ocasião do TAC, as empresas estavam reivindicando a mim 38% de reajuste, e eu falei "é zero".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que já estava licitado, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Já estava em andamento. Nós estávamos nisso aí em 2009. E ia inaugurar depois de oito meses o rodoanel, no dia 27 de março. A minha discussão com o TCU. Nós fomos ao Ministério Público Federal, por conta do inquérito do rodoanel, trecho oeste, o Inquérito 0499. Nunca foi criado inquérito para o sul.

Chegando lá, o Dr. José Roberto Pimenta, Procurador do Ministério Público Federal, apadrinhou com uma solução salomônica. Qual era? Vamos fazer encontro de contas. O que está em projeto e o que foi feito na obra, que é maior ou menor? Falei: "Dr. José Roberto Pimenta, eu tenho medo de que o final dessa história dê aditivo para as empresas, ao contrário do que o Dr. Pagot colocou ontem". Não que ele não saiba, mas ele tem muita coisa. Primeiro faz o TAC, para depois fazer o aditivo. Não é que faz aditivo, para depois fazer o TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esta foi a ordem: fez o TAC, depois fez o aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Aí vou colocar – e com todo respeito a ele, porque ele sempre me recebeu nunca na pressão, eu não o vi falar, mas na gestão, muito bem, quatro vezes em que estive lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele disse que o senhor o pressionou para assinar o TAC e fazer.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. A única diferença é pressão para gestão, mas vou dizer, e vocês julguem.

Houve 11 reuniões do Ministério Público Federal, quem participou? Dr. José Roberto Pimenta, coordenador dos trabalhos, com o seu auditor, Dr. Avelino Marques, que está aqui. Dersa: Paulo Vieira de Souza sou eu; Marcos de Oliveira, meu Gerente de Planejamento. Do TCU: André Kresch, Henrique Magnani, seis reuniões cada um. Eu e Dr. José Roberto Pimenta, 11 reuniões. DNIT – talvez o engenheiro Pagot também tenha se esquecido, muita coisa que ele tem. Do DNIT, participou dessas reuniões: Ricardo Rossi Madalena, Luís Munhoz Prosel, Paulo de Tarso Freitas, Cleveland Sampaio Lofrano.

Seria muito evasivo da minha parte falar uma coisa e pedir que os senhores acreditassem. Depois disso, eu fiz umas seis reuniões no Tribunal de Contas da União e mais dez reuniões com os empresários. A única coisa que eu posso dizer é que aqui estão as 11 atas das reuniões assinadas com a participação do DNIT. Que disse o DNIT? No dia da assinatura, mandou o seguinte *e-mail*. Eu vou dizer os nomes – ele fica nervoso porque a gestão é jogo duro comigo. Primeiro *e-mail*, Dr. Fábio Duarte, ele é Procurador-Chefe Nacional do DNIT, eu vou poupá-los e só vou ler o seguinte:

O Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, no âmbito do DNIT, está sendo objeto de análise pela área técnica competente, com a chancela para assunto "tenha curso urgente", havendo, inclusive, a informação de que a referida análise seria submetida ao conhecimento dessa procuradoria ainda no dia de hoje. Autarquia não possui autonomia necessária para celebrar o próprio TAC, não só pelo interesse da própria União, via Ministério dos Transportes, como também não temos [desculpem-me].

Nos termos da Portaria 690, de 20/5/2009, do Sr. Advogado-Geral da União, a matéria deve ser submetida ao prévio conhecimento do Sr. Subprocurador-Geral. Visando dotar a Diretoria Colegiada do DNIT das condições necessárias para a deliberação.

O DNIT não tem autoridade para assinar um TAC, como a Dersa também não tem com a PGR. Este é o primeiro *e-mail;* são seis.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, mas a questão. O senhor pode resumir, para dizer o seguinte: O.k., o DNIT, como era repassador de recursos, se recusou a assinar o termo de ajustamento de conduta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu nem usaria esse termo pesado, Deputado. Ele não se recusou; ele não foi autorizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que ele disse aqui e o que...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu não estou dizendo, Deputado, estou provando com documento. A diferença é esta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que estou dizendo para o senhor é o seguinte: ele não assinou o TAC.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor está corretíssimo, ele não tinha autorização para assinar um TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Dersa assinou o TAC e viabilizou o aditivo. Correto? O aditivo foi feito?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Foi feito. Se o DNIT tivesse assinado – o senhor vai ver no TAC que eu vou entregar aí, que tem a minha letra, escrito "retira" o DNIT. Estou entregando aqui o TAC –, se o DNIT tivesse assinado o TAC, e não precisaria assinar o aditivo, porque ele não assina o aditivo da Dersa, ele teria que contribuir neste momento com um terço do valor do aditivo.

Só para fazer conta redonda, se o senhor me permitir, de 260 milhões, se dividirmos por três, vai dar em torno de 85 ou 90 milhões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, uma questão central é o seguinte: se foi feito por empreitada global, não seria admitido então o aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Correto. Está perfeito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor recorreu ao Tribunal de Contas para dar guarida a isso. Foi isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu não recorri ao Tribunal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou ao Ministério Público Federal.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, o Tribunal de Contas divergia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas isso no início do processo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não, em 2009, no Fiscobras, e não no início do processo. No início do processo, nós fizemos preço global, o DNIT acompanhou. Ele acompanha a obra em 2007, 2008 e também em 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez preço global, por isso, redundou numa economia de previsão de recursos de que montante?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando nós transformamos, Deputado, o Rodoanel de preço unitário, 866, para preço global, eu fiz um desconto para o Governo. Quando eu fiz... Talvez eu queira... A diretoria da Dersa, mas quem fazia a negociação sempre fui eu, e aprovada em colegiado. Foi um desconto de R$100 milhões no início, só para assinar preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cem milhões. E o aditivo foi de quanto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com a seguinte condição. Tinha uma condição: se vocês economizarem e eu aprovar o projeto modificativo na mesma qualidade de toda a forma, sorte de vocês; se der prejuízo, azar de vocês. Só que, para entregar o Rodoanel em 34 meses, cujo contrato já tinha passado 14 meses, eles tinham que investir em tecnologia mais cara – em vez de tubulão, perfil metálico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas, aí, o aditivo foi de quanto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Duzentos e sessenta e quatro milhões, por uma posição do TCU, que quis encontro de contas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Duzentos e sessenta e quatro. Então eu posso dizer que houve um acréscimo, ao final, de 164.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor pode dizer e com certeza está correto. É o menor aditivo de obra pública no Brasil. É a primeira vez numa obra que existe uma empresa, a Camargo Corrêa, de um consórcio cujo aditivo é negativo. Eu vou entregar ao senhor, e com documento – 039. E os aditivos estão aqui.

O maior aditivo foi de 3,69, e o maior deles, que é o da OAS, 17%, cuja média – e eu tenho aqui o Fiscobras 2009, a posição do Ministro Aroldo Cedraz – é a maior celeridade e o menor aditivo aprovado no TCU, dá 6,22%.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu entendi. Agora, por que foi necessário então o aditivo nesse regime de execução global? Porque eu posso questionar os 24,9% da Marginal Tietê, em que a Delta é a maior beneficiada e tal, é no limite. Agora, no preço global, não se admitiria o aditivo. Ele ocorreu em razão de quê?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, o senhor está correto nessa segunda colocação. Por que nós fomos para o TAC? Por que o TAC gerou aditivo? Por uma postura técnica do Tribunal de Contas da União, que, como falei inicialmente, achava o seguinte: preço global, para nós, você tem que fazer medições. E eu diria que não. Preço global é turn key, está fechado, paga aquilo e não paga mais nada. Como ele, junto ao Ministério Público Federal propôs o encontro de contas, o que fez a mais e o que fez a menos, o que fez a mais e o que fez a menos, no caso da Camargo foi negativo, no caso da OAS foi positivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, então eles fizeram... Ao final eles fizeram um preço unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não fizeram.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque fez o encontro de contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não fizeram. Deputado, se for o preço unitário o Rodoanel, nem o aditivo de 40% resistiria. Foi o maior... Olha, tudo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas eles pegaram o preço unitário das coisas e fizeram o encontro de contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, mas não foi assim. Talvez eu não esteja conseguindo ser...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não entendi.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele não, não é que tudo... Eles pegaram o projeto e quando foi verificado, queriam o serviço a maior. Desequilíbrio econômico financeiro.

O Sr. Deputado, eu vou dizer só de janeiro até março, choveu 47 dias em São Paulo, o maior índice pluviométrico da história. Eu dei ordem no Rodoanel, num compromisso moral que eu tenho aqui assinado no primeiro dia de obra. O Rodoanel terminou pedra sobre pedra, pararam todas as pedreiras de São Paulo para cumprir o prazo contratual, que era 27 de março.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas aí o senhor mesmo disse que faça sol ou faça chuva, se der lucro ou se der prejuízo, no global, o risco é de quem aceita fazer a licitação.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, o Tribunal de Contas da União...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. E o Ministério Público Federal aprovou, eu estou concordando com o senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É isso Deputado. O senhor imagina qual a autoridade que eu posso ter, a Dersa, perante o Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Procuradoria-Geral do Estado. Eu não sei quem faltou, acho que não faltou ninguém para aprovar o TAC. Só o DNIT por não ter a autorização da AGU.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por não concordar, segundo, ontem, o Pagot. Segundo o Pagot, por não concordar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Mas ele não concordou, ele não tem autoridade, ele não tem autoridade para fazer. Então ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem! É o que a AGU disse. Agora o Pagot disse outra coisa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só que é o seguinte Deputado, eu estou mostrando cinco e-mails do DNIT, dizendo que ele – e também da Advocacia-Geral da União – "vocês estão desautorizados a assinar o TAC". Se a PGE fizesse isso comigo, eu como gestor público, a minha caneta nem sairia da gaveta. Não é que eu não quis assinar, eu não podia assinar, eu não tinha autoridade para tal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação agora, o nome do senhor aparece na Operação Castelo de Areia, segundo matérias da imprensa. O que é que o senhor tem a dizer sobre isso? A que o senhor atribui essa citação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, eu nunca fui chamado, não trouxe aqui, nunca fui citado, nunca recebi um telegrama, nunca fui comunicado, vi pela revista Veja uma lista que eles colocam – para mim apócrifa –, independente de estar isso no Poder Judiciário trancado, mas vou esclarecer porque tenho a obrigação, escrito: Aro e Paulo Souza. AÍ vem um glossário: Aro é Rodoanel, Paulo Souza; aí passa umas linhas, está escrito: quatro valores de uma primeira lista; numa segunda lista: TAC, está escrito aqui TCU/TAC – PAC, me desculpem – TCU/PAC. Numa outra lista está escrito Valdemar Costa Neto, Milton Montes.

Deputado eu não tenho a mínima condição profissional de declarar nada sobre essa lista que está aqui. Desconheço, não faço parte de relatório, nunca fui chamado, nunca fui arguido. Para mim, é um assunto que eu, se alguém tem que explicar é a Camargo Corrêa que fez a lista.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, quando o Vice-Governador de São Paulo Alberto Goldman assumiu o governo em abril de 2010, o senhor já fez referência aqui, o senhor foi exonerado do cargo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Correto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes, notícia da imprensa também, dá conta de que ele manda um e-mail para o então Governador José Serra dizendo: "Parece que ninguém consegue controlá-lo". A que o senhor atribui esse e-mail e a sua exoneração logo após?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Esse e-mail foi em torno da queda da viga da Régis Bittencourt. O Dr. Goldman, como autoridade, como Governador, tem todo direito de simpatizar ou não com as pessoas. É um direito que cabe a ele. O Dr. Goldman, na inauguração do Rodoanel, publicamente, na presença de empresários, disse: "Esta obra só saiu por conta do comandante Paulo Souza". O Dr. Goldman mandou esse e-mail dizendo, e é verdadeiro, eu recebi esse e-mail, não o mandou para mim, mandou ao Secretário Mauro Arce, alguém da Secretaria que, naturalmente, gostava muito do Mauro Arce, mandou o e-mail dizendo: "Gestor, veja o e-mail contra você, gestor nota 10, Secretaria dos Transportes. Recebi em envelope lacrado". Ele diz, nesse e-mail, que eu sou vaidoso – e ele está correto –, que eu sou arrogante – S. Exªs podem me achar arrogante porque falo o que penso, ele também está correto –, ele diz que sou um super-homem – aí ele

errou, eu sou o ironman –, mas, pior do que isso, disse que o governo me tratava como super-homem. Aí ele também errou. Mas o governo, na minha gestão, com 13 bilhões de obras, eu não era o Robin, eu podia ser o Batman. É isso que eu penso. É o direito que ele tem, ele é Governador. Simplesmente, o Secretário Mauro Arce falou: "Paulo, peça a conta". Quem me conhece sabe que eu nunca saí de uma prova, que eu não peço conta de lugar nenhum, estou até com meu currículo à disposição do Brasil, se a televisão estiver vendo, está certo? Porque acontece o seguinte, se precisarem de um incompetente, não me chamem; se precisarem de alguém que não tem opinião, não me chamem. Agora, se quiserem obra no prazo, sobre gestão pública, podem me chamar. Paga bem, eu estou dentro, independente de partido, de clero, de religião. Eu sou esse cara que ninguém gosta. Não ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor atribui esse fato a sua exoneração?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Dr. Goldman não simpatiza pelo gestor público Paulo Souza. É um direito que ele tem. Aliás, vou ser criticado, quando sair daqui, porque eu deveria ser ponderado: "Ele pediu, você devia falar diferente". É desse jeito que eu sou, é desse jeito que eu falo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – O senhor conhece o Sr. Adir Assad?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço. Adir Assad é triatleta. Conheço ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só de provas. Encontro...Todos os triatletas treinam em único lugar, na USP.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Ele trabalhou no Rodoanel ou empresas dele no Rodoanel ou na Marginal Tiête...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – ...como subcontratado?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço. Eu não conheço...Olha, se eu falar que não li, tem matérias e matérias...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Mas ele trabalhou com o senhor...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele nunca entrou na Dersa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MT) – Presidente, é o que eu tinha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Sr. Relator.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPMI, gostaria apenas de fazer duas ponderações com relação ao relato feito pelo Sr. Paulo Souza. A primeira, Sr. Relator, se me permite, ele tentou mostrar o e-mail que recebeu da AGU na qual o Sr. Pagot instou a AGU para se posicionar, e a AGU disse: o senhor está desautorizado a assinar. Esse e-mail foi entregue ao Presidente. Faço apenas esta constatação de que, apesar de o Sr. Pagot, eu entendo, ele disse aqui "eu não quis", ele pode ter dito isso, mas o que houve é que ele foi desautorizado por um órgão que ele próprio consultou. Devo assinar? Não pode assinar e, portanto, não assinou. Então, apenas uma recomposição com relação a esse item.

Com relação à questão do TCU, eu ia dizer aquilo que V. Exª, o próprio Relator, já disse ao final. Veja, às vezes, me assustam questionamentos sobre a postura do Sr. Paulo Souza na questão do TAC. Ele foi chamado para a questão do TAC, do Rodoanel, no trecho oeste. Ele era do trecho sul. Não havia nada contra ele, mas o Ministério Público quis que ele intercedesse, ele gestor público Paulo Souza, para resolver e pôr um fim ao inquérito inaugurado no trecho oeste. Ele é instado. O Ministério Público chama o TCU. Participa o TCE. O pedido das empreiteiras era de um aumento de aproximadamente 30%. Fecha-se um aumento nos 6%, assinado – médio de 6% –, onde uma das empresas teve – 0,39, foi dito aqui. Assina-se esse termo e algumas pessoas questionam a postura do gestor, que foi chamado a dar uma solução para o Ministério Público. E o Ministério Público subscreveu. Então, por vezes, eu acho que a coisa passa até da lógica e do bom senso.

Mas eu queria dizer aos meus pares, e confesso aqui, que não conhecia o Sr. Paulo Souza, vim a conhecê-lo por ocasião desta CPI. E queria deixar claro aqui um registro. Primeiro, elogiar a postura de V. Sª. Não ter vindo com advogado. Eu sei que tem alguém que o assessora, na condição de assistente, para lhe dar os documentos, mas não está assistido por advogado. Não pediu *habeas corpus*. Fez questão de dizer: Eu estou disponível para todo e qualquer tipo de pergunta.

A forma como V. Sª se contrapôs aos seus detratores foi oportuna, verdadeira e sincera. A clareza com que V. Sª respondeu a todas as perguntas do relator, repito, a todas as perguntas do relator, não deixa dúvida sobre a sinceridade de V. Sª aqui hoje.

E, por fim, disse isso e fui até criticado à época, a uma pessoa que integrava o governo do Distrito Federal, a quem faço oposição. A sua postura aqui só demonstra o seu caráter. O senhor, de fato, é um tocador de obras, gosta do que faz e se pessoas tentaram

macular o seu nome ou ofendê-lo, hoje V. Sª passou a limpo essa questão.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Sª, apenas cumprimentá-lo pelo seu proceder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O próximo inscrito é o Senador Alvaro Dias; depois o próximo inscrito é o Deputado **ONYX LORENZONI**.

Indago se o Senador Pedro Taques quer fazer uso da palavra, já que é o segundo inscrito.

Então com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Boa tarde.

O senhor conhece o Assad? O senhor fez referência a uma prática desportiva. Ele faz o quê da vida?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheço o Assad como triatleta.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, mas ele vive de quê, o senhor sabe?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não sou amigo dele íntimo, não tenho relacionamento com intimidade.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Ele é procurador da República, Senador. O senhor sabe o que ele é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu li pelos jornais que ele é engenheiro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Engenheiro. O senhor sabe se ele tem empreiteira, aloca máquinas para empreiteira?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não conheço, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor trabalhou na Dersa quanto tempo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cinco anos, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Cinco anos.

O senhor trabalhando na Dersa cinco anos o senhor tem que conhecer as pessoas desse mercado: empreiteiro, quem faz locação de máquina, equipamentos.

Como funciona a locação de máquinas, se é essa a expressão correta, para as empreiteiras construírem uma obra como essa que o senhor tocava?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Rodoanel, Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qualquer obra, assim no gênero, por gentileza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou responder ao senhor. O Rodoanel alugou... O Rodoanel, na obra do Rodoanel, foram alugados pelas empreiteiras 2.750 equipamentos.

A Dersa nunca, não loca equipamento. Esse mercado de locação de equipamentos, seja motoscraper, seja guindaste, seja caminhão, não faz parte do escopo da Dersa em contratação em obra.

Então nenhum locador de equipamento freqüenta a Dersa, em nenhum nível, para propor serviço de locação. No Rodoanel, na Marginal, na Jacu-Pêssego, na Tamoios, é locado diretamente, sem autorização, independe de autorização da Dersa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, é feito o negócio diretamente com a empreiteira, o senhor está a dizer.

O senhor conhece alguma pessoa jurídica que faz locação de máquinas dessas que o senhor citou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não atuo, eu conheço as empreiteiras, Senador. Locador...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria que ele respondesse a minha pergunta de forma objetiva. Eu quero saber, objetivamente: o senhor conhece ou não conhece, objetivamente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não conheço, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não conhece. Muito obrigado.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente – ele está há cinco anos na Dersa –, se ele ouviu falar o nome de alguém, algum empresário que loca máquinas. Em cinco anos, ele nunca ouviu falar? É isso.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago se V. Exª...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca ouviu?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca ouviu falar?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Certo. O senhor sabe como funciona esse mercado de locação dessas máquinas a que o senhor fez referência? Comumente, quais são as máquinas que são locadas? O senhor pode citar três máquinas? Eu não sou engenheiro, eu não sei.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pois não, Senador. No Rodoanel, moscraper, caminhão, guindaste. São esses equipamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Uma máquina dessas custa quanto? O senhor tem idéia, por gentileza?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não é a minha área.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não tem ideia. Já perguntaram se o senhor conhece o Cachoeira, não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O Sr. Carlos Augusto Ramos?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, senhor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, senhor. Não conheço.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi nada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor já participou de reunião com o Cavendish?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O engenheiro Cavendish esteve uma vez na Dersa, em 2008, e outra vez, talvez, em 2009.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – As empreiteiras, como a Delta, Odebrecht, O.S., Camargo Corrêa, essas empreiteiras vão fazer uma obra como essa da Dersa – que a Dersa tocava duas grandes obras que o senhor está falando aí –, essas empreiteiras, comumente, têm essas máquinas ou elas locam?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Há empreiteiras que possuem o equipamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor sabe se a Delta possuía?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Veja bem, eu só conheço a Delta dentro de uma prestação de serviço do contrato dela. Eu não conheço a Delta profundamente, e nenhuma empreiteira. Eu nem sei o portfólio de equipamentos das empreiteiras.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não é minha função. E nem da Dersa, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. No contrato em que ocorre a adjudicação do objeto da licitação, a empreiteira não precisa ter uma capacidade técnico-operacional para realizar a obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Precisa, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Precisa. E essa capacidade técnico-operacional não envolve máquinas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Envolve todos os equipamentos necessários.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, o senhor faz a análise desse material, ou o setor responsável na Dersa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O setor, o senhor não tenha dúvidas que faz.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Faz. O senhor nunca viu, nesse caso da Delta, se ela tinha essa capacidade?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, eu trouxe, inclusive, o contrato aqui, todos os contratos aditivos em que consta tudo o que é necessário. Eu posso pedir de volta e ler ao senhor, mas eu não tenho de cabeça.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não precisa, eu leio depois. Esse Assad, o senhor já viajou para fora do Brasil com ele?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nunca. Só essas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O próximo inscrito é o Senador Alvaro Dias, não o vejo aqui. Deputado Onyx Lorenzoni.

Peço ao Deputado Vaz de Lima, se puder, para assumir, por um minuto, a Mesa.

ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Paulo Vieira de Souza, eu tenho uma pergunta para o senhor que diz respeito ao seguinte: meu objetivo aqui é ir atrás de tudo aquilo que envolva, talvez, o maior esquema de corrupção na área pública que o Brasil já foi capaz de desvendar. E tem nome e sobrenome: Fernando Cavendish e a Delta. Minha dúvida é zero, depois desses meses todos, como disse o Senador Pedro Simon ontem, nós estamos diante do primeiro corruptor que tem rosto, tem marca e tem provas aqui. Então, eu quero perguntar para o senhor: nas obras em que o senhor estava presente lá na Dersa, em quais obras a Delta estava vinculada?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só no lote 2 da Marginal Tietê, Deputado.

ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Em alguma circunstância, a Delta lhe procurou para qualquer tipo de composição financeira, quer para ter um aditivo, quer para repactuação de contrato, havia qualquer iniciativa nesse sentido?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca houve com a minha pessoa, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O.k.

Sr. Presidente, eu sei que o relator está me ouvindo neste momento e quero aproveitar porque eu tenho ainda 9 minutos aqui que não terei diante do Sr. Fernando Cavendish. Eu preparei um conjunto de documentos aqui e gostaria de saber, sim, do Sr. Cavendish por que a Delta adquiriu a Sigma e por que ela venceu uma licitação de R$130 milhões na Petrobras sem ter capacidade nem *expertise* para fazer isso. Será que isso aconteceu, lá na Petrobras, porque ela contratou o consultor Sr. José Dirceu? Essa é a minha pergunta.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer é: que ações o consultor José Dirceu adotou em relação a essa empresa, que hoje eu não tenho nenhuma dúvida de que é bandida, chamada Delta, para que ela conquistasse contratos junto ao Governo Federal?

Segundo uma reportagem que foi publicada – e eu queria perguntar para ele –, o Sr. José Augusto Quintella e Romênio Marcelino Machado, que ainda não vieram aqui e que eu espero que um dia se sentem onde está o Sr. Paulo Souza, para prestarem esclarecimentos, disseram e afirmaram que providenciaram notas frias para justificar gastos com propinas. Não foi o Deputado de oposição, mas o sócio do Sr. Fernando Cavendish que disse que ele mandou arrumar nota fria para pagar propina na Petrobras. E essa propina não foi pouca; foram R$5 milhões.

Hoje nós temos a Petrobras com dificuldades. Quanto das dificuldades da Petrobras não são por contratos assemelhados ao da Delta ou da GDK, lá no passado? Quando foi feita a inspeção extraordinária do TCU, a GDK tinha um superfaturamento de R$130 milhões na Petrobras.

Eu também queria perguntar para o Sr. Fernando Cavendish sobre as interceptações telefônicas da Operação Monte Carlo da Polícia Federal que dizem que o Dadá, que era homem de confiança da articulação do Sr. Cachoeira e do Cláudio Abreu, a diretoria da Delta no Rio, no dia 31/03 do ano passado, participou da campanha de Agnelo e está cobrando a fatura. Qual é a fatura que o Governador do Distrito Federal pagou para a Delta? Da mesma maneira, esse conjunto extraordinário de mais de R$460 milhões, que nós aqui, na CPMI, já conseguimos listar, que foi transferido da Delta para essas empresas que estão listadas aqui, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o relator me ouve atentamente, porque sei da diligência do Deputado Odair Cunha, mas ele está justamente fazendo um lanche, mas está ouvindo. Aqui há a Décio e Rafael, Alberto & Pantoja, BW Serviços de Terraplanagem, Brava Construções, JM Comércio de Pneus, Insttale Engenharia e Consultoria, JSM Engenharia e Terraplanagem, Legend Engenheiros Associados, Mamuti Transporte e Locação, Power to Ten Engenharia, ASB Serviços de Terraplanagem, SM Terraplanagem Ltda., SP Terraplanagem Ltda., Soterra Terraplanagem, WCR Produção e Comunicação, WS Serviço de Terraplanagem, JR Prestadora de Serviços. E eu me dei ao trabalho de verificar, nos dados que até agora estão disponíveis aqui – faltam dados –, que da Delta, só no ano eleitoral de 2010, de que nós já temos os registros aqui, para essas empresas que citei, foram R$170 milhões. Que campanhas eleitorais foram irrigadas? A campanha da Presidente Dilma foi irrigada com esse dinheiro? Essa é a pergunta que tem que ser feita. Afinal, se havia um *modus operandi* em que o diretor-geral do DNIT, que fez insinuações a seu respeito, Sr. Paulo Souza, ontem aqui, mas assumiu publicamente que pediu doação, que foi atrás de doador, que os doadores mandaram a ele boletos de que haviam pago a campanha da Presidente Dilma. Se esse era o *modus operandi* e se ele disse aqui que ele não cuidou das grandes, quem cuidou das grandes? O Sr. José de Filippi deveria estar aqui, porque ele cuidou das grandes. E o Governo Federal, que transferiu, via DNIT, para a Delta R$3 bilhões e ela, a partir de 2006 e em 2007, particularmente em 2008. Mesmo se o senhor juntar – o senhor tem 40 anos de engenharia, pelo que eu entendi – a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão, a OAS – está faltando uma das grandes de que não me lembro – a Camargo Corrêa, a Delta chegou a ter no DNIT, no ano de 2009, o triplo do faturamento das cinco juntas. No ano de 2010, ela teve quase o triplo e, no ano de 2011, tem quase o dobro. Como explica isso? Que margem ela fez para se transformar nessa empresa superpoderosa?

E, aí, ela se associa ao Sr. Fernando Cavendish. Associou-se com a máfia do Sr. Cachoeira, e o Sr. Cachoeira vem lá do jogo do bicho, das maquininhas. E, aí, ele se dá conta de que a expertise de comprar inspetor de polícia, de comprar proteção nas cidades onde operava as maquininhas ele podia trazer para minar governos estaduais, ele podia se relacionar com o Governo Federal. E a Delta, em conluio com o Sr. Fernando Cavendish, em conluio estreito com o Sr. Cachoeira, montou um esquema de acessar, saquear os cofres públicos brasileiros.

Eu queria poder, Sr. Presidente, Sr. Relator, perguntar isso ao Sr. Fernando Cavendish. Lamentavelmente, o Supremo Tribunal Federal parece não se dar conta de que esta CPMI em nenhum momento constrangeu, em nenhum momento foi deselegante, em nenhum momento, Sr. Relator, desrespeitou o princípio constitucional de que a salvaguarda do direito individual protege para ninguém produzir prova contra si e dá *habeas corpus.* Volto a dizer – o Senador Pedro Simon está há 40 anos aqui – que, na CPI dos Anões, foi feito um acordo para, primeiro, processar e cassar os Deputados e, depois, ir atrás dos corruptores.

Pois eu quero dizer que vai sentar aqui hoje e vai ficar calado, porque o Supremo Tribunal Federal protegeu, o maior corruptor da história moderna do Brasil, e os dados que esta CPMI já tem vão comprovar o que estou dizendo. Não tenho nenhuma dúvida de que o Sr. Fernando Cavendish é um corruptor de alto escalão. Associou-se com bandido para quê? Para praticar crime. Nós ver sentado aqui um criminoso que, lamen-

tavelmente, vai ser protegido por uma decisão equivocada do Supremo Tribunal Federal. E mais equivocada ainda é a decisão que tomamos aqui – não com o meu voto – de impedir que nós pudéssemos. São dezenas de ações, empresas, transferência de recursos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para concluir, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Apenas para essa empresa Alberto & Pantoja, no ano eleitoral, foram R$25 milhões. O Sr. Geovani sacou R$9 milhões na boca do caixa, Sr. Relator. O que ele foi fazer com esse dinheiro? Se pegarmos o sigilo bancário dele, perdão, o sigilo bancário dele que esse dinheiro aparece lá.

Então, Sr. Presidente, eu concluo, passando às mãos este estudo que a competente assessoria do Democratas fez para que o nosso Relator, Odair Cunha, possa trabalhar, possa, mesmo sob a tentativa ou seguramente sob o silêncio do bandido Fernando Cavendish, ele tente questionar em nosso nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Excelência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E, principalmente, os dados que nós compilamos e que apontam, sem dúvida nenhuma, que dentro de poucos instantes, vai sentar aqui aquele, talvez, seja o maior corruptor da história moderna deste País.

O SR. PRESIDENTE (Vaz de Lima. PSDB – SP) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani. (*Pausa.*)

Não o vejo aqui. (*Pausa.*)

O Deputado está aqui. Está entrando na sala o Deputado Leonardo Picciani.

Todos entendem que estamos tomando um lanche, por rodízio.

Concedo a palavra ao Deputado Picciani. (*Pausa.*)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – O lanche é só para a elite?

O SR. PRESIDENTE (Vaz de Lima. PSDB – SP) – Não. V. Exª também, se a assessoria o trouxer, tem todo o direito de usá-lo aqui, ao fundo. Desde que o traga, V. Exª pode fazer um lanche na sala que está disponibilizada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – Está esclarecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Paulo de Souza, depoente nesta CPI, tenho poucas perguntas a fazer. Acho que o Relator esgotou um leque grande de questionamentos, que foram respondidos pelo Sr. Paulo de Souza. Alguns são úteis a esta Comissão; outros não me parecem tão úteis assim a esta Comissão. Mas eu queria aqui fazer algumas perguntas.

Primeiro, o Sr. Paulo de Souza disse que havia alguns detratores. Inclusive, sugeriu aos detratores que eles assistissem ao filme Gladiador. Eu perguntaria ao Sr. Paulo de Souza se ele pode dizer quem são esses detratores.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Os que estão em todas as revistas. O senhor gostaria que eu dissesse nominalmente?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Como V. Sª desejar.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A revista Istoé; a CartaCapital; a Época; os ex-Ministros Fernando Henrique e Eduardo Jorge; o Tesoureiro-Adjunto do PSDB, Evandro Losacco; o candidato a prefeito de São Paulo Celso Russomanno; a Delegada de Polícia que saiu da 15ª DP, Nilze Baptista Scapulatiello.

Se o senhor me permite, há mais gente. É que os 16 processos eu os entreguei. Mas me deixe recordar.

Ainda há o Paulo de Tarso Venceslau, dono do *Jornal Contato*; Paulo Henrique Amorim, dono do *blog* Conversa Afiada, ou fiada, porque, para mim, não muda nada.

Todos esses são pessoas que mentiram a meu respeito, que vão à Justiça e que negam. Uns jogam a culpa na revista, a revista joga a culpa neles. O juiz, agora, determinou à revista *Istoé* que entregue a fita, e eles alegam que havia mais pessoas, que era segredo de imprensa. E, agora, deu uma ordem definitiva, para que separem as pessoas e entreguem as fitas.

Esses são os detratores que macularam minha imagem de 40 anos, com um passado como cidadão, como pai de família e como brasileiro, sem uma única prova. Aliás, no Brasil, é difícil entender como você é acusado, e cabe a você o ônus de provar que é inocente. A mim, como estamos numa idade moderna, só me cabe processá-los.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor deixou a diretoria da Dersa em qual período?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu não a deixei. Eu fui exonerado pelo Governador Alberto Goldman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Em qual período?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Em 2010, no dia 9 de abril de 2010.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – De 2010 até a presente data, V. Sª retornou, V. Sª ocupou novamente algum cargo público ou não?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nos 20 anos em que estou no setor público, assim que eu deixei qualquer cargo, nunca voltei à atividade nenhuma, nem de assessoria, nem empresarial, de forma nenhuma, porque eu não me sentiria à vontade. Eu não

me sentiria à vontade de voltar ao setor público tendo uma empresa no intervalo de um ano.

Aliás, se o senhor me permitir, o dono da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, disse, na revista *Veja*, que, só na minha cabeça, havia o sonho de trabalhar na Odebrecht por conta do Estádio do Corinthians. Eu sou conselheiro do Corinthians, sou corintiano, gosto do Corinthians, mas nunca, nem no sonho, estou dando, através da CPI, um recado ao Sr. Marcelo Odebrecht, herdeiro da Marcelo Odebrecht, empresa que eu sempre respeitei... E a Veja foi proibida de publicar a minha resposta. Saiu da *Veja* Patury, que hoje está na *CartaCapital* ou na *Época*, não sei, dizendo que só na minha cabeça tem um sonho.

Eu não tenho, nunca tive um sonho, nem quero ter sonho, nem quero ser convidado por construtora alguma do País.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas qual a sua atividade atual? O que o senhor faz atualmente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, em termos... Deputado?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pois não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Leonardo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Assim que eu saí da Dersa, ando numa metralhadora giratória, sem nenhum processo, no qual eu vendi um apartamento que tenho na Vila Nova Conceição – eu construí o prédio – e vivo de recursos desse apartamento. E tudo que tenho, graças a Deus, na minha vida...

Eu fui ao Ministério Público estadual. Eles me pediram os quatro últimos Impostos de Renda. Eu levei 20. O Procurador desanimou e disse: "Não, isto aqui é demais. Só deixe quatro aqui e pode embora." Fiquei quatro horas com ele.

Tenho o meu sigilo bancário quebrado e entrego aqui a esta CPI; tenho o meu Imposto de Renda e o que o senhor desejar mais.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Apenas duas perguntas, para finalizar: uma, com relação aos dois convidados de ontem.

Primeiro, com relação ao Sr. Pagot. O Sr. Pagot deu notícia – ele usou até o termo – de que teria tido com V. Sª uma conversa de bêbado a respeito da possibilidade de um termo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu sou triatleta, Deputado. Eu não bebo nem vinho. Eu sou um Ironman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, quero perguntar a V. Sª o seguinte: qual o último Ironman de que o senhor participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu fiz nove Ironmans. Comecei minha atividade como Ironman aos 53 anos, pesava 102 quilos. Não é o assunto daqui, mas só para mostrar a minha determinação. Aprendi a nadar em cinco meses, fui podium no primeiro Ironman. Em 10 anos, nos últimos, de 53 a 63 anos que tenho, fiz 10 Ironmans. Sou tricampeão brasileiro, medalha de prata na África. E outros currículos mais. Eu sou um atleta amador.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Adir Assad – que o senhor disse aqui ser também um praticante – participou de alguma prova junto com o senhor? De alguma prova do Ironman ou de outra prova do triatlo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou... O ninho da água do Ironman é Frorianópolis, cidade maravilhosa. Só lá é possível haver Ironman no Brasil, pela organização, pela estrutura, pela decência, pela maravilha.

Todos os triatletas, a tribo do Ironman o senhor encontra em Jurerê Internacional.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Ele participou com o senhor da prova de Florianópolis, do Ironman Brasil?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou... Não, o Ironman é solitário, isolado. São 17 horas interruptas.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Não, a pergunta que fiz...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele participou em dois Ironmans.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – ... é se ele participou também.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Participou. Ele é triatleta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – No Havaí, ele participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ele não tem índice para isso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor participou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu participei na Austrália. É preciso ter índice para ir. Vai um de cada categoria.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu conheço. Sou praticante de ciclismo em estrada e conheço um pouco...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Então o senhor sabe que é jogo duro.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Exatamente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É mais difícil que vir à CPI.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas, então, o senhor participou de prova já, junto com o Sr. Assad – prova de que ele participou também –?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cem mil e quinhentos atletas em Floripa, todo ano.

Aliás, vou dizer para o senhor uma coisa que as pessoas não gostam de ouvir de mim. O Rodoanel foi tocado como o Ironman. Tinha dia, mês, ano e hora para terminar. Isso irritava profundamente as pessoas, porque a data era imutável. Assim eu coloquei no Rodoanel: era data retroativa em todos os canteiros de São Paulo inteiro e dentro da Dersa. O Rodoanel é a maior prova da engenharia do Ironman.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Paulo, eram esses os esclarecimentos. Chamou-me apenas a atenção um fato. E aqui deixo...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É um prazer imenso responder ao senhor.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Na verdade, o que eu lhe faria como pergunta – já foram feitas.

Agora, apenas concluindo a minha fala, no minuto que me resta, casou-me só uma certa estranheza... Pode ser apenas um entendimento da minha parte, não sei se tem alguma coisa a ver.

O senhor, aqui, narrou um currículo exemplar, um currículo bastante consistente como profissional na área de Engenharia, demonstrou o conhecimento dos atores desse mercado da Engenharia, mas mostrou o desconhecimento da atividade do Sr. Assad, que, ao que nos consta aqui, também foi convocado a esta CPMI, por atuar, também, neste mercado como um empresário, como um empreendedor deste mercado, e é uma pessoa que o senhor conhece também dos treinos e da atividade esportiva.

Pode não ter nada a ver, mas eu deixo aqui registrado, elogiando aqui a conduta de V. Sª, que respondeu prontamente tudo que lhe foi perguntado, mas esse fato eu creio que, para mim, causou estranheza, alguém tão bem informado no mercado neste aspecto, neste caso em si não estar tão informado assim.

Era isso, Presidente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor permite que eu possa fazer uma colocação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Deputado, eu conheço a construção pesada do Brasil inteiro, todas as grandes, todos os donos, todos os diretores executivos que foram até mim – isso quando era Diretor do Metrô –, no Palácio do Planalto – já na CTBC não, porque é um mercado pequeno de subempreiteiro lá, lá da região do ABC – e na Dersa. Locação de equipamento, empresa de engenharia pequena, que não tem a mínima condição, o Senhor imagine o seguinte: eu tinha um helicóptero à minha disposição para tocar as três maiores obras, e únicas obras, inauguradas no País desse porte. Só para o Senhor ter um ideia, só no...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O senhor considera uma empresa de engenharia pequena uma empresa que fatura até quanto anualmente?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, se faturar até...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – A partir de que faturamento o senhor consideraria uma empresa como de médio porte?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – De médio porte? Vamos dizer, uma empresa que fature aí R$40 milhões ao ano, R$40 milhões ao ano.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – E de grande porte?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Aí é só a Odebrecht. Trinta por cento da Odebrecht é maior que todas as empresas nossas. É a única empresa mundial.

O senhor imagine o seguinte, só no Rodoanel, Deputado, com respeito ao senhor, só no Rodoanel, tinha 134 pontos de viadutos, multiplicados pelas duas pistas são 268 no Brasil inteiro, o Brasil inteiro, pode somar o Brasil inteiro, feitos em 34 meses. O senhor imagine, eu andava – alguns me chamavam lá de maluco e continuam me chamando –, eu andava nas obras, eu começava, pela manhã, rodando as obras – somente é possível de helicóptero, é impossível de outro jeito – com um helicóptero alugado, evidentemente com concorrência, a R$1,5 mil a hora – a Marginal Tietê, e todo mundo sabe disso – por isso, a minha mágoa, não é mágoa não... por isso... Às 11 horas da noite, e todo mundo sabe que os donos – os donos, não é que era mais ou menos, o único dono que não aparecia era o Sr. Fernando Cavendish, porque era o André que cuidava de São Paulo – corriam comigo a obra das 11 da noite às 3 da manhã, porque a Marginal foi feita em sete meses, passando 1,250 milhão carros por dia, sem parar um único dia – diferentemente do que gostariam, ela não foi inaugurada num dia só; a cada dois meses e meio eu liberava um trecho, desviava o tráfego. Nunca parou a obra.

Tem outro índice: 40 mil funcionários no Rodoanel. O senhor imagine, numa obra de 40 mil funcionários, mais Marginal, mais Jacu-Pêssego, nós tivemos uma morte na Marginal – uma árvore caiu na cabeça de

um senhor por conta da chuva – e no Rodoanel, uma única morte, porque dois amigos ligaram o digestor depois do horário e um triturou o outro.

Eu tenho o maior orgulho, apesar de ter sofrido tudo que estou sofrendo nesses dois anos, o maior orgulho de ter realizado o que eu realizei na minha vida. Eu voltaria a fazer tudo novamente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Assad sabia da sua função na Dersa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já concluiu, Deputado?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu acho quase impossível um engenheiro de São Paulo não saber quem é Paulo Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª já concluiu, Deputado?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Conclui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria que o Sr. Paulo Souza declinasse o nome do Sr. André. O tempo inteiro o senhor fala do Sr. André, que é diretor da Delta, em São Paulo. André...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu já falei, mas vou voltar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou André.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, eu já dei e entreguei o papel, inclusive. Mas eu volto. De novo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós não anotamos aqui.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu sou preparado, em São Paulo, para... Eu vou, de novo, dizer ao senhor, com todo respeito. André Ferreira Machado, Fernando Cavendish...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não. Só André Ferreira Machado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu entrego. Eu queria, se o senhor me permitir, Relator, para não sair daqui sem isso, entregar todos os e-mails e, se o senhor me permitir, não sei se o senhor permite, no qual o Ministério Público manda, sim, no caso do TAC.

"Dr. José Roberto Pimenta, encaminho a V. S. Exª demonstrativo provisório dos valores considerados adequados pelo TCU e Ministério Público Federal – Paulo Souza – na certeza de que o senhor resolverá os impasses para a assinatura do TAC". Depois de dois dias estava anunciado, na Imprensa, a assinatura do TAC.

Aqui estão todos os *e-mails* da Advocacia-Geral da União proibindo o DNIT da assinatura do TAC. Quero entregar aqui, e o senhor pode verificar que não tem nenhuma teoria no que estou aqui colocando.

Com respeito ao Dr. Pagot, não tenho absolutamente nada contra ele. Eu só estou afirmando que o TAC não foi assinado por conta de uma determinação da Advocacia-Geral da União porque o DNIT, e é verdade, nunca tocou a obra do Rodoanel. Ele é repassador do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, membros da Mesa, está ao lado do Sr. Paulo Souza uma pessoa que, até agora, não foi nominada, como sempre, em respeito às pessoas que estão aqui na Mesa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Cabe a mim isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. Cabe ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – João Brantes trabalha comigo desde os 17 anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – João Brantes? É advogado, está na função de advogado ou...?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, não. Pretendo que ele se forme em engenheiro daqui a dois anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Paulo Vieira de Souza, o Ministério Público de São reabriu, no último dia 2 de maio, uma investigação percorrendo os contratos que o Governo fez com a Delta Construção. E esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito começou em virtude das graves denúncias que envolviam o Sr. Carlos Cachoeira e o mundo do crime em que ele participava e participa. Participa tanto que continua dentro da prisão da Papuda a emitir ordens para o jogo aqui em volta de Brasília, a poucos quilômetros o Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Esta investigação, esse inquérito civil, foi pedido pelos Deputados João Paulo Rillo, Adriano Diogo e Ênio Tatto, do PT de São Paulo, deputados estaduais. Eles pedem apuração porque diz neste pedido que a Delta teria tido ampliada a execução da sua obra em R$1,750 bilhão, tendo um aumento do valor inicial de 75%. Daí o Ministério Público ter reaberto esse inquérito civil para investigar esses contratos.

Fala, inclusive, do senhor, fala do Sr. Delson José Amador, fala dos lotes, dos valores. Eu queria que o senhor pudesse aqui esclarecer esta investigação que agora o Ministério Público de São Paulo está fazendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu agradeço, Deputado. Eu gostaria de fazer uma colocação ao senhor. Primeiramente, eu queria já deixar aqui na CPI a minha resposta 24 horas após essas declarações dos jornais, na qual esclareço ao Ministério Público essa colocação do aditivo de 75%. Os Deputados do PT têm razão com relação ao aditivo de 75%, porém é no convênio. Quem é autorizado pela lei a fazer convênio, é entre governo, prefeitura, Estado, União. Não tem nada a ver com licitação.

O que eles misturaram, não sei por que motivo, ou a imprensa, é que houve um aditivo de 75%. Quero colocar ao senhor, Deputado, com todo o respeito, que a Delta teve sim aditivo de 24,8%, que eu também já entreguei a esta Comissão, só que fazia 4 meses que eu havia sido exonerado e se coloca na matéria como, além de 75%, eu como responsável.

Já entreguei a esta comissão os aditivos, já entreguei a esta comissão os convênios, e entrego agora a minha representação no Ministério Público de São Paulo, se for permitido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor foi responsável aí por obras mais ou menos no valor de R$6,500 bilhões.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quanto, Deputado? Eu não ouvi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – De R$6,500 bilhões daqueles dados que eu levantei, e que o senhor teria pago empreiteiras antes do prazo, de forma antecipada.

O senhor pode falar sobre isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – O senhor só está se referindo ao Rodoanel ou a todas obras que eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, é exatamente... Isso o TCU identificou.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, só do Rodoanel.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Tribunal de Contas da União teria identificado, e teria dito que do volume de seis bilhões e meio de reais que o senhor estava gerenciando, parte disso teria sido antecipado. Esses pagamentos teriam sido antecipados.

Por isso eu estou perguntando ao senhor o que o senhor pode falar sobre isso.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permitir, não estou querendo corrigi-lo, mas só esclarecer. O Rodoanel, a valores atualizados, são 5 bilhões. Nessa ocasião do TCU, que é por conta do Fiscobras 2008, como a obra era uma obra preço global...

Para tentar ver se eu consigo esclarecer o senhor, ela não é medida serviço por serviço. Ela é feita por avaliação. Vou pegar um exemplo mais simples. Se nós fôssemos reformar esta sala a preço global, eu não mediria quantos metros quadrados de piso, metros quadrados de parede, metros quadrados de pintura. Eu simplesmente avaliaria dentro de um cronograma pré-estabelecido. Foi executado da sala 30%. Liberaria. Quarenta.

O TCU entendeu que o nosso critério de medição a preço global não era adequado, coisa que eu não concordei.

Por esse motivo, numa divergência entre Dersa e TCU, que, por conta de um inquérito do Rodoanel Oeste, nós fomos ao Ministério Público para fazer o quê? Encontro de contas. O que é o encontro de contas? Vamos medir na verdade quantos metros quadrados tem o viaduto, quantos metros quadrados tem o piso, serviço por serviço. Durante sete meses, a equipe competente do TCU e a da Dersa fizeram esse levantamento.

Resultou contrário ao que eu gostaria, resultou no termo de ajustamento de conduta favorável, na média, em 6 e 22. No caso do lote quatro, foi negativo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu preciso, Sr. Presidente, como o meu tempo está se esgotando, fazer as perguntas. Pediria que o senhor anotasse para poder responder no seu tempo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o senhor me permite, um minuto só.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor já respondeu sobre isso, mas eu tenho aqui uma pergunta um pouco diferente.

Na eleição de 2010, a então candidata Dilma Rousseff fez uma acusação, no debate da Rede Bandeirantes, que o senhor teria recolhido, enfim, arrecadado R$4 milhões e teria fugido com esse dinheiro, que seria para a campanha do então candidato José Serra.

Então eu gostaria que o senhor falasse sobre isso, se é verdade o que a candidata falou a respeito do senhor.

Gostaria também que o senhor falasse sobre as ameaças. Tem aí uma ameaça de que o seu partido, ou o partido com que o senhor trabalhou em São Paulo, aqui na CPMI não teria conseguido resolver para que o senhor não viesse à CPMI, e, com isso, o senhor ia denunciar setores. Seria importante falar sobre isso, já que o senhor é um homem que tem essa disposição de falar. E é tido, em vários momentos, como um homem bomba, então eu acho que é importante falar sobre isso.

Aqui tem outro dado também que eu não vi, pelo menos, ser perguntado – fiquei todo o tempo aqui –, que fala da questão de um bracelete de brilhantes que o senhor teria... O senhor estaria sendo processado como receptador de joia. Estou perguntando não é

para constrangê-lo, quero que o senhor saiba disso, mas é para dar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não entendi. Não, não tem a ver com escopo, é evidente, mas como tem acusações de 4 milhões, que fugiu, que tem isso, que tem aquilo, eu acho que é um momento importante, talvez, até para o senhor poder esclarecer, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E agradeço, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E aí também fala que há indícios de que o senhor praticava tráfico de influência quando a sua filha, advogada dessas empresas, estaria lá fazendo... Enfim, a banca em que ela trabalhava, em busca de contratos do trecho sul do Rodoanel, não é? Então, eu queria que o senhor falasse sobre isso, não é?

E, finalmente, o senhor fala de ingratidão. O senhor fala de ingratidão, cita os momentos dessa ingratidão. Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso.

E eu, finalmente, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós estamos aqui diante do grande financiador, o grande financiador, a empresa Delta, que tem um lobista chamado Carlos Cachoeira, motivo da CPMI. E mais grave que isso, a Polícia Federal identifica o Sr. Carlos Cachoeira como sócio oculto da Delta. E nós temos que desvendar isso, aprovar os requerimentos de quebra de sigilo bancário e fiscal, que estão aqui há tempos, nós estamos cobrando para colocar na ordem. Já encaminhei o pedido de preferência ao Relator, ao senhor, para que venham aqui o Sr. José Augusto Quintella Freire e o Sr. Romênio Marcelino Machado, que são figuras que estão envolvidas em denúncias de tráfico de influência da Delta. Aquilo que traz a Delta e seus contratos com a Cedae do Rio de Janeiro, que parece que é outro emaranhado, porque desfilou em todos os cantos do mundo, fazendo autopromoção e escárnio perante a sociedade brasileira. O Sr. José Francisco das Neves, o Juquinha, contrato de 500 milhões com a Delta. E a Vitapan também, que tem contratos com Estados, Municípios e a União.

Então, finalmente, essas perguntas eu gostaria que o senhor respondesse. Se por acaso tiver alguma dúvida, eu me dirijo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quero agradecer ao Deputado as perguntas e vou...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para finalizar, Presidente, eu fiquei com uma dúvida aqui. Até anotei no fim.

O senhor falou de média empresa no setor de construção em termos de um faturamento de 40 milhões/ano. É isso que o senhor falou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É, perguntou a minha opinião.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sua opinião, claro. Aqui, o Sr. Adir Assad e suas empresas faturaram mais de 200 milhões, inclusive envolvidos com essas obras de São Paulo. Então, eu gostaria que o senhor aprofundasse um pouco mais com essas empresas do Sr. Adir Assad e pudesse responder um pouco mais porque, afinal, já não é uma média empresa, já está aí para grande empresa, faturando nessas obras desses contratos de São Paulo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Pois não, Deputado. Posso começar a responder?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com relação à primeira pergunta: a Presidente Dilma Rousseff. A Presidente, num debate com o candidato José Serra, perguntou a ele sobre o seu assessor que fugiu com 4 milhões. Isso foi numa tréplica. Teve intervalo, e, naquele momento, o candidato José Serra não respondeu. Eu espero imensamente, Deputado, que a Presidente do País, um dia, pela amplitude que tem a imagem de um presidente, reconsidere essa postura, porque foi numa campanha. Mesmo porque, com todo o constrangimento que me cabe como cidadão, eu tenho uma representação, pelo Dr. José Luiz Oliveira Lima, contra a Presidente da República, o que muito me constrange, porque tenho certeza absoluta de que a Presidente fez isso baseada numa informação mentirosa da Istoé e de integrantes do PSDB. Coisa que a mim não me faz bem algum, mas eu espero que a Presidente do meu País um dia avalie se é justo essa afirmação. Eu gostaria imensamente que a Presidente tivesse dito, baseada na revista Istoé, que Paulo Vieira de Souza, que nunca foi assessor do Governador Serra, e sim foi gestor, diretor de engenharia da Dersa, sumiu com 4 milhões. É tudo que eu pedi que a Presidente fizesse vendo a televisão. Infelizmente, por qualquer lapso da assessoria dela, ela deixou de citar a ISTOÉ.

Acredito ter respondido essa sua pergunta, Sr. Deputado.

Com relação à ameaça de não vir à CPI, tudo que eu pedi nos últimos 60 dias é que me deixassem vir a esta CPI. Se eu sou ameaça, eu sou aos incompetentes. A CPI me deu uma oportunidade única na minha vida. Talvez tenha mudado para muitos o paradigma de uma CPI, porque se diz que aqui eu seria maltratado, que aqui eu seria avacalhado, que aqui eu seria xingado, que daqui eu poderia sair preso. E

eu não quis vir, e tenho um dos melhores advogados do Brasil, tenho cinco escritórios... Eu quis vir com o João Brantes, que começou a trabalhar comigo como *office-boy*, e passar a possibilidade de que tudo isso acontecesse.

Saio daqui, do Congresso Nacional, com tudo aquilo que eu esperava que o Senado e a Câmara fizessem. Eu tive aqui, até o momento, o maior respeito desta Casa. Sinto-me na obrigação de responder qualquer tipo de pergunta, esteja ou não no escopo. É a oportunidade da minha vida.

Com relação ao homem-bomba, eu acho que eu sou super-homem, na opinião do ex-Governador Goldman; sou Batman, sou homem-bomba, homem-dinamite, sou o que quiserem que seja. Na verdade, eu sou um cidadão brasileiro, engenheiro civil, professor de matemática, sou triatleta, sou *ironman*, e cumpro aquilo que falo. Mas a imprensa acha bonito homem-bomba, acha bonito factóide.

Sou amigo pessoal do hoje Senador Aloysio Nunes, amigo pessoal de família, tenho o maior respeito por ele; eu o acho um dos ícones da política brasileira e jamais negarei. Quando me foi perguntado: "Ele é seu amigo?". Eu disse: "Pergunte ao Senador". Privo, com o maior privilégio, da sua amizade.

Bracelete de brilhante: tudo que eu podia agradecer ao senhor. O diretor atual da Dersa, Pedro Silva, no Dia dos Namorados, numa sexta-feira, ligou para mim e falou, entre outras conversas: "Olha, estou com um bracelete de um amigo aqui de Campinas, joalheiro; é um bracelete maravilhoso e eu não vou comprar porque não me interessa. Você tem interesse em ver?". Eu falei: "É bonito, Pedro?". "É." "Manda para mim." Mandou pelo motorista. Era um bracelete da Gucci.

No sábado, quando eu saí da cidade universitária, eu fui ao Shopping Center Iguatemi São Paulo, que eu construí a ampliação; fui à loja da Gucci. Não é em Santana, na Mooca, atrás da noite – na Gucci. Cheguei à Gucci e falei: "Vocês poderiam avaliar este bracelete, se ele é verdadeiro ou não? Porque eu tenho interesse em comprar". O que a vendedora falou? "Pode deixar, vamos verificar." Depois de 10 minutos, veio o diretor da Gucci no Brasil e falou: "O senhor é o dono do bracelete?". Eu falei: "Não. É uma pessoa que me indicou para comprar". "Então, eu gostaria de falar o seguinte: este bracelete foi roubado por um funcionário; só há 80 peças dessas no mundo; foi roubado por um funcionário da Gucci e há um BO na polícia". Eu falei: "Não é possível". Liguei para o Pedro, hoje diretor de engenharia da Dersa, e falei: "Pedro, eu estou com um mico aqui na mão, mico leão dourado, aqui no Iguatemi. Isto aqui é roubado?". Ele falou: "De jeito nenhum, eu conheço o dono da joalheria". "E onde está esse dono?" Falou: "Espera aí que eu vou ligar para ele". Depois de meia hora, o dono do bracelete foi à loja da Gucci. E o diretor falou: "Olha..." Ele chegou lá: "Não, o bracelete é meu, não conheço esse senhor, ele está fora." Nunca me viu na vida. Vamos à delegacia". E eu falei: "Não, calma aí. Eu que trouxe o bracelete. Eu vou junto. Eu trouxe o bracelete e como é que..." Pensei comigo: eles vão à delegacia e eu que trouxe o bracelete. Negativo! Peguei meu carro, depois de 20 minutos, fui à delegacia. Parei o meu carro em frente à porta da delegacia, 15ª DP.

Fiquei aguardando lá, aparece o amigo Joaquim Grava, médico do Corinthians: "Pô, o que você está fazendo aí, Paulo?" "Estou aqui porque vou ser testemunha no caso de um bracelete" – isso eram cinco horas da tarde, a delegada lá de plantão. Aí ele falou: "Olha, está estranho esse negócio, você está aí para dar testemunho, a delegada está aí e não quer...".

Passam-se quarenta minutos, chega a delegada desvairada, Nilze Baptista Scapulatiello: "Flagrante, todo mundo preso". Eu e o Joaquim... O Joaquim, quando viu, pulou pela primeira porta. O joalheiro correu para a esquerda, e eu, o mico-leão-dourado, fiquei lá, fui preso e fiquei nu. Fiquei preso três dias como receptador de joia roubada, sem telefone, sem poder ligar. O carcereiro foi lá para me colocar algema para sair para falar com a delegada. Ela falou assim – ela me botou pelado, não sei qual é o desejo sexual da delegada –, ela voltou e falou: "Devolve a roupa para ele". Por que ela prendeu a minha roupa? Porque eu tinha um dinheiro na roupa, porque eu fui ao Iguatemi para comprar o presente da minha esposa – comprei na Vivara e ela apreendeu. Aí, foram tirar o meu carro, que era uma Z4, o pessoal da delegacia procurou a chave e não a achou, não sabia como ligar o carro. Ela voltou e autorizou que voltasse a roupa para mim. Coloquei – desprendeu a roupa –, pus a calça, pus a camisa, fui para a rua, peguei o meu carro, coloquei no estacionamento – ela começou a vistoriar o meu carro porque tinha sido assaltado o Shopping Cidade Jardim e, não sei por que, ela pôs na cabeça que eu devia ser o chefe do assalto ao Shopping Cidade Jardim. E eu, preso na delegacia, fiquei preso de sábado para domingo, domingo para segunda, segunda para terça.

Isso eu entrei... A delegada fez um bem para São Paulo porque não está mais na delegacia, foi processada por mim. Eu não tive processo: três a zero no Ministério Público; três a zero no Tribunal de Justiça, com abuso de autoridade, com a mínima possibilidade... E o proprietário da joia apresentou documento e recibo.

Aí a minha mágoa: eu não fui um engenheiro do governo, eu não fui um qualquer do governo, bastava uma ligação, não para me proteger, mas para não se

deixar cometer injustiça comigo. Infelizmente, porém, só cabia a mim ir para o lado da lei. Nesse caso – está aqui, já entreguei à Comissão –, estão todos os que eu processo. E me falaram: "Não processa a delegada porque ela manda te matar". Falei: "Que mate, não tem problema". Está condenada, saiu da delegacia: livrei São Paulo de uma delegada desvairada. Talvez ela precisasse ter prendido uma pessoa como eu para que São Paulo se livrasse dela. Mas, no julgamento, ela estava uma beleza, penteada, uma graça!

Espero ter respondido o caso do bracelete.

Tráfico de influência.

Desculpe-me, Deputado, pela indelicadeza, mas é que esse assunto da delegacia me irrita profundamente e eu agradeço ao senhor... Eu tenho um amigo que diz: "Esse cara tocou 14 milhões, foi num tribunal americano e falou – pasmem – que ele foi preso porque foi avaliar uma joia na Gucci". Disse: "Seu mané, por que você foi avaliar? Devia ter comprado e ficado quieto". Mas não, eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não tenho nada a reparar, nem a questão sexual, nada, nada, não.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Tráfico de influência, Sr. Deputado. O que o senhor gostaria... Eu não entendi o que eu deveria... O senhor me falou em tráfico de influência e em ingratidão. É que eu não sei o que eu faria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A filha, que á advogada, a questão do tráfico...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Agradeço ao senhor.

Minha filha, Tatiana Arana de Souza... Vou aproveitar a pergunta do Deputado e falar das duas. Minha filha Tatiana Arana de Souza trabalhava no cerimonial do Palácio dos Bandeirantes. Essa eu vou revelar aqui. Vão me criticar. Vou sair daqui e não sei o que vai me acontecer. Trabalhava com a Cláudia Matarazzo. Um assessor dela, quando a minha filha estava lá – e ela adora a Cláudia – passou a mão em suas nádegas. A minha filha ligou. Nesse dia, infelizmente, Deputado, eu estava preso. Por sorte do cara. Porque aí não tem acordo comigo.

Eu fui e liguei para o Senador Aloysio e disse: "Ou esse cara está fora, ou esse cara nunca mais vai trabalhar em lugar nenhum na vida". Ele foi demitido. Esse é o caso da minha filha, que trabalhou no cerimonial do Palácio do Governo.

O caso da outra filha. Mas esse eu só aproveitei e peço perdão ao senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por favor, ninguém está perguntando...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É que eu tenho duas filhas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Aliás, quando eu falei sobre o tráfico de influência, eu nem citei o nome da sua filha. Eu só disse do tráfico por ser um membro da família.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Mas eu vou falar da outra filha. Minha filha... Não. Eu agradeço. Desculpe, até, Senador... Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. Eu não sou Senador.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado.

A outra filha minha trabalhava no Escritório Edgard Leite.

O Escritório Edgard Leite faz 25 anos e é talvez o quarto ou quinto maior escritório administrativo do País.

Ela tem oito anos de formada. Trabalhou lá. Esse escritório nunca prestou um único serviço à Dersa. Ele só trabalha com empresa privada.

Tamanho é o desgosto dessa filha minha, depois de quatro anos lá, que o mês passado, quando começou de novo o assunto de CPI – e que eu queria e elas me contestam –, ela simplesmente saiu também.

O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte: eu gostaria que alguém provasse, em alguma instância, alguma dessas acusações. Ou que tivesse a ousadia de me processar, porque não é normal tanta calúnia e não ter um processo. É a ingratidão. Essa é a ingratidão. Essa é a ingratidão na minha vida.

Eu, há 40 anos, sou profissional. Não pretendo terminar minha vida profissional manchada por incompetentes, por maldosos, antes que isso termine; nem que eu dedique o resto da minha vida para que a justiça seja feita.

Eu sei que ser alvo de uma campanha presidencial nada mais irá reparar. Mas eu irei a todos os canais de televisão com todos os processos vencidos e me dedicarei *full time* a fazer justiça pela minha família, pelos meus amigos e, antes de mais nada, por mim, pelo que eu plantei na minha vida.

É essa a ingratidão, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor não me respondeu se essa empresa Edgard Leite Advogados Associados, que presta serviços, há mais de dez anos, às empresas contratadas pela Dersa, especialmente no trecho sul do Rodoanel? Essa é a pergunta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É isso a pergunta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A Edgard Leite não presta e nunca prestou nenhum serviço para a Dersa no Rodoanel.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. Às empresas contratadas pela Dersa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Há 25 anos, ela defende as empresas. Não teve nenhuma defesa que ela fizesse. Aliás, eu diria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está respondido. Para mim não há essa dificuldade. É mais objetivo, não é?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Está bom. Está bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor não disse da ingratidão. Os nomes de quem o senhor sentia a ingratidão.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Digo ao senhor, com o máximo prazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu tenho total prazer em fazer isso. Ex-Ministro do Fernando Henrique, Eduardo Jorge; ex-tesoureiro adjunto do PSDB, Evandro Losacco.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor já declarou?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu vou declarar e...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com todo prazer que o senhor possa imaginar. Eu peço que o senhor me permita concluir.

O Sr. José Aníbal, que eu não pude processar, porque, pelo que ele falou, eu não tive como processá-lo. Fiquei sabendo da história desse cara.

Eu não tive como processá-lo. Fiquei sabendo da história desse cara. Parece que ele sumiu, desapareceu. Eu nunca sumi de lugar nenhum, eu não desapareço. Tem – e todos aqueles que poderiam não deixar a injustiça ocorrer, com um gestor como eu, em uma delegacia. É essa a injustiça.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Presidente, ficou uma dúvida. Viu, Presidente? Aquela questão da média empresa do Assad; quando o senhor falou de 40 milhões, e ele faturou mais de 200 milhões. Essa pergunta o senhor não respondeu.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vou tentar responder ao senhor. Eu soube, pela Veja; de repente, um se tornou empresário, Adir Assad, de bilhões, milhões (é assustador o número). Porque a Delta o Brasil inteiro conhece, mas Adir Assad é de deixar perplexo. Bilhões e ninguém conhece! Porque ele não presta serviço pela matéria a nenhum órgão do País – é só empresa privada. Como um gestor público vai conhecer... É empresa, pelo que leio nas matérias, empresa de show, empresa de locação, empresa... Eu leio a matéria e é impossível um gestor público conhecer uma dimensão... Porque se o senhor perguntar: "O senhor conhece a Delta? Conheço. Conhece a Sobrenco? Conhece a EIT? Conhece a Camargo? Conhece a S.A. Paulista? São empresas que trabalham no setor público. Eu estou há 20 anos no setor público, Deputado! Vinte anos! Cinco anos no Metrô; cinco anos na Presidência da República; cinco anos na Companhia Borda do Campo, cinco anos na Dersa e nunca ouvi falar! Olha e nunca soube disso! De repente... Daqui a pouco é a sétima empresa do País. Brincadeira, o senhor perguntar isso para mim. Infelizmente, é assustador!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente; Srs. Deputados; Sr. Paulo Vieira de Souza. Eu queria, primeiro, agradecer muito sua presença, porque, desvestido de *habeas corpus*, de advogado, se propôs a vir e falar integralmente sobre as questões atinentes a esta CPI. Eu, da mesma forma que o Deputado Carlos Sampaio, o conheci uma única vez, quando o visitei na presidência da Dersa e ali pude ver o entusiasmo de V. Sª quando mostrava o mapa do andamento da obra do Rodoanel. Foi naquele momento que pude perceber sua determinação com obras desse tamanho, dessa magnitude.

Eu queria dizer que as pessoas não têm ideia, Sr. Paulo Souza, como nós lá de São Paulo, especialmente os Deputados de outros Estados, da grandiosidade que foi essa obra, as marginais de São Paulo também, a Jacu-Pêssego. Obras de vulto com milhões e milhões de reais investidos pelo Governo de São Paulo; V. Sª, que foi o gestor dessas obras, as entregou dentro do prazo especificado.

Por que o senhor está aqui hoje? Na minha opinião, está aqui hoje porque – de maneira injusta, na minha opinião –, primeiro, uma denúncia em uma revista, o Sr. Antônio Pagot disse, claramente, com relação ao Sr. José de Filippi, que esta Comissão quis evitá-lo; mas fez questão, em um contraponto, de trazê-lo para cá em função de uma declaração do Sr. Luiz Antônio Pagot. Qual a declaração? A declaração foi a seguinte: "Cuidado com esse aditivo! [Disse o Sr. Pagot, ontem]. Esse aditivo tem a finalidade de contribuir com campanhas em São Paulo." Ele mesmo disse: "Isso é uma conversa de bêbado. Isso é uma conversa de botequim. Isso é uma conversa que não se pode provar."

E aí, ele insiste e diz que o repórter usou as palavras que ele quis e não as que ele disse. Ele próprio ontem, Sr. Paulo Souza, aqui, nesta CPMI, mostrou

claramente que o que ele falava era uma conversa de terceiros a respeito de V. Sª. Só isso, ontem, foi suficiente para mostrar aqui nesta Comissão que a sua presença aqui valeu muito mais para o seu desabafo, para as suas explicações – que talvez não tivesse sido dada oportunidade de fazer em outros momentos sobre todos os fatos que aqui o senhor relatou –, mas que, na verdade, mostram claramente que há um jogo político aqui também nesta Comissão pela maioria da base governista quando não quis trazer o Sr. José de Filippi. Ele mostrou claramente na declaração aquilo que vou dizer agora. Diz o Sr. Antônio Pagot:

> *Eu apresentei uma lista completa de todas as empresas que tinham contrato com o* DNIT*, que é uma lista imensa. E até não perdi muito tempo. 'Olha, com as maiores aqui, você [pode não] se preocupar, porque [*o comitê de campanha vai trabalhar*], porque isso aqui é assunto do comitê central. Você escolha umas trinta ou quarenta empresas [*diz o Sr. José de Filippi para o Sr. Pagot*] e vai atrás para ver se eles têm possibilidade de fazer alguma doação.'* [Aí diz o Sr. Pagot*] E foi o que eu fiz.*

Confessou aqui ontem, disse claramente, usando, evidentemente, o poder do Estado para impingir contribuição de campanha para a Presidente Dilma Rousseff. Essa, sim, é uma questão que tinha que ser aprofundada aqui na CPMI, não conversa de botequim, não conversa de terceiros, como foi colocado e que trouxe V. Sª para cá.

E aqui, todos nós pudemos sentir: situação, oposição. Talvez houvesse interesse de muitos que aqui estão frustrados hoje de tirar boas imagens para a campanha eleitoral. Mas não foi o que aconteceu. O senhor aqui mostrou conhecimento, sinceridade, competência técnica, transparência até com bom humor, atuou e mostrou as suas razões em relação aos episódios que aqui foram colocados.

Portanto, quero apenas dizer, nessa manifestação que fiz, que, sem dúvida nenhuma, o que precisava ser esclarecido aqui já foi, o senhor já deu todas as explicações e eu me sinto absolutamente convencido. A sua presença aqui, Sr. Paulo Vieira de Souza, foi muito mais um rigorismo, rigorosamente uma disputa política do que efetivamente fatos que pudessem comprometê-lo.

Então, Sr. Presidente, fico por aqui e agradeço muito ao Sr. Paulo Vieira de Souza, porque o senhor não faz parte do pacto de silêncio que esta Comissão aqui está averiguando em relação à organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Pelo menos até aqui, não tivemos nenhuma possibilidade de confrontar a sua presença, a sua participação em todas essas questões, que não fosse meramente política.

Muito obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se eu pudesse responder ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Sª.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, é verdade. Nos meus cinco anos de Dersa, ele esteve uma única vez comigo. Nem achava que ele se lembrava disso. Pela sua lisura, Deputado, o senhor não foi lá solicitar absolutamente nada, o senhor foi lá simplesmente para tomar conhecimento como Deputado. Eu tenho por sua pessoa – apesar de não tê-lo no meu rol de amizade – o maior respeito como homem público, como pessoa e como ser humano. Agradeço em meu nome e, quem sabe, em nome da minha família as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Líder, por cinco minutos, Mendes Thame. (Pausa.)

Está dispensado.

Como Líder, Jilmar Tatto, cinco minutos.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Paulo Vieira de Souza, parabéns pela explanação e pelos esclarecimentos.

Eu queria... O senhor ficou cinco anos na Dersa e teve um contrato que movimentou em torno de R$13 bilhões e fez essas obras todas que o senhor elencou. O senhor foi convocado alguma vez a comparecer à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre essas obras?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. No tempo de líder não se pode fazer indagação alguma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Líder não pode perguntar, o Líder não pode fazer indagações, Sr. Deputado Jilmar Tatto.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Outra pergunta que eu queria fazer: quantos processos o senhor tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele gostaria de fazer e está fazendo a pergunta.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Quantos processos o senhor tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É preciso deixar claro que ele não precisa responder nenhuma pergunta e não deve responder nenhuma pergunta. Não deve porque, como Líder, não pode fazer perguntas.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu entendo a apreensão do nobre Líder do PSDB, mas quantos processos o senhor tem no Ministério Público estadual?

Por que faço essa pergunta, Sr. Paulo Souza? Porque tem a conversa de bêbado, mas tem a conversa de pessoas cujo governo o senhor serviu e do partido com o qual o senhor tem relação, como o Aloysio Nunes Ferreira, que é do PSDB. Inclusive, parece que o senhor emprestou dinheiro para ele – nada contra, não estou fazendo nenhum juízo de valor. Mas tem conversas que não são de bêbado, mas de membros do PSDB, que dizem o seguinte: num local daquele, o Dersa, com contratos – montante de todos os anos da ordem de 13 bilhões em obras, é evidente que ali era um foco de financiamento de campanhas do PSDB.

A relação de empresas que prestam serviços para o PSDB, para o PT, que contribuíram para campanhas, isso aí é público, inclusive essas grandes. Todos nós as conhecemos, está no TSE, não há problema algum. Mas, inclusive, relacionado ao caixa dois. E pergunto se o senhor teve alguma participação no processo de prorrogação das concessões do governo do Estado de São Paulo. Qual é a participação da Dersa nesse sentido?

Eu digo isso porque, num determinado... O senhor é competente, como mostram as obras que fez lá, a sua própria exposição, o seu currículo, e prestou esse serviço ao PSDB, ao governo do Estado, ao Alckmin e ao Serra. De uma hora para outra – e talvez seja esse o motivo de sua indignação –, o senhor foi chutado, sem muita explicação, ainda que em nenhum momento tenha deixado de prestar o serviço.

Pessoas do PSDB – não é papo de bêbado – falam que, em algum momento, o senhor, além de ser um organizador do caixa dois do PSDB, ou de parte do PSDB, também começou a ter recursos próprios, quer dizer, usou do seu cargo para poder usar recursos próprios, e que parte dessas denúncias, do José Aníbal e de outros que apareceram aqui no jornal ou da Polícia Federal, do relatório da Camargo Corrêa...

Eu digo isso, Sr. Paulo Souza, porque não tenho nada contra a pessoa do senhor. Eu digo isso porque isso é voz corrente. É voz corrente. Houve uma blindagem em relação a apurar possíveis irregularidades das obras da Dersa, porque as CPIs na Assembleia Legislativa, todas, foram blindadas, nunca aconteceram; a atuação do Ministério Público no Estado de São Paulo – por isso fiz a pergunta para o senhor para saber quantos processos o senhor tem. Porque um gestor, por mais competente que seja, por mais honesto que seja, conhecendo a legislação brasileira, fazer uma obra de R$13 bilhões – Rodoanel, Tamoios, Jacu-Pêssego, as marginais, todas essas – com um monte de aditivos, todo mundo sabe que termina com processo. Se não termina com processo é porque não faz, porque tem gente que não tem processo porque não faz. Geralmente, quem faz tem processo em cima disso, e não vejo isso como algo que deponha contra a sua pessoa.

Mas há uma blindagem política em relação a isso e se fala também que o aditivo pós-TAC era financiamento do PSDB de caixa dois de que V. Sª participou.

Infelizmente, na qualidade de Líder, não posso ter minhas perguntas respondidas, o senhor tem a prerrogativa de responder se quiser, mas são indagações que eu gostaria de ver respondidas até porque não é uma conversa de botequim. Nós estamos conversando e está sendo televisionado. Eu gostaria que o senhor falasse sobre essas perguntas que eu fiz, em que pese essa inquietude por parte do promotor, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca. Ausente.

Deputado Vaz de Lima, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu peço a V. Exª para falar como Líder, depois.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Obrigado, Excelência.

Bem, eu ia usar apenas um minuto ou dois talvez da minha fala, Sr. Presidente, mas, depois da fala do nobre Deputado Jilmar Tatto, eu me vejo na obrigação de dizer umas coisinhas a mais.

Estamos aqui, todos estão imbuídos da melhor das intenções. Agora, é ruim quando fica uma palavra apenas jogada assim. Tenho grande respeito pelos Tattos, como nós chamamos em São Paulo. Agora, como aqui precisa ficar um registro, eu preciso dizer.

Não dá para aproveitar um momento desses para dizer coisas, ainda que numa linguagem tranqüila e tal, sem agressividade, como foi o tom do nobre Deputado. Por exemplo, nós ouvimos dizer, a toda hora, que o maior escândalo deste País se deu na Casa Civil do Presidente Lula, inclusive com a participação da atual Presidente Dilma. E nós não estamos falando disso, porque, senão, vira um negócio político.

Ah ouviu dizer, fala-se que... Não, aqui nós estamos numa coisa concreta, Deputado Macris. Aqui veio o que se falou. E se falou aqui de coisas pessoais do depoente. Pessoais! E não se furtou a falar.

Então, se pudesse – e nós não podemos fazer isso –, o ideal seria deletar a palavra do Deputado Tatto, até porque não seria possível, mas se pudesse... Mas ele tem direito de falar, como o Deputado Onyx falou.

Eu presidi 500 vezes reuniões de tudo e acho que é direito de falar, mas a gente precisa fazer pelo menos esse contraponto, para não ficar, lá na frente, quem sabe, a imprensa utilizando isso para dizer apenas a palavra. Então, não quero. Se pudesse, deletaria a minha também. Não quero ficar registrando aqui que a Presidente Dilma está sob esse foco de ter sido tam-

bém alguém que, dentro da sua função lá na Casa Civil, ou como mãe do PAC, tenha sido a grande gestora de um grande processo de corrupção. Então, eu queria fazer, primeiro, esse registro apenas por contraponto.

Agora, venho falar aquilo que preciso falar ao seu Paulo Vieira de Souza.

Todos sabem, neste País, da minha ligação com o Governador José Serra. E todos sabem da minha ligação com o Ministro Aloysio Nunes, histórica, antiga. Eu queria fazer aqui uma constatação. Eu o conheci, Sr. Paulo Preto... Paulo Vieira – chamam-no assim, pejorativamente, de Paulo Preto. Até fiquei sabendo, nem sei se é verdade, que passaram a chamá-lo assim porque lá na Dersa tinha outro com pele mais clara e de repente, para diferenciar... E, pejorativamente, começaram a chamá-lo assim.

Eu o conheci em março de 2010, na antessala do então Secretário da Casa Civil, Aloysio Nunes. Foi a primeira vez que o vi. Sabia do seu trabalho, sabia do que o senhor fazia lá no Governo, na Dersa. Todos falando da sua competência, desse seu espírito obstinado por fazer as coisas. Depois, o vi outra vez na inauguração e nos encontramos em outra vez, em um restaurante. Coisas assim. Duas, três, quatro vezes.

Estou fazendo esse registro para dizer que também nunca privei da sua intimidade. Mas estou falando isso para ressaltar uma coisa, Sr. Paulo: a sua coragem. A sua enorme contribuição a este País, dada nesta manhã e tarde. Oxalá, todos fizessem isto: viessem à CPI para responder abertamente, ainda que, às vezes, se expondo, no pessoal, para contar tudo o que sabe, tudo o que viu, tudo o que conhece, causando, inclusive, em algum momento aqui, uma descontração na CPI.

Então, quero lhe fazer um cumprimento: este deveria ser o papel de todo cidadão que quer prezar sua dignidade, que quer prezar a dignidade de sua família, de seu currículo e que quer prezar essa função importante e nobre que se tem quando se ocupa uma função pública. O senhor não se furtou a responder absolutamente nada. Ousado, muitas vezes; tocado pela emoção, outras vezes, porque atingido na honra. Muitos outros não fizeram isso, Sr. Paulo. Muitos outros, como o próximo, que deverá estar sentado aí onde o senhor está, está aqui, em silêncio. Talvez o homem que mais corrompeu – talvez, estou dizendo talvez – esta Nação está aqui. Vai se sentar aí, vai entregar um documento e não vai falar.

E nesse particular, nobre Presidente Vital, queria aproveitar e fazer também o elogio, que não pude fazer ontem, ao Sr. Pagot, que se sentou nesse mesmo lugar em que o senhor está e não se furtou; que fez questão de vir; conversou de tudo; falou de tudo: isso eu sei; isso eu não sei. Isso é coisa de gente grande! Isso é coisa de pessoas que querem contribuir com a Nação. De minha parte, fico absolutamente satisfeito com seu depoimento. Se algum problema o senhor tiver e vier a ser processado ou se tiver algum processo, a Justiça vai apurar; mas o senhor deu contribuição. Uma belíssima contribuição!

Tenha convicção de uma coisa, Paulo, você sai daqui maior do que entrou. Muito maior do que entrou! Porque teve coragem de dizer detalhes. Uma coisa que o senhor disse aqui e todo o mundo sabe que o seu relacionamento tentaram colocar como de intimidade, de proximidade, de quem priva do dia a dia, do Governador Serra. E o senhor disse que não. Está aqui, está escrito! Eu o vi, profissionalmente, algumas vezes, porque já fazia parte, inclusive, da equipe anterior. Quiseram dizer que o senhor era lá de dentro. "Não, eu sou um profissional que servi." E agora há pouco disse aqui que poderia servir a outros governos também com sua competência e com seu currículo. Isso o engrandeceu. Como engrandeceu ontem, também, o Sr. Pagot. Oxalá, nós pudéssemos ter pessoas que tivessem essa coragem e não ficassem se escondendo atrás de um direito legítimo, constitucional, de ficar calado, mas quase sempre – e termino aqui –, se escondem atrás desse instrumento constitucional e legítimo aqueles que devem e não querem se expor, porque sabem que podem ter problema na própria vida.

Não tenho pergunta a lhe fazer, tenho registros a fazer. E os fiz aqui como pai e como avô que também sou e como alguém que, se tivesse, porventura, a honra assacada, iria, como o senhor, às últimas conseqüências, para provar minha inocência.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado, Deputado. O que me conforta é estar nas duas maiores Casas do País, no Senado da República e na Câmara dos Deputados, e ter cumprido, no mínimo, a minha obrigação de prestar todos os esclarecimentos que o Congresso Nacional achou por bem me chamar a apresentar.

Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Emiliano.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente; Relator Odair Cunha; Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, Sr. Paulo Vieira de Souza, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Sª por sua presença aqui, pela disposição de falar e dialogar com os Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas.

Em segundo lugar, quero dizer que me situo na defesa imediata de meu Líder, Deputado Jilmar Tatto, que, em momento algum, quis agredi-lo. A fala dele foi uma fala... Esta é uma casa – e V. Sª sabe disso

– diversa, com pensamentos diversos, e ele apenas levantou os pontos que considera pertinentes.

Eu, ao tempo em que ressalto a qualidade do papel de V. Sª ao vir e se dispor, levanto algumas questões – V. Sª disse que está disposto a enfrentar qualquer problema que lhe seja posto.

A primeira é uma dúvida: nós estamos numa casa política, e V. Sª, durante esses anos todos de vida pública, trabalhou – e não há como esconder isso – ligado a um partido, o PSDB. Quanto a isso, não há dúvida alguma, porque os fatos estão aí para comprovar: V. Sª trabalhou com um partido, subordinado a um partido e chamado por um partido, o PSDB. Isso é algo mal? Não. Estou dizendo apenas que essa é uma verdade da vida política. Não há o técnico solitário que inexiste para além da política; o senhor trabalhou esses anos todos vinculado ao PSDB – até disse que poderia eventualmente servir o País em outro partido. Essa é outra discussão, mas V. Sª, sem dúvida alguma, trabalhou com o PSDB, e trabalhou no governo de São Paulo no PSDB e com o PSDB.

Para mim ficou a dúvida do por que essa atitude de dizer: "Eu não tenho nada a ver com isso, não tenho nada a ver com o PSDB"? Só tem, na minha avaliação. Então, a primeira questão é esta: gostaria que V. Sª explicasse melhor suas relações com o PSDB. Já foi dito de sua relação com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e também, numa declaração recente, V. Sª disse que o ex-governador Serra foi sua bússola.

Também aproveito para dizer que V. Sª destacou o ressentimento que tem com aqueles que o de fenestraram, da forma como de fenestraram. Aliás, esta é uma pergunta que eu queria fazer: quais as razões que levaram o Governador Alberto Goldman a dizer que V. Sª era uma pessoa fora do controle? Completamente descontrolada, no raciocínio dele, como ele declarou. Por que houve essa conspiração – porque foi isso o que ocorreu – contra V. Sª? Essa é a primeira questão.

Também, durante o debate presidencial da TV Bandeirantes, foi perguntado a José Serra quem era Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto – assim chamado à época. Para nossa surpresa, o Serra desconversou e, no dia seguinte, ao ser indagado pela imprensa, negou que o conhecia. Por que V. Sª acredita que o Serra estava escondendo a relação com o senhor? Do que o Serra tinha medo ali? Ele acreditava que o senhor sabia de alguma coisa que pudesse prejudicar a imagem que ele vinha construindo há tanto tempo?.

O que o senhor sentiu quando ele negou que o conhecia? Afinal, pelo tom de sua resposta, que ficou famosa: "Não se abandona um líder na beira da estrada", o senhor parecia evidentemente magoado e, quem sabe, com bastante razão. Quando o senhor disse ao Serra para lembrá-lo que ele o conhecia muito bem, "que não se abandona um líder ferido na beira da estrada", nós ficamos em dúvida se não existia ali algo embutido, se essa estrada era o Rodoanel. Se isso era uma espécie de recado para o antigo Governador Serra.

Queria também, embora V. Sª já tenha tentado explicar, porque se insista a sua qualidade de não se recusar a responder nenhuma pergunta, mas confesso que eu não entendi o que teria havido com a questão da joia. Quem armou o episódio da joia? Porque é absolutamente estranho, uma coisa de filme policial... Alguém armou isso, então! Porque V. Sª caiu em uma armadilha... E os nomes, não estão claros, de quem teria armado essa armadilha para V. Sª que o levou a um constrangimento tão profundo como o levou.

A outra pergunta, a outra questão é – e nada aqui é pessoal – sobre seu patrimônio. Quem é homem público está inteiramente à vista do público, sempre. Do que se sabe, o senhor mantém um padrão de vida elevado, muito acima, em princípio, de quem passou boa parte da carreira em cargos públicos. É dono de um apartamento, na Vila Nova Conceição, em um edifício duplex, com dez vagas na garagem. É o que se diz – eu não tenho todos os elementos aqui em mão –, sauna *prive* e habitado por banqueiros e *socialites*. Pela média de preço na região, V. Sª há de negar ou confirmar, um apartamento nesse prédio não custa menos de R$9 milhões. Quero saber se esses dados serão confirmados ou não. E gostaria – e sei que V. Sª não se recusará fazê-lo – de saber qual é seu patrimônio atual. E, mais ainda: face sua completa disponibilidade aqui hoje revelada, se o senhor abriria mão de seu sigilo bancário e fiscal para esta CPMI?

Outra questão é: na operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, o senhor é apontado como tendo recebido milhões de reais de empreiteiras que realizavam obras para o Governo do PSDB em São Paulo. É da operação Castelo de Areia da Polícia Federal. Este é o momento para V. Sª explicar essas revelações da operação Castelo de Areia.

V. Sª já respondeu, rapidamente, o fato de sua filha trabalhar em um escritório que cuidava das empresas ou que representava os interesses das empresas que trabalhavam para a Dersa. Mas eu ainda gostaria que V. Sª detalhasse isso, porque há uma zona de sombra nessa relação. Volto a dizer que não tem nada de pessoal nisso. Estou falando com um homem público.

O ex-Diretor do DNIT, o Sr. Pagot, aqui ontem falou na cobrança de dinheiro na obra do Rodoanel para abastecer o comitê de campanha de José Serra. Disse que tinha sido pressionado a liberar um aditivo de 264 milhões para as obras do trecho sul do Rodoanel e que ele não quis assinar. Embora V. Sª tenha

rapidamente falado sobre isso, eu gostaria que o senhor também respondesse. Ele dizia que as empreiteiras que tocaram a obra sustentaram a campanha de Serra à Presidência. Disse que teve informações de um empreiteiro, que ele não quis revelar o nome, que 8% do valor do aditivo seriam destinados a Serra, se aquele aditivo acontecesse, e a seus aliados – o Prefeito de São Paulo, o Gilberto Kassab, e o Governador Geraldo Alckmin. Esses aditivos seriam desviados do Rodoanel e então divididos entre Serra, Kassab e Alckmin. Eram 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin.

Para concluir: o que o senhor sabe a esse respeito?

Era só isso, Sr. Paulo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Eu gostaria de ouvir, sem a tentativa de censura, nenhuma espécie de censura, nem de V. Exª nem de outros Deputados, as respostas a essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu apenas faria uma ponderação, porque talvez o Deputado não tenha comparecido durante todo o período dessa longa sessão, que talvez 90% das perguntas feitas foram respondidas não mais ou menos, mas de forma amiúde.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Eu não me ausentei desta sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente irá se pronunciar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou me dirigindo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O depoente irá se pronunciar e quanto às perguntas e às respostas que já foram mencionadas ele haverá de se posicionar.

Com a palavra o Sr. Paulo Souza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu fico um tanto quanto constrangido em respeito ao Senado e à Câmara dos Deputados, dos quais todas essas perguntas eu respondi exaustivamente, detalhadamente – detalhadamente – todas essas perguntas, talvez com exceção de uma única, que é uma novidade: com relação a eu prestar serviço ao PSDB ao longo dos 20 anos.

Eu gostaria, Deputado, de responder a essa pergunta. De 90 a 94 me consta que o governo de São Paulo era do PMDB. Se o senhor afirmar que eu trabalhei depois de 94 na CTBC a convite de Sérgio Motta, na Presidência da República, a convite de Aloysio Nunes Ferreira e, nesse último mandato, na Dersa, a convite do presidente, do secretário, que era o Dario Rais, o senhor vai verificar que, na verdade, durante dois trabalhos meus na Presidência da República eu trabalhei a convite do hoje Senador Aloysio Nunes Ferreira.

No primeiro trabalho estatal, a convite de Antonio Sérgio Fernandes, foi onde conheci o atual Senador Aloysio Nunes Ferreira. Depois trabalhei até por contato com a Hidrobrasileira, do finado Ministro Sérgio Motta; fui como diretor administrativo e financeiro na CTBC e, por último, a convite do Dario Rais.

Com relação à bússola, como o senhor citou, que também é a primeira vez que me perguntam, o governador de São Paulo, e eu creio que qualquer governador de Estado, qualquer prefeito, é o homem – se não é, deveria ser – que dá as diretrizes do seu governo, cabe ao governador dá as diretrizes; cabe ao governador dá as decisões junto com o seu secretário.

Eu, no governo, fui o quarto escalão. Tem o governador, o secretário, o presidente e o diretor. Não nego, em lugar algum, que eu fui o gestor desse volume de obra, porque a Dersa é uma empresa de engenharia, ela não é empresa química, não é uma empresa de manufaturado. E, lá, 90% dos assuntos são engenharia. Então, o governador é quem dá as diretrizes, e quem não quiser cumprir as diretrizes saia do governo.

Com relação à minha exoneração, eu fui exonerado pelo Governador Dr. Alberto Goldman. Disse enfaticamente que a simpatia, o desejo ou não do governante é uma coisa dele. Ele declarou isso em *e-mail*. Acho que o senhor não teve oportunidade de me ouvir, mas eu vou lhe colocar, se possível, Excelência. Eles me acham vaidoso, e é verdade; arrogante, porque falo talvez o que penso, e é verdade; que eu sou um super-homem, e eu não sou, sou *ironman*; e que o Governo me tratava assim.

É um direito do Governador e não cabe a mim decidir se fico ou se não fico.

Com relação à joia, exaustivamente eu já coloquei a injustiça feita. Ninguém armou, eu fui o ferreiro da minha própria sorte. Infelizmente, pela minha personalidade, eu quis ir à delegacia para ser testemunha porque fui eu que levei a joia na Gucci. O meu ressentimento é com relação a que o Governo, sabendo quem eu era – eu estava fora do Governo –, poderia – poderia! – ter avocado o processo daquela delegacia e me colocar como testemunha, porque o Ministério Público Federal, o Tribunal de Justiça de São Paulo, nem processo moveu e a delegada não faz mais parte da 15ª, foi afastada, além de processada e condenada.

Com relação a meu patrimônio, que é uma matéria do *blog* Conversa Afiada, do Paulo Henrique Amorim, eu gostaria de colocar o meu apartamento à venda por três milhões, e pode pagar em duas vezes.

Ele tem 270m², são dois por andar. É verdade que moram personalidades do mundo do *show*, como Daniela Cicarelli – é verdade, ela mora lá. Porém está à venda ao Brasil que tem o mínimo interesse em comprar.

Não sei... O Paulo Henrique Amorim colocou que o apartamento tem 10 vagas. Eu fiz três mil apartamentos em São Paulo e não conheço um prédio em São Paulo que tenha 10 vagas. E ainda mais: o Paulo Henrique Amorim fez descer helicóptero em telhado, porque lá não tem heliporto. Ele me deu de presente, só que ele não entrega, porque ele é conversa fiada, um jaguar blindado – e eu não tenho esse carro. E ele está condenado na primeira e segunda instância, o conversa fiada. Esse é o apartamento de 10 milhões.

Castelo de Areia, apesar de estar proibido pela justiça, existe uma lista no qual põem ARO e o meu nome; e logo em uma das listas está Valdemar Costa Neto, Park, está DNIT – DNIT não, minto –, está Park, aí tem TCU... Essa resposta só a Camargo poderia dar.

Escritório de advocacia Edgard Leite, talvez o quarto ou quinto maior escritório do País, há 25 anos trabalha na área de empresa. A minha filha, oito anos formada, trabalhou lá durante três anos e não tem um único contrato com a Dersa o escritório Edgard Leite. Agora, com as empresas do Brasil tem. A Dersa não tem absolutamente nada com isso. Não tem nenhuma causa no escritório Edgard Leite contra absolutamente nada contra a Dersa. Nem contra nem a favor.

Com relação ao Sr. Pagot, na minha opinião, um profissional respeitado, que me recebeu quatro vezes aqui em Brasília, não declarou "eu vou me aprofundar na conversa de bêbado", que não é o meu estilo, porque eu sou um triatleta e não bebo; mas, na conversa de bêbado que a imprensa quis unificar, a conversa de bêbado com Paulo Souza, ele ontem mesmo disse aqui na CPI que as empreiteiras reivindicam, fazem pressão por aditivos. Talvez até amenamente, eu não fiz pressão – termina em ão, mas chama-se gestão – e de seis reuniões participaram quatro diretores do DNIT, numa corte que eu tenho o maior respeito, que é o Ministério Público Federal. Ainda bem que o Ministério Público Federal (...)

Ainda bem, ainda bem que o Ministério Público Federal entrou na decisão do TAC, onde as empreiteiras tentavam receber 38%. Não receberiam, se eu estivesse na Dersa, como não receberam; mas poderiam entrar na justiça. No TAC, proíbe, em definitivo – em definitivo –, a possibilidade de as empresas reivindicarem judicialmente os valores que ela coloca. Existe, aliás, uma certa "ponderância" no TAC: se houvesse serviços a partir daquela data não previstos no TAC e comprovadamente no Ministério Público Federal e no TCU, podia ser avaliado. E eu posso declarar ao senhor, Deputado, que isso ocorreu. O Rodoanel foi terminado pedra sobre pedra, e o próprio Dr. José Roberto se propunha a analisar a possibilidade de pagamento desse diferencial. Por quê? Talvez é a única obra no Brasil terminada no estilo de Roma: pedra sobre pedra, por conta dos consórcios.

Espero, Senador, com toda educação...

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA. *Fora do microfone*.) – Deputado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe-me, Deputado. Eu espero, com toda...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É que eu fico olhando para o Dr. Pedro Simon, um Senador que a vida inteira...

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Dos mais respeitáveis.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – ...eu aprecio a sua postura, e me enganei, Deputado.

Eu espero ter colocado ao senhor, de coração, todas as mesmas respostas que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Paulo Vieira, o depoimento de V. Sª, o que o senhor tem dito no dia de hoje desde o início, contradiz, em muitos aspectos, o que foi dito ontem aqui pelo Sr. Luiz Antônio Pagot. O senhor aceitaria uma acareação com o Sr. Luiz Antônio Pagot?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com todo prazer, Senador. Tenho no engenheiro Pagot, na minha concepção, o melhor nível técnico, respeitado. Porém, do Rodoanel, por ele nunca ter participado, nem ele nem o DNIT, só como repassador dos recursos, eu até ficaria muito à vontade, acho que ele ficaria em desvantagem, porque, no Brasil, ninguém conhece mais do Rodoanel do que eu. Mas, onde quiser, o horário que quiser, no lugar que quiser, pelo respeito que eu tenho ao engenheiro Pagot e pela forma como ele sempre me recebeu – ele sempre me recebeu em sala que, no mínimo, no mínimo, 15 pessoas, a estrutura dele. E eu nunca vim falar com o Dr. Pagot com menos de quatro engenheiros, porque era assim que a Dersa era tocada. Aliás, somos muito parecidos na forma de gestão, e eu tenho por ele todo respeito. Aliás, eu aceito acareação com qualquer pessoa do planeta Terra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Eu acho que o encaminhamento, Sr. Relator, Sr. Presidente, a ser dado por esta CPMI.

Sr. Paulo Vieira, em uma matéria da revista *Veja* que tratava sobre a Construtora Delta e a transferência de recursos dessa empreiteira para empresas fantasmas no Rio de Janeiro, o Sr. Fernando Cavendish... O senhor já respondeu aqui que conhece ou conheceu o Sr. Fernando Cavendish, certo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, se eu conheço o engenheiro Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim. O senhor conhece?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Conheço o engenheiro Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois bem, nessa matéria da revista Veja, o Sr. Fernando Cavendish afirmou "que a utilização de empresas fantasmas é algo comum e recorrente entre as construtoras que atuam em obras públicas, com a finalidade de repassar recursos referentes a propinas e doações ilegais para campanhas eleitorais.".

O senhor, como ex-Diretor da Dersa, teve conhecimento já ouviu falar, mesmo no âmbito da Dersa ou no âmbito de São Paulo, já ouviu falar desse *modus operandi* de transferência de recursos para empresas de fachada e elas transferirem, por sua vez, para propinas e/ou transferirem para campanhas eleitorais? O senhor tem conhecimento desse procedimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não precisa ser no âmbito do Estado de São Paulo, no âmbito da Dersa. Assim, se o senhor foi procurado, em primeiro lugar, para fazer esse procedimento ou, se no meio, no âmbito em que o senhor atua, o senhor já ouviu falar em algum lugar sobre a existência desse procedimento.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, como eu já disse aqui por várias vezes, eu tive dois contatos com o Presidente da Dersa, Fernando Cavendish.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Da Delta.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpa. É que ontem o Pagot falou tanto Dersa e Delta que eu também cometi o mesmo equívoco. Eu tive dois contatos com o Presidente da Delta, em 2008 e outro na inauguração da marginal.

Com relação a apoio político para campanha, o que os 40 anos da minha vida profissional, 20 no Governo, e, baseado até num Senador que prezo pela amizade que tenho, ele sempre, eu sempre ouço as empresas falarem e vejo no noticiário e vejo depois apoio à campanha política. O Senador Aloysio, por exemplo, do qual sou amigo íntimo, pede diretamente às empresas, porque ele acha... As empresas são públicas; basta o senhor entrar em qualquer *site*, todo mundo sabe quem trabalha para a Dersa. Não precisa do apoio de ninguém para descobrir essa façanha. Basta ir no Rodoanel, já entreguei hoje aqui declarado na marginal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, permita-me, Sr. Paulo, é que o meu tempo também é limitado. Eu pergunto sobre o procedimento, transferência para empresas laranjas. O senhor tem conhecimento...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...desse modus operandi?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não tenho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor nunca ouviu falar, no âmbito da construção civil, no âmbito das empreiteiras no Brasil, a utilização desse procedimento?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, senhor. Eu ouvi agora pelas matérias valores, assim, assustadores, que eu não sei até que ponto, porque tenho as minhas dúvidas com relação a quase toda matéria que ouço, porque vejo entrevista minha – esta semana tive umas três – e eu não sei quando fui entrevistado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O senhor alguma vez foi assacado para entregar alguma obra para determinada empreiteira? O senhor sofreu algum tipo de assaque dessa natureza, pressão, qualquer coisa do tipo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Olha, na minha vida privada ou pública, nunca um deputado, senador ou empresário chegou a mim com reivindicação de determinar que obra deve ser dada a alguém. Basta lhe colocar, Senador, que a empreiteira Delta, que é o caso em questão, participou de 11,5 bilhões de licitações na Dersa, cujo gestor fui eu, cujo diretor técnico fui eu, e ela teve um contrato de 1,9%, considerando o aditivo que não assinei, e nem por isso digo que é ilegal. Acho correto, dentro dos 11,5 bilhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixa eu lhe perguntar. O senhor afirmou aqui, no início de seu depoimento, que conhece todas as empresas que atuam no Estado de São Paulo, notadamente as empresas ligadas à área da construção civil. Com esse nível, então, de informação precioso que V. Sª disse ter, eu gostaria de fazer perguntas sobre algumas empresas e sobre as informações que o senhor tem dessas empresas. Perfeito?

Então, iniciando, a empresa JSM Engenharia e Terraplanagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não ouviu falar? Essa empresa recebeu quarenta milhões, trezentos e setenta... Trezentos e setenta milhões da empreiteira Delta. O senhor nunca ouviu falar? Tem sede no Estado de São Paulo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Que obra pública ela executou, essa empresa, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tenho a relação das obras aqui. Ela recebeu da empreiteira Delta esse valor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu conheço qualquer empresa de grande porte que tenha trabalhado em São Paulo para o setor público, no que diz respeito à Metrô, Dersa... Em São Paulo, são essas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixa eu lhe perguntar de outras, então. Soterra – Terraplenagem e Locação de Equipamentos.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Essa recebeu da empreiteira Delta 35 milhões, 222 mil.

Power To Ten Engenharia Ltda.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – S.B. Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nunca ouvi falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – B.W. Serviços de Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso lhe afirmar, categoricamente, que, nos cinco anos da Dersa, nenhuma empresa dessa fez um único serviço para a Dersa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me perguntar. Não. Não precisa ter feito serviço para a Dersa. A pergunta que faço é se o senhor tem conhecimento dessas empresas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, o que ocorre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deixe-me citar a última: WS Serviços de Terraplenagem.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desconheço, Senador.

O que ocorre nas... Eu estou colocando ao senhor as maiores obras do País, que são Rodoanel,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – ... Marginal Tietê e Jacu-Pêssego, que dão em torno de, comparadas com qualquer rodovia – duas pistas e acostamento –, 400 quilômetros em 34 meses. Uma empresa que não for de grande porte não tem a mínima chance, a mínima chance de executar uma obra dessas. Não passa nem na licitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, em relação a essas empresas, o senhor também nunca teve notícias da existência dela em São Paulo? Da atuação dela em qualquer campo?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu desconheço essas empresas como construtoras nos meus 40 anos de São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a empresa J.S.M. recebeu da Delta R$40 milhões; Soterra, R$35 milhões; Power to Ten, R$43 milhões; S.B. Terraplenagem, R$46 milhões; B.W., R$7 milhões; WS, R$7 milhões, totalizando R$180 milhões. Do total já verificado por esta CPI de transferências da Delta para empresas laranjas, a maior quantidade das transferências são para empresas de São Paulo, e, notadamente, o sigilo dessas empresas ainda não foi quebrado por esta CPI, o que eu espero que ocorra na próxima reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pretendia até não fazer uso da palavra, mas, ao ouvir o Líder Jilmar Tatto fazer as ponderações que fiz, eu me vi na obrigação de fazer uso da palavra.

Ele, talvez tentando fazer alguma *performance* para a televisão, fazia perguntas descabidas e, muitas vezes, infundadas, além de afirmações levianas. Lamento o fato de ele não estar aqui agora. Lamento sinceramente o fato. Ele me chamou de promotor, profissão da qual tenho muito orgulho. Sei que ele é um historiador. Hoje me pareceu, aliás, um contador de histórias, Sr. Presidente.

Seria o mesmo que eu afirmar, usando as mesmas palavras do Líder Jilmar Tatto, que, na época em que ele foi Secretário de Transportes da Marta, se ouvia dizer que a Secretaria de Transportes era quem alicerçava e dava recursos para a então Prefeita Marta Suplicy. Afirmação leviana, convenhamos. Foi o que ele disse sobre a campanha de José Serra, à época em que o Sr. Paulo de Souza era da Dersa. Ele afirmou que havia vários processos contra o Sr. Paulo de Souza. Não há nenhum! Há processos contra o Líder Jilmar Tatto, quando ele era gestor na época da Marta. Não sei se estão arquivados, mas há processos contra ele.

Ele vem a esta Comissão demonstrando – aqui peço mais uma vez vênia pelo uso do trocadilho – uma total falta de tato e afirma que o PSDB sangra.

O PT sangra, Sr. Presidente, na linha de raciocínio do Líder Jilmar Tatto, quando esta CPI descobre que o

tesoureiro da candidata Dilma foi a um órgão público chamado DNIT, num ato confesso de improbidade administrativa, e pediu a listagem de empresas. Isso faz sangrar o PT. Como faz sangrar o PT hoje... Imagino a vergonha que o candidato Patrus Ananias tem hoje de saber que foi Vice do Ministro Hélio Costa, porque o Sr. Pagot veio a esta Comissão e disse: "Fui pressionado pelo Ministro Hélio Costa para poder liberar recursos para a campanha dele, e, quando não liberei, ele me disse: 'Vou ser Governador e vou demiti-lo do DNIT'". Então, o PT sangra porque o PT apoiou o candidato Hélio Costa. É possível fazer essa ilação? O PT sangra quando se descobre que o braço financeiro apontado por procuradores, por policiais federais e por nós, na CPI, da organização criminosa era a empresa Delta, a grande parceira da mãe do PAC, então Ministra Dilma Rousseff. Motivos não faltam, Sr. Presidente, para o PT sangrar nesta CPI. Não faltam.

Eu confesso que eu preferia não estar dizendo absolutamente nada sobre isso, hoje, mas a postura deselegante e inadequada do Líder, que chegou a afirmar, para a tristeza, eu imagino, do Relator, do Presidente e minha, integrantes desta CPI, que a CPI já cumpriu a sua missão, já fez sangrar o PSDB. Talvez ele nunca tenha integrado uma comissão parlamentar de inquérito e não saiba da abrangência de uma CPI, que é de cunho investigativo e elucidativo. CPI não se presta a sangrar partido algum, em que pese, evidentemente, a CPI dos Correios, por via indireta, ter sangrado o PT – vejamos a situação, hoje, em que se encontra o partido, respondendo no STF sobre o Mensalão. Condenações virão e muitas. E sabe por que, Sr. Presidente? Porque estão afirmando os Ministros, corretamente, que provas realizadas pela CPI – e eu fui o sub-relator geral da CPI dos Correios – valem. Essas provas valem. Então, eu só lamento, mais uma vez, o fato de o Líder Jilmar Tatto não estar aqui, mas fiz este apontamento, Sr. Presidente, em defesa desta CPI e para que ela nunca mais seja utilizada, nunca mais, como instrumento político do Líder Jilmar Tatto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, nossa referência sempre presente do PMDB gaúcho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, Sr. Presidente, eu me inscrevi para fazer a pergunta ao Sr. Cavendish, porque, quando eu fiz a assinatura, era ele a pessoa que iria depor em primeiro lugar.

Eu, sinceramente, acho uma situação muito interessante a de V. Exª. Eu sou muito amigo do ex-governador, o Alberto, e estranho a forma como o senhor se refere a ele e a forma como ele teria se referido a V. Exª. Esta comissão saiu tão longe das suas obrigações originais e terminou fazendo os entendimentos de partido para partido, e, agora, nós estamos partindo para uma segunda etapa, que ainda é mais nova para a gente, dentro das novidades que a comissão está apresentando, nós estamos partindo para discussões de facção com facção. Agora, não é mais o MDB com o PT versus PSB com não sei o quê. Não, agora é o próprio PSDB, com o ex-governador com o atual governador, e, dentro do PT, a mesma coisa.

A verdade é que – se V. Exª me permite – o senhor está respondendo as perguntas e eu sou muito sincero, eu gostei muito das suas respostas. V. Exª é muito firme, muito categórico. Não tenho autoridade para abalizar as respostas porque eu não estou acompanhando a questão referente a V. Exª, mas acho, Sr. Presidente – eu aproveitaria este momento -, que V. Exª e esta comissão ainda estão a tempo de não deixar consolidar um fato que nunca aconteceu. Primeiro, eu acho que há um certo exagero do Supremo nos *habeas* que ele dá para as pessoas que vêm depor aqui. Se não quiser, não fale. Isso é um direito. Mas há uma questão que é importante: isso sempre aconteceu. Mas, se é um direito o Sr. Cavendish dizer que não vai falar, isso não me tira o direito de, como inscrito, perguntar para ele. Eu pergunto e digo aquilo que eu acho que deva perguntar; e a imprensa, a ata e as pessoas que estão aqui, meus colegas, vão ficar sabendo daquelas perguntas que acho importante que ele deva responder; e ele assuma a responsabilidade de que não quer responder.

Agora, pelo fato de ele pedir, então quem vai decidir o nosso comportamento é o cidadão que vai decidir se depõe ou não depõe! Convocamos fulano para depor, ele não quer responder e entra com *habeas,* o Supremo permite que ele não responda o que não quer responder. O que o Supremo decidiu: não responda o que não quer responder, mas o Supremo não me impediu de fazer a pergunta. A minha pergunta eu tenho direito de fazer. E, no contexto geral, nós viemos aqui para quê? Vou fazer pergunta de bobo, porque vou perguntar e ele não vai responder nada.

Então, ele está nos fazendo de bobo – a mim ele não está fazendo de bobo. Há pessoas que podem vir aqui e não querer responder, mas tenho muito a perguntar, e que fique na ata que foi perguntado e que ele não quis responder. V. Exª respondeu. Mas concorda V. Exª que teve muita pergunta que, se V. Exª não quisesse responder, V. Exª iria ficar muito mal. Respondeu e respondeu bem, mas respondeu.

Então, acho que ainda é tempo, agora que vem o Sr. Cavendish, de nós alterarmos essa decisão para não criar um fato provado. Daqui a pouco estamos criando uma norma. Não, a norma foi criada pela pró-

pria comissão. E vai ficar marcada e carimbada que foi a nossa comissão que criou uma nova norma, na qual para o cidadão que pedir que não quer responder e o Supremo permitir, eu não posso perguntar.

Tenho muito a perguntar. O Sr. Cavendish não vai responder? Não vai responder. Como foi aquela festa lá em Mônaco? Afinal, foi assim, foi assado. Quem estava presente? Aquela festa de Mônaco é interessante. "Ah, não quero contar" é outra coisa; mas a opinião pública vai ficar sabendo, a ata vai ficar sabendo.

Agradeço, porque é fora de tempo, mas só peço que mantenha minha inscrição para o Sr. Cavendish e quero dizer, com toda a sinceridade, que gostei do seu jeito. João Preto não sei o quê, o Paulo Preto não pega; afinal, nós estamos, todos os brasileiros, mais para preto do que para branco.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Para mim é um privilégio na minha vida ouvi-lo, Senador. A minha vida inteira acompanho as suas declarações, minha mulher é sua eleitora assídua e é um privilégio poder ouvi-lo aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sua mulher é uma pessoa muito inteligente. *(Risos.)*

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Sr. Paulo Vieira de Souza, colegas Parlamentares, Sr. Paulo, sou do PSDB, sou Vice-Líder do PSDB. Eu estou conhecendo o senhor aqui agora e, em momento algum, durante todo o período em que estivemos aqui, houve da parte do PSDB – e digo isso porque frequento todas as reuniões da Liderança do PSDB, da bancada do partido – qualquer possibilidade de se obstacular ou protelar a vinda do senhor, até porque o partido votou desde o início porque sabia dessa disposição do senhor de vir. Eu só não fazia ideia o tão importante para o senhor e, diria mais, para o País que pudéssemos ouvi-lo. Se eu soubesse da importância para o senhor, até em respeito ao senhor, eu também teria me empenhado mais para agilizar, mas acho que foi extremamente oportuno. Comungo com o sentimento do Senador Pedro Simon, aí de forma mais profunda, porque venho acompanhando, como membro da CPI e até pelas acusações sistemáticas que tentaram imputar ao Partido com o propósito de sangrar o Partido, a ponto de estabelecerem para o senhor um codinome, um apelido, uma alcunha – e o senhor mesmo disse que não tem nada contra apelidos, fez até referência ao rei, ao orgulho de todos nós brasileiros, embaixador do Brasil...

Sr. Presidente, vejo que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço silêncio. Há manifestação do Sr. Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É o adiantado da hora e a ausência do almoço. Na verdade, isso se repete todos os dias, mas eu sinto que a CPMI tem que persistir, para que nós cheguemos aos nossos objetivos.

E eu ia dizendo que o que esse depoimento nos traz, entre outras coisas, é o absurdo a que se chegou. Eu ouvi, inclusive do Senador Aloysio Nunes, figura exemplar desta Casa, que, numa determinada reunião recente, quando dizíamos da vinda do senhor, alguém comentou que ele o conhecia, e ele não só disse que o conhecia, mas que o conhecia bem e que o admirava. E eu, na ocasião, fiz referência, usando a alcunha que tem sido usada pela imprensa, Paulo Preto, e ele, de pronto, disse que não, que não é assim que ele o trata. E o senhor lembrou aqui que poderia ser um apelido natural, se a sua mãe, seus irmãos, seus familiares assim o tivessem tratado, que não haveria nenhuma dificuldade, não seria pejorativo – não seria pejorativo.

Mas, feito agora e associado à calúnia, aí mostra que este caso envolve pessoas que não têm sequer esse escrúpulo, não têm escrúpulo nenhum; atuam até de uma forma racista, porque, quando fazem dessa forma, é racismo, é desrespeito ao povo, à Nação brasileira. Como foi lembrado pelo Senador Pedro Simon, é uma ação essencialmente com laços profundos e com a formação a partir da raça negra, sim, com muito orgulho para todos nós. Mas eu quero dizer que o mais importante é que o senhor vem para nos demonstrar o seguinte: o senhor não é filiado ao meu partido, mas serviu a ele em alguns momentos, e eu não tenho dúvida, pelo o que o senhor descreveu, pela firmeza, serviu muito bem.

É surpreendente e muito possivelmente movido pelo conjunto de notícias, pela orquestração de calúnias e pelas publicações de que o Governador Goldman tenha feito a exoneração do senhor. Não vou aqui fazer uma reflexão sobre ela. Mas foi feliz o Presidente Fernando Henrique, a partir do Senador Aloysio Nunes, quando esteve no Governo Federal; foi feliz o Governador Geraldo Alckmin; foi feliz o Governador José Serra de tê-lo. E o senhor aqui lembrou que se orgulha muito do que fez.

Eu acredito que tudo isso nos ajuda – e até o senhor, com muita propriedade, destacou o orgulho que tem de ser um triatleta. Aliás, eu acho que isso ajuda a compreender a disciplina que o senhor tem. O senhor mostrou aqui, inclusive na forma de se manifestar, ser um homem extremamente disciplinado. Nós precisamos disso na vida pública, em que pese o

senhor mesmo ter lembrado que, muitas das vezes, o seu jeito de ser, a sua natureza pode lhe causar algumas dificuldades. Mas é assim na vida humana para todos nós. Nós não conseguimos, estamos longe de conseguir a perfeição, ou pelo menos a perfeição aos olhos dos outros. Cada um tem o seu jeito de ser. Mas eu não creio que, para a vida pública, o prioritário, o mais importante seja necessariamente o comedimento com as palavras, mas, sim, a verdade nas palavras.

O objetivo de o senhor estar aqui foi, originariamente, uma declaração atribuída ao Sr. Pagot de que – e na mesma declaração ele fazia referência ao senhor – o senhor poderia ter, de alguma forma, participado de um processo de arrecadação ilegal – porque, com o uso da estrutura pública, é ilegal, é tráfico de influência –, que o senhor poderia ter participado. Mas, ontem, o Sr. Pagot, de forma clara e categórica, descartou isso, disse que não; que ele jamais disse, que o repórter, de alguma forma, torceu as suas palavras, que ele fez referência a uma conversa de botequim e que essa conversa de botequim é que fazia essa especulação. E ele próprio, o Sr. Pagot, disse ter dito ao repórter que isso não era algo que merecesse ter credibilidade.

Ao mesmo tempo, nessa reportagem em que o Sr. Pagot fez referência ao senhor, ele fez referência ao De Filippi, ao então Deputado De Filippi, que era o coordenador financeiro, o tesoureiro da arrecadação da campanha da Presidenta Dilma. Na mesma reportagem, fez referência ao De Filippi; e, ao contrário do senhor, o De Filippi, de fato, operou a estrutura pública, para arrecadar dinheiro. Foi ao DNIT, pediu a lista e, mais do que isso, pediu ao Pagot que ele próprio arrecadasse. E o Sr. Pagot confirmou que ele próprio entrou em contato com as empresas que tinham dinheiro a receber do Governo Federal. É uma diferença gritante, salta aos olhos, agora aos ouvidos, e não vai dar para calar esse barulho de trem no ouvido.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero, na minha manifestação, já caminhando para a conclusão, cumprimentá-lo, agradecer-lhe. Isso esclarece ao País. Olha que uma mentira repetida inúmeras vezes começa a ser colocada como verdadeira! Essa tática tem sido usada! Essa tática tem sido usada de maneira permanente no Brasil e fizeram do senhor uma dessas vítimas. Repetiram inúmeras vezes, criaram um codinome, criaram um apelido para o senhor, criaram toda uma celeuma; ninguém provou nada, até os que acusaram agora já dizem que não falaram aquilo que está na reportagem.

No entanto, o senhor pode ter certeza, Sr. Paulo de Souza: amanhã vai ter Deputado que, para sangrar o PSDB, vai continuar dizendo que o senhor é suspeito. Não se incomode com isso. Teve oportunidade aqui de, olhando no olho do senhor, falar alguma coisa ou provar; não falou, não provou, mas vai dizer para a imprensa, vai repercutir nos discursos, e alguns veículos da imprensa, alguns repercutem uma mentira repetida tantas vezes até que ela vire verdade, ou que encubra aquilo que realmente interessa ao País, que é investigar os desmandos e abusos.

Aí, eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que ontem o Sr. Pagot disse que, além do De Filippi, o então Senador à época, terminando o cargo de Ministro da República, o procurou e disse: "Eu quero que o senhor me ajude a arrecadar dinheiro com as empresas que estão prestando serviço aqui ao DNIT", e, na negativa do Sr. Pagot, ele, de dedo em riste, o ameaçou. E o Sr. Pagot disse que ele deveria procurar partidos. Eu sei que o Vice dele, candidato em Minas naquela época, era o Patrus Ananias, também um ex-Ministro.

É preciso que a gente convoque aqui o Sr. Hélio Costa para dizer se ele foi atrás do partido, se ele não teve êxito ali, que convoque aqui o De Filippi. O Sr. Hélio Costa deve uma satisfação ao Brasil e deve uma satisfação a nós, mineiros, pela atitude que teve.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu queria só agradecer ao Deputado. Muito obrigado pelas suas palavras com relação a minha pessoa e com relação ao que o senhor ouviu de mim, com relação aos meus esclarecimentos. Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, no uso do seu tempo, a Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu sou a última, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados – eu gostaria até de poder dizer Srs. e Srªs Deputados, mas estou praticamente sozinha aqui, a minha companhia, que é a Senadora Vanessa, marcou lugar, mas deve ter tido algum contratempo que impediu que ela aqui viesse –, Sr. Paulo Vieira de Souza, eu nem precisaria me manifestar com nenhuma pergunta, porque aqui nesta Comissão a quantidade e a qualidade das perguntas que foram feitas a V.Sª ajudaram com antecedência a me esclarecer um pouco a respeito desse caso, que tenho lido na imprensa, tenho acompanhado, até porque é meu dever como integrante desta Comissão. Mas eu me manifesto por dois motivos, digamos três.

Primeiro, eu queria dizer a V.Sª que o seu nome, Paulo Vieira de Souza, e o seu apelido, Paulo Preto, eu discordo. Eu acho que Paulo Preto é um nome so-

noro, ele é quase que artístico, ele pega – Paulo Preto. Então, eu não vejo demérito nenhum. Eu até brincava aqui com o Deputado que está aqui ao meu lado que, quando mocinha, eu estudei durante muito tempo em colégio interno, brincava muito, tomava muito sol – eu sou morena, sou filha de paulista e de baiano – e eu era chamada de Pretinha. Eu achava lindo ser chamada de Pretinha. Pena que não pegou; não continuou. É apenas um registro a respeito disso.

Outra coisa que eu queria dizer a V.Sª é que eu fiquei muito impressionada com o seu depoimento numa comissão em que nós estamos acostumados, aqui, a um desfile de personalidades que chegam, sentam, não dizem nada, invocam o seu direito constitucional – direito que nós temos que respeitar –, mas alguns falam. Há poucos dias esteve aqui uma pessoa que falou, e ela vai retornar. Veio sem advogado, sem nenhuma proteção. E V. Sª também respondeu a todas as perguntas. Fiquei impressionada com a rapidez do seu raciocínio, com a contundência daquilo que o senhor colocou. Acho que o senhor é um comunicador nato, sabe se comunicar tanto que, em determinado momento, um dos parlamentares mais atuantes desta Comissão, que considero um dos mais perspicazes, o Deputado Rubens Bueno, levado pela sua argumentação, pela história que o senhor contou – por sinal uma história gostosa de ser ouvida, apesar de ser trágica, mas o senhor floreou, colocou tanta coisa que prendeu a atenção –, o Deputado Rubens Bueno se esqueceu que o senhor não havia respondido a uma pergunta que ele havia feito.

Mas o que me faz ficar aqui intrigada... E eu não poderia deixar de fazer esse registro, porque, além de ser, atualmente, a única Deputada que está aqui, eu sou a única Deputada goiana; e essa questão que nós estamos aqui examinando, investigando, procurando encontrar realmente a verdade dos fatos, diz muito respeito ao meu Estado, o Estado de Goiás. E, quando a coluna Painel, da *Folha de S.Paulo* de hoje traz – e aí o nosso Relator, inclusive, se referiu ao fato de uma gravação telefônica que foi feita pela Polícia Federal, e não é uma especulação jornalística, o que está aqui é uma gravação que traz um diálogo entre o Toninho, irmão do Governador Marconi Perillo, e o Wladimir Garcez. Nesse diálogo, o Toninho orienta o Wladimir para continuar participando da licitação aberta pela Agetop, porém indicando que apresente somente proposta para o Lote 22. Isso por quê? O Relator já disse isso e o senhor respondeu: "O Lote 29 já está reservado para o ex-Diretor da Dersa, Paulo Vieira de Souza."

O senhor disse que não. Mas eu pergunto: o senhor participou dessa licitação? Com que empresa e que trecho de estrada abrigava o Lote 29 de tal licitação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senadora...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputada. Já passei pelo Senado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, Deputada. Desculpe-me.

Deputada, é que eu não sei, eu não sei... Primeiro, eu não tenho empresa alguma, eu não presto serviço para empresa alguma.

Eu estou achando uma coincidência. Isso daí é uma gravação da Polícia Federal, na qual cita o meu nome, Paulo Vieira de Souza; se é homônimo ou não. Eu não sei nem que órgão é esse que a senhora está colocando.

Eu fui a Goiás acho que duas vezes na minha vida, fui ver jogo de futebol; nem conheço o governador. Eu não sei que órgão é esse, nem qual é a empresa. E estou à disposição, Deputada. O que pedirem para mim: querem meu sigilo telefônico, querem... Não tenho por que... Não tem a mínima possibilidade, Deputada, a mínima possibilidade de eu ter algum tipo... Eu estou há dois anos me defendendo na Justiça; há dois anos eu estou me dedicando a exatamente isso.

Quer dizer, eu posso assinar qualquer documento, qualquer responsabilidade da mínima possibilidade de eu ter qualquer tipo de contato, Deputada, com alguma coisa que não sei nem que órgão, não represento empresa; me recuso a fazer empresa de gerenciamento, depois que saí do governo, para evitar qualquer tipo de mau entendimento, porque na minha área conheço todo o mercado. Se eu me aliar, como exemplo, Deputada, à Camargo Correa, a Odebrecht vai cair de paulada em cima. Porque eu conheço muito o mercado. Conheço por obrigação de ter sido gestor há 20 anos. Não é que o conheci no Rodoanel; conheço do Metrô, conheço da Presidência da República, e continuei conhecendo no Rodoanel.

É a primeira vez que eu trabalho na Dersa.

Eu não tenho a mínima chance. Não tenho a mínima, mínima... Eu até gostaria de ser informado, porque eu não conheço o órgão, não conheço a empresa. E eu, na minha vida, Deputada, tive um homônimo que tinha protestos. E aquilo me incomodava terrivelmente. Entrei com um advogado, fiquei conhecendo a pessoa, e ele devia no Anglo-Latino. E eu disse: "Eu gostaria de saber, porque nós somos homônimos...". E, naquela época, não era tudo na base do CIC. "Eu queria te pagar a conta, para me livrar desse pesadelo." E ele disse: "De jeito nenhum! Eu quero é ficar devendo." E eu carreguei isso durante anos com o homônimo. Eu gostaria de ter um homônimo milionário, que não me desse dor de cabeça. Eu faço qualquer tipo de indaga-

ção que a senhora achar conveniente, ou a CPI, com relação a esse assunto.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Minimamente, Sr. Paulo, acredito até que o senhor queira também saber por que...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Com toda... Isso aí saiu hoje, Deputada?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Saiu aqui hoje, na Folha de S.Paulo, na coluna Painel.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Será que...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E é uma gravação da Polícia Federal em que o irmão do Governador cita o seu nome.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – E qual é o nome do irmão do Governador?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Toninho Perillo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu nunca o ouvi na vida. Eu vou processar mais um jornal! Eu não estou resistindo mais, Deputada! Mais um agora: a Folha!

Olhe o que eu processo: *Istoé,* duas vezes; *CartaCapital*; *Época*; jornal *Contato*. Daqui a pouco, vou ter que mudar do Brasil. Imaginem eu processar a *Folha* e o *Estadão*! Não sobrou ninguém! Eu não consigo...

Eu tenho todo o interesse, coloco à disposição desta Comissão – o pessoal diz assim: "Não fale isso que você vai desagradar" –, e muito me agradou vir aqui. Por incrível que pareça, saio feliz daqui. E gostaria de saber o que vou fazer. O advogado meu, José Luis de Oliveira Lima, vai interpelar judicialmente a *Folha*, até para que eles digam: "É você ou não é você." Tem CIC? Porque fica difícil. É o meu nome.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Mas é uma gravação. É isso que estou dizendo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ótimo, mas eles vão ter que dizer quem...

E aí? O que eu poderia fazer?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas a gravação fala em Alexandre também. Repete.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É. No final, realmente, ele repete Alexandre Preto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi confusão de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada, para concluir.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – O.k. Para concluir, agradecendo...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Preto tem muitos! (Risos.).

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Só para colocar...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se o Presidente permitir, eu não tenho absolutamente nada contra apelido de pessoas. O que me magoa é colocarem um apelido... Não tem um funcionário da Dersa – e a Dersa tem 600 funcionários – que uma única vez tenha se referido a mim ou para alguém... Antes de vir aqui, eu disse: "Me diga o seguinte: alguém alguma vez me chamou aqui de Paulo Preto?". "Não."

Por que Preto? Por que não é alemão? Paulo Japonês? Não tenho nada contra apelidos; eu tenho contra o tom pejorativo para magoar a mim, à minha família, de uma coisa... Em nenhum local em São Paulo, em nenhum local que eu frequento, no clube de que sou sócio há 35 anos, alguém... Os caras até brincam comigo: "Quem inventou isso?". Ninguém se refere hoje a mim por apelido. Imagine o Pelé, que idolatro em minha vida, estive com ele na Copa do Mundo; é o Rei Pelé, certo? O problema é o tom pejorativo para magoar. E pegou bem na imprensa. E a Presidenta Dilma Rousseff, quando me questionou no debate, que eu gostaria que o Governador tivesse respondido, quando ela colocou, ela não colocou apelido. "Ela falou: "José Serra, o seu assessor, Paulo Vieira de Souza, sumiu." E eu lamento. Lamento porque eu admiro a Presidente. Acho ela uma gestora.

Estive no Palácio, cuidando do ferroanel. Hoje, talvez uma das pessoas que mais entendem de ferrovia seja o Diretor Geral dessa megaempresa de 130 milhões, que é altamente capaz.

Aproveito para dizer que quando eu disse que trabalharia, eu prestei serviço mais até vinculado ao hoje Senador Aloysio, independente... Não que eu seja contra partido. Eu sou brasileiro, mas queria só colocar que não tenho nada contra. Tenho amigos que são petistas, na Dersa tem vários, PSDB, PCdoB.

Sou gestor público, Deputada. É isso que eu coloco para a senhora. Eu agradeço as suas palavras. Muito obrigado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu agradeço também.

Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Paulo Vieira de Souza, esclareço que considero muito importante o senhor ter vindo, mas a minha posição pessoal, que é conhecida no Brasil por quem está interessado na CPI e por esta CPI, é que nós temos um foco, que é a organização criminosa do Sr. Carlos

Cachoeira, e que esta CPI deve – e está fazendo isso bem, além de ter extrapolado para onde acho que não deveria – explorar, aprofundar e ajudar a desmantelar a quadrilha do Sr. Carlos Cachoeira. E pessoalmente sou favorável à prorrogação da CPI, porque estão chegando vários dados e nós temos muito que avaliar.

Em relação ao depoimento de V. Sª, há algumas contradições que eu gostaria de destacar para posteriormente ouvir a opinião de V. Sª, porque tem questões que passam ao largo. E as pessoas vão falando, um fala uma coisa, outro fala outra, ou levam para lados que não devem ou têm uma briga partidária que é o povo quem resolve. Aqui as pessoas se exaltam e tal, mas é o povo quem resolve. O povo sabe separar o joio do trigo. Então vou pegar a nossa investigação.

Esta CPI entendeu, contra a minha vontade, que deveria ser investigada a Delta nacional e que todos os investimentos da Delta nacional estão sob suspeita ou sob investigação. Não é a minha posição, mas essa é a posição da CPI e vou contribuir no diálogo com V. Sª.

E aí não adianta... O que eu acho que V. Sª fez, que não é correto: pega um orçamento geral executado em São Paulo e diz que é 1%. Não é 1%, foi muito mais. Mas isso não vem ao caso.

O maior contrato da Delta em São Paulo foi feito por V. Sª. Corrigidos os valores, para a Marginal do Tietê, seria um contrato de R$415.078.940 – isso com valores corrigidos, deveriam ser 300 e poucos no começo. E houve um aditivo de R$71 milhões e 622. Não estou falando aqui da obra do Rodoanel, que é outra contradição de que vou falar depois.

Qual é o problema disso aqui? O problema é o seguinte. V. Sª disse: "Eu fui para a Dersa porque...". E na discussão aqui, V. Sª disse o seguinte: "A minha entrevista é o que vale."

Na sua entrevista há uma acusação grave ao PSDB. Eu não vou citar o nome dos políticos, porque há alguns amigos meus e acho que não tem nenhum problema, pelo menos levantado até agora, como o Senador Aloysio, que V. Sª disse que responde para ele, depois fala para o Luna.

Como é que V. Sª foi parar na Dersa? Aí o mercado queria fazer a Marginal. Preste atenção. "Aí o mercado queria fazer a Marginal. As empresas Andrade, Camargo, etc. – não cita quais – precisavam de um profissional. Eu ia ser vice-presidente da Dersa, que é o pior cargo do mundo. Não aceito ser vice em lugar nenhum." Aí foi para presidente. "A Marginal começou a ir para frente, conheci o Luna, aí dei a ideia da Jacu-Pêssego, parada desde o Jânio Quadros com problemas do TCU. Consegui fazer convênio e trazer a obra da Dersa."

Então, nesse trecho, V. Sª diz o seguinte: "Eu fui para a Dersa, indicado por essas empresas, para fazer a Marginal."

Pode não ter nexo o que estou falando. Estou lendo o que V. Sª disse e os dados que tenho aqui. "Não pode, só porque os tucanos são tucanos, quando se vai avaliar o Estado, dizer: 'Em tal Estado, teve 100 milhões de investimento da Delta ou um bilhão.' Mas, em São Paulo, só na Marginal, teve 415 milhões", o senhor já tendo adiantado que tinha ido indicado pelo mercado e com esse aditivo.

Essa é uma contradição que precisa ser explicada. E como a CPI está investigando todos os gastos da Delta, a CPI tem de investigar esse aqui. Se teve problema, se não teve correlação com o Cachoeira; se teve influência, se não teve. Não é, inclusive, a minha posição; é a posição da CPI, de todos, principalmente a dos tucanos.

A outra questão é a seguinte: V. Sª falou da empreitada global. Eu sou totalmente favorável a que todas as contratações de obras públicas sejam por empreitadas globais; inclusive, sou contra até a ter o projeto básico. Acho que temos de fazer uma grande mudança na Lei nº 8.666. Só que não foi feita ainda. Eu tenho projetos, inclusive, para mudar. Não acho que a gente tem de se basear no menor preço; acho que temos de buscar o melhor preço. Mas essa é outra discussão.

O fato é que tinha uma contratação no Rodoanel, por empreitada global, e que teve um aditivo. Não importa se tem TAC, se não tem TAC. Empreitada global não concebe aditivo. Inclusive, tomei informação disso aqui agora, porque não fico esmiuçando, procurando onde está... Para isso, cabe uma investigação do Ministério Público. Vou estudar se entro com a denúncia ou não, estudar melhor o caso. Se V. Sª tiver informações, pode passar para mim, porque para isso cabe uma investigação mais profunda.

V. Sª pode não ter participado, mas quando você faz um acordo, quando faz um contrato que é de empreitada global – inclusive, tivemos uma discussão pesada com a maioria dos tucanos aqui e com uma parte da oposição, porque queríamos fazer esse sistema para a Copa; e fizemos, aprovamos uma lei para a Copa nesse sistema – não cabe aditivo. É inconcebível pensar no aditivo, quando você faz a contratação por empreitada global. É condição *sine qua non*, inclusive, para ser empreitada global.

Para simplificar e o povo entender, vai se pintar uma parede e trata com o pintor o seguinte: eu vou te pagar R$150 por essa parede. Aí ele diz: "Está bom... Não, me pague 170." "Está bom, te pago 170." Aí depois ele diz: "Não, o senhor vai ter de me pagar 200, porque tinha um mofo aqui." O problema é dele! Foi feito um

contrato entre duas partes, definido um valor. Então, não tem justificativa. E se a AGU não autorizou... Aqui não importa se o Pagot assinou ou não assinou, não quis ou não pôde. O fato é que estava certo quem disse que não deveria fazer. E o fato é que tem problema ter tido esse aditivo. Não é ético e não é correto com o serviço público um aditivo num tipo de contratação desse tipo. E se V. Sª participou, V. Sª também tem de responder. Mas isso aqui não tem nada a ver com esta CPI, nem com o Cachoeira. E acho, inclusive, que Deputados, como eu, se acham que tem problema, devem investigar melhor e fazer uma denúncia mais qualificada no Ministério Público. Tomei conhecimento disso aqui agora.

Por fim – ainda tenho mais dois minutos e pouco –, o problema de ter processo, não ter processo, tem de ver. V. Sª disse também que não tinha nenhum processo, e tem. Mas são coisas da vida pessoal; são coisas de outro tempo que não quero citar aqui. Quero só pegar o seguinte e deixar bem claro: a sua entrevista, aquela que o senhor entende como a entrevista que expressa o que o senhor disse, e não o que disse Pagot, não o que disse aquela conversa de bêbado, porque ontem o Pagot disse que não foi que não teve problema, ele disse que um bêbado disse para ele que o aditivo do Rodoanel era para campanha eleitoral e não falou do senhor. Falou que era para campanha eleitoral, que foi negociado com o senhor. Foi isso o que ele disse.

Mas isso foi conversa de bêbado. Eu nunca acreditei nessa conversa, mesmo antes de saber que era conversa de bêbado. Agora, essa informação de que a sua ida para a Dersa foi para viabilizar, porque as empresas precisavam de uma pessoa para viabilizar a Marginal e outras obras, pode ser um dito maldito – e é hora de o senhor corrigir –, e pode também ser coisa que o jornalista incluiu ou aumentou, mas está aqui na sua entrevista para a *Folha*, para Andréa Michael, se não me engano foi esse o nome da jornalista.

Por fim – tenho apenas meus 28 segundos – eu acho que V. Sª poderia contribuir com esta CPI, porque V. Sª colocou uma série de questões genéricas, tipo foram meus inimigos, ou foram os meus detratores, ou foram pessoas, e citou pessoas do PSDB que estavam com inveja, ou foram ETs. Se V. Sª pudesse dar o nome dos ETs que falaram que o senhor roubou 4 milhões ou o nome dos detratores, ajudaria muito o trabalho da CPI.

Terminei no tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PB) – Suspendo os trabalhos por alguns instantes para que o depoente possa satisfazer as suas necessidades fisiológicas, embora sendo um Iron Man, mas não dá para ficar tanto tempo! Eu o consultei e perguntei, porque, afinal de contas...

(Suspensa às 15 horas e 59 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, com a palavra o depoente para as considerações atinentes à fala do Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, além de conhecê-lo pela televisão, eu o conheço pelas solicitações que o senhor faz ao Ministério Público. Não tomo isso de forma nenhuma como uma... Faz parte da sua postura política. E acho que o senhor acaba me dando chance de poder esclarecer. Prefiro desta forma: ter o direito à resposta. Vou tentar responder os seus questionamentos.

Com relação à Dersa, quando o senhor coloca que eu fui indicado pela Camargo Corrêa, pela Odebrecht ou sugerido meu nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, é a minha entrevista... Não, não. Não, Deputado, com todo o respeito: a minha entrevista... Eu vou colocar ao senhor o seguinte: o mercado da construção civil, o que eles necessitam, seja do partido do PT, PSDB, PCdoB, qualquer partido, não quero falar todos, porque não lembro, não vou lembrar... Eles precisam de gestor público. O gestor público é a mola mestra do lucro das empresas. Não tendo gestor público, dificilmente eles conseguem implementar uma obra, uma obra na qual eles têm interesse em participar, em realizar, em ter lucro.

Jamais negaria ao senhor que o meu nome é ventilado pelas empresas, sugerindo ao gestor público para que a obra seja realizada. Isso a mim é... Eu tomo como elogio do mercado. Posso afirmar ao senhor que tudo o que o senhor colocou na minha entrevista é verdadeiro. O engenheiro Dario Rais, que é um politécnico – eu sou quase perto dele, eu sou de Taubaté, ele é um politécnico, ele é do ITA –, me chamou e convidou para eu ser vice-presidente.

Por que eu disse aquilo? Quando eu cheguei à Dersa, e os diretores já estavam lá e ele queria me nomear vice-presidente, eu tomei tanta paulada na primeira semana que eu voltei a ele e falei: "Dario, eu vou embora. Eu, vice-presidente, aqui não fico", porque todos os diretores se sentiram ofendidos de eu entrar hierarquicamente acima deles. Eu falei: "Ou, Dario, você em arruma uma diretoria qualquer...". Ele falou: "Mas não tem diretoria; então, vou abrir uma diretoria." E ele abriu a Diretoria de Relações Institucionais. Esse é o motivo.

Em nenhum momento, Deputado, eu acho que as empresas não têm indicado meu nome. Mas o senhor veja quais é o destino. Nenhuma dessas grandes empresas conhecidas nacionalmente participa da Marginal. Estão todas elas fora. Nenhuma delas participou ou ganhou a obra na Marginal. Se houvesse algum vínculo, elas teriam ganhado.

Então, eu posso dizer ao senhor, afiançar ao senhor que possivelmente eu sou indicado. O Marcelo Odebrecht disse à *Veja* que o meu sonho era trabalhar no Corinthians, porque eu sou corintiano e sou amigo do Andrés Sanchez. Aí eu disse a ele... Ele falou assim: "Isso é só na sua cabeça." Hoje eu disse aqui a ele: conheço o Júnior, que também é corintiano da Odebrecht – que, por sinal vai entregar antes do prazo o estádio do Corinthians –, eu nunca desejei trabalhar numa grande empresa porque eu estava no setor público.

Então, eu posso dizer ao senhor que a minha entrevista é verdadeira. Eu não refuto aquilo que falei na entrevista. É verdadeira, Deputado.

Com relação à Marginal Tietê que o senhor coloca – e é verdadeiro também –, com relação ao aditivo da Marginal, que é, valor corrigido, vamos dizer 420, 430 milhões, que também é verdadeiro, Deputado, quando eu coloquei a Delta, eu coloquei que eu licitei, a valor presente, como tal, os 400. Eu licitei 13,5 bilhões de obra. A Delta não participou? Participou de todas, Deputado; em todas as licitações esteve a Delta presente e em todas elas ela perdeu por preço. Até diria para o senhor, Deputado, que o mercado dela não era São Paulo. Ela não tinha influência alguma em São Paulo, mas participou de todas e perdeu todas. Ela ganhou a Marginal? É verdadeiro o que o senhor coloca. O aditivo houve? Também é verdadeiro, Deputado. Eu não assinei, mas fatalmente, pelo que eu conheço da Delta, se eu estivesse lá, Deputado, fatalmente eu assinaria.

Com relação ao que o senhor coloca de preço global, o senhor está perfeitamente correto. Preço global não tem que ter TAC, nem aditivo. Aí eu coloco para o senhor o seguinte. O exemplo que o senhor colocou na parede, preço global, o que é que é? Para pintar esta sala é 10 mil! Acabou a conversa. Ah, mas agora passou ali o Senador Aloysio, o pintor quer que... Não interessa, é 10 mil. É a minha opinião também, Deputado. Só que, contrário à minha opinião e eu estou dando nome aqui, o Tribunal de Contas da União, que tem uma equipe, dos que eu conheci na minha vida, de alta qualidade, se aprofundam, chegou-se à seguinte posição: você está favorecendo as empresas, a preço global, porque eu defendi de unhas e dentes o preço global. Por quê? No Rodoanel Oeste, Deputado, o aditivo do Rodoanel Oeste de São Paulo, do PSDB, foi 83%, considerado legal. E eu nesta época estava na Presidência da República. Não querendo cometer o mesmo risco que um Deputado que falou aí agora e saiu, acho que é o Deputado Jilmar Tatto, que tudo que é aditivo dá problema, eu não querendo problema, defendi o preço global no Governo, fiz 32 reuniões. Não é que teve o Governo inteiro fazendo reunião, eu fiz 32 reuniões. O Governo apoiou, por decreto do Governador virou preço global. Aí o TCU, em 2009 – fiz cobrar em 2008 para sair em 2009 – coloca que vamos avaliar que isso aí não está bem. Você deve estar pagando a mais. Eu falei: "Pessoal, preço global não se discute, não paga um tostão a mais." "Não, não."

Você tem coragem de entrar num encontro de contas, Deputado? O que é um encontro de contas? O senhor sabe o que eu estou falando. Mede o que está no projeto e mede o que está na obra.

Deputado, eu não sou acima do Ministério Público Federal. Eu tenho juízo, Deputado. Quem coordenou onze reuniões foi o Procurador, estou dando o nome, Doutor José Roberto Pimenta. DNIT participou com quatro diretores.

Agora, eu não posso querer jogar uma mínima culpa no DNIT, porque o DNIT não executou a obra. A responsabilidade é da Dersa, não era do DNIT. Aí o Doutor Pagot, que eu tenho o máximo respeito pelo profissional, como me atendeu... Eu vinha toda vez... Qual é a minha função? Um terço do dinheiro é do DNIT, PAC e Ministério.

Eu não vim pressionar o Dr. Pagot, eu vim fazer gestão, porque nós queríamos o dinheiro. Cada vez que eu vinha: "Calma aí, você está louco? A obra está andando desse jeito. Calma aí. Não dá para liberar...". "Pagot, eu queria te mostrar o andamento da obra." "Não, mas não é normal!". Eu falei: "Mas é normal." O Rodoanel é a maior obra da América Latina. Nunca antes na história deste País se fez uma obra de 120 quilômetros em 34 meses.

Eu desafio mostrar uma única obra, com todos os prêmios da engenharia civil, com o menor aditivo da engenharia brasileira, negativo à Camargo Corrêa, que por sinal é o assunto Castelo de Areia. Negativo 0,39, Deputado, mas eu, apesar de ser falante, apesar de ter a maior vibração pelo que eu fiz na minha vida, eu tenho juízo com o Ministério Público Federal, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA – Mas, Sr. Paulo, Sr. Paulo Souza, o senhor está dizendo que o termo, o aditivo, na empreitada global, o senhor acha que não deve ter aditivo, mas quem o levou a fazer esse aditivo foi o Tribunal de Contas da União? Foi isso que o senhor disse aqui.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Estou afirmando que, em discordância do preço global, nós nos sentamos, e ficou um impasse: eu dizia que não tinha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Tribunal de Contas?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu dizia que não tinha, o Tribunal de Contas dizia que tinha que fazer o encontro.

Eu falei: "Calma aí, pessoal. Se no resultado final der contra o valor da obra, Dr. José Roberto Pimenta, o senhor banca?". Banco.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Roberto Pimenta é o Procurador do Ministério Público Federal.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. Nunca me viu na vida. Não é que é meu amigo de longa data.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas estou perguntando se foi o Ministério Público Federal ou foi o Tribunal de Contas da União que o motivou na celebração do aditivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não. Quem nos chamou lá por conta do inquérito do Rodoanel, o S que deu 83% de aditivo, e o impasse criado entre Dersa e TCU... Impasse de filosofia. Para mim, preço global é o que o Deputado Vaccarezza está colocando, não se discute. É a minha tese. Eu concordo em gênero, número e grau com o que o senhor está falando. Mas o TCU achava, vamos medir. Falei: "Se começar a brincadeira, ela vai ter fim. Não tem este negócio, 'minha mãe está chamando'."

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Dr. Paulo, deixe-me fazer uma intervenção.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quer ir? Vai até o final; quer encarar, vai até o final. Eles: "Vamos encarar." O Dr. José Roberto bancou, e eu fui para o encontro de contas. Quando deu 280 milhões... Tem um e-mail dele aí a mim pessoalmente, não é que estou divagando, entreguei à Comissão. Paulo Souza, dia 21: "O impasse está criado. Só você é capaz de resolver com as empresas." Que eu chamo de irmandade. E a irmandade ataca em leque e defende em caracol. Chamei todo mundo para a Dersa. Falei: "Acabou a brincadeira. Ou vocês assinam o TAC ou o bicho vai pegar dentro da obra. Vocês estão com brincadeira. Vai assinar esse negócio." E um assina, outro faz de conta que não é com ele... Eram sete advogados das empreiteiras discutindo comigo. Até recebi o título honoris causa porque eles achavam que não ia assinar. Apostavam que o Rodoanel não assinaria o TAC. Aí o TAC virou o grande instrumento para coibir as empreiteiras de pedir os 38% que eles queriam. Só que ia ser na canetada. Não ia receber. Agora, se o senhor me perguntar o que eu acho do TAC, é a maior obra que eu fiz dentro do Rodoanel. Eu quero ser o pai do TAC, eu assumo a responsabilidade, só que apadrinhado pelo Dr. José Roberto Pimenta, Procurador do Ministério Público Federal, aprovou Procuradoria-Geral do Estado, e o Dr. Pagot, depois da assinatura do TAC, tenho seis e-mails da AGU aí proibindo a ele, dizendo assim: "Dr. Pagot" – vou fazer no popular – "olha, vocês só são responsáveis pelo repasse, se quiser assinar, assina." Se estou no lugar do Pagot, não assino nunca! Nunca, nunca! Quando vi a entrevista do Dr. Pagot, eu falei: ele foi correto. Só que eu não fiz pressão, fiz gestão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Dr. Paulo...

Pela ordem, Presidente, quero só fazer uma indagação ao Paulo.

Dr. Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Jayme Campos, que nunca indaga, por isso que estou abrindo esse espaço em deferência ao Senador Jayme Campos.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só para entender melhor. O senhor disse que tinha preço fechado a obra. A indagação do Deputado Vaccarezza era em relação à questão de preço fechado. Entretanto, depois do andamento da obra, o próprio Tribunal de Contas da União, pela manifestação do Procurador-Geral da República, ou seja, lotado, imagino, lá no Tribunal de Contas da União, o preço deixou de ser preço fechado, o que deu esse aditivo fantástico que o senhor disse aí.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Fantástico.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Fantástico.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Negativo à Camargo Corrêa 6,22. Não existe, na história do País, obra pequena que tenha 6,22.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas aí tem que olhar o total.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É fantástico, Senador Jayme, o valor insignificante numa obra como o Rodoanel.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Estou entendendo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – O senhor me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, espera aí. A liberalidade da Presidência tem um limite.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Estou só concluindo aqui, só para eu entender melhor. Nesse caso, o preço...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pois não, Paulo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, apenas esse aditivo negativo...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É negativo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ... só deu na Camargo Corrêa, teve um percentual de 15 a 18% em outras empresas trazidas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A média foi 6%, a média foi 6%.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Média, teve 18%.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas aditivo de 6% como média não é nada de fantástico.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, ele falou negativo na Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos organizar, por favor. Por favor!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Ficou entendido que licitação de obras públicas, pela própria Lei 8.666, 25%.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As dúvidas estão sendo tiradas. Por favor, por favor!

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só para eu entender melhor, porque, na medida em que havia um preço fechado – o questionamento do Deputado Vaccarezza era em relação ao preço fechado –, mas, no decorrer da obra, o próprio Tribunal de Contas da União achava que estava errado e teria que fazer o quê? Nesse caso, pergunto: onde fica o Tribunal de Contas da União e o próprio Procurador-Geral da República, que fez todo esse encaminhamento em relação a esta obra. Nesse caso, V. Sª está com salvo-conduto, em sua plenitude, e não tem ninguém a condenar. Se alguém tivesse que pagar alguma coisa, era o próprio Tribunal de Contas da União.

Então, quando o Deputado Vaccarezza faz a indagação, acho que ela não tem fundamento nenhum, é muito relativa essa questão de fazer preço de obra fechada. Confesso, já fui quatro vezes de Executivo, ou seja, três vezes prefeito, governador do Estado, e confesso que essa criação de preço de obra fechada, confesso que nunca vi, porque na própria obra, no seu andamento, por si só, aparecem os aditivos. O senhor disse, daqui a pouco, passa fulano de tal, e diz: "Olha, não quero mais essa tinta, já está pintada de vermelho, mas tem que passar a ser azul agora ou cor-de-rosa." Alguém vai ter que pagar e quem tem que pagar é o Poder Público que contratou a empreiteira; eu não vou, depois que pintar de azul, passar a ser vermelho sem cobrar de alguém. Então, nesse caso, o Tribunal de Contas da União que teria que prestar um esclarecimento em relação, claro, natural, às obras do Rodoanel. Acho que, aqui, a indagação do Vaccarezza podia até ter fundamento, mas, nesse caso, particularmente, com a resposta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ... do Paulo Preto, está, para mim, bastante entendido.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, vou aproveitar a fala do Senador Jayme Campos. V. Exª tem razão no que diz aqui. O grande questionamento que se faz é que, numa auditoria do Tribunal de Contas feita na obra, já havia, claro, o pedido para se fazerem os aditivos. O que é de se estranhar é que, num regime de empreitada global – porque é bom lembrar que o regime era outro, era de preço unitário, mudou-se o regime fechado –, o Tribunal de Contas, acobertado pelo Ministério Público Federal, dá uma aparente legalidade para um aditivo que as empresas pleiteavam. Então, se há uma questão a ser levantada aqui é também o procedimento do Tribunal nessa questão, se é global, porque a grande questão é que antes era preço unitário. Com a anuência do Ministério Público, deu-se, então, uma legalidade a um aditivo de 264 milhões, a questão é essa, de 6%. Mas aí o problema não é ser 6, ou 20, ou 1, o proceder do nível de entendimento provocado pelas empresas. Agora, bem disse aqui o Sr. Paulo Souza quando vem aqui e diz: "Olha, esse entendimento aqui, o meu entendimento era diferenciado." Agora, a auditoria, o Tribunal de Contas, o Ministério Público o levaram a outro movimento. Então, creio que é fundamental um questionamento nosso, da Comissão, ao Tribunal de Contas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Relator, seria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Vice-Presidente está com a palavra. Só um minuto.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Apenas para dizer o seguinte: os aditamentos, papéis entregues pelo Sr. Paulo Vieira, foram, na média, 6,22; teve aditamento para a OAS, Mendes Júnior, de 17,82; teve para a Queiroz Galvão de 7,83. E uma segunda coisa: acho que esta CPI, na minha opinião, deveria pedir explicações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Quero encaminhar esse pedido de questionamento. Como dois órgãos dão um ar de legalidade a algo que, na minha opinião... É isso. Por isso, queria encaminhar, Sr. Presidente, um pedido de explicações ao Tribunal de Contas e à Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito a V. Exª, na condição de membro da CPI e não na condição de Vice-Presidente, que, no exercício de suas atribuições, faça o encaminhamento necessário.

Com a palavra o depoente.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Sr. Senador, eu só gostaria de fazer uma pequena colocação. O que o TAC coibiu no instrumento com o Procurador? Porque o TCU não assinou o TAC. Quem assinou foi o Ministério Público Federal, as empresas. A Dersa e o DNIT também não. O que ele coibia? Qual é a grande cláusula do TAC? Proibiu as empresas de, em quaisquer circunstâncias, pedirem na Justiça valores em desequilíbrio. O que ficaria na situação anterior? Eu não pagaria no preço global. As empresas – só o cenário – entrariam na Justiça e, com certeza quase que absoluta, ganhariam na Justiça por desequilíbrio econômico, mesmo sendo preço global. Coisa que o Oeste foi, nessa mesma batida – lá foi unitário –, foi 83%, considerado legal. Só estou colocando aos senhores que o TAC proíbe as empresas de ingressarem na Justiça solicitando reivindicação. Esse é um grande benefício. E, na assinatura do TAC, se reduziu – e vou arredondar o número se os senhores me permitirem – 372 milhões, uma redução para que se assinasse. Na verdade, eles queiram um total de 550 milhões, mas assinaram em 264 milhões. Só essa ponderação, que, com certeza, o TCU colocará.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Indago ao senhor se essa redução dos valores é API ou é final de contrato. Ou já dão preços iniciais da obra? O preço API foi reduzido dos 300 e poucos milhões, não é isso?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Desculpe-me, Senador. Não...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – O senhor disse aí que foi reduzido em 370 milhões. É API, preço inicial, ou preço final, depois de sofrer algum aditivo? A obra tem um preço inicial.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, o Rodoanel só teve um aditivo, não teve dois. O único aditivo do Rodoanel foi o aditivo gerado através do TAC. Não teve dois aditivos, só teve um único aditivo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Na conclusão da obra?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Para a conclusão da obra. E foi cumprido o TAC. Vi perguntarem ao engenheiro Pagot: "Engenheiro Pagot, o senhor sabe se concluíram o TAC ou não?".

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Ele não é engenheiro, é administrador de empresas.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Ah, é administrador? Me desculpe.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Está bom, para frente. Isso não interessa.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Já o promovi agora, a reunião toda.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – É a mesma coisa. Está bom.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Senador, diria para o senhor o seguinte. Ele disse que não sabia, que não tinha conhecimento. Mas digo ao senhor que o TAC foi cumprido até o dia 25 de março de 2010, quatro dias antes da inauguração. E as empresas só receberam trinta dias após. Ele foi totalmente cumprido porque, senão, estaríamos na ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias para suas indagações, em 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, até dispensarei o Sr. Paulo de Souza de responder a novas indagações. A convocação dele foi um equívoco político, tinha determinado objetivo, mas acabou sendo favorável a ele, que veio aqui fazer um passeio nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Passeou como se estivesse na USP, ao lado de seus colegas triatletas. Por que houve um equívoco? Porque foi com base em uma conversa de bêbado. Não há fato determinado que justificasse a convocação do Sr. Paulo de Souza. Ele veio como testemunha e prestou a sua colaboração a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e pôde desabafar. E fez muito bem.

Algumas afirmações ouvidas aqui já foram respondidas, e muito bem respondidas, pelo Deputado Carlos Sampaio. São afirmações descabidas resultantes de uma frustração, porque a convocação do Sr. Paulo de Souza, para alguns, se transformou num tiro no pé. O objetivo não foi alcançado. Mas a convocação dele nos autoriza a pedir agora, com insistência, com veemência, em nome de toda a Bancada do PSDB, a convocação do Sr. José de Filippi, o tesoureiro do PT, que, ao lado de outras pessoas, como a atual Ministra Ideli Salvatti e o ex-Ministro Hélio Costa, pretenderam transformar o DNIT no comitê financeiro da campanha eleitoral.

Muito grave, Sr. Presidente. Improbidade administrativa explicitada. O Sr. Pagot afirmou taxativamente que foi procurado para captar recursos para a campanha eleitoral. Portanto, as justificativas sobram para a convocação do Sr. de Filippi. Mas, se preferirem, podemos até sugerir uma acareação entre Filippi e Pagot. Se há a negativa de Filippi de que não é verdade que foi ao DNIT buscar recursos, cabe uma acareação.

Nós vamos propor inicialmente a convocação. Se entenderem ser melhor para o Sr. de Filippi a acareação, nós transformamos essa convocação em acareação entre o tesoureiro José de Filippi e o Sr. Pagot.

Nós ouvimos aqui a afirmação, também resultado de frustração, de que o PSDB estaria sangrando e se defendeu até a prorrogação dos trabalhos desta CPI. Não sei qual é a posição do meu Partido, mas, pessoalmente, apoio a prorrogação desta CPI.

O PSDB não tem por que temer a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada tem a esconder. Ao contrário: nesse monumental desvio de dinheiro público da Delta para as empresas laranjas, que são 18 já, e nós estamos insistindo na quebra de sigilo de 12... A quebra do sigilo de 12 empresas laranjas não aconteceu ainda – vai acontecer, certamente –, porque essas empresas atendem outras regiões do País. Seis empresas que atendem a Goiás tiveram o sigilo quebrado. E a corrupção não mora em Goiás apenas. Ela mora em outros pontos do País. Há que se quebrar o sigilo dessas 12 empresas laranja, empresas-fantasmas, que não vendem produtos e equipamentos, que não prestam serviços, que não realizam obras e recebem milhões de reais de dinheiro público.

Há poucos dias, a Advocacia-Geral da União celebrou um acordo com o Sr. Luiz Estevão, Senador cassado, da ordem de R$468 milhões. E anunciou bombasticamente que a União está recuperando R$468 milhões. Em nenhum momento, o Advogado-Geral da União fez referência ao fato de que essa recuperação de recursos se deve ao trabalho de uma CPI. A origem das providências para a recuperação de R$468 milhões foi uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, o Supremo Tribunal Federal julga o mensalão. É preciso lembrar que esse julgamento se dá com provas, com uma avalanche de provas, de laudos, de perícias, de provas testemunhais, de confissão. Isso tudo ocorre tendo origem numa Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional.

Nós estamos fazendo referência a esse fato para destacar a importância desta CPI. Só em recursos transferidos para as empresas laranjas já somamos hoje mais de R$413 milhões, recursos, provavelmente, destinados ao pagamento de propina em razão do tráfico de influência, do superfaturamento de obras, de aditivos que extrapolaram os limites da legislação e de obras em licitação, inclusive, enfim, em um esquema de corrupção complexo, sofisticado, comandado, de um lado, por Cachoeira, e, de outro lado, por Fernando Cavendish, que deve sentar, daqui a pouco, no banco dos réus desta CPI.

Já que aqui se destacou o receio do PSDB, é bom afirmar que, dos valores repassados à Delta, apenas 6% dizem respeito a gestões realizadas pelo PSDB. O PSDB governa oito Estados e centenas de Municípios, mas, dos R$9 bilhões de dinheiro público repassados à Delta, apenas 6% dizem respeito às administrações do PSDB. Oitenta por cento dizem respeito a governos de partidos da base de sustentação política do Governo Federal, sendo que 40% na área do Ministério dos Transportes.

Portanto, Sr. Presidente, é essencial agora a quebra de sigilo dessas empresas fantasmas, já que depoimentos de investigados não produzem; depoimentos de testemunhas, como Paulo de Souza, produz, porque fala, porque enfrenta, porque revela, porque mostra, porque não esconde. Mas determinadas pessoas investigadas celebram o pacto do silêncio e não falam, escondem.

Nós temos que trazer já, Sr. Presidente, é uma outra sugestão que faço à Mesa, o Sr. Cachoeira. Está na hora de o Sr. Cachoeira voltar. Ele esteve aqui em um primeiro momento e anunciou que só falaria depois que falasse à Justiça. Ele já falou à Justiça, ou não falou à Justiça, mas está na hora de trazê-lo de volta, mesmo que seja para ficar em silêncio, se é o desejo dele, porque o silêncio, muitas vezes, compromete muito mais do que a palavra; o silêncio, às vezes, fala mais alto do que qualquer discurso. Tem que vir o Sr. Cachoeira novamente. Quem sabe os remédios que esteja tomando para depressão possam produzir algum outro efeito e soltar a sua língua. Em determinado momento de aflição e angústia, já que, certamente, ao perceber que sobre os seus ombros é que estão recaindo o peso maior de eventuais penalidades futuras, quem sabe ele queira compartilhar com outros o ônus do crime praticado em quadrilha.

Por isso, Sr. Presidente, não temos nenhuma indagação a formular ao Sr. Paulo de Souza. Mas queremos oferecer a mesma oportunidade que oferecemos a ele ao Sr. José di Filippi Júnior, que tem de se defender aqui. Ele foi acusado. Ontem ele foi acusado; uma acusação que se confirmou na data de ontem. Ele precisa ter a oportunidade de se defender diante dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parabéns ao Sr. Paulo de Souza pela *performance* nesta CPI.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Gostaria de agradecer ao Congresso Nacional, a todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, por mim, pela minha família. Eu diria que o Congresso Nacional... Queria agradecer a delicadeza, a educação, por tudo que passei hoje aqui e dizer a todos os senhores, com todo o meu respeito e humildade, que vocês estão resgatando na minha vida um líder ferido. Vocês cometeram o acerto de me possibilitar aqui poder esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como representante desta Comissão, Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente e demais Parlamentares, eu vou poupar o depoente e todos nós de mais perguntas, até porque

me dou por satisfeito com as respostas já dadas pelo depoente.

Apenas registrar que, mais uma vez, tivemos aqui um depoente com disposição de falar. E isso realmente nos empolga e nos deixa satisfeitos de saber que os depoentes que chegam aqui com a verdade não têm nada a temer e estão dispostos a falar.

Eu queria parabenizar o Sr. Paulo Vieira de Souza, agradecer pela aula que nos deu aqui. Tanto ontem o Pagot como o senhor aqui me fizeram aprender que, se eu for gestor público amanhã, eu não vou assinar aditivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Boa tarde, Dr. Paulo. Eu acompanhei aqui os companheiros que votaram o convite ao senhor. Eu não percebia qualquer razão para trazê-lo aqui, porém eu não considero que deslustre uma pessoa vir ao Congresso Nacional de seu País. Exatamente o que o senhor acabou de dizer. E é claro que é nosso dever todo mundo mesmo com lhaneza. Nós não somos pessoas agressivas. Lamentamos até que muitos cheguem aqui com habeas corpus. Nós não vamos desacatar a nossa Constituição. Se alguém quiser ficar calado, que fique calado. Não há esse embaraço. Não seria seu caso, pois aqui o senhor não veio na qualidade de réu, vem na qualidade de testemunha.

Os réus têm o direito de não se incriminarem, tem o direito de permanecerem calados.

O senhor disse aqui – e não tem nada a ver com obras, não tem nada a ver com o TAC –, e eu não faria esta intervenção, a não ser para lhe dizer que não passou pela minha cabeça, em nenhum momento, que o senhor tivesse algum problema de explicar aqui na CPI porque eu estudo esses autos, eu vejo ali o que nós temos de quebra de sigilo e não percebi, em nenhum momento, nas quebras de sigilo, a presença ou a digital de V. Sª. Porém o senhor falou de processos que move na justiça contra três revistas, se não me engano, ou contra jornalistas de três revistas: da *Istoé*, da *Carta Capital* e da *Época* e disse que estava ganhando todos.

Eu tenho uma posição muito ostensiva de defesa da liberdade de imprensa e entendo que não cabe – até entendo e tenho um modesto trabalho publicado sobre isso, já sustentei isso da tribuna do Supremo Tribunal Federal – processos de injúria, difamação e pedidos de indenização por parte do agente público quando a crítica, até mesmo injusta, até mesmo rude, com palavras duras, é feita sobre o seu desempenho.

Claro que a intimidade e a vida privada são bens jurídicos tutelados lá nas Garantias e Direitos Individuais, mas, por força – e só digo isso para lhe explica o porquê venho a esse assunto – dessa ligação, eu obtive dados, primeiro, e vou obter os outros depois, da revista *Istoé*, que não batem com os dados que o senhor trouxe aqui.

E eu vou pedir, então, a juntada aos autos desta Comissão, porque, dos dados que recebi, estão aqui as fitas de tramitação do Tribunal de Justiça de São Paulo, há três ações contra a *Istoé,* sendo que o senhor perdeu a primeira em primeiro grau de jurisdição e fez apelação para o Tribunal de Justiça e ainda não foi julgada. E as outras duas não foram julgadas no primeiro grau de jurisdição.

O que não quer dizer que o senhor esteja certo ou o senhor esteja errado, porque não há trânsito em julgado. Porém, como o senhor fez essa afirmação, e eu obtive esses dados, eu poderia, pura e simplesmente, juntar ali com o relator. Mas não, eu prefiro fazer aqui do microfone, para que o senhor também possa se manifestar sobre a veracidade ou não desses dados que foram acessados pela Internet.

É o que tenho a dizer. Acho que já vai longe o depoimento e vou parar por aqui, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu posso lhe afiançar, Deputado, que o senhor está absolutamente correto. Em nenhum momento aqui – e, se o fiz, se deixei a entender, eu peço desculpas.

Eu não disse em nenhum momento que eu havia ganho. Eu disse que havia processos contra os jornalistas. As empresas que eu ganhei até hoje, em primeira e em segunda instâncias, repito novamente: Paulo Henrique Amorim, Delegada Nilze Scapulatiello, *Jornal Contato,* de Taubaté, e o candidato a Prefeito, em primeira e segunda instâncias, Celso Russomanno.

O senhor está absolutamente correto quando se refere à *Istoé*. É verdade o que o senhor coloca que eu perdi em 1ª instância; recorri. Mantenho os processos contra os jornalistas, não porque eu não respeito a imprensa; simplesmente porque eu quero saber quem mente. Quem deu a entrevista diz que quem colocou a notícia foi a *Istoé*. Eu sou amigo pessoal do dono da *Istoé*. Eu não privo de amizade. Ele é atleta como eu. E o senhor está absolutamente correto no que coloca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu teria mais quatro minutos, mas não vou usar, não, Presidente. É só a título de ilustrar aqui esse diálogo que travamos.

A prova jornalística é absolutamente diferente da prova processual. Há um formidável trabalho de Barbosa Lima Sobrinho, o saudoso Barbosa Lima Sobrinho, sobre isso! E, quando entramos no campo do Direito

Comparado, já em alguns países, a começar pelos Estados Unidos da América, onde a Suprema Corte americana já decidiu que não cabe injúria, não cabe difamação. Calúnia é outro caso. Agora, indenização nem pensar a agente público, porque a indenização vai para o bolso do agente público, inclusive.

Porém, eu vou deixar com o Relator e fica a critério do Relator juntar aos autos ou não, já que houve o restabelecimento, eu não diria nem o restabelecimento da verdade, eu diria foi dirimida a dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu ouvi **O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** longamente, todas as falas dele. Eu quero só deixar aqui duas sugestões para esta CPI. A primeira sugestão é: esses procedimentos feitos pelo Tribunal de Contas da União e pela Procuradoria-Geral da República ou por um procurador da República, na minha opinião, são procedimentos ilegais. E, se isso vira moda, nós podemos gerar um grande prejuízo à sociedade brasileira. Então, eu quero que esta CPI peça as explicações ao Procurador-Geral da República José Luiz...

O SR. PAULO VIEIRA SOUZA – Dr. José Roberto Pimenta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – José Roberto Pimenta, para sabermos em qual legislação ele se baseou para assinar esse termo de ajustamento de conduta. Por quê? Porque se ajustou um contrato de empreitada global. Ora, empreitada global? O final desse contrato já está ajustado. Não se pode fazer um aditamento a algo que já foi pago. Então, na minha opinião, isso gerou um dano ao Erário. E eu acho que o Tribunal de Contas excedeu-se na sua competência ao indicar esse procedimento, e igualmente o Procurador-Geral da República, gerando, na minha opinião, um dano ao patrimônio público ao permitir um aditamento a esse contrato. Então, eu quero registrar que esse é o primeiro questionamento e o que quero solicitar a V. Exª.

O segundo questionamento é uma investigação do Tribunal de Contas a um aditamento de 25%, que é o topo dos aditamentos que nós já vimos em contratos da Delta aqui, porque ontem o Sr. Pagot disse aqui que a média de aditamento de obra nova era de 8%. O que foi feito ali? Um aditamento de 24,9%, isto é, foi ao limite do aditamento numa obra em que não havia essas intercorrências; é na beira da Marginal.

Portanto, eu queria trazer esses dois questionamentos, porque, em minha opinião, esses dados trazidos aqui pel**O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** são esclarecedores de como o Estado acabou agindo mal, o Estado na esfera pública, seja dos agentes permanentes, seja de governos.

Portanto, eu queria trazer esse questionamento aqui, porque acho que os esclarecimentos trazidos pel**O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA** me dão conta de que esta CPI deve levá-los em consideração, porque, em minha opinião, o Estado, a sociedade brasileira perdeu nesses dois resultados.

O Deputado Carlos Sampaio pede um aparte.

Nunca deixei a minha tribuna para falar como Deputado, mas, pela primeira vez...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Agradeço.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...cedo aparte a V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É para dizer o seguinte. Apesar de aprioristicamente, Sr. Presidente, não concordar que há ilegalidade, concordo plenamente com o Deputado Paulo Teixeira que tem que haver um esclarecimento a esta CPI. Então, subscreverei juntamente, se for da concordância dele, o ofício para o Ministério Público Federal e para o TCU solicitando as informações, para daí, sim, dizermos se houve ou não qualquer equívoco.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – E farei em relação aos dois contratos, tanto do Rodoanel como da Nova Marginal.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As providências serão tomadas, Sr. Deputado Paulo Teixeira, com a subscrição do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

Com a palavra, como não membro, o Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Paulo Vieira de Souza, o senhor vê, na realidade, o que se dá, o que se pode dar em uma CPI. Uma conversa de bêbado o trouxe aqui, e a decisão dos sóbrios deixou de fora o José di Filippi. Isso é o que se estabeleceu ouvindo ontem o Sr. Pagot e ouvindo hoje esse depoimento de V. Sª.

V. Sª teve muita paciência. V. Exª pode ser *iron man* de corpo, mas não de alma. É difícil para qualquer um aguardar dois anos uma oportunidade de poder, talvez mais do que falar para o Brasil, falar para sua família e para seus amigos. Esses dois anos em que V. Sª aguardou para esse momento, esse fardo que carregou, seguramente, V. Sª se livra dele.

Com o maior respeito a todos os Pares que compõem esta Comissão, acho que o maior exemplo que V. Sª leva é a fala da referência do atestado do Senador

Pedro Simon. Isso é algo que absolutamente enobrece a passagem de V. Sª pelo dia de hoje.

Mais uma vez, me apego ao que disse, com muita clareza, o Senador Álvaro Dias, nosso Líder no Senado. O que é que se deu? A Delta teve uma participação de menos de 2% das obras que foram licitadas pela empresa da qual V. Sª foi diretor em São Paulo. A Delta tem mais de 80% de seu faturamento de obras públicas com o Governo Federal. É nessa cota que não se deixa a CPI avançar. É nesse aprofundamento, nesse volume de ações da relação com o Governo Federal que há um grande trabalho para evitar que se avance em todas essas ponderações.

Portanto, o registro nosso de hoje é que fica também aí um ensinamento: talvez se o PAC tivesse um *iron man*, talvez se o PAC tivesse Paulo Vieira de Souza, estaríamos falando do PAC 5 ou 6 ou 7, e não do PAC das obras do Governo Federal que não andam.

Cumprimento V. Sª pela tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estão encerradas as inscrições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Queria fazer mais três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora passo a palavra ao Sr. Relator e, depois do Sr. Relator, ao orador. Ele vai responder as perguntas. Se esclarecidas, fará as suas considerações finais, e encerramos esta parte. Temos mais dois depoentes hoje aqui e vamos ouvi-los, depois de ouvir o Sr. Paulo Vieira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, agradecendo a contribuição de V. Exª, quero apenas pedir ao Dr. Paulo Souza que identifique no tempo, para melhor compreensão nossa, o seguinte: a mudança no regime de execução se deu antes ou depois da licitação? Quando o senhor produziu a licitação, no caso do Rodoanel, produziu-se a licitação em que regime?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – A licitação, Deputado, foi em regime de preço unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mudança do regime foi depois da licitação, então?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É. O decreto do Governador pedia que se reverificassem os contratos, e um decreto específico autorizou à Dersa a renegociação dos contratos. Se deu antes do início da obra, mudando para regime a preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, depois da negociação?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Corretamente, Deputado. A licitação não foi feita a preço global.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque o senhor disse aqui que, quando se busca o preço global, tem-se que ter resolvida a questão ambiental, o senhor disse outra coisa e disse projeto executivo.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Projeto executivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando se mudou aqui o regime de execução, o projeto executivo já estava pronto?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Nós tínhamos 85% do projeto executivo pronto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, mudou-se, então, o regime para global sem estar com o projeto executivo 100% pronto.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Deputado, em termos de engenharia, se o senhor tem 85% do projeto pronto executivo... O normal, em obras de construção civil se começa a obra com 30% do projeto ou só com o projeto básico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando é com preço...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Unitário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) –... unitário.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Quando se tem a possibilidade de ter 85% de um projeto executivo pronto, eu tocaria qualquer obra no Brasil a preço global, porque eu tenho a alma do projeto, a definição do projeto pronta. Mesmo porque, num período de 2 meses da hora que se inicia se conclui o projeto. Entreguei dados exatamente quando o projeto ficou 100% pronto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A mudança na solução técnica de pontes e de pavimento rígido para asfalto se deu em que momento? Quando o senhor licitou, era pavimento rígido. Mudou depois?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Se eu puder, faço uma colocação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rapidinho, por favor.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Rapidinho? Então, vai ser bem rápido.

A Europa usa o pavimento preto, o asfalto; os Estados Unidos, o pavimento branco, o concreto; o Rodoanel Oeste foi feito todinho em pavimento de concreto, do que eu discordo tecnicamente. O pavimento de concreto tem que ser feito onde nós temos cortes sem movimentação de terra para que não haja trinca. Basta verificar o Oeste, que tem trinca. E, onde há movimentação e aterro, usa-se pavimento preto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa mudança se deu quando?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Essa mudança se deu com a minha gestão, porque eu não permiti que fizessem todo o pavimento em concreto,

contrário até ao desejo da Associação Brasileira de Cimento Portland.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quer dizer que o senhor mudou isso...

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Na execução da obra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... na execução da obra, com o projeto executivo dizendo outra coisa?

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Não, o projeto executivo já foi colocado nessas condições.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Considerações finais de V. Sª.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – É final para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É final.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Vou estar liberado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Finalmente, é final.

O SR. PAULO VIEIRA DE SOUZA – Eu queria agradecer, mais uma vez, de coração, a oportunidade, a chance, a gentileza e a ponderação dos senhores. O que me resta agora – pelo menos para minha família, para mim e para os meus amigos – é que, se na época o líder ficou ferido, o líder está no processo de cura e agradeço isso a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado ao depoente pela colaboração.

Há alguma questão de esclarecimento de V. Exªs antes da convocação da outra ...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... da outra testemunha, até para que nós...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... não estejamos em nenhuma desarmonia...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... no plenário?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, meu queridíssimo companheiro e Líder democrata, **ONYX LORENZONI**.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... quando esteve aqui o Sr. Jayme Rincón, a pedido do Deputado Miro Teixeira, o Sr. Relator fez o procedimento que, data venia, considero correto. Ou seja, o Sr. Relator leu o elenco de questionamentos que ele tinha, e o Sr. Jayme Rincón ouviu. Só depois da manifestação do Relator é que ele foi liberado. Eu peço que, por simetria – se preciso, faço solicitação formal –, haja, por isonomia, a mesma coisa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A informação que o relator me passa é que o Sr. Jayme Rincón fez uma preliminar. Não foi isso? Foi assim?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas o Sr. Relator perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator, para as considerações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Deputado Odair Cunha perguntou, e eu gostaria que perguntasse hoje. Só isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu, sinceramente, estou concentrado aqui nas próximas perguntas. Presidente, eu não ouvi direito o que o Deputado Lorenzoni falou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que eu estou dizendo é que a testemunha que vem aqui vem com habeas corpus, evidentemente, não vai falar. Então, dentro daquela premissa de que é muito importante a gente poder, dentro da comissão, construir o elemento probatório, seria importante que o Sr. Relator lesse as suas perguntas. É só isso. Como é que a testemunha vai julgar o que o senhor vai perguntar? Como foi feito com o Sr. Jayme Rincón, o senhor faria igual. É isso.

Só estou pedindo que se repita o mesmo processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, em relação a ler perguntas, se eu for ler as perguntas, nós estaremos discutindo o rito. Pode ser a decisão. Agora, a questão que está colocada é que, no caso do Jayme Rincón ou em outro caso, eu elenquei os motivos que traziam o depoente aqui. Isso me parece que o Presidente está fazendo. Agora, eu posso fazer também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é a minha função. Essa vai ser a minha função agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso o Relator poderia fazer também. Acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa vai ser a minha função, Sr. Deputado Onyx.

Os motivos que originam a presença do Sr. Fernando Cavendish a esta comissão quem vai lê-los sou eu, na condição de Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E isso foi o procedimento daquela vez, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o Sr. Jayme Rincón também.

Está esclarecido o caso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, aquela vez eu fiz os motivos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, não. Houve uma mudança aí, a pedido do Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está esclarecido.

Nada mais. Mais algum esclarecimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Se ele fizer uma premissa, então o Relator vai perguntar tudo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Agora, se fizer alguma premissa, passamos ao relator para as suas indagações.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Até que, depois, ele diz que fica em silencio e aí vai embora.

Não, mas eu acho importante que o Relator possa ler, até porque eu entreguei um conjunto de perguntas ao relator, porque eu tenho muita curiosidade de ver a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa também é da Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, tenho também só algumas perguntas, que eu vou encaminhar ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encaminhe-as agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... para, sendo o caso, serem feitas ao próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode fazê-lo. neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já encaminharei. Já encaminharei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer fazê-lo agora, pode fazê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não. Estou dizendo que, ao próximo depoente, eu tenho perguntas para que o Relator faça a ele, ao próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao Gilmar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ao nosso próximo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se houver, efetivamente, aqui o debate.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria sugerir algo a V. Exª. Nós temos perguntas aqui a serem feitas a ele, todos têm. Eu creio que nós poderíamos adotar o procedimento de fazer as perguntas ao Relator, para o relator optar em fazer as perguntas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa matéria nós vamos discutir, meu queridíssimo Senador Randolfe, na próxima sessão administrativa. E me comprometo, mais uma vez, com V. Exª: irei novamente pôr o rito em julgamento, pela terceira ou quarta vez, para que a Comissão, de forma colegiada, ainda, novamente, discuta o rito. Farei isso em respeito às vozes dissonantes do rito, porque é essa a minha posição.

Não há mais nenhuma questão de esclarecimento.

Determino a presença do Sr. Fernando Cavendish à Comissão. *(Pausa.)*

Está presente à Comissão o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, na companhia do seu advogado Técio Lins e Silva.

Em decorrência dos requerimentos de autoria dos Srs. Congressistas Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Filipe Pereira, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Íris de Araújo, Ronaldo Fonseca e Maurício Quintella aprovados por esta Comissão, comparece a esta CPMI o Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares.

Resumidamente, os fundamentos expressos pelos Parlamentares requerentes da convocação de V. Sª são os seguintes: as operações Vegas e Monte Carlo, de acordo com o requerimento do Deputado onyx lorenzoni, revelaram – aspas –"negócios do empresário Carlos Cachoeira com empresas que têm contratos com o Poder Público" – fecha aspas, entre elas a Delta Construções S. A.

Ainda consoante, o Deputado Lorenzoni – abre aspas – "a suspeita é de que"– fecha aspas – Cachoeira e a Delta – abre aspas – "subornavam servidores públicos e de que tenham participado de arrecadação ilegal, para custeio das campanhas eleitorais de 2010". Nos termos do requerimento do Deputado Carlos Sampaio, – abre aspas – "as investigações da Polícia Federal revelaram que o grupo criminoso, liderado por Cachoeira, mantinha contatos com a empresa Delta Construções S.A. Segundo noticiado na imprensa, a referida construtora realizou movimentações financeiras em favor de empresas de fachada pertencentes à organização criminosa" – fecha aspas.

O Deputado Filipe Pereira solicitou que o depoimento do Sr. Fernando Cavendish seja tomado na condição da testemunha. Foi aprovado nesta Comissão.

O Deputado Rubens Bueno argumentou que – abre aspas:

Segundo relatório de inteligência da Polícia Federal, na operação Monte Carlo, há indícios de que a maior parte dos valores que entram nas contas de empresas fantasmas ligadas ao grupo do empresário Carlos Cachoeira são [sic] oriundos da empresa Delta Construções.

Para o Senador Álvaro Dias, – abre aspas:

Entre os diversos elementos das investigações da Polícia Federal, que vieram a público, há uma série de ligações entre o Sr. Carlos Augusto Ramos e a empresa Delta Construções, de propriedade do Sr. Fernando Soares Cavendish, inclusive de repasse para empresas de fachada [fecha aspas].

Nos termos expressos pelo Senador Randolfe Rodrigues, – abre aspas – "o principal agente privado que aparece nas gravações da Polícia Federal, tendo fortes vínculos com a organização criminosa, liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira, é, sem sombra de dúvida, a empresa Delta Construções Ltda" – fecha aspas.

O propósito expresso pela Deputada Íris Araújo, em seu requerimento, de que a oitiva do Sr. Fernando Cavendish sirva – abre aspas – "para prestar esclarecimentos sobre atividades comerciais de sua empresa, notadamente contratos firmados com o Governo Federal, com o Governo do Distrito Federal e com o Governo do Estado de Goiás e doações de campanha, bem como o seu relacionamento com o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos."

O Deputado Ronaldo Fonseca e o Deputado Maurício Quintella, além de recordarem essa declaração do Sr. Cavendish, afirmaram que "a convocação do ex-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Delta Construções [...] – reticências – "tem a finalidade de elucidar eventuais suspeitas e prestar informações sobre a participação da Delta Construções nos inquéritos das Operações Monte Carlo e Vegas, da Polícia Federal".

O depoente, na condição de convocado por esta CPMI, Sr. Fernando Antônio Cavendish Soares, encontra-se amparado por medida cautelar no Habeas Corpus nº 114.859, do Supremo Tribunal Federal, cujo Relator é S. Exª o Ministro Cezar Peluso.

E, finalmente, indago a V. Sª, como fiz com outros depoentes aqui presentes: caso não pretenda prestar seu depoimento em reunião aberta, o faria na hipótese de esta reunião passar a se realizar também reunião secreta. Tudo no intuito de a presença de V. Sª colaborar para os fins que a CPI procura nesta importante investigação para o País.

Nada obstante, a Presidência desta CPI, com grande expectativa de que S. Sª possa contribuir para os avanços das investigações, passa a palavra ao Sr. Cavendish para expor as suas informações e alegações a respeito dos motivos elencados nos requerimentos e nas justificativas aqui apresentados por esta Presidência.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Cavendish; depois, passo a palavra a V. Exª.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO CAVENDISH SOARES – Boa tarde, Presidente.

Por orientação do meu advogado, eu permaneço em silêncio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é a indagação pela ordem de V. Exª?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que há uma preliminar que V. Exª deve submeter ao depoente. É uma questão de hombridade obter dele a resposta a uma acusação que fez ao Senado Federal. Afirmou que comprava com R$6 milhões um Senador, e nós gostaríamos que ele apontasse qual Senador que comprou por R$6 milhões ou que Senador ele compraria por R$6 milhões.

Impetrei, Sr. Presidente, uma interpelação judicial, e a Justiça do Rio de Janeiro informou que não encontrou o Sr. Fernando Cavendish para intimá-lo. Portanto, é a oportunidade que ele tem, é uma preliminar que submeto a V. Exª para que ele possa responder. É uma questão de hombridade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...ele responder que Senador ele compraria por R$6 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Senador Alvaro Dias, a preliminar de V. Exª eu acato e aceito em homenagem e em respeito à instituição de que eu faço parte e, por isso, antes de dispensar a testemunha, como faço com qualquer testemunha, eu me refiro e transponho ou transmito a sua indagação, em nome do Senado da República, ao Sr. Fernando Cavendish. Em nome do Senado Federal.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO CAVENDISH SOARES – Esse assunto, em momento oportuno, que judicialmente está em curso, eu responderei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado. O senhor está dispensado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na mesma linha, eu já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele falou de 30 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Qualquer contrato do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já respondi.

O senhor continue com a palavra. Com a palavra, pela ordem, o senhor. Fiz em homenagem ao Senado Federal, Sr. Senador.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, mas o senhor não fez homenagem à Câmara.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor está presidindo uma Comissão Parlamentar Mista. Ele falou de 30 milhões, que compra qualquer político para ter negócio com o Governo. Eu estou entre aqueles...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Deputado, eu não sabia que denegria a imagem da Câmara não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está aqui nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Deputado Bueno. Desculpe-me. Foi publicizado que era o Senado.

Nada mais havendo...

Desculpem-me, nós temos o Gilmar agora.

Gilmar Carvalho de Morais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, e a pauta da próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ainda vou discuti-la. Divulgo amanhã. (Pausa.)

Peço aos Srs. Parlamentares...

Deputado Miro, o Gilmar chegou.

Quanto à D. Roseli, eu já pedi para tomar a termo o depoimento dela na Polícia do Senado e encaminhá-lo para o Ministério da Justiça.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, enquanto ele entra, será que V. Exª poderia explicar para nós todos, para evitar cada pergunta, se já foram tomadas as providências – que já devem ter sido tomadas para a segurança, para a garantia de vida tanto do Sr. Gilmar quanto da D. Roseli.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço silêncio. Essa solicitação do Deputado Miro Teixeira é importante.

Há um casal que está sendo vítima de ameaça: a ex-esposa do depoente que está aqui presente veio de forma absolutamente colaborativa a esta Comissão, mas hoje fomos informados que ela sofreu ameaça, e o seu ex-marido também. Procuramos imediatamente contatar a testemunha aqui presente, e ele veio. Há mais de duas horas, ele se encontra aqui. Todas as providências, me informa a Secretaria, foram tomadas. Já estamos solicitando que o Ministério da Justiça inclua as duas testemunhas no rol de testemunhas protegidas pela Justiça. Estamos solicitando a tomada a termo, como estamos fazendo agora com o Sr. Gilmar, também da Srª Roseli, para que o Estado brasileiro possa cumprir com as suas obrigações para com cidadania brasileira, que, em um gesto de profunda colaboração com esta CPI, vem para dizer o que sabe a respeito desse processo.

Por isso, espero que o Ministério da Justiça possa imediatamente tomar as providências que a CPI já solicitou. *(Pausa.)*

Sr. Gilmar Carvalho de Moraes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É só Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gilmar Carvalho de Moraes.

O SR. GILMAR CARVALHO DE MORAES – Moraes. Gilmar Carvalho Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gilmar Carvalho Moraes.

Eu gostaria de passar a palavra para que V. Sª...

Vamos tomar o termo de compromisso dele. Ele já assinou.

O SR. GILMAR CARVALHO DE MORAES – Estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...possa falar o que sabe a respeito da sua participação nesse episódio, como V. Sª entrou nesse processo, o que V. Sª sabe a respeito dessa organização, como o seu nome apareceu nessa história. Então, se dirija aos membros e ao Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, por favor, para uma observação que pode ser útil ao Sr. Gilmar, cuja presença temos o prazer aqui de receber.

A grande segurança que o senhor terá para a sua vida será falar tudo, não deixar nada oculto. Qualquer coisa ocultada poderá – eu lhe falo com a experiência de alguns cabelos brancos – ser um estímulo àquele agente criminoso que ainda está preservado praticar um ato contra o senhor. E aqui o senhor terá todo apoio das instituições, a começar pelo próprio Congresso Nacional. Gostaria de observar que a sua segurança basicamente depende de o senhor falar tudo, porque a segurança do Estado lhe será dada, mas a segurança real vem daí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, acrescento ao Sr. Gilmar se ele poderia trazer detalhes sobre a ameaça que ele ou a sua ex-esposa sofreu nas últimas horas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos organizar o depoimento do Gilmar, porque o Relator terá a palavra.

Gilmar, com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, se me permite, antes do Sr. Gilmar, creio que é importante, Sr. Gilmar, ao vir a esta CPMI, na linha do que disse o Deputado Miro Teixeira, ter a atenção da Comissão em relação a qualquer tipo de ameaça que o senhor ou alguém da sua família possa estar sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos passar a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Um segundo, Presidente.

É importante que ele esclareça também por que há empresas fantasmas que estariam em nome dele. Como isso aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Finalmente vamos ouvir o depoimento do Dr. Gilmar.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar. Fique à vontade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quando fiquei sabendo de toda essa situação, foi através de um repórter que me ligou, perguntando sobre a Srª Roseli e tal. Falei: "Sim, conheço." "Ah, porque vocês estão envolvidos... Você está sabendo que você está envolvido no caso do Cachoeira e tal?" Falei: "Não, não estou sabendo não." Aí ele falou: "Pois é. A gente poderia conversar?" E ficou insistindo, esse repórter insistindo para a gente conversar. Aí fiquei preocupado, e fui na Internet ver. Cheguei lá e vi a situação que estava.

Aí eu me lembrei que tinha uma pessoa, tempos atrás... Eu trabalho com contabilidade e eu devia, tinha uma dívida com essa pessoa. Ele me procurou e falou: "Você vai me pagar a dívida?" E eu, naquela época, sem condições de pagar. Ele praticamente me ameaçou. Isso eu estava guardando por quê? Porque esperava ser chamado aqui. Quando a minha ex-esposa esteve aqui, que ela esclareceu que nós não conhecemos esse pessoal, o povo, no caso, as pessoas do Cachoeira... Igual um repórter colocou na Internet. O que eu falei para ele? Eu quero que me provem uma ligação minha, uma filmagem minha, um encontro meu com qualquer um desse povo, dessa organização.

Então, essa pessoa a quem eu devia, eu acredito, o que ele fez? Acredito, não, tenho certeza. Ele usou o meu CPF, usou o meu documento e fez CPF, porque ele me trazia o processo pronto e falava: dá entrada na junta comercial, porque ele pensava que para dar entrada na junta comercial precisava de um contador. Então ele levava até a mim, eu tinha que levar lá, e ele me ameaçava ainda.

Então, essa pessoa... Eu trouxe aqui inclusive, e gostaria já, como um dos Senadores falou... Me desculpe, é que eu... Então o que ocorreu? Está aqui, e eu gostaria que a Justiça hoje encontrasse essa pessoa para eu tentar recuperar a minha família, que eu perdi, entendeu? Essa pessoa está aqui. Agora ele desapareceu, porque eu já tentei entrar em contato com ele, não consigo, e eu quero que a Justiça faça...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Fora do microfone.) – Quem é ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu vou passar aqui. Não sei para quem eu passo.

Valdeir Fernandes Cardoso. Inclusive ele botou o meu endereço lá em Vicente Pires, sendo que eu nunca morei lá. Pode chegar lá e perguntar para vizinhos, entendeu? Fez toda essa armadura aqui em cima de mim. E, na época, eu até tive conhecimento, porque ele me trouxe um processo com o CPF meu diferente. Eu falava para ele: rapaz, isso aqui vai dar problema. Eu não vou mexer com isso aqui, não. Ele falou: você quer me pagar ou não quer? Aí eu passava dois dias sem dar entrada no processo, ele me mandava mensagem ameaçando. E eu ficava numa situação difícil. Agora, daí para a frente, desse cara, quem ele conhece lá para a frente, eu não sei. Agora, esse cidadão aqui que eu estou com a xerox aqui é que eu quero localizar e faço questão... Faço questão, não. E peço à Justiça para me ajudar, porque eu quero recuperar a minha família, para mostrar que eu não tenho culpa nisso aqui.

Então está aqui. Eu não sei para quem eu vou passar.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pode passar para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Valdeir Fernandes Cardoso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele morava em Vicente Pires na época. Eu nem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para a assessoria tomar as providências.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, convocá-lo imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Calma! Deixem-me concluir a participação do senhor Gilmar.

O SR. RUBENS BUENO – Enquanto é tempo.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, se quiser perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mais alguma...

O relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse que ele ameaçava o senhor? O Sr. Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Não, praticamente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Neste tempo agora, o Sr. Valdeir fez algum tipo de contato? Ou outra pessoa fez contato com o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fez. Ele fez. Outra pessoa não, mas ele fez.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nesse período agora da CPI?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, agora. Por quê? Eu tentei falar com ele, quando vi esse tumulto todo aí, e ele desapareceu, não atendia mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas ele fez contato com o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí ele fez contato comigo. Ele fez contato comigo, aí...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Dizendo o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – "É, porque cê tá vendo aí..." Eu falei: "Pois é, como é que você me coloca numa situação dessa, cara? Eu não tenho nada a ver com isso, eu não peguei dinheiro, eu não levei dinheiro! Pode fazer levantamento, abre a minha conta pra ver minha situação aí! Quebra meu sigilo bancário, meu sigilo telefônico! Como é que você me faz um negócio desses?"

Eu me estressei com um repórter um dia desse. O repórter.... Eu disse: "Meu amigo, é o seguinte: você vai fazer minha segurança?".

O que aconteceu? Depois que eu falei com essa repórter que o cara divulgou coisa lá que não tem nada a ver, entendeu? Que eu acho que a imprensa fica é atrapalhando as investigação, e divulgou coisa lá que não tinha nada a ver. O que aconteceu? Ameaçaram na casa de uma irmã da minha esposa, foram uns caras lá dizendo que era Polícia, não se identificou, não deixou nada... Daqui a pouco, os caras estão atrás de mim. E aí? É queima de arquivo de um cara que não tem nada a ver com a situação?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E os caras não eram policiais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não eram, não se identificou de onde era. Por isso é que ontem a gente... Aí, hoje pela manhã, a gente entrou em contato com um cara aí que deu o cartão pra minha ex-exposa, que eu falei que queria vim aqui. Porque eu não sei. Vai que os caras vai atrás de mim aí! Vai que esse Valdeir mandou os caras atrás de mim!

Então, a gente tem que localizar esse Valdeir! Eu faço questão! Igual eu estou falando: eu estou procurando e quero que a Justiça também me ajude.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro!

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque, se a gente localizar ele, vamos botar os pratos... Quem me causou isso aí foi esse camarada aí. Igual ao que estou falando: dou total liberdade pra Polícia, quem quiser, ver se eu tenho algum envolvimento com esse negócio de Cachoeira aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor pediu uma procuração pra sua ex-esposa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para abrir empresa no nome dela? Por qual motivo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Para abrir a empresa dela. E veja a data da procuração que ela me passou e veja a data dessas empresas que ele abriu aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, foi antes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi bem antes! Essa procuração que minha esposa passou é uma procuração legitimada no cartório porque eu ia abrir a empresa pra ela lá, na Feira dos Importados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de que o senhor tem... Só no nome do senhor, o senhor tem quatro CPFs. Como é o nome da mãe do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Veneranda Tereza Carvalho Morais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor tem quatro CPFs com nome seu e o nome da sua mãe. E ainda mais dois com o nome de uma senhora chamada Maria Carvalho Morais e outra Gilca Carvalho Morais.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, Seu... Seu... Sr. Relator?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado só.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Odair. Pode falar de qualquer jeito.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí é justamente o que estou questionando aqui: eu quero que vocês me ajudem a gente localizar esse cidadão aí, para que se possa fazer justiça, porque isso aí...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem seis CPFs no nome do senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, porque ele fez isso aí, e hoje eu estou prejudicado, perdi minha família, e é por isso que eu faço questão da gente localizar ele!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir que fez isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O Valdeir. O Valdeir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor entregou a procuração para o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele não era contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalha atualmente como?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Autônomo? O que o senhor faz?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Atualmente eu tô até sem... Porque, depois desse escândalo aí, as pessoas praticamente nem me procuram mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois desse escândalo, praticamente as pessoas nem me procuram mais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem eram as pessoas que lhe procuravam?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pra abrir empresa... Eu tenho meu cartão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhava como contabilista?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu usava... Eu sou técnico.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade? O senhor tinha um escritório de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu era autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E abria empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essas empresas aqui o senhor não abriu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor faz imposto de renda?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Faço.

Ah! Interessante! Interessante o seu questionamento. Relataram aí que eu declarei imposto de renda da empresa em 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É. Consta aqui, no sigilo fiscal no imposto de renda da Alberto & Pantoja...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Aí eu te faço uma pergunta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Adércio & Rafael o senhor teria feito...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O imposto de renda...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O imposto de renda dessas duas empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu te faço uma pergunta aqui: faça um levantamento dentro da Receita e vê se eu declaro empresas, se eu declaro imposto de renda de empresas. Não faço isso, nunca fiz, nunca declarei imposto de renda de empresas! Declaro de pessoas físicas! Nunca declarei de empresa. E apareceu isso aí. Você pode fazer um levantamento lá e vai ver que não tenho nenhuma declaração de pessoa jurídica lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, a questão é que apareceu lá.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, mas o cara pegou o meu CRC e usou. E aí?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele usou os dados do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu nunca declarei Pessoa Jurídica.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor trabalhou, foi sócio-administrador, ou administrador de uma empresa chamada Centro-Oeste Atacadistas de Cereais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca trabalhou nessa empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece o Sr. Carlos Alberto de Lima?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Carlos Alberto? (Pausa.) Não. Carlos Alberto que eu conheço é o irmão da minha esposa. Supostamente, inclusive, esse Valdeir, na época, pegou uma Xerox da identidade de um primo meu e abriu uma empresa. Aí, a polícia, na época, foi na casa do meu primo. Aí, o rapaz nem sabia do que se tratava; e ele havia aberto a empresa em nome do meu primo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece um senhor chamado Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu, agora, depois de todo esse...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, antes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Antes, não. Eu só ouvi falar de nome. Aí, quando ocorreu isso aí eu fui procurar ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes o senhor ouviu falar, de nome...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ouvi. Esse Valdeir falava nele, mas eu não tinha amizade com ele; nunca tive. Agora é que fui procurar por ele para saber se ele sabia desse Valdeir, depois que eu vi todo esse tumulto aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir, então, falava para o senhor do Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Falava.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, nós estamos... O senhor conhece o Sr. Lenine Araújo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleiber Ferreira da Cruz?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Rubmaier o senhor já falou que sim.

O Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem alguma empresa no nome do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Tenho uma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – A de contabilidade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem um escritório de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, porque tem que ter uma empresa para você atuar; tem que ter o CF/DF, que é o registro, a inscrição estadual; tem que ter para poder atuar, tem que ter a etiqueta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E como é que se chama?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Gilmar Carvalho Moraes, porque é individual; é uma empresa individual que você abre para você ter a etiqueta lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carvalho e Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Carvalho e Lustosa Comércio de Peças?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, mais uma vez um esquema de criação de empresas fantasmas muito bem evidenciada. Resta-nos, agora, buscar esse Sr. Valdeir.

Se o puder nos deixar o telefone dele, o endereço dele...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O endereço dele eu não tenho, mas me parece que – e isso eu observei no meu cadastro, lá no CRC – o endereço meu está de lá que ele botou. De alguma forma ele alterou o endereço e fui lá observar o endereço, eu não tenho o endereço dele, mas no CRC, no cadastro do meu CRC está o endereço lá...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor mora em Vicente Pires?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nunca morei lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É ele que morava lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele morava lá.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, ou mora ainda. Não sei. Eu não sei o endereço, mas no meu cadastro , no meu CRC deve ter. No meu cadastro, me parece que o endereço é de lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele colocou no CRC do senhor o endereço dele. O senhor supõe.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, tem um endereço aqui. Posso... Gilmar, tem um endereço aqui, Colônia Agrícola Vicente Pires, Rua 8, Chácara 227, Lote 03. Você já procurou o Valdeir nesse endereço, ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, ainda não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a empresa dele LV Comércio Atacadista de Pneus?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Já procurei ele lá. Já fui procurar por ele lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa empresa você conhece.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu já conheço. Eu procurei por ele lá e os funcionários falaram que ele havia vendido e saído de lá; os caras que estavam lá; os funcionários que eram dele falaram: "Não, ele vendeu para mim, aqui...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Você conhece o João Luis Miranda, ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sócio do Valdeir?

DuPneus Comercial?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Presidente, Sr. Presidente, só uma questão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, eu tenho a impressão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o nosso relator fala, eu vou anotar as inscrições...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É só para explorar aqui...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu já estava inscrito, eu tenho a impressão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor teve contato, então, com o Sr. Valdeir. Ele lhe pediu o quê? Pediu o CPF do senhor? Os documentos do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Quando na época que eu estava...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que devia para ele...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu tinha uma dívida com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como ele pediu ao senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Aí ele trouxe... Ele pegava...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como seria a forma de pagamento?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falou assim... Inclusive ele falava assim: "Vamos fazer as empresas aqui, e você quita aquela dívida comigo".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Fale aqui no microfone.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – "Vamos fazer as empresas aqui, e você quita aquela dívida comigo". Eu falei: "Rapaz, isso aí vai dar problema". "Não. Não vai dar problema, não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu não ouvi, eu não ouvi.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pergunta é o que o Sr. Valdeir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu não ouvi a resposta dele. Eu ouvi a sua pergunta, mas não ouvi a resposta dele.

Você pode repetir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me trazia a documentação e falava: "Você faz lá, leva na junta comercial." Eu falava: "Rapaz, isso aqui vai dar problema.", porque eu via o meu CPF diferente lá.

Eu falava: "Rapaz, isso aqui vai dar..." "Rapaz, você quer pagar a dívida ou não quer?". Ele falava deste jeito: "Você quer pagar a dívida ou não quer?" E algumas vezes até mostrou uma arma para mim. Ocorreu uma vez de me mostrar uma arma. Eu ficava dois dias sem dar entrada no processo porque eu ficava... "Não vou mexer com isso aqui, não". Ele mandava mensagem para mim, ameaçando para mim *(sic)* dar entrada no processo. Então, na época, eu me senti coagido com essa situação e preferi pagar a ele porque ele estava me pressionando.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor devia a ele o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Devia R$7 mil de uns cheques que eu troquei com ele, quando ele tinha essa empresa que o senhor me perguntou agora de pneus.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao Sr. Rubmaier, ele falava o quê?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava que era contador, que esse Rubmaier era contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele trabalhava com o Sr. Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu acredito que poderia fazer serviço lá, porque ele falava nesse cara. E depois surgiu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele era contador também?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Ele não é contador, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu passo agora a palavra aos seguintes Parlamentares: Deputado Rubens Bueno, Miro Teixeira, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Luiz Pitiman.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quem é autor do requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quem foi o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O autor foi V. Exª, é verdade. V. Exª acha incomum... A sua pergunta exatamente exige que V. Exª seja o primeiro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Acho que deve haver outros autores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra... Parece-me...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Deve haver outros autores aí de requerimento do Sr. Gilmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foram coletivos? Foi coletivo?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Não, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não tenho muito a...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Foi individual.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu não tenho muito a dizer a não ser fazer alguns esclarecimentos um pouco mais detalhados em relação ao que foi feito em termos de pergunta pelo Deputado Odair Cunha.

Sr. Gilmar, o senhor devia R$7 mil para o Sr. Valdeir.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor conhecia o Sr. Valdeir desde quando?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Desde 2006.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – 2006.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E quando foi a dívida que o senhor contraiu com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi mais ou menos nesse ano de 2006.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – 2006.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – De 2006 para 2007 começou. Só que ele colocava juros sobre juros, e teve uma época que ele chegou a dizer que estava chegando em R$20 mil, colocando juros sobre juros, dizendo que já estava chegando em R$20 mil. "Já está chegando em R$20 mil, só por causa dos juros aí." Estava naquela situação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor devia R$20 mil para ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu não devia R$20 mil.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sim, mas ele dizia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele dizia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele alegava juros sobre juros.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E ele cobrava insistentemente para o senhor pagar essa dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Ele ficava me pressionando, cobrando.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pois bem. Aí uma forma de ele chegar ao senhor era dizendo: "Olha, vamos liquidar essa dívida". Ele pedia ao senhor: "Vamos montar essas empresas aqui. Você usa a sua empresa etc., para registrar na junta comercial. Era isso que estava...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi basicamente isso aí.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E quantas empresas ele pediu para o senhor...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Rapaz, eu me recordo de umas quatro.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quatro empresas. O senhor lembra o que dizia essas empresas? Qual era a função de cada uma delas? Uma era sobre pneus. O que mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Uma de pneus, uma de negócio de construção.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – De construção.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O que mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Construção e transporte.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Transportes.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Era transporte, construção e pneus.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Algumas ligadas...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso aí. Transporte, construção e pneus.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eram quatro. Falta uma aí. O senhor tem mais alguma...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não me recordo, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. O senhor assinou essa documentação toda por pressão dele. O senhor fez o pedido de registro dessas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pedido de?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não disse que tinha que fazer... Ele pedia para o senhor fazer em seu nome, porque ele não podia fazer...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Ele já trazia para mim pronto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para o senhor assinar, mas era em seu nome que ia ser feito isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é. Eu que assinava para ele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele só levava para registrar, mas era em seu nome.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Quem levava para dar entrada na junta era eu.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ah, o senhor mesmo levava?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Aí eu questionava com ele: "Olha, isso aqui vai dar problema, porque...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas o senhor levava?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por pressão dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Por pressão dele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Para resolver o problema da dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu ficava dois dias com processo, e ele me mandando mensagem...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – ... me ameaçando, mandando mensagem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que tipo de ameaça ele fazia, Sr. Gilmar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava: "Olha, e aí? Quer que a gente resolva de outra forma?" Eu tenho algumas coisas até gravadas aí. "A gente tem que partir para outro lado." Assim, umas coisas, umas indiretas, entendeu?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – "E aí, tu não deu (sic) entrada ainda? Quer que eu resolva de outra forma? Quer que eu parta para outro lado?"

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bom, o senhor sabe o nome das empresas e os sócios dessas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não me recordo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não se lembra.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu só sei dessa aí que apareceu que é a...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tem algum documento dessas empresas em mão ainda ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não tenho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ficou tudo na mão dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Tudo na mão dele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor só assinava...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exato.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) –... e dava entrada, e o resto ele tocava.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele é que...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Aí o tempo passou, não é isso? Isso Ele sumiu da sua frente. Ele considerou quitada a dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele basicamente não sumiu, não; de vez em quando ele me ligava, mas não me perturbava mais, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Mas considerou quitada a dívida.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acredito que sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Depois que o senhor assinou essas empresas, quanto tempo passou até ele voltar a falar com o senhor de novo, recentemente.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não demorou, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quanto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois que assinei as empresas?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me ligava toda semana, uma vez, duas vezes por semana.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sem cobrar mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sem cobrar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tinha idéia de que essas empresas tinham volume de dinheiro em 20, 25 milhões de reais de movimentação financeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – De forma alguma.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor não tinha noção?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Nem me passa pela cabeça um negócio desses.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor imagina o que foi feito com o senhor nessa história aí?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É como relatei. Quebrem meu sigilo bancário, olhem minhas contas, olhem o que quiser aí para ver se eu recebi...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. Eu estou acreditando no que o senhor está dizendo. Acho que o senhor foi simplesmente usado nessa história. O senhor mesmo reconhece isso.

Agora vou lhe pedir mais uma informação. Essa volta dele a falar recentemente com uma preocupação maior em função das notícias que estavam sendo dadas, quando foi esse encontro seu com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me ligou...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Quando foi?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ontem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ontem. Foi ontem que ele ligou, depois das notícias de jornais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Ele me fez uma ligação de orelhão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O que ele disse? O senhor repita, por favor, em detalhes o que ele disse. Com calma.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falou assim: "E aí, rapaz, como é que está?" Eu falei: Valdeir, cara, você não está vendo o que está acontecendo, não, cara? Olha em que situação você me colocou. Ele falou: "Depois eu te ligo, depois eu te ligo. Quero encontrar com você." Aí eu tentei puxar assunto: rapaz, você não está vendo a situação, o que está ocorrendo aí, não? Perdi minha família, minha ex-esposa foi lá na CPI, meus filhos estão todos chateados comigo... Comecei a desabafar com ele, e ele bateu o telefone. Quando foi à noite, ontem à noite, minha ex-esposa me ligou, umas dez horas da noite, tinha esses – dizem – policiais, estavam na casa do irmão dela, queriam porque queriam me encontrar, e faziam ameaças e tal.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Que tipo de ameaças fizeram a sua ex-esposa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, ex-esposa, não. Na casa do irmão dela, que esses policiais foram lá. Que tinham que me encontrar de qualquer jeito, vivo ou morto, e que ia sobrar para eles se eles não me localizassem. Foram os relatos que ainda consegui gravar. Aí eles foram lá e fizeram essa ameaça. Por isso entrei em contato. Porque eu estava esperando vocês me convocarem. Depois daquele dia em que minha ex-esposa esteve aqui, eu estava esperando a CPMI me convocar. Mas diante do que ocorreu ontem, eu entrei em contato com eles aqui hoje pela manhã.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor tem mais alguma coisa a dizer que o senhor ache importante? O senhor está se sentindo ameaçado e gostaria de manter essa proteção?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque é assim, a minha contribuição aqui para nesse Valdeir, porque daí para frente não conheço ninguém ligado a ele.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Então, por isso acho que a gente teria que localizar esse cidadão aí pra gente botar, pelo menos...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Esse aí é quem sabe tudo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Da minha parte...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Das empresas, ele sabe tudo, os detalhes, porque ele pedia para o senhor assinar etc.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Depois dessas ameaças, se for realmente – e eu acredito que seja – só tem uma pessoa, só pode ser ele porque eu nunca tive negócios com o pessoal, com esse povo do Cachoeira. Por que é que esse cara iria me ameaçar, se nunca fiz negócios com os caras? A única pessoa que vejo é ele aí.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu agradeço muito, Sr. Gilmar, muito obrigado. Nós agradecemos muitíssimo. O senhor está dando o caminho das pedras para que esta CPI desvende definitivamente este mar de lama que se tornou a formação dessas empresas laranjas que movimentaram milhões e milhões de reais através da Delta, que repassava esses recursos aí. E nós vamos localizar esse Sr. Valdeir.

E peço agora a**O SR. PRESIDENTE** que todas os esforços devem ser envidados. É fundamental que esta CPI tenha o Sr. Valdeir aqui explicando a forma pela qual ele montou essas empresas e quem era o interlocutor dele dentro desse processo. Esta pessoa Valdeir Fernandes Cardoso provavelmente é quem tem a solução desta questão, ou seja, quem são os interlocutores do Sr. Valdeir na formatação dessas empresas laranjas dentro da organização criminosa. É fundamental que se mobilize a Polícia Federal e todo o movimento e aparato policial do Estado para localizar este Sr. Valdeir porque aí está a solução deste grande problema, desse laranjal montado a partir dessa organização criminosa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macris, está aceita a provocação de V. Exa. Nós tomaremos todas as providências nessa direção, em relação a esse senhor aqui mencionado, assim como a Presidência está tomando todas as providencias para dar segurança tanto a**O SR. GILMAR CARVALHO MORAES** como à Srª Roseli Pantoja.

Passo, então, a palavra...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Talvez, Sr. Presidente, se me permite mais uma questão, que ele possa colaborar para que a Polícia inicie um processo investigativo de localização desse Sr. Valdeir...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Estou à disposição.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – As informações de onde ele morava, quem são os paren-

tes dele, se ele tem conhecimento de parentes, primos ou onde é que ele circulava. Enfim, acho que a Polícia vai precisar de informação pessoal dele para poder localizar esse Sr. Valdeir. Ele deve ter muita informação capaz de poder facilitar a vida da Polícia Federal na localização do Sr. Valdeir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem. Eu passo agora a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Gilmar, eu queria apenas, rapidinho, eu queria entender porque eu não consegui entender a sua explicação. Esse cidadão Valdeir, o senhor, para pagar uma dívida com ele, ele solicitou o senhor como contador que desse entrada e assinasse a abertura dessas empresas. É isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Assinar eu não assinava porque não precisa hoje – o senhor tem conhecimento. Na junta comercial, você não precisa assinar a entrada de uma empresa. Você pode ir lá como cidadão comum e dar entrada.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor via lá o seu nome.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É eu via o meu nome. Aí eu questionava com ele. Aí ele falava: você quer resolver a situação ou não quer? Você quer resolver a dívida ou não? Aí eu ficava com o processo lá, demorava um dia, dois dias, três dias, e ele ficava mandando mensagem ameaçadora.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor lembra quantas empresas foram?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quatro.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quatro empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Essas outras ele deve ter feito por outro lugar.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E quando ele lhe pedia isso, quando lhe fazia esse pedido, ele, em algum momento, falou para o senhor que alguém estava pedindo para ele fazer isso? O nome de alguém: olha, eu estou lhe pedindo não é para mim, não. É porque o fulano me pediu.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele falava que era o esquema dele. Mas não abria nomes. Não falava nomes, porque, se eu soubesse nomes, eu falaria. Ele não falava nomes.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas ele falava que estava num esquema?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Do esquema dele lá. E não falava nomes.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor, nesse período que o senhor estava dando entrada na abertura dessas empresas, em nenhum momento o senhor ouviu falar o nome de Cachoeira, de Cláudio Abreu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, como eu acho que 99% dos brasileiros ouviu falar no nome de Cachoeira depois...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor estava dando entrada em...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não vi.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – O senhor estava dando entrada em empresas laranjas que seriam usadas por ele.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Supostamente, né?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Então, esse Valdeir nunca falou nesses nomes para o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nesses nomes aí, não. Esse Fernando...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas o senhor tinha consciência, como contador, o senhor entende, o senhor tinha consciência de que o senhor estava fazendo alguma coisa errada?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim. Tanto é que estou te falando: eu fui pressionado com isso por essa dívida e não tinha outra saída, porque ele estava me ameaçando. Foi o que ocorreu no momento.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – E, nessa época em que o senhor foi pressionado e o senhor foi fazer abertura dessas empresas, o senhor conversou isso com alguém, o senhor se aconselhou, perguntou para alguém se deveria fazer ou não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Eu assim... Eu não fiz comentários com ninguém. Geralmente essas coisas de trabalho eu não comento com ninguém.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ok, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo... Eu tive que colocar os autores do requerimento. E o terceiro dos autores é o ilustre Senador Randolfe Rodrigues. Depois, inscritos, o Deputado Miro Teixeira e o Deputado Luiz Pitiman.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Gilmar, deixa eu só procurar entender. Você tinha uma dívida com o Valdeir, certo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim. Certo

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sabe me dizer de quanto era essa dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Vou repetir novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por favor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Era por volta de R$7 mil. E isso ele foi acumulando, dizendo que tinha juros todo mês e tal e tal. Um dia ele chegou para mim e disse que estava em R$18 mil e R$20 mil. Só que a dívida era em torno de R$7 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. Qual foi o tempo em que essa dívida se alongou de R$7 mil para R$18 mil?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Uns dois anos. Eu acredito que uns dois anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele cobrou um juros um pouco acima.

Me diga outra coisa: aí ele disse que para pagar a dívida, você tinha que assinar uns documentos?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, vamos fazer esse serviço aqui

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que resolveria a dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Vamos resolver a situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí começou o processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você tinha que dar o seu CPF, os seus documentos e tal. Deixa eu te perguntar: tu não pensaste em denunciar à polícia, não? Já que estava sendo vítima dessa achaque por parte dele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – A gente... Passa pela cabeça. Acho que sim. Não sei... Você já foi ameaçado algumas vezes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim. Muitas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E o que você fez?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Fui à Polícia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Você, assim, tem esses recursos. A gente, muitas vezes... Tem pessoas, cidadãos que não têm esse recurso, que moram em situações que você não tem segurança devida para isso. Então, assim, onde eu morava, na verdade – eu moro no Entorno –, onde eu morava, eu não tenho segurança devida para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você não tinha segurança com a polícia?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exatamente, porque a própria polícia está mostrando aí o que está ocorrendo. Todos os dias a gente está vendo aí, inclusive têm conchavos aí. Então, eu não tinha segurança para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Me diga uma coisa: ele, nas conversas dele contigo, ele citava o Rubmaier. Você não o conheceu?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Citou poucas vezes, acho que uma ou duas vezes só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Consegue lembrar e dizer para nós em que contexto ele citava o Rubmaier? Como é que ele falava do Rubmaier? Onde é que o Rubmaier entrava na história?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que esse Rubmaier era contador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Era contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – "Ah, eu tenho um contador lá no Cruzeiro. Se você não fizer, eu vou fazer com o contador, porque é o seguinte aí...".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o contador era o Rubmaier?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, ele falava nesse Rubmaier.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. Mas ele só falava do Rubmaier para você como contador?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Só, só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só nesse contexto que ele colocava.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu nem conhecia ele, conheci agora, igual eu te falei, nos últimos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Me explique aí: e o nome da sua ex-esposa, esposa, ex-esposa, como entrou aí? Do Giovani você não ouviu ele falar? Ele falou para você do Giovani, não?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, nunca falou, não. Desse Giovani aí ele nunca falou, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Giovani se tornou procurador da Roseli. Você sabia disso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não. Você não sabe explicar como ele se tornou procurador da Roseli sem anuência e autorização da Roseli.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, aí teria que ser ela, né? Anuência para a pessoa ser procurador ela é que deveria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É, mas ela disse aqui que também não tinha conhecimento.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Então, eu também não tenho, porque não tem como eu pas-

sar uma procuração para ele de você. Eu vou passar procuração para ele... Não tem como, não tem lógica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, exatamente.

Você não sabe, então, relatar como a Roseli foi colocada na história, foi trazida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Na empresa, colocou da mesma forma que ele pegou as xérox dos documentos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pegou os teus e pegou os dela.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, porque ele precisava de duas pessoas. Ele pegava o meu e o dela para fazer isso. As quatro empresas que eu fiz, foi isso aí. Esse Valdeir pegava. Agora essa procuração para lá, eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

Me desculpa, como você conheceu o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi através de um amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você o conhecia há muito tempo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Valdeir.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, foi em 2006, mais ou menos em 2005 e 2006, entre 2005 e 2006; eu o conheci através de um amigo, que se chamava, o apelido era Bandeira, lá pela região onde eu morava, no Novo Gama

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você mora onde? Novo Gama?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. Esse amigo se chamava como? Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Bandeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Foi ele que lhe apresentou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – José Francisco Bandeira, parece. Ele já foi funcionário aí do Senado, parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Foi ele que lhe apresentou o Valdeir?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. Sabe relatar para nós como foi o contexto em que ele foi apresentado, onde vocês estavam, como ele foi apresentado?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não... Me apresentou: "Aqui é o Valdeir, ele está querendo fazer imposto de renda" e, na época, a gente começou a amizade, troquei os cheques com ele e criei essa dívida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ah, entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – O contexto é esse aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você foi criando, construindo uma dívida com ele.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A partir... Mas você trabalhava para ele, ele trabalhava para você? Como é que é? Como você criou essa relação de confiança para a criação da dívida?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele tinha uma troca de cheque no banco, né? E trocava os cheques para mim lá. Aí foi voltando cheque, aí foi dando problema, eu não acertava com ele e foi criando isso aí, essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tá. A sua esposa, ex-esposa Roseli tem uma loja...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Na Feira dos Importados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na Feira dos Importados.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Bijuterias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sabe me dizer o endereço da loja com detalhes?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Conjunto E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Conjunto E...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Feira dos Importados, Conjunto E, Box 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Box 14.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Só que lá parece que chama Fecab. Inclusive eu que registrei a empresa para ela lá, como ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Como é que se chama lá?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fecab é a feira que é por trás da Feira dos Importados. É o nome do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A loja tem algum nome lá?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hekate Rock. É um nome meio... Hekate Rock

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tá bom. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor tem como soletrar esse nome?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – H-E--K-A-T-E.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Rock depois.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Esse é o nome fantasia, mas está no nome dela mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Foi você que abriu a empresa.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Você registrou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Que é com que você trabalha, não é?, abrindo empresa, registrando.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E foi por isso que ele lhe procurou.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Além do Valdeir e do Rubmaier, que foi dito no contexto, que foi falado, que se ouviu, o senhor ouviu algum outro nome?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Carlos Cachoeira? Giovani?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Como eu falei agora há pouco, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nenhum desses nomes que têm sido falados aí?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O único nome que o senhor ouviu foi desse Rubem Maia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. Na época, ele falava: "Se não fizer aí, eu vou dar outro jeito e faço com outra pessoa, um contador amigo meu."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor podia detalhar mais uma vez para nós como foi a ameaça agora, recentemente, a última ameaça agora que fez o senhor vir aqui à CPI.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Essa não foi comigo, foi lá na casa do irmão da minha ex--esposa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Do irmão da Roseli?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso. Os caras foram lá procurando por mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Os caras eram policiais? Se apresentaram como policiais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Se identificaram como policiais. O que eu achei estranho foi eles terem ido me procurar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque eu acho que, se fosse a polícia, eu não estou fugindo de ninguém. Estava, inclusive, esperando vocês me convocarem para vir aqui. Se fosse a polícia, me localizam, ué! Não entendi, por isso a minha preocupação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. E eles disseram alguma coisa lá na casa do seu ex-cunhado?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Porque era um repasse de informações: a mulher do cara ficou nervosa, do irmão dela, passou para ela como os caras falaram, ameaçaram, que me iam me ameaçar de qualquer forma, vivo ou morto e tal; aí ela passou essas informações. Se falou outras coisas lá, ameaçou ela, parece que a mulher quase chorou lá, aí teria que conversar com ela para pegar esses detalhes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Esse Valdeir, desde quando o senhor não o vê? Qual foi a última vez que o senhor esteve com ele, em contato com ele e onde foi?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deve ter uns três meses atrás.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E onde foi que o senhor encontrou com ele?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi lá na Feira dos Importados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele que o procurou ou o senhor que o procurou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Ele me procurou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fazer um serviço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Um outro serviço?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas o senhor já não tinha visto que estava enrolado esse primeiro serviço?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Aí não tinha saído esse boato todo ainda não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, o senhor não sabia de nada disso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas eu não fiz, na época, para ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, perfeito. Mas o senhor já tinha feito esse serviço

da Alberto & Pantoja, certo? O serviço da Alberto & Pantoja foi quando?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Como? Foi quando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O serviço da Alberto & Pantoja foi quando? A data que o serviço de montar a Alberto & Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi em 2007. Eu não me recordo muito bem, mas parece que foi nessa data aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Depois que o senhor fez o serviço da Alberto & Pantoja, ele o procurou para assinar, porque a empresa – o senhor sabe – tem que pagar imposto de renda, essas coisas. Ele o procurou novamente para assinar algum documento?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor montou a empresa, pronto e ele não o procurou mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor também não procurou saber o que ele ia fazer com a empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Uma vez eu procure para ele. E ele falou: "Pode ficar tranquilo porque nessa empresa a gente não vai fazer nada não." Falou desse jeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Entendi. E há três meses, quando ele o encontrou, o senhor não tinha notícia de como estava sendo utilizada a empresa dele? A empresa que o senhor montou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não tinha não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Obrigado por sua colaboração, Sr. Gilmar. Quero dizer o óbvio, que todos já disseram, Presidente, da importância que tem o Sr. Gilmar e eu diria mais: a necessidade que temos de buscar, o quanto antes, o Sr. Valdeir e o Sr. Rubem Maia, para virem a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado. Eu passo ao próximo inscrito, penúltimo orador, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu acho incrível que o Rubem Maia não tenha sido localizado ainda. Não existe mais ninguém foragido no planeta, é facílimo localizar.

Eu queria pedir uma providência à Comissão e à Secretaria da Comissão: para apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, se V. Exª me permite, o Rubem Maia é um contador e ele já esteve aqui e...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, tudo bem, não é aquele que está foragido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não, não, não. Ele já esteve aqui, o Rubem Maia, e tem um escritório de contabilidade aqui no Cruzeiro e ele acusou um de seus funcionários...o senhor se lembra?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso. Agora, eu sintonizei. Eu imaginei que fosse aquele que está foragido.

A minha questão é com aquele que está foragido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aquele se chama Giovane.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse Giovane me parece que é uma espécie de mola mestra nessa história toda, porque o Valdeir também não parece ser uma pessoa de proa numa organização criminosa, assim como o Giovane – me lembrei agora quem é – também não parece ser.

Acho que está havendo um certo desleixo – que não é da Comissão em relação à localização daquele dito foragido. Não é possível que isso esteja acontecendo!

Agora, Gilmar, a Alberto & Pantoja mexeu com R$63 milhões. Isso aí quer dizer muito cheque para lá, para cá. Você nunca teve que assinar um cheque?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Nunca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Você não botou sua assinatura na ficha de abertura da conta da Alberto & Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não. Nunca.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, Sr. Presidente, eu acho que, além das informações já do sigilo quebrado... Não sei se veio junto esse sigilo, a abertura da conta. Penso que não. Não me lembro de ter visto aí, aliás, em todos os sigilos quebrados, o procedimento de abertura da conta.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Quem foi o gerente que abriu. Os caras devem ter levantado isso aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, penso que é muito fácil nós requerermos até para todos, todas essas fantasmas aí, pelo menos. Pedir que a comissão requeira a transferência também desses dados relativos à ficha de abertura da conta. E eu me preocupo em fazer a condução coercitiva do Valdeir, com a busca e apreensão dos seus laptops ou computadores, se existirem, pelos endereços também, porque eu não estou percebendo aí nenhum grande agente do crime. Acho que podemos estar numa linha de sexto ou sétimo escalão, que nunca teve contato mesmo sequer com Dadá ou Cachoeira, etc., etc.

Não tenho mais nada a falar com o Gilmar. Agora, se se sentir ameaçado, se essa proteção da polícia não for permanente, você vem aqui e nos procure...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É justamente por isso que eu estou falando...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu digo além de hoje. Hoje você já está aqui, o senhor já está aqui.

Essa proteção tem que existir, tem que existir. E o fato de o senhor ter falado já vai lhe garantir bastante a vida. Porque – o Valdeir sabe –, se alguma coisa lhe acontecer, o primeiro suspeito é ele, é ele. Não ficará impune.

Então, eu acho que, a partir desse momento, você pode ficar com a alma mais tranquila.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Agora, o ilustre Deputado Luiz Pitiman, último orador.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Gilmar, o senhor sabe que eu sou um Deputado Federal pelo Distrito Federal. Tenho, então, a maior preocupação de juntos nós tentarmos resolver isso.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É de extrema importância que o senhor tenha consciência dos riscos e da responsabilidade que o senhor está passando e que, ao assinar como técnico em contabilidade, o que me parece, o senhor assim o fez.

Quantos anos o senhor foi casado com a Srª Roseli Pantoja?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Por volta de 13 anos, a idade da minha filha.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Treze anos. O.k.

Parece que ela comentou aqui que faz um ano aproximadamente que o senhor está...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É, dez meses, desde que mudamos do entorno, a gente se separamos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ela também informou que o senhor passou, que ela passou uma procuração ao senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E foi com essa procuração, então, que o senhor abriu essas empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Essas empresas, não. Com essa procuração que ela me passou, abri a empresa dela.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A empresa dela.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Isso, a que, hoje, ela atua lá.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, quer dizer... E como foi que foi aberta a empresa no nome dela? Ela assinou também? O senhor levou os documentos para ela assinar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi, porque a pessoa assina e você leva a procuração junto lá para...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, mas, então, ela passou uma procuração?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Para o senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, efetivamente, ela passou uma procuração para o senhor.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Passou. A gente entregou aqui na comissão...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E aí o senhor abriu as empresas?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, abri a empresa dela, não abri as empresas. Com a procuração que ela me passou, eu abri a empresa dela, que hoje está constituída lá. E a procuração nem serviu, porque, na época, o cartório chegou lá ficou com muito questionamento, e eu levei o contrato para ela assinar, eu não precisei nem da procuração. E ela me pediu, depois que ela esteve aqui, a procuração, e eu vim aqui e entreguei para o Dirceu aí – parece que foi... Entreguei a procuração aí.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Veja só, o que está acontecendo com o senhor não me parece de um homem inexperiente. Quanto tempo o senhor tem de técnico de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que eu fiz o curso técnico de contabilidade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Que eu fiz o curso técnico tem mais de 20 anos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E há quanto tempo o senhor exerce a profissão de técnico de contabilidade?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí que eu tirei o meu CRC deve ter pouco tempo. Deve ter uns três anos, dois anos, mais ou menos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor tirou o CRC antes ou depois de abrir a empresa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Da Roseli?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não. Que o senhor...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Dessas empresas aí?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Foi antes, antes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Que o senhor tirou CRC. Então, o senhor sabia que, ao tirar o CRC, ia assinar pelas empresas, o senhor teria responsabilidade de contador dessas empresas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Então, novamente, as responsabilidades de contador dessas empresas são responsabilidade do senhor?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Porque...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Veja bem. Porque lá, quando você dá entrada, não tem a responsabilidade do contador. Na Junta Comercial, qualquer cidadão comum...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Contador tem que assinar também.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, não. Qualquer cidadão comum dá entrada na Junta Comercial com processo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, mas...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E na Receita também, sem que o contador assine.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor levou junto com essa pessoa?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Levei, porque eles já me traziam pronto e eu levava lá. Então, qualquer cidadão comum dá entrada. Não é o contador que dá entrada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – E o senhor levou junto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Oi?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor levou junto os documentos?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sim, foi o que ele me questionou na época, para eu levar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É, mas a sua responsabilidade e da Srª Roseli é grande e, como o senhor ainda tem, de qualquer maneira, filhos com ela, é importante também que o senhor preserve a integridade dela. Por isso, eu lhe pergunto aqui o seguinte: se o senhor fosse ouvido numa reunião secreta, reservada, o senhor estaria disposto a falar mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas falar mais o quê? Eu já falei tudo aqui. O meu casamento acabou, meus filhos estão contra mim, o senhor quer que eu fale mais o quê?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, o senhor já falou o que o senhor entende?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Já falei! Estou falando o quê?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.K. Então, a minha outra pergunta. Eu estou verificando aqui na Internet que o Sr. Valdeir Fernandes Cardoso tem algumas ações na Justiça. Algumas das ações... Uma, inclusive, tem um advogado chamado Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, com OAB 17.384, aqui do Distrito Federal, que o está defendendo. O senhor conhece esse advogado, Dr. Ronaldo?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Nem sabia dessa ação...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A ação que ele tem é contra a Fazenda Nova Querência – Empresa Agropecuária Ltda. O senhor já ouviu falar nessa fazenda?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Também não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Eu pediria a**O SR. PRESIDENTE** e ao Relator que anotassem tanto a fazenda quanto o nome do advogado, Fazenda Nova Querência Empreendimentos Agropecuários Ltda. e Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que o defende nessa causa na Justiça do Trabalho. Contador: Dr. Ronaldo Ferreira... Não, advogado dele, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, OAB 17.384-DF. É o advogado do Sr. Valdeir Fernandes Cardoso, que, neste momento, está já sendo procurado, até por ter ameaçado.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, é, imagino que seja, porque não tenho... Meu vizinho não ia me ameaçar. Não tem motivo.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Temos a entender que sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Ele está movendo uma ação contra a Fazenda Nova Querência Empreendimentos Agropecuários Ltda.

O senhor disse que o conhece há sete anos e o conheceu pelo José Francisco Bandeira. Depois, disso... E parece que esse José Francisco Bandeira foi ou é funcionário do Senado. É isso que o senhor disse?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acho que ele foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não é mais?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não é mais.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O senhor, depois disso, encontrou em conjunto muitas vezes ainda com o próprio Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Encontrei, algumas vezes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Qual foi a última vez que o senhor o encontrou?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Deve ter... Foi nessa última vez, uns três meses atrás, que ele estava...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Há uns três meses, ele estava junto com José Francisco Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É. O Valdeir.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O Valdeir estava junto com o José Francisco Bandeira.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Exato.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, eles continuam ainda se encontrando junto?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Supostamente, sim, né.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É importante sabermos aqui se o José Francisco Bandeira continua ou não funcionário do Senado, mas, de qualquer maneira, tem as fichas dele aí e...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Acho que não. Acho que ele não é mais funcionário... Acho que já foi.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tudo bem. Mas tem o endereço, ficha e tudo mais.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A sua esposa conhecia essas pessoas que o senhor citou, o Valdeir, o José Francisco Bandeira?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, eu nunca deixei, assim, trabalho relatar...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não conhecia.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, o Bandeira ela já tinha visto lá, porque ele morava próximo da minha casa lá, na época, no Novo Gama.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Mas estou ainda querendo entender aqui como é que tem lá, ou por procuração, ou por assinatura dela mesma, como é que ela faz parte da empresa. O senhor levou documento para ela assinar?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pois é, mas e como é que ela faz parte da empresa se o senhor não levou o documento e o senhor não tem a procuração dela para isso?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí tem que explicar, assim, ou um laudo ou uma perícia, tem que explicar, ou então esse Valdeir fazer a explicação aqui, pra gente ver o que ele fez!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quantas empresas mais o senhor registrou nesses últimos três ou quatro anos, em que o senhor tem o CRC?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Para outras pessoas?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É. Vinte, trinta, cinquenta, cem?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Umas vinte, trinta... Umas vinte e poucas. Não foi mais do que isso não. Não, eu acho que não chegou a vinte não. Umas vinte mais ou menos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Umas vinte. Eu pediria que o senhor as relacionasse todas.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí eu não tenho de...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor assina como contador.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hum, hum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é técnico em contabilidade, sabe das responsabilidades de contador.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Hum, hum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Impossível que o senhor não tenha um documento de qual foram as empresas que o senhor assinou!

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu não tenho os documentos porque eu não sou responsável por essas empresas. Você, para ser responsável pela empresa, você... A abertura de uma empresa não há necessidade de um contador. Você não está entendendo. A abertura de uma empresa não há necessidade de um contador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pegou esses papéis, levou lá na Junta Comercial?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Dei entrada e entreguei para o cliente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Além da Junta Comercial, uma empresa precisa estar registrada...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES– Na Receita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Receita.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Você envia para a Receita o DBE, quando sai, você pega o CNPJ...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é preciso ter o nome de quem é responsável, sim, e é o contador, é o técnico de contabilidade.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES– Não, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso está na legislação.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, na Receita não precisa. Eu provo ao senhor que não. Precisa na Secretaria de Fazenda. O CF/DF é que precisa da etiqueta do contador, mas, na Receita e na Junta Comercial, não precisa – o que eu acho uma falha muito grande do sistema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí o senhor levou...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – E, como eu estava falando, o Imposto de Renda da pessoa jurídica, se você verificar, eu não tenho nenhuma empresa, eu nunca declarei Imposto de Renda de pessoa jurídica. Por quê? Porque hoje...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Secretaria da Fazenda, foi o senhor que levou também?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não. Não, porque lá precisa da responsabilidade do contador. E eu não fui responsável.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu continuo achando que o senhor e a sua esposa estão muito enrolados.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – É...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E aí eu queria lhe dizer o seguinte: talvez a sua salvação seja esta CPMI. É importante que a gente tenha todos os dados. E não só dessas quatro empresas que estão aí, mas das vinte que o senhor registrou.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Aí o senhor tem que fazer o pedido lá pra ver se eu sou responsável por elas ou não, não é?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É, mas nós gostaríamos que o senhor, até para sua segurança, providenciasse toda essa documentação que o senhor tem...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Mas eu não tenho, porque não sou responsável dessas empresas. Eu abro a empresa e entrego para o cliente! O contador é responsável quando ele tira a inscrição estadual. Até o CNPJ, o contador não é responsável. Qualquer cidadão comum vai lá e abre uma empresa!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está afirmando aqui, mas nós vamos checar.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Eu provo! A gente pode checar!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós vamos checar isso.

Na sua empresa de contabilidade, o senhor tem funcionários?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, sou autônomo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sozinho?

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Sozinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Muito bem. Não tenho mais nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Inicialmente, quero dizer que nós verificamos que esse é um tema importante da CPI, isto é, a possibilidade da existência de empresas fantasmas e a necessidade de o sistema ter mecanismos mais efetivos de controle para se evitar a formação de empresas fantasmas, laranjas ou como se queira dizer. Isso é um tema importante, e nós temos que cercá-lo.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Fazer só um comentário aqui: hoje se observa uma situação muita falha dentro do sistema nosso. Eu vejo muitas pessoas prejudicadas junto à Receita Federal com o Imposto de Renda; por quê? Porque eles chegam em qualquer lan house e fazem o Imposto de Renda. É um absurdo! O cara, para fazer o Imposto de Renda dele, deveria ter um contador registrado e ter o registro lá na Receita. Então, eu vejo diversas pessoas com problemas na Receita; por quê? Porque vão à lan house e fazem o Imposto de Renda! É justo um negócio desse? Isso, antigamente, as pessoas jurídicas também eram assim. Agora, não: a jurídica tem que ter um contador responsável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, inicialmente, esse é um tema importante para ser trabalhado. Além da investigação concreta da formação dessas empresas, da responsabilização de quem as utilizou, outro tema é como evitar que se formem, que existam empresas fantasmas, empresas laranjas no sistema brasileiro.

Em segundo lugar, quero dizer que somos gratos a V. Sª, porque nós temos aqui na CPI dois tipos de pessoas: umas que vêm acompanhadas de advogado, com um *habeas corpus,* e que nada falam.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Se eu tivesse R$1 milhão na conta, pode ter certeza que eu vinha com dois. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E a segunda pessoa que... Eu estou querendo elogiar! Não estou criticando.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Não, mas eu não critiquei. Eu não fiz a crítica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o segundo tipo de pessoa são pessoas como o senhor, que procuraram a CPMI, que vieram para a sua contribuição, assim como a sua ex-esposa, dona Roseli Pantoja, que veio de ônibus para cá, e como o senhor.

Só uma discordância. Quando ela fez o depoimento dela, ela já disse que já estava há muito tempo separada do senhor. Então, a nossa CPMI não teve qualquer contribuição para esse desfeito matrimonial.

E, terminando, eu quero só colocar duas questões aqui.

A primeira questão é: nós precisamos tomar as providências, e elas estão sendo tomadas pelo Senado Federal, pelo Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, pelo Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo, para que o senhor tenha a sua vida, a sua integridade protegida, e também da sua ex-esposa. Essa providência está sendo tomada pela assessoria do Sr. Relator, Deputado Cunha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, apenas para informar ao Sr. Gilmar que, claro, ele querendo, ele vai sair daqui agora e vai até o Departamento de Polícia Federal para ser incluído no Programa de Proteção à Testemunha. Lá será informado de todo o procedimento, de como isso será feito.

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Pois é, mas quando eu entrei em contato, hoje, pela manhã, com o Dirceu, ele falou que eu podia vir que já providenciava isso...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor vai sair daqui agora e vai para lá...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor vai sair agora com um policial federal, e o senhor vai direto para o Departamento da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, para ser incluído no Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem uma ficha cadastral...

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É, tem que passar por uma burocracia. Então, isso será feito imediatamente.

Ao mesmo tempo a CPMI tomará as providências para que esse senhor aqui mencionado, que foi o Sr. Valdeir; todas as providências em relação sejam tomadas igualmente.

Então, nós queremos agradecê-lo, o senhor nos dá uma contribuição importante...

O SR. GILMAR CARVALHO MORAES – Estou à disposição.

O PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...e nós, assim, somos gratos pelo seu gesto. Então, muito obrigado ao senhor.

Não havendo mais o que tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 15 minutos.)

Senador Vital do Rêgo, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 30ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião realizada em 04 de setembro de 2012, às 10 horas e vinte e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença do Senador**: Álvaro Dias (PSDB/PR), **e dos (as) Deputados (as)**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-PB), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO) e Deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). Na oportunidade foi chamado a depor o Sr. André Teixeira Jorge, que compareceu acompanhado de seu advogado, Rodrigo Lustosa Victor – OAB 21059/GO, o depoente valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio. Deixou de comparecer como convidado o Deputado Federal Carlos Leréia, alegando motivos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom dia a todos. Peço aos Srs. Parlamentares que ocupem os seus lugares.

Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Não posso deliberar sobre a ata da 29ª Reunião, tendo em vista a ausência clara e evidente de quórum na Câmara e no Senado.

Peço à Secretaria as informações necessárias. *(Pausa.)*

Bem, registro oficialmente aos senhores – a imprensa já divulgou no dia de ontem – ofício enviado a esta Presidência pelo Sr. Deputado Carlos Alberto Leréia, em atenção ao encaminhamento do Ofício nº 725, de 2012, desta CPMI, recebido em 30/08/2012.

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a impossibilidade de comparecer à presente reunião, a ser realizada no dia 4 de setembro do corrente ano, em razão de importantes e inadiáveis compromissos pessoais anteriormente assumidos.

Manifestando profundo respeito por esta Comissão e a cada um de seus membros, reitero, nesta oportunidade, meu interesse em colaborar com os trabalhos desta Comissão, como já tive ensejo de declarar nos Ofícios nºs 134 e 135 [do gabinete do Sr. Deputado].

Solicito ainda que esta Presidência determine nova data para realização do depoimento, colocando-me integralmente à disposição desta Comissão a partir do dia 18 de setembro deste ano.

Certo de contar com a compreensão desta Presidência, agradeço e envio os meus cumprimentos.

Esse é o ofício do Sr. Deputado Carlos Leréia, em atenção ao convite que lhe foi feito. Estamos exatamente reagendando para o dia 18 de setembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugira uma data, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Gostaria tão somente que fosse analisada aí a melhor data, tendo em vista que temos, primeiro, uma combinação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sugira uma data, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A primeira semana de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª concorda, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sugiro, Sr. Presidente, que, na mesma data, se agende a presença dos outros Parlamentares que estão também convidados a depor na CPI, para que não passe a ideia de estar havendo dois pesos e duas medidas, já que são de partidos diferentes. A data fica a critério de V. Exª, mas essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sugestão fica a critério desta Presidência a partir da indicação do Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Vice-Presidente, Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, concordando com o Deputado Carlos Sampaio e com o Senador Alvaro Dias, quero sugerir que seja na segunda semana de outubro se assim puder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Presidência haverá de definir a melhor data.

Convido para se apresentar a esta Comissão o Sr. André Teixeira Jorge, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 57, de autoria do Deputado Carlos Sampaio; nº 319, de autoria do Senador Alvaro Dias; e nº 478, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Esta Presidência, antes de chegar ao recinto o Sr. André Teixeira Jorge, convida os Srs. Parlamentares representantes dos partidos e dos blocos que compõem esta Comissão para uma reunião de Lideranças, hoje, às 16 horas, na sala do nosso gabinete, para definirmos uma pauta comum e consolidarmos essa pauta comum de uma possível reunião administrativa que poderemos ter na reunião de amanhã.

Eu entendo que a reunião administrativa só poderá acontecer, tendo em vista o baixo quórum de deliberação que temos, se houver um amplo acordo entre os líderes partidários. Por isso peço que as Lideranças estejam, às 16 horas, no nosso gabinete, para que, cada um, representando bloco ou partido, possa convergir para uma pauta comum para que amanhã, se possível, haja uma reunião administrativa já absolutamente acordada. Esse é o objetivo da reunião.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permite uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira, com prazer.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Faço a sugestão de já se fazer um corte preliminar e só levar para a reunião matéria que ainda não foi examinada pela Comissão, para não ficarmos repetindo o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acato, aceito e agradeço a sugestão de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fica a sugestão do Deputado Miro Teixeira como sugestão desta Presidência.

Às 16 horas, portanto, no nosso gabinete, terei o prazer de recebê-los lá.

A Presidência relembra, como sempre faz, a V. Exªs que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões de seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter em silêncio.

De acordo com os requerimentos de convocação aprovados por esta Comissão, de iniciativa dos Srs. Congressistas Carlos Sampaio, Alvaro Dias e Onyx Lorenzoni, comparece a esta CPMI André Teixeira Jorge.

A presença de S. Sª deve-se sucintamente, conforme expresso de forma idêntica nos Requerimentos nºs 57 e 319, ambos de 2012, respectivamente do Deputado Carlos Sampaio e do Senador Alvaro Dias, ao fato de que – abre aspas – "O Sr. André Teixeira Jorge está envolvido nas atividades ilícitas praticadas pela organização criminosa de Carlos Cachoeira, sendo um 'importante' – abre aspas novamente – 'laranja' do grupo" – fecha aspas.

Na mesma linha de raciocínio, o Deputado Onyx Lorenzoni argumentou que, de acordo com – abre aspas – "a investigação da Polícia Federal na Operação Monte Carlo" – fecha aspas – há fortes indícios de que o Sr. André Teixeira Jorge, mais conhecido como Deca, seria – abre aspas – "membro da organização criminosa comandada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira" – fecha aspas.

Ainda consoante ao Deputado Lorenzoni, a investigação da Polícia Federal concluiu que – abre aspas:

> "André Teixeira Jorge possui evolução patrimonial e movimentação financeira incompatíveis com os seus rendimentos.
>
> O fato de André Teixeira Jorge ter sido empregado da empresa Vitaplan entre os anos 2002 a 2006, e, em 2010, admitido como funcionário de baixo escalão da empresa Delta Construções, aliado ao fato de suas movimentações financeiras incompatíveis terem iniciado a partir de 2006, bem como o registro da evolução patrimonial incompatível ter iniciado em 2008, são indícios de que possivelmente André Teixeira Jorge esteja inserido na organização criminosa, comandada por Carlos Cachoeira na função de ocultar movimentações financeiras e bens oriundos da atividade criminosa" [fecha aspas].

Para depor sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos nossos trabalhos, e ainda questionando na mesma linha de raciocínio e de inquirição que fiz aos outros depoentes, deixando ao Sr. André a liberdade e a faculdade de transformar esta sessão em sessão secreta, com o objetivo de lhe dar maior conforto no sentido de colaborar com os membros desta Comissão, no sentido de que S. Sª possa trazer informações úteis ao nosso trabalho, eu passo a palavra ao Sr. André Teixeira Jorge para as suas considerações.

O SR. ANDRÉ TEIXEIRA JORGE – Bom dia.

Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente. Penso que seja uma comunicação extremamente relevante à nossa CPMI.

Aqui, Sr. Presidente, está consubstanciada uma notícia crime que irei fazer o seu protocolo na Procuradoria-Geral da República contra o Sr. Luiz Antônio Pagot. Porque a minha convicção, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou interromper V. Exª por um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A testemunha está dispensada.

Desculpe-me V. Exª, mas eu precisava tomar o mesmo rito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É uma questão administrativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu a referendo e respeito.

Mas quero trazer essa informação a V. Exª, ao Sr. Vice-Presidente e ao Sr. Relator de que pude identificar no depoimento aqui na 28ª Reunião desta CPMI o cometimento dos crimes de concussão, corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência, além, evidentemente, de improbidade administrativa.

Então, essa queixa-crime que vou fazer na Procuradoria-Geral da República, assim que for protocolada, será entrega uma cópia da sua íntegra para o Sr. Relator, visto que acredito firmemente que esta conclusão a que cheguei deverá fazer parte do relatório final do nobre Relator Odair Cunha. Porque o depoimento do Sr. Luiz Antônio Pagot não deixa nenhuma dúvida do cometimento – para mim, e para os advogados que me assessoram nesse processo – desses crimes, porque ele estava aqui sob juramento. Eu tenho a ata, na íntegra, da reunião da CPMI e creio que o Ministério Público vai levar adiante essa investigação, que me parece absolutamente pertinente. Como era uma informação relevante e importante, eu queria comunicar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É relevante e importante. Esta Presidência solicita que, tão logo V. Exª protocole isso junto ao Ministério

Público Federal, encaminhe a esta Presidência para, de pronto, encaminharmos a S. Exª o Sr. Relator.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado e amigo Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, uma pena, já de pronto, instalar e dispensar o Sr. André Teixeira Jorge, porque está muito parecido com um prontuário o seu currículo, tamanhas as novidades que recebemos com os documentos que estão na nossa CPMI.

Esta é a relação de valores creditados e debitados da sua conta, o que mostra que ele não só sacava no dia a dia, mas sobretudo no período pré e pós-eleitoral, especialmente da conta do Sr. Cláudio Abreu, Diretor da Delta para o Centro-Oeste. Está-se vendo aqui que, em cada momento, é um volume tão grande de dinheiro... E o que é mais grave: dinheiro sacado na boca do caixa. Não era um pagamento para poder dar um documento de banco a banco ou de empresa a empresa; era sacado na boca do caixa, como foram sacados R$800 mil do Sr. Cláudio Abreu para o Sr. André. E o Sr. André vem aqui, senta e vai embora; não há nenhum questionamento para poder dizer se quer responder ou não ou até para dizer ao Relator se isso aqui pode ajudar ou não. Ou isto aqui é uma CPI de brincadeira. É isso que nós estamos vendo. Quer dizer, não há uma consideração maior com o Parlamento e com o direito de questionar, de falar.

Então, Sr. Presidente, fico muito entristecido com mais esse episódio – afinal, não é o primeiro – em que temos aqui, por exemplo, Clube Nextel: o Sr. Heraldo Puccini Neto, Diretor da Regional Sul, em São Paulo, da Delta, fazia parte do Clube Nextel do Cachoeira, e aí era só o Centro-Oeste; aquela coisa de discurso, longo do tempo, não é verdade. Os documentos que estão na CPMI provam isso. Então, estamos vendo que não há uma vontade maior de se buscar, efetivamente...

Portanto, eu vou preparar um relatório de acompanhamento para saber se, no final, será tudo aquilo que se falou, que haveria aqui um grande acordão; nós vamos denunciar até o final da CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero responder ao ilustre Deputado Rubens Bueno que esse procedimento de convocar testemunha, trazer aqui os principais pontos relacionados à acusação e solicitar o esclarecimento e, depois, aguardar a decisão da testemunha é um procedimento usado aqui e usado igualmente no Poder Judiciário. Nós não temos como extrapolar os limites legais que são dados a nós e ao Poder Judiciário.

Em segundo lugar, nós sabemos que as investigações correm seja por depoimentos, seja por quebra de sigilos, investigações que estão sendo feitas seja pelos Srs. Deputados, como tão bem trouxe aqui o Deputado Rubens Bueno, como pela equipe do Sr. Relator, e todos esses dados constarão do relatório final do Sr. Relator.

Portanto, estamos conduzindo – falo em nome do Presidente efetivo, Vital do Rêgo Filho, e do Relator Odair Cunha – de forma a elucidar todos os fatos. Há um trabalho intenso sendo feito, agora, ele será sistematizado no relatório final. O acompanhamento de V. Exª, e não só o acompanhamento de V. Exª como a contribuição de V. Exª para o relatório final, assim como de todos os Srs. Parlamentares, essas contribuições serão decisivas para que nós elaboremos um relatório consistente para desmantelar essa organização criminosa e levar todos aos tribunais e aqueles que também, de alguma maneira, foram envolvidos por ela.

Então, creio, Deputado Rubens, que o procedimento de hoje não tinha como ser diferente, tendo em vista que, inclusive, quando estiveram aqui os Procuradores Federais e foram indagados do seu procedimento no caso de silêncio dos réus ou dos investigados, eles disseram que o procedimento judicial é idêntico ao procedimento que estamos tendo. O que restará aqui é a necessidade de enorme competência investigativa que não dependa só dos depoimentos que sejam feitos aqui ou não. Nós temos os instrumentos de afastamento do sigilo bancário, nós temos ouvido as escutas telefônicas, nós temos feito, inclusive com técnicos, o encontro das contas, dos fluxos financeiros, e, certamente, quando for entregue o relatório, todos aqui poderão contribuir para que esse relatório seja completo. Então, é assim que eu creio: não haveria como proceder de maneira diferente com a pessoa que está aqui, tendo em vista que ele vem munido de um *habeas corpus* e que há um princípio constitucional que lhe garante o silêncio.

Portanto, creio que o nosso procedimento de maneira alguma vai comprometer o resultado final. Assim, incentivo todos os Srs. Parlamentares a ajudarem para que, no final, nós possamos, com todos esses trabalhos com que as assessorias aqui estão contribuindo, elaborar um relatório da melhor qualidade.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho três inscritos. Eu vou inscrever os quatro agora. Primeiro o Senador Alvaro Dias, depois o Deputado Domingos Sávio, depois a Deputada Íris de Araújo e depois o Deputado Miro Teixeira.

Então, com a palavra V. Exª, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso passar por três minutos para cada...?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Três minutos... Suficientes.

Até na linha do que V. Exª discorria anteriormente, a importância da quebra do sigilo bancário das empresas que nós consideramos laranjas ou fantasmas. São doze, localizadas em várias regiões do País. Já quebramos de seis delas, localizadas no Estado de Goiás. Essas empresas não produzem, não fabricam equipamentos, não vendem equipamentos, não prestam serviços e não realizam obras e recebem valores extremamente significativos.

Em homenagem à nossa assessoria, que tem trabalhado com muita dedicação e entusiasmo, apresentamos aqui o nosso décimo relatório, já superando a cifra de R$421 milhões de repasses da empresa Delta a essas supostamente empresas laranjas, que são coadjuvantes no esquema de ocultação de valores, e exatamente em relação ao que o Deputado Rubens Bueno afirmou, do saque na boca do caixa. Boa parte desses recursos foi repassada a essas empresas e, depois, recebida na boca do caixa. Repasse de empresa a empresa, exatamente o esquema do mensalão, o esquema do valerioduto.

O exemplo do valerioduto passou a ser adotado aqui com o mesmo objetivo: o repasse de recursos a destinatários desconhecidos, já que recursos sacados da boca do caixa e em espécie, recursos que seriam, depois, obviamente, repassados a pessoas como pagamento de propina, como resultante do tráfico de influência, a colaboração prestada para o superfaturamento de obras, enfim, esse esquema que nós já identificamos bem, que estabeleceu essa relação entre Cachoeira e a empresa Delta, do Sr. Fernando Cavendish.

Portanto, é fundamental quebrarmos o sigilo. Eu pedi a palavra para registrar esse novo relatório que já ultrapassa a casa dos R$421 milhões repassados pela empresa Delta a essas empresas laranja. Naturalmente esse é o dinheiro desonesto, esse é o pagamento pelo serviço sujo prestado por pessoas que integram o esquema de Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Sr. Presidente, o senhor foi extremamente claro, e não tenho dúvida, absolutamente correto na reflexão que fez sobre o direito constitucional do depoente. Essa é uma matéria vencida, mas cada vez que ocorre, e vai continuar ocorrendo, ela reforça o princípio de que essa CPMI que já se iniciou um farto material produzido pela Polícia Federal, deve aprofundar-se na investigação do caminho, do dinheiro envolvido com o crime e do dinheiro que seguramente, pelos indícios, e até pelas provas já detectadas, é fruto de corrupção, de prejuízo aos cofres públicos.

Então eu reforço, Sr. Presidente, um apelo para que nós possamos, se não hoje, eu defendo que seja hoje ainda que suspendêssemos a sessão e tentássemos acordos entre líderes, mas que quando muito, na sessão de amanhã, tenhamos a votação dos requerimentos para a quebra do sigilo bancário das demais empresas laranjas de todo esse esquema de quadrilha, que não se resume àquela estrutura envolvida com o jogo ilegal. O Brasil inteiro já viu isso, nós todos sabemos. Nós temos um dever para com o país de aprofundar essa investigação em cima da vertente do crime que se especializou em roubar dinheiro público.

É claro que nós não estamos colocando para debaixo do tapete o crime e até mesmo a contravenção do jogo do bicho ou de qualquer outro tipo de jogatina que havia. O Carlinhos Cachoeira já está preso, bem como vários dos seus comparsas, e as provas que a Polícia Federal reuniu para lhe dar vários anos de cadeia quanto a esse tipo de crime são robustas. O que nós precisamos é aprofundar a investigação em cima das empresas fantasmas associadas à Delta, e a Delta, por sua vez, como a maior empreiteira do PAC, como a grande empreiteira do DNIT e também de outros governos estaduais e municipais, precisa de ser investigada profundamente.

Eu protocolei, na última reunião, um requerimento, porque eu já fiz a minha manifestação pessoal à Polícia Federal. Mas eu protocolei um requerimento para que esta Comissão, de maneira formal, usando as prerrogativas que possui, acione a Polícia Federal para que a Polícia Federal aprofunde as investigações sobre a Delta, sobre todas as empresas fantasmas e sobre todo esse braço financeiro da quadrilha. Se nós não fizermos isso, nós vamos prestar um desserviço ao País. Se, por outro lado, fizermos, e eu tenho a convicção que haveremos de fazê-lo, nós estaremos estabelecendo um divisor de águas na história do nosso País.

Está evidente que isso que a Delta fez, e eu concluo, Sr. Presidente, está se tornando uma prática em nosso País. Grandes empreiteiras, se valendo de tráfico de influências, de editais de cartas marcadas, de superfaturamento e depois de medições fraudulentas, roubam o dinheiro público e depois saem distribuindo não só para campanha, mas para pagar propina. Tem que ser enfrentado isso. Não dá para a gente dizer:

"Olha, tem umas empresinhas fantasmas aqui que passaram R$400 milhões da Delta para elas e sacaram na boca do caixa. E um deles, o Sr. Giovani está foragido e o outro veio aqui e fica calado".

Ora, isso é crime organizado para roubar o dinheiro público. E eu insisto que a gente, numa sessão específica de aprovação de requerimentos, Sr. Relator, tenha da sua parte a iniciativa de propor a quebra do sigilo bancário das demais empresas que faltam. Com certeza, haverão de ser aprovados por unanimidade, sob pena de estarmos sendo coniventes com o crime.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Próxima inscrita, a ilustre Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu quero fazer aqui uma reflexão a respeito de tudo o que nós estamos vivendo aqui nessa CPMI. Digamos que eu seja...

Digamos que eu seja, na CPMI, além de a única mulher ultimamente a participar, marinheira de primeira viagem, mas, durante esse período todo em que eu estive aqui, até num aprendizado importante para a minha vida política, eu tenho tirado algumas lições. Uma delas, aqui neste momento, ficou bem clara.

Eu tenho que concordar novamente com o Deputado Rubens Bueno e com outros Deputados que têm reclamado a respeito do fato de os depoentes invocarem o direito constitucional de permanecerem calados – eles o fazem, e nós respeitamos.

Aqui nesta CPMI há muitos juristas, promotores, advogados, mas eu tenho que deixar aqui uma consideração que julgo importante: nós somos todos políticos, com mandato delegado pelo povo. E o povo colocou os seus olhos, com muita esperança, no início desta CPMI, no sentido de que nós, políticos, que somos Parlamentares... O Parlamentar deve *parlar*, falar, dar voz ao povo, dar oportunidade, para que, através daquilo que nós recebemos, nós possamos aqui cumprir o nosso papel e dizer aquilo que deve ser dito.

Então, independentemente da presença e da invocação constitucional que cada um tem o direito de fazer aqui, nós também teríamos que ter o direito, Sr. Presidente, como Parlamentares, de apresentar as nossas perguntas, mesmo que elas não fossem respondidas. Não serão respondidas, mas provocarão lá fora reflexões, porque eu acredito que o povo ainda está nos assistindo. Eu tenho a esperança de que nós tenhamos uma resposta realmente à altura daquilo que esperam aqueles que representamos e que mantiveram os olhos muito abertos para o início desta CPMI.

Então, eu tenho que falar aqui da minha frustração. Cada vez que um depoente, com indícios muito claros, como mostrou aqui o Deputado Rubens Bueno, de depósitos, de saques na boca do caixa, simplesmente dissesse "invoco o meu direito constitucional de permanecer calado" e fosse embora, nós teríamos que ter, pelo menos, a oportunidade de fazer as nossas perguntas e contribuir, para que aqueles que nos outorgaram o nosso mandato popular tirassem também as suas conclusões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputada Íris de Araújo.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, uma observação, primeiro, em relação à metodologia aqui utilizada para a oitiva de depoimentos. Não concordo que a praxe seja essa, não.

Nós obtivemos, aqui mesmo na CPI, a informação mandada pela Polícia Federal sobre a oitiva da Srª Vanessa, senhora do Cachoeira – Andressa. A Srª Andressa foi depor na 5ª Vara Federal, e está aqui a transcrição das quatro ou cinco perguntas. Em todas elas, ela manifesta que não quer falar, mas ouviu as quatro ou cinco perguntas. É claro que há um juiz perguntando e uma pessoa respondendo. Aqui nós somos muitos, e cada um não faria só três ou quatro perguntas.

Existe realmente um embaraço, que poderia ser administrado até o fim desta CPI. Poderíamos deixar uma sugestão para as futuras CPIs, como uma espécie de jurisprudência em função da experiência que estamos vivendo aqui.

Há divergências. Nós conversamos sobre um determinado mecanismo de procedimento e depois passamos para outro. Não me lembro quem foi que, no depoimento do Cachoeira, disse: "Bom, já que é assim, é melhor que ele vá embora. Vamos sair daqui, isso é uma palhaçada". Bom, eu não concordo que seja uma palhaçada, não; acho que é um direito ficar calado, não precisa de *habeas corpus* também não, pode ficar calado. Agora, o procedimento tem que se aproximar, pelo menos, do procedimento utilizado na Justiça: as pessoas só podem definir que uma resposta sua pode incriminá-la depois de ouvir a pergunta. Essa é uma observação, eu teria outras que podem ser úteis aqui para nós.

Há muitos dados, e há uma assessoria técnica, que está à disposição do Sr. Relator, parece-me que veio gente da Polícia Federal, não sei direito de onde veio, Tribunal de Contas, porque não sei se eles já estão fazendo o seu trabalho de uma minuta de relatório, digamos, e penso que está na hora, para evitarmos aquelas disputas de vamos tentar fazer um relatório, ou vamos fazer emendas a um relatório, de começarmos a trabalhar em torno de um desenho, pelo menos,

de relatório, de um *layout* de relatório do Relator da Comissão. Parece-me que, se ficarmos, nesse mundo aleatório, cada grupo, cada chave, contratando uma empresa, duas empresas, três empresas para leitura do cruzamento de dados, vamos acabar organizando uma batalha entre grupos, o que não é o objetivo, já está tudo tão claro, tudo o que se passou, os avanços desta CPI são enormes, são enormes, maiores do que se pode imaginar, e depende de como tratarmos esse material.

Então, não vejo embaraço algum, para começarmos a trabalhar em torno desse material. Acho que ganharemos mais tempo do que se ficarmos a discutir se vamos chamar um laranja ou um fantasma, porque não percebo também que alguém vai chegar aqui e confessar; eu, pelo menos, nunca vi. Agora, como Comissões Parlamentares de Inquérito não prendem, graças a Deus, não fazem busca e apreensão, acho que podemos começar outra fase, deixo como sugestão ao Relator, que é uma fase de cruzar os dados e trocar as experiências e as informações que cada um tem.

Agora, por exemplo, chegaram 260 mídias, linguagem usada tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público e já usada pela CPI, eu chamaria de suporte, mas ninguém sabe o que tem dentro. Não sei se o Relator teve, em separado, relatórios periciais dessas 260 mídias, o conteúdo de cada uma delas. Asseguro-lhes, é muito pesado o arquivo, estamos aqui com uma tecnologia, parece-me que está um pouco defasada, talvez o Senado esteja precisando até de recursos para fazer algo, porque, para copiar 600 GB, está-se levando quase 20 horas. Isso é uma coisa que me parece ultrapassada.

Acho que, se começarmos a definir objetivos comuns, para chegarmos a uma relatório, estaremos avançando bastante e impedindo ou tentando impedir uma partidarização dessa discussão do relatório. Isso aí não vai nos conduzir a nada, vai nos conduzir a uma bate-boca pura e simplesmente e não seremos úteis ao Parlamento ou ao nosso País.

Agora, V. Exªs que compõem a Mesa é que podem, se julgarem relevante alguma dessas sugestões, tocar o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Miro Teixeira, tanto pela fala de V. Exª quanto pela do Deputado Domingos Sávio. Teremos uma reunião hoje, às 16h, na sala do Presidente, exatamente para pensar o calendário. Creio que, no calendário, teremos que resolver a questão colocada por V. Exª, que será a definição de uma data para apresentação, digamos, de um pré-relatório, um relatório parcial, isto é, na medida em que ele for entregue, todos os Srs. Parlamentares poderão, ao lê-lo, ver se ele tem qualquer aspecto que precisa ser melhorado, para que, quando nós apresentemos o relatório final, quando o Sr. Relator apresentar o relatório final, ele seja completo.

Então, eu acho que nós podíamos fazer essa metodologia e sugiro ao Sr. Relator que, hoje à tarde, ele apresente um cronograma de apresentação do seu relatório, que podia ser um relatório, na minha opinião, que fosse em partes. Ele não precisa ser um relatório já abrangendo todas as questões. Ele poderia apresentar uma parte do relatório relacionada a um aspecto específico, depois outra parte e o relatório final. E nós completarmos, porque o que vejo é que cada Sr. Parlamentar também empreendeu um esforço particular, individual junto à sua assessoria, junto aos partidos, para contribuir. E esse relatório poderá, digamos assim, incorporar essas contribuições de cada um dos Srs. Parlamentares.

Então, a minha sugestão é que, hoje à tarde, o Sr. Relator apresente um cronograma. Nós estamos, aqui, marcando uma oitiva para a segunda semana de outubro, que foi definida no começo da reunião, e, a partir daí, eventualmente, nós possamos já fazer o enfrentamento desses temas trazidos pelo Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Permite-me um aparte ligeiríssimo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que a experiência da denominação "relatório parcial", aqui na Casa, não é boa. Eu acho que isso que nós chamamos de minuta é uma mera tecnicalidade. Minuta, porque não dará a impressão de que nós queremos aprovar primeiro uma coisa e depois outra, como houve, aqui, numa CPI, que não deu muito certo, penso eu. Só como sugestão ao Relator: o que ele apresentar é uma minuta, é um ato de compartilhamento com os companheiros dessa responsabilidade que cabe a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Deputado Vanderlei Macris e passo ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Antes do Deputado Vanderlei, talvez eu possa ajudar. Primeiro, eu julgo importante esse compartilhamento. Se nós vamos fazer minuta... Só que minuta também parece... Tem que ser alguma... Vamos achar um termo mais adequado pelo qual a gente crie esse compartilhamento das informações, porque, na verdade, a espinha dorsal do nosso relatório foi apresentada quando da aprovação do nosso plano de trabalho. Toda a nossa preocupação, agora, é exatamente fazer essa composição.

O que eu julgo importante, também, levar para a reunião das 16 horas – nós já estamos trabalhando nisto – é um balanço de tudo o que a CPMI já recebeu e o que ainda precisa receber, para os nossos cruzamentos de dados, porque isso se tornou muito mais importante diante do código de silêncio da organização criminosa. Então, esse balanço eu também quero apresentar hoje, na reunião das 16 horas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Último inscrito, ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero reafirmar a manifestação que tenho feito aqui, nesta CPMI, de que os depoimentos, que até agora foram realizados, muito pouco acrescentaram àquilo que as investigações da Polícia Federal já tinham feito. Esse movimento de se recusar, no código de silêncio, a fazer o depoimento e a contribuir com a Comissão me traz a impressão de que muito pouco avançaremos do ponto de vista dos depoimentos.

O que eu tenho dito muito claramente, e não só eu próprio, mas outros colegas aqui da Comissão, é que o grande avanço desta CPMI foi o fato de constatarmos – não em relação ao *affair* Cachoeira, que, em minha opinião, já está absolutamente identificada qual era a mecânica, qual era o funcionamento da organização criminosa, gente presa, ele próprio preso, isso tudo está muito bem identificado – descobrir a *holding* financeira que tinha o Sr. Carlos Cachoeira como uma parte da organização. Essa *holding* chama-se Delta. Eu tenho impressão de que ficou muito clara, ao longo do trabalho da CPMI, essa questão da Delta.

Nós temos aqui, na bancada do PSDB, dez relatórios já sobre o cruzamento de dados dessas empresas. Nesse último relatório, nós tivemos o seguinte: identificamos fontes de recursos que abasteceram as contas bancárias da Delta, no período compreendido entre os anos 2002 e 2012. Vale registrar, por oportuno, que, em meados do mês de julho, declarações de Imposto de Renda retidas na fonte constataram claramente o volume de recursos movimentados pela empresa Delta. Todavia, cabe ressaltar, por relevante, que essas referidas declarações refletem uma parte daquilo que movimentou a empresa Delta.

Por exemplo, esses R$21 bilhões movimentados em dez anos, têm transferências interbancárias – 10 bilhões –, lançamento avisado – 4 bilhões –, transferência em contas – 1,7 bilhão –, resgate de aplicação – 1 bilhão – , e assim por diante, constituindo R$21 bilhões. Esse número de 21, em tese, serve apenas e tão somente para explicar a movimentação financeira a crédito da empresa, compreendida entre os anos 2002 e 2012.

Todavia, para se chegar a esse número mais realista, acerca das fontes de recurso, tem que se fazer o expurgo das operações que não refletem necessariamente ingresso de efetivo nas contas bancárias da empresa. Feitas essas deduções, Sr. Presidente, aí vem a questão. Chegamos a um montante de R$9 bilhões. Esse seria, em tese, o valor que efetivamente aportou nas contas bancárias da empresa Delta, entre os anos 2002 e 2012, provenientes de terceiros, considerando a posição do sigilo bancário de 24 de agosto último.

Se perquirirmos esses 9 bilhões, Sr. Presidente, é muito fácil chegar à seguinte conclusão: 5,6 bilhões desses 21 vêm de recursos públicos, evidentemente de obras, e 996 bilhões, mais um bilhão, que compõem R$6,4 bilhões desses 21 bilhões em recursos públicos. Recursos privados: 312 milhões e, sem identificação de origem, R$2 bilhões. Isso mostra claramente que a empresa Delta abasteceu-se prioritariamente de recursos públicos, e como temos R$421 milhões já identificados em seis empresas fantasma, das quais doze nós precisamos da quebra de sigilo, para fazer efetivamente o mapeamento geral de recursos sacados na boca do caixa, muito provavelmente, já tendo identificado nos nossos relatórios R$421 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, não dá para esta Comissão caminhar se não forem quebrados os sigilos dessas doze empresas, para que a gente possa fechar definitivamente o cerco desses recursos envolvidos da empresa Delta para essas empresas laranja e, a partir, daí identificar o saque desses recursos da ordem já de 421 bilhões, que nós identificamos nos nossos relatórios. Portanto, Sr. Presidente, é mister que esta Comissão, nessa reunião administrativa de hoje, decida efetivamente quebrar o sigilo dessas doze empresas, para que a gente, nas 18 já identificadas, possa fazer esse mapeamento generalizado. Caso contrário, nós vamos ficar com um movimento capenga, sem um fecho completo do que foi essa movimentação financeira da empresa Delta com recursos federais, principalmente com recursos federais, no abastecimento da organização criminosa.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a minha manifestação. Acho importante que isso seja feito e que V. Exª dê também uma explicação de como ficou a convocação de uma sugestão feita na última reunião que fizemos, no depoimento feito por aquele contador que aqui esteve, dizendo o nome de uma outra pessoa que estaria responsabilizada como aquela que organizou as empresas fantasma, quatro delas. Seria importante que a Comissão trouxesse essa pessoa também. Se é que há necessidade de um requerimento, eu o farei,

mas primeiro, constatar como essas empresas eram constituídas e quem mandava constituir. Segundo, votar os requerimentos das quebras de sigilo das doze empresas. Com isso, nós estaremos com as informações todas completas para poder apresentar um bom relatório nessa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado. Eu peço licença de V. Exª para responder hoje à tarde. Convocação dependerá de uma nova reunião administrativa, mas nós tínhamos tomado outras providências na sexta-feira. Vou informá-lo e vou informar à Comissão, amanhã, a respeito dessas providências que foram pedidas em relação àquela pessoa mencionada no último depoimento do ex-marido da Srª Roseli Pantoja.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 31ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião realizada em 09 de outubro de 2012, às 15 horas e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: Pedro Taques (PDT-MT), Cyro Miranda (PSDB-GO), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA), Dr. Rosinha (PT-PR), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-PB), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB-RO) e Deputados: Bruno Araújo (PSDB-PE), Jovair Arantes (PTB-GO), Paulo Freire (PR-SP) e Sandes Júnior (PP-GO). Na oportunidade foi realizada a oitiva do Deputado Federal Carlos Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Boa tarde a todos os companheiros Parlamentares.

Solicito a presença... (*Pausa*.)

Peço a V. Exªs que tomem seus assentos. *(Pausa.)*

Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos. *(Pausa.)*

Agradeço a presença de V. Exªs, atendendo à convocação desta Presidência.

Conforme ficou deliberado na última reunião do nosso Colégio de Líderes, estaríamos imediatamente aqui após a conclusão do processo eleitoral em primeiro turno no Território Brasileiro.

Estamos reiniciando as nossas reuniões administrativas e de oitivas com convidados e convocados. Hoje, teremos um convidado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Neste momento, havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Não há ainda quórum para a leitura ou para a dispensa da leitura e aprovação das nossas atas.

Já apresento o colega Deputado Federal Carlos Leréia como convidado desta CPMI, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nº 200, de 2012, de autoria do Senador José Pimentel, e o de nº 230, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Preliminarmente, vamos passar a palavra àqueles Parlamentares que a solicitaram pela ordem. Com precedência, ao Senador Randolfe Rodrigues, que a pediu inicialmente, depois ao Senador Alvaro Dias.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, obrigado.

Serei breve. Eu só queria comunicar a esta CPMI, a esta relatoria e aos Srs. Membros da CPMI que estamos protocolizando já hoje e iniciando a coleta de

assinaturas em requerimento de nossa iniciativa e de autoria de outros Parlamentares desta Casa, do Senador Pedro Taques, do Deputado Miro Teixeira, do Deputado Rubens Bueno e outros Parlamentares desta Comissão, pedindo a prorrogação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero só comunicar a V. Exª que já vamos iniciar a coleta de assinatura para obter o número regimental de um terço dos membros do Senado e de um terço dos membros da Câmara para tal fim, de prorrogação desta CPMI, por considerarmos inevitável a sua prorrogação, diante de fatos novos que temos, diante de fatos novos que existem, diante dos notórios fatos de amanhã termos quase 500 requerimentos para apreciarmos. Portanto, torna-se inadiável, torna-se uma necessidade, melhor dizendo, a prorrogação desta CPMI, no nosso entender.

Ao mesmo tempo, pergunto ao nobre Relator se V. Exª já tem informações sobre a solicitação de compartilhamento dos dados desta CPMI, notadamente relativos às empresas fantasmas que receberam recursos da empreiteira Delta, por parte do Ministério Público Federal, Subseção do Estado de Goiás. Eu gostaria de V. Exª e desta CPMI um esclarecimento nesse sentido.

Era o eu que tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Relator – e ele tomará exatamente as anotações devidas para responder a V. Exª –, eu gostaria de registrar a nossa honra pela presença de um extraordinário companheiro, o Deputado José Carlos Araújo, Presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, meu colega, meu amigo, fraternal companheiro, Deputado Federal pelo Estado da Bahia.

Senador Alvaro Dias, com a palavra. Depois, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, primeiramente para, em nome do nosso Partido, o PSDB, rechaçar a hipótese aventada de acordo para encerrar esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Seria uma afronta.

Nós não concordamos com o encerramento desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito antes que possamos avançar nas investigações sobre aquilo que é essencial: desvio de dinheiro público, monumental desvio de dinheiro público através da empresa Delta.

Apenas iniciamos as investigações. Há inúmeros requerimentos que pedem a quebra do sigilo bancário de 12 empresas-fantasmas ligadas à Delta. Apresentamos na semana passada requerimentos que dizem respeito a mais 17 empresas, que, segundo o Coaf, tiveram movimentação financeira atípica no relacionamento com a empresa Delta.

Portanto, é um desafio que esta Comissão tem pela frente investigar o desvio de dinheiro público através da empresa Delta, que alcança bilhões de reais. Recursos repassados para empresas-laranjas da Delta diretamente já ultrapassam R$500 milhões, supostamente recursos utilizados para o pagamento de propina como consequência do tráfico de influência. Esse é o desafio e a responsabilidade desta CPMI.

Por isso, nós já comunicamos no plenário do Senado a posição do nosso Partido e vamos assinar o requerimento que pede a prorrogação dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao final, Sr. Presidente, sugiro, em função da certeza de ausência de quórum no dia de amanhã para deliberar, que V. Exª e o Relator aceitem a sugestão de transferirmos esta reunião deliberativa para a próxima terça-feira. A Câmara dos Deputados terá reunião apenas na parte da manhã, e, provavelmente, teremos ausência de quórum inclusive entre os Parlamentares da Câmara. Em relação ao Senado, já não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa é uma certeza: não teremos quórum para deliberar amanhã. Então, sugiro a V. Exª e ao Relator a transferência da reunião para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação à primeira etapa do pronunciamento de V. Exª, que não foi nem pela ordem, mas um verdadeiro pronunciamento, como V. Exª tanto faz – e bem! – nesta CPI, eu me reservo o direito de, na forma congressual, receber as manifestações dos Parlamentares.

Com relação à solicitação que V. Exª me faz, eu – não sei se V. Exª estava presente, mas, se não foi, se fez representado –, na última reunião dos líderes, havia determinado que, na primeira semana após o processo eleitoral, nós estaríamos aqui com reunião administrativa também. Por isso, marquei. Mas fica a critério de um entendimento de V. Exªs junto com os líderes para que eu aceite ou não. A tendência é aceitar, se V. Exªs assim determinarem.

Passo a palavra ao meu queridíssimo Deputado Miro Teixeira – prazer em revê-lo, um mês de saudade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É um prazer para mim.

Presidente, a iniciativa do Senador Randolfe é bem-vinda, mas eu penso que, pelo menos na Câmara dos Deputados, essa questão de prorrogação dos trabalhos é uma discussão iniciada na própria Comissão. Se nós começarmos a recolher assinaturas pura e simplesmente, eu assinarei, como conversei com o

Senador Randolfe. Mas eu penso que isso tem de ser objeto de deliberação da Comissão a partir de diversas premissas.

A primeira delas: vamos quebrar o sigilo dessas 12 empresas? Teremos trabalho novo pela frente? Concordo com o Senador Alvaro Dias: na Delta, há quase tudo para se investigar. Mas será que, se nós encaminharmos desde já ao Ministério Público os sigilos quebrados, nós não estaremos fazendo um entrosamento ótimo, exemplar das instituições do Estado brasileiro para mais rapidamente se chegar a resultados?

Então, na Câmara dos Deputados, pelo menos, nós temos essa percepção. Eu não sou muito de participar de CPIs, mas, em plenário, mais de uma vez, já votei por prorrogação de CPI.

Há essa percepção de que a Comissão votando a prorrogação e encaminhando à Presidência da Casa, a Presidência da Casa submete ao Plenário, que aprova, às vezes – quase sempre, aliás –, pelo voto simbólico, sendo uma percepção da comissão a necessidade de prorrogação dos trabalhos. A comissão é que diz isso aí.

Então, falei pela ordem, mas quase como questão de ordem, que V. Exª poderá examinar essa possibilidade de nós discutirmos na Comissão e encaminharmos à Presidência do Congresso o que for a deliberação da Comissão, sem prejuízo do direito de um Parlamentar de requerer a assinatura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faremos esse exame, Deputado Miro.

Com a palavra, o Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª e igualmente os nobres pares.

Quero falar sobre três assuntos. O primeiro deles, rechaçar uma matéria da *Folha de S.Paulo* que reputo fantasiosa, que, nesta manhã, disse haver um acordo para que esta CPMI nada investigue. Ora, nós estamos aqui exatamente para investigar e dar os resultados ao nosso País. Portanto, sem saber ainda o conteúdo do relatório, sem saber algo em relação ao futuro, acho que, em relação a essa matéria, só uma pessoa poderia chegar à conclusão tamanha: a própria pessoa que a fez.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria concordar com o Senador Alvaro Dias – em algum momento, eu preciso fazê-lo; e eu tenho feito. *(Risos.)* Eu tenho concordado, porque esta semana ele deu declarações em relação ao Paraná com as quais eu também concordo. Mas eu gostaria de concordar e solicitar a V. Exª que pudesse jogar a reunião administrativa para terça-feira da semana que vem.

E em terceiro lugar, eu sugiro que V. Exª possa, na semana que vem, talvez, jogar a administrativa para quarta e, na terça-feira, nós fazermos uma reunião das Lideranças relacionada à condução da CPMI.

Portanto, são essas as três questões que eu gostaria de tratar aqui, tendo em vista que eu acredito que esta CPMI já deu, está dando e dará todos os resultados que a sociedade brasileira aguarda dela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PT e o PSDB encaminham de forma conjunta essa solicitação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma coisa está errada neste País, Presidente? PT e PSDB... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei. Vou só aqui tomar a minha decisão, já que o PT e o PSDB concordam. Vou aproveitar este momento, talvez seja importantíssimo para o País. *(Risos.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou piorar: o PDT também concorda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PMDB concorda, o PDT concorda.

Na próxima terça-feira, haverá uma reunião de líderes para discutir a prorrogação da CPMI e, na quarta-feira, faremos essa reunião administrativa que estava marcada para amanhã. Concordam? O PDT concorda? Estamos todos acordes? *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O PSOL de acordo também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O PSOL de acordo.

A manifestação do PSDB e do PT leva, efetivamente, a um momento único nesta CPMI.

Então, a reunião de líderes será terça-feira, pela manhã, no meu gabinete.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor me esclareça: na reunião de líderes, debateremos a prorrogação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos discutir a prorrogação, especificamente a prorrogação dos nossos trabalhos, atendendo a um requerimento de S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Fico lisonjeado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, na quarta-feira pela manhã, faremos a reunião administrativa que estaria sendo marcada para amanhã.

Ouço o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, já que a maioria está indicando a alteração do calendário para a semana que vem, eu vou registrar que eu gostaria que a reunião fosse realizada amanhã.

Não há por que justificar essa alteração, como também não houve por que justificar a alteração de adiamento das reuniões das semanas anteriores, exatamente em cima daquilo que declarei publicamente. Isto registrei em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo:* "Quem quer acobertar os corruptores do País?" Essa é a pergunta que fica. E essa pergunta fica exatamente porque vimos, naquele dia, que aqui não deu quórum no plenário, mas, logo depois, no seu gabinete, deu quórum, lá estava presente a maioria da Comissão. Ali deu para perceber exatamente que caminhava a CPMI para o fim, em um grande acordo que ninguém assume neste momento. Então, eu gostaria de ver essa reunião realizada amanhã, mas, pela maioria aqui, não vai acontecer. Fica registrada, no entanto, a nossa posição.

Prorrogar a CPI é o assunto do dia. Vai até haver uma reunião de líderes na semana que vem para tratar disso. Poderia ser tratado hoje ou amanhã, já que ela é informal e, portanto, poderia ser realizada hoje. Temos muitas dúvidas a serem esclarecidas. Por exemplo, os negócios envolvendo este relatório e esta CPMI falam em R$36 bilhões. Os bancos até hoje não enviaram seus relatórios de R$3 bilhões. Não é pouco, é muita coisa em que a CPMI não chegou ao seu final e que precisa ser investigada e apurada. Temos dinheiro no paraíso fiscal. A Delta mandou dinheiro para paraíso fiscal, e também não foi apurado. Os R$174 milhões da MB – Serviço de Terraplanagem, em Saquarema no Rio de Janeiro, também até hoje não foram devidamente justificados, e nada foi feito a respeito disso. Então, Sr.Presidente, apenas para registrar que nós, aqui, estranhamos a forma como veio nas últimas semanas. Fui voto vencido, mas permaneço, mesmo com voto vencido, dizendo que a CPMI tem que continuar com seu trabalho até o fim. Se não for possível investigar, como aqui está proposto, até 4 de novembro, que se faça a devida prorrogação para que possamos dar uma satisfação à sociedade brasileira sobre esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris, com a palavra.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, nobres Deputados, considero importante tudo o que aqui foi colocado e concordo com o Senador Alvaro Dias – aliás, várias vezes tenho mostrado essa concordância, até porque fomos colegas no Senado. Acho importante a iniciativa do Senador Randolfe até porque já assinei inclusive – sou a primeira a assinar pela Câmara – a prorrogação da CPMI. Considero que temos uma quantidade de dados a serem verificados. Pessoalmente, hoje, tive acesso – não vou dizer a quê – a um dado novíssimo dentro do que estamos investigamos. Então, não é possível que, em 15 dias, possamos terminar esse trabalho. Não acredito.

Quero colocar o meu posicionamento pessoal aqui e, acredito, do nosso Partido. Acerca da questão de um possível acordo, como se está falando, acho que essa possibilidade... Estamos em uma CPMI, Sr. Presidente, estamos às claras, a imprensa está presente, todos os participantes estão tendo a oportunidade de expressar seu posicionamento, buscando, através dos dados, chegar àquilo que a sociedade está querendo: a verdade desses fatos que nos desmerecem, que desmerecem o mundo político que está envolvido na contravenção.

Portanto, quero manifestar aqui o meu posicionamento. Já assinei inclusive pela prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, é um prazer ouvi-lo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Deputados e Senadores, falar em encerrar esta CPMI agora, Sr. Presidente, como consta nas notícias de jornal – não ouvi isso ainda de V. Exª, nem do Relator, é bom que se diga – é entender que a sociedade brasileira pode ser enganada. A sociedade brasileira não pode cair nesse conto do vigário, nesse conto da carochinha de que esta CPMI deve encerrar-se agora.

Temos a obrigação parlamentar, a obrigação moral de continuar no afastamento do sigilo bancário dessas empresas que receberam dinheiro do Tesouro Nacional. Do Tesouro Nacional vai para a Delta, da Delta vai para os laranjas, e onde foi parar o dinheiro? Temos que seguir o caminho do dinheiro, Sr. Presidente, porque o dinheiro tem cheiro, sim, e o cheiro que aqui está se exalando não é um bom cheiro, é o cheiro podre da corrupção. Por isso, desde logo, quero aqui manifestar o desejo da Bancada do PDT no Senado – e sou o Líder do PDT no Senado, como V. Exª bem sabe – pela continuidade, prorrogação dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu ouvi notícias via imprensa, não ouvi do Sr. Relator, que já estaria se preparando um relatório para ser apresentado na semana que vem. Eu quero crer que essa não é a vontade do Sr. Relator, que tem demonstrado nesta CPMI o seu empenho e o seu trabalho. Agora, se nós encerrarmos esta CPMI tendo em conta questões político-eleitoreiras do ano de 2012, nós estaremos desmoralizando não só a instituição CPMI como o Congresso Nacional e cada Parlamentar que assim assinar, respeitando a independência do Parlamentar, que tem sua independência constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, desde logo quero manifestar o desejo da prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Esta é a vontade dos Parlamentares do PDT no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Silvio Costa, e aí encerramos os questionamentos pela ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, todos sabemos que esta CPMI começou às avessas. Ela já veio da Polícia Federal, veio do Ministério Público Federal... E a gente, definitivamente, tem tido muita dificuldade aqui de avançar nos trabalhos. É claro que eu sou daqueles que não quero encerrar, a gente tem de prorrogá-la por mais três meses.

Agora, qual é a agenda desta CPMI? De um lado, o PT querendo pegar Perillo; do outro, o PSDB querendo pegar Agnelo. Por outro lado, a gente errou em convocar primeiro o Cachoeira, eu mesmo fui contra: "Não vamos convocar Cachoeira". Convocaram, e o Cachoeira pautou todo mundo. Todo mundo que veio aqui ficou calado, usando a prerrogativa constitucional.

Vamos prorrogá-la por mais três meses. Eu estou com pena do Relator. Eu não sei o que ele vai inventar, ou vai fazer – inventar não, não é a palavra –, vai colocar nesse relatório. Porque até agora, sinceramente, eu estou com pena de V. Exª. V. Exª está numa saia justa. A gente tem de dar respostas à opinião pública, sim; tem de dar. Mas, sinceramente, em seis meses de CPMI, o que a gente conseguiu apurar? Nada. A gente viu aqui a mulher de Cachoeira ficar calada; Cachoeira ficou calado; nos depoimentos mais importantes, ficaram calados. Os governadores vieram aqui. Não se avança.

Essa tal dessa sala secreta, eu mandei meus assessores lá, é tão secreta, tanto papel, tanto rolo que ninguém consegue *link* de nada!

Eu quero perguntar aqui: qual é o Parlamentar que já conseguiu seguir alguma trilha? Por exemplo, a trilha do dinheiro? O Joaquim Barbosa lá não seguiu a trilha do dinheiro? A gente precisava, aqui, seguir a trilha do dinheiro. Ninguém conseguiu ainda.

Eu acho que a gente tem de prorrogar sim. Entretanto, temos de ter uma nova tecnologia de investigação nesses três meses, o que a gente vai fazer. Porque, se for para prorrogar e ficar neguinho pedindo aqui pela ordem, questão de ordem e tal, não vai avançar, não vai trabalhar. Tem pra mais de 600 requerimentos aí! Quantas pessoas nós convocamos? Umas 80, 90. Em suma, quantas nós ouvimos?

Moral da história: vamos prorrogar sim!

Agora, qual vai ser o novo critério de trabalho desta CPMI? É a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra ao Relator.

Antes, quero fazer menção à memória e à saudade de um funcionário aqui do Senador, Nagib Silveira Costa, que faleceu no último dia 29 de setembro. Ele recebia os senhores aqui, juntamente com outros companheiros, com simpatia, generosidade, com grandeza, sempre com uma atuação irreparável para com o serviço público. Nagib faleceu vítima de um enfarto fulminante.

Portanto, em nome de todos os senhores, nós queremos prestar esta homenagem ao Sr. Nagib Silveira Costa e desejar que ele repouse em paz.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, primeiro, em relação à questão que o Senador Randolfe levanta sobre o compartilhamento dos dados da CPMI relativos às empresas-fantasmas que são objeto de interesse do Ministério Público Federal, nós mantivemos diálogo com o Dr. Daniel no sentido de colocar foco no nosso trabalho naquilo que é interessante ao trabalho do Ministério Público, mas entendemos que, por questão de segurança jurídica, era melhor haver uma reunião administrativa e nós, formalmente, deliberarmos pelo compartilhamento dos dados, sob pena de uma ação em que o Ministério Público vier a ingressar ser declarada nula, não havendo uma decisão formal de compartilhamento.

Há uma decisão política já expressa aqui por todos nós, mas não há uma decisão formal. Então, o nosso entendimento é o de que, numa próxima reunião, o trabalho, a preocupação do Ministério Público já é foco da nossa ação aqui, ou seja, nós estamos prontos para entregar o que o Ministério Público deseja. Contudo, achamos melhor esperar uma decisão formal desta CPMI.

Em relação à questão da prorrogação – é importante eu dizer isto aqui, Sr. Presidente –, eu não me manifestei ainda, como o Senador Pedro Taques levantou aqui, por compreender, primeiro, que essa decisão, muitas vezes, a gente antecipa... Prazo existe para ser cumprido, senão não precisava de prazo. Nós temos o prazo de 4 de novembro para produzir o nosso trabalho. Até 4 de novembro, nós temos de decidir se é necessário ou não prorrogação.

Então, eu trabalho com o prazo. Como trabalho com o prazo, é claro que trabalho com a apresentação do relatório, porque não posso ficar na incerteza de a CPMI terminar e de não haver relatório. Então, quando digo que estou fazendo o relatório, não estou admitindo nem negando a prorrogação, estou fazendo o relatório. O tema, é claro, precisa ser debatido e dialogado com os líderes do Congresso Nacional, porque é um tema que interessa a todos eles.

Quero fazer outra ressalva aqui, porque, às vezes, os temas são tratados como regra.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma Comissão temporária. Os órgãos de investigação permanente são permanentes. A Polícia Federal, o Ministério Público, as Comissões de Fiscalização das Casas Legislativas, estes são permanentes. Aqui, a Comissão é temporária. Nós podemos chegar ao entendimento, mais adiante, de que é necessário ampliar esse tempo. Mas é importante termos a clareza de que sempre uma investigação vai levar a outra. Eu, então, trabalho com o prazo, mas quero me manifestar adiante sobre a necessidade ou não dessa prorrogação. Enquanto isso, é importante que os líderes partidários das duas Casas tenham a oportunidade de dialogar, e é claro que estou conversando com eles também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.!

A Presidência relembra a V. Exªs que cada depoente convidado ou convocado recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo. Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões de seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter silente.

De acordo com os requerimentos de convite aprovados por esta Comissão de iniciativa do Senador José Pimentel e do Deputado Carlos Sampaio, comparece a esta CPMI o Deputado Federal Carlos Alberto Leréia.

A Presidência deve esclarecer ainda que o depoimento do Deputado Carlos Leréia deveria ter ocorrido no dia 4 de setembro. Entretanto, é importante recordar que, no dia imediatamente anterior à reunião, S. Exª comunicou que deixaria de comparecer – abro aspas – "em razão de inadiável compromisso pessoal anteriormente assumido". Na mesma correspondência, S. Exª o Sr. Deputado colocou-se – abro aspas – "integralmente à disposição desta Comissão a partir do dia 18 de setembro".

Por essa razão, a Presidência desta CPMI expediu, no dia 4 de outubro, ofício para que o Deputado Leréia, "em consonância com os termos por ele mesmo expressos em 3 de setembro, comparecesse a esta reunião". A presença de S. Exª deve-se... Conforme a argumentação contida no Requerimento 200, do Senador Pimentel, que – aspas –,...

Disse o Senador Pimentel: "Conforme apurado pela Polícia Federal, há indícios de relacionamento do Sr. Deputado com Geovani Pereira da Silva, que recebia ordens diretas de Carlinhos Cachoeira. Pelo que se apurou, Geovani era tesoureiro da organização criminosa."

Na mesma linha de raciocínio, o Deputado Carlos Sampaio argumentou que o depoimento "é imprescindível à consecução das investigações a cargo desta Comissão, uma vez que o Deputado Carlos Alberto Leréia, tudo indica, mantinha relações muito próximas com Carlos Cachoeira, chefe da organização criminosa".

Para depor, atendendo a nosso convite, sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos nossos trabalhos, passo a palavra, por tempo indeterminado, ao Sr. Carlos Alberto Leréia.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quero cumprimentar o Presidente desta CPMI, Senador Vital do Rêgo; o Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira; o Relator, Deputado Odair Cunha; cumprimentar os senhores representantes do Congresso, Senadores, Deputados e Deputada, profissionais de imprensa, colegas de trabalho aqui do Congresso Nacional.

Primeiro, quero justificar que, com exceção dos representantes de Brasília, todos nós envolvidos aí nessas campanhas municipais dos últimos dias, eu peguei um tremendo resfriado. Peguei calor de 46 graus no Norte, depois, chuva. Estou resfriado, mas aqui estou para que a gente possa pontuar aqui e esclarecer aquilo que for questionado.

A justificativa já foi apresentada pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo, de que eu não pude comparecer naquele dia. Mas gostaria de lembrar aos colegas Parlamentares que desta CPMI eu faço parte, porque assinei e votei favoravelmente, é bom que... Gostaria que vocês se lembrassem disso. Eu tanto assinei quanto votei. E manifestei interesse de aqui vir, através de ofício ao Sr. Presidente Vital do Rêgo e ao Relator Odair Cunha, até porque eu via que era uma oportunidade para esclarecer algumas coisas. Ou gravações descontextualizadas ou a maneira que apresentaram não era verdadeira. E muitas coisas ali são verdadeiras. Por isso vi que era o local para eu fazer aqui uma manifestação junto aos colegas de trabalho nesta Casa, com os quais convivo desde 2003.

Aqui cheguei, fui eleito, em 2002, sempre pela oposição. Não dei a sorte que muitos deram aqui de ter o Governo Federal do lado, representante congressista, de ter o governo do lado. Não dei essa sorte. Sempre a turma do Odair é que está ganhando aí. O Fernando Henrique foi presidente por dois mandatos, mas eu era deputado estadual. Estava restrito ao meu Estado: um mandato fazendo oposição ao governador e outro do lado do governo. E lhes confesso que é muito melhor ser governo do que oposição. Só que eu tenho por princípio respeitar o resultado das urnas.

E aqui neste convívio pude exercer a grata função de presidir três comissões, convivendo com Parlamentares de todos os partidos, do meu e de outros partidos, e convivendo respeitosamente, durante esse período. Fui Presidente da Comissão de Minas e Energia, Presidente da Comissão de Viação e Transportes e, recentemente, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal. E pude exercer um trabalho atendendo aos interesses, porque sei fazer esse discernimento. E acho extremamente importante que a gente não misture a questão partidária nos trabalhos desta Casa.

Então, em relação às gravações, quando surgiu o nome do Sr. Carlinhos Cachoeira, eu tinha certeza de que o meu nome apareceria. Porque não é novidade que sou dele amigo. Se vocês acessarem o *site* da Câmara ou do Congresso, eu não sei, está gravado.

Em 2004 ou 2005, eu não me lembro bem – mas isso está gravado e é bom que registrem –, o Deputado Paulo Marinho, então Deputado do PR do Maranhão – parece que foi prefeito de Caxias, mas hoje não é mais Parlamentar –, em depoimento – o Deputado José Carlos Araújo, se não me falta a memória, estava lá e aqui está presente – se dirigiu a mim, num depoimento que dei como testemunha no Conselho de Ética, naquele episódio do Deputado Sandro Mabel e da ex-Deputada Raquel Teixeira, perguntando se eu tinha ligação com o Sr. Carlos Cachoeira. E eu afirmei, aqui no Congresso, numa sala, que era amigo do Carlinhos Cachoeira. Podem buscar isso porque está lá. Então, não é novidade.

Eu não tinha nenhuma reunião com o Carlinhos em porão. Eu me encontrava com o Carlinhos em Goiânia, em restaurantes, e aqui em Brasília, sem nenhum problema – sem nenhum problema.

Sou amigo dele desde a década de 80. Eu vim do interior. Nasci em Minas Gerais e meu pai mudou-se para Goiás quando eu ainda era menino. Foi para uma cidade que sequer tinha energia elétrica. A minha cidade veio ter energia em 1985; fórum, em 86. Hoje é uma cidade próspera. Já recebeu a visita... só o Fernando Henrique esteve lá duas vezes, como Presidente da República. O Lula lá já esteve, porque há duas grandes hidrelétricas e também uma mina, uma mineração muito grande. A maior reserva de amianto está lá.

Então, naquela época, quando vim para Goiânia, conheci, através de um amigo comum, o Carlinhos Cachoeira. E sempre mantive com ele amizade, inclusive com a família.

O Carlinhos Cachoeira é uma pessoa muito ativa. Isso aí, quem conviveu com ele ou convive com ele sabe. É uma pessoa ativa, uma pessoa que quer saber de tudo. E ele teve algumas fases em Goiás em que angariou sucessos. Uma delas foi quando montou, comprou o laboratório. Porque esse setor... Depois do crescimento econômico que aconteceu no Brasil, após a posse do Presidente Itamar Franco e continuou com o Presidente Fernando Henrique, que consolidou a estabilidade da moeda, e depois com o Presidente Lula e, agora, com a Presidente Dilma; a economia do Brasil prosperou. Temos divergências, somos de partidos diferentes, mas temos que reconhecer isso. E o setor de medicamento é um setor que cresceu muito, não só em Goiás.

Em Goiás, há empresas hoje... Eu sei de uma empresa que já foi vendida em Goiás para um grupo estrangeiro, vizinha a do Carlinhos Cachoeira, que já foi vendida por mais de R$2 bilhões – mais de R$2 bilhões. Então, esse setor de medicamentos genéricos movimentou... E o Carlinhos tem uma empresa dessas. Ele é sócio de um laboratório de referência. O que é? Sei lá de... É uma coisa, o nome quase que assim, eu não sei o nome. É aquele laboratório para você fazer pesquisa quando vai botar um medicamento. Era ele e mais dois grupos dele. Agora, não sei o que a pessoa tem no nome, o que não tem no nome.

Em 95, eu tinha ficado suplente de deputado estadual. Assumi em 96.

Em 95, o Carlinhos conseguiu um contrato com o governo de Goiás, na época governado pelo atual prefeito de Aparecida de Goiânia, o ex-Governador Maguito Vilela, e foi aprovado – é bom que se lembrem disso. Foi aprovado pelo Tribunal de Contas, e eu não sei se precisava de aprovação da Assembleia, eu não me lembro, mas, de qualquer maneira, foi dentro dos critérios legais. Conseguiu a legalização, o convênio da sua empresa, de que ele detinha o controle, a Gerplan, para gerenciar os jogos, aqueles permitidos, que não é jogo do bicho. Jogos permitidos. Era negócio de bingos, essas coisas aí, esses eletrônicos. Isso durou até 2004, se não me falta a memória – ou 2003. Mas existem dados.

Eu sei dizer que passou pelo governo Maguito, continuou o convênio aprovado pelo tribunal. Passou pelo governo Naphtali, que era vice do Maguito, que saiu para se candidatar a Senador da República. É uma incoerência da lei brasileira, da nossa lei que tem que mudar. Para se candidatar à reeleição, fica no cargo; para se candidatar a deputado estadual, tem que renunciar. Essa é uma lei que nós temos que mudar. Este é outro assunto em que temos que entrar. O Deputado Miro, que gosta dessas questões, e até já conversei com ele. Tem que mudar isso. Aí o Maguito saiu, assumiu o seu vice, o Naphtali, e continuou o convênio. O Naphtali foi para o Tribunal de Contas do Estado, as-

sumiu o Helenês Cândido, Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, e continuou.

Ganhamos a eleição de maneira surpreendente. Todos lembram. O Iris Rezende, uma das maiores lideranças do Centro-Oeste brasileiro, tinha 70%. O Marconi entrou na eleição e ganhamos a eleição. O Marconi ganhou e continuou o convênio. Marconi foi reeleito e continuou o convênio.

Eu sei dizer... E é bom que estas coisas sejam aqui colocadas. Os advogados que o defendem farão isto na Receita Federal, não sei onde, na Polícia Federal, no Ministério Público etc..

No último ano, a empresa do Carlinhos Cachoeira – isto tem dados, o Estado recebeu – pagou para o Estado R$1 milhão, mais de R$1 milhão – eu não lembro se é 2004 ou 2003; tem que ver –, totalizando R$15 milhões naquele ano. Ele pagou com o convênio. Se ele pagou com o convênio, evidentemente que ele ganhou muito dinheiro. Isso ele pagou para o Estado. Não atrasava, não. Todos os meses. Inclusive havia esses convênios em outros Estados da Federação. Ele pagou para o Estado, no último ano, R$15 milhões. Se pagou, com certeza, ele ganhou muito dinheiro. Não tenham dúvida disso. Não tenho dúvida!

Então, quando falarem "é amigo do Carlinhos", sou amigo do Carlinhos Cachoeira. É uma pessoa que conheço; conheço sua família, conheço seus irmãos, tive amizade com sua mãe, com seu pai, que já está bem idoso. Agora mesmo, o sobrinho dele é vereador lá em Anápolis. Reelegeu-se com expressiva votação. Na campanha passada me ajudou.

Durante as minhas campanhas a Deputado Federal, eu tive duas vezes reunião lá na empresa, quando visitei o parque industrial de várias delas. Fui ao Teuto; à Neo Química; à empresa dele, à Vitapan, pedindo votos. Houve até um período em que podia dar um café da manhã. Depois, já não podia mais dar nem o café da manhã. Eu me lembro que teve uma eleição em que serviram lá um café da manhã. Depois, mudou a lei. Tomamos só água mesmo. Pedi voto.

Toda pessoa com a qual eu mantive e mantenho... "Ah, mas o sujeito errou". Eu não tenho esse tipo. Eu não tenho hipocrisia na minha vida. Meu pai era garimpeiro e eu fui criado no interior. Morei em garimpo muitos anos. Não tenho hipocrisia. Fazer favor para os outros e receber favor faz parte do meu cotidiano e do meu meio de vida, que não escondo. Esse é o meu meio de vida. Fazer favor, então, em política, é uma coisa que...

À época em que comecei a fazer campanha, no interior, era da seguinte maneira: você tinha até comida para dar para o eleitor, porque o sujeito vinha de jipe, de caminhonete. Estava no garimpo. Até comida hoje é proibido. Essas coisas eram permitidas; e graças a Deus consegui os mandatos, lutando, trabalhando, sempre enquadrando e respeitando as leis. Isso eu sempre procurei fazer.

Agora, em relação à amizade com o Carlinhos Cachoeira, mesmo que ele tiver cometido erros, não vou deixar de ser amigo dele. Desculpem-me. Eu não faço isso, porque se eu tiver... Eu tenho filhos, eu tenho irmãos, eu tenho amigos, eu tenho parentes. Se alguém falhar, vai ter que responder, mas não vai deixar de ser meu amigo. Um filho não vai deixar de ser filho, um irmão, porque cometeu um erro. Então, em relação a isso, eu fico muito tranquilo. Por isso eu tive condições de subir à tribuna da Câmara e dizer isso, porque seria muita hipocrisia da minha parte dizer: "Eu não conheço, eu nunca vi, de vez em quando...". Essa conversa é para boi dormir.

Eu tenho fotos, porque ele ia a aniversário de filho meu. Eu tenho fotos; eu e minha mulher em aniversários de filho dele, porque temos filhos da mesma idade, que estudam na mesma escola. Eu e Carlinhos temos mais ou menos a mesma idade. Então, fiquei muito tranquilo em relação a isso, muito tranquilo em relação a essa questão.

E eu vi o propósito da CPI para investigar a questão do jogo. Eu lhes confesso que fiquei satisfeito, mas, como surgiram muitos outros fatos... Há casos da Delta, tem nome de governadores, tem nome de Senadores, não foi... Mas a questão do jogo no Brasil... Eu respeito as opiniões de todos. Aqui tem representantes do Ministério Público; tem gente que já foi prefeito, governador, sabe o que estou dizendo. Nesse interior do Brasil é rara uma cidade em que não haja uma banquinha de jogo. É raro. É raro. Eu sou de Minas Gerais. Nasci lá. Tenho parentes e de vez em quando ainda vou lá. Eu ando muito aqui, em Goiás, nas cidades todas. É raro. Já fui a Pernambuco, ao Ceará. É raro. Às vezes não tem o jogo do bicho, mas o jogo de baralho sempre tem.

Uma coisa que nós temos que começar a pensar: um País fronteiriço como o nosso, isso eu acho importante discutir. Eu sou daqueles da legalidade, mas também sou pragmático. O navio ancora aqui, já que autorizou; a legislação nossa autorizou os navios de passageiros. É uma pergunta que quero deixar. Eu disse isso até ao Ministro e ex-Senador Aloysio Mercadante. Nesses tempos eu estive no Ministério e disse isto a ele. Os navios ancoram aí. Pegam os passageiros, fazem de Santos não sei para onde, de Santos para Vitória, vão para Porto Seguro, não sei para onde, para o Recife. Durante... Ele não sai das 200 milhas náuticas, o cassino está funcionando, e o Governo brasileiro não recebe. Eu acho isso errado. Tinha de receber, mas, para isso tinha de legalizar,

porque, na verdade, o jogo existe no Brasil. Vamos lembrar bem que o jogo existe; não é permitido que a iniciativa privada o explore, mas algumas modalidades o Governo Federal tem.

Eu até deixo algo para a gente fazer uma reflexão: eu lhes diria que jogo dá mais lucro no Brasil do que no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, que são países vizinhos aqui no Mercosul para os quais não se precisa nem de passaporte para ir. Com a Carteira de Identidade se vai a qualquer país desses hoje; por causa do acordo do Mercosul, não há necessidade de passaporte. Isso ocorre porque lá se paga imposto e aqui não se paga. Então, eles têm lucro. Por isso é que há essa briga para bancar jogo e não acaba. Você acha que o sujeito deixou o jogo, e ele não deixa. Essa é uma luta. Eu sei que, quando o meu avô era menino, já havia essa luta com esse negócio de jogo. E a turma não muda muito. Se você vir qual é a turma que mexe com jogo... Em todos os Estados existe. A Polícia sabe o nome de todo mundo. Vocês sabem disso! Há gente aqui que foi Governador e sabe disso. Se você vai ao Paraná, há. Agora, eu sou da legalidade: ou a gente não faz esse faz de conta – isso compete ao Executivo – ou se legaliza, sem haver proliferação. Existem maneiras.

Por exemplo, o Brasil compra... Qual é o país que mais nos vende? Aliás, o que mais compra de nós hoje? É a China. Em segundo, os Estados Unidos. Em ambos há jogo, mas não há proliferação; há organização. Na China, há em Macau, que foi colônia portuguesa; os Estados Unidos têm em colônia indígena, na Flórida, na Califórnia, não sei mais onde, perto de Nova York e assim vai, mas não é proliferado. Então, alguma coisa tem de ser feita.

A Internet: hoje se abre um computador, Senador Randolfe, e a pessoa aposta pela Internet; e o País não está recebendo recursos. Ou a gente proíbe – não sei se proibir, porque fere a questão da liberdade de expressão, não sei quê e podem dizer que é fundamentalismo, igual ocorre no Irã – ou algo tem de ser feito.

O que não pode é essa hipocrisia de desconhecer, de dizer que não há, se existe o jogo, que está em todos os Estados da Federação. Em todos os Estados! Nos mais de 5 mil Municípios que existem – eu não tenho dados, mas é fácil –, eu diria para vocês que em 90%, há um joguinho ou algum tipo de jogo. Isso é algo que o Congresso tem de fazer. O que tem de ser feito? Então, vamos proibir para valer ou vamos legalizar. Há maneiras. Por exemplo, quanto ao jogo do bicho a Caixa, de repente, poderia bancar um jogo semelhante. Acabava, porque, se for legalizado, a turma do jogo ilegal vai sair do mercado, pois vira uma atividade comercial.

Nos Estados Unidos, há cassinos cujos donos são fundos de pensão associados com índios. Sei lá. Cada país tem o seu. Com a liberdade que tem, a economia crescendo e o povo viajando, como o nosso... O povo viaja. A Argentina recebe um número enorme de turistas, o Uruguai recebe, os Estados Unidos... Poxa, o que tem de gente indo para Miami e Orlando! Naquela região há cassinos e os brasileiros vão. A televisão brasileira faz propaganda de cassinos. Eu já vi do Conrad, em Punta del Este, já vi de Las Vegas. Na televisão brasileira a cabo eu já vi campeonato, com o cara ganhando 1 milhão. Isso na tevê a cabo. Vi campeonatos de pôquer em que se ganha 1 milhão, 2 milhões.

Um dia eu estava em Washington com o ex-Embaixador. Estávamos o Henrique Meirelles e eu na mesma sala. No outro dia ele virou Presidente do Banco Central; eu era Deputado Federal eleito. O Embaixador do Brasil à época em Washington – esqueço-me do nome dele agora; ele já se aposentou – disse que uma funcionária brasileira ganhou US$1 milhão em um cassino em Las Vegas, naquela maquininha. Sabe por quê? Lá ela pôde ganhar, porque lá a aposta é aleatória; o Governo fiscaliza. Se o cara fraudar aquela maquininha, ele responde criminalmente e se fecha o cassino dele. Aqui, essas maquininhas não são fiscalizadas, porque elas são clandestinas. É para explorar o coitado.

Então, não sei qual a modalidade, qual o modelo. Agora, não se vai segurar o sujeito para não embarcar e ir a cassinos. O sujeito pode ir com a família para o Conrad, para Punta del Este; posso jogar no Uruguai, posso jogar na Argentina e assim por diante.

O Brasil tem ligação com a comunidade europeia. Agora, há dispensa de visto e muita gente vai para lá. Quase todos da nossa origem: Portugal tem, Itália tem, Espanha tem, França tem. Onde mais vendemos há cassino, o Mercosul tem.

Um dia, a querida ex-colega nesta Casa, Denise Frossard – podem perguntar a ela, eu não minto; ela era do PSDB e eu Deputado Federal –, botou os bicheiros do Rio de Janeiro na cadeia. Um dia, conversando com ela na sala da Liderança, ela falou: "Leréia, eu botei os bicheiros... e alguma coisa eu posso dizer: os bicheiros não mexem com droga". Ela afirmou. E ela é contra o jogo. Todos sabem disso, da sua história. Mas com droga eles não... Porque jogo dá tanto lucro que eles não mexem com droga. É como o álcool. O álcool – todos se lembram da lei seca americana, que proibiu – você faz de jaca, você faz pinga, você faz de cana, você faz de mandioca, você faz de tanta coisa, de jabuticaba... Então, proíbe, o nego vai fabricar por aí.

E o jogo é um negócio terrível, porque se as pessoas se reúnem, cinco ou seis, vão jogar. Isso é algo

muito difícil de fiscalizar. Então, o que o Governo tem que fazer, no meu entendimento? Maneira de fiscalizar tem: maquininha. Você pode fazer a concessão como a de rádio, de televisão e não deixar ter proliferação. Quantas casas de bingo cabem em Brasília? Sei lá: uma, duas, três? Vendam alto, coloquem na lei – coloquem na lei que aquele que se meter... – como nós votamos algumas leis para a questão da droga. Vocês lembram que, se antes prendiam um avião transportando droga, ele apodrecia lá no pátio da Polícia Federal, da Justiça, e não era usado. Hoje, não. O avião já fica usado. Quantos Governadores aí receberam aviões, no Governo Federal, que estão sendo úteis, porque nós mudamos a lei? Fizemos a lei do abate, tráfico de drogas... Se o cara tiver uma fazenda e plantar maconha lá, com o conhecimento dele, perderá a propriedade. Vocês sabem disso. Já estará pronta para reforma agrária.

Então, a gente tem que criar a lei sem permitir a proliferação, deixar ter um bingo aqui, uma maquininha em toda esquina organizadamente, e não deixar na mão da prefeitura. A prefeitura não dá conta de fazer isso. Aí tem ingerência política. Alguma coisa tem que ser feita, porque a tendência é aumentar o número de brasileiros com dinheiro que saem daqui e vão jogar fora. Jogam lá – e aí o Brasil não está recebendo nada –, na Internet, nos navios. E aí o Brasil... E esse dinheiro já devia ser carimbado. Para onde ele vai? Para a segurança pública, para a saúde, inclusive para ajudar no tratamento daqueles viciados compulsivos que existem também, como existe no álcool. Eu, por exemplo, tenho um vício terrível. Eu estou aqui, estou resfriado e luto – já parei muitas vezes, mas não larguei – contra o cigarro. Coisa terrível. Existe, é uma realidade e eu sou pragmático.

Então, essa questão do jogo eu queria apenas deixar para a reflexão. Sei daqueles que são contra. Ou então a gente proíbe, mas para valer. E aí vamos... Porque o Ministério Público se esforça trabalhando. Na polícia, há os que acabam sendo corrompidos e há os que trabalham sério, mas acabam não dando conta, porque se tem o aumento do consumo de drogas por este País afora.

E quanto à questão do jogo, acho que o Governo sozinho bancar, o Governo que está atrás de parceiro para fazer aeroporto, atrás de parceiro para mexer com estrada, talvez trazendo a iniciativa privada, com essas leis todas, vendendo a concessão... Se o cara mexer com lavagem ou droga, perde o patrimônio, perde a concessão, responde criminalmente e coloca-se um *chip*.

Nos Estados Unidos, cada cassino daqueles tem uma pessoa da receita federal lá, porque o imposto é sagrado. E os impostos não são baratos. Quando é o estrangeiro que ganha numa maquininha daquelas é uma taxa. Quando é americano, é tipo assim: americano paga 20%, 30% de imposto, o próprio apostador. Quando é estrangeiro, meu amigo, é 60%, senão a maquininha não abre para a próxima aposta. Alguma coisa tem que ser feita.

Eu gostaria de esclarecer esse assunto e fico aqui à disposição. Esta CPI é representada por Parlamentares que têm origem em vários Estados da Federação, homens e mulheres experientes, que sabem o que estou dizendo, a realidade em relação ao Brasil. Nós temos que enfrentar essas coisas sem hipocrisia, concordando ou não. Eu sou deste tipo: sou uma pessoa legalista, mas sou pragmático e não sou burro. Eu acho que a gente poderia tirar dinheiro especificamente para investir em algumas áreas importantes para a sociedade.

Gostaria de agradecer a oportunidade e de ficar à disposição para as perguntas que dirigirem a mim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares... Podiam aumentar este microfone. Acho que está baixo. Está baixo o volume do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aumente o som do microfone e diminua os ruídos da assistência, aí equaliza melhor. Aumente o som do microfone e diminua o som da assistência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero agradecer a V. Exª e apenas lembrar o Deputado Leréia que V. Exª traz um tema que já foi debatido nesta Casa e é recorrente: a discussão da legalização ou não dos jogos.

A questão do jogo é a origem primeira da investigação da Polícia Federal: a jogatina, a importação de equipamentos, o contrabando de equipamentos para essas, como o senhor diz aqui, maquininhas. Mas a questão central é que, neste caso, o Carlos Cachoeira montou uma organização que controlava a força policial. Isso que o senhor disse aqui, da proliferação das maquininhas, é o que diz a Polícia Federal, na área de domínio da organização do Cachoeira, a Polícia Militar e Civil deixavam abertas só as máquinas ligadas ao Cachoeira, ou seja, ele fazia o papel do Estado. Esse é... Parece que a discussão é só do jogo ou não jogo. Aliás, o jogo é contravenção exatamente porque a sociedade é tolerante com ele. Mas aqui estamos falando de corrupção policial, de fraude de licitação, é mais grave.

Por isso, pergunto a V. Exª... O senhor já falou aqui da sua relação com o Sr. Carlos Cachoeira. O senhor é amigo dele desde quando?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu o conheci o Carlinhos em 1987, apresentado por um cidadão que foi deputado. Na época, não era nem do Estado, ele era de Goiânia, Anápolis, depois foi Deputado Estadual do Estado de Tocantins. E na campanha de Deputado Federal havia um dele, Ubiratan Cavalcante, que morava em Anápolis, era de Natividade, hoje Tocantins. Eu o conheci, apresentado por ele, e ficamos amigos e temos mais ou menos a mesma idade. Foi em 1987.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal dá conta que o senhor conversava com o Sr. Carlos Cachoeira em um aparelho Nextel, que o senhor teria esse aparelho Nextel, que seria o modo de comunicação entre as pessoas vinculadas ao Sr. Carlos Cachoeira.

V. Exª tinha esse aparelho?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me contar uma história. Tenho não um aparelho, mas cinco aparelhos Nextel. E um deles é este aqui.

Este aparelho aqui tanto faz ele estar ligado... Estou pagando na faixa de... Tenho cinco, fica um com o motorista de Brasília, um com o motorista de Goiânia, fica um no gabinete aqui e outro no meu escritório em Goiânia. Está no meu nome, no meu CPF.

Este aparelho tanto faz estar ligado, eu falando 24 horas, que vou pagar o mesmo tanto, porque ele não é um telefone. Então pode ligar dos Estados Unidos para cá, ligar de qualquer lugar para onde tem a linha. Não tenho telefone, tenho só o rádio. Tenho cinco. Por que eu uso esses telefones? Porque economiza. Todos nós temos um limite de gastos no telefone. Então, ligo no gabinete para chamar o motorista. Ao invés de fazer, eu chamo... Eu pago quinhentos e pouco nos cinco.

Uma vez, eu viajando para os Estados Unidos – e é bom porque essas coisas saíram na imprensa, mas quero contar para vocês... Isso funciona também como um *walkie talkie*. É *walkie talkie* mesmo, não é? Não sou bom em inglês. Depois que inventaram isso aqui, você não briga mais com mulher. Eu levei meus meninos, a minha mãe, a minha esposa, e tenho meninos adolescentes, tenho pequenos, para a Disney. Peguei esse meu aparelho, o aparelho do meu motorista de Goiânia, porque ele ia ficar esse período à toa, o de Brasília e levei três. Deixei um com a minha mulher, um com a minha filha, e outro com a minha mãe, para conversarmos naqueles parques.

Quem já foi lá sabe... Você está em um local, "estou aqui". Você se perde. Nem sabia, porque eu tenho os meus no Brasil, os meus são habilitados no meu CPF. Peguei um telefone... Você pode ver que das gravações que citam meu nome, noventa e tantos por cento é do meu telefone. Mas na imprensa saiu... E quando cheguei devolvi para ele. Ele funciona como *walkie talkie*: alô, você está aí? Estou no parque tal. E dentro de *shopping* a mesma coisa, porque você não acha as mulheres dentro de *shopping*. Então, para ninguém se perder. Ninguém fala inglês na minha família e o Carlinhos... Por causa disso e também para me proteger. Ele tem essa facilidade e tenho, portanto, cinco aparelhos Nextel.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E um aparelho Nextel dado pelo Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele me emprestou para esse período que eu viajei e fiquei nos Estados Unidos, levando meus filhos. Depois eu devolvi para ele. Eu nem sabia que esse telefone era dos Estados Unidos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quando foi essa viagem?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÈIA (PSDB – GO) – Deve ter sido... Tem que lembrar. Ou é 1998 ou 1999. Você pode saber porque tem lá naquela primeira investigação. Desse período não tem nenhum. Se fosse para mim, não teria cinco. Conversar uma coisa em secreto. Eu não tinha reunião clandestina com Carlinhos Cachoeira, conversava com ele abertamente, não como outros que procuravam escondê-lo da sua relação. Graças a Deus nunca tive esse problema. Se é amigo meu, serve para andar comigo em qualquer lugar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho esse tipo de comportamento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, o senhor voltou dos Estados Unidos e devolveu o telefone para ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Assim que eu voltei, eu liguei, mas ele falou: "Pode ficar aí com você um tempo". Depois, eu o encontrei e devolvi. Não sei exatamente as datas, mas é fácil pegar. Você vai ver que das gravações – é até bom vocês levantarem isso – que lá tem, noventa e tantos por cento é deste aparelho meu aqui no meu CPF.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E depois de quanto tempo que o senhor voltou dos Estados Unidos que devolveu o telefone para ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu não sei precisar... Mas não devem ser mais que dois meses... Um mês, dois meses, três meses... Não sei! Depois, eu... Quando voltei para cá, não tinha necessidade. Meus telefones só existem para isso. Em casa, não uso rádio. Eu uso para trabalho porque

economiza, por isso eu uso este Nextel. Daqui para Goiânia e Anápolis, por exemplo, você fala o trajeto todinho. No interior, já não pega! Só pega em Catalão, em Itumbiara. Nesse trajeto aqui é ótimo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esses cinco telefones Nextel que o senhor tem, paga com a verba indenizatória. É isso o que entendi.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu pago no meu CPF... São telefones que estão no meu nome e não estão no nome de ninguém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendi.

O senhor teve notícia de que do Sr. Carlos Cachoeira se pediu, na CPI dos Bingos, em 2006, o indiciamento dele por formação de quadrilha, corrupção passiva?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho. E mais um dos motivos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG)**.** – Assim mesmo o senhor manteve relação com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Mais um dos motivos também, porque, olha só... Eu lembro quando o Carlinhos trouxe aquela fita que foi divulgada, que tinha o Waldomiro, e o Carlinhos saiu na *Veja* e saiu na televisão. O Carlinhos, naquela época – sei de amigos dele –, que tiveram negócio com ele, outras pessoas, que foram investigadas naquela época. A vida dele foi toda devassada naquela época. Mexeram no Imposto de Renda dele naquela época... Mais uma tranquilidade que fiquei, porque, se o sujeito tem alguma coisa ilegal, já tinha de ter sido punido, uai! Como é que fica esse tempo todinho! Foi em 2005! Algo meio estranho... Mais uma tranquilidade que me deu... Porque ele divulgou uma fita... Ou alguém divulgou na *Veja*, aquela coisa... E eu fiquei mais tranquilo com relação a isso. E ele disse para mim que estava sendo achacado, foi a justificativa dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor encontrava o Sr. Carlos Cachoeira, com frequência, onde?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, na casa dele; na minha casa ele já esteve algumas vezes. Sua ex-esposa é muito amiga da minha mulher. Depois, ele se separou... E aí sempre o encontrava no restaurante, eu encontrei com ele no escritório da Delta, sem nenhum problema... Não tinha motivo para esconder.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A partir de que momento o senhor começou a se encontrar com ele no escritório da Delta?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quando ele separou... Ele estava atendendo lá no escritório da Delta. E também não achei estranho, porque a atividade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tinha uma sala na...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele não tinha sala. Atendia lá... Tinha uma sala lá fora assim, tem uma sacada... Conversei com ele lá algumas vezes. E não achei estranho também, porque ele sempre foi ligado a essa área. Você vai ver no Imposto de Renda aí que tem um período em que ele tem uma empreiteira. Eu não sei o nome... Consultora, sei lá, de limpeza... Também não achei estranho. Carlinhos é empresário, lá em Goiás, relacionado com meio mundo de gente. Olha que, talvez, seja o sujeito mais bem relacionado em Goiás com vários partidos, gente da Justiça, gente das artes, pois já vi com ele cantores. É uma pessoa relacionada com meio mundo! Empresário respeitado... Então, eu não via dificuldade nenhuma. Um cidadão com família estabelecida, com endereço estabelecido. Se fosse com pessoa clandestina, não! É pessoa que frequentava as questões normais lá no Estado. Então, eu nunca me preocupei com isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor ia ao escritório da Delta... O senhor não sabe dizer se ele tinha uma sala lá... O que ele dizia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu conversei que lá tinha uma mesa lá, uma mesa grande... Tem uma sacada na cobertura de um prédio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Uma mesa de reunião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, aquelas mesas que ficam fora. Lá tem uma sacada... Tem um acrílico. Eu conversei com eles umas vezes. Acho que duas, três ou quatro vezes, não sei exatamente. Lá em cima na sacada é aberto, até porque eu fumo e sempre sentava lá porque é aberto e se pode fumar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele explicava ao senhor a relação dele com a Delta?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Um dia eu perguntei, e ele não quis me falar. E aí eu também não vou insistir, porque é o seguinte: é como procurar a idade de uma pessoa, de uma mulher, por exemplo. Não quer falar... Eu perguntei assim: "Carlinhos, que negócio você tem com a Delta?". Ele não quis me falar, deixa isso pra lá: não quis me falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E que tipo de assunto o senhor tratava com ele na sede da Delta? Era assunto de algum interesse da Delta no Governo do Estado, no Governo Federal?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca me pediu nada em Delta, pode ver a gravação. Nunca me pediu nada sobre negócio de Delta. Eu conversava com o Carlinhos... Nunca vi... O Carlinhos queria saber até do problema do Vietnã, queria

saber lá do... Nunca vi! Ele quer saber de tudo! Esse é o estilo dele. É aquele tipo de coisa... Quer saber... Esse é o estilo dele, por isso... Se tiver assunto sobre Medicina quer saber, assunto sobre a ida a Marte, quer saber e assim vai... Futebol, música... Ele quer saber de tudo! Nunca vi desse jeito. Gosta de se inteirar das questões todas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se alguma emenda parlamentar do Orçamento que o senhor apresentou alguma empresa do Sr. Carlos Cachoeira foi beneficiada?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe dizer: sobre a questão de emenda que eu apresentei, é a loteria, porque nas cidades que eu mais tive voto, eu pedia para pagar e pagaram cidade em que tive pouquinho voto. Você sabe, Deputado de oposição por emenda é lotérico: paga só um pouquinho e, mesmo assim, muitas vezes, nem é a cidade.

Quem sou eu, Deputado de oposição, para direcionar uma emenda para onde quer que seja? Nunca, na minha vida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a empresa Delta não foi beneficiada?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca, nunca, nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nem outra empresa do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca. Essa relação... Até porque, se tem um deputado a quem eles não vêm pedir sou eu. Os empresários pedem, normalmente... Se um lá tivesse ganhado o governo, com certeza viria no meu gabinete, mas eu nem sou visitado por empresário para pedir isso, o que é normal. Eu não tenho força para tirar emenda!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Carlos Cachoeira pediu o que para o senhor nesses constantes encontros, conversas?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, o Carlinhos não pedia nada a mim, a não ser essas coisas assim... Eu também pedi para ele arrumar um estágio lá no laboratório dele. Arrumei, porque para político, as pessoas pedem emprego para a gente, pedem estágio. Isso aí é normal, ainda mais eu, que tive voto... A minha cidade está a 500km de Goiânia. Eu tive voto em todos os Municípios de Goiás, fazendo campanha da minha cidade, de onde a outra lá do extremo, Aragarças, onde tive voto, dá mais de mil quilômetros. Então, aqui no entorno, eu tive 30 mil votos. O que eu já tive de pedido... E o Carlinhos como uma pessoa qualquer.

Eu me lembro de um amigo, Moacir Tocafundo, que eu arrumei, porque eu estava na oposição... Marconi ganhou a eleição, nós ganhamos o governo. O governador atual, o ex-governador, brigou conosco e tal, e rompeu, tirou a minha turminha que estava lá no governo, todinha. Aí, eu pedi para voltar. Eu pedi uns 500 lá para o Marconi. Pedi uns 500 empregos. Deve ter atendido 40, porque eu sou muito amigo dele e aí é que ele não atende mesmo. É mais fácil os que aderiram arrumarem, porque é desse jeitinho o governo. Eu nunca vi.

A Presidente Dilma, eu imagino, também atende mais os aliados do que a turma do PT. Isso é sempre assim. A coisa... É mais fácil arrumar o adversário. E eu tenho, lá, pedido que eu nunca vi.

O Carlinhos Cachoeira também pediu para mim, para uma pessoa que chamaria José. Pediu emprego para mim...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor arrumou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) –... uma dona de casa, professora, sei lá, que tinha sido demitida no governo anterior. E eu... Ela está, lá, ganhando dois mil e trabalha. E me pediu para o Moacir Tocafundo... O Moacir Tocafundo é meu amigo e também amigo do Carlinhos. Pediu... Depois, ele teve um câncer de próstata. Ganha R$1 mil por mês, mil e pouco. Teve um câncer de próstata, aí, ele pediu para melhorar o salário e até hoje não se atendeu. Teve um câncer de próstata e pediu para melhorar o salário. Não consegui até hoje. O cara está doente e não consegui, porque o sujeito precisa de medicamento, aquelas coisas todas.

Então, essa questão de pedidos, várias pessoas já me pediram emprego, e o Carlinhos fez esse pedido para mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas vamos concentrar aqui. O senhor se encontrava, sistematicamente, com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, encontrei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aqui, está dito. O senhor diz, aqui, que o senhor tem relações pessoais com ele. Então, se o senhor se encontra com ele, tem vínculos pessoais, eu estou, aqui, trabalhando com essa hipótese, mas as relações pessoais implicam o senhor ir ao escritório dele, implicam o senhor ir à Delta conversar com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nenhum problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem ele lhe pedir? A única coisa que ele lhe pediu foram nomeações?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A única coisa que ele me pediu foi esse emprego, esse emprego para essa pessoa, que está lá,

trabalhando no Estado. É uma pessoa que tinha sido demitida e eu voltei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, tudo bem.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E me fez...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Moacir e a Maria José?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E eu fiz ofício. Tenho assinado o ofício. Fiz ofício, porque essas coisas têm documento, está datado da época, está protocolado. E teve outra pessoa que estava sendo demitida, pelo menos é a informação que tive. Eu tenho até os ofícios feitos à época. Estão aqui. Há uma outra pessoa que estava sendo demitida, que estavam demitindo, gente do ... Eu fiz um ofício, não sei se fui atendido.

Foram essas três questões.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor falou bem aí: a pessoa que estava sendo demitida seria a secretária do Aredes, que é uma pessoa vinculada ao Sr. Carlos Cachoeira. O senhor pediu para...?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Fiz ofício. Fiz o pedido por ofício.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A quem?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Fiz ao governador.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ao governador ou ao secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me ver: ao governador ou ao João Furtado? Eu tenho os ofícios aqui. Tenho de olhar. Ao João Furtado. Fiz ao Secretário de Segurança Pública. Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual era a relação do senhor com o Secretário, aliás, ex-Secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele é secretário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Atual ainda?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É Secretário.

É uma relação que tenho, conheço há muito tempo. É advogado, ele é militante do nosso partido. Eu conheço ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Secretário João Furtado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, sim. Até imagino que ele tenha votado em mim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor pediu a manutenção da secretária?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Porque a informação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, por que o Carlos Cachoeira pediu ao senhor e não o Aredes pediu diretamente ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, eu não sei. Só ele é que pode dizer. Eu sei dizer que o Carlinhos é amigo de meio mundo e ele fez esse pedido, dizendo que ela estava sendo perseguida.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor é amigo do Aredes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu falei: "Eu não concordo com perseguição". E fiz o pedido. Se foi atendido eu não sei, não acompanhei, porque é uma pessoa que eu nem conheço. Agora, o Carlinhos eu conheço e fiz o pedido, como fiz vários pedidos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Aredes, o senhor tem relação com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Se passar aqui, eu não quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não conhece o Aredes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não conheço. Se passar, eu não sei quem é. Vi a foto dele pela... Eu não tenho ligação com polícia. Não tenho essa ligação. Conheço...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só com o Secretário de Segurança.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele não é polícia. Ele é advogado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ...militante. Ele eu conheço. Muito pouca... Outro dia, eu estava fazendo um discurso na minha cidade...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conhece...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, só para dizer para você. Aí eu falei lá "não conheço", e eu voto lá, tenho propriedade lá, tenho emissora lá, tenho fazenda. Eu disse: "Olha, não conheço o delegado da cidade", fazendo discurso, porque não sei quem... Aí logo o rapaz que tem lá, um rapaz com cara de 20 anos. Veio do Maringá, Paraná, e é delegado de polícia da cidade. Não tenho essa ligação, até porque cada um cumpre as suas obrigações. Não me meto nessas áreas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Carlos Cachoeira pediu ao senhor para retirar, já que o senhor falou aqui de polícia? Porque os diálogos da Polícia Federal dão conta de que o senhor avisou ao Carlos Cachoeira da saída do delegado Hylo. Ele pediu ao senhor para que o delegado fosse removido porque ele estaria extorquindo as pessoas da organização ali na região?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me lhe dizer algo. Sobre essa questão das gravações vejo nelas que há muitas descontextualizadas. Estão fora de contexto. O delegado Hylo, deixe-me só lhe dizer de quem se trata. Em 1974, ele era da polícia militar. Naquela época, em 1974, e se vão muitos anos, ele era policial militar. Naquela época, eu era menino, sequer tinha... Nossa cidade nem Município era. Era só um distrito. Ele era o chefe da polícia lá. Amigo do meu pai naquela época. Depois disso, ele virou prefeito, em 1988, onde tem a mina de esmeraldas, em Campos Verdes. Então, a pessoa mantém relação de amizade com a minha família e comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O delegado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O delegado Hylo. O Carlinhos também tem amizade com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, esse policial o senhor conhece?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Conheço, e muito. Esse eu conheço desde menino. Tenho amizade com ele desde menino. Meu pai foi assassinado, em 2002, por ladrões que fizeram um assalto na fazenda dele, em dezembro de 2002. Meu pai era amigo pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pediu a saída do Hylo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu pedi a saída?! Esse é meu amigo pessoal...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por que o senhor informou ao Carlos Cachoeira, então, a saída dele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque... Antigamente, delegado você trocava. Botava até o tal de calça curta. Hoje, delegado não se troca. Não tem esse mecanismo. Em Goiás, os delegados cumprem religiosamente dentro das delegacias. Não tem mais interferência política em delegacia. Isso acabou há muito tempo. Há uns anos, tinha até aquele tal de calça curta: nomeava um companheiro político para ser delegado. Isso acabou há muitos anos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Isso aí são gravações fora de contexto.

Gostaria de esclarecer a esta Comissão – e meu advogado aqui está, o Dr. Getúlio, a quem quero cumprimentar mais uma vez – e dizer o seguinte: até hoje sequer, a não ser pela imprensa, tive acesso a qualquer gravação. Tem as que eles consideram relevantes e tem as não relevantes. Em uma gravação dessa eu quero ver o não relevante. Onde está esse contexto? Se, há muitos anos, nem na minha cidade, onde voto, moro, tenho propriedade, eu não sei quem é delegado, por que eu vou me meter em delegado de outra cidade? É uma área em que não atuo. Confesso, você pode procurar em Goiás: uma área em que não tenho muita aproximação é essa área.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor nega que tenha ligado para o Sr. Carlos Cachoeira, negando aqui essa interceptação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim. Ela está fora de contexto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o que... Tudo bem. Vamos admitir que ela esteja fora de contexto, mas a interceptação dá conta de que o senhor liga para o Sr. Carlos Cachoeira e avisa que o delegado Hylo estaria saindo de Águas Lindas. O senhor não fez essa ligação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode ser até que o Hylo, pode até ser... Tem que ver o contexto como um todo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor pode ter avisado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode ser até que o Hylo me falou saindo em viagem ou saindo da delegacia, mas eu pedir para tirar delegado? Não, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem. O senhor não pediu para tirar o delegado...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...mas o senhor avisou o Sr. Carlos Cachoeira que o delegado estava saindo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho que ver a gravação como um todo. Eu não vi. Vi só esse trecho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro. Tenho que ver como um todo. A única coisa que posso afirmar é que o Hylo eu conheço há muitos anos e que o Carlinhos Cachoeira é meu amigo. Então, fico muito tranquilo em relação a isso.

Quero aqui mais uma vez falar o seguinte. Eu aguardo essas gravações, os não relevantes. Para mim, são muito importantes, e para esta Comissão também, porque, senão, fica fora de contexto. E outra coisa: para não constranger nenhum colega – e tem aqui o Líder do meu Partido, o Bruno, que aqui está, os colegas do meu Partido, e a todos com os quais tenho amizade –, nunca fiquei perguntando a Deputado o que tem lá e o que não tem. Eu preciso, porque é necessário, e até hoje não tive acesso, a não ser pela mídia, pelos *sites* e pelas notícias que saíram nos jornais, nas televisões e nas rádios. Até hoje, e ele foi um dos primeiros que protocolou, eu não tive acesso. Estou fazendo

esse apelo para que – já que está no Supremo – eles passem para mim, e quero os não relevantes, porque são fundamentais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, concordo com V. Exª quando diz que é importante a contextualização das conversas sempre, em qualquer circunstância. O que eu estou perguntando a V. Exª, se V. Exª não se lembra, é outra coisa. Com isso eu não estou imputando que o senhor tenha pedido para que o delegado seja removido, até porque o senhor está dizendo aqui que ele é seu amigo e não teria razão para querer prejudicá-lo. A questão é: o senhor, em algum momento... O próprio Delegado Hylo pode ter avisado o senhor que estaria saindo – uma hipótese. O que causa estranheza é o senhor avisar a saída de um delegado para o Carlos Cachoeira. A interceptação mostra isto: o senhor avisou que a pessoa de Águas Lindas estava de saída. Então, estou perguntando a V. Exª se V. Exª se lembra desse diálogo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, eu acabo de reafirmar a você: se eu não vir o contexto como um todo, é muito complicado. Eu sei dizer que o Hylo é meu amigo, o Carlinhos é meu amigo, e não sei em que contexto se deu essa conversa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E da relação do Hylo com o Carlos Cachoeira, o senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu sei que eles são conhecidos. Não sei com que grau de afinidade... Até porque o Carlinhos, em Goiás, eu diria para você, é amigo de tanta gente, mas de muita gente; ele é uma das pessoas mais bem enturmadas em Goiás.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, há uma questão de que é importante V. Exª e o seu advogado terem ciência: é que esta CPMI tem os áudios brutos. Então, penso que o Presidente pode disponibilizar para V. Exª os áudios brutos facilmente aqui, de todas as pessoas...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu fico agradecido se o advogado tiver acesso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até para que V. Exª tenha oportunidade de fazer a sua defesa nos lugares adequados.

V. Exª conhece o Sr. Geovani Pereira da Silva?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, Geovani, eu conheço, estive com ele em festa de aniversário do filho do Carlinhos. Estive com ele umas três ou quatro vezes, mas eu sei quem é.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor esteve com ele três ou quatro vezes em razão de quê? Uma vez o senhor falou que foi em um aniversário. E as duas outras vezes?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Contando em festas... Foi sempre em festas, alguns eventos, até porque ele era funcionário do Carlinhos e sempre...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual era o papel dele? Ele fazia o que para o Carlinhos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu até imaginava que ele trabalhava num laboratório, porque o Carlinhos tem um laboratório só dele e, do outro, ele é sócio. Eu sei que ele trabalhava lá, mas não sei qual era a atividade dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diversas conversas de Carlos Cachoeira nas quais ele indica repasse de dinheiro a V. Exª. A título de que eram esses recursos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe dizer. Eu fiz um financiamento rural no ano de 2011, e o dinheiro foi creditado na minha conta através do Bradesco – eu tenho os documentos aqui. Numa ação – por meio da qual até hoje eu não consegui reaver o dinheiro – movida pelo ex-Governador de Goiás Alcides Rodrigues e o ex-Secretário da Fazenda, o juiz determinou que se bloqueasse o meu dinheiro por causa de uma entrevista que dei, o que acho uma aberração, já foi julgado no Supremo, e o dinheiro está retido. Era um financiamento rural, e eu tinha de fazer os investimentos conforme a planilha... Quando você faz um financiamento daquele – foi tirado no Bradesco, eu tenho cópia aqui... O dinheiro ficou retido, e eu pedi socorro ao Carlinhos, para me emprestar até sair, mas até hoje não saiu. Eu, inclusive, estou devendo ao Carlinhos; na hora em que ele sair da prisão, eu tenho que pagá-lo; até hoje não paguei por isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se refere a um empréstimo. O senhor pediu um empréstimo ao Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu... Não foi... Ao Carlinhos, estou devendo a ele R$120 mil; devo a ele pessoalmente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pediu a ele um empréstimo de R$400 mil? As interceptações também dão conta de que o senhor teria pedido a ele... Há aqui um diálogo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca pedi, nunca pedi, você pode verificar nessas gravações. O empréstimo que eu pedi a ele foi um de R$200 mil, que ele arrumou para mim. Inclusive, ele fala da cobrança de juros com o Sr. Michel – é um rapaz da colônia árabe em Anápolis –, eu tenho aqui os documentos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Michel Aidar.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A esse, inclusive, eu já paguei; eu fiz um finan-

ciamento na Caixa Federal e paguei já. Tenho o recibo dele, paguei a ele integralmente. O Carlinhos eu só não... Fiz um financiamento na Caixa agora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou o Sr. Michel Aidar?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu já paguei a ele. Tenho um recibo, paguei a ele, fiz um saque na Caixa..., fiz o financiamento de um imóvel meu e já paguei a ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou quando?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Tenho a data aqui: dia 16 de julho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deste ano?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deste ano! Eu fiz o financiamento, eu tirei R$600 mil da Caixa Econômica Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 16 de julho.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Agora, recentemente, para pagar. E ao Carlinhos eu só não paguei porque está na prisão, senão eu já tinha pagado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor fez, em 16 de julho de 2012,...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O pagamento ao Sr. Michel Aidar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pagou os R$400 mil que o senhor teria...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, R$200 mil. R$400 mil nunca houve. R$200 mil, sim, o Carlinhos ajudou a intermediar para mim um empréstimo com o Sr. Michel Aidar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, a princípio, pediu ao Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, o Carlinhos é meu amigo! O Michel eu conheço. E o Michel é ligado ao setor atacadista lá em Anápolis. O Carlinhos arrumou, na confiança. Eu dei o cheque, depois resgatei, fiz o saque na Caixa...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Michel deu a V. Exª um empréstimo em cheque?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, ele fez... Eu estava devendo uma conta para o Sr. Renato Campos, e ele depositou diretamente para a empresa do Renato Campos. Disso tudo eu tenho documentos, inclusive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como o senhor explica, então, esse diálogo de 24... Esse empréstimo é em agosto, com Michel Aidar. Em março, há diálogo do Geovani e do Carlos Cachoeira, em que Carlinhos pede para Geovani mandar os 25 do Leréia. A que se referiam esses 25?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A esses R$120 mil que estou devendo para ele. Aí, fala que são R$65 ao todo, mas não é. No total, são R$120 que eu devo para ele, porque, como eu tinha compromisso de pagar por causa do financiamento, aí, eu peguei com ele. Tem de R$ 20. No total, deu R$120. Das gravações, eu achei R$ 65...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, o senhor afirma que esses pagamentos...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, eu devo R$120 mil para ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esses pagamentos mensais em que o Carlos Cachoeira mandava sempre entregar o dinheiro ao senhor se referem a um empréstimo que o Carlos Cachoeira fez ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Que eu fiz para ele por causa do meu dinheiro retido, que está até hoje e do qual eu tenho documento. E esse aí... Eu estou devendo a ele R$120 mil, ao Carlinhos. Na hora em que ele sair da cadeia, eu vou pagar a ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E ele entregava esse dinheiro ao senhor como?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Oi?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Geovani ou o Carlos Cachoeira lhe entregavam esse dinheiro – aqui temos áudios de março, de abril, de julho, de agosto –, ele entregava esse dinheiro para o senhor como?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Entregou-me em dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em dinheiro ou transferiu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Em dinheiro, entregou-me em dinheiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pessoalmente?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pessoalmente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O próprio Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Carlinhos, peguei com ele...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Geovani lhe entregou alguma vez?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho que lembrar. Eu sei que o Carlinhos entregou. O Geovani eu não me lembro, mas tenho que lembrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – No restaurante Piquiras. O senhor se lembra se ele lhe entregou o dinheiro no restaurante Piquiras?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – No restaurante, na garagem, quando nós terminamos de almoçar, o Carlinhos falou: "Aquele dinheiro que você pediu está aqui." Pegou e me entregou. E estou devendo a ele R$120 mil.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diálogos em que, segundo a Polícia Federal, V. Exª alerta a Carlos Cachoeira sobre o risco de operações policiais. Precisamente no dia 15 de agosto, às 18h26, por exemplo, ocorreu uma ligação nesse sentido. O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Bom, esse é um assunto bom para esclarecer. Isso foi manchete de um jornal em Goiás. Vejam os senhores: que ligação eu tenho com Polícia Federal para saber de operação? E a própria Polícia sabe que, nessa data, eles não tinham operação.

O que aconteceu foi que eu estava numa festa de aniversário do Sr. Luiz Alberto Bambu. Vou dar aqui os nomes. Se quiserem aprofundar, vocês vão buscar. Chegou para mim o Sr. Marcos Martins, que é suplente de deputado estadual e delegado de polícia. Foi chefe da Polícia Civil em Goiás. Chegou e me chamou num canto...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Como é o nome?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Marcos Martins, delegado de polícia e suplente de deputado estadual.

Chegou e falou: "Olha, eu tenho uma notícia para te dar." Aqueles mesmos que eu falei que entraram com uma ação. Porque a campanha lá em Goiás foi guerra. Falou: "O Braga – que é o Sr. Juscelino Braga – encomendou você para morrer. Queima de arquivo. Vai mandar te matar." Foi o secretário de Fazenda do governo anterior que moveu uma ação contra mim.

Bom, a informação veio de um delegado de polícia, e lá havia 20 testemunhas. Peguei e falei: Marquinhos, esse negócio de crime de encomenda, quando é bem encomendado, e o pistoleiro é bom, mata mesmo, porque já atiraram no Papa, no presidente dos Estados Unidos. O que eu posso fazer? "Não, mas você tem que ficar atento e tal. Você está encomendado."

Bom, meu amigo, esses assuntos, se eu viesse para a tribuna aqui chamar a atenção, é um fato complicado. Como é que eu vou dizer isso da tribuna? E se não for verdade? Se eu for dar uma entrevista?

Uma das pessoas que têm muita amizade em Goiás, é meu amigo, porque eu confio, é o Carlinhos. Falei: "Carlinhos, chegou essa informação para mim e veio de uma pessoa ligada a esse povo aí." E, quando eu digo "esse povo aí", é aquele pessoal que tinha sido preso em Goiás, os policiais lá, naquela operação da Polícia Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sexto Mandamento.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Sexto Mandamento.

Ora, um policial traz para mim essa informação de que eu estava encomendado de morte. Eu estava preocupado com a minha vida. E o Carlinhos é muito amigo de meio mundo. Eu falei: "Pode descobrir isso para mim." Porque se eu viesse à tribuna e fizesse uma acusação dessa? Então, essa é a preocupação. Isso aí é a coisa mais fácil de investigar, porque a própria polícia sabe que não houve nenhuma operação nesse período. Então, isso aí já foi colocado, virou manchete de jornal para sacanear. Todos eles sabiam disso, que não havia operação... E que acesso eu tenho à Polícia Federal, Deputado de oposição?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só vou lembrar a V. Exª que existia essa operação aqui em curso.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Essa já tinha sido feita. Esse pessoal já estava preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – 2011...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. Esse pessoal estava preso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, a Operação Sexto Mandamento.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É, exatamente. A operação que diz é essa aí. Você vai ver que, na gravação, ele conversa com o Edivaldo e diz: "Ó, aquele negócio do Braga lá eu fui ver, não é verdade." Nas próprias gravações, está aí, mas, na imprensa, ficou... Como eu sou... Que dia que eu... Gente, se já sentei com algum delegado de Polícia Federal na minha vida foi em algum evento aqui. Não tenho amizade com policial federal, nem conheço. Que acesso que eu tenho, Deputado de oposição? Se eu tivesse esse acesso, pode ter certeza que eu teria evitado, inclusive, pegar o empréstimo com o Carlinhos. Eu saberia dessas operações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esse delegado foi a única pessoa que lhe falou sobre esse assunto?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim. Ele é um delegado conceituado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas só ele o alertou sobre isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu fui conversar. Conversei com o Carlinhos. Falei: "Dá uma checada para mim." Depois, conversei com outras pessoas, o que é normal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas eu quero perguntar a V. Exª o seguinte: quem lhe avisou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Delegado Marcos Martins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele me avisou, numa em que havia 20 pessoas. É uma pessoa séria, delegado, depois chefe de Polícia Civil, foi chefe do grupo antissequestro de Goiás. Você sabe que, nesse meio aí, esse pessoal tem essas relações. Eu estava preocupado com a minha vida. E até hoje eu não morri... Porque, se tivesse encomendado, já tinha prazo para morrer várias vezes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou só lembrar aqui a V. Exª, no diálogo de V. Exª com Carlinhos Cachoeira.

Leréia*:Ó, eu conversei com o rapaz lá. Eu ouvi um zum-zum-zum. Sabe de uma pessoa aí desses que participaram dessa operação aí, que é amigo dele e tal e alertou, entendeu? Então, já é a segunda pessoa com a mesma coisa. Então, tem um fundo de verdade mesmo.*

Carlinhos Cachoeira: *É, mas são diferentes.*

Leréia: *É, mas é gente do mesmo, da mesma origem, entendeu? Ele conhece bem esse pessoal aí. Inclusive ele ajuda esse povo aí que foi detido naquela operação. Uma dessas pessoas é que alertou ele.*

Porque V. Exª disse aqui que V. Exª foi avisado por uma pessoa só. E essa segunda pessoa aqui quem seria?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Essa outra pessoa foi o Marouan, que é um amigo meu pessoal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, não é uma só.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Foram duas pessoas.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu chequei com o Marouan também. O Marouan falou: "Ah, tem que tomar um certo cuidado." Foi o único caso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o Marouan lhe informou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não, não. Só pedi a ele para dar uma checada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor que foi a ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, sim. Olha, eu só não ia fazer discurso da tribuna, até porque, desses aí que foram presos, alguns foram soltos, entendeu? E aí a acusação que pesava contra essas pessoas era negócio de assassinato, de queima de arquivo. E eu, o ex-Secretário da Fazenda, homem poderoso, chega a notícia para mim, eu também não ia fazer estardalhaço. Eu fui me informar com quem eu confio para checar. E lhe confesso que... E quem poderia ter acesso? O Carlinhos eu sei que tem amizade com muita gente ligada à polícia. Isso eu sei que ele tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, quem é... O senhor falou aqui: "Inclusive ele ajuda esse povo aí." Quem que ajuda esse povo aí e que foi detido?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. Aí o Marcos Martins, que é polícia. Eu me referi ao Marcos Martins aí, porque ele é policial. Ele é colega deles. E ele me deu essa informação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor foi avisado desse risco por uma pessoa só?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Por uma pessoa. E depois eu fui checar. Conversei com o Carlinhos e conversei com o Marouan.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí o senhor conversou com o Carlos Cachoeira e com mais outra pessoa.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E, depois, conversei com algum colega parlamentar, que não me lembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que aqui, no diálogo, V. Exª está falando que foi avisado por duas pessoas e não por uma.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Exatamente. Exatamente o que eu falo aí... Aí está truncada a conversa, mas é isso aí. Quando eu me refiro a alguém, é ao Marcos Martins, porque é do meio. E você sabe que, quando há crime de encomenda... Ainda mais num período daquele. Porque me parece que era mentira. Eu não posso aqui... Porque, se houve essa intenção, eu acho que, pelo menos, ela não vingou. Senão, não estaria aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a nomeação de pessoas, o Carlos Cachoeira pediu que o senhor nomeasse quantas pessoas que o senhor lembra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Carlos Cachoeira?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A única pessoa que pediu para mim foi o Moacir Tocafundo. Ele pediu para melhorar o salário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a Maria José?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A Maria José foi a única pessoa que me pediu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – São as duas únicas pessoas...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E o Moacir Tocafundo não pediu para eu nomear, não. Pediu para mim... Eu que pedi. O Moacir estava nomeado, surgiu um câncer, e aí o Carlinhos: "Ah, ajuda o Moacir, está ganhando mal." E até hoje não resolveu também. Está lá ganhando mal, porque Estado, cargo comissionado... Efetivado em serviço público ganha relativamente bem; comissionado, a não ser o cargo de Secretário, o resto, todos sabem que os salários são muito baixos, principalmente da parte executiva.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Wladimir Garcez pediu que o senhor fizesse algum tipo de nomeação, indicasse...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, a mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor se encontrava...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque eu nunca tive o poder de nomear ninguém. Eu só fazia pedir, como agente público que sou. Nunca tive... A não ser do meu gabinete, que indico, e a Câmara nomeia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre a questão da Srª Conceição Aparecida Malveira Maia, que era secretária do Sr. Aredes, V. Exª disse aqui que não tem notícia sobre se ela foi mantida no cargo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu não tenho. A única informação que chegou para mim foi a de que ela estava sendo demitida por perseguição. E fiz um ofício – vou deixar cópia – na época, entendeu? Então eu tratei... Não foi clandestinamente: assinado como Deputado Federal, pedindo... Porque, primeiro, discordo de fazer perseguição, ainda mais a funcionário que... Esse pessoal secretário deve ganhar mais do que mil e quinhentos, dois mil contos, em Goiás, essas secretárias de auxiliar. Não ganham bem. E eu discordo, por causa de política de perseguir algum funcionário, principalmente comissionado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E, quando vai perseguir, persegue normalmente os pequenos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, em algum momento, pediu ao Governador Marconi Perillo que mantivesse na Secretaria de Segurança Pública o Sr. João Furtado?

O SR CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque... Nunca precisou pedir, até porque o João Furtado foi uma escolha pessoal do próprio Marconi...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do próprio Governador.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – João Furtado foi Procurador no governo anterior. É uma pessoa que tem relação com Marconi diretamente, não precisava fazer nenhum pedido, até porque ele lá chegou pelos seus méritos e porque o Governador confia nele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor teve alguma... O senhor tem notícia de algum tipo de relação do Sr. Carlos Cachoeira com o Sr. João Furtado Neto?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eles são amigos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não sei se são amigos. Imagino que não. Devem ser conhecidos, mas amigos, não, até porque conheço muitos dos amigos do Carlinhos, e nunca vi João em nenhuma roda com Carlinhos, em lugar nenhum.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cláudio Abreu, num desses diálogos interceptados, pede a Carlos Cachoeira, reclama a Carlos Cachoeira que o senhor estaria batendo na CCL ou CCE, em relação a um contrato da Delta. V. Exª tem notícia disso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, se for o que eu ouvi, é o seguinte: foi feito um viaduto lá em Goiânia pela Delta – com parceria, não sei –, inaugurado pelo ex-Prefeito Iris Rezende Machado. O viaduto fica na T63 com a 85. E, logo depois de inaugurado, ele teve um problema. E eu fui, não me lembro se a um programa de televisão ou rádio ou jornal, e fiz uma cobrança: obra recém-inagurada, uma obra muito bonita, pomposa, mas cuja qualidade me parece que não é boa. E ele começou a descolar, e caiu uma parte lá. E fiz uma crítica a isso aí. Isso aí é verdadeiro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Carlos Cachoeira ligou para o senhor, para maneirar?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro. Não me lembro. E, se ligou também, o que ia adiantar? Porque a crítica que faço tinha sentido. Depois eles consertaram, e agora está dando defeito de novo. Uma obra feita... Foi inaugurada... Inclusive, parece que o...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não se lembra se o Carlos Cachoeira... Porque ele disse ao Cláudio Abreu que falaria com o senhor. O senhor não se lembra se ele falou?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não me lembro se ele falou comigo. Se falou, não me lembro, porque é tão irrelevante isso. Obra que governo faz, dinheiro público, que dá defeito... Eu, como agente público, tenho que cobrar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro.

O senhor fez algum favor para o Carlos Cachoeira em relação a vistos para a família dele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já explicou isso, acho que era importante...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Em relação a visto, é o seguinte: todos sabem que o Estado de Goiás – isso está mudando, graças a Deus –, entre as que... Acho que Minas Gerais deve ser líder, mas depois deve vir Goiás, eu imagino. Colônias especialmente dos Estados Unidos, pessoas que lá foram para trabalhar. Mas, com a estabilidade da moeda, com a economia forte, têm voltado. E Goiás tem muito...

O que recebi de... Até porque... Recebi: "Olha, o parente está precisando de um visto." E qual a explicação que dei? Eu falei: olha, tem de fazer... E toda a Assessoria da Comissão de Relações Exteriores fazia o pedido para a embaixada e aí explicava para a pessoa qual é o procedimento, porque nem nós, parlamentares... Isso foi noticiado como se eu tivesse interferência. Nem nós, parlamentares... Quando precisamos de visto, precisamos fazer o procedimento via lá, 2ª Secretaria. Não é a Comissão de Relações...

Agora, você pedir à Assessoria para encaminhar... E aí eu respondia. Inclusive, tenho *e-mail* em que foi feito o pedido, e a resposta, dizendo que tinha de passar pelo procedimento de entrar na... Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na Internet?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Na Internet, aquela coisa toda. O Carlinhos, como amigo... Parece que há uma ligação em que ele fez, pedindo: "Ah, você é o cara dos vistos", não sei o quê... Isso é tão normal pedir, como pedem emprego para a gente, pedem para passar em concurso público. Há gente... Eu sempre procuro, quando vou conversar com os eleitores e amigos pelo Estado afora, dizer: olha, gente, as coisas mudaram. Antigamente, Deputado tinha poder – se bem que não cheguei nessa época; quando cheguei, já eram bem definidas as coisas. Eu não fui Deputado nessa época. Mas, hoje, o Deputado, o poder é muito limitado. O que você pode, como agente político, é fazer o pedido. E pedir emprego, essas coisas, é normal do nosso trabalho. Como devem pedir à Presidente Dilma lá; pedem emprego, pedem, enfim... E aquilo que pode e o que não pode. Então, isso ocorreu. Agora, noticiou como se eu usasse... E aqui há Parlamentares que pertenceram à Comissão e pertencem, tanto a essa quanto a... Presidi com a maior dedicação e cumprindo o dever que a mim foi conferido pelos colegas da Casa. Jamais a Comissão interferindo em qualquer atividade fora desta Casa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Leréia, V. Exª, em 2009, recebe um cheque de R$100 mil da Linkmidia Tecnologia da Informação e Editoração Ltda. Esse cheque foi, depois, coberto com recursos de empresas ligadas à organização do Sr. Carlos Cachoeira. Eu indago de V. Exª o motivo do recebimento desse cheque.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, isso aí é uma outra notícia que foi veiculada tão fácil de esclarecer.

Eu sou radialista também, aprendi mexendo, fazendo locução no interior. Aprendi fazendo locução naqueles carros de som, naquele tempo era um Fusca. Aí, depois, fui trabalhar em rádio, fui por esse caminho aí. E eu tenho emissora de rádio, que foi depois da Constituinte, na minha cidade do interior. E até ser Parlamentar, eu fazia até programa lá na emissora de rádio. E aí o que acontece? Há o Sr. Leo Teixeira, que é um advogado aqui de Formosa, uma cidade aqui próxima, de quem eu tive apoio, próxima a Brasília. Ele ganhou, ele é advogado, e ganhou uma ação, que estava tramitando, para que ele tivesse direito a uma parte da rádio de uma emissora que foi da viúva – da viúva, não – da ex-esposa do ex-Deputado Paulo Mandarino, que acho que, hoje, ainda é vivo; é vivo sim. Paulo Mandarino, da ex-esposa dele. E ele ganhou uma parte e quis me vender. Eu até tive vontade, mas rádio do interior dá muito trabalho. Eu encaminhei, porque o Carlinhos gosta dessa atividade, o Carlinhos gosta desse meio, o Carlinhos tem parte em rádio pelo Estado afora, gosta de jornal, essas coisas. Encaminhei para o Carlinhos. Eles deram para ele dois cheques ou um cheque, não sei, que não teve fundos. Aí ele ligou para mim e eu estive com o Carlinhos, ele pediu para falar com o Wladimir, para pagar o Leo. Nunca recebi cheque de Linkmidia. Nunca usei, tenho documento disso aqui, tenho o contrato. Quero deixar... Mas saiu na imprensa como isso aí. Como saiu na imprensa que eu sou dono de um terreno com o Carlinhos, e nunca tive terreno com ele. Podia até ter tido. Podia falar. As coisas que tenho estão declaradas no meu Imposto de Renda. Mas saiu na imprensa. E aí a imprensa não é culpada. Pelo contrário. Da maneira como colocaram as fitas.

Então, esse assunto é um assunto tão fácil. O Leo é uma pessoa conceituada; além de ser advogado, tem

empresas. Mas saiu dessa maneira. Então, fica... E é boa essa oportunidade, para esclarecer esse assunto.

Tenho aqui, inclusive, o contrato.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só uma questão, Deputado Leréia. Quem lhe deu o cheque da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu nunca tive cheque de Linkmidia, nunca tive, nunca tive. O cheque foi do Carlinhos, não sei de quem era o cheque, dele, está lá, para o Sr. Leo Teixeira. E como eu havia intermediado o negócio, o Sr. Leo ligou para mim: "Olha, o cheque voltou sem fundo." E aí eu fui atrás do Carlinhos. Falei: "**Carlinhos**, aquele cheque que vocês deram lá...". Não sei se é um ou dois. Pode ter certeza que essa é a verdadeira história, e tenho documentos aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É porque há áudios em que V. Exª repassa os dados da Linkmidia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Passo os dados...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...para que fosse feito o depósito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ...para eles depositarem, porque o cheque havia voltado sem fundo. Há cópia disso aí, há tudo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há, exatamente. Aí foi feita a cobertura do cheque...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, exatamente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...de R$100 mil, que o Carlos Cachoeira arrumou para o senhor.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Arrumou para mim, não; para pagar o Leo. Aí há documentos que provam isso aqui. Para mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E por que o senhor estava no meio dessa relação?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu acabei de dizer. O Leo ofereceu para mim, tive até vontade de comprar. Queria vender para mim a parte. Depois, eu não tinha como, recursos para pagar. E aí o Carlinhos comprou essa parte. Ele tem essa parte na...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem comprou, então, foi o Carlos Cachoeira. É dele.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Carlos Cachoeira, sim, senhor. Eu intermediei o negócio, apenas isso. Até porque eu sou dessa área.

Por isso que eu digo para você que tem que haver os relevantes e os não relevantes. E esses dados que passarão ao meu advogado serão... Se eu os tivesse pegado, pode ter certeza que facilitaria muito o diálogo aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Exª nega, aqui, que tenha relações patrimoniais com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu não tenho nenhuma...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor disse, aqui, que não é sócio dele naquele terreno de 800 mil...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não existe o terreno, nunca tive.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...a que os autos fazem referência.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tinha um terreno no Alphaville e vendi. Tinha uma casa no Granville e vendi. Hoje eu tenho um apartamento na Rua 9, no Setor Oeste, por causa do trânsito em Goiânia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor não tem sociedade com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho nenhuma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nenhuma?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Pode investigar, porque eu não tenho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor não tem sociedade com o Sr. Carlos Cachoeira num avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixa eu lhe contar: eu moro numa cidade a 500 quilômetros de Goiânia. Na minha cidade, gasolina custa R$3,30 o litro. Gasolina de avião custa R$3,70. Para evitar estar pedindo avião a... Quem tem avião é empresário. Por causa do mandato de Deputado, para não estar... Eu entrei como sócio num avião com o dono da Francar, o Sr. Francisco Santos. Está declarado no meu Imposto de Renda desde 1987. Custou US$250 mil divididos por três. E eu continuo tendo a parte. O Chiquinho já vendeu a parte dele, eu não sei se foi para Carlinhos, irmão de Carlinhos. Eu sei que hoje o meu sócio é o Sr. João Ricardo, um empresário de Goiânia. A minha parte continua, está no meu Imposto de Renda de 2007; está a mesma aeronave até hoje. Porque, para mim, enquanto eu tiver mandato, é muito útil. Eu tenho voto... A minha cidade é a 500... O dia em que eu não tiver, não tem sentido!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu entendo a utilidade.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Para evitar estar pedindo avião a empreiteiro, exatamente para isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, o Carlos Cachoeira nunca foi sócio do senhor nesse avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Bom, meu não. Ele pode ter sido do Chiquinho. Eu

não sei, aí o Francisco tem que dizer. Porque a minha parte eu comprei e botei no meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E está até hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em algum momento ele foi sócio do senhor nesse avião?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele e o irmão dele tinham um negócio lá com o Francisco. Eu não sei. Porque a minha parte está no meu nome, vocês podem comprovar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tudo bem. Mas como se trata de um bem único, uma parte é do senhor, a outra parte é...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não. Isso aí você pode ter certeza. Eu comprei uma parte do Francisco. Eram US$250 mil dólares na época, ou US$270 mil, não sei, e eu entrei com um terço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Carlos Cachoeira comprou a outra parte?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não sei se o Chiquinho vendeu para ele. Imagino que não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é amigo do Carlos Cachoeira e o senhor não consegue ver se tem um avião com ele?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, mas espera aí. Veja só, o avião, a parte minha eu pus no meu nome; o irmão do Carlinhos, o Paulinho, é sócio na outra parte. Teve um momento em que ele entrou com o Chiquinho, lá na parte do Chiquinho, para lá – entendeu? –, mas não da minha parte.

E avião você voa da seguinte maneira: o piloto voa; aquele que voa entrega cheio; e divide o salário por mês. Eu sempre prestei conta. Depois, o Chiquinho vendeu a parte dele também. Hoje deixou com o João Ricardo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vendeu para quem? O João Ricardo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Chiquinho vendeu para o Renato, depois vendeu para o Zé Vitti e depois vendeu para o João Ricardo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alguma dessas pessoas é parente do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não. Nenhum deles. Pode verificar que tem todo o processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É empregado ou funcionário do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, nenhum tem negócio com ele. Nenhum tem negócio com ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas e essa história, então, do irmão do Carlos Cachoeira, que eu não entendi?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – O Chiquinho e ele tinham negócios, ou têm negócios, eu não sei. Parece que teve um momento em que o Chiquinho vendeu uma parte para o irmão, para o Paulinho – entendeu?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para o irmão de?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Do Carlinhos Cachoeira, o Paulinho. O Paulinho Ramos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, em algum momento teve uma sociedade, deste avião, com o irmão...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Com o Paulinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer por quanto tempo que o senhor manteve essa sociedade?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí eu não sei. Tem que ver pelos documentos. Eu sei dizer que a parte que tenho está no meu nome, declarada no meu Imposto de Renda – você pode verificar. E eu continuo tendo a parte, porque para mim é importante. Agora mesmo, nessa campanha, eu usei a aeronave – entendeu?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu, agora, passo aos Srs. Parlamentares inscritos, pelo tempo regulamentar de 10 minutos. E o primeiro inscrito é o Deputado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, salvo engano, o procedimento que vem sendo adotado é passar a palavra aos autores e em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que aqui não consta o roteiro. V. Exª tem...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na verdade, nem vou fazer pergunta, é apenas para registro. Eu não farei pergunta, eu farei como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª tem razão. É que isso não me foi passado. Mas eu peço um minuto para que a Secretaria passe...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para registro, na verdade eu não farei pergunta, eu farei como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É porque tem outros autores, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, eu queria, então, só um minuto, para pedir aqui a inscrição, porque não me foi dada.

Passam-me aqui que os autores são o Senador Alvaro Dias e o Deputado Carlos Sampaio.

Bom, os autores do requerimento de convocação do Deputado Federal Carlos Leréia, de convite ao Deputado Carlos Leréia são os Srs. Senador José Pimentel, que não se encontra neste momento aqui, e Deputado Carlos Sampaio, que não quer usar a palavra na condição de autor. Portanto, vou passar aos inscritos, como já tinha feito aqui.

Passo, então, ao ilustre Deputado Rubens Bueno, pelo tempo regulamentar de 10 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Convidado, Deputado Leréia, eu tinha aqui elencado algumas perguntas de todo o relatório que pesquisamos junto à assessoria, mas algumas delas o Relator já perguntou e V. Exª já respondeu. Mas eu gostaria que o senhor pudesse falar dessa relação com o Carlinhos Cachoeira, de sua amizade já foi falado, se tem também alguma relação profissional, alguma sociedade – o senhor falou sobre avião –, alguma outra coisa. Nenhuma sociedade, nenhuma relação profissional, nada além da amizade pessoal?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Além da amizade pessoal, não tem nenhuma atividade – podia até ter, não tem nenhum problema – até porque o Carlinhos como dono daquele laboratório de pesquisa lá... Ele tem sociedade com outros dois grandes laboratórios, com aquele laboratório de pesquisa equivalência de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, e tem o outro laboratório de pesquisa, que é aquele que pesquisa quando se vai botar um medicamento no mercado. Ele é sócio de dois outros grandes grupos lá. Não teria nenhum problema, mas eu não tenho nenhuma sociedade com ele e não podia ter...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguém perguntou, não sei se foi perguntado ao senhor, sobre um terreno de R$800 mil em uma sociedade...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca tive terreno com ele. Falam em Aldeia do Vale, eu não sei de onde surgiu isso, das gravações. Nunca tive terreno em Aldeia do Vale. Nunca tive casa... Eu já tive casa no Granville e lote no Alphaville e já vendi as duas propriedades para adquirir outro imóvel, onde moro hoje.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Do cartão de crédito o senhor chegou a falar hoje sobre ele? Que o senhor teria usado o cartão de crédito do Carlinhos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sim, isso daí também eu ouvi; a imprensa colocou.

Veja você: a uma pessoa que você tem amizade, eu já passei meu cartão. Para reservar um hotel, você passa o número, senão, não faz a reserva, depois você vai e paga. Eu já fiz isso para a esposa de amigo meu quando vai viajar. Já também recebi para reservar o hotel lá no nome. Mas, nesse caso, não foi nem hotel. Deixe eu lhes contar a história verdadeira. Podem investigar se teve despesa do cartão.

Eu tenho esse iPad, como muita gente tem. Meus meninos gostam daqueles joguinhos. Um dia, basta ver a gravação para descobrir a data, vai descobrir, eu comprei nos Estados Unidos e comprei US$100,00 de crédito, US$100,00 de crédito da Apple para baixar os joguinhos. Baixou, aí não consegui mais baixar depois que estava aqui no Brasil. Aqueles aplicativos, aqueles joguinhos para a criança brincar. Aí, um dia – e o Carlinhos é um cara muito inteirado desse negócio de computador, essas coisas, inteiradíssimo nessas coisas –, peguei e liguei para ele. Falei: "Carlinhos, como é que faz para comprar esse crédito aqui? Eu estou precisando baixar um joguinho dos meninos aqui e não consigo". Ele falou: "Uai, seu cartão". Eu falei: "Não estou conseguindo". Depois, eu fui me informar, hoje até já mudou, ouvi até uma gravação de quem estava reclamando e não conseguia, aí ele passou o cartão para eu tentar comprar também e não consegui. Mas isso aí saiu como se eu usasse o cartão dele. E ficou isso aí.

Podem verificar que não tem compra nesse dia. Eu tenho cinco cartões de crédito ou mais, não sei, jamais usaria cartão de alguém para fazer compra. Isso é uma questão de relação de amizade e também não consegui baixar, podem verificar. É muito fácil a Polícia Federal investigar se, naquele dia, esse cartão com esse número teve alguma compra. É muito fácil. Mas, de qualquer maneira, a notícia está colocada. Essa é uma relação de amizade. Passou o cartão para eu tentar e também não consegui baixar, Deputado. Essa é a verdadeira história. Pode até a pessoa falar: "Mas...". Só com uma pessoa de amizade que, no telefone, você passa.

Esses tempos, eu estava viajando para o Nordeste e eu lembro que passei o meu cartão para a esposa de um amigo meu. Ela: "Ó, tem que reservar o hotel lá". Peguei e passei. Eu estava lembrando agora. Passei e, depois, cheguei lá e paguei. Porque você passa o cartão para fazer a reserva, depois chega lá, quem pagou a conta fui eu. Mas faz parte. Só em relação de amizade para acontecer algo assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor negou aqui, na pergunta do Relator, com relação à intervenção sua...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Parece que o senhor está sem som, Deputado. O senhor está sem som, não?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, é o som aqui que não está...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho problema auditivo. Só ouço no ouvido direito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. O senhor teria negado a pergunta do Relator sobre uma operação policial que o senhor teria anunciado com antecedência ao Carlinhos Cachoeira. O senhor negou. A pergunta...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque vai ver que esse diálogo ele depois da... O pessoal, alguns já estavam sendo soltos. Não é que eu neguei, é porque não é verdade. O que eu falei com ele foi a respeito da pessoa que chegou para mim com a notícia de que eu estava sendo encomendado de morte. E o senhor, que é o homem experiente, sabe que crime de encomenda, quando é para fazer, faz. E a gente fica preocupado, mas também sem fazer nenhum estardalhaço. Eu não vou fazer até porque depois iriam dizer que eu estava usando isso, que era uma questão política e, com certeza, não se concretizou; eu estou aqui conversando com V. Exªs...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E aí também tem, Deputado, a informação dessas gravações – que nós fizemos aqui as degravações –, que chegaram aqui para a CPMI, de que teria sido pedido com urgência um pagamento de R$25 mil ao contador Giovani para o senhor.

A minha pergunta é sobre se isso aconteceu. E se aconteceu, por quê? Houve algum serviço? Houve alguma relação de negócio? Isso era constante? Ou de fato não aconteceu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu vi isso aí ser noticiado e imagino ser do recurso que o Carlinhos me arrumou, que não foi só de uma vez. Eu falei: Carlinhos, o meu dinheiro está bloqueado. Ele falou: "Quando você precisar você me fala." E aí, estou esperando desbloquear o meu, que está bloqueado – podem ver que há uma ação judicial por causa de uma entrevista que dei contra esse mesmo Braga, que é aí do ex-governador, que são meus inimigos hoje –, já foi julgado; a Ministra Carmen Lúcia foi relatora de um, e o outro, acho que foi o Ministro Ayres Britto. Eu não consigo retirar o dinheiro, e foi um empréstimo bancário para cumprir. Quando você faz um empréstimo bancário para fazer atividade rural, você tem o compromisso de pagar. Não sei por que tinha que pagar, se era cerca, desmatamento, não sei; é para essas coisas. E aí o Carlinhos me emprestou. Imagino que seja isso. Porque não tem voz minha aí, mas o Carlinhos me emprestou dinheiro sim, e não foi só uma vez; e eu devo a ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, era só isso. Eu só gostaria, antes de encerrar, de agradecer e insistir aqui na nossa tese da CPMI, Sr. Relator. Nós já discutimos aqui – fizemos aqui, no início, uma conversa boa – esta reunião marcada para terça-feira, que poderia ser feita hoje ou amanhã, convocando os líderes. Mas, infelizmente, ficou para a semana que vem.

Com relação à prorrogação dos prazos de entrega de relatório para o dia 4 de novembro, porque tem muita coisa a ser apurada, muita coisa a ser apurada que nós ainda não chegamos às verdadeiras informações, especialmente aquelas que tratam de mais de R$200 milhões que a Delta repassou às doze empresas laranjas, que até agora não tiveram os seus sigilos bancários e fiscais quebrados, e que têm toda uma informação – e todos os números indicam isso –, as datas que aconteceram no ano de 2010, coincidentemente no ano eleitoral de 2010.

Então, é de fundamental importância que a CPMI possa concluir esse trabalho, sabendo que a Polícia Federal, ao entregar o seu relatório, disse no seu relatório que o Sr. Carlos Cachoeira é sócio oculto da Delta. Se ele é sócio oculto da Delta e a Delta tem empresas laranjas que envolvem bilhões de reais, e repasse de milhões para empresas laranjas, isso tem que ser melhor investigado.

Por isso peço e insisto na tese da prorrogação do prazo da CPMI, para que possamos chegar, finalmente, àquilo que é o melhor, que é a informação concreta, com investigação a mais perfeita possível, para que apuremos e indiquemos ao Ministério Público, para que o Ministério Público possa encomendar ao Judiciário as sanções que porventura possam ser feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Passo a palavra, agora, pelo tempo regulamentar de 10 minutos, ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputado Leréia, depoente convidado desta tarde, eu queria dizer ao Relator e ao Presidente que não tenho nenhuma pergunta a fazer.

Assim como disse o Deputado Rubens Bueno, as perguntas que foram formuladas pelo Relator, de forma muita oportuna, e completadas em alguns aspectos pelo Deputado Rubens Bueno, V. Exª respondeu de forma sincera, objetiva, não deixando a menor dúvida

de que a sua relação de amizade – nunca negada; ao contrário, divulgada, eu diria – não pode ser contextualizada como alguém que participa de uma ação criminosa porque convive com alguém que, efetivamente, teve uma conduta criminosa que se descobriu depois. Até por vezes, realmente, nessa relação de amizade, muito do que V. Exª disse aqui, para não dizer tudo, acontece na relação entre amigos. Isso é real. Por vezes, até nos assusta quando a pessoa diz assim: mas, mesmo sabendo disso, você manteve a amizade? Sim, porque nós estamos sabendo hoje quem é ele ou a atuação que ele teve. E, mesmo assim, V. Exª mantém a amizade. Porque ele errou, vai pagar pelos seus erros, mas mantém. Mas, em 2006, em 2007, com muito mais razão, era para manter essa amizade, porque não se tinha nada de concreto.

Nós estamos vivendo um episódio aí, o episódio do mensalão. Eu fui da CPI dos Correios, fui Sub-Relator de Sistematização, apuramos o envolvimento, à época, do Ministro José Dirceu, do Presidente do PT, José Genoino, de todos aqueles que estavam ligados, do Delúbio, todos eles com um relação pessoal do Presidente Lula e, em momento algum, qualquer pessoa ouviu da minha boca, àquela época, que tinha envolvimento do Presidente Lula. Nunca disse, como Sub-Relator. Por quê? Porque as provas não evidenciavam uma relação de amizade, ou melhor, do envolvimento do Presidente Lula, mas, sim, uma relação de amizade. São coisas completamente distintas.

O Presidente Lula ser amigo daqueles que se envolveram com o mensalão é uma coisa, ter participado é outra. Fatos novos surgiram na *Veja*, nem se sabe se isso é real ou não é real. É uma coisa que tem que ser verificada, porque nem se sabe se isso foi fruto de uma entrevista ou foi fruto de uma conversa onde se foi captando ideias colocadas pelo Marcos Valério, se é que elas foram colocadas.

Mas, enfim, eu quero usar esse exemplo porque, à época, a relação de amizade não nos fez concluir na CPI que o Presidente Lula tivesse qualquer envolvimento. Quanto à amizade, era existente, evidente e notória entre ele, Delúbio, Zé Dirceu, que era o capitão do seu time, em suas palavras, o Genoino, todos eles, todos eles. Então as coisas não se confundem.

Eu sugeriria a V. Exª aqui, até pela minha formação como promotor de Justiça, que extraísse cópia do seu depoimento de hoje e juntasse na Câmara Federal, onde V. Exª tem um procedimento de investigação lá, que talvez tivesse esclarecido tudo o que esclareceu aqui hoje, Deputado Leréia. V. Exª sequer estaria sendo sindicado na Câmara, porque explicou de forma muito coerente, sincera e verdadeira.

Então, cumprimento V. Exª por ter tido esse desprendimento de dizer "eu quero ir, eu quero ser ouvido, eu quero falar", porque não é possível o achincalhe público sem que V. Exª possa se manifestar. E V. Exª se manifestou.

Eu encerro aqui, agradecendo ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Relator, Odair Cunha, Sr. Convidado, Deputado Carlos Leréia, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, também na mesma linha do Deputado Carlos Sampaio, sinto-me extremamente satisfeito até porque o nosso Relator, Odair Cunha, explorou em profundidade todas as questões que estão sendo investigadas. Foram respondidas, pelo Deputado Carlos Leréia, com o coração aberto. Ouvi e sinto uma franqueza tremenda do Deputado em não esconder nada.

Também no meu Estado nunca soube, antes desta CPMI, algum fato que denegrisse a imagem do Deputado, desde quando Deputado Estadual. Não tenho na lembrança nada que o incriminasse ou levasse a uma conduta diferente do que ele disse. É pragmático e legalista. Agora, amizade todos nós temos com gente que, às vezes, destoam e saem fora caminho. Nem por causa disso, deixou de ser amigo. Então, eu o parabenizo por sua conduta e me sinto extremamente satisfeito.

Agradeço ao Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Próxima inscrita é a ilustre Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colega Deputado Carlos Leréia, eu não posso dizer que estou satisfeita com o depoimento de V. Exª, até porque eu tenho dúvidas ainda e gostaria de tentar esclarecê-las aqui ouvindo um pouco mais de V. Exª.

Uma coisa que me chamou atenção e eu fiquei tentando entender, V. Exª fala que tem cinco rádios. Eu também tenho. Concordo com V. Exª a respeito da praticidade de usar o rádio, no meu gabinete eu tenho pelo menos cinco com toda a assessoria até porque, concordo, diminui a conta telefônica.

O que me chamou a atenção – talvez eu tenha me confundido – foi quando V. Exª disse que usou o radinho emprestado do seu amigo Cachoeira nos Estados Unidos. Solicitaria lá em viagem com a família. E eu faço a pergunta: O Sr. Carlos Cachoeira estava com o senhor lá?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não.

Só para esclarecer à ilustre Deputada, as gravações existentes são do meu rádio. E como ele estava aqui no Brasil, ele não estava nos Estados Unidos... Estavam lá minha mãe comigo, minha esposa e meus três filhos, que foram comigo... Um pequeno... E nós, para não deixar o gabinete, pois estava precisando sempre falar com o gabinete e com o escritório de Goiânia, levei os dos motoristas, fez dois; com o meu, três; eu precisava de um quarto rádio. E aí, eu peguei emprestado, porque eu tenho uma filha maior, já mocinha, um filho ficou com a minha mãe, outro com a minha mulher e outro comigo. Então, fiz os quatro, para ele estar conversando lá, porque funciona como *walkie-talkie*. A senhora pode verificar aí – vocês têm mais acesso do que eu – que das gravações, eu gostaria de repetir, 90% foram com meu rádio. Então, se eu tivesse alguma coisa para esconder, eu não teria conversado com rádio meu. Aliás, eu até acho que negócio de gravação só tem uma maneira de não gravar: é não falar. Quem tiver alguma coisa... Quem tiver alguma coisa para esconder, para conversar... Porque, para mim, telefone, não tem negócio de telefone seguro. Isso é besteira. Eles têm capacidade, a tecnologia tem capacidade para gravar. Agora, se não falar, não grava, porque hoje há capacidade para tudo. Então, quem tem algo para conversar escondido, eu acho que aparelho nenhum está imune a grampo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Entendi. V. Exª usou o rádio de Carlos Cachoeira para se comunicar com sua filha lá nos Estados Unidos. É isso?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – A gente estava viajando junto, funcionava como um *walkie-talkie*, porque não é um telefone.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – O senhor levou daqui do Brasil o rádio? Ele emprestou aqui?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Levei daqui para lá. Daqui para lá.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ah, entendi, está certo. Porque esse rádio realmente tem um longo alcance, a não ser Paraguai e Uruguai, até no Chile ele funciona.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Na Argentina e no Chile.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – E, perfeitamente, nos Estados Unidos, é como se a gente estivesse aqui.

Agora, Deputado, a partir das primeiras gravações da Operação Monte Carlo que flagraram conversas de V. Exª com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, não digo que o senhor passou a se apegar; o senhor está dizendo aí que é amigo pessoal do contraventor – o senhor deixou isso bem claro –, com quem mantém profundas ligações familiares até. Foi isso o que o senhor disse. Como amigo que desfrutava da intimidade de Cachoeira, naturalmente, o senhor tinha absoluta consciência a respeito dos negócios que ele comandava, ou V. Exª não tinha conhecimento? Vou completar a pergunta, depois o senhor responde.

Nos áudios gravados pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo consta o seguinte diálogo entre V. Exª e Carlos Cachoeira:

Carlos*: Leréia, vem aqui na Delta. Eu tô aqui, te esperando aqui. Só tá eu aqui, vem cá. [Isso, Cachoeira.]*

Leréia*: Tenho audiência no Palácio, pode ir para sua casa, ou sua sala, ou sair, ou então nós fala [sic] quando terminar. Achei que você tava aqui. Você não tava em casa, eu vim correndo. Tenho uma audiência com o presidente da Eternit.*

Carlos*: Então, volta logo, porque eu tenho que ir para o Rio de Janeiro e vou embora ao meio-dia.*

Vou continuar.

Diante desse diálogo, para esclarecer – isso está no inquérito –, quantas vezes V. Exª se encontrou com Carlinhos Cachoeira no Palácio? E seria o Palácio das Esmeraldas?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu, primeiro... A primeira pergunta que a senhora disse eu quero responder primeiro; depois, essa daí. Qual foi a primeira que a senhora disse?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu perguntei sobre a sua amizade e que o senhor teria consciência...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ah, sim. Bom, das atividades. Deixe-me dizer: eu tenho três irmãos e mais um irmão de criação. Então, somos quatro. Tenho vários tios, do lado da minha mãe e do lado do meu pai, etc. Eu não sei as atividades, sei onde meu irmão mora, essas coisas. Você não tem como estar sabendo. Eu sei que Carlinhos é dono de Vitapan, dono de laboratório, a família toda tem negócios, atividades no setor imobiliário, essas coisas. Essas coisas são até deselegantes. Para ser sincero, perguntar como é a sua Declaração de Imposto de Renda, essas coisas eu não pergunto. Eu não sei o que o meu irmão declara no Imposto de Renda. Eu sei da minha. Então, essas coisas nós não perguntamos às pessoas. Agora, uma coisa eu posso dizer: para as pessoas que vêm da atividade – isso mostra a própria história, podem buscar na Internet –, para as pessoas que são ligadas a determinadas atividades é muito difícil sair delas.

A questão do jogo no Brasil. Você vai ver que tem famílias ligadas ao jogo no Rio de Janeiro – onde os Estados, no jogo... – que passam do avô para o neto.

Vão observando lá que a coisa vem da época do Getúlio e está com a mesma família, ali. Então, é muito difícil sair dessa.

Agora, eu não tenho como estar especulando, ainda mais de amigo. De inimigo fica muito ruim, imagine de amigo! "Ô, cara, você tem o quê, no seu nome? Como é a sua declaração?" Essas coisas não existem. Então, não tem como, ilustre Deputado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Só interrompendo um minutinho, antes que o senhor responda. Sobre o que V. Exª está dizendo, essa questão... Eu não conheço Carlinhos Cachoeira. Nós somos do mesmo Estado. Mas era voz corrente que Carlinhos Cachoeira... Isso toda vida, até menino de Grupo sabia que ele comandava o jogo do bicho. E V. Exª, que tinha relações de amizade inclusive familiares me diz aqui que sabia que ele tinha relações com empresas de remédios, como V. Exª está acabando de dizer, vem me dizer que não sabia, pelo menos de ouvir falar, que Carlinhos Cachoeira comandava o jogo do bicho em Goiás?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Deixe-me terminar os detalhes.

Inclusive, eu dei entrevista, ilustre Deputada. Eu dei entrevista que saiu na *Folha de S. Paulo* e saiu no iG. A senhora vai verificar que eu afirmo que tinha conhecimento. Inclusive, o primeiro contrato dele com o jogo foi assinado no Governo...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Maguito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Do Maguito, em 2005. A senhora sabe disso. O contratão comandou essa atividade em Goiás.

Agora, o jogo. Eu acabei de dizer aqui algumas coisas para vocês fazerem uma análise. É muito difícil, para quem está nessa atividade, deixá-la. Jogo, no Brasil, dá mais lucro do que na Argentina e nos Estados Unidos, porque lá paga-se imposto e aqui não se paga. É muito difícil quem está nessa atividade deixá-la.

Não compete a mim, nem à senhora e a nenhum de nós Parlamentares fiscalizar jogo. Essa não é a nossa competência. Podemos até propor leis para mudar. Aprovar ou sei lá. Agora, compete ao Ministério Público, à polícia. Não é nossa função. E ele ganhou muito dinheiro nessa atividade ilegal. Ganhou muito dinheiro. Além de ser dono de laboratório, que vale muitos recursos.

Outra pergunta que a senhora fez e que eu gostaria de deixar claro. Nunca estive com o Carlinhos em palácio. Nenhum palácio. Nem da Esmeralda, nem da Liberdade, nem das Laranjeiras, nem da... Nunca estive. Nós estivemos juntos em restaurante, em residências, em bares, enfim. Mas em palácio nunca estive. Ele nunca me pediu para levá-lo em palácio nenhum. Isso eu posso afirmar a V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois bem.

A minha segunda pergunta, Deputado, diz respeito ao que V. Exª já explicou ao nobre Relator a respeito do depósito que foi feito através da Emprodata. V. Exª apenas intermediou.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Linknet, não é?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É. Então...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Linknet? Não. É Linknet? Linkmidia.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Linkmidia. Tem, inclusive, aqui o comprovante do depósito feito pela Emprodata na conta da empresa indicada por V. Exª.

A terceira pergunta diz respeito a quando V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quanto tempo eu tenho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminou o tempo de V. Exª.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Terminou meu tempo.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Mas deixa a Deputada fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pode concluir.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual faço parte como membro titular, chefiou a Comitiva Parlamentar Brasileira que participou da reunião entre os Parlamentos da União Européia e do Mercosul.

Eu vou saltar uma porção de coisas aqui e vou chegar ao que me causou estranheza, quando V. Exª teceu comentários sobre a viagem – num telefonema para o Sr. Carlos Cachoeira dizendo da sua ausência no casamento do ex-Senador Demóstenes Torres – e sobre a cidade de Praga, capital da República Tcheca. E outros comentários que não vêm ao caso aqui mencionar. Mas um assunto chama atenção. Em dado momento, V. Exª diz o seguinte: "Rapaz, eu arrumei um negócio para você aqui agora. Um tal de Grupo Casino" – referindo-se ao grupo empresarial. E V. Exª

continua: "Aí eu pensei: cassino é negócio de jogo. Estamos aqui em Paris, rapaz!"

O diálogo demonstra, Deputado, claramente, que V. Exª tinha pleno conhecimento das atividades ilegais de Carlinhos Cachoeira.

Eu estou certa disso, ou V. Exª tem uma outra visão a respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Terminou, Deputada?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Terminei.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Olha, em relação à questão... Porque Carlinhos é amigo meu, e eu liguei e falei: Casino... Porque lá na França o Grupo Casino – que a gente fala cassino, mas é Casino, em francês – é o grupo que detém o controle, hoje, do Pão de Açúcar. E eu fiz um tom de brincadeira, dizendo que cassino lá é supermercado, porque é o Grupo Casino. Porque lá você chega para comprar naqueles mercadinhos e está lá Grupo Casino. Eu fiz uma brincadeira.

Agora, sobre a atividade dele, eu nunca neguei, ilustre Deputada. Inclusive eu colaborei, quando ele tinha o contrato com o Estado, para que pagasse mais ao Estado. Eu mesmo estive com o Carlinhos, quando o jogo era legal, com o Secretário da Fazenda. Foi no ano, eu era Deputado Estadual, no ano de 1999. Sem nenhum problema! E ele pagou no governo que V. Exª apoiou, pagou no governo que eu apoiei, e ganhamos, até um período... E acabei de dizer que, no último ano, ele pagou R$15 milhões; não sei quanto ao todo, nesse período, mas deve ter pagado uma bagatela de alguns milhões de reais.

Eu sabia que mexia com o jogo legal. Agora, depois que o jogo, essa atividade, ele tinha esse controle... Eu não acompanho a vida. Por exemplo, eu tenho parentes que acompanham a vida, depois ele fica acompanhando a atividade da pessoa. Essas coisas não são do meu meio. A minha ligação com ele, a senhora vai ver lá que não tem essa questão de jogo. Porque eu sei, a família, ele nunca negou... Você viu a entrevista que o pai dele deu? A senhora viu? Acho que foi no jornal lá do Rio Grande do Sul. Ele disse ao *Zero Hora*: "Sempre mexi com essa atividade...". Nunca negaram essa atividade. Por isso é que eu fiz aquela explanação inicial que a questão do jogo tem que ser tratada... Porque o pessoal não deixa essa atividade. Quem lá encostou, ilustre Deputado... É igualzinho... Eu venho de garimpo. O sujeito é difícil de deixar garimpo. É uma dificuldade! Entrou nessa atividade, ele está sempre falando de pedra, aquela coisa atada. Minha família toda era ligada a esse meio. E jogo é mais ou menos isso.

E eu também não sou hipócrita, porque eu entendo perfeitamente que nós precisamos enfrentar isso: ou vamos arrumar meios, instrumentos para que o trabalho do Ministério Público e da Polícia não fique em vão, o jogo desapareça do Brasil, ou não fica esse discurso. Então, eu fico muito tranquilo em relação a isso.

Isso foi apenas um tom de brincadeira, esse negócio de cassino, porque casino e cassino não têm nada a ver, casino e cassino, a que me referi aí.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputada, o tempo de V. Exª concluiu. Eu só concedi poucos minutos para a conclusão da pergunta, e ele se estendeu na resposta. Mas o tempo acabou, e eu agradeço a compreensão de V. Exª.

Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Vanderley Macris.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, estou acompanhando atentamente detalhes da manifestação do Deputado Leréia, que é do meu partido, sobre essa questão.

Eu queria dizer, em princípio, que me sinto absolutamente contemplado com as questões levantadas aqui pelo Deputado Carlos Sampaio. Mas eu queria deixar, Deputado Leréia, uma questão apenas.

Primeiro, eu senti, como de resto já era conhecido, muita sinceridade de parte de V. Exª. V. Exª me parece muito transparente na questão quando tem respostas em relação às perguntas apresentadas aqui, muita transparência, não esconde nada. Eu acho que isso é uma coisa boa, porque isso mostra para os membros da CPMI que tem razão de ser cada uma das questões das gravações aqui colocadas respondidas por V. Exª.

Então, muita sinceridade. Não vi nada de novo apresentado aqui nos debates da CPMI com V. Exª. Nada de novo, a não ser esclarecimentos sobre cada um dos questionamentos feitos pelo Deputado Odair Cunha, como Relator, em relação a essas supostas ligações de V. Exª, que, de maneira muito transparente, com muita tranquilidade, assume a sua relação pessoal com ele.

Eu queria deixar apenas uma pergunta a V. Exª: V. Exª tinha conhecimento ou tem conhecimento das ações praticadas pelo Sr. Carlos Cachoeira em relação à Delta com as empresas laranjas que estão colocadas aqui, na transferência de dinheiro, de recursos da Delta para essas empresas laranjas? V. Exª tinha conhecimento de que havia esse movimento todo da Delta, passando por Carlos Cachoeira, nessa relação promíscua da Delta com as empresas fantasmas? V. Exª tinha esse conhecimento?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca Carlinhos Cachoeira falou comigo a respeito disso. Uma vez que eu perguntei "Que negócio você tem com a Delta?", ele não quis me responder e falou: "Deixe isso para lá." Eu não quis insistir, porque se tratava de uma conversa entre amigos e você vai insistir...? Fica um negócio meio deselegante, parece que está querendo investigar. Eu nunca soube, ele nunca quis comentar comigo e eu perguntei uma vez.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer.

Estou contemplado pelas manifestações do Deputado Carlos Sampaio também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, agora, a palavra ao ilustre Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, as perguntas que eu faria já foram feitas pelo Relator e por outros companheiros, mas há uma questão que eu vi que o Deputado Leréia deu muita ênfase, que é a questão do jogo.

Eu começo pedindo licença para divergir do uso da expressão "hipocrisia". Eu, pessoalmente, não a uso em relação a quem quer que divirja das minhas ideias. Podem divergir e não serem hipócritas. Também não uso a expressão "imoralidade", a não ser que eu indique a imoralidade e quem é o imoral.

Eu divirjo de V. Exª com relação aos bingos, o que não quer dizer que eu não me disponha a discutir jogos. A defesa do bingo é a defesa do cassino com o monopólio de modalidade de jogo. Só tem aquela máquina. Os exemplos que V. Exª citou, dos Estados Unidos ou de Monte Carlo ou de onde quiser, são exemplos de cassinos que são *resorts*, que têm shows, que têm empregos para artista, para músico, para garçom, para dono de restaurante; que são fiscalizados, sim, pela polícia e que são em locais determinados, contidos, limitados.

Eu penso até que o Congresso poderia discutir. Acho que as discussões que foram aqui encaminhadas chegaram sempre por *lobbies*, o que considero um erro, já que o *lobby* não é regulamentado no Brasil. Mas, se um Deputado ou um Senador ou um conjunto de Deputados quiser trazer uma discussão publicamente posta, eu acho que não há nenhum problema de discutir e de juntar contrários à ideia para apresentar seus pontos de vista.

O Paraguai tem jogo. Isso não faz do Paraguai um país desenvolvido. A Argentina tem jogo. Isso não faz da Argentina um país desenvolvido.

Nos navios que andam por aí, parece que têm o jogo explorado também por grupos que não são lá muito ortodoxos das boas práticas, tanto que há aqui documentos e gravações do próprio Carlinhos Cachoeira tentando se relacionar com grupos que exploram jogos em navios.

Eu não considero hipocrisia a divergência às minhas ideias, a qualquer das minhas ideias; eu considero divergências. Posso considerar oposição a uma ideia. Na advocacia, nós temos a figura da oposição, até que intervenhamos em ações que têm litigantes diversos, sobre uma coisa determinada em que você chega lá e diz assim: "Nem uma parte nem outra. Espera lá. Eu tenho oposição aqui ao pleito das duas partes". Bom, mas isso é assim mesmo. Mas não vamos considerar...

Eu divirjo – peço licença para divergir – desse enfoque relacionado ao bingo: é um cassino com o monopólio de modalidade de jogo. Aí passa a ter o dono da máquina, que aluga as máquinas... Aí há a discussão de máfia coreana, de máfia italiana por trás dessas máquinas. É diferente, muito diferente dos cassinos que V. Exª exemplificou.

Ou seja, eu aproveito aqui a presença de V. Exª para abordar esse assunto, que estava, de certa maneira, me incomodando até por outras intervenções. "O jogo existe no Brasil e é uma hipocrisia." Não, não. Não é uma hipocrisia, não. Pode haver uma autoridade relapsa e até corrupta. Se o jogo existe onde não é autorizado, alguém está deixando existir. É outra coisa.

"Bom, o governo explora jogos." Explora, sim. É verdade, é verdade. Há jogo para todos os gostos; há jogo para todos os gostos. Na Internet também há jogo para todos os gostos. Mas não é essa a nossa discussão.

Eu era Líder no governo Lula quando surgiu aquele vídeo do Carlinhos Cachoeira – foi a primeira vez que eu ouvi até falar do Carlinhos Cachoeira – com o Waldomiro Diniz; e não tinha nada a ver com governo federal. Era uma discussão até da Loterj, da loteria do Estado do Rio de Janeiro, em tempo anterior mesmo ao próprio governo Lula. Nada tinha a ver. Mas ali já estava claro que o Carlos Cachoeira é um príncipe das gravações. Ele é um Peter Arnett. Ele grava tudo. Eu tenho muita curiosidade de saber que gravações ele tem que ainda não foram descobertas. Se V. Exª tiver sido convidado para alguma sessão, para assistir a algumas, poderá dar uma boa colaboração a esta Comissão, descrevendo-as.

Obrigado. Eu não tenho perguntas.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu gostaria só de acrescentar, porque eu não falei com essa... Eu disse que o jogo existe. Mesmo com esta CPI funcionando... O Carlinhos está preso. Há ações da polícia aqui em Brasília e em Goiás prendendo pessoas.

Bom, o jogo está solto pelo Brasil afora. Você vai ao Estado do Ceará... Nesses tempos, eu vi, chegando à Câmara – depois até um *site* desses aí mostrou –, a banquinha. Foi nessa intenção. E também eu não tenho nenhum modelo para...

Eu acho que nós temos uma realidade. Já que o Brasil é ligado ao Mercosul... Lá existe. Nesses países todos, o jogo é legalizado. Se vende mais para a China, para os Estados Unidos, para o mercado europeu e em quase todos os países existe o jogo, eu acho que nós tínhamos que estudar.

Uma coisa urgente que temos que fazer é encontrar uma maneira de cobrar dos navios que ancoram nos portos brasileiros. O povo está apostando nas águas brasileiras, e não há como o governo cobrar. Deveria ter uma lei para cobrar o imposto desse pessoal. E é muito dinheiro que circula naquele cassino.

Era isso, ilustre Deputado.

Agradeço a interferência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Nobre Deputado Luiz Pitiman. (*Pausa.*)

Não o vejo aqui.

Ilustre Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Também não o vejo aqui.

Passo a palavra ao ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito com boa parte das perguntas feitas pelo Relator.

Minhas perguntas, na verdade, são mais lateralizadas. Eu queria, antes de iniciar as perguntas propriamente, Sr. Relator, Sr. Presidente, só destacar uma questão que levantei antes do depoimento do Deputado Carlos Leréia...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Quero só pedir permissão ao ilustre Presidente,...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ... senão minha bexiga vai estourar aqui. Eu tenho que ir ao banheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. É o tempo para fazer... A questão que falarei aqui antecede e não tem relação com o depoimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu suspendo a reunião por três minutos.

Eu só digo a V. Exª que eu tenho que computar o seu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se até lá ele não voltar, eu terei que considerar o tempo de V. Exª como utilizado. Então, se for fazer algum diálogo com ele, sugiro a V. Exª que o aguarde.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, vai ser pior, porque ele pode se reinscrever. É melhor deixá-lo falar logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou suspender por três minutos a reunião.

(Suspensa às 17 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 32 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou retomar a reunião e assim conceder o tempo de dez minutos ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, antes mesmo de perguntar ao Deputado Carlos Leréia, eu queria perguntar a V. Exª e ao Relator.

Eu fiz um pela ordem no início desta reunião, antes do depoimento do Deputado Carlos Leréia, que se refere ao compartilhamento de dados com o Ministério Público.

Tenho informação de que o Ministério Público Federal de Goiás já solicitou a esta CPI o compartilhamento de dados. Quero só lembrar a V. Exª, ao Relator, à Presidência desta Comissão que anteriormente, quando foi levantada a necessidade do compartilhamento de dados, o Sr. Presidente, Senador Vital, chegou a destacar, nessa reunião, que já havia tido deliberação para isso, que não precisaria de deliberação, que tão logo o Ministério Público fizesse a solicitação do compartilhamento de dados, esta CPI os forneceria.

Digo isso, Sr. Presidente, porque não me parece que seja necessária a essa altura uma nova deliberação para algo que, em primeiro lugar, é o dever ser desta CPI: fazer o compartilhamento de dados. Em segundo lugar, já é objeto inclusive de decisão, de comunicação do Presidente em relação a esses dados.

Então só queria trazer essa questão mais uma vez à Mesa desta CPI, à relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT/SP) – Senador Randolfe, vou remeter essa questão de V. Exª ao Senador Vital do Rêgo para uma resposta oficial na próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço-lhe, Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, só para informar ao Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não. Só peço, logicamente, a acolhida do meu tempo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A grande verdade é que nós tomamos uma decisão conservadora para evitar qualquer tipo de nulidade no processo, porque uma das questões centrais da defesa das pessoas envolvidas com a organização é exatamente buscar a nulidade processual. Então consideramos mais adequado obedecer a um rigoroso rito. É claro que o Presidente pode mudar o entendimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu gostaria de acrescentar que, em outra oportunidade, o Relator se pronunciou favoravelmente, teve, inclusive, um contato direto – parece-me – com os membros do Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim. Mas sem a entrega de documentação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

Mas penso que na reunião administrativa isso se repetirá. Teremos a opinião ou o parecer favorável do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT/SP) – Vou retornar ao tempo de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

Deputado Carlos Leréia, antes das perguntas, V. Exª poderia disponibilizar a esta CPI os seus sigilos bancário e telefônico, os sigilos de que V. Exª...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) - Todos os de que a CPI necessitar, ilustre Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...dispõe?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) - Todos os sigilos, de e-mail, telefônico, o que quiserem, estão à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Deputado. Isso demonstra a disposição de V. Exª em contribuir com as investigações.

No depoimento de V. Exª me chamou a atenção que o senhor pediu para o Governador Perillo 500 cargos, ocupações no governo. Ele deu 40.

O senhor sabe me dizer quanto o Sr. Carlos Cachoeira pediu para o Governador?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) - Não sei se ele pediu e, se pediu, quanto, Sr. Senador. Eu não tenho esses dados. Eu sei que todos os que eu pedi foram através de ofícios. Se quiserem eu posso passar cópia. A cidade em que você é votado. Aí tem lá aquele... tem que assumir lá a chefia do Detran. Aí o parlamentar mais votado, vem lá o prefeito da cidade e você faz a ele a indicação. Os que eu pedi, disponibilizo todos que a CPI quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Diga-me uma coisa: o senhor relatou que o Sr. Carlos Cachoeira tem relações com diferentes agentes políticos em Goiás.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) - Agentes públicos não só ligados à política...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, agentes políticos, agentes públicos.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) - ... ligados a Ministério Público, Justiça, polícia, cantor. Ele é um sujeito enturmado. É uma pessoa que tem... Eu diria para você: até esses episódios aí, uma pessoa conceituada. Mesmo naquele episódio do Waldomiro, que teve a gravação, ele ainda saiu... O que Waldomiro estava achacando. Então, mesmo naquilo lá, ele continuou a ser uma pessoa muito enturmada no Estado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor saberia descrever o nível de relação com as autoridades que eu vou citar aqui? Se o Thiago Peixoto, Secretário de Educação de Goiás; se o Sr. João Furtado, Secretário de Segurança Pública ou ex-Secretário de Segurança Pública; se o Sr. Alexandre Baldi, Secretário de Indústria e Comércio; Sr. Vecci, se não me engano, Secretário de Gestão e Planejamento; Sr. Leonardo Vilela, Secretário de Meio Ambiente; Sr. Edivaldo Cardoso, do Detran; e Sr. Jayme Rincón, da Agetop.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Todos são conhecidos, mas amigo dele, de convívio, Edivaldo. E o Alexandre Baldi tem um parentesco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Edivaldo é do Detran, amigo de convívio.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E o Alexandre Baldi tem um parentesco indireto com ele, porque o Alexandre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o Procurador do Estado Sr. Bicca, se não me engano?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Esse não é... A pessoa que foi nomeado procurador, eu não estava mais lá em Goiás, não tenho muito conhecimento, não sei. Agora, o Alexandre Baldi, como é casado, a esposa é de Anápolis, eles têm até uma ligação de parentesco indireta. Mas todos aí são conhecidos.

Em Goiás, eu diria para você que em todos os partidos o Carlinhos Cachoeira é conhecido, tem ligação com gente do partido de V. Exª, do meu partido, do PMDB, do PT, isso é habitual dele. Claro, depois desse episódio, não sei se muitos ainda manterão. Eu pessoalmente confesso, como sou amigo dele de muitos anos, se errou vai ter que, depois desse processo todo, vai ter que pagar, mas eu continuarei amigo dele. Não concordo com as coisas erradas, mas não vou deixar de ser amigo por causa disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A relação com o Governador Perillo?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Só ligação de conhecimento. Não tem amizade. Eu sou amigo do Marconi e sou amigo do Carlinhos. O Marconi não tem amizade com ele, não. Eu tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Sr. Geovani Pinheiro, se não me engano, que é apontado como tesoureiro da quadrilha.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Esse eu conheço, não tenho amizade, mas conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas a relação dele com o Carlinhos Cachoeira, com agentes políticos...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ele é funcionário do Carlinhos. Eu não sabia nem o que ele fazia. Para mim, ele trabalhava em laboratório, eu vejo ele sempre com o Carlinhos. O Carlinhos tem vários funcionários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. O senhor diz que tem um empréstimo que, obviamente, vai pagar ao Sr. Carlos Cachoeira assim que ele sair da prisão. O senhor tem maiores informações sobre, na ausência do Sr. Carlos Cachoeira, quem fazia a cobrança desses empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, meu contato era com ele. Depois disso não tive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não tem informação sobre a atuação da Srª Andressa, esposa do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não. Eu conheci a Andressa quando ela era esposa do Senador Wilder Morais. Depois ela se separou, e conheço a pessoa que é de Goiatuba, conheço porque o pai dela também é ligado à política, foi até vereador pelo PMDB, ainda o é porque o mandato acaba agora em dezembro. Então, a pessoa eu conheço. O pai dela é ligado a política lá em Goiatuba, e eu conheço. A Andressa era casada com o Wilder, que agora entrou na política, em 2010, então, eu também mantenho amizade, mas não acompanho...

A minha ligação com o Carlinhos é com ele mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós temos informações aqui nesta CPI de que na ausência do Carlos Cachoeira, a Srª Andressa teria assumido a condução dos negócios, inclusive os negócios de cobrança de empréstimos. O senhor tem informação a esse respeito?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu ouvi alguma coisa na imprensa, mas não tenho informação a esse respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor chamou a atenção também para o episódio em que o senhor foi advertido pelo delegado Márcio Martins...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Marcos Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Marcos Martins, de que haveria uma tentativa de tocaia a V. Exª, sendo preparada pelo Sr. Juscelino Braga.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – ...que o Juscelino Braga havia me encomendado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – E essa notícia chegou, evidentemente, eu fui me informar, até porque se eu viesse aqui para a tribuna fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor me diga uma coisa: qual seria o motivo que levaria o Sr. Juscelino a encomendar a sua morte?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Porque eu fui... A história política do Goiás. Em 2006, nós elegemos, ajudamos a eleger o ex-governador Alcides, que de repente, ao sentar na cadeira, se voltou contra nosso grupo político e virou inimigo. Eu fui o principal crítico do seu governo. Desde 2000 e... Pode pegar pela imprensa, tanto é que ele me processou, e a turma dele foi para o porrete. Tanto é que depois ele se voltou contra o Marconi, que o elegeu.

Então, eu não iria fazer estardalhaço daquilo, mas fui me informar se era verdadeiro ou não. E quero repetir. Acho que verdadeiro não era, porque estou vivo até hoje. E agora, depois de ser noticiado isso, eu acho que jamais vão me matar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Eu acho, Presidente, que os dados aqui apontam até a necessidade de nós apreciarmos a necessidade da convocação do Sr. Juscelino Braga pela CPI, pela gravidade da informação que é trazida aqui. E, antecipo a V. Exª, será objeto de requerimento nosso.

Só para concluir, aproveitando os três minutos que restam, Deputado Carlos Leréia, em relação ainda aos agentes políticos. V. Exª fala que o Sr. Carlos Cachoeira tem relações, contatos, com agentes políticos de diferentes partidos, diferentes agremiações partidárias, com diferentes autoridades públicas do Estado de Goiás, não é? O senhor tem alguma informação sobre a participação, o envolvimento deles, as relações deles com as autoridades do Governo do Estado de Goiás, como já foi noticiado e como já tem sido elemento de investigação desta CPI?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não tenho informação. Agora, essas amizades não surgiram de 2011 para cá. O Carlinhos é uma pessoa conhecida, ligado às pessoas em Goiás há muitos anos. Não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E ser amigo não é razão para crime. O que nós estamos investigando e procuramos identificar, e é o trabalho desta CPI, é se os negócios do Sr. Carlos Cachoeira tinham um nível de relações com os agentes públicos, com os agentes políticos.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não posso afirmar nada a esse respeito. O que eu sei, o que posso afirmar aqui é a respeito da minha ligação. Essa eu sei qual é, como é que se deu. Dos outros eu não sei, dos parlamentares, mas nas gravações tem muitas coisas em que vocês vão se debruçar e, com certeza, chegarão a uma conclusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nobre Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É só uma questão que eu queria que o Deputado Leréia, que V. Exª, Deputado, esclarecesse melhor aqui, para que a gente tenha condições de entender o que ocorreu em relação a esse cheque de R$100 mil, cuja beneficiária foi a Linkmidia. A rádio era da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não. O Sr. Leo Teixeira ganhou ou estava transitando uma ação em que ele passaria a ter direito a uma parte dessa emissora de rádio. Mas como é que é eu não entendo, eu não sou advogado, eu nem faculdade fiz... eu não entendo, mas aí... eu tenho os documentos...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o Leo é dono da Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – É o filho do Leo Teixeira. E aí foi dado, ele veio me oferecer essa parte dessa emissora de rádio. Se ele ganhasse, eu teria a metade. Se ele ganhasse a ação, um negócio meio assim. Eu até, num primeiro momento, tive até interesse, depois eu não tive interesse e falei: "Olha"... Conversei com o Carlinhos: Carlinhos, tem um negócio assim. Você tem interesse? O Carlinhos: "Tenho."

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Aí ele deu o cheque para o senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Para mim, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o senhor é que entregou o cheque para Linkmidia?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não entreguei cheque nenhum. Deu o cheque, não sei quem deles entregou para o Leo Teixeira, não sei se é um ou dois cheques, tem cópia aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque eles falam aqui...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Os cheques foram depositados – ou o cheque, eu não sei, mas tem os documentos – e não tiveram fundo. Em vez de depositar a segunda vez, porque o cara ligou, tinha feito compromisso com o dinheiro...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depositou direto na conta.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eles depositaram, porque senão demora mais cinco dias para compensar, aquela coisa, dez dias, eu não sei. Mas eu tenho os documentos que mostram tudo isso. Está aqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Que documentos o senhor tem aí?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aqui tem a ação que estava transitando em julgado. Tem aqui os extratos bancários com o cheque que voltou...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tem o contrato de venda da rádio? De compra?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, até porque ele só estava vendendo uma possibilidade. Foi juntado, está na Comissão, mas eu vou deixar tudo com V. Exª. Se precisar juntar mais algum documento, eu fico à disposição.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A promessa de venda não foi assinada? Como é que alguém vende sem dar documento nenhum? Como é que entrega um cheque para a Linkmidia? Como é que o Carlos Cachoeira entrega um cheque para a Linkmidia sem ter contrato?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, tem o contrato, existe um documento sim. Agora, como é que está juntado, eu não sei, mas tem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque as interceptações dão conta de que V. Exª teria recebido os cheques.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, em momento nenhum; pode verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, não foi o senhor que recebeu?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Nunca recebi. Agora, eu intermediei e porque eu intermediei, ligou para mim: "Olha, o cheque não tem fundo". Aí, fui ao Carlinhos, ele cobriu o cheque. Em vez de cobrar uma segunda vez, eles cobraram...

Fizeram um novo depósito, e aí devolveram os cheques. Tem cópia dos cheques aí.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Entendi. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Domingos Sávio.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Teixeira, prezado Relator, Deputado Odair Cunha, prezado Deputado Carlos Leréia, convidado desta CPMI, demais Parlamentares, Sr. Presidente, eu me senti contemplado pelas diversas perguntas e eu digo que fiquei atento. Muitas dessas perguntas eu gostaria de fazê-las, até porque eu, desde o primeiro momento, pela razão de ter o Deputado Carlos Leréia como colega de partido, acompanhei atentamente a preocupação dele, mas o local, o foro apropriado, seria aqui. Mas, já no início desta CPMI, ele manifestou, tanto internamente, no partido, como manifestou de público o desejo de vir até esta CPMI.

Por essa razão, inclusive, eu fui um dos autores do primeiro requerimento, na ocasião, inclusive, com a indicação de convocação, porque, em momento algum, nós, do PSDB, nos furtamos à responsabilidade que teríamos de ouvir o Deputado Carlos Leréia. E para nossa tranquilidade, desde o primeiro momento, o Deputado Carlos Leréia disse, de maneira clara, que queria vir e por algumas vezes chegou a manifestar comigo, aqui nos corredores desta Casa, o seu desejo de fazer isso de pronto e a sua convicção de que ele jamais iria cometer o absurdo de negar uma amizade de décadas. Fez isso inclusive na tribuna da Câmara e fez uma manifestação nesse sentido logo no início também desta CPMI, usando daquele procedimento regimental de rápidas comunicações.

Eu já, àquela ocasião, tinha sido indicado e estou fazendo essa referência porque acho que esse depoimento de hoje é extremamente importante. Para mim, é fundamental na vida a questão da coerência. E eu fiquei atento a todas as perguntas, o Relator foi bastante incisivo, buscou de maneira clara esclarecer aquilo que poderia gerar qualquer dúvida. E quero cumprimentar o Deputado Carlos Leréia pela coerência desde o primeiro momento e também por essa postura que, no meu entendimento, é extremamente correta, adequada.

E eu não agiria de forma diferente, se tendo alguém de sua relação, seja um amigo de longa data, seja um parente próximo, que porventura tenha se envolvido na irregularidade, nós não temos que ter a conivência com a irregularidade, não temos que aceitar a irregularidade, não temos que ser complacentes sequer, teremos que ter atitude e firmeza de querer a punição, seja até para um filho nosso, mas isso também não nos dá o direito de ser hipócritas e dizer: nunca vi, não conheço. Ou até virar as costas a alguém pelo fato de que aquele alguém está submetido a um julgamento.

Portanto, eu acho que a sua atitude nesse aspecto mostra um caráter firme, a sua disposição de vir e agora, prontamente, responder com clareza, com segurança, com a sua naturalidade, com o seu jeito natural, que nós conhecemos da convivência, do dia a dia, jeito franco, direto, objetivo, sem muitos rodeios, de dizer exatamente o que ocorreu, o que vivenciou. E é óbvio que qualquer cidadão no seu juízo perfeito e com o mínimo de senso de justiça não poderá nunca imputar culpa em alguém por ter amizade ou ter relacionamento ou se relacionar com outro alguém que venha a cometer um ilícito. Seria realmente o fim dos tempos se nós pudéssemos estabelecer uma espécie de contágio: olha, alguém cometeu um crime, então as pessoas do seu relacionamento ou da sua família estão automaticamente imputadas também naquele mesmo crime ou deverão ser tratadas com corresponsáveis.

O exemplo dado aqui pelo Deputado Carlos Sampaio ajudou a ilustrar bem, ele voltou no tempo quando relembrou os episódios da CPI dos Correios em que ficou evidente, e hoje o Supremo vem constatar isso de uma maneira cabal, para que não haja aquela velha colocação de que isso é mera perseguição partidária ou política, quando vem condenando aqueles que se envolveram com o crime, com a corrupção no episódio do mensalão, e eram todos amigos do Presidente Lula, do convívio diário com eles, e nem por isso significava imputar ao Presidente Lula a culpa ou a corresponsabilidade naqueles atos.

Mas eu trago para os dias atuais e para o episódio propriamente envolvendo o Sr. Carlinhos Cachoeira algo que eu testemunhei, nós todos assistimos aqui nesta CPMI. Nós tivemos aqui a visita, como convidado também, de governadores, e um deles, o Governador Agnelo, Governador do Distrito Federal aqui esteve. A ele foi perguntado se ele havia, de fato, estado na empresa do Sr. Carlinhos Cachoeira quando ele era diretor da Anvisa. Eu lembro, com boa precisão, talvez não com uma precisão absoluta, mas com boa clareza, da resposta do então Governador Agnelo Queiroz, dizendo o seguinte, aliás serviu para fazer contraponto a algum tipo de achincalhe que se fazia quando um outro governador havia se referido ao Sr. Carlos Cachoeira como empresário, o Governador Agnelo respondeu prontamente dizendo: "Eu visitei a empresa do empresário Carlos Augusto, Carlos Cachoeira. Eu visitei a empresa. E não havia razão para não fazê-lo, afinal, o Sr. Carlos Cachoeira era tido por mim ali

apenas como empresário, dentre outras atividades, do ramo farmacêutico, do ramo de laboratórios" etc.

Então, o Governador Agnelo, do PT, recentemente veio aqui dizer que foi àquela empresa fazer uma visita, tendo ali sido recebido pelos proprietários, dentre eles o Sr. Carlos Cachoeira, que lá estava. E não viu nisso absolutamente nada de anormal. E nem posso eu atribuir alguma anormalidade na visita do Governador a uma empresa de medicamentos, porque alguns meses, algum período depois, constatou-se que aquele cidadão, até então tido como cidadão empreendedor, gozando de relacionamento com autoridades de diversos partidos políticos, do PSDB, do PT, do PMDB, que a visita àquela empresa pudesse constituir da parte do Governador, à época diretor da Anvisa, uma conivência ou qualquer atitude que merecesse hoje um reparo ou uma suspeição.

É claro que, tendo havido várias gravações entre o senhor e ele, era razoável, era mais do que isso, necessária a sua vinda aqui. Mas também absolutamente natural e compreensível que alguém que priva de uma convivência de amizade há mais de 20 anos converse com a outra pessoa no telefone. Isso é absolutamente natural. Portanto, eu acho que esse tipo de audiência, de depoimento, contribui para que se esclareçam as coisas.

E, por fim, Sr. Presidente, nesses dois minutos, houve, por parte de V. Exª, Deputado Carlos Leréia, em determinado momento, a colocação como sendo hipocrisia, como sendo uma atitude com a qual não devemos compactuar essa de ignorarmos o jogo do bicho. Num determinado momento, o Deputado Miro até entendeu de uma forma e eu entendi de outra. Entendeu que seria uma discordância de V. Exª com relação à opinião de A ou B. Eu não entendi dessa forma. Eu entendi, e até tenho também esse sentimento de ignorarmos a existência do óbvio e não tratarmos o assunto com a responsabilidade que nos é delegada pelo povo brasileiro é inaceitável. E olhe que esse assunto vem sendo objeto de controvérsias!

O Presidente Lula mandou uma mensagem em 2003, e dentro do texto diz o seguinte: "O financiamento da carreira de atleta de alta performance, embora já incluída a peças estatutárias em tramitação, caminha em paralelo em projeto de lei, que necessita de rápida aprovação". E aqui termina dizendo: "Projeto esse que prevê inclusive o disciplinamento de fonte de recursos, como é o caso dos bingos", ou seja, pedindo aprovação, naquela ocasião, da regulamentação do jogo de bingo como uma forma de financiamento.

Não estou dizendo com isso que o Presidente Lula continua pensando que deve regulamentar e aprovar o jogo do bingo. Eu acho que é preciso, depois inclusive disse em 2004, que ele não concordava, depois que surgiu o episódio do Waldomiro, eu entendo que de fato regulamentar jogo de maneira generalizada é um desserviço para o País. Eu não compactuo com isso. Mas também fingir que não existe. Ora, aqui, próximo da Câmara Federal, divulgou-se recentemente banca de jogo do bicho. Na Assembleia Legislativa de Minas, onde fui Deputado até pouco tempo, recentemente divulgou-se, Deputado Odair, nos jornais de Minas, banca do jogo do bicho lá do lado, rotineiramente. Isso para não citar, não é Deputado Miro, o Rio de Janeiro, que faz parte quase da cultura do Estado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que inaceitável é diferente de hipocrisia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Claro. Agora, é inaceitável.

Aí concluo, Sr. Presidente, fazendo aqui o meu registro de que esse depoimento foi, para mim, extremamente importante. E Deputado Carlos Leréia, eu o cumprimento pela coerência, pela clareza e porque, desde o primeiro dia, não foi hoje não, o senhor deixou claro: "Sou amigo sim. Fui amigo durante 20 anos. Não vou negar uma amizade em razão de que este amigo se envolveu na criminalidade e nem sou conivente com essa criminalidade e nem participei disso".

Portanto, me senti contemplado pelas respostas que o senhor trouxe. E acredito que devemos levar com firmeza, mas ao mesmo tempo com serenidade, para não cometer injustiça nessa CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo agora ao ilustre Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Não o vejo aqui no plenário, então passo para o ultimo orador inscrito, o Deputado Dr. Rosinha, por dez minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Quando o Deputado Leréia relatou a história de que ele foi avisado pelo delegado, eu me lembrei de uma musica de Chico Buarque: há um homem no vão da escada, chamem o ladrão, chamem o ladrão. O delegado avisou que ele estava correndo um risco e ele foi justamente procurar o outro lado. É estranho isso, porque o correto é chamar a polícia justamente para investigar, e não chamar aquele que está sendo investigado para buscar a proteção.

Bom, eu quero aqui dizer que concordo que há sinceridades, porém a sinceridade nem sempre esclarece. Por isso, sou obrigado a fazer algumas perguntas. Li aqui na *Folha de S.Paulo* do dia 14 de abril deste ano, em uma entrevista, é feita a pergunta ao Deputado

Leréia: "O senhor tinha conhecimento do envolvimento de Cachoeira com contravenção ou foi surpreendido?". A resposta: "Ah, se eu falar para você que não tinha conhecimento de que ele mexia com jogo é hipócrita, eu não posso nem falar. Ele mexia com o jogo".

Daí, eu faço uma pergunta: um deputado federal, uma autoridade pública tem conhecimento de que está existindo uma organização criminosa e não é seu papel – eu pelo menos o faria, eu denunciaria às autoridades competentes e pediria a investigação –, não é o papel de um deputado federal, ao tomar conhecimento de que existe a suspeita de uma operação criminosa comandada por alguém, pedir investigação? Quem deve investigar, Deputado?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ilustre Deputado Dr. Rosinha, o que aconteceu foi o seguinte: quando eu respondi essa parte, V. Exª não estava e não ouviu. O Carlos Cachoeira teve o jogo, um contrato com o jogo em Goiás durante quase dez anos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu não estou falando do contrato. Estou falando *a posteriori*. Isso aqui é 2012.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, não, mas quando me referi na entrevista eu falei isso. Se o senhor interpretou de outra maneira ou reproduziram... Eu disse que ele teve controle de jogo, sim. Isso é do conhecimento. A família dele, ele teve. Foi a isso que me referi, ilustre Deputado. Foi exatamente com essa intenção.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – A pergunta seria: "O fato de o senhor ser um homem público e saber que ele tinha negócios ilegais não era motivo para romper a relação? De maneira nenhuma. Pelo contrário", responde o senhor. Portanto, entrou em contradição com a resposta que acabou de me dar; está na *Folha de S. Paulo*.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Inclusive eu respondi mais aí nessa pergunta, porque digo: "Olha, não é função minha, de Parlamentar, isso é do Ministério Público e da polícia, eu estar denunciando banca de jogo, ilustre Deputado". Isso não é coisa minha, não compete a minha função aqui, não, ilustre Deputado. Nem a mim, nem a V. Exª.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu discordo, porque...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Até porque não precisa mais denunciar. A polícia está vendo onde está o jogo, para todo lado tem. Você vê banca...Eu denunciar? Perder tempo com isso?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu discordo, porque se eu vejo, mesmo não estando...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Então, o senhor tem serviço demais para fazer, porque só se no Paraná não tiver. Aqui temos demais.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, sou eu que estou com a palavra e faço a pergunta. Ele deve me responder na hora em que eu perguntar. E eu disse o seguinte: eu penso de maneira diferente. Eu, como cidadão comum, se há indícios de crime, eu denuncio a quem deve investigar, sim. Mesmo como cidadão. Não preciso nem estar no exercício do mandato.

Eu, agora, faço a segunda pergunta: qual foi o montante que o senhor recebeu do Sr. Carlos Cachoeira? E vou ler aqui:

> Carlinhos Cachoeira, em uma conversa com o Geovani, no dia 24 de março de 2011:
>
> *[Diz]* **Geovani***: "Mandar os 25 do Leréia".*
> **Geovani***: "Alô".*
> **Carlinhos***: "Geo, os 25 do Leréia. Você se lembra, né? Mandar amanhã", diz o Geovani.*
> **Carlinhos***: "Se você tiver de manhã".*
> Isso aqui foi no dia 24/03/2011.
> No dia 28/04/2011, Carlinhos e Geovani, portanto, 24 de abril, praticamente um mês depois:
> *Carlinhos [ele com o Geovani], aqueles 15, você lembra?, e os 20 do Leréia, 35, você tem hoje? Portanto, anteriormente, era 25. Agora, já é outro montante, é 35.*
> **Geovani***: "Não, os 15 já, né? Já tinha reservado agora o outro. Amanhã, né?".*
> **Carlinhos***: "Dez do Marco e 5 meu, tá? Traz aqui.*
> Aí vem, no dia 1º de julho de 2011 – portanto, quase três meses depois –, Carlinhos e Geovani:
> **Carlinhos***: Tem do Leréia, né? Vinte. Você podia trazer. Está vindo para a festa, né?*
> **Geovani***: Eu vou ver. Se eu não for, eu mando o Deca levar.*
> *Carlinhos: Não vai vir? Ah, então eu vou, né?*
> Aí vem, em 1º de agosto de 2011 – um mês depois –, Carlinhos e Geovani:
> **Carlinhos***: E o trem lá do Leréia? Você podia mandar para mim? Eu estou aqui no Adriano.*
> **Geovani***: Uai, então deixa. Eu estou fazendo aqueles depósitos aqui. Você ainda vai demorar um pouquinho?*
> Continua, numa outra ligação, no mesmo dia:
> **Carlinhos***: Onde você está?*
> **Geovani***: Carlinhos, estou indo embora amanhã. Eu estou com o Gleibom* [que é o Gleibe].
> No telefonema seguinte:

> **Carlinhos***: Diz que é para o Gleibe* [aí a conversa é entre Carlinhos e Gleibe] colocar os R$ 20 mil em um saco ou jornal.

Quer dizer, esse total, esse que é entregue no Piquiras, é o total dos empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu já respondi essa pergunta, feita pelo nobre Relator. Eu disse que eu devo ao Carlos Cachoeira R$120 mil, porque eu fiz um empréstimo rural, no Bradesco, e o meu dinheiro está bloqueado por causa da ação do Sr. Juscelino Braga e do Sr. Alcides, por determinação do juiz. Essa ação eu já ganhei aqui no Supremo – um dos Relatores foi o Ministro Ayres Britto, a outra foi a Relatora Carmen Lúcia – e, até hoje, não liberaram o meu dinheiro. E, no dia que liberarem e o Carlinhos sair da cadeia, eu vou pagar. Eu devo a ele não esse valor: são R$ 120 mil que ele me passou, parcelado, conforme eu estava precisando. Isso é verdade, ilustre Parlamentar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – E tem o comprovante desses empréstimos?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) –Oi?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tem o comprovante?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, isso é questão pessoal. Eu botei no meu Imposto de Renda, porque eu não dei conta de pagar a ele no ano passado. No meu Imposto de Renda, eu tenho. Está declarado que eu devo a ele R$ 120 mil.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Outra questão...

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu declarei porque eu não consegui pagar no ano passado, porque, senão, não precisava nem declarar, porque é do mesmo exercício. Agora, eu declarei porque eu não consegui pagar no ano passado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Porque no dia 17 de agosto há a questão do empréstimo dos R$400 mil.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Não, eu peguei, ele arrumou para mim R$200 mil, com o Michel, em Anápolis. Esse eu já paguei. Tenho o recibo, tenho o empréstimo que fiz na Caixa Federal. O Michel, que é empresário em Anápolis, emprestou-me um dinheiro para que pudesse pagar uma dívida ao Sr. Renato. Isso eu também tenho aqui a documentação, está no meu Imposto de Renda. Tudo legalizado, ilustre Parlamentar.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Há uma conversa do Carlinhos com o Michel:

> **Carlinhos***: Michel, eu vou estar com o Leréia daqui a pouco. Você mantém naqueles 3%, né?"*
> **Michel***:* O.k.*, pode ficar tranquilo.*
> **Carlinhos***: Eu vou falar que você que emprestou, mas não é para falar para os outros e para ele, que depois fica sabendo que eu organizei com você, viu?*

Quer dizer, ele está dizendo aqui que não foi o Michel que emprestou.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Aí ele está dizendo uma conversa em que eu não estou no meio. Eu paguei ao Michel, dei um cheque a ele, resgatei meu cheque – eu tenho aqui o recibo assinado por ele –, fiz o saque – para fazer um saque desse montante, você tem que citar o nome – e entreguei para ele em espécie, ilustre Deputado.

Agora, a conversa, inclusive, está dizendo sobre o juro, para V. Exª ver que não é propina, conforme foi noticiado. Inclusive, tem até juro aí. Está sendo bem citado.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – O senhor declarou que é proprietário de uma rádio?

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Eu tenho concessão de uma emissora de rádio na cidade de Minaçu. Há muitos anos – inclusive, foi depois da Constituinte nova – e precisou da aprovação desta Casa, porque antes não precisava. Eu sou radialista profissional e talvez seja um dos poucos que detenha a concessão de apenas uma emissora de rádio na cidade de Minaçu, uma FM.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, são essas as perguntas. Eu quero só fazer aqui alguns comentários.

Agora há pouco foi feito referência ao Presidente Lula. O Presidente Lula realmente mandou uma medida provisória para cá com objetivo de regulamentar o jogo do bicho. Logo em seguida, também mandou outra medida provisória para não regulamentar. É engraçado que o pessoal só fala de um lado, não fala do outro lado.

Portanto, há que se dizer que o jogo do bicho foi proibido sob a Presidência do Presidente Lula. É importante saber disso.

E esse escândalo que está ocorrendo agora no governo do PSDB, que tem o seu mensalão enfiado nas gavetas do Tribunal de Justiça, o qual não julga há mais de 12 anos? É importante que se saiba disso

e que, agora, a organização criminosa está trabalhando junto com o governo tucano, do PSDB, do Perillo, em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª terminou.

Eu, então, consulto o Sr. Relator se quer fazer uso da palavra.

Eu ainda não terminei a reunião.

Consulto o Sr. Leréia se quer fazer as suas conclusões.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Ilustre Presidente Paulo Teixeira, Relator Odair, este documento eu enviei para cá. Mas é apenas para lembrar os Ilustres colegas Parlamentares: isto aqui, que vem do Ministério Público Federal, diz o seguinte:

Os contatos telefônicos relativos ao Deputado Carlos Alberto Leréia da Silva não guardam relação com a exploração de jogos ilegais e giram em torno dos seguintes assuntos: amizade, viagens, acordos políticos, nomeações, demissões no Governo do Estado, agilização de visto, operações financeiras detalhadas.

E diz mais:

Por todo o exposto, verifica-se que, em princípio, não há elementos mínimos que demonstrem que as autoridades supracitadas, que possuem foro de prerrogativa, teriam, de alguma forma, participação direta com o objetivo da investigação, que é a questão da exploração de jogos.

E aqui há outro, também do Ministério Público, que diz:

Os contatos registrados com o Deputado Leréia davam-se através do seu telefone Nextel, número tal. Como se verificará abaixo, os contatos não abrangem qualquer assunto de interesse para a presente investigação.

Apenas estes aqui são os documentos que estão lá juntados.

Eu gostaria de agradecer aos Parlamentares que me deram esta oportunidade, aos profissionais de imprensa e aos colegas de trabalho, e, de maneira muito especial, cumprimentar todos os colegas Deputados Federais e Senadores que participaram desta reunião, em nome do Presidente, Deputado Paulo Teixeira, e do Relator, Deputado Odair Cunha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não havendo mais o que tratar, damos por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 08 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião realizada em 27 de junho de 2012, às oito horas e quarenta minutos, na Sala nº 02 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião, foi realizada Audiência Pública com o Sr. Hélio Bicudo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no âmbito da vigência da Convenção de Palermo.

Em votação a Ata da 27ª Reunião, ao mesmo tempo em que solicito a dispensa da leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada.

Nós temos, hoje, uma audiência pública e eu quero dizer da nossa alegria, da nossa satisfação de ter essa pessoa que não prestou, mas continua prestando grande serviço para o nosso País, que é o Dr. Hélio Bicudo, que publicou, recentemente, num jornal de circulação nacional, uma matéria muito importante a respeito de uma parte da nossa investigação, que é o tráfico para fins de extração de órgãos. E é uma pessoa que trabalha com os direitos humanos. Então, já aprovamos requerimentos convidando-o para vir até aqui e conseguimos, enfim, acertar nossas agendas.

Então, quero convidar o Dr. Hélio para compor a Mesa conosco e iniciaremos logo o nosso trabalho.

Entretanto, quero comunicar às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores e aos presentes que nós estamos ainda na pendência do agendamento de uma audiência pública com os Ministros de Estado da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e do Combate à Fome e à Miséria, Tereza Campello, além da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Seria uma audiência pública conjunta que estava prevista, inicialmente, para hoje. Mas, na data de hoje, foi confirmado o lançamento do Plano de Segurança, o novo Plano de Segurança Na-

ATAS DA 32ª Á 34ª REUNIÕES

PUBLICADAS NO "SUPLEMENTO C" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012.....PÁGINAS 88, 107, E 131.

ATA DA 32ª REUNIÃO.....88

ATA DA 33ª REUNIÃO.....107

ATA DA 34ª REUNIÃO.....131

ATA DA 32ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 32ª Reunião realizada em 31 de outubro de 2012, às 10 horas e trinta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT –AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL--AP), Aníbal Diniz (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI) e Benedito de Lira (PP-AL) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE), Ronaldo Fonseca (PR--DF), Jô Moraes (PCdoB MG) e César Halum (PSD--TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Jorge Viana (PT-AC), Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Marco Antonio Costa (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT--SP), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Sílvio Costa (PTB-PE) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correia (PMDB- RO) e o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB--SP). Na oportunidade foi aprovado o Requerimento nº 1126, de autoria do Deputado Odair Cunha, de adiamento da votação dos Requerimentos constantes da Pauta desta Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quatro costados de grande importância no País, Senador Randolfe, Senador Alvaro, Deputado Macris, Deputado Vaz, vamos começar. (*Pausa.*)

Agora, vamos. Muito bom dia a todos. São 10h33.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Até por falta nítida e documental de quórum para deliberação, antes de passar a palavra a V. Exªs, o que normalmente faço no início das reuniões, peço ao Relator para anotar os Srs. Parlamentares que estão solicitando a palavra pela ordem. Já o fez o Senador Randolfe e agora o faz o Deputado Bueno. Deputado Onyx, o Relator está anotando. Randolfe, Bueno, Onyx, Pedro, Alvaro...

Eu gostaria de informar aos senhores que, na reunião de ontem – têm sido quase que rotineiros, nos últimos dias, os nossos encontros, Glauber, com as Lideranças partidárias –, tentamos um acordo para definir o tempo de prorrogação...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção de todos.

Para definir o tempo de prorrogação desta Comissão, haja vista que, na última reunião, tivemos como unânime o comprometimento dos seus Líderes para que esta Comissão tivesse o seu prazo de prorrogação estendido e para que, na reunião de ontem, esse prazo fosse definido. Assim fizemos ao longo de mais de 1 hora – 1 hora e 20 de reunião.

Quero passar para o Colegiado desta Comissão e para a imprensa, por um dever junto aos partidos, o pensamento público de cada legenda, através dos seus Líderes.

O Senador Randolfe foi o primeiro a se manifestar, pelo PSOL do Senado, e solicitou, em nome do seu partido, assim como fez na condição de primeiro subscritor do requerimento de prorrogação desta CPI, até 180 dias, com o relatório final sendo lido no prazo pertinente – isso quer dizer: ao final dos seus 180 dias.

O Senador Collor de Mello, representando o PTB do Senado, também solicitou a prorrogação por 180 dias, com a mesma posição do Senador Randolfe Rodrigues.

O Deputado Onyx fez coro com os oradores anteriores, Senador Collor e Senador Randolfe, em nome do Democratas, mas trouxe uma posição mediana e propôs 120 dias direto para a prorrogação e 90 dias com os lapsos de recesso. Informava, naquela ocasião, que já havia colhido a subscrição de 35 Senadores e 114 Parlamentares da Câmara.

O Senador Pedro Taques, pelo PDT do Senado Federal, informava a necessidade de prorrogação em até 180 dias. Entendia o Senador que, se a prorrogação de 180 dias acontecesse, com o recesso, nós estaríamos trabalhando, efetivamente, 120 dias.

O Deputado Luiz Pitiman, pelo PMDB da Câmara, informava que a posição política do seu partido era não passar esta Comissão desta Legislatura, com o prazo certo de concluir no dia 22 de dezembro.

O Deputado Vanderlei Macris, do PSDB da Câmara, também manifestou o apoio à prorrogação por 180 dias, assim como o Deputado Rubens Bueno, do PPS da Câmara dos Deputados, 180 dias de prorrogação.

O Deputado Glauber Braga, do PSB, disse que a posição do seu partido era o fortalecimento da postura do Relator. Fez uma indagação ao Sr. Relator, se ele tinha condições de se manifestar a respeito da conclusão do relatório. O Relator assim se manifestou: que num prazo de até 45 dias, o seu relatório, já a partir do dia 20 de novembro, estaria concluso. A posição do PSB, na Câmara dos Deputados, manifestada pelo Deputado Glauber Braga, foi de prorrogação por esse período.

O Deputado Odair Cunha, já na condição de representante do PT na Câmara, manifestou o desejo de entregar o relatório no dia 20, até porque houve uma suspensão da finalização do seu texto, em virtude do acordo firmado por membros, por líderes desta CPMI na reunião anterior. O fechamento do seu relatório está no dia 20 para leitura, discussão e votação do relatório. Assim entende a bancada do PT, pelo seu adiamento pelos próximos 48 dias.

A Deputada Jô Moraes, falando pelo PCdoB e em nome do PCdoB do Senado Federal, solicitou a prorrogação pelo tempo de 45 dias, com explicações que constam em ata.

O Deputado Ronaldo, do PR, também manifestou por igual período.

Assim o fez também o Deputado Filipe, do PSC, pela Liderança do PSC, para que a prorrogação desta CPMI se fizesse até o final da presente Legislatura.

O Deputado Miro Teixeira se posicionou também por igual tempo, dizendo que a CPMI tinha tempo e prazo determinado, e, se as quebras de sigilo não acontecessem, ele cobrava, inclusive, a antecipação desse prazo.

O Senador Alvaro Dias se manifestou, pelo Senado Federal, em nome do PSDB, pelos 180 dias.

O Senador Sérgio Souza fez sua fala representando o PMDB do Senado e encaminhou pela prorrogação até o final desta Legislatura, acompanhando o PMDB da Câmara.

A Senadora Lídice da Mata, pelo PSB do Senado Federal, assim como fez o Deputado Glauber pelo PSB da Câmara, tem, igualmente, a mesma proposta de prorrogação até o final da Legislatura.

Vejam os senhores que, como nós não tivemos a unanimidade dos posicionamentos, mantivemos a reunião administrativa para hoje, e, a partir de ontem, tanto aqueles que defendem a prorrogação da CPMI para os próximos 180 dias estão colhendo assinaturas no Congresso Nacional, de representantes da Câmara e do Senado, quanto àqueles que defendem a prorrogação por 48 dias. A coleta de assinaturas está continuando e, efetivamente, dentro das regras do Regimento Comum, haverá de definir o nosso prazo final.

Com a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, uma questão de ordem, pelo art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou fazer as "pela ordem" todas, e o senhor está também já...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou, eu vou... Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu quero... Na verdade, eu quero dividir o "pela ordem", que vai ser, na prática, quase uma questão de ordem baseada no art. 131, porque eu queria dividir em duas partes.

Primeiro, eu pediria dessa Presidência e da Relatoria um esclarecimento. Nós estamos reunidos em reunião administrativa desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

E aí eu pergunto a V. Exª: se é só administrativa, a pauta será esta que está destacada e foi entregue? São somente esses os requerimentos previstos na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondo a V. Exª. A pauta são todos os requerimentos apresentados, como nós sempre fazemos. Até hoje – estamos na 32ª Reunião desta CPMI e não me recordo ainda quantas reuniões administrativas nós fizemos – nunca defini com antecipação a pauta e V. Exª sabe bem disso. Então, a pauta é aberta, está dentro dos prazos das regras formuladas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. É porque temos aqui o conjunto de requerimentos – são mais de quinhentos para apreciação – e um calhamaço à parte. Isso aqui é parte integrante da pauta? Não é essa a pauta destacada? (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, completando a minha questão de ordem, nos termos ainda do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 111, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que tem preferência para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, requeiro de V. Exª e do Relator desta CPMI a preferência para a votação dos seguintes requerimentos: Requerimentos nºs 379, 381, 383, 384, 393, 396, 643, 645, 647, 754, 755, 756, 757, 759, 760, 834, 835, 843, 861, 862 e 864, constantes aqui da Ordem do Dia.

Conforme já suscitei, conforme prevê o art. 50 do Regimento Comum, combinado com o art. 311, inciso I, do Regimento Interno do Senado federal, solicito preferência para esses requerimentos, em decorrência de esses requerimentos de diferentes membros desta CPI tratarem da quebra de sigilo das empresas que receberam recursos da Empreiteira Delta.

No meu entender, mais importante ou tão importante quanto o prazo por que vamos prorrogar esta CPI é a aprovação desses requerimentos. Parece-me inevitável. Aprovados esses requerimentos, teremos que ter um prazo maior para receber o sigilo dessas empresas que, notadamente, pelas investigações dos membros desta CPMI, são apontadas como empresas que receberam recursos da Empreiteira Delta e atuam como empresas laranjas.

Nesses termos, então, Sr. Presidente, peço deferimento, conforme previsto no Regimento Comum e no Regimento Interno Federal, peço a preferência para a apreciação desses requerimentos.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, eu peço a V. Exª que faça a solicitação de preferência nos termos do Regimento Interno, para que nós possamos aqui autuá-la.

Com a palavra o Deputado Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem porque também analisei agora, porque recebi há pouco, a proposta do nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não é proposta minha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ah! Não é sua? Mas por que está aqui então?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É só complemento, é só anexo. Já estava fechada esta edição e ela veio como complemento, Deputado Bueno. Não é proposta do Relator.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Bom esclarecimento, em tempo. Mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente, eu também vou na linha de que nós já vimos o que está acontecendo. Aliás, hoje é um dia especial para a CPMI. Ela deixou de funcionar desde o dia 29 de agosto. De lá para cá, apenas o depoimento do Deputado Leréia. Aliás, o objetivo inicial da CPMI era de atingir um partido de oposição. E pelos requerimentos apresentados e pelo anexo agora aqui juntado, percebe-se claramente que esse objetivo, anunciado publicamente pelo PT antes de a CPI se instalar, era exatamente atingir partidos da oposição. E, nos requerimentos apontados hoje, nós estamos vendo que o objetivo está sendo seguido, perseguido, disciplinadamente, para atingir os partidos de oposição e não para apurar nada, a não ser que seja alguém da oposição.

Nós fizemos o requerimento de convocação de todos os governadores, seja do Tocantins, seja de Goiás, seja do Sr. Sérgio Cabral, que não foi aprovado. Nós reapresentamos o requerimento para que possa dar o mínimo daqueles que estão sob suspeição.

Quando foi negada a presença do Sr. Sérgio Cabral aqui, para mim ele passou a ser o principal suspeito das operações da Delta com os governos, especialmente com a Cedae, no Rio de Janeiro. A Delta não é diferente. Blindada por tudo e por todos, nós não conseguimos avançar em relação às empresas. Apenas as empresas do Sr. Adir Assad, empresas laranjas, perfazem R$160 milhões, mas nós não quebramos o sigilo. Estamos há 60 dias sem tomar uma decisão, uma atitude na CPMI.

Então, Sr. Presidente, também estou apresentando aqui, na mesma linha do Senador Randolfe – o Deputado Onyx também vai apresentar –, um pedido de preferência para a votação.

Apresento o Requerimento 108/212, que convoca o Sr. José Augusto Quintella Freire, a fim de esclarecer denúncias de tráfico de influência contra a construtora Delta e o Sr. José Dirceu.

O 117 solicita a convocação do Sr. Romênio Marcelino Machado, a fim de esclarecer as denúncias de tráfico de influência contra a construtora Delta e o Sr. José Dirceu.

O 693 requer providências quanto à convocação de José Francisco das Neves, a fim de esclarecer as mesmas denúncias contra a construtora Delta e o seu envolvimento com o esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira. Aliás, ele foi indicado no relatório da Polícia Federal como sócio oculto da Delta, mas a CPMI não toma nenhuma providência, blindando essa figura. Hoje, nós estamos vendo isso aqui prosseguir com tudo adredemente preparado para acontecer.

E também, Sr. Presidente, as medidas para ter acesso à cópia dos documentos relativos aos contratos da empresa Delta e aos consórcios com a Cedae do Rio de Janeiro. Há tempos estamos batendo nessa tecla, mas isso não foi aprovado.

O 737 fala dos contratos da Vitapan, firmados com órgãos públicos da União, do Governo Federal e dois Estados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço ao senhor que conclua.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Faltam dois, apenas dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Eu espero.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E também o 496, que requer a convocação do Sr. Governador Sérgio Cabral, que, para mim, é o principal suspeito junto com a Delta, que foi blindada, e cujo comparecimento foi negado. O que ele tem a esconder? Não pode vir à Comissão Parlamentar de Inquérito, como veio aqui o Governador Marconi Perillo, para dar uma declaração, dizer o que pensa, responder às perguntas? Então, ele é o principal suspeito desta CPMI.

E o Sr. Carlos Pacheco, também para esclarecer as denúncias de envolvimento da Delta com o Sr. Carlos Cachoeira e também com o Senador Demóstenes.

Sr. Presidente, nós temos aqui mais um requerimento, o 1.096, que requer também a convocação do Sr. Bruno Estefânio de Freitas, a fim de esclarecer as denúncias de envolvimento com as atividades da Delta e o Sr. Carlos Cachoeira.

Lembro, Sr. Presidente, finalmente, que hoje é o dia do *halloween* – os americanos tomaram conta do mundo –, para nós o dia das bruxas. Quem sabe o Brasil aqui dê agora um carimbo definitivo para que esta CPMI seja a CPMI das bruxas!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, 3 minutos.

V. Exª tem a palavra, pois estava inscrito. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Parlamentares, esta CPMI está num momento crucial. Será entregue o relatório ou não será entregue o relatório? Nós vamos prorrogá-la por 48 dias ou vamos encerrá-la neste instante?

O que nós precisamos fazer, Sr. Presidente e Sr. Relator, é quebrar o sigilo bancário daquelas 12 pessoas jurídicas mais as 17 que foram identificadas pelo Coaf. O mais, com todo o respeito, Sr. Presidente, é perfumaria. O mais é perfumaria! Nós precisamos chegar a uma conclusão. Quebraremos ou não o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas? Um exemplo é o chamado clube de Santana do Parnaíba, aquelas pessoas jurídicas que receberam milhões de reais do esquema da Delta.

E aqui nós estamos vendo requerimentos que serão colocados em votação hoje, por exemplo, para que sejam solicitadas informações a Procuradores da República sobre carros que utilizavam, placas de veículos, identificação de veículos, nome de servidores que acompanhavam... A situação é de vaca não reconhecer bezerro, como se diz lá no meu Estado. É nós estarmos distorcendo a realidade. Ao invés de investigarmos criminosos, estamos investigando quem investigou os criminosos.

Esta CPI está descendo ladeira abaixo, Sr. Presidente, com o respeito que tenho a V. Exª e aos Parlamentares que dela fazem parte. Ou nós afastamos o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas, ou esta CPI não terá razão nenhuma para ser prorrogada por até 48 dias, porque S. Exª o Relator, que, ao que consta, é um homem competente, já tem condições de apresentar o relatório até esta data. Qual a necessidade de prorrogar para que ele possa trazer outros elementos ao relatório? Qual a razão disso? Nós temos que, nesta data, afastar o sigilo bancário dessas pessoas jurídicas. O mais importante desta CPI são esses requerimentos.

Por isso, vou votar favoravelmente à preferência que aqui foi esposada pelo Senador Randolfe e pelo Deputado Bueno. O lixo está sendo jogado para baixo do tapete e o lixo está podre. Está podre, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Macris, com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta CPI está com dois caminhos muito claros: a prorrogação por 48 dias, que representa o final da CPI, representa enterrar a CPI, representa lavarmos as mãos em relação a esta CPI, que é o que a sociedade brasileira não quer, e o outro caminho é prorrogar por 180 dias, que permitirá, depois de todos os que falaram aqui, que eu endosso, a possibilidade real de darmos um passo adiante no trabalho de investigação a que esta CPI se propôs.

O art. 131... Dentro dessa lógica, formulo a seguinte questão de ordem a V. Exª, Sr. Presidente. A prorrogação da CPI, se houver dois requerimentos que cumpram os requisitos constitucionais, os dois requerimentos apresentados no mesmo dia, qual requerimento prevalece: o de 48 dias ou o de 180 dias? O Regimento Comum, no art. 151, diz que, em casos omissos, aplica-se o Regimento do Senado ou da Câmara. O Regimento do Senado, Sr. Presidente, é omisso nessa questão. Agora, o da Câmara, no art. 159, § 4º, inciso IV, diz o seguinte:

IV – quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente, e a adoção de um prejudicará os demais, o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

Eu quero saber de V. Exª, Sr. Presidente, se o requerimento mais amplo, de 180 dias, que é o desejo do PSDB e dos partidos de oposição aqui, prevalecerá, na sua votação, em relação ao de 48 dias. Esta é a questão de ordem que levanto a V. Exª, que acho de fundamental importância para que a gente tenha a perspectiva do que vai acontecer nesta CPMI: se nós vamos enterrar a CPMI ou vamos dar seguimento ao seu trabalho de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Macris, a questão de ordem de V. Exª é pertinente e eu a recolho e determino à Secretaria-Geral da Mesa do Congresso Nacional que, depois de V. Exª oficiar a questão de ordem – V. Exª a fez verbalmente e eu peço que a sua competente assessoria a faça por escrito –, que a Secretaria-Geral da Mesa do Congresso Nacional possa encaminhar a esta CPI as respostas necessárias, já que há, como V. Exª colocou, diversos vazios ou contradições regimentais.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra para repor aqui uma questão. Eu ouvi a fala do Deputado Bueno. Considerei a fala do Deputado Bueno de uma enorme leviandade, colocando o Governador do Estado do Rio de Janeiro como principal suspeito...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu não disse que ligar alguém é leviano. Por que você está levando leviano...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor, Deputado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu estou dizendo que a minha impressão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Você escute! Eu o escutei, você escute!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por favor, não me chame de leviano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu chamo do que eu quiser...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Da mesma forma.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu chamo do que eu quiser...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não venha aqui blindar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – V. Exª escute! V. Exª escute!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Leviano é você! Leviano é você!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – V. Exª escute!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Deputado Leonardo Picciani. Devolverei o tempo a V. Exª.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o Governador do Estado do Rio de Janeiro não foi convocado nesta Comissão, porque, nas milhares de gravações e intercepções telefônicas, nas milhares de horas de gravação, o nome dele não é citado sequer uma vez. O Sr. Carlos Cachoeira não teve nenhuma atuação no Estado do Rio de Janeiro. O Delegado Matheus Rodrigues, ao ser perguntado aqui se a quadrilha do Sr. Cachoeira atuava no Estado do Rio de Janeiro, disse que não, que o que a Polícia Federal identificou é que a quadrilha atuava em Goiás, no Tocantins, no Distrito Federal e não no Estado do Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, será que tentar envolver o Governador do segundo maior Estado do País, o Governador do maior Estado governado pelo PMDB, não se presta a tentar defender outras pessoas envolvidas?

A relação do Governador com o empresário dono da Delta era uma relação no plano pessoal, e o Governador jamais a escondeu e sempre a tornou pública. Isso não se mistura com a impessoalidade do Governo, da gestão pública.

Sr. Presidente, quero me insurgir contra aquilo que considerei, sim, uma leviandade do Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Art. 14, Presidente. Tenho o direito de...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Que considerei uma leviandade do Deputado.

E, para encerrar, Presidente, para que avancemos nesse assunto, eu peço a V. Exª, com base no art. 151 do Regimento Comum, combinado com o art. 163, inciso VIII, do Regimento da Câmara dos Deputados, que V. Exª prejudique o requerimento reapresentado acerca da convocação do Governador Sérgio Cabral, uma vez se tratar de requerimento de igual teor a requerimento já rejeitado. Esta Casa não pode permitir, por dever regimental, que se reapresentem requerimentos com as mesmas razões de outros já anteriormente representados. Está expresso no Regimento da Câmara dos Deputados. Seguindo o que reza o Regimento Comum, uma vez o Regimento Comum não tendo dispositivo específico, nem o do Senado Federal, deve-se combinar com o da Câmara dos Deputados. Peço o deferimento de V. Exª nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani, faça por escrito a solicitação de V. Exª para análise da Secretaria.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem eu só posso fazer de forma oral, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço à assessoria para analisar.

Deputado, eu vou dar o tempo do art. 14. Permita-me, Deputado Onyx, para o Deputado Rubens Bueno

se manifestar. Com a palavra, para uso da prerrogativa do art. 14, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, desde o início da CPMI, eu vinha dizendo, falando com otimismo, que a CPMI estava no rumo certo: aprovando requerimentos, fazendo ações importantes para firmar o Parlamento e a ação parlamentar dentro daquilo que representa o Poder na República. Nós podemos investigar sem pedir autorização de quebra de sigilo a um juiz; podemos quebrar diretamente, basta o Plenário votar. Há 2 meses – no dia 29 de agosto e, então, já faz mais de 2 meses –, não temos nenhuma ação de quebra de sigilo, nada está acontecendo, ou seja, vem-se empurrando com a barriga, como chamamos popularmente, postergando as ações da CPMI. Agora, chega-se ao final e vai-se dar uma prorrogação *pro forma* para dizer à sociedade que nós exatamente estamos fazendo aquilo que foi proposto desde o começo, anunciado pelo Governo e pelo partido do Governo.

Agora, vem alguém... Nós fizemos requerimento convocando aqui todos os governadores envolvidos, citados ou não. É o caso do Governador de Tocantins, que não foi aprovado e que foi citado; é o caso do Governador de Goiás; é o caso do Governador do Distrito Federal. Nós fizemos requerimento um a um e não seria diferente com o Sr. Sérgio Cabral, porque a Delta, uma grande empreiteira envolvida com negócios com dinheiro público, não explica o que acontece com dinheiro envolvendo empresas laranjas, empresas-fantasmas.

É isso que queremos saber, já que esteve aqui sentado o ex- Diretor do DNIT dizendo que o tesoureiro da campanha do PT, o Sr. Filippi, foi ao seu gabinete pedir dinheiro para a campanha da então candidata Dilma Rousseff, em 2010, e que o atendeu – o atendeu – não só dando a relação das empresas, mas indo atrás, cobrando e recebendo cópia dos boletos de pagamento e de financiamento de campanha, usando órgão público, cargo público, poder de influência, tráfico de influência, tudo aquilo que como política decente você vai aceitar.

Que o Sr. Sérgio Cabral venha aqui e diga que não tem nada a ver com isso. Qual é o problema? Nenhum. Nenhum problema. Como veio aqui o Marconi Perillo, sentou e respondeu tudo e a todos, durante horas e horas. O Agnelo, o Governador do DF, veio aqui, sentou, respondeu tudo e a todos, durante todo o tempo. Por que, então, blindar o Governador do Rio de Janeiro? Porque é o segundo Governador do PMDB? Qual é a diferença que tem, nas relações éticas, ser mais ou menos governador, segundo ou terceiro de um partido ou de qualquer outro partido?

Ora, Sr. Presidente, não há leviandade nenhuma. O que há aqui é uma blindagem. Há um esquema montado para que a CPI seja efetivamente enterrada hoje, no dia do *halloween*, no dia das bruxas.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Qual é a acusação contra o Governador? Ser amigo de alguém?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele que venha aqui e diga que não tem nada.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Se é amigo de alguém? Qual é a relação?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele está aqui relacionado nos contratos que você não querem quebrar da Delta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Qual é a relação?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quebrem os contratos! Quebrem o sigilo!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Cadê a participação do Cachoeira?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Votem na quebra do sigilo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não venham blindar aqui, não! Vamos fazer esse Poder Legislativo investigar e cumprir o seu papel, e nós não estamos cumprindo. Estamos aqui dando uma demonstração para a sociedade brasileira de que estamos aqui para desmoralizar o Parlamento.

É essa a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta que está consolidada dos Partidos da Base e do próprio Partido dos Trabalhadores é 48 dias. Curiosamente, essas coisas falam para a sociedade. Quarenta e oito dias, Sr. Presidente, sabe quando terminam? Na antevéspera do Natal. O Governo, o PT e a sua Base não aprenderam nada com o mensalão – nada! –, tanto o é que vão dar um presente de Natal pelo maior esquema de corrupção que o Brasil já conheceu.

É isto: todos os que assinarem o requerimento prorrogando a CPI por 48 estarão dando um presente de Natal para o maior esquema de corrupção que o Brasil começou a conhecer e que só vai ser revelado, talvez, daqui a algum tempo. Está sendo abafado. E quero falar com fatos, Sr. Presidente.

No dia 5 de julho, foi aprovado o requerimento para ouvirmos aqui os dirigentes da Sigma. Quem era a Sigma? A empresa que tinha experiência na área petrolífera e que foi adquirida pela Delta para poder acessar um contrato, na Petrobras, que já se sabe superfaturado, por análise do Tribunal de Contas da

União, onde há denúncia de que mais de R$5 milhões de propina foram entregues para servidores da Petrobras. Isso é fato!

Aliás, Sr. Relator, respeito-o, mas esses requerimentos V. Exª escondeu. V. Exª não convocou propositadamente. Sabe por quê? Porque o Sr. José Quintella e o Sr. Romênio disseram que eram contra a contratação da Delta do Sr. José Dirceu como consultor, porque foi através da contratação do Sr. José Dirceu que a Delta acessou a Petrobras, porque não tinha *expertise* na área, porque eles se voltaram contra a maracutaia que era feita dentro da Sigma para pagar a comissão do Sr. José Dirceu. É por isso que, lamentável e tristemente, V. Exª, por quem, volto a repetir, tenho respeito, talvez tenha sido obrigado, pela companheirada a dar uma manchada em sua biografia. V. Exª não merecia isso, por tudo que conheço de V. Exª.

Por outro lado, o que estamos vendo aqui, desde ontem? A decisão é de matar a CPI, por quê? Se for o contrário, e eu não tenho problema nenhum de reconhecer, basta aprovar, Sr. Presidente – fiz um requerimento formal, está aí, o nº 1 –, o requerimento de preferência de votação. O que está nesse requerimento de preferência de votação? O requerimento pede a quebra do sigilo bancário da Installe, da Mamute da Power to Ten, da SP Terraplanagem, da Soterra Terraplenagem, da Adécio & Rafael Construções, da JSM Engenharia, da WS Terraplanagem, da BW Terraplanagem, da JR Construções, da MB Terraplanagem, da JM Terraplanagem e da M-CON Construções.

Por quê? Porque essas são as empresas a que os nossos técnicos, com base no sigilo quebrado, no afastamento do sigilo, chegaram aqui de operações da própria Delta. A Delta usou R$420 milhões de dinheiro público, Sr. Presidente. E esse dinheiro passou por essas empresas, para ser lavado. E a questão que quero colocar a V. Exª – eu concluo e peço vênia e paciência para alguém que, durante toda essa investigação, teve profunda relação de respeito com V. Exª, mas se dedicou de maneira verdadeira a investigar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza. Concordo com V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...contribuindo do com o trabalho da Mesa, sem fazer aqui disputa política.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Estou fazendo aqui agora essas colocações, porque me dei conta da farsa que foi montada. Interromper o funcionamento da CPI em agosto, com o argumento de eleições, por favor, foi algo absolutamente inaceitável. E estou aqui, Sr. Presidente, pedindo para que V. Exª coloque, como manda o Regimento, o requerimento de preferência em votação. Ele sendo aprovado, logo em seguida o requerimento das quebras que acabei de ler.

A derrota do requerimento de preferência vai deixar claro para o Brasil todo que, na verdade, a farsa se instalou hoje. Ou seja, não se quer investigar as relações dos corruptores. No Brasil, já se puseram na cadeia alguns corruptos, mas ninguém ainda teve coragem de enfrentar os corruptores. Eu tinha a esperança, como milhares de brasileiros que acompanham os nossos trabalhos, de que esta CPI tivesse essa coragem.

Eu lamento anunciar que, em breves minutos, teremos o requerimento rejeitado e, com essa razão, será sepultada a CPMI do Cachoeira no dia de hoje; apenas uma farsa terá continuidade, para proteger o maior esquema de corrupção que já se fez em Estados e – quero afirmar aqui e concluo – no Governo Federal, porque a minha dúvida é zero de que a Delta não virou a maior empreiteira do DNIT de graça. Ela pagou por isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu não sabia que ia ser tão rápido para chegar a mim. V. Exª é muito ágil.

Olhando essa pauta, eu a enxergo como uma ameaça. Nós estamos discutindo se prorrogamos ou não a CPMI e somos apresentados a uma pauta desse tamanho. Penso que a Ação Penal 470 não tem um número tão grande de requerimentos de oitivas de testemunhas. Não tem, não tem. Se considerar oito por cada réu, se considerar que o Ministério Público tem igual número de testemunhas e se considerar que inicialmente eram 40 réus e agora foram reduzidos, não há possibilidade, e essa ação está lá no Supremo Tribunal Federal, se não me engano, desde 2005 ou de 2006, não me recordo exatamente; 2006, muito bem.

Então, isso aqui nos remete ao plano da irrealidade. Não estamos trabalhando no plano real com essa pauta, com essa descrição de um caminho a percorrer. Tenho uma pequena intervenção e só por isso é que falei, não ia falar, não. Acho que ontem nós já tivemos uma boa reunião de Lideranças. V. Exª sintetizou absolutamente de modo correto o que se passou na reunião de Lideranças.

Mas houve aqui um debate entre dois parlamentares a respeito da convocação do Senador Sérgio Cabral – e só vou fazer menção a isso porque o fiz ontem na nossa reunião. Eu votei a favor da convocação do Governador Sérgio Cabral. Eu me incompatibilizei com todas as forças políticas governamentais dominantes do meu Estado e não me importa isso – a vida foi assim. Aliás, eu falava a alguns companheiros do PDT do

tempo em que nós éramos felizes, quando nós éramos oposição. Nós éramos muito felizes! Mas não tenho embaraço quanto a isso, porque estou acostumado a viver na oposição. Porém, a convocação de Sérgio Cabral, quando aqui votada, foi derrotada, inclusive com votos da oposição. É bom que fique claro: eu fui derrotado com votos da oposição – não vou fazer menção a partidos. E disse o Deputado Picciano, ontem na reunião, que naquele dia até a oposição votou certo. Não estou reproduzindo aqui; estou relatando, digamos assim.

Percebo o meu amigo Onyx ou o meu amigo Rubens Bueno, um dos dois, dizendo que, hoje, a CPI pode ser enterrada. Isso parte de uma premissa: a CPI estar morta. Vamos voltar a Nietzsche, como ensinou Paulo Teixeira, dizendo que é um cidadão que vive na cidade de São Paulo: o Nietzsche disse: "Deus está morto!". Depois, ele mesmo explica que quem espalhou isso foi o diabo, não é? (*Risos*.) E o Paulo Teixeira concorda.

A CPI se esgotou, e eu não dou nem mais um dia ao Relator. E sabem por quê? Nós teríamos, como disse o Senador Randolfe, que ter votado aqui – ou vermos se ainda há a possibilidade de votar – a quebra de sigilo daquelas empresas ali, porque, se isso não acontecer e falarmos em prorrogação, estaremos mentindo à população, estaremos construindo a farsa, a repetição da história como farsa, novamente como me ensinou Paulo Teixeira.

Mas eu devo lhes dizer que estou com absoluta serenidade, como a maioria de V. Exªs, Srªs e Srs. Congressistas, porque aqui, em todos os momentos oportunos, quando as coisas tinham que ser decididas, eu procurei decidir. Não entendo que, a esta altura dos acontecimentos, nós estejamos diante dessa pauta, na hora que se discute se se vai prorrogar ou não a CPI. Isso aqui não é outra CPI; isso aqui são outras CPIs.

Houve um momento, Sr. Presidente, em que alguns parlamentares desta Comissão decidiram procurar o Ministério Público e levaram os dados desta Comissão para chamar a atenção do Ministério Público. Depois disso combinado, sabendo já que a Comissão estava interrompendo os seus trabalhos, o Senador Randolfe esteve em Goiás, por delegação desse grupo, e até o trabalho do Senador Randolfe acabou sendo, de certa maneira, desconsiderado por algumas pessoas desse grupo – não por mim, porque esse trabalho vai frutificar. O Ministério Público está lá na frente, e V. Exª é parte dessa história.

Sr. Presidente, eu faço aqui ao Sr. Relator uma indagação, que não é nova. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito conclui os seus trabalhos remetendo os autos ao Ministério Público, Comissão Parlamentar de Inquérito não prende, não sentencia, não pune qualquer pessoa no ambiente penal. Penso até que, no ambiente administrativo interno, pode-se sair daqui para Conselho de Ética, para aqui ou para ali; porém, no ambiente penal, não. Diante disso, numa reunião, eu perguntei ao Sr. Relator – e foi por isso até que o Senador Randolfe se deslocou a Goiânia – se ele concordava em inovar na Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão remete ao Ministério Público as provas relativas aos fatos que considero indícios de crime. E eu perguntei o seguinte: "Dá para nós remetermos tudo?". E o Sr. Presidente até disse: "Dá, sim; vamos remeter tudo, com o parecer favorável do Sr. Relator."

Relator, como eu disse ontem, sem prorrogação, eu não lhe dou nem um dia de... Sem a oitiva, sem a quebra de sigilo – não é nem oitiva –, sem a transferência do sigilo, não lhe dou nem um dia para fazer o parecer. Porém, como V. Exª humanamente precisa de algumas horas, eu lhe dou as horas necessárias para isso. E apenas para isso. Porém, eu vou insistir...

Presidente, eu vou insistir em que V. Exª cumpra o que foi deliberado nesta Comissão: mandar, desde logo, ao Ministério Público todos os sigilos transferidos a esta Comissão. E hoje deliberaríamos aqui, então, todo o resto que está proposto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Findas as participações dos Srs. Parlamentares, com a palavra o Sr. Relator...

Só um minuto. Só um minuto...

Senador Alvaro Dias e a Deputada Íris de Araújo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há pouco dias, em São Paulo, um cidadão me disse: "Antes, o povo brasileiro sabia escalar a Seleção Brasileira. E só. Ou o time de futebol do seu coração. Hoje o povo brasileiro sabe escalar o Supremo Tribunal Federal." Ministros se tornaram ídolos, e nós não aprendemos aqui. Nós estamos desperdiçando mais uma oportunidade de valorizar esta Instituição.

Não há como fazer encenação. A CPI está terminando hoje. Com essa proposta de 48 dias, que certamente prevalecerá com o número de assinaturas para sua consagração, nós estamos decretando o encerramento desta CPI. E vem à tona, vem à lembrança que, no início, propalou-se que a CPI tinha dois objetivos. O primeiro, desviar as atenções da opinião pública do julgamento do mensalão. O segundo, ferir de morte um partido de oposição no Estado de Goiás. Se esses objetivos foram atingidos, não cabe aqui qualquer referência. O que cabe é dizer que, mais uma vez, nós estamos afirmando ao Brasil: "Nós não nos emendamos. Nós não nos corrigimos. Nós não aproveitamos as oportunidades para recuperar a credibilidade". Ao contrário, nós preferimos percorrer esse calvário de

desgaste que afunda o Poder Legislativo no conceito popular do Brasil.

É isso que está acontecendo. Não há encenação possível capaz de aplacar a consciência daqueles que estão determinando o fim desta CPI, jogando debaixo do tapete, como disse o Senador Pedro Taques, o lixo da corrupção. É um monumental escândalo de corrupção, que tem a Delta como matriz, sacando dinheiro dos cofres públicos e repassando-o para cerca de duas dezenas ou mais de empresas laranjas, que, por sua vez, repassaram àqueles que integravam o esquema desse escândalo Cachoeira.

Portanto, Sr. Presidente, nós temos que encaminhar, a oposição tem que preparar uma representação e protocolar, já na próxima semana, na Procuradoria-Geral da República, encaminhando o material de prova colhido até aqui, com as empresas que foram investigadas em razão da quebra do sigilo bancário, e indicando as empresas que ainda não foram investigadas para a instauração dos procedimentos judiciários, a fim de que seja possível a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nesse monumental escândalo de corrupção.

Sr. Presidente, esse é um escândalo de corrupção de proporções agigantadas – e nós não temos ainda a sua dimensão –, envolvendo empresas laranjas e agentes públicos impunes. Essa é a realidade, Sr. Presidente. E qualquer encenação aqui terá um único objetivo: o desrespeito a esta Instituição e ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, quando o Senador Alvaro Dias usa a palavra desrespeito...

Gostaria de me reportar aqui, neste momento, a um fato que acontece em Goiás e que considero um desrespeito a esta CPMI.

Quando o Governador do Estado convida o superintendente da Polícia Federal que comandou a operação – aliás, a Operação Monte Carlo ainda estava sob a égide do comando dele como superintendente – para assumir a Secretaria de Segurança Pública e ele aceita, isso, para mim, é um desrespeito ao trabalho da CPMI, um desrespeito ao trabalho da Polícia Federal no Estado de Goiás. Sei que há um descontentamento de maneira geral em relação a isso.

Gostaria de colocar aqui também e pedir aos nobres pares que nós tenhamos serenidade no momento de colocarmos o nosso posicionamento, independente de se levantar questões ora agressivas em relação ao que está sendo dito, porque, talvez, tenha tocado no calcanhar de um e de outro em relação à situação que defende ou não defende.

Nós temos que defender a CPMI, o trabalho que está sendo feito. Por isso, eu notifiquei o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a respeito desse fato. Como o investigador passa à condição de subordinado do investigado? Não vou dizer nada aqui, vou-me calar, mas quero registrar esse fato que considero gravíssimo.

E quero dizer outra coisa, Senador Randolfe Rodrigues. No final dos trabalhos da CPMI, eu assinei requerimento de V. Exª a respeito da prorrogação por 180 dias desta CPMI. Ontem, inadvertidamente, assinei outro pensando ser a continuidade do trabalho que V. Exª estava fazendo junto à Câmara. Quero deixar registrado que a assinatura que vale é a primeira que coloquei aqui publicamente, pela prorrogação desta CPMI.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho ainda... Estou com três requerimentos aqui: um requerimento do Relator, um requerimento do Deputado Onyx e um requerimento do Senador Randolfe.

Eu pediria ao Deputado Protógenes e ao Deputado Rosinha que estão inscritos para falarem após a votação desses requerimentos. V. Exª concorda, Deputado Protógenes?

Tenho um requerimento do Relator sobre a mesa que peço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... e um requerimento de preferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O requerimento de minha autoria e de autoria do Deputado Onyx tratam, na prática, do mesmo objeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu junto os dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Podem ser votados juntos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro vou votar o requerimento do Relator e depois o requerimento de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me ainda, Sr. Presidente, e aí, claro, com a aquiescência de V. Exª: como o requerimento de minha autoria e o requerimento de autoria do Deputado Onyx foram protocolizados primeiro, pergunto se não poderia ser apreciado primeiro este...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência é do Relator, até porque o assunto é mais abrangente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas quero insistir em relação ao seguinte: mais importante do que qualquer coisa neste momento não é a prorrogação por meia hora, por 30, 45, 120 ou 180 dias, mas, sim, responder uma pergunta que foi feita pelos meus colegas. Vamos quebrar ou não o sigilo das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta? A pergunta a ser respondida é essa. Por isso faço essa arguição em função dos nossos requerimentos.

E quero apenas antecipar, dialogando com o que aqui foi dito pelo Deputado Miro Teixeira. Independentemente de se encaminhar ou não à Procuradoria da República, há um mês, sob delegação de alguns membros desta CPMI – Deputado Miro, Deputado Onyx, Deputado Bueno e do Senador Pedro Taques –, estivemos em Goiânia e solicitamos... Mas eu tenho a informação que a Procuradoria da República solicitou a quebra de sigilo dessas empresas.

Então, só quero antecipar esse movimento que já existe e que a CPMI tem que dar sequência. Então, o que é mais importante não é o prazo, mas a resposta sobre se vamos quebrar ou não o sigilo dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho aqui o requerimento do Deputado Odair cunha solicitando o adiamento de discussão e votação de todos os requerimentos constantes da pauta de hoje.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só tem um problema, Presidente. Com todo o respeito a V. Exª, o requerimento do Deputado Odair Cunha entra muito depois do requerimento que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência... Eu já tomei as providências para responder a V. Exª. A preferência é do assunto mais abrangente, regimentalmente. Art. 159, §4º.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, senhoras e senhores...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um pouquinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É do assunto mais abrangente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um pouquinho, Sr. Presidente. Os requerimentos, quando apresentados à Mesa, devem ser apreciados na ordem da apresentação. É por essa razão que na Câmara e no Senado se coloca o horário do recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu só vou ler o artigo em homenagem e respeito à colaboração, Deputado Onyx, que o senhor tem tido com a Mesa, até usando o mesmo artigo que o Deputado Macris usou para fundamentar a questão de ordem que V. Exª colocou.

O art. 159, § 4º, inciso IV, diz:

IV - quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente [são três, quatro, cinco, agora] e a adoção de um prejudicará os demais [no caso, eu já fiz a fusão, com o Senador Randolfe, do requerimento de V. Exª], o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

O requerimento do Deputado Odair...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, então, questão de bom senso...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Posso usar o Regimento Comum, que, portanto, se sobrepõe ao que V. Exª leu, com todo o respeito.

Art. 40. Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo por 48 horas, a requerimento do Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional.

Ou seja, no Comum, não admite. Há um requerimento de preferência para fazer a votação e há, no Comum, a explicitação de que não pode haver...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É de votação, Deputado. Aqui é discussão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O requerimento não admitirá...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A decisão está tomada. Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é só o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, pelo carinho que eu tenho a V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, qual é o problema...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... a decisão é desta Presidência. Vamos votar o requerimento do Deputado Odair Cunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, ele pede adiamento de discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, é porque é uma questão que precede.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está equivocado o requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu quero pedir para o senhor ler o requerimento, que o senhor vai ver que não se encaixa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... uma discussão em cima do que vem, se domingo não tem mais CPI?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, pelo menos faça o requerimento correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O adiamento é de discussão. "Nos termos do art. 259, o adiamento de discussão e votação dos requerimentos constantes..."

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu entendo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, o 40 não suporta, do Comum...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Cumprimentando os demais pares, eu entendo perfeitamente e respeito a opinião de todos os Deputados e Senadores que me antecederam aqui no que diz respeito ao conteúdo da nossa investigação, que será analisado ao final, quando nós apresentarmos o nosso relatório, e eu tenho certeza de que nenhuma das nossa biografias será manchada ou maculada com aquilo que nós haveremos de constar no nosso relatório.

Há, evidentemente, um acordo de Líderes, gostem, queiram ou não, alguns dos Parlamentares que estão aqui ou da Casa. A questão é que há o entendimento de que a prorrogação deverá ser feita para leitura e discussão do nosso relatório, o que eu julgo importante. A morte da CPI seria se nós não tivéssemos condições regimentais de encaminhar toda a documentação que esta CPMI tem aos órgãos permanentes de investigação. O Senador Randolfe fez aqui, inclusive, uma alusão importante, que foi exatamente que o nosso processo de investigação que vai abrir outras frentes de investigação nos órgãos permanentes. É assim que funciona.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou incluir isso no meu relatório. Estou dizendo isto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ..., quero uma questão de ordem logo após o Relator terminar.

SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou dizendo isto, Presidente, para tranquilizar todos os membros desta CPMI no sentido de que nós necessitamos – este é o acordo dos Líderes – de uma prorrogação que, pelo menos, viabilize uma discussão transparente, uma discussão clara do nosso relatório. Este é o acordo. Fazer de conta que isso não existe, isso sim seria uma fantasia.

Exatamente por isso, Presidente, considerando, então, que há dois movimentos, um que tem apoio desses Líderes, de uma prorrogação de 48 dias, com esse objetivo, e considerando que há um outro movimento, que pede uma prorrogação de 180 dias, o mais prudente e o bom senso faz com que nós, neste momento, suscitemos o adiamento da discussão e votação, porque, claro que se o prazo for um, o nosso parecer será de acordo com este prazo; se for outro, será de acordo com o prazo que a CPMI tiver.

Exatamente por isso que, neste momento, eu estou encaminhando aqui, então, pela...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... pelo adiamento de votação e discussão de todos os requerimentos sobre a mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Presidente, Presidente, a questão de ordem que eu formulo a V. Exª é o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me passar a palavra a V. Exª.

Com a palavra V. Exª, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, querido amigo. Obrigado, Sr. Presidente.

Este aqui é o requerimento do Senado, ou, perdão, o Regimento Interno do Senado. Este é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Para que o Congresso Nacional e as suas Comissões Mistas pudessem atuar, num dado momento histórico, foi organizado o que se chama de Regimento Comum, que é a compatibilização, a equalização das normas e das regras de aspectos gerais para o funcionamento de todo e qualquer ato do Congresso Nacional.

Pois muito bem, este documento se sobrepõe a qualquer artigo, quer do Senado Federal, quer da Câmara. E ele é claríssimo quando diz, no seu art. 40 que não será admitido requerimentos de adiamento de discussão. Não há espaço para interpretar diferente. O Sr. Relator se equivocou e o Sr. Relator tenta misturar a conversa. A conversa não é se vai ser por 48 dias, que é o presente de Natal ao Sr. Fernando Cavendish, à Delta – provavelmente o relatório vai ser lido lá na Champs-Élysées e depois vai ser comemorado com champanha francesa, e talvez o final de ano seja embaixo da Torre Eiffel, cheio dos amigos do Sr. Fernando Cavendish, que estão aqui protegendo talvez um dos maiores esquemas de corrupção no Brasil depois do mensalão – aliás, maior do que o mensalão.

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo, porque eu acho que tem que haver limite, penso que tem que haver limite entre o tratoraço... E o que está sendo feito aqui agora é um tratoraço regimental. Não há nenhu-

ma razão, não alude razão, não há nenhum sentido em usar o Regimento do Senado para atropelar o Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem que afastar e simplesmente votar: nós vamos ou não quebrar o sigilo das 13 laranjas da Delta?. Essa é a pergunta. Quem for a favor, vota pela aprovação da preferência; quem for contra, bota lá sua digital, dá o seu nome que é para o Brasil saber quem é que protege corrupto.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O resto é conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito a V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em respeito a V. Exª, por favor, em respeito a V. Exª e até em admiração a tudo que nutro de amizade pelo caráter de V. Exª, pela compreensão do trabalho e a maturidade que V. Exª desenvolveu ao longo de oito CPIs, vibrantes, que caracteriza V. Exª neste Congresso Nacional, eu vou usar o artigo que V. Exª me questionou no Regimento Comum para indeferir a sua questão de ordem. Usando o mesmo art. 40, exatamente nos termos do requerimento do nosso autor, que diz, pede o adiamento da discussão e votação.

No art. 40, se V. Exª for ler, diz: "Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação". O requerimento do Deputado Odair falou em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, o senhor poderia ler o requerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Recolha o requerimento e bote em votação. Aí V. Exª acerta.

(*Tumulto no recinto*.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recolho o requerimento como votação. O.k.? Vamos à frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Presidente, tem que alterar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está alterado. Foi alterado pela Mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem que colocar "adiamento de votação".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi alterado pela Mesa. Ele pediu votação aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Exª poderia ler o inteiro teor do requerimento do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Requeiro nos termos do art. 279, do Regimento Interno do Senado, o adiamento da discussão e votação [está escrito aqui] dos requerimentos constantes na pauta."

E esta Presidência recolhe o requerimento do Deputado Odair, apenas como votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor pode agora ler o art. 279?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está encerrada a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O 279 só fala em discussão, não fala em votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já encerrei essa discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o 279 do Senado fala de discussão, não fala de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Tem o prazo de 48 horas, que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou agora iniciar... Esta Presidência recolheu como votação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço... V. Exª fala como Líder a qualquer hora. V. Exª sabe disso.

Com a palavra como Líder o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente Vital do Rêgo, V. Exª conduziu a CPMI acima das disputas políticas. V. Exª teve uma condução correta, administrativa, técnica e regimentalmente nesta CPMI. Divergi em muitos momentos de V. Exª por entender que tomávamos um caminho equivocado. Mas sempre respeitei porque sou um democrata e respeito a decisão de maioria, apesar de me insurgir contra ela.

No caso que estamos debatendo, Sr. Presidente, é inadmissível que um requerimento que começa dizendo que pede adiamento de discussão seja reconhecido. Mas muito bem. V. Exª poderia solicitar ao Relator que, pelo menos neste caso, agisse de maneira correta como requer o Regimento. Risca a discussão

e coloca adiamento de votação, mas é obrigado a seguir o Regimento Comum, que diz que é de 48 horas. Porque vai ficar claríssimo para todo mundo que está assistindo que esta reunião que este requerimento é para impedir a quebra dos laranjas do Sr. Fernando Cavendish, para que ele depois, oportunamente, recompense com champanha francesa aqueles que o protegem nesta CPMI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero insistir na questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou tomar... Eu já decidi a questão de ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou tomar a palavra de V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero pedir de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já decidi esta questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... e da assessoria uma leitura detalhada do art. 279 e do art. 315 do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, me perdoe V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perdoe-me V. Exª, mas está errada a interpretação da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... mas é matéria vencida. É matéria vencida por esta Presidência e a questão de ordem pode ser recorrida pelos Srs. Deputados subscritores.

Eu vou passar a palavra a dois parlamentares para, em um processo de deliberação sobre este requerimento, votarem contra ou a favor. E eu queria indicar V. Exª, já que está no fôlego do combate, para falar contra o requerimento do Deputado Odair.

Quem fala a favor? (*Pausa.*)

O Senador Randolfe Rodrigues vai falar contra. Quem fala a favor pelo Senado que se pronuncie. (*Pausa.*)

Quem fala a favor pela Câmara? Quem fala contra pela contra o requerimento de Odair? (*Pausa.*) Deputado Onyx.

Deputado Onyx e Senador Randolfe contra.

Com a palavra os Srs. Parlamentares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tem ninguém a favor?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Até agora não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ninguém quer se manifestar a favor? Estou esperando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A manifestação de V. Exª vale por todas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se explicarem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se explicarem do que se trata, a gente pode se posicionar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, para atender... Eu vou me pronunciar obviamente contrário ao requerimento, mas a pedido do Deputado Miro Teixeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu me inscrevo para falar ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Deputado Miro, solicito que V. Exª se pronuncie a respeito do requerimento...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... a favor do requerimento do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está Onyx inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço gentilmente a V. Exª que explique ao Plenário da CPMI, pois, em decorrência do tumulto, parece-me que o Plenário não está esclarecido sobre o que iremos votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos votar o pedido de adiamento de votação dos requerimentos, que é o requerimento do Deputado Odair. Depois, se a manifestação do Plenário permitir, como consequência direta, os requerimentos de V. Exª, que são requerimentos de preferência. Como o requerimento de votação é mais abrangente, o referido requerimento está pautado.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou retomar o tempo de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Presidente, nós estamos num momento crucial desta CPI.

O meu encaminhamento é contrário não ao mérito do que está propondo S. Exª, o Relator. O meu encaminhamento é contrário porque não se trata aqui de adiarmos esta CPI, como diz o Deputado Miro, por meia hora sequer. Trata-se, e esse o momento a que esta CPI chegou, trata-se de se esta CPI vai seguir na investigação de onde ...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção e a colaboração de todos para ouvirmos o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Trata-se, neste momento, Sr. Presidente, Sr. Relator, não de um requerimento de adiamento de meia hora, uma hora, um dia, 40, 180 dias; trata-se, neste momento, do destino desta CPI.

Trata-se de se nós vamos avançar nesta CPI no sentido do que as investigações indicaram. E as investigações até agora indicaram claramente o seguinte: Sr. Carlos Cachoeira é parte dessa organização criminosa, é parte, o todo, a cabeça dessa organização criminosa é uma empreiteira chamada Delta, é o Sr. Fernando Cavendish, que, como membro dessa organização, muito bem dito aqui e explicado pelos delegados, pelos honoráveis delegados da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal, que prestaram depoimento nesta Comissão, o Sr. Fernando Cavendish, tal qual os demais membros dessa organização criminosa, quando aqui vieram, permaneceram em silêncio, num código de silêncio dessa organização.

As investigações desta CPI apontaram um caminho claro, direto, que o coração, o cérebro dessa organização criminosa é a empreiteira Delta. Desvendar o funcionamento dessa organização criminosa está nos requerimentos de minha autoria, do Deputado Onyx, do Deputado Alvaro, do Senador Alvaro, que quebra o sigilo das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta.

Então o destino desta CPI pode ser sintetizado neste momento no seguinte: ou quebramos hoje, agora, neste momento o sigilo dessas empresas que receberam dinheiro da empreiteira Delta ou então seremos responsáveis aqui por uma das maiores vergonhas da história do Congresso Nacional brasileiro.

É disso que se trata. Estamos diante da maior organização criminosa, do maior esquema de corrupção já visto neste País, esse esquema capitaneado pela empreiteira Delta.

Então é por isso que o debate central que devemos travar e resolver aqui é se vamos quebrar ou não. E aí eu me surpreendo por saber o que impede nós quebrarmos no dia de hoje o sigilo das empresas que receberam dinheiro da Delta e que estão no coração do funcionamento desse esquema criminoso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Onyx, depois o Deputado Picciani, como membros, a favor e contra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, falou alguém contra, podia falar alguém a favor, depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faço do jeito de V. Exª.

Com a palavra o Deputado Picciani, por orientação do Deputado Onyx.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, ao início da minha fala, gostaria de, apenas para, se V. Exª me permitir, ajudar na solução da questão de ordem levantada, eu queria requerer a V. Exª, nos termos do art. 40 do Regimento Comum combinado com o art. 315 e com o 279, inc. III, ambos do Regimento Interno do Senador, que V. Exª deferisse o adiamento da votação dos requerimentos constantes da pauta de hoje nesses termos, recebesse o requerimento do Relator nesses termos.

Sr. Presidente, eu me inscrevi para defender o requerimento do Relator, primeiro, porque o Relator, no primeiro dia de trabalho, no primeiro dia da CPI, apresentou um plano de trabalho e o Deputado Odair Cunha, Relator desta CPI, não se desviou daquilo que ele apresentou no seu plano de trabalho em nenhum dia sequer. Manteve com muita sobriedade, com muita seriedade aquilo que foi proposto e aprovado pela Comissão no primeiro dia. Isso nos dá a segurança de que o relatório que ele irá nos apresentar dará conta de trazer a esta CPI, trazer ao País um grande trabalho, que, tenho certeza, levará a muitas novas repercussões no plano penal, no plano cível, enfim, naquilo que esta CPI se prestou a julgar.

E agora, mais uma vez, o Relator dá mostrar dessa sobriedade. O que propõe o Relator? O que nós estamos discutindo hoje aqui? A prorrogação da CPI. Já se decidiu pela prorrogação. Tem-se agora um embate democrático, regimental, acerca do prazo pelo qual a CPI será prorrogada. Será por 48 dias ou será por 180 dias?

É evidente que, em cada uma dessas hipóteses, o trabalho terá que ser feito de uma forma. Num prazo maior, se poderá avançar sobre novas linhas, diversificar os temas. Num prazo menor, é preciso fechar com correção, fechar com competência aquilo que já investigamos e os muitos dados que já recebemos. E a cada dia recebemos mais.

Então, a proposta do Relator é que a gente não bote a carroça na frente dos bois; que a gente, primeiro, defina o prazo e, depois, discuta que requerimentos votar.

Por isso, me parece ter razão o requerimento do Exmo Sr. Relator propondo o adiamento da votação dessas matérias até que se defina o prazo. Sabida-

mente, há coletas de assinaturas sendo feitas. É uma medida de precaução.

Eu parabenizo o Relator e peço vênia e o voto favorável dos nossos pares para a proposta do Relator, que tem a sobriedade de organizar os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho agora duas inscrições, uma de um Senador, para defender, e outra do Deputado Onyx, para se posicionar contrário ao requerimento do Deputado Odair.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, veja como foi bom ouvirmos o Deputado Picciani, que é do grupo que blinda a Delta.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Art. 14, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A visão do Deputado Picciani sobre a CPMI, na época digital, ele que é um jovem, um homem *up to date*, é de que a CPI é uma carroça.

A CPI, no imaginário daqueles que querem proteger o processo de corrupção comandado pela Delta, é uma carroça que não pode ser colocada na frente dos bois. Mas ele não precisa se preocupar, porque, ao longo dos últimos meses, tiraram as rodas da carroça, para ela não andar, para ela afundar. Esse é o fato.

É um absurdo ver uma visão tão distante daquilo que a sociedade brasileira espera. Nós, da CPMI, recebemos aqui uma parte do sigilo da Delta. Com isso, identificamos seis empresas em que nós já sabemos que o dinheiro foi para laranja, que o dinheiro foi para corrupção, que foi para o desvio, que foi para o descaminho, que tem corrupção ativa, corrupção passiva, advocacia administrativa, todos os tipos penais que estão lá no Supremo Tribunal Federal, que deveriam servir de lição, mas parece que não servem para nada.

E o que ocorre aqui? Busca-se, num requerimento, que é outra vergonha... Desculpe. O requerimento usa, primeiro, o artigo errado. Segundo, usa um argumento inicial, que deveria ser o mais forte, o da discussão, está errado. Não encontra respaldo no Regimento Comum. E depois ele é alterado por caneta, rasurado.

Então, a gente, daqui para frente... O que passa para o Brasil? Daqui para frente, pode rasurar cheque, nota promissória, projeto de lei, contrato de compra de imóvel. Ou seja, quando falamos que o exemplo tem que vir de maneira clara para a sociedade, nós estamos na contramão de tudo isso. Por isso... Eu não tenho nada contra o Deputado Picciani, ele tem a sua posição política, que eu respeito, mas a visão da carroça dá bem ideia do que as pessoas estão querendo acobertar. Como diria alguém que fez a vida no Rio de Janeiro: interesses poderosos! E que falta faz Leonel Brizola nesse momento... Se estivesse vivo, seguramente estaria exigindo que essa investigação avançasse da maneira como nós queremos.

O que eu quero concluir, Sr. Presidente, é o seguinte. O que se trata é muito simples: os que votarem a favor do adiamento, da manutenção da farsa, estão na verdade protegendo o esquema criminoso do Sr. Cavendish, da Delta, que se transformou na maior empreiteira que recebeu recursos do PAC. E eu volto a dizer: para isso contratou José Dirceu, para isso pagou conta; e não foi de graça, não acontece nada de graça no universo governamental e particularmente no universo petista.

Por isso, Sr. Presidente, eu defendo que nós aprovemos... rejeitemos esse requerimento e vamos aprovar a quebra dos treze. Curiosamente, Senador Randolfe, Senador Taques, Deputado Rubens Bueno, são 13! São 13 empresas! Talvez o número seja muito mais do que uma mera coincidência, talvez seja um número até cabalístico. E eu volto a lamentar que um homem da qualidade pessoal do Relator Odair Cunha seja conduzido a levar adiante essa farsa lamentável que o tempo e o Ministério Público no futuro vão revelar para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para garantir a V. Exª que o requerimento sobre a mesa já vem com os conselhos necessários.

O art. 14...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem importante.

Eu não posso aceitar o que foi dito aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª se posicionará, Deputado Rosinha, por favor. Por favor, Deputado. Eu tenho um art. 14 do Deputado Picciani e depois eu vou ouvir o Deputado Rosinha.

Deputado Picciani com a palavra, no uso da prerrogativa do art. 14.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente o desrespeito do Deputado Onyx comigo e com diversos Parlamentares desta Comissão. Quero lamentar, quero sinceramente lamentar.

Quer dizer que nesta Casa, Sr. Presidente, quando temos alguma divergência, quando nós não concordamos com a opinião dos outros nós...

Eu vou aguardar, Presidente. Se V. Exª permitir, eu prossigo. Mas, Sr. Presidente, ao lamentar esse despeito comigo e com muitos outros colegas desta Comissão, quero dizer que nós, eu e tenho certeza muitos outros Parlamentares desta Comissão não nos prestamos ao papel de defender, blindar, proteger quem quer que

seja, mas nós também não permitimos, por exemplo, a perseguição política de alguns atores políticos aqui.

Ora, Sr. Presidente, tentar perseguir um governador de estado que não tem envolvimento serve para proteger alguns que têm envolvimento. Acusar Parlamentares que estão aqui fazendo o seu trabalho sério serve para proteger e tentar impor a visão pessoal.

Eu quero, Sr. Presidente, refutar aqui as palavras do Deputado Onyx. Não há da minha parte nenhuma blindagem. O Deputado usa aqui o ditado popular que eu acredito que todos nesta Comissão conhecem e que eu utilizei na minha fala, para me criticar, tentar fazer um trocadilho com a minha idade, uma...

Sr. Presidente, nada disso nos assusta. Eu mantenho aqui a posição de que nós estamos cumprindo o nosso papel, de que o Relator tem tido sobriedade, de que não há nenhuma blindagem e nem proteção aqui. Essas acusações são vazias e se prestam a tentar justificar. Eu entendo que aqueles que estão derrotados queiram justificar a sua posição minoritária. Só não devem fazer isso desrespeitando as pessoas com acusações vazias, improcedentes e que não engrandecem o trabalho desta CPI.

O que engrandece o trabalho desta CPI é o debate sério sobre aquilo que ela já levantou, sobre aquilo que poderá ainda levantar e sobre aquilo que o Relator irá nos apresentar, que é o relatório final, sobre o qual iremos debater. E tenho certeza de que será de grande valia para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador no requerimento do Deputado Odair, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Obrigado, Presidente Vital do Rêgo.

Eu queria cumprimentar os colegas, Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, e faço uso da palavra para apoiar a posição do nobre Relator Odair Cunha.

As pessoas nos assistem em casa, nos acompanham pela TV Senado e certamente uma parcela muito grande do nosso País está com os olhos voltados para este trabalho feito aqui. Lamento a posição de alguns, em toda reunião que estou presente, no sentido de tentarem diminuir o papel desta CPMI, ao mesmo tempo caminhando quase para uma desmoralização deste instrumento que é um instrumento importante do Parlamento.

E falo aqui para a população: Cuidado, senhoras e senhores que nos assistem, as aparências enganam, as aparências enganam! Nem tudo que se fala aqui tem o objetivo daquilo que é falado. Às vezes os objetivos estão escondidos. Não estou fazendo uma acusação direta a ninguém, mas certamente os que defendem um prazo mais longo para esta CPMI fazem a defesa na busca de mais tempo para aprofundarem os trabalhos. Isso é absolutamente legítimo, entendo ser verdadeiro e respeito a opinião daqueles que defendem um prazo mais longo ainda. Não comungo com elas, penso que um prazo mais curto pode ser mais objetivo e possa nos dar um melhor resultado. Assinei um requerimento prorrogando por 48 dias. Essa matéria será deliberada logo mais.

O nobre Relator traz uma proposta no requerimento, Sr. Presidente, em que ele pede algo muito objetivo. E claro que não há meias palavras nisso. Ele não pode decidir sobre as centenas de convocações que estão sobre a mesa, se ele não sabe o prazo de quanto tempo vamos ter mais de CPMI. Uma coisa é termos 48 dias; outra coisa é ter 160, 180 dias.

Esta CPMI já prestou um grande serviço ao País. Quem quiser falar contra, fale. Ela já prestou. Já temos sigilo quebrado, já temos autoridades públicas sob suspeição e que serão entregues à Justiça. Agora tem o Ministério Público para entrar em campo, tem a Justiça para agir, a Polícia Federal para levar adiante o trabalho feito pela CPMI. Na hora em que ele cair nas mãos do Ministério Público Federal, na hora em que ele cair nas mãos da Justiça Federal, na hora em que ele cair nas mãos da Polícia Federal, ele terá prosseguimento. Agora, nem todos os que defendem um prazo indefinido para esta CPMI querem o fim e querem um objetivo claro desta CPMI, nem todos.

E eu quero, sim, que o Brasil desmonte essa quadrilha que atuava no entorno dos palácios no Planalto Central. E essa quadrilha está sendo desmontada por esta CPMI. Eu queria que tivéssemos aqui um voto de confiança no Relator Odair Cunha. Ele só quer uma coisa: que se defina o prazo de quanto tempo nós vamos ter de CPMI para que ele possa dar o parecer sobre os requerimentos que estão na mesa, as centenas de requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Ausente.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Voto conhecido. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Contra o Relator.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto com a Senadora Lídice e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Sérgio Souza? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Ainda há um voto do Bloco.

Como vota o Senador Walter Pinheiro? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Com o Relator.

Completou-se o Bloco.

Como vota o Senador Benedito de Lira? (*Pausa*.)

Não está presente.

Vamos para o Bloco Parlamentar da Minoria.

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Alvaro Dias? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Cyro Miranda? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? (*Pausa*.)

Bloco Parlamentar União e Força.

Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa*.)

Ausente.

Como vota o Senador Cidinho Santos? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Eduardo Amorim? (*Pausa*.)

Completo.

Como vota o Senador Marco Antônio Costa? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa*.)

Agora, o PSOL.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Concluso à Casa Senado Federal.

Membros da Câmara dos Deputados.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Odair Cunha? Voto conhecido, Autor do Requerimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Vice-Presidente, Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Contra o Requerimento do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Domingos Sávio? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Vaz de Lima?

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Está completo. Já completou o PSDB.

PP.

Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota do Deputado Onyx Lorenzoni ?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – PR.

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa? (*Pausa*.)

Como vota o Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – PSB.

Como vota o Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXIERA (PDT – RJ) – Voto com o destaque do Senador Randolfe, na hora em que ele vier a ser apreciado. E, nesse momento, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PE) – Com o Relator.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, para recuperar os 60 dias perdidos pela CPMI, passamos esse período sem uma ação qualquer, e pelo tempo necessário, para quebrar os sigilos, para que o Relator apresente em seu voto. Portanto, voto contra a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Em razão das alterações que foram feitas no requerimento, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado José Carlos Araújo? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Armando Vergílio? (*Pausa.*).

Como vota o Deputado Roberto Santiago? (*Pausa.*).

E como vota o Deputado César Halum?

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Contra o requerimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço ao Sr. Vice-Presidente para proceder ao escrutínio.

São 17 votos com o Relator e 9 contra.

Com a palavra o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Só quero perguntar qual é a consequência?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não temos pauta hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – E, aí, fica convocado para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Semana que vem. A Presidência vai fazer a convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Com que ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência vai enviar a notificação a V. Exª.

Delegado Protógenes, com a palavra.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – É só marcar a missa de 7º dia.

É só marcar a missa de 7º dia agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira – PT - SP) – Devolvo a palavra ao Deputado Delegado Protógenes.

Vamos deixar acabar o recreio, né?

Com a palavra o ilustre Deputado Delegado Protógenes, por 5 minutos.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu Pediria que V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira – PT - SP) – Peço a todos a atenção para o orador na tribuna, inclusive aqueles Deputados que se encontram de pé diante da bancada. Peço a atenção, Deputado Vanderlei Macris. Se puderem dar atenção ao Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, assumo a defesa dos trabalhos da CPMI do Cachoeira, como foi intitulada, até como autor inicial dos trabalhos desta CPMI quando coletei as assinaturas que deram quórum suficiente; e, depois, foi transformada em CPMI, Câmara e Senado.

Entendo que é necessário que esta CPI tenha um foco. É necessário abordar temas importantes nos trabalhos da CPMI, porque, até agora, parece que produzimos uma investigação de *brainstorm*, vários temas com vários comprometimentos políticos dominando os trabalhos da CPMI sem avançarmos no foco necessário que é desmontar a organização criminosa comandada por um grupo, e não só pelo Carlos Augusto Ramos.

É um grupo que controla essa organização criminosa e temos que desmontá-lo. Entendo que seja necessário... E já vou declarando, desde pronto, que coloquei a minha assinatura para a prorrogação. Coloquei também no segundo requerimento, na mesma linha da Deputada Íris, pensando que seria com o mesmo objetivo, e não era. Já, desde pronto, retifico esse meu posicionamento para prorrogar a CPMI com prazo determinado; com prazo determinado e se tiver necessidade ou não de prorrogação.

Eu reputo como grave o que o Deputado Miro Teixeira e a Deputada Íris, os dois com ambos os focos... Porque até o Senador Randolfe colocou da importância de quebrar o sigilo das empresas laranjas. Então, nós temos que saber o foco dessa quebra de sigilo. É importante? Qual a justificativa e a importância. Entendo ser importante. Eu tenho um foco. Agora quero saber dos demais membros da CPMI qual o foco.

Outro fato é que foi apresentado aqui um requerimento, que é esse requerimento. Eu vou até analisar se na aprovação conjunta de requerimentos veio aqui,

inclusive, até apresentado por um Deputado ou Senador, não me recordo, que eu iria fazer esse requerimento para trazer o ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, a fim de explicar a falta de instrumentos, necessário e pessoal para a condução das duas importantes investigações que resultaram nos trabalhos desta CPMI. Ele teria que explicar, porque houve falta de pessoal, falta de recursos e isso foi identificado.

E agora, ao que me parece, pelo que a Deputada Íris colocou, realizam-se esses indícios com a cooptação do Superintendente da Polícia Federal, Joaquim Mesquita, alçado ao cargo de Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado Goiás. Ora, isso é no mínimo curioso, isso é no mínimo surpreendente.

Então, entendo ser importante buscar esse foco para que nós possamos levar esta CPMI a um trabalho conclusivo que nos traga respeito, que nos traga a uma produção de investigação parlamentar que traga o resultado de autoria e materialidade na corrupção e no desvio de recurso público, e não a interesses de grupos políticos que querem fazer deste trabalho, desta CPMI palco de outras disputas.

Ora, disputa política vamos buscar no outro campo, não aqui num campo de uma investigação séria, numa investigação que o povo brasileiro, que ora a nós assiste, exige: o resultado desse trabalho investigativo, que é importante para a nossa república, importante para a democracia brasileira e importante para qualificar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já, Deputado Protógenes.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha, por 5 minutos.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de falar sobre a razão por que me inscrevi, quero até comunicar a esta CPMI, àqueles que nos acompanham, que foi protocolizado já o requerimento de prorrogação por 48 dias – até 48 dias -, com assinatura de 35 Senadores e Senadoras, 201 Deputados e Deputadas. Então, está dada a prorrogação. E a partir daí nós podemos traçar o nosso cronograma de trabalho.

Mas eu até me inscrevi porque durante a fala de vários Parlamentares foram citadas algumas versões e algumas inverdades. Por exemplo, dizer que a CPMI está parada desde o dia 29 de agosto não é uma verdade. Está parada para aqueles Deputados e Senadores que aqui não vieram ou para aqueles Deputados e Senadores que não designaram assessores para continuar trabalhando. Ao contrário de muitos de nós, porque a nossa assessoria manteve-se ativa analisando todos os documentos e fazendo conclusões. E, portanto, hoje o Relator tem subsídio suficiente, inclusive se fosse necessário para apresentar o relatório. O que há é uma preguiça de alguns que não vieram para trabalhar ou não designaram assessores, ficaram em campanhas eleitorais e depois vêm dizer aqui que ela está interrompida desde o dia 29.

A segunda questão é o objetivo desta CPMI: investigar a organização criminosa. Não é ficar investigando fora dessa organização criminosa. E dentro da organização criminosa está envolvido – e muito envolvido – o Governador de Goiás, Sr. Marconi Perillo. Ele e seu Partido, o PSDB. Tenham absoluta certeza de que pelo envolvimento, podem chegar às raias de fazer parte da própria organização criminosa. Nosso relatório vai constatar isso ou não.

É necessário também – e aqui quando se fala em requerimento – votar um requerimento que ninguém quer aprovar, que é justamente sobre o envolvimento ou não do Sr. Policarpo Junior, jornalista da *Veja,* com a organização criminosa. É necessário que ele venha depor aqui, porque quando havia no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados a tramitação do pedido de cassação do Deputado André Luiz, naquela ocasião, o Sr. Policarpo Junior foi lá defender o Sr. Cachoeira. Não podemos esquecer essa história. E ele teria que vir aqui para dizer a nós Parlamentares e ao País qual é a responsabilidade dele com essa organização criminosa, porque há negativa de aprovar aqui o relatório dele. Há vários Parlamentares fazendo discurso a favor ou contra ele, mas na hora de colocar em votação não se coloca, porque nós sabemos que a maioria aqui até hoje não se posiciona favorável à convocação do Sr. Policarpo. Então, como disse o Senador Jorge Viana, há muitas coisas aqui que estão só no discurso, mas não se respondem na prática.

Quando nós colocamos a questão – e foi muito do discurso – de que iriam encerrar ou morrer a CPMI, esta CPMI não vai morrer, ela será encerrada, com o relatório que, tenho absoluta certeza, o Deputado Odair Cunha fará e que não deixará nada sem ser abordado; e não deixará de ser indiciado nenhum daqueles que merecerem ser indiciados. Portanto, há uma falsidade de discurso.

E o discurso feito pelo Deputado Onyx Lorenzoni de que quem votasse favorável ao requerimento do Relator Odair Cunha estaria do lado dos corruptos, estaria impedindo a investigação da corrupção, é de uma leviandade muito grande. Não dá para permitir esse tipo de discurso leviano aqui dentro. Aqueles que parecem ser pessoas responsáveis, aqui, que querem

investigar, não têm essa responsabilidade na prática, fica somente no discurso.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente. E não é o discurso como querem alguns ao dizer oposição e situação. Não. Esta CPMI tem investigado todos. Nós chamamos aqui, nós que somos do PT chamamos aqui o Governador Agnelo Queiroz, que chegou aqui e explicou tudo. Enquanto o Perillo não se explicou absolutamente em nada, até porque os documentos provam que ele não em condições de explicar.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.

Antes de encerrar, eu peço a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 29, 30 e 31, das reuniões da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, as atas estão aprovadas.

Dou por encerrada a presente reunião, tendo em vista que o orador inscrito não está presente neste plenário.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião realizada em 21 de novembro de 2012, às 10 horas e 44 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT –AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB/PR); Jayme Campos (DEM/MT); Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Marco Antônio Costa (PSD-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Walter Pinheiro (PT/BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL) e Ciro Miranda (PSDB-GO) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Silvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Luiz Sérgio (PT-RJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Vaz de Lima (PSDB-SP), Mendonça Prado (DEM-SE) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Fernando Collor (PTB-AL) e Vicentinho Alves (PR-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Camelli (PP-AC), Felipe Pereira (PSC-RJ) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Humberto Costa (PT-PE), e os Deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), César Colnago (PSDB-ES) e Otávio Leite (PSDB-RJ). Na oportunidade foi dado conhecimento à Comissão do teor do Relatório Final, de lavra do Deputado Odair Cunha, que marcada sua leitura para amanhã, dia 22 de novembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Srªs e Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da Ata da 32ª Reunião. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovada.

Uma informação para os senhores: ontem, o Relator entregou, às 10 horas, o seu relatório; à meia-noite e trinta, estava já disponibilizado tanto em rede quanto à disposição dos gabinetes de V. Exªs. Em 10 minutos, a Gráfica do Senado disponibilizará o relatório em papel.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra a V. Exª como o primeiro inscrito, quero dizer que tenho aqui uma série de questões de ordem e, como me cabe ordenar os trabalhos, tenho vários oradores que se inscreveram. Àqueles oradores que estão inscritos para formularem questões de ordem, eu gostaria de oferecer-lhes a prioridade, porque eles também estão inscritos. Os outros oradores que também farão questões de ordem podem fazê-lo nesse intervalo.

Então, tenho o Deputado Silvio Costa como o primeiro inscrito para questão de ordem; e tenho o Deputado Rubens Bueno como o primeiro orador inscrito. Consulto o Deputado Rubens Bueno se é questão de ordem que V. Exª vai fazer, como primeiro orador, porque se V. Exª a fizer como questão de ordem eu darei preferência a V. Exª, mas como a intervenção de V. Exª

não é questão de ordem, então, eu concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, a minha questão é de ordem mesmo, porque vou falar sobre o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Com a palavra V. Exª, por três minutos, para a questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Três minutos.

Presidente, nós temos um dado novo hoje: o Sr. Carlos Cachoeira, ontem, foi solto. O Sr. Carlos Cachoeira, quando esteve nesta CPMI, ficou calado, usou da prerrogativa constitucional.

Eu não li o relatório ainda do competente Odair Cunha, mas já vi alguns lances aí nas redes sociais. Eu acho que nós temos obrigação agora, esta CPMI, de tentar fazer o Sr. Cachoeira falar. Eu quero propor a este Plenário e a V. Exª que a gente prorrogue esta CPMI pelo tempo regimental. O tempo que o Regimento da Casa permitir, que a gente a prorrogue, até para que a gente possa dar melhores respostas à opinião pública brasileira. Não é possível a CPMI ser do Cachoeira e o Cachoeira não falar! A gente tem, de alguma forma, que tentar colocar, mais uma vez, esse homem aqui sentado até para ele dizer que não vai falar. Mas não dá para a gente encerrar esta CPMI sem ouvir outros atores importantes.

Então, preocupa-me o relatório, que está nas redes sociais, porque tem algumas pessoas que, efetivamente, foram citadas, foram indiciadas e sequer sentaram-se à mesa aqui. Já soube que há jornalistas que foram citados e indiciados e não se sentaram à mesa. Como uma pessoa pode ser indiciada sem ter o direito de ser ouvida? Em nome disso, rogo a este Plenário que a gente faça a prorrogação desta CPMI.

A minha questão de ordem é: por quanto tempo o Regimento permite prorrogar esta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Silvio Costa, estamos com uma prorrogação, que não é desta Comissão, mas do Congresso Nacional, de que V. Exª foi um dos subscritores, até o dia 22 do mês que vem. Qualquer prorrogação adiante terá de ser iniciativa também do Congresso Nacional, através das duas Casas, por um terço dos seus membros. A iniciativa de trazer qualquer outro depoente deve ser feita por requerimento, aí sim, aprovado por esta Comissão, até do dia 22.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esse fato que foi propalado pela imprensa, a soltura do Cachoeira, tem repercussão nesta CPMI. Alguns dizem que passarinho canta na gaiola, mas quem o passarinho possa cantar fora da gaiola. É interessante essa posição do Deputado Silvio Costa. Ele fará o requerimento e, se a CPMI puder ouvir esse cidadão, quem sabe, ele tem muito a dizer, Sr. Presidente.

O fato de o relator apresentar o relatório hoje não significa que a CPMI tenha se encerrado hoje; pode haver relatório complementar. Isso é absolutamente possível.

Então, eu gostaria de apoiar esse requerimento do Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Silvio Costa vai fazer o requerimento para a nova oitiva do....

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Só uma explicação.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques, pelo apoio relevante de V. Exª a essa tese.

Minha pergunta é, Sr. Presidente: se nós fizermos um requerimento agora, ele seria votado hoje ou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na próxima sessão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou alternar as questões de ordem com a concessão da palavra pela ordem, para facilitar para aqueles que estão inscritos.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra V. Exª, por três minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, primeiramente eu gostaria de dizer a V. Exª, como Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que os dados disponíveis, sob a tutela do Relator, não foram disponibilizados aos membros desta Comissão. Tanto é verdade que eu dirigi um ofício a V. Exª, como Presidente, no dia 7 de novembro, pedindo providências, com a máxima urgência, para o envio de cópias de relatórios, notas técnicas, pareceres com relação aos funcionários do Tribunal de Contas da União e da Polícia, que pudessem subsidiar também o nosso trabalho. V. Exª me respondeu no dia 8 de novembro, dizendo que o havia encaminhado ao Relator.

Como nada aconteceu, no dia 14, eu reiterei o pedido para que pudéssemos ter acesso aos documentos, os quais gostaríamos que, desde o início, estivessem sido colocados à disposição dos membros desta Comissão.

Como isso não aconteceu, ficamos sem as informações necessárias, e que deveriam ter sido colocadas

à disposição de todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, quero registrar já a V. Exª que esse nosso pedido não foi atendido, dizendo que, aparentemente, há um monopólio de informações, e daqueles que sempre julgaram a mídia conservadora, a mídia golpista, de repente, há um grande acordo pelo qual, antes de sair o relatório para informar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, ele está à disposição da mídia golpista, segundo os seus Deputados, Parlamentares e membros do Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para esclarecer a V. Exª como tomamos as providências. Nós encaminhamos o requerimento a S. Exª o Relator.

Com a palavra o Sr. Relator, para responder a V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, quero cumprimentar V. Exª e os demais pares.

Eu vi o ofício do Deputado Rubens Bueno. Não foi possível, a tempo, responder a S. Exª, mas aproveito esta oportunidade para fazê-lo.

Todos os cruzamentos que a assessoria técnica fez, a pedido da relatoria, constam do nosso relatório. Como nós não queremos votar o relatório de maneira açodada, V. Exª terá oportunidade de, ao se debruçar sobre essas mais de cinco mil páginas, ver todos os cruzamentos que estão contidos no nosso relatório. Ainda mais, se V. Exª desejar cruzamentos outros que esta relatoria não tenha feito, nós podemos requisitar esses cruzamentos à nossa assessoria a tempo, no específico.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, já requisitamos. Vou verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Todos estão aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Vou verificar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se V. Exª desejar algum outro, nós podemos fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Voltando para a lista de oradores inscritos para questões de ordem, o Deputado Miro Teixeira.

Com a palavra V. Exª, por três minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, uma questão que talvez poupe alguns debates.

V. Exª, seguramente, já estudou o que fazer na reunião de hoje. Pela rotina das Comissões de Inquérito, hoje é um dia de vistas. Nós temos aqui um volume. Isto aqui é um volume. Quem achar que isso aqui é o parecer do Relator, não é não, há mais dois. Isso é um volume. Percebi que a maioria aqui estava achando que já estava distribuído... Não, são três volumes desse.

Convenhamos que a minha impressão importa pouco, mas estou achando essa *pizza* maior que o forno, porque houve um desvio do curso dos debates aqui. Nós tivemos uma interrupção muito prolongada, não lançam a responsabilidade sobre o Relator. Não é uma questão contra o Relator, é contra a CPI, é a maneira como aqui se realizaram os trabalhos. De repente recebemos três volumes, e os Regimentos, tanto da Câmara quanto do Senado, falam de parecer ou de relatório da Comissão, não de Relator, tanto que, à primeira vista, não podemos fazer destaque para rejeição de trecho, questão de ordem já levantada na Câmara, mas que repito a V. Exª: não teríamos possibilidade de rever essa jurisprudência de não permitir destaque de trecho de parecer, por quê? Porque o parecer não é do Relator não, e ele só pode ser construído coletivamente pela Comissão se pudermos mexer numa parte ou em outra, senão vira a tramitação de um decreto-lei, que só podíamos aprovar ou rejeitar, e isso não me parece útil.

Eu insisto: a impressão que passará, e eu tenho essa impressão – e repito que a minha impressão só adianta mesmo para minha própria cabeça –, é que essa *pizza*, Presidente, é maior do que o forno. Não se convencerá o povo de jeito algum de que nós chegamos aqui a uma conclusão que nos movia no começo dos trabalhos nesta Comissão. As coisas não foram devidamente apuradas, e nós temos aqui um esforço enorme do Relator. Discordo das coisas que li, de muitas das coisas que li, mas convenhamos, é preciso até preparo físico para sair carregando esses três volumes aqui.

A primeira questão de ordem é sobre a possibilidade de destaque para adequar esse texto à visão da Comissão. Percebam a dificuldade. Percebam a dificuldade!

A segunda questão de ordem é se V. Exª pode antecipar, porque temos sessão da Câmara daqui a pouco, para votação, essa sessão da Câmara, de uma PEC, a PEC dos Defensores Públicos, se V. Exª pode antecipar qual será a posição da Presidência quanto ao prazo da vista que será concedida – seguramente será concedida uma vista coletiva –, qual o prazo e qual a previsão para a próxima reunião da Comissão.

Diante disso, retiro minha inscrição, para facilitar os trabalhos. Claro que, se houver necessidade de refutar alguma coisa, usarei a palavra como Líder.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero falar também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... Miro Teixeira, respostas a V. Exª, à questão de ordem.

Quanto à questão do destaque, como V. Exª colocou muito bem, há já jurisprudência na Câmara dos Deputados: o relatório não é uma proposição, então, não se admite destaque ao que não é uma proposição.

O art. 211 do Regimento do Senado Federal, que é o primeiro elemento a subsidiar esse raciocínio, é muito claro e V. Exª se antecipou a isso. Mas é comum, e já foi tratado aqui com diversos membros da CPI, os Partidos, através de suas Lideranças, apresentarem propostas de sugestões que serão encaminhadas ao Relator e este poderá recebê-las, acatá-las para modificar trechos e partes do seu relatório ou, por vez, sugerir o aval e o parecer do Plenário.

Então, é assim que nós vamos proceder, como em outras CPIs já se procedeu, porque o relatório, que, como diz V. Exª, tem três volumes, é um ato ou um documento da Comissão e precisa da participação de todos da Comissão. Então, nós vamos proceder desta forma: recebendo sugestões de modificações ao texto do Sr. Relator, não em forma específica de destaque, porque o Regimento não nos permite, mas em propostas ao Sr. Relator.

Com relação à vista de que V. Exª tratou, o art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal prevê exatamente que, após a leitura do parecer através do sumário executivo que o Relator vai fazer, nós teremos um prazo de cinco dias úteis. Por isso, já na terceira parte da questão de ordem que V. Exª está arguindo, nós estamos convocando esta Comissão para, quarta-feira que vem, quinto dia útil, às 10h15, início do processo de discussão e votação do presente relatório. Resolvida a questão.

Espero ter atendido a V. Exª, as indagações.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento: o caso é de pedido de vista coletivo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o caso de pedido coletivo. Exatamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu quero me inscrever nesse pedido de vista coletivo. Também desejo estar no pedido de vista coletivo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está inscrito. É um pedido de vista coletivo. Inscrevo todos os senhores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas ninguém falou ali.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas eu entendi como tal. Todos estão inscritos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – *Ex officio*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *Ex officio*.

Passo a palavra ao Sr. Relator e ao Sr. Vice-Presidente, que pediram pela ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, é apenas para corroborar o que V. Exª está afirmando. Eu compreendo, Deputado Miro Teixeira, que, é claro, o relatório não é do Relator. O relatório que nós queremos é da Comissão. É claro que a relatoria vai se submeter ao entendimento do nosso Plenário. Esse é o espírito do trabalho que nós queremos desenvolver. E o Presidente já deu a linha aqui do que nós vamos desenvolver.

Sobre o relatório eu vou falar no momento oportuno, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente Vital do Rêgo Filho, Sr. Relator Odair Cunha, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de falar sobre o procedimento. Nós temos até dia 22 de dezembro, portanto, mais 30 dias, para análise, debate e aprovação desse relatório. Assim, nós temos tempo. Não temos de achar que esse é um trabalho que foi entregue e, portanto, não será debatido, discutido e votado.

Certamente, em termos regimentais, todas as sugestões que vierem para enriquecer o relatório poderão ser acatadas numa complementação de voto pelo Relator como permite e autoriza o Regimento tanto da Câmara quanto do Senado.

Em segundo lugar, o pedido de vista o Presidente entendeu que é coletivo, porque eu também gostaria de fazer um pedido de vista e ler todo o relatório.

Em terceiro lugar, eu só queria acalmar o Deputado Miro Teixeira, porque não são três volumes; disseram-me que são cinco volumes.

Então, se isso puder acalmá-lo, V. Exª terá um pouco mais de tempo para fazer a leitura desses cinco volumes. Em quarto lugar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu não fico nervoso, não. Eu estou acostumado a ler volumes de processos. Porém, o que eu acho muito difícil é imaginar que um trabalho desse tamanho – desculpe-me interrompê-lo, mas é na fraternidade e no debate parlamentar...

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Por favor, é sempre fraterno, e a sua pessoa também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Imagine. É muito difícil imaginar que chegaremos a 4.800 páginas de estudo, não é folheá-las, mas estudá-las em cinco dias para um debate profundo. Por isso é que eu insisto: isso é uma *pizza* – não é o Relator quem a

está provocando – maior do que o forno. Isso aqui é a maneira de não se chegar a nada. E quem vai pagar por isso, Deputado Paulo Delgado, é o Congresso Nacional, é esta CPMI – Paulo Teixeira! É porque nós temos uma dupla, e isso tem me perturbado um pouco: Miro Teixeira e Paulo Teixeira. Eu acho que foi um ato falho freudiano em afastar um pouco o Paulo Teixeira, que vive em meu pensamento político.

Obrigado.

O SR PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Muito obrigado.

Faço aqui minha a sua homenagem ao ilustre Deputado Paulo Delgado, de grande lembrança a sua passagem nesta Casa. E se algo tem de freudiano é, digamos assim, o sentimento que me acalenta de paternidade que V. Exª exerce sobre os Deputados mais novos e de respeito.

Mas eu gostaria de fazer um debate e um diálogo com V. Exª.

Eu, praticamente, tomei conhecimento desse relatório agora. Eu reputo que isso se deve ao DNA mineiro do Relator, não é? Ele trabalhou com muita discrição e intensidade.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que, pelo resumo do relatório que tive contato, eu posso dizer que o meu sentimento é o de que o Relator trabalhou com rigor, com seriedade, com afinco, com profundidade. Mas dois sentimentos me movem ao saber do relatório: que o Relator teve coragem, porque ele não salvou peixe grande, peixe pequeno – entraram todos na sua rede; ele não os distinguiu –, e a imparcialidade. Eu quero trazer esse sentimento que tenho em relação ao Relator. Ninguém que foi aqui discutido e debatido está fora do seu relatório. E mais: teve coragem também de não colocar pessoas de quem nós não tivéssemos qualquer indício ou prova que pudessem trazê-los para dentro do relatório. Isto é, nós não estamos aqui colocando as nossas paixões políticas, mas nós estamos aqui julgando atitudes, atividades de pessoas.

Em terceiro lugar, quero debater um tema que está aparecendo aqui. Nós temos um fator determinado no pedido desta CPMI. Qual é o fato determinado? É o grupo do Sr. Carlos Cachoeira e de todos aqueles que se envolveram com o grupo do Sr. Carlos Cachoeira.

Parece-me que o Relator, aqui, trouxe a investigação feita pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal de Goiás, que tão bem trabalharam. Em segundo lugar, eu aqui o folheei e vi, ele trouxe aqueles que se envolveram com organizações criminosas, sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas.

Em terceiro lugar, ele pede o prosseguimento das investigações em relação a envolvimentos com terceiros. Ele investigou todos os envolvimentos com o Sr. Carlos Cachoeira. Mas ele pede a investigação daqueles que se envolveram com terceiros. Portanto, ele dialoga com sentimento daqueles que querem a continuidade da investigação *sine die,* ampliando seu foco.

Portanto, quero deixar aqui, Deputado Odair Cunha, o meu sentimento de que V. Exª trabalhou com seriedade, imparcialidade e coragem e que o debate político é que pode melhorar, aperfeiçoar uma obra, que é humana. Pode, sim, ter algum tipo de questão, mas é uma obra, em minha opinião, muito bem feita por V. Exª para a proposição do debate.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu tenho uma observação, diretamente, em cima do que o Deputado Paulo acaba de dizer...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero falar também, Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu não quero, de maneira alguma, com a minha colocação, criar qualquer dificuldade na condução dos trabalhos, mas estou extremamente preocupado com as formas como as coisas estão se dando. Acabo de ouvir, o Brasil inteiro – já devemos estar ao vivo pela Rede Câmara –, e o Deputado Paulo praticamente já faz uma reflexão ou uma análise do relatório. Ele mesmo acaba de comentar com o Deputado Cyro e com o Deputado Miro que são cinco.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Quem me deu essa informação foi o Dirceu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É a informação que ele tinha. O problema é que ele faz uma análise do conteúdo. Ele faz uma análise do conteúdo do relatório, e imagino que quem ouviu deve pensar que o Deputado Paulo deve ter redigido.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pelo art. 14.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ora, essa imparcialidade que ele diz ao concluir fica evidente para o Brasil.

Deputado Paulo, nós o respeitamos profundamente, respeitamos o seu Partido. Agora, não respeitamos esse tipo de situação, que dá razão ao Deputado Miro, quando faz, aí sim, referência a uma grande *pizza* que não cabe no forno.

Eu dizia, quando aqui cheguei – estava me contendo – que eu não sabia se vinha para a reunião da CPMI para conhecer o relatório ou se eu ficava no meu gabinete acompanhando as redes sociais e lendo os jornais, onde já constava aquilo que nós íamos tomar conhecimento.

Agora, V. Exª vem e faz uma reflexão sobre o relatório, analisa, comenta o que foi dito e o que não foi dito no relatório que eu acabo de receber e fala que é imparcial. É engraçado que V. Exª, que, com maestria, liderou o PT tenha esses conhecimentos. Nós, do

PSDB e de outros partidos, seguramente vamos ter de ficar aguardando a oportunidade para conhecermos as acusações de forma dirigida que virão contra nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio, o.k.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Essa situação é seriíssima, é gravíssima.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu peço, portanto, que, diante disso, nós tenhamos muito prudência sobre como vamos conduzir diante ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou na coordenação dos trabalhos e peço a V. Exªs ...Todas as vezes – é comum –, antes de iniciarmos os nossos trabalhos de forma efetiva, no núcleo central, eu costumeiramente ofereço espaço para os parlamentares usarem a palavra pela ordem ou para formularem questão de ordem. Isso é comum, e os senhores hão de convir que, no início das nossas atividades finais, isso não poderia ser diferente. Estamos aqui convocados para ouvirmos o sumário executivo, o parecer ou relatório do Sr. Deputado Odair Cunha, que desde ontem já estava à disposição de V. Exªs. Desde ontem, segundo informação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde hoje. Desculpe-me, Deputado Bueno. Desde hoje, aos 27 minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Desde a madrugada de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde hoje. Obrigado, Deputado Bueno. Desde hoje aos 27 minutos estava à disposição de V. Exª. Desculpe-me novamente, Deputado Rubens Bueno.

Então, o que questiono a V. Exª ... Eu tenho uma lista de oradores inscritos e quero respeitar. Aqui há questões de ordem importantes a serem tratadas....

O SR. ALVARO DIAS (/PSDB – PR) – A minha é uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... antes de o Relator se pronunciar. E, se nós formos tergiversando com questionamentos a respeito do relatório, nós não vamos ouvir o núcleo central da convocação desta reunião, que é exposição do Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou ouvindo questões de ordem e pela ordem. V. Exª já está inscrito, Senador Alvaro Dias, para questão de ordem e vai ser chamado daqui a pouco.

Pela ordem, pelo art. 14, o Vice-Presidente Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Primeiro, dialogar com o Deputado que me antecedeu, no seguinte sentido: eu leio a imprensa. Eu assisti à televisão ontem à noite, eu li todos os jornais hoje de manhã, e esse relatório foi entregue ontem à noite. Eu o conheci agora, eu o folheei agora e vi, por exemplo, mapas, relações, etc. Mas também, na imprensa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Você tem curso de leitura dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, vamos... Por favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Na imprensa, eu vi uma síntese que a imprensa fez. Assistindo à televisão ontem à noite, e hoje vi....

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu também vi ontem, antes da meia-noite, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor, vamos garantir a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Em segundo lugar, acho que nem eu conheço o relatório, mas, pelo que vi, e assim me pronunciei, também acho precipitada a fala de que este relatório pudesse ter a característica como foi dada anteriormente à fala de V. Exª. Então, eu quero colocar... Feita a ordem, como quer dizer... Eu só me inscrevi quando um dos parlamentares aqui mencionou que esse trabalho poderia caracterizar-se como algo que ninguém aqui deseja. Portanto, antes de ler, eu não posso também aceitar uma definição do trabalho que o desqualifique. Por isso, comportei-me dessa maneira.

Então, não li o relatório. Folheei o relatório hoje já, como todos aqui o fizeram e puderam ver por cima. Li a imprensa. Agora, eu também não posso... E reagi em defesa do trabalho e do Relator em relação a um adjetivo que foi dado ao relatório, de que discordo...

Está certo? Então, eu discordo desse adjetivo.

Portanto, já fiz o que chamo de demarcação a esse adjetivo que foi colocado aqui, que, na minha opinião, não cabe na boca de quem o fez, pela consistência, maturidade e seriedade.

Portanto, o importante é a gente ler o relatório, debatê-lo...

(Interrupção no som.)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) –...aprová-lo, mas fiz essa demarcação tendo em vista um adjetivo de que discordo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estou inscrito para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há vários inscritos para questão de ordem.

Com a palavra, pela ordem...

Há um inscrito para questão de ordem, outro inscrito pela ordem. Estamos concedendo de forma alternada.

O próximo inscrito para questão de ordem é o Senador Alvaro Dias. Estou inscrevendo agora o Senador Randolfe e já inscrevi anteriormente para uma questão de ordem o Senador Pedro Taques.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Bem, eu queria, antes de mais nada, cumprimentar os colegas, o Senador Vital do Rêgo, nosso Vice-Presidente Paulo e, especialmente, o Relator.

Eu pedi para fazer uso da palavra, porque entendo que este trabalho chegou a um estágio em que alguns até achavam que ele não chegaria: a apresentação do trabalho do Relator.

É óbvio que vem um trabalho denso, que traz, pelo volume apresentado, certamente, elementos que vão nos dar muito trabalho, e a fase que estamos vivendo do trabalho, como foi colocado aqui, é conhecida: pedido de vista coletiva. E temos 30 dias para cada um, estudando, vendo o material, que é conhecido, poder ajudar. O conteúdo dele é conhecido, foi debatido aqui, foi colocado aqui. Certamente, há um posicionamento. Agora, certamente, o relatório apresentado hoje vai decepcionar alguns, de um lado e de outro, porque estamos numa condição aqui, em que todos são, numa pessoa só, delegado de polícia, promotor público e juiz. Cada um tem essas três prerrogativas. Obviamente, encontrar consenso para lidar com isso é muito difícil. Eu queria parabenizar o Deputado Odair, pelo que pude ver e conhecer mesmo superficialmente. Vejo que ele teve a preocupação de respeitar este Plenário, em seu relatório. Este é um Plenário complexo mesmo. Esta CPMI atravessou uma eleição, embates difíceis, enfrentamentos políticos, mas há muita gente aqui interessada em apurar, em desmontar essa organização criminosa e punir os envolvidos. Muitos que estão aqui, comparecendo e trabalhando intensamente, estão com esse propósito, que é um propósito republicano.

Acho que, a partir de hoje, já que hoje é o dia do pedido de vista – o Relator fez uma parte do trabalho.– cabe a quem discordar ou a quem achar que falta algo apresentar propostas, modificar, melhorar, alterar o trabalho do Relator. Isso cabe ao Plenário agora. Saiu do Relator e está sendo compartilhado, segundo consta, em cinco volumes – só tenho três – para que cada um de nós, agora, do Plenário, tenha a responsabilidade de excluir pessoas, de incluir, de pedir mais ou pedir menos.

A partir deste momento, Sr. Relator, vai se dar mais transparência ao trabalho da CPMI. Se alguns se apegavam em dizer que o Relator faria uma *pizza,* acho que este trabalho, segundo as informações que tenho, não pode ser considerado como *pizza.*

Se há discordância – para concluir, Sr. Presidente –, é bom que a opinião pública entenda a partir de hoje, a imprensa principalmente, que, agora, as modificações propostas aqui serão feitas ao vivo. Pede-se a palavra ou faz-se um documento encaminhado pedindo modificações. Isso dará mais transparência ao trabalho da CPMI. E vamos ter mais claramente a ideia de quem quer aprofundar a investigação, punir os culpados e de quem quer excluir eventuais culpados. Até porque o trabalho da CPMI é de fazer uma parte daquilo que só pode ser concluído com o Judiciário, com o Ministério Público, com o aprofundamento de investigações, como certamente requer o relatório.

Então, parabenizo o trabalho feito. Acho, sinceramente, que temos agora uma condição de, em 30 dias, fazermos um trabalho mais apurado, em que o Plenário passa a ter uma importância maior do que o próprio Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, os inscritos para uma questão de ordem.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito à ordenação dos trabalhos, como consequência da questão de ordem suscitada pelo Deputado Silvio Costa. O Deputado pede a prorrogação regimental dos trabalhos da CPMI, tese esposada por muitos de nós, desde o primeiro momento desse debate e agora fortalecida com o *habeas corpus* concedido ao Sr. Carlinhos Cachoeira. Portanto, tem procedência a solicitação do Deputado Silvio Costa,que, parece-me, precede à leitura do relatório.

Sr. Presidente, entendo que deveria haver a suspensão da leitura do relatório até que deliberássemos sobre a questão de ordem proposta por Silvio Costa. Não há sentido ler o relatório porque fica a impressão de que já há cartas marcadas, de que não haverá a prorrogação solicitada, e que devemos já ler o relatório, pedir vista, e, na próxima semana, deliberar sobre ele. Creio que temos que estabelecer prioridades. A prioridade agora é discutir ou deliberar sobre a questão de ordem do Deputado Silvio Costa. É fundamental.

O que se vê é que esse relatório, que não conheço, mas já ouvir dizer a respeito dele, vai enfatizar aquilo que foi investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Aquilo que cabia a esta CPMI investigar não consta desse relatório. Além do eixo Goiás-Tocantins, a Delta foi poupada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aí está o maior escândalo de corrupção a ser desvendado: o desvio do dinheiro público que, a nosso ver, implicou uma transferência para pagamento de propina de mais de R$421 milhões, não dos valores anunciados no relatório do competente Deputado Odair.

Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos usar uma CPI apenas para transferir responsabilidade ao Ministério Público Federal. É confortável dizer: "Vamos pedir ao Ministério Público Federal que investigue aquilo que nós não investigamos! Vamos pedir ao Ministério Público Federal que tire debaixo do tapete a sujeira que lá nós colocamos!". Isso não valoriza a instituição parlamentar.

Por isso, nós estamos reafirmando a defesa da tese de prorrogação desta CPI. Nós podemos salvá-la se nós a prorrogarmos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...preferencialmente por 180 dias, como prevê o Regimento. Aí teremos tempo de quebrar os sigilos das empresas-fantasmas ligadas à Delta e de vasculhar o desvio do dinheiro público, que foi monumental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A resposta à questão de ordem de V. Exª já foi feita ao Sr. Deputado Silvio Costa, mas reitero que a prorrogação é um preceito constitucional, previsto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

Com a palavra, o Deputado Glauber Braga.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, por favor... V. Exª é muito competente, mas a resposta que V. Exª me deu não serve para o Senador Alvaro. Não serve, não, por mais competente que seja! Sabe por quê? O Senador Alvaro pediu para que V. Exª colocasse como prioritária a questão do adiamento antes de ler.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o Deputado Glauber Braga.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas quero acrescentar que o Sr. Carlos Cachoeira já foi reconvocado. Nós já aprovamos um requerimento. É só marcar uma reunião para ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, o Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares membros desta CPI, o que nós estamos vendo aqui, sob os nossos olhos, não é apenas, Deputado Miro Teixeira, uma grande *pizza* que não cabe sequer no forno, mas é, na verdade, um cadáver insepulto, um corpo que, na sala, de todo jeito, precisa ser enterrado.

Desde a origem desta CPI, com o acompanhamento atento da imprensa e da sociedade brasileira – hoje, estão disponíveis as redes sociais –, manifestei uma preocupação em relação a uma instituição que transcende a nossa existência, que transcende o nosso tempo, que é o Congresso Nacional, e, mais uma vez, por uma disputa política menor, reduzida, mesquinha – desculpem-me a força da expressão –, atinge-se a imagem de uma instituição basilar na democracia, que é este Congresso. Aqui, não há ingênuos, são todos homens e mulheres experientes, que sabem a origem e o nascedouro desta CPI.

Tentou-se, num primeiro instante, sem logro, desviar a atenção para o julgamento do mensalão. Tentou-se, da mesma forma, inibir setores da imprensa livre deste País. Novamente, buscou-se, aqui, atingir a figura pessoal do Procurador-Geral da República e vitimar jornalistas, e nada disso foi possível, porque a nossa sociedade é madura, a nossa democracia está consolidada. E restou, portanto, nesses volumes, sejam eles três ou cinco, não importa, a mera reprodução daquilo que já havia sido investigado pela Polícia Federal. Pelo que tomamos conhecimento pela imprensa, cumpre-se o objetivo político de atingir determinadas figuras, determinadas pessoas. E aí faremos, tempestiva e oportunamente, uma discussão se cabe indiciamento desta ou daquela autoridade por uma CPI é uma outra etapa de discussão.

Mas o fato é que o destino tem seus caprichos. E, caprichosamente, no dia em que, antes mesmo do conhecimento dos membros desta CPI, com a competência da nossa imprensa, era antecipado, no Jornal Nacional, o relatório, na mesma edição do Jornal da Globo, por exemplo, noticiava-se os principais pontos deste relatório, mas, ao mesmo tempo, a soltura do Sr. Carlos Cachoeira.

Um capricho, Senador Pedro Simon, do destino. Uma ironia que nos traz um fato novo que nos impõe, portanto, uma mudança de postura, de comportamento e de atuação nesta CPMI.

Tenho, Deputado Odair, profundo respeito por V. Exª, e falo de forma absolutamente sincera, até porque

faço política e sei quando se é destacado para cumprir missão política. E o senhor fez com responsabilidade e fez com zelo, nos limites das suas possibilidades como relator. Porém não podemos simplesmente pegar esse corpo insepulto, esse cadáver que começa a ficar fétido, e simplesmente enterrá-lo para por fim a este trabalho que não chegou a lugar nenhum, a não ser nas tentativas de macular, de manchar, de atingir reputações no campo da política e evitar investigações mais profundas naquilo que era o nosso dever de investigar.

Portanto, fica o apelo na reiteração daquilo que já foi dito por aqueles que me antecederam, sobretudo o Líder do meu Partido, o Senador Alvaro Dias, para que possamos fixar, Presidente, a data do retorno do Sr. Carlos Cachoeira a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Certamente, Sr. Senador.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, para a questão de ordem de V. Exª.

Oradores inscritos para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero expressar à direção da CPI, à Mesa Diretora da CPI, meus profundos respeitos. Agora, Sr. Presidente, esta CPI está se transformando numa balela, com todo respeito aos três que comandam a CPI. Ontem, toda a imprensa já divulgava o relatório. Ontem, o Jornal Nacional propalou, e é um direito constitucional da imprensa fazê-lo, o Jornal da Globo, quem seria indiciado, quem seria... A quem V. Exª determinou a remessa de investigação, e nós parlamentares, pelo menos eu, tive acesso ao relatório, via Internet, à meia noite e trinta e poucos minutos. Essa madrugada. Mas nós todos temos muito que fazer de madrugada, nós precisamos dormir, e não li o relatório. E aqui – e eu quero expressar ao Deputado Paulo Teixeira o meu respeito –, o Deputado vem e diz que já formou a convicção sobre o relatório.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não falei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não falou convicção. Não, mas o senhor expressou, a respeito do relatório, um juízo de valor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sobre a seriedade do Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sobre a seriedade do Relator. Não do relatório?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não do relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª não leu o relatório?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não li o relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não leu. Mas o senhor me permita...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu digo... Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Garanta a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está garantida a palavra de V. Exª. Está garantida a palavra de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. Então, que o Vice-Presidente não me interrompa quando eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está garantida a palavra de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. Expressou que já leu o relatório. E eu quero também...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não expressei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, Não, desculpe. Eu retiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Retire.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não leu o relatório. Mas formou juízo de valor sobre o relatório.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sobre o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, sobre o relatório. V. Exª disse quem seria indicado... Disse isso. Eu quero continuar a falar, Sr. Presidente.

Muito bem. A imprensa divulga que o Procurador-Geral da República, o Policarpo, serão indiciados, ao Conselho Nacional do MP será remetido, que a Delta não será investigada... Eu quero saber o que nós vamos discutir neste relatório, neste relatório. Ninguém tem tempo de ler este relatório de madrugada. Mas aqui já existem parlamentares que tiveram acesso ao relatório. Eu não tive acesso ao relatório. Não tive acesso ao relatório.

Muito bem. Esta CPI está, sim, esta é a minha opinião, se transformando numa grande *pizza*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que descontasse o meu tempo porque eu quero continuar a falar regimentalmente, no meu tempo. Numa pizza. Porque nós não investigamos o que deveríamos investigar. Este relatório, ao que consta na imprensa, porque ninguém leu este relatório, a não ser aqueles mais chegados devem ter lido o relatório, eu não li o relatório. Não li o relatório. É um instrumento de perseguição político-partidária. E nós estamos – e aqui quero me valer das palavras do Senador Cássio – com mesquinharia: PT *versus* PSDB. PT *versus* PSDB, senhores!

Senador Vital, V. Exª é um homem de bem, Presidente desta Comissão. Nós não podemos encerrar esta CPI com a leitura desse relatório. Nós temos um caso, que foi a soltura do Cachoeira. Este fato inviabiliza a leitura desse relatório nesta manhã. Inviabiliza. A não ser que nós queiramos jogar esse lixo para debaixo do tapete. E eu estou dizendo "lixo" porque é a minha convicção. Não li, mas, pelo que saiu na imprensa, nós estamos iguais, aqui, a traídos. Alguns mais chegados já leram o relatório, já formaram sua convicção sobre o relatório; e outros, mais longínquos, não formaram sua convicção sobre o relatório porque não leram o relatório.

Então, esta CPI – e quero dizer com respeito aos Parlamentares que estão aqui presentes – está se transformando, ou se transformou, numa farsa – já encerro, Sr. Presidente –, porque nada foi investigado. Nós só pegamos o que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal fizeram e jogamos aqui neste relatório. E, agora, vamos jogar o abacaxi para o Ministério Público Federal no que interessa, mas o bode vai ficar fedendo dentro da sala.

Eu quero, encerrando, concordar com o Senador Alvaro, com o Senador Cássio, com o Deputado Silvio. Nós precisamos, sim, ouvir o Cachoeira, porque ele tem muito a falar. E uma CPI tem o dever de ouvir esse cidadão.

Nós temos prazo até dia 22. Se nós não prorrogamos a CPI por 180 dias, prorrogamos até o dia 22, Sr. Presidente, o art. 58, § 3º, da Constituição foi atendido, sim. Se ele foi atendido, sim, nós não podemos ler esse relatório antes de ouvirmos esse cidadão, porque existe um fato novo. Isso está no Código de Processo Penal, que se aplica subsidiariamente à Lei nº 1.579. Está lá escrito. É um fato novo, e nós vamos jogar o lixo para debaixo do tapete.

Eu gostaria, nesta questão de ordem, de levantar também uma dúvida a respeito do Regimento, se V. Exª, em pedido alternativo à questão de ordem, com fundamento no art. 403 do Senado... Onde está escrito – eu não consegui encontrar – que o Relator pode ler o sumário executivo? Há um artigo do Regimento? Eu não me recordo. Se existe isso, eu gostaria de saber o porquê, onde está escrito, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou responder a V. Exª.

Pela ordem, voltando à leitura dos oradores, Deputado Glauber Braga.

Três minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, vou ser bastante rápido, objetivo aqui nas minhas palavras.

Ouvi alguns dos oradores que me antecederam e não posso, de maneira alguma, primeiro, criticar qualquer Parlamentar que tenha uma avaliação considerada positiva sobre o relatório, até porque essa avaliação ainda não foi feita, mas, do mesmo jeito, eu não posso aceitar como válida uma manifestação já considerada negativa de quem assume a responsabilidade e diz claramente que tempo ainda não teve de lê-lo. Então, não consigo entender esse tipo de colocação como sendo válida.

O que nós podemos aqui reafirmar – e aqui eu reafirmo – é a convicção na competência e na forma como o trabalho foi conduzido pelo Relator, a análise das páginas que estão aqui colocadas, a investigação que foi realizada. O trabalho que foi feito, coletando informações para que o trabalho pudesse estar sendo disponibilizado, foi, sim, um trabalho sério, realizado pelo Relator e pelos demais Parlamentares que contribuíram como esta Comissão; ou seja, cada Parlamentar que teve a oportunidade de fazer a sua intervenção, cada Parlamentar que teve aqui a oportunidade de ver aprovado um requerimento seu, eu não tenho dúvida de que, quando fez isso, contribuiu para que esse relatório pudesse estar sendo, no dia de hoje, apresentado.

Então como o relatório apresentado, não cabe a mim, como Parlamentar – e eu tenho a certeza de que não cabe a nenhum Parlamentar – fazer uma avaliação de mérito positiva ou negativa sobre o relatório. Mas podemos, sim, mais uma vez, reafirmar e fazer uma avaliação de mérito positiva sobre a forma e a conduta que foram adotadas pelo Relator.

Durante vários momentos nesta CPMI, tive oportunidade de perguntar se o plano de trabalho que foi discutido e votado no primeiro dia da reunião estava sendo cumprido, e obtive de vários Parlamentares e do próprio relator da Presidência e da Vice-Presidência um aceno positivo nesse sentido: "Olha, a gente está aqui tendo a oportunidade de dar cumprimento àquilo que foi o plano de trabalho traçado no primeiro dia da CPMI."

A avaliação negativa que porventura algum parlamentar tem em relação ao relatório pode ser feita, inclusive, com as discussões que serão realizadas daqui por diante e com o voto de cada Parlamentar. Eu só queria fazer uma observação e uma reflexão.

Os Parlamentares que já porventura se adiantam a fazer uma crítica do relatório enfraquecem o seu argumento, porque, se eles fazem uma crítica sobre aquilo que ainda não tiveram oportunidade de conhecer e de ler, no final das contas, já estão demonstrando em relação ao Relator e ao trabalho que foi realizado por esta CPMI uma posição preconcebida de quem ainda não teve oportunidade de fazer uma avaliação de mé-

rito concluída e aprofundada a partir das leituras que têm de ser realizadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço ao Deputado Glauber Braga. Antes de dar a palavra ao Senador Randolfe, esclareço que o art. 13 do Regimento Comum fala em apresentação do parecer. O parecer pode ser apresentado – lidas as 5.300 páginas – da forma como o Relator se propõe: apresentado o parecer. Apresentado! Então, a apresentação do parecer, como propõe o Relator, é através de um sumário executivo.

Com a palavra o senhor...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita? É na minha questão de ordem? O art. 13, com fundamento no art. 13? Apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Apresentação.

O Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, minha questão de ordem é fundamentada no art. 131 do Regimento Comum, art. 403, subsidiariamente do Regimento Interno do Senado sobre questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Repita-me, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 131 do Regimento Comum e 403 do Senado, sobre questão de ordem. E sobre questão de ordem, eu quero, Sr. Presidente, retornar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A fundamentação que V. Exª faz é o artigo sobre questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O fundamento, a base para a questão de ordem que estou apresentando. É qualquer questão ou dúvida. Eu vou apresentar a questão ou dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então o faça com toda a liberdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Veja, Sr. Presidente, parte dessa questão de ordem é insistindo no que foi dito pelo Senador Pedro Taques. Eu quero dividir essa questão de ordem em duas partes. A primeira parte sobre a apresentação do relatório, e eu quero arguir aqui o art. 108, do Regimento Interno do Senado, que diz o seguinte:

Art. 108. As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois úteis aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo.

Meia-noite de ontem, meia-noite e vinte e sete minutos de ontem – perdão – meia-noite e vinte e sete minutos de hoje não são dois dias úteis. Então, em primeiro lugar, Sr. Presidente, não se sustenta a leitura desses cinco calhamaços de papéis, que eu ainda não quero entrar no mérito porque eu não tive acesso, a não ser pelas informações que foram veiculadas ontem à noite pelo Jornal Nacional. Fora isso, eu não tive acesso ao conteúdo daqui. Eu só sei que do conteúdo daqui, me parece há uma enorme vacância. Não constará, porque não tem como constar, a quebra de sigilo das 15 empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. Não tem como constar, porque esta CPMI se recusou a quebrar o sigilo dessas 15 empresas. Então, isso não constará, esse conteúdo não estará presente.

Em primeiro lugar, arguindo o art. 108, Sr. Presidente, não cabe essa leitura hoje. Está patente, claro, no art. 108, do Regimento Interno do Senado.

Dialogando com a questão de ordem formulada pelo Senador Pedro Taques, não há sustentação regimental da leitura na íntegra. E eu vou citar a V. Exª dois dispositivos regimentais em relação a isto, não ter sustentação regimental da leitura de sumário executivo.

O art. 115 do Regimento Interno do Senado, que subsidiariamente assessora esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como V. Exª sabe, diz:

Art. 115. Das reuniões das comissões lavrar-se-ão atas em folhas avulsas rubricadas pelo Presidente.

.....

§ 2º Das atas constarão:

IV – as conclusões dos pareceres lidos; [...]

Os pareceres têm de ser lidos. Não é o sumário que tem de ser lido, mas os pareceres, os cinco volumes.

Mais adiante, o art. 130 do Regimento Interno insiste na questão, quando diz:

Art. 130. As matérias que, em cada reunião, devam ser objeto de estudo, constarão de pauta previamente organizada [...].

E o art. 132 diz:

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

Reitero, Sr. Presidente, o que diz o art. 132 do Regimento Interno do Senado: "lido o relatório". Então, os cinco volumes.

A questão de ordem, Sr. Presidente, se divide em dois aspectos. Primeiro aspecto: não ocorreram as 48 horas, o tempo prévio previsto no Regimento Interno do

Senado para que o conjunto dos membros desta CPMI tenham conhecimento e firmar o seu juízo de valor.

Até considero um juízo de valor em parte o que fiz e repito: não constará aqui a quebra de sigilo das 15 empresas que receberam recursos da Delta, o que seria fundamental e indispensável. Mas esse parecer não foi distribuído dentro das 48 horas e, se for feita a leitura, que não caberá hoje, essa leitura deverá ser do conjunto do relatório e não, de partes.

Sr. Presidente, o bom senso, para concluir, impõe a esta CPMI a necessidade de sua prorrogação. O bom senso, os fatos e o Regimento impõem a esta CPMI a necessidade de sua prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, só para o conhecimento de V. Exª, a pauta, que é a leitura do sumário executivo na forma do art. 13 – já respondendo a V. Exª , como fiz com o Senador Pedro Taques –, foi remetida, na forma da apresentação, no dia 19 de novembro de 2012. A pauta é a apresentação do relatório. É uma questão de interpretação desta Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas interpretação é divergente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas é a interpretação desta Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, é sobre esse tema. É o Regimento Comum, Sr. Presidente. Está aqui, no art. 33.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Deputado, V. Exª recorre à questão de ordem já decidida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu não estou recorrendo. Quero dar uma informação à Mesa.

O art. 33 do Regimento Comum, portanto acima do Regimento do Senado no caso desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, diz:

Art. 33. Os avulsos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Portanto, não cabe leitura do relatório no dia de hoje. Está aqui no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Deputado César Halum, a palavra está com V. Exª, pela ordem.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Sr. Presidente, nobre colegas, não quero ser repetitivo, porque acho que o assunto sobre a apresentação ou não do relatório já foi extremamente debatido, mas quero tirar apenas duas pequenas conclusões.

Nós perdemos a oportunidade de votar uma centena de requerimentos que solicitavam novas convocações para concluir as investigações, e prorrogamos esta CPMI até o dia 22 de dezembro. Hoje, concluímos que ficamos na metade do caminho; nós vamos analisar um relatório final sem concluir as investigações.

Não pertenço ao PSDB nem ao PT.

Meu Partido é o PSD, e, portanto, estou longe dessa briga política de querer prejudicar fulano ou beltrano. Mas o que dá a entender é que essa CPMI tinha um endereço certo e, para evitar isso, para que o Congresso não fique desmoralizado nesta CPMI é que acho extremamente importante a gente aprovar o requerimento do Deputado Silvio Costa que pede a prorrogação desta CPMI, para que a gente possa ouvir não só o Cachoeira, mas outros para os quais foram apresentados requerimentos e que acabam sendo beneficiados, porque, se não vieram aqui para fazer seu depoimento, não fazem parte do relatório e estão beneficiados, e havia sobre eles suspeitas bem fundamentadas de envolvimento. Não vindo aqui, estão livres, é um benefício.

Para evitar tudo isso, coloco meu posicionamento pela prorrogação. Entendo que a CPMI terminar dia 22 de dezembro ou 22 de maio ou de junho do ano que vem não faz nenhuma diferença. Era melhor fazer bem feito e evitar comer uma *pizza* fria.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente! Presidente! Uma questão de ordem, porque quero recorrer ao Plenário. Espere aí, Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio Costa, tenho uma ordem aqui. V. Exª já usou a questão de ordem. Vou ouvi-lo, mas antes quero respeitar aqueles que estão inscritos. Então, passo a palavra agora ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, vou abrir mão de usar a palavra neste momento. Visto o tamanho do relatório e não tendo lido previamente o parecer, não me cabe, neste momento, fazer nenhum juízo de valor.

Eu vi aqui alguns que não leram falarem bem do relatório e outros que também não leram dizerem que o relatório se prestava a perseguições políticas e outras coisas. Como é possível...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Fui eu que disse isso, Sr. Presidente, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra está com o Deputado Leonardo Picciani. Devolvo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu não citei o Senador e eu peço que me garanta a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está garantida a palavra a V. Exª.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, Presidente, creio que não é possível fazer nenhum tipo de juízo de valor, nem positivo, nem negativo. Agora é hora de ler esse parecer e compreender o estrato daquilo que foi o trabalho da CPI nos últimos meses. Então, abro mão da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu apenas vou ceder o art. 14 quando a pessoa for citada nominalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Existe a citação implícita, Sr. Presidente, oculta, sujeito oculto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, essa citação é antirregimental.

Passo...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Não há uma citação implícita, e eu não fiz nenhuma citação pejorativa a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Pedro Taques é profundo conhecedor...

Quero passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Carlos Sampaio, e agradeço as considerações que fez a meu respeito nesta manhã.

Deputado Carlos Sampaio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por escrito. Assinada.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço que V. Exª requeira por escrito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Em verdade, todos aqui que me antecederam foram, num movimento, percebo eu, uníssono, categóricos ao afirmar que esse relatório tem, em seu bojo, um certo direcionamento das investigações, o que é muito ruim para a CPI como um todo, muito ruim para nós Parlamentares que participamos de outras CPIs, onde, aliás, existiam sub-relatorias, existia uma divisão de trabalho, o que não ocorreu nesta CPI.

Portanto, na linha do que foi dito pelo Deputado Picciani, eu me reservo agora o direito de entender esse relatório para não fazer qualquer crítica antecipada, mas faço esse registro. Começou mal esta CPI e entendo que está terminando pior ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra, agora, ao ilustre Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Senadores, eu, da mesma forma e a exemplo dos outros Parlamentares aqui, tomei ciência nesta madrugada e, acometido, como todos aqui, pela exaustão e com o volume do trabalho muito bem inserto pelo Relator, Deputado Odair Cunha, e pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo, não tive oportunidade de ler integralmente todas as questões, fatos e indícios apontados aqui. Mas, de tudo, não é desprezado esse trabalho.

O que nós não podemos admitir é que, na data de hoje, iniciemos um processo de aprovação desse relatório. Isso é por demais desrespeitoso com o próprio Congresso Nacional, com a própria Comissão Parlamentar de Inquérito. Para que CPMI se o processo legislativo é tomado de uma forma não relativamente normal aos olhos de quem quer que tenha acesso ao conteúdo dessa investigação?

Li atentamente aqui, até para não cometer nenhum equívoco, ontem já tinha lido, até o sumário, com anexos, com folhas. Sr. Relator, coloco o encaminhamento de que, no sumário, haja as remissões das páginas, até para facilitar o trabalho nosso de acesso ao documento, porque eu procurei aqui a parte do procurador da representação ao Conselho Nacional do Ministério Público, relativa ao Procurador Roberto Gurgel, e tive dificuldade de encontrar, dentro desse quinto volume, toda a fundamentação. Comecei a ler, não tive ainda a conclusão dessa leitura, mas temos que ter cautela para não desqualificar uma instituição como a Procuradoria Geral da República. Esse é o cuidado. Não se pode aqui tratar a instituição que participou dessa investigação, a Polícia Federal, que participou dessa investigação, como se fosse criminoso. Temos que ter essa cautela. Criminoso é quem ficou fora desse sistema. Temos que investigar o sistema que ficou de fora, as 15 empresas que não tiveram quebrado o sigilo.

Eu sempre reafirmei que o maior problema que nós teríamos não seria no cárcere do Sr. Carlinhos Cachoeira, e, sim, fora dele. Até agora, esse sistema sequer foi tangenciado por nós, sequer foram aqui aprofundadas essas investigações, que são o financiamento da corrupção política, o financiamento espúrio e criminoso de determinadas campanhas políticas por dinheiro público desviado em relações espúrias de algumas empresas com o Poder Público. Isso é que não pode ficar impune. Isso é que nós não vamos admitir.

Chegamos ao final desse trabalho até onde nos foi permitido. Foram 7 meses de trabalho. Em 7 meses, é óbvio, senhores, quem vai admitir que nós vamos concluir tudo? Então, foi feito o possível. Mas vamos ler o relatório para depois tomarmos uma posição.

E quero parabenizar o Relator Odair Cunha, que eu sei que, por demais, se esforçou nessa difícil empreitada.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho inscritos. Vou passar para o ilustre Senador Pedro Simon, que, inclusive, veio até a Mesa para confirmar sua inscrição. Conheço o caráter de V. Exª, a gentileza, a urbanidade que permitirá que o ilustre Senador Pedro Simon faça uso da palavra.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho participado de praticamente todas as reuniões, embora não seja membro titular nem suplente. Da tribuna do Senado, tenho chamado a atenção: esta é uma CPI, o Deputado Miro vai confirmar, em que, pela primeira vez, nós conseguimos ver uma empreiteira, uma corruptora sendo apontada para ser debatida. Esta Casa nunca conseguiu isso, Presidente; nunca conseguiu isso. Inclusive, na CPI dos Anões do Orçamento, onde se apurou toda a corrupção praticada pelo Sr. PC Farias.

Na hora de criar a CPI para investigar os parlamentares, cassamos; vários deputados foram cassados pela CPI. Mas, quando quisemos refazer a CPI para ver as empreiteiras, o Governo não deixou que a criássemos, e a CPI não saiu. Agora, não; agora, os fatos estão provados; estão mais do que provados, e nós, sinceramente, não abrirmos as portas e não fazermos a investigação das empresas, não fazermos o levantamento daquilo que é o que há de mais sério, pela primeira vez, olhando para os corruptores, é algo que não dá para entender – é algo que, sinceramente, não dá para entender! Ela fica pela metade, e fica a interpretação que a sociedade tem dado: foi uma disputa entre partidos. Um tira de lá, outro tira de cá. Então, alguns pagam o pato, mas, na verdade, nada acontece.

Então, é um dia doloroso, até pela coincidência, neste dia, neste momento em que estamos querendo votar, o Sr. Cachoeira ser posto em liberdade. Parece até que eles estavam esperando e, quando viram, à meia-noite e quinze, que o relatório não tinha praticamente nada, soltaram o Sr. Cachoeira. E nós ficamos na posição em que nos encontramos.

Sinceramente, eu digo que vai ser... E eu, que estou aqui há mais de trinta anos, nunca vi um fato como este. Já vi muita coisa; já vi nós não termos coragem de apurar; já vi CPI que, quando chegava a hora da empreiteira, quando chegava a hora do corruptor, a gente não tinha coragem de fazer – isso eu vi. Agora, que nem esta, onde os fatos já existem, já são conhecidos, já estão provados, a gente fazer um esforço para deixar na gaveta para eles não aparecerem, sinceramente, é a primeira vez que vai acontecer. É algo pelo que nós vamos pagar um preço muito caro. E ainda a coincidência: o julgamento do mensalão, que coloca nos céus o prestígio do Supremo, e essa nossa decisão aqui. Vai ficar muito triste para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar a palavra agora para os dois últimos inscritos, o Deputado Dr. Rosinha e depois ao Deputado Silvio Costa, e passo ao encaminhamento seguinte.

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, neste relatório do Deputado Odair Cunha – e tenho que ser bastante sincero – eu dei apenas uma folheada, passando um olhar por cima, até porque foi entregue hoje e seria impossível analisá-lo completamente, com uma leitura completa para poder fazer uma manifestação.

Mas, primeiro, quero parabenizar o Deputado Odair Cunha pelo trabalho. Por mais que se queira questionar o conteúdo do relatório, só poderemos fazê-lo depois de lê-lo por completo. Afora isso, numa rápida folheada, nós podemos dizer que o relatório é bastante completo, que não poupa nenhum daqueles cuja necessidade de investigação os documentos demonstravam, e, como a CPI tem o seu prazo já praticamente definido, todas as investigações continuarão, nenhuma delas ficará na gaveta, como disse o Senador Pedro Simon. Pode até ficar na gaveta de algum órgão que tenha a obrigação de fazer a investigação, mas na deste Congresso, não.

No relatório, faz-se a análise de todos os documentos, encaminha-os todos com propostas sobre cada uma das pessoas citadas aqui, homem, mulher ou empresa, e faz recomendação ao órgão competente para investigar, até porque esta Casa não tem a capacidade de investigar tudo. Se fôssemos fazê-lo, nós ficaríamos sobre ela... Não temos capacidade por conta do tempo. Temos capacidade legal, mas, pelo tempo e pela característica de disputas políticas...

Eu entendo que o relatório feito pelo Deputado Odair Cunha é bastante completo e não é algo para ficar nas gavetas guardado. Só se, de repente, o Procurador-Geral da República, o Dr. Gurgel, quiser ficar sentado em cima, como já ficou em outras ocasiões, como se demonstrou, ficando por mais dois anos em cima da Monte Carlo, prevaricando. E isso está muito claro! Mas o Deputado Odair Cunha, inclusive, teve o cuidado de recomendar ao órgão específico do Ministério Público que faça a análise com profundidade desse período em que ficou lá engavetado.

Então, acho que o relatório é bastante completo, pelo que pude olhar rapidamente. É um relatório que este Plenário vai ter de ler, acrescentar se necessário e

se entender que exagerou, retirar. Será cada um fazendo a sua proposta, mas é bastante completo o relatório.

Parabéns, Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Rosinha.

O próximo inscrito é o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Sr. Presidente, veja bem. Nós temos, sinceramente, de votar hoje, neste momento – por isso vou recorrer ao Plenário da adesão de V. Exª – se a gente vai adiar ou não, porque não tem sentido o Relator começar a ler o relatório, e a gente não saber se vai adiar ou não. Como ele vai ler o relatório, se Cachoeira poderá vir aqui na próxima semana e dar uma informação que não consta no relatório? Então, não tem sentido ler esse relatório hoje.

Evidentemente todo mundo aqui vai pedir vista; o prazo de vista é um prazo de 5 dias úteis.

Então, eu queria ponderar com V. Exª, já existem vários requerimentos pedindo para adiar a CPMI, que nós discutíssemos, antes da leitura do relatório, o adiamento ou não. O Plenário é soberano. Se o Plenário decidir que não vai adiar, tudo bem. Agora, vamos colocar em votação, Sr. Presidente, porque, sinceramente, qual é a lógica de mandar ler o relatório se a maioria está querendo o adiamento da CPMI?

A minha questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente... O treinador já chegou, mas eu quero dizer o seguinte: o Plenário é soberano, quem manda no Regimento é o Plenário. Eu não quero saber o que está escrito; eu quero já, de bate-pronto, recorrer da decisão de V. Exª; ou seja, V. Exª terá de consultar o Plenário, que é soberano, para saber se vai adiar ou não. Se V. Exª não fizer isso, sinceramente – e vieram me entregar cinco pacotes desses – não os quero nem ver. E ninguém vai ler isso aqui.

A minha pergunta é: V. Exª vai acatar a voz do Plenário ou não?

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Respondendo ao Deputado ilustre Silvio Costa, o art. 132 diz o seguinte: "É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional".

Essa decisão já foi dada pelo Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo.

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Que artigo é esse? É o Regimento do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É do Regimento Comum.

Então, eu passo a palavra...

O SR. SILVIO COSTA (PDT – PE) – Comum? É irrecorrível a decisão da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É.

Eu passo a palavra ao ilustre Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o que nós estamos vendo hoje é a crônica de uma tragédia anunciada. E é uma tragédia anunciada – e Senadores e Deputados com mais mandatos vão se lembrar – porque o que se viu foi subverter a ordem, o que se viu foi o Partido dos Trabalhadores, o Partido do Governo, demandar uma CPMI.

O que, ao longo de toda a história do Congresso Nacional, sempre foi um instrumento de minorias, no momento em que surgiu como uma ideia do Partido do poder apontava para algo que culminaria nisto aqui hoje. Acho que ouvir o Senador Cássio Cunha Lima – por coincidência os três próximos – o Senador Pedro Taques e a experiência do Senador Pedro Simon é o resumo que quem nos assiste hoje de fora compila do que se ouviu aqui ao longo desses meses.

Este material aqui, Senador Pedro Simon, nada mais é do que desperdício de dinheiro público, de tempo, de horas, de dias e de meses do Congresso Nacional para algo que não cumpriu o seu objetivo. Mais ainda: se havia um objetivo político no período em que todos nós acompanhamos, tragicamente ou qualquer que seja a leitura, ontem, o Sr. Carlos Cachoeira foi posto em liberdade, e os réus do mensalão estão indo para a prisão. Esta CPI vai ser uma CPI que vai marcar o Congresso Nacional e fortalecer o conceito, perante toda a opinião pública, de quando se quer construir... Isso é mais do que uma *pizza*, isso é uma pizzaria. Isso é uma pizzaria.

Aqui, apresentado hoje... E cada um... Não vamos ser infantis: cada um já tem seguramente um juízo de valor, que vai aprofundar com mais detalhamento ao longo do material apresentado, mas, com as notícias trazidas à imprensa, se procura e se vê claramente o objetivo político desse relatório.

Portanto, eu espero que nós possamos, ainda a tempo, salvar a reputação da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para que não se confirme o que se aponta e, pelo que se ouviu das falas de experientes Senadores no dia de hoje, que nós podemos sepultar o que restava de conceito e de esperança do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Bruno Araújo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Art. 40.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já está inscrito, vou passar para o próximo orador, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadores, aqueles que acompanham esta reunião, quero retomar aqui, Sr. Presidente, uma discussão que reputo da maior relevância. No dia 21 de agosto... Lamento não estar aqui o Presidente desta CPI, Senador Vital do Rêgo. Vou ler textualmente as palavras do Senador Vital do Rêgo:

[...] não antes dizendo que tomam a liberdade, e falando em nome de V. Exªs e em nome do Vice-Presidente e do Relator, para dizer ao Ministério Público [presente aqui estava a Drª Lea] que esta CPMI franqueará toda documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal [...].

Ou seja, a CPI se comprometeu, em 28 de agosto, Srs. Deputados e Srs. Senadores, em transferir ao Ministério Público Federal os sigilos que estavam disponibilizados por esta CPI, os estudos e as análises que fazíamos até aquele momento. Hoje é dia 21 e até hoje isso não aconteceu. Isso demonstra com clareza – desculpe, Sr. Presidente – do momento a desfaçatez com que foi conduzida a CPMI em relação a assunto tão importante.

Segundo: o Sr. Relator, que distribuiu para alguns órgãos de imprensa, antes das 8h da noite, seu relatório, mas não se dignou a respeitar os Parlamentares e a nos distribuir, relata aqui, na parte dois do seu relatório, uma pérola. Qual é a pérola? O grande debate que foi feito aqui entre aqueles que queriam investigar e aqueles que queriam assar uma *pizza* era que havia 15 empresas oriundas da quebra do sigilo fiscal e bancário da Delta nacional – lembremos que a Delta São Paulo e a Delta Rio de Janeiro não foram quebradas, só lembrar esse pequeno detalhe. O que aconteceu? Nós disputamos aqui a prorrogação da CPI por mais 180 dias para quebrar apenas 15 empresas que nos revelariam aonde foram R$360 milhões. Coincidentemente, períodos eleitorais foram fartamente ligados a esse conjunto de laranjas.

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que acontece, Sr. Presidente? O Sr. Relator, que negou essa quebra, que atuou para que essas quebras não acontecessem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... e eu concluirei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... escreve o seguinte, não só lista as 15 que nós lutamos aqui minoritariamente para quebrar o sigilo, mas lista mais 10, ou 12, ou 14 empresas, de um total de quase 30, e diz o seguinte: "Por conseguinte, recomendamos ao Ministério Público a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico para todas as pessoas jurídicas aqui mencionadas, bem como"...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, V. Exª já ultrapassou e muito.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor já me calou o suficiente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Eu não vou calar V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... "que figurem em seus quadros societários com a finalidade de investigar as suspeitas levantadas".

Sr. Presidente, isso aqui demonstra de maneira clara e cabal, repito, clara e cabal, que o que se fez aqui foi proteger, esconder e, o que é mais triste de tudo, porque aprendi a respeitar o Deputado Odair Cunha – o Deputado Odair Cunha provavelmente está cumprindo uma missão que lhe foi dada e eu o desculpo por isso, porque aprendi a respeitá-lo, sei que tinha bons propósitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está concluído. V. Exª excedeu...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas V. Exª cumpre uma missão. A missão de conviventemente esconder relações terríveis, que V. Exª não permitiu que nós investigássemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está concluído.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Questão de ordem, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de V. Exª, eu quero só um minutinho...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a V. Exª. O Relator tem a palavra a toda hora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou me segurando aqui, porque vou falar ao final, vou ler o relatório, quero fazer uma exposição inicial sobre o relatório. Agora, o que o Deputado Onyx Lorenzoni fala é exatamente o meu reconhecimento de que a tese de V. Exª tem razão de ser.

Quanto à tese que V. Exª e outros aqui colocaram, realmente, nós identificamos, não são 30, nós identificamos 115 empresas, aliás, 116 empresas – aí não há seleção de Estados, relações aqui e acolá ou suspeitas apontadas ou direcionadas, nós verificamos

117, vou somar: são 117 empresas suspeitas, inclusive a Delta, então, 116 empresas – com as quais a Delta se relacionou e que, de alguma forma, têm um nível de suspeição, qual seja: capital da empresa baixo, ou não tem funcionários, ou o volume de transferência de recursos das empresa Delta para essas empresas são números sempre redondos. Ora, são suspeitas.

Nós estamos, exatamente pela responsabilidade que temos, porque quando V. Exª fala aqui do prazo regimental da CPI, o prazo é uma decisão coletiva... Mais de 257 congressistas assinaram e apontaram um prazo. Não foi o Relator. O prazo que eu tenho... Eu trabalhei com esse prazo.

Em razão disso, eu aponto ao Ministério Público, aos órgãos de investigação permanente onde há suspeitas. E as suspeitas não são só sobre 15 ou 17 empresas, mas sobre 116. É isso. Essa é a responsabilidade que me faz, Deputado Onyx, incluir nessa parte do relatório essas ponderações.

Queria deixar isso claro para V. Exª e para os demais pares.

Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho dúvida quanto à fala do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, V. Exª... Eu tenho inscritos.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – O Relator precisa ler para que o Plenário possa fazer algum juízo. Por que tanto medo na leitura desse bendito sumário? Se nós não queremos *pizza* aqui, vamos ler o relatório. Isso não impede nem encerra a CPMI hoje.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, estão todos falando e V. Exª me impediu de falar. Com todo o respeito, é por partido? Um fala outro fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estava conversando com o Relator e não concedi a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª não concedeu a palavra... Usou a palavra o meu amigo Jorge Viana e V. Exª não cortou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu vou passar, pela ordem, pelo Regimento, eu não costumo me intimidar, eu vou passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é quem estava inscrito pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, estou preocupado com descumprimento do Regimento. V. Exª há de lembrar que, na última reunião desta Comissão, nós deliberamos pelo adiamento da pauta que estava na Ordem do Dia. O art. 40 do Regimento Interno possibilita o adiamento. Esta foi a decisão da Comissão: adiar, para deliberação posterior, a pauta posta na última reunião desta Comissão. E nós ignoramos esse fato, nós ignoramos essa pauta, nós não deliberamos sobre ela e, portanto, estamos descumprindo o Regimento, certamente oferecendo expediente a advogados dos marginais, que poderão se valer de equívocos regimentais desta Comissão para declarar a nulidade desse imenso relatório preparado pelo Deputado Odair Cunha.

Por isso, Sr. Presidente, tudo recomenda a suspensão da leitura desse relatório, até porque, como já se proclamou aqui insistentemente, temos de ouvir o Sr. Carlinhos Cachoeira. Não vamos ouvir quem deu nome a esta Comissão?! Certamente, agora, liberto da Papuda, ele poderá dizer algo que não disse quando esteve aqui pela primeira vez, até porque prometeu que voltaria aqui e diria. Certamente, não dirá tudo, mas temos o dever de ouvi-lo, de tentar arrancar dele informações preciosas, para que o Relator possa completar esse relatório.

Eu ouço aqui que Odair Cunha preparou um relatório completo. Ele não é mágico, ele não é milagreiro, ele não pode apresentar um relatório completo sem ouvir o Carlinhos Cachoeira e sem investigar 116 empresas que ele próprio listou, transferindo a responsabilidade para o Ministério Público. A missão de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é transferir responsabilidade, não é abdicar de responsabilidade, é assumir a sua responsabilidade e produzir provas, para contribuir com a investigação judiciária, com os procedimentos posteriores que são adotados a partir da Procuradoria Geral da República.

Portanto, Sr. Presidente, para salvar esta CPI, em nome da dignidade do Congresso Nacional, devemos suspender a leitura desse relatório, prorrogar esta CPI e continuar os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero responder à questão de ordem do ilustre Senador Alvaro Dias.

Houve uma decisão do Congresso Nacional, já dita pelo ilustre Relator, que se deu em torno da extensão, da prorrogação do prazo até 22 de dezembro, para leitura do relatório. Portanto, a reunião de hoje tem como objeto a leitura do relatório, nos termos regimentais. Assim, essa questão foi decida pelo Congresso Nacional, a partir da coleta de assinaturas no número regimental. Portanto, nós estamos procedendo com todo o formalismo necessário.

Em segundo lugar, o conteúdo do relatório... Aqui, quero dizer que, quando o Relator foi atacado inicialmente, eu fiz questão de defendê-lo e seu trabalho rigoroso. E não li o relatório, não participei da sua elaboração. Eu não o li, eu apenas o folheei hoje, e o Dirceu me disse que não eram três volumes, mas

cinco. Nós só temos quatro volumes aqui. Eu só tenho quatro volumes.

Eu só quero dizer que fiz a defesa. Por quê? Eu só vou poder falar do relatório depois de lê-lo. Eu só posso dizer isso, em defesa do Relator.

Portanto, eu defiro agora... Nós vamos iniciar a leitura do relatório.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Relator, para fazer a leitura do relatório.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente, antes de o Relator iniciar a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já está em processo a leitura do relatório pelo Sr. Relator. Todos os senhores inscritos falaram.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, foi lembrado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas podemos falar a qualquer momento!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Todos os inscritos já usaram da palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, há um artigo que diz, textualmente, que, só após 24 horas da apresentação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Art. 33 do Regimento Interno.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O art. 33 do Regimento Interno é claro, Sr. Presidente. Ele é absolutamente claro. Isso não foi respondido por V. Exª. É absolutamente claro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Líder fala em qualquer momento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, no Regimento, ele diz que a antecedência é da pauta. A pauta foi...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a pauta foi distribuída no dia 19 de novembro.

E passo a palavra ao ilustre...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O Regimento Comum, no seu art. 33...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero fazer uma ponderação aos nobres pares. É claro que um relatório deste tamanho...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente e Relator...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas o Líder tem que falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A assessoria está induzindo o Presidente ao erro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero dizer uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Odair, espera aí, deixe-me conduzir, deixe-me conduzir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma proposta...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

Deputado Onyx. Deputado Onyx. Deputado Onyx. Deputado Onyx, eu só peço a paciência de V. Exª para dizer o seguinte...

Só um minutinho, Odair. Eu que estou na condução. Só um minuto.

Deputado Onyx, eu concedi a palavra a todos os ilustres Srs. Parlamentares. Todos os Srs. Parlamentares usaram a palavra. Ela não foi...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, como Líder, não, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como Líder, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pela ordem e questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu concedi a palavra para todos, e a V. Exª inclusive. A V. Exª eu concedi 3 minutos, e utilizou 5 minutos. Então, não houve cerceamento do uso da palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não tem o direito de cercear palavra minha, Sr. Presidente. De jeito nenhum.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, me permita ler o art. 33, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E agora eu vou passar a palavra ao ilustre Relator Odair Cunha.

(Tumulto no recinto.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – V. Exª está infringindo... V. Exª está infringindo o Regimento Comum do Congresso Nacional. A assessoria está sendo extremamente infeliz, porque o Regimento Comum, no art. 33, é claro ao estabelecer que o avulso das matérias... Não fala em pauta. Fala em avulso da

matéria. Presidente, aqui está textual. A assessoria me surpreende.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que nós possamos ouvir o Sr. Relator. Eu estou analisando as questões...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas se V. Exª determina o início da leitura... Mas já está... Então, por favor, que tenham essa ponderação para não fazer o que o Senador Alvaro disse, de comprometer todo o trabalho e levá-lo à nulidade por infração do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, eu vou passar a palavra ao Sr. Relator. Eu vou passar a palavra ao Sr. Relator...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Alvaro, deixe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar ao Relator não para ele ler. Ele quer fazer uma consideração sobre o tema. Então,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E depois V. Exª vai nos dar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou inscrever na hora em que este Presidente entender por bem fazê-lo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dois segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...no Regimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Onyx, deixe-me só falar.

Presidente, eu queria ponderar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Claro. Eu quero ponderar com V. Exª... Pondero... É claro que... Srªs e Srs. Parlamentares, é claro que um relatório deste tamanho eu não tenho a presunção ou eu não iria imaginar que nós vamos votá-lo sem haver entre nós divergências. O que eu quero ponderar aqui com os demais membros... Nós... Eu gostaria que nós... Vejam: nós podemos fazer, então, um acordo aqui, de nós lermos o relatório amanhã. Eu proporia isso, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, espera aí. Eu estou propondo. V. Exª pode discordar. E mais o seguinte: em relação a...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Desculpe, aí não há acordo. Em relação ao Regimento, não há acordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos ouvi-lo. Eu vou decidir, Deputado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero ponderar, pelo menos. Não existe possibilidade de nós discutirmos e votarmos este relatório sem o mínimo de entendimento prático entre nós. O que eu proponho, Presidente? Que nós façamos a leitura, então, amanhã, para que todos tenham acesso. Eu tenho a noção exata de que o relatório da CPMI não é o relatório do relator. É claro que eu entendo que tenho que submeter a V. Exªs esse conjunto de informações. Aqui está apenas e simplesmente a minha opinião sobre os fatos vistos. Então, nós precisamos, minimamente, estabelecer aqui entre nós um roteiro de encaminhamento. Eu gostaria que nós lêssemos esta semana. Aí é um ponto de entendimento. Se V. Exªs entenderem por bem que eu faça a leitura do sumário amanhã e que comecemos a contar o prazo a partir de amanhã, não há problema. Eu poderia encaminhar nesse sentido.

Quero dizer mais, Presidente. Do ponto de vista de encaminhamento, Deputado Miro Teixeira, o Regimento fala que você rejeita ou aprova o relatório. Eu quero dizer o seguinte: aquilo com que eu, como Relator, não concordar de retirada do relatório, eu me comprometo com V. Exªs a submeter a V. Exªs a minha opinião. Sendo vencido, eu vou acatar a decisão do Plenário, porque entendo que o relatório é do conjunto das Srªs e dos Srs. Parlamentares, pelo menos da maioria. Então, não há da nossa parte nenhuma tentativa de atropelar o debate.

Eu queria deixar isso claro a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero agora, antes de passar a palavra ao Deputado Onyx, resolver a questão de ordem do Senador Alvaro Dias.

O Senador Alvaro Dias requer que o relatório seja entregue conforme o art. 33...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu atendo todos que formularem.

Então, Deputado Rubens e Senador Pedro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É certo, mas o problema é o seguinte: nós estamos presidindo em relação a uma decisão que foi dada por outro Presidente. Então, eu vou agora dar a deci-

são, tendo em vista as questões de ordem que foram trazidas aqui.

Portanto, para atender ao art. 33, que requer uma antecedência de 24 horas na entrega do relatório, eu estou convocando uma reunião extraordinária para amanhã para leitura do relatório. Eu acato a questão de ordem, convocando uma reunião, amanhã, para leitura do relatório.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É impossível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quanto a isso, fui orientado aqui regimentalmente para fazer. Uma reunião extraordinária.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, para colaborar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A reunião extraordinária pode ser...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Haverá posse no Supremo, solenidade na Procuradoria da República. Vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Deputado Miro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Acho que o Relator avançou, Presidente. Está-se tentando apenas ajudar com o diálogo, com o debate. Ele avançou, porque disse que está disposto a se relacionar com a Comissão para ouvir propostas, para mexer no parecer. Mas, espera lá! Então, vamos tentar avançar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, só uma coisa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que eu acho é que, amanhã, é dia de posse no Supremo Tribunal Federal à tarde; pela manhã, solenidade na douta Procuradoria da República, que aqui está atingida. Eu quero estar lá na Procuradoria da República e acho que outros também. Marque-se isso para segunda-feira. Qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro, só um minutinho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quero colaborar com V. Exª. Presidente, há uma pendência ainda não resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, eu estou encaminhando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Aguardo, aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exª me aguarda?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É que há um recurso ao plenário da questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa já foi decidida, já foi resolvida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não foi submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já comuniquei, por duas vezes, que já resolvi a questão.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas tem que comunicar ao colegiado da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu comuniquei ao Colegiado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas V. Exª não pode decidir sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu comuniquei, li o artigo. É o art. 132.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Exª tem que expor isso ao Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi ao Colegiado!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Mas nós temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não tem votação. É irrecorrível.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Isso já foi discutido em outras ocasiões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Art. 132 do Regimento Comum: "É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Essa é a questão de ordem do Deputado Silvio Costa.

Segundo, a questão de ordem do Senador Alvaro Dias – e aí vou nas preliminares do Deputado Miro Teixeira. O Deputado Odair Cunha disse que depois que ler esse seu resumo, que ele vai apanhar, esse...

(*Intervenção do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele vai ler o relatório amanhã. Depois de lê-lo, ele vai dialogar com todos os Srs. Deputados e Srªs Deputadas, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, para o aperfeiçoamento do seu relatório. Foi isso que o Deputado Odair Cunha disse, solicitando que pudesse ler amanhã.

Eu, então, para garantir o máximo do formalismo necessário, para que não tenhamos qualquer tipo de nulidades, convoco extraordinariamente uma reunião desta douta CPI para amanhã, de manhã, para que nós...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pondere sobre essa data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclareço que 10h15min é o horário fixado pelo Presidente efetivo para a leitura do relatório, esgotadas todas as questões de ordens. Eu vou convocar, esgotadas todas as questões de ordem, porque entendo que, nesta reunião, conseguimos atravessar o tema regimen-

tal com maturidade, inclusive acatando a questão de ordem final. Assim, convoco reunião extraordinária...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu gostaria de ponderar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não concluí, Deputado Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu quero até parabenizá-lo pela iniciativa de acolher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou procurando ser resumido, preciso, não extrapolar das minhas funções.

Portanto, convoco uma reunião para amanhã, às 10h15min, para leitura do relatório.

Passo a palavra, como Líder, pelo tempo regimental que peço seja fixado aqui, ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Antes do Líder, permita-me apenas um comentário. Primeiro, inclusive, para parabenizá-lo por ter acolhido a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Sávio, passo a V. Exª antes...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, de forma muito breve.

Primeiro, cumprimentá-lo. Acho que foi de extrema felicidade o art. 33 que mencionei, assim como outros colegas. É absolutamente claro, e essa atitude sensata e correta de V. Exª assegura que não tenhamos a invalidação. É bom que isso fique bem claro, para que ninguém tenha a ideia equivocada de que se está simplesmente querendo postergar algo.

Por outro lado, a ponderação que faço a V. Exª é a seguinte: hoje, já foi inclusive questionada essa situação de ler sumário ou de ler apenas uma pequena síntese quando se fala em apresentar ou ler o relatório. Estamos diante de um relatório de cinco volumes enormes, que fatalmente não há como ser lido em uma reunião desta Casa, por mais que ela durasse 24 horas.

A ponderação que faço a V. Exª é de que, dados todos esses aspectos e a necessidade de uma análise, pelo menos de uma forma rápida, façamos uma análise mais tranquila – que isso se faça por parte de todos –, para que não tenhamos uma reunião tumultuada amanhã, novamente.

Não vejo razão para que V. Exª não possa estabelecer essa leitura no início da semana que vem. Assim, teremos um prazo mínimo para que todos os Parlamentares de debrucem um pouco mais sobre essa matéria. É natural que possamos ter, sim, pedido de vista. Mas são só 5 dias. Há prazo dentro do que já foi prorrogado.

Então, a ponderação que faço é de que V. Exª reveja essa decisão e analise isso com o Relator, no sentido de que essa leitura possa dar-se no início da semana, na segunda ou terça-feira.

E o parabenizo mais uma vez por ter acolhido a ponderação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, só para dizer a V. Exª que ele fará apenas a leitura. O pedido de vista coletivo permitirá a leitura e o debate que faremos ao longo de inúmeras reuniões de debate do relatório. Portanto, há um pedido de vista, e esse pedido de vista coletivo vai permitir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É a vista deferida *ex officio* pelo Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra como Líder, porque quero trazer aqui... E é muito bom que o Sr. Relator esteja presente neste momento, porque mandei fazer uma tabela, um levantamento feito pela nossa competente assessoria, que revela que apenas visualizando-se a empresa Delta e o seu sigilo bancário, nós temos um valor de R$550 milhões.

Sr. Presidente, eu pediria só para que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu peço a atenção. Há um orador que ocupa a tribuna neste momento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu vou usar este tempo, Sr. Presidente, para chamar a atenção de que o sigilo quebrado da empresa Delta revelou, no Estado do Ceará, no Estado do Rio de Janeiro, no DF, em Goiás, em São Paulo, um volume que chega a R$500 milhões – é mais: é R$550 milhões. Com os dados que estão disponíveis aqui, sabe quanto nós da CPI investigamos desse dinheiro que, supostamente, está em empresas-laranjas, fantasmas, identificadas pelo COAF, que não têm nenhuma atividade ligada a engenharia civil? Nós investigamos apenas a Miranda & Silva, a Brava, a Alberto & Pantoja, a Adécio & Rafael, a WCR, a GM e a Terra Pneus, todas essas empresas situadas no Centro-Oeste. Sabe quanto é que nós apuramos de desvio de recurso público que foi para essas fantasmas? Cento e nove milhões!

A CPI se negou a investigar R$450 milhões que estão, por exemplo, na empresa Instale, que tem sede no Ceará, nas empresas do Rio de Janeiro – MB, Mamute. Nós fomos atrás dessa Mamute. Essa Mamute não tem sede, não tem operação. Só que ela recebeu R$33 milhões. E a CPI sabe disso desde julho desde ano.

Passou agosto, passou setembro, passou outubro, estamos em novembro, e o Sr. Relator, no relatório que li aqui há pouco, pede que o Ministério Público quebre o sigilo dessas empresas. E por que a CPI não quebrou? Nós quebramos o sigilo e essa quebra se realiza e se efetiva em uma ou duas semanas. O Ministério Público pode levar, para conseguir a quebra do sigilo de uma empresa, um mês, dois ou três.

Portanto, isso revela – e eu quero aqui afirmar, com responsabilidade, que esta *pizza* aqui é "imelhorável". Pode fazer o *mise-en-scène* que quiser. Ah! Vamos dialogar com os membros da oposição, Para quê? Para botar *aliche* na *pizza*? Para trocar o *aliche* por calabresa? Ou seja, não tem como melhorar o que, lamentavelmente...

Isto aqui – até a forma se assemelha –, isto aqui é um féretro, se assemelha a um caixão, onde se enterrou a dignidade das CPIs.

Lembro que, após a CPI dos Correios – eu estava lá, o Deputado Carlos Sampaio e outros parlamentares que aqui estão também estavam lá –, o sonho do Presidente Lula era desmoralizar as CPIs. E olha que trabalhou duro no segundo mandato para fazer isso. Triste e lamentavelmente, o Presidente Lula mandou organizar esta CPI, para disfarçar, na época do mensalão, para acertar o Governador do Estado de Goiás, para tentar acertar a *Veja,* e agora, tristemente, quer acertar o Procurador-Geral da República porque ele está ajudando a botar na cadeia quem desviou dinheiro público.

Isto aqui é uma pouca vergonha! É "imelhorável". E por isso é que hoje à tarde um grupo de parlamentares independentes, Sr. Presidente, vai ao Procurador-Geral da República. O que está sendo ofendido por este relatório, para entregar um documento, uma representação, onde nós vamos mostrar o caminho das pedras. Nós vamos mostrar, Presidente, onde estão o R$450 milhões que a CPI se negou a investigar, por ordem do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – (*Fazendo soar a campainha.*) O tempo de V. Exª está concluído.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O Palácio do Planalto pode muito, mas há um grupo de parlamentares que não vai se calar, não vai se render e não vai se curvar aos interesses do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos em busca de investigar esses R$450 milhões de dinheiro público, que não foram para postos de saúde, não foram para as escolas e que foram para os bolsos dos espertalhões, que rondam o Governo Federal e o Governo de vários Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Exª está concluído.

O próximo orador é o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, quando V. Exª citava o formalismo adequado à leitura do relatório, e V. Exª não tem culpa, eu já havia levantado ao Presidente Vital do Rêgo a questão do art. 33 do Regimento Comum, insistentemente colocado pelo Deputado Sávio, pelos Senadores e outros que participaram desse embate. E tomou-se a decisão, não de um entendimento, mas de atendimento ao que manda a lei.

E o Regimento Interno é uma lei para todos nós. E aí essa leitura programada para o dia de amanhã.

Outro detalhe importante, Sr. Presidente, é com relação ao art. 131, quando V. Exª falou a respeito dos três minutos na questão de ordem dada ao Deputado Onyx Lorenzoni. O art. 131 não fala em 3 minutos para questão de ordem, fala em cinco minutos. Portanto, não houve nada mais do que o cumprimento também do Regimento Interno, no seu artigo 131.

Ademais, Sr. Presidente, quando estamos vendo aqui a proposta apresentada e ela deixa de fora o principal – e é fato, está aqui provado – a presença do Sr. Luiz Antonio Pagot, sentado a seu lado aqui, nesta mesa, numa reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo que recebeu o tesoureiro do PT, da campanha da então candidata Dilma Rousseff. Todo mundo aqui, especialmente os que deveriam falar no seu relatório, de ouvidos moucos, meio que "não é comigo". É com todos nós. Com todos nós. Ele disse que recebeu o tesoureiro do PT, da então candidata Dilma Rousseff, que foi pedir o apontamento de empresas contratantes do Governo Federal para arregimentar fundos para a campanha da então candidata Dilma Rousseff.

Ora, Sr. Presidente, nada disso perdura com a palavra de um homem da importância de um diretor-superintendente, presidente do DNIT, que é exatamente a maior contratante da Delta nesse período.

E chama a atenção, Sr. Presidente, mais de 70% dos recursos do DNIT em 2010, liberados pelo DNIT, foram pagos para a Delta. Em 2010, em plena campanha eleitoral! Então, é preciso chamar a atenção da sociedade brasileira para aquilo que não está escrito. Aqui parece que o relatório apontado é um relatório meio parecido com cartas marcadas, jogo viciado. Por quê? Porque não está escrito aqueles que fazem parte do jogo viciado. E não consta desse jogo viciado e marcado, com cartas marcadas, o Sr. Sérgio Cabral, o Sr. Siqueira Campos, o Sr. Agnelo Queiroz! E por que isso? Exatamente para proteger os seus em de-

trimento daqueles que eram apontados no início desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era exatamente para atingir a oposição e desviar a atenção do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal. E ao cabo, vemos agora jornalistas. O jornalista Policarpo, da *Veja*; o jornalista Renato, do *Correio Braziliense* sendo apontados de forma intimidatória, para intimidar o direito à livre expressão, para intimidar a imprensa brasileira.

E vem, de outro lado, fazer aqui um apontamento com relação ao Procurador-Geral da República, na página 4.652 desse relatório que acabei de ler. O Procurador-Geral da República, exatamente pelo seu papel importante em defesa da lei, em defesa da sociedade, levou a julgamento os mensaleiros. E o Supremo Tribunal Federal os julgou, os condenou.

Por isso, agora, o Sr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, recebe a sanha daqueles que querem perseguir, intimidar o Procurador-Geral da República. É inconcebível que nós aqui façamos esse papel! Um papel inaceitável para os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Inaceitável para a sociedade brasileira! Cumprir isso é cumprir com o nosso dever. E a Comissão Parlamentar de Inquérito não cumpriu com seu dever. Dever que, muito mais do que encaminhar no relatório para o Ministério Público investigar as 15 empresas apontadas pelo Deputado Onyx Lorenzoni, nós estamos dizendo o seguinte: nós estamos abrindo mão e mandando para o Ministério Público, que depende de autorização judicial para quebrar o sigilo, quando aqui não precisava. E esta CPMI está há mais de três meses sem tomar uma atitude, sem tomar uma decisão, sem uma ação qualquer que mostre claramente o seu desejo. Por isso, estamos aqui trabalhando para que isso efetivamente aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, quero apenas lamentar a leitura desse relatório amanhã, uma quinta-feira. Sem fazer adivinhação, mas posso dizer que existe a possibilidade de não haver quórum. E lamentar também – e já fiz uma leitura desse relatório, mas não uma leitura dinâmica que alguns já fizeram – que sobre as 15 pessoas jurídicas mais importantes nada em relação a elas foi feito.

A situação, Sr. Presidente, como se diz no Estado de Mato Grosso, está de vaca não conhecer bezerro. Imagine, nós vamos investigar o Procurador-Geral da República no Conselho Nacional do MP e vamos investigar jornalistas, mas quem interessa não será investigado. A CPI se transforma num instrumento de vingança política.

O Procurador-Geral da República exerce uma atribuição constitucional. Ele não é culpado de, naquele momento em que era Procurador-Geral, indicado pelo partido que V. Exª faz parte, chegando o processo em suas mãos, oferecer as alegações finais no caso do Mensalão.

O que está a parecer, quero crer que não seja verdadeiro, é que aqui temos um instrumento de retaliação em relação ao Procurador-Geral da República. Seria o caso daqueles corajosos representarem o Procurador-Geral da República por crime de responsabilidade, então.

Se o Procurador-Geral da República, como se encontra no relatório, em tese, tiver cometido algum ilícito penal, da mesma forma ele pode ter cometido crime de responsabilidade. E a Lei nº 1.079, de 1950, afirma que qualquer cidadão pode fazê-lo, na Câmara e aqui no Senado da República. O ideal, portanto, seria que os corajosos, os valentes assim o fizessem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, tenho observado no debate de hoje alguns fatos interessantes. O primeiro deles é uma tentativa de impedir a leitura do texto do Relator, a apresentação do relatório. Aí eu pergunto: com que objetivo essa tentativa?

O segundo, sem ler o relatório, sem nenhum conhecimento, começarem a dizer, fazer eco ou cantar em voz alta dizendo que o relatório da CPMI vai terminar em *pizza*, isso sem sequer ter o mínimo conhecimento sobre o relatório.

Terceira questão, dizendo que o Relator cumpriu as suas atribuições constitucionais, portanto não deveria ser citado no relatório, quando todos nós sabemos que o Dr. Gurgel prevaricou, não encaminhou o que tinha que encaminhar sobre a questão Monte Carlo. Não é retaliação nenhuma. E, sim, falta de compromisso constitucional. Agiu e cometeu ilegalidades. E deve ser investigado, sim.

A outra questão é que se prima aqui, nos vários discursos, por falar contra o Partido dos Trabalhadores e contra o Lula, ignorando, por exemplo, que antes da investigação dessa organização criminosa, um Senador democrata, Demóstenes Torres, foi cassado, o que demonstra um envolvimento dos democratas nesse processo.

Então, tenta-se de qualquer maneira caracterizar como uma questão política, quando não foi uma questão política. A CPMI foi convocada para investigar uma organização criminosa, e essa organização criminosa chegou ao Governo e ao Governador do Estado de Goiás, o Sr. Marconi Perillo, do PSDB. Mas não foi

sequer citado nas gravações o Governador Sérgio Cabral. E foi citado, não como envolvido no crime, mas sim por não permitir o seu envolvimento e evitar a organização criminosa, o Governador Agnelo Queiroz, que veio aqui e defendeu e provou que todas as vezes a organização criminosa estava tentando incriminá-lo.

E outra questão quando se fala sobre a imprensa. Eu sou o autor do requerimento de convocação de Policarpo. No entanto, o Plenário desta Comissão não quis aprovar a vinda dele, quando ele tem relações com organização criminosa. Era necessário que esta Comissão investigasse. Ela não investigou. Está remetendo ao Ministério Público, para que ele o faça, assim como está remetendo outros documentos mais ao Ministério Público.

Aliás, é bom dizer que uma das questões mais importantes da CPMI é que está encaminhando à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos de controle todos os documentos, depoimentos e demais provas produzidas por esta CPMI, inclusive, os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todas, ressalte-se, todas as empresas suspeitas. Isso significa que a CPMI está colocando à disposição dessas instituições o maior banco de dados fiscais e bancários que já receberam do Congresso Nacional brasileiro. São mais de R$84 milhões em movimentação financeira, o que corresponde a uma importante fatia do Produto Interno brasileiro. São 117 empresas que devem ser investigadas. Setores, hoje, como citados dois jornalistas que agiram de acordo com a investigação que é necessária ao arrepio da lei.

Quanto à questão da Delta, dizer que vai investigar ou não vai investigar, a Delta está sendo encaminhada também ao Ministério Público, para que aprofunde a sua investigação. E todo o banco de dados, o maior banco de dados que esses órgãos que eu citei já receberam do Congresso Nacional, está sendo enviado agora.

Eu concluo dizendo: essa CPMI nasceu com características diferentes. E as características diferentes são: em cima de uma investigação da Polícia Federal, que investigou, e remete ainda para a Polícia Federal para que ela continue; ela não teve, aqui, a paixão ou o caminho de querer investigar esse ou aquele partido político. Até se fosse por esse caminho, nós temos dados bastantes o suficiente para que a CPMI ficasse fazendo exploração política por muito mais tempo do que o prazo regimental que foi concedido, com a devida prorrogação.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, o Deputado Bruno Araújo usou, mas eu vou fazer uma reinscrição de V. Exª, se V. Exª concordar assim. Pode ser?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra, o ilustre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, na verdade, eu não iria fazer uso da palavra, mas diante da fala daquele que me antecedeu, eu achei que era oportuno nós colocarmos alguns pingos nos is.

Em primeiro lugar, esta CPI nasceu, sim, fruto de uma emoção. Eu diria mais do que isso, fruto de uma ira do ex-Presidente Lula, numa atividade persecutória ao Governador Marconi Perillo, que foi quem o avisou, à época do mensalão, que, realmente, havia parlamentares que estavam sendo comprados aqui no Congresso Nacional. O Presidente Lula nunca o perdoou por isso. Veja, nunca o perdoou por ele ter alertado daquilo que o Supremo, hoje, está dizendo que foi uma realidade: a compra de votos no Congresso Nacional.

Então, é uma CPI que já nasceu fadada ao fracasso. Por quê? Porque não nasceu tendo como objetivo uma linha investigatória lógica. Muito pelo contrário. Nós demonstramos, por meio dos depoimentos, dos requerimentos, que o Relator se pautou por um direcionamento para cumprir uma missão partidária, qual seja perseguir o Governador Marconi Perillo. Ao verificar que não conseguiu atingir o seu intento e, ao perceber que efetivamente a CPI estava indo para análise do braço financeiro da organização criminosa, aí envolvendo a Delta e todas as empresas laranja a ela filiadas, o que fez a CPI, por meio da sua base aliada? Simplesmente ceifou as investigações.

Portanto, é uma CPI que nasceu de forma equivocada, com finalidade persecutória e, mais do que isso, propor-se o indiciamento do jornalista Policarpo é mais uma demonstração de que o PT, quando lhe convém, quer calar, inclusive, a imprensa. Propor a remessa dos autos ao Conselho Nacional do Ministério Público, por duvidar da postura do Procurador-Geral da República só se explica por uma razão: a ira do PT se justifica em razão de a Procuradoria Geral ter denunciado os mensaleiros, e a própria Procuradoria Geral fez a sustentação oral da condenação dos mensaleiros. E o Supremo Tribunal Federal condenou todos eles. Portanto, eu entendo a ira persecutória, mas daí a dizer que esse relatório tem uma lógica investigativa, peço vênia a V. Exª, mas não tem. Tem é finalidade persecutória, direcionada e, portanto, eu diria que chega às raias do incorrigível o conteúdo do presente relatório.

É apenas esse o registro que faço, agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terminados os temas a serem tratados no dia de hoje, convoco a próxima reunião para esta quinta-feira, às 10h15.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião realizada em 22 de novembro de 2012, às 10 horas e 48 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT -AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jayme Campos (DEM/MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Anibal Diniz (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI) e Cyro Miranda (PSDB-GO) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Felipe Pereira (PSC-RJ), Dr. Rosinha (PT-PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Hugo Leal (PSC-RJ) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Pedro Taques (PDT-MT), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Álvaro Dias (PSDB-PR), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Marco Antônio Costa (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Candido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Camelli (PP-AC), Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Na oportunidade foi adiada a leitura do Relatório Final, por solicitação do Deputado Odair Cunha, e marcada sua leitura para o dia 28 de novembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, não concordo que a ata não seja votada. V. Exª pode dispensar a leitura da ata, porque temos conhecimento da mesma, mas solicito a votação da ata.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A solicitação de V. Exª será atendida integralmente, meu caro Deputado Onyx Lorenzoni.

Com a palavra, pela ordem, por dever e precedência, o nobre Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero pedir a V. Exª e aos demais pares vênia para que adiemos a leitura do relatório para a próxima semana, na medida em que estou dialogando com os pares da Comissão sobre o conteúdo do nosso relatório e quero ultimar todos os esforços necessários de diálogo possível.

Por isso, solicito de V. Exª o adiamento da leitura.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o eminente Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, se V. Exª consultar as notas taquigráficas de ontem, verá que eu tinha começado o encaminhamento para não fazermos hoje essa leitura. Ia começar ontem. A partir do momento em que se pediu o cumprimento regimental da antecedência da distribuição do relatório à sua leitura, eu digo que essa transferência para amanhã também vai significar pouco, acaba sendo uma precipitação. Então, quero falar em apoio a essa solicitação do Relator que, a rigor, me parece que não é propriamente uma solicitação, ele tem o direito de pedir esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele tem essa prerrogativa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porém, manifesto politicamente o apoio e aplaudo isto que presumo ser uma tentativa de ponderação sobre o conteúdo do próprio relatório. E coloquei a palavra "ponderação".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir as lideranças.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria falar, porque ontem me pronun-

ciei aqui – V. Exª não estava por outras razões, foi no momento em que V. Exª teve que se afastar devido a compromissos – e eu queria retomar, porque o tema é de extrema gravidade e de grande relevância para esta CPMI e para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É sobre a posição do Relator?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero ler uma fala de V. Exª. Leva 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só 1 segundo. Vamos decidir logo a questão do Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas é que eu não sei como vai transitar, não sei se todos vão concordar com essa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É prerrogativa do Relator e fica decidido que o relatório será apresentado pelo Relator na próxima quarta-feira.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, não me cabe discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É decisão desta Presidência.

Volto a palavra a V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero só ler as palavras do Presidente Vital do Rêgo, em 21 de agosto deste ano:

Então, fica a cargo dos convidados tanto da Drª Léa quanto do Dr. Daniel a resposta que melhor aprouver dentro do conhecimento pontual da resposta, não antes dizendo que tomo a liberdade, falando em nome de V. Exªs, em nome do Vice-Presidente, do Relator, para dizer ao Ministério Público que esta CPMI franqueará toda a documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal, mister de V. Exªs.

Estou trazendo isso à tona, porque desde essa oportunidade, ainda no final de agosto, que estamos tentando fazer com que os sigilos bancário, fiscal e telefônico, que fazem parte da base de dados desta CPMI, por decisão que foi acolhida por todos e reconhecida por V. Exª, fossem transferidos ao Ministério Público, porque lá vai dar continuidade, queira o Relator Odair, queiram as representações que vários parlamentares farão a um grupo de parlamentares independentes. Quero, por dever de lealdade, fazer esta afirmação a V. Exª, de que, às 11h30 de hoje, estarão entregando este documento que aqui está subscrito por vários parlamentares do Senado e da Câmara, membros desta CPMI, ao Procurador-Geral da República, com o objetivo de dar um direcionamento que permita não acobertar, não omitir, não proteger, mas, sim, investigar profundamente um esquema de corrupção liderado pela empresa Delta. E a minha dúvida é zero, é uma opinião pessoal minha, de que o Sr. Fernando Cavendish cooptou, no Centro-Oeste, o Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e a sua organização criminosa, através do Sr. Cláudio Abreu. Portanto, vamos levar dados, mas é evidente que aqueles dados que vamos levar à Procuradoria Geral da República vão precisar da complementação desses sigilos, que esta CPMI já deliberou.

Lembro de uma visita do Senador Randolfe ao Ministério Público, em Goiás. O Ministério Público, em Goiás, inclusive, havia informado ao Senador Randolfe que havia feito a solicitação do compartilhamento do sigilo. E quero fazer, já que estamos nos estertores da CPMI, uma correção: um veículo de imprensa, pelo qual tenho profundo respeito, falou da CPMI da insensatez. Quero dizer que esse adjetivo pode caber no relatório, pode caber e acho até que veste o relatório, mas não a CPMI, porque aqui há um grupo de parlamentares que nunca deixou de persistir na busca da verdade e nas investigações. Então, em nome desse grupo de parlamentares e em meu nome pessoal e da Bancada de meu Partido, quero fazer essa consulta a V. Exª, porque a transferência dessa base de dados ao Ministério Público Federal é o que vai permitir que o Ministério Público Federal, sem cor partidária, tecnicamente, vá atrás da bandidagem graúda. Não é essa arraia miúda que aqui está, porque isso aqui vai acabar no motorista do Cláudio Abreu, o Deca, vai acabar naquela moça que veio aqui, que é "laranja" da Alberto & Pantoja, vai acabar, vamos dizer assim, no Giovani, que ninguém sabe onde está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, tubarão, mesmo, não vai estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós queremos, com esse documento e com a transferência do sigilo, Sr. Presidente, chegar nos grandões, chegar nas orcas, chegar nas baleias, chegar nos tubarões, chegar na bandidagem de colarinho branco que o Brasil tem de botar na cadeia. Da mesma forma como estão botando a turma do mensalão, têm de botar, agora, a turma da Delta e do Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente, apenas para afirmar que, exatamente, o nosso relatório contém o envio de todo o sigilo bancário, fiscal e telefônico para os órgãos permanentes de investi-

gação. Não só para o Ministério Público, como para a Polícia Federal também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, com a devida vênia, em que pese ser uma prerrogativa do Relator, eu discordo do adiamento da leitura do relatório e vou dizer as razões pelas quais o faço.

Terça-feira, ia ser ido e não o foi. Quarta-feira, ia ser lido e não o foi. Hoje, novamente, o Relator pede novo adiamento para que ele possa aprimorar o seu relatório, acolhendo, talvez, sugestões.

Com a devida vênia, fui sub-relator de várias CPIs. Nunca houve um momento, na história de qualquer CPI deste Congresso Nacional, em que o relator apresentasse o seu relatório e depois, por insegurança quanto ao seu conteúdo, fosse protelando a sua leitura.

Que ele não o apresentasse, Sr. Presidente. Apresentar um relatório que ele reconhece que tem várias falhas, que está disposto a modificar em razão de sugestões? Ele vai retirar o indiciamento do jornalista Policarpo? Ele vai retirar o pedido de responsabilização do Governador Marconi, ou incluir o do Governador Agnelo? Ele vai retirar o pedido de investigação contra o Procurador-Geral, que denunciou e fez alegações finais no que tange ao episódio do mensalão? É evidente que não vai, e se o fizer se desmoraliza, se descredibiliza, porque, na medida em que ele apresenta um relatório circunstanciado atacando pessoas e poupando os seus aliados, ele não pode modificá-lo depois, de forma a, parte a parte, tentar agradar A ou B.

O relatório, Sr. Presidente, é incorrigível.

Eu ouvi, hoje, uma entrevista da CBN, do Sr. Relator, em que ele diz: "A questão central" – pasmem V. Exªs, fala entre aspas do relator hoje – "a questão central é que fizemos uma investigação geral, ampla e irrestrita". A investigação, em verdade, Sr. Relator, foi pessoal, foi direcionada e restrita. É o inverso do que V. Exª disse. É o inverso. Só foram poupados os aliados e foram atacados com veemência aqueles cuja sanha persecutória do ex-Presidente Lula determinou.

E vamos adiar a leitura por quê? V. Exª não se sente seguro para lê-lo? V. Exª precisa de mais sugestões para alterá-lo? Que segurança tinha quando o apresentou? Por que, agora, está aberto para inúmeras sugestões? Parece que V. Exª está dizendo a todo o Brasil: "Estou disposto a corrigir todos os meus erros". Não se apresenta um relatório com essa intranquilidade com que V. Exª se apresenta hoje. Leia o seu relatório e façamos a votação do mesmo. Façamos a apresentação do voto em separado. Não tem o menor sentido um novo adiamento. Demonstra intranquilidade, insegurança e, mais do que isso, descompromisso com o seu conteúdo, senão, V. Exª o leria hoje.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Randolfe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Art. 131 com o 13, do Regimento, que é sobre a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

Eu peço licença para divergir do que aqui foi exposto.

Nós temos momentos diferenciados na luta política. Se nós temos a possibilidade de buscar a produção de um relatório, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, que melhor se aproxime do pensamento médio, eu acho bom que seja assim.

Eu não considero, pessoalmente – e, repito, peço licença para divergir –, fraqueza ou fragilidade. O vietcongue combatia no Vietnã, era bomba para um lado, era bomba para outro, mas ele sentava em Paris para conversar com os americanos.

Isso não vai, meu caro Presidente, meu caro Relator, meu caro Vice-Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, de maneira alguma, reduzir o ímpeto contrário a muitas coisas desse relatório e também o ímpeto favorável a muitas coisas desse relatório.

Concretamente, eu já me dirijo ao Relator com uma proposição objetiva e fundamento. Eu penso que não pode constar da proposta do Relator – e darei as razões – qualquer coisa relativa à Procuradoria Geral da República como se estivéssemos aqui a tentar incriminar o Procurador-Geral! Por que não pode? Porque, em nenhum momento desses debates, esta Comissão votou qualquer coisa, algo insignificante que fosse, que sequer se aproximasse da suspeita contra o Procurador-Geral. Houve um discurso ou outro daqui e dali...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...mas esta Comissão não encaminhou qualquer tentativa de investigação de nada, porque nada há a investigar.

Outra coisa, permita-me. É muito claro. Eu penso que o Relator tem de rever, sim, a sua posição sobre os jornalistas, especialmente o Policarpo Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E vou dizer o porquê: foi colocado aqui em votação o requerimento de convocação do Policarpo Júnior e, quando o Re-

lator viu as manifestações contrárias de praticamente todos que falaram, ele disse apenas: vamos retirar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª, Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, eu acho que a prerrogativa é do Relator. Eu celebro essa prerrogativa, o uso dessa prerrogativa e o reconhecimento por V. Exª. Desde logo, encaminho ao Relator essas duas primeiras sugestões, que, a rigor, se unem em uma só: de exclusão.

A questão de ordem é a seguinte: antes da leitura, pode o Relator fazer alterações e nos comunicar em separata?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A leitura já está definida. Como prerrogativa do Relator, já acatada por esta Presidência, ela será na próxima quarta-feira. Esse é um fato. E o Relator terá até quarta-feira para fazer alterações na sua leitura.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E poderá fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E poderá fazê-lo.

Com a palavra o Sr. Senador Randolfe Rodrigues. Três minutos para sua palavra. Pela ordem, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero – permita-me o ilustre Deputado Carlos Sampaio – concordar e divergir. Concordar em relação ao seguinte, meu querido Paulo Teixeira. Diz o poeta que há quatro coisas que não voltam atrás: a oportunidade depois de perdida, a ocasião depois de desperdiçada, a pedra depois de solta pela mão e a palavra depois de proferida. Eu vou incluir uma quinta: o papel depois de escrito. O que já foi escrito está escrito. O que já foi dito sobre o Procurador-Geral da República já está nos meios de comunicação, com a autoridade de ter sido dito pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, de ter sido veiculado na imprensa como escrito pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Está aqui nesse calhamaço de papel. Então, o papel depois de escrito não volta atrás.

Ao que pese essa situação – nesse ínterim, quero concordar com o ilustre Líder do PSDB –, a divergência é uma prerrogativa do Relator no momento em que quiser fazer essa leitura. Acho de bom-tom até que essa leitura não seja feita hoje, pois seria feita em uma CPI esvaziada, em uma CPI que inicia a apresentação do seu relatório final de forma tumultuada. É de bom-tom mesmo não ser feito hoje. Se o bom senso prosperar e ocorrer modificações – aliás, nada é absoluto; é o bom e velho Marx que disse que tudo que é sólido se desmancha no ar –, se o bom senso prosperar e houver retificações, que assim seja. Esperamos que essas retificações dialoguem, por exemplo, com o que nós, eu e outros colegas, Parlamentares da CPI – citando o Deputado Bueno, o Deputado Onyx, o Senador Pedro Taques, o Senador Pedro Simon –, vamos fazer, daqui a pouco, na Procuradoria Geral da República.

Espero, tomara, oxalá que dialoguem sobre isso!

Para concluir, Sr. Presidente, em relação à remessa ao Ministério Público, só me permita, ilustre Relator, reiterar o que foi dito pelo Deputado Onyx. No dia 21 de agosto, V. Exª, Sr. Presidente, já havia determinado a remessa dos autos do que havia sido investigado aqui ao Ministério Público Federal. Só lembrar que, inclusive aconselhado pelo Deputado Miro Teixeira, desloquei-me até Goiânia, onde conversei com os Procuradores Daniel e Léa, que, posteriormente, provocaram esta CPI sobre a remessa dos autos.

Então, parece-me que a remessa dos autos é algo... Quero entender que já foi inclusive feito e não será somente feito com a apresentação deste relatório final. Tanto o ato de daqui a pouco quanto a entrega desse relatório final à PGR, parecem-me ser mais protocolares, porque quero acreditar que os documentos anteriores, já investigados por esta CPI, foram encaminhados aos Procuradores da República Léa Batista e Daniel.

Se não o foram, é contraditório em relação ao que foi dito. Se não o foram, a pergunta é: por que não foram ainda encaminhados? É dito pelo Relator que só serão encaminhados agora. Já foi dito por V. Exª, Sr. Presidente, e já foi solicitada a necessidade do encaminhamento dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, o que chama a atenção é que nós temos aqui no relatório um resumo, e esse resumo estamos estudando com a assessoria, e assim algumas horas durante o dia e a noite. Apesar de ter sido apresentado aos 27 minutos do dia de ontem, por isso foi transferido para hoje...não por entendimento, mas por atendimento ao que manda o Regimento Comum, no seu art. 33.

Diante disso, estamos vendo aqui muitas incongruências, omissões, situações que, por exemplo, provocam, até em nós, algo que chama a atenção do que não é verdade, absolutamente do que não é verdade. Por exemplo, a p. 466 do Tomo III fala sobre Luiz Antônio Pagot e, quando fala no relatório sobre Luiz Antônio Pagot, diz, entre aspas: "O depoente falou também que não arrecadou para campanhas eleitorais de 2010, mas que repassou listas com nomes de empresas que poderiam contribuir".

Não foi só isso o que ele disse. Sentado aí, ele disse que não só indicou as empresas, como pediu para arrecadar para as empresas, indicou o tesoureiro do PT, da campanha da então candidata Dilma Rousseff e recebeu cópias dos boletos da campanha de 2010!

E aqui está suprimido, omitido. Quer dizer, a verdade não está aqui colocada neste relatório.

E também há uma outra situação: o Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves tem patrimônio de mais de R$1 bilhão, tem empresas – comprou até o Hotel Nacional no Rio de Janeiro, num leilão até hoje não bem esclarecido. Foi para sua convocação que aprovamos o Requerimento nº 112. No entanto, nunca foi chamado para depor na CPMI.

Diante disso e de tanto que estamos aqui levantando, vamos agora, com um documento que tem 88 páginas, vamos levar ao Procurador-Geral da República exatamente a verdade de tudo e de todos. Não há omissão, não há supressão, não há nada daquilo que não foi tratado aqui na CPI, sobretudo o que não foi aprovado por meio dos requerimentos que aprovamos: quebra de sigilo, convocação de testemunhas, porque é bom sempre repetir: há 3 meses, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, há 3 meses, não toma uma ação, uma atitude! Dos 180 dias que ela tinha de prazo para apresentar os seus trabalhos, 2 meses, um terço do prazo foi desperdiçado porque não se tomou decisão alguma em relação ao que cobrávamos.

Para finalizar, Sr. Presidente, com relação ao compartilhamento – não só o que está na ata ou nas palavras, mas sobretudo das reuniões internas que tivemos com V. Exª e com grande parte dos membros da CPMI –, foi tratado do compartilhamento como uma coisa normal, natural e que seriam tomadas providências nesse sentido, que infelizmente não foram tomadas. Daí, esse documento nós vamos entregar ao Procurador-Geral da República, com 88 páginas, para que ele efetivamente busque a verdade e a justiça que aqui não se encontraram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, mas faço uma questão de ordem.

O art. 147 do Regimento determina que, em qualquer momento do inquérito – e estamos no inquérito –, com a ausência do Relator – e o Relator insiste em nos deixar sem o privilégio dos ouvidos atentos dele –, a Presidência possa tomar providências nesse sentido.

Nós estamos tentando construir uma solução. Por isso, insisto na presença do Relator, que é uma peça chave.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele foi ao...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Posso. Claro que posso permutar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou permutar, vou permutar a fala de V. Exª com a fala de Paulo Teixeira.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A desatenção não é só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele foi apenas ao sanitário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu falo. Não há problema. Talvez ele esteja escutando. O sanitário é aqui perto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Reponho o tempo de V. Exª para começar.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fique V. Exª à vontade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Quero argumentar que nós estamos diante de um momento em que, mais do que nunca, estamos sendo chamados às nossas responsabilidades públicas. Nós estamos correndo o risco, por uma série de equívocos que foram cometidos ao longo desse caminhar – e não vou aqui fazer juízo de valor onde se errou, onde se acertou. Mas, desde a minha primeira participação nesta CPI, chamei atenção para as nossas responsabilidades perante o universo muitas vezes autista do mundo político e a responsabilidade que nós temos com a sociedade brasileira.

Estamos diante da ameaça de desmoralizar uma das poucas instituições que ainda recebia algum nível de respeito da sociedade brasileira, que são as comissões parlamentares de inquérito. Isso é muito grave, porque, a exemplo do que eu disse ontem, tal fato transpõe os nossos mandatos, transpõe até mesmo as nossas existências. Nós estamos aqui falando por uma instituição que é o Congresso Nacional e que tem danos reiterados de imagem por equívocos, equívocos praticados no campo político.

Esta CPI nasceu de um equívoco político, porque CPI sempre foi e será, para toda a vida, instrumento da minoria e não, instrumento da maioria. Como se não bastasse a maioria parlamentar que o Governo tem nas duas Casas, quis o Governo utilizar esse instrumento para vingança, intimidação, retaliação, troco político, e isso não pode ser aceito.

O que consta desse relatório precisa ser reexaminado. E não sei se é boa ou ruim a postura do Relator, que tem o meu respeito – e vou proclamar esse respeito novamente na ausência dele, porque faço

política há 30 anos e sei que ele está constrangidamente cumprindo uma missão partidária. Esse relatório foi produzido pela Executiva do PT. Não foi produzido pelos membros desta CPI e tampouco pelo Relator, porque ele não faz sentido. Citamos aqui Policarpo Júnior, que é um jornalista renomado, mas há o caso, por exemplo, da jornalista Patrícia Moraes, que não mencionada sequer durante esta CPI. Portanto, que possamos ter o bom senso de reconhecer o erro de origem de uma CPI criada como instrumento de ação política e corrigir os rumos não para salvar esse inquérito, que não é mais do que a reprodução do que já foi apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, mas para, pelo menos, preservar minimamente a instituição comissão parlamentar de inquérito e a imagem do Congresso Nacional.

Para encerrar, isso me faz lembrar o poeta Ronaldo, o meu pai, de saudosa memória, que, em discurso, na década de 70, no enfrentamento da ditadura, disse: "Esse governo não pode ser derrubado porque não é uma estrutura, mas, sim, limpo com benzina, porque é uma mancha".

Nós não podemos sequer derrubar esse relatório porque ele não tem estrutura para tanto. Precisamos, talvez, compreender que é necessária uma limpeza para se preservar a imagem desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, eu quero fazer duas ponderações a este Plenário. Por isso, peço a atenção do Senador Randolfe, do Deputado Onyx, que se estão deslocando do plenário, e de todos os senhores e senhoras.

São duas as minhas ponderações. A primeira ponderação é sobre o Parlamento. O Parlamento é o órgão maior da sociedade. Ele é o órgão que representa toda a sociedade. O Executivo representa uma parte da sociedade. O Judiciário é o Poder que se constitui por meio de concurso, portanto, não tem a legitimidade que tem o Legislativo. Então, ele é o Poder maior da política. E aqui estão todas as forças políticas representadas. Portanto, nós temos que concluir um trabalho, e a conclusão do trabalho terá suas consequências políticas.

Então, eu quero tratar de dois temas. O primeiro tema é: este relatório foi entregue. Pareceu-me que o Deputado Miro Teixeira e pareceu-me que o Senador Randolfe disseram da necessidade de tempo para discuti-lo. Então, eu quero fazer um apelo: para ler e discutir. Eu também gostaria. Eu quero discutir, e sobre uma das questões que vi aqui vou levar minha ponderação ao Relator.

Incidentalmente, quero dizer como é que funciona o Parlamento. O Relator lê o relatório, debate-se o relatório e se faz uma complementação de voto com as modificações.

Então, eu queria refletir com o Deputado Carlos Sampaio que o fato de ele ler e modificar não seria por insegurança. Isso é fruto do próprio debate. Ele faz, recebe as ponderações e acata, complementando o seu voto ou não. Depois, vota-se.

E a segunda ponderação que eu quero fazer com o Senador Randolfe, com o Deputado Miro – eu não sei se o Deputado Carlos Sampaio também está nesta missão – é que me parece lógico que as questões que serão levadas ao Ministério Público pudessem ser discutidas pelo Parlamento, esgotadas e, só aí, eventualmente se não acatadas... Porque eu vejo um problema lógico nos dois procedimentos. Lógico de lógica racional e de lógica política. Ora, se nós queremos discutir pela leitura – parece-me que o Relator prefere ler na quarta; eu também não vejo problema de ele ler hoje e fazer uma complementação de voto –, se nós queremos debater esse conteúdo, ainda que tenhamos divergência ao final, é razoável que as questões que serão levadas ao Ministério Público fossem trazidas ao debate aqui e levadas ao final, caso não fossem acatadas.

Então, eu queria fazer esta ponderação aos nobres Parlamentares: que o Parlamento, como Poder maior, seja um desaguadouro desse debate. E, enfim, esgotado o debate, só assim é que nós, então, daríamos o encaminhamento que todos quisessem.

Quero fazer essa ponderação aos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como último orador inscrito, Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, eu só quero aqui reforçar uma posição. É importante compreender o que cada Parlamentar, o que cada partido tem como prerrogativa e aquilo que ele está procurando alcançar como objetivo nesta CPMI. E a ponderação que faço a alguns dos oradores que me antecederam é – e aí eu faço coro com o nosso Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira –, a partir do momento em que o relatório foi disponibilizado há pouco mais de um dia, ou seja, tempo que já foi dito e discutido como não suficiente para que toda a sua leitura pudesse ter sido feita e analisada, e, de antemão, já se traz aqui aquilo que seria um relatório paralelo, para ser entregue à Procuradoria Geral da República, a meu ver, o que estamos fazendo e os Parlamentares que, porventura, trazem essa opção estão dando uma demonstração de que já se pretendia contestar o resultado do relatório que seria contestado indepen-

dentemente de qual fosse. Até porque, se assim não fosse, em pouco mais de um dia, não existiria tempo suficiente para criticar o relatório e já apresentar uma proposta alternativa à Procuradoria Geral da República.

Então, nesse ato – aí faço a ponderação –, acho que podemos ter uma interpretação muito negativa de que, em primeiro lugar, se pretendia, de antemão, desmerecer o trabalho do relatório apresentado, mesmo antes de conhecê-lo; em segundo lugar, que essa iniciativa tenha como único objetivo a criação de um fato político, em vez de se procurar claramente o resultado dos fatos, com uma análise precisa e aprofundada do relatório apresentado.

Exatamente por isso, acolho aqui as ponderações feitas, no sentido de que possamos fazer uma avaliação pormenorizada daquilo que foi trazido pelo Relator, e pondero também com os outros parlamentares, para, antes de qualquer iniciativa, a gente possa fazer uma reflexão, para que não haja interpretação de que queiramos desmerecer tudo aquilo que está sendo apresentado pelo Relator, independentemente de conhecê-lo e, além disso, de o que se quer é única e exclusivamente a criação de um fato político para que possamos ter alguns parlamentares, alguns segundos ou alguns registros, na mídia nacional, sem uma investigação concreta e profunda do que está sendo aqui apresentado.

Essa era a ponderação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra à Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso Vice-Presidente, todos os nossos companheiros aqui presentes neste trabalho que considero da maior importância e tem consumido, por parte de cada um, muito tempo, trabalho, muita responsabilidade e muito denodo, numa situação em que nos transformamos – ouvi aqui alguém dizer; não sei citar o nome –, de alguma forma, em investigadores, delegados e juízes.

Então, é uma responsabilidade muito grande que nós temos. Na primeira reunião em que seria lido o relatório, na última, ontem, eu, que sou novata em CPMI, fiquei um pouco assustada com o tumulto que se estabeleceu, a partir de um fato que sequer tinha sido dado ao conhecimento ainda. Não tínhamos lido nada. Até brinquei que iríamos ter que usar um colete à prova de bala, porque era um tiroteio tamanho. Alguém disse que era em cima do Relator, mas eu ponderei que bala perdida poderia acontecer por aí. Fiz uma brincadeira diante daquilo a que estávamos assistindo naquele momento. Hoje, percebo que está prevalecendo o bom senso. E o Senador Randolfe Rodrigues até usou um termo que considero até meio antiquado: bom-tom.

Sr. Relator, aí dando a minha contribuição a V. Exª em relação ao relatório, lendo-o ontem à noite – é lógico que vou precisar de muito mais tempo para lê-lo –, encontrei fatos muito recentes, frescos e novos, a partir do cruzamento que se fizeram de escutas telefônicas, de locais e de horário. Nós temos que levar em consideração, Deputado Domingos Sávio, que temos que realmente ler esse relatório para que possamos, Deputado Carlos Sampaio, tirar as nossas conclusões antes de estabelecermos esse juízo de valor que muitas vezes aponta na direção do Relator, deixando-o numa situação em que ele não merece, porque trabalhou, lutou para que se fizesse aqui a justiça que deve ser alcançada.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dr. Rosinha com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Congressistas, a cada reunião desta CPMI, eu tenho procurado me manifestar somente uma vez, não mais que uma vez. Ontem, fiz isso e hoje também espero fazê-lo só uma vez.

O que eu tenho visto aqui? Por causa do relatório apresentado ontem, a primeira coisa que fazem, pelo que eu tenho observado, alguns dos parlamentares é atacar o Relator, e não o relatório, até porque não leram o relatório. Se não leram, não têm o que falar. E uma parte, inclusive, se retira para ir ao Ministério Público levar aquilo que o relatório já está mandando para lá, que é todo o banco de dados. Portanto, concordo plenamente com o que foi dito antes: é muito mais para chamar a atenção da mídia e sair na imprensa dizendo que está se antecipando, fazendo aquilo que o relatório já fará.

A outra questão que observo é que, a todo instante, procura-se atacar o Relator por ele ser do Partido dos Trabalhadores, com afirmativas incorretas, inverídicas e, não vou usar a palavra que queria, mas dizem, por exemplo, que esse relatório foi feito pela Executiva do Partido dos Trabalhadores. Esse relatório foi feito pela assessoria desta CPMI. Todos tinham acesso a ela, foram requisitados na Polícia Federal, houve requerimento que se aprovou aqui quando fizeram a requisição desses assessores.

Se alguém aqui foi incompetente de não acompanhar o processo para analisar os documentos, não jogue a culpa no Relator. Essa incompetência houve em várias bancadas, porque toda bancada podia designar alguém para estar lá. Cada um de nós Parlamentares tinha o direito e a obrigação de designar

alguém. Se não o fez, não acuse o Relator agora de incompetência ou de parcialidade. Isso tem que ser dito também, porque dizem que, por mais de tantos dias, não se trabalhou. Não trabalhou aquele que não quis trabalhar, porque ou podia ele estar lá analisando os documentos ou seus assessores. Então, não julgue a sua incompetência colocando como culpado o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é preciso, às vezes, recapitular um pouco, para que a verdade cristalina prevaleça e junto com ela o respeito a todos os pares.

Em primeiro lugar, eu reitero o respeito que tenho, que sempre tive e pretendo continuar nutrindo pelo Relator, meu conterrâneo de Minas, Deputado Odair Cunha. Esse respeito, pretendo eu, se manterá inabalável, em que pese em frequentes situações discordarmos, do ponto de vista político, na análise e na ação política dos fatos que temos que enfrentar no dia a dia.

Quanto às críticas que ontem ocorreram aqui e que repercutiram, naturalmente, na imprensa, eu me incluo entre aqueles que se manifestaram demonstrando inconformismo com a condução desse relatório. Eu recapitulo, inclusive, a condição em que fiz essa crítica até para que o colega que acaba de se manifestar fazendo alusão de que um ou outro poderia não estar acompanhando ou exercendo de forma competente a sua missão ou com a assessoria que o fizesse. Eu fiz uma menção, e o fiz de forma respeitosa, ao Deputado Paulo Teixeira, demonstrando a minha surpresa, porque o relatório foi colocado na Internet na madrugada de ontem, algumas horas antes de chegarmos aqui. Provavelmente a maioria ou já estava repousando ou se preparava para isso e eu, inclusive, só tomei conhecimento de que ele estava na Internet quando cheguei aqui, o que é absolutamente natural e creio que também para a maioria dos colegas. Ainda que tivesse tomado conhecimento naquele segundo, naquele minuto, todos estão vendo que se trata de um relatório com milhares de páginas, impossível de ser lido e analisado em um dia, sequer em algumas poucas horas, pela madrugada. Quando aqui chegamos, o relatório estava sendo distribuído, ainda com o calor das gráficas, da máquina de impressão, e a poucos minutos do início da reunião.

E aí entram algumas constatações. Os veículos de comunicação, na noite de ontem, de antes de ontem, antes de estar na Internet, já davam conta de várias questões que seriam conteúdo do relatório. O Deputado Paulo Teixeira começa a fazer uma reflexão até o ponto de elogiar e reconhecer o mérito do Relator, sem nenhuma ressalva a ser feita, inclusive análise com a qual eu concordo, é uma tarefa árdua a que ele se expôs, porém, pode-se verificar nas notas taquigráficas que o Deputado Paulo começou a fazer análise e reflexão sobre o conteúdo do relatório, dizendo, por exemplo, que entendia como extremamente corajosa a decisão do Relator de incluir e indiciar determinadas pessoas. E até mencionou algo que me surpreendeu – e aí a razão da minha intervenção –, quando ele disse: "inclusive tendo a coragem de não indiciar ou de não representar contra alguns nomes". Ora, para que eu identifique que alguém não foi indiciado, eu preciso conhecer todo o conteúdo. Até para dizer que alguém foi, eu posso estar me baseando numa referência da imprensa. Mas para dizer: "Olha, fulano não está no relatório. Fulano não consta desse mundo de páginas", eu preciso conhecer o teor, eu preciso ter participado, de uma forma muito clara, da decisão. Posso até não ter escrito, mas tenho que ter participado da decisão.

É nesse sentido que nós nos levantamos, que nós nos manifestamos, dizendo que não é correto isso. Não é correto. O relatório, o Relator tem toda a prerrogativa. Agora, os demais membros do PT ou de qualquer partido fazem isso, e nós do PSDB vamos ficar sabendo aqui que estamos sendo acusados, que o jornalista tal está sendo acusado, que a Procuradoria Geral da República está sendo acusada. Nós vamos ficar sabendo aqui. Os outros participaram da estruturação. Isso não é correto. Isso é algo que precisa ser revisto. E é por isso que nós entendemos que esse relatório já nasce com esta marca terrível de não representar o sentimento desta Casa e muito menos do Congresso como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, para um esclarecimento rápido.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Não, apenas para dar dois esclarecimentos.

Primeiro, foi muito importante o Deputado Domingos Sávio falar, mas vou falar o motivo da minha reação e o conteúdo da minha fala. V. Exª disse que a imprensa sabia do relatório. Então, se V. Exª puder ler o jornal *O Globo* de ontem, o jornal *Folha de S.Paulo* de ontem, o jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem e o jornal *Valor* de ontem, V. Exª vai ver um resumo desse relatório nesses jornais. Portanto, eu me fiei naquele resumo dos jornais. Eu não li esse relatório. Eu, ao saber – inclusive não li até agora –, pela imprensa, de outras questões, eu também terei as minhas considerações ao relatório. Então, eu me sinto nas mesmas condições de V. Exª na relação com o relatório. Eu quero deixar claro esse tema.

As razões por que fui em defesa do Relator é que um dos Srs. parlamentares, não quero mencionar o nome aqui, antes de conhecer todo o relatório, já denominou aquele relatório como uma *pizza*. Então, eu fui em defesa da respeitabilidade do Relator. Até disse: "Olha, eu acho que é uma palavra que não caberia na maturidade desse Parlamentar que fala". Mas eu fui em defesa do Relator, porque eu não posso aceitar que ele tenha feito um trabalho tão longo e que haja essa consideração pelo seu trabalho antes de todos conhecê-lo, ainda que haja divergências.

Em terceiro lugar, eu queria reconsiderar, não reconsiderar, mas completar a fala que disse. Na minha opinião, o Poder Legislativo é o Poder maior, representa toda a sociedade, quem formula leis para todos cumprirem, o Executivo e o Judiciário. Segundo lugar, ele tem mais legitimidade popular. Agora, a Constituição brasileira dá legitimidade ao Executivo e ao Judiciário. E, o Judiciário, o meio de acesso é o mérito. Então, esse é o meio da sua legitimidade, e a legitimidade constitucional. Portanto, vivemos em um sistema de tripartição de poderes, equilíbrio entre eles e de um princípio constitucional que diz que ninguém pode afastar do exame judicial qualquer violação a direito. Agora, o que estou requerendo, apelando é para que qualquer diálogo com Ministério Público – é legítimo que se faça – seja feito ao final dessa discussão aqui. É só esse o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na linha do diálogo com os pares, aqui, na Comissão, esclareço que o que estamos fazendo aqui é evidentemente aquilo que nos propusemos a fazer ontem, ou seja, dialogar muito porque entendo que o parecer que fizemos é do Relator, é meu. O relatório será da Comissão. Vou continuar perseguindo aqui o objetivo de fazer um relatório que espelhe o pensamento da maioria da Comissão. É por isso que estou pedindo o adiamento da leitura, ou seja, para ganhar mais prazo. Se eu lesse hoje, segundo o prazo de cinco sessões, teríamos que votá-lo na próxima semana. Como eu acho que não temos que usar a próxima semana para continuar dialogando sobre o meu parecer – não quero e não jogarei fora o que escrevi; quero é dialogar com os membros da Comissão – é que estou propondo que façamos a leitura, para cumprir a formalidade na medida em que, de fato, todos já têm acesso ao conteúdo escrito.

Então, para continuar perseguindo o objetivo de dialogar com os membros da Comissão, quero dialogar. Se me permite aqui uma confidência, Deputado Domingos, ontem, por volta de 11h30m, meia-noite, estávamos na casa de um parlamentar amigo, mineiro, o Deputado Domingos Sávio e eu, conversando sobre o conteúdo. Não chegamos a um consenso, mas estávamos conversando. Quero continuar perseguindo esse objetivo e exatamente por isso quero, regimentalmente – não estou inventando, é regimental, o relator tem essa prerrogativa – dialogar. É uma prerrogativa, precisamos usar. Vou usar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Prerrogativa que respeitamos. A busca do entendimento é boa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É por isso, Sr. Presidente, que peço que a leitura seja feita na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para a próxima quarta-feira, às 10h15m.

Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 13 de novembro de 2012, às quatorze horas e trinta e dois minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual da Senadora **Lídice da Mata (PSB/BA)**, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos(as) Senadores(as): **Humberto Costa (PT/PE); Vital do Rêgo (PMDB); Paulo Davim (PV); Cícero Lucena (PSDB/PB) e Inácio Arruda (PCdoB/CE)**. Na Reunião foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo e Senador Cícero Lucena, respectivamente, sendo designado Relator, o Senador Humberto Costa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSDB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Temporária Externa "Transposição do Rio São Francisco", criada pelo Requerimento do Senado nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os fatos, atos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas no Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como a Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação. *(Pausa.)*

ATA DA 35ª REUNIÃO

PUBLICADA NO "SUPLEMENTO B" AO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.....PÁGINA 4.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES "VEGAS" E "MONTE CARLO", DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 35ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 35ª Reunião realizada em 28 de novembro de 2012, às 11 horas e 06 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM/MT), Àlvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Wellington Dias (PT-PI) e Cyro Miranda (PSDB-GO) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Felipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Jorge Viana (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Paulo Davim (PV-RN), Vicentinho Alves (PR-TO) e Marco Antônio Costa (PSD-TO) **e o Deputado:** Candido Vaccarezza (PT-SP). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO); e Deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Anthony Garotinho (PR-RJ). Na oportunidade o Relator, Deputado Odair Cunha, comunicou a retirada dos itens VI e VII de seu relatório e, a seguir, proferiu a leitura sucinta de seu Relatório por meio de um Sumário Executivo. Após a leitura foi concedida vista coletiva até as 10h:15min do dia 5 de dezembro de 2012, quando também se encerra o prazo de encaminhamento dos eventuais votos em separado e sugestões de alteração do relatório, devidamente assinados pelos seus autores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São 11h03min.

Peço desculpas a V. Exªs pelo atraso necessário para que possamos iniciar a nossa reunião.

Peço aos senhores que tomem os seus lugares.

Peço aos profissionais da imprensa que ocupem os seus pequenos espaços para desenvolver de forma efetiva o seu trabalho.

Esperamos o Relator, que já está se dirigindo para cá.*(Pausa)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à leitura do relatório da lavra do nobre Deputado Odair Cunha, a quem concedo a palavra.

Faço um esclarecimento a V. Exªs, a todos os profissionais e a toda a audiência, de que, ao longo das últimas reuniões, estamos nos preparando para a leitura do relatório, para a apresentação na forma regimental do relatório do Deputado Odair Cunha.

Agora há pouco, por iniciativa desta Presidência, convoquei os Líderes e todos os presentes, Deputados e Senadores, para uma reunião em que, com a participação de V. Exªs, definiríamos um rito de procedimento desta reunião. E estabelecemos que o rito de procedimento desta reunião deveria seguir desta maneira. Vou passar a palavra, agora, ao Sr. Relator, para que apresente, na forma como assim o desejar, o seu relatório, e V. Exªs, dentro do prazo de vista, apresentarão as sugestões para a modificação ou não do relatório.

Essas modificações virão como propostas de V. Exªs, que serão acatadas pelo Relator, ou não. Se essas propostas forem acatadas pelo Relator, ele haverá de incluí-las no seu relatório. Se elas não forem acatadas pelo Relator, ele as devolverá para a manifestação democrática do Plenário. Foi assim o rito de procedimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, permita-me só um questionamento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –...para ficar claríssimos para todos os membros desta CPI e para todos que estão assistindo a esta reunião. Serão acatadas ou rejeitadas pelo Relator propostas de exclusão do relatório ou de inclusão no relatório. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São propostas. Não são destaques, porque são propostas de inclusão ou exclusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Propostas de forma geral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Completando o questionamento, Excelência, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Relator apresenta o seu parecer, se acata ou rejeita a proposta que sairá do Plenário, e é submetido ao voto do Plenário. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É esse o procedimento?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Independente da posição e esse rito, que não venha a ser sumário em detrimento do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em detrimento do voto...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exatamente, porque eu pretendo apresentar meu voto em separado, independente do rito que vá...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – (*Fora do microfone)* –...indica o voto em separado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É outra fase do processo. Independente do voto em separado de S. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, Deputado Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Também é um questionamento acerca do rito. Há uma dúvida muito grande se a votação se dará apenas no relatório unificado ou se destaques de tópicos ou de capítulos serão permitidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª apresenta sugestões. Não há destaques. V. Exª apresentará sugestões para apreciação do Relator.

Eu vou passar a palavra ao Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem rápida, para evitar dúvidas posteriores.

Primeiramente, essa mais dirigida ao Relator.

Se o Relator pretende alterar este relatório, certamente não o faria depois da leitura, mas antes. Se há essa intenção da parte do Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, de alterar esse relatório, seria conveniente adiar a reunião de leitura do relatório.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, quero manifestar-me aqui também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E a outra questão diz respeito às propostas de inclusão ou exclusão. A que tempo os Srs. Senadores e Deputados terão conhecimento dessas propostas? Apenas no momento da deliberação? Ou teremos um tempo suficiente para análise dessas propostas de inclusão ou exclusão? Não podemos ser apanhados de surpresa, no momento da deliberação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira. Depois, com a palavra o Sr. Relator, conforme estabelecido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª praticamente resolve a contradita, porque penso que as questões de ordem se tornam relevantes em qualquer momento da discussão, desde que se conheça o que será discutido.

Sei que, se dermos a palavra ao Relator, penso que estaremos perdendo um tempo precioso, por um lado, e ganhando, por outro, porque é sempre bom ouvirmos o companheiro; mas vamos deixar o Relator falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator para a apresentação do seu trabalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e os demais Pares, tenho disposição de ler o relatório. Na verdade, estou fazendo aqui uma apresentação de todas as partes do nosso relatório. O meu posicionamento sobre questões específicas, importantes porém não essenciais do nosso relatório já é público, na medida em que falei para a imprensa e para um conjunto de Parlamentares em reunião e pessoalmente.

O que estamos fazendo, neste momento, não é simplesmente a leitura do relatório. De alguma maneira, quando eu o apresentei, apesar de não o ter lido, o debate já se instaurou entre nós, na imprensa e nos espaços devidos.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer aqui algo importante. Do ponto de vista regimental, tenho a disposição de retirar as partes VI e VII do nosso relatório.

Contudo, isso é provocado por um conjunto de Parlamentares, aqui, sobre a conveniência ou não, sobre a oportunidade ou não, do debate de que estamos tratando nas partes VI e VII do relatório, sobre o qual quero consolidar a apresentação aqui nessa data.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seja mais específico. Quais são as partes VI e VII?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Rubens, se V. Exª puder esperar. Contudo, é o tema que trata dos jornalistas e do Procurador-Geral da República.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim. E a parte VII?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É sobre o Procurador. Tenho essa disposição, Sr. Presidente. Isso já foi dito e já foi manifestado. Contudo, quero dizer o seguinte: a submissão das sugestões que eu venha a receber ou não ao Plenário para além desses dois temas dependerá da análise do Relator.

Se depender da análise do Relator, eu aceito esse acordo de procedimento. Se não depender da análise do Relator, ou seja, de qualquer forma, partes ou sugestões não aceitas pelo Relator não serão submetidas, ou necessariamente serão submetidas, eu estou dizendo aqui, de antemão, que não aceito o acordo de procedimento, porque quero dizer que quem discordar do meu relatório, retiradas essas duas partes, terá de votar contra todo o relatório.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – V. Exª está invocando para si mesmo a condição de ditador do relatório?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não. É o Regimento.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Não é o Regimento não, Senador. Não vai passar pelo Plenário. O que é isso?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É uma questão de Regimento.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Virou ditador agora. Que conversa é essa? Relator, onde é que o senhor está com a cabeça?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu peço um aparte ao Relator para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há acordo de procedimento.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Então não tem acordo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou dizendo que eu não aceito o acordo de procedimento, Sr. Presidente. Porque acordo é acordo, regimento é regimento. De parecer, de relatório de CPI não há destaque.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – V. Exª quer apresentar o relatório e não quer que o Plenário discuta o relatório?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu tenho disposição de retirar a parte V e a parte VI, que dizem respeito a jornalistas e que dizem respeito à análise da conduta do Procurador-Geral da República. Eu tenho disposição de retirar. Contudo, não há acordo de procedimento. Essa é a questão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Relator? Para concordar com V. Exª.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque eu posso sim...

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E disposição de politizar V. Exª mantém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa é a opinião política de V. Exª.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – E disposição de não investigar a Delta V. Exª mantém.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa é a opinião política de V. Exª.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Que conversa é essa?!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ordenar os trabalhos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator se manifestou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, em relação à manifestação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Alvaro, um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quero concordar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me ordenar os trabalhos, por favor.

Vou ordenar agora os trabalhos.

O Relator se manifestou. Vou agora ordenar os trabalhos, na minha condição de Presidente desta reunião.

O Relator se manifestou.

Sobre o rito desta reunião, nós já havíamos decidido. O Relator vai proceder à leitura do seu sumário.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu entendo. Inclusive, eu quero alcançar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, com a devida vênia, eu estou aqui na condição de Líder do PSDB. Peço vênia a V. Exª. Não foi isso o acordado. V. Exª me permite dizer, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou entender V. Exª. Só um minuto.

O Relator coloca a posição...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Partes VI e VII, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Partes VI e VII.

De exclusão das partes VI e VII. E quer apresentar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, precisa ficar claro isso. É sobre isso que quero questionar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, por favor.

E quer apresentar seu relatório.

É um direito que assiste ao Sr. Relator, no uso das suas prerrogativas, que é apresentar seu relatório.

A manifestação de destaques, na forma regimental, é impossível.

O que nós estamos provocando – e aí foi o motivo do nosso encontro – no rito de procedimento, e atende a V. Exª, por isso que pedi vênia a V. Exª para manifestação desta Presidência, é que, ao invés dos destaques, haveria um espaço, dentro do limite da vista – dentro do limite da vista – permitido, que são os 5 dias, para que as Bancadas sugerissem ao Sr. Relator modificações no texto produzido. O Sr. Relator iria aceitá-las ou não. E se não as aceitasse, haveria a manifestação do Plenário pelo voto. Isso foi o que nós produzimos na reunião.

O Relator agora...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está inovando e não aceita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator não participou da reunião. O Relator tem todo o direito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Inovando a nossa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... porque não participou...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Inovando a nossa conversa, Sr. Presidente. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator tem todo o direito porque não participou da nossa reunião de procedimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator não estava presente. Nós criamos um procedimento para esta reunião, na medida em que o Relator entende que, no seu relatório, com a supressão dos capítulos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – VI e VII.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... VI e VII, ele já atende à maioria das manifestações da Comissão de rejeição ao seu trabalho, localizadas. Então, essa posição do Relator, contrariando o rito de procedimento acordado, é absolutamente respeitada, porque ele não participou da produção desse entendimento.

Por conseguinte, ele terá todo o direito de ler o seu relatório, apresentar o seu relatório da forma como melhor lhe aprouver, e o Plenário terá todo direito de se manifestar e votar o relatório da forma como melhor lhe aprouver. E me será dado o direito de coordenar esses trabalhos da forma como eu tenho feito.

Então, peço aos senhores, por favor, que mantenham a disciplina para que nós terminemos o nosso ofício.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho de fazer uma indagação. Senão, é melhor eu me retirar da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Seja rápido, objetivo, conciso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como sempre, Sr. Presidente.

O relator tem razão quando exige o respeito ao Regimento. Acima do Regimento nada. Acordo de procedimento algum pode prevalecer, quando se invoca o Regimento. Concordo, portanto, com o Relator. Cumpra-se o Regimento.

Em relação às partes VI e VII, o que precisa ficar claro é se o retirar já as está retirando, ao fazer a leitura do seu relatório, ou se as está mantendo. Isso tem de ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele já retirou, ele já retirou.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já retirou? Então, ele está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quero ouvir dele se ele já retirou, porque, se não retirou, nós teremos de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se ele retirou, ele pode fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator. Com a palavra o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, Art. 131. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se ele vai retirar ainda e não o fez...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, questão de ordem. Art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um momento.

Com a palavra o Relator, para encerrarmos essa seção das partes VI e VII. Eu quero resolver. Só um momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Garantido o Regimento, eu retiro as partes VI e VII do relatório a ser lido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito bem. Ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Isso é assunto vencido.

Assunto seguinte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Relator retirou e não se volta mais a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há mais esse assunto. Está retirado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não se delibera mais sobre isso?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Regimento está garantido! O Regimento está garantido. Absolutamente garantido. O Regimento está absolutamente garantido. Assunto seguinte. Isso é matéria vencida.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu havia feito uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Randolfe tinha uma questão de ordem.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu havia feito, Sr. Presidente, uma questão de ordem, e V. Exª me pediu para aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro, o Senador Randolfe; depois, V. Exª.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Art. 131 do Regimento Comum, combinado com o art. 132 do Regimento Interno do Senado: "[...] lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator." Então, estamos falando do Regimento. O Regimento fala em "lido o relatório", não "lido o sumário executivo". Portanto, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É matéria vencida, Senador Randolfe. É apresentação do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª pode recorrer ao Plenário.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, Art. 13.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para o esclarecimento a este Plenário e, particularmente, a este Parlamentar que vos fala. Foi dito por V. Exª, numa tentativa de construção de um procedimento de rito – eu repito, com a participação de quase todos os Partidos políticos, à exceção do PT, Partido do Relator –, de forma textual, clara e inequívoca, Sr. Presidente: "Nós faremos. Se houver interesse do Relator, o Relator fará a supressão do texto que lhe aprouver", e nós, inclusive, reservamo-nos o direito de não concordar. Daí, V. Exª continuou: "Porém, em seguida, feitas as sugestões, seguindo um rito costumeiro das CPIs, faremos a votação daqueles itens em que o Relator não aceitou a sugestão." Ou seja, os ritos comuns são de um destaque permitido, de um destaque concebido por uma questão de organização dos trabalhos. V. Exª reconheceu isso na sala e nos disse que seria assim, e o Relator e diz: "Não aceito, não aceito!", contrariando a conversa que houve sobre rito de quase a totalidade dos Partidos.

Digo isso, Sr. Presidente, para deixar claro porque quando o Deputado Vaz de Lima fala em comportamento ditatorial, desconsiderando o Colégio que compõe esta CPI... Não é possível, Sr. Presidente! V. Exª tenta um acordo de procedimento, vai àquela sala e diz que é um procedimento natural o destaque nas últimas CPIs, e ele, mais uma vez, contrariando a lógica das CPIs, quer impor o seu rito. É nesse aspecto que estou dizendo, Sr. Presidente, que há uma intransigência absurda e que esse relatório, ao meu sentir, torna-se incorrigível pelo procedimento do Relator. O Relator está adotando procedimentos diversos, em momentos distintos, atendendo a A ou a B, buscando uma orientação partidária. Ficamos aqui aguardando por 1hora e 10 minutos o Relator, enquanto o Relator se reunia com o seu Partido.

É o registro que eu tinha de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feito o registro.

Com a palavra o Relator para apresentação do seu relatório, por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o Poder Legislativo possui duas funções típicas: legislar e fiscalizar a atuação dos Poderes da República. Desde sua criação, na Inglaterra do século XVII, as comissões parlamentares de inquérito representam o principal instrumento de fiscalização das Casas Legislativas.

No Brasil, as CPIs possuem assento constitucional desde a Carta Magna de 1934. Segundo o art. 58, §3º, da Constituição Federal de 1988, a função essencial das CPIs é a de investigar fatos determinados, durante um prazo igualmente determinado.

Regra geral, esses fatos determinados que servem de motivação às CPIs são aqueles que geram algum grau de clamor popular. Assim, a população espera, de forma inteiramente legítima, que as Comissões Parlamentares de Inquérito revelem a inteira verdade relativa aos fatos que motivaram sua existência. Pelo mesmo motivo, a população também tem a expectativa de que as CPIs comportem-se de forma republicana, e que a busca da verdade seja feita de modo a não proteger nem perseguir ninguém.

Pois bem, a CPMI da qual tenho a honra de ser o Relator foi criada pelo Requerimento nº 01, de 2012, para investigar, no prazo de 180 dias, práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, e agentes públicos e privados, desvendadas pelas operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, nos termos que especifica. O prazo final, que antes era 4 de novembro, foi prorrogado para 22 de dezembro. O fato e o prazo, portanto, estão determinados no próprio requerimento de criação da presente CPMI.

Quero pedir inclusive, Sr. Presidente, que a nossa assessoria possa...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Uma questão de ordem ao Relator. Eu gostaria da sua orientação para acompanhar sua leitura. Em que página, em que anexo...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou pedindo à assessoria que distribua essa apresentação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ou seja, nós não dispomos da apresentação e o senhor não vai fazer referência a nenhuma linha do relatório propriamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É a apresentação do nosso relatório escrito...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu me reservo o direito de fazer o questionamento de ordem na sequência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... das partes VI e VII do relatório.

Para cumprir tão complexa missão... Peço, Sr. Presidente, que a Secretaria pegue com a nossa assessoria o texto e distribua, inclusive para que todos tenham acesso a esta apresentação sintética de todo o texto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu acho até dispensável, porque eu estou ouvindo bem daqui.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para cumprir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Regimento está sendo rasgado, no meu entendimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Para cumprir tão complexa missão, esta Relatoria constituiu uma equipe técnica composta por delegados da Polícia Federal, funcionários do Banco Central do Brasil, da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, bem como de funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essa equipe trabalhou exaustivamente, inclusive nos finais de semana, na montanha de dados já disponibilizada pelo excelente trabalho investigativo da Polícia Federal e pela quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos exigida pela própria CPMI.

O trabalho consubstanciado no relatório entregue no último dia 20, e que ora apresento, é fruto, portanto, da análise técnica dessa equipe e das convicções pessoais e conclusões deste Relator.

É bom dizer, Presidente, que tudo que nós incluímos no nosso relatório foi fruto de uma reflexão séria, profunda de todo o material que nós recebemos da Polícia Federal e da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico que nós recebemos ao longo dos meses nesta CPMI.

O foco central deste relatório foi desvendar a intrincada e complexa rede de conexões financeiras e políticas que envolvem a organização criminosa chefiada pelo Sr. Carlos Cachoeira. Isso porque, como todos sabemos, as operações Vegas e Monte Carlo tiveram como foco a atuação de Cachoeira como comandante de uma organização criminosa ligada à jogatina...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, se me permite. Art. 33.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...mas, até por restrições legais, a Policia Federal...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não é pela ordem; é uma questão de ordem, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Questão de ordem com orador na tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Carlos, o orador está na tribuna.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem com o orador falando porque é uma questão regimental. Eu não conheço nenhum precedente em que se leia algo a que nós não temos sequer acesso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele está apresentando o trabalho dele.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E vai ter vista de cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele está apresentando o trabalho dele e vai ter uma vista de cinco dias. Por favor, Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu peço vênia ao Deputado Miro Teixeira para fazer uma ponderação. Ele é um regimentalista e eu o respeito como tal. Eu nunca vi a leitura de um relatório que nós não temos cópia sequer para acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É inacreditável.

(Faz soar a campainha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Você está reclamando por falta de cópia do relatório!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continue, por favor. Por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não tem cabimento!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, por favor, Deputado Carlos Sampaio. Por favor, Deputado Carlos Sampaio!

Continue.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu vou ler.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Esse é um direito que me assiste. Eu não posso acompanhar a leitura do relatório, Sr. Presidente. Ele não pode fazer a leitura unipessoal. Eu quero acompanhar essa leitura, Sr. Presidente! Está errado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que eu estou, Presidente, a fazer neste momento é a apresentação...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Está errado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já vou...Só um minuto, por favor.

(Faz soar a campainha.)

Eu suspendo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não confunda o direito de vista. Não confunda!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Calma! Eu suspendo...Eu suspendo...Eu suspendo esta reunião até o momento em que este sumário seja entregue a todos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E vou continuar com a leitura desta página em diante.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E com a minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à Secretaria para imediatamente reproduzir este sumário.

(A reunião foi suspensa por 10 minutos e reaberta.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, continua a leitura de V.Exª, Sr. relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, peço ao pessoal da assessoria que distribua aqui.

O que estou a dizer é que Carlos Cachoeira, bicheiro e chefe da jogatina...

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma questão de ordem, por favor; é uma questão de ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pode distribuir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Espere a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Espere.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Olha, Presidente, o nobre relator cometeu um equívoco regimental. Ele não teve o dolo, não teve a intenção, mas foi um equívoco regimental. Esse relatório não pode ser lido hoje e eu vou provar regimentalmente a V.Exª.

Nós temos aqui cinco pacotes desse, que era o relatório anterior. Na medida em que o competente relator suprimiu, de forma clara, honesta, decente, correta suprimiu os jornalistas e suprimiu o Gurgel, ele fez, a rigor, uma emenda supressiva. Então, ele teria que apresentar para nós aqui, segundo o art. 33 do Regimento, um novo relatório. Ele não pode ler hoje. E mais que isso: ele teria que dar 24 horas para que nós tomássemos conhecimento do novo relatório. Regimentalmente – pode consultar os treinadores aí, Presidente, que eu estou falando a verdade – não pode! Se V.Exª insistir, V.Exª está equivocado. E V.Exª sempre foi a cara da conciliação. Olhe para V.Exª, se não tem cara de conciliador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V.Exª concluiu a questão de ordem?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Concluí. A questão de ordem é essa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Concluiu?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Concluí. Ele não pode ler.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V.Exª tem uma questão de ordem?

O SR CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senhor Presidente, por mais que se queira dar interpretação diversa dizendo que supressão não se confunde com destaque, não se confunde com outros mecanismos, a verdade é que o Relator apresentou para nós este relatório e hoje está dizendo: estou tirando isto e o relatório é idêntico. Ele apresentou para todos nós e escreveu aqui que o Sr. Policarpo integrava o braço midiático da organização criminosa, Sr. Presidente. Palavras do Relator, que diz que fez um relatório conciso, objetivo e estudado. O Sr. Policarpo fazia parte do braço midiático da organização criminosa; suprime dois volumes e diz que não houve alteração substancial e que ele vai ler? É evidente o desrespeito ao art. 33 e a leitura não pode ser feita hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – V.Exª concluiu?

O SR CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concluo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, posso contraditar a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem dos senhores ínclitos Deputados Sílvio Costa e Carlos Sampaio, o não menos ínclito Deputado Miro Teixeira; e também o Sr. Deputado Rosinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, estou vendo aqui uma situação que mudou inteiramente o cenário da Comissão. Porque antes havia quase que um coro uníssono para retirar o Procurador da República e os jornalistas de um modo geral, inclusive o Policarpo. E eu tinha uma intuição de que isso aí podia estar servindo quase como uma cortina de fumaça – essas posturas políticas aqui – para evitar outras discussões. E agora eu estou começando a achar que era mesmo. Porque o relator, do meu ponto de vista, acabou com a cortina de fumaça.

Agora, todo mundo vai ter que se manifestar sobre os outros pontos do relatório: a Delta, o Cavendish, o Marconi Perillo, todos os outros pontos do relatório, que são o foco desta CPI.

Eu penso, Sr. Presidente, que o Regimento nos socorre. Eu não imagino que alguém precise de cópia do parecer do relator, as imagens falam por si mesmas. Aqui está o parecer do relator. Por uma gentileza, ele não está lendo desde o volume I aqui, até porque receberia um requerimento para interromper – por favor, pelo amor de Deus – essa leitura. Ele está fazendo uma síntese. V.Exª foi além do dever. Suspendeu a sessão para distribuição.

Eu estava ouvindo perfeitamente daqui uma síntese desses volumes que eu recebi há dias e ainda terei mais cinco dias para examinar, tanto esses volumes como a síntese, celebrando, sim, que, antes da leitura, o Relator tenha acabado com isso que estou vendo agora e que poderia ser usado – ou estava até – como cortina de fumaça. Não por ele; ele estava sendo vítima disso. Agora ele tem o relatório, que está no foco dos assuntos da CPI e cuja aprovação eu vou defender deste microfone.

O que peço a V. Exª é que me assegure o direito, que é subjetivo, mas é objetivo também, do exercício do meu mandato. Eu quero ouvir o Relator na sequência do que manda o Regimento.

Claro que o Deputado Rosinha já pediu para contraditar. Eu acho que não é porque eu já falei, não. Eu só vi que V. Exª tinha pedido depois que havia deferido a palavra a mim. Bastaria um, porque nós temos de ler logo esse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rosinha.

Seja breve, por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Eu serei bastante breve.

O relatório não foi lido, foi dado conhecimento, publicado como manda o Regimento Interno, e o Relator está lendo um resumo do relatório – porque todos nós o pediríamos para interromper -, que já está sobre a mesa. Tem de ser um resumo para expor. E esse resumo do relatório, antes da leitura,demonstrou a vontade do Relator de suprimir parte do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Nada o impede agora de na leitura até dizer que vai ler essa parte e, em seguida, dizer: "Como todos já conhecem, a princípio eu a excluo do relatório". Mas ele o leu por inteiro, e a publicação *a posteriori,* se necessária, já será feita com a exclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

A Presidência indefere a questão de ordem dos Srs. Deputados e determina a distribuição...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, eu tenho o direito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, permita que a Presidência se manifeste.

A Presidência indefere a questão de ordem dos Srs. Deputados, determina, como fez antes da suspensão, a distribuição desse sumário executivo aos Srs. Parlamentares para o acompanhamento da leitura do Sr. Relator e passa a palavra ao Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, Presidente. Por favor. Eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Agora não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora não, agora não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu quero apenas dizer que aqui é uma apresentação do relatório.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Odair, espere aí.

Eu não vou aceitar esse tipo de ilação do Deputado Miro Teixeira. É meu amigo... Não! Eu tenho o direito da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma! Eu quero falar pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou permitir a V. Exª.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu e o Deputado Carlos Sampaio, de forma regimental e educada, questionamos o Regimento. O Deputado Miro Teixeira *a la* Joaquim Barbosa levanta, como sempre, e...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Conclua, não atrapalhe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Faz uma ilação aqui, que não aceito, dizendo que o Gurgel e o Policarpo seriam uma cortina de fumaça para a gente usar para derrotar o relatório. Eu não aceito isso, Deputado Miro. Respeito V. Exª. Elogiei o fato de terem retirado os jornalistas, agora não posso concordar que Joaquim Barbosa incrimine José Dirceu em quatro crimes e ele bote sete crimes para Perillo. Eu não posso concordar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Esse é o debate do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Relator, continue a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso inclusive mostra que o Deputado Sílvio Costa já leu o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Relator, continue sua leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que estou a dizer é que o Carlos Cachoeira, bicheiro e o chefe da jogatina, foi desvelado pela Polícia Federal. As operações Vegas e Monte Carlo reuniram grande banco de dados, especialmente de áudios que mostraram a conexão de Cachoeira com empresas privadas e com agentes públicos, mas esses dados não haviam sido analisados anteriormente à instauração desta Comissão Parlamentar.

Para fazer essa análise, além dos áudios coletados pela Polícia Federal, com autorização judicial, esta CPMI se valeu de outro importante meio de prova, qual seja a quebra de 92 sigilos bancários, 91 sigilos fiscais, 89 sigilos telefônicos de pessoas físicas e jurídicas.

A Comissão reuniu informações que somam mais de R$84 bilhões em movimentações financeiras. Essas informações nos permitiram identificar 117 empresas suspeitas, muitas das quais usadas apenas e tão somente para realizar lavagem e ocultação de valores. Essas empresas atuam como típicas lavanderias, que asseguraram a manutenção financeira da organização criminosa chefiada por Carlos Cachoeira. Permitiu ainda identificar mais de 1.300 pessoas físicas que receberam recursos dessas empresas fantasmas.

Quero reiterar, portanto, que as mais de 5.300 páginas do relatório que ora submeto à Comissão teve um foco bastante específico, que foram as relações do Sr. Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados. Mas, além disso, o relatório não deixa para trás informações que, de alguma maneira, tangenciaram esta CPMI. Analisamos e discorremos sobre todos os fatos e pessoas que por algum motivo apareceram durante as investigações, mesmo que a conclusão seja pelo não indiciamento ou pelo encaminhamento a outros órgãos para providências da alçada de cada um deles. Não houve omissões.

Gostaria de enfatizar que o foco é uma exigência *sine qua non* de qualquer inquérito. Esse é o princípio universal que se aplica até mesmo às pesquisas científicas. Nesses casos impõe-se uma rígida demarcação do objeto a ser investigado, uma construção intelectual que direcione a análise e que torne convergentes as hipóteses sobre o assunto.

Uma pesquisa exitosa começa focando de maneira precisa em seu objeto. Na mesma lógica e metodologia que se aplica aos inquéritos de natureza policial e aos inquéritos parlamentares, por meio de métodos dedutivos e indutivos, busca-se, nas investigações criminais, o esclarecimento de delitos específicos delimitados no tempo e no espaço. Esses inquéritos e investigações têm prazos e precisam ser concluídos com a máxima celeridade para que os recursos humanos e materiais sejam alocados em novos inquéritos.

Nessa toada, o art. 58, § 3º da Constituição Federal, estabelece que as comissões parlamentares de inquérito são constituídas para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Ao estabelecer a circunscrição das CPIs ao fato determinado e ao prazo certo, a Constituição buscou evitar que o inquérito sirva apenas aos desejos políticos imediatos da oposição ou da base governista. Deixadas ao sabor desses desejos, as CPIs poderiam ter o brilho feérico de palcos eleitorais, mas não iluminariam nada relativo a fatos concretos.

Evidentemente, as CPIs podem ocupar-se de fatos conexos ao fato determinado no requerimento de criação, como já reiterou o Supremo Tribunal Federal. Por essa razão, conquanto o foco central seja a atuação do Sr. Carlos Cachoeira, este relatório não fez vistas grossas a outros eventos suspeitos que poderiam ensejar novas investigações, especificamente em relação à empresa Delta, por exemplo, além da sociedade oculta com Carlos Cachoeira.

"Mediatizada" pela atuação do diretor regional do Centro Oeste, esta Comissão identificou que a empresa promoveu centenas de transações suspeitas, muitas das quais com o grupo empresarial do Sr. Adir Assad, composto por 19 empresas, em sua maioria com forte indício de serem fantasmas.

Este relatório não apenas analisou esse fato como também propõe a transferência dos sigilos bancário e fiscal pertinentes ao Ministério Público e à Polícia Federal, com expressa recomendação para que prossigam as investigações e promovam a responsabilização dos envolvidos em eventuais crimes. Já se disse que justiça tardia transforma-se em injustiça.

Especificamente no que tange às organizações criminosas, este princípio é ainda mais importante, uma vez que enquanto não forem desvendadas e interditadas, elas seguem perpetrando ilícitos civis e penais, especificamente a corrupção de agentes públicos.

A conclusão do presente relatório, com a remessa de provas e cruzamentos feitos pela CPMI ao Ministério Público e à Polícia Federal, visa reforçar as provas, os processos já em curso, além de suscitar novas investigações.

Sabe-se bem que CPIs provocam paixões de toda sorte. Ao contrário das investigações feitas pelos demais órgãos de controle, os inquéritos legislativos são feitos sob intenso escrutínio público e sob pressão legítima dos diferentes grupos políticos presentes no Congresso Nacional.

Assim sendo, as CPIs têm uma inelutável natureza dual. Há, em primeiro lugar, o inevitável debate político mediático que elas suscitam. Tal debate, além de inaceitável, é legítimo. Ademais, este debate e o grande trabalho da imprensa se constituem em imprescindíveis aliados de toda investigação parlamentar. Contudo, este debate, como qualquer outro, comporta inúmeras versões.

Portanto, me parece evidente que as CPIs não podem ficar circunscritas a essa discussão. Por isso, é necessário que esses inquéritos legislativos realizem a sua função precípua de investigar, esclarecer, separar as versões dos fatos, evidenciar a verdade e denunciar a mentira. Essa é a razão de ser de toda CPI. Não fosse esse trabalho, as CPIs seriam apenas palco improvisado de debates político-eleitorais.

Pois bem, na condição de Relator, minha função tem obviamente de se concentrar nessa tarefa árdua e discreta de investigar, de denunciar as incongruências de versões inconsistentes, de procurar os fatos em meio à teia de hipóteses, de lançar a luz da verdade naquele debate muitas vezes confuso.

Essa tarefa que neste momento divido com os ilustres membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mais do que isso, não podemos analisar a atuação das CPIs de forma seccionada do trabalho dos demais órgãos, instituições encarregadas da administração da Justiça. Esses trabalhos se retroalimentam.

As Operações Vegas e Monte Carlo forneceram elementos e provas para esta Comissão. Este relatório e provas produzidas por esta CPMI contribuirão, Sr. Presidente, com o trabalho dessas operações e poderão suscitar muitas outras novas investigações. Essas novas investigações, por suas vezes, poderão suscitar novos inquéritos, inclusive parlamentares. Como numa prova de revezamento, esta instituição deve contribuir com o trabalho das outras, de modo a atingir o objetivo central de combater as organizações criminosas e a dilapidação do patrimônio público, tudo a fim de se preservar a República.

Assim, essa cooperação republicana entre os distintos Poderes não desmerece o Legislativo, pelo contrário, o engrandece.

Estamos certos de que, ao encaminhar ao Ministério Público e à Polícia Federal o presente relatório acompanhado do maior banco de dados fiscais e bancários já compartilhado pelo Congresso Nacional – ressalto mais uma vez que são mais de 84 bilhões em movimentações financeiras –, esta Comissão estará dando uma grande e célere contribuição para o fim da impunidade no nosso País. Como se disse, o foco central desse relatório foi o de desvendar a organização criminosa liderada pelo Sr. Carlos Cachoeira, o *modus operandi* do grupo criminoso, as relações com agentes públicos e políticos, suas fontes de financiamento,

relações empresariais, enfim, todo organograma e o funcionamento dessa complexa estrutura criminosa foram minuciosamente delineados em nosso trabalho.

As 5.300 páginas deste Relatório Final desta CPMI estão divididas agora em seis partes. A Parte I é uma descrição formal da atuação desta CPMI com suas diligências, audiências e documentos recebidos e expedidos, bem como as provas produzidas; a Parte II procura traçar os aspectos gerais da organização criminosa chefiada por Carlos Cachoeira, com foco para sua associação com as empresas de construção civil, especialmente a Delta; a Parte III é dedicada ao financiamento da organização criminosa, onde procuramos analisar os sigilos bancários e fiscais das pessoas físicas e jurídicas investigadas por esta Comissão; as Partes IV e V indicam as vinculações entre o grupo investigado e integrantes de diferentes níveis do Estado Federado brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como nas três esferas do Poder, Executivo, Legislativo e Judiciário, demonstrando a ampla teia de relacionamentos da organização de Carlos Cachoeira e também as implicações com agentes privados; as Partes VI e VII, que discorrem sobre as relações da organização criminosa com pessoas ligadas a veículos de comunicação e com a atuação do Procurador-Geral da República nas Operações Vegas, são retiradas do relatório pelos motivos já expostos, que, em resumo, significam a ponderação deste Relator após ouvidos os membros desta Comissão em busca da apresentação de um relatório que represente o pensamento médio do colegiado e que viabilize a aprovação deste importante trabalho; e, por derradeiro, na Parte VIII, que agora passa a ser a Parte VI, dividimos responsabilidades e fazemos propostas e sugestões de aperfeiçoamento da legislação brasileira visando dotar o Estado de mais e melhores instrumentos de enfrentamento da criminalidade.

Agradecemos, na pessoa do Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Vital do Rêgo Filho, as importantes colaborações de todos os Deputados, de todas as Deputadas, de todos os Senadores e de todas as Senadoras. Todos, independentemente de suas visões de mundo e de quadra ideológica em que se direcionam, demonstraram respeito e compreensão em todo o desenrolar da investigação e deixaram claro seu compromisso com a sociedade, com a Nação brasileira.

Nada passou ao largo de nossa investigação. Identificamos, sem paixões ou perseguições e apenas com base na realidade probatória amealhada na investigação, todos os agentes públicos e privados que aderiram e colaboraram com a organização criminosa.

Outrossim, afastamos de nossa investigação as suspeitas ventiladas contra tantos outros cidadãos sobre as fontes de financiamento da organização criminosa a partir da Delta, que, por sua vez, alimentava empresas de fachada conduzidas e administradas pelos líderes do grupo criminoso.

A Nação brasileira está unida no enfrentamento à criminalidade e o Congresso Nacional exerce um papel fundamental nesse campo. O Brasil é signatário e está compromissado com vários organismos internacionais que possuem o escopo de combater a corrupção, fato que por vezes acontece mediante a disseminação de técnicas de combate, de estipulação de metas e cooperação entre os países.

É tudo isso...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Relator e Sr. Presidente, se me permitir, se cada um me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se V. Exª me permite, passo a palavra...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu gostaria de continuar, Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... nós temos sessão do Congresso daqui a pouco. Nós temos lá uma pauta complicada. O esforço do Relator é enorme para ler mesmo esse resumo, que já está distribuído, já está distribuído, contém dos fatos que nós também já conhecíamos, porque são extraídos desse modesto relatório que está sobre a bancada, dessas quase 5 mil páginas. É um esforço formidável, que eu elogio. Porém, eu penso que, daqui a pouco, nós teremos esse embaraço do começo da ordem do dia, que interromperá a nossa reunião. Se houver a concordância... Ou melhor, eu inverto, se não houver divergência e se o Relator concordar – em primeiro lugar, se o Relator concordar –, eu proponho que nós consideremos encerrada esta leitura, porque nós vamos ter 5 dias.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu, se me permitir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu sigo o que o Relator disser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A interpretação da assessoria da Presidência é a seguinte: o Regimento do Congresso, o Regimento Comum autoriza que, durante as sessões do Congresso, a leitura possa ser feita. Não poderá ser feita votação durante os trabalhos do Congresso.

Portanto, regimentalmente, a leitura não precisava ser suspensa. Em segundo lugar, o ilustre Deputado Odair Cunha...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quer ler.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quer fazer a leitura...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos continuar. Eu já retirei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – São 5 mil e 200 paginas. Essas 89 páginas não se trata de um sumário executivo, mas se trata de uma apresentação geral do relatório. Eu julgo importante até para que as pessoas tenham oportunidade de ter uma visão geral do relatório. Sei que é cansativo, mas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Realmente, deve estar todo mundo muito cansado, porque a Presidência, não o Presidente Paulo Teixeira, foi consultada sobre isso, antes que eu falasse. Parece que está todo mundo muito cansado. Vamos continuar, então, a leitura, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na verdade, há uma solicitação do Relator, e, regimentalmente, ele pode fazê-lo. Então, havendo a concordância de todos, eu devolvo a palavra, só consultando o Deputado Carlos Sampaio, que também pediu uma questão de ordem. Queria saber se V. Exª está contemplado com esse encaminhamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente Paulo Teixeira. Presidente, por favor.

Deputado Odair, sinceramente, por uma questão até... Eu quero concordar com o competente Deputado Miro Teixeira. V. Exª já deu essa lição para gente aqui, para a gente ler isso aqui. V. Exª tem 89 páginas aí.

Então, eu acho, sinceramente, até por uma questão de economia de tempo, desnecessário que V. Exª leia. V. Exª já deu para a gente aqui. A gente vai para a casa, porque Carlos Sampaio vai pedir vista. A gente ganha uma semana para ler. Acho desnecessário. Gostaria, data vênia... V. Exª, atenda o Deputado Miro. Faça um apelo pelo Deputado Miro: atenda e mande-o parar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio, eu já fiz a consulta ao Sr. Relator...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas por um dever de consciência, eu gostaria de externar o seguinte: eu tive o meu voto vencido com relação ao adiamento para leitura amanhã. Mas eu reconheço que houve um grande ganho, reconheço mesmo, com a exclusão da imprensa e do Procurador-Geral. Então, a interrupção agora, tendo em vista que todos têm ciência do teor, evidentemente que eu só não me oponho, como também louvo a iniciativa do Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de continuar lendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, devolvo a palavra ao Sr. Relator, para leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sei que os parlamentares não vão ficar aqui até o final, mas é um dever eu apresentar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Por tudo isso, 10 segundos só, Relator, eu peço vênia a V. Exª.

Como V. Exª deseja completar a leitura e nós estamos premidos aqui por uma serie de atividades, eu queira, então, oficialmente, em nome da bancada do Democratas, ao final da leitura de V. Exª – peço que o Sr. Presidente, por favor, me dê a sua atenção, Sr. Presidente Paulo Teixeira, 10 segundos... O nosso Relator vai concluir a sua leitura. Eu queria deixar oficialmente, em nome da bancada do Democratas, para que V. Exª conceda logo após o término da leitura, o pedido de vista da bancada do Democratas ao relatório do Sr. Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vista coletiva.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Vista coletiva.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Vista coletiva também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou já conceder. Ele vai prosseguir a leitura. Após o final da sua leitura, eu concederei vista coletiva do parecer a todos os Srs. Parlamentares presentes, entre eles...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Só pediria que constasse na ata o Democratas, a solicitação do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Democratas...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputada Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de manifestar aqui, falando em nome do meu Partido, o PMDB, que nós gostaríamos de ouvir o Relator; é direito dele ler o seu relatório. Acho que isso é importante. Deixo aqui a minha manifestação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem. Então, vou conceder vista...

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Sr. Presidente, só para constar também da ata, o PSD, Partido Social Democrático, também pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Será concedida ao PSD, PDT, PPS, PSDB, Democratas, PSC, PT, PMDB, PPS, PSOL, PTB vista coletiva.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É porque foi o primeiro pedido de vista, na abertura, no primeiro dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Será dada ao PPS como primeiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E foi aqui dito e reafirmado que seria coletiva. Portanto, acho que todos os Parlamentares e todas as Bancadas estão premiados com essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sem dúvida.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos contemplar todos.

Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Odair, nosso Relator, não se encontra à mesa, até que ele retorne, eu gostaria de frisar a posição do PMDB do Senado e enaltecer a postura do Relator na retirada do texto do relatório daqueles indiciamentos contra a imprensa e também contra o Ministério Público.

Acho que a função primordial desta Comissão é a investigação da organização criminosa do Sr. Carlos Augusto Cachoeira e de suas ramificações. Considero louvável a posição do Deputado Odair Cunha na retirada. Quero dizer que entendo a questão da inclusão do nome do Governador Marconi Perillo, mas isso é um precedente até mesmo perigoso. Entretanto, o envolvimento me parece que é fatídico, entendo a posição do Sr. Relator, mas estamos criando aí um precedente de indiciar governadores em CPIs. É um precedente com o qual temos de tomar um pouco de cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu então devolvo a palavra ao ilustre Deputado Odair Cunha, para prosseguir com a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É por tudo isso que, se depender de nosso relatório, não haverá impunidades. Ninguém será protegido ou imunizado. Dentro da quadra constitucional que nos era permitida, recomendamos a responsabilização de todos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em razão da mudança aí, são 41, na verdade, então; não são 40.

E o seguimento das investigações sobre dezenas de agentes públicos e privados. Estamos compartilhando com o Ministério Público, a Polícia Federal e a Receita Federal os R$84 bilhões de movimentações financeiras oriundas dos sigilos bancário e fiscal quebrados, com expressa recomendação para que instaurem os procedimentos investigatórios contra a empresa Delta e outras 116 empresas.

Se pudéssemos indiciar empresa, assim o faríamos. Como isso é possível juridicamente, estamos encaminhando aos órgãos competentes recomendações para que investiguem 117 empresas, suas filiais e seus sócios.

Procuramos honrar o compromisso que temos com este colegiado, com a sociedade e com o Estado democrático de direito de trazer a público a verdade dos fatos. A verdade, quando brilha, ofusca mesmo a mentira mais engenhosamente construída. Aos poucos, ela vai se tornando evidente para todos, independentemente de opiniões individuais.

Esta foi a missão desta CPMI: deixar a verdade vir à tona, deixá-la brilhar. O que descobrimos está inteiramente exposto neste relatório. O que ainda não foi descoberto será exposto, sem dúvida, pelo trabalho dos órgãos de controle e alimentado pelo gigantesco banco de dados que disponibilizaremos. O Brasil e a opinião pública esperam de nós somente isto: a exposição da verdade. Não há melhor desinfetante do que a luz do sol. Ao fim e a cabo, não tenho dúvida de que a CPMI cumpra sua função republicana de revelar a verdade em toda a sua extensão, e a verdade falará por si mesma.

Com essas palavras, passo a descrever cada uma das partes que compõem o presente relatório:

Parte 1. Dedica-se à descrição formal da presente CPI.

Grosso modo, podemos dizer que a Comissão é composta por 35 membros titulares, sendo 17 Senadores, 17 Deputados e um representante de partidos minoritários, além de 35 suplentes. Foi instalada em 25 de abril de 2012, com a eleição do Presidente, Senador Vital do Rêgo, e a indicação deste Relator com o início de seus trabalhos.

Foram aprovados 275 requerimentos no total, foram convocadas 109 pessoas para prestar esclarecimentos e convidadas, outras 4. Foram agendados 40 depoimentos e, dentre os convocados, 24 pessoas optaram por não responder às perguntas dos Parlamentares, invocando o direito de permanecer em silêncio.

A CPMI aprovou a quebra de 92 sigilos bancários, 91 sigilos fiscais e 88 sigilos telefônicos. Dos 92 sigilos bancários, 60 foram de pessoas jurídicas e 32, de pessoas físicas.

Até o ponto de corte estabelecido para este relatório, 4 de novembro de 2012, a Comissão recebeu informações bancárias de 83 pessoas físicas e jurídicas, que totalizaram R$84,3 bilhões de movimentação financeira entre os anos de 2002 e 2012, sendo R$42,05 bilhões em crédito e R$42,3 bilhões em débitos.

Em resumo, pode-se afirmar que a CPMI recebeu 69.694 páginas de documentos de sigilo bancário, 11.333 páginas de documentos de 88 pessoas físicas e jurídicas com quebra de sigilo fiscal, 863 páginas de outros documentos de órgãos públicos e 45.594 páginas de extratos de ligações telefônicas. Os assessores desta relatoria ouviram 216.624 minutos de conversas interceptadas pela Polícia Federal com autorização judicial na Operação Monte Carlo e outros 51.510 minutos oriundos da Operação Vegas, que, somados, resultam em 4.468 horas de escutas ou 186 dias ininterruptos de gravações se ouvidas 24 horas por dia. Recebeu ainda 259.949 ligações monitoradas da Operação Monte Carlo, 61.803 ligações monitoradas da Operação Vegas, 25 volumes de inquérito da Operação Monte Carlo, com 6.832 páginas, além de 1.000 páginas de relatórios analíticos e 3.544 páginas de documentação oriunda do Poder Judiciário. Todo esse imenso arsenal de informações consta do presente relatório.

Quero frisar ainda que este relatório representa o cumprimento integral do plano de trabalho aprovado no início das reuniões desta Comissão.

Por fim, destaco que, no último mês de setembro, esta Comissão recebeu...

Digo, destaco que, no último mês de setembro, esta Comissão remeteu aos órgãos competentes documentação solicitando o sequestro dos bens de Carlos Cachoeira e das pessoas envolvidas com a organização por ele chefiada.

Parte 2.

A parte 2 do presente relatório é dedicada à caracterização da organização criminosa chefiada por Carlos Cachoeira.

Constatamos que Carlos Cachoeira migrou da condição de bicheiro para empresário dos jogos graças à atuação do Poder Público de Goiás, o que se deu em 1995, quando adquire a concessão para exploração da loteria estadual por meio da empresa Gerplan.

Em 2000, Cachoeira é diretamente beneficiado por uma lei que confere legalidade às suas atividades relacionadas à exploração de caça-níqueis. A Lei do Estado de Goiás nº 13.639 foi editada em um momento histórico em que crescia no plano nacional a convicção de que as loterias em todas as suas modalidades era um serviço público a ser explorado exclusivamente pela União. Originada pelo Projeto de Lei nº 4.072, de autoria do então Governador Marconi Perillo, a Lei foi aprovada em 2 semanas e, por meio dela, o Estado de Goiás encontrou amparo para seguir explorando as diversas modalidades de loteria. Sabia-se que o tema seria resolvido pelo Poder Judiciário, mas isso demandaria anos de luta processual. Nesse interregno, o Estado poderia seguir explorando as loterias.

Como resultado, a Lei garantiu a Cachoeira o domínio completo do território dos jogos em Goiás, uma vez que, escorado na Lei, o chefe da quadrilha procura o então Secretário de Segurança Pública do Estado, Demóstenes Torres, para que a Polícia de Goiás reprima os exploradores ilegais dos jogos. A atuação da Polícia expulsa de Goiás a chamada máfia espanhola.

Neste ponto, a pretexto de buscar a manutenção da ordem pública, inicia-se a parceria entre Cachoeira, Demóstenes e policiais civis e militares de Goiás. Como empresário dos jogos, Carlos Cachoeira criou, direta ou indiretamente, e passou a controlar 15 empresas ligadas à exploração de jogos. Ele associou-se com diversos empresários para exploração de loterias estaduais em diversos Estados, como Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Algumas dessas empresas almejavam dominar o mercado de jogos digitais pela Internet, razão pela qual Cachoeira passou a manter parceria com empresários de outros países. Os tentáculos internacionais de Carlos Cachoeira envolviam empresas sediadas no Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Curaçao, Ilhas Virgens Britânicas, entre outros países.

Durante sua atuação como empresário de jogos, Cachoeira diversifica suas atividades, dessa vez passando a atuar na área de medicamentos – por meio da Vitapan principalmente –, comunicação, assessoria, prestação de serviços e obras públicas. Essas empresas, embora possuam dinâmicas econômicas próprias, se inter-relacionam com as práticas ilícitas de Carlos Cachoeira, notadamente no que tange à lavagem ou à ocultação de bens, direitos e valores ou ainda à evasão de divisas.

Já em 2004, Cachoeira foi investigado pela CPI dos Bingos, que, na oportunidade, recomendou seu indiciamento por diversos crimes. Quando passou a ser investigado pela CPI dos Bingos, Cachoeira deixa formalmente o controle de várias empresas, entre as quais a Vitapan, e transfere para parentes a propriedade de seus bens. Nesse momento, ele passa a ser um empresário sem empresa.

Neste relatório, destaca-se que desde 2002 está vedada a exploração dos jogos pelos Estados da Federação. Uma celeuma jurídica, porém, arrastou-se até o ano de 2007, quando o Supremo Tribunal Federal pacificou a questão, editando a Súmula Vinculante nº 2, de 30 de maio de 2007, que diz: "É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcio e sorteios, inclusive bingos e loterias."

A partir dessa manifestação do Supremo Tribunal Federal, a celeuma acerca da competência para legislar sobre o tema foi definitivamente sepultada. O

Ministério Público de Goiás havia se insurgido contra a aprovação da Lei Estadual nº 13.639, ajuizando a Ação Civil Originária nº tal, julgada definitivamente em 12 de fevereiro de 2012, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº tal, julgada em 3 de maio de 2007.

Da entrada em vigor da Lei, em 9 de junho de 2000, ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3060 transcorreram 7 anos, período em que o Estado e o concessionário do serviço – entenda-se aqui, Cachoeira –, seguiram lucrando com a exploração do serviço de loterias inconstitucionalmente instituído em Goiás.

Contudo, resolvida a questão, a consequência para Cachoeira é que o Poder Judiciário rechaçou a lei goiana, proibindo a exploração dos jogos.

O fim da condição de "empresário dos jogos", definitivamente a partir de 2007, faz com que Cachoeira encerre diversas empresas de jogos. Ele, porém, segue explorando os jogos ilícitos no território de Goiás.

As operações Vegas e, especialmente, Monte Carlo, ambas da Polícia Federal, revelaram, por meio das escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, que Carlos Cachoeira era o dono do território dos jogos em Goiás. Como tal, era o poder concedente, afinal todas as pessoas interessadas em explorar ilegalmente os jogos deveriam obter a concessão de Cachoeira.

Não tendo mais o Estado atuando a seu lado sob o pretexto da garantia da ordem pública, Cachoeira passa então a corromper policiais civis e militares, inclusive delegados e comandantes, para que estes garantissem a segurança dos seus próprios empreendimentos e daqueles concedidos à exploração por terceiros. Para obter a concessão e a segurança, as casas de jogos não pertencentes a Cachoeira deveriam pagar uma elevada quantia em dinheiro à organização criminosa. Àqueles que se recusavam a pagar ou atrasavam os pagamentos, Cachoeira determinava a intervenção dos policiais cooptados.

Como exemplo de concessionários temos a família Queiroga, assim como a família de Arnaldo Rubio, as quais deveriam pagar pela exploração da jogatina e pela segurança dos empreendimentos.

A Denúncia do Ministério Público Federal na Operação Monte Carlo conclui que os cabeças da organização criminosa para exploração da jogatina eram Carlos Cachoeira, Lenine Araújo de Souza, Geovani Pereira da Silva, Gleyb Ferreira da Cruz, Idalberto Matias de Araújo e Wladimir Garcez Henrique.

Em verdade, a Monte Carlo foi a mais importante operação da Polícia Federal que investigou a organização criminosa chefiada por Carlos Cachoeira. Com a investigação iniciada em novembro de 2010, a operação foi desencadeada em 29 de fevereiro de 2012, resultando em 36 decretos de prisões (8 de prisão preventiva e 28 de prisões temporárias), 82 mandados de busca e apreensão, 45 mandados de condução coercitiva e 45 agentes estatais foram afastados de suas funções.

No período compreendido entre novembro de 2010 (quando teve início as investigações) e março de 2012 (quando foi apresentada a denúncia), transcorreram-se cerca de 16 meses de monitoramento telefônico autorizados judicialmente.

Desde a Operação Vegas, a Polícia Federal tinha conhecimento de que Carlos Cachoeira e sua organização criminosa se valiam de terminais radiotelefônicos da operadora Nextel, habilitados nos Estados Unidos. Foram identificados 45 terminais, que foram entregues a pessoas com as mais diferentes funções: de colaboradores direitos de Carlos Cachoeira, passando por donos de bingos, até servidores públicos e agentes políticos.

A Operação Monte Carlo revelou que a organização criminosa comandada por Carlos Cachoeira possui estrutura e características similares às de uma organização mafiosa. Nesse aspecto, em depoimento a esta CPMI, disse a Procuradora da República Lea Batista de Oliveira:

A organização possui diversas características que nos fazem concluir que possui essa característica mafiosa. A principal é o código de silêncio orquestrado. É indiscutível que o direito ao silêncio individual, direito oriundo do princípio da não autoincriminação, pode ser utilizado por quem quer que seja. Não se pode exigir do cidadão que colabore ativamente com o Estado. Entretanto, a postura dessa organização criminosa, decorrente de um código de silêncio orquestrado, é típica, de silêncio orquestrado é típica, conforme a literatura específica, das organizações criminosas de parâmetro mafioso, em que um membro do grupo, por seu silêncio, objetiva escudar a própria organização criminosa e seus outros membros. É um traço mais revelador de articulação do grupo que demonstra contar, em seus quadros, com pessoas leais ao chefe da organização Carlinhos Cachoeira.

Esse código de silêncio ficou bastante evidente nos depoimentos prestados a esta CPMI e também à Justiça Federal. A cúpula da organização criminosa manteve-se muda, simplesmente não falou nada.

Lea Batista referiu-se a outras características da organização criminosa. O grupo possui hierarquia, divisão de trabalho, criação de uma cadeia de comando, corrupção, troca de favores, exploração de mercados ilícitos, exploração lícita de mercados lícitos, monopólio e obstrução da Justiça. Vale registrar também a utilização de contas de diversas empresas, inclusive laranjas,

para realizar a movimentação financeira, no montante por arrecadado e controlado por Carlinhos Cachoeira.

Um dos aspectos mais relevantes desvelados pela Operação Monte Carlo diz respeito à utilização por Carlos Cachoeira do braço armado do Estado – as polícias –, para viabilizar suas atividades delituosas e para constranger a entrada de terceiros no mercado ilegal, mantendo o seu monopólio. Em outras palavras, a Operação Monte Carlo revelou ainda que Carlos Cachoeira controlava o aparelho de Estado, no que tange a segurança pública em Goiás.

Como se disse há pouco, a aproximação de Carlos Cachoeira com as instituições responsáveis pela segurança pública em Goiás se deu após a aprovação da Lei Estadual nº 13.639, de 2000, ocasião que, repito, sob o pretexto da manutenção da ordem pública, Cachoeira requisitou a atuação da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, para reprimir a exploração ilegal dos jogos em Goiás.

Referida lei conferiu legalidade à exploração de caça-níqueis e que, por meio da Geplan, detinha concessão estadual para administrar esse setor. A aproximação de Cachoeira com os órgãos de Estado encarregados de Segurança Pública permaneceu mesmo após a exploração de todas as modalidades de loteria pelos Estados membros ter sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Ou seja, mesmo na ilegalidade, Carlos Cachoeira seguiu contando com o apoio de setores da Polícia Civil e Militar do Estado de Goiás, tendo a força necessária para enfrentar outros criminosos interessados em explorar o mercado de jogos em Goiás.

A Procuradora da República Léa Batista de Oliveira referiu-se à relação entre Carlos Cachoeira e as polícias nos seguintes termos. Diz a Drª Léa: Policiais Civis, Federais e Militares, cooptados, passam a integrar o grupo, como informantes para uma espécie de contratação mensal, pagamento mensal, e a transferirem informações importantes sobre o trabalho que, potencialmente, poderia ser desenvolvido no enfrentamento da atividade.

Nisso reside a maior potencialidade agressiva do grupo que, como visto, possuía um número razoável de policiais integrantes em seu quadro, o recrutamento do braço armado do Estado pela organização é patente e inconteste.

Outro Procurador da República que atuou na Operação Monte Carlo, Dr. Daniel Rezende Salgado, descreveu a organização criminosa chefiada por Carlos Cachoeira como sendo um grupo criminoso articulado, ousado, responsável por cooptar agentes do Estado, para escudar uma atividade ilícita, para cartelizar o mercado de jogo, inclusive.

Presidente, vou passar adiante, considerando a interpretação que V. Exª me faz noticia, sobre o fato de que daqui a pouco teremos o início da sessão do Congresso, vou fazer a introdução, então, na página 29 da minha apresentação.

Do financiamento da organização criminosa.

A parte 3 do relatório é dedicada ao financiamento da organização criminosa. É o ponto do relatório em que analisamos os sigilos bancário e fiscal, bem como o relacionamento dos investigados e outras pessoas físicas e jurídicas, bem como os relacionamentos dos investigados e outras pessoas físicas e jurídicas supostamente envolvidas.

Inicio esta parte dizendo que existe uma teoria econômica do crime organizado com uma produção acadêmica relativamente volumosa nos EUA, Europa Meridional e América Latina, que pode nos oferecer elementos teóricos bem mais consistentes para analisar, com maior profundidade, a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira, particularmente no que tange ao seu *modus operandi* econômico e financeiro.

Tem a ver aqui, Presidente, por exemplo com a questão do monopólio da territorialidade, que é um monopólio claro na prática do financiamento da organização criminosa. Tem a ver também, Presidente, com uma ação organizada que envolve atividades lícitas, atividades ilícitas e uma ação clara e uma interação permanente com o aparelho de Estado, fazendo com que o aparelho de Estado, muitas vezes... pessoas vinculadas ao aparelho de Estado sejam beneficiadas.

Vou, então, adiante lendo a introdução da parte quatro.

Eu só chamo a atenção, Sr. Presidente, para a página 40, porque lá temos um gráfico que evidencia que as empresas fantasmas que controlam a organização criminosa receberam, de diversas empresas, um volume importante de recursos: R$98.928.491,10, que as empresas fantasmas, controladas pelo Sr. Carlos Cachoeira, receberam da Delta. Ou seja, do volume total de recursos que as empresas fantasmas receberam – na página 40, então –, o volume de recursos que passou por essas empresas, em um período de pouco mais de quatro anos, superou 148 milhões de reais.

Trata-se de um valor materialmente relevante, principalmente quando levamos em consideração que tais empresas... que tais empresas... Não foi identificada nenhuma atividade econômica real. Tais empresas teriam sido citadas apenas para movimentar recursos escusos e promover lavagem de dinheiro.

Abaixo, figura demonstrativo da origem dos recursos das empresas consideradas fantasmas.

Considere-se, então, nesse gráfico, Sr. Presidente que... Então, 66,49% do volume de recursos que abasteceram as fantasmas vieram da empresa Delta.

Créditos não identificados, tivemos 17,49%. Outras empresas fantasmas – transações entre elas –, significa créditos de 15,48%. Outros, menos de 1%, meio por cento.

O volume então total, mais de 149 milhões de reais, foram recebidos pelas empresas fantasmas e por nós analisados.

Outro gráfico que julgo importante nós analisarmos é o que está na página 41. Quando nós identificamos... Temos aí a demonstração por empresa...

O destino de recursos das fantasmas, das empresas foi muito concentrado no Estado de Goiás. Dessas empresas controladas pelo Sr. Carlos Cachoeira, 74,31% tiveram como destino pessoas, empresas, saques havidos no território do Estado de Goiás.

Adiante. *(Pausa.)*

Aí, sobre as empresas. *(Pausa.)*

Julgo também, nas p. 45 e 46, ser importante a leitura com o gráfico respectivo. Vou começar na p. 44.

Importante destacar também que, no que tange à Delta Construções, conquanto o foco tenha sido as relações dessa empresa com Carlos Cachoeira, esta CPMI se deparou com uma pletora de transações suspeitas, em âmbito nacional. Como exemplo, podemos citar as transações entre a Delta e núcleo empresarial ligado ao empresário Adir Assad, composto pelas 19 empresas que constam do nosso relatório. As empresas desse grupo receberam da Delta aproximadamente R$265 milhões, entre 2007 e 2012.

É o gráfico ali que nós demonstramos.

Todos os indícios apontam que a maioria dessas empresas seriam consideradas fantasmas, criadas pela movimentação "lavagem e ocultação de recursos financeiros."

A figura abaixo demonstra o volume de recursos movimentados pela empresa Delta e pelas empresas ligadas ao grupo do Sr. Adir Assad.

Adiante.

Estamos certos, Sr. Presidente, para encerrar esta parte, de que esta CPMI desvelou a existência de um desvelou a existência de um gigantesco *iceberg,* que emergiu a partir das relações da empresa com a organização criminosa de Carlos Cachoeira, em Goiás e na Região Centro-Oeste. O "triângulo de ferro" de Goiás está desvendado, mas pode haver – insistimos – vários outros "triângulos de ferro". Mais que isso, a Comissão identificou a ponta de outros *icebergs*, que deve ser registrada nas cartas de navegação dos órgãos de controle. Suas coordenadas já são conhecidas. Parte de seus *modus operandi* também.

É também muito importante registrar que esta CPMI está encaminhando à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e aos demais órgãos de controle todos os documentos, depoimentos e demais provas produzidas por esta CPMI, inclusive os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todas (ressalte-se todas) as empresas suspeitas. Isso significa que a CPMI está colocando à disposição dessas instituições o maior banco de dados fiscais e bancários que já receberam do Congresso Nacional brasileiro.

As partes 4 e 5 são, neste ponto do relatório... Aí, à p. 48. Foram individualizadas as condutas de todos os agentes públicos e privados que, de algum modo, envolvidos no contexto da investigação para delinear a conduta particularizada, atentou-se para o acervo documental que se encontra no âmbito desta CPMI, notadamente, realizando o cruzamento de dados adstritos ao sigilo telefônico, bancário e fiscal transferido à Comissão e aos depoimentos prestados.

Importa dizer que no universo de investigados havia aqueles que já tinham sido representados pela Polícia Federal e, em sua maioria foram denunciados pelo Ministério Público Federal por diversos crimes. Portanto, todos os representados pela Polícia Federal e todos denunciados pelo Ministério Público foram sujeitos de investigação.

Consideramos ainda novos fatos que pudessem culminar em novas imputações dos mesmos indivíduos.

Foram ainda revelados nomes novos, pelo desdobramento das investigações, que guardavam alguma conexão com a organização criminosa. Consideramos ainda que, mesmo identificados, em razão da prerrogativa de foro, não haviam sido investigados, pois tinham sido tratados apenas em relatórios de análises de encontros fortuitos.

Essa á uma análise que fizemos.

A investigação sobrelevou os resultados inicialmente apresentados, pois esta CPMI teve a oportunidade de se debruçar sobre provas inéditas encaminhadas pela Justiça e também sobre tantas outras que foram colhidas, na medida em que eram apuradas novas linhas de investigação, como ocorreu dada a apresentação de diversos requerimentos pelo Colegiado.

A responsabilização foi cautelosamente adstrita àqueles cuja materialidade e autoria ficaram contundentemente evidenciadas pela participação ou colaboração, na medida de sua culpabilidade.

Em outros casos, não foram configuradas autoria e materialidade, por insuficiência de provas.

Quando, por alguma razão, perduraram suspeitas que, para serem confirmadas ou desprezadas, carecem de melhor análise, pois a investigação, por alguma limitação, não se deu de forma exauriente,

recomendou-se a continuidade das investigações pelos órgãos competentes de investigação permanente.

Nos casos em que restou configurada a improbidade por parte de agentes públicos, recomendou-se ao respectivo Ministério Público que promova a ação civil pública.

Por fim, em análise todo o acervo probatório atualmente em posse desta CPMI, encontram-se aqueles sobre os quais não recaem provas, indícios fidedignos de que colaboraram e/ou participaram de algum ato ilícito em benefício próprio ou da organização criminosa. Portanto, afastou-se qualquer necessidade de se aprofundarem as investigações a respeito, até que insurjam novos elementos.

Como vimos, a organização criminosa objeto da investigação mantinha fortes laços de corrupção com agentes públicos em diversos níveis e instâncias, de modo a poder bem operar. Assim, o que chamamos de vértice das empresas-fantasmas que alimentavam a relação corrupta entre a organização e o aparelho de Estado é de grande relevância para o entendimento do *modus operandi* da organização criminosa. Sem essa alimentação, sem a corrupção de agentes públicos, a organização criminosa jamais conseguiria ter adquirido a dimensão que, de fato, conseguiu ter.

Adiante, cito as pessoas todas das quais estou pedindo o indiciamento, remetendo as páginas específicas do nosso relatório.

Na p. 76 da minha apresentação, falamos as proposições legislativas.

Essa parte do relatório, Sr. Presidente, apresenta nove anteprojetos de lei que visam aperfeiçoar ou inovar o arcabouço legal brasileiro, a partir da identificação, ao longo dos trabalhos da CPMI, de temas e situações práticas legislativas que julgamos merecer a atenção desta Comissão.

1. Proposição Legislativa sobre Organização Criminosa – Altera o Código Penal para tipificar autonomamente o crime de organização criminosa e oferece elementos mais objetivos na identificação desse agrupamento criminoso.

Na p. 80, proposição legislativa que criminaliza a prática de jogos de azar e modifica outros tipos penais.

Na p. 82, proposição legislativa que altera prazos prescricionais.

Na p. 84, fazemos ainda:

a) proposta de emenda à Constituição para ampliar a legitimação para atuação perante o Supremo Tribunal Federal e as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público;

b) projeto de lei contra a utilização de interposta pessoa, utilização de pessoa laranja, projeto de lei que altera a Lei de Improbidade Administrativa, projeto de lei que cria o Cadastro Nacional de Dados, proposição legislativa sobre empresas de *factoring*.

Além dos anteprojetos de lei, recomendamos:

a) encaminhar ao Banco Central do Brasil, com transferência de sigilo, todas as informações bancárias apresentadas pelas instituições financeiras que estejam em desacordo com a Carta Circular nº 3.454, para fins de análise, processamento e aplicação de penalidades cabíveis;

b) que o Banco Central adote providências visando à prevenção de novas ocorrências das inconsistências relatadas por esta CPMI;

Eu gostaria que voltasse ali aquele quadro sobre o volume total de créditos não identificados para as empresas fantasmas.

c) reportar à Comissões de Assuntos do Senado Federal as providências tomadas em face de as instituições financeiras...

Importante, Sr. Presidente, notar ali que, dos mais de R$140 milhões que as empresas controladas pelo Sr. Carlos Cachoeira receberam de crédito, nós temos 15% desses créditos de que não tivemos identificação. Ou seja, não sabemos quem foram os autores, um volume de R$23 milhões, num total de mais de R$140 milhões.

Essas inconsistências outros órgãos de investigação – aí órgãos de investigação permanente – detêm, têm e precisam ser fiscalizados por nós.

d) o envio dos dados inconsistentes de sigilo telefônico à Agência Nacional de Telecomunicações para que proceda à análise e impute eventuais penalizações às operadoras de telefonia que não obedeceram à legislação em vigor acerca do correto cadastramento dos usuários;

Essas tabelas estão no relatório.

e) a Anatel que providencie uma regulamentação acerca da padronização da prestação de informações protegidas por sigilo telefônico, pelas operadoras de telefonia, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo;

f) recomendação para aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei de Reforma Política, que tramita em comissão especial na Câmara dos Deputados;

g) recomendação pela aprovação do Projeto de Lei que trata da criminalização do enriquecimento ilícito;

h) recomendação pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de pesquisa no Diário Oficial das administrações públicas estaduais e municipais, de modo que qualquer cidadão tenha maior facilidade na busca de informações públicas, a fim de que seja dado o total cumprimento aos dispositivos da Lei nº 12.257, de 2011.

Sr. Presidente, os anexos têm a ver exatamente com... Uma questão importante que quero dizer aqui é que optamos por incluir todas as provas, os cruzamen-

tos de sigilos bancário, fiscal e telefônico no conjunto do relatório. Por isso o relatório é extenso. Nós poderíamos ter adotado a providência de produzir anexos, mas é que, ao ler o relatório, ninguém tem que ir ao anexo procurar as provas a que o relator faz remissão. As provas estão incluídas na sequência do texto do relatório. Exatamente por isso...

Mais uma vez, quero aqui agradecer a V. Exª, aos demais Pares, reforçar a ideia... *(Pausa.)*

Quero repetir a ideia aqui, Presidente. É por tudo isso que, se depender do nosso relatório, não haverá impunidades. Ninguém será protegido ou imunizado. Dentre a quadra constitucional que nos era permitida, recomendamos a responsabilização criminal de 41 pessoas físicas e o seguimento das investigações sobre outras dezenas de agentes públicos e privados. E estamos compartilhando com o Ministério Público, com a Polícia Federal e com a Receita Federal os dados de R$84 bilhões em movimentações financeiras oriundas do sigilo bancário e fiscal quebrados, com expressa recomendação para que se instaurem procedimentos investigatórios em relação à Empresa Delta e a outras 116 empresas.

É isso, Presidente.

Mais uma vez, quero agradecer a V. Exª e dizer que o Relator está sempre aberto à contribuição de todos os pares da nossa Comissão.

Muito obrigado.

Presidente, quero agradecer ainda a contribuição dos pares da Comissão nos dias havidos entre a apresentação do nosso relatório. De alguma maneira, iniciou-se assim o seu debate.

Quero dizer, mais uma vez, que tudo o que foi incluído no nosso relatório original fez parte da compreensão do Relator, da minha compreensão daquilo que estava sendo analisado por nós. Agora, é claro que, para desobstruir o debate, eu busquei estabelecer, com todas as bancadas, com a minha bancada, com a bancada de outros partidos, de oposição e de situação, tudo o que incluímos originalmente no nosso relatório. Agora, para desobstruir o debate, achei por bem retirar as Partes 6 e 7 do nosso relatório, para que possamos fazer um debate franco, sincero sobre aquilo que julgo ser central, sobre aquilo que julgo ser essencial no nosso relatório.

Exatamente por isso, quero agradecer as contribuições de todos os pares aqui da nossa Comissão.

Quero agradecer também, de maneira especial, a todos os assessores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, aos servidores públicos que foram por nós requisitados dos órgãos permanentes de investigação.

Muito obrigado a todos eles.

Encerro aqui a nossa apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Após a apresentação do relatório e a distribuição do seu texto a todos os membros da Comissão, esta Presidência concede vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, até às 10h15 do dia 5 de dezembro, quando também se encerra o prazo de encaminhamento à Mesa da CPMI dos eventuais votos em separado e sugestões, devidamente assinados por seus autores, para permitir que a Secretaria da Comissão possa providenciar as cópias necessárias para distribuição e conhecimento dos demais membros da CPMI, na ocasião de sua leitura, na próxima reunião.

Antes do encerramento de nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 33ª Reunião e da 34ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a próxima reunião desta Comissão, destinada a discutir a votação do relatório final da CPMI, a realizar-se às 10h15, no dia 5 de dezembro, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Está encerrada a presente reunião. – Senador **Vital do Rêgo,** Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião se encerra às 13 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011.

ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião realizada em 31 de outubro de 2012, às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência do Senador **Paulo Davim** e com a presença dos Senhores (as) Senadores (as): Lídice da Mata, Ângela Portela e Vanessa Grazziotin. Na ocasião, foram apreciados os seguintes requerimentos:

1 206/12 Requer, com fundamento no §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.597, de 18 de março de 1952, que seja oficiada a Governadora do Estado

ATA DA 36ª REUNIÃO

PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.....PÁGINAS 74679.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 36ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 36ª Reunião realizada em 11 de dezembro de 2012, às 10 horas e 43 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), João Costa (PPL-TO), Cidinho Santos (PR-MT), Marco Antonio Costa (PSD-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Delcídio do Amaral (PT-MS) e Wellington Dias (PT-PI) **e dos Deputados**: Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Armando Vergílio (PSD-GO), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF) e César Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN) e Jayme Campos (DEM-MT), **e os Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) e Deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Bruno Araújo (PSDB-PE). Na oportunidade iniciou-se a discussão do Relatório Final, apresentado pelo Deputado Odair Cunha, com a leitura dos Votos em Separado apresentados pelos Deputados Onyx Lorenzoni, Rubens Bueno e Luiz Pitiman, e pelos Senadores Álvaro Dias e Randolfe Rodrigues. Em seguida o Senador Fernando Collor discorreu sobre as suas sugestões de nº 1, 2, 5, 6, 7 e 8; e, posteriormente, o Senador João Costa fez a defesa de sua sugestão de nº 10. Encerradas as leituras o Relator fez uso da palavra comprometendo-se a analisar os votos em separado, bem como as sugestões apresentadas no início da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

São 10h43.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 35ª reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Para conhecimento de todos os presentes – peço a atenção de todos –, esta Presidência esclarece que esta reunião destinar-se-á à discussão do relatório e dos eventuais votos em separado.

A Presidência esclarece ainda que, no último dia 28 de novembro, tornou-se público o texto do relatório da lavra do nobre Deputado Odair Cunha. Na ocasião, conforme determina o Regimento Interno, esta Presidência concedeu vista coletiva até o dia 5 de dezembro de 2012. Contudo, em virtude do adiamento da reunião para hoje, dia 11 de dezembro, estendeu o prazo até o início da presente reunião para encaminhamento à Mesa dos eventuais votos em separado e das sugestões de alteração do relatório.

Minha primeira indagação à Comissão: antes de encerrar, há alguma nova sugestão a ser encaminhada? Há algum novo voto em separado a ser encaminhado?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Na penúltima ou na última reunião, eu falei, mas não lembro se outros Parlamentares falaram, sobre a necessidade de enfatizar um pouco mais a questão das 21 empresas cujas quebras de sigilo já estão referidas no relatório. Não sei se o Relator fez isso, mas acharia útil que enfatizasse o que já está no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Essa é uma sugestão. V. Exª reitera uma sugestão verbal que fez...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu reitero, porque ele foi muito cuidadoso nessa síntese. Isso não é uma inovação, não é uma emenda, não é uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nada que enseje um novo pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda a razão, Sr. Deputado Miro Teixeira. Eu me recordo de que V. Exª tornou público esse detalhe.

A reiteração dessa manifestação fica já consubstanciada em ata para manifestação, ao final, do Sr. Relator.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não. Quem deseja?

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra, pela ordem.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Deputado Domingos Sávio.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A minha indagação ao Plenário é se há não um novo questionamento, mas alguma outra sugestão, porque estou encerrando o prazo para encaminhamento de sugestões.

O Deputado Miro Teixeira reiterou uma sugestão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para completar. Essas empresas fazem parte do rol das empresas, cuja quebra de sigilo foi requerida pelo Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) - Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio, com a palavra.

O SR DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o esclarecimento que eu peço a V. Exª e, de modo especial, ao Relator vai no sentido de verificar, porque nós acabamos de receber novos volumes que nos deixam uma dúvida, que é importante que seja esclarecida, tanto do ponto de vista do andamento da reunião, até por aspectos regimentais... Na última reunião, ficou esclarecido pelo Relator que ele, por decisão própria e acolhendo o sentimento, que ele disse ter percebido, geral, retirava dois capítulos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Em razão disso, passamos todos a raciocinar com o entendimento de um relatório onde aqueles dois capítulos, de forma mais precisa, aquele que apresentava, indiciava, com questionamentos com

relação a profissionais de imprensa, o Sr. Policarpo e outros, e aquele que tratava de também fazer representação, junto ao Conselho Nacional de Justiça, da Procuradoria Geral da República.

Pois bem, a minha dúvida é que agora, fazendo um... Nem posso dizer uma leitura, porque é impossível toda uma leitura, mas observando o relatório que nos chega, a gente verifica que há algumas coisas que estão incoerentes com isso. Eu pergunto: este relatório é o mesmo, apenas com a supressão dos dois capítulos, ou há qualquer outra alteração neste relatório?

Essa é a minha primeira indagação porque ela é extremamente relevante. Porque se nós temos um relatório que passa a ter qualquer outra inclusão, seria necessário um esclarecimento.

Pergunto ao Relator, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator com a palavra, para responder ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e os demais pares, nós buscamos, nesses novos avulsos, excluir os dois temas, as duas partes a que eu já havia feito menção, formatamos arquivos que, quando da impressão, tinham dado problemas relativos a imagens, no que diz respeito ao Sr. Antônio Perillo, formatação de imagem no que diz respeito ao Sr. Edivaldo Cardoso, erros formais. A exclusão de nomes de jornalistas, busquei estabelecer esse critério. E também, na justificativa da PEC que amplia a atuação do Supremo Tribunal Federal, eu retirei as menções havidas, em razão do Procurador-Geral.

Fiz essas exclusões, entendendo que eram temas que, de alguma maneira, diversos membros desta Comissão gostariam que não fossem tratados no relatório, e a fim de viabilizar a aprovação central do nosso relatório. É uma preocupação nossa. Se V. Exª tem alguma questão a levantar, eu estou aberto.

Busquei também, Presidente, não fazer inclusões, porque as inclusões implicariam novo prazo de vista. Essa foi a nossa preocupação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Relator, a minha indagação me parece extremamente pertinente e traz, no meu entendimento, repercussões regimentais, porque, veja bem, eu estou aqui com um volume que me chegou agora, inclusive esses volumes vierem sem a capa, e este volume...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é a página?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB MG) – Página 4.195. Ele mantém o indiciamento do Sr. Policarpo Júnior. Ele está aqui textualmente: número 54, na página 4.195.

Policarpo Júnior. Forte em tudo quanto afirmado acima, indiciamos Policarpo Júnior como incurso na pena do art. 288, quadrilha, do Código Penal.

Então, veja bem, e eu alerto, atento, chamo a atenção pelo seguinte: nós estamos diante... E olhe que eu estou diante de quase 5 mil páginas. A nossa assessoria atenta, e eu, procurando folhear, já encontramos algo extremamente relevante. Quer

dizer, o indiciamento de alguém. Esta é a minha preocupação: como votarmos algo sem termos absoluto conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Domingos Sávio...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para contraditar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Será que há outras coisas dessa natureza?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Domingos Sávio, V. Exª é diligente. A intenção do Relator já está manifestada desde a última reunião.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu gostaria de contraditar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qualquer questão que vá em sentido contrário está excluída do meu relatório. Agora, se houve algum erro formal ou material, nós vamos corrigir.

Não é nossa intenção nem debater esse tema, porque, na opinião da Relatoria, é uma questão importante, mas não essencial ao nosso relatório.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um segundo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Houve uma questão de ordem. Quero contraditar...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, só para concluir, porque a minha (...) sentido de verificar quais as possíveis alterações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem toda razão.

Deputado Domingos Sávio, por favor. Agora a palavra está com a Presidência... Agora a palavra está com a Presidência...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Veja bem, isso é extremamente relevante. Obrigado, Presidente, confio no bom senso de V. Exª.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sem contradita?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Vou passar a palavra a V. Exª para contraditar.

V. Exª tem toda razão quando, encontrando material novo na sua bancada, procurou saber do Relator se esse material era texto suprimido e que ainda não havia sido traduzido materialmente no material encontrado. O Relator já justificou e pergunto a V. Exª se a justificativa foi aceita.

Agora, a contradita – antes de V. Exª responder – do Sr. Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu também fui verificar aquilo que o Relator aqui proclamou como retirado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, senhor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É óbvio que eu não esperava encontrar a impressão de novos volumes, seria uma despesa injustificável. O que eu percebo – e procurei o Relator até para conferir – é que aquela declaração de que

estava excluído retirará no que for encaminhado ao Ministério Público, aí, sim, porque vai por meio magnético também, não se vai mandar só esse calhamaço; manda-se a separata com a exclusão, porque, senão, não teria sido excluído, teria sido uma farsa. E nós conferimos, Relator, e pedimos licença para dizer que vamos fazer intervenções sempre que necessário.

Vou pedir a paciência do Presidente, porque houve uma luta política notória aqui nesta Comissão, em muitos momentos e não vai deixar de acontecer no final destes trabalhos. Porém, o debate terá que existir, porque nada passará sem ter a respectiva contradita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero manifestar a V. Exªs... Só um minuto...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Deputado Domingos Sávio.

Quero manifestar a V. Exªs que esta é uma reunião de discussão. E, sendo uma reunião de discussão, esta Presidência estará absolutamente paciente para ouvir todos. Só peço calma, serenidade, porque, absolutamente, haverei de dar a palavra a todos. Nós estamos numa reunião tipicamente de discussão.

Antes, por prevalência, por precedência, o Sr. Relator. Depois, passo a palavra a Domingos e Macris.

Por favor. Só peço a disciplina.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a minha decisão foi manifestada na última reunião, a partir de um diálogo com as diversas lideranças desta Comissão, lideranças partidárias, que apontavam a possibilidade de se aprovar o relatório se o tema da análise da conduta do Procurador-Geral da República e se o tema de indiciamento de jornalistas não fosse tratado no relatório.

Como se trata de uma questão importante – é claro, senão não haveria essa divergência –, porém não essencial, para o trabalho investigativo que foi feito pela CPMI, a decisão da relatoria é retirar todas as referências ao Procurador-Geral e a jornalistas do nosso texto. Nós refizemos este trabalho, rodamos novamente o PDF, e as páginas 4.194 e 4.195, identificadas pelo ilustre Deputado Domingos Sávio, realmente ficaram no novo PDF, por erro, é claro, formal, visto que a decisão da relatoria já está mais do que divulgada nesta Comissão e nós vamos retirar essas duas páginas também, renumerando as demais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há polêmica nesse assunto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há polêmica, Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ...V. Exª se pronunciou, me devolveu a palavra para ver se há...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, é pela ordem. Por favor, Domingos Sávio, Vanderlei Macris, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues e Bruno Araújo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu imagino, vocês vão me responder: podemos avançar? Quero objetivar esta reunião

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator já se posicionou, vai retirar a página cujo erro formal de reimpressão foi atestado.

Pergunto aos senhores, de forma objetiva, se...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Mas é aí que eu quero me posicionar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... podemos avançar.

Posicione-se, Sr. Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, veja bem... *(Interrupção do som.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O que está havendo, que o som está sendo cortado sistematicamente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só não sou eu que estou cortando seu som.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É, nós vamos descobrir, fazer uma investigação paralela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma nova CPI.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Veja bem, Sr. Presidente. A minha indagação foi num ponto nevrálgico, e todos já haviam testemunhado a posição do Relator, mas ela é extremamente relevante, por razões óbvias, de natureza formal.

Nós tivemos um entendimento pelo bom senso, de forma muito apropriada, conduzidos por V. Exª, de que o relatório seria apresentado, e não lido. Apresentado. Em razão do volume, enorme, ele seria apresentado. Nós acolhemos a orientação de V. Exª e tivemos 5 dias, que, por razões circunstanciais, foram ampliados, mas tivemos prazo para ler.

Pois bem, a partir do momento que hoje chegamos para fazer a discussão e partir para um processo de votação, nos deparamos com a impressão de material novo. Considerando que não há relatório, não há redação final em CPI, você vota o que vota, e se você vota este documento que está impresso e não tem conhecimento do teor deste documento... E aqui trago à luz do conhecimento de todos que o próprio

Relator desconhecia essa página, porque eu confio na boa-fé dele. Ora, o que me assegura que outros erros materiais não existam aqui que possam nos levar ao equívoco terrível de votar o indiciamento de alguém que não deveria ser indiciado ou deixarmos de votar algo que deveria ser votado?

Portanto, acho que será muito apropriado, no decorrer dessa reunião, que tenhamos clareza de que será necessário prazo para conhecermos, na integra, o que está sendo apresentado nesta data.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou pedir, para otimizar a reunião, 2 minutos para cada intervenção.

Vanderlei Macris com a palavra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, na mesma esteira do Deputado Domingos Sávio, que constatou aqui um erro claro nessa redação, veja a página 4.257, quando fala:

> *De mais a mais, o pedido de arquivamento de inquérito pela PGR é irrecusável pelo STF, conforme assentado na análise da conduta do Sr. Roberto Gurgel no bojo deste relatório, porquanto este não pode confundir-se na posição de acusador e julgador.*

E aí vai uma descrição sobre a questão da participação do Sr. Roberto Gurgel nessa questão do relatório.

Sr. Presidente, o que é votado aqui nesta Comissão é enviado. Não existe redação final de relatório de CPI, Sr. Presidente. É bom que fique claro isso. Até quero pedir uma questão de ordem a V. Exª, se existe redação final ou não de relatório. Portanto, o que é votado aqui é o que vai valer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E com esses erros todos, ainda que formais, que podem atuar na direção de injustamente... O próprio Relator disse que não quer fazer constar do relatório indiciamento do Sr. Policarpo, que é jornalista, do Dr. Roberto Gurgel, etc., etc., e aqui nesse relatório consta. Então, o que nós vamos votar, Sr. Presidente, é muito sério. Não é possível. Não há redação final de relatório de CPI, V. Exª acaba de confirmar, portanto, nós temos que ter muito cuidado em relação a isso.

Então, Sr. Presidente, acho que esse relatório, me desculpe o Sr. Relator, precisa ser adequadamente escrito para que não haja dúvidas em relação a sua intenção como Relator dessa matéria.

Portanto, fica aqui minha colocação, na mesma direção do que disse o Deputado Domingos Sávio. Esse relatório está imperfeito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Há muito que se fazer sobre ele, e essa será a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias com a palavra, por 2 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós vamos justificar depois, no momento da discussão, o voto em separado que apresentamos. Evidentemente, se nós apresentamos voto em separado é porque não concordamos com o voto do Relator. Isso é óbvio e diz respeito à coerência. Mas, no tema discutido presentemente, nós queremos destacar que há, pelo menos, 34 citações, há 34 trechos em que o nome do jornalista Policarpo Júnior é mencionado uma ou mais vezes nessas citações. Portanto, em que pese o fato de o Relator ter retirado o Capítulo VI, no relatório constam referências em número de 34 – são 34 trechos – onde é citado o jornalista.

Da mesma forma, o Procurador-Geral da República. O relatório não elimina do texto as adjetivações maldosas feitas ao Procurador-Geral da República. Nós podemos constatar isso no volume V, p. 4.695 a 4.704, em que foi encaminhada uma Proposta de Emenda à Constituição, com vistas a ampliar a legitimação para atuação perante o Supremo Tribunal Federal e as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, Sr. Presidente, nós entendemos que, do ponto de vista do que deseja o Relator, nós não estamos prontos para deliberar sobre o relatório. Estamos fazendo esta ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Entendi o posicionamento de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estamos fazendo esta ponderação, Sr. Presidente, não porque ela nos toca, já que apresentamos um voto em separado – o PSDB apresenta um voto em separado. Mas estamos apresentando esta ponderação para aqueles que ainda imaginam a hipótese de votar favoravelmente a este relatório, o que não é o nosso caso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Permitam-me V. Exªs, antes dos próximos oradores, Bruno Araújo, Randolfe Rodrigues, Iris e Carlos Sampaio.

O Deputado Domingos Sávio apresentou uma questão material acerca de uma imperfeição na reimpressão, atestada na página 4.300 e alguma coisa. O Relator já se posicionou, manifestando o que já houvera dito na reunião anterior a respeito dos dois capítulos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB - PB) – Por favor, quero, de forma prática, conduzir a reunião, para ouvir V. Exªs a respeito desta proposta.

Nós temos hoje dez sugestões a serem apresentadas pelos seus oradores: três votos em separado para serem apresentados pelos seus respectivos oradores, mais

três sugestões que o Senador Randolfe encaminhou agora há pouco e V. Exª encaminhou a tempo, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, a minha solicitação é somente para encaminhar as sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas V. Exª as encaminhou a tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já está contemplado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, qual é a proposta que faço a V. Exªs? Que hoje, durante o dia de hoje, esgotemos o processo de discussão e apresentação das propostas, para que tenhamos consciência de todas as propostas e para que tenhamos a certeza da modificação do relatório do Sr. Deputado Odair e, no prazo a ser definido por esta Comissão, se no decorrer desta semana ainda, possamos iniciar o processo de votação.

Eu queria ouvir V. Exªs para transformar a sessão de hoje em uma sessão de debates e de apresentação dos votos em separado e das sugestões. Aí, definimos uma data, para, a partir dela, apenas definirmos a nossa deliberação. Essa é a sugestão, para que não fiquemos aqui em oito, discutindo uma questão material bem apresentada pelo Deputado Domingos Sávio e que merece, efetivamente, o reparo e a atenção desta Presidência.

Continuo ouvindo V. Exªs.

Deputado Bruno Araújo, já comentando a posição desta Presidência.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, acho que V. Exª sintetiza. É importante lembrar que, mais do que questões materiais, o que eventualmente possa parecer boa-fé do Relator, pelo fato de não haver objetivamente a redação final, esse inquérito, mais do que o relatório, chegando à Procuradoria-Geral da República, não há como haver o discernimento do que pode ter sido erro material ou não. V. Exª imagina esse material averiguado esta manhã, o tempo necessário para que se possa estabelecer.

A outra questão, Presidente Vital do Rêgo, que peço a V. Exª possa ser levada em consideração é sobretudo sobre o dia de amanhã. Amanhã, na Câmara dos Deputados, nós estaremos votando nada mais nada menos do que reforma política. Então, V. Exª imagine toda a demanda que envolve os partidos políticos para deliberarem nas suas bancadas esse tema!

Então, já na proposta objetiva, reservando o mérito da discussão do relatório que venha a de fato ser votado, discutir com V. Exª e apresentar uma data absolutamente responsável para a conclusão e leitura desse material e que nos permita amanhã nos dedicarmos, na Câmara dos Deputados, ao tema reforma política. É essa a consideração que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A ideia é continuarmos a discussão, a apresentação dos votos em separado, a apresentação das

sugestões, esgotarmos todo o dia de hoje na discussão e, ao final da reunião, ouvindo todas as lideranças, marcarmos a data da votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Eu queria que V. Exª levasse isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Levarei em consideração.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Porque, de qualquer forma, ao meio dia, inicia-se um debate na bancada sobre reforma política e não estarei presente. Levo a V. Exª essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chegou mais um voto em separado do Deputado Pitiman.

Quero ouvir a Deputada Iris, que está inscrita, e, depois, o Deputado Carlos.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria, no curso dessas observações que estão sendo feitas acerca da questão da redação do relatório, de colocar que, no Relatório 1, p. 127, no trecho em que diz que Alexandre Milhomem é questionado sobre o custo da decoração da casa, o questionamento foi feito por mim aqui na sessão em que ele aqui esteve e consta que ele foi questionado pela Senadora Lúcia Vânia, que nem faz parte da CPMI. Então, eu gostaria de registrar isso e pedir que houvesse essa correção também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio, com a palavra.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, demais membros desta CPI, quero apenas fazer um registro importante. Reconhecido por V. Exª, como Presidente, que não há uma redação final a ser dada, eu chamo a atenção dos nossos colegas para o fato de que o eventual voto em separado ou relatório aprovado será encaminhado à Procuradoria-Geral da República. E, Sr. Presidente, é evidente que nós não podemos encaminhar à Procuradoria-Geral da República volumes com menções equivocadas das mais variadas ordens.

O Senador Alvaro Dias fez menção a várias inclusões do nome do jornalista Policarpo, várias inclusões do nome do Procurador-Geral. Não dá simplesmente para o Relator dizer assim: "Vamos desconsiderar aquilo que faz menção a eles", porque esses volumes serão encaminhados ao Procurador-Geral. E não é possível que não façamos uma nova redação aqui, corrigindo, ou, melhor, adequando ao voto do Relator, porque o voto, tal como está elaborado nos anexos, vai gerar uma dúvida não só para nós, mas particularmente para o Procurador-Geral da República, ao recepcionar um documento com vários equívocos e várias contradições.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª se manifesta favorável a concluir hoje o processo de discussão e aí marcarmos a data de votação? Concorda com a manifestação?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, Sr. Presidente. É o contrário: eu entendo que devemos refazer esse voto para corrigir os eventuais equívocos e amanhã fazermos a reunião que V. Exª propõe seja feita hoje, ou seja, discutirmos os anexos que tenham realmente informações fidedignas e não como este em que, em cada equívoco apontado, o Relator, de forma improvisada, diz: "Então, suprime; então, suprime". Eu não posso votar um relatório nesse nível. No dia de amanhã, teremos condições de fazer a sessão que V. Exª propõe seja feita hoje, mas corrigidos todos os equívocos do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estava inscrito o Deputado Armando Vergílio. Com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, no sentido de colaborar com V. Exª, tenho uma dúvida acerca do Regimento Comum da Câmara e do Senado em relação ao art. 39, que diz o seguinte:

> *Art. 39. A discussão se encerrará após falar o último orador inscrito. Se, após o término do tempo da sessão, ainda houver inscrições a atender, será convocada outra, ao fim da qual estará a discussão automaticamente encerrada.*

Ou seja, nós não podemos garantir que, na sessão de hoje ou na de amanhã, como o Deputado Carlos Sampaio está propondo, possamos encerrar a discussão, porque todos os oradores inscritos deverão falar.

Eu não sei quais oradores já se inscreveram, mas acredito que sejam muitos. Então só faço esta ponderação porque... A não ser que a gente parta mais uma vez para um entendimento em relação a essa questão.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª foi prudente na manifestação, embora se reporte aos efeitos de plenário, que podem, de certa forma, ser adaptados a esta plenária, mas V. Exª tem sido prudente, até porque nós devemos respeitar todas as ordens de inscrição dentro de uma reunião específica para a discussão da matéria.

Então, louvo a atitude de V. Exª. Esta Presidência terá cuidado no encaminhamento de uma definição final a respeito do encerramento da discussão. Nós devemos ouvir todos os oradores que se propõem a discutir o relatório do eminente Deputado Odair Cunha, que está com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, esse tema das exclusões é um tema a respeito do qual eu já me manifestei.

Quero dizer também o seguinte: no que diz respeito à conduta do jornalista Policarpo Júnior, as referências que estou admitindo revisar aqui e retirar são as referências que o incriminam, porque há, por exemplo, na individualização da conduta de Jairo Martins, referência ao jornalista, mas incriminando o Jairo, não o jornalista. Estou estabelecendo esse limite para ficar claro para V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos dar a palavra aos autores dos votos em separado.

Desculpe, Mendes. Com a palavra V. Exª.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) –. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, nós estamos assistindo aqui a algo paradoxal. Em primeiro lugar, de todas as CPIs de que tive oportunidade de participar como integrante ou como pessoa que venha assistir às reuniões, esta atual CPMI foi a que conseguiu mais modestos resultados. A prova disso é a dificuldade em se fazer esse relatório, um relatório que mostre aquilo que foi investigado, aquilo que realmente se conseguiu agregar de provas para cumprir o objetivo da CPMI, que era a proteção do Estado brasileiro, a proteção do Erário público, a criação de uma metodologia que nos permita combater a corrupção, ter um estímulo que induza à não prática de atos delituosos e, em terceiro lugar, uma contribuição para punir de forma exemplar aqueles que delinquirem.

Pois bem, sem nenhuma incriminação, nem ao Sr. Presidente Vital do Rêgo, que foi um excepcional Presidente, nem ao Relator nem a todos os integrantes, nenhuma incriminação, o fato é que esta CPMI não conseguiu praticamente nenhuma quebra de sigilo mais significativa, a não ser aquelas seis ou oito empresas fantasmas cítricas.

Nós dissemos que havia 20 empresas ainda cujos sigilos deveriam ser quebrados, que receberam recursos da Delta. Fomos contestados, dizendo aqui o Relator que não são 20; são quase 100 empresas que foram constatadas. Ou seja, nós chegamos à beira do cofre, e não abrimos a chave para saber realmente o que houve de delituoso em toda essa distribuição de recursos, que podem ter sido encaminhados depois dessas empresas fantasmas, essas empresas laranjas, a agentes políticos, podendo caracterizar atos delituosos com extrema facilidade, porque esses recursos estariam sendo encaminhados a essas pessoas.

Por isso o que nós estamos vendo hoje é paradoxal, Sr. Presidente. Se, por um lado, o relatório contém tantas falhas, dezenas de citações de jornalistas, citações negativas, citações do Procurador-Geral da República – exijo uma revisão desse relatório final –, também esse relatório é muito incisivo ao pedir o indiciamento pessoal, fulanizado de certos elementos e sem pedir de outros.

Por tudo isso, Sr. Presidente, achamos que não dá para votar um relatório nessas condições, paradoxalmente tão preciso nas solicitações de indiciamento e, por outro lado, tão vago, tão modesto nos seus resultados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, a rigor, tivemos, ao longo desses meses, a constatação de que esta CPMI foi transformada em grande fórum de embate político.

A apresentação do relatório só reafirma aquilo que se constatou: não se investigou o que deveria ter sido investigado. Como é do conhecimento de todos, apenas se reproduziu aquilo que já havia sido apurado nas instâncias do Ministério

Público, da própria Polícia Federal. Lamentavelmente, a apresentação do relatório, com negociações feitas após a sua publicação, acomoda aqui, acomoda de lá, para tentar fazer maioria para a aprovação do texto, com a retirada, de forma correta a meu ver, dos jornalistas mencionados indevidamente, como do próprio Procurador-Geral da República.

Sempre manifestei a minha dúvida em relação à competência de uma CPMI ouvir governadores de Estados, devido ao princípio básico da autonomia federativa, da autonomia de cada ente que compõe a Federação brasileira. Essa dúvida mantém-se, mas soma-se a uma certeza: CPMI não tem poderes para indiciar governadores de Estados. Portanto, o que se está vendo é, mais uma vez, uma cena lamentável por todo o esforço que tenha sido feito pelo nobre Relator, que continua tendo o meu respeito. Compreendo as dificuldades políticas que o Relator enfrentou para chegar até aqui, mas não é possível que o Congresso Nacional, em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, já tão desgastado como instituição perante os olhos do Brasil, da nossa opinião pública, de uma sociedade cada vez mais atenta, despreze um dos seus últimos instrumentos que possuem credibilidade, que são exatamente as CPMIs ou as CPIs. O que está acontecendo é muito grave para a história do Congresso Nacional, para a responsabilidade que temos como representantes da sociedade, do povo, dos Estados, porque, lamentavelmente, após arranjos aqui, negociações acolá, acomodações mais adiante, o texto reafirma a intenção política da sua origem.

Vamos relembrar os objetivos do Governo, da maioria do Governo, com a criação da CPMI, lembrando sempre que CPI é instrumento de minoria. É a primeira vez na história recente do Brasil e, talvez, dos parlamentos, que um governo dá sustentação e apoia a criação de uma CPMI.

Pois bem, quis o Governo instalar a CPI para atingir o Procurador-Geral da República, atingir o jornalista Policarpo e atingir o Governador de Goiás, da oposição, do PSDB, Marconi Perillo. Percebendo que não lograria êxito na tentativa de atingir a imprensa livre do Brasil, jornalistas e também o douto Procurador-Geral da República, restou tão somente a tentativa de atingir politicamente o Governador de Goiás. Aqui não temos uma peça investigativa; aqui temos um discurso para palanque. Isso aqui será usado em palanque político para atingir reputações.

Portanto, indago a V. Exª, para concluir, se há intenção da Presidência, bem conduzida ao longo dos trabalhos por V. Exª, se a votação dos votos em separado já apresentados se inicia hoje, ou se será a partir da reunião de amanhã, para que possamos tentar unificar as posições daqueles que tenham responsabilidade em não condenar inocentes, nem absolver culpados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima, nós vamos ler e debater todos os votos e todas as sugestões que foram encaminhadas até o presente momento da sessão de hoje.

A partir de hoje, haveremos de marcar a data para votação dos votos. Se amanhã, depende apenas do calendário, da agenda do Congresso Nacional, porque a Câmara, segundo o Líder do PSDB, tem uma agenda importante amanhã, mas há

divergências. O Onyx já me fala da possibilidade de marcar e podemos marcar, inclusive, para amanhã a sessão de votação; depende exclusivamente desta Comissão, porque esta Presidência está disposta a marcar a qualquer hora.

Hoje é que não tem votação. Isso, para tranquilidade de V. Exª, que quer construir uma solução.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem muito curta, mas relevante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dentro de alguns segundos, vou coletar a assinatura dos membros desta CPMI, para que possamos ter um requerimento extrapauta, a fim de aprovarmos... porque fizemos uma atenta leitura de todas as atas. E, se tivermos a eventualidade de o relatório do Deputado Odair Cunha, por qualquer razão, vier a ser rejeitado, porque é no corpo do relatório que se faz a transcrição de uma vontade, que é da maioria desta Comissão, que é da transferência dos sigilos fiscais, bancários e telefônicos disponíveis ao Ministério Público.

Então, o Relator Odair Cunha preparou o Requerimento, de nº 1.104 – está aqui em minhas mãos –, e vou solicitar as assinaturas, para que V. Exª coloque ainda antes de qualquer votação, lá quando for o momento das votações, para que a gente garanta, na pior das hipóteses, que todos os acervos e os sigilos estarão legal e oficialmente o compartilhamento, que até hoje ainda não o fizemos.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Prudente a manifestação de V. Exª.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, que vai ser o primeiro, por inversão com o Deputado Onyx, primeiro relator do voto em separado.

Mas, antes, uma precedência feminina.

Tem a palavra V. Exª. Use o microfone, por favor.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de fazer algumas considerações aqui a respeito do relatório apresentado e discutido, num primeiro momento, numa discussão bastante acalorada, em relação a muita coisa que não teríamos tempo de tomar conhecimento. Acho que agora todo mundo já teve a oportunidade de ler esse relatório. Se não leu, enfim, tempo houve.

Considero que a rejeição do relatório do Deputado Odair Cunha seja um tiro na imagem do Congresso Nacional. Isso significa, Sr. Presidente, que toda a Casa é afetada com gravíssimos prejuízos no plano institucional. Pior: o Congresso Nacional sai manchado com a imagem de conivente com o crime organizado e com a contravenção.

A despeito de todas as críticas feitas ao relatório, deveria ser aprovado como mais um esforço, dentre os inúmeros que se realizam, com o intuito de passar o Brasil a limpo. Na verdade, a derrota do relatório é a derrota de todos os que se unem hoje num brado contra a corrupção e o crime organizado.

A rejeição do relatório é um evidente retrocesso, que reforçará uma imagem extremamente negativa dos Parlamentares, num momento em que o Supremo Tribunal Federal conclui uma jornada histórica que muda os rumos do País; fragiliza-se igualmente o instituto das CPIs como instrumento legítimo para apurar irregularidades e apontar culpados; fragiliza-se igualmente quaisquer institutos do Parlamento que visem o combate sistemático à corrupção.

Portanto, a derrota do relatório é uma derrota para a democracia brasileira; é um retrocesso de consequências gravíssimas para o presente e o futuro do País. Além disso, joga-se, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, por terra um trabalho de Parlamentares que durou 32 sessões, 6 meses de investigações, mais de 13 mil contas com sigilo quebrado, 1.391 documentos recebidos, 1.226 requerimentos, sendo 591 votados, 35 depoentes, sendo que 19 ficaram calados.

Como disse o Relator Odair Cunha, quem votasse contra o texto, votaria, sim, a favor da quadrilha de Carlinhos Cachoeira. Não haveria necessidade de esta CPI ter sido criada se o agente público não estivesse presente em todas as ações.

Sr. Presidente, pedi pela liderança. Tem mais um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Dois minutos, Sr. Presidente.

Portanto, a não aprovação, independente das questões que se colocaram aqui, será um triunfo para a corrupção e para os que se associaram à contravenção, como o Governador Marconi Perillo, que, segundo o relatório, cometeu seis crimes: formação de quadrilha, corrupção passiva, advocacia administrativa, tráfico de influência, falso testemunho e lavagem de dinheiro.

Marconi Perillo tinha, sim, tarefas específicas para cumprir em prol da organização criminosa, recebia recursos financeiros periódicos da quadrilha de Cachoeira. Ele próprio era o comandante das operações criminosas. Além disso, a não aprovação beneficia oito secretários, ex-secretários, assessores e ex-assessores do Governo de Goiás, cujos nomes aparecem fartamente nas gravações.

Com isso, outra vez, o Judiciário terá que fazer o papel que cabe ao Congresso Nacional, o que significa o superfortalecimento de suas ações e a desmoralização do Parlamento – um verdadeiro desastre institucional e um flagelo no que diz respeito ao equilíbrio dos Poderes.

Era a manifestação que tinha de fazer aqui.

Sr. Presidente, obrigada pela compreensão e pelo tempo que me dedicou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o primeiro orador, para a apresentação, porque foi assim que definimos, do seu voto em separado.

V. Exª, regimentalmente, tem direito a 15 minutos.

Esta Presidência está consensualizando em 10 minutos, porque é um tempo por demais suficiente para a apresentação desses votos.

Com a palavra o atuante Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou fazer um resumo do voto em separado.

Ao fazer este resumo do voto em separado, de 73 páginas, quero prestar uma homenagem a Elza Brito da Cunha e à assessoria da liderança do PPS, como um todo, que, durante esses meses, trabalhou incansavelmente, para que pudéssemos chegar a esse voto em separado, fruto de investigação e pesquisa, durante todo esse processo da CPMI.

Sr. Presidente, as investigações da CPMI do Cachoeira foram incompletas, grande parte de seus membros patrocinou blindagens de políticos e empresas, além de sucumbir a pressões do Palácio do Planalto, para deixarem de fora do relatório final aliados do Governo.

Também foi barrado o aprofundamento da apuração de contratos da Delta com a União, Estados e Municípios e estatais.

Esta é a base do meu voto em separado, que agora apresento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

No nosso voto em separado, pedimos investigações sobre o uso da máquina pública para angariar doações de empresas com contratos com o Departamento Nacional de Infraestrutura, com contratos do DNIT, para campanha da então candidata a Presidente Dilma Rousseff. Defendemos a necessidade de apuração de ligação de cinco governadores: Marconi Perillo, de Goiás; Agnelo Queiroz, do Distrito Federal; Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro; Siqueira Campos, do Tocantins; e Sinval Barbosa, do Mato Grosso, com organização criminosa chefiada pela Delta Construção e operada por Carlinhos Cachoeira.

No caso das doações para a campanha da Presidente Dilma, é necessário esclarecer que credenciais tinha o tesoureiro da campanha, o atual Deputado Federal José de Filippi, para, em reunião do DNIT, pedir que o então Diretor do órgão, Luiz Antônio Pagot, acionasse empresas com contratos no departamento para angariar recursos.

É imperativo saber por que os doadores se apressaram em comprovar para o Luiz Antônio Pagot que as doações foram realizadas.

Lembro que, em depoimento da CPMI, Pagot confirmou que foi procurado no DNIT pelo tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, que lhe pediu – entre aspas: "Olha, as maiores você não precisa se preocupar, que isso é assunto do comitê de campanha. Se você puder pegar mais 30 ou 40 empresas para fazer uma solicitação, você solicita que apresentem a doação na conta da campanha".

Na nossa avaliação, o depoimento de Pagot confirmou que partidos políticos, ávidos por doações para as eleições, utilizam-se de órgãos estratégicos do Governo, com orçamentos expressivos, para que atuem como facilitadores dessas doações. Se nada foi feito à margem da lei, como declarou com muita dúvida o ex-Diretor do DNIT, no mínimo alguns fatos devem ser apurados.

Com relação aos governadores, argumento que, embora fosse imprescindível o depoimento deles, notadamente o do Estado do Rio de Janeiro, o espírito republicano sucumbiu. É forçoso reconhecer a prevalência do partidarismo mais retrógrado, tanto que a decisão política pela blindagem dos governadores foi motivada pelo temor da repercussão do depoimento de cada um deles nas eleições municipais de 2012 e nos demais pleitos que a sucederam.

O que ficou claro é que o "acordão" entre Parlamentares e diversos partidos, mencionado nos corredores da CPMI, assegurou-lhes a não convocação. No entanto, os textos dos requerimentos oferecem as pistas acerca do envolvimento desses governadores com o grupo criminoso e apontam para os contratos de obras de engenharia firmados pelos órgãos estaduais com a Delta Construções S.A., em afronta à lei de licitações ou com valores superfaturados nos próprios contratos ou de seus aditivos. São indícios de que esses fatos podem e devem ser perseguidos em outras esferas de investigação.

Eram necessários pelo menos mais 180 dias para a conclusão dos trabalhos. Reforço que a luta da minoria para o aprofundamento dos trabalhos foi em vão. Mais do que tempo, faltou à Comissão vontade politica para esgotar as principais suspeitas cujos fatos obrigariam trilhar linhas de investigação nunca antes enfrentadas.

Os governistas, como se presumia inicialmente, tinham interesse em encerrar os trabalhos o quanto antes, sem as efetivas investigações exigidas pela gravidade das suspeitas. Nunca é demais lembrar a estratégia arquitetada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de usar a CPMI para desviar o foco da imprensa do julgamento do mensalão.

Apontamos ainda que a CPMI caminhou na direção de tentar aliviar a responsabilidade do dono da Delta, empresário Fernando Cavendish. Apesar da blindagem, essa estratégia não enganou a sociedade, que percebeu e denunciou a manobra. Com o avançar dos trabalhos, ficou evidente que o principal protagonista do esquema criminoso não é Carlos Augusto Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, mas a empresa Delta, por meio do seu proprietário.

Na nossa avaliação, os principais erros estratégicos da CPMI foram: a tentativa de intimidar jornalistas e atentar contra a liberdade de imprensa e a investida contra o Procurador-Geral da República, além da omissão em relação aos governadores e a dispensa de depoentes munidos de *habeas corpus*.

Nosso voto traça também um perfil da Delta, apontada por ele como centro do esquema criminoso. É impressionante a evolução patrimonial da empresa, que, em 22 anos, pulou de um patrimônio líquido de R$50 milhões para R$1,1 bilhão, uma variação de 804% em valores corrigidos.

De acordo com dados declarados pela própria empresa à Receita Federal, nos anos-base 2009 e 2010, as principais fontes pagadoras da empreiteira podem ser agrupadas em:

a) recursos do Governo Federal;

b) recursos dos governos estaduais e municipais agrupados por região;

c) recursos oriundos de outras empresas ou consórcios.

Quase a metade dos recursos recebidos pela empresa Delta, nos dois anos analisados, veio de contratos com o Governo Federal, 49,4%.

Em seguida, aparecem os recursos obtidos junto a governos estaduais e a prefeituras da Região Sudeste, especialmente dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A Região Centro-Oeste, tendo agregado o Estado de Tocantins, aparece em terceiro lugar como fonte de receitas: 9,4%. A maior parte dos pagamentos realizados à empresa é feita em função de obras e contratos do PAC.

Lembramos, ainda, que os contratos da Delta com o Governo Federal aumentaram em número e valor justamente quando vieram a público as denúncias do então Deputado Roberto Jefferson acerca do chamado mensalão.

Nesse contexto, a Delta, objetivando uma fatia cada vez maior de participação no Governo Federal, contratou, no final de 2008 e por um período de seis meses, a JD Assessoria e Consultoria, de propriedade de José Dirceu, ex-Ministro do Governo Lula, para melhorar a sua *performance*. A contratação foi paga pela Sigma Engenharia, da qual Fernando Cavendish era um dos sócios. Essa parceria deu certo. Os contratos da empresa com o Governo saltaram de R$393 milhões, em 2008, para R$788 milhões, em 2009.

Com relação à Sigma, reforço lembrando que os dois ex-sócios de Cavendish na empresa, Romênio Marcelino Machado e José Augusto Quintella, denunciaram com gravações que o dono da Delta afirmava comprar parlamentares para aprovar projetos com o Governo.

Mesmo diante desse tipo de declaração, não houve maior interesse desta CPMI em aprofundar as investigações sobre a Delta.

Há de se ressaltar o empenho de alguns integrantes da CPMI em não ouvir os ex-sócios da Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., comprada pela Delta, apesar do requerimento aprovado pela Comissão para ouvi-los. Eles nunca foram convocados.

Ressaltamos, ainda, as suspeitas que recaem sobre o empresário Marcelo Limírio Gonçalves, dono de conglomerados farmacêuticos e várias outras empresas. Limírio, com todo o seu poderio econômico, em determinados momentos, alimentou ou serviu de suporte para alguns dos integrantes da quadrilha. Chegou, inclusive, a pagar mais de R$3 milhões para o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos defender Cachoeira.

Recomendo o envio do presente relatório à Polícia Federal, ao Ministério Público do Estado de Goiás e em todos os Estados onde Limírio mantém negócio, à Receita Federal do Brasil e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a fim de que realize, a partir dos dados colecionados pela CPMI, uma ampla investigação patrimonial, pessoal e fiscal, em face das suspeitas sobre a pessoa física e as pessoas jurídicas titularizadas pelo empresário, que tem negócios no Brasil, no Uruguai e nos Estados Unidos.

A conclusão a que se chega é de que foram aprovados apenas 51,7% dos requerimentos apresentados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BUENO – Isso demonstra que o número elevado de fatos a investigar foi incompatível com o tempo exíguo de funcionamento da Comissão, o que poderia ter sido contornado com a prorrogação de seu prazo de vigência.

Lamentavelmente, esta Comissão não avalizou a continuidade das investigações. Reforçamos as críticas ao Relator, que não quis investigar os fatos correlatos, ligados especialmente ao objetivo principal.

Infelizmente, o Relator e os Parlamentares da base governista lutaram para impedir a quebra de sigilo de empresas criadas para receber recursos provenientes da empresa Delta, obtidos em licitações fraudulentas.

Por fim, faltou à CPMI averiguar por completo como a organização criminosa conseguiu infiltrar-se em estatais e quais agentes públicos e privados estavam envolvidos, direta e indiretamente, no esquema.

Essas, Sr. Presidente, são as considerações que fazem parte do meu voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, inclusive a disciplina com o tempo – V. Exª terminou exatamente no tempo aprazado.

Deputado Onyx com a palavra, por 10 minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS. *Fora do microfone.*) – ...logo depois eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, Deputado Ronaldo.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, demais pares desta Comissão, estamos debatendo, discutindo o relatório do Deputado Odair Cunha e buscando formar o nosso juízo com respeito à aprovação ou não desse relatório.

Queria me posicionar, esta manhã, em nome do PR, pedindo vênia aos meus colegas que pensam ao contrário, mas entendo que o relatório produzido pelo Deputado Odair Cunha reflete a realidade do que aconteceu aqui nesta CPMI, nesta Comissão.

É claro que a posição de um relator numa CPMI é uma posição de difícil caminhada, até porque uma CPMI, uma CPI é contaminada pelo debate político, pelo espírito partidário. Mas, analisando o relatório com a minha assessoria, entendi que o Relator chegou ao possível de refletir a realidade do que aconteceu aqui. É claro que os nossos colegas, especialmente aqueles que se dedicam mais à investigação, querem um desdobramento desta CPMI, nas investigações. Isso o Relator já está recomendando no seu relatório.

Mas eu estranharia, sim, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares, a posição do Relator se ele viesse aqui incriminando o Sr. Paulo Preto, Paulo Vieira de Souza. Eu estranharia porque todos nós sabemos que o senhor denominado Paulo Preto tem uma presença muito forte no PSDB, um partido de oposição ao Governo. Mas eu lendo o relatório – parece-me que no Volume I, à p. 499 –, está escrito o seguinte: "Os trabalhos realizados por esta CPMI não identificaram eventual participação de Paulo Vieira de Souza e Luiz Antonio Pagot na organização de Carlos Cachoeira."

Então, vejam, eu não consigo enxergar no relatório do Deputado Odair Cunha uma tendência política de proteger este e condenar aquele. Até porque esse cidadão veio aqui, deu uma aula para todos nós, explicou tudo o que tinha para explicar, e, no que diz respeito à organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira, eu, por exemplo, não vi, não percebi absolutamente nada que pudesse incriminar esse cidadão. E o Relator vem aqui e diz: "Não, não tem nada a ver com o Paulo Preto, com a organização de Carlos Cachoeira."

Por outro lado, estranharia eu também, Sr. Presidente, se o Relator colocasse nesse relatório o Governador Agnelo Queiroz, incriminando-o ou sugerindo que ele tivesse qualquer participação com a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Por quê? Na vinda do Governador Agnelo Queiroz, aqui, ficou claro, ficou patente, que não havia vínculo algum. Aliás, inclusive as perguntas que foram feitas ao Governador Agnelo, na quase maioria absoluta não tinham nada a ver com a organização de Carlos Cachoeira. Ficaram perguntando, aqui, sobre o Ministério dos Esportes e levantando coisa lá de trás.

Então, o Relator vem aqui e me convence de que ele fez um relatório com espírito público, mostrando a realidade do que aconteceu. É claro que nós ficamos um pouco frustrados, gostaríamos do desdobramento das investigações, gostaríamos que avançasse, mas uma CPI precisa ter um relatório final. Poderão vir outras CPMIs, CPIs, outras investigações, que inclusive estão sendo recomendadas ao Ministério Público e à Polícia Federal, que já estava fazendo um trabalho, apenas uma complementação daquilo que fizemos aqui.

De forma, Sr. Presidente, que quero reconhecer que o relatório do Deputado Odair Cunha deve ser aprovado, até porque, com esses dois exemplos que coloquei aqui, já dá para estarmos convencidos de que houve realmente espírito público e que agiu na maior estrita vontade de ver a realidade daquilo que aconteceu aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx por 10 minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, o início desta CPMI poderia ter encaminhado para uma investigação extremamente profunda, haja vista o volume de tomos que o Relator precisou para poder incluir todos

aqueles documentos, os anexos, as quebras de sigilo, e a análise do material disponibilizado para esta CPMI.

Não há dúvida alguma deste Parlamentar, e esta é a razão do meu voto em separado, de que esta CPMI mereceria ter, no mínimo, mais 6 meses ou talvez até 1 ano de continuidade. Porque nós iniciamos para analisar uma quadrilha que originalmente era envolvida com jogos e atividades ilegais na área de jogos, do jogo do bicho aos videobingos, mas que, dado a ter desenvolvido uma *expertise* na cooptação de agentes públicos, cresceu de importância, porque passou a atrair outra quadrilha, na minha visão muito maior, muito mais bem organizada e muito mais danosa ao interesse público brasileiro, que é a quadrilha que se albergava, e se alberga hoje ainda, sob a sigla de uma empreiteira de obras públicas chamada Delta Construções.

Quando a operação da Delta no Centro-Oeste se une à quadrilha de Carlinhos Cachoeira, ela perpassa as fronteiras estaduais; ela atinge, no mínimo... Os dados da CPMI apontam a permeabilidade dela no Estado de Goiás, no Distrito Federal e no Estado de Tocantins. Isso já está no relatório, que tenho que, tristemente, apesar do respeito ao Relator, chamar de "relatório chapa branca", porque, de maneira clara, procurou proteger, salvaguardar outros interesses, alguns localizados lá no Estado do Rio de Janeiro, como o ex-Governador Leonel Brizola lembraria, se ainda estivesse vivo; e outros, sem dúvida alguma, relativos ao Governo Federal. O relatório acabou trazendo também à luz, no depoimento do Sr. Pagot, aqui nesta Comissão, o cometimento de crime, na minha visão, que fez com que até fosse apresentada uma denúncia à Procuradoria Geral da República, porque, sem dúvida alguma, ele admitiu, aqui, ter agido em uma função pública para cooptar recursos para uma campanha eleitoral. De maneira clara e desassombrada, foi confessado aqui, no âmbito de uma das nossas reuniões.

E eu queria, neste breve tempo, pelo menos poder lembrar o equívoco cometido por esta CPMI. No momento em que aqueles que aqui vieram escudados em *habeas corpus*, na minha visão emitidos sem uma atenção acurada – e aí vai uma crítica construtiva ao Supremo Tribunal Federal –, e a CPMI, que poderia e deveria se valer do princípio da construção probatória através dos questionamentos, simplesmente exibiu o direito constitucional salvaguardado no *habeas* e essas pessoas foram imediatamente liberadas de todo e qualquer depoimento, de todo e qualquer esclarecimento, impedindo até que o Deputado Odair Cunha, nosso Relator, pudesse receber denúncias ou investigações das equipes que atuavam dando suporte às diversas bancadas.

Então, quero aqui deixar o meu veemente protesto registrado e a esperança de que futuras CPIs do Congresso Nacional não sigam essa trilha, que foi inovadora, mas que o fez equivocadamente, ao liberar as testemunhas. As testemunhas deveriam ficar até a última pergunta existente e deveriam, por 1, 2 ou 3 horas, se assim lhes aprouvesse, continuar repetindo que "permaneceriam em silêncio", direito garantido constitucionalmente. Mas não retiraria dos Parlamentares o direito ao

diálogo e à construção de outros caminhos investigativos que esta CPMI se viu privada ao longo da sua ação.

Por outro lado, a junção da quadrilha de Carlinhos Cachoeira com a quadrilha pilotada pela Delta já é encontrada numa análise que consta do meu voto em separado. E tento fazer a síntese rápida de um documento que talvez merecesse mais de 1 hora de reflexão pela profundidade e pela qualidade do trabalho desenvolvido. Mas vou me ater à p. 15 do meu voto em separado, que demonstra, de maneira cabal, que a empresa Delta, logo após a contratação do Sr. José Dirceu como seu consultor e apoiada na ação objetiva do Sr. Luiz Pagot, então Diretor Geral do DNIT, ela obteve, de 2008 para 2009, um crescimento extraordinário.

Se nós somarmos todas as grandes construtoras brasileiras – e aí eu quero lembrar, nominalmente, Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez –, todas elas, somadas, prestando serviço ao DNIT, no ano de 2009, a Delta faturou praticamente o dobro do que todas elas somadas. No ano de 2009, faturou praticamente o dobro. No ano de 2010, chegou a faturar quase três vezes o valor das cinco maiores empresas empreiteiras brasileiras.

Da mesma maneira, eu quero lembrar que à página 17 desse mesmo relatório, nós analisamos algo extraordinário. De acordo com o DNIT, no período de 1996 a 2012, foram celebrados 361 instrumentos complementares a contratos que a Delta tinha com o DNIT. Desses, 190 sofreram termos aditivos. E aí havia um *modus operandi* dessa empresa, no momento em que ela colocava seu preço 20% abaixo, ou tinha dispensa de licitação, ou entrava abaixo das suas concorrentes. Depois, cooptava aqueles que respondiam pela capacidade de recuperação financeira desses contratos, e ela conseguia contratos aditivos que são inexplicáveis, como, por exemplo, dois contratos aqui, um celebrado em 2009 e que se concluiu em 24 de novembro de 2012, que teve um percentual de aditivamento de 222%. Não tem matemática que atinja isso. Da mesma maneira, numa obra no Maranhão, na BR-135. Da mesma maneira, um contrato no Pará, na BR-422, onde, num período, recebe 108% de termo aditivo.

Aí, fiz a comparação, usando o INCC acumulado pelos períodos de vigência do contrato. O máximo que se poderia ter no contrato do Maranhão, Sr. Presidente, era 23,3% de aditivamento. O contrato teve 222%. No caso do contrato no Pará, era 44.5%, o contrato teve 108% de aditivamento.

Eu falo muito rapidamente nesses dois pontos porque eles espelham, com clareza, o que a CPI se negou a investigar, ou seja, o profundo desvio de dinheiro público pelos ralos da corrupção. E esta CPMI, tendo esses dados em mãos, tomou deliberadamente, por determinação do Governo Federal – e os partidos da Base aliada seguiram –, a determinação de não investigar.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria avançar nesta análise, que é pontual, em virtude da exiguidade do tempo, para uma breve arquitetura das atividades ilícitas da Delta. Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa empresa é um esquema de corrupção muito maior, porque ela lavou R$545 milhões em pouco mais de 5 anos, quase 6 anos. Ela é muito maior do que aquilo que foi o grande foco desta CPMI, que

é a organização de Carlinhos Cachoeira. A organização de Carlinhos Cachoeira é um apêndice, é um pequeno braço de operação de uma situação muito maior e que a Base do Governo, por orientação do Governo, resolveu suprimir ou impedir que esta CPMI investigasse.

Dos dados que chegaram à CPMI, verificou-se que a Delta enviou depósitos para empresas localizadas em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Ceará, que não foram sequer foco da investigação. Houve inúmeras tentativas dos Parlamentares para quebrar sigilo dessas 14 empresas, que receberam esses volumes que somam mais de R$400 milhões. Todos os esforços foram inócuos. E o Relator, em seu trabalho, cingiu a investigação, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Deputado, apenas para lembrá-lo de que o seu prazo já se esgotou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E eu vou pedir o meu tempo de Líder do Democratas para concluir, pelo menos por mais 4 ou 5 minutos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Três minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ok. Então, a análise desta CPMI deixa de fora R$435 milhões de recursos, que foram obviamente lavados, e se debruça apenas em R$110 milhões. Por que isso, Sr. Presidente? Esses R$110 milhões já estavam na Operação Monte Carlo, na Operação Vegas. Eles já haviam sido elucidados pela análise da Polícia Federal e do Ministério Público de Goiás.

Propositadamente, tudo o que é novo e esse conjunto de empresas que aqui está, Sr. Presidente, foram evitados, porque eles fatalmente chegariam ao núcleo de poder no Ministério dos Transportes e chegariam muito provavelmente ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Eu não tenho nenhuma dúvida disso.

Para isso, eu quero analisar a empresa Mamute, que, nem de perto, nem de longe, transitou como foco de interesse desta CPMI. E eu vou dar aqui alguns dados.

Essa empresa Mamute foi constituída em 7 de fevereiro de 2008. Só para que a gente tenha a clareza, Presidente, do que não se está fazendo nesta CPI. Ela foi registrada à Praça Moreira de Barros, Loja C, nº 24, Olaria. Seu nome fantasia é Fórmula 1.

Pois muito bem, onde essa Mamute funciona hoje na verdade funciona uma outra empresa chamada Hidrovtec Componentes Hidráulicos. Aí recebemos a confirmação de que a Hidrovtec e a Mamute estão situadas no outro endereço, na Rua Barreiros nº 1.293, no Bairro de Olaria, no Rio de Janeiro.

E por que a Mamute chamou a nossa atenção? Porque ela movimentou R$33,7 milhões, da sua fundação até o ano de 2011, sendo que, como se vê neste gráfico, Presidente, 77% desse dinheiro todo que saiu só da Delta foi movimentado no ano de 2010, coincidentemente um ano eleitoral. São R$21,358 milhões movimentados por essa empresa. E a CPMI fez vistas grossas a esse escândalo que está lá no Rio de Janeiro e que eu espero que o Ministério Público Federal investigue.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero chegar à p. 57 – e vou levar no máximo 1 minuto – do meu voto em separado, porque, volto a dizer, o senhor não estava aqui: o trabalho que está aqui precisaria de no mínimo meia hora, 1 hora, para que se pudesse ter uma pálida ideia do que esse conjunto de folhas que está aqui optou por não fazer, Sr. Presidente, deliberadamente, por determinação do Governo Federal e talvez por determinação do Sr. Fernando Cavendish, que, para mim, é chefe de quadrilha muito mais importante, muito mais forte e muito mais danoso ao País chamado Brasil do que talvez o Sr. Carlinhos Cachoeira.

E eu vou ler uma frase aqui da Exmª Ministra Cármen Lúcia. De forma muito sucinta, agora no julgamento do mensalão, ela disse uma frase que para mim é brilhante: "O dinheiro [Sr. Presidente] está para o crime assim como o sangue está para as veias". E, nesse caso específico, provavelmente o dinheiro público de todos os brasileiros resultante do esforço de cada um de nós, recurso que deveria retornar para o cidadão brasileiro na forma de serviço, está na verdade sendo cooptado, está sendo arrestado, está sendo saqueado de modo bucaneiro por uma organização criminosa que esta CPMI não teve a coragem de enfrentar – na verdade, houve a deliberada decisão partidária de muitos de proteger –, que é a Delta Construções e o Sr. Fernando Cavendish.

Ao Brasil foi negado o direito de ver a verdade vir à tona aqui, de permitir que as falcatruas fossem desvendadas e de assistir à punição dos culpados através de um trabalho sério do Congresso Nacional. Lamentavelmente, não é isso que estamos concluindo nesse trabalho. Por isso a preocupação que tive, Sr. Presidente, de apresentar o requerimento que vai permitir o compartilhamento dos sigilos fiscais e bancários para que a Procuradoria Geral da República possa chegar lá pelo conjunto de dados que estão nos nossos votos separados e chegar a essa quadrilha que, não tenho medo de dizer, é a maior quadrilha já organizada no território brasileiro.

Ela tem toda característica de uma organização criminosa, como o Sr. Odair Cunha coloca no seu território: tem chefia, é hierarquizada, tem metodologia, como a máfia. O triângulo de ferro que ele montou para caracterizar as ações da quadrilha de Carlinhos Cachoeira cabe como uma luva nas ações de Fernando Cavendish, da Delta, do Governo do Estado do Rio e do Governo Federal, no que diz respeito ao DNIT.

E eu concluo, Sr. Presidente, pedindo que este voto em separado e esta CPMI consigam levar todo o conjunto que nós reunimos aqui, que é um banco de dados extraordinário, ao conhecimento do Ministério Público Federal, para que permita que o Ministério Público Federal possa alcançar, em nome dos brasileiros, aquilo que lamentavelmente uma maioria chapa branca tomou a decisão de blindar, que é a verdade no DNIT. Roberto Jefferson já apontava o DNIT como fonte de financiamento do mensalão, até as operações que flagramos aqui nesta mesa ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Até a empresa Delta e todas as suas ramificações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É esse o voto em separado, Sr. Presidente.

Eu agradeço a paciência de V. Exª com a indignação deste Parlamentar por ver a corrupção não ser investigada em toda sua profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, meu queridíssimo companheiro Onyx Lorenzoni.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente. Apesar de todo apreço que a Bancada do PSDB devota ao Relator, Deputado Odair Cunha, não podemos considerar o seu relatório, porque a CPI parou exatamente onde deveria começar, ou seja, abdicou da sua responsabilidade de investigar.

O que traz o relatório do Deputado Odair Cunha é exatamente a compilação do resultado do trabalho apresentado pela Polícia Federal no Centro-Oeste do País. Quando chegamos além das fronteiras do Centro-Oeste, a CPI parou, foi impedida de caminhar, não avançou nas investigações que certamente revelariam um monumental esquema de corrupção à sombra do Poder Federal. Alguns Estados, vários Municípios envolvidos num esquema de corrupção que teve como matriz a empresa Delta Construções, do Sr. Fernando Cavendish.

O nosso voto em separado, portanto, diz respeito muito mais ao que não foi investigado do que àquilo que a CPI apresentou como investigação, apropriando-se, na verdade, basicamente do trabalho realizado pela Polícia Federal.

O nosso voto em separado tem 898 páginas. Já protocolamos representação com 670 páginas há algumas semanas. Está na Procuradoria Geral da República. Completamos com novas informações aquela representação, com material de prova que conseguimos colher durante as investigações e o indicativo de caminhos para que o Ministério Público possa perseguir informações a fim de responsabilizar civil e criminalmente os que participaram desta quadrilha organizada, numa combinação de forças de Carlos Cachoeira com Fernando Cavendish.

Dentro dos critérios que estabelecemos para a investigação, detectamos 18 empresas fantasmas. Essas empresas fantasmas recolheram R$421,6 milhões a partir da Delta. Supostamente, recursos da desonestidade, para pagamento de propina, como consequência do tráfico de influência, que culminou com o superfaturamento de obras, com licitações fraudadas ou com ausência de licitações em contratos onerosos que foram celebrados ou com aditivos que extrapolaram os limites da legislação. São empresas que foram constituídas para ocultação de valores, lavagem do dinheiro sujo e até mesmo evasão de divisas, cometendo crimes com o Sistema Financeiro Nacional e contra a ordem tributária nacional.

São 18 empresas caracterizadas como fantasmas, e esta CPI quebrou o sigilo de apenas seis delas, seis delas movimentaram R$108,8 milhões. Portanto, R$312 milhões não foram investigados.

Alguns colegas incluíram mais duas empresas que movimentaram R$128,5 milhões. Essas duas empresas foram incluídas em nossa investigação, mas tratadas de forma diferenciada, como suspeitas, porque não atendiam a todos os critérios por nós estabelecidos.

Consideramos taxativamente empresas fantasmas aquelas que se constituíram sem recursos humanos, sem capital, que não produziram equipamentos, que não transacionaram com equipamentos ou objetos, que não prestaram serviços, que não realizaram obras, ou seja, empresas que, na verdade, não existiram. Portanto, nós temos 20 empresas, 18 mais duas. Provavelmente, no voto em separado do Senador Randolfe, essas duas empresas serão citadas, com movimentação de R$128,5 milhões.

Portanto, essas 20 empresas movimentaram R$550 milhões, e R$441,2 milhões não foram investigados. Ou seja, a CPI fugiu à sua responsabilidade essencial.

Além disso, identificamos mais 42 empresas, por meio de relatório do Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que movimentaram R$358,8 milhões e também não foram analisadas.

Nós não as estamos antecipadamente definindo como empresas fantasmas, mas são empresas que tiveram relação financeira com a Delta e movimentação considerada atípica pelo Coaf. Portanto, devem ser investigadas pelo Ministério Público.

A CPMI deveria ter investigado, portanto, 56 empresas, 12 fantasmas, mais duas suspeitas e 42 indicadas pelo Coaf; mais as seis de que quebramos o sigilo, que totalizariam 62 empresas que movimentaram R$908 milhões.

Todas essas informações fazem parte, de forma extremamente detalhada, do voto em separado apresentado pelo PSDB a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Dessa forma, forte nas apurações desenvolvidas, sugere-se às autoridades competentes o aprofundamento das investigações, com indiciamentos, caso cabíveis, das seguintes personalidades: Fernando Antonio Cavendish Soares, tendo em vista evidências de fato e de razão da prática de crimes previstos nos arts. 288, quadrilha; 299, falsidade ideológica; 333, corrupção ativa; 335, fraude em concorrência pública, do Código Penal; bem como nas penas do art. 90, fraude, e 91, patrocínio privado, da Lei de Licitações; lavagem de dinheiro, art. 11 da Lei nº 7.492, caixa 2, em razão do conjunto probatório reunido no presente inquérito parlamentar.

Carlos Roberto Duque Pacheco, da Delta Construções, tendo em vista evidência de fato e razão – e elencamos os mesmos artigos do Código Penal.

Heraldo Puccini Neto, tendo em vista também as mesmas evidências.

Luiz Antônio Pagot, tendo em vista as evidências dos crimes previstos nos arts. 288, 312, 317, 321, 325 e 335.

Eu repito: nós não estamos pedindo o indiciamento, já que essas figuras públicas não foram investigadas como deveriam ter sido investigadas por esta CPI. Estamos recomendando ao Ministério Público que aprofunde as investigações e, se os ilícitos forem comprovados, adote as providências que estes casos requerem.

José de Filippi – é o tesoureiro –, tendo em vista as evidências de fato e de razão da prática de crimes previstos nos arts. 288, formação de quadrilha; 321, advocacia administrativa; 333, corrupção ativa, do Código Penal; bem como nas penas do art. 11 da lei do caixa 2, em razão do conjunto probatório reunido.

Há também a solicitação de aprofundamento das investigações atinente a Hélio Calixto da Costa e, da mesma forma, de Adir Assad, tendo em vista as evidências de fato e de razão da prática de crimes previstos no art. 288 – Adir Assad foi um dos criadores de empresas fantasmas, uma verdadeira fábrica...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro, mais dois minutos para V. Exª – mais dois minutos para V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir dentro do tempo, Presidente, respeitando V. Exª, que preside de forma cordial e competente esta CPI.

E finalmente, José Dirceu de Oliveira e Silva, tendo em vista evidências de fato e de razão da prática de crimes previstos no art. 288, quadrilha; 299, falsidade ideológica; 333, corrupção ativa; 90, fraude; 91, patrocínio privado; caixa 2, em razão do conjunto probatório reunido no presente inquérito.

Portanto, Sr. Presidente, nós não temos o tempo necessário para a apresentação de todas as alegações reunidas nestas 898 páginas. Mas pedimos a apuração dos documentos, provas e fatos investigados por esta CPMI para a promoção do indiciamento segundo o critério e competência dos indivíduos mencionados.

Sugere-se, desde logo, caso comprovadas as denúncias, e após...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo.

E após o aprofundamento das investigações, seja requerida judicialmente a aplicação das sanções previstas no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.429, quais sejam: perda da função pública; suspensão dos direitos políticos e especialmente o ressarcimento ao Erário dos danos causados ao patrimônio público, nos termos do art. 18 do citado Diploma Legal, inclusive perda dos valores acrescidos ao patrimônio dos envolvidos e pagamento de multa civil, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 10 anos, além das penas restritivas decorrentes de comprovada improbidade administrativa, sem prejuízo das penalidades criminais, adotando-se, especialmente em caráter preventivo, o sequestro de bens respectivos.

Para concluir, Sr. Presidente, lamentamos profundamente que esta CPMI tenha perdido a grande oportunidade de readquirir credibilidade investigando um monumental esquema de corrupção e certamente um dos maiores esquemas de desvio de dinheiro público da nossa história. Esse esquema de corrupção permanece impune e nós transferimos a responsabilidade ao Ministério Público Federal, que terá árdua

tarefa para alcançar a todos os envolvidos, desvendar os mistérios desta quadrilha e oferecer à opinião pública respostas às suas exigências.

A impunidade não pode prevalecer. Especialmente depois do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal há esperança de que a Justiça pode, sim, derrotar a impunidade. Esperamos que, nesse caso, a impunidade sofra mais uma acachapante derrota. Confiamos no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Mais uma vez lamentamos o fato de o Congresso Nacional ter desperdiçado esta oportunidade preciosa de dar respostas às exigências da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Como Líder, Deputado Carlos Sampaio, até para complementar o voto em separado de V. Exª.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na verdade, Sr. Presidente, é para ratificar mesmo, *in totum*, o que fora dito pelo Senador Alvaro Dias. Subscrevemos esse voto em separado e justifico-o aqui.

Tenho dito desde o começo que o relatório se apresentou incorrigível. Incorrigível por quê? Porque não tinha uma lógica investigativa. Ele foi pautado e norteado por uma intenção persecutória oriunda, advinda lá do ex-Presidente Lula, que como que determinou a instalação desta CPMI com a vontade e a finalidade única de perseguir o Governador Marconi Perillo. E por quê? Porque o Governador Marconi Perillo foi quem o alertou para a existência do mensalão.

Não é possível tamanha ira por alguém que tenha tentado, àquela época, contribuir com ex-Presidente Lula! Agora, talvez, a ira fique mais desmotivada com o que vimos e lemos hoje: o Sr. Marcos Valério deixando claro que o José Dirceu sabia de tudo, como de fato sabia e foi condenado, mas deixando claro que também o ex-Presidente Lula sabia de tudo. Então, veja, nessa trama no Palácio, realmente tudo aconteceu sob os olhos, sob a vista do ex-Presidente Lula. A se confirmarem as denúncias feitas pelo Sr. Marcos Valério – e nós vamos investigar tanto na Câmara como no Senado, através do PSDB; não tenho a menor dúvida disso –, a se confirmar isso, ficou ainda mais sem motivo, mais sem sentido essa ira do ex-Presidente Lula contra o atual Governador Marconi Perillo. Por quê? Porque o Governador Marconi Perillo o alertou daquilo que ele já sabia. Ao que diz a matéria, foi mais além: o Sr. Marcos Valério pagava contas pessoais do ex-Presidente Lula. Isso tudo precisa ser verificado, precisa ser apurado, precisa ser investigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, esse voto em separado nosso é um voto também – além de um preparo técnico incorrigível, sendo, portanto, perfeito; não há o que ser corrigido – com fundamento técnico, elaborado por pessoas que entendem de investigação. Quero cumprimentar aqui, da parte do Senado, os servidores Amadeu e Valter e, da parte nossa, sob a coordenação da Celeste e do Calvo. São servidores que se dedicaram a apresentar um relatório que tinha lógica, que

tinha sentido, que não era direcionado, que não era partidarizado, que não foi politizado.

Finalizando, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que determinasse que as incorreções todas, as incoerências e as incongruências havidas fossem refeitas e que deixássemos para próxima semana a efetiva votação deste relatório, que, temos certeza, será derrubado pelo Plenário deste Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, para a defesa do seu voto em separado.

V. Exª tem dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL– AP) – Sr. Presidente, quero inicialmente apresentar aqui alguns aspectos em que considero que esta CPMI faltou

Primeiro, e já iniciando a leitura do voto em separado, quero destacar que a ideia da criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi, inicialmente, com o objetivo de investigar os negócios do Sr. Carlos Augusto Ramos, o Sr. Carlinhos Cachoeira.

É importante destacar que, no requerimento de origem desta CPMI, acrescentava-se – grifo nosso – "sem prejuízo do aditamento de fatos que se ligam intimamente ao objeto principal". Ocorre que, no transcurso da investigação, nós identificamos que o Sr. Carlos Cachoeira era parte de uma organização criminosa muito maior chamada empreiteira Delta. O grande chefe dessa organização criminosa, o Sr. Fernando Cavendish. O Sr. Carlos Cachoeira só fez o cumpliciamento dos negócios da jogatina com os interesses escusos dessa empreiteira, que, cumpliciada com agentes públicos, se dedicava a construir uma rede de corrupção, que, na nossa avaliação, é a maior rede de corrupção já existente e já criada neste País, sob a guarda, auspícios e condução dessa empreiteira, a quinta maior empreiteira do País, com assento em pelo menos 23 das 27 unidades federadas.

A criação desta CPI foi diretamente motivada pelas notícias veiculadas na imprensa, que, inicialmente, davam conta do envolvimento do Sr. Carlos Cachoeira e do Senador Demóstenes Torres.

Portanto, esta CPI, diferentemente de outras comissões que já foram anteriormente instaladas no Congresso Nacional, possui algumas características que eu faço questão de suscitar e destacar em nosso voto em separado.

Primeiro: surgimento ancorado em vasto material coletado pela Polícia Federal, pelo fato de os principais envolvidos terem sido capturados pelas referidas operações e pelo vazamento de informações que corriam em segredo de justiça. Tratou-se de uma CPI iniciada com os trabalhos da Polícia e da Justiça em estágio bastante avançado. Portanto, nesse primeiro aspecto, difere das outras CPIs. Boa parte do trabalho já estava à mostra, à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O envolvimento de vasta rede de agentes públicos com a organização criminosa, que, por possuírem foro por prerrogativa de função, não foram alvo de investigação da Polícia Federal e que precisavam, por parte desta CPI, de

aprofundamento investigativo – e, no nosso entender, Sr. Presidente, esta CPI faltou nesse dever.

Fortes indícios de que o *modus operandi* da organização criminosa, especialmente no que se refere a seus vínculos com a empresa Delta Construções, mais do que a manifestação de uma peculiar atividade criminosa, era apenas uma extensão de práticas ilícitas recorrentes envolvendo empresas e agentes públicos na lida de fraudar recursos públicos e lavar dinheiro captado a partir de ações criminosas.

Diante desse cenário, Sr. Presidente, e em conjunto com outros membros desta CPI, nós apresentamos as nossas conclusões à Procuradoria Geral da República já anteriormente, há 2 semanas, entregando ao Ministério Público Federal parte de conclusões de nossa autoria, que não estão no relatório desta CPI, mas também com conclusões que aqui é importante destacar, conclusões às quais esta CPI, pelo seu trabalho investigativo, chegou.

Em relação ao relatório final, Sr. Presidente, nossa análise é que o Relator busca fazer uma análise de todas as informações que chegaram a esta Comissão de Inquérito por meio de quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais, assim como por depoimentos e outros documentos que foram solicitados através de requerimentos de seus membros.

De tais análises, resultaram importantes indiciamentos que eu quero destacar aqui – não só criticar o Relator, mas quero destacar os indiciamentos que constam – e dizer do nosso acordo com esses pedidos ou sugestões de indiciamentos, já que, como é de conhecimento, e o Senador Taques muito bem nos ensina, CPI não indicia, sugere o indiciamento. Quero destacar o pedido de indiciamento do Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, e também do sócio proprietário da empreiteira Delta, Sr. Fernando Cavendish.

Constam também do relatório, além daquelas comprovadamente vinculadas ao esquema de Carlos Cachoeira, 77 empresas que apresentam fortes indícios de serem fantasmas ou laranjas, utilizadas pela Delta possivelmente para o pagamento de propinas ou distribuição de dinheiro conseguido através de fraudes em licitação, que, devido à ação de membros desta Comissão e do próprio Relator, que sugeriu o adiamento de votação de requerimentos, não tiveram seus sigilos quebrados. Quero destacar este como um dos mais graves erros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse era um direito que esta CPI não teria, de não quebrar o sigilo dessas 77 empresas que receberam recursos da empreiteira Delta.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que se nós tivéssemos chegado à quebra do sigilo dessas empresas, inevitavelmente nós teríamos chegado a um conjunto de outros agentes públicos que tiveram interface com a empreiteira, que foram financiados pela empreiteira e que tinham também cumplicidade com essa organização criminosa.

Embora seja essencial que tais empresas constem do relatório, melhor seria se seus sigilos houvessem sido quebrados pela CPMI e devidamente investigadas por seus membros. A lista com os nomes dessas empresas e a quantidade de dinheiro

por elas recebida da Delta já foi devidamente encaminhada ao Ministério Público Federal em representação assinada, e por mim já citada aqui anteriormente.

Embora constem de representação já enviada ao Ministério Público, cabe aqui um breve relato sobre as atividades da Delta. E aqui quero destacar o volume de recursos movimentados pela Delta em 2009 e 2010: R$1,464 bilhão no ano de 2009; R$1,707 bilhão no ano de 2010, sendo esses recursos provenientes de contratos com governos estaduais do Sul do País, do Sudeste, do Centro-Oeste, do Norte, do Nordeste e com contratos com o Governo Federal.

Quase a metade dos recursos recebidos pela empresa Delta nos dois anos analisados veio de contratos com o Governo Federal – é bom que aqui isso seja destacado.

Dos recursos oriundos do Governo Federal, 85% foram transferidos pelo DNIT. Por isso é importante o desmascaramento, a desarticulação do que nós identificamos como a existência de braços dessa organização criminosa no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Os elementos descobertos pela Operação Monte Carlo e Vegas constantes dos dados conseguidos pela CPMI mostram que Carlos Cachoeira era claramente o principal operador dos negócios da empreiteira Delta na Região Centro-Oeste.

Diante disso, Sr. Presidente, complementarmente ao relatório final apresentado pelo Deputado Odair Cunha e baseado nas informações das investigações que tivemos, eu quero sugerir que seja acrescentado e quero dizer que, como voto em separado, seria indispensável o pedido, a sugestão de indiciamento, nesse relatório, das seguintes pessoas: Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho, Governador do Distrito Federal.

(*Soa a campainha*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me, Sr. Presidente, além do minuto que o senhor vai me dar, continuar. E eu agradeço. É só para concluir.

Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho, Governador do Distrito Federal, pelos dados que foram por nós apurados e encontram-se patentes e detalhados no voto em separado que já está de posse da Mesa.

Sr. Sérgio Cabral Filho, Governador do Rio de Janeiro, que mantém relações pessoais com Fernando Cavendish e é suspeito de favorecer a empreiteira Delta Construções em diversos contratos celebrados com o Governo estadual. Solicitamos o indiciamento de S. Exª pelos crimes de prevaricação, condescendência criminosa, emprego irregular de verbas ou de rendas públicas, assim como do crime tipificado no art. 90 da Lei nº 8.666, de 1993.

José Wilson Siqueira Campos, Governador do Estado de Tocantins, que consta ter recebido R$3 milhões como doação de Rossine Aires Guimarães, proprietário da Construtora Rio Tocantins apontado pela Polícia Federal como sócio de Carlos Cachoeira pelos mesmos crimes do citado anteriormente.

Eduardo Siqueira Campos, Secretário de Relações Institucionais do Governo do Estado de Tocantins, pelo mesmo disposto em relação ao Sr. Sérgio Cabral e ao Sr. José Wilson Siqueira Campos.

Francisco Cláudio Monteiro, ex-Chefe de Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Solange Duailibe, Deputada Estadual pelo PT de Tocantins e esposa do Prefeito de Palmas, que teve uma de suas assessoras mencionada nas investigações por receber R$220 mil de empresas ligadas a Carlos Cachoeira.

Sandes Júnior, Deputado Federal pelo PP de Goiás, também amigo de Cachoeira, que teve ligações telefônicas com o criminoso interceptadas pela Polícia Federal.

Adir Assad, empresário, apontado como responsável pela abertura e sócio de diversas empresas fantasmas do Sr. Carlos Cachoeira.

Sr. Francisco de Assis de Oliveira, contador apontado pela Polícia Federal como uma espécie de fabricante, produtor das empresas laranja, de fachada, que faziam negócios para o Sr. Carlos Cachoeira.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria destacar que lamentavelmente, além da não quebra de sigilo das empresas aqui citadas, eu quero lamentar alguns momentos desta CPI. A suspensão dos seus trabalhos no mês de setembro e em parte do mês de outubro, o que prejudicou o contínuo das investigações; a sua não prorrogação, que no meu entender seria inevitável para darmos cabo e, em especial, quebrar o sigilo das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta e, obviamente, como já foi dito, a não quebra de sigilo de empresas que receberam recursos da empreiteira Delta.

Sr. Presidente, de fato, agora para concluir, vejo aqui entre nós... Chegou-me às mãos, melhor dizendo, ainda há pouco, uma entrevista do Sr. Raul Filho, que está indiciado, que é uma das sugestões de indiciamento pelo Relatório da CPI, Prefeito de Palmas, Tocantins.

Um dos trechos do relatório me chama a atenção... Melhor, um dos trechos de sua entrevista me chama a atenção quando ele diz que existe um antro de corrupção no Congresso e que recebeu proposta de membros da CPI para que seu nome não fosse incluído no relatório.

Acho que é de bom tom, Sr. Presidente, esta CPI interpelar judicialmente o Sr. Raul Filho, para que ele decline quais são os membros desta CPI que fizeram alguma proposta para que o nome dele não constasse do relatório.

É este o voto em separado que apresentamos à acolhida de V. Exª e dos demais membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quando aqui cheguei, há quase 200 dias, vim imbuído de uma

disposição de trabalhar e com a consciência e a orientação de que acabava de receber a missão de um papel de quase juiz.

Nesse período de trabalho, senti dedicação intensa do Sr. Presidente em todos os momentos e senti a sabedoria nos conflitos, quando eram levantados por várias cores partidárias ou por várias diferenças, até pessoais em alguns momentos.

Encontrei no Sr. Relator uma disposição de quase membro de Ministério Público ou de um delegado de Polícia Federal, de sair realmente com disposição e vontade de buscar as informações. E o parabenizo por esse exemplo de trabalho que tanto o senhor, Presidente, e o Relator prestaram a este Congresso e a este País.

Mas hoje, Sr. Presidente, ouvindo os que me antecederam, convenço-me ainda mais do relatório e do voto em separado que aqui faço.

Vejo que nós tivemos, nesses quase 200 dias, muitos problemas técnicos e políticos que influenciaram e dificultaram, e muito, o voto do Sr. Relator e a condição dos trabalhos que todos nós aqui desenvolvemos.

Eu não conseguiria dormir tranquilo após o encerramento desta CPMI se tivesse o sentimento de que condenei aqui algum inocente ou que absolvi aqui algum culpado. E sinto e vejo, pela pouca quantidade de indiciados ou, muitas vezes, até por alguns aqui indiciados, que, se eu ajudar a construir a aprovação do relatório, eu terei esse sentimento no dia seguinte, eu terei o sentimento de que absolvi culpados e de que aqui condenei inocentes, porque estamos tratando, aqui, de biografia, de história de seres humanos, de pessoas que, em algum momento da vida, prestaram, muitas vezes, algum tipo de serviço à Nação, e, em alguns momentos, prestaram algum desserviço à Nação.

Eu não preciso ir longe. É só me pegar aos que me antecederam e verificar que muitos, mas muitos mesmo deixaram de ser citados nesse relatório e que alguns eu tenho convicção de que aqui estão citados e não são culpados.

Eu pediria que o senhor me permitisse ler meu voto para todos e para aqueles que estão nos assistindo em casa.

Encaminho meu voto em separado contra a aprovação do relatório apresentado pelo ilustre Deputado Odair Cunha, Relator desta Comissão.

Pela importância dos assuntos investigados, penso ser do meu dever, no entanto, justificar este voto, com justificativas técnicas e políticas.

Em primeiro lugar, considero que a circunstância da coincidência desta CPMI com as eleições municipais não apenas diminuiu o tempo de dedicação ao tema como, principalmente, acabou por impregnar os trabalhos de uma inevitável partidarização dos assuntos tratados, em prejuízo da investigação isenta que se pretendia e que era esperada por toda a sociedade brasileira.

Em segundo, a concessão de liminares judiciais permitiu que aqui muitos dos convocados permanecessem em silêncio, o que também impediu que questões fundamentais fossem tratadas, ao menos com a profundidade que se fazia necessária.

Perguntas deixaram de ser feitas. Outras tantas não foram respondidas. Frentes de investigação obrigatórias não foram abertas. Centenas ou até milhares de documentos ainda não mereceram a checagem necessária.

O resultado final dos trabalhos, pelas razões citadas e outras, muitas de conhecimento geral, acabou por não chegar ao nível das conclusões irrefutáveis que se requer de uma CPMI, ou seja, com provas cabais, depoimentos das partes, pesquisas de informações e documentos, para que fossem inquestionáveis as suas eventuais consequências políticas e legais, tanto no plano do Congresso Nacional, que é nosso dever, quanto no plano do Poder Judiciário, que também passa a ser nosso dever a partir do momento que encaminhamos o que definirmos.

O trabalho de cobertura da imprensa é uma prova disso, vez que esteve sempre à frente dos trabalhos da própria CPMI e já alcançou inclusive evidências que aqui sequer foram discutidas.

Com a decisão já tomada de não prorrogação dos trabalhos, que impede que possamos entrar mais a fundo, como necessário, em questões que estão a exigir esse tratamento, penso que a única solução seria encaminharmos todos os trabalhos realizados por esta CPMI para o Ministério Público Federal e – acrescento – para a Polícia Federal, para que, pelos meios próprios previstos em lei, possam dar prosseguimento às investigações e possam, ao final, com a segurança que os processos como este requerem, dar o tratamento próprio às investigações como um todo e a cada caso tratado em particular.

Sugiro ainda que esta CPMI escolha dois Senadores da República e três Deputados Federais para que possam acompanhar, durante o ano de 2013 e o ano de 2014 o andamento de todas as apurações e trazer para o Congresso Nacional e para o País o resultado final, efetivo e real de todas essas apurações.

Com isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, terei a consciência tranquila de que não absolvi culpados e, em condições ainda piores, não condenei inocentes, pois o documentos aqui colhidos e os indícios que apareceram têm muito ainda a serem checados e terão desdobramentos, que, com isenção, poderão dar ao Brasil as respostas que todos nós queremos.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição de todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Concluímos os votos em separado apresentados ao relatório do Deputado Odair Cunha. Agora, vamos entrar nas sugestões ao relatório final, por ordem de chegada à Secretaria.

O Senador Fernando Collor vai apresentar as suas sugestões.

V. Exª tem a palavra, eminente Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, além de propor a reinserção das Partes VI e VII do relatório, sugeri também a inclusão de novos nomes para indiciamento, do núcleo

midiático e do núcleo do Ministério Público Federal, para envio ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Para justificar, basta citar trechos do próprio relatório inicial, que foi publicado e distribuído pelo Sr. Relator, antes da retirada das duas partes a que me referi, as Partes VI e VII.

Sobre o núcleo da imprensa, escreve o Relator – aspas:

> *"Não restam dúvidas de que o jornalista Policarpo Júnior aderiu à organização criminosa de Carlos Cachoeira, colaborando intensamente para o êxito e a continuidade de suas atividades e a impunidade de seus líderes."*

Registrou também o Sr. Relator as palavras do Sr. Juiz da 11ª Vara da Justiça Federal em Goiânia, Dr. Paulo Moreira Lima, ao decretar a prisão do Sr. Carlos Cachoeira – aspas:

> *"Os meios de proteção ao esquema criminoso alcançaram a utilização e manipulação da própria imprensa, sempre mediante pagamento. Detectou-se, ainda, nas investigações* [continua o Sr. Paulo Augusto Moreira Lima, Juiz da 11ª Vara Federal de Goiânia] *os estreitos contatos da quadrilha com alguns jornalistas para a divulgação do conteúdo, capaz de favorecer os interesses do crime. Há provas de que os jornalistas venderam matéria* [finaliza o Juiz Moreira Lima]."

Sobre o jornalista Policarpo Júnior, o Relator disse, no seu relatório inicial, distribuído e divulgado:

> *"Nessa urdida engenharia criminosa, Policarpo Júnior foi um dos profissionais da imprensa mais requisitados pelo líder da quadrilha. [...] Exsurge, como aviltante da inteligência e da dignidade das cidadãs e cidadãos deste País, justificar os cerca de oito anos que sustentam a relação de Cachoeira com Policarpo, apenas como uma singela relação entre fonte e jornalista."*

Continua o Relator:

> *"Policarpo Júnior não mantinha com Carlos Cachoeira uma vinculação que se consubstanciava apenas na relação de jornalista e fonte. Estavam unidos em propósitos claros e adrede articulados durante muitos anos, colaborando intensamente com*

os desígnios dos que alimentavam e conduziam a organização criminosa, Policarpo Júnior não teve qualquer receio de cometer crimes, aviltar o código de conduta dos profissionais jornalistas e macular a ética que orienta o exercício da função comunicativa."

Continua o Sr. Relator:

"Os diálogos seguintes revelam uma profícua e azeitada parceria entre Carlos Cachoeira e Policarpo Júnior. Se era apenas uma relação de fonte jornalista ou uma cobertura visando assegurar e manter a continuidade e o êxito das atividades criminosas da quadrilha, somente o prosseguimento e o aprofundamento das investigações poderão delinear."

E continua o Sr. Relator:

"Policarpo Júnior pediu ao chefe de uma organização criminosa a autorização para tornar públicas imagens obtidas clandestinamente de um local de domicílio de um cidadão brasileiro. De posse da fita, Policarpo Júnior passa a pedir autorização de Cachoeira para poder publicar as imagens colhidas durante vários dias e dar mais substância à matéria sensacionalista e de utilidade pública deveras questionável (...). Por sua vez, os diálogos revelam um jornalista pronto a atender aos desejos do chefe da organização criminosa. [...]. Em conversa direta, Policarpo pergunta onde Cachoeira deseja que seja publicada uma referida nota. Cachoeira contenta-se com a publicação na coluna Radar on-line [...], mas deseja que seja na revista."

Dessa forma, cabe questionar se essas constatações são de fato secundárias, como justificou a relatoria, para retirá-las do documento, apesar da contundência e clareza de sua própria argumentação. A gravidade desses fatos vinculando setores da imprensa, mais praticamente a revista *Veja* e seus jornalistas com o crime organizado, é ou não é de interesse da sociedade brasileira?

O fato é que, para os negócios criminosos da quadrilha, esses negócios não teriam prosperado sem a guarida oferecida pelo chamado núcleo midiático controlado pela editoria da revista *Veja* e "alcolitado" pela Procuradoria Geral da República.

Sobre a conduta do Procurador-Geral da República, Parte VII, o Relator assim se manifestou:

> *"Apuraram-se fortes indícios de desvios de responsabilidade constitucional, legal e funcional praticados pelo Dr. Roberto Gurgel. O PGR é livre para formar seu convencimento, mas, obrigatoriamente, ele deve tomar uma decisão fundamentada, seja ela qual for. Ele não pode permanecer inerte, obstando o prosseguimento de uma investigação policial."*

As razões assinaladas pelo Dr. Roberto Gurgel para justificar o sobrestamento da Operação Vegas não se sustentam. Em primeiro lugar, porque simplesmente não exige o instituto de sobrestamento de inquérito policial. Trata-se de um termo inédito no processo penal brasileiro.

Em segundo lugar, porque o PGR não efetuou nenhuma ação controlada. Se os autos da Operação Vegas permaneceram paralisados em seu gabinete, não houve nenhuma ação tampouco controlada.

Em terceiro lugar, ciente de que não estava fazendo nenhuma ação controlada, o Dr. Roberto Gurgel chegou a argumentar que decidiu sobrestar o inquérito no intuito de possibilitar a retomada das interceptações telefônicas e de investigação. Ora, como seria possível, se os autos onde se processava a investigação estavam totalmente paralisados em seu gabinete?

A suposta falta funcional cometida pelo Dr. Roberto Gurgel consiste, em tese, em uma conduta omissa. Ele é obrigado a tomar alguma atitude. Em hipótese alguma, ele poderia ter sobrestado – leia-se interrompido – a investigação em face da organização chefiada por Carlos Cachoeira.

Ao interromper as investigações sobre a Operação Vegas, o Dr. Roberto Gurgel deixou que continuassem as ilicitudes cometidas pela organização criminosa. Seria necessário, nos termos da lei, observar e acompanhar a organização criminosa, visando o momento oportuno mais eficaz de produção de provas. Em outras palavras, o PGR deveria ter tomado pelo menos alguma atitude, qualquer uma.

Na espécie, ocorreu justamente a antítese da ação controlada. Com a remessa dos autos à PGR, interrompeu-se totalmente a observação e o acompanhamento da organização criminosa que estava sendo conduzida pela Polícia Federal ao crivo do juízo federal de Anápolis. E justamente em razão da independência das operações Vegas e Monte Carlo, o Dr. Roberto Gurgel não tinha ciência da Operação Monte Carlo em 2011, como ele afirma em seu ofício, ou seja, o PGR mentiu oficialmente ao Poder Legislativo.

E continua o Relator:

> *"Aliás, o Dr. Roberto Gurgel não esclareceu como se deu essa ciência em março de 2011. Ora, se a Operação Monte Carlo era sigilosa e o despacho da decisão judicial que determina a remessa dos documentos ao Procurador-Geral da República*

> *data de 10 de fevereiro de 2012, como ele soube das investigações da Monte Carlo em março de 2011* [palavras do Relator desta CPMI]."

Em nossa avaliação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, é de fundamental importância que, para reforçar o debate desse tema, valendo reproduzir o trecho de recente artigo do jornalista Paulo Nogueira, ex-editor da *Veja São Paulo* e ex-Diretor da revista *Exame* e ex-diretor editorial da Editora Globo, façamos sobre essas palavras uma reflexão: para ele "é necessário que Policarpo enfrente o mesmo percurso de outros envolvidos neste caso. Ele deve à sociedade a ao jornalismo explicações. Teria sido infame não arrolá-lo. Isso teria reforçado a ideia de que jornalista é uma categoria à parte, acima do bem e do mal, acima da lei. Não existe nenhuma ameaça à imprensa livre, imprensa independente ou imprensa crítica quando jornalistas são instados a se explicarem à Justiça. Essa é uma espécie de chantagem emocional e cínica que a grande mídia vem fazendo na defesa de sua própria impunidade e intocabilidade. Todos sabemos quantos horrores e desatinos editoriais são cometidos sob o escudo oportuno da imprensa crítica. Nos países desenvolvidos, o quadro é outro". Palavras de um jornalista.

Ocorre que Policarpo Júnior, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, não estava sozinho. Outros jornalistas e dirigentes da Revista *Veja* também estão embrenhados na rede criminosa desse braço da organização. E, por isso, pedi, aqui na sugestão, a reintrodução, no texto final do relatório da CPMI, dos capítulos VI e VII, para que sejam indiciados os Srs. Roberto Civita, cabeça do grupo midiático e mente pensante ordenadora das diretrizes; Eurípedes Alcântara, porta-voz da direção e coordenador dos trabalhos jornalísticos; Lauro Jardim, responsável pela organização criminosa para plantar notícias e informações de seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) Como V. Exª tem várias inscrições aqui, vou conceder o tempo para V. Exª terminar integralmente o seu trabalho.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Concluo imediatamente, Sr. Presidente. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como há várias inscrições, seriam suficientes para terminar a leitura. É para que os nobres pares saibam que estou concedendo em função das inúmeras inscrições de V. Exª. Assim fui orientado pelo Senador Vital do Rêgo. O tempo de V. Exª vai esgotar-se agora, mas vou conceder-lhe o tempo necessário para o término da leitura do voto de V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

Repetindo, Lauro Jardim, responsável, dentro da organização criminosa, pela parte de plantar notícias e informações de seu interesse; Hugo Marques, citado nos diálogos por integrantes da organização criminosa e um dos principais operadores de matérias falaciosas para vender escândalos de cunho político fabricados pela *Veja;* Rodrigo Rangel e Gustavo Ribeiro, operadores diretos de Policarpo Júnior em Brasília,

com atuação de campo e negociatas envolvendo informações, dossiês, interceptação de documentos sigilosos para alimentar suas matérias, como ocorreu com os inquéritos das Operações Vegas e Monte Carlo, vazadas pelo Ministério Público Federal, em que os dois foram os receptadores

Da inclusão de novos nomes na parte VII – O Procurador-Geral da República e Operação Vegas, da Polícia Federal. Além da desabonadora conduta do Procurador-Geral da República, especificamente quanto à Operação Vegas, é fato que outros personagens do Ministério Público colaboraram diretamente com ele no cometimento de crimes de prevaricação, improbidade administrativa e, mais grave, crime de responsabilidade.

Além disso, no curso dos trabalhos da CPMI, por iniciativa própria, por meio de requerimentos com base na Lei de Acesso à Informação, nos foi possível constatar irregularidades outras cometidas por demais integrantes do Ministério Público. São eles: Cláudia Sampaio Marques, de quem peço também o indiciamento, Subprocuradora-Geral, esposa de Roberto Gurgel e sua *longa manus* em ações ou inações por ela praticadas. Teve participação no engavetamento do inquérito da Operação Vegas e mentiu – mentiu! – ao declarar à imprensa que a paralisação das investigações se deu em comum acordo com o Delegado da Polícia Federal, Raul Alexandre Marques, que a desmentiu categoricamente em depoimento secreto na CPMI. No dia seguinte, a Polícia Federal publicou nota oficial corroborando integralmente as palavras do Delegado Raul Alexandre Marques, de que não havia solicitado absolutamente nada em termos de sustação do inquérito Vegas, que estava com a Procuradoria Geral da República, mais especificamente nas mãos da Subprocuradora Cláudia.

O outro Procurador de quem peço indiciamento, Alexandre Camanho de Assis, Procurador e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, conhecido como factótum do Sr. Roberto Gurgel. Em Brasília, todos o conhecem como tal. Teve ativa participação no vazamento dos autos dos inquéritos das duas operações da Polícia Federal à revista *Veja*, em março deste ano, além de ter descumprido a Lei de Acesso à Informação ao não responder aos requerimentos que lhe foram endereçados.

Léa Batista de Oliveira, Procuradora no Estado de Goiás, que juntamente com os Procuradores Alexandre Camanho e Daniel de Resende Salgado, foram os responsáveis, a mando do Sr. Roberto Gurgel, pelo vazamento dos inquéritos das Operações Vegas e Monte Carlo à revista *Veja*, no dia 2 de março de 2012, em Brasília. Além disso, a Procuradora também mentiu e omitiu informações quando do seu depoimento na CPMI. É importante frisar que ela mentiu aqui, sentada ali naquela cadeira, quando foi ouvida por esta CPMI.

O Sr. Daniel de Resende Salgado, Procurador no Estado de Goiás, é também corresponsável pelo vazamento aos jornalistas da *Veja* dos autos dos inquéritos das Operações Vegas e Monte Carlo, sob segredo de Justiça, ocorrido em Brasília no dia 2 de março de 2012.

São essas sugestões, Sr. Presidente, que trago à apreciação do Sr. Relator, solicitando a ele que reavalie a decisão tomada de retirar do seu relatório as partes 6 e 7, que são de fundamental importância para que nós extirpemos, de uma vez por todas, esse mal que existe, da imprensa querendo pautar as atividades desta Casa e da Procuradoria Geral amedrontando certos integrantes desta Casa com ameaças, com os inquéritos que ele coloca lá na sua estante, inquéritos esses em que há pessoas incluídas com prerrogativas de foro, com ameaças e chantagem.

Eu não tenho nenhum receio, como Senador da República, de dizer aqui ao Sr. Presidente desta reunião e às Srªs e aos Srs. Parlamentares, que o Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel Santos, é um prevaricador e um chantagista; que ele montou um núcleo criminoso dentro da Procuradoria Geral da República, maculando uma instituição para nós tão cara como o Ministério Público, criado com tanta ênfase e com tanta crença no futuro trabalho que prestaria a partir da Constituição de 1988, e que ele vem desmerecendo, em todos os momentos, em todos os instantes, a função que ele vem exercendo.

Eu não tenho nenhuma dúvida de dizer que a Subprocuradora Cláudia é uma mentirosa. Ela mentiu ao afirmar que a Polícia Federal pediu a ela que sobrestasse, que não desse andamento ao inquérito da Operação Vegas.

Eu não tenho dúvida nenhuma de afirmar que a Procuradora Léa mentiu diante desta CPMI, quando prestou aqui o seu depoimento.

Eu não tenho dúvida nenhuma de dizer que o Sr. Policarpo Júnior é um criminoso.

Eu não tenho dúvida nenhuma de dizer que a revista *Veja* mente, ela comete as maiores barbaridades, como recentemente disse, com a matéria de capa que publicou, que havia colhido, numa matéria exclusiva, vendendo aos seus possíveis leitores a ideia de que ela havia entrevistado o Sr. Marcos Valério. E aqueles que se deixaram enganar e compraram essa revista verificaram que não se tratava de uma entrevista, mas sim, segundo a *Veja* posteriormente, da coleta de informações obtidas aqui e acolá de amigos, de pessoas que, com o Sr. Marcos Valério, confabularam ou conversaram. E hoje, mais precisamente hoje, nós verificamos que não foi nada disso, não houve entrevista nenhuma, por isso que ela não mostrou a entrevista; não houve gravação nenhuma, por isso que ela não mostrou a gravação; não houve filmagem nenhuma, por isso que ela não mostrou a filmagem, porque essas informações que ela publicou ela obteve pelo vazamento criminoso patrocinado pelo Sr. Procurador Roberto Gurgel Santos, que mandou vazar à *Veja* aquelas informações fruto de um depoimento tomado pela sua esposa Cláudia, a Subprocuradora Cláudia, e uma outra procuradora, no final de setembro deste mesmo ano.

E em seguida ao vazamento, a revista *Veja* faz aquela divulgação, e hoje um periódico de São Paulo demonstra isso mais do que claramente.

Por isso, eu solicito de uma forma ingente para que o Sr. Relator reflita sobre a importância de se restabelecer o inquérito original distribuído e divulgado por ele próprio.

O que eu li aqui não são palavras minhas, fora esse final, que é o fechamento que estou dando às sugestões apresentei, mas tudo o que aqui eu li foi o Sr. Relator, com a sua equipe técnica altamente especializado, que incluiu no relatório.

Não é possível que depois de 6 meses de tantos estudos, de tantas investigações, ele tenha colocado isso no papel e que em apenas 8 dias, do momento da divulgação e distribuição desse relatório, e o momento em que foi lido o relatório, com a retirada dos Capítulos VI e VII, tenha havido uma mudança tão radical de conceituação do que significa crime do que se considera chamar prevaricação. É algo estranho o que ocorrer nesses 8 dias; é algo que precisa ser respondido à sociedade brasileira e a cada um de nós que indaga: mas meu Deus! O que houve? O que aconteceu? O que motivou essa retirada intempestiva desses capítulos tão bem elaborados? Só no núcleo mediático, 320 páginas demonstrando o Sr. Policarpo Júnior como bandido e criminoso. E mais 120 páginas da Procuradoria Geral, demonstrando a prevaricação e a chantagem do Sr. Roberto Gurgel Santos.

Eram essas as minhas sugestões e agradeço a V. Exª a generosidade do tempo que me foi concedido, e a minha solicitação veemente para que o Sr. Relator faça constar do seu relatório final, reincluindo os Capítulos VI e VII do seu relatório original.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nobre Senador Fernando Collor de Mello, indago se o Sr. Senador Ciro Nogueira está. (*Pausa.*)

Depois do Senador Ciro Nogueira, tem quatro inscrições do Senador Fernando Collor de Mello. Portanto, já utilizado o seu tempo na leitura do seu voto.

Indago se o Sr. Senador Cyro Miranda está. (*Pausa.*)

Passo a palavra, pelo tempo regimental, ao Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Teixeira, em seu nome permita-me cumprimentar os demais presentes, Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, a minha sugestão ao eminente Relator, Deputado Odair Cunha, é no sentido de desindiciar um desses acusados, que se chama Rossini Aires Guimarães. Existem apenas 15 ligações entre Rossini e Carlos Cachoeira. Existem outras 20 ligações entre Rossini e Gleiber; e 8 ligações entre Rossini e Wladimir.

Essas ligações, Sr. Presidente, elas não têm qualquer força para incriminar o indiciado, aquele que se faz uma proposta de indiciamento: Rossini Guimarães. São ligações que não tratam dos temas apurados nesta CPMI; são ligações que não tratam de fatos criminosos; são ligações que não vinculam Rossini à associação criminosa.

O relatório fala, às folhas 434, que existem outras 209 ligações, que teriam entre os interlocutores dos diálogos feito referência a Rossini. Mas em nenhuma dessas ligações houve a participação de Rossini Guimarães. Ou seja, nós temos pessoas alheias que estão falando e tocando no nome dele. Então, se nós não podemos admitir a chamada de corréu no Direito, que é aquela em que um réu faz referência

incriminatória a outro réu, nós não podemos em nenhum minuto admitir que diálogo entre pessoas diferentes possa incriminar uma terceira pessoa. É muito simples, Sr. Presidente: A liga para B e começa a incriminar C, sem que se saiba. Nós, agora, com base no diálogo entre a e b, vamos sair atirando e incriminando c, que sequer participou desses diálogos.

Então, é preciso remodelar a acusação. Nós precisamos acusar com responsabilidade; não precisamos nem ser bons, nem ser ruins, mas precisamos ser justos. E justiça, neste caso, é não indiciar esse cidadão.

Com relação a outra questão que me preocupa muito, Sr. Presidente, diz respeito a não ser ouvido em nenhum momento, nesta CPMI, pleitear, pedir ou tomar o depoimento de Rossini. Ele não teve o direito de contraditar os diálogos, ele não teve o direito de fazer uma contraprova aos diálogos, ele não teve o direito de esclarecer os diálogos. E muito mais que isso, sequer trouxeram a perícia de voz. Não há perícia de voz nesse processo! Não sabemos nem se os diálogos são dos interlocutores imputados; ou àqueles que foram atribuídos os diálogos. Então, isso é muito grave. Ou seja, temos uma acusação que se reporta a diálogos interceptados sem que, sequer, tenhamos ouvido as pessoas que foram interceptadas, para confirmar a voz, ou não, ou para dar uma versão diferente aos diálogos que foram interceptados.

A ampla defesa, Sr. Presidente, atinge tanto a autodefesa quanto a chamada defesa técnica. A defesa técnica é aquela feita por advogados. A autodefesa é feita pelo próprio acusado, pelo próprio indiciado, pelo próprio investigado. Ele tem direito de produzir todo tipo de prova, ele tem o direito de contraditar a prova, ele tem o direito de negar os diálogos, ele tem o direito de esclarecer os diálogos, mas nada disso foi feito. Ou seja, não deram a esse acusado o direito à ampla defesa; não lhe deram o direito à defesa técnica; não lhe deram o direito à autodefesa.

E não é só, Sr. Presidente: ao definir a acusação às fls. 4187 do relatório, diz o Sr. Relator:

> *"Por todo o exposto, mediante as provas apresentadas, esta CPMI indicia o empresário Rossini Aires Guimarães por ter agido de forma livre e consciente para as práticas dos tipos penais previstos nos artigos 288 (quadrilha), 333 (corrupção ativa), c/c o art. 29* [que é concurso de pessoas; e aí, ao descrever o art. 333, ele diz] *(Evento: aquisição da Fazenda Gama – pagamento ao governador), ambos do Código Penal, e art. 90 da Lei nº 8.666 de 1993 (Evento: lote 29 da Agetop)."*

É uma concorrência pública da Agetop e, nessa concorrência, segundo eles, teria havido uma fraude à licitação.

O que é preciso esclarecer neste ponto, Sr. Relator?

O primeiro ponto: dois crimes, um crime de fraude à licitação e um crime de corrupção ativa, e, por último, esses dois crimes desencadeando o crime de formação de quadrilha do art. 280.

Vamos à parte – vou examinar os três pontos – da corrupção ativa. O relatório é preciso quando diz que "a corrupção ativa se refere à aquisição da Fazenda Gama". O relatório, Sr. Presidente, é preciso quando fala da aquisição da Fazenda Gama, com pagamento em dinheiro ao governador nessa aquisição da Fazenda Gama.

Eu pergunto a V. Exª e pergunto ao Relator: qual governador?

Eu quero saber qual governador, porque não existe nada sobre o governador; ou seja, estamos falando de uma fazenda no Distrito Federal, e não se diz qual é o governador. Não é o governador. Se não é o governador, então, temos de saber qual foi o ato de ofício, o ato *propter officium* que teria sido praticado por esse governador. Então, de cara não sabemos qual é o governador, porque o relatório não aponta; não sabemos que ato *propter offcium* poderia ter sido feito por esse governador e desencadeado a corrupção ativa e passiva, porque também o relatório não aponta.

E, por último, Sr. Presidente, o relatório não aponta a vantagem indevida que teria sido recebida em troca desse favor, em troca da instrumentalidade do crime de corrupção.

Diante disso, não há como existir crime de corrupção na modalidade dar e receber sem que exista aquele que oferece e aquele que recebe. Não há corrupção ativa, não há corrompido ou corruptor se não existir o corrompido. E aqui o relatório imputa ao corruptor, por corrupção ativa, sem indicar o corrompido.

Quem é o corrompido?

Não existe neste relatório corrompido. A modalidade é bilateral. Trata-se de crime bilateral Se há a modalidade dar, alguém tem de receber. Se existe dar e existe receber, esse dar e receber tem de ser dentro das atribuições. O ato tem de ser *propter officium*, ato de ofício da autoridade. O ato tem que estar descrito aqui.

Então, neste caso, pergunto que atos foram identificados. O relatório não responde.

Qual o nome do agente público que praticou ou deixou de praticar o ato de ofício? O relatório não responde.

Em que consistiu a vantagem indevida? O relatório não responde.

O ato de ofício integrava o rol de atribuições do agente público corrompido? O ato não responde.

Há prova cabal de corrupção passiva, uma vez que a conduta é bilateral? O relatório não responde.

E continuo, Sr. Presidente.

O que o Supremo decide – e essa lição é antiga; vem de Nelson Hungria – que, se na modalidade dar e receber, nós não temos o corrompido, não podemos ter o corruptor. E esse relatório não apresenta corrompido, não apresenta nome, não apresenta nada.

E nesse sentido, é a lição antiga do Supremo Tribunal Federal, na voz do saudoso do Ministro Barros Monteiro, que reporta exatamente isso: a bilateralidade do crime de corrupção ativa e passiva. Logo depois, o excelso pretório e um outro HC 74373, na mesma linha. Depois temos esse *habeas corpus*, relatado pelo Ministro Moreira Alves, que também traz matéria muito semelhante ao que acabo de dizer. Depois continuamos "que o relatório não individualiza, não pormenoriza, não trata com precisão as elementares do tipo penal". Acusar alguém é possível, mas é preciso acusar com justiça. Eu não digo nem com responsabilidade, mas, acima de tudo, com justiça e, infelizmente, não é isso que se tem aqui. E é por isso que trato. Ainda sobre o tema: "Habeas Corpus 54670. Relator: Ministro Rodrigues Alckmin". Está no mesmo sentido: "A não comprovação da corrupção passiva torna atípica a conduta relativa à corrupção passiva".

Por último, e antes, em penúltimo lugar, discuto a chamada fraude à licitação.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

A fraude à licitação é inédita. O relatório acusa, e ele é claro, eu acabei de ler, que essa fraude à licitação seria referente ao lote 29, da Agetop. Só que ele intercepta uma ligação entre duas pessoas, A e B, no caso, Toninho e Wladimir, e essas pessoas teriam falado sobre esse lote 29. E, ao falar sobre esse lote 29, essas duas pessoas, depois, quando, na concorrência, o lote 29 sai para Rossine. Mas Rossine nem faz essa obra, ele desiste dessa obra. Como ele pode estar envolvido em uma fraude em que ele foi habilitado na licitação e sequer participou, desistiu, não fez obra, não recebeu dinheiro, não recebeu um centavo dessa obra.

Estou terminando, Sr. Presidente. A sustentação é longa, mas tão longa é a injustiça que se faz nesses autos. Por isso, peço a compreensão de V. Exª.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Passo à última frase, que diz respeito ao crime de formação de quadrilha.

Sr. Presidente, o crime do art. 288 é muito claro: aquele que se associar a mais de três pessoas, ou seja, no mínimo, quatro, para prática de crimes. A elementar do tipo penal é crime no plural, não existe crime de quadrilha para prática de um crime no singular. Dez pessoas se associarem para praticar um crime não pratica quadrilha. Nesse caso, Sr. Presidente, os dois crimes, mais de um, então, nós temos no mínimo dois crimes. Os dois crimes imputados a essa pessoa, a esse empresário, são exatamente os crimes da Fazenda Gama e o crime da fraude à licitação desse lote 29, da Agetop.

Sr. Presidente, se nós não temos a mínima chance, se nós não temos consequência jurídica com relação a esses dois crimes, não pode haver associação criminosa, não pode haver formação de quadrilha. Ou seja, eliminados os dois crimes, eliminada estará a formação de quadrilha.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Com essas palavras, Sr. Presidente, eu peço ao eminente Relator, a quem registro a minha admiração e profundo respeito, que reexamine esse relatório nesse ponto que foi. Os questionamentos que apresentei foram claros e eles autorizam e justificam o desindiciamento de Rossine Aires Guimarães.

Muito obrigado.

Tenham todos uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo agora a palavra, agora vou fazê-lo por 5 minutos, aos seguintes Parlamentares inscritos.

Senador Pedro Taques, indago se o Senador se encontra. (*Pausa.*) Não se encontra.

Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Relator, apenas para reiterar que, ao lado do Senador Alvaro Dias, do Senador Cássio Cunha Lima, do Deputado Carlos Sampaio, e também do Senador Cyro Miranda e dos Deputados Vaz de Lima e Vanderlei Macris, eu subscrevi esse voto em separado, que consta de quase 900 páginas, em que nos preocupamos em fazer uma análise do relatório apresentado pelo ilustre Deputado Odair Cunha e aqui manifestar as nossas discordâncias, mas, especialmente, em nos ater àquilo que realmente foi apurado para que nós possamos, de fato, contribuir com essa CPI, principalmente para o combate à corrupção e às atitudes de abusos de autoridade que ficaram claros na investigação. Embora não tenhamos tido a oportunidade de concluir a investigação sobre as empresas-laranja, aqui nós deixamos muito claro o grau de envolvimento dessas empresas com a empreiteira Delta e, por sua vez, a empreiteira Delta com o esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira. Defendemos, como já o fizemos em várias manifestações aqui, que a Procuradoria Geral da República, portanto, o Ministério Público, continue as investigações, concluindo a quebra de sigilo das demais empresas, que não nos foi possível acessar sigilo bancário, e também a Polícia Federal.

Mas este é um dos votos em separado. Nós vimos o Senador Collor de Mello fazer manifestação de seu voto; agora, o nobre Deputado que me antecedeu traz algo extremamente relevante e preocupante – Senador, perdoe-me – onde identifica que o Relator propõe o indiciamento de um determinado empresário, mas não reúne fundamentos adequados para isso e mais: faz referência a um governador, relacionado a uma transação imobiliária no Distrito Federal, de uma determinada fazenda, e diz que o motivo de indiciar o empresário seria corrupção ativa; portanto, pressupõe-se pagar propina, a um governador. Seria o Governador do Distrito Federal? Seria outro governador? O certo é que, se há corrupção ativa, há que haver a corrupção passiva. Então, são coisas que saltam aos olhos.

Em razão disso, nós entendemos que até aqui estamos tendo uma forma de procedimento, que foi proposta e acolhida pelo Plenário, por nosso Presidente e também por V. Exª, em que as sugestões, sejam elas formalizadas aqui ou em contato direta com o Relator, nós entendemos fazê-las sob a forma de um voto em separado, porque também não tivemos as oportunidades que, ao que tudo indica, o Relator concedeu a outras lideranças que ele chegou a manifestar ter contatado para modificar algumas posições.

Nós, do PSDB, não tivemos esse tipo de diálogo com o Relator. Não que nos recusássemos, mas não nos foi dado esse tipo de oportunidade, nem acho que é o caminho mais apropriado. Pode dar a entender que são acordos inconfessáveis. Não nos interessa isso. Uma CPMI tem de prestar satisfação ao País, e o ideal é que tudo se dê aqui no plenário, com as notas taquigráficas registrando em autos o que de fato ocorreu. Portanto, nossa posição está explicitada em voto em separado, que requer mais investigação, punição a todos que tenham envolvimento com o crime, independente de partido.

Mas creio eu, para concluir, Sr. Presidente, que, uma vez feitas essas apresentações, o Relator nos disse que ele iria avaliar o que ele acolhe, o que ele não acolhe. Essa última colocação feita por um Senador parece-me extremamente relevante: ou o Relator deverá explicitar, com mais clareza, porque indicia determinado empresário que sequer foi convidado a vir aqui, sequer foi ouvido, ou quem foi corrompido por ele. No mínimo, isso deve ficar claro. Feitas as modificações, acredito que teremos de, necessariamente, tomar conhecimento do relatório final, aí, creio eu, sob a forma de um substitutivo, porque não é cabível – e aí caminho para a conclusão – que a gente possa ter aquela prática que teve na primeira sessão: "Suprime-se o Capítulo VI e o Capítulo VII." Agora já se verificou que não é só suprimir, porque há outros lugares que fazem referência de indiciamento àqueles que estavam lá citados nos Capítulos VI e VII, que são os jornalistas e a Procuradoria Geral da República. Portanto, creio eu que, para que possamos, na próxima reunião, ter condição de, de fato, analisar, concluir a discussão e votar o relatório, é preciso que o Relator apresente um substitutivo.

Esse é o apelo que deixo ao Relator e a V. Exª, porque eu não vejo como encerrar a discussão de algo que não existe! Neste momento, literalmente, não existe. Existe um relatório posto, a proposta de que sejam apresentadas sugestões para que o Relator, depois, analise se acolhe ou não. Portanto, eu só vou saber qual o relatório final depois que ele trouxer a posição dele, se ele acolheu ou não.

Então, é essa a questão que deixo a V. Exª: nós não podemos, definitivamente, encerrar a discussão de algo que sequer temos como documento adequado para a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Indago se o Deputado Armando Vergílio se encontra. (*Pausa.*)

Concedo a palavra por 5 minutos a V. Exª

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que ainda se encontram presentes, a primeira questão que eu queria levantar, em sede preliminar, é exatamente essa que foi agora pontuada pelo Deputado Domingos Sávio.

Com a supressão de dois capítulos do relatório, a pura e simples supressão sem os necessários ajustes de compatibilização desse relatório, visto que, em outras partes, em outros capítulos, eram feitas citações e referências àquelas pessoas que constavam dos dois capítulos suprimidos e que o que vamos votar é o relatório que não tem redação final, para que se possa fazer esse tipo de correção, é necessário que o Relator apresente, então, o seu novo parecer – que, no meu entendimento, ainda não é o relatório, pois o relatório será ou não aquele decidido pela Comissão –, mas o seu parecer ajustado.

Aí fica uma dúvida: em torno desse parecer ajustado, nós abriremos ou não novo prazo de vista? Entendo que estamos aqui, agora, Sr. Presidente, e me corrija se eu estiver errado, iniciando a discussão da matéria, que não se iniciou até então. Inicia-se neste momento. Acredito que houve aí uma inversão dos fatores, com a apresentação dos votos em separado e até daqueles destaques que acredito que foram aqui apresentados, neste momento, de forma intempestiva, contrariando o rito regimental. Então, essa é uma questão que eu queria que fosse esclarecida.

Visto que o plenário se encontra já praticamente vazio, eu não sei se o melhor não seria – até fica como sugestão a V. Exª, Sr. Presidente – encerrarmos esta reunião, retomando-a no dia de amanhã, para que possamos decidir, uma vez que aqui não teremos condições de deliberar nada, pelo quórum já inexistente. Qualquer questão que seja colocada não terá como ser deliberada.

Para encerrar, Sr. Presidente, e nem vou utilizar todo o tempo, ficou patente e claro que o relatório que foi apresentado contém várias inconsistências, algumas incongruências, algumas partes obscuras, que suscitam diversas dúvidas. Portanto, esse relatório não me parece reunir as condições ideais para que seja levado à votação pelo Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, faço essas indagações que acabei de registrar para que nós possamos ter, por parte do Sr. Relator, um posicionamento: ele fará ou não um novo relatório, ou em forma de substitutivo ou com ajustes que foram aqui hoje levantados; e quais seriam as sugestões que aqui hoje foram apresentadas que deverão ser ou não acolhidas e as outras que deverão ser levadas a voto pelo Plenário da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Só para responder a V. Exª a indagação que me fez, agora, nós vamos partir, não hoje, para o encerramento da discussão e a votação. Não faremos hoje o encerramento. A praxe é: o Relator pode, a qualquer momento, acatar sugestões dos ilustres Parlamentares e, assim, ao acatar, podemos fazer o encerramento da discussão. Então, nós agora devemos partir para, na próxima reunião, encerrar e votar o relatório.

Indago se o Deputado Vanderlei Macris...

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, se me permitir, apenas resiste, então, uma dúvida em relação aos diversos pontos que foram apresentados, logo na abertura desta reunião de hoje, das inconsistências, das incongruências em relação ao texto do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na verdade, o debate pode ter apontado aspectos que devem ser corrigidos no relatório. Portanto, cabe agora ao Relator acolhê-los ou não e, no final, apresentar seu trabalho concluído para a votação.

Eles vão ser todos sanados, esses equívocos existentes no relatório.

Não vendo aqui o Deputado Vanderlei Macris, passo ao ilustre Deputado Miro Teixeira a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, temos de fazer uma CPI sobre a lista de assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já coloco aqui a lista para ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu fui um dos primeiros a me inscrever. Vamos numerar as folhas agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... o escrutínio de todos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu ia poupar V. Exªs de qualquer palavra. Acho que as observações do Senador João Costa podem ser recebidas, resolvidas, com a troca de uma palavra. A questão do indiciamento é que acaba sendo muito pesada. Em outras oportunidades, conversei aqui com o Relator sobre isto: não há uma expressão sequer que tenha uma consequência processual *a posteriori*.

O indiciamento dos termos processuais é feito pela Polícia ou a mando do Ministério Público, quando ali se verifica, naqueles autos, o indício dos crimes.

Então, penso que usar, até para todos, a expressão "indiciamento" tem um caráter político. Tem um caráter político! Não percebo necessidade. Eu gosto de tratar delicadamente as palavras.

Acho também que usar, para governadores ou para qualquer cidadão – não é por ser governador ou não ser governador –, uma expressão que depois não terá consequência não me parece razoável. Quer dizer, não estamos aqui para exercitar caprichos.

Eu elogiaria o Relator se ele aqui estivesse presente. Como ele não está presente, não vou elogiá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu transmito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os elogios podem ser feitos de corpo presente, seguindo Ariano Suassuna: pelas costas podemos falar mal, mas é uma indelicadeza falar mal pela frente das pessoas.

Diante das pessoas devemos falar bem. Mas ele não está aqui, então não vou falar bem dele. Vou dizer a V. Exªs que ele cumpriu uma árdua tarefa.

Não é brincadeira, não é invejável ser relator de qualquer comissão. Não sou "cepeista", não sou um membro assíduo de comissões parlamentares de inquérito. Fui membro da CPI do Collor; fui membro da CPI dos Anões do Orçamento. E estou sendo membro desta CPI por uma razão: ela começou pelo fim, inquéritos feitos. Eu queria ver, mais ou menos, como se organizaria esse trabalho.

Agora, dói um pouco meus ouvidos, depois de ter feito parte dessas CPIs a que me referi, ouvir certas coisas. E também não voltaria a falar sobre isso, porque já falei em outras oportunidades.

Mas me ocorreu uma história, Sr. Presidente, a do julgamento de Nuremberg, quando, diante do tribunal, um oficial nazista começou a chamar de mentirosos aqueles que o acusavam; começou a dizer que os fatos não eram daquele jeito; começou a falar que as imputações feitas de um lado eram falsas e que deveria haver outras imputações. Aí de repente ele foi interrompido pelo Presidente da Corte, que disse: então, não houve a guerra. Então, não houve a guerra.

Se o Ministério Público mente, se a imprensa mente, se todos mentem, se os delegados da Polícia Federal mentem, então não há corrupção no Brasil. Aquelas CPIs que por aqui desfilaram, inclusive, nesta sala, como a de 1992 – e aqui me lembro dos personagens, como o Mário Covas, o Mercadante, o Genoíno, o Bisol, o Pedro Simon – eu ficava aqui, um pouco mais para trás.

E percebo hoje certas manifestações nesta CPI. Eu me lembro muito daquilo que o Deputado Paulo Teixeira me mostrou uma vez, que está no *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte,* do Karl Marx, que, se referindo a Hegel – o qual sempre dizia que os fatos da história podiam se repetir –, afirmou que o que o Hegel andava dizendo em seus escritos e nas suas falas deveria ser completado: primeiro, os fatos acontecem como tragédia; depois se repetem como farsa.

Quando vejo certas pregações de moral aqui na CPMI, depois da tragédia vivida em 1992, eu poderia dizer: é uma farsa! Mas eu inverto: acho que, em 1992, se viveu a farsa, ou melhor, concluiu-se, acabou-se com a farsa que foi imposta ao povo em 1989. E nos dias de hoje, talvez por algumas palavras, estejamos assistindo a uma tragédia do desvirtuamento do mandato parlamentar.

Mas cumprimento, na ausência, o Relator e deixo de elogiá-lo. E gostaria muito de votar rapidamente a favor do parecer do Relator. Aceitaria esta corrigenda proposta pelo Senador: acho que é muito arriscado sempre culpar alguém a quem – não é que não se tenha ouvido – nem sequer se tentou ouvir! É mais ainda: não é que não foi ouvido, é que não se tentou ouvi-lo; não se tentou dar-lhe o direito de defesa. E, de repente, saímos inculpando-o.

Não conheço o personagem. Andei olhando aqui enquanto S. Exª o Senador falava, e percebo que tudo pode ser resolvido com uma palavra: retirar a palavra "indiciado" e pedir que a Procuradoria da República aprofunde a investigação sobre esse cidadão, cujo nome também já não me lembro.

Desculpem-me pelo avançado da hora. Peço desculpas a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Após o ilustre Deputado Miro Teixeira, passo ao último inscrito, Deputado César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Sr. Presidente, já não tendo mais nada a dizer para não me tornar repetitivo, queria apenas acrescentar o meu apoio às palavras e à sugestão do Senador João Costa quando se refere ao cidadão Rossini Guimarães, que eu conheço há mais de 35 anos.

Ele mora na minha cidade de Araguaína, conheço toda sua história. Ele teve a infelicidade de fazer um negócio com o Sr. Carlinhos Cachoeira, de ser sócio na compra de uma fazenda aqui em Brasília, na qual seria feito um loteamento. Só que a parte do recurso dele que integralizou o capital foi originada de um cheque da sua conta pessoal na agência do Bradesco Prime de Araguaína, que está declarado em seu imposto de renda. Portanto, o dinheiro dele tem origem limpa, saiu da sua conta, da sua renda pessoal.

É um pecuarista de sucesso. Fez um negócio com um criminoso, mas não quer dizer que ele pertence a uma associação criminosa.

Acho que a palavra "indiciamento" ficou muito pesada. Que o Ministério Público Federal, que a Polícia Federal intensifiquem as investigações, pois ele está pronto a responder. Queria vir a esta CPMI, mas não teve a oportunidade de ser ouvido.

Portanto, reforço aqui que as pessoas, muitas vezes, entram em situações de dificuldade. Por exemplo, cita-se no texto que ele pediu ao Senador Demóstenes que o acompanhasse ao Ibama para regularizar essa fazenda. Não é nada disso no relatório. Ele foi ao Ibama, com os presidentes de sindicatos rurais de várias cidades do Brasil, para tratar da legalização de reserva legal. Todas as federações de agricultura do Brasil solicitaram que os presidentes de sindicatos levassem os representantes políticos que os apoiassem. E o Senador Demóstenes, que era o bambambã aqui, no Senado, no Congresso, como homem correto, ofereceu-se para ir e os acompanhou. O assunto lá foi reserva legal. E ele estava como representante de sindicado rural. Portanto, não tem nada a ver uma coisa com a outra, para a pessoa ser indiciada, mas que nós que defendemos essa posição queremos é que a Polícia Federal e o Ministério Público intensifiquem as investigações para que a pessoa não seja condenada previamente sem nenhum direito de defesa.

Essa é a minha colocação e o meu testemunho. Acho que o Senador João Costa foi feliz na sua colocação quando pede o desindiciamento de Rossini Guimarães.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado César Halum. Eu creio que os elogios feitos pelo Deputado Miro Teixeira ao Relator, ele pode encontrá-los na íntegra na ata desta reunião.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para uma retificação.

Não houve elogios, houve uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Houve a intenção.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Haveria elogios se ele estivesse presente. Eu só elogio pela frente, pelas costas eu só falo mal, como Ariano Suassuna recomendou; recomendou com muita sabedoria. Agora, se ele estivesse presente aqui hoje ouviria, sim, alguns elogios. E agora que ele aqui está, se V. Exª me der meio minuto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ele tem que ouvir os elogios. Se não, não os faço.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra está com o Deputado Miro Teixeira.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Então, na sequência. Até para contraditar o Deputado Miro em um aspecto da sua fala.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não levantei questão de ordem para receber contradita.

Eu cumprimento o Relator pela enorme capacidade que teve de reunir os documentos e de, em certo momento, momento decisivo desta Comissão, ter acabado com uma cortina de fumaça. A questão do Ministério Público e do Policarpo, da *Veja*, da imprensa, de um modo geral, acabava sendo uma cortina de fumaça para quem não queria botar o dedo mesmo em cima das feridas aí. E o Relator foi prudente, foi correto, foi sábio ao acabar com aquela cortina de fumaça.

Este relatório, agora que V. Exª está aqui, tem o mérito de botar o corruptor, de colocar o homem que disse que compraria qualquer Senador por R$6 milhões e que faria qualquer obra no Brasil por R$30 milhões. E V. Exª o indicia. Isso, por si só, para mim, já seria atingir o objetivo desta Comissão, bem como aprofundar as investigações da Delta e daquele laranjal, daquelas empresas. Por mim, seu relatório teria duas páginas, teria isso. Isso aí já justificaria esta Legislatura. Pela primeira vez, esse serviço está sendo prestado ao Brasil, e isso só vai ser corretamente avaliado um pouco mais à frente.

Na sua ausência, eu apoiei as palavras do Senador João Costa, que acha que V. Exª pode resolver essa questão não com qualquer retificação, mas com a mudança de uma palavra, a palavra indiciamento, em relação à parte a que ele se referiu. Essa palavra, eu penso que, como não houve a tentativa de escutá-lo nesta Comissão, não foi votado aqui um requerimento para a oitiva dele, não se manifestou a intenção de ouvi-lo, não se manifestou o desejo de lhe dar o direito de defesa, parece-me um pouco exagerado tratar como indiciamento. Acho que V. Exª, em outros momentos do seu relatório, separa indiciamento de uma outra situação, cuja expressão não me lembro – se V. Exª quiser eu olho aqui, mas V. Exª a sabe de cor. V. Exª pode fazer essa troca e fazer justiça, fazer justiça não para levar o rótulo de Senador por isso, nada disso, é para fazer justiça. Acho correto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado.

Eu passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio por 2 minutos para depois irmos...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, até onde me consta, não fica restrito à questão de ordem termos opinião divergente. Portanto, com todo o respeito e com a admiração que tenho ao Deputado Miro...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Perdão, Presidente. Eu tenho horror de ser reinscrito. Eu não levantei questão de ordem para ter que... Falar pode falar o que quiser, a garganta é dele.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Deputado Miro, eu o ouvi atentamente. O senhor, por gentileza, aprenda a ouvir também. O senhor, além de ficar em pé, agora tem que alterar a voz? Espera ai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira, como não houve nenhuma referência ainda...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) Não me referi a V. Exª. Por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Sávio, então, concedo a palavra...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Além de ficar em pé... Ficar em pé já faz com que apareça o suficiente, não precisa se exaltar tanto.

Estou tranquilíssimo, tão tranquilo a ponto de poder destacar que não parece nem um pouquinho razoável que possamos aqui dizer que simplesmente houve um equívoco, que, se indiciou alguém, muda a palavra, "desindicia". É tão simples assim? Tem pelo menos uma centena de pessoas, ou mais, seguramente, sendo indiciadas. Se não há uma reflexão clara se o indiciamento é correto ou não, depois de votado e aprovado, é que vamos dizer: "Olha, nos enganamos. Tinha mais um. Tinha mais um caso."

Agora não é só isso. No caso específico do Sr. Rossini Aires Guimarães, o que foi levantado aqui é muito mais sério. O que está escrito aqui, e são mais de 5 mil páginas... É absolutamente absurdo alguém imaginar que podemos dar como lido – dar como lido! – algo que não foi lido e que, à medida que vamos nos debruçando sobre ele, vamos nos deparando com algumas coisas absolutamente inaceitáveis. Nesse caso, não é simplesmente deixar de indicar alguém. Aqui está dizendo textualmente:

> *Por todo o exposto, mediante as provas apresentadas, esta CPMI indicia o empresário [...] por ter agido de forma livre e consciente para as práticas dos tipos penais previstos nos artigos 288 (quadrilha), 333 (corrupção ativa), [...] 29.* [Entre aspas da corrupção ativa.] *(Evento: aquisição da Fazenda Gama – pagamento ao governador) [...].*

Ora, não é assim tão singelo e tão simples para chegar aqui e dizer: "Muda uma palavra e esquece o assunto." Não! Esquece o assunto? Não!

Na verdade, é o seguinte: ou se terá um substitutivo... Não é, simplesmente, cada vez que se descobre algo, suprimir essa palavra, então. Não! É um substitutivo. Aí, sim, poderemos nos debruçar sobre o substitutivo que o Relator nos apresente e avaliar se o substitutivo reflete, de fato, as provas, aquilo que foi investigado.

É claro, já apresentamos no nosso voto em separado o desejo de que não só o Sr. Fernando Cavendish, mas que a Delta e as empresas laranjas sejam investigadas profundamente. Isso nós batemos desde o início e nenhuma cortina de fumaça vai nos desviar a atenção, mas também não podemos aceitar que se indiciem pessoas inocentes, que se coloque uma palavra e, depois, se diga que simplesmente vai modificar.

É nesse sentido que faço a minha manifestação, para deixar claro que esse relatório precisa ser revisto integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou reinscrevê-lo, mas, antes, vou passar a palavra para o Sr. Relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Me reinscrevo antes. Me reinscrevi antes. O Relator vai falar ao final.

Presidente, sou uma pessoa educada, pelo menos tento ser. Respeito o direito de cada Parlamentar de falar. Raramente, V. Exª me vê aqui me dirigir indevidamente a qualquer Parlamentar. Não me dirijo. Cada um tem o direito de expressar a opinião que quiser. O que não é possível é tentar reescrever as palavras de outro. Divergir? Ora, por que não? Como disse Darcy Ribeiro, o melhor da minha biografia foi escrito pelas minhas derrotas. Dependendo até da divergência, a divergência pode nos honrar, pode nos honrar muito, porque pode vir de pessoa que não se qualifica tanto na vida que a simples divergência já me coloca no apogeu. Mas modificar as palavras, não.

Como não levantei questão de ordem, não há que se falar em contradita. Jamais conversei com o Senador sobre esse assunto. Seus argumentos me impressionaram, apenas isso, como, em seguida, os argumentos do Deputado. Os argumentos me impressionaram. Agora, daí a buscar derivadas para botar o dedo em cima aqui de alguém, como se um de nós estivesse falando algo que fosse impróprio... Que cada um fale o que quiser! Fale o que quiser! Aqui não será cerceado por ninguém. Ninguém aqui pode cercear ninguém. Agora, usar como gancho para pedir a palavra é abjeto.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª e aos demais pares. Apenas para concluir esse processo de debate aqui: estou analisando tanto os votos em separado, em especial, e as sugestões que me foram feitas aqui, ou formalmente, por escrito, como diversos Parlamentares apresentaram, ou outras, que apresentaram através do microfone, aqui nesta reunião, que serão analisadas. No momento oportuno, na próxima reunião, vou me manifestar sobre essas sugestões.

Está bom, Sr. Presidente?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Portanto, não havendo mais o que tratar, encerro a presente reunião e convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira, dia 18, às 10h15. Vai ser no dia 18, terça-feira que vem, às 10h15.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 49 minutos.)

Senador Vital do Rêgo
Presidente

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações "Vegas" e "Monte Carlo", da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 37ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 37ª Reunião realizada em 18 de dezembro de 2012, às 10 horas e 45 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores**: José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Sérgio Petecão (PSD-AC), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), João Costa (PPL-TO), Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP), Marco Antônio Costa (PSD-TO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aníbal Diniz (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI), Ivo Cassol (PP-RO) e Cyro Miranda (PSDB-GO) **e dos Deputados**: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Armando Vergílio (PSD-GO), Dr. Rosinha (PT-PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Jô Moraes (PCdoB-MG) e César Halum (PSD-TO). Deixou de comparecer **o Senador:** Paulo Davim (PV-RN) **e os Deputados:** Delegado Protógenes (PCdoB-SP) e José Carlos Araújo (PSD-BA). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores: Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Inicialmente foi aprovado o Requerimento nº 1104/12-CPMI – Vegas (fls. 10.814 a 10817), de autoria do Deputado Odair Cunha, no sentido de que seja compartilhado todo o acervo documental desta CPMI, em meio magnético ou físico, inclusive os sigilos bancário, fiscal e telefônico, com o Ministério Público Federal no Estado de Goiás e com a Procuradoria Geral da Republica. Em seguida foi submetido à votação e rejeitado o relatório do Deputado Odair Cunha. Após a aprovação da sua preferência sobre os demais votos em separado, foi aprovado o Voto em Separado do Deputado Luiz Pitiman que passa a constituir o Relatório Final da Comissão. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues e os Deputados Odair Cunha, Íris de Araújo, Onix Lorenzoni, Rubens Bueno e Sílvio Costa. Assinam o Relatório sem voto a Senadora Lídice da Mata, o Senador Aníbal Diniz e o Deputado Gladson Cameli.

Senador Vital do Rêgo
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 36ª Reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram, (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Peço paciência aos senhores e determino a suspensão dos nossos trabalhos por 10 minutos para estabelecer com a Secretaria o rito processual desta Comissão.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 10 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 08 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta é a 37ª Reunião da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, e espero que seja a última, com o apoio de V. Exªs.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Declaro reabertos os nossos trabalhos.

Como é do conhecimento de todos, a presente reunião destina-se à continuação da discussão do relatório, ressaltando que, na reunião passada, foram apresentados cinco votos em separado e dez sugestões na seguinte ordem: votos em separado: do Deputado Onyx Lorenzoni, do Deputado Rubens Bueno, do Senador Alvaro Dias, do Deputado Luiz Pitiman, do Senador Randolfe Rodrigues; e as Sugestões nºs 1, 2, 3 e 12, do Senador Fernando Collor; nº 4, do Senador Ciro Nogueira; nºs 5, 6, 7 e 8, do Senador Fernando Collor; nº 9, do Senador Cyro Miranda; e nº 10, do Senador João Costa.

A Presidência esclarece ainda que, no último dia 11 de dezembro, todos – repito: todos! – os autores dos votos em separado e de sugestões presentes à reunião usaram da palavra, bem como os seguintes oradores inscritos: Carlos Sampaio, Domingos Sávio, Armando Vergílio, Miro Teixeira e César Halum.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Relator, Odair Cunha, na forma da precedência, nesta Comissão, eu quero pôr em votação rapidamente, com a anuência pragmática dos senhores, um requerimento do Deputado Odair Cunha e, depois, do Deputado Onyx, de 11 de dezembro, de preferência destacado. Esse requerimento é datado de 29/10/2012 e requer ao colegiado desta CPMI o compartilhamento de todo o acervo documental reunido no âmbito desta Comissão, seja por meio eletrônico ou físico, bem como de todos os sigilos bancário, fiscal, telefônico e dados com o Ministério Público Federal do Estado de Goiás e com a Procuradoria-Geral da República.

Eu acho que não é preciso discutir, porque V. Exªs já se manifestaram. Quero pôr em votação.

Quem concorda com esse...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, eu quero falar sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, Presidente, trata-se de uma medida importante, na medida em que nós estamos compartilhando o inteiro teor e o estado bruto de todas as informações sigilosas que a CPMI tem em seu poder, tanto de interceptação telefônica, quanto do cruzamento dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos.

É uma iniciativa que visa garantir que, independentemente das conclusões do nosso relatório, os dados brutos sejam remetidos aos órgãos de investigação permanente, porque é disso que se trata. Nós poderíamos fazer as conclusões, como o nosso relatório faz e a analisa a conduta individual de cada uma das pessoas que nós investigamos. No nosso relatório, fazemos um juízo de valor com base nas provas que a CPMI colheu. Agora, é claro que órgãos de investigação permanente podem também fazer as suas conclusões e as suas análises. Exatamente por isso essa medida aqui é importante.

É bom lembrar que a Polícia Federal, quando da deflagração da operação Monte Carlo, não analisou a conduta das pessoas com prerrogativa de foro. De igual maneira, encaminhou os áudios em inteiro teor para esta CPMI. Nós estamos, com essa medida, encaminhando todo o material sigiloso que a CPMI tem e compartilhando com os órgãos de investigação permanente.

Quero apenas lembrar, Presidente, por fim, e dizer – é claro, o requerimento é meu, sou favorável a este encaminhamento – que a CPMI também não pode se furtar à sua responsabilidade de fazer conclusões diante de tudo aquilo que viu e ouviu. E isso nós vamos debater adiante.

Encaminho favoravelmente.

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos continuar o processo. Já que nós abrimos o processo de discussão antes da votação, precisamos apenas que V. Exªs sejam práticos na hora da discussão.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, dois minutos.

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Serão 2 minutos para cada um.

Deputado Onyx, que foi o autor do destaque. Depois, o Senador Pedro Taques.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, este destaque é de grande importância. Eu quero contextualizar isso complementando aquilo que corretamente o Deputado Odair Cunha explanou há poucos instantes.

O fato é que, na Procuradoria-Geral da República, já existem documentos produzidos por Parlamentares desta CPMI. Nós temos um roteiro investigativo e um trabalho de cruzamento de dados, que está expresso no relatório do Deputado Odair Cunha. Nós temos os votos em separado, que foram apresentados por vários Parlamentares, e todo esse material, fortalecido, consubstanciado com o sigilo bancário, fiscal e telefônico, que está no nosso banco de dados, dará ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral da República a condição ímpar de poder avançar na investigação, muito além do que a Operação Monte Carlo e Vegas fez. É isso que eu quero ressaltar.

Uma CPMI tem os caminhos tortuosos do conflito político-parlamentar. Isso é inarredável. Mas nós conseguimos reunir um tal volume de informações impressionantes. E que vão dar ao Ministério Público uma condição que nem a Operação Vegas, e muito menos a Operação Monte Carlo, deram ao Ministério Público do ponto de vista investigativo.

Então, será uma maneira talvez um pouco diferente do que a rotina de uma CPMI, mas a contribuição que nós daremos ao futuro do Brasil no combate à corrupção é histórico e, para isso, eu quero me referir ao extraordinário trabalho feito – apesar da disputa política – pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Relator Odair Cunha. Apesar das disputas, apesar das divergências, tenho que reconhecer que o Sr. Odair Cunha, comandado por V. Exª, cumpriu um trabalho que o tempo vai mostrar ao Brasil que é um trabalho correto e que vai ajudar o Brasil a continuar limpando esse processo de corrupção, que parece que se inseriu como um câncer na estrutura do Estado brasileiro.

À contribuição de V. Exªs a história vai fazer justiça e o Brasil também.

O PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Senador Pedro Taques, por 2 minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Parlamentares que participam desta Comissão, esta medida solicitada, Sr. Presidente – e eu assinei esse pedido, capitaneado pelo Deputado Onyx Lorenzoni –, é o melhor caminho a que nós poderíamos chegar neste momento.

Nós não vamos remoer, nem falar sobre a água que já passou por baixo da ponte. O ideal seria a prorrogação dos trabalhos, mas isso já ficou para trás, não vamos remoer isso novamente.

Muito bem. A remessa dessas informações ao Ministério Público, com a manifestação do Colegiado acerca da possibilidade de o Ministério Público Federal e a Polícia Federal compartilharem os dados do afastamento do sigilo bancário, fiscal e telefônico, adianta, e muito, as investigações, que serão desenvolvidas por essas agências constitucionais de investigação.

Eu quero parabenizar o Deputado Onyx Lorenzoni, que foi o autor...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – ... do destaque, e o Relator, por essa providência, porque a CPI aqui tem um campo, um espaço que é jurídico, como nós todos sabemos, e um espaço que é político, que é natural. E faz parte até da atribuição de um parlamento investigar politicamente.

Vejo, Sr. Presidente, que esta providência, Sr. Relator, bem tomada por V. Exª, vai adiantar, e muito, o trabalho para que nós possamos – nós, que eu digo, a sociedade brasileira – desvendar a corrupção que permeia notadamente empreiteiras que recebem valores do Tesouro Nacional.

Vou votar favoravelmente a esta solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar V. Exª e a Mesa e saudar os novos Parlamentares que pela primeira vez estão vindo a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

E, ao largo disso, nós estamos discutindo, agora, a questão do compartilhamento, que, aliás, foi alvo de discussão interna e externa, por várias vezes, e havia até um senso comum, pelo menos um equilíbrio, em buscar colocar essas informações coletadas pela CPMI à disposição do Ministério Público, para que ele pudesse processar de acordo com a lei.

Então, eu fico muito feliz com o requerimento apresentado e com o destaque do Deputado Onyx Lorenzoni. Com isso, vamos, evidentemente, votar e aprovar, porque esse compartilhamento vai adiantar, vai agilizar, e muito, as ações e o processamento junto ao Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Sílvio Costa.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu sei que há quatro requerimentos de preferência, parece-me. Na verdade, eu queria saber de V. Exª qual vai ser o critério que V. Exª vai estabelecer para a votação. Apenas isso. Se V. Exª pudesse responder agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Primeiro, Deputado Sílvio, eu quero votar porque eu entendo de suma importância o requerimento de compartilhamento dessas informações, do Deputado Odair.

Depois, a primeira informação eu passo a V. Exª, por favor.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado César Sampaio. Carlos Sampaio, desculpe-me.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – César Sampaio foi um excelente jogador também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também, e do Palmeiras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Onyx. Apenas para enaltecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora Carlos é mais craque ainda.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Apenas para enaltecer a iniciativa do Relator e, particularmente, o destaque do Deputado Onyx Lorenzoni. E por que digo isso, Sr. Presidente? Porque esse compartilhamento talvez seja o mais importante gesto desta CPI no sentido de uma apuração em que o critério do direcionamento político-partidário não tem vez. Encaminharemos tudo, absolutamente tudo, que detemos de informação para que o Ministério Público possa fazer um juízo efetivo sobre as medidas que devem adotar.

Portanto, cumprimento a iniciativa e o PSDB apoia *in totum* esse compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação o Requerimento nº 1.104, de 2012, da lavra do Sr. Deputado Odair Cunha, Relator desta Comissão, com pedido de destaque do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, com a subscrição da totalidade desta Comissão presente na reunião do dia 11 de dezembro.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

É um marco importante. Quero registrar, em nome desta Presidência, que esse requerimento é o primeiro dos grandes movimentos que esta Comissão haverá de fazer no dia de hoje para que possa ser dada continuidade a todo o trabalho desses últimos sete meses, pelos órgãos de investigação e controle do Estado brasileiro.

Silvio Costa, eminente Deputado pernambucano.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou feliz porque nós acabamos de votar uma espécie de apoteose ao óbvio, mas foi bom.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sempre...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só que sem o óbvio o sigilo ia ficar guardado no cofre do Senado. Essa é a diferença do óbvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Nós aprovamos a apoteose ao óbvio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Sempre é bom ter as garantias ao óbvio.

Tenho, sobre a mesa, um requerimento de preferência. Um só. Requerimento de preferência, apresentado pelo Sr. Deputado Luiz Pitiman, com a assinatura de 17 Srs. e Srªs Parlamentares presentes a esta Comissão. Esse requerimento de preferência está lavrado nos seguintes termos:

> *Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, preferência para votação do voto em separado do Deputado Luiz Pitiman constante às páginas 1.036 e 1.038 do avulso dos votos em separado e sugestões ao relator sobre o relatório do Deputado Odair Cunha e demais votos em separado.*

Ao mesmo tempo, esse requerimento de preferência – e quero consultar V. Exªs, os Srs. Líderes – terá que ter a manifestação soberana de V. Exªs. Tenho também que ouvir...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem. Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A primeira... Só um minuto. É um minuto. Antes, eu vou concluir a minha fala, e aí vou passar a V. Exªs.

A primeira manifestação que faço – e já fui advertido, como sempre, com muita eficiência, pelo Senador Randolfe – é que vou fazer a consulta nominalmente a V. Exªs sobre esse requerimento do Deputado Luiz Pitiman, até porque esse requerimento...

Por favor, peço a atenção dos senhores. Até porque esse requerimento passa, com essa preferência, a criar um dualismo com o relatório oficial...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quero levantar uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, querido Senador Pedro Taques.

Um dualismo com o relatório do Deputado Odair Cunha.

Nesses termos, a manifestação de V. Exªs neste requerimento que vou passar à discussão neste momento...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, quero encaminhar em contrário o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei que V. Exª vai encaminhar em contrário, e terá oportunidade.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Estou pedindo já.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que me deixe falar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já deixei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, eu vou começar o processo de discussão deste requerimento, do encaminhamento deste requerimento, ouvindo todas as Lideranças, porque é um requerimento importante, porque passa a ser uma manifestação nova e preponderante sobre o relatório do Deputado Odair Cunha.

O Deputado Miro e o Senador Randolfe me advertem que viríamos a ter...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não, solicitam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicitam. Eu sempre digo advertir, ou solicitar, mas é numa linguagem que V. Exªs já conhecem. S. Exªs me advertem que, regimentalmente, nós devemos continuar na linha de dois contra e dois a favor, sob pena de não terminarmos esta reunião. Isso é o que o Deputado Miro entende de forma correta.

Peço ao meu querido e diligente Vice-Presidente Paulo Teixeira que, visualmente, na semiótica não da sua visão mais próxima, mas de toda a Comissão...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Uma questão de ordem antes – é regimental!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar para V. Exª, por favor.

Que S. Exª possa identificar dois contra e dois a favor para a discussão.

Agora vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques para formular a sua questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, depois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E depois o Deputado Lorenzoni.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Só quero dizer que sou contra esse requerimento, Sr. Presidente. Eu vou falar depois.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, a questão de ordem eu fundamento no art. 403 do Regimento do Senado. Eu gostaria que fosse aclarada uma dúvida que tenho: qual é o artigo do Regimento, Sr. Presidente, que nos permite discutir e votar essa preferência antes de votarmos o relatório, antes de debatermos o relatório?

Qual é esse dispositivo, Sr. Presidente, uma vez que votação de relatório de CPI não se escora apenas no Regimento Interno?

É uma questão que tem, indireta e reflexamente, viés constitucional, no art. 58, §3°. A Constituição fala em relatório, e o Regimento também. Aí, vamos votar preferencialmente antes do relatório?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou responder à questão de ordem de V. Exª com a prudência desta Comissão, porque, ao encaminhar o requerimento de preferência, eu o fiz de forma prudente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Como sempre, Sr. Presidente. Deve ser a água de Campina Grande, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a nossa água, Cássio, do Açude de Boqueirão.

Fiz de forma prudente a consulta ao Plenário. Estou me valendo da soberania do Plenário para encaminhar uma proposição, mas vou fazer a consulta técnica para responder a V. Exª, também de forma prudente, até porque V. Exª merece respeito, principalmente na questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ouço o Deputado Onyx e, depois, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria propor a V. Exª e aos membros desta Comissão de que as votações que se sucederão, pela gravidade e porque elas são históricas – cada um vai deixar a sua digital aqui, para a História –, sejam nominais, por decisão da Mesa, sem haver interstício. Ou seja, toda e qualquer deliberação daqui para frente, pela gravidade e pelo impacto que terão no presente e no futuro das Comissões Parlamentares de Inquérito destas Casas – porque se pode estar criando aqui, como muito bem levantou o Senador Pedro Taques, um precedente perigosíssimo –, eu queria sugerir e propor que as sejam nominais, ou seja, que fique expresso para a História de que lado cada um está neste momento de decisão da CPI...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque eu não tenho nenhuma dúvida de que aqui há a bancada e quem quer enterrar e a bancada de quem quer investigar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Recebo, acato, aceito e admito a questão de ordem de V. Exª, até porque respaldada no art. 412, inciso III, que diz: "Impossibilidade de preferência sobre norma regimental...

Deputado Onyx, querido.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É a do Senador Pedro Taques?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. É a resposta à questão de ordem ao Onyx. Vou responder também ao Senador Taques, mas estou me dirigindo ao Onyx agora, que estava conversando algo mais importante com o Senador Randolfe.

Art. 412

.....

III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

Isso é o que reza o art. 412, inciso III.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas em abono à decisão de V. Exª, uma questão de ordem.

O art. 50 do Regimento Comum veta, em tese, o encaminhamento nas questões de preferência. Os requerimentos de preferência não serão discutidos; não obstante V. Exª, sob a égide do bom senso, determinou que houvesse o encaminhamento, hoje, para preferência, quando o Regimento Comum o veda. Não me oponho a isso. Apenas chamo a atenção dos nossos pares que, por vezes, o bom senso impera e a soberania do Colegiado deve, sim, ser respeitada.

Esse é um caso que tenho para mim, Deputado Onyx – e até peço que seja confirmada a informação que obtive –, que, no caso da CPMI da Terra, Senador Pedro Taques e Deputado Onyx, houve um acordo em que se votou o voto em separado antes do relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) –Portanto, haveria um precedente nesta Casa, que eu não sei se é fato, apenas peço que seja verificado. A informação que tenho é que foi feito um acordo para votar o voto em separado. É apenas a título de precedência. Apenas isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, como Vice-Presidente da CPI da Terra, eu secundava o Presidente Alvaro Dias, quero lembrar que, primeiro, o Plenário da CPI da Terra derrubou o relatório oficial. Lembro que a então Senadora Ana Júlia Carepa rasgou, em público, o relatório no plenário daquela Comissão. Houve o voto em separado do Deputado Abelardo Lupion, que foi constituído o relator do vencido, e aí foi produzido, se transformou em relatório da CPI da Terra. Mas, primeiro, houve a votação do relatório principal e só depois é que fomos ao segundo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Os senhores entenderam que eu não posso, mesmo com a soberania do Plenário, com a aprovação dos senhores,...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É só uma contribuição de quem estava na CPI da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) –... eu não posso, pelo Regimento Comum e de acordo com o art. 412 do Regimento do Senado, eu não posso votar a preferência agora. Eu posso votar a preferência imediatamente após a manifestação de V. Exªs também de forma nominal a respeito do relatório do Sr. Relator.

Esse é o entendimento que eu gostaria de avançar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É a preferência sobre os demais votos em separados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência sobre os demais votos em separado. Então, eu vou colocar a preferência sobre os demais votos em separado. O.k.? Estamos acordados?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeito, Presidente.

Então vamos votar o relatório do Odair, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O relatório do Odair.

Com a palavra o Sr. Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, agradecendo V. Exª, eu rapidamente vou concluir aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço silêncio aos senhores. O Sr. Relator, neste momento, vai concluir o seu relatório. Depois de dez sugestões que recebeu...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, senhores.

Depois de dez sugestões que recebeu, ele vai se manifestar a respeito dessas sugestões e apresentar a conclusão final a respeito do seu voto, para que os senhores possam ter a consciência clara a respeito das suas manifestações no seu voto.

Por favor, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, analisei cada uma das sugestões levantadas por V. Exªs e apresentadas à relatoria por meio da Secretaria desta Comissão. A intenção foi sempre buscar compreender o pensamento médio dos membro desta CPMI, porque a grande questão, Presidente, é que o nosso relatório é amplo, criterioso, que analisa cada questão que foi colocada para nossa análise. Essas questões, por fim, acabaram resultando no nosso relatório.

Retirei, Presidente, as partes que faziam referência à análise de conduta do Procurador-Geral da República por ouvir um amplo apelo deste Plenário. Retirei também a análise da conduta de jornalistas, inclusive juízo de valor que fiz, no sentido de compreender...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, dá para pedir um pouco de silêncio para que a gente possa ouvir o relatório?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado, Presidente e pares.

Inclusive, Presidente, analisei detidamente, no nosso relatório inicial, todos os envolvimentos de jornalistas com organização do Sr. Carlos Cachoeira, inclusive fiz juízo de valor sobre jornalistas que não tinham envolvimento, e escrevi isso no nosso relatório, com os interesses da organização criminosa, como foi o caso do jornalista Elmano. No nosso relatório, nós retiramos inclusive esse texto do nosso relatório, mas o nosso relatório originalmente demonstrava que a ação do jornalista Elmano não se coadunava com os interesses da quadrilha.

De qualquer forma, ouvindo aqui a maioria do Plenário, eu retirei esses dois temas por compreender que nós precisamos focar o nosso relatório naquilo que é o núcleo do nosso entendimento que é a organização criminosa, suas relações políticas, suas ramificações empresariais. Aqui está em um vértice Carlos Cachoeira, em outro vértice, o Governador Marconi Perillo; em outro vértice, a empresa Delta. Esse é o núcleo do nosso relatório.

Retiramos, então, Presidente, todas as referências que fizemos ao Procurador-Geral do Estado de Goiás, Dr. Benedito Torres. Recebemos dele, Presidente, informações que estão disponíveis na Secretaria da Comissão, publicadas, que demonstram que os dois

encaminhamentos que nós recomendamos ao Conselho Nacional do Ministério Público e à Corregedoria do Ministério Público de Goiás já foram feitos, inclusive com decisões desses dois órgãos.

Retiramos, também, a análise da conduta do Vereador Elias Vaz, por compreender que todas as denúncias feitas por aquele Vereador foram acolhidas pelo Ministério Público. Houve ali uma coincidência de interesses, mas não nos parece que houve associação para o crime por parte do Vereador, por sugestão também de Parlamentares aqui.

Retiramos do nosso relatório o pedido de indiciamento do Superintendente do Incra, Marco Aurélio Bezerra da Rocha. Foi remetido a esta CPMI e à sua Secretaria o resultado final, a conclusão de uma Comissão de Sindicância em que se verificou que, no caso do georreferenciamento da fazenda Gama, não houve a participação direta nem indireta do referido Superintendente. Por isso o retiramos.

Retiramos, por sugestão do Senador João Costa e por não ter havido aprofundamento nem análise mais criteriosa em relação à conduta do empresário, o nome do Sr. Rossini Guimarães. Nós estamos retirando o pedido de indiciamento, recomendando ao Ministério Público e à Polícia Federal maiores investigações naquele caso.

Corrigi também, Presidente, na Parte 1, a informação do total de requerimentos aprovados por esta Comissão, em que contavam apenas os de quebra de sigilo. O número total de requerimentos aprovados é de 537.

Ainda na Parte 1, sobre o resumo das oitivas, acolhi a manifestação da Deputada Íris de Araújo, feita na última reunião, substituindo o nome da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Eu peço a atenção dos nobres Pares para o Relator, que está ao microfone.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ... substituindo o nome da Senadora Lúcia Vânia para Deputada Íris de Araújo, como autora da pergunta feita ao arquiteto Alexandre Milhomem. Informo que neste caso ocorreu um erro no registro das notas taquigráficas dessa oitiva.

Corrigi, acatando requerimento do Deputado Ronaldo Fonseca, na individualização da conduta do Prefeito Geraldo Messias, o Partido a que ele pertence, de PR para PP – Partido Progressista.

Retirei, acatando solicitações do Plenário, menções remanescentes ao Procurador-Geral da República.

Retirei, por perda de objeto, o Anexo V, que tratava de uma minuta de representação em desfavor do Senador cassado Demóstenes Torres ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Recebemos ainda, Presidente, documentações da empresa Megs Assessoria Jurídica Sociedade Simples que estamos juntando ao nosso relatório.

Estamos juntando ainda, Presidente, o documento do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Dr. Benedito Torres, à nossa CPI; o ofício do Deputado Maurício Quintella em que ele explica a relação do Deputado Sandes Júnior com o conjunto, com a empresa Midway; a documentação também

Juntamos a documentação encaminhada a esta CPMI por Rodrigo Jardim do Amaral, servidor da Terracap. Juntamos também, de igual maneira, a documentação

encaminhada por José Raimundo dos Santos, em que faz esclarecimentos sobre a sua conduta. Aliás, Presidente, são as conclusões a que chegamos ao final deste debate.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para encaminhar contra, Presidente. Estou inscrito para encaminhar contra. Sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Encerrada a discussão, vamos aos encaminhamentos.

Peço ao Sr. Vice-Presidente para dois de um lado e dois de outro.

Silvio Costa, como Deputado, para encaminhar contra.

Randolfe, como Senador, para encaminhar a favor.

Carlos Sampaio para encaminhar contra.

Rubens Bueno para encaminhar a favor.

Preciso de mais um Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, se for contra, eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador contra. Alvaro Dias contra. Vamos anotar, por favor.

Então, revisando:

Contra, Senador Alvaro Dias.

A favor, Senador Randolfe.

Contra, Deputado Silvio.

A favor, Deputado Rubens.

Certo?

Vamos alternando as Casas, contra e a favor.

Com a palavra, para homenageá-lo, para prestar essa homenagem ao Sr. Deputado Silvio Costa, por 3 minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, na última reunião de Líderes na Câmara, o Deputado Molon estava querendo votar o Código Civil da Internet. Eu me dirigi aos Líderes e fiz a seguinte pergunta: se alguém aqui souber a diferença entre provedor de conteúdo e provedor de conexão, eu topo votar o Código Civil da Internet. Ninguém sabia. E eu sabia porque me ensinaram 3 dias antes. Então, nós não vamos votar o Código Civil da Internet, porque não dá para você votar um projeto sobre o qual você não compreenda nada.

Este relatório por mais respeito que tenho por meu amigo Odair é o relatório mais mercurial da história deste Parlamento. Eu nunca vi tantas idas e vindas neste relatório. Eu não acredito que algum companheiro desta Comissão, de sã consciência, esteja convencido de que vai dar um voto certo, se ele vai penalizar A, absolver B. Eu sei que a assessoria do competente Odair Cunha trabalhou muito tempo, quase seis meses. Sei que nós falhamos no início na técnica da investigação; eu sempre disse que nós deveríamos buscar uma nova tecnologia para esta CPI, porque esta CPI estava começando às avessas. Ela vinha do Ministério Público e da Polícia Federal. Nós erramos quando, primeiro, convocamos os chefes da organização. Chamamos primeiro o Cachoeira, quando na história das CPIs quem detona a CPI, quem dá o norte da CPI é sempre a periferia da CPI – é o caseiro que detona, é o motorista que detona.

Essa é a história das CPIs nesta Casa. E aí nós erramos. E, ao final, o Deputado Odair Cunha apresenta lá atrás um relatório. Foi questionado. Tira A, tira B, bota A, bota B. Diminui os crimes de A e de B. Nós não podemos aqui, sinceramente, votar um relatório que não mostra firmeza nas suas palavras. V. Exª mostra firmeza nas ações, mas V. Exª, nas palavras que colocou no relatório, com todo o respeito a V. Exª, não é o Odair que eu conheço. O Odair que eu conheço é um Odair mais imperativo. Esse relatório não está imperativo.

Portanto, eu faço um apelo ...

(Soa a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não será a primeira nem a última CPI da história que ficará sem relatório. Gostaria que, companheiros, em nome da democracia, em nome da Justiça, a gente derrotasse esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não vai intercalar um a favor e um contra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vamos intercalar.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Se V. Exª quiser, eu falo também, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator Odair Cunha, meus caríssimos colegas desta CPI, todos sabem a posição que tenho sustentado, desde o início desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de crítica, de contundência, muitas vezes contra o Relator e sempre em relação aos rumos da CPI. E quero destacar que esta CPI perdeu oportunidades. Esta CPI perdeu oportunidades quando não fez, quando suspendeu os seus trabalhos, em setembro deste ano. Esta CPI perdeu oportunidades quando não quebrou o sigilo das 21 empresas identificadas como empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. Esta CPI perdeu oportunidade quando não indiciou, além do Governador Marconi Perillo, o conjunto dos outros governadores que, declaradamente, tiveram relações com o Sr. Carlos Cachoeira e/ou com a empreiteira Delta.

Esta CPI começou sendo uma CPI dos negócios do Sr. Carlos Cachoeira; não é mais uma CPI do Sr. Carlos Cachoeira. É uma CPI que desmascara o maior esquema de corrupção já existente no País, que é capitaneado por um cidadão de nome Fernando Cavendish, que tem à frente uma das maiores empreiteiras do País e que, lamentavelmente, ainda hoje, as informações que recebemos da imprensa dão conta de que ainda é uma das principais empreiteiras a receber verbas públicas no País. Todos sabem da nossa posição de oposição à condução, ao rumo da CPI.

Agora, nós precisamos ter relatório. Esta CPI tem que terminar com um relatório; tem que apontar. E veja, em que pese eu acreditar que o relatório é insuficiente, mas é um relatório que sugere o indiciamento do Sr. Fernando Cavendish. É um relatório que transfere para o Ministério Público o conjunto das quebras de sigilos que foram apuradas por esta CPI. É um relatório que, no final, aponta, indica...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... as 21 empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. E nós vamos encaminhar esse relatório para o Ministério Público Federal. Para irmos além, neste momento, temos que votar no relatório mesmo que ele esteja aquém.

É como diria... Eu quero, ao terminar, Sr. Presidente, parodiar o ilustre Ulysses Guimarães, que, na Constituição de 1988, disse o seguinte: "Não é a Constituição perfeita, mas será luz de lamparina na terra dos desgraçados".

Pode não ser o relatório perfeito, mas será uma luz de lamparina na noite da impunidade existente no Brasil.

É por isso que encaminho e votaremos favoravelmente a esse relatório, para tudo ir para o Ministério Público, onde tudo aqui começou e onde com certeza essa organização criminosa será desbaratada. De ontem para hoje, muitas mobilizações se processaram nos bastidores e porões, pressões de todos os tipos sobre os Parlamentares, inclusive, colegas novos, no último dia da CPI, são apresentados. É claro que há interesses por trás disso e o interesse é o da impunidade da empreiteira Delta.

Por conta disso, para ter relatório, para irmos além, vamos votar a favor do relatório do Deputado Odair Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, luz e sombra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Exª, com a palavra V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) –

Luz e sombra
No edifício central da Praça dos Três Poderes, a apresentação das conclusões de uma CPI criada por motivos tortos e extinta por razões torpes.
No prédio ao lado, a ascensão à presidência do Supremo Tribunal Federal do relator de um processo que, se não muda o País, faz subir de patamar a confiança das pessoas na Justiça.
Uma coincidência de calendário muito oportuna para a análise do contraste entre os papéis cumpridos pelos Poderes Legislativo e Judiciário em trajetórias crescentemente opostas.
Ao mesmo tempo em que o Supremo afirma sua autonomia, o Congresso se afunda na submissão aos ditames do Executivo e das infames conveniências partidárias.
Dora Kramer, em 21/11/2012.

Sr. Presidente, votar a favor deste relatório é um cumprimento de cada um de nós. Na medida em que eu voto a favor do relatório, com a restrição do meu voto em separado – é nele em que acredito, é nele que tenho a consciência firme do dever cumprido, durante meses, participando, sem nunca faltar a uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso, Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Pares, ao fazer este voto, lembro também que o trabalho apresentado pelo Deputado Odair Cunha pode ter a crítica que tiver – e as tem –, mas, sobretudo, tem que ter um relatório desta Comissão, que não pode transformar um trabalho de meses em um voto de um requerimento apresentado, de um relatório de página e meia. Isso é, no mínimo, uma desconsideração para o trabalho realizado nesse período.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Então, nós, votando a favor desse relatório, estaremos votando com tudo aquilo que nos dá a consciência mais devida ainda, mais possível ainda do que aquela que apresentamos junto ao Procurador-Geral da República, com 83 páginas, assinadas pelo Senador Pedro Simon, Senador Pedro Taques, Deputado Onyx Lorenzoni, Senador Randolfe Rodrigues e este que vos fala. Esse documento apresentado ao Procurador-Geral da República não exclui nada, aponta tudo e todos para apurar devidamente, sem o conluio da madrugada ou da noite, como falou o Senador Randolfe Rodrigues.

Então, é nosso dever fazer este voto pelo Parlamento e não chegar ao final dele e não ter aqui o que dizer para a sociedade. Temos, sim. Além do seu relatório, que, da minha parte, do meu pensamento, é um relatório que ainda falta alguma coisa, o meu voto em separado é aquele que me dá a consciência tranquila do voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, para concluirmos o processo de encaminhamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Senador. Sr. Senador, V. Exª está com a palavra. V. Exª a use, por bondade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Depois que fizerem silêncio, Sr. Presidente, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Srs. Deputados, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não há como não registrar a frustração ao término desta CPI. Nós vamos votar contra este relatório não só pelo que dele consta, mas, sobretudo, pelo que não consta dele.

O que está ausente deste relatório é mais expressivo é mais significativo, tem maior relevância do que o que consta, até porque o que consta já está encaminhado ao Ministério Público Federal. O que consta é a compilação do resultado final do trabalho da Polícia Federal. O Ministério Público já adota procedimentos, especialmente em relação aos que possuem notoriedade pública, como governadores. Em linguagem popular, eu poderia afirmar que, portanto, estamos chovendo no molhado. Estão requentando providências que já foram adotadas.

E não há como não conferir também a existência de dois pesos e duas medidas. Retira-se à última hora, por solicitação de alguém, aquele que havia sido indiciado – um vereador de Goiânia, por exemplo, que tem envolvimento, sim, porque as investigações constataram o envolvimento dele.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, o que há é a adoção de dois pesos e duas medidas.

Em relação ao que é essencial, não avançamos – a CPI termina onde deveria começar.

Sr. Presidente, encontramos, em 18 empresas fantasmas, R$421,6 milhões de recursos de origem ilícita. Das 18 empresas, quebramos o sigilo de apenas seis, que movimentaram R$108,8 milhões – portanto, R$312,7 milhões não forma investigados. Houve a inclusão de mais duas empresas que movimentaram R$128 milhões – portanto, 20 empresas movimentaram R$550 milhões, e R$441 milhões não foram investigados.

Além disso, identificamos mais 42 empresas, por meio de relatório do Coaf, que movimentaram R$358 milhões, que também não foram analisadas. A CPMI deveria ter investigado 56 empresas, 12 fantasmas e mais duas suspeitas, mais 42 apontadas pelo Coaf, em razão de movimentação financeira atípica, mas as seis de que quebramos o sigilo, que totalizariam 62 empresas, que movimentaram R$908 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O.k., Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Por que não houve essa investigação, Deputado Silvio Costa? Porque, evidentemente, a blindagem se estabeleceu, para evitar que o desgaste atingisse o Governo da União.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quem comanda essa CPI. Portanto, Sr. Presidente, quem apresenta voto em separado, obviamente, está votando "não" ao relatório original. Estamos acostumados a assistir, no Parlamento, o discurso diferente da prática.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, conclua,por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouvimos discursos que condenam o relatório, mas apresentam, ao final, o voto favorável. Condenamos o relatório e votamos contrariamente ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E, para concluir, Sr. Presidente, para concluir, agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não podemos continuar realizando CPIs, com comando chapa branca. É preciso compartilhar o comando das CPIs, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em nome da independência desta instituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vou tomar os votos agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu olho, com tristeza, essa montanha de papéis sobre a mesa, Sr. Presidente, e imagino quantas árvores foram derrubadas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou tomar os votos agora.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para a fábrica deste papel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Senador Alvaro Dias, por favor. Por favor, Senador Alvaro Dias

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Um desperdício, Sr. Presidente!. Desperdício!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou tomar os votos agora.

"Sim", como Relator. "Não", contra o Relator

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Exª esclarece que não existe, no Regimento Interno, voto com restrição, ou é "sim" ou é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*). Ausente.

Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, com o Relator.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA. *Fora do microfone.*) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concluímos o Bloco.

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Dê-me uma lista nova, por favor, Secretaria.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Contra o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Preciso de mais dois votos, Secretaria, por bondade.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Voto "não", contra o Relator, uma vez que vai e volta, toda hora, esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Não, Sr. Presidente, contra essa pizzaria, lamentavelmente. Sinto-me envergonhado de participar desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela decisão tomada do envio do integral conteúdo desta CPMI ao Ministério Público e a outros órgãos de investigação e também pelas razões expostas pelo Líder Alvaro Dias, além da clara, nítida, absurda intenção de atingir politicamente o Governador Marconi Perillo, que não pode ser indiciado por uma CPI por ser Governador, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Fernando Collor. *(Pausa.)*

Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para investigação seguir, Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos, agora, à lista da Câmara dos Deputados.

Deputado Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto "sim", Sr. Presidente, e indago a V. Exª se todos os Senadores já votaram, porque o Senador Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os Senadores já votaram.

Deputado Odair, voto conhecido, "sim".

Deputado Paulo Teixeira, meu Presidente e amigo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Voto com o Relator, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Iris de Araújo.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, contra todo e qualquer acordo de bastidores, dos quais nunca fiz e jamais farei parte, voto com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Para continuar as investigações e conforme voto em separado justificado, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Voto "sim", Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, voto "sim", com restrição do meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Silvio Costa.

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, já quero antecipar meu voto futuro. Eu voto "não" a esse relatório e voto "não" lá na frente ao voto em separado do competente Pitiman, sobretudo depois desse voto dele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Delegado Protógenes. (*Pausa.*)

Deputada Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado José Carlos Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Santiago (*Pausa.*)

Deputado Armando Vergílio.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – Sr. Presidente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos à apuração: 18 votos NÃO; 16 votos SIM.

Vamos agora ao pedido de preferência.

Encaminhamentos para preferência do Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, proclame o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já proclamei. São 18 votos a 16. O Relator teve 16 votos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – São 18 a 16 o quê?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Faltou dizer, Sr. Presidente, que está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está rejeitado o relatório.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, de preferência, já foram feitos alguns encaminhamentos, mas regimentalmente não há.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A preferência agora é para o Relatório do Deputado Luiz Pitiman.

Vamos votar a preferência.

Aqueles que concordam com a preferência do Relatório do Sr. Deputado Luiz Pitiman permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos tomar nominalmente.

Traga-me, por favor, atualizado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar contra, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há encaminhamento contrário.

Preferência, não.

Senador José Pimentel. Pedido de preferência. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana (*Pausa.*)

Jorge Viana, preferência.

Trata-se da preferência para a votação do Relatório Pitiman.

Como vota V. Exª? Estou tomando os votos nominalmente.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Quem votar "sim" vota a favor do requerimento, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vota a favor da preferência. Estou tomando nominalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

É ainda o requerimento de preferência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimento de preferência, sim. Por favor. Peço a atenção dos senhores.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Eu gostaria que V. Exª explicasse, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, temos um requerimento de preferência. Temos quatro votos em separado. Existe um requerimento de preferência, que estamos colocando para apreciação de V. Exªs. Na forma solicitada pelos Líderes, estamos pedindo a manifestação nominal de V. Exªs.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata.

Vamos votar o requerimento agora. Depois, é que vem o Relatório.

Lídice da Mata. Vota "não".

Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza. (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – T) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não há mais razão para a preferência, uma vez que o relatório do Deputado Odair Cunha foi rejeitado. Que se siga a ordem natural dos votos em separado apresentados.

Por isso, vou votar "não".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas existe requerimento na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª vota "não".

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas existe requerimento sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, acompanho a posição do Líder do meu partido no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – João Costa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Perdeu o sentido.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Sr. Presidente, o senhor me desculpe, mas eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós temos um requerimento de preferência para que, entre os quatro votos em separado apresentados, votemos primeiro o do Deputado Luiz Pitiman. É votar "sim" ou "não" para a preferência ao voto em separado do Deputado Luiz Pitiman.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza, em nome dos Deputados.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, depois da votação, eu queria levantar uma questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris Araújo.

A SRª IRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – O meu voto é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman é voto conhecido.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero registrar, de maneira muito clara, o porquê do meu voto "sim". Primeiro, porque nós já deliberamos aqui pelo compartilhamento de todas as informações com a Polícia Federal e com o Ministério Público. E esse voto em separado do Deputado Pitiman coloca, de forma clara, o porquê de eu ter votado contra o relatório anterior.

Eu ouvi, inclusive, vários colegas que votaram "sim", mesmo que com reservas ou com ressalvas, ponderarem que não concordavam integralmente com o relatório.

E eu coloco aqui o final da justificativa do Deputado Pitiman: "Não absolvi culpados e [em condições que seriam ainda piores] não condenei inocentes." Ou seja: o voto em separado do Deputado Pitiman encaminha 100%, tudo, absolutamente tudo o que investigamos – empreiteira Delta, todos os políticos, indiferentemente de partido – ao Ministério Público e à Polícia Federal. Não há razão para não votar preferencialmente.

Portanto, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, eu vou acompanhar o Senador Ciro Nogueira, votando "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª para, imediatamente terminada essa votação – não quero perturbar –, que me conceda a palavra para uma questão de ordem muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há uma precedente: a do Senador Pedro Taques.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, V. Exª.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Depois de ouvir atentamente o que os colegas falaram, eu gostaria de alterar o meu voto para votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador João Costa altera o voto.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Antes de V. Exª concluir a votação, uma questão de ordem só. Eu quero só fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei, mas só um minuto.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Mas antes de encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, antes de encerrar a votação.

O Senador João Costa alterou o seu voto para votar "sim". Eu só estou registrando isso para que conste em ata.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixem-me terminar a votação, aí V. Exªs se manifestam. Por favor!

Antes de eu proclamar o resultado, eu passo a palavra a V. Exªs. Por favor!

Maurício Quintella. (*Pausa.*)

Não se encontra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor! Por favor!

Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – (*Fora do microfone.*) Eu voto "não", Sr. Presidente.

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Não", Glauber Braga, "não"; Maurício Quintela, "sim"; Miro Teixeira, "sim"; Rubens Bueno, "não". Só para confirmar para efeito da Taquigrafia.

Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, é o seguinte: deixe-me explicar o meu voto.

Como quero derrotar o requerimento de Pitiman, então, para que eu o derrote, tenho que votar "sim" para ser o primeiro a votar. Voto "sim" para ser o primeiro, para eu poder derrotá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Delegado Protógenes, ausente. Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – "Sim", Sr. Presidente. Desculpe, "não", Sr. Presidente. Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Jô Moraes, "não".

José Carlos Araújo. (*Pausa.*)

Armando Vergílio.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, o voto é "sim", mas eu queria, aqui, fazer coro com as palavras do Deputado Domingos Sávio e pegar emprestadas as palavras do voto em separado do Deputado Pitiman, para que não cometamos uma injustiça muito grande e possa condenar inocentes ou inocentar culpados, o meu voto é "sim". E, justificando por final, Sr. Presidente, que o meu voto anterior foi "não" pela incongruência e pelas várias inconsistências do relatório derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Armando Vergílio "sim".

Roberto Santiago, ausente.

César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora vou passar a palavra àqueles, antes das questões de ordem, que me pediram a respeito da votação antes de proclamar o resultado.

Jayme Campos.

Por favor, silêncio!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, quero rever meu voto. Quero votar, "sim", acompanhando...

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, estou chamando os Deputados que me pediram a palavra, pela ordem, para rever; ou Senadores.

Antes da questão de ordem de V.Exª, só para rever os votos.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – Quero retificar meu voto para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A respeito da votação, mais alguma manifestação?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com V. Exª a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De conformidade com a argumentação do Deputado Domingos Sávio, peço V. Exª que anote o meu voto "sim", para que todos os votos em separado possam ser encaminhados ao Ministério Público.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, corrigindo também meu voto, acompanhando o meu Líder no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, "sim"; Senador Cássio Cunha Lima, "sim"; Senador Jayme Campos já houvera corrigido, "sim"; Senador Antônio Carlos Rodrigues, "sim"; Senador João Costa, "sim". Foram essas as correções de S. Exªs, Senadores da República.

Com a palavra, o Vice-Presidente para proclamar o resultado do pedido de preferência. A seguir, passo a palavra a duas questões de ordem: uma do Senador Taques, outra do Deputado Onyx.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Depois o encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) - Vinte SIM; 11, NÃO, pela preferência.

Vamos analisar, agora, o voto em separado do Deputado Pitiman.

Mas, antes, a questão de ordem, S. Exª, o eminente Senador mato-grossense, Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, quando votamos o compartilhamento, a votação foi individual ou foi por aclamação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Foi por aclamação.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, permita-me, a questão de ordem é a seguinte: como se trata de afastamento de sigilo bancário, afastamento de sigilo fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Entendi aonde V. Exª quer chegar, e V. Exª tem razão. Pode continuar, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Como se trata de afastamento de sigilo bancário, afastamento de sigilo fiscal, o Supremo Tribunal Federal já decidiu reiteradas vezes que a votação tem que ser nominal, porque senão não vai valer absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Eu tomei essa decisão e não há nenhum problema desta Presidência em acatar a questão de ordem de V. Exª, nenhum problema. Eu tomei essa decisão – a assessoria me informa – mediante um julgamento de medida cautelar de mandado de segurança. Mas entendo que a reflexão de V. Exª para salvaguardar todos os atos desta Comissão merece todo o crédito.

Eu peço à assessoria que me traga a votação nominal. Por exagero de segurança, nós não poderemos perder o grande avanço desta Comissão.

Depois eu passo para V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas a minha questão de ordem é complementar a essa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então fale. Pode falar com a anuência desta Presidência e toda a atenção deste Senador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Onyx, para uma questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria, baseado nos arts. 127 e 128 do Senado Federal...

Vou ler o art. 128: "Vencido o Relator [fato que nós presenciamos há poucos instantes], o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe [...]." Então, na verdade, nós estamos nesta parte. E o art. 127 diz que "não poderá funcionar como relator o autor de proposição". Então, V. Exª terá que escolher alguém dentre a maioria que se formou, para que ele construa um relatório vencedor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu entendo que há soberania do Plenário. Pela manifestação da preferência com relação ao voto em separado, que não é proposição, já claramente o Plenário demonstra que o Deputado Luiz Pitiman granjeia sobre o seu voto em separado maior número de adesões.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, Presidente, não é bem assim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas vamos discutir.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como eu sou o autor do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O art. 127 proíbe.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas aí quebra o 127.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar a preferência, conforme o Plenário já decidiu. Esta é a decisão da Presidência.

Vamos lá.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero encaminhar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou votar a quebra de sigilo, por favor, que é uma decisão prudente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A quebra? Ah, legal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jorge Viana, a quebra de sigilo, o compartilhamento. Senador Jorge Viana, o compartilhamento, só para manifestação nominal. (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata.(*Pausa.*)

"Sim".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Anibal.(*Pausa.*)

Senadora Angela. (*Pausa.*)

Senador Delcídio. (*Pausa.*)
Senador Wellington. (*Pausa.*)
Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)
Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)
Senador Sérgio Souza. (*Pausa.*)
Senador Ciro Nogueira.
O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Ivo Cassol.
O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Jayme Campos. (*Pausa.*)
Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.
O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo.PMDB – PB) – Senador João Costa.
O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.
O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Marco Antônio Costa.
O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos aos Srs. Deputados agora.
Deputado Cândido Vaccarezza.
O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP. *Fora do microfone.)* –"Sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Odair Cunha. É o autor.
O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele é o autor.
Deputado Paulo Teixeira.
O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris.
A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Luiz Pitiman.
O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF. *Fora do microfone.)* – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Deputada Iracema Portella. (*Pausa.*)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Voto conhecido, autor do destaque.

Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Sim"?

Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – "Sim", a favor do compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo compartilhamento.

Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Armando Vergílio.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bom, proclamação do resultado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, questão de ordem logo após a promulgação do seu resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Unanimidade novamente. Unanimidade, novamente, dos presentes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Uma questão de ordem... Por favor, senhores, silêncio. Nós estamos, já, no término, na parte final da reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, como autor do destaque do Requerimento 1.104/2012, do então Relator, Deputado Odair Cunha, eu quero ler o que requer esse documento, porque creio que ele atende a tudo aquilo que os membros desta CPMI, após a derrubada do relatório, podem desejar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª tem a palavra para fazer as suas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele diz o seguinte: "Sr. Presidente,..."

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, em dois minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Em menos de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É importante. Eu estou dando a palavra a V. Exª porque...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É um parágrafo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... eu entendo ser importante a manifestação de V. Exª. Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele esclarece:

> *Requeremos, com fundamento no art. 58 e art. 3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado, no 2º da Lei 1.579, combinado com o art. 5º, 12, também da Constituição Federal, e o art. 4º da Lei Complementar 105, que esta Comissão compartilhe todo o acervo documental reunido nesta CPMI, quer seja por meio eletrônico ou físico, bem como sigilos bancário, fiscal, telefônico e dados, com o Ministério Público Federal do Estado de Goiás e com a Procuradoria Geral da República.*

Portanto, Sr. Presidente, todo e qualquer documento existente na CPMI já está compartilhado, inclusive os votos em separado, pela decisão que acabamos de tomar.

Portanto, a CPI se encerra sem relatório, mas com a transferência de todos os dados para a Procuradoria Geral da República e para o Ministério Público.

Portanto, é despiciendo, eu quero concluir, votar qualquer outra coisa nesta CPI.

Ela acabou de ser encerrada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar o voto em separado do Deputado Pitiman.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, Presidente. Eu quero encaminhar contra o...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Exª está inscrito.

Para encaminhar: dois encaminhando contra, um da Câmara e um do Senado, contra o voto em separado do Deputado Luiz Pitiman.

Silvio Costa vai encaminhar contra na Câmara. Luiz Pitiman, autor, vai encaminhar a favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, a questão de ordem que fiz a V. Exª é relevante...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não recebo a questão de ordem de V. Exª...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ... porque está votado, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... porque nós já compartilhamos.

Eu vou votar o voto em separado do Relator Luiz Pitiman.

Luiz Pitiman, chamo V. Exª à mesa para assumir a sua posição de Relator.

Silvio Costa e Luiz Pitiman pela Câmara.

Senado, quem se manifesta a favor do relatório do Deputado Pitiman? (*Pausa.*)

Senado. No Senado, quem se manifesta contra o relatório Pitiman? (*Pausa.*)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu, na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senado, quem se manifesta contra o relatório Pitiman? (*Pausa.*)

Não há manifestação do Senado.

Então, na Câmara, vamos ter duas manifestações contra, do Deputado Silvio Costa e do Deputado Onyx, e uma manifestação a favor... A favor, Domingos Sávio e Armando Vergílio.

Depois, a palavra do Relator, para iniciarmos a votação.

Com a palavra, por dois minutos, o Deputado Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu vou, agora, dar uma de Miro Teixeira aqui, também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Faça o favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu peço para prestar atenção.

Veja bem: na verdade, Deputado Pitiman, com todo o respeito a V. Exª, V. Exª fabricou uma pizza com "t" de trapalhada.

Com todo o respeito, olha o relatório que esta CPI quer apresentar ao Brasil. E ele ainda vai ter a coragem de ler. Vai ter a coragem de ler duas páginas. Sabe o que diz isso, com todo respeito à inteligência das pessoas? Tudo aqui, como a gente não conseguiu apurar nada, resolver nada, ele diz aqui: "Encaminhamos todos os trabalhos realizados por esta CPMI para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal." Ô, meu amigo, isso já veio de lá, já veio da Polícia Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...já veio do Ministério Público Federal. Aí, agora, de uma maneira pueril, não dá para o Congresso do Brasil votar uma coisa dessa. Isso é uma piada. Isso é uma brincadeira. Com todo o respeito ao Deputado Pitiman, a gente não pode se passar para um negócio desse. Isso é uma piada. Amanhã, a imprensa vai dizer: a CPI, depois de 6 meses, mandou fazer o óbvio: voltar para o Ministério Público e para a Polícia Federal. Ou seja, com todo o respeito ao Deputado Pitiman – eu sei que essa não é a vontade dele; ele está com a melhor das intenções; repito: não sei como ele vai ter coragem de ler –, mas não dá para transformar esta CPI numa papagaiada desse. Desculpe a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Armando Vergílio, com a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – Sr. Presidente, com o requerimento do nobre Deputado Odair Cunha, que foi aprovado hoje e depois – não, o requerimento, o requerimento –, que compartilha todos os dados, inclusive os sigilos fiscal, telefônico, bancário, com o Ministério Público Federal em Goiás, o voto em separado do Deputado Pitiman vem ao encontro, inclusive, do que diz o Deputado Onyx Lorenzoni. Ele vem ao encontro, porque ele, simplesmente, remete não só ao Ministério Público, mas também à Polícia Federal, todo o trabalho feito por esta CPMI, que vai poder complementar, obviamente, o brilhante trabalho que já foi feito até então tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público Federal de Goiás. Ou seja, outros sigilos foram aqui quebrados, depoimentos foram colhidos, informações novas foram trazidas.

E acredito que, mais uma vez, repisando, o que consta do voto em separado do Deputado Pitiman, para não sermos injustos, para não condenarmos inocentes, para não inocentarmos culpados, para que esta CPMI não corresse o risco de estar indiciando governador o que não lhe é apropriado – e mais inapropriado ainda é deixar uma série de pessoas de fora –, voltem para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal todo esse trabalho extenso, todos os documentos, com todos os sigilos quebrados, que foi o compartilhamento do requerimento que foi aqui aprovado.

Acredito, então, que este voto em separado reúne condições de representar o pensamento da CPMI para que não possamos passar em branco, porque, se a CPMI não conseguiu cumprir com todos os seus objetivos, pelo menos que se deixe, agora, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal aprofundar nas investigações, sobretudo das empresas, das empreiteiras e das suas relações com os diversos governos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, primeiro, eu volto a questionar o art. 127 do Senado Federal por uma razão evidente. Nós não podemos ter como relator do vencedor alguém que é autor de uma proposição. Isso está no 127. E o meu voto em separado é uma proposição parlamentar. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é o seguinte – eu volto a enfatizar: o destaque que nós votamos e aprovamos já envia ao Ministério Público Federal e à Procuradoria da República tudo aquilo que nós apuramos. E eu concordo. Eu raramente concordo com o Deputado Silvio Costa, mas hoje eu sou obrigado a concordar que concluir uma CPMI que tem milhares de documentos, milhares de horas de escuta, milhares de documentos bancários, e nós produzimos um acervo – falo em nome do grupo de parlamentares independentes – que acabamos levando à Procuradoria Geral da República, que, conjugado com o trabalho que nós acabamos de aprovar, de compartilhar o sigilo, vai permitir que a Procuradoria Geral da República consiga desvendar o esquema de corrupção que, lamentavelmente, mais uma vez, provou sua força no dia de hoje. Porque só uma bancada muito forte e, na minha visão, sustentada pela empresa Delta ou estimulada pela empresa Delta, para promover ao que nós assistimos aqui hoje. Não há outra explicação.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou me negar a votar algo que resume uma CPI que ampliou os horizontes do Ministério Público Federal. Não é verdade que nós vamos mandar de volta a mesma coisa que chegou aqui. Ao contrário, nós vamos mandar para o Ministério Público Federal um volume de informações, um volume de sigilos de que ele não dispõe – não dispõe! E um conjunto de cruzamentos que, pela primeira vez, chegaram à Procuradoria Geral da República, com o trabalho feito por vários parlamentares.

Com isso, o meu voto é "não". Encaminho "não".

Alguém que participou de inúmeras CPIs, não pode ver uma CPI reduzida a duas folhas. Isso é algo ridículo, e não é possível que o Congresso Nacional vá dar sustentação a isso.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Agora, obrigado pelo "raramente, você concorda comigo", viu?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me ouvir Domingos Sávio aqui, Deputado Picciani, depois eu volto...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pois não, Sr. Presidente, eu...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. Uma questão de ordem dentro de uma questão de ordem? Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO, (PSDB – MG) – Sr. Presidente, colegas parlamentares, inicialmente, é preciso, até pelo que acabo de ouvir, reforçar com clareza e com veemência, as razões que me levaram e – eu não tenho dúvida – que moveram os nossos pares a rejeitar esse absurdo relatório, construído com inúmeras inconsistências, que não resistiu a uma reunião de debate e recuou, acolhendo uma ou outra sugestão, da noite para o dia, demonstrando, de maneira clara, que fora construído sem a justa consistência de quem tem a responsabilidade grave de condenar ou inocentar. E esteja atento quem criticou, e mais do que isso, acusou de que simplesmente rejeitar esse relatório poderia ser alguma coisa conspirando a favor de a ou b.

Rejeitar um relatório construído sem consistência, rejeitar um relatório que, após inúmeras colocações por parte do Relator... E eu leio, está aqui, para a imprensa e todos verificarem.

Ele continua, no teor das suas páginas, citando como indiciados alguns que aqui ele dizia que estava retirando, demonstrando absoluta inconsistência entre o que se fala e o que se apresenta de forma material. Portanto, de uma grave irresponsabilidade. Primeiro isso.

Segundo, quando se coloca que a proposta substitutiva ou o que a proposta do agora Relator, Luiz Pitiman, não acrescenta nada é uma falácia, e parece que alguém que diz isso não esteve aqui.

Esta Comissão quebrou inúmeros sigilos bancários. Esta Comissão se aprofundou sobre o braço financeiro do esquema chamado empresa Delta e dezenas de empresas laranja de que a Polícia Federal não tinha conhecimento nem o Ministério Público.

E agora terão. Não só pelo compartilhamento, mas por um relatório que não é de duas páginas ou uma página e meia. O relatório que textualmente diz: encaminhe ao Ministério Público e à Polícia Federal absolutamente tudo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu concluo.

De todas as empreiteiras, de todas as figuras públicas, seja de qual partido for, para que as investigações sejam aprofundadas; os culpados, punidos; e os inocentes possam se defender de maneira digna, sem perseguição partidária.

Portanto, a proposta é absolutamente correta e nós votaremos a favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, vamos à leitura do relatório. Eu estou curioso. Leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Exª, Deputado Picciani, vai ser dada a partir do momento em que eu ouvir o Senador Taques, porque concluo a manifestação contra e a favor acerca dos encaminhamentos a respeito do voto em separado do Relator, agora Deputado Luiz Pitiman.

Com a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, o voto em separado é isto aqui? Ou existe um *à longueur* um apêndice, um anexo? É isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso aqui. Muito bem. Sr. Presidente, este voto em separado – e quero expressar respeito ao Deputado Pitiman – padece de falta de eficácia, porque o que já decidimos aqui já compartilha todas as informações, e outro detalhe, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu gostaria da atenção de V. Exª: não cabe a uma comissão parlamentar de inquérito determinar providências após o seu encerramento. Como pode a Comissão Parlamentar de Inquérito determinar que dois Senadores e três Deputados possam fazer o acompanhamento de trabalho do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Essa não é atribuição constitucional, nem regimental de comissão parlamentar de inquérito. Esse voto em separado – nós todos sabemos que a quantidade de palavras escritas não resolve absolutamente nada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu quero expressar o meu respeito a este voto em separado, mas ele, Sr. Presidente, padece de total eficácia e razão da sua existência. Já existe aprovado por cada um dos Parlamentares que compõem esta Comissão o compartilhamento das informações. Esse é o primeiro ponto.

E ele, além desta falta de efetividade, padece de total nulidade. Sabe por quê?

Imagine: a CPI vai encerrar-se dia 22. Quem determinará que Senador da República e Deputado Federal possam fazer acompanhamento de providências do Ministério Público Federal? V. Exª, como Presidente desta Comissão, ou ninguém nesta Comissão tem essa atribuição constitucional e legal para determinar que Senador e Deputado podem fazer acompanhamento. CPI – e já encerro, Sr. Presidente – pode recomendar no relatório. Não existe relatório. "Ah, mas existe um voto em separado". Esse voto em separado só pode determinar o que o relatório poderia determinar, e não existe.

Portanto, vou votar contrário a este voto, que é pequeno, mas é significativo, Sr. Presidente.

Em Mato Grosso, existe um ditado que diz o seguinte: "tamanho de boi não é quantidade de sebo". Mas, aqui, nós temos pouco sebo, com todo o respeito.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PT – PE) – Senador Taques...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Picciani, por favor

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Só para esclarecer uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PT – PE) – Deixa o homem ler o relatório, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu peço atenção do Deputado Luiz Pitiman e de V. Exª para consultar acerca dos procedimentos e permitir ao Deputado Luiz Pitiman manifestar uma preocupação.

Sr. Presidente, o voto do Relator Odair Cunha foi rejeitado. Ao ser aprovado, caso seja, o voto do Deputado Luiz Pitiman, ele prejudicará os outros votos em separado. Na página 1.038 do avulso dos votos em separado, nas conclusões do Deputado Luiz Pitiman, ele coloca a seguinte frase: "Penso que a única solução seria encaminharmos todos os trabalhos realizados por esta CPMI para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal."

"Todos os trabalhos" me dá a impressão de que serão encaminhados o voto rejeitado do Relator e os votos em separado, e esses votos, Sr. Presidente, o voto registrado tem o indiciamento e a responsabilização de uma série de cidadãos. Parece-me que a expressão adequada, aqui, para atender à finalidade do que a CPI pretende, seria encaminhar "todos os documentos produzidos e disponíveis a esta CPI", e não os trabalhos, para que fique registrado que o voto rejeitado – esta me parece uma questão importante, senão estaremos ressuscitando, por via diversa, um relatório rejeitado e votos em separado que estarão regimentalmente prejudicados. Não me parece que seja o adequado.

Sugiro isso e consulto o Deputado Luiz Pitiman da possibilidade dessa alteração.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se for o caso, quero contraditar. Não sei se cabe contradita. É o seguinte, Presidente. A expressão é delicada, porque pode suprimir, se houver essa alteração, a remessa dos dados sigilosos, a transferência dos dados sigilosos quebrados.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é outra questão, a do requerimento. Se nós separássemos o que está disposto no requerimento para a transferência desses dados sigilosos – e aí eu penso que estão separados esses dados para a remessa –, tudo bem.

A outra coisa, então, passa a ser a remessa deste parecer aqui. Porque existe o relatório e a conclusão do relatório. A conclusão do relatório foi rejeitada. Eu votei pela aprovação, mas foi rejeitada a conclusão. Porém, esses dados não estão anulados, esses dados

escritos. Tudo isso segue como informação, segue como informação. O que não pode é prejudicar o que já estava aprovado para encaminhamento, porque é para a transferência desses sigilos ao Ministério Público. Eu penso que não pode haver confusão em relação a isso. Agora, eu penso também que V. Exª poderia botar em votação logo o parecer do Deputado Pitiman.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu quero passar a palavra ao Sr. Relator, por favor.

Eu já ouvi todos. Eu vou ouvir o Sr. Relator porque ele tem necessidade de...

O SR. SILVIO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu não fiz nenhuma. É uma questão de ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou ouvir o Relator, depois eu ouço as questões de ordem de V. Exª.

Eu vou ouvir o Relator agora.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Srs. Parlamentares, Srªs Parlamentares, este relatório, inicialmente, foi feito com muita clareza para a minha consciência de atribuição de juiz desta Casa, que me foi concedida no dia em que me encaminharam a esta CPMI.

Todos os trabalhos aqui realizados, nesses quase 200 dias, foram extremamente intensos. O Sr. Relator Odair Cunha e o Sr. Presidente Vital do Rêgo em momento nenhum demonstraram que não estavam dispostos a aprofundar a investigação. Eu não tenho dúvidas de que houve boa vontade e dedicação da grande maioria dos parlamentares aqui. Agora, da forma como encerramos e como foi apresentado o relatório, eu vejo que nós tivemos dificuldades técnicas e dificuldades políticas para chegarmos a uma conclusão que pudesse, inicialmente, me deixar de consciência tranquila para o momento seguinte da finalização desta CPMI.

Eu entendo que nós aqui deixamos de incluir muitas pessoas, muitas empresas e muitos políticos que realmente atuaram erradamente na condução da sua vida. Um exemplo claro que nós tivemos é que dezenas de empresas fantasmas nós não conseguimos apurar e realmente apresentar dentro do relatório final.

Eu vejo que o fato de as liminares que foram concedidas para testemunhas, fato nunca acontecido numa sequência tão grande em outra CPI como aconteceu nesta, impediu que nós aqui tivéssemos respostas claras para podermos sair daqui hoje com a consciência tranquila do dever cumprido.

Eu vejo que o fato de termos uma eleição municipal exatamente no meio da CPMI nos impediu de termos a tranquilidade política e a presença de todos os integrantes da CPMI durante o período de setembro e um pedaço de outubro, o que também, com isso, criou dificuldades, e em alguns momentos até partidarizou posições internas. Quando eu escuto aqui algumas posições de alguém, de algum Deputado que encaminhou contra, me parece mais o sentimento de não querer ter relatório nenhum, não encaminhar nada e não indicar investigação para frente.

O que estou propondo aqui é muito mais do que nós aprovamos no requerimento de compartilhamento de dados nesta mesma reunião. Estou propondo aqui que, além do Ministério Público e da Justiça de Goiânia, como foi colocado no requerimento de compartilhamento que foi aprovado, estendamos isso também para a Polícia Federal, porque,

no momento que os delegados aqui vieram, informaram que eles só tinham atribuições e informações para investigar os fatos relacionados ao jogo do bicho. Nós estamos agora dando toda a munição que nós preparamos nesses mais de 200 dias para que a Polícia Federal possa também continuar.

E quando escuto aqui nesta Casa, nesta reunião, que uma página e meia não parece agradar, quero colocar que, com uma página e meia com conteúdo, uma página e meia com encaminhamento de tudo, tanto para o Ministério Público Federal, quanto para a Polícia Federal, aonde, com clareza, vão junto, inclusive, os relatórios aqui apresentados hoje, os votos em separado aqui apresentados hoje, nós faremos com que lá, nessas duas instituições, separados do calor político, separados da própria questão do momento, separados, inclusive, do recesso que teremos agora até o final de janeiro, eles possam ter todas as informações para que haja realmente a continuidade das investigações.

O que estou pedindo aqui é que não se encerrem essas investigações hoje, que a gente não apresente um relatório e vá para casa e diga "estou com meu dever cumprido", sem a consciência estar em dia. Se eu aqui indicar um, apenas um que seja inocente dentro de um relatório que eu classifiquei como formação de quadrilha, que seja um, eu já me sentirei culpado. Se eu absolver aqui apenas um que ficou provado nesta CPI que tem culpa no cartório... E são muitos, é de governador, é de prefeito, é de empresário, é de políticos, que têm realmente culpa, e nós sabemos disso; agora, condições políticas, condições técnicas não nos deixaram provar isso para que pudéssemos avançar.

Estamos encerrando o ano. No mês de janeiro, cada um estará no seu Estado. O Ministério Público e a Polícia Federal poderão, sim, continuar acompanhando, inclusive com os votos em separado. Então, ele abrange muito mais do que o requerimento do nobre Deputado Odair Cunha, a quem parabenizo por todos os trabalhos aqui realizados, que teve a colocação do aparte do Deputado Onyx Lorenzoni, que parabenizo por incluir o compartilhamento de dados, e parabenizo todos os outros que aqui trabalharam.

Mas uma lauda e meia com esse conteúdo, eu não tenho dúvidas que ainda vai fazer avançar muito, e ainda sugiro que tenhamos dois Senadores desta CPMI, três Deputados Federais que façam um acompanhamento. É uma sugestão, que façam o acompanhamento, tragam as informações para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro de tudo o que está acontecendo.

Agradeço a todos e peço o voto para realmente finalizarmos, com a consciência tranquila do dever cumprido, da realização independente ao ponto que, na hora em que foi votada a preferência, houve vários Senadores e Deputados que pediram para mudar o voto depois, mostrando que não se havia combinado nada antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou tomar os votos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento. Um esclarecimento, Sr. Presidente.

Depois de cinco mil páginas de trabalho do Relator, estamos vendo aqui uma página e meia, fruto de um grande acordo da madrugada. Tudo bem, agora eu gostaria que justificasse aqui no penúltimo...

O SR. ONYX LORENZONI (PTB – PE) – Acordo da madrugada ou calada da madrugada?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É o Galo da Madrugada, não é, Silvio?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Exª que se manifeste.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas o Galo da Madrugada é de dia, viu?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pois é. Mas aqui, infelizmente, foi da noite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas olha só, Presidente. No penúltimo parágrafo, ele está indicando a escolha de dois Senadores e de três Deputados. Eu gostaria de perguntar baseado em que isso aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator, para esclarecimentos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Vejam só, a palavra está clara: sugiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas baseado em quê?

O SR LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É uma sugestão...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Deputado, o senhor pode fazer ou deixar de fazer o que está na lei.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Solicito ao Relator que, se ele puder, seja retirada essa sugestão. Eu quero propor que V. Exª retire essa sugestão, Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O bom senso indica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Relator?

O SR. ONYX LORENZONI (PTB – PE) – Melhor é fazer o relatório de uma linha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acabou! Por favor, por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – De uma palavra!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há consenso? Retira?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, uma questão de ordem. Por que não pode haver uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador João Costa, com a palavra.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) - Eu quero consultar o eminente Relator exatamente sobre a possibilidade de se retirar esse penúltimo parágrafo, que se refere à constituição de uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. É a mesma coisa. Que se manifeste o Relator.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio, por favor!

O SR LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Se houver consenso da Casa, a sugestão está retirada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está retirada, está retirada.

O SR. ONYX LORENZONI (PTB – PE) – Dá para retirar do primeiro ao último?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Posso pedir vista? Aí, modifica o relatório, e eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor quer pedir vista?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não cabe vista, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não cabe vista, por favor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por que não cabe? Baseado em quê?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – José Pimentel, como vota V. Exª? (*Pausa.*)

Jorge Viana. (*Pausa.*)

Lídice da Mata. Lídice da Mata. Lídice da Mata. Cadê? Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, expressando mais uma vez o meu respeito ao Relator, eu vou votar "não", porque isso aqui, com todo o respeito, é um nada jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*) "Sim".

A Lídice não votou.

Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Angela Portela. (*Pausa.*)

Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)

Wellington Dias. (*Pausa.*)

Bloco encerrado.

Só dois votos computados, do Senador Pedro Taques e da Senadora Vanessa.

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Sim".

Sérgio Souza. (*Pausa.*)

Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos. (*Pausa.*)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como o relatório apenas reedita o que já aprovamos, que é o compartilhamento, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Quem pariu Mateus que o embale! "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor. (*Pausa.*) Não está.

Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (PPL – TO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – "Sim", Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos não está.

Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só uma apreciação, mesmo em processo de votação: pelo art. 132, caberia vista desse relatório. O voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Não".

Vamos aos Deputados.

Cândido Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Não".

Paulo Teixeira. (*Pausa.*)

Íris Araújo. (*Pausa.*)

A SRª ÍRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Ao contrário do nobre Deputado, a quem respeito, Luiz Pitiman, gostaria de dizer que eu saio desta CPMI tranquila, sim, mas sabendo, pelas investigações, pelo que eu acompanhei, pelo que eu li, pelo que eu vi, quem são os culpados e quem são os inocentes. Não caberá a mim julgar, mas à Justiça. O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman, voto conhecido.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu não apenas voto "sim", mas deixo claro, mais uma vez, a minha convicção de que estamos tomando a decisão mais acertada, até porque qualquer outro voto em separado não iria construir consenso e correríamos o risco, aí, sim, de não termos absolutamente relatório nenhum.

Este relatório leva consigo todo o trabalho produzido, inclusive aqueles que levaram aos votos separados. Portanto, leva todo o material ao Ministério Público e à Polícia Federal e aí me dá a convicção de que a CPMI pode dar um resultado, uma resposta ao País, punindo os culpados.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Iracema Portella. (*Pausa.*)

Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ora, Sr. Presidente, do jeito que está terminando, só faltam os lencinhos e o champanhe para a vitória completa da turma da Delta. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Glauber Braga. (*Pausa.*)

Paulo Foletto. (*Pausa.*)

Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por coincidir com o requerimento já aprovado aqui, por não colidir, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, em plena festa natalina, esse relatório final é uma presepada. Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, sinceramente, estou até com vergonha de votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma! Presidente, para ficar nos Anais desta Casa – não sei quanto tempo vou passar aqui, espero que pelo menos até 2014 –, está escrito assim: "Penso", veja que coisa bela, "que a única solução seria encaminharmos todos os trabalhos realizados por esta CPMI para o Ministério Público Federal e Polícia Federal". Essa é a maior piada que eu já ouvi em uma CPI desta Casa. Isso é uma coisa que parece que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu vou votar. Todo mundo falou e eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vote.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Parece uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Exª?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto evidentemente pelo respeito a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Não".

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpa, Paulo, não ouvi a votação de V. Exª. Como vota o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – "Sim".

Como vota Jô Moraes.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Porque tenho a oportunidade de ver a justa aprovação do voto do Deputado Odair, voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Armando Vergílio.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (PSD – GO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – César Halum.

O SR. CÉSAR HALUM (PSD – TO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço ao Sr. Vice-Presidente que faça a contagem dos votos.

Total: 21 votos pelo voto em separado, tornando-se assim relatório da Comissão, contra 7 votos.

Está encerrada a votação.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 37ª Reunião da Comissão. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E a prejudicialidade dos outros, não é?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB - PB) – E a prejudicialidade dos outros votos em separado. Obrigado, Miro.

Se os Srs. Parlamentares concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada.

Declaro os trabalhos encerrados.

Tenham todos um Feliz Natal. Agradeço a colaboração de todos, companheiros e amigos.

Fiquem com Deus!

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, suspensa às 10 horas e 48 minutos, reaberta às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 720 páginas

(OS: 10006/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL